



Departamento de História

Receção e perceção da Revolução Russa na crise do sistema
demoliberal português – uma análise de imprensa

Marcos Nunes de Vilhena

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Prof. Doutor António Costa Pinto, Professor Associado Convidado,
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2013

Departamento de História

Receção e perceção da Revolução Russa na crise do sistema demoliberal português – uma análise de imprensa

Marcos Nunes de Vilhena

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri de Prova

Doutor António Pedro Ginestal Tavares de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutor Luís Nuno Faria Valdez Rodrigues, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria Alexandre Lopes Campanha Lousada, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Jorge Fernandes, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor António Jorge Pais Costa Pinto, Professor Associado Convidado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

A Francisca Bicho,
que me ensinou a pensar pela minha cabeça.
Ao Tito,
para que nunca deixe de pensar pela sua.
Em memória de
Perfeito de Carvalho,
Gambetta Neves
e Alexandre Vieira.
Imprescindíveis.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é tributária do apoio e amizade de diversas pessoas, que se impõe mencionar.

Um reconhecimento prévio e especial, endereço-o ao meu orientador, Professor António Costa Pinto (ISCTE-IUL, ICS-UL), cuja consciência da minha formação de base não se traduziu nunca em desconsideração pelo tema que me propunha a tratar e pela forma como o fiz. Mas alongo-o igualmente aos Professores Robert Rowland e Ângela Miranda Cardoso, que alimentaram a ideia deste doutoramento e acompanharam a elaboração do projeto de tese.

Menção especial merecem também a Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela bolsa de investigação que me concedeu (2006-2010) e pelo sempre exemplar cumprimento das suas funções, e todo o pessoal das bibliotecas e arquivos em que trabalhei, nomeadamente da Biblioteca Nacional de Portugal, Hemeroteca Municipal de Lisboa e Torre do Tombo, não me surpreendendo encontrar, até no estrangeiro, quem fale da sua imensa disponibilidade, competência e simpatia. Semelhantes qualidades, aliás, encontrei em Lara Carregã, então secretária do Departamento de História do ISCTE, e em Ilda Ferreira, funcionária dos Serviços Académicos, aqui referidas com toda a gratidão, pois que sempre e oportunamente agilizaram a minha má relação com os processos burocráticos.

Evoco encarecidamente os Professores José Joaquim Dias Marques, Petar Petrov, Isabel Sabido, José Eduardo Horta Correia, Adriana Nogueira e Ângela Miranda Cardoso, pela competência e exigência por que se fizeram e mostraram diferentes e melhores do que os demais. No entanto, não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem agradecer a Francisca Bicho, Mulher e Professora extraordinária, que me fez dependente de História sem mais cura do que o vício, e cuja inteligência, competência e trabalho não terão nunca reconhecimento suficiente.

Aos meus alunos, por todos os lados por onde tenho passado, e com quem, a cada aula, me faço mais pessoa e professor, agradeço a amizade e a paciência.

Aos amigos – Catarina Pereira, Eugénio Anacleto, Lúcia d'Almeida, Ricardo Alves, Agnieszka Daniluk, Pedro Pinto, Ana Jordão, Maria João Neutel, Rita Lopes, Luís Ricardo, Pedro Francisco, Hugo Torres, Xavier Farré, Letícia Fauri, Sam Cyrous, Marta Swiątek, Nádia Rego, Magda Bryła, Justyna Pelc, Tomasz Bułat, a extraordinária Karolina Kornek, os clãs Alves e Toscano, e a toda a família (Jakubowski, Páscoa, Rosa, Pinto, Caliço e Vilhena Bonito) – agradeço a paciência e amor com que me continuam a aguentar... e com que vos aguento.

Ao mano Gonçalo, agradeço o não me aguentar de todo e assim me mostrar o valor das nossas diferenças; ao mano António, o mostrar-me que tudo vem na altura certa; ao meu pai, o ter sido sempre diferente; e à minha mãe, agradeço o sê-lo, como dizia o Sena, “sem mais remédio que trazê-lo n'alma.”.

Pagarei com a companhia de todos os dias a Maria Jakubowska, pelo tempo e paciência e energia que esta tese nos tirou – não tanta, enfim, que não acabe por dedicá-la ao nosso pequenino Faust e a todos os que o sigam – espero que muitos!

SUMÁRIO

A presente tese é uma análise da articulação de movimentos políticos e sociais, e também das representações, ideários e efeitos gerados em torno de um fenómeno único – a Revolução Bolchevique. Atenta à evolução da situação europeia, mas atendo-se especificamente a Portugal, descreve e analisa a receção e perceção deste processo revolucionário ao nível da imprensa portuguesa da época e dos grupos aí representados, num período que vai do golpe constitucionalista russo de março de 1917 até ao 28 de Maio de 1926, procurando determinar como atuam sobre a crise do sistema demoliberal, condicionando (ou não) o advento da ordem ditatorial. Não a ocupando demandar ou provar um simples impacto, que uma tal associação e lapso de análise supõem já, move-a uma abordagem convergente e simultânea da imprensa portuguesa da época e da I República sob o fenómeno informativo gerado em torno do processo revolucionário. Nesta opção pela imprensa coeva, reconhece-se a sua representatividade como meio de comunicação de massas por que perpassa, da origem aos conteúdos, a atividade e ideário de quase todas as posições e interesses a considerar, mas também uma vontade de a reconsagrar como fonte, na sua dupla condição de registo e partícipe da História.

Palavras-chave: Revolução Russa, receção, perceção, imprensa, crise, I República Portuguesa

SUMMARY

The present thesis analyses the connection between political and social movements, coupled with representations, ideals and results generated around one single phenomenon - the Bolshevik revolution. Focusing on European developments, but particularly on Portugal, it describes and considers the reception and perception of this revolutionary process from the perspective of the contemporaneous Portuguese press and groups represented within, in the period starting in the constitutionalist Russian coup in March 1917 until the 28th of May 1926. It also tries to determine how they act upon the crisis of the demo-liberal system, and the possible conditioning of the upcoming dictatorship. The intent is not to assert or prove a simple impact, that the mention and period of analysis already supposes, but to approach the existing Portuguese press and First Republic in a converging and simultaneous manner, under the informational phenomenon around the Russian revolutionary process. This choice for the coeval press acknowledges not only its representativeness as means of mass communication by which the activity and ideals of almost all positions and interests under consideration pervades, from origin to essence, but also a will to re-consecrate it as a source in its dual condition of record and participant in history.

Key-words: Russian Revolution, reception, perception, press, crisis, First Portuguese Republic

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

SUMÁRIO – SUMMARY

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA NALGUMA BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA	13
1. Apresentação e revisão bibliográfica	15
1.1 Bibliografia Estrangeira	17
1.1.1 Obras de carácter geral	17
1.1.2 Obras sobre o impacto da Revolução Russa	19
1.1.3 Memórias e relatos em primeira mão	30
1.2 Bibliografia Nacional	35
1.2.1 Alguns estudos portugueses	35
1.2.2 Outras fontes portuguesas	80
CAPÍTULO II – ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E RÚSSIA E PARA A ANÁLISE DA IMPRENSA	105
1. Portugal, Rússia e União Soviética	107
1.1 Comparando Portugal e Rússia – contributos para uma visão estrutural e para uma contextualização da Revolução Russa	107
1.2 Relações Diplomáticas entre Portugal e Rússia	129
2. A imprensa portuguesa na I República	135
2.1 Uma imprensa em mudança	135
2.1.1 Novos géneros jornalísticos	136
2.1.2 Transformações morfológicas	137
2.1.3 Transformações tecnológicas	139
2.2 Ganhos e gastos da imprensa	140
2.2.1 Preço de venda dos jornais	140
2.2.2 Preço do papel	141
2.2.3 Profissionais de imprensa	143
2.2.4 Agências noticiosas	147
2.3 Distribuição, tiragens e leitores ante o problema do analfabetismo e das mentalidades	148
2.4 A intervenção do Estado e o marco legal da imprensa	151
2.5 Imprensa e opinião pública	153
2.6 Imprensa e grupos de interesse	154
III CAPÍTULO – A REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA PORTUGUESA	157
1. RECEÇÃO – A representação da Revolução Russa na imprensa portuguesa	159
1.1 A Rússia entre Revoluções – o ano de 1917	159
1.1.1 A Revolução de Fevereiro	159
1.1.2 O crescimento bolchevique – poder dual e crise política	165
1.1.3 A Revolução de Outubro	176
1.2 A Rússia entre 1917-1921: da I Guerra Mundial à Guerra Civil	190

1.2.1 Do desaire da guerra à traição das negociações da paz separada	190
1.2.2 Vermelhos, Brancos, e todos os outros – a Guerra Civil e a intervenção estrangeira	198
1.2.3 O Comunismo de Guerra	220
1.2.4 O Terror Vermelho	228
1.2.5 Velhos czares, novos czares	239
1.3 O Comunismo em crise – 1921-1924	244
1.3.1 O reconhecimento diplomático	244
1.3.2 Nova Política Económica – a face visível da adaptação, desvios e evolução	253
1.3.3 A morte de Lenine, as lutas de liderança e o futuro da revolução	262
1.4 Da internacionalização da Revolução à perspectiva de uma nova grande guerra –1924-	271
1.4.1 A ameaça vermelha e a defesa da civilização ocidental	271
1.4.2 Outras faces da ameaça e do poder – algumas questões sociais, culturais e religiosas	280
- A educação, a ciência e as artes sob o domínio soviético	280
- A questão religiosa	288
- A situação da mulher	296
2. PERCEÇÃO – A perceção do impacto da Revolução Russa na imprensa portuguesa	303
2.1 Revoluções em tempo de Guerra: 1917-1918	303
2.1.1 Quando a revolução foi boa – ainda a Revolução de Fevereiro	303
2.1.2 A Revolução de Outubro e o princípio da incerteza	307
2.1.3 Entre o medo e o oportunismo – as contradições da República Nova... e da velha	312
2.2 A Revolução na Rússia. Nem modelo, nem mito: 1919-1921	320
2.2.1 Do desconhecimento do marxismo à exemplaridade do bolchevismo	320
2.2.2 Violência e repressão na configuração de uma ameaça que há de vir	328
2.2.3 A Revolução Russa na nova imprensa operária e na reorganização do movimento social português	341
2.3 O sentimento de ameaça internacional: 1921-1924	351
2.3.1 Portugal na rota do internacionalismo vermelho	351
2.3.2 O fascismo e o riverismo na agregação das forças conservadoras e na prevenção do comunismo	359
2.3.3 Entre Internacionais: a Revolução no refluxo do movimento operário nacional	369
2.4 Ante a falência do demo-liberalismo: 1924-	382
2.4.1 A bolchevização do quotidiano ante a falência do demo-liberalismo	382
2.4.2 A ideia da ameaça na internacionalização da Revolução e na perda do Império	396
CONSIDERAÇÕES FINAIS	405
FONTES	419
1. Fontes primárias	419
2. Fontes secundárias	419
3. Fontes digitais	437
BIBLIOGRAFIA	439
ANEXO – Quadro de imprensa portuguesa	
CURRÍCULO ACADÉMICO DO AUTOR	

Ora porra!
Então a imprensa portuguesa é
que é a imprensa portuguesa?
Então é esta merda que temos
que beber com os olhos?
Filhos da puta! Não, que nem
há puta que os parisse.

Álvaro de Campos, num bilhete de Pessoa oferecido por A. Botto
a Alberto de Serpa.

Em dezasseis anos desse regime houve 52 governos, nove Chefes de Estado, sete parlamentos. Legalmente, a Imprensa era livre, mas os jornais eram apreendidos, as oficinas desmanteladas, empastelado o tipo, presos os jornalistas. Somos um povo sentimental, emotivo, crédulo. É possível em semanas criar estados de espírito – e alguns jornais o fizeram – de onde surdiram revoluções, pronunciamentos, golpes de Estado. Desordem na rua e nos espíritos, e ao mesmo tempo na administração.

António de Oliveira Salazar (1967), entrevista a Le Figaro, 2 e 3 de setembro de 1958, Discursos, Coimbra, Coimbra Editora, vol. VI, pág.47.

We know nothing more, and nobody knows nothing more about open political activity. Here you have a paradox – it seems to be a paradox, but in reality it is a direct and natural product of all the conditions of Russian life – that through the above-mentioned series of the most widespread bourgeois papers, the masses were informed more accurately, swiftly and directly about “underground” political activities, decisions, slogans, tactics, etc., than about the non-existent decisions of “the leaders of the open movement”!

Lenine ([1912] 1974), “Put your cards on the table”, em Lenin Collected Works, Moscow, Progress Publishers, vol. 17, pág. 516.

INTRODUÇÃO

Nas análises especificamente consagradas ao impacto internacional da Revolução Russa é comum convir que se os acontecimentos de fevereiro e a formação do Governo Provisório mereceram a simpatia das nações aliadas, aqueles ditos de outubro só puderam granjear a sua desconfiança, quer nas singularidades que arrolavam, quer na própria diferenciação face àquela primeira fase revolucionária que os precedera. Largamente desconhecidos ou desconsiderados pelo extraordinário empenho com que o Governo Provisório e corpo diplomático aliado¹ procuravam encobrir a dimensão da agitação social², não só em Petrogrado, como por toda a Europa³, os bolcheviques começam por dever quase todo o protagonismo à celebração da paz separada e à rejeição da dívida russa para com as potências aliadas – fatores que concorrem, como o Terror e Grande Fome, na condenação e isolamento do seu regime e subsequente intervenção estrangeira na guerra civil, enquanto um maior interesse pelo seu postulado ideológico espera pela sua resistência no poder e pela internacionalização da revolução.

Já em Portugal, são poucos os estudos consagrados à Revolução Russa, menos ainda aqueles atentos ao seu impacto – não sendo claras, portanto, todas as razões são suspeitas. Ainda em 1976 e “a pretexto de alguns livros recentes” de Jorge Campinos, Manuel de Lucena, Fernando de Medeiros, João Quintela, António Viana Martins e Carlos da Fonseca⁴, Manuel Villaverde Cabral publicava, na *Análise Social*, um “ensaio de interpretação” “[...] sobre a natureza fascista ou não do regime saído do 28 de Maio.”⁵. Dois anos volvidos sobre a revolução democrática e recenseando uma nova geração de historiadores, que, na sua maioria, se formava ou parava ainda pelo estrangeiro, tal artigo era um estado de arte tão atento quanto atual, pelas interpretações e propostas a que se prestava, “do fascismo e o seu advento em Portugal”⁶. Trinta anos mais tarde e para esta tese, contudo, deve quase toda a sua importância ao facto de avaliar semelhantemente as obras em que a tónica recai nos grupos que preparam a ditadura⁷ e aquelas que a radicam na incapacidade do movimento operário para se

¹ A 23 de março de 1917, por exemplo, João Chagas, chefe da legação diplomática portuguesa em Paris, remetia ao Ministério do Negócios Estrangeiros um telegrama em que se lia: “Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia fez seguinte declaração: De futuro todos os boatos de paz separada devem ser considerados falsos pois seria antinacional que livre Rússia negociasse com Alemanha reacionária” (cit. in Silva:1984:69).

² Se nem o anarquista Kropotkine ou os partidos socialistas europeus se haviam coibido de justificar a guerra, não devia surpreender que também uma boa parte do operariado, preterindo a razão internacionalista às insofismáveis razões nacionais, o fizesse.

³ Faz-se aqui referência aos motins dos soldados russos no verão de 1917 no campo militar de La Courtine, em França, reprimidos a canhão; e das inúmeras insurreições grevistas daquele ano, como as de Leipzig (abril), Leeds (maio e junho) e Turim (outubro).

⁴ Campinos, 1975; Lucena, 1976; Medeiros, 1976; Quintela, 1976; Martins, 1976; Fonseca, 1976.

⁵ Cabral, 1976a: 874.

⁶ Expressão utilizada pelo próprio Villaverde Cabral.

⁷ Campinos, 1975; Lucena, 1976.

substituir ao liberalismo burguês com alternativas de poder reais⁸, enquanto paralelamente se assume que o advento do fascismo em Portugal, “[...] suas condições e natureza, institucionalização e durabilidade [...]”, se impõem como “[...] um programa de trabalho óbvio [...]”⁹.

O que Cabral talvez não esperasse é que se viesse a constituir como o programa de trabalho mais óbvio em detrimento da história do movimento social português, de que, avinda no temor às polarizações políticas da época ou na ideia de um “[...] apodrecimento da ofensiva operária e a correlativa instalação do movimento organizado [...] num seguidismo sem perspectivas [...]”¹⁰, uma boa parte dos investigadores acabaria por fugir¹¹, ao arripio de uns ventos que começavam também a soprar lá de fora. Não bastando, a história do movimento operário português acusara sempre, como nenhuma outra, as arbitrariedades dos distintos regimes – com razão escrevia Manuel Joaquim de Sousa na carta-relatório remetida à AIT, em 1931¹²: “Não quisemos nem podíamos fazer a história. Do passado não existem artigos e do presente pouco poderá existir [...] com perseguições e as apreensões policiais muito se tem extraviado também.”¹³. Depois, aqueles a que caberia, por via da própria extração social¹⁴ ou da experiência profissional ou sindical, escrever a história do movimento operário, negligenciavam já e continuariam a negligenciar a análise do seu papel no advento da ditadura. Em resultado disto, Pacheco Pereira¹⁵ queixava-se, já em 1981, que “Não abundam em Portugal trabalhos de índole bibliográfica e neste setor da história social nem sequer existem. [...] passando-se à margem de textos importantes que permanecem desconhecidos.”, o que justificava com o facto de ninguém

⁸ Medeiros, 1976; Quintela, 1976

⁹ Cabral, 1976a: 873.

¹⁰ Cabral, 1976a: 878

¹¹ Não poderá deixar de ser sintomático que ao atualizar, uma vez mais, a bibliografia da investigação sobre o fascismo português, António Costa Pinto faça justamente reportar a Villaverde Cabral e a Lucena as primeiras interpretações produzidas em Portugal, a que associa a ideia de que as interpretações sobre o salazarismo se foram tornando cada vez menos politicamente orientadas (1992b:47) – facto que não só confirma o seu conhecimento das outras obras publicadas no mesmo período, e a que aparentemente não confere importância, como confirma a mudança historiográfica aludida.

¹² Carta apresentada no “Introito” de *O Sindicalismo em Portugal* (1973), do mesmo autor.

¹³ Igual ideia é dada por Bento Gonçalves na “Nota Preambular” à 1ª edição, clandestina, de *Palavras Necessárias*: “Esta tarefa começa contrariada pela fundamental dificuldade da falta de documentos escritos e baseia-se toda em elementos de memória, provindos de leituras esparsas sobre alguns acontecimentos mais salientes e do conhecimento direto que tivemos de algumas fases e lutas do movimento operário no país.

¹⁴ Não será de somenos importância que o próprio Carlos Fonseca afirmasse ter banido conceitos ideológicos como *consciência de classe* (1976, vol.IV:13) da sua obra, quando já antes escrevera que esta “[...] materializa uma ideia fixa a que não foi estranha a [sua] origem social.” (1976, vol.I:18)!

¹⁵ Pacheco Pereira referia-se especificamente à história do movimento operário, mas a inferência aplica-se sem peias ao processo revolucionário russo. Este tipo de obras a que Pacheco Pereira alude acabaria por fazer moda na passagem da década de 70 para a de 80. No entanto, a despeito de algum trabalho notável de compilação bibliográfica, a verdade é que, por razões que se explicam na I Parte deste trabalho, são ainda inúmeras as faltas e o acesso às obras de referências é, por vezes, tão ou mais difícil que o acesso às fontes. Ressalve-se, contudo, que Pacheco Pereira mantém, na *internet*, uma das mais amplas e completas compilações bibliográficas sobre comunismo, anarquismo e a história do PCP.

estar “[...] para se aborrecer, perdendo o seu tempo com tarefas deste tipo em vez de fazer investigações de maior fôlego e prestígio.”¹⁶.

Em face desta tese, o artigo de Cabral quase nada mais acrescenta, mas tem-se prestado a explicar uma notável falta de referências ao movimento social português e, por lógico acréscimo, à Revolução Russa, que nele tanto influi, até no âmbito de um fenómeno de que chegam a ser justificação e contraponto político. Avaliando os problemas e perspectivas de interpretação em que o Estado Novo tem lançado os investigadores nacionais e estrangeiros, a voltas com as filiações e nomes que há de ter, esperar-se-ia que também o hipotético desnorte anarquista e comunista do movimento social, que a República reprimiu, o exemplo russo contaminou, e a que o 28 de Maio sobreveio, pudesse ter feito escola – mas não fez. Sem adiantar o que caberá ao estado de arte, seria injusto dizer que tais referências se resumem à ideia do terror burguês ante a ameaça comunista ou à invocação das disputas ideológicas no meio sindical como forma de justificar ou desculpabilizar a sua incapacidade para travar os avanços das “direitas”, encontradas, respetivamente, nos estudos do “advento do fascismo” e nos do movimento operário. Não se anda longe, contudo, e o mais, e mais interessante, são algumas análises pessoais, memórias e relatos em primeira mão, que parecem subsistir até aos anos sessenta como produto ou alternativa aos consabidos condicionamentos.

É assim, portanto, que esta tese procura agora descrever e analisar a receção e perceção¹⁷ da Revolução Russa ao nível da imprensa portuguesa da época e dos grupos e interesses que esta representa, num período que vai desde as primeiras referências ao golpe constitucionista russo de fevereiro de 1917 até ao golpe militar de 28 de maio de 1926, procurando determinar como atuam sobre a crise do sistema demoliberal da I República Portuguesa e o advento da ordem ditatorial. Não a ocupando demandar ou provar o simples impacto, que tal associação e lapso de análise devem supor já, move-a chegar, pela origem e teor das representações, à perceção que dele se vai tendo ao nível da imprensa e à forma como influencia e condiciona a ação e relações dos grupos aí representados. Move-a também a abordagem convergente e simultânea da Revolução Russa, da I República e da imprensa portuguesa de época. Move-a, finalmente, suprir uma lacuna da historiografia portuguesa.

Vertidos para esta tese, tais objetivos são não só limitados a um período de dez anos, como à utilização da imprensa de época como fonte das representações a estudar. À primeira opção assiste tão só o confinamento temporal entre o início da Revolução Russa e o que se avalia serem as suas consequências em Portugal, sem sacrifício de uma análise suficientemente ampla e fundamentada. Embora sejam três, pelo menos, as revoluções que a Rússia conhece nas primeiras duas décadas do século XX, o que aqui se entende por Revolução Russa é o processo de ascenso, tomada e controlo do poder pelos bolcheviques, que se inicia com a Revolução de Fevereiro (março) e a abdicação de

¹⁶ Pereira, 1981a: 989.

¹⁷ Designa-se aqui por receção o processamento noticioso da Revolução Russa, bem como os fatores e fenómenos que sobre ele atuam; já por perceção, entende-se o conjunto de atitudes decorrentes da compreensão desse processamento informativo.

Nicolau II¹⁸ – assim se lhe refere a sobeja maioria dos especialistas, sem maior comprometimento de sentido ou limite, e assim se lhe refere também esta tese, que, rejeitando fazê-lo reduto ou responsabilidade de um grupo¹⁹, di-lo mais facilmente russo, folgado termo, do que reduzido a um mês ou a um dos seus episódios²⁰. A análise, portanto, coincidirá com o que vulgarmente se toma pelo início do processo revolucionário, mas não com o fim, que um grande número de autores afina em 1921, com o fim da Guerra Civil e o lançamento da Nova Política Económica, mas que esta tese encontra nas Grandes Purgas estalinistas de 1937-38, não só porque mais e melhor se vê em pleno processo revolucionário²¹ do que num arrepio ainda mais indefinido deste, mas também porque, como bem escreve Sheila Fitzpatrick, “(...) Russian society remained highly volatile and unstable during the NEP period, and the party's mood remained aggressive and revolutionary.”²².

Já na opção pela imprensa portuguesa de época, reconhece-se a sua representatividade como meio de comunicação de massas por que perpassa, da origem ao conteúdo informativo, a atividade e ideário de quase todas as posições e interesses a considerar, mas também a vontade de a reconsagrar como fonte²³, na sua dupla condição de registo e partícipe da História. Em Portugal, de facto, a imprensa como fonte histórica parece esperar ainda alguns desenvolvimentos, sendo tarefa árdua encontrar, no âmbito da investigação em história ou mesmo em ciências da comunicação, obras que reflitam ou referenciem um marco comum para a sua utilização ou que exclusivamente se lhe atenham, conquanto sirva a não poucas. Conforme a entende esta tese, e porque tão bem a serve, pode e deve ter um papel determinante num país com tão larga história de censura e tão curta produção livreira.

Em primeiro lugar, constitui uma ótima fonte documental, não só por fixar o conhecimento

¹⁸ As causas da Revolução radicam na história da Rússia e não cabe a este trabalho descortiná-las ou discuti-las, posto que o fazem já, e melhor, autores como E.H. Carr, Marc Ferro ou Sheila Fitzpatrick; tão pouco lhe cabe verberar sobre a natureza desse mesmo processo, a que Barrington Moore Jr., Jeffrey Paige, Crane Brinton ou Theda Skocpol, entre tantos outros, deram também um enorme contributo.

¹⁹ Impõe-se lembrar que a força política que, a 7 de novembro, avança para o poder, se chama ainda Partido Operário Social-Democrata da Rússia, que não terá outro nome até março do ano seguinte, e que o seu programa é ainda aquele que as fações menchevique e bolchevique acertaram no congresso de 1903.

²⁰ Outubro, afinal, só na Rússia; no entanto, os contemporâneos russos, e entre eles Lenine, referiam-se-lhe como “Golpe de Outubro”, “Levantamento de 25”, “Revolução de Novembro”, “Revolução Bolchevique”, “Golpe Bolchevique”, ou simplesmente “Outubro”; no seu X aniversário, dá-se mesmo a consagração oficial de “Grande Revolução Socialista de Outubro”: *Великая Октябрьская Социалистическая Революция, Velikaya Oktyabr'skaya sotsialisticheskaya revolyutsiya*.

²¹ Referindo-se ainda às diferentes fases do processo, Fitzpatrick escreve: “The different stages – the February and October revolutions of 1917, the Civil War, the interlude of NEP, Stalin's 'revolution from above', its 'Thermidorian' aftermath, and the Great Purges – are treated as discrete episodes in a twenty-year process of revolution.” (1994:4)

²² Fitzpatrick, 1994: 3. Lê-se ainda: “The Bolsheviks feared counterrevolution, remained preoccupied with the threat from 'class enemies' at home and abroad, and constantly expressed their dissatisfaction with NEP and unwillingness to accept it as final outcome of the Revolution.” (*ibidem*)

²³ Torres Ramirez escreve que “[...] el término ‘fuente’ tomado en sentido amplio puede nombrarse cualquier material o producto, ya original o elaborado, que tenga potencialidad para aportar noticias o informaciones o

sobre um suporte material, como por representar um acervo coevo e imediato da ação humana, por proceder ao registo corrente dos factos sociais, culturais e políticos mais relevantes²⁴, mas também dos mecanismos inerentes à sua apreensão e representação, de uma linguagem e de um discurso²⁵. Depois, distingue-se pela clareza, simplicidade e imediatismo no seu processo de criação, sem deixar de veicular uma opinião, posto que inerente à seleção e transmissão de uma notícia, há sempre uma manipulação do conhecimento a apreender pelo público leitor, numa recriação do real: a leitura aproxima o leitor do seu quotidiano e daquele do autor, numa “[...] interação verbal entre os indivíduos [que] é o processo de natureza social, não individual, vinculado às condições de comunicação que, por sua vez, vinculam-se às estruturas sociais – o social determinando a leitura e constituindo seu significado.”²⁶. Permite ainda rastrear biografias e a atividade dos jornalistas, políticos, intelectuais e os jornais da sua colaboração, permitindo aceder ao seu discurso e interesses. É um efetivo meio de socialização, capaz de criar e refletir uma consciência nacional e uma opinião pública, difundindo ideias e argumentos que expressam os interesses de uma classe ou grupo dominantes e articulando-se com os demais aspetos da vida social e simulando uma participação abstrata dos cidadãos. Ao mesmo tempo, é um agente de mudança social, acusando, por isso mesmo, a necessidade de uma permanente adaptação ao contexto²⁷. Finalmente, e como averba António Nóvoa, “[...] permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente.”²⁸. Porém, e conforme Gramsci propusera já²⁹, esta tese entende que a imprensa não fala pela opinião pública, mas apenas por si e pelos interesses que representa.

Limitadas que possam parecer e revistas que foram os mais diversos postulados historiográficos e teóricos sobre a imprensa, tais opções determinam e condicionam a metodologia a seguir nesta tese. Impõem, em primeiro lugar, que se proceda à identificação de uma imprensa com

que pueda usarse como testimonio para acceder al conocimiento.” (2002: 317).

²⁴ Nóvoa (2002: 31), tratando da imprensa como fonte para os estudos da história da educação, afirma que “As suas páginas revelam, quase sempre a ‘quente’, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do quotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam.”

²⁵ Linguagem, na definição de Fiorin (1990: 52), é aqui entendida como “componente da comunicação que tem como finalidade última não apenas informar, mas persuadir o interlocutor a aceitar o que está sendo comunicado”; já o discurso (*idem*: 31) é uma “unidade do plano de conteúdo; é o nível do percurso gerativo de sentido, em que formas narrativas abstratas são revestidas por elementos concretos. Quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto”.

²⁶ Soares, 2002: 18.

²⁷ Como explica Teun Van Dijk (2000:32): “En el estudio del discurso como acción e interacción, el contexto es crucial. [...] El discurso se produce, comprende y analiza en relación con las características del contexto. Por lo tanto, se interpreta que el análisis social del discurso define el texto y el habla como situados: describe el discurso como algo que ocurre o se realiza “en” una situación social.”

²⁸ Nóvoa, 2002: 11.

²⁹ Gramsci, 1978: 65.

uma relação descritiva e participativa com as formas de organização, relações de poder, discursos, conflitos, e evolução ideológica dos movimentos, classes e grupos sociais, e que não só permita reconstituir um determinado contexto histórico, conforme propõem autores como Foucault, Maingueneau ou Teun van Dijk³⁰, como um quadro de estudos amplo e representativo. Em todo este processo, contudo, importará ter em conta que a atividade da imprensa não depende mais de um facto do que de qualquer outro, importando que uma tal identificação não se subordine à necessidade de chegar à receção e perceção da Revolução Russa, subvertendo aquela que pode ser a dimensão do fenómeno em face de outros e da sua própria representação – ou seja, que o processo revolucionário russo seja representado em função dos demais acontecimentos nacionais e estrangeiros e vice-versa, sem que isso se traduza numa demanda de tipos específicos de imprensa.

Impõem, depois, que se proceda à seleção de uma amostra. Critérios como disponibilidade³¹ e formato, tiragem e difusão, tipo e filiação do jornal e sua duração e local de edição, formulados sob a leitura de literatura especializada e do contacto com a imprensa de época e já previamente ensaiados, apontaram à necessidade de organização e racionalização do tempo e da informação, à crença de que uma maior dimensão e impacto de um jornal se traduzem num maior interesse no seu arquivamento e conservação, e ao ensejo de transpor para a análise o relevo e a proporção dos mais distintos tipos de publicações, valorizando as que, pela maior duração coincidente com o lapso em estudo, melhor se prestam à análise da receção e do impacto e das suas eventuais tendências ou alterações. No entanto, ainda que tenham permitido seriar uma representativa amostra de três dezenas de publicações entre as quatro centenas conhecidas no período em estudo, não só excluíram alguns títulos semanais ou quinzenais com a importância da *Bandeira Vermelha* ou do *ABC*, ou ainda outros, como o *Diário de Lisboa* ou *O Norte*, de publicação intermitente ou apenas parcial dentro do lapso de análise; como acabaram não só por ceder primazia aos jornais que, pela sua associação às cúpulas do poder político e económico, parecem conhecer uma maior regularidade e estabilidade, como por assumir para as distinções entre imprensa generalista e ideológica e entre imprensa burguesa e operária, diferenças de representação e perceção, que nem dependem tanto da filiação de um jornal, como do contexto e condições de receção.

Longe da inutilidade que se lhe pode supor, tal seriação foi apenas rematada pelo derradeiro critério de deixar falar as fontes e compreender como estas se convocam para o palco da confrontação ou da adulação ao sabor dos acontecimentos, parando apenas ante a perceção da redundância da consulta de algumas outras. Daqui derivam, portanto, as quarenta e cinco publicações que servirão definitivamente a esta tese, cuja análise se faz em ponto próprio e cujos dados³² se apresentam em

³⁰ Vide Foucault (2005), van Dijk (2000) e Maingueneau (1993). Este último diz, do discurso jornalístico, que é o resultado da sua posição sócio-histórica, e, portanto, estribado pelo contexto de criação (1993: 14).

³¹ Em Portugal, recorde-se, o depósito legal é estabelecido em 1923, e o depósito legal de publicações impressas só passa a ser obrigatório a partir de 1931.

³² Tal caracterização é produto quer de um trabalho prévia e especificamente encetado nesse sentido, quer do

anexo – é que será pertinente ler, com a qualidade e estampa de um DN, sobre os “Acontecimentos em Petrogrado”, mas lê-lo também compreender como, ao repto de “Proletários de todo o mundo...”, o mal estampado *Avante!* de 1919 alarma a burguesia. Muito naturalmente, um tal número explica-se na ideia de que aumentando os títulos, aumentam os limites da caracterização, da análise e da qualidade deste estudo; mas explica-se também pelo facto de nunca se publicar num mesmo momento a totalidade destes títulos e de não serem tantos ou tão certos os dados conhecidos ou disponíveis para a imprensa da época. Depois, conquanto sejam órgãos de referência ou baseiem ou mimetizem, em muitos casos, a informação de outros jornais, nem mesmo uma tão ampla amostra pode dar conta da profusão de outros jornais, diários ou não, urbanos, regionais, insulares ou mesmo coloniais, nem daquela vinculada a atitudes de classe específicas, quer entre o patronato, quer entre o operariado.

Superada esta fase, impõe-se ainda proceder a uma seleção dos artigos, à sua leitura e análise das fórmulas e mecanismos de elaboração das representações, avaliando em que medida tendem, ou não, para uma produção de discursos mais ou menos tipificados; finalmente, que se avalie o impacto e fixação dessas tipificações no sentido de uma associação ou dissociação a possíveis disputas ideológicas, em função de aspetos como a sua origem, o seu conteúdo, a sua relação com as características do suporte e com o contexto da sua produção. Pretende-se, pois, chegar não apenas ao tipo de mecanismo de receção e elaboração de uma ou várias tipologias de representações, mas também ao teor das relações que se estabelecem entre distintos grupos e interesses e os órgãos de imprensa que lhes são contrários ou favoráveis, determinando se agem individualmente ou por reação, quer ao nível organizativo, quer ao nível dos ideários entre movimentos que defendam ou se oponham ao modelo demoliberal. Pretende-se também, para além das contribuições tidas por certas pela maioria dos investigadores, como a difusão do marxismo e de um modelo de partido único, compreender se outras houve, mais ou menos relevantes, ou se atuou mormente como um catalisador sobre condições previamente existentes ou então introduzidas.

Tudo isto se socorre, entretanto, de uma análise da construção discursiva³³, de conteúdo e da comparação contrastiva entre as fontes de imprensa e entre estas e outras obras, sem as quais o modelo não estaria, entretanto, completo. À primeira cabe apenas atentar na forma como os discursos são criados à luz do contexto histórico em que se integram. A análise de conteúdo permite, para além do que no texto tem um carácter meramente informativo, descortinar e compreender o que é subjetivo e veiculado a fim de influir sobre o público leitor. A comparação contrastiva, por seu lado, permite confrontar os conteúdos das diversas fontes de imprensa entre si e com o de outras pertinentes, mas também os temas e linhas de investigação a desenvolver aqui com os de outros investigadores.

Explanados que foram, assim, os problemas, objetivos e metodologia desta tese, restará,

contacto direto com as fontes, mas sempre devedor do esforço de Matos e Lemos (2006).

³³ Construção discursiva, como a define Foucault, é a capacidade de reconhecer: “[...] semelhantes sistemas de dispersão entre certo número de enunciados e uma regularidade do discurso entre os objetos, os tipos de

porventura, fazer uma curta referência à sua organização e estilo. No que respeita à organização, importará dizer que o corpo da tese se divide em três partes – esta é a estrutura que consagra não só a importância que a imprensa e a sua análise têm para esta tese, mas também a ideia de um diálogo histórico entre a Rússia e Portugal. Assim, na primeira, faz-se uma revisão crítica da bibliografia historiográfica estrangeira e nacional, bem como de algumas outras obras nacionais de que esta tese é largamente tributária. Na segunda parte, consagrada a algumas generalidades, procede-se a uma caracterização da imprensa portuguesa de época, a uma comparação entre Portugal e Rússia e ainda a uma reconstituição das relações entre os dois países. Já à terceira, finalmente, cabe uma análise paralela da receção e da perceção do impacto da Revolução Russa na imprensa portuguesa, a que assiste a necessidade quer de distinguir entre a profusa uniformidade informativa e aquelas que são as atitudes específicas assumidas dentro de cada jornal, quer de amortecer, na abordagem de um fenómeno concreto, o impacto que uma receção decorrente de fortes condicionamentos informativos poderia ter sobre a ideia da perceção, quer ainda de trazer à análise da receção a contextualização internacional de que carece para ter a ordem e o sentido de que a análise da perceção beneficiará já numa relação concreta com o contexto nacional. Diz-se paralela, porque mesmo enformando subpartes distintas, Receção e Perceção encerram um semelhante número de capítulos e pontos, temática e cronologicamente correlacionados. Uma tal organização reconhece e realça a existência de uma periodização intrínseca a dois fenómenos – o processo revolucionário russo e a crise do sistema demoliberal português – e dentro da qual estes podem estruturados e analisados, isolada ou conjuntamente, sem confusão ou assimilação de nenhum, e determinando quais foram as interferências de todos os acontecimentos: no primeiro período, compreendido entre 1917 e 1918, focam-se os derradeiros anos da guerra e os seus efeitos tanto na desestabilização política europeia, como no condicionamento da representação da Revolução Russa; no segundo, entre 1919 e 1921, procede-se a uma abordagem da Guerra Civil russa e da defesa do processo revolucionário à luz do desenvolvimento do movimento social português e do surgimento de uma nova imprensa operária; no terceiro, entre 1921 e 1924, atenta-se na aplicação da NEP, na questão do reconhecimento diplomático da URSS e na internacionalização da ameaça comunista em face da cisão operária, da pulverização das forças demoliberaes e do impacto do fascismo e do riverismo na agregação das forças conservadoras; no derradeiro, de 1924 em diante, analisa-se a chegada de Estaline ao poder, a internacionalização da ideia da ameaça comunista e o aprofundamento da crise política em Portugal e o advento da ditadura.

Nota diversa, mas ainda assim afim a estourtas de carácter teórico-metodológico, é a que cabe ao estilo. Neste ponto, esta tese procura, na já sugerida correlação entre receção e perceção, dar conta do processo revolucionário russo e da crise do sistema demoliberal português de forma simultânea e cronológica, por considerar que só assim é possível reproduzir a sua evolução, como a da imprensa que lhe dá suporte físico, como ainda a do contexto que integra. Destarte, intenta aproximar-se da

enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas” (2005: 43).

perspetiva do leitor da época, que não vê assim tão diferente do atual, em face de uma tão grande oferta de títulos, notícias, figuras e lugares e acidentes de uma geografia que sabe imensa e imensamente distante. Privilegia, portanto, e sempre que o sentido do texto e o espaço o permitem, a citação parcial ou integral destas notícias em face de quaisquer outras considerações. Porém, não crendo pertinente – tratando-se de textos da primeira metade do século XX – a manutenção da ortografia de época, salvo assinaladas exceções, este trabalho tinha-a já modernizada, quando o processador de texto, dando seguimento ao despacho ministerial, a reatualizou pelo Acordo Ortográfico – Althusser di-lo-ia não-violentemente vitimado pelo exercício do poder do Estado, mas nem há como fazer funcionar o *Word* ante uma profusão de “novos” erros.

Mas nem o problema se assemelhou tão grave quanto aquele da transliteração e uniformização da grafia de nomes e topónimos estrangeiros, mormente russos. Para ambos os casos e sempre que possível recorre-se a formas já consagradas na língua portuguesa ou noutros estudos de referência em português; nas demais situações, contudo, afinam-se as terminações mais comuns, em -ev, -ov e -ine, naquelas que noutros textos e fontes possam aparecer, respetivamente, como -eff, -off, -in ou quaisquer outras variações, aceitando ainda a terminação -sky, não só por ser a mais comum às transliterações da terminação -*ькуи*, mas por ser ainda a que vulgarmente distingue os nomes russos dos polacos, grafados com -ski. Para todas as outras situações, convencionou-se a utilização da grafia mais próxima da sua realização fonética, importando, afinal, deixar claro de quem ou de que lugar se trata, e referir-se-lhe sempre da mesma forma. Tratando especificamente dos topónimos, importará ter em conta que mudaram alguns e que outros ainda se perderam para o tempo ou a imensidão da Rússia (termo já por si impreciso) e de quase toda a Ásia, fazendo este trabalho por informar, em não poucos casos, da sua função e localização face aos acontecimentos.

Um problema adjacente e que vulgarmente se põe a outros trabalhos sobre a Rússia é o das datações, uma vez que o calendário Juliano, com treze dias de atraso em relação ao Gregoriano, vigorou aí até 14 de fevereiro de 1918 – e esta data refere-se apenas aos territórios sob controlo bolchevique, posto que naqueles ocupados pelas forças Brancas, o calendário Juliano manter-se-á em uso até ao final da Guerra Civil, em 1920. Partindo de uma análise da imprensa portuguesa, no entanto, só raríssimas vezes ele se põe a este trabalho, que, então, apresenta as duas datas.

Cai também no estilo a questão das referências bibliográficas, em que não só se suprime, ou contrai com a preposição precedente, o artigo definido que integra o título de alguns jornais (ex.: o artigo do *Século*; O *Século* é...), agilizando a referência no corpo de texto e a leitura; como, e deliberadamente contrariando as normas de formatação e apresentação gráfica definidas pelo Departamento de História do ISCTE, se faz seguir à citação de uma fonte de imprensa a respetiva nota de referência ((título), data: número de página), não só por serem, nalguns casos, em tão grande número que ocupariam, em rodapé, uma boa parte da página, como por igualmente empecerem a compreensão do texto, como ainda por levarem a algumas repetições supérfluas.

Finalmente, este trabalho mantém no original todas as citações estrangeiras que apresenta, eximindo-se ao esforço de traduzir o que pode facilmente ser compreendido pelo mais inábil leitor de inglês, francês ou castelhano. Igualmente se exime da apresentação de uma tábula de notações, por considerar que as siglas e acrónimos utilizados, sempre introduzidos por extenso no texto, são ainda do conhecimento comum.

Posto isto, e contando ter introduzido suficientemente nesta tese, restará ainda, mesmo antes dos costumeiros votos de uma agradável leitura, uma explicação, crê-se que oportuna, da sua origem e percurso. Resulta esta de um projeto intitulado *Representações da Revolução Russa na Crise dos Sistemas Demoliberais da Europa do Sul entre 1917 e 1939*, em que se aventava a hipótese deste processo revolucionário, radicalizado nas suas representações de imprensa, ter favorecido o advento de uma ordem ditatorial em Portugal, Espanha e Itália, mas que, compreendidas as dificuldades inerentes a tamanha empresa e o curto desenvolvimento que a temática conhece, acabei reduzindo ao caso nacional e a um período mais curto.

Saído de uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas – variante de Estudos Portugueses, com que escapei ao desemprego ou a uma colocação a algumas centenas de quilómetros de casa apenas pela emigração a alguns milhares mais, tem surpreendido a opção por um doutoramento em História Contemporânea, ademais tratando da Rússia revolucionária e da não menos convulsionada I República Portuguesa. Justifico-o com um interesse pela área científica e pela matéria, que sempre e illogicamente tenho visto desprovidas de estudos.

São poucos, hoje, os que ainda se podem arrogar de ter vivido no primeiro quartel do século XX, mas muitos tiveram o seu pouco de Guerra Fria. Eu tive-a no urso Micha, no *Nikita* do Elton John e nas bulhas do pátio da escola: à pergunta “Índio ou Cowboy?”, respondia invariavelmente “Russo!”. Escolhendo lados, escolhia a URSS, porque tinha selos, brinquedos e desenhos animados bonitos e porque alguma razão havia para que o Carlos Fino ficasse tanto tempo num país tão frio. Não me aqueceu, portanto, assistir ao desaparecimento de um país por cujos destinos eu me batera e saíra tantas vezes vitorioso, mais por mau carácter do que por conhecimento; mas decorei os novos países que a desagregação criou e tive ainda, depois, de arranjar espaço para a nova geografia dos Balcãs.

Foi notável a eficiência e indiferença com que a escola e, por sinal, todo o mundo à minha volta se adaptaram à nova realidade. Adaptei-me também, até que, já no secundário e depois de me guiarem, incólume, da Pré-História à Revolução Industrial, de novo me travaram a atenção na Rússia, em que entrei por um filme de Eisenstein a tomar um chocolate com a Natalie no Café Pushkine – o que é um bom professor e a gente tê-lo! Importante foi ainda a descoberta da I República Portuguesa, talhada a bombas e ideais no canto que sempre me haviam vendido como o mais pacato da Europa. É preciso aceitar sem complexos e vergonhas a memória da juventude para compreender o que é gostar de certa forma de algumas coisas.

Foram inúmeras, entretanto, as voltas que dei, mas direi apenas que, terminando a licenciatura e já considerando a possibilidade de seguir para doutoramento, discutia com os professores Robert Rowland e Ângela Miranda Cardoso possíveis temas de tese, e foi o primeiro que sugeriu, conhecendo de antemão os meus interesses, um estudo do impacto da Revolução Russa na crise do sistema demoliberal português e, por acréscimo, do espanhol e do italiano – e não, não havia muita coisa escrita sobre o assunto, e sim, era isso mesmo que o justificava. Entretanto, o Professor António Costa Pinto cedeu-me a honra da sua orientação, o ISCTE acolheu-me como aluno e a FCT concedeu-me uma bolsa, porque, afinal, não era tão mau aluno de Filologia que não pudesse vir a ter alguma oportunidade em História – Esperaaaaança, cantaria o Solnado!

Durou a empresa mais do que a conta, é verdade, mas há trabalhos com trezentas páginas que se atêm a um dia da história da Humanidade e o meu atém-se a dez anos. São vinte dossiês de lombada larga, uma boa dúzia de CD de dados e cerca de quatro mil artigos de fundo, crónicas, imagens, notícias e notas, cuja simples compilação costumava ser matéria de respeito... no tempo em que os doutoramentos custavam boas notas, tempo e esforço – somos já “[...] práqui uma gentalha a fazer passamanes com a história [...]”, mas haja ECTS! Antes que o meu filho, portanto, lhes faça o que eu, apenas às contas de muito esforço e chá de camomila, deixei de lhes fazer nalgum dia de *Halny* ou Suão, cedê-los-ei, de bom grado, a quem os quiser. E durou, afinal, para que me trouxesse a vida a leste; para que visse progredir, de novo e por toda a Europa, os maiores exacerbamentos conservadores e nacionalistas, sempre, por estas bandas, apontados à Rússia; para que sentisse, como tantos outros, os efeitos de uma grave crise financeira com curiosa reincidência meridional; e para que a *New Eastern Europe*³⁴ me avisasse, já próximo de acabar esta tese, do fim da era pós-soviética e do negro futuro dos países da antiga União.

Muito se alteraram, entretanto, os meus interesses e mais ainda cresceram as minhas desilusões. Tenho agora mais certa, no entanto, a oportunidade desta tese, como tenho em crer que quem não a enxergar, quem julgar extemporâneos os estudos sobre a Rússia ou a União Soviética na ponta diametralmente oposta da Europa, ou quem disser absurda uma relação entre o processo revolucionário russo e o fim da I República, desse mesmo absurdo de que se faz o silêncio em torno do tema, não só persiste na incompreensão e desconhecimento da Rússia que caracteriza as coevas representações da imprensa a estudar aqui, como incorre em comprometimentos a que cõscia ou convenientemente se julga estar esquivando, e defrauda ainda ao advento da ordem ditatorial em Portugal uma parte substancial das suas causas, dos seus partícipes e dos seus efeitos, talhando curta a possibilidade de uma mais completa compreensão das suas origens, efeitos e significação.

³⁴ Portnikov, 2012: 59-62.

**I CAPÍTULO – O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA NALGUMA
BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA**

1. Apresentação e revisão bibliográfica

Um problema sempre caro a esta tese foi o da identificação dos estudos que especificamente abordassem o impacto internacional da Revolução de Outubro, cedo empreendendo uma pesquisa por inúmeras bases bibliográficas nacionais e estrangeiras, que bem depressa, porém, começaria a evidenciar os seus problemas. Em poucas palavras, estudos sobre a Revolução Russa ou sobre a União Soviética são muitos, estudos consagrados ao seu impacto no estrangeiro são alguns, referências na historiografia portuguesa são poucas, estudos apostados na articulação e análise das relações entre grupos distintos no âmbito da receção e formulação das suas primeiras representações e seu impacto em Portugal são nenhuns, e à falta de maior especificidade, de tudo isto, igualmente, se terá que servir esta tese. Ampla e difusa, a bibliografia a apresentar reflete, assim, todos os problemas de uma compilação, cujo eixo continua a ser a receção e percepção do processo revolucionário russo, mas cujos limites se alargaram bem para além do pretendido ou inicialmente pensado, tocando a não poucos estudos e fontes, tanto estrangeiros como nacionais.

Com a compilação de obras estrangeiras não se pretende, é mor que se explique, coligir a totalidade dos estudos e linhas de investigação em torno da Revolução Russa, ou tão-pouco ensaiar uma caracterização do seu impacto noutros países, posto que não haveria coragem para tentar fazer em poucas linhas o que, para o caso português, levava alguns anos – o que se pretende, sim, é assinalar alguns dos distintos contributos estrangeiros para a história do impacto da Revolução fora da Rússia. Depois, proceder a uma compilação da bibliografia estrangeira não se justifica apenas pela possibilidade comparativa, mas ainda porque, apesar das representações veiculadas pela imprensa portuguesa serem intrinsecamente nacionais, pelo menos ao nível da produção do discurso, elas derivam quase sempre de notas de imprensa estrangeira, direta ou indiretamente recolhidas. Importa, assim, ter uma ideia, nem que muito geral, do que se escrevia lá fora, para melhor compreender o que passava cá dentro, e para compreender, igualmente, quanto se mudou e quanto vinha já mudado. Mas importa, igualmente, que na carência ou insuficiência dos estudos nacionais, não deixe esta tese de se sentir bem informada ou fundamentada.

Sobre estes, sem grande injustiça se pode afirmar que raras vezes se ativeram ao processo revolucionário russo³⁵, e, quando o fizeram, foi curtamente e atentando ou na sua ação ideológica na reorganização dos movimentos operários nacionais, à medida que procuravam registar ou definir a penetração do comunismo; ou no seu impacto na I República e nos estratos sociais que perfilharam e prepararam a ascensão do salazarismo, em alusões que não vão além de uma frase e enformam a ideia de uma ameaça que pesa sob a sociedade burguesa, ou, com alguma simpatia e aprofundamento, uma

³⁵ Joaquim Palminha Silva (1984) escrevia: “Não existe, até ao momento em que concluímos este trabalho, nenhum estudo nem inventário sobre obras de propaganda, divulgação ou crítica, tanto à revolução como à Rússia dos Sovietes; obras da autoria de portugueses ou traduções que editoras de ocasião ou casas de nome feito lançaram no mercado a partir de 1981.” (*idem*: 315). Deste então, não foram muitos mais os contributos.

ameaça entre as outras que vêm tomando o sistema demoliberal. Nesta ligeireza, pesam seguramente os quarenta e oito anos de ditadura, e o distanciamento geográfico e político entre os dois países, cujas relações diplomáticas se interromperam de 1917 a 1974, mas se tal se aceita a obras que sacrificam o pormenor a uma visão de conjunto, não será perdoável àquelas cujo objeto de estudo é vulgarmente tido como o contraponto político e ideológico à solução apresentada pela Revolução Russa – e destas, há-as em grande quantidade. Nesta ligeireza, porém, pesa ainda a dificuldade em aceder a teses de mestrado ou doutoramento, o desleixo com a sua publicação e integração nos acervos bibliotecário, e também o facto de haver investigadores, que, desenvolvendo o seu trabalho fora do país, não querem ou não podem pô-lo ao alcance interno. No entanto, e antes que a crítica vá mais longe, convirá notar que também em Portugal existem obras de curiosos, que, sob as contingências históricas da época, vivenciaram direta ou indiretamente os acontecimentos, disso dando conta num profuso género ensaístico ou memorialista e cujo impacto é hoje impossível de avaliar. Alguns eram os portugueses na Rússia à época dos golpes de fevereiro ou outubro, alguns a visitariam no decurso do processo revolucionário; mas muitos mais foram os que, embora confinados à informação da imprensa e das obras de autores estrangeiros traduzidas, não deixariam de botar o seu discurso. Por si só, encorpam um fenómeno editorial distinto e inequivocamente mais amplo que o da produção historiográfica, em detrimento da qual, aliás, parecem ter subsistido como produto ou alternativa possível a inúmeros condicionamentos, sendo, por isso, digno merecedores da atenção que se lhes consagra.

Destarte, entre os títulos a apresentar abaixo, quase todos versam aquém ou além das especificidades desta tese, e se há os indubitavelmente pertinentes e interessantes não só pelo seu conteúdo informativo, mas também interpretativo, há ainda alguns sem mais valor do que a sua referência, mas referi-los será representar as orientações e os interesses que têm guiado as análises, visões ou posições face à Revolução Russa. Não havendo estudos estrangeiros consagrados ao caso nacional ou estudos nacionais de casos estrangeiros, nem quaisquer relações de relevo entre obras publicadas no estrangeiro ou em Portugal, esta compilação divide-se em duas partes, entre bibliografia estrangeira e nacional³⁶: na primeira, e numa organização decorrente do modo como se chegou a este conjunto de títulos, distingue-se entre estudos de carácter geral, sobre o impacto da Revolução Russa, e memórias e relatos em primeira-mão; na segunda, distingue-se apenas entre estudos historiográficos e todas as outras fontes. O que abaixo se apresenta, portanto, é a convergência possível de tudo o que pode coadjuvar a empresa a levar a cabo, como fundo documental sistemático, amplo e representativo, não só para quantas questões se tratem, mas também de quantas sejam as abordagens.

³⁶ A esta parte, integram-na, contudo, algumas obras estrangeiras com edição portuguesa, posto entender-se aqui que entroncam num mesmo fenómeno editorial.

1.1 Bibliografia Estrangeira

1.1.1 Obras de carácter geral

A recente publicação de *The Russian Revolution and Civil War, 1917-1921: An Annotated Bibliography* (2006), de Jonathan D. Smele veio compilar e atualizar o *corpus* bibliográfico sobre o processo revolucionário russo, em cuja profusão até o investigador mais atento se poderá perder. Atendo-se a um período específico (1917-1921), o autor retoma o trabalho compilatório no ponto em que havia sido deixado por Victoroff-Toporoff (1931), Grierson (1943), Horecky (1965), Meyer (1972) e, mais recentemente, por Arans (1988) ou Frame (1995), não se limitando, como a maioria destes, a trabalhos em inglês, mas em inúmeras outras línguas, num total de 5888 entradas, tematicamente organizadas e anotadas. Depois, supera ainda o limite da produção académica para abarcar variados relatos jornalísticos ou memorialistas e mesmo algumas obras de ficção literária que a Revolução tenha inspirado. Conquanto passe ao lado da língua portuguesa, serve a uma percepção geral do sentido que a investigação tem tomado, tanto em distintos países, como em distintos períodos. Para além disto, na sua extensão e completude, suplementa outras compilações bibliográficas conhecidas sobre o movimento operário e o anarcossindicalismo, como a de V. L. Allen, *International Bibliography of Trade Unionism* (1968), ou a de Leonardo Bettini, *Bibliografia dell'Anarchismo* (1972), entre algumas outras.

A relevância que a obra de Smele assume na atualização de qualquer estado de arte sobre a Revolução Russa, assume-a também nesta tese; no entanto, e tratando-se de uma obra de índole bibliográfica, não deixará de viver, como esta tese, de outras obras que compile. Na impossibilidade de mencionar todas, refiram-se aqui algumas da histórias gerais da Rússia e União Soviética que dignificariam a biblioteca de qualquer investigador: *A History of Russia* (1993), de V. Riasanovsky faz introduz larga e solidamente nos últimos dois séculos da história da Rússia; todavia, para uma boa caracterização da Rússia do século XIX e das últimas décadas do impérios vejam-se *The Russian Empire, 1881-1917* (1967), de Hugh Seton-Watson e *Russia in the age of modernization and revolution, 1881-1917* (1983), de Hans Rogger. A história do movimento revolucionário não passa sem *Roots of Revolution: A History of Populist and Socialist Movement in 19th century Russia* (1969), de Franco Venturi, como as revoluções de 1917 não passarão sem *Histoire de la Révolution Russe* (1930), de Leão Trotsky, *Year One of the Russian Revolution [1930]* (1973), de Victor Serge, *La Révolution d'Octobre* (1972), de Marc Ferro, *The Russia Revolution from Lenin to Stalin, 1917-1919* (1979), de E. H. Carr, *The Russian Revolution* (1982), de Sheila Fitzpatrick e, mais recentemente, *A People's Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924* (1996), de Orlando Figes. Algumas boas histórias da União Soviética podem ser encontradas nos três monumentais volumes de *A History of Soviet Russia* (1950-1978), de E. H. Carr; em *Utopia in Power: The history of the soviet union from 1917 to the Present* (1986), de Aleksandr Nekrich e Mikhail Heller; em *First Socialist Society: A History of the*

Soviet Union From Within (1993), de Geoffrey Hosking; em *A History of the Soviet Union from the Beginning to the End* (1999), de Peter Kenez; a até em *A concise history of the russian revolution* (1996), do comprometido Richard Pipes.

Sobre o sistema político soviético e sobre a sua política externa vejam-se, *How Russia is Ruled* (1965), de Merle Fainsod, *The Communist party of the Soviet Union* (1970), de Leonard Shapiro; *The making of the Soviet System* (1985), de Moshe Lewin; e *Expansion and Coexistence: Soviet Foreign Policy 1917-1973* (1974), de Adam Ulam. A melhor história económica da União Soviética é ainda aquela escrita por Alec Nove, *An Economic History of the USSR, 1917-1991* (1992).

No que respeita às biografias, deve-se contar com um grande número de estudos, mas também com o registo eminentemente autobiográfico de algumas memórias e depoimentos. Ainda que sejam em grande número os estudos sobre os Brancos, serão seguramente poucos ou nenhuns aqueles consagrados às vidas das suas figuras de relevo, a que somente se acede por vida das memórias que possam ter deixado – ver-se-ão algumas. Já os bolchevistas mereceram sempre excelentes estudos: *Revolutionary Silhouettes* (1967), de A. Lunacharsky e *The bolsheviks and the October Revolution: Central Committee Minutes of the Russian Social Democratic Labour Party (Bolsheviks), August 1917-February 1918* (1974), com edição do Institut of Marxism Leninism, persistem como duas das compilações gerais de maior importância. Sobre Lenine, não perderam a relevância obras como *Lenin and the Bolsheviks* (1965), de A. Ulam; *V.I.Lenin: An Annotated Bibliography of english language sources to 1980* (1982), de D. Egan e M. Egan; *Lenin: notes for a biographer* (1971), de L. Trotsky; e *Lenin in 1917* (1994), de V. Serge. R. Tucker é ainda o melhor biógrafo de Estaline com *Stalin as a Revolutionary 1879-1929* (1973) e *Stalin in Power: The Revolution from above, 1928-1941* (1990); ressalve-se, porém, uma obra mais de Ulam, *The man and his era* (1973) e outra de Trotsky, *Stalin: An appraisal of the man and his influence* (1946). A biografia de Trotsky continua devedora da obra autobiográfica *My life: the rise and fall of a dictator* (1930), mas igualmente do trabalho de Isaac Deutscher em *The Prophet Armed: Trotsky 1879-1921* (1954), *The Prophet Unarmed, 1921-1929* (1959) e *The Prophet Outcast, 1919-1940* (1963). Outras personalidades bolcheviques mereceram, igualmente, os seus estudos biográficos, embora em muito menor número³⁷.

³⁷ Sobre Litvinov, H. Philips escreveu *Between Revolution and the West: A political Biography of Maxim Litvinov* (1992). Lunatcharski conta com *The politics of soviet culture: Anatole Lunacharski* (1983), de T. O'Connor; deste autor é também o único trabalho conhecido sobre Krassine, *The engineer of revolution: L.B. Krasin and the bolsheviks, 1870-1926* (1992). O maior contributo sobre a vida Alexandra Kollontai foi aquele dado pela mesma em *The Autobiography of a Sexually Emancipated Communist Woman*, escrito em 1926 e reorganizado e editado apenas em 1971, mas devem ter-se também em também os trabalhos de B. Clements, “Emancipation through comunism: The ideology of A.M. Kollontai” (1973), “Kollontai's Contribution to the workers' Opposition” (1975) e *Bolshevik feminism: the life of Alexandra Kollontai* (1979), e ainda “Alexandra Kollontai: Essai bibliographique” (1973), de H. Lenczyc. Kamenev conta com “The making of a moderate bolshevik: An introduction to L. B. Kamenev's Political Biography” (1995), de C. Merridale; e Rakovsky, com dois estudos muito completos, *Christian Rakovski (1873-1941): A Political Biography* (1989) e *Rakovsky ou la Révolution dans tous le pays* (1996), de F. Conte e P. Broué,

Não será supérfluo informar que a relação feita atrás está longe de corresponder ou representar toda a literatura relativa à Revolução Russa ou mesmo aquela conhecida – as minorias e as nacionalidades, a mulher, as comunidades judaicas e ortodoxas têm também os seus historiadores e obras. Mais: agora, como abaixo, tal relação não tem a pretensão de incluir todas as obras importantes, mas apenas aquelas cujo contributo se reconhece a cada passo da elaboração desta tese.

1.1.2 Obras sobre o impacto da Revolução Russa

É lícito falar de um estudo do impacto internacional do processo revolucionário russo e, mesmo dentro deste, identificar algumas abordagens centradas na utilização da imprensa como fonte. Todos são, contudo, subsidiários dos demais desenvolvimentos historiográficos conhecidos na área, manifestando igualmente as suas tendências, razão por que, ainda antes de passar à apresentação dos títulos, se crê importante identificá-las.

De um modo geral, só pelo final dos anos sessenta se logra limpar a análise da Revolução de Outubro da carga ideológica que sempre lhe estivera associada e que tanto levava a historiografia liberal, com casos mais ou menos gritantes, a entendê-la como um *putsch* urdido em ambiente conspirativo e fanático contra uma sociedade passiva arrancada ao fervor religioso e ao labor campesino, como levava a marxista, mecanicamente, a entendê-la como inevitável porvir histórico e social. Todavia, já anteriormente, e ensaiando estudos dos impacto da Revolução no movimento operário, autores como Anthony van der Slice (1941) e Jean Bruhat (1951)³⁸, haviam tentado essa depuração ideológica. Vinte a trinta anos medeiam, portanto, as iniciativas de Slice e Bruhat e o grosso da investigação que, consciente ou inconscientemente, lhe vem na esteira. Edward Carr, autor daquela que continua a ser a grande história geral da União Soviética (1950-1978), só em final de carreira, por exemplo, deixa clara a ideia de que as mudanças na opinião ocidental face ao impacto da revolução, “[...] are to be explained by what was happening in those countries has much as by anything happening in Russia”³⁹. Ideia serôdia e já entretanto conhecida em trabalhos como *Soviet Communism and Western Opinion 1919-1921* (1965), de Edward M. Carroll; *The impact of the Russian Revolution, 1917-1967: The influence of Bolshevism on the World Outside Russia* (1967), compilação de ensaios de cinco investigadores organizada por Anthony Toynbee; “L’opinion publique et la guerre en 1917” (1968) de Pierre Renouvin.

respetivamente. Sobre Bukarine, conhece-se a edição recente das suas memórias, em *How it all began: the prison novel* (1998).

³⁸ Na linha de Bruhat, surgirão nomes como Pierre Broué (em Fay, 1967), Pierre Renouvin (1968) e Marc Ferro (1972). Foi, aliás, a partir deste último e da sua obra *La Révolution d’Octobre, L’Humanité en Marche* (1972), publicada em Portugal como *A Revolução Russa* (1975), que esta via de análise, então já relativamente consolidada no meios historiográficos, foi saindo progressivamente do domínio de uma estrita relação factual em que a grande maioria dos autores a tivera, para se atualizar em trabalhos de autores como Nicolas Werth ou Robert Laffont.

³⁹ Carr, 1978:25.

Estas são apenas algumas das obras apostadas no estudo geral do impacto. Outros autores têm experimentado análises menos extensas e apenas centradas no caso europeu ou num conjunto de países. As obras organizadas por V. Fay ou F. l'Huillier, respetivamente *La Révolution d'Octobre et le Mouvement ouvrier européen* (1967) e *L'Opinion publique européenne devant la Révolution russe de 1917* (1968), compilando inúmeros estudos de caso cada, são tidas ainda hoje como referenciais; *The 'Red Years': European Socialism versus Bolshevism 1919-1921* (1974), de A. S. Lindemann, encerra, para além de uma extraordinária compilação bibliográfica, a ideia de que os socialistas europeus, mais do que confundidos, beneficiaram das definições e polarização ideológicas que a revolução veio impor; *Revolutionary Situations in Europe, 1917-1922* (1977), de C. Bertrand e *The Effects of WWI: The Class War after the Great War – The Rise of Communist Parties in East-Central Europe 1918-1921* (1983) de I. Banac, permaneceram, até à publicação de *Challenges of Labour: Central and Western Europe* (1992), organizada por C. Wrigley, como as análises mais desenvolvidas da Europa Central, concretamente, da Alemanha, Áustria, Checoslováquia, Hungria e Polónia. A última, porém, contando com a análise de treze estudos de caso e com a contribuição de treze especialistas, é porventura a obra mais importante entre todas as publicadas nas últimas duas décadas.

No que respeita a estudos de casos nacionais, fará sentido, até pela proximidade e contactos internacionais desenvolvidos entre os movimento sindicais, começar pelo país vizinho, onde a primeira reflexão sobre o impacto da Revolução foi *El Sindicalisme a Barcelona 1916-1923* (1965), do reconhecido académico catalão A. Balcells, que o localiza na ação da CNT, da criação dos sindicatos únicos até aos episódios de violência urbana que conduziram ao golpe de Primo de Rivera. Na mesma linha surgirão, posteriormente, *The Revolutionary Left in Spain 1914-1923* (1974), de G. H. Meaker, apostado numa análise muitíssimo bem informada e documentada da incapacidade do Partido Comunista Español para se substituir aos anarcossindicalistas da CNT e aos socialistas da UGT-PSOE; *Parlamentarismo y bolchevización. El movimiento obrero español 1914-1918* (1978), de C. Forcadell, que aporta igualmente uma integração internacional do caso español; o artigo de P. Gabriel, “La revolución d'Octubre i la CNT” (1978), publicado em *l'Avenç*; também aquela que persiste como a melhor análise da CNT alguma vez escrita, *La CNT en los años rojos. Del Sindicalismo Revolucionário al anarcosindicalismo 1910-1926* (1981), de Bar Cedón; e, recentemente, *La fe que vino de Rusia: la revolución bolchevique y los españoles 1917-1930* (1999), de J. Avilés Farré.

Ainda uma outra linha de investigação pertinente na abordagem do caso espanhol, porventura até a mais antiga, é aquela votada às revoltas agrárias na Andaluzia, e que beneficiaria, logo em 1919, da publicação de *El espartaquismo agrario andaluz*, de Bernaldo de Quirós. Explicando o fenómeno à luz do impacto da Revolução, que catalisara a violência social inerente à própria realidade meridional espanhola, trata-se de uma obra arrojada, que mereceu tanta atenção na sua época como aquando da sua reedição, em 1974, mesmo porque então saíra já *Agrarian Reform and Peasant Revolution in Spain: Origins of the Civil War* (1970), de E. Malefakis. Desde então, a temática tem vindo a ser permanentemente atualizada pelo trabalho de inúmeros outros historiadores, como Díaz del Moral, em

Las agitaciones campesinas del periodo bolchevista (1985), e Barragán Moriana, em *Conflictividad social y desarticulación política en la Provincia de Córdoba 1918-1920* (1990).

Os estudos do impacto da Revolução Russa em Itália surgem, quase por arrasto, da atenção posta na cisão do Partido Socialista e na formação do Partido Comunista sob a direção de Bordiga e Gramsci. Isso não só parece explicar a sua emergência precoce entre vários autores italianos e estrangeiros, como a preponderância do tema, a que se conhecem apenas algumas exceções. Porém, é neste grupo que se integram tanto a obra inaugural de G. Pugliese, *Il bolscevismo in Italia* (1920), como outros trabalhos bem mais tardios, como “La Rivoluzioni d'ottobre e le sue ripercussioni nel movimento operaio italiano” (1958), de F. Ferri; “Gli anarchici italiani e la rivoluzione russa” (1962), de P. Masini; ou “Ordine pubblico e orientamenti delle masse popolari italiane nella prima metà del 1917” (1963), de Renzo de Felice, que, no entanto, reintroduzem o tema na historiografia italiana. Semelhantemente, nestes estudos negligenciam-se as lutas de tendência dentro do PSI, por uma caracterização do impacto da Revolução na sua mobilização, na ação e organização do movimento operário e na própria opinião pública italiana; tendência só seguida em “La rivoluzione russa e i socialisti italiani nel 1917-1918” (1967), de Torricelli; nos estudos de caso que A. De Clementi – “La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier italien” – e A. Gambasin – “La rivoluzione Russa nella stampa Venete del 1917” escrevem, respetivamente, para V. Fay (1967) e F. l'Huillier (1968); ou em “Il socialismo italiano di fronte alla rivoluzione Russa” (1976), de Clara Castelli.

As demais obras ou artigos são, pois, consagradas às dissidências internas dentro do PSI e à formação do PCI, incidindo com mais ou menos atenção na ação de cada um dos seus líderes, Serrati ou Gramsci. Escrita ainda em 1946, *Storia di quattro anni*, do veterano comunista P. Nenni, é uma sempiterna referência da formação do PCI, quer pela experiência do autor como pelas inúmeras bases documentais de que se socorre. Iguala-a em importância, porém, o artigo “Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci”, de um dos principais autores comunistas italianos, Palmiro Togliatti. Cumpre também referir tanto o artigo “Bordiga e Gramsci di fronte alla guerra e all Rivoluzione d'ottobre.” (1967), de A. Lepre, artigo preparatório da publicação, em 1971, *La formazione del partito comunista d'Italia* (1971); como *Storia del Partito Comunista italiano: Da Bordiga a Gramsci* (1967), de P. Spriano. Documentada como a de Nenni, partindo de uma investigação de fontes documentais dos arquivos nacionais italianos e da imprensa de época, conhece-se também a obra de S. Caretti, *La rivoluzione russa e il socialismo italiano* (1974). Obra essencial para a compreensão dos primeiros anos do PCI, da própria evolução política e ideológica de Gramsci e ainda dos seus escritos, continua a ser *Antonio Gramsci and the Revolution That Failed* (1977), de M. Clark.

Um aspeto interessante inerente ao caso italiano é que o estudo da história do PCI – e portanto do impacto do processo revolucionário russo – não desaparecerá por completo, mas conhecerá certo abandono nos anos cinzentos que seguem o assassinato de Aldo Moro e o fim do projeto de aliança do PCI com a Democracia Cristã, o que representará uma importante redução da sua importância eleitoral – trauma que ficará por mais que uma década e de que só pelo trabalho de autores estrangeiros se

recupera. Trabalhos como o de T. R. Ravindranathan, “A non-bolshevik bolshevik: The Trials and Tribulations of Giacinto Menotti Serrati 1917-1921 (1989), ou “Lenin, Italy and Fairy Tales 1919-1920”, de P. Melograni, espelham já uma nova linha de investigação, que, contrariando a força vulgarmente reconhecida ao movimento operários italiano, sugere que o seu ocaso não se deveu tanto à emergência fascista como a erros e dissensões internas.

À semelhança do caso italiano, também o efeito do impacto do processo revolucionário russo na rutura do movimento operário francês centra quase toda a análise, em que, contudo, se podem reconhecer algumas linhas de investigação bem definidas, como a do antimilitarismo crescente, a dos efeitos da Revolução na opinião pública francesa, e a formação do Partido Comunista Francês (1920) e sua progressiva estalinização até 1933. Talvez refletindo a preparação de um novo conflito, é exatamente em volta do antimilitarismo operário e da traição dos líderes socialistas e sindicalistas que andam os primeiros trabalhos conhecidos: em *Lénine et le mouvement zimmerwaldien en France* (1934), de J. Rocher, são conferidos a Lenine todos os méritos da conferência de Zimmerwald e da organização da oposição francesa à guerra; estratégia semelhante, embora mais apostada na crítica de socialistas e sindicalistas do que no papel de Lenine, segue A. Rosmer em *Le mouvement ouvrier pendant la première guerre mondiale: de l'union sacrée à Zimmerwald* (1936), a que dá continuação em 1959, subintitulando-a de *Zimmerwald à la révolution russe*. De realçar, ainda neste período, é *Les intellectuels français et le bolchevisme* (1938) de V. Drabovitch, que, antecipando o rumo da investigação francesa, apresenta já alguma reflexão sobre a resposta intelectual à Revolução.

Será apenas nos anos 60 que se conhecerá um surto de obras sobre a União Soviética. Verdadeiramente lamentável, no caso francês, é que o número dos trabalhos sobre o impacto da Revolução Russa esteja tão longe de igualar o das análises da revolução *per se*. No entanto, deste período ficarão algumas das melhores obras consagradas à temática. Data de 1964, por exemplo, aquela que é, ainda hoje, a melhor análise das divisões e rutura do movimento operário, *Aux origines du communisme français 1914-1920 Contribution à l'histoires du mouvement ouvrier français*, de A. Kriegel. Do mesmo autor é o artigo consagrado à França na coletânea de V. Fay (1967). Ainda antes, porém, se conhece um ótimo contributo para o estudo das relações entre Moscovo e Paris nos conturbados anos da guerra, em *French Communism in the Making* (1966), de R. Wohl; e J. Duclos, em *Octobre 17 vu de France* (1967) presta-se a uma detalhada reposição da cronologia revolucionária, associando-lhe a reação da opinião pública francesa pela análise de alguns documentos de época. Finalmente, em 1968, Marc Ferro carrega contra a forte polarização política do meio académico francês com a publicação de “Pourquoi février? Pourquoi octobre?”, desmistificando algumas das diferenças vulgarmente reconhecidas entre os dois golpes, pela crítica da base de legalidade que assiste ao primeiro em função do seu carácter revolucionário espontâneo, por oposição ao segundo, urdido sob a forte disciplina política bolchevique. Ferro, que já em 1967 polemizara com a publicação de *La Révolution de 1917. La chute du tsarisme et les origines d'octobre*, dá assim continuidade a uma depuração ideológica das análises do processo revolucionário russo, que passara vinte anos sem fazer

escola, atentando essencialmente nas diferentes aspirações e ações dos grupos envolvidos – tendência que manterá em 1972 com a publicação da obra *La Révolution d'Octobre, L'Humanité en Marche*.

Do início dos anos 70 realizam-se dois trabalhos de N. Racine: no primeiro, “Le Parti Socialiste (S.F.I.O) devant le bolchevisme et la Russie soviétique” (1971), o autor tenta compreender a recepção da ideologia bolchevique ao nível das estruturas do próprio partido socialista e seus efeitos na sua cisão; compreensão que, já na obra *Le parti Communiste Français pendant l'Entre-Deux-Guerres*, da colaboração do autor com N. Bodin, se socorre de inúmeras fontes de época e relatos em primeira-mão. Porventura já mais atento à deserção intelectual motivada pela progressiva estalinização do Partido Comunista Francês – já ensaiada, por exemplo, por C. Jefferson, em “Communism and the french intellectuals” (1969) – R. Gaucher publica, em 1974, *Histoire secrète du Parti Communiste Français*, trazendo à luz do dia a sua relação com o Partido Comunista da União Soviética e as subvenções recebidas para propaganda da própria figura de Estaline. Será, pois, à luz deste tipo de referências que P. Robrieux, na controversa *Histoire intérieure du Parti Communiste* (1980), irá bater-se pela proposta de um PCF esvaziado de verdadeira autonomia face à disposições do Komintern. Finalmente, assinala-se *L'Occident devant la révolution soviétique: l'histoire et ses mythes* (1980) e a sua interessante proposta de desconstrução dos mitos criados em torno da União Soviética no ocidente. Desde então, não se pode dizer que a análise historiográfica da Revolução de Outubro e da URSS não se tenha mantido em França, até com uma fidelidade e interesses hoje raros, mas nada de interessante se aditou, que se saiba, ao estudo do impacto do processo revolucionário e, portanto, a esta lista.

Passando ao caso britânico, uma ideia que aflora, não tanto pelo lido como pelo conhecido, é que existem quase tantos ou mais estudos consagrados à resposta governamental ao processo revolucionário russo do que aqueles propriamente apostados na análise do movimento operário, e mesmo estes têm, quase sempre, um âmbito local ou regional. As razões deste fenómeno não são conhecidas, mas se uma ideia há que percorre toda a bibliografia britânica conhecida, essa é a de que a agitação operária teve sempre uma feição económica e de que a associação ao bolchevismo foi sempre entendida como uma fraqueza até pela esquerda britânica. É tão velha, aliás, que pode ser já reconhecida nos trabalhos pioneiros de A. Hurd e A. Shadwell, respetivamente “The Great Siege: British Labour and Bolshevism” (1920) e *The Revolutionary Movement in Britain* (1921). Não têm continuidade imediata, porém, estes estudos e só a partir de 1956, com a obra *British Labour and the Russian Revolution 1917-1924*, de S. R. Graubard, se pode falar de um relativo retorno ao assunto. A obra, porém, assume uma extraordinária importância no contexto da sua publicação, não só por ser a primeira, mas porque a análise da reação dos partidos da esquerda britânica à Revolução de Outubro a que se presta, ademais relevando a importância de lutas de facção, não é, vulgarmente, do largo interesse dos investigadores. Não surpreenderá, portanto, que só M. H. Cowden, cerca de trinta anos mais tarde, em *Russian Bolshevism and British Labour* (1984), lhe dê continuidade.

Relativa profusão de estudos, conhece-se apenas a partir da segunda metade da década de 60. *The British Communist Party: Its Origin and Development until 1929*, de L. J. Macfarlane e publicada

em 1966, encerra uma importante análise dos efeitos da Revolução na formação e organização do Partido Comunista Britânico, que receberá, já em 1969, a contribuição de W. Kendall, em *The Revolutionary Movement in Britain 1900-1921*. Mas mais pertinente, e ainda em 1967, se assemelha o artigo “Hands off Russia: British Labour and the Russo-Polish War, 1920”, também de Macfarlane, e em que se demonstra que, quaisquer que tenham sido as dimensões dos efeitos da Revolução, não só lograram gerar um sentimento pró-soviético entre a classe trabalhadora, como as levaram a forçar o governo britânico, sob a ameaça de greve geral, a abster-se de uma intervenção no conflito russo-polaco. Ainda em 1967, R. Arnot ensaia uma análise mais ampla das reações à Revolução, em *The Impact of the Russian Revolution in Britain*, extrapolando o domínio meramente partidário em que ficara Graubard. Num artigo de extraordinária relevância, “1917-1919: The Implications for Britain” (1968), F.S. Northedge vem finalmente associar a guerra europeia à receção do processo revolucionário russo no Reino Unido, mostrando como a reação governamental, tão-só condicionada pela ameaça da paz separada, não logrou nunca assumir junto da opinião pública o carácter antibolchevista que Churchill pretendia conferir-lhe – esta orientação é mantida em 1982, quando o autor, em colaboração com A. Wells, publica *British and Soviet Communism: The Impact of a Revolution*. Antes, porém, ainda em 1979, a polémica obra *Britain and the Bolshevik Revolution: A Study in Politics of Diplomacy*, de S. White vem propor exatamente o contrário, ou seja, que as aparentes cedências britânicas e mesmo o reconhecimento da União Soviética se prestam apenas a velar a verdadeira intenção de manter a intervenção militar aliada em território russo.

Das últimas duas décadas conhece-se um estudo de Christine White, “Michael Hughes, Inside the Enigma: British Officials in Russia, 1900–1939” (1998) e *Propaganda and the First Cold War in North Russia, 1918-19* (2003), de Antony Lockley – duas boas análises da intervenção militar aliada na guerra civil russa. Mais recente, um interessante artigo de John Lawrence, “The Transformation of British Public Politics After the First World War” (2006), analisa o modo como a direita britânica se aproveita do que, segundo o autor, é a percepção da opinião pública de uma ameaça bolchevista na organização e ação Trabalhista e no governo de Lloyd George – pertinente proposta para um caso que carece de uma investigação mais ampla, mas que, até à data, não teve mais desenvolvimentos.

Ao contrário dos demais países, onde o número de trabalhos sobre a URSS decaiu no início dos anos 90, a Alemanha é um dos poucos casos a conhecer atualizações permanentes, nomeadamente ao estudo do impacto do processo revolucionário russo, tendo sido já o primeiro país a conhecer uma abordagem metódica e sistemática. De facto, logo pelos anos 50, o caso alemão merece contribuições tão importantes como “The impact of Russia on the Weimar Republic” (1951), de L. Kochan; *München und Moskau 1918/1919. Zur Geschichte der Rätebewegung in Bayern* (1958) de H. Neubauer, “The role of Russia in German Socialist Policy” (1959) e “The Anti-Russian Tide in German Socialism” (1959) de W. Maehl, que definem as principais linhas da investigação para o caso alemão desde então. A proposta de Kochan, porventura a mais vaga, sugere uma certa apetência de diversos grupos políticos alemães do pós-guerra para as soluções extremistas preconizadas pelo

bolchevismo; Neubauer apresenta a hipótese da Revolução Russa fornecer um modelo político para o governo revolucionário baváro, em que é, aliás, secundado por R. Löwenthal, logo em 1960, em “The Bolshevisation of the Spartacus League”; Maehl entende que a antipatia da social-democracia alemã para com este episódio revolucionário, a despeito da violência utilizada no seu esmagamento, não decorre de um verdadeiro sentimento antibolchevista, mas do facto de o governo alemão esperar assim alcançar a simpatia dos aliados e mitigar as dívidas de guerra.

Na sua maioria, os trabalhos publicados ao longo dos anos 60 darão continuação a estes temas. O interesse que mantêm junto de um grupo limitado de autores, porém, não parece influir no seu desenvolvimento. Publicada em 1961, *Die Kommunistische Partei Deutschlands*, de E. Colloti, não importará tanto pela análise como por comportar, para além das inúmeras referências a dois dos mais importantes títulos de imprensa comunista de época, *Die Internationale e Die Rote Fahne*, uma compilação monumental de toda a bibliografia anterior a 1960. Igualmente importante, mas mais interessante, é o artigo de A. Ascher, “Russian Marxism and the German Revolution 1917-1920” (1966-1967), que na análise do impacto da Revolução Russa sobre os acontecimentos na Alemanha, os inverte também no sentido da formação de uma percepção russa – o que se propõe, pois, é um condicionamento mútuo das situações revolucionárias nos dois países, perspectiva que é mantida por D. Geyer em “Sovjetrussland und die deutsche Arbeiterbewegung 1918-1932” (1964). As coletâneas de V. Fay e l'Huillier continuam a dar frutos: na primeira, Pierre Broué escreve “La Révolution Russe et le mouvement ouvrier allemand” (1967); na segunda, encontram-se os artigos “Bemerkungen zur Reaktion der herrschenden Klassen in Deutschland auf die russische Oktoberrevolution” (1968), de F. Klein, e “Die Rückwirkungen der russischen Oktoberrevolution auf die deutsche Arbeiterbewegung”, de E. Matthias. Este e Löwenthal aparecerão ainda na coletânea organizada por Neubauer, *Deutschland und die Russische Revolution* (1968), e que logra ainda encerrar algumas das melhores análises do impacto da Revolução Russo sobre os acontecimentos políticos e partidos na Alemanha.

Entre os anos 70 e 80, conhecem-se alguns estudos interessantes, mas importará relevar apenas *Revolution in Central Europe 1918-1919* (1972), de F. L. Carsten, que, embora não totalmente centrado na Alemanha, apresenta uma boa análise do espartaquismo, à luz quer da composição e ação operária, quer do que entende ser um crescimento da direita face ao medo da Revolução, porém contrariando a maioria dos autores até aqui apresentados no reconhecimento de qualquer intervenção russa no episódio revolucionário alemão. Desde a sua publicação, esta é a linha de investigação que mais desenvolvimentos tem conhecido. Por exemplo, em “Revolutionary Berlin 1917-1920” (1993), D. Geary questiona-se se, apesar do extremismo de alguns setores do movimento operário alemão, a ameaça bolchevista não terá adquirido dimensão apenas face à radicalização da direita e divisões internas. A publicação, no mesmo ano, de *Die deutschen SozialDemokraten und das sowjettische Modell: Ideologische Auseinandersetzung und aussenpolitische Konzeptionen*, de J. Zarusky, mostra precisamente que, mesmo inspirando a esquerda alemã à revolução, o processo russo acicata também a direita extremista, como atrai a esta alguns setores sociais-democratas. Assim, em obras mais recentes,

como *Das Schreckbild: Deutschland und der Bolschewismus* (1995), de K. Merz; *Zwischen Ideologie und Improvisation. Moritz Schlesinger und die Russland-Politik der SPD* (1996), de H. Unger; ou *Deutschland und die Russische Revolution* (1998), de G. Koenen e L. Kopelew, é já clara a preocupação de incluir todos os agentes num processo que deixou já o âmbito do espartaquismo.

Na esteira do caso alemão, surgem quase sempre estudos sobre a Polónia, a Áustria, a Hungria, a Checoslováquia, Jugoslávia e Roménia.

No caso polaco, a recente profusão de obras sobre as relações polaco-soviéticas está muito longe de corresponder a uma análise do impacto da Revolução Russa na Polónia, que se terá deixado ficar pela década de sessenta e em trabalhos como *The communist Party of Poland: An outline History* (1959), de M. Dziwanowski; *Le mouvement ouvrier polonais et la Révolution d'Octobre* (1968), de F. Tych; e “L'opinion publique en Pologne devant la chute du tsarisme” (1968), de H. Wereszyk.

Já no caso austríaco, o particularismo dos três artigos conhecidos – “La Révolution d'octobre et l'austromarxisme”, de E. Steiner, na coletânea de V. Fay (1967); e “Vienna: A city in the years of radical change, 1917-1920”, de H. Hautmann, e “The fear of revolution in rural Austria: the case of Tyrol”, de E. Dietrich, naquela, mais recente, de C. Wrigley (1992) – muito pouco deixa entrever da receção do processo revolucionário russo.

Mais interessante, portanto, é o caso húngaro, em que, para além dos trabalhos “La Révolution d'octobre et la République des conseils en Hongrie” (1967), de B. Nagy; “The Hungarian Peasantry and the Revolutions of 1918-1919” (1992), de I. Romsics; e “Budapest and the Revolution of 1918-1919”, de Z. L. Nagy – uma vez mais, constantes nas coletâneas de V. Fay e C. Wrigley – são ainda de referir aqueles de I. Völgyes - “The hungarian Dictatorship of 1919: russian example versus hungarian reality” (1970) e *Hungary in Revolution, 1918-1919* (1971) – e de P. Pastor – *Hungary between Wilson and Lenin: the Hungarian Revolution of 1918-19* (1976). Quase como um contraponto a Romsics, que se presta a uma caracterização do substrato social campesino que recebe a revolução, Z. L. Nagy aporta uma boa descrição da capital convulsionada. Pertinente, no entanto, parece a confrontação do trabalho de B. Nagy, que tem como direta a relação entre a Revolução Húngara e a Revolução Russa, com os de Völgyes e Pastor, em que se responde com a singularidade do movimento de Béla Kun e a incapacidade do Conde Károlyi de assegurar o apoio das nações ocidentais e, assim, de se manter no poder. Mais pertinente ainda porque a obra de B. Wheaton, *Radical Socialism in Czechoslovakia: Bohumír Šmeral, the Czech Road to Socialism and the origins of the Czechoslovak Communist Party* (1986), refletindo sobre a atitude dos socialistas checoslovacos face aos processos revolucionários russo e húngaro, lhe acrescenta, embora atenta a um caso específico, não apenas a problemática do efeitos, mas essencialmente da disseminação ou contenção de uma ideologia e ação revolucionárias no âmbito das relações e condições geopolíticas internacionais segundo entendidas na época – proposta que se parece refletir tanto na organização da coletânea *Revolutions and Interventions in Hungary and its Neighbour States, 1918-1919* (1988), por P. Pastor; como noutros bons estudos sobre a Checoslováquia, como a incontornável obra de K. McDermott, *The Czech Red Unions, 1918-1929: A*

study of their relations with the communist party and the Moscow Internationals (1988); ou ainda o interessante estudo de O. Bobrinsky, “La Première République Tchecoslovaque et l’émigration russe (1920-1938): la spécificité d’une politique d’asile” (1995). Convirá notar que uma abordagem assim só se conhece ao mais recente estudo a anunciar aqui – “Revolution By Proxy? The Russian Revolution in Swedish Press” (2003), de Carl Marklung, em que se procura mostrar como, face à proximidade da Rússia, a imprensa sueca⁴⁰ utilizou as representações da fome, guerra e revolução naquele país como forma de atenuar a contestação interna.

Estudando o caso romeno, é mor que se torne a Pastor, em cuja referida coletânea (1988) se integra um trabalho essencial de S. Fischer-Galati, “The impact of the Russian Revolutions of 1917 on Romania”. Não é, de facto, o primeiro dos estudos conhecidos – esse de J. Schärf, “La Révolution d’Octobre et le Mouvement Ouvrier des pays balkaniques”, integrando a compilação de V. Fay (1967) e apresentando, também, a única análise conhecida dos casos búlgaro, grego e jugoslavo – mas este, além de raro, é ainda um dos mais completos no extenso período que medeia a publicação do bem informado “The Russian Revolution and the Rumanian Socialist Movement, 1917-1918” (1968), K. Hitchins, e do mais recente contributo conhecido, “The Revolutionary Russian Army and Roumania, 1917” (1995), de G. Torrey. Deste modo, sendo a Roménia um dos países onde o fascismo parece ter encontrado mais fértil terreno, é clara a falta de estudos sobre o impacto que aí teve a Revolução.

Revistos os trabalhos europeus conhecidos, impõe-se completar com uma referência aos americanos. À data da elaboração deste capítulo, a recente leitura de *Reds* (2004), de Ted Morgan, reiterara a ideia, ali exemplarmente desenvolvida, de que os primeiros episódios da Guerra Fria haviam tido lugar logo em 1917. Reiterara, porque uma simples análise da distribuição temporal dos estudos conhecidos o sugerira já – ao longo de uma grande parte do século XX, a política norte-americana, tanto interna como externa, pauta-se tamanhamente pela existência do contraponto soviético que só dificilmente o fenómeno deixaria de ter repercussões no mercado editorial. Mais do que os estudos, o período entre-guerras conhece uma série de depoimentos em primeira-mão de diplomatas, oficiais, comerciantes e jornalistas presentes na Rússia aquando dos eventos fevereiro e outubro, a que se seguem, imediatamente, os relatos dos exilados russos, que a progressão comunista no contexto da guerra civil cada vez mais empurra em direção ao Pacífico e à América – referir-se-ão, adiante, alguns. Até ao reconhecimento da URSS pelos EUA, em 1933, temas como a intervenção militar americana (1918), o auxílio económico e a assistência médica e a retoma das relações comerciais e políticas entre os dois países⁴¹ parecem assistir a uma ampla discussão, que só raras

⁴⁰ Sobre este caso específico conhece-se ainda um artigo de C. Andrae, “La révolution russe de 1917 et l’opinion publique en Suède”, presente na já referida coletânea de l’Huillier (1968); infelizmente e ao contrário do que o nome sugere, atenta apenas na Revolução de Fevereiro.

⁴¹ A primeira missão do género foi organizada logo em 1917 – Root Mission – e tinha por objetivo, entre o auxílio económico e a assistência médica, estabelecer um plano de recuperação económica no âmbito da doutrina Monroe; porém, a orientação do processo revolucionário determinou uma intervenção ao lado dos aliados e dos “brancos” na guerra civil, pelo que a assistência médica americana em território sob

vezes, porém, extravasa o domínio da imprensa até ao meio académico, que parece entender ainda que o comunismo tem tanto de estranho como de exótico! As análises do caso americano abrem, nada mais, com uma obra chamada *Americanism versus Bolshevism* (1920), invetiva do presidente da Câmara de Seattle, O. Hanson, contra a greve-geral declarada naquela cidade, em fevereiro de 1919, e que entende como contaminação russa. Já noutra obra, “The Peter Pans of Communism: A Study of Bolchevism in America, 1919-1925” (1925), B. Stolberg vem defender que a inexperiência das organizações avançadas americanas as levava a uma cópia subserviente de instituições congêneres russas. Até ao final da década de vinte conhecem-se ainda uma descrição em primeira-mão da reação governamental americana aos eventos que mediaram as revoluções de fevereiro e outubro, num artigo do diplomata russo B. Schatzky, “La Révolution Russe de Février 1917 et les États-Unis d'Amérique” (1928), publicado na revista francesa *Le Monde Slave*; e uma crítica da política de aproximação americana entrevista em *American policy toward russia since 1917: a study of diplomatic history, international law and public opinion* (1928), de F. Schuman.

Seja pela crise financeira, seja pelo alheamento a que aparentemente se vota a URSS, a década de trinta passa sem quaisquer estudos conhecidos e só em 1941, sob a chancela pública do American Council on Public Affairs, sai *American opinion of Soviet Russia*, de M. Lovenstein, então uma útil revisão da atitude americana face ao processo revolucionário russo, elaborada a partir das mais variadas publicações nacionais contemporâneas. A publicação, no ano seguinte, de *The attitude of american leftist leaders toward the russia revolution 1917-1923*, de P. H. Anderson, poderia sugerir um desenvolvimento do interesse pelo assunto – a obra define até novas propostas de investigação, ao atentar na receção do processo revolucionário russo nos meios políticos norte-americanos, sem mesmo excluir ou imbecilizar os meios avançados – mas será um caso único.

A guerra, a definitiva consolidação da União Soviética sob o Estalinismo, a nova ordem política mundial e ainda o fenómeno anticomunista do McCartismo determinam que, a partir da segunda metade da década de cinquenta, se retorne ou seja impossível escapar ao assunto. Bem a propósito, R. Murray publica, então, *Red scare: a study in national hysteria, 1919-1920* (1955), em que é claro o propósito de associar das primeiras perseguições, encarceramento e deportação de comunistas nos EUA, entre 1919 e 1920 (Palmer Raids), com as recentes purgas do senador republicano, já então desacreditado, conquanto os últimos processos judiciais decorram até 1957. Na sua esteira, o diplomata G. Kennan publica *Soviet-american relations, 1917-1920* (1956) [1989], ainda um dos maiores contributos para a questão, a que a obra de F. Travis, *George Kennan and the american-russian relationship, 1865-1924* (1990) pode e deve dar o devido complemento, com pertinentes anotações biográficas sobre o homem que durante anos configurou e apresentou perante o mundo e a sociedade americana o teor das relações com a Rússia e, depois, com a União Soviética.

administração bolchevique passou a depender, quase unicamente, de diversos agrupamentos religiosos. Em 1924, dão-se os primeiros passos para o reatamento de relações comerciais, que efetivamente nunca haviam

Por razões óbvias, os estudos do impacto da Revolução Russa nos EUA beneficiam de toda a agitação da era Kennedy. Logo em 1961, *American opinion about russia, 1917-1920*, de L. Strakhovsky, analisa a posição oficial do governo americano para com a Rússia, desde o otimismo inicial que assistira à organização da *Root Mission* até à hostilidade da intervenção militar durante a guerra civil. Mais interessante, assemelha-se a abordagem L. Feuer, “American travelers to the soviet union 1917-1932: the formation of a component of New Deal ideology” (1962) – interessante, porque um dos argumentos de McCarthy e dos republicanos contra a administração Truman e o *New Deal* foram os princípios políticos que lhe estariam na base. Com a publicação de *Americans and the soviet experiment, 1917-1933* (1967) e *American Views of Soviet Russia* (1968), ambas de P. Filene, pretende-se reconstituir, essencialmente a partir da imprensa, a opinião pública americana; felizmente, Filene não se fica pela imprensa, importando pela vasta relação de referências a artigos de imprensa, mas, essencialmente, pela extraordinária análise de discursos, memórias e entrevistas com as mais distintas origens. Pode situar-se exatamente na mesma linha o trabalho de P. Foner, *The bolshevik revolution: its impact on american radicals and labour. A documentary study* (1967).

Já na década de 70, R. Campbell faz uma excelente e singular análise da incapacidade da cinematografia americana muda para representar adequadamente alguns aspetos da vida política russa entre 1904 e 1920, em “Nihilists and Bolsheviks: Revolutionary Russia in American Silent Film” (1974), mas impõe-se esperar até 1978 para encontrar dois bons estudos: B. Grayson e E. Anshel compilam e prefaciam inúmeros depoimentos de individualidades americanas em *The american image of russia, 1917-1977* e *American appraisals of soviet russia, 1917-1977*, respetivamente. Deste modo, e apenas com uma exceção conhecida, é legítimo reconhecer na historiografia da receção da Revolução Russa nos EUA uma certa propensão para reconstituições firmadas na opinião de uma elite intelectual – propensão, diga-se, que se manteria pelos anos seguintes, em obras como *Russia Looks at America: the view to 1917* (1988), de R. Allen; *American Diplomats in Russia: Case Studies in Orphan Diplomacy, 1916-1919* (1998), de William Allison; “Telling October: Memory and the Making of the Bolshevik Revolution” (2006), de Frederick C. Corney e Catriona Kelly. Extraordinária exceção é a já referida obra *Reds*, de T. Morgan, muito pela tentativa de, à luz do episódio extremo do McCartismo, compreender e radicar o anticomunismo americano logo nos momentos que imediatamente seguem a Revolução de Outubro. Coincidência ou tendência, reporta também à histeria americana dos anos cinquenta o último estudo conhecido – “Reds Under the Bed” (2008), de A. Read – em que se apresenta a proposta de uma linha de continuidade entre o alarme no mundo ocidental gerado pelos eventos na Rússia de 1917 e os mais recentes episódios de terrorismo islâmico.

1.1.3 Memórias e relatos em primeira mão

Entre as obras que mais impacto tiveram no ocidente, estão seguramente os relatos em primeira mão ou as memórias dos exilados russos ou dos estrangeiros então presentes na Rússia. Do apoio incondicional à crítica mais veemente, veiculam tanto as primeiras reações aos acontecimentos que precederam ou sucederam a Revolução de Outubro, como aquelas decorrentes das mais diversas experiências pessoais quando o processo revolucionário ia já bem entrado. Tornaram-se vulgares em França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, países de acolhimento de inúmeros exilados russos, mas também com maior contingente diplomático e militar destacado em território Russo. Um não passariam da folha dos jornais, que muito se orgulhavam de apresentar este tipo de exclusivos aos seus leitores, e outras granjearam alcançar inúmeras edições em mais do que um país e língua. Conheceriam uma relativa profusão nos anos que imediatamente seguiram a Revolução, mas continuariam também a ser editadas ou reeditadas individualmente ou integrando compilações.

Uma das primeiras compilações conhecidas é a aquela organizada por G. Comte, *La Révolution russe par ses témoins* (1963), em que se incluem testemunhos russos, franceses e britânicos, tanto da Revolução de 1905, como dos golpes de fevereiro e outubro de 1917. Segue-se-lhe R. Pethybridge, com *Witnesses to the russian revolution* (1964) e tida ainda, pelo número e variedade das afiliações políticas e opiniões veiculadas, como uma das mais completas e interessantes. Não importa menos o trabalho de M. Glenny e N. Stone, *The other Russia* (1990), elaborado sobre as entrevistas e relatos de testemunhas ainda vivas à data. Especificamente atenta aos viajantes de língua francesa, surge, em 1979, *Au pays des Soviets: Le voyage français en Union Soviétique 1917-1939*, de F. Kupferman, em que não só se incluem os depoimentos de Serge de Chassin e Pierre Pascal, como entrevistas a outros viajantes. Projetos semelhantes merecerão também os viajantes de língua inglesa, com “Seeing the future: British left wing Travellers to the soviet union, 1919-1932” (1987), obra essencial de F. Leventhal por que se pôde aqui aceder ao depoimento dos elementos da delegação trabalhista britânica à Rússia em 1920; *Witnesses of the russian revolution* (1994), de H. Pitcher, centrada nos depoimentos dos observadores americanos e ingleses, como Arthur Ransom, George Buchanan, Harold Williams ou John Reed; e *Inside the Enigma: British Diplomats in Russia, 1900-1939* (1997) e “The Virtues of Specialization: British and American Diplomatic Reporting on Russia” (2000), de M. Hughes ambos. Ainda os de língua alemã, com *Augen-Schein. Deutschsprachige reportagen über Sowjetrussland 1917-1939* (1987), de B. Furler. Entre estas compilações, atente-se em *Memories of revolution: Russian Women remember* (1993), de A. Horsbrugh-Power, reproduzindo os depoimentos de inúmeras exiladas russas, quase todas de origem aristocrática, e facultando uma perspectiva feminina dos acontecimentos. A encerrar o capítulo, travou-se ainda conhecimento com um artigo de Chris Chulos, “Russia Abroad: The Ideological and Political Views of Russian Emigres in European Russian Newspapers between 1918 and 1940 by Julitta Suomela” (2002), onde se faz uma boa análise da ação e concepções políticas dos exilados russos ao nível da imprensa.

Um extraordinário facto relativo à publicação e profusão de depoimentos pessoais de exilados é que estes sobrevenham, quase de imediato, aos eventos para que remetem e descrevem. Depois, por si só constituindo um fenómeno, que tanto vive da necessidade de informar e conformar os leitores, como de igualmente alimentar os exilados russos em passeio pelos saraus da moda do mundo civilizado, não se ficam pelos primeiros anos do processo revolucionário, mas persistem enquanto vivem as testemunhas. Qualquer que tenha sido a participação, percepção ou o comprometimento ideológico e político destas, parece claro que se sentiam partícipes de factos e de tempos extraordinários, conquanto sejam bem grandes os seus medos e preocupações. Qualquer que seja o tipo de edição ou ano de publicação, a obra vem ao encontro de um interesse sempre vivo dos leitores pelas coisas da Rússia, que concorre com todas as outras formas de representá-la conforme os interesses ocidentais. Finalmente, quaisquer que sejam as posições e os papéis efetivos destas testemunhas, ora no meio que deixam para trás, ora naquele que constituem no exílio, é interessante notar que são tantos os relatos escritos por mulheres, como aqueles escritos por homens.

As publicações de exilados são inúmeras, mas apenas algumas aquelas a que esta tese pôde aceder. Uma das primeiras e também das mais conhecidas é aquela de Ariadna Tyrkova-Williams, *From Liberty to Brest-Litovsk: The First Year of the Russian Revolution* – conhecida e não apenas porque Ariadna é companheira do conhecido repórter Harold Williams, mas também uma insigne líder Cadete, aliás a única, a par de Milioukov – *Political Memoirs, 1905-1917* (1967) – a escrever as suas memórias. *Yashka: My life as a peasant, exile and soldier (as set down by Isaac Don Levine)* (1919), pretende ser também uma autobiografia da sua autora, M. Botchkareva, que, em 1917, servira como comandante no “Batalhão da Morte Feminino” ao serviço dos Brancos, no sul da Rússia, e é enviada, já em 1918, a solicitar a intervenção estrangeira contra os bolcheviques. Não há de ter sido cara a esta intervenção, tão-pouco a Brancos e exilados, a publicação de *The ordeal of a diplomat* (1921), pelo graduado embaixador imperial no Reino Unido, K. Nabokov, posto que não só lhes reserva as mais duras críticas, como o faz à luz de um profundo conhecimento dos círculos políticos e diplomáticos ocidentais. Outra mulher, Margarethe von Wrangel, mãe do conhecido general branco, dá conta da sua perseguição e fuga pela fronteira finlandesa, na obra “My life under Bolshevik Rule and my escape from Russia” (1922). Já em 1923, e em *Russia after four years of revolution*, de S. Maslov, faz-se bom assento da degradação da condição burguesa em Petrogrado; e a Princesa Paley, descreve a perseguição e assassinato do seu cônjuge, o grão-duque Paulo, em *Souvenirs de Russie*.

Em 1927, Kerensky publica *The catastrophe: kerensky's own story of the russian revolution*, que se pretende constituir, no seguimento de outras obras do autor, como um ato público de expiação pela queda do Governo Provisório. Tal persistência – é interessante notá-lo – parece decorrer tanto da forma como este chefe político se tem face aos acontecimentos, como da perspetiva da imprensa ocidental, então particularmente crítica. Wrangel ou Kaledine, por exemplo, sobre os quais pesou tanto mais o insucesso contrarrevolucionário, estão longe de se prestar a semelhante autocrítica, respetivamente, em *The memoirs of General Wrangel, the last commander in chief of the russian*

national army (1929) e *K.14-O.M.66: Adventures of a Double Spy* (1937).

O impacto da Revolução nos meios académicos e literários russos ficou bem registado. Em *I worked for the soviet* (1935), a Condessa Alexandra Tolstói, trata do seu trabalho como conservadora do museu dedicado a seu pai em, que os bolcheviques haviam transformado a propriedade familiar de Iasnaia Polana; remete, portanto, para um período compreendido entre 1917 e 1930, ano em que a autora consegue sair da Rússia. *Untimely thoughts: essays on a revolution, Culture and Bolsheviks, 1917-1918* (1968), de Máximo Gorki, tem a sua edição original em 1918; todavia, o teor das acusações movidas contra Lenine, mesmo comparado ao czar, levaria à sua proibição até ao fim da União Soviética, conquanto o autor, em Itália desde 1921, lograsse ver-se reabilitado pelo regime em 1929. Da mesma sorte não gozou Ivan Bunin, Nobel da Literatura em 1933, que em *Cursed Days: A Diary of revolution*, editado em 1936 e reeditado em 1998, com as excelentes anotações de G. Marullo, centra a crítica à Revolução na subserviência de alguns artistas ao novo regime. Finalmente, no diário do historiador russo Iurii Got'e, que T. Emmons traduz e organiza, já em 1988, sob o título *Time of troubles: the diary of Iurii Vladimirovich Got'e, Moscow July 8th 1917 to July 23rd 1922*, encontra-se uma ótima descrição da reação do meio académico moscovita à Revolução.

Convém lembrar que entre os detratores do novo regime não estão apenas os exilados, mas também diplomatas, militares e de outros estrangeiros residentes na Rússia à data dos acontecimentos. Com assinaladas exceções, poucos foram os que se esforçaram por compreender os eventos para além do que a sua condição estrangeira e acomodada lhes permitia. Se os registaram alguns, foi apenas porque a isso os compelia a natureza, grandeza e gravidade da situação, sem veicular mais do que a sua própria perceção. Outros, sobejamente cónscios do efeito dos seus depoimentos, deliberaram, no decurso de fevereiro, afinar o discurso pela necessidade de preservar as respetivas posições nacionais na Rússia e com elas as do próprio Governo Provisório, cuja maior preocupação era manter os soldados na frente de guerra; passado outubro, reafinam por uma estratégia que passará, quase sempre, pela difamação. A Revolução de Outubro vem, pois, agitar as águas que a de fevereiro tentara e lograra, para sua própria aceitação e para equívoco das nações ocidentais, manter apenas turvas, sem espelhar a verdadeira dimensão da revolta social em desenvolvimento.

Se as memórias de David Francis, *Russia from the american embassy: April 1916-November 1918* (1921), só podem evidenciar a ingenuidade e limitações na compreensão e descrição dos factos do homem de negócios do Missouri, que chega à Rússia pela filiação no Partido Democrata, *Mon ambassade en Russie Soviétique* (1933) reflete a ação fortemente apostada na defesa dos interesses franceses desenvolvida pelo embaixador J. Noulens. Já a importância do embaixador britânico em Petrogrado, Georges Buchanan, é aferida pela publicação, logo em 1918, em *Petrograd: The City in Trouble: 1914-1918*, em que a filha do diplomata, Meriel Buchanan, vem defender a sua conduta diplomática. Já em 1923, Buchanan complementarà a sua defesa nos dois volumes de *My Mission to Russia and Other Diplomatic Memories* (1923), mas a questão continuará a constituir todas as preocupações de Meriel, que, com a publicação de *Diplomacy and Foreign Courts* (1928), *The*

Dissolution of an Empire (1932) e *Ambassador's Daughter* (1958), será sempre a maior defensora do embaixador e uma das mais prolixas autoras de memórias sobre a Revolução. Interessante, portanto, será ler ainda *Ways and By-ways of diplomacy* (1939), do embaixador holandês W. Ooudendijk, que assume a defesa dos interesses ingleses na Rússia aquando da partida de Buchanan, e onde este chega a ser encarado com menos simpatia do que alguns líderes russos, como Trotsky.

Outras três obras de memórias de residentes estrangeiros conhecidas são *La Russie Rouge: Impressions d'un témoin suisse de la révolution russe* (1918), *Moscow unmasked: A record of nine Years' work and Observation in Soviet Russia* (1930) e *When Miss Emmie was in Russia: English governesses before, during and after the october revolution* (1977). O autor da primeira, C. Dudan, abandona a Rússia em 1918, após sete anos naquele país e, a despeito da abordagem simplista dos acontecimentos, descreve excecionalmente a tomada de Moscovo pelos Bolcheviques em 1917; o da segunda, J. Douillet, é cônsul belga em Moscovo em assistência ao sul da Rússia entre 1917 e 1926; Miss Emmie, ou Emma Dashwood, é uma entre várias empregadas inglesas cuja vida ao serviço de famílias de classe média e alta russas se descreve neste livro organizado por H. Pitcher.

Surpreendidos com a dimensão e intensidade da experiência revolucionária que precede e segue outubro ficam também os visitantes e delegações estrangeiras presentes na Rússia aquando dos acontecimentos. Poucos terão mantido contactos tão próximos com os bolcheviques como Jacques Sadoul, e *Vive la République des Soviets* (1918), *Notes sur la Révolution bolchevique. Octobre 1917 à Janvier 1919* (1919) ou *Quarante Lettres de Jacques Sadoul* (1922) são disso prova: este socialista e membro da missão militar francesa logra, no inequívoco apoio dado ao governo soviético, atrair sobre si as atenções ocidentais, que acompanham com o mesmo o interesse o seu julgamento e condenação à morte por um tribunal francês, posteriormente anulada. Sempre associada a Sadoul, surge a figura do ministro francês Albert Thomas, chegado à Rússia cerca de um mês depois da tomada do poder por Kerensky, onde fica até junho, visitando Petrogrado, Moscovo e a frente de guerra – essa viagem, de que se assinala o contacto próximo com inúmeras figuras do Governo Provisório, ficou registada em “*Journal de Russie d'Albert Thomas 22 Avril-19 Juin 1917*” (1973). Sylvia Pankurst, proeminente sufragista e comunista deixa, em *Soviet Russia as I Saw it* (1920), uma opinião muito favorável de quanto viu no verão de 1920 de Murmansk a Moscovo; e favoráveis são também as apreciações do sindicalista e comunista francês A. Rosmer, em *Moscou sous Lénine* (1971), e as de Edouard Herriot em *La Russie Nouvelle* (1922), compilação dos artigos que escrevera para o *Petit Parisien* e em que não só faz uma interessante análise das instituições soviéticas, como apresenta as entrevistas feitas a Kamenev, Trotsky e Krassine. O comprometimento do americano Max Forrester Eastman com as ideias marxistas não se altera com a sua visita à Rússia, entre 1923 e 1925, ainda que a sua visão sobre as instituições soviéticas, já em processo de estalinização, saia necessariamente abatida, conforme documenta em *Since Lenin Died* (1925) – longe de atentar contra o sistema político que descreve, o tom crítico acabará por conferir à obra e ao autor, então já um escritor e tradutor respeitado (traduzirá quase todas as obras de Trotsky), um elevado grau de veracidade e autoridade entre os diversos

quadrantes políticos norte-americanos. Exatamente ao mesmo nível se poderiam colocar as opiniões de George Lansbury ou H. G. Wells, ambos de visita em 1920, em *What I saw in soviet Russia* (1920) e *Russia in the shadows* (1921), respetivamente. Tanto ao primeiro, líder do Partido Trabalhista inglês e editor do *Daily Herald*, como ao segundo, conhecido escritor e por isso mesmo convidado de Máximo Gorki, seria dada a possibilidade de privar com Lenine e outras figuras bolchevistas.

Mas estas são apenas as opiniões mais positivas, e sobre o outro prato da balança continua a pesar a desilusão de não menos visitantes. Da visita à Rússia do líder socialista belga Emile Vandervelde, em maio e junho de 1917, resulta *Three Aspects of the Russian Revolution* (1918); obra que, assinale-se, conhece algum sucesso editorial e é mesmo traduzida em várias línguas, entre as quais o português. Iguamente negativas são as impressões dos anarquistas americanos Emma Goldman, em *My Further Disillusionment in Russia* (1925), e Alexander Berkman, em *The crushing of the Russian Revolution* (1922) e *The bolshevik myth: Diary 1920-1922* (1925) – produto de uma permanência de dois anos (1920-1922) na Rússia, estas obras ocupam-se do crescente autoritarismo e burocratização do sistema, tópicos cada vez mais recorrentes entre os críticos e detratores do regime.

Mencionaram-se já atrás alguns os nomes de alguns jornalistas e correspondentes ocidentais; profissionais da informação que gozaram de uma proximidade e confiança com os bolcheviques de que nem muitos dos seus compatriotas diplomatas, vistos então com superior desconfiança, beneficiaram. Mesmo enredados no processo revolucionário, autores como John Reed, em *Ten Days That Shook the World* (1919), ou Victor Serge, na já referida *Year one of the russian revolution* ([1930] 1973) e *Memoirs of a revolutionist 1901-1941* ([1951] 1963), tornaram-se referências incontornáveis e sempre válidas na sua abordagem. Porém, a seu lado, tanto alinham os conversos ou condescendentes para com a Revolução, como os que se recusam a aceitá-la ou logram, excecionalmente, manter-se isentos. Entre os primeiros, podemos encontrar Louise Bryant, com *Six months in Red Russia: An Observer's Account of Russia before and during the Proletarian Dictatorship* (1919); Albert Rhys Williams, com *Thought the russian revolution* (1921); Roland Marchand, repórter do *Le Figaro* e do *Petit Parisien*, com *Why i side with the social revolution* (1920) e *Les agissements des Alliés contre la révolution russe. Le témoignage d'un bourgeois français (s.d.)*; ou ainda Morgan Philips Price, repórter do *Manchester Guardian*, com *The Origin and Growth of Russian Soviet* (1919) e *My reminiscences of the russian revolution* (1921). Crítico visceral da Revolução é o já referido Harold Williams, repórter do *Daily Chronicle* e do *Times*, mas a este, nem o apoio declarado à causa “branca”, cuja ação militar descreve melhor que nenhum outro, subverte a lucidez posta em obras como *The spirit of the Russian Revolution* (1919) e *Hosts of Darkness* (1921, com a mulher, Ariadna Williams). Entre os descomprometidos, é justo referir-se Claude Anet, (pseudónimo de J. Schoffer), correspondente do *Petit Parisien* entre março de 1917 e junho de 1918, com os seus quatro volumes de *La revolution russe à Petrograd et aux armées* [1917-1919](2007); e Arthur Ransome, reputado correspondente do jornal inglês *Daily News*, com *Six weeks in red russia in 1919* (1919) e *The truth about Russia* (1921).

1.2 Bibliografia Nacional

1.2.1 Alguns estudos portugueses

Seria difícil traçar ou ater a um momento preciso uma divisão inequívoca entre a bibliografia historiográfica e não historiográfica – naquela conhecida, por exemplo, as histórias do movimento operário e os textos memorialistas e relatos em primeira-mão cruzam-se, intermitentemente, ao longo de todo o século passado. No “Prefácio à 2ª edição” de *Para a História do Sindicalismo em Portugal* (1973), de Alexandre Vieira, obra mista, César Oliveira enuncia cerca de treze estudos sobre o associativismo, alguns citados adiante, publicados entre 1896 e 1967, e uma boa parte, senão a maioria, é tributária das experiências pessoais de autores como Neno Vasco, Manuel Joaquim de Sousa, César Nogueira, Emílio Costa. Esclarece, então, Oliveira, que “[...] propriamente em relação ao movimento sindicalista português, o que existe é fragmentário, e, daí, uma das razões por que há escritores de bom nome empenhados em lançar a obra a que aludimos [*História do Movimento Operário e Social Português*] logo que para tanto se lhes ofereça oportunidade, é óbvio.”⁴².

Tal oportunidade, porém, vem-se desenvolvendo desde a década de 60, quando, e a despeito de qualquer abertura política, começa a latejar a rutura de um regime já com três décadas, a que começam a confluir inúmeros fatores de desgaste. À medida que as críticas enformam uma oposição mais consistente e as alternativas se vão discutindo de forma mais ou menos velada forma-se, em Portugal e no estrangeiro, uma nova geração de historiadores aberta a novas linhas e métodos de investigação⁴³. Assim, mesmo sem superar o domínio académico da sua produção ou apenas com publicação no estrangeiro, surgirá, então, um novo tipo de trabalhos consagrados a temas difíceis à ditadura, como a queda da I República, o advento do fascismo e o movimento operário português⁴⁴. Deste modo, não só os estudos historiográficos sobre o século XX português conhecerão um desenvolvimento extraordinário a partir desta altura, como é também agora que a historiografia se vem

⁴² Vieira, 1973:20

⁴³ Ou, como contemporaneamente escreveu César Oliveira, “Os problemas suscitados pela profunda crise da agricultura e do surto emigratório, a progressiva integração do país no sistemas capitalista mundial, o crescimento efetivo do proletariado industrial e dos trabalhadores dos serviços como resultado do 'desenvolvimento industrial', a agudização das contradições e da problemática aberta em 1961 determinaram, em última instância, o repensar da formação da problemática do nosso presente e o carácter e a natureza das opções fundamentais a fazer.” (“Prefácio à 2ª Edição” in Vieira, 1973: 9).

⁴⁴ Em Portugal, conheciam-se já algumas publicações científicas do género, mas todas versavam sobre um período que vinha da pré-história à idade moderna, arredadas que se queriam das convulsões contemporâneas. É neste contexto, em 1963, que se destaca o lançamento da *Análise Social*, nela se podendo ler o que de mais moderno se pensava em Portugal sobre a história recente. Todavia, é igualmente sintomático que o primeiro artigo verdadeiramente consagrado ao operariado fosse de César Oliveira, “Imprensa Operária no Portugal Oitocentista” (1974) e o primeiro número completo sobre a temática datasse de 1981 (67,68,69).

cruzar com o interesse que a URSS sempre veio exercendo sobre a intelectualidade portuguesa⁴⁵. Já antes, portanto, se vinham fazendo referências ao processo revolucionário russo nalgumas obras, que sendo menos objetivas do que um estudo científico supostamente requereria, não deixam, ainda assim, de preconizar algumas das mais sérias tentativas de fazer História.

Numa das primeiras tentativas conhecidas, *O Sindicalismo em Portugal, Esboço Histórico* (1931), de Manuel Joaquim de Sousa, as referências ao processo revolucionário russo ficam-se ainda pela informação de que a CGT portuguesa, a 15 de fevereiro de 1919, na Conferência Nacional dos Organismos de Transporte de Terra e Mar, deliberara sobre o auxílio a prestar à Rússia⁴⁶; ou de que a ditadura surpreendera a CGT entre os congressos internacionais de Paris e Marselha da AIT, em que então se procurava relançar a ação do sindicalismo revolucionário face à adesão dos trabalhadores à internacional de Moscovo⁴⁷. Isto é quase tudo, mas mesmo tudo seria muito pouco para uma das figuras que mais se bateu contra a penetração comunista nos meios sindicais, mas que ou expia ainda por alguma culpa que sinta face à cisão operária, ou compreendeu já a irrelevância de levantar qualquer polémica, ante a quase completa dispersão do movimento operário. Em verdade, uma tal menção nem chega a valer tanto pelo valor da referências ao processo revolucionário russo, como pelo facto de se ter que esperar uma década até este volte a ser integrado, já sem as medidas do dirigente anarquista, na reconstituição da história do movimento social.

Nesta contribuição de Bento Gonçalves, em *Duas Palavras* (s.d. [1941]) e *Palavras Necessárias* (s.d. [1941], 1973)⁴⁸, escritas e publicadas na clandestinidade, a revolução bolchevique emparceira logo com a explicação do Sidonismo, pois que da inexistência “[...] um Partido revolucionário que fosse capaz de ligar ao proletariado as massas de todos os setores da vida nacional, incompatibilizadas com a política do governo [...], não só se não podia esgotar a burguesia intervencionista, como era impossível evitar o golpe da burguesia mais reacionária.”⁴⁹ – partido esse, que havia de ser o PCP, criado ao arripio da Revolução Russa que, explica adiante, “[...] havia criado muita simpatia entre os trabalhadores portugueses e alguns indivíduos mais radicais da pequena burguesia.”⁵⁰. Gonçalves prossegue, esclarecendo que “Esta simpatia não tinha a determiná-la o conhecimento do marxismo. [...] Eram também desconhecidas a estratégia e a tática do Partido de

⁴⁵ Coevamente, António Quadros procurará explicar um tal interesse com as “[...] conotações entre a misticidade russa e a espiritualidade portuguesa, entre o messianismo eslavo e o sebastianismo português [...]”, mas porventura apontando à ideia de que “[...] na hora em que a cultura portuguesa revê a sua escolha positivista [...] renova-se naturalmente a atenção pela outra escolha, que Portugal não fez, nem em 1910, nem em 1926.”, ou que se celebrou “[...] há pouco o cinquentenário da implantação na Rússia e em todo o Império moscovita do sistema marxista-leninista.” (1969: 16-21).

⁴⁶ Sousa, 1931:126.

⁴⁷ Sousa, 1931: 214, 215.

⁴⁸ Ambas publicadas a título póstumo e na clandestinidade e ainda dos melhores apontamentos para a origem e desenvolvimento do movimento comunista português, apesar de inúmeros erros cronológicos factuais.

⁴⁹ Sousa, 1973:6.

⁵⁰ Sousa, 1973:8.

Lenine. Entretanto, sabia-se que o proletariado russo esmagada a sua burguesia e se apoderara do poder político. [...] Sabia-se o significado etimológico da palavra bolchevique e ligava-se o sentido revolucionário dele à Revolução levada ao máximo.”⁵¹. O que a parca ou inconsistente formação doutrinária dos militantes ou o desconhecimento absoluto da teoria marxista vêm sugerir, à luz das próprias considerações de Gonçalves, é que tanto a Federação Maximalista como o Partido Comunista são um resultado direto do exemplo soviético, posto que só no decurso desta e da agitação dos anos de 1918 e 1919, “[...] muitos dirigentes operários e amigos das classes trabalhadoras que, através da sua experiência de luta, tinham sentido a necessidade de criar um instrumento revolucionário que pusesse o proletariado em condições de atrair a si todas as camadas exploradas da população.”⁵². A despeito da simpatia dos trabalhadores, contudo, a criação deste instrumento revolucionário não pôde, segundo Gonçalves, inclinar as massas sindicais para uma adesão à III Internacional, não só pela “[...] exploração maquiavélica que os anarquistas faziam contra a Ditadura do Proletariado e a aliança que havia entre a IC e a ISV [...], e pela incapacidade e ao modo arbitrário como os partidários da ISV faziam a defesa da ISV”⁵³, como pelos ataques da burguesia⁵⁴.

É razoado pensar que talvez Gonçalves queira reservar ao PCP mais importância do que este teve no processo de rutura do movimento sindical e no advento do marxismo, mas a imagem de um partido apertado entre a reação burguesa e a indefinição do sindicalismo revolucionário, simultaneamente a braços com a má formação ideológica dos seus elementos, pode ser também a das representações da Revolução Russa em Portugal. Seria assumptível, pois, tomá-lo como uma explicação para a ausência de referências à Revolução Russa na obra de outros eminentes sindicalistas, que tanto as poderiam omitir por comprometimento ideológico, como por vergonha da situação a que tais desídijs guindaram. Não se põe aqui a possibilidade de lhe terem, por irrelevância, passado ao lado, posto que a discussão ocupou muito espaço na imprensa operária e muitas reuniões e congressos sindicais. Alexandre Vieira, figura grada do movimento operário nacional e a que mais perto estaria de uma posição de neutralidade entre a Associação Internacional dos Trabalhadores e a Internacional Sindical Vermelha, opinaria em *A Batalha*, já sobrevivida a ditadura, que se “[...] elementos que até 1920 estiveram integrados nas táticas e princípios do sindicalismo [...modificaram] essas táticas e esses princípios em favor do PC.”, também “[...] por parte dos orientadores da central sindical não se verificou uma atitude de simples defesa das táticas e princípios da CGT, antes se registou uma ação

⁵¹ Sousa, 1973:8.

⁵² Sousa, 1973: 8.

⁵³ Sousa, 1973:16.

⁵⁴ Lê-se: “O período histórico em que se deu o aparecimento da AI dos Trabalhadores, o período mais laboriosamente intenso da consolidação do regime soviético na Rússia, pôs singularmente em foco a dialéctica do aparecimento do oportunismo de direita e do oportunismo de esquerda no seio da classe operária. Parecendo repelir-se, pelo modo distinto como atuam, eles encontram-se na mesma síntese (mantendo as distâncias aparentes): campanha contra a Pátria Socialista dos Trabalhadores, contra a IC, a ISV, e contra tudo e todos que se destinassem a apoiar a Revolução Russa.” (Gonçalves, 1973: 16).

que colide com um dos fundamentos do sindicalismo revolucionário [...] e libertário, no sentido anarquista, o que não é menos condenável.”⁵⁵.

O mesmo Alexandre Vieira apresenta, já em 1950, em *Em volta da minha profissão*, uma breve descrição da sua viagem à União Soviética, em 1928, aonde se deslocara por motivo da sua participação no IV Congresso da ISV, na companhia de outros sindicalistas portugueses. Trata-se, pois, de uma compilação de um conjunto de artigos anteriormente publicados na *Seara Nova* e de um esboço da narração a apresentar em *Delegacia a um Congresso Sindical* (1960), depois novamente reduzido a uma descrição do 1º de Maio em Moscovo em *Para a História do Sindicalismo em Portugal* (1974). Sobre tal viagem, poder-se-á ler mais adiante, no seguinte ponto; por ora, importa notar que Vieira participara naquele congresso “[...] na qualidade de ‘delegado fraternal’, isto é, com estatuto de mero observador, situação proveniente do facto de o Sindicato a que então pertencia estar equidistante das internacionais então existentes, e, no plano nacional, assumir uma posição de independência em relação aos anarcossindicalistas da CGT e aos partidários da IVS [...]”⁵⁶ – posição porventura decorrente da sua alta-formação e dedicação ao movimento operário como um todo e que, aliás, pudera esclarecer tanto ao nível da imprensa, como no Congresso Confederal da Covilhã, quando levara o Sindicato dos Compositores Tipográficos a propor a neutralidade internacional da CGT. Destarte, passando ao largo da disputas ideológicas e mesmo da sua enunciação, parece contrariar que estas tivessem a dimensão que se lhes imagina ao analisar a decadência do movimento operário português, apondo àquela já entrevista hipótese de um completo divórcio entre os comunistas e a CGT, a ideia de que também certa incapacidade e incompreensão do momento político, ou mesmo o cansaço ou a indiferença determinaram a lenta agonia do movimento operário português. Vieira terá oportunidade, aliás, de aludir por mais que uma vez ao fatídico congresso, em *Figuras gradas do movimento sindical português* (1959) ou *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (1908-1919)* (1977); mas esquivar-se-á sempre a uma análise crítica do impacto da Revolução Russa ou da ação do PCP, nos termos em que a fizera Gonçalves.

Ninguém o fará, aliás, nos anos seguintes, seja por verdadeiro alheamento ao tema, seja, naturalmente pelas condicionantes de natureza política, posto que se é fácil acreditar que Costa Júnior, em *História Breve do Movimento Operário* (1964), pense solucionadas pelo Estado Novo as reclamações do operariado na I República; mais difícil será que o histórico socialista César Nogueira olvide a questão tanto na série de artigos que escreverá para a *Seara Nova*, “Datas para a história do antigo movimento operário e socialista em Portugal (1850-1933)”(1955), como na publicação de *Notas para a História do Socialismo em Portugal* (1964-1966) em que a compreensão da introdução e

⁵⁵ Cit. in Oliveira, 1990: 185. Vieira, Gonçalves Vidal, Emílio Costa e A. Botelho foram os principais intervenientes nesta polémica que decorreu, entre 1926 e 1927, nas páginas do referido jornal, e que dera continuidade a uma outra, iniciada pelo final de 1920, e de que se tratará adiante, nos pontos 2.2.3 e 2.3.3 da Parte III deste trabalho.

⁵⁶ Ventura, 1981b:75-79.

disseminação da doutrina socialista no país aparece quase inteiramente subordinada à atividade do sindicalismo e do associativismo operário, ou que o *Dicionário de História de Portugal* (1963-1971), cuja edição então principia, descure inconscientemente algumas entradas, só introduzidas em 1999 e 2000, já sob coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica!

Não são muitas, de facto, as referências historiográficas portuguesas à Rússia ou à União Soviética até à década de setenta, mas inúmeras começam, então, a aflorar, em artigos ou obras produzidas no âmbito mais lato da história do movimento social em Portugal. A provar que se trata de uma abertura real e não apenas do ensaio que fora a década anterior, conhece-se uma extraordinária profusão editorial, fixada em Portugal ou ainda recorrendo a publicações estrangeiras em língua portuguesa, não só de clássicos marxistas, mas também dos seus comentadores⁵⁷. Perfilavam-se já também distintas correntes comunistas e socialistas, cujo embate é alimentado pelas questões internas e internas mas, também, por uma maior formação ideológica. Assiste-se, ademais, a um surto de publicações periódicas, algumas clandestinas – poucos serão, contudo, os que se ocupam apenas do processo revolucionário russo, e ainda menos as ocupadas com as suas representações e impacto em Portugal. Ainda que a extensa compilação de referências apresentada abaixo sugira o contrário, importa ter em conta que, salvo raras exceções, só muito superficialmente os investigadores nacionais abordam a Revolução Russa – tratam-se, efetivamente, de referências ou alusões, e não de análises. Outras, porém, destacam-se bem pela incidência concreta na temática em estudo – ver-se-ão quais. Juntam-se-lhes, ainda alguns artigos de menor relevância, e outros, apenas relacionados.

Logo em 1971, portanto, Pacheco Pereira edita *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. Trata-se da primeira tentativa de compreender os efeitos do processo revolucionário russo em Portugal, teorizados e resumidos em trinta páginas, complementadas com inúmeras fontes de época. Pereira começa logo por informar da complexidade do processo repercutivo da Revolução Russa no contexto da sua relação com o movimento operário português, posto não constituir um “processo único”, mas o que diz ser um “amplo feixe de questões”⁵⁸ – a sua compreensão, informa, requer até a superação da ideia “mecanicista” de que o processo grevista e de luta política operária de 1917-18 não são uma consequência direta do impacto da Revolução Russa, mas da situação do movimento operário internacional desde o início da guerra⁵⁹. No entender do autor,

⁵⁷ Para uma relação muito completa das obras relacionadas com a difusão e divulgação do marxismo em Portugal vide “O marxismo em Portugal no século XX” (Ventura, 2000b:195-220).

⁵⁸ Pereira, 1971:7.

⁵⁹ A despeito do seu antimilitarismo, devedor da grande influência que o ideário anarco-sindicalista tinha então, o “movimento operário português é apanhado na armadilha da guerra” (Pereira, 1971: 10) em face das indefinições da União Operária Nacional no período que envolve o Congresso de Tomar e da ambiguidade do Partido Socialista Português, com o qual ainda não cortara definitivamente, e que “mascara um chauvinismo profundo e preocupações de defesa colonial, por detrás das afirmações demagógicas de pacifismo” (*idem*: 11). A guerra motiva uma lata de preços e uma crise de subsistências, mais agravada pela pneumónica, que então varre o país (*ibidem*), mas é mortandade da Flandres que verdadeiramente aumenta a resistência popular à guerra. Para Pacheco Pereira, é neste contexto, então, que se levantam os movimentos de 1917-18,

esta situação desencadeia movimentos de dois tipos⁶⁰: “[...] o primeiro, caracterizado pelo protesto contra as condições de vida criadas pela guerra, contra o militarismo e a repressão política, e contra a guerra; o segundo, desenvolvimento do primeiro, caracterizado pela colocação em causa do sistema capitalista e pela luta aberta pela ditadura do proletariado”. Para Pacheco Pereira, afigura-se difícil distinguir entre os dois movimentos se não se considerar o “papel demarcador” da Revolução, por si só um movimento do primeiro tipo, enquanto “processo espontâneo de luta de massas”, mas a que se ligam tanto a “atividade intensa de vários grupos políticos”, como uma reação “[...] à situação criada pela guerra, que levava à degradação do teor de vida operária”⁶¹. É assim aliás, que a revolução soviética “[...] é aclamada como o exemplo a seguir. É este fator que vai alterar o sentido das lutas operárias e dar-lhe uma nova perspectiva”⁶².

Pacheco Pereira, no entanto, não deixará de salientar a preponderância das especificidades do caso nacional⁶³. Em primeiro lugar, considera, não existe um forte partido social-democrata de massas; depois, importa ter em conta a predominância ideológica do anarcossindicalismo no movimento operário português: “Assim, as revoluções russas foram apresentadas ao proletariado português não sob a ótica da social-democracia, chauvinista ou 'internacionalista', mas sim dos anarquistas que viam em Lenine um ditador partidário e nos bolcheviques um partido opressor do proletariado russo”⁶⁴. Esta visão, sustem, entronca noutra, a dos operários, “[...] que via na revolução russa de 1917 [...] a conquista da ‘Liberdade’, o fim dos ‘tiranos’, o decair do ‘reino do capital’”, comportando, porém, dois importantes aspetos: “[...] por um lado, o agudizar objetivo da luta de classes a nível mundial, e o carácter exemplar da revolução [...]; por outro, a conceção atentista da luta e uma perseverança nos mesmos métodos e processos que sobrevivem sem serem criticados, em nome da experiência que os liquidava historicamente para sempre.”⁶⁵ – Pacheco Pereira fala mesmo de uma compreensão mítica do processo revolucionário russo. É quando a unanimidade acrítica inicial se altera, completa, que os militantes começam a perceber as consequências políticas da luta revolucionária, motivando uma alteração, pela via organizativa e teórica, do movimento operário português, perturbando a paz anarquista que o dominava⁶⁶.

Julga-se aqui necessário relativizar esta última posição do autor, que se arrisca a ser demasiado linear e simplista, porque o estado de graça da Revolução, mesmo entre os anarquistas, demorara tanto tempo a chegar como demorará a desaparecer. Pereira tende a ver na formação da

que se assemelham a outros movimentos que então se desencadeiam pela Europa, embora assumindo características específicas.

⁶⁰ Pereira, 1971:16.

⁶¹ Pereira, 1971:17.

⁶² Pereira, 1971:18.

⁶³ Pereira, 1971:19.

⁶⁴ Pereira, 1971:19.

⁶⁵ Pereira, 1971:21.

⁶⁶ Pereira, 1971:22.

Federação Maximalista Portuguesa, em 1919, e na criação de *A Bandeira Vermelha*, um arrebatamento grande do movimento anarcossindicalista, mas o mesmo escreve, logo abaixo, que “[...] os militantes que constituem a FMP, incluindo teóricos e sindicalistas célebres, pretendem ser “sovietistas” e “bolchevistas”, mas não veem diferença radical entre as suas posições e as dos anarcossindicalistas”⁶⁷ – corrobora, desta forma, que o aprofundamento teórico das teorias bolcheviques não deixava de ser contrastado com o carácter autoritário que lhe era reconhecido, nem com as teorias anarquistas, mas não se deixava, porém, de apelar a uma união entre estas duas correntes.

Todavia, Pereira não presta grande atenção à FMP, cuja ação reputa de “confusa e dispersa”, ainda que decisiva na criação do PCP – para o autor, a diferença entre o anarcossindicalismo nacional e a FMP reside no facto de o primeiro ter uma feição bakuniniana, baseada no operariado, mas igualmente pequeno burguesa, “ideologia de um proletariado disperso, não concentrado, distribuído por pequenas unidades de produção, muitas delas ainda artesanais”⁶⁸; já a FMP e, depois, o PCP são organizações de base operária, nada pequeno-burguesas. Para Pereira, a influência da Revolução Russa na prática política operária é retardada justamente pelos obstáculos que o anarcossindicalismo lhe levanta, entendendo que se se tomar em conta apenas o processo de elaboração teórica do comunismo português e do seu desenvolvimento organizativo, verifica-se que “[...] a influência da revolução soviética de outubro só se consolida numa fase historicamente muito tardia – de uma maneira ténue à volta de 1923, numa primeira fase de consolidação, por volta de 1925-6, e depois de modo decisivo em 1929 e após a derrota da greve insurreccional de 1934”⁶⁹.

Se Pereira quer basear uma parte do apoio do anarcossindicalismo português, mesmo pequena, na pequena burguesia e nisso estabelecer uma distinção face ao movimento comunista português, é lícito que este trabalho se questione se são reais os tais “[...] indivíduos mais radicais da pequena burguesia [...]” entre os quais “ A Revolução Bolchevique havia criado muita simpatia [...]”, a que Bento Gonçalves aludira⁷⁰, e se os há ainda suficientes para apoiar os partidos republicanos... Mais importante, porém, é que Pereira se pareça contradizer, uma vez mais, posto que, depois de falar de uma primeira fase de consolidação da influência da revolução soviética por volta de 1925-26, escreve que o 28 de Maio “veio encerrar a experiência do movimento operário e os impasses a que a ação anarcossindicalista tinha levado”, justamente “Quando as condições para a maturidade política, teórica e organizativa, dos comunistas portugueses pareciam estar realizadas”⁷¹. Pertinente, mas por vezes equívoco e contraditório, assim parece este trabalho de Pacheco Pereira.

Do ano de 1972, conhecem-se *URSS 1922-1972*, edição clandestina do PCP, sintomaticamente vazia de referências a Portugal; e *O operariado e a República democrática*, de César Oliveira

⁶⁷ Pereira, 1971:22.

⁶⁸ Pereira, 1971: 26,27.

⁶⁹ Pereira, 1971:27.

⁷⁰ Gonçalves, 1973:10.

⁷¹ Gonçalves, 1973:10.

(reeditada, nouro formato, em 1974). Destarte, uma análise do impacto do processo revolucionário russo em Portugal nos termos daquela desenvolvida por Pacheco Pereira surge apenas no ano seguinte, com a publicação de “A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época”, em tudo assemelhando o capítulo homónimo de um trabalho sobre o tema, que publica já em 1976, e revisto adiante⁷². Também em 1973, Carlos da Fonseca publica, na revista *Movimento Operário e Socialista*, um dos primeiros artigos conhecidos deste período sobre o PCP, “Le origine del Partito Comunista Portoghese”, mas fica-se por aspetos como a formação e composição do partido.

Do feliz ano de 1974⁷³ conhecem-se algumas obras de relevo: Vieira publica a referida *Para a História do Sindicalismo em Portugal*; saem as traduções das obras *História da URSS* e *A Revolução Russa*, Jean Bruhat e François-Xavier Coquin, respetivamente. Joaquim Palminha Silva organiza, no *Sempre Fixe*, uma apresentação de artigos de imprensa de época, sob o título de “A Revolução Bolchevique na imprensa operária portuguesa”; do mesmo género, mas apenas com excertos do *Bandeira Vermelha*, é aquela, de autor desconhecido e publicada na *Margem Esquerda*, podendo tratar-se, também, de um trabalho de Palminha Silva. Mas a obra que, neste ano, merecerá mais destaque, é *Elementos para a História do Movimento Operário Português*, Francisco Martins Rodrigues. Entre algumas alusões de relevo sobre a Revolução Russa, como a de que “[...] popularizara o nome de Lenine, mas continuava-se a conhecer muito pouco do marxismo [...]”⁷⁴, é também possível ler que “Depois de 1919, a luta de classe continua a agudizar-se [...] O movimento sindical continua a alargar-se; ao lado dos sindicatos da CGT surgem os sindicatos controlados pelos comunistas e filiados na ISV [...]”⁷⁵, o que mostra o autor distante de uma realidade em que nem o movimento sindical conhece um alargamento, nem os comunistas alcançam tanta força, nem a questão da filiação internacional, seja ela qual for, parecerá tão clara ao movimento sindical português. A questão é pertinente, porque a segue a afirmação de que “A burguesia começa a organizar-se melhor para lutar contra o movimento operário.”⁷⁶, subordinando estritamente duas premissas, que, não sendo exatas, pretendem estabelecer uma relação direta entre o impacto da Revolução, a cisão operária e a emergência de grupos defensores da ordem social burguesa. Este é, porém, o tipo de asserções que tem

⁷² César Oliveira é um dos autores mais profícuos do período, ainda em 1973 publicará outros dois importantes trabalhos para a história do movimento social em Portugal, *A criação da UON* e *O Socialismo em Portugal*.

⁷³ Ainda neste ano, o antigo militante sindicalista e membro da comissão organizadora do Congresso da Covilhã, João Humberto Matias, presta, em *A Capital*, um importante sobre a divisão do movimento operário a partir de 1919, em “Socialistas e anarquistas polarizavam o movimento operário”, embora sem referências à Revolução Russa; no ano seguinte, publicará, no nº2 de *A Voz Anarquista*, “Entrevistas com o passado”, em que relata a sua a experiência no movimento operário, fazendo importantes referências aos conflitos entre a CGT e a União dos Interesses Económicos. Ainda em 1974, Emídio Santana, um dos mais importantes anarcossindicalistas portugueses, partícipe no atentado de 1937 contra Salazar e autor de diversos artigos e ensaios sobre o anarco-sindicalismo e o mutualismo, publica *O sindicalismo em Portugal*.

⁷⁴ Rodrigues,1974:5.

⁷⁵ Rodrigues,1974:6.

⁷⁶ Rodrigues,1974:6.

dominado a análise do impacto da Revolução em Portugal, pelo que vai bem a tempo esta tese de sugerir que de tão curtas razões não se tirem tão grandes conclusões.

O ano de 1975 mostrar-se-á bem cheio⁷⁷. Em primeiro lugar, reserva duas boas surpresas: a tradução de *A Revolução Russa de Outubro*, de Marc Ferro, e de *Ano um da Revolução Russa*, de Victor Serge – a primeira é uma obra importante, senão referencial a todas as análises do processo revolucionário que então se tentam ou começam a experimentar⁷⁸; a segunda, nunca antes publicada em Portugal, foi originalmente publicada em 1930 e constituiu, por meio século, um dos mais importantes relatos e análises do processo revolucionário russo, em que Serge participara ativamente. Mas entretanto, começam a vir também a prelo os primeiros trabalhos sobre o advento da ditadura em Portugal, a que não é então estranha uma preocupação com os efeitos da divisão ideológica no movimento operário português, enquanto o *verão quente* anima, aparentemente, a produção de alguns estudos sobre a formação do PCP, como “II Movimento Comunista Portugueses tra il 1919 e il 1929” e *O primeiro congresso do Partido Comunista Português*⁷⁹, de João Quintela e César de Oliveira, respetivamente, e ambos com algumas referências pertinentes à Revolução Russa.

Oliveira, concretamente, irá ao encontro de alguns dos trabalhos sobre a formação do PCP já publicados ou por publicar. Em Pacheco Pereira, por exemplo, critica o que entende ser uma certa desconsideração da direção anarquista do movimento sindical em favor do PCP e da forma como foi gerida a greve-geral de 1918; em Oliveira Marques, a visão de uma certa inconsequência ideológica do PCP decorrente da uma formação que aquele entende pequeno-burguesa; noutros, que diz “[...] mais acentuadamente de formação ideológica burguesa e reaccionário-conservadora”, a mistificação do discurso dos dirigentes marxistas em detrimento de uma maior atenção na classe operária⁸⁰ – perceber-se-á, oportunamente, a quem se refere. Para Oliveira, nenhuma destas posições explica “como surgiu o PCP”; “qual a correspondência entre a sua criação e o movimento operário real”; se ao processo que levou à sua constituição correspondeu “[...] um impasse organizativo, teórico, concreto e realmente existente no movimento operário português [...]”, ou se foi “[...] apenas determinado pelo carácter exemplar e pela influência da Revolução Russa de 1917”; as suas bases teóricas; ou que

⁷⁷ A título meramente informativo, importa assinalar o contributo de José de Abreu, com “Para a história da juventude comunista”, publicado também nesse ano, em que se apresentam, para além de uma carta de um fundador da JC, inúmeros elementos sobre os primeiros anos do PCP e da sua organização juvenil. Assinale-se, também, “Após agosto de 1939”, artigo de Francisco Ferreira (o célebre Chico da CUF) na revista *Portugal Socialista*, em que se abordam a crítica interna no PCP ao pacto Molotov-Ribbentrop; o mesmo autor publicará ainda nesta revista, ao longo deste ano e do seguinte, as suas memórias, sob o título de “Um alcaçarense na União Soviética”, com importantes elementos para a história da organização do PCP e sobre as suas relações e as dos exilados comunistas com a URSS e o movimento comunista internacional.

⁷⁸ No ponto consagrado às publicações estrangeiras esta obra é referida em mais profundidade.

⁷⁹ O artigo integra também a obra *O Operariado e a 1ª República, 1910-1924* (1990), para a qual remetem todas as referências e citações feitas aqui.

⁸⁰ Oliveira, 1990: 208, 209.

conhecimento haveria do marxismo e do leninismo⁸¹. As referências à Revolução, que aqui tanto importam, saldaram-se, precisamente, na resposta a estas questões: à primeira, responde-se com a incapacidade do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo para exercer pressão sobre o poder político, muito em função do seu, assim o designa Oliveira, carácter apolítico⁸²; à segunda e terceira questões, com a ideia de que a formação do movimento comunista tem alguma originalidade “no processo de formação dos partidos comunistas europeus” por não resultar de uma cisão no partidos socialista, mas que os militantes que, em 1919, formam a FMP, “[...] não são de facto a vanguarda de uma alternativa real e global surgida no seio do movimento operário [... e de que] A CGT, fundada no mesmo ano, não vê uma possibilidade real de concorrência na Federação Maximalista [...]”⁸³; às últimas duas, com a afirmação de que “O conhecimento do marxismo que se tinha em Portugal era [...] extremamente diminuto.”, bem como o “papel do Partido Bolchevique e do leninismo”, mas também de que “[...] são os soviets, como instrumento revolucionário fundamental da revolução, o aspeto que mais salientado é pela imprensa operária.”⁸⁴. Oliveira continuará a referir-se à Revolução Russa, mas são aspetos a recuperar ainda adiante nesta revisão bibliográfica.

Mas 1975 é também o ano da publicação de *A Introdução do Marxismo em Portugal 1850-1930*, na qual Alfredo Margarido se presta à abordagem da divulgação da doutrina marxista⁸⁵. Como Pacheco Pereira, Margarido defende que, em Portugal, a inserção do marxismo é feita pelos sindicalistas e anarquistas, formações sem grande interesse na formação de partidos⁸⁶, e não através da leitura das obras de referência, mas de resumos como os de Gabriel Deville. Para a classe operária portuguesa, como para o campesinato, o marxismo não é, portanto, nem se faz apresentar, como única resposta teórica à situação política⁸⁷. Margarido dedica-se a traçar a introdução do marxismo em Portugal, apontando autores e explicando que esta deve ser vista e compreendida à luz das condições sociais e da elaboração teórica, esta última dependente de uma “dupla manipulação”⁸⁸, assente quer na “deformação ideológica da burguesia”, quer na “censura” (mormente depois de 1926). A primeira, escreve, está na base da dissociação entre os republicanos e os socialistas, ou melhor, da ausência do elemento socialista nos republicanos, mesmo naqueles que se chamam socialistas, guindando, eventualmente, a uma organização autónoma do operariado, ainda que esvaziado de grandes ideologias, e, portanto, a uma divisão entre a teoria da burguesia e os dirigentes da classe operária⁸⁹.

⁸¹ Oliveira, 1990: 210.

⁸² Oliveira, 1990: 218.

⁸³ Oliveira, 1990: 220,221.

⁸⁴ Oliveira, 1990: 225.

⁸⁵ Projeto, aliás, secundado por muito poucos, como Dinis, 1979; Dinis e Forte, 1991; Ventura, 2000b.

⁸⁶ Margarido, 1975: 10.

⁸⁷ Margarido, 1975: 11.

⁸⁸ Margarido, 1975: 40.

⁸⁹ Margarido (1975:49) destaca, aqui, Antero de Quental e Oliveira Martins, em cujo trabalho se ausenta ou se recusa mesmo o marxismo (1975: 47); sobre Oliveira Martins, dirá mesmo que possui “[...] uma análise puramente científica [...] destinada a demonstrar que uma formação social só pode ser transformada pela via

Este aspeto não é secundário à questão da receção e representação do processo revolucionário russo em Portugal: perpassando por vários trabalhos e autores, Margarido insiste na incapacidade portuguesa para compreender até tardiamente o socialismo científico⁹⁰ e, assim, de desenvolver qualquer crítica – ideia central na análise de Margarido e igualmente recorrente em inúmeros autores⁹¹. Curiosamente, porém, se se aprestam a reconhecer autonomia ao movimento operário português, negam-lhe, amiúde, a capacidade de receber e compreender um fenómeno como a Revolução Russa. Assim, Margarido recusa a ideia de que tenha tido eco imediato como guia do proletariado, supondo, em oposição a outros autores⁹², que só começou a ter eco a partir de 1919, quer através dos jornais burgueses, quer através da criação da *Batalha*, ou da FMP, mormente, após a ocupação de fábricas em Itália. No entanto, sugere que, em Portugal, a disseminação do marxismo não careceu dos textos doutrinários, uma vez que Revolução Russa cumpriu, aqui, esse papel e foi um eixo do discurso e da atualidade⁹³.

Margarido parece ter descurado a leitura desses dois jornais que refere, mas isto não o impedirá, ainda assim, de abordar a receção do marxismo no decurso da revolução bolchevique, o que, por si só, representa já uma pertinente problematização da temática, exatamente no ponto em que esta fora deixada por Pacheco Pereira⁹⁴. Como este, Margarido insiste na fragilidade teórica, mas refere, igualmente, o peso do anarcossindicalismo, o desconhecimento do bolchevismo e medo da experiência bolchevique, o receio dos efeitos das greves e o reconhecimento da necessidade de uma organização capaz de concentrar os produtores e o discurso miserabilista ou a aspiração a uma extrema miséria que mobilize a classe operária⁹⁵. Por outro lado, entende, também a FMP e o PCP falham na divulgação doutrinária, posto que os seus pensadores surgem, como Manuel Ribeiro⁹⁶, 1º secretário geral da FMP, excessivamente vinculados ao operariado⁹⁷, ou, como com José Carlos Rates em *A Ditadura do Proletariado* (1920)⁹⁸, mantendo alguns aspetos ou elementos do regime vigente⁹⁹. Entre estas duas

da colaboração ativa e permanente das classes, sem jamais pôr radicalmente em causa a hierarquia das funções e das especializações.” (*idem*: 53) – aquilo a que Margarido chama “socialismo literário” e diz ser a “hipocrisia da república portuguesa”.

⁹⁰ Margarido, 1975: 58.

⁹¹ Contudo, defende, apesar das falhas teóricas e da lenta introdução do marxismo, alguns episódios da vida sindical, como a greve de 1912 e a reorganização da luta operária no âmbito da I República, indiciam tanto aquela autonomização e radicalização da luta do movimento operário contra os republicanos, como, e o que é mais importante, uma luta ideológica entre teorias socialistas (1975: 81-83).

⁹² Margarido, 1975: 84.

⁹³ Margarido, 1975: 89, 90.

⁹⁴ Pereira, 1971.

⁹⁵ Margarido, 1975: 85-87.

⁹⁶ Margarido sugere que a sua importância naqueles primeiros momentos é tão importante que a sua conversão ao catolicismo deixa no ar, até hoje, questões sobre a forma como a opção bolchevista se instala em Portugal (1975: 88) e qual a sua representatividade no movimento operário (*idem*: 89) face, primeiro, à inexistência de comunistas, face, depois, à emergência tão rápida da URSS e da questão italiana, à situação do operariado nacional, e, uma vez mais, à falta de bases teóricas.

⁹⁷ Margarido, 1975: 88

⁹⁸ A sua reedição em 1976, com um prefácio de César Oliveira, mostra-se muito oportuna.

tendências, e até nos anos que as separam, Margarido identifica uma valorização da Revolução Russa, mas também um aumento do medo que instiga, a ascensão e consagração do fascismo italiano e do seu exemplo. O contributo de Margarido mostra-se, portanto, de grande interesse, conquanto não se conviva tão harmoniosamente, nesta tese, com a relevância conferida à formação ideológica (ou falta dela) ou com a ideia, provavelmente inconsistente, pelo menos nos termos em que a defende Margarido, de que a Revolução Russa não teve um eco imediato no operariado nacional. A questão, enfim, continuará a merecer atenção até ao final deste ponto.

Por ora, está-se em 1976, e inúmeros são os estudos publicados a merecer, aqui, alguma atenção¹⁰⁰. António Ventura dá, então, os primeiros passos na temática da introdução do marxismo em Portugal, com o artigo “A Sementeira e a Revolução de Outubro”, no qual, a partir da análise do papel dessa revista na defesa e divulgação da Revolução Russa, aborda as diferenças ideológicas entre anarquismo e o bolchevismo, apresentando alguns elementos de interesse para se compreender o contexto ideológico em a Revolução Russa é recebida internacionalmente¹⁰¹ e em Portugal, onde, “[...] como no resto do mundo capitalista, a Revolução de Outubro foi acolhida como um 'cataclismo', para utilizar a expressão do jornal reaccionário *O Dia*, na sua edição de 10 de outubro de 1917 [...e onde] o tom geral da imprensa portuguesa, em especial da grande imprensa ligadas às agências noticiosas internacionais, era de franca hostilidade em relação à Revolução Soviética.”¹⁰². Ventura chegará a falar de “[...] uma santa aliança contrarrevolucionária que englobava jornais de todos os

⁹⁹ Rates vai mesmo mais longe, preconizando uma revolução com características nacionais ou *à russa*, com um estado transitório com um governo ditatorial técnico em que se incluem tanto membros da CGT, como Cunha Leal! (Margarido: 90). Acabará por corrigir esta posição em *A Rússia dos soviets* (1925), que revela já um maior conhecimento da teoria marxista e uma preocupação com certa correção de extremismos anteriores.

¹⁰⁰ Sem referências a Portugal ou à receção do processo revolucionário russo, mas sintomática de um reforço do interesse pela União Soviética no novo marco político, sai *As lutas de classes na URSS – 1º período: 1917-1923*, de Charles Bettelheim. Já Carlos da Fonseca publica quatro volumes da sua extensa *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, mas a suspensão do quinto suspende, igualmente, a possibilidade de aí se poder encontrar, ainda, uma qualquer alusão à Rússia ou à União Soviética – persiste, no entanto, uma obra de referência, até das mais completas, no estudo do movimento operário português.

¹⁰¹ “[...] para a classe operária, ou melhor, para os setores mais avançados, e esclarecidos do proletariado internacional, a Revolução Russa tornou-se a prova provada de que era possível acabar com a exploração e com o capitalismo, de que as aspirações que nortearam dezenas de anos de lutas dos trabalhadores pela sua plena emancipação, se podiam converter em realidades palpáveis. Para a II Internacional, a Revolução assemelha-se a um acontecimento tétrico, um perigo terrível que passava a ameaçar a hegemonia que detinha no Movimento operário internacional. [...] Para a burguesia, para os exploradores, a Revolução soava como um dobre de finados, mas ao mesmo tempo tornava-se um incentivo para a resistência e para o uso de todos os métodos para impedir o triunfo dos trabalhadores. Todo o mundo capitalista se uniu no ataque à jovem República Soviética. A imprensa burguesa mundial secundou no plano logístico os intervencionistas estrangeiros e os contrarrevolucionários internos (Denikine, Koltchak). Toda esta reação era inteiramente justificável porque 'a Revolução Russa assumiu uma considerável amplidão, a influência que ela exerceu em profundidade permitiu-lhe abalar todas as relações de classes, revelar o conjunto dos problemas económicos e sociais, passar consequentemente, com a fatalidade da sua lógica interna, do primeiro estádio – a República burguesa – a estádios sempre superiores'.” (Ventura, 1976a: 17).

partidos republicanos e monárquicos.”¹⁰³.

Em primeiro lugar, e no que respeita ao *Dia*, Ventura não pode, naturalmente, estar a falar de 10 de outubro de 1917, posto que nem no calendário juliano a Revolução ocorrera ainda. Deste modo, e face à inexistência na imprensa portuguesa, por esses dias, de informações sobre as alterações políticas na Rússia, é justo pensar que a referência surge descontextualizada e aludindo não tanto ao processo revolucionário ou aos bolcheviques, sobre os quais pouco se sabe ainda, mas ao perigo de isso influir no rumo da guerra. Depois, essa “santa aliança” que invoca na alusão a um mesmo tipo de discurso por parte quer da imprensa republicana, quer da monárquica, poderá fazer sentido ante a ideia de que nenhuma quer ser dada, mesmo involuntariamente, a prestar o mesmo “serviço” que os bolcheviques prestavam aos alemães ao pretenderem uma paz separada.”¹⁰⁴; mas perde-o, também, ante os mais distintos posicionamentos face à própria guerra. Mas o pior, porém, é que Ventura nem considera que os aliadófilos portugueses, que tanto haviam celebrado a Revolução de Fevereiro, não tenham uma verdadeira opinião sobre a de outubro e antes se limitem a seguir as agências noticiosas internacionais ou a posição oficial dos aliados, chegando, uma vez mais, ao ponto de afirmar que “[...] tinham como objetivo a criação de um clima antissoviético e, ao mesmo tempo, a criação de um muro que impedisse a classe operária portuguesa de tomar conhecimento da realidade russa. Agita-se então um espantinho que os anarquistas também utilizaram – a ditadura que os marxistas pretendiam impor ao povo russo.”¹⁰⁵. É que a ser verdadeiro, este é um quadro pelo qual se deverá esperar ainda algum tempo, seja porque, como o próprio constata, “A Revolução Russa foi recebida nos meios sindicais portugueses como essa esperada “revolução social”, em especial quando começam a chegar notícias de levantamentos camponeses após a queda do czarismo em fevereiro.”¹⁰⁶; seja porque, mesmo distorcendo os factos e criando um clima antissoviético, a imprensa portuguesa não precisaria de criar um muro para uma realidade que, mormente nos primeiros anos, se mostra tão pouco convidativa.

Ventura historia bem o período que vai de fevereiro a outubro de 1917 através do jornal *A Sementeira*, o que representa um primeiro e importante passo na utilização da imprensa como fonte para o estudo da receção e representação da Revolução Russa ao nível de um único jornal. No entanto, o autor subordina ainda o processo da receção da Revolução Russa à falta de formação ideológica do operariado, sugerindo que este andaria desorientado por não saber em que consiste o comunismo ou a ditadura do proletariado, conquanto informe que, conhecedores da falta “[...] de um caracterizado movimento anarquista [...]”, os redatores da revista se contentam “com as várias correntes socialistas” e aceitam apesar da “desconfiança nos métodos parlamentares”, “[...] o trabalho íntimo que se opera

¹⁰² Ventura, 1976a:17.

¹⁰³ Ventura, 1976a:17.

¹⁰⁴ Ventura, 1976a:17.

¹⁰⁵ Ventura, 1976a:18.

¹⁰⁶ Ventura, 1976a: 20.

nas massas russas e as atas e declarações de deputados e políticos socialistas [...]”¹⁰⁷, compreendendo a Revolução como uma conquista do operariado mundial¹⁰⁸.

Tornar-se-á, oportunamente, a outros trabalhos de António Ventura, posto ser, no que aqui concerne, um dos autores mais relevantes. Outro, porém, se destaca, no ano de 1976 – César de Oliveira, pela publicação da já referida *A Revolução Russa e a Imprensa Portuguesa da Época*, que define como “[...] um projeto de análise que visa sobretudo compreender a formação de um espírito radicalmente “anticomunista” e contrarrevolucionário em grande parte da população portuguesa, fruto de uma mentalidade reacionária, conservadora e contrarrevolucionária inserida na própria realidade sociocultural da sociedade portuguesa.”¹⁰⁹. Aparentando um maior conhecimento da imprensa de época do que Pacheco Pereira ou António Ventura, Oliveira pode, tudo o indica, ter cedido ao erro de a tomar pela opinião de alguns ou de todos os setores da população portuguesa, incorrendo num erro que ele mesmo apontara a outros, aqui agravado pelo facto de tratar de um período tão curto. Atrás se viu como Alfredo Margarido insistia na incapacidade portuguesa para compreender até tardiamente o socialismo científico e, assim, de desenvolver qualquer crítica – já Oliveira vem falar da criação de um espírito “radicalmente anticomunista”. Crítica e reação não são nem podem, obviamente, significar o mesmo, mas tem-se por certo que perseguir um espectro com outro está longe de poder a constituir todas as preocupações da sociedade portuguesa naquele atribulado momento, ainda que, como afirma Oliveira, “O analfabetismo e as práticas coletivas de superstição, a propaganda clerical fornecem condições para atitudes coletivas profundamente marcadas pela 'recusa' à inovação, pela 'desconfiança' coletiva perante processos de transformação e pelo messianismo”¹¹⁰. Talvez fosse oportuno notar, ainda que fosse possível determinar o comprometimento das população com o comunismo ou com a sua recusa, que países supostamente mais desenvolvidas e onde a religião teria menor influência conheceram iguais manifestações de apoio ou repúdio¹¹¹; no entanto, a proposta configura-se como um dos eixos da análise de Oliveira, que caracteriza o período que vai desde o fim da I Guerra até ao estabelecimento da Ditadura Militar como “[...] muito marcado por uma constante: um apelo

¹⁰⁷ Ventura, 1976a: 20.

¹⁰⁸ Ventura, 1976a: 2.

¹⁰⁹ Oliveira, 1976: 117.

¹¹⁰ Oliveira, 1976: 118.

¹¹¹ Em verdade, Oliveira pode bem descurar que a maioria da sociedade portuguesa, conquanto “reacionária, conservadora e contrarrevolucionária”, não impedira, alguns anos antes, que o país se tornasse, revolucionariamente, numas das primeiras repúblicas europeias; ou que a esta mesma maioria, amiúde apática e indiferente, as coisas da Rússia possam até ter passado ao lado; ou que a politização de uma minoria ou mesmo de uma maioria se ocupa, por ora, com outras questões muito mais importantes da sociedade portuguesa, nomeadamente, a religiosa ou a do regime, em que a Revolução Russa, ao invés de ser uma questão mais, se fica por um simples argumento; ou até que às cúpulas políticas pudesse nem sequer importar a criação de um espírito anticomunista, ainda que extemporâneo, posto que a uns importava a tomada do poder e, a outros, a sua conservação contra ataques que não vinham da esquerda, mas da direita – o que Oliveira não pode olvidar, mormente porque trata da Revolução Russa, é que uma sociedade inquestionavelmente mais conservadora que a portuguesa levava a cabo uma revolução social.

sistemático à salvação do País, quer dos desmandos da 'ordem republicana', quer dos eventuais perigos da revolução social. O 'anticomunismo', argumento explícito do conservadorismo e da resistência encarniçada à *mudança*, é um dos componentes, por certo importante, que vão permitir o triunfo fácil do 28 de Maio de 1926.”¹¹².

Relativamente ao tratamento ou comentário da Revolução de Outubro, Oliveira escreve que o tom geral da imprensa é mau e depreciativo e, “Até ao aparecimento da *Batalha* e da *Bandeira Vermelha*, apenas a *Sementeira* procura situar corretamente os [seus] problemas [...]”¹¹³, iniciando uma análise “[...] em todos os seus mais importantes aspetos, mas também a divulgação de textos de Lenine, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rosa Luxemburgo, etc. Tentando aplicar alguns conceitos e perspectivas marxistas à sociedade portuguesa e adaptando alguns exemplos da Revolução de Outubro, propõe-se contribuir para o advento da revolução soviética em Portugal.”¹¹⁴. Já no que respeita ao modo como se conheceu a Revolução Russa em Portugal, Oliveira sugere, na linha de Pacheco Pereira ou Margarido, que “[...] foi extremamente parcelar e que a debilidade teórica manifesta na declaração de princípios e nos estatutos da FMP correspondia também a uma informação cheia de lacunas, a uma ausência de preparação teórica, aos limites do próprio movimento operário português.”¹¹⁵. No entanto, e contrariamente a Pacheco Pereira ou a Margarido¹¹⁶, para Oliveira parece não haver dúvidas de que a Revolução Russa “[...] teve grande impacto sobre o movimento operário português, que, através da sua imprensa, não só procura contrariar a deturpação e as informações tendenciosas e falsas dadas pela imprensa burguesa (republicana, monárquica e “independente”), como realiza a divulgação das posições políticas em presença no decurso do processo revolucionário entre fevereiro e outubro.”¹¹⁷. A afirmação, aliás, veicula o sentido de imediatismo recusado pelos outros dois investigadores e que Oliveira reitera com a ideia, já vista, de que os *soviets* foram o aspeto mais salientado pela imprensa operária¹¹⁸ ou, mais importante ainda, que o radicalismo e violência do processo russo “[...] são também aspetos fundamentais que se enxertam quer em parte da tradição do movimento operário português, quer na propaganda e na agitação que os anarcocomunistas e os sindicalistas revolucionários vinham realizando há largos anos.”¹¹⁹.

Mas, para Oliveira, a Revolução tem ainda, no seu entender, um “carácter exemplar”, por relevar uma ação revolucionária vitoriosa sob o controle e correção das massas preconizado nos soviets, motivando uma adesão do movimento operário organizado e dos seus dirigentes e gerando um ambiente favorável à ação e propaganda, desenvolvida, em Portugal, pela *Bandeira Vermelha* e

¹¹² Oliveira, 1976: 118.

¹¹³ Oliveira, 1976: 119.

¹¹⁴ Oliveira, 1976: 121.

¹¹⁵ Oliveira, 1976: 123.

¹¹⁶ Pereira, 1971; Margarido, 1975.

¹¹⁷ Oliveira, 1976: 124.

¹¹⁸ Oliveira, 1990: 225.

¹¹⁹ Oliveira, 1990: 125.

*Batalha*¹²⁰. Como outros, Oliveira, reconhece que as referências aos bolcheviques “[...] como principal força política da Revolução e como capacidade coletiva organizada para dirigir o movimento de massas, se esbatem e não adquirem amplitude na imprensa operária [...]”, mas que nem por isso os órgãos anarquistas e anarcossindicalistas deixam, até 1923, “[...] de prestar o seu apoio, quase incondicional [...]”¹²¹. Paralelamente, escreve Oliveira, o crescimento da força e influência da organização operária e a incapacidade republicana de proporcionar às classes dominantes uma estabilidade político-social, fazem aumentar os ataques na imprensa às organizações operárias portuguesas, fazendo atingir “[...] aspetos delirantes a propaganda anticomunista e denegridora da Revolução Russa.”. Trata-se, entende esta tese, de um ensejo igualmente delirante da sua análise, posto que a propaganda nefasta ou fantástica existe – Oliveira refere “A destruição da família, a imoralidade, a violência sem princípios, o terror da ditadura dos soviets¹²² – mas não há, como pretende mostrar, “[...] uma larga margem de coincidência entre as ‘aparições’ de Fátima [...]” e a Revolução Russa,¹²³ posto que o discurso da “Conversão da Rússia” não incorpora sequer a mensagem original da vidente e que só pelos anos 40, quando esta é já uma freira em clausura, aparece no seu *Diário*¹²⁴. Oliveira, contudo, insiste numa relação entre o impacto da Revolução Russa e a Cruzada Nun'Álvares, o fascínio dos fascismos italiano e espanhol, a temática da salvação da Pátria aliada à religiosidade como meio de defender e relembrar “valores históricos tradicionais da *portugalidade*.”, aos quais, ressalva, se junta a ação quotidiana do clero junto dos paroquianos, que deveria por certo multiplicar a ação de propaganda anticomunista e antirrevolucionária feita pela imprensa burguesa.”. Ainda assim, Oliveira nota, pertinentemente, que “[...] longe de se originarem no salazarismo, foram de facto difundidas a partir de 1917, pela imprensa e através de todos os meios possíveis, em pleno período da República democrática.”¹²⁵. Mas não valerá a pena reiterar as dúvidas desta tese para com aquela aceção – Oliveira fica-se, aliás, por aqui, passando depois à compilação de notícias sobre a Revolução Russa na imprensa portuguesa, deixando perceber um interesse que, obviamente, não se devia ter ficado apenas por esta extraordinária contribuição.

Mas o ano de 1976 não acaba ainda com Oliveira. Pelo recurso à imprensa na abordagem do

¹²⁰ Oliveira, 1990: 125, 126.

¹²¹ Oliveira, 1990: 126.

¹²² Oliveira, 1990: 129.

¹²³ Lê-se: “Uma das ideias centrais das ‘aparições’ de Fátima é a da salvação da humanidade da guerra e da revolução, sob o signo da oração e da resignação [e] Lúcia, uma das três videntes, invoca repetidas vezes a necessidade de salvação da Rússia pela oração [...]” (1976:128).

¹²⁴ Vide Vilhena, (s.d.), online.

¹²⁵ Oliveira, 1990: 129. O autor irá retomar ainda, por uma última vez, a tese de que “O anticomunismo e a propaganda contrarrevolucionária foram as armas da burguesia capitalista para a criação de uma mentalidade coletiva que permitisse o repúdio das organizações revolucionárias.” e de “[...] os desejos de ordem e de respeito pela lei [...] os constantes apelos à estabilidade do regime republicano e à conservação de uma ordem democrática não perturbável pela luta dos trabalhadores são, no fundo, uma outra face, também ela anticomunista e antirrevolucionária, da propaganda na imprensa, no Parlamento e nos comícios da burguesia

movimento comunista português, impõe-se referir “Memória de um jornal operário: o Komunistesperantista (1921)”, Romeu Costa Dias e Manuel Rendeiro Júnior, e a colaboração António Peixe e Pires Barreira, entre outros; pela contribuição, mais uma, para a compreensão da evolução ideológica dos operários portugueses que abandonaram o sindicalismo revolucionário pelo comunismo, refirmam-se, igualmente, os *Escritos (1927- 1930)* de Bento Gonçalves, em que se compilam importantes artigos que este escrevera no *Eco do Arsenal* e em *O Proletário*; pela comparação com a obra de 1971, leia-se *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal — A Greve Geral de Novembro de 1918*, de Pacheco Pereira¹²⁶. Finalmente, é mor que se atente ainda no trabalho de João Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido (1º Período 1919-1929)*.

Semelhantemente a Pereira ou Oliveira¹²⁷, o trabalho de Quintela apresenta-se como um ensaio interpretativo, também servido de extensos anexos de dados sobre a situação social e económica da sociedade portuguesa, uma extensa antologia de artigos dos jornais *Bandeira Vermelha* e *Comunista*, e um relatório do PCP enviado ao Congresso da Internacional Comunista de 1928. Não se trata, portanto, de um trabalho sobre a receção da Revolução Russa em Portugal, mas, e como o nome indica, sobre a formação da FMP e PCP, em que Revolução é identificada como um dos eixos da intervenção política¹²⁸ das duas organizações. Logo a introduzir, Quintela escreve que, no quadro da análise da história do movimento comunista português, “[...] bastará salientar dois pontos essenciais: o primeiro diz respeito ao carácter profundamente nacional do movimento comunista em Portugal, o segundo concerne às repercussões no seio do movimento operário português da revolução soviética.”¹²⁹. Pelo primeiro, Quintela entende o mesmo que Pereira ou Margarido¹³⁰, ou seja, que “[...] que a constituição do movimento comunista se situa dentro da própria lógica do processo do conjunto do movimento operário organizado português.” e que, por isso mesmo, os primeiros militantes bolchevistas têm não só um passado sindicalista e sindicalista-revolucionário, como continuam a

republicana no poder.” (1990: 130).

¹²⁶ Não são tantas, obviamente, as referências à Revolução Russa nesta obra. De uma maneira geral, Pereira reitera tudo o que afirmara já, continuando a insistir na ideia de uma histeria (1976: 56) e de uma concertação do governo e da imprensa burguesa contra o operariado e o bolchevismo (*idem*: 44) – uma vez mais, porém, falha em entendê-lo à luz do contexto político dominado pelo sidonismo, da crise económica, da participação na guerra e, até, de um desconhecimento geral do processo revolucionário russo e do bolchevismo. Pereira, que tratando da sua receção salientara sempre o carácter nacional, a especificidade e a autonomia do operariado nacional, vai ao ponto de escrever que a principal atividade de *A Bandeira Vermelha* “[...] é a propaganda da Revolução Russa de 1917.” (*idem*:54), quando Quintela, que, efetivamente, analisa os colaboradores e artigos do jornal, se vê em trabalhos para mostrar como este pode, ainda assim, dizer-se comunista (1976: 20-22).

¹²⁷ Pereira, 1971; Oliveira, 1976.

¹²⁸ O III capítulo da obra chama-se mesmo “Os eixos da intervenção política da FMP: O apoio à Revolução Soviética e ao movimento revolucionário internacional, a 'revolução imediata'. A questão da frente única revolucionária, o discurso sobre a violência”.

¹²⁹ Quintela, 1976: 7, 8.

¹³⁰ Pereira, 1971; Margarido, 1975.

participar nas discussões ideológicas que dividem o movimento. Para estes militantes, escreve Quintela, “[...] a sua opção 'bolchevista' aparecia-lhes como a lógica continuação do combate anterior que haviam produzido em prol das ideias 'avançadas’.”¹³¹, à luz da qual a Revolução “[...] apresentava um estatuto absolutamente claro: era, de certa maneira, a conclusão, o fruto do amadurecimento do processo de radicalização (começado mesmo antes dos anos 1910) das lutas e da consciência das massas operárias e camponesas¹³². Ao impacto da Revolução, portanto, confere o mesmo carácter exemplar, já sugerido por outros, e a complexidade inerente à sua relação com outros processos já em desenvolvimento dentro do movimento operário.

Reportando os efeitos desse impacto, Quintela aponta o temor burguês de uma “catástrofe final” e as confusões ideológicas do operariado. Contrariamente a outros autores, que insistem em ver a parca formação ideológica como uma desvantagem, ele apresenta a ideia de uma revivificação do movimento operário, que passa a contar com mais afiliações, uma maior consciência de classe e das insuficiências e contradições do sindicalismo-revolucionário, em face do qual o de feição reformista se vai apresentando cada vez mais como uma alternativa¹³³. Na sequência do falhanço da greve geral de novembro de 1918, da crise económica e social do pós-guerra e das perspectivas abertas pelos acontecimentos a Este, Quintela vê o movimento operário num “beco sem saída” e compelido a uma superação do sindicalismo – se, porém, num primeiro momento, esta passa por uma recusa de valor estatutário ou teórico à contestação das teses anarquistas pelos maximalistas, assume, posteriormente, um carácter argumentativo em que se funda uma “rutura-cisão” entre as vias libertária e comunista: “As teses bolchevistas [escreve] são, assim, apresentadas como o ponto de encontro de todos quantos querem fazer a revolução e derrubar a burguesia pela violência, e a organização maximalista é a sua organização, a organização frentista de todos os revolucionários.”¹³⁴. Quintela sublinha, também, que o “carácter extrassindical e político”, a “[...] tomada violenta e destruição do Estado burguês, [e a] instauração da ditadura do proletariado e dos soviets[...].” de um projeto que diz ser de hegemonia, conquanto esta se fique pela ideia de que o sindicalismo “[...] não pode ficar enfeudado a nenhuma corrente e que todos devem apoiar.”¹³⁵. Explica ainda que “Os maximalistas são levados a tomar esta posição tanto pelo facto de que o eixo das suas teses sobre a revolução é a criação de um organização inteiramente separada das estruturas sindicais, como pelo próprio fundo das suas críticas ao sindicalismo [...]”¹³⁶.

Quintela não considera, portanto, que a referida hegemonia se possa dever à fraqueza ou subalternidade do grupo maximalista no meio sindical, conforme ficará patente no Congresso da Covilhã, nem se recorda que a “tomada violenta e destruição do Estado burguês” e a “instauração da

¹³¹ Quintela, 1976: 8.

¹³² Quintela, 1976: 9.

¹³³ Quintela, 1976: 9.

¹³⁴ Quintela, 1976: 15.

¹³⁵ Quintela, 1976: 15, 16

ditadura do proletariado e dos soviets”, na ótica do mais destacado líder comunista da época, era consentânea com a criação de um governo técnico constituído por figurões do regime! Mas ver-se-á melhor, adiante, que a hegemonia de Quintela não é tão forte como o termo parece sugerir, posto que, se a funda nos estatutos e organização da FMP concorda, igualmente, “[...] que a contribuição teórica e política da Revolução de Outubro é sistematicamente minimizada; e constata-se, por outro lado, que a Federação se apresenta, face ao movimento sindicalista, como uma força complementar.”. Esta situação, escreve, acaba por ser corrigida num curto espaço de tempo¹³⁷, apesar de continuar a mostrar, na sua análise da *Bandeira Vermelha*, que a influência anarquista é prevalecente. É, aliás, à luz deste jornal que analisa o eixo da intervenção daquela organização política, notando que “A FMP estava longe de ser um simples grupo de propaganda soviética” e que o lugar que esta ocupa deriva de uma dupla importância quer como “[...] conquista imensa do proletariado mundial, 'uma nova fase da civilização', e o motor, a pedra-de-toque da revolução internacional [...]”; quer como aquilo que representa de “[...] uma verdadeira transformação na perspectiva histórica da classe operária [...]”¹³⁸. Mas Quintela nota, também, que ainda que apoio maximalista aos soviéticos seja “[...] total, sem ser seguidista ou incondicional [...]”, estes “[...] não se esquecem nunca de marcar fortemente o carácter transitório da ditadura do proletariado, lamentam francamente a repressão contra os anarquistas, explicam e inquietam-se com o 'militarismo' crescente do regime.”¹³⁹ – para o autor, a ideia de que os maximalistas tinham do país era a de uma divisão apenas entre burguesia e povo, e até a ideia de uma revolução imediata, que constringia o apoio de muitos sindicalistas, se devia à conjuntura da época e a um sentido de possibilidade¹⁴⁰, que nem se revia numa grande vontade de fazer recurso à violência¹⁴¹.

Tratando da formação, organização e composição da FMP e do PCP, Quintela fará ainda uma última referência de monta à Revolução Russa¹⁴²: contrariando Pacheco Pereira, que escrevera que a sua influência só se consolida numa fase historicamente muito tardia¹⁴³, reitera a ideia de uma profunda evolução nos estatutos da FMP no sentido de uma maior soviética logo a partir do início de 1920, reforçada pela necessidade de unificar os militantes em torno de uma união revolucionária e de organizar um congresso comunista pelo qual se votará quer a criação de um partido comunista

¹³⁶ Quintela, 1976: 16.

¹³⁷ Quintela, 1976: 18.

¹³⁸ Quintela, 1976: 25.

¹³⁹ Quintela, 1976: 26.

¹⁴⁰ Quintela, 1976: 27, 28.

¹⁴¹ Quintela, 1976: 31-33.

¹⁴² A partir de então, não serão muitas as referências à Revolução Russa: uma, quando exemplifica como o seu exemplo histórico é usado pelos comunistas portugueses, por oposição ao italiano, para demonstrar a impotência revolucionária do sindicalismo (*idem*: 44, 45); outras duas, quando trata da ida de Caetano de Sousa e Pires Barreira (1922) (*idem*: 48), de Rates (1924) (*idem*: 67), e de Silvino Ferreira, Augusto Machado e Bento Gonçalves (1927) (*idem*: 72) a Moscovo.

¹⁴³ Pereira, 1971:27.

português, quer da sua adesão à Internacional¹⁴⁴. Ao longo da análise tratará, à semelhança de outros autores, da reação burguesa ou da emergência do fascismo, mas é inquestionavelmente mais contido em colocá-la numa relação direta com o processo revolucionário russo – eis por que se torna curioso que, tratando da formação do movimento comunista em Portugal, acabe por reunir, embora sem apurar, muitas das considerações feitas, até então, sobre a sua receção.

Ao longo de 1977, seis décadas volvidas sobre o arranque de outubro, são muitos os trabalhos que versam a Revolução Russa ou apenas a imprensa da época: publica-se *História da Grande Revolução Socialista de Outubro*, de Sobolev; traduz-se, para português, a obra de referência de E. H. Carr, *A Revolução Bolchevique, 1917-1923*; de Edgar Rodrigues, sai *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, apostada, essencialmente, em refazer a trajetória do anarcossindicalismo¹⁴⁵, com uma extensa relação das suas organizações, grupos, órgãos de imprensa e publicações; Jacinto Baptista presta um extraordinário contributo à história do jornal *A Batalha*, em *Surgindo Vem ao longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista "A Batalha", 1919-1927*; Francisco Ferreira apresenta e comenta a representação de Álvaro Cunhal na União Soviética através das suas várias biografias, em *Álvaro Cunhal—Herói Soviético*. Ao arrepio de um interesse que não será apenas académico, mas mais amplo, pela história que ficara por escrever, publicam-se também alguns artigos em importantes títulos da imprensa da época: no *Diário Popular*, saem “Um projeto de 'História do Movimento Operário em Portugal' lembrado a propósito do centenário de Emílio Costa (1877-1952)” e “Uma 'História do Movimento Operário em Portugal' que não chegou a escrever-se”, em que Jacinto Baptista trata do projeto de Emílio Costa, Campos Lima e Alexandre Vieira de escreverem uma história do movimento operário português no fim dos anos 40; também no *Diário Popular*, Alfredo Margarido persiste na problemática da introdução do marxismo em Portugal, em “A introdução do marxismo em Portugal foi feita pelos anarquistas”; no *Avante!*, sai “1920: primeira manifestação de solidariedade com o povo soviético por parte do operariado português”, sobre o episódio da solidariedade dos sindicatos dos transportes para com a Revolução. António Ventura escreve “Breves notas sobre a censura à imprensa operária”, sobre a censura entre 1907 e 1926; “O primeiro delegado operário português na União Soviética”, sobre a vida e a obra de Perfeito de Carvalho, trabalhando a partir da biografia gizada por Vieira em *Figuras Gradadas do Movimento Social Português* (1959); “A Federação Maximalista Portuguesa foi fundada há 59 anos” e “Algumas notas sobre a imprensa comunista em Portugal (1919-1921)”. De todos, apenas os dois últimos requerem alguma atenção.

Em *A Federação Maximalista*, na verdade, pouco mais se acrescenta à longa série de

¹⁴⁴ Quintela, 1976: 29, 30.

¹⁴⁵ Amiúde esquecido, Edgar Rodrigues é, porventura, o mais atento historiador do movimento anarquista e anarcossindicalista em Portugal. Entre os seus trabalhos, destacam-se *O Despertar Operário Em Portugal (1834-1911)* (1980), *Os Anarquistas e os Sindicatos Em Portugal (1911-1922)* (1981), *A Resistência Anarcossindicalista à Ditadura (1922-1939)* (1981) e *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)* (1982).

considerações já então desenvolvidas em torno do impacto da Revolução em Portugal: apresenta-se, por um lado, a ideia de uma relação direta com a criação da FMP; por outro, a da sua exemplaridade (para o movimento operário¹⁴⁶; por outro ainda, a ausência de um partido socialista do processo da sua receção pela organização operária. Ventura também não leva mais longe a questão das divisões ideológicas, escrevendo que “[...] a imprensa operária nacional acolheu a revolução russa como sendo a revolução social predita e esperada por todos os teóricos anarquistas [...] Mas nada disto sucedeu. Os soviets e a utilização da expressão 'ditadura do proletariado' semearam a confusão nas fileiras anarquistas”¹⁴⁷ – citam-se Eduardo Metzner e a *Sementeira* para ilustrar como ao entusiasmo inicial sucede um apoio com reservas, que naturalmente se prende com a preponderância ideológica do anarquismo no meio sindical português. A perseguição de anarquistas, o enfraquecimento dos soviets em face dos bolcheviques, a participação dos trabalhadores em organizações políticas e a formação de partidos enquadram as críticas dirigidas à Revolução Russa. Para Ventura, “A relutância quanto à luta política, que influenciou durante toda a República a organização operária nacional, irá refletir-se até na constituição da FMP [...]”¹⁴⁸, cujo manifesto de apresentação passa, depois, a transcrever, sem mais referências de relevo à Revolução.

Já em “Algumas notas sobre a imprensa comunista em Portugal (1919-1921)”, faz-se uma interessante análise dos jornais *Komunist-Esperantisto*, *O Alarme*, *O Comunista* e, especialmente, *A Bandeira Vermelha*, por que perpassam algumas referências à Revolução Russa. Ventura é comedido no que respeita ao papel deste jornal na representação da Revolução em Portugal, não o subordinando completamente à sua propaganda, conforme faz Pacheco Pereira; como este, porém, e como vinha já fazendo noutros trabalhos, insiste na questão da deficiente formação ideológica, a que, porém, acrescenta um relevante contributo, ao acrescentar que “A ausência de um partido socialista com uma influência real na classe operária portuguesa foi um fator extremamente negativo [...]”¹⁴⁹. Para Ventura, que passa a uma compilação de artigos de imprensa, a questão fica-se por aqui; mas para esta tese, ao introduzir na discussão, pela primeira vez, a referência a uma estrutura organizada, ou melhor, a desconfiança e afastamento entre duas estruturas organizadas – o Partido Socialista Português e o movimento sindical orientado pelo anarquismo e socialismo revolucionário – Ventura não situa já as

¹⁴⁶ “A FMP é um reflexo direto do maior acontecimento político da História do século XX – a Revolução de Outubro. Pela primeira vez na História, a classe operária empreende uma insurreição que se transforma na primeira revolução proletária triunfante. Facto inédito, a vitória de outubro veio abalar largos setores do movimento operário internacional, desde os partidos sociais-democratas até aos elementos sindicalistas e anarquistas, que, como no caso português, eram largamente maioritários na organização operária. Para a ala esquerda dos partidos sociais democratas, os acontecimentos de outubro vieram demonstrar pela prática que era possível a conquista de poder pela classe operária e provava mais uma vez que a política conciliadora e reformista dos partidos da I Internacional não visava outra coisa senão colocar o movimento operário a reboque dos interesses da burguesia e do imperialismo” (Ventura, 1977b:10)

¹⁴⁷ Ventura, 1977b:10.

¹⁴⁸ Ventura, 1977b:10.

¹⁴⁹ Ventura, 1977c: 54.

deficiências ideológicas da receção do marxismo no vazio teórico, ou, como alguns autores gostam de frisar, nas especificidades nacionais do movimento operário português, mas, antes, numa polarização a que assistem, para além da desconfiança, outras teorias e ações políticas. Este, aliás, é um tema que continuará a merecer atenção não só adiante, como ao longo desta tese.

Mas um outro trabalho, ainda de 1977, que merece alguma atenção, é o que Manuel Alberto Valente leva à estampa na publicação *Vida Soviética*, intitulado “Breves notas sobre a revolução de 1917 e Portugal”. De um modo já visto e igualmente sem tomar em consideração o contexto que lhe assiste, Valente considera que “Refletindo embora as diferentes óticas partidárias, toda a imprensa burguesa apresentou os acontecimentos revolucionários ocorridos na Rússia de um modo falso e deturpado [...]”, que “Extremamente débil, a imprensa operária não tinha ainda capacidade de resposta [...]” e que “[...] o aparecimento de duas importantes tribunas, a *Batalha* e a *Bandeira Vermelha*, possibilitou a luta contra as campanhas de calúnia que aquela imprensa ia sistematicamente lançando contra o processo revolucionário em curso.”¹⁵⁰.

No que respeita à formação ideológica, Valente evidencia, quiçá por comprometimento ideológico, uma posição diferente da já conhecida a outros autores, escrevendo que “As campanhas de imprensa burguesa, assim como as concepções anarcossindicalistas ainda dominantes na maior parte do movimento operário, não impediram que, mesmo mal informado, o povo saudasse instintivamente na vitória de outubro o início de uma caminhada emancipadora. Para muitos, por outro lado, a Revolução Russa significou o desencadear de um amadurecimento político.”; e termina apondo que, “Apesar das insuficiências doutrinárias e teóricas que caracterizaram os primeiros anos de atividade [do PCP], é nele que repousa a semente de outubro.”¹⁵¹. Valente invoca ainda o episódio de solidariedade para com a Revolução Russa dos sindicatos dos transportes e outro, “[...] no 1º de Maio de 1921, durante um comício promovido pela União dos Sindicatos Operários, quando os presentes saudaram na Revolução Russa 'os percursos da Revolução Social, afirmando assim a sua fé inabalável no triunfo da mesma Revolução’”. Eis tudo de um artigo, infelizmente, muito curto.

Como no ano anterior, 1978 conhece alguns estudos importantes, mantendo-se a publicação de não poucos pela imprensa. António José Telo traz à estampa *O Sidonismo e o Movimento Operário: Luta de Classes em Portugal 1917-1919*; de Ramiro da Costa, sai *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal, 1820-1929*; Carlos Fontes publica, em *A Batalha*, um bom artigo sobre a cisão e polémica comunista e anarcossindicalista na década de 20, em “Sindicalismo em luta”; para o jornal *A Luta*, Francisco Marcelo Curto escreve “O longo caminho para a CGT (1919) – A luta entre socialistas e anarquistas”. Também agora, porém, alguns artigos merecem uma atenção especial: dois, “O Diário de Notícias e a Revolução Russa de 1917 — Petrogrado na mão dos maximalistas” e “A Revolução de Outubro e a grande esperança marxista”, de José Freire Antunes; o outro, “Quando a revolução era libertária”, de Joaquim Palminha Silva, no *Diário de Lisboa*.

¹⁵⁰ Valente, 1977: 58.

Inequivocamente escrito para um público amplo, o primeiro artigo serve-se de alguns dos argumentos já identificados, mas, agora, apresentados de forma muito genérica e impressionista: para Freire Antunes, “A Revolução de Outubro abriu uma grande esperança para milhões de despossuídos, de vida miserável, numa Rússia onde o regime do czar impunha a mais feroz repressão policial. [...] Com importantes reflexos, aliás, no próprio curso da sociedade portuguesa.”¹⁵². Aos efeitos, não será difícil descortiná-los: o autor escreve que “Face à ameaça de 'praga bolchevista' triunfante, a direita portuguesa descobrirá o caminho mais rápido para o 28 de Maio.”¹⁵³, mostrando direta a sua relação com a receção do processo revolucionário russo. No que respeita à receção da imprensa, Freire Antunes escreve que “Eram rudimentares as técnicas de informação. As notícias corriam em câmara lenta e confusas na febre da guerra. Os propósitos do maximalismo, como vaga e temerosamente se referenciava o comunismo, eram sumariamente ignorados e fantasiados. Marx era desconhecido.”. Depois, tenta também mostrar que para alguns órgãos republicanos, como “*República, A Luta, O Mundo*”, Kerensky surge como “[...] um interlocutor democrático do regime português.”, que “[...] os jornais solidários com Kerensky diariamente narravam aos leitores, com a convicção mais tenaz que 'os doidos soltos pela mão de Lenine' tinha trazido a 'desgraça ao povo russo', e eram 'apóstolos germânicos com máscara russa' [...]”, e, mais à frente, que “O Governo provisório russo e Kerensky recebiam constantes panegíricos nos jornais militantes, enquanto dos 'maximalistas' a esquerda republicana dizia cobras e lagartos.”¹⁵⁴.

Adiante se mostrará como chega a ser surpreendente o alheamento da imprensa nacional para com o Governo Provisório Russo saído da Revolução de Fevereiro; mostrar-se-á também como Kerensky (tal como os próprios bolcheviques) merece alguma visibilidade só já pelo verão de 1917, acabando por alcançar (e logo perder) a projeção que Freire Antunes lhe arrola apenas no início da Guerra Civil. Como outros, o autor esquece que, para além da censura e de se servir da informação das agência de informação aliadas, os primeiros momentos da receção do processo revolucionário não contam ainda com uma imprensa favorável, pelo que as notícias e as representações não surgem, sequer, como resposta a outras, mas de uma necessidade de mostrar diferente e mais completo um material noticioso que, na realidade, é quase sempre curto e semelhante de jornal para jornal. Destarte, pode Freire Antunes fazer uma simpatia ao jornal que acolhe o seu artigo, escrevendo que “[...] no panorama da imprensa portuguesa o 'DN' conseguiu distinguir-se por uma certa moderação de voz.”¹⁵⁵, porque é óbvio que, até ao surgimento da imprensa favorável à Revolução, o DN não se distinguia de nenhum outro jornal¹⁵⁶; mais lido e capitalizado, podia apenas apresentar mais cedo os

¹⁵¹ Valente, 1977: 58.

¹⁵² Antunes, 1978b:3.

¹⁵³ Antunes, 1978b:3.

¹⁵⁴ Antunes, 1978b:3.

¹⁵⁵ Antunes, 1978b:3.

¹⁵⁶ Oliveira escreve até (1976; ([1983] 1990: 154), que tanto o *Diário de Notícias* como *O Século* se distinguiram na “campanha antibolchevista”)

factos, sem a pressão da concorrência, e assim, alterando menos uma notícia ou passando sem a sua substituição por formatos mais subjetivos, como a crónica ou o artigo de fundo.

“A Revolução de Outubro e a grande esperança marxista” é um dos poucos, senão o único estudo português conhecido sobre aquela Revolução e a União Soviética, e em que, de facto, se faz uma boa descrição dos eventos ocorridos entre o golpe de fevereiro e a tomada de poder pelos bolcheviques, em outubro, apresentando até uma súmula de razões para a vitória do poder soviético, porventura útil à compreensão da comparação entre Portugal e Rússia, que, noutra ponto desta tese, se desenvolve¹⁵⁷. Depois, Freire Antunes apresenta o que entende ser uma das consequências diretas da revolução, aliás, esboçada quase nos mesmo moldes no texto anterior: “[...] as castas dominantes da Europa couraçaram-se para evitar o bolchevismo, que desabava sobre o velho continente como um terramoto ou malária. Mussolini, Hitler, Kemal, Salazar, todos beberão da fonte do anticomunismo a água motriz das suas aventuras extremistas. A burguesia portuguesa apressará o caminho para o 28 de Maio”¹⁵⁸. Sobre este tema, contudo, disse-se já quase tudo quanto há, por ora, por dizer.

Tão provocador como o título sugere é o artigo que Palminha Silva escreve para o *Diário de Lisboa* e onde se explora, uma vez mais, a questão dos choques ideológicos no movimento operário nacional, conquanto se apresente uma proposta bem diferente: para o autor, “O anarquismo, após ter encontrado grande meio de propagação no sindicalismo revolucionário, experimentou um outro muito maior na revolução Russa.”¹⁵⁹. Mas a questão tem ainda, conforme se perceberá e o próprio deixará claro, uma dimensão superior ao que se lhe imagina, posto que, e referindo-se a Portugal, se escreve também “[...] que nunca até então uma filosofia ideológica, movimento político (e hoje só com o concurso de partidos fortemente organizados e com raízes nesse passado) foi tão penetrantemente operário e popular na sua essência.”¹⁶⁰. Assim, o que aqui se reconhece é que nem o movimento sindical português foi tão falho de ideologia como se imagina, nem a Revolução fragilizou tanto as posições anarcossindicalistas e do movimento operário português. Sem pejo, Silva questiona-se

¹⁵⁷ “Em primeiro lugar, a Revolução de Outubro triunfou, sem grande derramamento de sangue, porque a burguesia russa, desalojada do Estado pelo Partido Bolchevique, era relativamente débil.” (1978a: 32); “Em segundo lugar [...] porque a sua classe dirigente foi o operariado russo. Era uma classe política e culturalmente menos instruída que as suas congéneres da Europa desenvolvida; mas enrijecera no fogo das barricadas; não tinha uma grande pressão conservadora da aristocracia operária; e conseguiu inteligentemente unir em si o campesinato pobre, a maioria do povo russo, e ganhar, ou neutralizar, o médio campesinato.” (*idem*: 32,33); “Em terceiro lugar [...] porque os desapossados da Rússia puderam contar com a direção de um partido coeso e inflexível, superiormente guiado por um político genial, Lenine. O partido Bolchevique soube, com mestria, fazer jorrar numa só torrente o movimento pela paz, o movimento camponês pela terra, o movimento de libertação das nacionalidades, e o movimento socialista do operariado pelo poder político. Em quarto lugar, a Revolução [...] estalou quando a Grande Guerra se encontrava no auge, as grandes potências da época, divididas em dois campos hostis, estavam demasiado atarefadas com as operações bélicas e a partilha do Globo, para poderem intervir em bloco contra a 'praga bolchevista' triunfante.” (*idem*: 33).

¹⁵⁸ Antunes, 1978a: 32,33.

¹⁵⁹ Silva, 1978:14.

¹⁶⁰ Silva, 1978:13.

mesmo se “O ideal da Revolução Russa e dos Bolchevistas, era o ideal dos anarquistas”¹⁶¹.

A tudo isto, no entanto, não assiste uma tentativa de negar um desconhecimento geral do teor da Revolução Russa¹⁶², ou tão-pouco se negam quer o carácter exemplar da Revolução, quer as desídiás ideológicas a que guinda¹⁶³. Para Palminha Silva, a Revolução de Outubro de 1917 não pode, nem deve ser “[...] como obra iminente privada dos bolchevistas de Lenine.”; mas “[...] foi um vasto movimento de massas de fundo popular, que ultrapassou e, no sentido antidogmático, submergiu as formações ideológicas, e seus estados-maiores como de resto os próprios companheiros de Lenine, e este último, em muitos dos seus escritos (hoje clássicos da literatura marxista) não deixaram de considerar.”. É justamente neste sentido, continua, que “[...] as ideias da revolução russa não foram completamente inaproveitáveis para a fé libertária. Primeiro que tudo, a apropriação coletiva dos meios de produção não foi posta em causa e, uma vez tomado o poder do Estado, certas formas de democracia direta, entre as quais se pode destacar uma das mais eficazes, a do controlo operário, permaneciam vivas e até se desenvolviam.”. Para ele, “Estas questões representavam parte do ‘élan’ anarquista que, em tais exemplos, procurava conquistar a homogeneidade que sempre, caracteristicamente, lhes faltou.”¹⁶⁴. Quando, porém, se pensa que Palminha Silva se desligou já por completo do caso nacional, este escreve que “[...] as mesmas causas produziam, pelo menos teoricamente, os mesmos efeitos entre os anarquistas portugueses que, ao contrário do que amiúde se julga, não estavam tão longe do conhecimento da natureza das divergências como alguns nossos historiadores pretendem fazer crer.”¹⁶⁵.

A importância deste artigo de Palminha Silva é inegável; ele não só se impõe pela

¹⁶¹ Silva, 1978:14.

¹⁶² O autor deixa claro que “[...] 1920 em Portugal não era o mesmo 1920 'europeu' dos outros países. A história contemporânea, por esta altura, como por outras, chegava tardiamente até nós. A história e o conhecimento escrito dos seus factos determinantes. Por isso ainda se pensava em termos libertários a respeito da Rússia.” (Silva, 1978:13).

¹⁶³ A citação de um artigo de António Penichet, na *Bandeira Vermelha*, mostra que Palminha Silva não se furta à sua referência para provar a sua tese: “[...] Diz-se que os anarquistas não apoiam o bolchevismo, mas não é exato. Os anarquistas apoiam-no porque veem nele o começo duma transformação radical na estrutura social, e pensam logicamente que uma vez implantado, o sistema bolchevista não cristalizará, não ficará definitivo, mas dentro dele se operarão as transformações que o tempo e as circunstâncias exijam. E presumem, como é natural, que do Bolchevismo será mais fácil chegar ao anarquismo que do sistema atual [...]” (Cit. in Silva, 1978:13). Em verdade, Palminha Silva questiona-se até se Penichet saberia “[...] que, na consequência dialéctica do seu raciocínio, havia uma verdade ideológica defendida pelo criador do marxismo?” (1978:13); a questão é interessante, porque não só releva a questão da formação ideológica, como vem relativizar parte do ênfase posto nas querelas ideológicas do movimento operário.

¹⁶⁴ Silva, 1978:14. O autor também não nega a influência anarquista justo dos bolchevistas: “Recordemos que em determinada altura da revolução russa, os próprios bolchevistas apoiaram na realidade prática, que a organização operária sempre implica, medidas idealmente anarquistas. Evidentemente que esse apoio era tão-só um imperativo organizacional de espaço e tempo [...] e nunca por nunca como um fim em si mesmo. Contudo, os anarquistas foram induzidos em erro, fruto da sua impreparação teórica tradicional [...]” (1978:14).

originalidade da reflexão num panorama analítico que, então, a julgar pelo tempo que tinha e pela recorrência de argumentos que apresenta, se assemelha já esgotado; como atenta, sem completamente subverter, contra três desses mesmos argumentos – a lembrar: a debilidade ideológica do operariado nacional, o carácter modelar da revolução e a crispação ideológica entre as distintas fações do movimento operário. O que daqui se entende não é a possibilidade dessas dissensões ideológicas se deverem tanto a uma emergência comunista, aos receios ou até a grandes comprometimentos ideológicos dos anarquistas – é antes a possibilidade de os anarquistas portugueses, o mesmo será dizer que uma boa parte do meio sindical, entusiasmados com o exemplo da Revolução e com a projeção que esta, de um modo geral, cede à organização operária, reforçarem crenças e sentidos de luta (muito mais do que uma ideologia concreta) já tradicionalmente disseminados. De facto, pretender que uma força sindical em crescimento e transformação como a CGT, que recentemente se desligou do Partido Socialista, que supera com mais integridade que muitas congéneres europeias as contradições da guerra e que inclusivamente pode ponderar e escolher a sua filiação internacional, que tem o poder de se fazer ouvir através dos seus órgãos de imprensa e associados e que tem impacto na sociedade portuguesa, pode sucumbir sob o efeito de uma Revolução que nem conhece bem, pode estar muito longe de uma realidade que, por ora, só Palminha Silva vê de outro modo.

Sem grandes perdas de informação no que respeita à imprensa ou ao impacto da Revolução Russa em Portugal, poder-se-ia bem passar por cima do biénio seguinte; são de assinalar, contudo, alguns trabalhos sem os quais a história da CGT, da FMP e do PCP, e das querelas ideológicas dentro do movimento operário, em que sempre se entrevê o impacto da Revolução Russa em Portugal, não passariam. Ainda em 1979, Alfredo Dinis publica “Evolução do marxismo em Portugal (1850-1930)”; a Fundação José Fontana lança *Apontamentos sobre a História do Movimento Sindical*; Pacheco Pereira, sempre ele, torna a Bento Gonçalves, em “Bento Gonçalves Revisitado”; e sai a tradução de *Estados e Revoluções Sociais: Análise comparativa de França, Rússia e China*, de Theda Skocpol. Em 1980, Pacheco Pereira voltará à carga com dois artigos sobre a história do PCP no *Diário de Notícias* – “O PCP na Primeira República” e “O PCP na Primeira República depois de 1923” – e ainda “Problemas da história do PCP”¹⁶⁵; António José Telo escreve *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, sem quaisquer referências de relevo à Revolução Russa; Mário Pinto, Nascimento Rodrigues e Vasco Pulido Valente publicam “Debate: o movimento sindical português”; Acácio Barradas escreve, sobre Trotsky, um artigo intitulado “O grande proscrito da revolução russa”.

Não são muitos os estudos a assinalar, também, em 1981. Para a revista *História*, João Freire escreve “A frustrada visita de Kropotkine a Portugal”, artigo muito interessante para compreender as relações internacionais dos anarquistas portugueses, em que se destaca a correspondência trocada com Kropotkine; e, para a *Análise Social*, “A Sementeira do Arsenalista Hilário Marques”, sobre a história

¹⁶⁵ Silva, 1978:14.

¹⁶⁶ Este trabalho foi apresentado no colóquio “O Fascismo em Portugal”, realizado nesse ano, mas publicado

daquela publicação anarquista e do seu principal impulsionador. Na *Bandeira Vermelha*, João Braz publica “Lutas de tendência no PCP em 1921”, e Pacheco Pereira alarga o tema com a sua “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, em que se presta a uma extraordinária resenha bibliográfica sobre as origens e formação do PCP.

Já em “Lenine e Portugal”, publicado na *História*, Luís Vidigal escreve não existir qualquer ligação conhecida entre a figura e ação do revolucionário russo e Portugal, mas que, porém, “[...] é inequívoco que o modelo de desenvolvimento de Portugal e os circunstancialismos da sua existência, assim como as elaborações teóricas e as concretizações de Lenine, forçosamente se cruzaram, quer como objetivo material de estudo – entre variadíssimos outros – quer como influências que a sua atividade exerceu, em maior ou menos grau, sobre a dinâmica interna dos grupos sociais portugueses.”¹⁶⁷. Destarte, e conquanto se refira essencialmente ao Regicídio e à implantação da República na ótica de Lenine, o seu objetivo “[...] é o de observar o espaço ocupado e as interpretações sugeridas por Portugal [...] deixando para um outro estudo o delineamento das possíveis influências que os pressupostos e a prática leninistas exerceram sobre a sociedade portuguesa em geral, e sobre o movimento operário em particular.”¹⁶⁸.

Mas os estudos que mais destaque merecem, ainda em 1981, são ambos de António Ventura – “Em 1928 – sindicalistas portugueses no país do sovietes” e “Os Primeiros contactos. Portugal e a Rússia soviética”. Não faltarão oportunidades para que, ao longo desta tese, se faça referência ao primeiro, que aborda a viagem de Alexandre Vieira e de outros sindicalistas portugueses à União Soviética, por ocasião do IV Congresso da ISV, mas é o outro que, por ora, importa. Apesar do título, este remete ainda para o estertor do czarismo na Rússia; para o impacto do assassinato do czar Alexandre II, na imprensa oitocentista; para a forma como a literatura russa era publicada e lida em Portugal, para alguns círculos da burguesia culta e letrada e, mais importante, para os contactos entre a intelectualidade russa e portuguesa. Mas a verdade é que interessa, também, por outras razões.

Procurando fazer um ponto da situação sobre os estudos do impacto da Revolução, Ventura escreve que “[...] está ainda por ser feita a história das relações entre o movimento operário português e a Rússia nova saída da Revolução de Outubro.”, pouco existindo publicado, “[...] salvo algumas pequenas referências num ou noutro livro ou artigo, sobre as relações e os contactos entre os trabalhadores portugueses e as suas organizações e órgãos de imprensa que, em Portugal, se afirmaram como defensores dos ideais da Revolução de Outubro, e como seus propagandistas.”¹⁶⁹. Ventura, ele próprio, acabará por tornar à mesma abordagem e tópicos conhecidos de trabalhos anteriores, e quanto às relações e os contactos entre o movimento operário português e a Rússia saída da Revolução de Outubro, não irá muito além de concluir que “Os sucessivos governos da República tentaram impedir,

apenas em 1982 (Pereira, 1982b).

¹⁶⁷ Vidigal, 1981: 10,11.

¹⁶⁸ Vidigal, 1981: 10,11.

¹⁶⁹ Ventura, 1981a: 43.

por todos os meios ao seu alcance, qualquer tipo de contacto entre o povo português e a nova realidade saída da Revolução de Outubro. Daí o corte de relações diplomáticas, o alinhamento com os restantes aliados no coro antissoviético aquando da assinatura de paz de Brest-Litovsk, e os entraves levantados para quem desejasse visitar a Rússia.”¹⁷⁰. De resto, fica-se por aqui a proposta de análise dos contactos e relações entre Portugal e a Rússia soviética, juntamente com a promessa de “[...] um futuro trabalho, bem mais pormenorizado e exaustivo, sobre essas mesmas relações.”¹⁷¹, por que muito se espera ainda.

No único artigo de relevo conhecido no ano de 1982, “O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português”, de Pacheco Pereira, a Revolução Russa é mencionada num quadro de cisão ideológica do operariado, quando se escreve que “[...] três anos desde a data da revolução bolchevique [...]” e falhada “a primeira experiência organizativa feita em nome dessa revolução [FMP] [...]”, “Os anarquistas tinham-se apercebido de que a experiência russa pouco tinha que ver com eles e conduziam uma cada vez mais intensa campanha contra o 'confusionismo' – o fazer passar por libertárias as novas campanhas bolcheviques sobre o estado, o partido, o poder político, etc.”¹⁷². A isto, como sempre, subjaz a ideia de uma relação entre o processo revolucionário russo e a cisão operária, a que Pereira, no entanto, não dá qualquer desenvolvimento. Depois, deveria ser claro que o referido “confusionismo” só tem execução face à existência prévia de ideias libertárias, o que idealmente corresponderia ao reconhecimento de que o movimento operário português não será tão falho de ideologia como tem sido hábito de Pacheco Pereira sugerir.

Mas um autor como Pacheco Pereira, não faltarão oportunidades para contribuir para a história do movimento operário, escrevendo, no ano seguinte, “O PCP na 1ª República: membros e direção”. Uma vez mais, porém, é César Oliveira quem merece atenção pela publicação de *Movimento Sindical Português – a primeira cisão*¹⁷³. Ainda que reponha muitos dos argumentos já conhecidos ao autor e não se atenha especificamente à Revolução de Outubro, este trabalho é um dos que maior ensejo mostra em situar o seu impacto, em Portugal, não só face à situação interna e externa, mas também face ao advento de um regime autoritário, tomando como pano de fundo a cisão operária e a crise da II Internacional¹⁷⁴. Para Oliveira, a rutura do movimento operário e a Revolução Russa

¹⁷⁰ Ventura, 1981a: 49.

¹⁷¹ Ventura, 1981a: 44.

¹⁷² Pereira, 1982a:3.

¹⁷³ Este artigo também está compilado na obra *O Operariado e a 1ª República, 1910-1924*, para a qual remetem todas as referências e citações feitas aqui.

¹⁷⁴ Lê-se: “Em abril de 1916 um novo passo [o primeiro, escreve, fora Zimmerwald, um ano antes] na rutura com a II Internacional: reunia-se a Conferência de Kienthal, na Suíça, onde, a par da severa condenação do 'pacifismo burguês e socialista, que reacendem velhas ilusões e enganam as massas', o grupo bolchevista russo insistia na criação de uma nova Internacional, assinalando, ao mesmo tempo, a necessidade de transformar as contradições emergentes da guerra numa luta de classes, revolucionária, que conduzisse à revolução contra o capitalismo e o imperialismo, 'verdadeiras causas do conflito armado' [...] A problemática já não dizia predominantemente respeito às atitudes de fundo perante a guerra. Estavam em causa as táticas

permitirão iniciar um período de “[...] ofensiva operária de natureza revolucionária que, no contexto de divisão do movimento operário e da crise económica e institucional das democracias parlamentares, só conhecerá fracassos; é por essa razão que tal ofensiva fracassada irá constituir um dos vetores que acelerarão a vaga de autoritarismo radical de direita em toda a Europa.”¹⁷⁵ – no caso português, defende, são quatro os acontecimentos que determinam “[...] um rumo novo no movimento operário nos últimos dois anos da segunda década do século [...]”: “[...] a greve geral revolucionária de novembro de 1918, a queda da República Nova e as consequentes tentativas de restauração monárquica, o aparecimento do diário sindicalista 'A Batalha' e do órgão 'comunista' 'Bandeira Vermelha' e a fundação da CGT e, finalmente, a Revolução Russa de Outubro.”¹⁷⁶.

Relativamente ao processo revolucionário russo, este modelo de análise é relativamente inovador, na medida em que aponta para efeitos concretos e não apenas para um reconhecimento do seu impacto. No entanto, a atenção dada a estes quatro elementos deixa muito pouco espaço a outros que, mormente a nível interno, podem igualmente ter contribuído para a emergência dos regimes autoritários. É, pois, comum na comum na historiografia portuguesa que os estudos sobre o advento do fascismo tendam a esquecer-se do movimento social, como comum é que os do movimento social não vejam, para além da ação e insuficiências operárias, alguma autonomia e capacidade de ação aos grupos que preparam o advento do fascismo – Oliveira, portanto, não é exceção. Quanto à deturpação dos factos e sentido da Revolução pela imprensa burguesa e a sua defesa pela imprensa operária; as simpatias iniciais que logra alcançar junto do operariado nacional, identificado com os soviets; a sua exemplaridade, quer na exposição das contradições geradas pela guerra, quer na substituição do poder político da burguesia – são argumentos que tornam, recorrentemente, a cada análise do impacto da Revolução e estão, também aqui, presentes¹⁷⁷.

seguidas durante anos e anos pelos partidos sociais-democratas e sobretudo a derrota da tática parlamentar e moderada da minoria do partido social-democrata russo, os 'mencheviques'. O exemplo vitorioso da Revolução Russa, a capacidade criadora das massas, exemplificada nos 'soviets', e o prestígio dos líderes bolcheviques triunfantes iriam conseguir o que antes não haviam conseguido discursos, panfletos, jornais, cisões parlamentares, greves e insubordinações nas frentes de batalha: cindir profundamente os partidos socialistas e sociais-democratas e fundar uma Internacional que, de 1919 a 1943, iria coordenar e dirigir, por intermédio de um corpo coeso de revolucionários profissionais, boa parte das lutas operárias na Europa e no mundo, a Internacional Comunista (IC)” (1990:136,137).

¹⁷⁵ Oliveira, 1990:131,132.

¹⁷⁶ Oliveira, 1990:153, 154.

¹⁷⁷ Lê-se: “O grande peso dos 'soviets no processo revolucionário russo, determinando à revolução, nos seus dois primeiros anos, incontestável carácter *conselhista*, a aliança implicitamente estabelecida por Lenine – mormente pelas 'Teses de Abril' e pelo 'Estado e a revolução' – com os anarquistas, foram fatores que provocaram, junto do operariado organizado pela influência predominante de anarquistas e sindicalistas, claras simpatias. A Revolução Russa 'funcionou' sobretudo como afirmação concreta da possibilidade tangível da destruição da ordem emergente do capitalismo, 'funcionou' como exemplo real de que era possível, por entre as contradições provocadas pela guerra, desarticular por completo o poder político da burguesia e ensaiar construir um novo tipo de poder baseado nas organizações que a movimentação autónoma das massas foi capaz de pôr de pé, os soviets.” (1990:154,155).

Oliveira, porém, contribui com novas informações: sem romper com a tradicional tese da autonomia e independência do movimento operário nacional, afirma que “O facto de sindicalistas revolucionários franceses – pólo exterior das influências tradicionais que se exerceram sobre o movimento operário português – terem apoiado a Revolução Russa e os bolchevistas [...] facilitou a solidariedade dos principais organismos operários portugueses e, principalmente, o apoio dos principais órgãos da imprensa operária e socialista.”¹⁷⁸; sem alterar a ideia da insuficiência teórica, escreve que “Enquanto o papel do partido dos bolchevistas não sobrelevou, com evidência, os soviets e os sindicatos, enquanto a repressão sobre anarquistas e sindicalistas russos não assumiu proporções que extravasassem as fronteiras russas, não pode dizer-se que não tivesse havido na imprensa operária propaganda favorável à 'nova Rússia Soviética’.”¹⁷⁹ – duas razões mais para a cisão do movimento operário, portanto, e nenhuma delas fazendo jus quer à tão celebrada autonomia do movimento operário português, quer à ideia de um confronto que, apesar das contradições que isso encerra, foi quase sempre apresentado como ideológico.

De facto, uma das propostas mais originais deste estudo de Oliveira é a que perpassa pela reconstituição do dissídio ideológico no movimento operário. Questionando-se sobre “[...] o quadro da relações internacionais no qual se movia a CGT e que posições adoptou, após o relatório verbal feito por Perfeito de Carvalho na reunião do conselho confederal em novembro de 1921, perante a ISV.”¹⁸⁰, Oliveira assume também que “Os esforços para ligar a CGT a um 'novo organismo internacional' partiam da recusa de filiação numa internacional sindical reformista e da necessidade de 'coordenar' a ação dos trabalhadores no plano internacional, mas reivindicava-se a autonomia da organização sindical portuguesa.”¹⁸¹. Depois, Oliveira reconhece o ano de 1921 como “[...] um ano de viragens cruciais na Rússia.”, com as notícias da revolta de Cronstadt e da aprovação da Nova Política Económica (NEP), instalando a desconfiança entre a CGT, a dar lugar “[...] a uma crítica às evoluções verificadas na Rússia e sobretudo à denúncia das manipulações perpetradas pela IC na ISV e, naquela, do domínio dos bolchevistas russos.”¹⁸². Mas, ao relevar a incompatibilidade da CGT com a subordinação aos 21 princípios da IC, que a filiação na ISV supõe, ou a desconfiança que o novo

¹⁷⁸ Oliveira: 1990:155. Mais à frente, Oliveira volta a insistir nesta influência externa, afirmando que as ligações à CNT espanhola, essencialmente através de relações pessoais ou das estruturas sindicais e ações de solidariedade, condicionaram a resoluções da CGT (1990:174,175).

¹⁷⁹ Oliveira: 1990:155

¹⁸⁰ Oliveira: 1990: 167. Segue-se-lhe, recorde-se, “[...] a preparação dos trabalhos do II Congresso Operário, no qual haveriam de ter relevo as questões referentes às relações internacionais e, nomeadamente, as da filiação num organismo supranacional.” (1990:170).

¹⁸¹ Oliveira: 1990: 169.

¹⁸² Oliveira: 1990: 171,172. E continua: “Procurava, assim, *A Batalha* denegrir, como criação russa e como emanção apenas do movimento revolucionário russo, o 'sovietismo' e o 'conselhismo' – expressões revolucionárias bem próximas do ideário anarco-sindicalistas e que, por isso, congregaram a simpatia do movimento operário português nos primeiros anos da Revolução Russa – ao mesmo tempo que procurava conotar a 'ditadura do proletariado' com um recuo na revolução. A preparação na opinião dos delegados ao

quadro revolucionário russo instala junto do operariado português, Oliveira não estará explicando apenas a cisão do movimento operário ou a forma como a Revolução Russa passa a ser recebida e percebida junto deste: em primeiro lugar, Oliveira estará mostrando, a despeito de tudo quanto defendeu anteriormente ou da formação ideológica do operariado, que a exemplaridade do processo revolucionário russo se estende muito para além da organização dos soviets ou da possibilidade de fazer cair o capitalismo; depois, Oliveira relativiza também muito do ênfase que outros autores colocaram na criação da FMP ou da *Bandeira Vermelha*, incapazes, segundo crê, de dar aplicação às próprias teorizações que internamente desenvolviam ou de se constituir como uma alternativa viável ao anarcossindicalismo¹⁸³. Os maximalistas, entende, não podem sair desta situação senão despeitados, quer por verem frustrada a filiação a CGT na ISV, quer porque esta decisão é feita sem levar na mínima conta a sua posição ou aspirações enquanto fação do movimento sindical português, quer porque, daí em diante, mesmo essa condição lhes será contestada¹⁸⁴.

A verdadeira cisão, situa-a Oliveira em 1921, conquanto sejam dados, já antes, alguns passos nessa direção, como “[...] a degenerescência da CGT e a tentativa de reproduzir mecanicistamente em Portugal as fórmulas bolcheviques, no quadro da IC e da ISV, [desarmando] o movimento popular nos meses que antecederam o 28 de Maio.”¹⁸⁵. Porém, como bem faz notar, não é a cisão que compromete o movimento operário e encurta, no seu entender, o caminho até ao autoritarismo, mas um impasse, cujos fatores determinantes são a “[...] a recusa em formular uma política de alianças que subtraísse à influência da direita republicana e da extrema-direita antiparlamentar os setores da pequena burguesia, a incapacidade teórica e tática para distinguir, entre as formações políticas republicanas, os setores que, pelo menos, poderiam garantir a sobrevivência da legalidade democrática [...]” e, finalmente, “[...] a não consideração da contraofensiva da direita e da burguesia mais conservadora ao exemplo da Revolução Russa [...]”¹⁸⁶.

Neste trabalho, portanto, Oliveira procede a uma reavaliação da crise do sistema demoliberal a partir das próprias condições do movimento social português. O problema de uma tal abordagem é

congresso operário estava, pois, orientada no sentido do voto negativo em relação à ISV.” (1990:175).

¹⁸³ Lê-se: “É certo que a problemática suscitada por alguns artigos escritos e a *Bandeira Vermelha*, mormente os artigos assinados por António Peixe e Ferreira Quartel, como já mostrou Pacheco Pereira, continha virtualidades que, todavia, não encontraram solidez na Federação Maximalista (FM), que pouca ou nenhuma influência veio a ter na realidade social. Também a FM e a *Bandeira Vermelha* não estavam em condições de desenvolver aprofundadamente os próprios problemas suscitados pelo simples facto de aparecerem como alternativa ao anarco-sindicalismo, na esteira do exemplo vitorioso da Revolução de Outubro. Na FM e em *A Bandeira Vermelha* as ideias também não estavam clarificadas e os objetivos permaneciam confusos.” (1990:160).

¹⁸⁴ Retomando a crítica que, em 1975 (1990: 208, 209) dirigira a Pacheco Pereira – de que este desconsiderara a direção anarquista do movimento sindical em favor do PCP – Oliveira logra até convencer de uma subalternidade ou irrelevância comunista em todo o processo de cisão; deste modo, o impacto da Revolução Russa não se subordina, aqui, à criação da FMP ou do PCP.

¹⁸⁵ Oliveira: 1990:189.

¹⁸⁶ Oliveira: 1990:161.

ater-se exclusivamente ao operariado, não só acabando por conferir demasiada relevância a apenas uma das partes envolvidas, como incorrendo no mesmo tipo de erro que aponta a Pacheco Pereira, ao desconsiderar o papel da FMF e do PCP em favor da direção anarquista do movimento sindical. Em nada disto, porém, sacrifica a lucidez com que Oliveira se refere às condições criadas pela receção da Revolução Russa em Portugal: em primeiro lugar, e aos que veem na origem libertária da FMP ou do PCP uma grande originalidade face aos congéneres europeus, opõe a ideia de que tal criação é tanto um produto da Revolução, como da recusa do seu sentido e pressupostos; aos que procuram numa tradição de independência e autonomia do movimento sindical português ou nas 21 condições da IC identificam os maiores impedimentos a uma filiação da CGT na ISV, responde com uma subalternização da importância e intervenção da FMP e do PCP, com que igualmente explica o carácter hegemónico da sua ação face ao movimento sindical; finalmente, aos que sustentam a ideia de ignorância ideológica do operariado nacional, objeta com a evolução das atitudes face à Revolução.

É já em 1984 que Joaquim Palminha Silva lança *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes ou Dez Dias que Abalaram um Diplomata Português*, e dizê-la diferente ou inusitada não bastará para qualificá-la. De facto, para além da obra de César Oliveira¹⁸⁷, esta é, talvez, a que mais se acerca desta tese, seja por via do objeto, seja pelo método. Subjaz-lhe, primeiro, um mesmo interesse pelas representações da Revolução Russa, aqui na correspondência do diplomata Batalha Reis, ministro plenipotenciário da República Portuguesa em Petrogrado, aquando das duas revoluções de 1917; depois, recorrendo a outra documentação coeva, em que se incluem telegramas, comunicados, ofícios e cartas, memorandos e relatórios, mantém o comum entendimento de que estes “[...] falam por si mesmos e são, em todos os seus aspetos, fonte de primeira ordem para a nossa história diplomática durante a primeira conflagração mundial.”¹⁸⁸.

Em verdade, Silva não atenta nas representações da Revolução Russa em Portugal, mas nas de um português que, então, reside na Rússia: o seu objetivo, escreve, “[...] é analisar, através da documentação reproduzida, e tendo como pano de fundo a Rússia revolucionária, a evolução de uma mentalidade que se pretendeu 'evolutista', mas que se irá revelar, ao cabo e ao fim, conservadora.”¹⁸⁹. Crê-se, contudo, que uma boa parte da análise e crítica desenvolvida em torno da correspondência de Reis pode, sem prejuízo, ser aplicada também à imprensa portuguesa de época: Silva entende que o diplomata pretende, “[...] pela quantidade de telegramas que foi enviando – às vezes dois por dia – demonstrar intencionalmente que estava a fazer um constante esforço para pôr a claro, apaixonadamente, os factos complicados dessa extraordinária situação que vivia a sociedade russa.”¹⁹⁰;

¹⁸⁷ Oliveira, 1976.

¹⁸⁸ Silva, 1984:5.

¹⁸⁹ Silva, 1984:6.

¹⁹⁰ De resto, escreve: “Em vez de um conjunto de antecedentes que deveriam ser conhecidos, afim [*sic*] de que ministros e República Portuguesa pudessem dar o valor exato ao conteúdo ideológico e político da Rússia dos Sovietes e, por acréscimo, ao comportamento de outros representantes dos Aliados em Petrogrado, ficamos com a visão de um homem em pânico!” (1984:6). Silva não demonstra, como aliás deixará claro na

que alimentava a “teoria” de que “[...] quando se apresentam os factos 'exatamente' como os sabemos, as conclusões surgirão naturalmente, não necessitando de interpretações especiais.” e de que aí mesmo, “[...] na sua visão pontual sobre os acontecimentos russos [...]”, residiu o seu maior engano¹⁹¹. Não dista muito disto, portanto, a profusão noticiosa, a assunção da verdade jornalística e, mais importante, da incompreensão e incapacidade de promover uma visão de conjunto por parte da imprensa, porque, assim como Silva esperaria que Reis fosse “[...] ‘mais 'imparcial' nas alusões à tomada de poder pelos bolchevistas, dado que qualquer português, minimamente republicanos, para não dizermos socialista, e mais, socialista internacionalista¹⁹², vivera recentemente (1910) situações revolucionárias algo parecidas!”, também esta tese esperaria que a imprensa, pelo menos a republicana e mais liberal, se mostrasse neutral – deste modo, o que surpreende mesmo é “[...] a conformidade absoluta que [se] manifesta para com a mentalidade que professavam 'as classes dirigentes' ocidentais de então, a propósito da Rússia dos Sovietes e dos bolchevistas de Petrogrado”¹⁹³, a que se junta, como na imprensa, a mesma “[...] deturpação dos factos, o boato como fonte informativa, o exagero como meio para explicar o que o raciocínio ocidental, conservador, não compreende por educação de classe e mentalidade.”¹⁹⁴. Assim, entre fevereiro e outubro, Reis prefere ver “[...] uma manobra de diversão da Alemanha, com o objetivo de semear a confusão nas fileiras aliadas, e recuperar o reservatório de abastecimentos que a Rússia poderia ser então para os esgotados exércitos das potências centrais.”, e no “[...] interesse russo de uma paz imediata, sem indemnizações nem anexações [...] uma capa do interesse alemão.”¹⁹⁵.

Sobre o depoimento de Reis e de outros diplomatas coevos, leia-se ainda o seguinte ponto, onde, a esse respeito, se farão ainda algumas considerações; mas entretanto, convirá informar que para além da *Nota Prévia* e de uma curta biografia de Batalha Reis, Silva ainda junta à obra duas curtas análises ao primeiro de dois relatórios elaborados pelo diplomata; uma cronologia, correspondência diplomática vária, e ainda quatro apêndices: um, sobre os Ministros dos Negócios Estrangeiros em exercício durante a carreira diplomática de Reis; outro, sobre as relações entre Portugal e a Rússia dos Sovietes; outro ainda sobre a bibliografia da Revolução publicada em Portugal¹⁹⁶; o último, sobre a

biografia que lhe escreve mais à frente, uma grande consideração por Batalha Reis.

¹⁹¹ Silva, 1984:5,6.

¹⁹² Batalha Reis, recorde-se, fora o conferencista encarregue do marxismo nas célebres Conferências do Casino; Silva escreve: “A nós, parecia-nos que este exconferencista de Proudhon, Marx e Engels, este denunciados dos 'agentes da burguesia' republicana no seio das associações operárias de Lisboa, não poderia encarnar, no interior de contenda tão radical, essa mentalidade que ele viera em tempos anunciar às assembleias agitadas da capital, como coisa caduca, podre e prestes a ser derrubada.” (1984: 8)

¹⁹³ Silva, 1984:7.

¹⁹⁴ Silva, 1984: 282.

¹⁹⁵ Silva, 1984: 7,8.

¹⁹⁶ A este respeito, escreve: “Os estudos até hoje publicados sobre como foi vista a revolução e a Rússia dos Sovietes, referem-se apenas à imprensa portuguesa de época – operária e outra – compreendendo um período que vai de 1917 até 1919” (1984:315). Depois, partindo da obra Carlos da Fonseca (1976), Silva

viagem do comboio diplomático através da Finlândia, em que se reproduz parte do testemunho de Étienne Antonelli em *La Russie Bolcheviste*.

Até ao final da década, é justo enumerar trabalhos como “Para a História do Pensamento Marxista em Portugal”(1985), de Armando Castro; “As Juventudes Sindicalistas: Um Movimento Singular” (1989), de João Freire; “A Recepção do Marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)” (1989), de António Pedro Pita; ou a tradução da obra de Jean Marabini, *A Rússia durante a Revolução de Outubro* (1989). No entanto, só com o início dos anos 90 se conhecerão novos contributos à receção do processo revolucionário russo no lapso aqui em estudo.

O XI e XII volumes da *Nova História de Portugal* (1990, 1991), acumulam referências ou alusões à Revolução. No primeiro dos volumes, elas ficam-se apenas por uma invocação da “Noite Sangrenta” de 19 de outubro de 1921 – “Os episódios revolucionários de 19 de outubro de 1921 e da 'noite sangrenta' que se lhe seguiu foram motivo para preocupações internacionais, receando muito que a instabilidade e a anarquia política em que Portugal vivia prenunciassem a instauração de um regime 'bolchevista' no ocidente da Europa. Não admira, assim, que mais uma vez entrassem no estuário do Tejo navios de guerra estrangeiros [...]”¹⁹⁷ –; e pela citação de um programa do Partido Republicano Nacionalista – “ A hora é das direitas. [...] perante a onda crescente do misticismo comunista russo, a velha Europa Ocidental ou se defende ou morre.” (“Partido Republicanos Nacionalista. Manifesto ao Paiz”¹⁹⁸. Quanto à primeira referência, valerá a pena lembrar de que nunca de tal razão precisaram outras potências para invadirem ou repartirem território nacional, ou que existiam, à época e na Europa, países muito mais convulsionados do que Portugal – que a imprensa coeva o afirme, portanto, não será uma surpresa, mas que um estudo historiográfico o sustente, sem mais evidência, não parecerá prudente. Já sobre a segunda, é justo dizer que o cérebro ou cérebros por detrás deste manifesto, porventura Cunha Leal e Álvaro de Castro, conhecem bem alguns teorizadores franceses... mas impõe-se saber se o “misticismo” a que se referem é real e consistente como uma organização ou ação política e partidária.

Seria de esperar que, já com a coordenação de Fernando Rosas, o segundo destes volumes evidenciasse um maior interesse pelo processo revolucionário russo, mas neste, como no outro, não são propriamente as condições da sua receção ou representação que importam, ou mesmo a discussão dos efeitos e extensão do seu impacto, que, no entanto, não deixará de enformar uma “ameaça vermelha” e ser prescrito para justificar a emergência de regimes autoritários no centro-leste e sul da Europa¹⁹⁹, numa generalização que tanto pode incluir a *Ditadura dos Espadas* e o sidonismo, como o regime militar resultante do 28 de Maio.

(1984:329,330) referencia ainda algumas obras publicadas em Portugal sobre a Rússia soviética e os bolchevistas, que, informa, pretendiam constituir descrições imparciais dos factos históricos

¹⁹⁷ Marques e Serrão, 1990: 359.

¹⁹⁸ Marques e Serrão, 1990: 389.

¹⁹⁹ Marques e Serrão, 1991: 11.

Outras referências existem, naturalmente, respeitando à formação do PCP, e nem por isso mais claras. Com a sua fundação entregue a “[...] anarquistas e anarcossindicalistas, desiludidos com os bloqueamentos a que tinha chegado o sindicalismo revolucionário em Portugal. [...facto que] marcou a instabilidade dos seus quadros dirigentes pouco sólidos em termos políticos e ideológicos.”²⁰⁰, o Partido acabará, aqui, não só separado do “[...] contexto da polémica e da crise da II Internacional sobre a adesão à Internacional Comunista e do apoio à Ditadura do Proletariado instituídas como triunfo da Revolução Russa de 1917”, como condenado a uma falta de solidez política e ideológica, como se qualquer outro agrupamento político a tivesse em maior grau ou conhecesse, por isso, mais estabilidade. Curiosamente, e como em tantos outros estudos em que tal falta é invocada, não faltará, já aquando do tratamento da cisão operária, a explicação de que esta se funda num “[...] conjunto de questões que se inscreviam, seja na própria origem do PCP e das suas incidências no interior da CGT, seja na natureza e práticas do poder saídas da Revolução Russa de 1917, sobretudo relativas à repressão dos libertários russos, e ao exercício do poder bolchevique no quadro da Ditadura do Proletariado.”²⁰¹ – o PCP, portanto, não tem nem uma política nem uma ideologia firmadas, mas pode, segundo se defende, viver dos desvios ideológicos e de conflitos de natureza ideológica.

Mas não se julgue a *Nova História de Portugal* por um problema de que padeciam e continuarão a padecer quantos estudos se escrevem sobre o movimento social português ou apenas sobre o PCP. Em “Marxismo em Portugal” (1991), Alfredo Dinis e José Forte continuarão a mostrar que, nem mesmo quando à questão ideológica é aparelhada a das realizações práticas feitas na esteira do impacto do processo revolucionário, os comunistas portugueses logram ver-lhes reconhecida uma ideologia e uma prática²⁰². Enfim, talvez a análise desta tese seja mais redutora do que a dos estudos que tem vindo a apresentar – problema, crê-se, decorrente da sua especificidade – no entanto, não pode esta conviver com a recorrente descredibilização do movimento social português entre os mesmos autores que sustentam a ideia de uma ameaça comunista, ou, tratando apenas do PCP, a de uma luta pelo controlo do movimento sindical. Torne-se, porém, à revisão bibliográfica.

O ano de 1992 ainda conhece dois trabalhos – *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power, 1921-1986*, de Carlos Alberto Cunha; e *Anarquistas e Operários. Ideologia e práticas sociais: o Anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, do mesmo autor, em colaboração com João Freire – mas que pouco ou nada acrescentam à questão em estudo. Em 1993, Natália Davidova publica “Os últimos dias de Lenine”, que interessará mencionar, não por qualquer contributo concreto, mas por um certo sentido de purga e reinvenção histórica, que caracterizaram a época da sua

²⁰⁰ Marques e Serrão, 1991: 25.

²⁰¹ Marques e Serrão, 1991: 26.

²⁰² Lê-se: “A Revolução Russa de 1917 levou à fundação da Federação Maximalista Portuguesa, dominada pela confusão doutrinária entre anarquismo, sindicalismo revolucionário e marxismo-leninismo. Em outubro de 1919 surgia a Bandeira Vermelha [...] Em 1921 era fundado o Partido Comunista Português graças aos esforços de alguns sindicalistas revolucionários, anarquistas e anarco-sindicalistas. Carlos Rates, primeiro secretário-geral, não conseguiu dotar o partido de uma doutrina marxista coerente.” (Fortes, 1991: 714).

elaboração e continuam em voga, ainda hoje, tanto numa boa parte da historiografia anglo-saxónica, como na de alguns países que integravam o bloco comunista. De 1994, finalmente, conhece-se “O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português”, de António Pedro Pita, em que se aborda a moldagem política do PCP, mas apenas a partir de 1929. Assim, para além de alheados do processo revolucionário russo nos termos em que este aqui importa, são mesmo muito poucos os estudos consagrados à história do movimento operário, ao marxismo/comunismo ou à URSS, nem quando o seu fim empenha uma boa parte da historiografia ocidental.

De facto, só já na década seguinte se produzirão estudos afins e, mesmo esses, por velhos interessados, como António Ventura, que, logo em 2000, não só publica *Anarquistas, Republicanos e Socialistas: as convergências possíveis*, como deixa na revista *Clio* uma boa análise da introdução do marxismo em Portugal, no artigo “A ideia de Ditadura de Proletariado em Portugal no início dos anos vinte”, e em que se constitui como um justo complemento a um contributo deixado, 25 anos antes, por Margarido. O trabalho é um repositório de muitas considerações já feitas em estudos anteriores, a que o tempo, contudo, parece trazer algumas mudanças. Uma, e logo a começar, respeita à formação ideológica do operariado português, quando se defende que este se caracteriza, e “[...] desde a sua génese, no século XIX, até aos anos trinta do século XX, por uma grande dificuldade em lidar com conceitos precisos, em virtude do deficiente acesso aos textos fundadores e aos comentários”²⁰³, note-se, não se refere já a insuficiências teóricas, chegando a notar, por exemplo, “[...] que o Partido Socialista Português, na pluralidade das suas tendências, se reclamava da herança daqueles pensadores [marxistas], e nos seus programas surge, direta ou indiretamente, referências com algum interesse [...]”. Do mesmo modo, registará que a “[...] questão da ditadura do proletariado só constituirá entre nós tema de debate após a Revolução soviética [...]”²⁰⁴, mas sem veicular já a ideia de vazio político, que ele próprio sugeriu, como outros, anteriormente. Depois, porque entende que é “[...] pela ação prática e quotidiana do governo dos soviets [...] a questão da ditadura do proletariado começa a ser levantada entre nós após e sobre o eco da Revolução Russa”²⁰⁵, Ventura permite-se afirmar que “A revolução russa e todo o processo de transformações operado na Rússia tiveram ampla repercussão em Portugal se bem que, também neste caso, as confusões fossem repetidas e persistentes.”²⁰⁶. Neste ponto, não varia sobremaneira face a outros trabalhos, recuperando ora a visão cataclísmica da receção burguesa, ora a da falta de informação do operariado, ainda que, para esta última, encontre um certo meio termo, que vem, pelo menos, retirar às lutas ideológicas operárias muita da polarização e da tensão em que as têm e mostram outros autores, escrevendo que “A partir dos finais de 1919 é frequente encontrarmos em Portugal jornais operários que proclamavam a sua simpatia com a Rússia, mesmo dentro das estruturas sindicais, maioritariamente sindicalistas revolucionárias e com uma forte

²⁰³ Ventura, 2000a: 113.

²⁰⁴ Ventura, 2000a: 114.

²⁰⁵ Ventura, 2000a: 116.

²⁰⁶ Ventura, 2000a: 117.

influência anarquista [...] embora, muitas vezes a adesão destes últimos não fosse incondicional”²⁰⁷.

Uma tal mudança, contudo, parece momentânea e inconsciente, posto que em “O Marxismo em Portugal no século XX”, publicado no mesmo ano em *História do Pensamento Filosófico Português*²⁰⁸ se retoma, por entre a compilação, excelente, de inúmeras obras sobre a teoria marxista publicadas em Portugal desde o início do século XX, a ideia da “ignorância” do operariado²⁰⁹, e, no que respeita à formação do PCP, Ventura considera que esta “ [...] não veio alterar o quadro de equívocos e imprecisões que rodeavam a discussão em torno da questão da ditadura do proletariado.”²¹⁰. Por esta altura, o problema deste tipo de afirmações, segundo se entende aqui, não reside sequer na sua validade, mas numa incorreção na formulação: seria lógico pensar que, se a formação do PCP visa corrigir um quadro de equívocos e imprecisões, é já ao Partido, e não ao seu processo de formação, que devem ser imputadas as falhas. A questão não é puramente semântica: uma vez mais, fica claro que se espera do PCP uma correção imediata das suas deficiências ideológicas, senão mesmo das de todo o operariado, como se estas não existissem no resto da Europa ou noutros movimentos. Talvez o problema seja, agora, precisar demasiadamente a questão em torno da noção de ditadura do proletariado, esquecendo tratar de um processo que, tanto na sua origem como no seu lugar de receção, é muito mais amplo do que o termo ou conceito que o designe e detentor de uma face visível e real, inequivocamente mais importante a quem lhe reconheça exemplaridade.

A questão tem, naturalmente, ainda outros contornos: não é apenas Ventura que esquece que, se a noção de ditadura do proletariado confunde até os militantes operários mais informados, mais confundirá outros que, por indiferença ou conservadorismo, lhe sejam absolutamente alheios; no caso nacional, chega a prová-lo o facto de a imprensa burguesa, em pleno processo revolucionário russo, atentar sempre muito mais na celebração da paz separada do que em quaisquer questões ideológicas, que se mostra, aliás, quase incapaz de abordar. Apenas Oliveira²¹¹ se questionou, para logo esquecer, se isto se deve a um desconhecimento do fundo ideológico da Revolução ou a certa incapacidade ou inabilidade para problematizá-la à luz das expectativas e de consequências não tão imediatas, como o

²⁰⁷ Lê-se: “Para os setores conservadores, os acontecimentos a leste surgiam como um cataclismo, como uma espécie de convulsão tremenda da qual saíra uma experiência bárbara e irracional. Para alguns socialistas, anarquistas e sindicalistas, a receção da experiência soviética foi encarada de maneira diversa, mas sempre condicionada pela falta de informação [...] surgia como a Revolução Social tão desejada pelos libertários, embora muitas vezes a adesão destes últimos não fosse incondicional.” (2000a: 117).

²⁰⁸ António Pedro Mesquita escreve, na mesma obra, “A Receção do Marxismo”, mas sem acrescentar mais à receção e representação da Revolução Russa em Portugal.

²⁰⁹ Lê-se “[...] nos debates e polémicas que povoaram a imprensa operária e sindical portuguesa durante a I República é possível encontrar alusões fugazes ao marxismo, mas sem profundidade, refletindo uma situação geral de ignorância, entre os trabalhadores, das doutrinas do autor de *O Capital* [...] a situação alterou-se com os ecos da Revolução Soviética [...]. Para os seus defensores estava-se perante a aplicação prática do marxismo, embora num desenvolvimento diferente e até inesperado. Bolchevismo e soviétismo são palavras novas que emergem no vocabulário político português.” (2000c: 203,204).

²¹⁰ Ventura, 2000c: 118.

²¹¹ Oliveira, [1975] 1990.

fim da participação russa no conflito, que é questão que mais diretamente afeta Portugal. Já em termos que se diriam mais práticos, custa a crer que a esse povoleu urbano, remediado nas pilhagens, nas subidas a Monsanto, nos petardos lançados à Guarda e nas barricadas na Rotunda; ou que a esse burguês a que artilharia pesada arrebatada as serenas passeatas, surpreendam ou perturbem em demasia os factos da longínqua Rússia. No entanto, o artigo tem inúmeras qualidades reconhecidas e, entre estas, uma particularmente cara a esta tese: a de mostrar que, na viragem para este século, não há ainda, em Portugal, estudos suficientemente amplos sobre o impacto da Revolução Russa – por ora, contudo, são já em maior número do que na década anterior.

Um deles, bem interessante, é o que Carlos Alberto Cunha escreve para a entrada “Comunismo” do *Dicionário de História de Portugal*. Logo a começar, lê-se que “Quando, em 1917, eclodiu a revolução russa, Portugal havia já desenvolvido um ativo movimento operário. A classe trabalhadora estava representada por diversos movimentos e partidos [...] Assim, e ao contrário do que pretende a versão oficial da historiografia do Partido Comunista Português não veio preencher um vazio na representação dos trabalhadores.”²¹². Destarte, o que parece ser uma forma limitada, senão comprometida, de introduzir o velho tema das especificidades do movimento operário nacional, perdendo, ademais, uma boa oportunidade para distinguir entre a representação sindical, entregue à CGT, e a política, que o PCP procurava assumir, transforma-se num simples reconhecimento de que “[...] em 1921, momento em que foi criado o partido, não eram inéditos os debates acerca da orientação revolucionária do movimento dos trabalhadores.”, que remontavam, segundo afirma, pelo menos a 1913. Mais, o autor considera, logo adiante, que as “As diversas fações do movimento sindicalista discutiram, nas fases iniciais, o papel da 'vanguarda' e da 'ditadura do proletariado' simultaneamente.”²¹³. Os termos em que esta proposta é formulada superam já a da visão do completo ou parcial vazio ideológico do operariado, que marcara, até agora, uma tendência, seja por fazer remontar a discussão ideológica a um período anterior ao da receção da Revolução Russa, por sugerir a discussão de conceitos tão complexos e precisos como partido de vanguarda ou ditadura do proletariado, ou por afirmar que a criação da FMP não decorrerá tanto da necessidade de veicular tais conceitos, como de uma tentativa de passar da teoria à realidade, estando a sua inovação “[...] na afirmação das condições para uma revolução de que, sempre que necessário, o partido constituiria a vanguarda.”²¹⁴. Talvez a proposta não seja inovadora – Cunha invoca Quintela²¹⁵ e Pacheco Pereira²¹⁶ – mas talvez só Oliveira²¹⁷, e apenas por um instante, tenha encarado a discussão ideológica anterior à

²¹² Cunha, 2002a: 387.

²¹³ Cunha, 2002a: 387.

²¹⁴ Cunha, 2002a: 387. E completa: “A FMP antecipava a revolução em Portugal em termos concretos, ainda que a organização não a levasse a cabo; os sindicalistas concebiam a revolução de um modo mais vago, mais ideológico, algo que aconteceria 'algum dia' num futuro indefinido.” (2002, vol.7: 387).

²¹⁵ Quintela, 1976.

²¹⁶ Pereira, 1980.

²¹⁷ Oliveira, [1975] 1990.

recepção da Revolução como um fator relevante. Aliás, mesmo quando Cunha se diz citando Pereira, ao escrever que “[...] a revolução russa incutiu um novo sentido de urgência neste debate [...]”²¹⁸, deixa claro que os efeitos da Revolução, na ótica do citado, são demasiado grandes para permitir vislumbrar com nitidez o passado ou para conceber as lutas ideológicas sem os efeitos da Revolução.

Cunha é ainda o autor da entrada “Partido Comunista Português” na mesma obra, em que, sobre o tema e período em questão, se repete quase integralmente. A entrada “União Soviética, relações com”, de Bernardo Fletcher Pereira, é também muito interessante, posto que se nada ou quase nada se lê sobre a recepção do processo revolucionário russo em Portugal, muito se informa sobre as relações diplomáticas entre os dois países, tema que aqui merecerá, adiante, um ponto próprio.

Ainda em 2002, em *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Maria Alice Samara presta-se a uma análise da greve geral de novembro de 1918, como culminar do progressivo confronto entre o sidonismo e o movimento operário – às propostas de António José Telo ou de Pacheco Pereira de uma greve de carácter ofensivo e revolucionário, Samara opõe a tese de uma greve de carácter defensivo. Mas para esta tese, a obra importa, essencialmente, por integrar um capítulo intitulado “O medo dos 'bolcheviques', anarquistas ou outros vermelhos que tais”²¹⁹, por que perpassam algumas considerações sobre o impacto da Revolução Russa em Portugal.

Logo a abrir, Samara refere-se às classes conservadoras, afirmando que, para estas, “[...] no geral, não havia distinção teórica, política ou ideológica muito complexa: os 'vermelhos' eram aqueles que os ameaçava, aqueles que queriam acabar com o mundo tal como eles o conheciam e apreciavam.” Já para os sindicalistas, escreve, “[...] ainda que não conhecessem profundamente tudo o que se passara na Revolução Russa, nem tivessem contacto com os textos dos pensadores que a influenciaram ou protagonizaram, não a deixaram de encarar como um sinal de esperança.”²²⁰. Caldeando a conjuntura de crise política, económica e social com a guerra ou ainda com a recepção da Revolução de Outubro, Samara veicula, assim, a ideia de uma sociedade desconhecida, mas, de um modo geral, altamente dividida e polarizada em torno dos factos da Rússia²²¹. Do mesmo modo,

²¹⁸ Cunha, 2002a: 388. Segundo Cunha, isto origina cinco efeitos importantes: “1) reavaliação de 'ideias e práticas' do passado, tendo em conta a experiência russa (nomeadamente sobre a capacidade de conduzir um movimento revolucionário por parte da classe trabalhadora); 2) introdução de 'novas palavras' e fragmentos ideológicos na argumentação anterior; 3) dificuldade em distinguir entre os vários grupos comunistas (anarquistas, sindicalistas, maximalistas, soviéticos, bolcheviques); 4) defesa da unidade da classe trabalhadora (especialmente propugnada pelos socialistas, anarquistas, sindicalistas e maximalistas); 5) apoio da revolução russa e dos 'vermelhos' contra os 'brancos'.” (2002a: 388).

²¹⁹ Samara, 2002: 193-196.

²²⁰ Samara, 2002: 193, 194. E cita, abaixo, Pacheco Pereira (1971), naquela ideia da visão mítica da Revolução Russa por parte dos anarquistas.

²²¹ Lê-se ainda “Ainda que miticamente entendida, a centelha de esperança que lançou deu forças aos trabalhadores organizados, fê-los pensar que brevemente chegaria um futuro melhor.”, enquanto “Para as classes burguesas o sentimento era o diametralmente oposto. Pontuando vários jornais, as notícias e os comentários sobre a Revolução de Outubro davam uma imagem assustadora do que se passava na Rússia e das terríveis e temíveis alterações em curso. [...] Algo que era temido, ainda que em parte desconhecido.”

confere alguma importância às relações interaliadas desenvolvidas no âmbito de uma prevenção revolucionária, materializadas – escreve – nalguns “[...] exemplos institucionais que demonstram que o medo da revolução não era apenas prosa alarmista dos jornais conservadores.”²²². Assim, e segundo pretende, “Os acontecimentos de novembro de 18 suscitam o interesse destas instituições e o Governo sente-se na obrigação de transmitir os seus sucessos contra a 'revolução social' aos seus parceiros europeus. [...] A sua solicitude em informar do seu sucesso diz-nos, pelo menos, que a greve foi levada em conta e que a argumentação de 'desordem bolchevique' era um receio real.”²²³.

No que respeita à greve geral de novembro de 1918, esta tese inclina-se a perfilhar a proposta de Samara, conquanto entenda que toda a discussão que a questão tem envolvido não se deva tanto a um verdadeiro interesse pela greve como pelo ensejo de a ver como uma extensão portuguesa dessa agitação revolucionária que vem agitando a Europa, ademais no contexto do episódico autoritarismo sidonista. Já no que concerne à Revolução Russa em Portugal, é mor que se assinale uma visão talvez um pouco redutora da sociedade portuguesa face à ideia do impacto que se pretende veicular, bem como o ênfase conferido ao processo revolucionário russo enquanto configurador da experiência sidonista, sem notar que as condições para a emergência do sidonismo ou até para a organização de uma greve geral se vinham fazendo sentir, na sociedade portuguesa, muito antes da Revolução Russa ter início. É difícil aceitar que, mesmo em Lisboa ou no Porto – lugares sobre que, infelizmente, incide a maioria dos estudos historiográficos ou das fontes – a sociedade, se divida e organize como propõe Samara, em classes conservadores e operariado, e em função das suas expectativas para com a Revolução Russa. Depois, parece aqui incorreto invocar o argumento do desconhecimento da Revolução, ou qualquer outro, para justificar a criação de um clima de medo, que Samara, aliás, não prova senão com uma curta alusão à imprensa conservadora. Finalmente, a invocação dessa prevenção revolucionária interaliada, tomada, ademais, como um verdadeiro receio governamental, não leva absolutamente em conta a situação nacional: Samara, aparentemente, não concebe que o sidonismo, seja porque procura reconhecimento interno e externo, seja porque descure a participação portuguesa na guerra, se queira mostrar solícito ou sujeito aos interesses aliados, pretenda legitimar-se na possibilidade da ocorrência de uma revolução do mesmo género em Portugal, intente vincular a oposição interna a uma ideia de conspiração e perigo internacional, ou até assegure, na criação de uma atmosfera de medo junto das populações, a prevenção de quaisquer alterações à ordem.

O ano de 2003 assiste à realização do congresso *Estaline em Portugal*, por ocasião dos 50 anos da morte do estadista, sem que, contudo, se lhe conheçam trabalhos sobre o impacto do processo revolucionário russo em Portugal. Em 2003, também, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes coordenam a obra *Portugal e a Grande Guerra*, em que igualmente se encontram algumas referências à Revolução Russa, embora curtas. David Martelo, por exemplo, no artigo “A revolução russa,

(Samara, 2002:194).

²²² Samara, 2002: 196.

reflexos na guerra”, trata, efetivamente, da forma como o evento terá condicionado o desenrolar no conflito; no entanto, não se refere uma única vez à forma como terá impactado em Portugal²²⁴. Só António Ventura, em “Antibelicismo em Portugal”, faz aflorar uma questão que ficara, aparentemente esquecida: o artigo trata, essencialmente, de “guerristas” e “antiguerristas” em Portugal, e termina avaliando como a guerra dividira alguns anarquistas portugueses e informando da existência de um grupo intervencionista, aliadófilo, que reunia alguns dos intelectuais libertários mais prestigiados, encabeçados por Emílio Costa, e associado à publicação da revista *Germinal*. Ventura escreve, então, que “A clivagem entre os anarquistas portugueses a propósito da Grande Guerra foi profunda e irreversível. Geraram-se ódios e rivalidades que perdurarão e serão agravadas com a Revolução Russa e com as diferentes posições tomadas a seu respeito.”²²⁵. Uma tal proposta, para além de vir associar o impacto da Revolução Russa ao da I Guerra, entronca naquela, feita aqui, de que os mais distintos investigadores não integram e não contextualizam suficientemente a ocorrência da Revolução no decurso da guerra e que, por isso mesmo, fazem fé na representação noticiosa de um fenómeno cuja compreensão ou incompreensão está longe de derivar unicamente de uma hipotética falta de formação ideológica, mas na atenção posta ainda, pelos mais variados setores da sociedade portuguesa, noutros problemas e questões. Ou seja: na receção do processo revolucionário russo em Portugal, e ainda que nunca clara ou extensamente definidos, evidenciam-se os inúmeros efeitos do seu impacto; sobeja atenção é conferida à sua natureza e às lutas ideológicas que eventualmente motiva; mas falha-se, contudo, em reconhecer ou compreender todas as demais as condições que podem retirar a esse impacto uma parte substancial da força que se lhe tem reconhecido²²⁶.

A terminar, são dois os trabalhos a referir – *1917: Percepções de uma revolução: identidades, conflitos e paradigmas na revolução soviética*, de Mário Machaqueiro; e *A Revolução de Outubro (Novembro) de 1917 nos Jornais Portugueses: a Surpresa Anunciada*, de Paulo Guinote – conquanto apenas ao segundo se tenha tido acesso. No de Mário Machaqueiro, sua tese de doutoramento, parte-se de um “[...] desejo de analisar os processos cognitivos desenvolvidos pelos atores sociais em períodos de transição histórica.”, procurando “[...] identificar as estratégias que os atores criam no seu esforço de dar inteligibilidade aos processos de transformação global das sociedades quando estes estão a decorrer.”. A proposta, segundo se apresenta, tem aqui grande interesse e não tanto pela análise

²²³ Samara, 2002: 195.

²²⁴ Martelo, 2003: 362, 365.

²²⁵ Ventura, 2003d: 292.

²²⁶ Conforme se viu já atrás, Oliveira escreve, por exemplo, que alguns investigadores, “[...] estes mais acentuadamente de formação ideológica burguesa e reacionária-conservadora, passam pela história da classe operária em Portugal, pela origem e história do PCP, como cão por vinha vindimada, isto é, nem sequer olham, porque o fundamental foi o que disse ou pensou um dirigente político que, para melhor mistificar os trabalhadores, se faz vestir com roupagens quase marxistas.” ([1975] 1990: 209); ou como “A CGT, fundada no mesmo ano, não vê uma possibilidade real de concorrência na Federação Maximalista Portuguesa; de resto, de 1919 a 1922 a CGT não cessa de crescer em filiados, em ganhar audiência nas massas trabalhadoras, em conduzir importantes processos de luta.” (*idem*: 221).

social da Revolução, que diz desenvolver, como pela ideia de que os processos identitários que esta envolve resultam “[...] de identidades de fronteira, em parte explicáveis como reações cognitivas à posição semiperiférica da Rússia no sistema mundial e à sua inserção ambivalente entre a Europa e a Ásia, o Ocidente e o Oriente. [...] porque] semelhante ambivalência moldou a percepção dos acontecimentos históricos ao longo dos dois últimos séculos e condicionou uma boa parte das opções políticas.”. Não fosse o ser, para esta tese, pouco mais do que uma referência, e suporia esta que a proposta da ambivalência da situação russa como forma de justificar opções políticas tem algo da lógica maurrasiana de Massis, embora esta não seja uma posição conhecida a Machaqueiro. Eis, portanto, uma interessante proposta, ainda à espera, mesmo pela revisão final desta tese, de ser lida.

Do segundo, *A Revolução de Outubro (Novembro) de 1917 nos Jornais Portugueses: a Surpresa Anunciada*, de Paulo Guinote, tomou-se conhecimento, como de inúmeros outros trabalhos, através da página electrónica *Estudos sobre Comunismo*, organizada por Pacheco Pereira, e em que se lia tratar-se de um estudo sobre o impacto da Revolução Russa na opinião publicada em Portugal em 1917-18, trabalho esse desenvolvido num seminário de mestrado em História do século XX, praticamente inédito, e com a publicação autorizada pelo autor. Para Guinote, conquanto não se trate de um fenómeno completamente imprevisível, a de outubro começa por ocupar menos espaço na imprensa do que a deposição do Czar, no seguimento da de fevereiro²²⁷. Por detrás disto, entende, poderão estar as suas características, motivações e objetivos, cuja promoção não interessava aos Aliados, por ora bem atentos à resistência dos bolcheviques no poder e à reorganização de uma oposição interna forte. A Guerra Civil alastra também pela imprensa, mas, por ora, é impossível prever o seu resultado²²⁸.

Guinote detém-se ainda na filiação da imprensa: republicanos e monárquicos atinam por uma vez na “transitoriedade do poder maximalista”, pelo que reconhece mais fácil a distinção entre estes e os jornais que designa por “mais informativos” e, portanto, menos preocupados com a divulgação noticiosa de acontecimentos “negativos” – positiva, entende, só a reorganização da oposição interna²²⁹. No contexto da guerra e da censura, os factos chegam à imprensa portuguesa “em segunda ou terceira via”, e sujeitos aos interesses das potências aliadas: como pacifistas, Lenine e os bolchevistas são, amiúde, representados como agentes alemães, sobre os quais pesa o corretivo aliado²³⁰ – entende Guinote que a sua permanência no poder irá requerer uma utilização da sua imagem na exemplificação dos perigos dos pacifismo e contestação social²³¹.

Mais atenção será, adiante, dada a Guinote, discutindo-se então, e sem repetição, muito do que se poderia dizer já, mas que nada adiantaria a esta compilação e análise dos estudos da representação

²²⁷ Guinote, policopiado: 69.

²²⁸ Guinote, policopiado: 69, 70.

²²⁹ Guinote, policopiado: 71, 72.

²³⁰ Guinote, policopiado: 72, 73.

²³¹ Guinote, policopiado: 74.

da Revolução Russa em Portugal, que, agora, urgirá resumir e findar. Assim, um primeiro remate irá para a natureza dos estudos apresentados, reconhecendo que quaisquer contributos para o estudo da Revolução Russa em Portugal são completamente tributários da história do movimento operário nacional, a que sempre surgem associados, conhecendo, como estes, um grande interesse no período que imediatamente precede ou sucede o estabelecimento do marco democrático. Deste modo, não raro é que qualquer pequena tentativa de avaliar os efeitos do processo revolucionário russo acabe mais enredada em descrições do operariado, das suas disputas ideológicas, ou mesmo na justificação ou desculpabilização da incapacidade da organização sindical para travar o avanço conservador, do que no impacto que a Revolução possa ter sobre setores muito mais amplos da sociedade portuguesa. Quer isto dizer que se projeta uma ideia (nem sempre clara) da Revolução sobre o movimento operário nacional, até sobre a burguesia e, ainda mais raramente, sobre toda a sociedade, mas poucas são, em verdade, as análises a que importa a representação e impacto à luz da situação interna e externa: por norma propensas a generalizações ou a um certo impressionismo, parecem muito longe de dar a conhecer o impacto real do fenómeno por entre as demais convulsões do período.

Uma tal questão não tem, aqui, apenas o valor da sua formulação, mas, antes, o de impor uma reflexão sobre a utilização das fontes. Está-se aqui bem longe de conhecer todos os registos da época, e historiografia coeva não existe, e a imprensa, fonte privilegiada, só idealmente se mostra menos subjetiva; ainda assim, não pode deixar de surpreender que, mesmo tratando da Revolução Russa, inúmeros autores caracterizem o seu impacto em função de análises que incidem sobre anos e factos concretos (quase sempre sobre a participação na guerra, ou sobre as lutas de tendência dentro do movimento operário), sem ponderar que por tal opção e processo lhes podem estar conferindo uma dimensão e natureza que não lhes corresponderão completamente – para isto, bastará ver que só Pacheco Pereira²³² e Palminha Silva²³³ frisam bem a complexidade do processo de receção da Revolução em face de inúmeros outros processos a decorrer já no seio do movimento sindical e da sociedade portuguesa. Esta situação parece explicar que, tendo constituído o interesse, mesmo parcial, de um razoável número de estudos, a análise da representação e impacto da Revolução Russa tenha, tanto por via direta, como indireta, acabado por compreender um limitado número de argumentos.

Não fará sentido discutir, uma vez mais, cada um ou mesmo a generalidade desses argumentos, posto que isso foi já feito atrás, onde quer que esta revisão se aliasse ou diferisse dos mais distintos autores; mas julga-se importante, ainda que apenas em jeito de resumo, apresentar as linhas gerais das caracterização da representação e impacto da Revolução Russa em Portugal.

Alguns aspetos destacam-se, naturalmente, sobre quaisquer outros: fala-se aqui da exemplaridade que constitui, para o operariado nacional, o processo revolucionário russo e a larga simpatia com que o recebe, a despeito da sua parca formação ideológica. Neste caso, Pereira, Quintela

²³² Pereira, 1971.

²³³ Silva, 1978.

e Ventura²³⁴ aludem a uma dimensão mítica da Revolução junto operariado, e Pereira enuncia mesmo o seu papel demarcador face a outros episódios de agitação social. Ademais, enuncia-se ainda que face a uma fraca penetração do marxismo em Portugal ou à inexistência de um partido socialista com uma forte relação com o meio sindical, é relegada para alguma intelectualidade operária de formação libertária – facto que levará alguns autores a salientar o forte sentido de autonomia e especificidades do movimento sindical português – a tarefa de introduzir, no país e entre o operariado, os ideais das Revolução. Estes argumentos são coincidentes em autores como Pacheco Pereira, César Oliveira, João Quintela, António Ventura, entre alguns outros, que igualmente tendem a aludir a uma ideia de terror burguês²³⁵, ao sentimento de um cataclismo que se abate sobre a sociedade ocidental, ou até da criação de uma santa aliança revolucionária²³⁶, a que assiste, segundo alguns, o espírito radicalmente “anticomunista” e contrarrevolucionário em grande parte da população portuguesa²³⁷.

Entre todos, a formação ideológica do operariado é, de longe, o argumento que oferece maior discussão: Pacheco Pereira diz que a influência da Revolução na formação teórica é tardia; Oliveira sugere que é superada pelo impacto²³⁸ ou apenas parcelar²³⁹; Quintela²⁴⁰ considera que o impacto revivifica a discussão teórica dentro do movimento operário, mas apenas por volta de 1920, conquanto os anarquistas logrem ir mitigando, escreve, a importância da Revolução junto do movimento operário; Valente²⁴¹, por outro lado, escreve que ela não tem qualquer importância e Palminha Silva²⁴² aponta que o nem movimento sindical português pode ter sido tão falho de ideologia como se imagina, nem a Revolução Russa pode ter fragilizado tanto as posições anarcossindicalistas, questionando-se mesmo se o ideal dos bolchevistas não teria tido bom aproveitamento para a fé libertária. E com alguma razão o faz: Ventura, por exemplo, que invariavelmente critica a má formação política do operariado nacional e na incapacidade dos anarquistas para lidar com a recepção da Revolução²⁴³, chega a defender, simultaneamente, que a influência da Revolução pôde, por eles, ser retardada²⁴⁴, ou até que fizeram uma exploração maquiavélica dos factos relativos à Rússia²⁴⁵ – aquilo a que Vieira se refere, também, como uma alteração das táticas iniciais do sindicalismo em favor do PCP. Só Margarido²⁴⁶,

²³⁴ Pereira, 1971; Quintela, 1976; Ventura, 1977.

²³⁵ Ventura, 1976; Quintela, 1976.

²³⁶ Ventura, 1976.

²³⁷ Oliveira, 1976.

²³⁸ Oliveira, 1975.

²³⁹ Oliveira, 1976.

²⁴⁰ Quintela, 1976

²⁴¹ Valente, 1977.

²⁴² Silva, 1978.

²⁴³ Ventura, 1977.

²⁴⁴ Ventura, 1976; *vide* também Pereira, 1971; Margarido, 1975.

²⁴⁵ Ventura, 1976; *vide* também Gonçalves, 1941; e Vieira, cit. *in* Oliveira, 1990.

²⁴⁶ Margarido, 1975.

note-se, associa a resistência à influência da Revolução a uma ação concertada da burguesia e até à falta do elemento socialista nos republicanos.

No que respeita a disputas ideológicas, a situação não é menos complicada: alguns autores, conforme se viu já, insistem na grande tradição de autonomia do sindicalismo e no teor e extensão da sua formação ideológica, ou falta dela. Isto não impede, contudo, que igualmente afirmem a celebrada incapacidade do operariado para lidar com a Revolução ou mais concretamente com a novidade de alguns conceitos que introduz²⁴⁷ – aliás, nem Oliveira, nem Palminha Silva²⁴⁸, que objetivamente refletem sobre o assunto, o contrariam completamente. No entanto, é justamente aqui que as opiniões se dividem: enquanto Oliveira e Quintela²⁴⁹ atestam que a CGT não vê grande concorrência na FMP, Pereira e Ventura²⁵⁰ vêm falar da perturbação da paz anarquista. A questão, viu-se atrás, não é absolutamente negligenciável e, porém, acaba aqui sempre por redundar nos mesmos argumentos: veja-se como um autor como Oliveira, que por mais de uma vez defende que a FMP não é vanguarda de uma alternativa real e global para movimento operário, reconhece que foi a incapacidade sindical para exercer pressão sobre o poder político que assistiu à criação da FMP e do PCP²⁵¹; veja-se, por outro lado, como autores como Gonçalves, Quintela e Ventura²⁵², que assumem uma relação direta entre a Revolução e a criação da FMP e do PCP, não têm quaisquer problemas em reconhecer-lhe a mesma dificuldade dos anarquistas para completamente processar a mensagem da Revolução em Portugal – Quintela²⁵³, por exemplo, ironiza mesmo com o “miserabilismo” (e não apenas o de Rates) que encorpa toda uma atitude do operariado português, que apenas no agravamento das condições de vida população continua a entrever as condições para uma revolução social em Portugal. A diferença é que Gonçalves²⁵⁴ apresenta sempre um PCP apertado entre a reação burguesa e a incapacidade sindical, e Quintela²⁵⁵ associa a sua inoperância ao falhanço do seu próprio projeto de hegemonia dentro do movimento social português. Por outro lado, nalguns casos procede-se ainda ao que Oliveira²⁵⁶ declina por uma sobrevalorização do PCP, que o mesmo associa a Pacheco Pereira, mas que se pode aqui reconhecer também a Rodrigues ou a Quintela²⁵⁷. Neste último, se acaso uma justificação for requerida, tal sobrevalorização poder-se-á dizer decorrente da atenção posta exclusivamente na formação da FMP e do PCP; com Rodrigues, porém, a situação tem outros contornos, posto que o autor vai ao ponto de identificar um alargamento dos sindicatos em direção aos

²⁴⁷ Ventura, 1977.

²⁴⁸ Oliveira, 1975; Silva, 1978.

²⁴⁹ Oliveira, 1976; Quintela, 1976.

²⁵⁰ Pereira, 1971; Ventura, 1976.

²⁵¹ Oliveira, 1975, 1976; *vide* também Margarido, 1975.

²⁵² Gonçalves, 1941; Quintela, 1976; Ventura, 1977.

²⁵³ Quintela, 1976.

²⁵⁴ Gonçalves, 1941.

²⁵⁵ Quintela, 1976.

²⁵⁶ Oliveira, 1975.

²⁵⁷ Pereira, 1971; Rodrigues, 1972; Quintela, 1976.

comunistas e à ISV, que, efetivamente, não terá sido tão grande assim. Em Pacheco Pereira, critica-se, mormente após o reconhecimento posto na parca formação do operariado e da tardia formação teórica, o reconhecimento do 28 de Maio como momento de maturidade do PCP.

No que respeita, em concreto, ao papel da imprensa, insiste-se, em geral na ideia de uma deturpação e encobrimento de factos levados a cabo pelos órgãos burgueses²⁵⁸, à qual, só já pelo final de 1918 a imprensa operária se opõe pela apresentação e defesa da revolução – Ventura²⁵⁹ refere-se mesmo à criação de um clima antissoviético e a uma tentativa de impedimento da classe operária portuguesa de tomar conhecimento da realidade russa, ainda agravado pela notícia da associação de destacados líderes bolcheviques aos interesses alemães. Oliveira²⁶⁰, por seu turno, vem ainda assinalar o apelo sistemático à salvação do país.

Uma última nota vai para o reconhecimento de um impacto da Revolução Russa em Portugal. Parece incontroverso pensar que os mais distintos autores, abordando tal questão, em maior ou menor profundidade, se prestam a reconhecê-lo, ainda que apenas Oliveira e Quintela²⁶¹ se lhe refiram inequivocamente. A sua enunciação (ou não), por si só, não deve ser encarada, portanto, como uma qualquer tentativa de caracterização ou avaliação desse impacto (ou até como um “não impacto”), mas apenas como uma consequência do tipo de estudos em que a questão acaba por emergir. Destarte, entende-se aqui que a incapacidade para avaliar a dimensão do impacto do processo revolucionário russo em Portugal acaba por ser o mais claro e irrefutável indicador de um reconhecimento das próprias limitações e insuficiências de uma grande maioria desses mesmos estudos, que, compreenda-se, também só indiretamente encaram o problema.

1.2.2 Outras fontes portuguesas

Uma grande, senão a maior parte das obras que em Portugal se escreveram ou publicaram sobre o processo revolucionário russo ou sobre a União Soviética não é, como se pôde ver, constituída por análises historiográficas, mas pela obra de curiosos ou exilados. Este conjunto poder-se-ia ainda dizer complementado pelos textos doutrinários e análises políticas decorrentes também daquele fenómeno e a ele fazendo larga referência. Nos seu conjunto, estas obras, da pena de autores nacionais ou da de estrangeiros, quando publicadas em Portugal, são contemporâneas do próprio processo revolucionário e conhecerão uma relativa profusão até aos anos trinta, quando a Censura, incapaz de distinguir, como era de lei, entre textos propagandísticos e obras de carácter científico, limita-os até à conformidade, remetendo muitos outros para a clandestinidade ou semiclandestinidade. No entanto, os depoimentos sobre a URSS manter-se-ão até ao final da década de 60 e assinalando com fenómenos editoriais pontuais alguns factos importantes, como a II República e a Guerra Civil na vizinha

²⁵⁸ Ventura, 1976; Oliveira, 1976; Valente, 1977.

²⁵⁹ Ventura, 1976.

²⁶⁰ Oliveira, 1976.

Espanha, o princípio e o fim da II Guerra Mundial, a morte de Estaline, as invasões da Hungria e da Checoslováquia e até, possivelmente, alguns momentos de agitação interna.

Este fenómeno editorial entroncará naquele que primeiramente foi o da divulgação da doutrina marxista em Portugal. Adiante se apresentam alguns dos seus títulos ou autores, mas o que ora importa notar é que se será lícito acertar a divulgação do Marxismo em Portugal com o impacto da experiência soviética, sê-lo-á igualmente que este seja avaliado à luz da dessa mesma divulgação que largamente e em condições especiais o precedeu. É mor que não se esqueça Emílio Costa, quando este escrevia, em 1903, que “O Socialismo não tem progredido entre nós, porque não se coaduna com o carácter do povo e porque tem praticado erros de propaganda [...]”²⁶². Esta foi e continua a ser, lembre-se, uma das problemáticas mais persistentes na história do movimento operário, concertando quase toda sua investigação²⁶³ na ideia de que houve sempre e em virtude do difícil acesso aos textos fundamentais do marxismo e seus comentários, também do analfabetismo, sérias dificuldades na compreensão de conceitos precisos. No caso nacional, nem a deficiente formação ideológica nem as contradições entre a teoria e a prática daí decorrentes cercearam a formação do Partido Socialista, da Federação Maximalista ou do Partido Comunista Português, quer os seus militantes chegassem a *O Capital* por Marx, quer por Benoit Malon ou Gabriel Deville²⁶⁴, posto que a doutrina sem livros não envergonhava um país analfabeto e a que a República chegara, afinal, por telégrafo! Em verdade, está-se aqui longe de supor que se esgotam nos textos fundamentais e nos livros as referências a Marx ou a Engels, que amiúde marcavam presença na imprensa operária e socialista, em abordagens mais ou menos aprofundadas das suas teorias no âmbito do ensino universitário das disciplinas de carácter económico ou sobre o desenvolvimento das doutrinas sociais²⁶⁵. Em suma, e persistindo na relação entre aquilo que foi a introdução do marxismo e a receção e representações da Revolução Russa, o que importa reter é que errar pela sua bibliografia pode nunca vir a refletir a dimensão do seu impacto em Portugal; informará, contudo, dos problemas inerentes à sua divulgação e compreensão.

Ainda antes do convulsionado ano de 1917, importam as obras sobre a Rússia que prepara a revolução social. Entre o final do século XIX e o início do século XX, para além da relativa profusão noticiosa em torno do assassinato de Alexandre II e das obras de autores consagrados – como

²⁶¹ Oliveira, 1976; Quintela, 1976.

²⁶² Costa, 1903: 88.

²⁶³ Assim o assumem Margarido (1975), Dinis (1979: 13-170), Dinis e Forte (1991: 712-716) e Ventura (2000a:113-126 e 2000c: 195-220).

²⁶⁴ Apenas para se que tenha uma noção do vazio teórico em que Portugal se encontrava face ao marxismo, refira-se que para além das edições oitocentistas do *Manifesto Comunista* e de *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de Engels, de entre os textos fundamentais só se publicaria, em 1912, a versão resumida do Gabriel Deville de *O Capital* e, em 1925, *O Estado e a Revolução*, de Lenine.

²⁶⁵ No campo académico destacam-se nomes como o de Faria de Vasconcelos, Lobo d'Ávila Lima, Marnoco e Sousa, Fernando Emídio da Silva ou Campos Lima, mas também o de Basílio Teles, João de Meneses, Henrique Baptista, Emílio Costa, José A. Saraiva, Bourbon e Meneses e muitos outros. Para uma boa relação das obras sobre o marxismo publicadas em Portugal, vejam-se Margarido (1975) e Ventura (2000c: 195-220).

Dostoievsky, Turguenev, Tchekov e Tolstoi – o conflito russo-japonês e a revolução de 1905²⁶⁶ irão atrair a atenção da imprensa e justificar a publicação das obras de opositores ao regime, como Kropotkine ou Stępniak. Já por 1903, Emílio Costa escreve que “Em cada cem portugueses, dez compreendem melhor *O Capital* do que *A Conquista do Pão*; noventa preferem a obra de Kropotkine à de Marx²⁶⁷; e em 1905, e ao arripio do interesse pela Rússia, Ladislau Batalha publica *A Rússia por dentro*. Mas pelos anos seguintes, e mesmo entre os arautos do movimento social português, a Rússia cairá em relativo esquecimento, com a sua agitação interna a perder importância para a internacionalização da luta sindicalista e anarcossindicalista, ora comprometida com a formação doutrinária do operariado, de que são prova as inúmeras as obras e folhetos então publicados.

Só em 1917, portanto, e com o processo revolucionário a impactar fortemente todo o mundo ocidental, é que as atenções se centram novamente na Rússia. Em Portugal, para além da imprensa e de alguns folhetos, por que logo chegam os primeiros ecos do processo revolucionário, a primeira referência conhecida no amplo panorama de publicações nacionais sobre a guerra é *Papel histórico da Alemanha na Rússia* (1918), publicada pelo *Bureau* da Imprensa Britânica em Lisboa²⁶⁸, e refere-se-lhe na traição que constitui, para os Aliados, a assinatura da paz-separada de Brest-Litovsk, que insiste em ver como produto do financiamento alemão das atividades bolchevistas.

No ano de 1919, é ao nível da imprensa que parece persistir o maior embate teórico em torno da Revolução Russa, embora seja assinalável, nesse ano, o número de outras publicações. Não permitindo avaliar a atenção do reduzido público leitor, informam quer da preocupação e interesse cada vez mais analítico com que a questão russa fora assumida não só nos meios sindicais como entre as fações mais conservadoras da sociedade portuguesa; quer da formação de grupos dispostos a acertar ou a contrariar a natureza da maioria daquelas representações generalizadas já antes ao nível da imprensa, quer ainda da sua entrada num domínio público cada vez mais amplo, embora com mais vulgaridade do que conhecimento, conforme exemplificam a publicação *A Rússia vermelha: a dictadura, o terror bolchevista, a traição, o despertar*, do artista francês Gabriel-Comergue ou do curioso *O bolchevismo no Fundão: agravo cível... vindo do juízo de Direito da Comarca do Fundão para o Tribunal da Relação de Coimbra...: petição de agravo*, do advogado José Maria Rangel de Sampaio e que, nada tendo a ver com o processo revolucionário russo, se regista aqui pela então cada vez mais recorrente utilização da palavra “bolchevismo” significando “injustiça” ou “desordem”. Não é de somenos importância, porém, o lapso de mais de um ano entre o início do processo revolucionário e a publicação de qualquer obra de um autor nacional, posto que pode bem dar conta, a despeito da relativa atenção que a Rússia vinha a merecer, essencialmente desde fevereiro de 1917, da surpresa ou

²⁶⁶ Vide *A Rússia Vermelha* (1908) de John Foster Fraser; *A Revolução nihilista na Rússia* (1912) de Sergei Stępniak; *O terror na Rússia: um apelo à Nação britânica* (1909) de Petr Kropotkine.

²⁶⁷ Costa, 1903: 88.

²⁶⁸ Embora não se conheçam estudos concretos, deve ter sido grande a influência desta e de outras agências de propaganda, aliadófilas e germanófilas, na imprensa portuguesa de então, conforme se pode até perceber,

ignorância com o fenómeno é recebido, bem como da vigência do consulado sidonista.

Mas 1919 é também o ano da tradução de *A Rússia Nova: um ano de ditadura proletária*, de Henriette Roland-Holst, iminente socialista holandesa e depois biógrafa de Rosa Luxemburgo; obra prefaciada por Perfeito de Carvalho – então vivo colaborador e organizador da “Biblioteca de Propaganda Social” – e com um sentido apologético do processo revolucionário, conquanto salvasse a necessidade de lhe introduzir formas de combate vinculadas com a tradição anarquista, tendendo, pois, a uma conciliação ideológica conhecida noutros autores e largamente perfilhada no meio sindical. É também o ano de *A Rússia bolchevista: a doutrina, os homens, a propriedade, o regime industrial, política interna e externa, documentos oficiais*, de Étienne Antonelli, e em que se narra a fuga das missões diplomáticas ocidentais naquela mesma viagem de comboio através da Finlândia empreendida e descrita por Batalha Reis e apresentada por Palminha Silva²⁶⁹. Silva tem-no, aliás, em grande conta, por entender que veicula “[...] um parecer que é em nosso entender pioneiro da conceção de *realpolitik*, de cujo enunciado estavam ainda longe as potências ocidentais”²⁷⁰. A obra foi traduzida para português por Manuel Ribeiro, então líder da FMP e diretor da *Bandeira Vermelha*, e que viria a desempenhar um importante papel na propaganda revolucionária não só pela composição e tradução de inúmeras brochuras sobre a Rússia, como pela organização de algumas coleções editoriais, como a “Biblioteca Vermelha”, “Actualidades Sociais” e a “Biblioteca de Cultura Social”, no âmbito das quais se anuncia a publicação da obra de autores como Lenine, Bukarine ou Sadoul, como saem a prelo a *Constituição da República dos Sovietes* (1919), *70 Perguntas e Respostas sobre os Bolcheviques e os Sovietes*, de Albert Rhys Williams (1919); *Aos Assalariados* (1919), de Jules Guesde, ou *O que são as Repúblicas dos Sovietes?* (s.d. [1919]), de autor desconhecido, possivelmente Campos Lima, que se apresenta sob o pseudónimo de Espártaco.

Finalmente, 1919 é ainda o ano da publicação de *A verdade acerca da Revolução Russa*, do advogado Eduardo Metzner²⁷¹, o qual, na vanguarda da introdução do ideário comunista no país, não deixa de ser um bom exemplo da confusão ou ambiguidade então experimentadas mesmo entre membros proeminentes do sindicalismo nacional, ao escrever que “Fazendo a apologia da Revolução Russa não queremos dizer que somos estritamente partidários da aplicação das formas socialistas que pôs em prática, nem do sistema governativo. Anarquista comunista que somos e, oportunamente, intervencionista, a nossa visão é diversa.”²⁷². Ambiguidade, aliás, também conhecida nos meios conservadores, com Francisco Homem Christo, ele mesmo oriundo do Grupo de Estudantes

adiante, pela homogeneidade de conteúdos.

²⁶⁹ Silva, 1984.

²⁷⁰ Silva, 1984:331

²⁷¹ Eduardo Metzner era já um reputado advogado, conhecido pela defesa judicial de operários. Esteve na primeira linha da formação do PCP e o seu nome consta entre os elementos que compõem a Comissão Organizadora dos Trabalhos para a Constituição do PCP. Já dentro do PCP, integraria, entre outros órgãos, a Comissão Geral de Educação e Propaganda.

²⁷² Metzner, 1919: 6.

Comunistas Revolucionários de Portugal, a preparar já o advento do fascismo pela publicação de *Bolchevismo na Rússia*, esclarecendo que “O bolchevismo português não passa de uma especulação torpe, ou, a admitir em muitos dos que o compõem sinceridade, de uma macaqueação de todo em todo caricata”²⁷³, mas, não se dê dar o caso, a alertar adiante que “O que é preciso evitar em Portugal é que se chegue a concluir, como na Rússia, que felizes só os bandidos, os desertores, os sem trabalho, os que se alistarem no exército vermelho e que por esse motivo e a partir desse momento tenham todos os direitos, a começar no da pilhagem.”²⁷⁴. Esta obra é profusa em referências a obras e a autores franceses – como *Au pays de la demence rouge*, de Serge de Chassin; *Les partis politiques et la revolution russe*, de Demorgny; e *La Revolution Russe*, de Claude Anet – o que de certo modo explica o discurso antropológico firmado na associação do “imperialismo vermelho” a uma influência asiática sobre a monarquia russa, e que se tornará relativamente comum à lógica antibolchevista de quase todos os pensadores conservadores, precedendo ou sucedendo Henri Massis²⁷⁵. Depois, importa porque está ainda vazia da apologia da ditadura ou da conceção de um partido único, ideias posteriormente caras a Homem Cristo, que aqui se fica ainda e essencialmente por um apelo a uma união da sociedade portuguesa, contra o comunismo, ao repto de que “A Rússia é um horror, vista por todos os prismas. A Rússia é um calvário da Humanidade, tamanho e tão cruel que nem Jesus o imaginou assim tão negro e monstruoso. Abaixo o bolchevismo, portugueses!”²⁷⁶.

Agitam-se as hostes em 1920, não só pela maior atividade sindical e número de greves, que vinha, aliás, crescendo em número e agitação já desde o ano anterior, mas também do setor patronal, reunido ainda em torno da Confederação Patronal Portuguesa. Sem mais importância que a sua referência, obras como *Misérias de um Novo Regime*, da mesma confederação, *O futuro de Portugal*, de Bento Carqueja, ou *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, de Neno Vasco, ilustram, mesmo sem alusões diretas à Revolução Russa, toda a discussão e aparato terminológico de que tantas convulsões, pouco a pouco, vão pejando tanto o meio sindical como patronal. Em *A Ditadura do Proletariado*, José Carlos Rates, aponto “[...] o cansaço das instituições que até aqui mantiveram o domínio económico e político [...]” ao “[...] desmoronamento do direito histórico da propriedade [...] partilha dos lucros pelos produtores [...] rapidez dos processos de administração pública [...]”²⁷⁷ a que a ditadura do proletariado guindaria, vaticinava com segurança o fim das democracias. Radical, Rates procura analisar as condições que irão abrir o caminho à revolução em Portugal, encarando-a, naquilo a que Alfredo Margarido se referiu como tradição miserabilista portuguesa²⁷⁸, como a mola

²⁷³ Christo, 1919: 16.

²⁷⁴ Christo, 1919: 58.

²⁷⁵ O jornalista católico e tradicionalista francês, por intermédio do qual, em 1952, Salazar exprimiria a Maurras o seu profundo respeito e a sua profunda admiração, viria a consagrar, em 1927, o conceito de Defesa do Ocidente na obra homónima (*La Défense de L'Occident*, 1927), querido à retórica conservadora portuguesa.

²⁷⁶ Christo, 1919: 64.

²⁷⁷ Rates, 1920: 8.

²⁷⁸ Margarido, 1975: 87.

fundamental da transformação da condição da classe operária, agregada e mobilizada em torno de uma miséria e penúria extremas. Rates, contudo, não preconiza já para Portugal uma revolução como a Russa; a sê-lo, apenas como estado transitório com um governo ditatorial técnico, em que tanto se incluem membros da CGT, como, por exemplo, Cunha Leal!

Os quatro anos seguintes não conhecem quaisquer obras de relevo sobre o processo revolucionário russo e não lhe devem ser alheios o recrudescimento das lutas operárias, a grave crise política e económica e mesmo uma apropriação da discussão temática por um grupo mais amplo dentro e fora da imprensa. Certo é, portanto, que o interesse em torno do processo revolucionário russo não desaparece, nem o seu impacto está tão longe de poder ser sentido. Em primeiro lugar, se o impacto do processo revolucionário pode ter expressão num mero fenómeno editorial, tê-lo-á seguramente na disputas ideológicas que lhe assistem e, agora como nunca, acicatadas pela crescente ameaça à hegemonia da CGT no controlo do movimento operário nacional preconizada pela emergência do PCP. Apesar de mal conseguir manter um órgão de imprensa regular, o novo partido não se escusará a desenvolver alguma atividade, publicando a revista *A Internacional* e organizando uma coleção com o mesmo nome, sob coordenação do comunista Fernando Mota, do socialista Amâncio Alpoim e do anarquista Campos Lima, e que trará à estampa duas obras de Losovsky, *A Ditadura do Proletariado* (1924) e *Os Sindicatos e a Revolução* (1925), e uma outra de Liebaers e Cornet, *Quinze dias na Rússia Soviética* (1926), todas de curta tiragem e distribuição. Para além desta coleção, criar-se-á ainda uma outra, intitulada “Biblioteca Comunista”, de que apenas se conhecem um texto de Lenine, *O Estado e Revolução* (1924) e um outro de Carlos Rates, posterior. Depois, ainda ao longo de 1922, a *Batalha*, os operários do arsenal do exército e a *Seara Nova*, promovem subscrições públicas a favor dos famintos russos. Finalmente, a Revolução também não se ausenta das preocupações conservadoras, que então passam a poder aglutinar-se em torno do Centro Católico, cujos *Princípios e organização*, apresentados por Salazar em abril daquele mesmo ano de 1922 no 2º Congresso, passavam a definir como “[...] um organismo político para atuar por meios políticos”²⁷⁹. Dois anos mais tarde, Salazar fará a sua primeira invetiva pública de Salazar contra o bolchevismo, na célebre conferência *A Paz de Cristo na Classe Operária* (1924), então agraciada com os mais rasgados elogios pela imprensa burguesa. Tal referência não é veleidosa, pois que se multiplicam, justamente a partir desta altura, as obras de autores já embeijados pelo fascismo italiano.

Na verdade, a emergência do fascismo e do riverismo, mas também as incertezas em torno da morte de Lenine e reaproximação diplomática da URSS parecem impor um relativo silenciamento, notado também ao nível da imprensa, em torno do processo revolucionário russo. A assinalar, desse período, fica a obra *A Rússia dos Sovietes* (1925), produto da viagem que Rates fizera, no ano anterior, à URSS e já parcialmente introduzida numa série de conferências. No essencial, esta é uma obra de exaltação do regime soviético, e em que Rates completará o relato da viagem com inúmeros dados

²⁷⁹ Salazar, 1922: 50.

relativos à situação do país. Por esta altura, Rates revela já um maior conhecimento da teoria marxista, preocupando-o até uma certa correção dos extremismos de 1920; neste sentido, a Revolução Russa aparecerá, mais do que nunca, como eixo do discurso e da atualidade, mas Rates continuará a mostrar-se incapaz de o transpor para os problemas do PCP e da realidade portuguesa.

Mas nem só a obra de Rates merece destaque no ano de 1925: a começar, refira-se a tradução extemporânea de *Três Aspectos da Revolução Russa* [1918], do líder socialista belga Emile Vandervelde, que, incapaz de animar o esforço de guerra ao longo da sua visita à Rússia, em maio e junho de 1917, deixa esta comprometedora imagem de um processo que encontrara como deixara, pela metade; depois, a resenha historiográfica do movimento internacionalista, de Alexander Schapiro, em *As Três Internacionais Sindicais – Amsterdão, Moscóvia, Berlim*; finalmente, *A História do Movimento Macnovista*, de P. Archinov, que informa como foi a incapacidade intrínseca e não a repressão estatal a limitar a afirmação do anarquismo russo. Será interessante notar, contudo, que embora não sacrifiquem o seu sentido crítico, estes autores se obrigam a certo nível de comprometimento com o processo revolucionário russo, cuja legitimidade fundam, cada vez mais, na sua capacidade de resistir aos avanços e argumentos contrarrevolucionários. É lícito, pois, entender tais publicações já como uma afirmação do comunismo face ao socialismo libertário; mas é lícito entendê-las, também, como um derradeiro esforço para unir o movimento operário internacional: Vandervelde é patrão do movimento sindical belga e estará sempre apostado numa síntese das duas correntes ideológicas; Shapiro é, como Victor Serge, Aleinnikov, Sandorminski, Shatov, Rogdaiev, Novomirski, Grossman-Roschin ou Karelin, mais um eminente intelectual anarquista a desempenhar um cargo no governo revolucionário. Assim, numa outra obra, *A Revolução em Portugal*, também de 1925, Campos Lima continuará a defender a sua posição, escrevendo que o que pretende “[...] é que, por meio duma conciliação dos elementos extremistas, todos eles possam, dentro da sua esfera de ação, dar uma mais intensa expansão aos seus objetivos revolucionários.”²⁸⁰

Do ano de 1926, extraem-se, para além de *Quinze dias na Rússia Soviética*, de Liebaers e Cornet, uma mais da autoria de Campos Lima, *A Teoria Libertária ou o Anarquismo*, que mantém, no essencial, os mesmos equívocos teóricos das precedentes. Mas faça-se ainda justiça ao corrente ano, que entre as variadíssimas razões por que está longe de passar despercebido, consta ainda a foto-reportagem da viagem à Rússia, que Reinaldo Ferreira que traz já semanalmente desde o ano anterior na revista *ABC*.

Em 1927²⁸¹; conquanto a Ditadura Militar logre ter o apoio ou a indiferença de parte da população e possa superar as primeiras intencionadas revoltosas, não verá tão claro o porvir que possa, sem alguma tibieza, restabelecer o aparelho censório ou um controlo policial tão apertado. É então

²⁸⁰ Lima, 1925 (do *Prefácio*, sem pág.)

²⁸¹ Publica-se, neste ano, a primeira análise estrangeira conhecida à Ditadura militar então recentemente implantada em Portugal: *Le dictature militaire au Portugal*, de George Guyomard; no ano seguinte, sai “Dictatorship in Portugal”, de Luis Araquistain.

que, e sem grandes dificuldades, viajarão até à União Soviética, por ocasião do 10º aniversário da Revolução, alguns comunistas. Em representação do PCP, escolhe-se o arsenalista Silvino Ferreira, acompanhado ainda por Augusto Machado e Bento Gonçalves, entre outros, que seguem na qualidade de amigos e simpatizantes do regime soviético – Augusto Machado, que, quando parte para a União Soviética nem era ainda membro do Partido, volta de lá com a responsabilidade de o reorganizar. Fica definitivamente para trás a época de Carlos Rates, que, em *Democracias e Ditaduras*, desse ano, glosa já com simpatia o estabelecimento de uma ditadura castrense “[...] como uma necessidade nacional, como um justo corretivo ao desvario dos partidos.”²⁸² os quais, explica, “[são] a exclusão sistemática dos melhores valores”²⁸³.

Obra mais interessante, porém, é *Como eu vi a Rússia*, em que Carlos Santos se presta ao relato da viagem que fizera àquele país, em 1926. O autor diz-se o primeiro português na Rússia, desconhecendo as viagens de algumas figuras do movimento operário – situação absolutamente natural, tratando-se de um *burguês latino*, forma como se refere, aliás, a si mesmo e a todos os outros participantes iberoamericanos na viagem turística²⁸⁴. Não se sabe em quanto a opinião deste curioso *burguês* sintetiza a de um qualquer grupo, mas não deixa de relevar o extraordinário carácter desta personagem que já então fazia das experiências políticas de exceção experiências turísticas não menos excepcionais²⁸⁵. Excepcional é também o inusitado pragmatismo e realismo revelados tanto na exposição dos factos, como na crítica aos estados que ainda não reconheceram o regime vigente na União Soviética, desamparando, nesse país, os seus cidadãos, como ainda na compreensão do processo revolucionário russo, cujas violências relativiza face à Revolução Francesa ou à Commonwealth de Cromwell – “A Rússia”, dirá, “obedeceu apenas às leis gerais da evolução humana. Simplesmente, como sofreu mais, e como sofreu mais tempo, reagiu com maior intensidade.”²⁸⁶.

Não menos surpreendente é a publicação, já em 1928²⁸⁷, de *Internacionalismo – Trotsky e Estaline*, de Cunha Leal. Surpreendente, entenda-se, porque o mais verboso dos políticos e o mais inconsistente dos anticomunistas nacionais – recorde-se que Cunha Leal chegará a acertar com o PCP

²⁸² Rates, 1927: 8.

²⁸³ Rates, 1927: 8. Não se lhe pode criticar, em verdade, qualquer falta de coerência discursiva na hostilidade face aos partidos políticos, que de longe vem mantendo, ou mesmo o alinhamento com o regime sobrevivendo ao 28 de Maio – no fim de contas, escreveu já a 8 de dezembro de 1923, n’*O Comunista*, que “[...] toda a população está com os vencedores, do mesmo modo que, três meses depois todos estarão contra a ditadura [...] prova pela qual teremos de passar”. E, de facto, Rates passaria, mas já como funcionário corporativo e membro da União Nacional!

²⁸⁴ Santos, 1927: XXV.

²⁸⁵ O autor publicaria ainda *Como eu vi a Itália* (1928), *Como eu vi a França* (1928), *Como eu vi a Espanha* (1933) e *Como eu vi a Alemanha* (1935).

²⁸⁶ Santos, 1927: 57.

²⁸⁷ Neste ano, viajam ainda até à União Soviética Alexandre Vieira, Bernardo Gonçalves Bandurra, Abílio Alves de Lima, Gambetta das Neves e Augusto Machado. Sobre esta viagem, veja-se Ventura (1981); leia-se também, adiante, a referência à obra *Delegacia a um Congresso Sindical*, em que Alexandre Vieira narra esta viagem.

uma candidatura concorrente à de Delgado – se esquivou, até então, a escrever sobre a questão e o faz agora com as mesmas primorosas tiradas poéticas com que avisou a República do advento de uma ditadura. Vaga, pois, e sem mais generalidades que as já conhecidas da imprensa, a obra interessa por reiterar o sentido de oportunismo e fatuidade reconhecidos a Cunha Leal, em cujo apelo à “Voz da Raça” para que cerceie a “[...] dissolução que ameaça a nacionalidade portuguesa, como todas as nacionalidades europeias.”²⁸⁸, somente se entrevê uma desesperada tentativa de recuperar a influência política, caindo nas graças do regime militar: “Oh! Pátria minha tão querida! Se é necessário que alguns dos teus filhos te sejam imolados em holocausto, pega de mim, toma o meu sangue e asperge-o sobre a pedra do teu altar!”²⁸⁹. Desespero que, na publicação, em 1931, de *Ditadura, democracia ou comunismo, o problema português*, de novo levará o político a equilibrar no regime ditatorial uma balança que a I República fizera pender mais do que a conta para o comunismo.

O ano de 1929 trará a obra *Imperialismo Estádio Supremo do Capitalismo*, em três volumes, de Lenine; mas é o relato da viagem que o professor e sindicalista César Porto fizera à União Soviética no verão de 1925, *Rússia, hoje e amanhã: uma excursão ao país dos soviets*, que mais interessa. Salvaguardado sempre, devidamente, o seu descomprometimento político, o autor arrisca algumas pertinentes considerações ideológicas, de que resulta uma visão quase sempre abonatória da URSS e do processo revolucionário: “Pouco me importa o marxismo, cujo credo não aceito; mas move o meu coração, interessa o meu pensamento, uma empresa de progresso, tão heroica, encetada com tanto ânimo, numa terra tão hostil.”²⁹⁰. À obra, precedera-a até uma série de conferências dada no inverno desse mesmo ano na Escola Oficina nº1 de Lisboa, que merece referência mesmo na imprensa mais conservadora. Recorde-se que Porto virá a ser, já em 1927, e com o anarquista Canhão Júnior, Carvalhão Duarte e Mário Sedas Nunes – nomes que o associativismo docente concitara em torno Associação de Professores de Portugal, da União do Professorado Primário e do seu órgão de imprensa, *O Professor Primário* – implicado e detido sob a acusação de fazer propaganda comunista nas escolas²⁹¹. A tal razão não será seguramente alheio o atraso na publicação do relato – note-se que a viagem de Porto antecipara em cerca de um ano a de Carlos Santos, conquanto o relato deste surja dois anos mais cedo; escreve-o logo no “Prefácio”, pronto esclarecendo: “[...] não alterei uma linha àquilo que havia escrito e que só posso confirmar ainda agora.”²⁹².

Porto mostra-se mais aberto que Carlos Santos, seja porque em momento algum sentiu o controlo das autoridades soviéticas, seja porque a sua simpatia pelo processo revolucionário não se fica, como ficara no autor portuense, pela sua justificação, mas por uma sincera valorização de quanto

²⁸⁸ Leal, 1928: 39.

²⁸⁹ Leal, 1928: 40.

²⁹⁰ Porto, 1929: 102.

²⁹¹ Na edição de 30 de dezembro de 1927 do DN lia-se: "Manejos extremistas: Descoberta uma poderosa organização para a propaganda comunista nas escolas". No livro, refere-se a este episódio nas páginas XI a XIV.

²⁹² Porto, 1929: XIV.

mudou, chegando a afirmar: “Ó revoluções! Por um pouco mais, sois tão lentas como a evolução!”²⁹³ e, já a concluir, “A Rússia [...] não teve ainda coragem para depor todos os velhos princípios. Deveria fazê-lo num arranco, quase absurdo e enorme [...]”²⁹⁴. É de crer que o extraordinário desenvolvimento das escolas e das práticas pedagógicas soviéticas leve na esteira todo o apreço do autor, que por mais que uma vez explode em saudações apoteóticas: “Ó Rússia estranha, melancólica, enérgica e sofredora, sóbria como a extensão do oceano, solene como um som grave de um sino, eu te saúdo com toda a minha alma! Possas tu ser tão feliz como o teu esforço o merece! Possas tu expandir em luz, em civilização para teus filhos, toda essa criação de que palpitas! Ainda uma vez eu te saúdo!”²⁹⁵. Não pode superar Santos, contudo, em crítica às potências europeias, em que este fora mais longe – para além de algumas invocações episódicas, como o massacre dos comissários soviéticos pelas tropas inglesas na retirada de Bacu, critica-se a admiração que os russos nutrem ainda pela cultura alemã, podendo-se ler: “Tristíssima condição a dum povo que admira demasiadamente algum outro! Arrisca-se muito a ser tratado com menos complacência por essoutro – que talvez, porque melhor se conheça, sente no fundo o pouco de motivo para a admiração sem restrições.”²⁹⁶. Deste modo, mais do que a violência associada ao processo revolucionário, que mesmo justifica, é a condenação dos agravos criados pela guerra e intervenção estrangeira que perpassam: “Ó vil peçonha da mentira, gerada nas poderosas nações quando querem sobre as fracas exercer a violência!”²⁹⁷.

E o mais são, essencialmente, considerações de viagem, com amplas descrições dessa imensa União Soviética que percorre do Báltico ao Cáucaso, em mais que um meio de transporte, passando por Moscovo, apontando as diferenças entre o czarismo e o regime que lhe sobreveio, mormente no que à formação escolar da população concerne; são também as longas deambulações sobre a doutrina marxista, sobre que mostra um notável conhecimento, e cujos desvios autoritários soviéticos tanto enuncia como justifica com o “[...] utilitarismo em que vivem de ordinário as sociedades – melhor ou pior pressentido.”²⁹⁸. Importante contributo, porém, é o que presta ainda ao estudo da receção do processo revolucionário e da União Soviética em Portugal, não velando as suas críticas aos velhos e novos dirigentes nacionais, perguntando “[...] que lhes podem importar a eles as absurdas ideias soviéticas [...]ou] Que interesse têm estas páginas, à vista das balelas dos diários sobre o barbarismo da Rússia [...]”²⁹⁹. Finalmente, Porto acusa no “Prefácio”, sem referir, o conhecimento de outras narrações de viagens, estrangeiras e nacionais³⁰⁰; mas fora, salienta, “[...] o segundo português que

²⁹³ Porto, 1929: 130.

²⁹⁴ Porto, 1929: 285.

²⁹⁵ Porto, 1929:154.

²⁹⁶ Porto, 1929:121.

²⁹⁷ Porto, 1929:109

²⁹⁸ Porto, 1929:147.

²⁹⁹ Porto, 1929:114.

³⁰⁰ Porto, 1929: IX-XI.

visitava a terra soviética e que escrevia sobre ela [...]”³⁰¹. Referia-se, porventura, ao relato de Carlos Rates – figura com que certamente se cruzara nos meios sindicais – posto que, quando saíra o de Santos, o seu estaria já no prelo.

A década de trinta mostrar-se-á muito mais longa e profusa, com o mercado editorial a manter, ainda num primeiro momento, as características da década anterior e a já mencionada indefinição do regime militar em análises tanto de sentido apologético como contrário à situação sobrevinda à Revolução de Outubro, que se alteram sob o efeito da guerra em Espanha e da preparação para um novo conflito mundial. Regista, contudo, um novo tipo de dissensões, que a influência do marxismo viera aportando a uma nova geração de intelectuais e artistas e à formação das correntes presencista, neorrealista e, já na transição para a década seguinte, surrealista, cuja atividade se estrutura em torno de exposições, obras literárias e uma profusão de publicações periódicas, que não só são o pano de fundo das inúmeras discussões que animam o panorama cultural luso, como vêm mostrar que a influência marxista vai fazendo sentir mesmo sob a ditadura. Neste contexto, não serão fáceis as menções à União Soviética, porém, se rareiam, não será tanto pelo corte da censura, como o parece ser pelo próprio nível e meio da apropriação da questão: intelectual e comprometido com a crítica e teorização do marxismo e sua penetração em Portugal.

Torne-se, porém, às obras lançadas nesta década: Adolfo Coelho publica, com feição de romance histórico, *Dramas da espionagem política: a Rússia misteriosa* (1930); o jornal *O Proletário* dá à estampa o opúsculo de Engels, *Princípios do Comunismo* (1930), com uma introdução de Marcel Olivier; a livraria Peninsular Editora iniciava a coleção biográfica “Homens e Ideias, de que acabará por publicar apenas dois títulos do anarquista Emílio Costa: *Karl Marx* (1930) – com interessantes reflexões sobre a divulgação e compreensão do marxismo em Portugal – e, já em 1931, *Jean Jaurès*.

Mas ainda em 1930, é também traduzida e sai livremente a obra *As mentiras imperialistas: uma cruzada contra a Rússia*, de M. Sherwood, em que, desmentindo as perseguições religiosas levadas a cabo naquele país, arremete contra o que dizem ser uma “cruzada contra a URSS”, “[...] primeiro na Inglaterra e depois noutros países da Europa [...] reforçada pela imprensa burguesa que, dia-a-dia, enche as suas colunas com invenções sempre novas sobre as 'perseguições' religiosas, a fim de conservar os seus leitores interessados e inspirar-lhes um ódio cada vez maior contra a República dos Sovietes, a primeira do mundo em que manda a classe operária.”, respondendo ao apelo do papa Pio XI, que fizera, um ano antes, “[...] uma aliança com o governo fascista de Mussolini, que tinha afogado em sangue o movimento operário italiano.”³⁰². Mas nem mesmo por aqui se ficam as acusações, indo ao ponto de afirmar que “[...] o clero romano, que derrama lágrimas e protesta contra as supostas perseguições políticas, na URSS, organiza [...] pogroms judeus!” e perguntando depois se “Não prova isto à evidência que a 'cruzada' contra a União Soviética não se propõe de maneira alguma

³⁰¹ Porto, 1929: XII.

³⁰² Sherwood, 1930: 5,6.

'defender a religião', mas que tem outros fins em vista?"³⁰³. Não deixa de surpreender, neste caso, a permissividade do regime com um discurso tão violento. De facto, em nota introdutória, a recém-criada editora Nova Era esclarece que teve até a intenção de publicar *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, de John Reed, mas que, precedida por outra editora, suspendeu a edição – refere-se ao título da Biblioteca Cosmopolita, publicado naquele ano e com nova edição no ano seguinte. Depois do de Antonelli, este é, que se saiba, o segundo relato presencial dos eventos de outubro conhecido em Portugal – dir-se-ia que bem poucos para um país que tantas opiniões sobre o assunto parece ter.

Em 1931 sairá, pelas Edições Lux, um opúsculo de Gorki, *Aos Humanistas*; a editora Vanguarda Proletária lança *Estado e Comunismo*, de Lenine; conhece-se uma edição semiclandestina de *Três anos de Execução do Plano Quinquenal*, de Estaline; finalmente, é traduzida para português, porventura refletindo algum interesse que o problema levantava em Portugal e que fora já assinalado pela obra de M. Sherwood, *A Questão religiosa na Rússia*, de Bukarine.

Seja porque a Ditadura Militar está prestes a ceder lugar ao Estado Novo, ou porque a vizinha Espanha se apresenta cada vez mais como uma ameaça, pode-se dizer que o ano de 1932, reserva importantes investidas antibolchevistas. Dedicado ao bom povo português, *trabalhador, faminto e escravo* “[...] para que no momento supremo em que a [sua] paciência de escravo se esgotar e [se resolver] enfim a empunhar o estandarte da rebelião em prol da tua emancipação integral, não [se deixe] iludir pela cantilena dos turiferários da Ditadura do Proletariado, nem [acredite] nunca na lealdade dos que pretendem destruir um governo com miras de criar outro..”³⁰⁴, *A verdade sobre a Rússia Bolchevista*, de Mauro Portugal, resume-se na mesma negação do sistema comunista, na consagração de uma consciência individualista e luta contra o os perigos do coletivismo e do internacionalismo encontrados em quase todas as abordagens conservadoras do fenómeno. Vem-lhe justamente na senda *A Experiência do Bolchevismo*, tradução da obra do sociólogo alemão Artur Feiler, e onde se lê que a ameaça que movimento bolchevista constitui para a Europa não está na política, mas na criação “[...] de um homem coletivo, cuja existência coletiva se desenrola num universo coletivo [...]”³⁰⁵.

Também de 1932 é a obra *Para Além do Comunismo*, em que Rolão Preto não só defende que o balanço das experiências comunistas é “desastroso e trágico”³⁰⁶, como que esta tentaram, “[...] já a economia moderna tinha largamente experimentado, se bem que no Estado burguês, com resultados que desmentem a doutrina marxista e são largamente superiores aos que o comunismo logrou alcançar”³⁰⁷. Pode surpreender que o paladino do Nacional-Sindicalismo, que nada vira da Rússia, se refira em tiradas tão curtas quanto profundas, ao regime soviético. No entanto, é mor que se

³⁰³ Sherwood, 1930: 7.

³⁰⁴ Portugal, 1932: 7.

³⁰⁵ Portugal, 1932: 286.

³⁰⁶ Preto, 1932: 9.

³⁰⁷ Preto, 1932: 94.

compreenda que a sua aposta está na demonstração de que se o *sovietismo* pode, “[...] pela lógica e pela força que encerra um sistema político que tem um Chefe indiscutível (o secretário do Partido Comunista) em seus conselhos (os soviets).”³⁰⁸, perdurar face ao que entende ser o falhanço do seu sistema económico, também o estado burguês carecerá apenas de um chefe que “domine [...] sobre a multidão anónima e irresponsável das assembleias políticas [...] cuja legitimidade se não discute [e] tem na verdade em si toda a virtude social eficiente e completa”³⁰⁹. Não é em vão que tal comparação ou justificação surgem: é que se Rolão Preto considera que “Só substituindo no Estado o espírito de grupo por um espírito nacional e social se pode evitar o cancro burocrático a que foi dar o comunismo russo e a anarquia económica gerada pelo parlamentarismo”³¹⁰, igualmente defenderá “[...] uma mudança por via eleitoral de regime, não modifica em nada o funcionamento das engrenagens burocráticas.”, pelo que “O estado Integral só pode, pois, triunfar, pelo método revolucionário.”³¹¹. Atente-se nisto: se Rolão entende necessária uma conveniente diferenciação entre duas propostas políticas tão distintas é porque estas podem, no entender do vulgo, assemelhar-se sobremaneira – viu-se atrás que o mesmo Carlos Porto, que dizia repudiar o comunismo, escrevia que este devia, num arranco, anular os últimos traços da burguesia por exemplo, como igualmente escrevera que “A obsessão votativa é sem contestação uma homenagem às fórmulas ocidentais e burguesas, mas uma conquista quase fútil para a iniciação democrática da Rússia.”³¹²! É que desta necessidade de diferenciação, como também de um absoluto desconhecimento e preconceito (perdoe-se a redundância), deriva uma boa parte das hiperbólicas representações do processo revolucionário russo.

Mas 1932 encerra-se com a obra de Ribeiro de Carvalho, *O que era a Rússia antes dos Bolcheviques* – “[...] notas, colhidas aqui e ali [e que] dão ideia do que era a Rússia, no tempo do Império. Miséria, fome, tirania, despotismo sanguinário e sem escrúpulos.”³¹³ – e em que o autor não se coíbe mesmo de escrever que foi a autocracia russa, ao contrariar “[...] as aspirações de Liberdade e de justiça social [...]” que levou “[...] a revolução a ultrapassar as esperanças dos próprios revolucionários.”³¹⁴, sem porém evidenciar maior comprometimento que isto, conforme demonstrará, no ano seguinte, com a sequela *O que é a Rússia com os Bolchevistas*. Na abordagem da Revolução Russa, procede-se já a uma deliberada combinação da análise histórica com a ficção literária e é neste mesmo registo que a Editorial República traz à estampa, já em 1933, obras como *Lenine, o ditador vermelho* ou *Estaline, o ditador de ferro e História da Revolução Russa*.

É de esperar que os factos excepcionais que marcam o ano de 1933 – o lançamento dos princípios fundamentais do Estado Novo e a consagração o papel e intervenção de alguns grupos

³⁰⁸ Preto, 1932: 95.

³⁰⁹ Preto, 1932: 97, 98.

³¹⁰ Preto, 1932: 99.

³¹¹ Preto, 1932: 105.

³¹² Porto, 1929: 288.

³¹³ Carvalho, 1932: 126.

³¹⁴ Carvalho, 1932: 125.

políticos, o fim da experiência ditatorial espanhola e as indefinições políticas em que lança o país vizinho – se possam refletir ao nível da produção livresca em torno do fenómeno soviético, posto que são muitas as obras editadas. Neste contexto – a que se juntam ainda a radicalização comunista no modelo estalinista face às próprias condições internas da União Soviética, à evolução do fascismo e do nazismo e à perspectiva de um novo conflito mundial – as representações do processo revolucionário começam a perder vantagem para uma discussão eminentemente ideológica e igualmente mais esquiva a uma censura também mais ciosa³¹⁵. Vêm ainda a prelo, neste ano, as traduções de *Como se vive na Rússia dos Sovietes*, de Émile Schreiber, *A Mulher Moderna e a Moral Sexual*, de Alexandra Kollantai e prefaciada por Ferreira de Castro; *Os resultados do Primeiro Plano Quinquenal*, de Estaline, e *Da greve à Conquista do Poder*, de Losovsky, em edições clandestinas do PCP; finalmente, *A Rússia Bolchevista*, de Henrique Baptista.

Uma obra, porém, singulariza-se, exatamente por não ser nem um bosquejo de memórias mais uma tentativa de análise política. Trata-se de *O Licor Vermelho*, do sindicalista Gambetta Neves, que, em 1928, acompanhara Alexandre Vieira na sua viagem à Rússia³¹⁶ e que em tom de ficção romanesca, ademais servida de profetismos, narra a história de dois jovens adormecidos depois de beberem um misterioso líquido vermelho. Despertam após 150 anos, para descobrir um mundo já pacificado em torno de uma *Federação Regional da Terra* sediada em Leninegrado (Constantinopla), mas que entretanto conhecera uma Espanha governada por uma ditadura militar enfileirada com os governos da Itália e da Alemanha... depois de ter proclamado a República, e uma guerra entre os Estados Unidos e o Japão “[...] depois que este, sem declaração de guerra e de surpresa, lhes destruíra parte da sua esquadra no Pacífico [...]”³¹⁷ – estava-se em 1933, recorde-se!

Nada fica ou se conhece ao ano de 1934 que mereça, aqui, qualquer referência, mas 1935 compensá-lo-á, com a publicação de obras como *O paraíso bolchevista e... a mentira: uma viagem à Rússia*, de J. M. Ferreira do Amaral; *A Rússia Bolchevique*, do jornalista João Paulo Freire; e *Alguns dias de bolchevismo*, de Gregório Cascalheira. Retintamente conservadoras e pouco ou nada acrescentando ao já conhecido, mais contrastam com o pedagogismo e humanismo experimentado por Leonardo Coimbra em *A Rússia de hoje e o homem de sempre*³¹⁸, em que o filósofo, firmado em duas conceções de Homem – Homem suspenso de Deus: Homem suspenso do Amor de Deus – opõe e discute o humanismo cristão e o ateísmo contemporâneo preconizado pela realização soviética.

Entre 1936 e 1938 a guerra civil em Espanha irá concentrar quase todas as referências ao comunismo, nomeadamente aquelas respeitantes à URSS ou ao processo revolucionário russo, no que

³¹⁵ São, de facto, cada vez mais numerosas as obras publicadas semiclandestina ou clandestinamente por forma a escapar à ação da censura; são também em grande número as edições estrangeiras depois introduzidas em Portugal, como as da Editorial Sudan, das Éditions Sociales e Publicaciones Teivos, ainda antes que a URSS ou China contribuíssem com edições em línguas estrangeiras.

³¹⁶ Vide António Ventura 1977: 23-31; Vieira, 1959: 23-31; e Leal, policopiado.

³¹⁷ Neves, 1935: 78, 79.

³¹⁸ Reeditada em 1962 pela Livraria Tavares Martins, do Porto, com prefácio de António de Magalhães.

parece ser uma compreensão clara da dimensão militar, mas também ideológica, em que o conflito se desenvolve. Alves de Azevedo escreve *O bolchevismo: subversão de todos os valores* (1936); o integralista Pequito Rebelo abandona os tomos e propostas de renovação da agricultura nacional para escrever *Anti-Marx* (1936); Alfredo dos Santos mostra a sua ilustração literária na paratextualidade de *Dom Quixote Bolchevique* (1937); *Causa da Guerra Civil de Espanha e Origens e Perigos do Comunismo* (1937), de Armando do Vale, não tem a mesma pulsão literária, mas tem, pelo menos, um título que se poderia dizer programático; sai *A Espanha sob o terror vermelho* (1937), de Costa Júnior; António de Mesquita escreve *O Comunismo e a Plutocracia*. Lidas todas estas obras, nada mais se acrescenta à literatura conservadora que uma natural expectativa e apreensão face à mobilização e atividade estrangeira tão perto do território nacional e à situação sobrevinda à guerra e seus efeitos na manutenção do regime; reconhece-se também, já sem possibilidade de equívoco, um paradigma formal e temático, diretamente emanado de cima e por que quase todas atilam, evidenciando um apuramento das técnicas e estratégias de propaganda do regime. Os melhores exemplos disto serão, porventura, *Moscovo por um Antigo Funcionário do Komintern* (1936) e *O Stalinismo por um Antigo Comunista que Trabalhou no Komintern* (1937), ambas da autoria de um certo A. Vieira.

À primeira vista, poder-se-ia pensar estar diante de mais títulos de Alexandre Vieira, ademais renegando à sua formação doutrinária: essa é, aliás, a intenção que assiste à sua elaboração, não só comprometendo o sindicalista, como fazendo alarde dessa conquista para as hostes conservadoras, como ainda beneficiando do facto de Alexandre Vieira ser uma figura proeminente do meio sindical português, da enorme popularidade que lhe granjeara um desentendimento com o diretor da Biblioteca Nacional, Fidelino de Figueiredo, em 1926, e, principalmente, de ter ficado a residir em Paris após a visita que fizera à URSS, em 1928, na qualidade de delegado sindical, seguramente motivando especulações face à possibilidade de aí ter fixado o seu exílio. No livro, o narrador, que se apresenta como funcionário do Komintern e regressado de uma viagem à URSS, e, assim, “[...] em situação privilegiada de elucidar o público [...]”³¹⁹, acrescentará ao repositório comum dos argumentos conservadores, juntar-se-ão agora o antissemitismo³²⁰, a conversão proletária ao catolicismo³²¹, a perda das colónias, e a invocação de um bloco conservador internacional a que a URSS se opõe³²², provocando uma nova guerra que apenas a ela lhe é imputada³²³.

Na obra de 1937 manter-se-ão, no essencial, as referências à URSS, ao comunismo e, agora

³¹⁹ Vieira, 1936: 3. E lê-se: “[...] um livro objetivo só pode ser escrito por alguém que, como comunista tenha vivido em Moscovo, em contacto com os políticos e o povo, conhecendo o suficiente para se exprimir e compreender, e que por motivo de mudança de ideias, tenha deixado o partido comunista, sem conflitos nem ódios.” (1936:7).

³²⁰ Vieira, 1936: 5, 30.

³²¹ Vieira, 1936: 7.

³²² Vieira, 1936: 42.

³²³ Vieira, 1936: 38.

também, à possibilidade de uma intervenção espanhola ou soviética em Portugal³²⁴; ainda assim, é bem mais clara, agora, a rejeição de qualquer ideia de perigo ou de uma atividade comunista em Portugal³²⁵, situação filiada na estabilidade com que o regime se alçou sobre o caos da I República³²⁶. Firma-se em palavras, portanto, o que na realidade treme ante a memória do Revirinho e de outros factos bem mais recentes, como a greve geral revolucionária de 1934, as insubordinações na Marinha, em 1935, e as vagas bombistas urbanas dos anos de 1936 e 1937, entre as quais se inclui mesmo um atentado contra Salazar. Não sendo razoada, uma tal contradição só pode cumprir a função de agraciar o regime num ponto em que este se sente, precisamente, mais periclitante, prescrevendo, para sossego dos frágeis corações burgueses, o placebo da ordem.

Por razões que seguramente não andarão longe dos factos enunciados e de outros que convulsionam esse fim de década, não se conhecem, então, mais títulos sobre a URSS ou sobre o comunismo. Só pelo início dos anos 40, e talvez refletindo a estabilidade relativa e possível em que o obreiro máximo da nação, abnegado como sempre se diz, a conduz neutralmente por entre os escolhos da guerra, a atividade editorial ganhará novo fôlego, conquanto viva, mais do que nunca, para propaganda e glória do regime. O ano de 1940 fica-se ainda pela *Crítica do Socialismo Utópico dos Idealistas e do Socialismo Revolucionário dos Marxistas*, de Rui Ulrich, mas o ano de 1941 conhece *A Rússia na Guerra*, de Alexandre de Moraes; *A Rússia: estudos históricos*, obra porventura interessantíssima mas a que não se teve acesso, de Herlander Ribeiro, que acompanhara Carlos Santos na viagem à URSS³²⁷; e *Contra o Comunismo*, do integralista Alfredo Pimenta. No ano seguinte publica-se *Cristianismo-Comunismo*, de F. de Queirós; 1944 conhece a tradução de *A Dominação Vermelha em Espanha*; e, em 1945, o padre J. Rolim publica o I volume de *O comunismo. História, ideologia, crítica*, e sai *A Rússia Nova*, de Henri Massis – obra em que se ensaia uma visão de conjunto da Rússia bolchevique e em que o autor traz a um cenário de vitória aliada os efeitos do imperialismo soviético, recuperando a noção de *defesa do ocidente* que ensaiava já desde 1927.

A lógica de Massis explica bem o acolhimento que este autor tem entre os meios conservadores nacionais e as duas edições que o livro conhece em menos de um mês: partindo da ideia de que o povo russo é bárbaro e belicoso e a própria crença ortodoxa uma expressão da sua revolta contra a Igreja universal³²⁸, deriva depois para a noção de que o marxismo, nada tendo que ver com

³²⁴ Vieira, 1937: 51.

³²⁵ Vieira, 1937: 48.

³²⁶ Vieira, 1937: 15.

³²⁷ O autor publicou, já em 1928, no *Diário de Lisboa*, “numerosas e curiosíssimas crónicas” (1928:XLIX) da excursão, às quais, no entanto, não era possível aceder aquando da pesquisa bibliográfica e de fontes.

³²⁸ Massis, 1945:11. Massis explica como a geografia russa influi no carácter das suas gentes: “Ao contrário dos nossos, os seus camponeses não sentiram a combativa aspiração de se firmarem no ponto escolhido e de influenciarem, segundo os seus interesses, o meio que os cercava.” (1945:32); “A planura sem fim onde se perdem os seus lugarejos de madeira, cobertos de colmo, tem a pernicioso propriedade de esvaziar o homem, de secar-lhe os desejos (*idem*:33). E escreve ainda: “Assim, a inteligência russa não encontrou em parte alguma o património de ideias hereditárias, de noções adquiridas que ligam o presente ao passado e fornecem

bolchevismo, foi contudo “[...] o instrumento mais eficaz para revolver um Estado até às suas profundezas.” e “[...] a Revolução de Outubro teve portanto a missão de restaurar a Rússia, de lhe restituir as perdidas forças.”³²⁹. “E é por isso [...explica...] que o bolchevismo constitui um perigo – na medida, exatamente, em que assenta sobre um princípio antiocidental, anti-humano, na medida em que é o lógico e resolutivo antagonista da grande tradição espiritual de que somos mantenedores.”³³⁰. Não estranhará, portanto, que Massis impute a nova conflagração europeia à anterior, que a não só a “balcanizara”³³¹ como dissolvera o seu poder económico, “[...] diminuindo a sua posição no jogo das forças mundiais [...]”³³², mas essencialmente aos efeitos da Revolução de Outubro e ao “[...] comunismo, eslavismo e a ortodoxia [que] aparecem hoje 'como as três velocidades do mesmo motor que propulsa atualmente o génio russo pelo mundo’”³³³ e a que se associa ainda “[...] a ação determinante do povo judeu e do seu instinto nacional[...]³³⁴. Talvez por isso lhe saia com certa ligeireza que “[...] a Alemanha combate contra quem os seus impérios [Inglaterra e Estados Unidos] não encontram pela frente, em toda a parte, logo que se dê por encerrado o episódio europeu”³³⁵. Destarte, sem tirar um ponto à temática de *La Défense de L'Occident* (1927), a de que cabe a toda a Europa cerrar fileiras contra o perigo bolchevista, Massis adapta-a pertinentemente às condições criadas pela guerra, escrevendo que “A potencialidade atual e virtual da URSS [...] postula a formação, nas suas fronteiras ocidentais, de um mundo que lhe seja igual, pelo menos em recursos. Mostrar o perigo que a URSS representa contribuirá, talvez, como incentivo, para que esse mundo se forme.”³³⁶.

Se o final da guerra influi ou não nos registos sobre a URSS, é algo impossível de determinar. Aparentemente, a possibilidade de alterações políticas a que uma nova ordem mundial compele o regime vem mostrar que nem só a leste se educam os seus detratores e, conquanto URSS possa assustar muita gente, o esconjuro comunista passará a socorre-se mais dos argumentos da manutenção integridade territorial e da ordem interna, do aumento das atividades clandestinas ligadas ao PCP e da

ao espírito possibilidade de ação fecunda.” (*idem*:36); “O povo russo é um povo sem experiência histórica.” (*idem*:44). O autor conclui, então, escrevendo, que tudo isto confere aos russos “[...] a falta de tato e de apuro, de método e de lógica [...]” (*idem*:50) e “Por isso o contributo do povo russo à civilização foi nulo.” (*idem*:35)

³²⁹ Massis, 1945:12, 13.

³³⁰ Massis, 1945:11. No *somos*, entenda-se, resume-se toda a *civilização ocidental* na sua opinião e na da dúzia de outros autores conservadores que vai citando, porque sobre os russos as representações só tendem a piorar.

³³¹ Massis, 1945: 132.

³³² Massis, 1945: 134.

³³³ Massis, 1945: 115.

³³⁴ Massis, 1945: 189. A tal respeito, cita-se Maurras: “Esse povo conseguiu por fim apropriar-se do eixo de um estado poderoso: a Rússia. A sua política atuou e atua poderosamente entre as três capitais, Moscovo, Londres e Washington, para as manter unidas numa guerra em que, primeiramente, as fez entrar.” (Maurras cit. in Massis, 1945: 189).

³³⁵ Massis, 1945: 191. Ou ainda: “O Reich alemão e a Itália não se enganaram menos [...] quanto aos seus verdadeiros adversários e quanto aos pontos em que deviam atacar para resolverem o problema europeu que tão bem formulara um dos seus chefes” (*idem*:137).

apreensão burguesa com as atrocidades siberianas contra os homiziados de Estaline. Ainda em 1948, *O homem que abalou a Rússia*, de Frederico Alves, biografia romanceada do agente-duplo britânico Sidney Reilly e das suas andanças pela URSS é um mau exemplo, mas sê-lo-á melhor, seguramente, *Profecias e confissões de um ex-chefe comunista – o mistério do apocalipse e as chaves das cinco prisões da humanidade*, de um certo General Protero, que no texto bíblico procura identificar as profecias do advento soviético na sua relação com o apocalipse! Embora não seja obra para se fazer levar a sério, nem seja essa, sequer, a intenção de quem a escreve, terá sequelas no anos seguintes³³⁷.

A Rússia em face do mundo, de Eduardo Nogueira e editada já no ano seguinte, tão-pouco espelha ainda a nova argumentação conservadora, mas se, mesmo “Depois de terem sido publicados centenas de depoimentos insuspeitos sobre as trágicas e sinistras realidades da Rússia [...]” o autor ainda escreve que só agora “[...] o mundo começa finalmente a compreender que se trata de um povo colocado à margem da nossa civilização ocidental por culpa da mais diabólica doutrinas e do mais monstruoso regime até hoje ensaiados.” (da “Advertência”), não pode esconder que vinte anos de ditadura e uma guerra mundial alguma coisa haviam mudado, quer na perceção da URSS, quer nas expectativas políticas dos portugueses. Talvez tal sorte caiba a *Eu fui comunista* (1949), posto que o autor, Carlos de Oliveira, num registo cujos artificios não andam longe dos utilizados nas obras do célebre A. Vieira³³⁸, procura desacreditar a candidatura do General Norton de Matos numa indireta mas clara associação do militar à atividade do Partido Comunista, em que o autor se diz também experimentado e com que justifica a sua presente situação de extrema penúria – é curioso, portanto, que o pequeno livrinho possa ter sido editado e os seus direitos cedidos na totalidade aos editores! De resto, assume-se justamente como “Manifesto eleitoral dirigido aos chefes de família portugueses [...]” em que se quer provar “insofismavelmente, a absoluta ilegalidade da candidatura [...]” (da “Nota Introdutória”). De novo: do tipo registo aos argumentos e à acusação infundada, tudo aqui é pertinente – assinalável, porém, e quaisquer que sejam as suas motivações, é esse retorno à possibilidade de uma agitação interna preconizada por elementos avançados, que fora tópica nos últimos dez anos da I República, mas até então conveniente ou inconvenientemente negligenciada pelo Estado Novo, a que ora importa, mais do que uma filiação internacional, sobreviver.

³³⁶ Massis, 1945: 192.

³³⁷ Nomeadamente em *Um general que foi comunista!!!...*(1958), em que, do título à conclusão, se procura mostrar que Norton de Matos, então candidato à presidência da República, teria relações com os comunistas.

³³⁸ “Fui comunista sincero, porque julguei que seria a melhor solução para o problema social. Mais tarde verifiquei haver outras soluções sem ser a do sangue, a da chacina, a da opressão. Nesta hora perturbada de eleições-livres, quis apresentar o meu testemunho, que é, ao mesmo tempo, o meu voto [...] foi a violência empregada pelo Partido Comunista que dele me afastou; converti-me ao Cristianismo e hoje procuro vivê-lo integralmente [...]” (1949: da “Nota Introdutória”); “Fui a uma reunião (da classe profissional dos barbeiros e cabeleireiros a que pertencia) e observei que se desenharam logo no início duas correntes: a dos moderados e a dos extremistas: Estes últimos eram chefiados por elementos nitidamente comunistas, Filiados na Confederação de Trabalho, na Calçada do Combro, e que tinha por órgão do proletariado o jornal *A Batalha*” (1949:17)

Cantando e rindo, já momentaneamente arredada a questão da manutenção do regime e das eleições democráticas e com o ditador a lançar charme sobre os chefes de estado estrangeiros e, para consumo interno, a beneficiar novamente da ideia de salvador da pátria – e a pátria reconhecida agradecendo com os brandos costumes que lhe são virtude – não desaparecem por completo do mercado livreiro ou aligeiram as representações da URSS em Portugal, mesmo porque os derradeiros anos de Estaline de novo arrojam o Ocidente em incertezas, mas o seu número diminuirá substancialmente. Em 1950, Alexandre Vieira apresenta, em *Em volta da minha profissão*, uma breve descrição da sua viagem de 1928 à União Soviética, onde que se deslocara por motivo da sua participação no IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, na companhia de outros sindicalistas portugueses, esboço do relato apresentado em *Delegacia a um Congresso Sindical*³³⁹ (1960) e, depois, reduzido a uma descrição do 1º de Maio em Moscovo em *Para a História do Sindicalismo em Portugal* ([1970] 1974); o resto – *A conversão da Rússia pelo comunitarismo* (1953), de Clara Belon, *O Imperialismo da Rússia Czarista e a Rússia Soviética, seus traços comuns, as diferenças* (1951) e *Lenine, Estaline* (1952), de Alberto Xavier, e *A Ambição da Rússia* (1959), de Adriano do Nascimento – são ainda repositórios serôdios dos lugares-comuns de Massis e do Estado Novo³⁴⁰. Somam-se-lhes, contudo, algumas referências à União Soviética em obras consagradas ao milagre de Fátima – trata-se, concretamente, de *Fátima e a conversão da Rússia* (1950), do padre José Pedro Silva, e *As Aspirações de Fátima* (1952), de Costa Brochado – facto a que não será alheia a publicação do *Diário* da vidente Lúcia, desde o início da década anterior, mas a que a guerra retirou protagonismo. Interessante, porque a profecia da “Conversão da Rússia” é, viu-se já, posterior ao facto – como a terceira revelação o é para o fim da URSS – mas essencialmente porque tanto a ação da Igreja Católica como a *fabricação de Fátima*³⁴¹, acusam uma denodada atenção para com a URSS.

Está-se, porém, num momento de transição a que a bipolarização mundial assiste – cada vez mais projetada para o domínio do quotidiano em detrimento do ideológico ou imagético em que até então se parecia ter mantido desde o final da guerra – seja como discreto pano de fundo, seja na gravidade episódica da Guerra da Coreia, da invasão da Hungria, da crise do Suez, das lutas de independência africanas, da crise do mísseis cubanos, do Vietname, da construção do muro de Berlim, da crise sino-soviética ou apenas de mais uma ditadura latina. Efeitos mais ou menos diretos, o envelhecimento do regime, a guerra colonial e o progressivo crescimento e politização do movimento

³³⁹ É que parte do relato fora já apresentado numa série de artigos publicada na *Seara Nova*.

³⁴⁰ Somente a título de exemplo, veja-se a obra de Adriano do Nascimento (1959): “Não será tão depressa como eles desejam, mas, se a firmeza e a força do ocidente não for decisiva e esmagadora, em todas as emergências, a invasão dos novos bárbaros será um facto. [...] O comunismo – eis o inimigo. Combatê-lo de todas as formas ao nosso alcance é uma necessidade inadiável, latente, sem transigências de qualquer espécie.” (*idem*:9); ou “Para consolidar esta revolução [28 de Maio], apareceu um homem, que com elevação e raro patriotismo, soube conduzir a política e a administração do Estado de forma exemplar, entrando-se então num período ou antes numa época de renovação social em todos os setores da vida do país, jamais concebida em Portugal metropolitano, insular e ultramarino.” (*idem*:21).

estudantil virão, em Portugal, alimentar certo debate ideológico, que embora quase nunca extravasando os domínios da vida académica ou da discussão mantida por certos círculos intelectuais ou politicamente esclarecidos, alguns mesmo na clandestinidade, influi essencialmente numa viragem na produção historiográfica nacional e, assim, na própria abordagem do movimento operário e do marxismo em Portugal, e num plano infinitamente mais reduzido, das representações da URSS. O género de obras a que pouco mais de trinta anos de ditadura habituaram não desaparecerá das melhores intenções dos escritores nem das montras das livrarias, mas é já lícito falar de um *corpus* historiográfico que, mormente por influência da escola francesa, se vai socorrendo cada vez mais de uma abordagem e preceitos metodológicos até então desconhecidos. Na sua maioria, as obras que o compõem estão longe de interessar a este trabalho, que, até agora, só excepcionalmente se permitiu dispersar além do domínio das representações da Revolução Russa em Portugal, conquanto não fossem assim tão poucas as exceções... – mas impõe-se notar que muitas veiculam, também, interpretações largamente influenciadas pela teoria marxista, como o ilustra, muito à luz do realizado pelos franceses Pierre Vilar ou Albert Soboul, o trabalho de historiadores portugueses da época.

A década de sessenta assistirá, efetivamente, à quase extinção do género abordado ao longo deste ponto, conquanto principie e termine com duas referências de peso: em 1960, sai, finalmente, em livro o relato completo da viagem que Alexandre Vieira fizera à União Soviética na primavera de 1928, no âmbito do IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, na companhia de outros sindicalistas portugueses, em *Delegacia a um Congresso Sindical*; em 1968, publica-se, na *Seara Nova* (outubro), um relato da visita do ator Rogério Paulo aos centros teatrais russos; em 1969, compilam-se os artigos que António Quadros viera escrevendo para o *Diário Popular* sobre uma viagem à URSS, empreendida do ano anterior, dando origem a *Uma visita à Rússia: impressões e reflexões; O interesse português pela cultura russa. A Formação da Rússia Moderna* (1962), tradução da obra de Lionel Kochan, é, assim, a única exceção conhecida a estas narrativas de viagem – já bem poucas, portanto, ainda que se comercializem em Portugal algumas de autoria e edição brasileiras³⁴².

Vieira, contudo, compensa bem as faltas: o livro descreve a viagem feita, primeiro, até Paris, onde o sindicalista se reúne com os outros delegados da comissão portuguesa, e depois até Moscovo, com pormenores do congresso e de outras reuniões, como a dos trabalhadores da imprensa, em que participa com a apresentação de um pequeno relatório sobre a situação do setor em Portugal. Trata ainda das diversas visitas turísticas ao Cáucaso, à Ucrânia, a Leninegrado, às instalações do jornal *Izvestia*, ao túmulo de Lenine e ao Kremlin, atentando particularmente nas celebrações do 1º de Maio de 1928, em Moscovo, em que se então se contava com a presença de destacados líderes soviéticos, como Estaline, Kalinine ou Rikov. O relato leva já muitos anos sobre a visita, mas não deixa de encerrar mais uma interessante perspetiva sobre a URSS, volvida uma década sobre a Revolução de

³⁴¹ Título de uma obra de Prosper Alfarié (1970).

³⁴² Veja-se, a título de exemplo, *A Rússia vista por um médico brasileiro* (1962), de Raul Ribeiro da Silva, com

Outubro, quer porque o eterno sindicalista Vieira, não sendo comunista, se abstém comentar a situação soviética, quer por ser também um inesperado contraponto simultaneamente coetâneo às obras de Carlos Rates, César Porto e Carlos Santos, mas também à que António Quadros, adiante, publicará.

Nesta, Quadros faz entroncar o seu interesse no “[...] dos portugueses por tudo quanto se refere à Rússia.”³⁴³, aludindo, nomeadamente, a Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Sant’Anna Dionísio e Álvaro Ribeiro. Destarte, viaja até à União Soviética em busca daquilo que designa por “paralelismos russo-portugueses”: as “[...] conotações entre a misticidade russa e a espiritualidade portuguesa, entre o messianismo eslavo e o sebastianismo português [...]”, a “[...] preponderância histórica dos cultos complementarizados do Espírito Santo e da Virgem Maria [...]” e ainda a “[...] visão heterodoxa de Joaquim de Flora, segundo o qual, depois da Idade do Pai e da Idade do Filho, teríamos chegado à Idade do Espírito Santo, à Idade do Evangelho Eterno [...]”³⁴⁴. Depois, explica, com cinquenta anos volvidos sobre a Revolução de Outubro, “[...] renova-se naturalmente a atenção pela outra escolha, que Portugal não fez, nem em 1910, nem em 1926.”. Se acaso tentasse furtar-se a um corte da censura, explicar-se-ia a análise filosófica sobremaneira imersa neste domínio incerto, aqui ainda condicionada pela sua grande erudição e espiritualidade³⁴⁵; mas o autor goza da simpatia da ditadura e chega aonde outros só vão clandestinamente. Deste modo, é também lícito pensar que, na opção por um certo tipo de abordagem e discurso na procura das semelhanças – invocando, curiosamente, o mesmo manto de misticismo popular russo com que a imprensa justificara, meio século antes, a emergência bolchevique – demande, exatamente, dar um sentido à escolha a que aludira. Outros haviam já buscado as diferenças!

Pode assim afirmar que “Não [foi] armado de prejuízos e prevenções [e que] antes pisou a terra da Rússia na disposição de ultrapassar a pressão das propagandas e de apreciar as contribuições que uma tão poderosa experiência social não deixaria de ter prestado à gesta intérmina do dinamismo humano.”³⁴⁶; ou que espera ajudar “[...] os leitores de boa vontade a formularem imagem não mitificada de uma realidade que não será paradisíaca, mas que está longe de ser, como muitos ainda pensam, desumana e monstruosa...” de que “[...] importa reter, senão o seu valor absoluto, ao menos os seu valor relativo, o seu valor dialéctico, o seu valor dinâmico como estímulo às passividades, aos adormecimentos, às escleroses que fazem sufocar as sociedades demasiado conservadoras, os estados demasiado embevecidos pelo poder que os governa, as pátrias demasiado apaixonadas pelas glórias do

edição brasileira da Ed. Civilização Brasileira.

³⁴³ Quadros, 1969:15, 16.

³⁴⁴ Quadros, 1969:19.

³⁴⁵ Lê-se: "Recordo as multidões sorumbáticas e caladas. [...] Recordo os sonhos, as aspirações, as exaltações, as euforias e a animação dialéctica dos livros de Gogol, Dostoevsky, Tolstoi ou Tchekov. Total desfasagem. No entanto, o povo russo sabe recolher-se nostalgicamente na sua *ducha* (a alma individual), faz sentir o seu espírito religioso nas tão belas melodias folclóricas que continua a cantar[...]" (1969: 111).

³⁴⁶ Quadros, 1969: 21.

passado.”³⁴⁷. Depois, na ausência, que o autor crê total, de “[...] livros portugueses sobre a experiência soviética, no seu atual período de caldeamento teórico-prático [...]”³⁴⁸, a obra, escrita em estilo de reportagem, presta-se a boa descrição da viagem de barco, depois através da Polónia e da URSS, das estadias em Moscovo e Leninegrado.

Com Quadros, está-se já em 1969, mas muito perto, afinal, das perspetivas e experiências de Rates, Santos, Porto e Vieira, que igualmente deixaram o depoimento das suas viagens. O que foi a Rússia de uns, será, no fim de contas, a do que a visita meio século depois – semelhantes as expectativas e semelhantes os problemas – seja porque ou a Rússia ou a perspetiva do visitante não mudaram; seja porque qualquer comparação requer, no mínimo, dois termos, e, neste caso concreto, pelo menos um é resiliente em prestar-se a grandes comparações. Por tudo isto, mas também porque o mercado editorial português é tão curto que qualquer contributo é relevante, as obras de Vieira (1960), Quadros (1969), e todas as que se lhe seguem parecerão sempre extemporâneas.

Publicadas em 1971, as memórias de Alexandre Vieira e José Silva, respetivamente em *Para a história do sindicalismo em Portugal* e *Memórias de um Operário* converter-se-ão em referências essenciais na ainda então parca bibliografia sobre o movimento operário, embora partilhando a mesma incapacidade ou pejo em dar conta das suas disputas ideológicas, já reconhecida ao primeiro daqueles autores. De Vieira e da sua viagem à Rússia, tratou-se já atrás e com a obra de Silva, debalde procurada, só se teve um contacto indireto. Sabe-se, contudo, que por mais que uma vez se refere à Revolução, escrevendo, por exemplo: “Até ao levantamento popular russo eu só tomava contacto com pequenas lutas sociais, que apenas superficialmente tinham espezitado o meu subconsciente [...] Foi a vitória do povo russo que me arrancou ao primário estado social em que estava [...]”³⁴⁹; ou ainda “[...] a maior parte dos militantes operários surgidos entre nós depois da Revolução Russa, com poucas exceções, desapareceu no dilúvio de 1926.”, tendo a maior parte vindo “[...] à superfície do mundo operário através do estado emocional criado pela vitória dos trabalhadores russos [...]”³⁵⁰. Sabe-se ainda que, nas suas referências à cisão operária, Silva não hesita, pelo menos, em associar o desgaste e inanição da direção sindical aos anarquistas.

Outras memórias operárias se publicam por esta altura, embora sem referências de interesse ou já enunciadas atrás. Fala-se de *O movimento operário em Portugal* (1972), do velho anarquista Campos Lima; da reedição de *Palavras Necessárias* (1973), de Bento Gonçalves; ou ainda de *O Sindicalismo em Portugal* (1973), de Manuel Joaquim de Sousa. Mas de 1973, ainda, data a interessante *A vida quotidiana na Rússia no tempo do último czar*, tradução de uma obra de Henri Troyat, e em que este, embora aliando literatura e historiografia, fornece um quadro realista e muito

³⁴⁷ Quadros, 1969:26, 27.

³⁴⁸ Quadros, 1969: 26.

³⁴⁹ Silva cit. in Oliveira, 1990: 75.

³⁵⁰ Silva cit. in Quintela, 1976: 74.

bem informado. As referências a marxistas são poucas³⁵¹ e a bolchevistas nenhuma, mas são inúmeros os dados facultados sobre a Rússia pré-revolucionária, mais concretamente sobre o ano de 1903, e interessantes as questões e críticas que o visitante francês e protagonista da história, o liberal Jean Roussel, levanta junto dos seus anfitriões russos. Nos anos seguintes, Francisco Ferreira irá ainda, por mais que uma vez, traçar as memórias dos anos de 1939 a 1965, que passou exilado na URSS, tanto em *26 Anos na União Soviética — Notas do Exílio do “Chico da Cuf”* (s.d.), como na série de entrevistas que dá à revista *Portugal Socialista*, entre 1975 e 1976, sob o título genérico de “Um alcacerense na União Soviética”, como ainda na entrevista em *O Tempo*, a 22 de novembro de 1979.

Não há, crê-se, forma mais interessante de acabar do que com nova referência a *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes*, de Joaquim Palminha Silva (1984). O interesse, neste caso, não reside na análise do autor, já anteriormente revista, mas nos depoimentos de Batalha Reis e de outros diplomatas portugueses, que, para além de contemporâneos ao processo revolucionário russo, não só se constituem como um contraponto mais aos relatos e opiniões doutros viajantes portugueses e estrangeiros enunciados ao longo deste ponto, como dão conta da posição diplomática portuguesa em três momentos específicos: os períodos revolucionários de fevereiro e de outubro de 1917, e outubro de 1918, limite inferior do trabalho de Silva.

Conforme se pode ler, aquando da Revolução de Fevereiro, Pinheiro Chagas telegrafa de Paris a 16 de março (3 de março), escrevendo “Revolução liberal triunfante na Rússia”³⁵², enquanto Vasconcellos, da legação portuguesa em Madrid, vai mesmo mais longe escrevendo que “A vitória da revolução é uma grande vitória para os aliados”³⁵³. Porventura acusando o nervosismo que a sua situação presencial motivava, Batalha Reis, nos dois telegramas que expede na mesma data, apenas dá a ideia de uma “completa anarquia”. Quando, a 18 de março, Bartolomeu Ferreira regista, no officio que endereça ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, que “[...] presentemente que se reconhece a natureza francamente liberal da revolução existe um vivo movimento de simpatia pela Rússia por se ver que a aurora da liberdade começa talvez a raiar para aquele país.”³⁵⁴. Reis, porém, dá já conta de “Influência alemã por toda parte grande porção socialista exigem paz Alemanha imediata preparam manifestação hostil Legações países beligerante S. Petersburgo [*sic*]”. Nem o telegrama, no dia seguinte, do tutelar constituinte dos Negócios Estrangeiros, Milioukov, reiterando a participação

³⁵¹ Lê-se: “Já a maior parte dos camponeses, mesmo aqueles cujos filhos não iam à escola, conheciam o significado das palavras 'socialismo' e 'capitalismo'. Nos grupos de peregrinos que se dirigiam para Kiev a Santa, imiscuíam-se apóstolos da religião marxista, disfarçados de mendigos, de vendedores, de vagabundos. [...] A sua prédica era sempre a mesma: apesar da partilha das terras, os mujiques continuariam na miséria até que tivessem retomado aos senhores os bens que estes, indevidamente, tinham conservado; quanto ao czar, era absolutamente necessário que fosse eleito por sufrágio universal, e o seu poder determinado por uma constituição.” (1973: 247).

³⁵² Chagas cit. in Silva, 1984: 60.

³⁵³ Vasconcellos cit. in Silva, 1984: 59.

rusa na guerra, irá serená-lo – a 23 de março, Reis recomenda “[...] ao Governo Português toda a reserva em oficialmente felicitar e reconhecer direito nova situação Governo russo [...]” que declina por “[...] não sólida reforma definitiva [...]” e ainda dependente da “Assembleia Constituinte que vai eleger-se.”³⁵⁵. O diplomata Reis, porventura compreendendo uma multiplicidade de tendências e forças que outros diplomatas nacionais não percebiam, é, aqui, mais avisado do que Palminha Silva quer reconhecer, lembrando ainda da “[...] conveniência esperar que se pronunciem outras potências.”³⁵⁶. É isso, aliás, que o governo português faz, instruindo Reis a proceder de acordo com os representantes das nações aliadas e acabando por reconhecer a nova situação política³⁵⁷.

Reis continuará, ao longo desse ano, a dar conta das ocorrências, mas a pressão alemã sobre a Rússia, o recrudescimento da atividade dos movimentos socialistas e pacifistas e sua influência no decurso da guerra preocupam-no, por momentos, acima da sua própria situação no contexto revolucionário. Aliás, contrariando, uma vez mais, as limitações em que o tem Palminha Silva, Reis alerta mesmo, em telegrama datado de 28 de setembro, “[...] para o facto de não ser nações centrais únicas que podem lucrar com desmembramento Rússia.”³⁵⁸. O primeiro telegrama remetido já iniciada a Revolução de Outubro, a 8 de novembro, não indicia surpresa, mas presta-se apenas a uma curta informação sobre a detenção ou desaparecimento de alguns membros do governo provisório. Como acontecera já antes, a diplomacia portuguesa segue as orientações das potências aliadas – só assim se explica que, por exemplo, o antissemitismo surja como elemento da caracterização bolchevique nos discursos de Reis ou até de Bartolomeu Ferreira. Reis, que naquele telegrama de 8 de novembro, como nos seguintes, nem tivera o cuidado de identificar os bolcheviques na origem da agitação revolucionária, escreve, já a 18: “Governo Bolchevique parcialmente constituído sob presidência do notório Lenine e Trotsky judeu alemão ministro dos Negócios Estrangeiros.”³⁵⁹. Já o encarregado da legação portuguesa em Berna, citando o homólogo russo naquela cidade, regista que “O grupo maximalista é composto, no dizer destes mesmos russos, de uma horda de selvagens sem inteligência nem conhecimento algum, somente apoiada por uma multidão anónima fortemente enquadrada em elementos comandados pelos alemães e pelos que lhe fornece a judiaria internacional [...] por ter sido sempre uma raça oprimida na Rússia.”³⁶⁰.

Não deve surpreender a intervenção, bem como o número de telegramas e ofícios de Ferreira que se podem encontrar na correspondência diplomática relativa à Rússia sobre que Palminha Silva trabalhou. A longa estada de Lenine na Suíça legitima, aparentemente, a recriação da sua biografia pelos jornais suíços, amiúde reproduzida na imprensa portuguesa, mas reproduzida também por aquele

³⁵⁴ Ferreira cit. in Silva, 1984: 63.

³⁵⁵ Reis cit. in Silva, 1984: 69, 70.

³⁵⁶ Reis cit. in Silva, 1984: 70.

³⁵⁷ Silva, 1984: 73

³⁵⁸ Reis cit. in Silva, 1984: 140, 141.

³⁵⁹ Reis cit. in Silva, 1984: 157.

³⁶⁰ Reis cit. in Silva, 1984: 156.

representante português, que se lhe refere, em novembro de 1917, como “triste personagem da tragédia russa”, sem dotes de oratória “nem uma grande inteligência”, mas possuindo “a faculdade iminente da organização”, “fanático”, cheio de “contradições flagrantes e palpáveis incoerências”, “amoral”, e traidor, “[...] pela dispersão de uma força que se não era já agora, esperamos, um elemento indispensável de definitiva vitória para a *Entente*, mantinha pelo menos um fator importante para apressar o triunfo da liberdade sobre a barbárie.”³⁶¹. Este retrato do revolucionário ventilado por Ferreira não distará muito da maioria inicialmente publicada na imprensa burguesa, denunciando uma mesma origem; mas mostrará também que à *Entente*, cuja posição está bem patente no discurso do diplomata, importa apenas a participação da Rússia na guerra.

Quanto à correspondência diplomática procedente de Petrogrado, dará, primeiro, conta de alguns episódios de confrontações urbanas e, depois, das tentativas de Reis para abandonar o país. Portugal, como se sabe, não reconhecerá o regime soviético e prosseguirá na sua estratégia seguidista. As duas últimas entradas compiladas por Palminha Silva refletem-no exatamente. No seguimento de um ofício da Legação dos EUA em que se perguntava “[...] se o Governo Português está disposto a adotar algum imediato procedimento, inteiramente aparte da atmosfera de beligerância e conduta de guerra, para fazer sentir aos autores desse crimes [os bolcheviques] a aversão com que a civilização encara os seus presentes atos de atrocidade.”³⁶², o Ministro do Negócios Estrangeiros português, Egas Moniz, responde que “[...] o Governo da República associar-se-á a qualquer ato das nações no sentido indicado na Nota de V. Ex.^a, dando desde já o mais decidido apoio à iniciativa de que se trata, que o Governo Português acompanhará com a maior simpatia no seguimento que o Governo dos Estados Unidos da América entender imprimir-lhe.”³⁶³.

³⁶¹ Reis cit. in Silva, 1984: 164-166.

³⁶² Reis cit. in 1984: 227, 228

³⁶³ Reis cit. in 1984: 227, 228

II CAPÍTULO – ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E RÚSSIA E PARA A ANÁLISE DA IMPREENSA

1. Portugal, Rússia e União Soviética

1.1 Comparando Portugal e Rússia – contributos para uma visão estrutural e para uma contextualização da Revolução Russa

Poucas comparações se assemelham mais desproporcionadas do que esta a levar a cabo entre Portugal e a Rússia, mas qualquer que tenha sido a extensão e natureza das transformações sociais e políticas nos dois países, são inúmeros os aspetos que coadjuvam uma comparação (e não apenas uma simples caracterização) do enquadramento social, económico, político e cultural que lhes assiste. Porque a Rússia chega ao século XX sem conhecer muitas das realizações liberais de outros países, tenderá, é um facto, a realizar num menor período de tempo o que a Portugal foi dado realizar num período maior, mas nem isso parecerá condicionar sobremaneira quer o exercício de comparação, quer quaisquer interpretações que dele decorram, face aos extraordinários paralelismos entre a história dos dois países, a despeito de todas as diferenças.. Tal exercício, aliás, nem tem qualquer originalidade, posto que Mário Neves e Luís Vidigal³⁶⁴ haviam já ensaiado para a revista *História*³⁶⁵ duas excelentes comparações destes países, no princípio e fim do século XIX, respetivamente – outras ainda foram tentadas, conforme se pôde ver já, mas sem tão científicos propósitos. Esta, embora um pouco mais extensa, não deixa de se centrar na I República Portuguesa e no modo como, assemelhando tamanhamente o período constitucional russo, o observa sempre tão atenta e criticamente.

Portugal entrava no século XX com aproximadamente cinco milhões e meio de habitantes³⁶⁶. Este número cresceria ao longo da primeira década – no primeiro censo da República, em 1911, contavam-se seis milhões – mas estabilizaria já na década seguinte: meio milhão ia-se na emigração e, entre a guerra e as epidemias, finavam-se ou incapacitavam-se outras cem mil almas. As que ficavam distribuíam-se irregularmente de norte a sul, mas a grande maioria, cerca de 80%, vivia ainda no campo e dedicada a atividades do setor primário, sendo o seu nível de vida claramente inferior ao da população urbana, o que por si só justificava o êxodo para as grandes cidades, mormente a partir da década de trinta. Por grandes cidades, contudo, entendem-se apenas Lisboa, Porto, talvez Coimbra e Setúbal, cujo crescimento acentuado se dava, por esta altura, muito em detrimento da província.

As colónias apresentavam, então, uma realidade completamente distinta. Campanhas militares empreendidas nos últimos anos da Monarquia haviam estabelecido e feito reconhecer uma autoridade portuguesa, conquanto não se pudesse falar de um controlo efetivo de todos os territórios. Um número

³⁶⁴ Neves, 1979; Vidigal, 1986.

³⁶⁵ Neves (1986: 16-28) trata do envolvimento da portuguesa condessa Juliana de Stroganov na morte de Puschkine. Vidigal (1986: 35-39) faz uma comparação de Gorki com Aquilino Ribeiro como “arquétipos de intelectuais revolucionários”, atrás da qual vinha a da Rússia pré-constitucional com os anos que preparam o advento da República em Portugal.

incerto de colonos brancos e mulatos concentrava-se nos pequenos centros urbanos, sem grande contacto com o número ainda mais incerto de indígenas, que residia no campo e que só o desenvolvimento económico das colónias traria às cidades, onde passaria a beneficiar de outro tipo de trabalho e estatuto, sob um controlo mais apertado das autoridades. Por ora, a dependência financeira e administrativa das colónias face à metrópole era ainda quase completa.

Ao longo do século XIX, a par deste crescimento urbano, configurara-se uma nova estrutura social, cujos traços mais marcantes haviam sido o deslocamento do poder político e financeiro da nobreza tradicional para uma nova classe de ricos burgueses assente num liberalismo oligárquico; a emergência de uma classe média urbana, essencialmente composta por elementos das profissões liberais, funcionalismo público, baixa oficialidade militar, pequena burguesia comercial e industrial e até pequenos e médios proprietários rurais; e um vasto e heterogéneo número de camponeses, operários fabris e até pequenos proprietários, que, grosso modo, compunham as chamadas classes baixas. A implantação da República, em 1910, consagrando o alargamento da participação política, o nacionalismo e a colonização, o anticlericalismo e a educação como prioridades e assumindo, sob outro hino, bandeira e constituição, novas concepções de liberdade e cidadania, mobilizaria o país e apaixonaria a opinião pública, mas a alteração da estrutura social e o exercício de novos direitos envolveria também grandes contradições, que pronto se manifestariam quer na agudização das tensões entre a sociedade urbana, liberal e em vias de industrialização e o mundo rural tradicional, conservador e arcaico, quer na desestabilização política do país, com o Partido Republicano Português, no poder, a não poder formar governos estáveis e a assumir comportamentos restritivos e repressivos: principais fatores de perturbação da sociedade portuguesa no estertor da Monarquia e I República.

No mesmo período, a Rússia era já uma das maiores potências mundiais, embora tida por atrasada à luz de uma comparação com o Reino Unido, a Alemanha ou a França, que levavam mais adiantados os respetivos processos de industrialização e liberalização dos seus sistemas políticos – a Rússia não tinha constituição nem um parlamento regular. Alongava-se, imensa, da Polónia ao Oceano Pacífico e do Ártico ao Mar Negro, às fronteiras com o Império Otomano, Pérsia, Afeganistão, Índia Britânica, China, Japão e Estados Unidos da América. Tinha aproximadamente 135 milhões de habitantes³⁶⁷, três quartos dos quais residentes em território europeu. A quase todos, contudo, tocava mais um sentido de obediência ao czar do que de pertença ao império, vivendo, em inúmeros casos, em comunidades anarquizadas, incompatíveis com qualquer ideia de cidadania e que tanto podiam já ter desenvolvido aspirações nacionalistas de criação de um estado, como podiam agrupar-se em função de afinidades linguísticas, religiosas, culturais ou económicas.

A Rússia possuía já um bom número de grandes cidades, muitas resultantes de um recente e

³⁶⁶ Este número é referente à metrópole, posto que os dados nas possessões ultramarinas não são de confiança.

³⁶⁷ Troyat, em *A vida quotidiana na Rússia no tempo do último czar* (1973), informa que população russa em

rápido desenvolvimento industrial, e que vinham subtraindo, sazonal ou permanentemente, alguma população ao campo: na Grande Rússia, destacavam-se São Petersburgo (renomeada Petrogrado no decurso da guerra e Leninegrado, já em 1924), a velha capital Moscovo, Smolensk e Samara; Varsóvia, Lódz, Riga e Reval, na franja mais ocidental do império e, no que é hoje a Ucrânia, as cidades de Kiev e Odessa, embora viessem emergindo outras, como Donetsk, Karkov e Lipetsk; no Cáucaso, o centro petrolífero de Baku³⁶⁸. Mas as demais cidades, algumas até capitais de província, não variavam muito das congêneres portuguesas no mesmo período, adormecidas na sua quase irrelevância política e económica; e que dizer, então, das vilas e aldeias, dispersas ao longo das estradas, como é ainda hoje comum na Europa central e de leste, sem mais infraestruturas do que aquelas necessárias à habitação e trabalhos agrícolas. Isto contribuía para a conservação do estilo de vida tradicional, extemporâneo na sua cultura e relação com o poder.

A agricultura constituía a base social e económica da Rússia czarista, ocupando cerca de quatro quintos da população; porém, até 1861, cerca de metade deste efetivo fora constituída por servos sujeitos às arbitrariedades dos grandes proprietários³⁶⁹, a quem, por costume, pagavam uma renda ou prestavam serviços. A sua emancipação, não só pelo fim do regime de servidão, como pela atribuição de terras, viera alterar a sua condição, mas pouco influi no seu estilo de vida, fechado em si mesmo, na casa familiar (*dvor*), na vila ou aldeia (*selo*) ou na comuna (*mir*). Esta última, passara a predominar em quase todo o território como modelo de organização agrícola do campesinato, que partilhava e redistribuía entre si, em períodos regulares, as terras à sua disposição. O camponês era livre de adquirir terras não comunais, mas o sistema, ainda reforçado pela própria organização familiar patriarcal da *dvor*, pesava sobremaneira na sua conceção de propriedade privada. Muitas eram, contudo, as bocas a alimentar dentro de uma família – a Rússia tinha, então, a maior taxa de crescimento demográfico da Europa – e curto o período dos trabalhos agrícolas, pelo que, quando na última década do século XIX o surto industrial começara a reclamar mais mão-de-obra, muitos haviam sido os camponeses, principalmente nas províncias do norte, que tinham passado a dividir a sua vida entre o campo e a cidade, embora não fosse rara, também, a localização dos centros industriais no meio rural de modo a absorver esses trabalhadores³⁷⁰.

Tardiamente industrializada, a Rússia pudera saltar alguns degraus e, no início do século XX, conquanto contasse ainda com um pequeno setor industrial, este mostrava-se já relativamente

1897, segundo censo desse ano, é de 129 milhões; cinco anos depois, estima-a já em cerca de 135 milhões.

³⁶⁸ Sobre a população de algumas destas cidades no início do século XX, Troyat escreve que “Só S. Petroburgo e Moscovo têm mais de um milhão de habitantes, Varsóvia conta 638.000, Odessa 405.000, Lodz 315.000, Riga 282.000, Kiev 247.000, Carcóvia [Karkov] 175.000, etc.” (1973: 12)

³⁶⁹ Troyat informa que “Os camponeses russos só foram avassalados e fixos à terra do senhor no fim do século XVI, por uma decisão do czar Boris Godunoff.”, explicando depois, que “Outrora havia duas espécies de servos: os servos ligados à gleba (*kriepostnié*) e os ligados ao senhor (*dvorovié*).” (1973: 233).

³⁷⁰ Troyat calcula em cerca de seis milhões o número de camponeses que, anualmente, abandonava o lar em busca de trabalho nas cidades (1973: 241).

desenvolvido, altamente concentrado, e, porque dependia de iniciativas e de investimentos estrangeiros, virado para a exportação e fazendo recurso de algumas tecnologias avançadas e caminhando, a passos largos, no sentido de uma produção em larga escala – destacavam-se a metalurgia e metalomecânica, a mineração e os têxteis. Tal salto, devera-o parcialmente ao ministro Sergei Witte, que pusera a tónica do projeto imperialista russo na independência económica e no desenvolvimento industrial³⁷¹ – parcialmente, porque ao longo do século XIX, a dívida externa fora tão avultada que, a despeito dos receios da monarquia de ver a sua autoridade suplantada pelo capitalismo, não lhe restara senão permitir a entrada de empresas e capitais estrangeiros no país. Por esta razão, não se pudera nunca formar um de verdadeiros industriais e de homens de negócios, e só alguns proprietários agrícolas haviam conseguido orientar a produção para o grande mercado.

Obedecendo às mesmas condições de desenvolvimento, Portugal oferece, aqui, um interessante contraponto: como na Rússia, à medida que a população urbana fora crescendo, crescera também a evidência dos problemas, que, desde sempre, haviam marcado a sua economia. Esta, assentando excessivamente na produção agrícola, nunca conseguira equilibrar a sua balança comercial, permanentemente deficitária, a despeito do vasto império colonial e até de algumas exportações de vulto, em vinho, cortiça e latas de sardinhas. Sucessivas medidas de proteção à economia nacional, o mesmo é dizer que ao setor agrícola, conquanto produzissem alguns resultados satisfatórios, não resolviam a excessiva dependência do estrangeiro. No sul, onde as condições naturais requeriam a aplicação de novas técnicas, a propriedade rural estava na mão de alguns latifundiários, que, herdando ou detendo outras fontes de rendimento, negligenciavam o trabalho agrícola, arrendando as terras a outros, a quem a condição económica não permitia qualquer inovação no sentido alterar os sistemas de produção; no norte, o parcelamento excessivo impedia qualquer planificação.

Por outro lado, sob a tutela económica de Inglaterra, o país conhecera alguns arranques industriais, mas poucos desenvolvimentos. O número de sociedades industriais e a soma dos capitais investidos eram reduzidos e acusavam a excessiva participação estrangeira na economia nacional. A maquinaria existente e a produção energética estava ainda longe de corresponder a um processo de industrialização efetivo. Ainda assim, nas primeiras décadas do século passado, assistira-se a um aumento sensível na importação de matérias-primas e o país conhece algum crescimento industrial, contudo, ainda atribuível às conservas de peixe, à transformação da cortiça e aos produtos têxteis, que mostravam como eram ainda secundárias as indústrias química, fosforeira, cimenteira e tabaqueira. Note-se, contudo que esta produção não aspirava sequer a ombrear com a de outros países, mas visava quase e só fornecer o mercado interno – de resto, a Inglaterra absorvia, sozinha, cerca de 70% das exportações portuguesas. Nestas condições, a população industrial só podia ser reduzida – cerca de 21%, em 1911, e 25%, por volta de 1930 – embora conhecesse um crescimento ao longo do primeiro quartel do século XX. Então, como hoje, as grandes concentrações industriais situavam-se na margem

³⁷¹ A ele se deve também e a construção do Transiberiano (1891) e a adoção do padrão-ouro (1897).

sul do Tejo, na área do Porto e Douro Litoral.

Mas a situação industrial portuguesa era também subsidiária da parca infraestrutura de comunicações e transportes. A República pudera, enfim, chegar por telégrafo à província, mas tudo o mais fá-lo-ia sempre com algumas dificuldades – enfim, não tantas como na Rússia, onde a todo o lado se chegava por más estradas e piores caminhos³⁷² a que o comboio, apesar do desenvolvimento da linha transiberiana, oferecia ainda pouca alternativa³⁷³. Telégrafo e telefone conheceriam um crescimento notável ao longo de toda a I República, tanto em extensão de linha como localidades servidas, mas ficavam-lhes aquém os demais meios de comunicação: a rede ferroviária, que, em 1910, rondava os 3000 Km, andaria ainda, em 1926, pelos 3500 Km; no mesmo lapso, a rede rodoviária cresceria pouco menos que 2000 Km, mas o número de automóveis quase duplicava e, apesar do estado das estradas, eram já 130, em 1926, as carreiras interurbanas de transporte de passageiros em todo o país. Enfim, podiam suprir-se as dificuldades da viagem por terra com a manutenção de carreira regulares entre Porto, Lisboa e o Algarve, mas os portos marítimos não estavam preparados para o comércio internacional, nem para o tráfego de pessoas e mercadorias. De resto, nem o apresamento dos barcos alemães no decurso da guerra viria melhorar a situação dos transportes marítimos, posto que, entre as cedências à Inglaterra e as rivalidades com outras companhias de navegação, o fomento dado ao setor com a criação dos Transportes Marítimos do Estado, ainda reforçado com o diploma legislativo de 1921, de pouco serviria aos interesses nacionais: em 1926, 90% do comércio externo fazia-se a bordo de navios estrangeiros.

Em Portugal, no entanto, pudera-se formar uma alta burguesia, a qual, grandemente tributária do comércio colonial e, portanto, de capitais estrangeiros e da manutenção do país como potência colonial tutelada pela Grã-Bretanha, encarava com bom olhos a conservação da Monarquia e das demais instituições tradicionais, nomeadamente da Igreja, como forma de manter lucros e privilégios³⁷⁴. Na Rússia, em vésperas da Revolução, poucas eram ainda as profissões exercidas e entendidas em regime liberal, pelo que, para além da titulação nobiliárquica e posses, a diferenciação era pautada pelos catorze graus de serviço civil³⁷⁵ – fora desta ficava tudo o resto. Desde meados do

³⁷² Relativamente ao início do século XX, Troyat informa: “Na Rússia europeia e na Polónia russa só existem 25.000 quilómetros de estradas calcetadas em toda a sua extensão, 5.300 quilómetros de estradas pavimentadas em toda a sua extensão e 540.000 quilómetros de estradas nem calcetadas, nem pavimentadas, ou seja, impraticáveis na estação das chuvas ou do degelo. Em França, todavia, país nove vezes menos extenso do que a Rússia [refere-se, certamente, à Rússia europeia], há cerca de 40.000 quilómetros de estradas nacionais, 170.000 quilómetros de estradas departamentais e 635.000 quilómetros de caminhos vicinais, acessíveis aos carros em todas as estações.” (1973: 12, 13).

³⁷³ No que respeita à rede ferroviária, Troyat informa que enquanto a França desenrolava cerca de 78,5 quilómetros por cada mil quilómetros quadrados, a Rússia desenrolava 7,7 quilómetros (1973: 13).

³⁷⁴ Conquanto detenha, cada vez mais, o poder político e económico, a maior aspiração da alta burguesia fora, invariavelmente e até ao último quartel do século XIX, a de conquistar um título nobiliárquico.

³⁷⁵ Serviço civil e não funcionalismo público, porque, na realidade, ele não estava vocacionado para servir os interesses das populações, mas apenas do poder. Importa considerar que, desde o golpe liberal de 1825, dito

século XIX que se vinha desenvolvendo uma classe dita profissional, mas esse processo progredira muito lentamente, e, a existir uma classe média, não a engrossavam tanto os russos como muitos dos estrangeiros residentes na Rússia.

Pior do que a corrupção ou a intimidação, o serviço público gerava uma interminável cadeia de dependências clientelares sob a autoridade do czar e com nenhum interesse em subvertê-la. A extensão do território e os péssimos meios de comunicação não tornavam, em muitos casos, a administração e o controlo mais efetivo do que Portugal face às suas colónias, mas tal autoridade, autocrática, perpassava através de uma extensa máquina burocrática que parecia colocar o cidadão, paradoxalmente, numa situação de completa subordinação ao poder imperial, e, simultaneamente, muito distante deste – do resto, encarregava-se a todo-poderosa intendência de polícia, a *Okhrana*. Mesmo quando, em meados do século XIX, era já ténue o patrimonialismo czarista, forma de controlo sobre todos os aspetos vida económica e social, que, até aí, caracterizara o modelo absolutista russo, este prevalecia no domínio da autoridade política, na soberania do czar, ao qual se jurava e prestava obediência. A extensão territorial e a diversidade étnica eram apontadas como as razões para o não estabelecimento de um regime parlamentar³⁷⁶ – a existir um parlamento, acreditavam as autoridades, seria dominado por liberais e socialistas pouco dispostos a cooperar com o monarca, pelo que até à

de Dezembro, o qual contaria com a participação de muitos nobres, os monarcas russos tinham vindo a confiar cada vez menos na nobreza e mais neste serviço civil.

³⁷⁶ Segundo Troyat, até à experiência constitucional de 1905, a administração organizava-se da seguinte forma: “[...] o império estava dividido em 78 governos e 18 províncias ou regiões, e ainda a ilha Sacalina. Por outro lado, quatro cidades, S. Petroburgo, Odessa, Sebastopol e Kertch-Iénikalé formavam 'cidades de prefeitura', diretamente subordinadas ao poder central. Os governos estavam subdivididos em distrito (*uíézd*) de número e grandeza variáveis, que se subdividiam, por sua vez, em cidades e comunas (*volost*). [...] Em cada distrito estava colocado um funcionário a chefiar a polícia, o *ispravnik* [...] A par dos representantes da administração central, havia em cada governo e em cada distrito assembleias eleitas ou *zemstvo*, que se ocupavam dos interesses económicos e agrícolas da região. [...] Tendo cada distrito o seu *zemstvo*, a província ou governo tinha igualmente um [...] A administração das cidades estava confiada desde 1870 a um conselho municipal (*gorodskaja дума*) eleito pelos mais importantes habitantes da cidade, proprietários de imóveis, comerciantes, industriais, que auferiam lucros avultados. [...] A par da *gorodskaja дума* encontrava-se ainda uma comissão executiva (*gorodskaja uprava*) e um presidente do município (*gorodskoi golova*). A classe dos camponeses dividia-se em comunas [...] Para administrar os seus negócios, os camponeses formavam assembleias comunais nas aldeias e na capital do cantão, uma assembleia cantonal, a *volost*. As autoridades municipais da comuna da aldeia eram o conselho (*mir* ou *skhod*) e o seu representante, o *starosta*, o antigo. [...] Num escalão mais alto, a assembleia cantonal, a *volost* (um representante para cada dez fogos) reunia-se sob a presidência do seu *starchina*, ou decano, nomeado por três anos. [...] Este *self-government*, com aparência tão liberal, também era de facto desde 1889 dirigido e vigiado pelo *zemst natchalnik*, o chefe de cantão. [...] Acima deste potentado regional, só os grandes personagens que presidiam aos destinos do império: o czar [...] o Conselho do Império, formado por todos os ministros e alguns dignatários poderosos, cujo papel era o de sancionar as leis, o Comité dos Ministros, que preparava as medidas legislativas, o Mui Santo Sínodo, encarregado de velar pela vida religiosa da nação, e o Senado, dividido em oito departamentos, cuja competência se estendia à publicação dos *ucasses* [*sic*], à confirmação dos títulos de nobreza, à fixação dos limites da propriedade territorial e ao julgamento em cassação das questões civis e criminais.” (1973: 151-154).

experiência constitucional de 1905, todas as tentativas de trazer elementos da população até aos círculos de decisão política, nem que apenas com fim consultivo, seriam recusadas. A extraordinária dimensão deste serviço público cumpria, em último caso, uma outra função: a de compreender quase toda a atividade política oficial, posto que era internamente que as fações liberal-conservadora e conservadora se digladiavam por razões indistintamente ideológicas ou de progressão de carreira. Os primeiros aspiravam a formas mais modernas de governação, que envolvessem um maior enquadramento legal do exercício do poder, uma participação política mais alargada e que lograssem extrair o campesinato ao seu isolamento; para os outros, qualquer iniciativa pública corresponderia sempre a desordem e a sujeição do poder do czar a qualquer regime legal só o enfraqueceria.

Todavia, as aspirações da Rússia a tornar-se uma potência territorial e económica jogariam, aqui, a cartada mais importante: a mesma ânsia de ocidentalização que assistira ao golpe de dezembro de 1825 e ao fim da servidão, em 1867, e que atraíra um investimento estrangeiro associado a um surto industrial, criara uma intelectualidade comprometida com a mudança. A sua atividade, porém, assemelhava a de gerações anteriores, numa semi-oposição passiva e procurando compatibilizar o socialismo como forma de organização e o liberalismo como a ideologia da transformação social.

No início da década de 70, porém, generalizara-se já, mormente entre universitários, a ideia de que urgiam soluções mais rápidas e radicais. Abandonando os estudos e a vida urbana, rumariam ao campo a fazer a sua propaganda e organizar a revolução junto do campesinato – ficariam conhecidos como *Populistas*. Não precisariam de muito tempo, porém, para compreender que nem os camponeses estavam predispostos à doutrinação, nem a polícia a contemporizar com a sua atividade. Dos primeiros atos de violência contra altos membros do corpo do serviço civil, ainda no final da década, ao assassinato de Alexandre II, em 1881, perpetrado pelo grupo radical Vontade do Povo (*Norodnaya Volya*), apenas se evidenciara o imensurável desespero em que redundara o idealismo dos Populistas; tão grande, que nem tinham podido calcular razoadamente as consequências dos seus atos. E estas não se faziam esperar. Viriam, primeiro, as perseguições, detenções e torturas, aplicadas arbitrariamente sobre quem quer que levantasse suspeitas e quase sempre seguidas do tradicional desterro na Sibéria; paralelamente, a polícia veria reforçada a sua autoridade; mas pior seria que o campesinato especulasse que o ato tinha sido perpetrado pela nobreza, que o queria novamente sob um regime de servidão. Nenhuma das consequências seria veleidosa, mas a última tem particular significado: doravante, nem o campesinato nem o czar depositariam qualquer confiança na nobreza, nem esta, despeitada, confiaria em mais ninguém, o que explica suficientemente a sua futura passividade.

Seguido com atenção pela imprensa portuguesa de época³⁷⁷, o episódio do assassinato de Alexandre II apresenta-se como um interessante termo de comparação entre a atividade de populistas russos e republicanos portugueses e a forma como ambos, embora com enquadramentos distintos,

³⁷⁷ António Ventura, em “Os primeiros contactos: Portugal e a Rússia Soviética” (1981a), abre com a apresentação de alguns títulos de imprensa e considerações sobre o impacto do assassinato de Alexandre II

encaram a violência política como um meio de desmoralizar as autoridades e instituições vigentes e de simultaneamente mobilizar, em torno de um evento como a morte do monarca reinante, a agitação e apoio populares por que pretendiam fazer cair o regime. Aquando do assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro Luís Filipe (1908), porém, a situação republicana estava longe do desespero populista de 1881: se, por um lado, a ditadura de João Franco não trouxera qualquer estabilidade ao governo ou à Monarquia, por outro, o Partido Republicano Português era já uma força política organizada, com uma razoável plataforma de apoio urbana e com importantes vitórias eleitorais nas câmaras municipais de Lisboa e Porto (1906). Como os populistas russos, pouco ou nada poderia contar com as camadas mais baixas da população, mas também só dificilmente as imaginariam fazendo seus os interesses de classe dominante. Deste modo, o que na Rússia assemelha um ato de desespero inconscientemente distante do objetivo a que se propunha, encorpa, em Portugal, uma certa consciência e precipitação, que mais parece derivar das querelas entre uma corrente mais intervencionista e outra, mais política, do PRP³⁷⁸.

A pertinência da questão está, contudo, no facto da República e dos republicanos portugueses, reduto e agentes de uma atividade revolucionária não menos caracterizada pela violência política, se terem mostrado muito pouco tolerantes para com o processo revolucionário iniciado pelos bolcheviques, conquanto tivesse sido patente o seu apoio a outras tentativas de fazer cair a monarquia russa³⁷⁹, a despeito da ideologia, métodos e níveis de violência que envolvessem. A percepção republicana da Revolução de Outubro não seria, portanto, a de outros golpes contra o czarismo ou mesmo a da Revolução de Fevereiro. Isto revela, claro está, as naturais mudanças no posicionamento ideológico dos republicanos portugueses na sua passagem de oposição a regime; mas informa também – o que é mais importante – de uma transformação das atitudes face à Rússia no curto período que medeia as duas revoluções de 1917, acusando um qualquer tipo de impacto!

A esta última questão caberá o resto da tese, mas à das mudanças no posicionamento ideológico republicano presta-se um pouco mais esta comparação. Em Portugal, só o comprometimento com o fim da Monarquia e a autoridade de alguns dirigentes históricos, preconizando um equilíbrio entre as várias correntes e elementos, haviam podido manter a unidade do Partido Republicano. Nem o Regicídio, nem as suas consequências tinham conseguido afinar a ação da corrente revolucionária com a dos partidários da via política – acusando, talvez, a proximidade do

em Portugal.

³⁷⁸ A este respeito, Lenine escrevera o seguinte: “Pelo nosso lado, limitamo-nos a referir uma só coisa a lamentar: o facto de que o movimento republicano em Portugal não tenha, de modo suficientemente resoluto e público, feito justiça de todos os aventureiros [assim se refere a D. Carlos]. Lamentamos que o assassinato do rei de Portugal dê ainda, manifestamente, testemunho de um elemento de terror conspirativo, quer dizer, impotente, que pela sua própria essência não logra atingir o seu objetivo, enquanto o autêntico terror, nacional, verdadeiramente regenerador, aquele que tornou célebre a Revolução Francesa, é ainda muito fraco.” (cit. in Vidigal, 1981:17). Sobre as referências de Lenine a Portugal vejam-se Efimov, 1978; Vidigal, 1981; e Morgadinho, (online).

atentado, a primeira sairia derrotada do Congresso de Coimbra (1908), mas venceria logo no ano seguinte, no Congresso de Setúbal; mas os republicanos, até então imersos em inúmeras contradições entre a teoria e a prática, poderiam discutir e elaborar um programa mínimo, que, não fazendo do PRP mais um partido do regime ou de governo, credibilizava-o como verdadeira alternativa à Monarquia.

Também na Rússia, o assassinato do monarca contribuíra para importantes mudanças. O terrorismo falhara, mas o vazio político que as perseguições e encarceramento dos Populistas deixariam era demasiado grande para que não a preenchessem outros grupos, também receosos de uma nova vaga de violências terroristas e governamentais. Mas estas persistiam, posto que Alexandre III não traria nem a reclamada liberdade de expressão, reunião e organização política, nem um abrandamento do controlo e perseguição policiais. Propaladas pelo Partido Operário Social-Democrata da Rússia³⁸⁰, o repúdio da violência, a viragem para as classes trabalhadoras urbanas e a rendição ao capitalismo como único meio para alcançar um regime de tipo ocidental não se explicavam tanto pela incoerência ideológica, como pela necessidade de uma diferenciação face ao postulado Populista, bem presente numa vasta atividade conspirativa e terrorista e na criação, em 1902, do Partido Socialista Revolucionário. Contudo, tal diferenciação prestava-se mais à imagem dos sociais-democratas perante a sociedade do que à sua estabilidade, e era justamente na crítica daquela incoerência que Lenine se afirmava, cada vez mais, como líder da cisão bolchevique.

A deflagração da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), em consequência da política de expansionismo russa na Manchúria, viria antecipar as condições para uma mudança política. Como o 31 de janeiro fora, em Portugal, produto do *Ultimatum* inglês, também as inúmeras crises políticas internas na Rússia, ainda ao longo do século XIX, haviam sido motivadas por algumas humilhações militares³⁸¹. Agora, porém, ao desastre da guerra³⁸² averbar-se já um ambiente de forte contestação social, marcado pela pressão de forças políticas organizadas reclamando reformas constitucionais, pelas greves e manifestações estudantis (comuns desde a desordem universitária de 1899) e operárias³⁸³ e por um recrudescimento da violência terrorista, de que resultara a morte de dois ministros do Interior desde 1902 – facto importantíssimo, posto que forçaria o czar, já então Nicolau II, a enveredar por uma linha mais conciliatória, com a nomeação do Príncipe Mirski para a chefia daquele ministério tradicionalmente conservador e de que dependiam as forças policiais. Paralelamente, desenvolvera-se uma livre associação de profissionais liberais, aristocratas e

³⁷⁹ Utilmente compilada por Joaquim Palminha Silva em *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes* (1984).

³⁸⁰ O movimento social-democrata, em evolução nas últimas duas décadas do século XIX, só em 1898 se organiza ilegalmente como Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

³⁸¹ Relembrem-se o desaire russo na Guerra da Crimeia (1853-1856) ou o resultado no seu envolvimento no militar nos Balcãs, em defesa dos eslavos daquela região, cerca de uma década depois.

³⁸² A Rússia perde quase toda a sua frota naval em apenas duas batalhas – a de Port Arthur (8 de fevereiro de 1904) e a do Estreito de Tsushima (maio de 1905) – que quase assinalam o início e o fim do conflito.

³⁸³ De que o massacre da manifestação pacífica às portas do Palácio de Inverno (9 de janeiro de 1905), posteriormente conhecido posteriormente como *Domingo Sangrento*, é apenas o episódio mais conhecido.

intelectuais comprometidos com o fim da autocracia, em que se caldeava já a formação do partido da União da Libertação (*Outubristas*) e do Partido Constitucional-Democrata (*Cadetes*)³⁸⁴. Face mais visível da sua própria autoridade e do projeto imperial russo, o czar só poderia sair achacado da situação, e, com ele, toda a monarquia. Witte colocava-o entre a hipótese de uma ditadura militar indefensável, posto que o grosso do exército estava retido na Manchúria pela paralisação dos ferroviários, e uma série de concessões políticas aos liberais, até como forma de alienar e diminuir as pressões radicais. Seria, porventura, tentando ganhar tempo, mas também entre a confusão e o pânico, que o monarca firmaria o *Manifesto de Outubro* e, assim, a concessão de liberdades civis, a criação de um parlamento eleito por sufrágio³⁸⁵ (a Duma) e de uma nova legislação assente numa constituição, promulgada em abril do ano seguinte como *Leis Fundamentais*. Começaria e decorreria assim a Revolução constitucional de 1905.

Com pouca ou nenhuma experiência liberal que o suportasse, o constitucionalismo russo poderia alterar as instituições políticas, mas viveria sempre à mercê das investidas e concessões da coroa, que, já com uma influência extraordinária na nomeação da câmara alta da Duma podia, pelo método de sufrágio, assegurar também uma predominância conservadora na câmara baixa – à semelhança do que acontecera com os republicanos no 31 de janeiro, ficara claro que o movimento tinha força e visibilidade, mas que não se constituía ainda como alternativa de poder. A declaração da paz e da guerra, a dissolução parlamentar e a nomeação do governo ficavam entre os direitos e competências do monarca e assim, como nenhuma legislação ou fiscalização da Duma impendiam sobre o czar ou o governo, também o serviço civil fugia ao controlo parlamentar. A melhor prerrogativa constitucional seria, afinal, a constituição de um fórum de discussão política e a imunidade parlamentar.

A primeira Duma reuniria apenas entre abril e julho de 1906 – boicotada por socialistas-democratas e socialistas revolucionários, conheceria uma maioria Cadete apostada na abolição da câmara alta e do direito executivo de formar governo, na expropriação e repartição da grande propriedade agrícola, no indulto a prisioneiros políticos. Chegado, pela mesma altura, à presidência do Conselho de Ministros, Petr Stolypine iria ao encontro de muitas das reclamações dos Cadetes,

³⁸⁴ Da sigla KD; alguns autores optam mesmo por chamar-lhes *cadês*.

³⁸⁵ Segundo Troyat, “O princípio da *Duma* de Império só foi proclamado em 17 de outubro de 1905 e as modalidades de eleição desta assembleia foram precisadas por uma lei de 11 de dezembro de 1905. Os eleitores ficaram repartidos em três grupos ou cúrias: proprietários de terras (para a maior parte dos nobres) cidadãos e camponeses. Os eleitores da primeira cúria [em número de] 1.918 para as 51 províncias da Rússia eram eleitos pelas assembleias gerais dos distritos; os da segunda, no número de 1.344 pelas assembleias eleitorais da cidade; os da terceira, em número de 2.476 pelas assembleias eleitorais de camponeses, eleitas por sua vez pelos eleitores de *volost*. Todos estes eleitores se reuniam nas assembleias de província (governo). Em cada uma destas assembleias, os delegados dos camponeses elegiam primeiramente em separado, o seu deputado à *Duma*. Depois, todos os eleitores elegiam os restantes deputados da província. A Duma devia compreender ao todo 412 deputados. Para se ser eleitor era necessário ter vinte e cinco anos [nacionalidade russa (1973: 152)], ter uma propriedade ou uma habitação fixa e estar inscrito nas listas de imposto. Os operários tinham direito de votar em cúrias à parte e os seus representantes também

seguindo a estratégia de alienação radical já seguida por Witte, mas tendo em vista uma verdadeira colaboração entre o governo e grupos leais ao regime dentro da Duma. Com a dissolução da primeira Duma, os cadetes votar-se-iam a um autoexílio³⁸⁶, cedendo espaço aos partidos radicais, e a segunda Duma, ainda mais agitada do que a primeira, funcionaria entre fevereiro e junho de 1907. Stolypine mostrar-se-ia o homem certo para o lugar, mas, por ora, a sua nomeação pelo czar continuava a pressupor um inusitado salto na carreira de serviço civil desde o cargo de governador da província de Saratov, em que se destacara pela repressão dos distúrbios do campesinato, pelo que dificilmente obtinha confiança de qualquer uma das câmaras. A terceira Duma seria eleita em novembro de 1907, por via de uma nova lei eleitoral que favorecia a eleição censitária de um corpo parlamentar mais conservador e homogêneo, e duraria, talvez por isso, os cinco anos de uma legislatura completa. Encarnando o princípio da legalidade – caro, acima de qualquer outro, ao liberalismo conservador da intelectualidade russa – Stolypine obteria o apoio dos Outubristas e de outros liberais, conduzindo o país, por entre as vicissitudes e divisões da sua vida constitucional. No entanto, nem todos viam com satisfação a ação do homem de estado: à esquerda, porque isso contribuía para a manutenção do regime e porque a repressão policial não cessara, como não cessariam, ainda nos primeiros anos do seu governo, os atos terroristas contra funcionários civis; à direita, porque as reformas agrícolas e de descentralização administrativa retiravam protagonismo e direitos à velha aristocracia e assustavam a coroa, já mais firme e segura de querer voltar à situação anterior a 1905. Stolypine guiaria a Rússia a uma relativa acalmia e prosperidade, mas a desconfiança com que passara a ser encarado pela coroa e o seu assassinato, em 1911, eram uma prova de que o problema político persistia.

Sem um governo disposto a tomá-la em consideração, a quarta Duma funcionaria irregularmente, refletindo as sempre maiores ingerências da coroa e a entrada na guerra, que, como todos os conflitos em que a Rússia participara, começara por acicatar o patriotismo e orgulho populares, mas abalava já as suas frágeis instituições. Não estando disposto a permitir uma utilização política do conflito pela oposição, o czar suspenderia os trabalhos da Duma nos primeiros meses de 1915, na sequência da ofensiva dos impérios centrais e da retirada russa na frente oriental, em abril daquele ano. Todavia, as perdas humanas, materiais e territoriais seriam tamanhas que o czar, procurando gerir a crise, se veria compelido a consultar o parlamento, que reuniria em julho. Contra todas as expectativas, porém, 300 dos seus 420 deputados formariam o Bloco Progressivo, apresentando um programa de nove pontos em que, uma vez mais, exigiam o controlo da atividade ministerial e a libertação dos presos detidos por questões políticas e religiosas – o próprio governo secundaria estas exigências ao prestar-se a ser substituído por outro, escolhido pelo parlamento. Indisposto a ceder, Nicolau suspende a Duma novamente e parte para a frente – até setembro, traria cada vez mais poderes à coroa, assumindo, nomeadamente, o controlo do exército e dispensando uma

participavam nas assembleias de província, na eleição dos deputados da *Duma*.” (1973: 167)

³⁸⁶ A fim de escapar ao controlo policial, os deputados cadetes retiram-se para a cidade finlandesa de Vyborg,

boa parte dos membros do governo. No entanto, o esforço de guerra passara já a exigir uma participação e cooperação dos distintos setores da sociedade russa, rompendo com a hegemonia e práticas de alguns grupos – revolução antes da Revolução.

A guerra impõe ainda algumas considerações, mas importa atentar, uma vez mais, nos razoados paralelismos entre Portugal e Rússia, concretamente entre o período constitucional russo e o da I República, que estão longe de se ficar pela instabilidade política. Em primeiro lugar, note-se que, qualquer que seja a constituição da cúpula ou cúpulas de poder, não é o povo miúdo, inexpressivo, que as inquieta: na Rússia, viu-se já, o termo “intelectualidade” designa algumas profissões liberais emergentes ou até alguma aristocracia empenhada com uma transformação do regime, a par de uma crescente massa proletária já plenamente feita à cidade ou ainda com um pé no campo; em Portugal, uma classe média urbana, altamente nacionalista e politizada, e com sérias aspirações a alterar a situação do país, que traz na esteira o baixo funcionalismo público e um pequeno núcleo proletário urbano, momentaneamente arredado dos seus ideais socialistas e anarquistas e pretensões de classe.

Na Rússia, a humilhação na guerra, associada a uma já forte contestação interna, guinda a um período revolucionário em que distintos grupos políticos suspendem a disputa pelo poder e operam conjuntamente pela transformação do regime até que novas concessões constitucionais e um novo quadro político os venha dividir; em Portugal, as aspirações republicanas ganham força na crise política e económica do último quartel do século XIX, no *Ultimatum*, nos casos Hinton e Crédito Predial, na “questão dos tabacos” e na dos adiantamentos à Casa Real. Em consequência disto, distintas fações republicanas e até alguns monárquicos mais liberais unem-se para fazer cair a monarquia, mobilizando, mormente nos meios urbanos, alguns setores da população. Como na Rússia, contudo, o advento da República trará uma pulverização partidária, atualizando não só antigas lutas pessoais e de tendência entre republicanos³⁸⁷, mas também com e entre monárquicos.

No que respeita às formações partidárias da I República³⁸⁸, a relativa hegemonia governativa dos democráticos tem desiludido alguns investigadores a escrever sobre o assunto, mas a instabilidade da vida política portuguesa naqueles dezasseis anos mostra que se é verdade que os monárquicos ou a facionada oposição de centro-direita, em rutura ou afastamento do PRP, se mostrariam sempre incapazes de alcançar o poder pela via eleitoral ou de constituir fortes partidos conservadores, encarando a obstrução parlamentar, o insulto e a violência como formas de subverter a situação; verdade é, também, que só uma (1915) entre as eleições livres decorridas entre 1911 e 1926 seria ganha com maioria pelos democráticos, que perderiam uma vez (1921) e alcançariam maiorias

onde passam a apelar à desobediência civil num documento conhecido como o *Manifesto de Vyborg*.

³⁸⁷ Como Villaverde Cabral (1979: 420) nota, nestas lutas opõem-se, igualmente, “[...] os interesses de setores importantes da produção nacional, aos do grande comércio e finança [...] em relação ao domínio colonial e, finalmente, em relação à Guerra Mundial”. Sem grande erro se pode acertar que a burguesia comercial e financeira se revê nos democráticos e que os interesses dos grandes latifundiários e industriais são representados pelos unionistas.

³⁸⁸ Reserva-se-lhes o ponto 2.6 desta II Parte.

relativas nas demais. Depois, entre a ambição e ânsia de protagonismo dos líderes, que caracterizaria a oposição face aos democráticos, mesmo essa figura do “cacique rural” do PRP pouco mais faz do que refletir “o carácter limitado e parcial”³⁸⁹ da ação de um partido que mantinha o grosso dos seus eleitores nos grandes centros urbanos³⁹⁰.

Mas, para além da fragmentação republicana e da emergência de outras forças políticas, também a luta por melhores condições de vida, só momentaneamente posta de lado atrás das promessas republicanas, ressurgiria, e com mais força, logo em 1911, com os operários fabris, o pequeno funcionalismo e os trabalhadores agrícolas, principalmente no sul, organizados e mobilizados em torno dos sindicatos³⁹¹. Se estes se aproveitavam bem do direito à greve, declarado ainda em 1910, os sucessivos governos republicanos, considerando inoportunas e excessivas as reivindicações sociais, aproveitar-se-iam melhor da repressão violenta e das perseguições. Também na Rússia, o papel desempenhado pelo operariado na revolução constitucional seria tão curto que surpreenderia, pelo final de 1905, o extraordinário ascendente do Partido Operário Social-Democrata da Rússia na manutenção de um ambiente de greves, manifestações operárias e levantamentos do campesinato contra os grande proprietários, ou na criação dos soviets. Como a parca experiência liberal e a profusão de interesses e ideologias não poderiam consolidar o constitucionalismo russo, também a profusão de apoios com que a República fora implantada não a conseguiria preparar para a agitação social que imediatamente a iria tomar e a passaria a caracterizar.

Dir-se-ia, portanto, que a instabilidade governativa e a conturbada vida parlamentar na Rússia encontram paralelos nos quarenta e cinco ministérios e não poucas interrupções na vida da Assembleia Nacional Constituinte. Dir-se-ia até, também, que a tendência reformista de Afonso Costa, tão pendular como contraditória, assemelha a de Stolypine; que as políticas de ambos, simultaneamente apostados numa transformação das estruturas do Estado e na conservação da lei e da ordem, alcançam um carácter absolutamente liberal, provocando uma reação da velha aristocracia, da alta burguesia e do clero; ou hostilizam o operariado e o campesinato, limitando ou cerceando a sua capacidade eleitoral e reprimindo violentamente as suas lutas. Mas, como a I República mantém inalteradas algumas das estruturas herdadas do anterior regime, limitando-se, em inúmeros casos, a pequenas correções no aparelho administrativo e substituição de pessoal, mostrando-se, na maior parte das vezes, incapaz de inverter em seu favor e dos seus melhores elementos as relações de poder, também o período constitucional russo é vitimado pela manutenção do regime policial e pelas repressões

³⁸⁹ Martins, 2006: 79.

³⁹⁰ Oliveira Marques escreve: “Embora certas figuras gozassem, de tempos a tempos, de bastante prestígio, aptidão política e força efetiva para imprimir ao partido uma direção definida – assim Elias Garcia e Bernardino Machado antes de 1910, Afonso Costa entre 1911 e 1917, e António Maria da Silva na década de 20 – o PRP Nunca conheceu, em boa verdade, um 'cacique'.” (1970: 130,131).

³⁹¹ Os sindicatos aproveitavam, então, para rever a sua participação no sindicalismo internacional – a União Operária Nacional é criada em 1914 e substituída, em 1919, no Congresso de Coimbra, pela Confederação Geral do Trabalho, que assinala o triunfo definitivo do sindicalismo revolucionário.

populares e perseguições a sindicatos, partidos e líderes políticos a que serve de fachada.

Nos anos que imediatamente precedem a guerra, nem a Rússia nem Portugal, com uma excessiva dependência económica do estrangeiro, passavam ao lado das crises económicas e financeiras ou convulsões internacionais. O início do conflito traria algumas oportunidades de expandir o comércio e a indústria, mas não tantas, nem tão competentemente geridas que lograssem superar os graves problemas financeiros que se acumulavam já desde o século anterior, como a desvalorização da moeda, o desequilíbrio orçamental e a dívida pública.

Para resolver o primeiro dos problemas, a República procedera a uma reforma nominal, com a criação do *Escudo* (1911), porém, sem que o país conhecesse uma verdadeira alteração da sua situação económica e sem que a República pusesse fim à fuga de capitais para o estrangeiro, a nova moeda mantivera a tendência da anterior, desvalorizando, progressivamente, da cotação oficial de origem de 4\$50 face à Libra, até aos 127\$40, em 1924. Pelo caminho, sucessivos governos contornavam o défice com emissões extraordinárias de papel-moeda, que, em curto tempo, tornavam o valor real da moeda inferior ao valor nominal em circulação e diminuiriam o poder de compra do país, tanto dentro como fora. A isto, associar-se-ia ainda falta de metais e a profusão de cédulas de papel de ínfimo valor.

Na Rússia, os preços tinham vindo a manter-se estáveis, mas agora, com o início da guerra, o governo suspendia a convertibilidade do rublo em ouro e ordenava emissões extraordinárias de papel-moeda para cobrir o défice. A suspensão das exportações, inundando as lojas e os mercados com bens de consumo, atenuaria por algum tempo os efeitos destas medidas, mas cedo os preços começariam a subir, afetando essencialmente a população urbana. O campesinato, para além de estar na fonte, não só beneficiava desse aumento, como o inflacionava (até 300%), retendo a produção – eventualmente, todos os produtos e serviços seguiriam a mesma tendência. Entretanto, também a proibição do consumo de bebidas alcoólicas retiraria às contas pública, já abaladas pelos empréstimos contraídos para a manutenção na guerra, uma importante fonte de rendimentos, pelo que o défice crescia.

Inverter o desequilíbrio orçamental e alcançar um *superavit* eram velhas aspirações republicanas, que longamente vinham criticando a má gestão monárquica e a derrapagem nas contas públicas. Em 1913, Afonso Costa lograria alcançá-lo, graças a uma extraordinária compressão das despesas públicas e à famosa “lei-travão”, por que se impediam quaisquer despesas suplementares ao orçamento. Porém, a instabilidade governativa, a eclosão da guerra e a incompetência política viriam repor o primitivo quadro, que só começaria a registar melhorias no biénio 1923-1924³⁹². Beneficiava-se então, por um lado, de uma redução das despesas públicas e de um aumento das receitas com o agravamento dos impostos, mormente à indústria; por outro, o Escudo cessara de desvalorizar; finalmente, a dívida pública, que flutuara tendencialmente para um aumento entre 1910 e 1919, acabaria por beneficiar da desvalorização, estando, já em 1924, pela metade do seu valor de 1910.

Fora na ameaça constante da crise económica e financeira que Portugal se vira, a partir da

³⁹² Em consequência da reforma tributária do governo António Maria da Silva, aprovada em 1922, sendo

década de 70, compelido a 'redescobrir' a sua vocação colonial, agora centrada na África; como fora na sua esteira e na das ameaças e humilhações diplomáticas que então passariam a pesar sobre o património colonial português³⁹³, à mercê do expansionismo e do poderio militar das grandes potências industriais, que os republicanos haviam radicado uma boa parte da campanha de descrédito da Monarquia. Por esta altura, colonialismo e nacionalismo adquiriam importância no ideário republicano em detrimento dos elementos socialistas e federalistas³⁹⁴, também porque Portugal estaria na mira dos interesses espanhóis³⁹⁵. Ainda antes do início da guerra, a República tivera tempo para proceder a reformas essenciais na gestão colonial, lançando os fundamentos de uma descentralização administrativa e económica. Pelas Leis Orgânicas de 1914, cujo teor conheceria um significativo alargamento em 1920, as administrações militares eram substituídas por civis, num regime de altos comissariados e ensaiava-se a reorganização dos territórios com novas circunscrições; no que tocava aos indígenas, a República alterava os seus regimes de trabalho, quer para de calar as campanhas internacionais que insistiam na ideia de escravatura, quer para travar a emigração rumo à África inglesa³⁹⁶. Mas este estado de coisas não só traria um fim às crescentes dificuldades económicas e financeiras, como acicataria as hostilidades de outros países, mormente a Inglaterra e Alemanha, contra a jovem República: externamente, nalgumas campanhas insidiosas da imprensa estrangeira sobre o estatuto e condição dos indígenas, ou na procura de argumentos que justificassem a perda do espólio colonial português, como a contração e impossibilidade de pagamento de um empréstimo; internamente, no apoio às intencões monárquicas e também nas campanhas contra os dirigentes da República. À beira do conflito mundial, só a rutura entre ingleses e alemães impedia ainda a partilha, compelindo alguns setores republicanos a encarar a intervenção militar como a única forma de alcançar uma posição de relevo entre as nações beligerantes e de assim preservar as colónias.

Curiosamente, as condições socioeconómicas, a extraordinária dimensão territorial e a condição de maior fornecedor mundial de algumas matérias-primas e de combustíveis fósseis não punham a Rússia numa situação muito diferente da de Portugal: o país não aspirava a possuir um império colonial, nem defendia algum, conquanto visse com bom olhos a ideia de um alargamento até ao Mediterrâneo e ao Índico; mas pesava-lhe, embora conseguisse fazer respeitar a sua autoridade, a conservação de algumas franjas das suas fronteiras europeias e de outras partes do seu território contra os vários nacionalismos insurgentes. Com o maior contingente militar europeu, a entrada na guerra

Vitorino Guimarães o titular das Finanças.

³⁹³ Faz-se aqui referência ao Tratado de Lourenço Marques (1881), às Conferências de Berlim, ao episódio do “Mapa cor-de-rosa”(1885) e ao *Ultimatum* (1890), e também à ocupação de Quionga (1894)

³⁹⁴ Quiçá, também em detrimento do sufrágio universal, do domínio do poder legislativo sobre o executivo, do associativismo ou do municipalismo.

³⁹⁵ Não são muitas as obras consagradas à questão, mas a de Hipólito de la Torre Gomez, *Na encruzilhada da Grande Guerra, 1913-1919* (1980) permanece como uma das melhores.

³⁹⁶ Idealmente, legislava-se a sua proteção, proibiam-se os castigos corporais e procurava-se dar-lhe assistência, quase sempre entregue às missões católicas, mas a aplicação destas medidas variava de colónia para colónia,

dar-se-ia em observância ao compromisso com a defesa dos ortodoxos sérvios e ao tratado de defesa celebrado com a França (1894), que justamente antes do início do conflito financiara o seu plano de modernização militar (1912); mas fã-lo-ia também para sacudir o jugo económico da Alemanha e por temer vir a seguir no seu expansionismo europeu, ou, mais comezinho, para alargar o seu território ou expurgar os fantasmas de outras campanhas militares e humilhações diplomáticas.

Em Portugal, beneficiando do carácter heterogéneo e suprapartidário do ministério de Bernardino Machado e, depois, de Azevedo Coutinho, a corrente intervencionista conseguiu integrar os democráticos e acomodar ainda a maioria dos evolucionistas – opunham-se-lhe, contudo, e por razões distintas, unionistas e monárquicos, secundados por um amplo descontentamento de militares e populares, que ora prefeririam uma intervenção concentrada na defesa das colónias, ora se negariam por completo à beligerância, quer por considerarem que o país se deveria manter neutral, quer, como os integralistas, porque viam na vitória alemã a reposição da monarquia. Paralelamente, sem que a uma participação portuguesa no conflito assistisse um grande interesse inglês, os governos democráticos viam-se obrigados a forçar as condições para um convite formal. A primeira oportunidade surgiria logo em 1914, por ocasião de uma solicitação de peças de artilharia pela França, mas sobrevir-lhe-ia, entretanto, a ditadura de Pimenta de Castro, que levaria à interrupção dos preparativos; a segunda com a requisição inglesa dos navios alemães fundeados em portos nacionais, que o governo de Afonso Costa exigiria feita com base na invocação da Aliança ou na declaração de guerra, surgiria a outra oportunidade de que os intervencionistas lograriam, desta vez, aproveitar-se, mas que o triunfo do Sidonismo condenaria. Com a mesma perícia diplomática com que forçara à sua intervenção, Portugal salvaria o seu domínio colonial e seria incluído nas reparações e indemnizações de guerra, mas os efeitos na radicalização das divergências republicanas e na polarização da sociedade seriam demasiado graves para se falar em vitória.

A Rússia lançar-se-ia na guerra contrariando as recomendações de neutralidade, anteriormente feitas por Witte e Stolypin, e sem ponderar que esta poderia recriar as condições, que, em 1905, quase haviam feito ruir as suas frágeis estruturas políticas. Exceção feita ao derrotismo bolchevique, seria o surto inicial de patriotismo, e não a possibilidade de um aproveitamento político do conflito, que começaria por agregar o apoio de todos os partidos em torno da ideia de uma intervenção militar. Entre os trabalhadores, tal surto não lograria sobrepor-se à luta de classes e ao internacionalismo do movimento operário, mas tão-pouco comprometeria a adesão a uma beligerância defensiva. Como surgira, contudo, assim se esboroaria em face das derrotas e humilhações militares e a Rússia encontrar-se-ia, inevitavelmente, em condições semelhantes às de 1905, com a diferença de se terem já constituído alternativas de poder à coroa. O afastamento de Nicolau II e a aposta constituinte na manutenção russa na guerra de forma de garantir o reconhecimento interno e externo da autoridade do governo provisório lograriam conferir à Revolução de Fevereiro um carácter eminentemente político;

em função do grau civilizacional em que os colonos brancos, pelo trabalho, pretendiam colocar o negro...

no entanto, a forte contestação social contra o agravamento das condições gerado por três anos de guerra não poderia, em absoluto, ser negligenciada. O belicismo do governo provisório levaria de arrasto alguma burguesia emergente, mas tenderia a encostar a velha aristocracia e o clero à necessidade da restauração da coroa e a alienar o proletariado urbano, ao qual, quando a impressão da legalidade política fora já suficiente para as impressões de quase todas as forças liberais, só os partidos radicais dariam a devida assistência, insistindo na ideia de uma revolução socialista proletária e nas vantagens de uma via revolucionária – Governo Provisório e soviets passariam, então, a concorrer abertamente pelo poder, enquanto os bolcheviques, apenas indultados ou regressados do exílio no estrangeiro e dos desterrados siberianos, alcançariam protagonismo. Compreende-se, assim, que aquando do seu assalto ao poder, as forças liberais estivessem já completamente isoladas.

Conforme se vê, também a guerra continua a fornecer extraordinários termos de comparação: a intervenção portuguesa é justificada pela defesa do seu património colonial e pelo ensejo de um reconhecimento internacional do regime, mas também pretende mitigar um século de subserviência política e económica face a Inglaterra e os efeitos morais de sucessivas humilhações diplomáticas; à russa, não assiste a preservação de colónias, nem um tão grande sentido de dependência económica e industrial, mesmo face à Alemanha, porquanto se possa falar da Rússia já como uma potência, mas apenas a defesa da sua integridade territorial. A fim de efetivar a sua participação, Portugal vê-se, apesar dos fracos recursos militares, na necessidade de invocar uma velha aliança a quem menos interessada está em atendê-la – a Inglaterra – em virtude de lhe cobiçar as colónias; a Rússia entra diretamente no conflito e o seu efetivo militar é extraordinário, mas fá-lo em penhor de uma dívida para com uma aliada, sabendo do preço a pagar pela não intervenção. Depois, apesar de conhecer uma relativa unidade nacional em torno da sua participação na guerra, a Rússia acaba, como Portugal, por conhecer uma fragmentação e polarização das suas forças sociais e políticas em torno do conflito, cuja consequência é, a despeito da natureza e duração dos processos, a transformação dos sistemas políticos, cuja incapacidade até na resolução de tensões e conflitos latentes, fica provada. Ao nível de uma clivagem que se diria socioeconómica, a Rússia constituinte continua a conhecer, disse-se já, episódios de violência política, greves e manifestações operárias e camponesas, que atingem o ponto alto em 1917. Em Portugal, a contestação conhece distintos momentos e intensidades, mas atinge o seu auge em 1919, quer como consequência da guerra e de um agravamento geral das condições de vida, quer pela desconfiança crescente entre a República burguesa e os trabalhadores.

Neste capítulo, a I República jogara um papel perigoso, posto que, ainda que antagonizada com os trabalhadores, não poucas vezes se socorrera destes na suas conspirações e revoluções, mas também na defesa contra as investidas monárquicas. Pagaria cara, contudo, esta ajuda, posto que todas as medidas para minorar a questão social³⁹⁷ não só seriam entendidas aquém das necessidades dos

³⁹⁷ Nomeadamente a semana de seis dias (1911), a lei sobre acidentes de trabalho (1913), a lei reguladora do número de horas laborais (1915), a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (1916) e do

trabalhadores e da relevância que estes entendiam ter, ainda que arvoem sempre a bandeira da neutralidade; como viriam alienando progressivamente o apoio da burguesia e radicalizariam ainda mais o antagonismo de alguns grupos – situação ainda agravada pelo recurso à bomba e ao assassinato como armas políticas. À semelhança do operariado russo, também o português se mostraria avesso à participação de Portugal na guerra, fosse porque o internacionalismo anarquista configurava ideologicamente a organização sindical; porque o conflito estava longe e longe de fazer perigar diretamente o país; fosse, finalmente, pela incapacidade republicana de passar ao operariado urbano ou à população rural a mesma conceção das colónias e da necessidade da sua conservação que tão bem funcionara com a burguesia³⁹⁸. Longe das vibrantes manifestações de patriotismo e das concessões ao capital feitas, em tempo de guerra, por outros movimentos operários europeus, o português mantém-se bem contestatário e ativo, como o prova o recrudescimento da atividade sindical entre os anos de 1914 e 1917. O Sidonismo e o 28 de Maio, contudo, deixarão claro que não é contra os sindicatos, ou apenas contra estes, que a I República discute a sua manutenção, mas contra o desinteresse da classe média e do alto funcionalismo público, que, apavorados com a redução do seu poder de compra e a agitação social, vêm fazendo seu o discurso da ordem e da ditadura, tão caro à direita republicana, como a grandes industriais e latifundiários, à Igreja e a monárquicos, cada vez mais dispostos a trocar a questão do regime por um quadro mais favorável.

Mais do que a questão do regime, a dinâmica do assalto ao poder preconizado pelos bolcheviques e pelos militares na Revolução de Outubro e no 28 de Maio, respetivamente, vem colocar a tónica na relação de deslealdade ou indiferença destas forças políticas ou dos grupos que representam para com esse mesmo regime e, em último caso, no carácter da sua ação. Na Rússia, a questão do regime não se põe, como em Portugal, porque os partidos constituintes almejam, antes de mais, alcançar poderes e espaço de manobra perante a coroa, temendo até o vazio de poder que o seu desaparecimento criaria; enquanto aos radicais importa uma completa revolução social, que afinal não imaginam assim tão próxima – à transformação decorrente Revolução de Fevereiro de 1917 não assiste qualquer tipo de comprometimento ideológico ou partidário de monta, mas o vazio de poder criado pela deposição do czar e pela dificuldade em arranjar-lhe um sucessor, face à recusa do seu irmão, o grão-duque Miguel, e à menoridade e doença do *czarevitch*. Em Portugal, a pendência da clivagem religiosa e as intencões monárquicas tornam questionável falar de indiferença das forças

Instituto de Seguros Sociais (1919).

³⁹⁸ Em Portugal, “A UON manteve-se sempre coerentemente hostil à guerra, embora no seu seio convivessem elementos socialistas e sindicalistas-revolucionários, estes em franca maioria. [...] mas não foi a organização sindical portuguesa, mais ocupada na luta reivindicativas de carácter económico, que esteve na primeira linha de luta contra a guerra. Foi o movimento anarquista que, na sua maior parte, a denunciou e condenou.” (Ventura, 2003:290,291). Quanto ao Partido Socialista, reunido em congresso extraordinário a 16 de abril de 1916 para discutir a sua participação na União Sagrada, declara, então, o seu apoio aos movimentos de ordem pacifista, auxiliando o Governo apenas se o território nacional fosse ameaçado. (Nogueira, 1966:198); para mais informação *vide* Oliveira, 1973: 679-702; Arranja, 1981:79, 80; Ventura, 1986:107-125; Ventura,

conservadoras, mas a sua ação nos últimos anos da I República tornam também questionável falar de deslealdade. A República, seja por oposição à Monarquia, seja por se revestir de novidade e possibilidade, goza de apoio mesmo quando algumas das suas instituições e figuras perderam valor; e depois, herdeira de 90 anos de constitucionalismo parlamentar, conquanto condicione a ação das forças conservadoras, não lhes retira nunca o espaço de manobra política, pelo que estas tarde ou cedo percebem que a mudança do regime passará pela criação ou aproveitamento de condições favoráveis. Deste modo, nos dois países, estes grupos acabam, nalgum momento, por deixar para segundo plano as investidas violentas contra o poder, reorganizando uma ação que se quer eminentemente política.

Como os líderes bolcheviques perceberiam, até pelo exílio a que a grande maioria se votara nos primeiros anos da conflagração, que só uma grande derrota e humilhação poderia guiar à guerra civil e a revolução, também as forças conservadoras poderiam conceber que a I República se esvairia nas condições criadas pela crise do pós-guerra, na extraordinária divisão partidária, no esboroamento da sua plataforma de apoio ou na confrontação direta com os sindicatos – a extensão da mudança política para que apontam seria, portanto, distinta e proporcional aos processos revolucionários que conhecem, e, de certa maneira, à sua honra e comprometimento. Em Portugal, as forças conservadoras, porventura fazendo concessões a uma composição heterogénea, prestar-se-iam mesmo a abandonar ou a tornar secundárias algumas das suas mais relevantes pretensões; na Rússia, a irrelevância bolchevique até à Revolução de Fevereiro retirara-lhe a possibilidade de lançar uma intentona ou desenvolver uma atividade política muito alargada, e, no entanto, Lenine deixara sempre claro não estar disposto às concessões a que quaisquer compromissos ou coligações obrigassem – postura que, a devido tempo, se mostraria a sua maior vitória.

O problema parece irrelevante, e contudo, extravasando do domínio puramente político para o religioso, em que igualmente se coloca uma das mais importantes clivagens das sociedades russa e portuguesa, não o é tanto assim, porquanto a já referida ideia de indiferença se reforça na ambiguidade em que as autoridades religiosas, bastião dos valores tradicionais, da ética e da moral, se colocam face às suas alianças tradicionais e aos poderes instituídos; porquanto, também, alerte para o perigo dos modelos de análise histórica sobremaneira atentos a clivagens. Em Portugal, sucessivas vagas de liberalismo haviam achacado o poder e prestígio da Igreja ao longo do século XIX, mas esta era ainda uma das instituições mais influentes do país, controlando estabelecimentos de saúde e de assistência social, centros de investigação, publicações regulares, instituições religiosas e detendo, face ao reduzido número de escolas oficiais, o monopólio do ensino. Ainda durante a monarquia, seria fácil aos republicanos atacar a preponderância do clero pela associação deste às oligarquias governantes. Este objetivo seria exemplarmente alcançado através de uma vasta ofensiva de propaganda e formação popular, beneficiando, ademais, de uma certa tradição de afastamento religioso e até de rejeição da ingerência da Igreja noutros aspetos da vida social e política, particularmente acentuada nos maiores

centros urbanos, mas marcando, essencialmente, uma certa diferenciação cultural entre o sul do país, mais laico, e o norte, mais crente – de facto, erradamente se tem colocado a clivagem religiosa portuguesa ao nível das relações entre o estado e a Igreja, sem notar que o problema se inscreve, também, e com sérias consequências, numa ideia de acentuada continuidade territorial e significativa homogeneidade linguística e cultural em que forçosamente se quer ver o país.

Entrada a República, logo se começava a legislar contra a Igreja, expulsando ordens religiosas, limitando o ensino religioso, nacionalizando as suas propriedades e proibindo quaisquer manifestações públicas. O culto católico ou quaisquer outras atividades da Igreja estavam agora sujeitos à organização e fiscalização governamental. À luz do que então se legislou, dir-se-ia episódica a Lei da Separação de 1911, posto que até no curto espaço que a precedera haviam já sido tomadas medidas no sentido de se obrigar ao registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos, de suprimir invocações e juramentos religiosos, e de legalizar o divórcio. Em 1913, era dado um último passo com a interrupção das relações diplomáticas com o Vaticano. Achacados, mas não batidos, os católicos teriam, até que o Sidonismo lhes viesse repor uma situação mais favorável³⁹⁹, tempo, motivos e ocasiões para organizar melhor os seus núcleos e imprensa, beneficiando quer do início da guerra, quer da crise económica que pronto motivou. Secundarizando a questão do regime, renovariam laços com os monárquicos, ligar-se-iam à alta-finança, fariam reviver inúmeros núcleos católicos e, entre estes, o Centro Académico da Democracia Cristã; finalmente, o lançamento da Cruzada Nun'Álvares e as aparições de Fátima não escondiam a batalha para que se preparavam, conquanto a situação sobrevinda ao Sidonismo fosse já muito diversa da anterior, com os republicanos a aceitar ou mesmo a promover uma coexistência. Ao contrário do que vulgarmente se pensa, o Estado Novo, ainda que consagre o catolicismo como religião oficial, não viria nunca repor nem os bens, nem os privilégios anteriores a 1910⁴⁰⁰.

Mas a perseguição ao clero e aos privilégios da Igreja, logo após a implantação da República, só tem comparação com aquela iniciada com a Revolução de Outubro contra a multiplicidade de cultos e religiões estabelecidos em território russo, mas em que logicamente se destacava a Igreja Ortodoxa⁴⁰¹. Esta representava cerca de 55% da população do território, e tinha – mais ainda desde

³⁹⁹ É revista a Lei da Separação, restabelecem-se as relações diplomáticas com o Vaticano e alguns deputados republicanos acedem às câmaras parlamentares.

⁴⁰⁰ Em carta a Christine Garnier (cit. in Mathias, 1984: 611-613), Salazar resume exemplarmente a relação do Estado Novo com a Igreja Católica: “A questão das relações do estado com as confissões religiosas só oferece especial interesse no que se refere ao Catolicismo, em virtude da organização e sentido universal da Igreja, por um lado, e por outro, de se confessar católica a quase totalidade da população portuguesa da Metrópole. [...] O regime dos cultos é fundamentalmente um regime de liberdade, como é hoje por toda a parte: a Concordata, por seu lado manteve a separação do Estado e da Igreja. Assim, o Estado Português não é confessional, embora reconheça a importância muito especial da igreja católica [...] (*idem*: 611).

⁴⁰¹ Segundo Troyat, no início do século XX, “[...] o culto católico contava com 11.420.000 fiéis (principalmente na Polónia e nos governos vizinhos), o culto arménio-gregoriano 1.600.000 fiéis, o culto protestante 3.743.000 fiéis (principalmente na Finlândia, nas províncias bálticas e nas 'colónias' alemãs do sul da

que as reformas de Pedro, o Grande e as grandes expropriações levadas a cabo no tempo de Catarina a Grande a haviam colocado na dependência direta da coroa, que a compensa com extraordinários subsídios e com a entrega do monopólio do ensino – o carácter de religião oficial. Destarte, quando até a aristocracia ou a alta burguesia a começavam a encarar como um fenómeno de baixa cultura – freio ao desenvolvimento social e económico da Rússia, e a observância dos seus ritos e festas se torna numa formalidade inerente à relação com o monarca, reconheciam o seu papel na arregimentação das almas e na circunscrição de outras crenças e de fenómenos autonomistas ou nacionais. Anichada no czarismo, mas ausente de todas as disputas ideológicas e conflitos sociais, a Igreja Ortodoxa passaria relativamente incólume por todas as agitações até outubro de 1917. Contra a vontade de inúmeros clérigos reformistas, o patriarca Tikhon vem reiterar ao concílio que acabara de o eleger para o Santo Sínodo, naquele mesmo ano, que ao corpo eclesiástico ortodoxo cabia o conforto espiritual das almas. Este seria, contudo, um programa difícil de cumprir.

Cedo as investidas bolcheviques viriam provar que também a neutralidade tem um limite e um preço: no início de 1918, uma encíclica do Santo Sínodo anatematizava não só os bolcheviques, mas todos os que os apoiavam – aos judeus cabiam, conquanto os bolchevistas perseguissem também as suas práticas e religião, uma boa parte das culpas. A resposta não se faria esperar e o decreto “Sobre a Separação entre a Igreja e o Estado” vem restringir a ação ortodoxa, confiscando espaços, ícones e alfaias de culto, suprimindo ou substituindo as festividades e feriados religiosos, e perseguindo e encarcerando vários elementos do clero; paralelamente, os bolcheviques desenvolveriam ações de propaganda no sentido de a desacreditar ou ridicularizar, enquanto, nos espaços já sob o seu controlo, assumiam para o Estado a escolarização. Ao longo dos seguintes anos e de sucessivas campanhas anticlericais, o conflito aberto entre bolcheviques e a Igreja Ortodoxa seria parte da Guerra Civil, que mesmo supera, até 1923, quando os bolcheviques começam a colher os frutos da sua estratégia de sedução dos reformistas, encetada no ano anterior, com a criação de um sínodo concorrente ao de Tikhon. Temendo uma cisão ortodoxa, o patriarca acabaria por cessar as hostilidades, sendo recompensado com a reabertura das igrejas.

A despeito do carácter violento e humilhante das intervenções anticlericais, parece claro que o que importa a republicanos e a bolcheviques não é nunca eliminar a religião da vida das populações, mas restringir a sua preponderância, não só no que isto compreende de choque contra as instituições herdadas do regime que substituem, mas também de possibilidade de criar as condições socioculturais favoráveis à sua própria manutenção. Em Portugal, o intervencionismo social da República, traduzido numa profusão de portarias e leis, não faz perigar mais a posição da Igreja do que a sua omnipresença em inúmeros aspetos da vida política, administrativa e social esvaziam a República do seu ideário e ética. Mais do que uma nova conceção de cidadania, medidas como a concessão da igualdade direitos

Rússia), o culto hebraico 5 milhões de fiéis (principalmente na Polónia e na Táurida), o culto maometano 14 milhões de fiéis (principalmente no Cáucaso e nas províncias de leste), e finalmente existiam pagãos entre as

iguais para ambos os sexos, tanto no casamento como no divórcio, e a proteção dos direitos legais dos filhos, espelhavam uma atitude de divulgação de cultura e de educação popular, complementadas com reformas de instrução e criação de escolas e jardins-escolas, renovação da preparação e carreira do professorado, estabelecimento do ensino oficial e livre nos níveis pré-primário e primário e a sua obrigatoriedade entre os sete e os dez anos, organização de associações, cursos, conferências e concertos públicos e ainda um fenómeno editorial de monta, em que se podia incluir a imprensa. A taxa de analfabetismo, que então rondava os 70%, não diminuiria na proporção que a República augurara e a opinião pública esperara, mas criava-se o enquadramento legal indispensável a uma mudança. Depois, sendo certo que a contínua instabilidade política arrolava uma boa parte dos meios culturais, estes já altamente politizados, Portugal granjeava alcançar, ainda assim, algumas vitórias no domínio das ciências e das artes, que então haviam passado a beneficiar do livre debate de ideias.

Na Rússia, as mudanças introduzidas pelo novo regime achacavam inquestionavelmente os ortodoxos, mas estes estariam longe de ser uma prioridade bolchevique em tempo de guerra se ao menos mantivessem a costumeira neutralidade. Fique claro, porém, que se os bolcheviques faziam da formação escolar e do combate à iliteracia um dos principais pontos do seu programa e ação de governo, era porque sabiam que a sua ideologia e propaganda ficavam ainda a perder para a prédica ortodoxa e velhas tradições e observâncias religiosas e culturais das populações, coadjuvadas pelo elevado grau de analfabetismo, que porém, e contrariamente ao que se pensa, nem era tão elevado como em Portugal – em vésperas da Revolução de Outubro, 43% da população sabia ler, valor que se elevava quase aos 60% entre os homens⁴⁰². Na Rússia, medidas semelhantes às tomadas pelos republicanos portugueses, a fim de promover uma maior igualdade e equilíbrio sociais, eram já defendidas pelos bolcheviques aquando da Revolução ou viriam a atualizar-se e inscrever-se no seu programa, à medida que o processo revolucionário decorreria, tendo em vista objetivos bem definidos. As medidas como o alargamento da formação escolar a todas as crianças e jovens entre os 8 e 15 anos, a generalização da assistência médica e social, a obrigatoriedade do registo civil, e a criação de inovadoras leis de matrimónio, divórcio e aborto assistiam, muito naturalmente, uma intervenção direta e uma intensa atividade legislativa e reguladora exercidas pelo Estado; outras havia, contudo, que beneficiando da legislação, viviam mais do idealismo, do compromisso e da propaganda: a emancipação feminina, por exemplo, já por si tributária da ação de mulheres como Alexandra Kollantai, ilustra a extraordinária extensão de uma transformação que não só veria dar espaço e visibilidade à mulher na sociedade soviética, como absorveria os efeitos da sua independência económica, social e sexual, para choque da moral burguesa ocidental. Ao seu lado, contudo, algumas das ideias republicanas não parecem passar de um exacerbado radicalismo panfletário que não aspirava a mais que provocar ou atentar contra instituições e costumes do regime deposto. Eis a União Soviética, portanto, que a despeito do isolamento internacional dos primeiros anos, da guerra civil, do

tribos finlandesas e adoradores de Brahma na Ásia.” (1973: 80).

apertado controlo estatal partidário, da censura, das perseguições políticas, detenções e do exílios forçados, preparava as realizações a nível científico, tecnológico e cultural, que fariam dela uma das maiores potências mundiais.

Para já, contudo, a Rússia era ainda a Rússia e a República Portuguesa era ainda a primeira, e os dez anos que sobreviriam às revoluções de fevereiro e outubro, até que, em Portugal, chegasse o 28 de Maio, contam-se adiante, no decurso da análise da imprensa que os recebe e representa e deve, à luz da comparação ora levada a cabo, e da resenha das relações diplomáticas entre Portugal e Rússia a apresentar seguidamente, ficar um pouco mais clara.

1.2 Relações diplomáticas entre Portugal e Rússia

Julga-se aqui oportuno rever os contactos diplomáticos, culturais e comerciais entre Portugal e a Rússia desde o momento em que foram estabelecidos, ainda no século XVI, até aos dias de hoje. Passar-se-á por alguns momentos essenciais, como a sua oficialização, em 1779, a abertura e alargamento do século XIX, o esfriamento já no contexto da Guerra Russo-japonesa, o estabelecimento da I República Portuguesa e o abandono a que foram votados no seguimento da Revolução de Outubro de 1917 e retomados com advento do marco democrático, em 1974. A elaboração de uma cronologia ou análise está longe de constituir o cerne desta curta exposição, que não mais pretende que descrever o teor das relações entre os dois países, no que isso poderá informar das próprias representações da Rússia, depois União Soviética, formuladas em Portugal.

Uma vez mais, a historiografia nacional é parca em obras objetivamente centradas nas relações dos dois países ao longo do século XX, destacando-se apenas a obra *Relações entre Portugal e a Rússia: séculos XVIII a XX* (1999), organizada pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e uma ótima entrada de Bernardo Fatcher Pereira⁴⁰³ sobre o tema no *Dicionário de História de Portugal*; mas são frequentes as referências à Rússia em quase todos os estudos gerais sobre história diplomática portuguesa do século XX, como *Linhas gerais da história da diplomática em Portugal* (1927), de Pedro Azevedo; *Sinopse cronológica de história diplomática portuguesa* (1984) e *Para uma bibliografia da história diplomática portuguesa* (1989), ambas de Fernando de Castro Brandão; *Coordenadas da história diplomática de Portugal* (1981) e *História Diplomática de Portugal* (1986), ambas de Pedro Soares Martínez; ou *Breve História Diplomática de Portugal* (1990), de José Calvet de Magalhães. Contudo, é lícito pensar que o vigor daquelas mantidas essencialmente ao longo dos séculos XVIII e XIX produziu um *corpus* amplo e ademais atento aos distintos momentos e cada vez mais alargado com novos contributos lusos e também russos. Sobre os tratados e alianças militares e comerciais vejam-se, por exemplo, *Tratado de amizade, navegação, e commercio*

⁴⁰² Pipes, 1996: 329.

⁴⁰³ Pereira, 2002: 555-558.

renovado entre Portugal e a Rússia, e assignado em Petersbourgo aos 16 de Dezembro de 1798 (1800); *A política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia* (1974), de Manuel de Castro Brandão; *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII* (1979), obra preciosa e fundamental de Rómulo de Carvalho; *Do Porto ao Báltico, 1780, Achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia*, de Victor de Sá e Gaspar Martins Pereira (1990); *A ideia da Europa em Portugal na época de D. João V: comércio, diplomacia e visionarismo num projecto português de aliança com a Rússia de Pedro o Grande* (2000), de João Miranda.

Também o período das guerras napoleónicas oferece uma ampla produção centrada na Rússia, quase toda publicada, note-se, pela Imprensa Régia: *Noticias authenticas da união, e paz da Turquia com a Russia, e declaração destas duas potencias contra a França* (1809); *Relação da importante noticia da declaração da guerra da Russia contra a França, e da derrota que tem sofrido os francezes na Hespanha, e ultimamente em hum combate junto a Peniche, em que os nossos ficarão victoriosos* (1810); *Noticia sobre a guerra da Russia contra a França* (1811); *Noticias sobre a guerra da Russia: extrahidas dos papeis periodicos de Inglaterra* (1812); *Amigaveis conselhos que manda o pax vobis a Napoleão para o salvar dos apertos em que está na Russia* (1813); *Testamento que fez o D. Quixote da França, antes de partir para a sonhada conquista da Russia* (1813), de José Daniel Rodrigues da Costa. Aqui, importa notar que as duas campanhas de Gomes Freire de Andrade na Rússia acenderam também a discussão e a produção bibliográfica no inicio do século passado, vindo a prelo artigos e obras como "Gomes Freire de Andrade", de Barbosa Colen; "Dia de S. Traidor - A revisão de um processo", de António Sardinha; *1817 - A conspiração de Gomes Freire*, (1917, 1922), de Raul Brandão; *Gomes Freire na Rússia* (1917, 1918), de António Ferrão e *Gomes Freire na Rússia: crítica ao livro do Snr. A. Ferrão* (1918, 1919), de José Manuel de Noronha, entre muitas outras.

Depois, qualquer estudo das relações entre Portugal e a Rússia pode ser complementado pela informação histórica apresentada no *site* da embaixada deste país em Lisboa e por alguns outros estudos desenvolvidos logo a partir dos anos 70, no contexto da abertura democrática e da retoma dos contactos diplomáticos entre os dois países – uma grande parte foi já apresentada na primeira parte desta tese. Mas ressalve-se ainda devidamente o trabalho que a Associação de Estudos Ibero-Eslavos – Compares tem vindo a desenvolver no contacto entre investigadores ibéricos e eslavos e divulgação dos seus estudos nos dois colóquios internacionais já realizados e na publicação das atas, entre as quais se podem encontrar mesmo alguns dos artigos que serviram de fonte a esta nota histórica: entre os já publicados, destaca-se “The Historians of the Kiev University and Iberian Researches (End 19th – Beginning 20th Century) (2007), de Sergey Mikhalchenko; ainda por publicar, estão outros como “O Mito da União Soviética em Portugal”, de António Ventura, “A Rússia Comunista Vista e Vivida por Portugueses (1917-1929), de Ernesto Castro Leal, “Myths and Knowledge about Portugal and Spain in Russian Public Opinion”, uma vez mais de Sergey Mikhalchenko, “Giovanni Carlo e Carlo Galli: a Família Bibien na Corte Lisboaeta e Russa no Século XVIII”, de Aline Gallasch-Hall e “Os Velhos: Uma família Portuense na Rússia (séc. XVIII-XX)”, de José Manuel Milhazes Pinto. Como também se

indicou já oportunamente, há ainda algumas referências literárias portuguesas que muito poderiam informar das representações da Rússia no imaginário português ao longo dos últimos três séculos.

O estabelecimento de relações diplomáticas, em 1779, não vem alterar sobremaneira a natureza das relações já existentes entre Portugal e a Rússia, que remontavam já ao século XVI. O caso da família Vaaz, abastados comerciantes portugueses estabelecidos na Rússia, de onde geriam o seu negócio de importação de vinhos, é bem exemplificativo de alguma vitalidade. Mas invoque-se a figura de António Manuel Luís Vieira, amigo que Pedro, o Grande, fizera em Londres e levava até ao generalato russo e à chefia da Polícia de São Petersburgo, e que, caindo em desgraça após a morte do czar, é deportado para a Sibéria, onde virá a falecer. Invoque-se, igualmente, o General Gomes Freire de Andrade, por duas vezes na Rússia, quer em serviço de Catarina II, de quem receberia não só os maiores louvores pelo desempenho na campanha de guerra de 1788-1789 contra a Turquia, mas também simpatias, a que não poucos historiadores têm associado os desentendimentos com o Príncipe Potemkin, favorito da czarina; quer ainda na “Legião Portuguesa” criada por Junot para auxiliar Napoleão na sua campanha russa. Recorde-se a correspondência e obras entre a Academia Imperial das Ciências de São Petersburgo e a Academia Real da História Portuguesa na década de trinta do século XVIII e para que tanto contribuiu o médico António Ribeiro Sanches, por 16 anos radicado na Rússia ao serviço da corte real daquele país; invoquem-se igualmente as atuações que, entre 1784 e 1788, trariam a cantora Luísa Todi⁴⁰⁴ à corte de Catarina II, e entretanto retribuídas com o concerto de Antonio Logli, músico da imperatriz russa, em Lisboa. Lembre-se ainda Juliana Luísa de Oyenhausen (1782-1864), filha da marquesa de Alorna, que casaria em 1828 com Grigory Stroganov e viveria cerca de quarenta anos num dos mais célebres palácios da Avenida Nevski.

A chegada a São Petersburgo, a 20 de outubro de 1779 do primeiro embaixador português na Rússia, Francisco José Horta Machado, e o estabelecimento de relações diplomáticas permanentes assinalará um alargamento de relações que, em verdade, haviam já começado e estavam longe de ser meramente comerciais, embora essa tivesse sido sempre a sua face mais visível. Ainda em 1724, o governo português remetera a Pedro I uma proposta de oficialização do comércio entre os dois países, a que o monarca responde com uma diretiva sobre o envio para Lisboa de um cônsul encarregado – Portugal, então apostado no seu próprio comércio colonial, comprava com sal, frutas, vinhos, cortiça e azeitonas, as madeiras e resinas para renovação da sua frota. O encarregado, um alemão de nome Johannes Borscher, chegaria, mas só em 1769, e a sua prioridade era ainda assistir às necessidades da esquadra russa do Mediterrâneo. Os seus sucessores, embaixadores ou cônsules-gerais, teriam já poderes mais alargados, o que se traduziria na celebração, embora quase sempre por iniciativa russa, de alguns contratos bilaterais, como o *Tratado de Neutralidade Armada* de 1782, e o *Tratado Comercial* de 1787. De maior importância se revestirá, no atribulado cenário político de então, o *Tratado de Aliança para a Defesa Russo-Português*, assinado em São Petersburgo em 1799 e no qual se

⁴⁰⁴ Catarina II presenteá-la-ia com uma coleção de joias que se perderia no desastre da Ponte das Barcas (1809).

previa a obrigação de apoio mútuo em caso de agressão inimiga.

Mas as relações conhecerão um incremento também ao longo de todo o século XIX. Procurando, discretamente, sacudir o jugo da influência estrangeira e definir os seus domínios coloniais face às pretensões da Inglaterra e da França, Portugal conferia vagas vantagens mercantis à Rússia nos portos nacionais a câmbio do seu apoio diplomático. A assinatura, em 1851, de um novo tratado comercial, dará mesmo início a um período áulico nas relações entre os dois países – assinalado pela importância de que se revestia a visita de um navio da armada russa a Portugal em 1885, no contexto das Conferências de Berlim, mas de igual modo assinalado pela correspondência entre o grande vulto da literatura russa, Lev Tolstói, e algumas individualidades da intelectualidade lusa⁴⁰⁵, como Jaime Magalhães Lima, cuja visita ao mestre relata em *Cidades e Paisagens* (1889) – e a que só a deflagração da guerra russo-japonesa, em 1904, poria termo. Em face do conflito, Portugal declarava a sua neutralidade, mas fechava também, sob pressão inglesa, os portos nacionais à marinha russa em trânsito para a guerra.

A despeito dos onze consulados que a Rússia mantinha em Portugal, as relações tenderiam então a declinar, então, até ao ponto em que seriam retomadas já último quartel do século XX. Tal situação seria tributária da parca representação portuguesa na Rússia e do mau desempenho dos cônsules, vulgarmente recrutados entre estrangeiros, que o império do czar mantinha em Portugal. Depois, dá-se no país a mudança de regime: Afonso Alcino de Castro, titular da legação portuguesa em São Petersburgo, pede a exoneração; a Rússia pondera, logo pelo final de 1910, a hipótese de uma intervenção contra a República, com o apoio da Alemanha; só um ano após a sua implantação, a República Portuguesa obteria o reconhecimento de Nicolau II, num decreto de 27 de setembro de 1911, efetivado a 3 de julho de 1912, quando Jaime Batalha Reis se instala em São Petersburgo e o ministro russo, Petr Baktine, apresenta as suas credenciais em Lisboa. O já pequeno volume de negócios entre os dois países, cerca de 1,8% do comércio externo português, tem, ainda assim, tempo de se ressentir com o momentâneo corte diplomático. Por outro lado, já o assassinato de Alexandre II, em 1891, e a Revolução Russa de 1905 haviam despertado uma parte da sociedade portuguesa para as enfermidades da autocracia czarista⁴⁰⁶. Factos que seguramente marcariam as relações e imagens que toda uma geração de republicanos teria da Rússia e que seguramente se refletiria, desfeitas as dúvidas quanto à manutenção russa na Guerra, na simpatia com que o meio diplomático e político e também a imprensa republicana receberiam os sucessos e a abertura que a Revolução de Fevereiro parecia preconizar.

Este trabalho, atendo-se especificamente às representações do processo revolucionário de

⁴⁰⁵ Ventura, 1981a: 42. Mais tarde, também Kropotkine manterá correspondência com alguns admiradores portugueses, denunciando um conhecimento razoável de Portugal e da situação portuguesa (Freire, 1981: 64-69); Lenine, viu-se já, fará também algumas referências importantes a Portugal. Sobre este assunto, veja-se Efimov, 1978: 117-135; Vidigal, 1981: 10-19; Morgadinho, online..

⁴⁰⁶ *Vide* Ventura, 1981a: 40-49.

outubro, não deixará de atentar nos ecos daquele primeiro momento do convulsionado ano de 1917, esperando complementar a extraordinária descrição e análise que Palminha Silva e João Medina⁴⁰⁷ fariam da correspondência de Jaime Batalha Reis. É pois no decurso da Revolução de Outubro e de “dez dias que abalaram um diplomata português” – como Silva subintitula, acintosamente, a sua obra – que a missão diplomática nacional abandona a Rússia e qualquer intento de reconhecer a república dos soviets. Quanto à “derradeira missão do último ministro russo em Portugal”, escreve Carlos Santos, foi tentar o salvamento do czar e de sua família, dirigindo-se para isso aos chefes políticos das nações aliadas, mediante aturada correspondência, que jamais obteve qualquer resposta⁴⁰⁸. Terminados assim os seus trabalhos, o ilustre diplomata retirou de Lisboa e de Portugal jamais voltou a corresponder-se com Petrogrado ou Moscovo”. No contexto da Guerra Civil Russa, Portugal teria ainda tempo de reforçar as suas relações diplomáticas no Báltico, nomeadamente com a Finlândia, Estónia, Letónia e Polónia, no sentido de alargar do seu comércio. Até ao 28 Maio, mormente a partir de 1924, com o reconhecimento oficial britânico, amiúde se falava na imprensa de uma aproximação à União Soviética, mas a mesma deixava claro que Portugal não poderia aceitar um governo bolchevique, tão contrário à moral e costumes nacionais, nem perdoar a traição de Brest-Litovsk ou a crise financeira dos anos vinte, que parecia imputar tanto à Alemanha como à União Soviética. Veríssimo Serrão escreve que “Houve em Portugal algumas tentativas no mesmo sentido, da parte do deputado João Camoesas, que propôs no parlamento o restabelecimento das relações com o Governo bolchevique.”, mas que Domingos Pereira, que tão competentemente sanara as relações entre a I República e a Santa Sé enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, interviera dizendo que “O governo português, na hora própria, cumprirá o seu dever reconhecendo a República Russa, mas será apenas na hora própria”⁴⁰⁹; mais cedo, porém, se fina a I República, sem que mesmo o governo “das esquerdas” de Domingues dos Santos a reconheça a União Soviética.

Procedimento semelhante se esperaria da Ditadura Militar ou do Estado Novo: o corte das relações diplomáticas, conquanto se mantivessem as transações comerciais⁴¹⁰ entre os dois países, mas asseguradas através de terceiros, manter-se-ia até ao estabelecimento do marco democrático. No entanto, por mais de meio século e apesar da ausência de relações diplomáticas, seriam inúmeros os incidentes e conflitos, bem como as tentativas de restabelecer as relações diplomáticas. Bernardo Futcher Pereira escreve que “A hostilidade à União Soviética foi ponto fixo e cardeal da política externa de Salazar e elemento essencial da sua cruzada contra o comunismo; Salazar cedo compreendeu que o comunismo, por ser apoiado, instrumentalizado e dirigido por um Estado, era, de

⁴⁰⁷ Silva, 1984; Medina, 1984.

⁴⁰⁸ Santos, 1928:454.

⁴⁰⁹ Serrão, 1990: 78.

⁴¹⁰ Futcher Pereira (2002: 557) escreve: “Em meados dos anos 60, foram também entabuladas conversas para o estabelecimento de relações comerciais com a Polónia, Hungria, Checoslováquia e Roménia, chegando a ser firmado um acordo comercial com este último país em 1967. Quanto à União Soviética, era sabido que se estabelecia de cortiça portuguesa através de países terceiros”

todos os movimentos revolucionários, o único verdadeiramente perigoso”⁴¹¹. Se o compreendeu tão rapidamente como pretende Fatcher Pereira, só a Guerra Civil Espanhola impõe, porém, um verdadeiro retorno ao anticomunismo das suas conferências do princípio da década de 20. Quando, a 22 de outubro de 1936, Portugal anuncia o corte das relações diplomáticas com o governo republicano de Madrid, fá-lo acusando a União Soviética “[...] de ter provocado a eclosão da guerra e de intervir ativamente no desenrolar da mesma.”⁴¹² – de facto, já em agosto, Salazar condicionara a subscrição portuguesa ao Acordo de Não-Intervenção à adesão soviética – a União Soviética responderá propondo o bloqueio marítimo dos portos ibéricos, mas é aos navios soviéticos que se fecham a partir de então os portos nacionais, inviabilizando a sua participação no controlo portuário que ela mesma propusera. Desde então, Salazar passa a entrever na preparação de um novo conflito mundial uma possibilidade de refrear ou mesmo eliminar a poderio soviético e é justamente nesse sentido que irá orientar a sua política externa, caindo, por vezes, numa ostensiva defesa da Alemanha: desiludido, primeiramente, com a declaração de guerra inglesa (1939) e, depois, com a inviabilidade de uma negociação de paz e com a integração soviética no grupo aliado, insistirá ainda, pelo final da guerra, na unificação alemã e na manutenção de algum dos seu poder militar por forma a assegurar a defesa europeia contra uma investida soviética⁴¹³.

No contexto do pós-guerra, não faltarão oportunidades para que Portugal continue a mostrar o seu repúdio pela política soviética – a nível externo, o anticomunismo do regime granjeava-lhe a simpatia de alguns aliados de peso, como os Estados Unidos da América ou a Inglaterra, que indubitavelmente coadjuvaram alguns dos seus sucessos internacionais, como a entrada na NATO (1949), integrando o grupo das democracias ocidentais vencedoras da II Grande Guerra, e também na EFTA (1959). Com a ONU, porém, a situação mostrar-se-ia mais complicada – conforme se opusera, em 1934, ao ingresso da União Soviética na Sociedade das Nações, também esta veta a sua entrada, até 1955, nesta organização. A polémica gerada em torno da natureza do regime português e do seu império colonial deixam claro que o país está longe de ser um simples espectador na bipolarização mundial e que deve prover, a despeito de ideologias, à defesa dos seus próprios interesses, entre aliados e inimigos. Explica-se, assim, que apesar de se deixar atrair à influência e proteção das potências ocidentais, o país continue a sentir atacados seus interesses e posições, não se furtando a alguns conflitos; explica-se, também, que apesar de secundar as posições afro-asiáticas contra o imperialismo português, seja na questão de Goa (1961-1962), seja nas colónias africanas, a URSS tente, por mais de uma vez, encetar contactos diplomáticos com Portugal.

Em carta pessoal para Salazar, datada de 16 de novembro de 1963, Marcello Mathias, então embaixador em Paris, descreve a abordagem do homólogo soviético Vinogradov, que lhe sugere um

⁴¹¹ Pereira, 2002:555.

⁴¹² Pereira, 2002:556.

⁴¹³ Pereira, 2002:556.

reconhecimento mútuo e o restabelecimento de relações diplomáticas⁴¹⁴. Por carta, Mathias fará um relato da conversa a Salazar, que lhe responde, a 27, dizendo que discutira a questão com o ministro do negócios estrangeiros, Franco Nogueira, que “[...] pensa há muito tempo que devíamos causar um pequeno ou grande dissabor aos americanos jogando um pouco com os russos”. A opinião de Salazar, no entanto é bem distinta: “Por mim, continuo a temê-los [...] tenho uma vaga desconfiança de que entre os dois potências [URSS e EUA] se fez um novo Ialta acerca do continente africano.”⁴¹⁵. Depois, em *O 25 de Abril - Uma Síntese, uma Perspectiva*, o jornalista Mário Matos e Lemos dá conta de algumas investidas, como a abordagem, em 1965, do encarregado de negócios, António Pinto da França, pelo embaixador da URSS, numa reunião em Jacarta, ou logo no ano seguinte, com o representante português em Beirute. Fora também de Matos e Lemos a notícia dada a grossa parangona no DN, a 4 de setembro de 1965, de que o Benfica jogaria na URSS, surpreendendo as vulgarmente zelosas autoridades políticas. Uma a uma as propostas de aproximação eram recusadas por Salazar, a cujo afastamento político logo seguiu a visita de Amália ao país dos soviéticos, em maio de 1969, conquanto a “primavera marcelista” não alterasse sobremaneira a situação. Como bem nota Futecher Pereira, “[...] nos últimos anos do Estado Novo, o isolamento internacional de Portugal tornava a hostilidade à União Soviética um fator de carácter mais ritual que operativo na política externa portuguesa.”⁴¹⁶.

A completar este ponto, talvez importe notar que o primeiro embaixador português na União Soviética no pós-25 de Abril, Mário Neves, fora diretor adjunto do *Diário de Lisboa* e de *A Capital* – interessante, sem dúvida, porque se justificava, de algum modo, o muito que a imprensa contribuíra, cerca de meio século antes, para uma má recepção, representação e divulgação daquele país e do processo revolucionário que então experimentava. Quaisquer que fossem os efeitos desse processo em Portugal ao longo de parte da I República, primeiro, e da ditadura, depois, muito tinha mudado.

2. A imprensa portuguesa na I República

2.1 Uma imprensa em mudança

O fenómeno da imprensa moderna é essencialmente tributário de algumas mudanças ocorridas ou consagradas ao longo do século XIX: o crescimento dos efetivos humanos e as transformações socioeconómicas possibilitam-lhe um aumento de leitores; a revolução industrial facultava-lhe os meios técnicos; finalmente, o liberalismo confere-lhe os fundamentos jurídicos. Explicar como cada um ou a totalidade destes processos se desenvolve ou articula está longe de ser o objetivo deste trabalho, mas

⁴¹⁴ Mathias, 1984: 473,474,643-646.

⁴¹⁵ Mathias, 1984: 477.

⁴¹⁶ Pereira, 2002: 558.

tão-pouco lhe ficar a perder de vista a ideia de que essa imprensa portuguesa produzida entre 1917 e 1926 vem ainda sulcando os trilhos da imprensa oitocentista, o que explica uma boa parte das motivações, para além dos modelos ideológicos e discursivos.

No primeiro quartel do século XX, a imprensa portuguesa dá continuação a esse processo de reorganização económica da imprensa, levando não só ao aparecimento de inúmeros jornais de informação geral, geridos por empresas e dependentes das vendas, publicidade e capitais anónimos, como a profundas alterações nos periódicos ideológicos, ligados a partidos políticos ou a outros grupos de interesse. Tardio em relação a outros países europeus, é um processo incompleto pela elevada taxa de analfabetismo e reduzido número de leitores; pela urbanização deficiente, mais agravada pela inexistência de cidades médias; pela inexistência, na província, dos meios económicos e publicitários para manter um jornal diário; ainda pela situação política convulsa dos últimos anos da Monarquia e a que República não vem pôr fim⁴¹⁷. Não é um processo que distinga entre imprensa urbana ou regional, ou entre folhas generalistas e ideológicas, mas uma mudança por quase todos almejada, dando brado das vastas transformações organizativas, morfológicas e tecnológicas, a que só por falta de recursos económicos se esquivam – é, portanto um processo que traz à imprensa portuguesa uma profusão de jornais com um modelo misto e que, afinal, tão bem retrata as indefinições da imprensa e sociedade portuguesas daquele período.

2.1.1 Novos géneros jornalísticos

No conjunto das transformações assinaladas, desde logo se impõem divisões entre o trabalho da administração e da redação, bem como um aumento da variedade, complexidade e especialização de cada uma das funções desempenhadas, conferindo aos profissionais de imprensa uma maior consciência de classe com uma ação reivindicativa de melhores condições laborais e formação técnica. No entanto, nem a administração nem a redação de um jornal chegam vulgarmente às páginas, pelo que para a grande maioria dos leitores as mudanças passam essencialmente pelos conteúdos e por inúmeras melhorias gráficas.

Sem descurar a orientação do jornal, procura-se agora ir ao encontro dos interesses dos leitores, introduzindo novos géneros, suprimindo ou aligeirando outros. É assim que, logo na primeira edição, o *Diário de Notícias* defende que “Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica” (29/12/1864:1), rompendo, portanto com aquela que vem sendo a imagem de marca do jornalismo nacional. No entanto, o género da crónica, a que cedo ou tarde acaba por ceder lugar, continuará reservado a velhos jornalistas “de tarimba” – como Navarro, Mayer Garção, Nemo,

⁴¹⁷ Matos e Lemos por exemplo, não hesita em afirmar que “[...] no princípio do século XX a imprensa diária portuguesa não havia saído da etapa histórica do jornalismo ideológico, dos diários de opinião.” e que “Quando, nos países mais avançados em termos de imprensa, já os diários informativos predominavam, ainda em Portugal os diários ideológicos lutavam por se impor num meio que, no entanto, lhes era cada vez mais indiferente.” (2006: 72).

etc. – que assim têm tempo e recursos para brilhar nas suas análises.

Mais do que veicular opiniões, porém, os jornais pretendem ser informadores do seu tempo, concorrendo abertamente por nova matéria noticiosa, não só alargando os seus interesses, como requerendo uma especialização cada vez maior dos jornalistas. É neste contexto, e ainda coadjuvados pela generalização do uso da fotografia, que se vão afirmando tanto o género da reportagem como o repórter, a que não importa mais o estilo do que a necessidade de reportar os factos, dando conta do que permita ao leitor reconstituir situações sem sentir o crivo do transmissor. Em Portugal destacam-se alguns repórteres, como Almada Negreiros ou Reinaldo Ferreira.

Mas nem só a reportagem faz moda e também a entrevista, já generalizada no modelo anglo-saxão, começa a ser valorizada na imprensa portuguesa, porquanto se trate de testemunho direto, ainda que relativamente condicionado pelo próprio teor das perguntas. No entanto, as indefinições experimentadas ainda por esta época e a parcialidade da grande maioria dos jornalistas, mesmo involuntária, determina a sua confusão com outros géneros.

Já o inquérito espera mais tempo para se generalizar na imprensa portuguesa, sendo, depois, um género sacrificado, pois que dele fazem recurso os jornais em períodos de vazio informativo. Dentro do que então se designa por inquérito, cabem as investigações a pessoas e instituições, pomposamente designadas por *enquêtes*, como se o galicismo desse credibilidade ao que geralmente não vai além de uma campanha noticiosa cujas motivações, nem sempre claras, escondem um qualquer libelo entre os grupos de interesse por detrás das empresas jornalísticas; mas cabem igualmente os concursos de beleza e de montras, que assinalam, a par do *sport*, dos espetáculos, dos folhetins literários, das páginas femininas, infantis, de turismo, de agricultura, e de higiene e medicina, essa feição cada vez mais popular do jornal.

2.1.2 Transformações morfológicas

No que respeita ao grafismo, a profusão de um maior conteúdo noticioso, associada ao desenvolvimento dos meios de comunicação e do estabelecimento de agências de informação, guinda a um aumento da superfície do jornal, tanto pelo número de páginas, como pela sua dimensão. A fechar o século XIX, Brito Aranha informa que, em obediência aos “caprichos e conveniências particulares de editores e autores”, os diários políticos têm um formato de 48x34cm, 54x35cm ou ainda 58x42cm, que as publicações especializadas são publicadas *in-quarto* ou *in-octavo*; e os grandes diários podem atingir o formato 72x51cm⁴¹⁸. Já no lapso em estudo, a dimensão média de quase toda a imprensa afina pelos 56x40cm, fenómeno seguramente decorrente de não serem assim tantos os jornais com oficinas próprias, nem tantas as oficinas com capacidade para imprimir um jornal, saindo tempo e custos rentabilizados pelo acerto. Varia, no entanto, o número de páginas, em função dos recursos de cada jornal: aos grandes rotativos, como o *DN*, o *Século*, o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro*

de Janeiro, são comuns as oito páginas (18000cm²)⁴¹⁹, extensíveis a doze ou a dezasseis nalgumas edições especiais ou de fim-de-semana, ou a uma segunda edição diária ou à manutenção de uma edição noturna. A vasta maioria, porém, fica-se apenas por quatro páginas.

Quando os jornais começam a transbordar de informações, opiniões, folhetins e publicidade, não basta apenas redimensioná-lo apenas, mas reorganizá-lo. Destarte, sem romper com a rígida divisão em colunas, reduz-se o seu número, alargando-se as restantes⁴²⁰ e introduzem-se caixas. Isto permite não só uma reorganização dos conteúdos na folha, como lhes confere uma maior dinamismo e horizontalidade, que, a par de uma substituição de linótipos ou de uma maior e melhor utilização da titulação, muito facilitam a leitura. Para além disto, sendo a introdução de novos géneros jornalísticos a expressão de um tratamento de especialidade dado às mais distintas áreas, quase toda a informação passa a contar com um espaço e uma imagem próprios, enquanto a publicidade, antes amontoada numa das páginas, passa a permear também a mancha noticiosa, e os folhetins literários caem sobre os rodapés, donde os recortam, os leitores fidelizados com a boa inovação francesa importada pelo *Século*. Finalmente, é a fotografia que se vulgariza face à gravura, não só porque se supera uma boa parte dos problemas técnicos associados à sua utilização⁴²¹, mas porque as potências beligerantes passam, com o início da guerra, a disponibilizar gratuitamente⁴²² muito material fotográfico publicável⁴²³, e ainda porque a Havas começa, em meados da década de vinte, a oferecer um serviço de reportagem gráfica – uma prova, porém, de que os seus custos continuam elevados é a utilização e publicação simultânea, por vários jornais, de uma mesma foto, ou até a sua reutilização extemporânea.

Já conhecidas da imprensa nacional, muitas destas inovações só se vêm a generalizar no contexto da conflagração mundial, seja pela profusão e demanda noticiosa, seja por um maior contacto com as congéneres europeias. No entanto, é mesmo ao longo desse conturbado primeiro quartel do século XX que os jornais portugueses assinalam uma extraordinária progressão qualitativa. Por outro

⁴¹⁸ Aranha, 1900: 34.

⁴¹⁹ É de notar que María Cruz Seoane e María Dolores Sáiz (1990) situam, em 1915, a superfície média dos grandes diários de Madrid nos 8000cm². A média nacional suplantava este valor em quase meia página e os grandes diários informativos chegavam a duplicá-lo, dando bem conta da vitalidade da imprensa portuguesa.

⁴²⁰ Os jornais nacionais eram, até então, publicados a oito, sete ou seis colunas. Com a entrada de Portugal na Guerra, quase todos irão suprimir, pelo menos, uma coluna.

⁴²¹ Em Portugal, parece vulgarizar-se, pela década de 20, a utilização doméstica da fotografia, sendo muito frequentes os anúncios publicitários a algumas marcas de material fotográfico.

⁴²² Tal divisão entre aliadófilos e germanófilos não parece atingir, muito em função dos interesses nacionais, a proporção que o mesmo fenómeno atingiria em Espanha, onde um financiamento direto era claramente perceptível ao nível dos grandes jornais nacionais e dos distintos grupos políticos (Seoane e Sáiz, 1990: 215-222). No entanto, a proclamação de António Sardinha – “A nossa salvação, Latinos, está na nossa derrota.” – e o grande ramo de rosas com que o industrial Alfredo da Silva agraciava a esposa do ministro plenipotenciário da Alemanha, aquando do seu regresso à pátria na sequência da declaração de guerra (Carvalho, 1977: 77), deixavam perceber que o conflito passava por uma divisão da sociedade portuguesa.

⁴²³ Note-se, no entanto, que a imprensa portuguesa conhece já duas boas publicações gráficas no *Diário Ilustrado* (1872-1911) e na *Ilustração Portuguesa* (1880-1978).

lado, ainda, é impossível conceber que o lucro granjeie uma maior independência aos grandes rotativos, mas tampouco se poderá afirmar que por menor financiamento se esquivam aqueles ideologicamente comprometidos (a grande maioria) a compreender e a empreender as mudanças necessárias à sua permanente atualização gráfica. A publicação do semanário *ABC*, em 1920, e do *Diário de Lisboa*, em 1921, são bem a evidência desse avanço – o apurado grafismo, a acumulação de colaborações prestigiadas entre diversas individualidades da cultura nacional, o formato reduzido e de fácil leitura (41x28cm a quatro colunas) e até o tipo de papel utilizado juntam-se aqui para dar forma a uma nova atitude e a uma nova realidade do jornalismo nacional.

2.1.3 Transformações tecnológicas

Chegar a um público cada vez mais amplo, porém, não impõe apenas profundas mudanças morfológicas, mas também um aumento da produtividade, também decorrente de melhorias tecnológicas. No período em estudo, são a utilização das prensas rotativas e a substituição do vapor pela eletricidade que cada vez mais distinguem entre a obsoleta oficina gráfica e tipografias moderna; no entanto, é difícil determinar quantas oficinas funcionam, mesmo pelos anos vinte, a energia elétrica ou quantas não dispõem sequer de rotativas. O facto de alguns jornais assinalarem, por essa altura, que a sua maquinaria funciona a energia elétrica, é um bom indício de que a de outros pode funcionar a vapor⁴²⁴. Quanto a rotativas, a sua entrada em Portugal parece fazer-se sem grande atraso relativamente a outros países europeus⁴²⁵ – mais do que uma maior velocidade, a rotativa representa todo um conjunto de melhorias: o papel, exclusivamente elaborado a partir de pasta de madeira, é usado em bobines e a composição é mecanizada, recorrendo à linotipia e monotipia; a tinta é produzida industrialmente. Finalmente, a introdução do fotogravado e do fotozincogravado, no início do século XX permite já atingir uma superior qualidade de impressão. Não dispondo todos os jornais de oficina própria⁴²⁶, a qualidade e quantidade da maquinaria e do produto tornam-se fatores essenciais à sobrevivência e diferenciação entre a imprensa.

⁴²⁴ Depois, o relatório da visita de Henrique Correia às oficinas do *Século* informa que, a despeito da qualidade da maquinaria, não era fornecida energia elétrica para que funcionasse regularmente (1912: 11,12). Em 1926, o *Notícias d'Évora* ainda dava conta, na primeira página, que o jornal era impresso a energia elétrica!

⁴²⁵ A rotativa de Marinoni foi inventada em 1865; a primeira introduzida em Espanha, em 1875, pertencia ao *El Imparcial* (Sánchez Aranda e Barrera del Barrio, 1992: 36). Em 1903, o DN substituiu a sua rotativa anterior por uma para jornais de doze páginas; em 1910 substituiu-la por outra com capacidade para 16 páginas (Lemos, 2006: 262). Em 1903, o jornal *O Século* possuía já uma rotativa a cinco cores (*idem*: 555).

⁴²⁶ Não importando aprofundar a questão, talvez seja possível pensar que o relativo equilíbrio que existiu em Portugal, e até há década de oitenta do século XX, entre imprensa matutina e vespertina (Lemos, 2006: 650) se deva ao facto de muitos jornais não terem oficinas próprias e à necessidade de rentabilizar as existentes.

2.2 Ganhos e gastos da imprensa

2.2.1 Preço de venda dos jornais

Um jornal possui algumas fontes de receita, como a publicidade, o aluguer dos seus serviços e oficinas gráficas para todo o tipo de impressões, e até os patrocínios e inúmeras outras subvenções pagas a troco de um qualquer serviço⁴²⁷. Para o período em questão, no entanto, a maior fonte de receitas de um jornal é a sua venda avulsa ou por subscrição, ainda que seja difícil traçar a evolução dos valores e o seu peso nas contas de um jornal, posto que, ao contrário de outros países, os governos da I República não parecem ter um grande interesse na regulamentação os preços, quer por lhes cumprir já a importação e fornecimento papel⁴²⁸, quer porque uma taxação dos jornais em função do número de páginas apenas favoreceria o aparecimento de grandes formatos. As exceções conhecidas⁴²⁹ partem mesmo das associações de empresas jornalísticas e visam quer cercear os custos associados à importação de papel, quer tabelar e uniformizar por cima o preço dos jornais: por um lado, um aumento mostra-se desvantajoso para jornais com duas páginas, pois que não podem cotejar os de quatro, vendidos ao mesmo preço; por outro, os ardinas só apregoam os jornais mais caros, por ser maior a sua comissão⁴³⁰. Não se pense, portanto, que os valores variam sobremaneira, já que um

⁴²⁷ Os jornais *O Século* e DN nunca se livrarão, por exemplo, da acusação se serem controlados por grandes grupos económicos, como a Moagem e a Tabaqueira; invoque-se também a notícia de “Última Hora” da edição de 6 de junho de 1926 do jornal monárquico independente *A Reacção*, dando conta que “[...] entre os pretendentes aos lugares diplomáticos, figuram os nomes dos Srs. Drs. Joaquim Manso e Trindade Coelho respetivamente diretores do *Diário de Lisboa* e de *O Século* [...] nomes que têm mais probabilidades de ser escolhidos.”, precisamente em retribuição pelo pretense apoio que estes haviam ao 28 de Maio (6/6/26:4).

⁴²⁸ Assim permitem concluir, pelo menos, tanto o decreto com força de lei de 28 de outubro de 1910, a sua adenda de 29 de dezembro do mesmo ano e ainda o decreto-lei nº22469 de 1933, todos, aliás, sem quaisquer menções a quaisquer valores que não os das coimas a pagar em caso de incumprimento; permitem-no igualmente os preços de capa de cada uma das publicações, que não só não era igual como não variava em função do número de páginas ou formato. Depois, num artigo do *Opinião* de 7 de março de 1921 lê-se mesmo que “[...] nesta questão do preço dos jornais, deve ser garantida às respetivas empresas absoluta liberdade de o fixarem como melhor lhes pareça, consoante os seus interesses e conveniências. De facto, cada uma dessas empresas tem, sobre o assunto, o seu critério particular.”

⁴²⁹ A primeira, quando, em 1918, haviam sido os representantes das empresas jornalísticas a solicitar ao governo a “fixação do preço mínimo de venda dos jornais, que [seria] de 2 centavos para todos os jornais do país”, e da “assinatura mensal, fixada em 50 centavos”; a segunda, quando, pelo decreto nº6703 de 24 de junho de 1920 se impunha aos jornais, na sua maioria vendidos a 2 centavos, o preço mínimo de 5 centavos.

⁴³⁰ A única referência conhecida à comissão que os cobradores de subscrições teriam na venda dos jornais aparece no *Diário do Minho*, onde se lê que “Os Srs. Assinantes só pagam no fim do trimestre e ao cobrador que nos leva 20%” (29/8/23:1); igual, portanto, às comissões praticadas em Espanha, em período análogo, mas inferiores aos 2/5 do preço de capa cobrados na venda avulsa (Seoane e Saiz, 1990: 67). Já antes, em 1921, a *Opinião* publicou sobre o título que tem o seu “Preço violentamente imposto pelo Decreto nº6703 de 24 de junho de 1920”, e o *Vanguarda* justificou um novo aumento, para 10 centavos, dizendo-se “[...] obrigados a aumentar o preço avulso, atendendo a que os vendedores só apregoam e só vendem os jornais desse preço por motivo da sua comissão ser maior.” (28/9/21:1).

aumento pode representar uma perda perder leitores... e de distribuidores.

Em 1917, a maioria dos diários vende-se a dois centavos (vinte réis)⁴³¹ e só o *Século* e o *Primeiro de Janeiro* a um, talvez por se tratarem, respetivamente, dos jornais de maior tiragem em Lisboa e no Porto ou a que melhor suporte financeiro assiste. No decurso de uma solicitação feita ao governo sidonista, em 1918, fixa-se em dois centavos o preço de todos os diários. Este manter-se-á até junho de 1920, quando se decreta um mínimo de cinco. Ao longo de 1921, os jornais documentam amplamente a “crise do papel”, associando-a à “crise da imprensa”, que não se prende já com a atividade censória, mas com as reivindicações do pessoal gráfico – a maioria dos jornais passa, então, para dez centavos, sem que nenhum decreto subjaza a tal aumento, já que a *Montanha*, a *Situação*, o *Diário do Minho* e a *Lucta* se manterão a cinco centavos até 1922. Ao longo deste ano, o preço dos diários fica-se pelos dez centavos, e só o *Diário de Lisboa*, o *Dia*, e a *Monarquia* passam para 20 centavos. Quando, em 1923, este aumento se generaliza, só a *Montanha* e o *Rebate* se mantêm abaixo, nos quinze e dez centavos, respetivamente. Até 1926, todos os preços aumentarão até aos trinta centavos, com as exceções conhecidas da *Montanha* e do *Primeiro de Janeiro*, que se ficam ainda pelos vinte. Semanários como o *Comunista*, a *União*, ou a *Bandeira Vermelha*, fazem-se publicar ao preço dos jornais diários. Esta relação de preços é incompleta, mas permite apurar que embora os grandes rotativos generalistas façam, ocasionalmente, valer o seu peso, são os próprios jornais que definem, em função dos seus interesses e da própria concorrência, o seu preço, e que embora este aumente cerca de vinte vezes entre 1917 e 1926, mantém-se sempre ligeiramente abaixo do índice de crescimento salarial⁴³².

2.2.2 Preço do papel

No que respeita a gastos, a maior fonte de encargos dos jornais nacionais parece ser sempre o papel, embora sejam também poucos os dados conhecidos a tal respeito e quase nenhuns os estudos sobre a questão: os jornais nacionais informam dos elevados custos de produção, mas não só são raras e de difícil rastreio as referências ao preço do papel. O tema, aliás, daria outra tese, pois que muito encerra de uma relação da imprensa com as instituições políticas nacionais e que quase não passa aos jornais senão pela redução de páginas e dos formatos, ou pelo seu encerramento. A “questão do papel”, como é então introduzida em todos os jornais, parece ser, pelo menos até ao final da conflagração europeia, uma premente preocupação das empresas jornalísticas. A partir de 1914, só esporadicamente a “questão” surge, emparelhando com aquela outra da “crise das subsistências”; em 1917, porém, quando se efetiva uma participação militar portuguesa na guerra, são já frequentes as referências à

⁴³¹ À laia de curiosidade, importará assinalar que *A Ordem* ou *A Monarquia* publicam o preço em réis e não em centavos, aproveitando assim para reiterar o seu pendor monárquico.

⁴³² António José Telo informa que, para um índice 100, em 1914, o índice de preços, em 1926, era de 2046 e o dos salários era de 2096 (1978: 49).

falta de papel ou à qualidade do papel fornecido⁴³³.

No número de 11 de janeiro de 1918 do diário católico *A Ordem*, publica-se, sob o título de “Uma representação dos jornais de Lisboa ao e do Porto ao Governo”, a carta que lhe endereçam os referidos representantes daquelas empresas, que, por esses primeiros dias do ano, se reúnem a discutir o problema. Trata-se, sem dúvida, de um dos mais interessantes documentos sobre a regulação da venda do papel, seja porque é apresentada à novel República Nova, seja porque no documento se solicita, entre outras coisas, “a isenção da franquia postal para todos os jornais”; a “fixação do preço mínimo de venda dos jornais”; a “limitação do gasto do papel” em detrimento dos vespertinos; a “regularização do preço da assinatura mensal” e que o “governo faculte à indústria [...] a pasta e o papel que se encontram em seu poder”, “promova a aquisição da pasta nos mercados produtores, com o fim de regularizar e fixar o preço do papel de impressão”. Interessante, porque elaborado por distintos jornais que comumente se digladiam na arena política, mas que no momento oportuno fazem valer a sua união na defesa dos seus interesses; porque dirigido a um regime autoritário e que desde o primeiro momento limita a atividade de imprensa; porque coloca os diários matutinos em vantagem face aos vespertinos, embora sejam em igual número, relevando, ainda assim, divisões de grupo pela primazia dos grandes rotativos, quase todos com edição matutina; porque, pelo mesmo critério apontado imediatamente atrás, beneficia os jornais de Lisboa face aos dos Porto⁴³⁴; finalmente, porque parece deixar clara a ideia de que é hegemónica a posição do estado sobre a importação e venda de papel, mesmo do produzido em Portugal.

Algumas das solicitações obtêm, quase imediatamente, resposta favorável; outras não. Já quase pelo final desse ano, contudo, escreve com ironia o pró-sidonista *A Situação*, e na sequência de duas reuniões de representantes de jornais anuladas por falta de quórum, que “[...] afinal os jornais não estão tão descontentes como parece com a censura.” (30/11/18:1). A “questão do papel”, como a “questão da imprensa” (forma como vulgarmente se intitulam as notícias denunciando a ação da censura) vem desaparecendo das folhas dos jornais ao longo de 1918, seja por afeição ao regime sidonista, seja porque o conflito entre este e a imprensa é já tão agudo e a atividade censória se faz de forma tão indiscriminada que, de recorrente, a notícia perde pertinência, como se perde a pertinência de publicá-la. Voltará, porém, a cada greve dos trabalhadores gráficos da imprensa realizada entre 1919 e 1921, com estes a defender que a “[...] injustificável alta do papel [é] provocada por individualidades cujos interesses defendem [e porque] não pagam esse papel com o produto da venda honesta dos seus exemplares, mas com dinheiros fabulosos, ganhos às ocultas, e que são paga de

⁴³³ No *Século* de 1 de setembro de 1917, por exemplo, explica-se que “[...] a falta de papel não permite alargar a tiragem, exigindo até, pelo contrário, que se faça uma possível reserva dele na iminência de vir a esgotar-se em breve, porque não se entrevê meio da crise se resolver tão cedo” e que “ Quando, no fim de muitas diligências, esperava obtê-lo de Espanha, onde tinha uma boa quantidade já contratada, sobrevém a medida do governo espanhol proibindo absolutamente a exportação de papel. ”.

⁴³⁴ Em Lisboa, a maioria dos jornais publicava 24 páginas por semana; no Porto, porém, a média era de 20 páginas, pelo que saíam prejudicados (Lemos, 2006: 473).

serviços que só quem não tem uma pequena noção de honradez, desempenha.” (*Batalha*, 8/2/21:1)⁴³⁵.

Uma nova lei restritiva ao consumo do papel só será decretada pelo Estado Novo, a 14 de Maio de 1936, igualmente invocando os custos da sua importação. No decreto, lê-se que “[...] nenhum jornal diário poderá publicar, em relação à série de números de cada semana, mais de 70 páginas, ou o equivalente em cada mês do maior formato utilizado à data deste decreto”, embora se deixe “[...] livre a distribuição do número de páginas permitido pelos dias da semana ou do mês”. Não é possível determinar o que motiva a medida e talvez seja sincera a intenção de suprimir gastos; curioso, porém, é que duas leis restritivas ao consumo de papel saiam em dois períodos de claro retrocesso nas liberdades de imprensa.

2.2.3 Profissionais de imprensa

A segunda fonte de despesas de um jornal é o seu pessoal. Também aqui, porém, a imprensa se mostra pouco esclarecedora e apenas dos arremedos biografistas e memorialistas a que a ditadura coage não poucos profissionais de imprensa se apurem mais algumas informações, mas a que só jornalistas e tipógrafos acabam, invariavelmente, por dar a cara.

Sempre em destaque, o jornalista português dos alvares do século XX não é já o político ou o polemista, que, com os seus artigos de fundo e crónicas tanto faz do parlamento como da folha do jornal o palco das mais feras derriças ideológicas, conquanto alguns políticos mantenham uma destacada atividade jornalística e alguns jornalistas se desejem, ativamente, dentro da vida política. Todavia, quer porque a sua extração social continua a ser, conforme a descreve David de Carvalho “[...] intelectual, pequeno-burguesa, portanto individualista [...]”⁴³⁶; quer porque a competência literária e retórica continuam valorizadas em face da inexistência de uma escola de jornalismo⁴³⁷, o

⁴³⁵ Antes, as empresas jornalísticas, representadas pelo diário provisório *O Jornal* (29/1/21:1), haviam jurado estar “[...] diante de uma tentativa de bolchevismo, que, antes de dar o salto para a sociedade atual, procura conquistar as posições de primeira linha de defesa, renovando em condições novas de coação, as anteriores tentativas de implantação de censura vermelha sobre o jornalismo [...] é o regime da Rússia mansamente transplantado para este extremo ocidente da Europa, enquanto a defesa da civilização transigir com semelhante desordem e anarquia social.” – curiosa declaração esta, a dos jornalistas não comprometidos!

⁴³⁶ Carvalho: 1977: 123.

⁴³⁷ O debate em torno da criação de um curso de jornalismo precede o Congresso Internacional da Imprensa de Lisboa (1898). Em 1936, porém, João Paulo Freire continua a defender que, em Portugal, o jornalismo se faz ainda “[...] ou por vocação e autodidatismo ou por necessidade” (1936: 9). Já em 1941, enquanto o Sindicato Nacional de Jornalistas submeteu um projeto de um curso teórico ao Ministério da Educação, Alfredo da Cunha (1941b: 34) escreve que a conveniência de uma escola de jornalismo decorre apenas da possibilidade de se desenvolver o que é já pessoalmente inato, sendo da mesma opinião Fidelino de Figueiredo (1957), Nuno Rosado (1966) – Mário Matos e Lemos (1964: 28) não hesita em associar a resistência à criação de uma escola de jornalismo “às antigas concepções jornalísticas”, pois que era “praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado. A prática é indispensável, mas o conhecimento teórico é, pelo menos, tão indispensável como aquele.” Inovadora, portanto, só a proposta de Luís Quadros (1949), ao propugnar não apenas pela criação de uma escola, como

modelo do literato intelectual continuará a pesar sobre o jornalista⁴³⁸, numa indefinição de perfis que se manterá ainda, e não sem alguns conflitos, por muito tempo⁴³⁹. Reservando um papel exclusivamente informativo para a imprensa ou advogando a sua função pedagógica e morigeradora, a presunção de intelectualidade em que o jornalista se parece ter e ser tido pelo público, ademais enquadrada por certa aura romântica⁴⁴⁰ de independência, liberdade, integridade e imparcialidade, concorre não só para a legitimação do seu trabalho, como para a criação de condições para a sua receção⁴⁴¹. Mas, mesmo ideologicamente descomprometido, ele vê-se ainda integrando uma elite e as mudanças que parece, então, experimentar, não parecem decorrer tanto de novos valores deontológicos, como de uma necessidade de diferenciação e afirmação face à velha guarda ou de um cansaço e desânimo para com a crónica instabilidade política e social criada pelas pugnas partidárias⁴⁴². Mais certo é, contudo, que por viver sempre à mercê de uma linha editorial, da condição económica dos jornais, da ação da censura e da violência política, um jornalista se redima da pecha

pela obrigatoriedade da formação específica no exercício da profissão. Nas décadas seguintes, são organizados alguns cursos livres; no entanto, nenhum curso superior de jornalismo será oficialmente reconhecido até 1993.

⁴³⁸ Tengarrinha escreve: “[...] todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica [...]. Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos [...] sejam redigidos corretamente e num estilo cada vez mais individualizado. É a partir dessa altura que se poderá dizer haver grande diferença entre estilo literário e estilo jornalístico [...]. O que começa a caracterizar o estilo jornalístico é a sua maior agilidade e vibração, a construção fácil, permitindo uma leitura corrente [...], visando um maior poder de comunicabilidade, o sentido agudo da oportunidade, que, não raro, sacrifica a perfeição à rapidez, um estilo mais emocional que raciocinado; por outro lado, a análise não tem a preocupação de ser profundamente exaustiva [...] mas sim de mostrar várias facetas [...] utilizando não o raciocínio lento e pesado, mas o raciocínio agudo e ágil”. (1965: 155).

⁴³⁹ Não estranhamente se lê de Alberto Bessa, embora se estivesse já em 1904, que o jornalismo português tinha “falseado a sua missão, descendo a satisfazer o gosto depravado do grande público e esquecendo o seu papel de guia da opinião”. O público, escreve, preferia “a notícia desenvolvida e ridiculamente pormenorizada de uma cena de facadas na rua suja ou de um caso de adultério na Baixa” aos “escritores consagrados [...] por melhor escrito e melhor pensado” (1904: 178-179). Bessa (*idem*: 36) defende que “O jornalismo é um sacerdócio [...] porque [...] significa [...] o exercício de todas as funções elevadas, de todas as profissões nobres, e aplica-se a todos os misteres que demandam dedicação e desinteresse absolutos”. Já Rodrigo Veloso afirma os jornalistas nacionais se dividiam entre “jornaleiros” que apenas auferiam salários, e os demais, de “sacerdócio”, por divulgarem “a boa doutrina, lições proveitosas para instrução e educação do povo” (1911: 8-9), e que seguramente tinha em melhor opinião.

⁴⁴⁰ Bessa (1904: 26) escreve que “O jornalista deve sentir todas as dores, revoltar-se contra todas as injustiças, aplaudir todas as boas ações, opor-se a todas as vilezas [...], só deve ferir combates cuja vitória nobilite e enalteça o vencedor”.

⁴⁴¹ Foucault (1992: 71) reflete que os intelectuais integram um sistema de poder que, invalidando a consciência, ação e o discurso das massas, cria simultaneamente as condições para a receção dos seus – não raras vezes a imprensa nacional se identifica, como se verá, com esse papel, como não raras vezes os intelectuais se identificam com soluções políticas autoritárias que pretendem preconizar a ordem (Lin, 1978: 88).

⁴⁴² Já em 1966, um dos maiores teorizadores do jornalismo nacional, Nuno Rosado (1966: 16-17) continua a escrever que “A independência que [o jornalista] revela no exercício da sua missão mede-se pelos conceitos valorativos que utiliza tendo por ponto de referência os princípios da ética e os superiores interesses da

classista com superior sacrifício das suas convicções e ética profissional⁴⁴³ e, mais ainda, das suas condições laborais.

Numa correria entre São Bento e o Bairro Alto, desnoitados na redação do jornal ou num restaurante da Baixa⁴⁴⁴, os jornalistas portugueses são, em depoimento coevo de Victor Falcão, “maníacos” sem “o direito de se queixar do menosprezo com que são tratados” e ademais sujeitos às pressões dos proprietários dos jornais⁴⁴⁵. É dedicação, portanto, o que motiva esta ligação à imprensa; a exemplo daquelas folhas operárias publicadas pela colaboração gratuita de jornalistas e gráficos, haverá também algum comprometimento e idealismo; e, pela recorrência com que o tema é abordado, serão muitos ainda os que trabalham pela fama e estatuto que a profissão confere. De um modo geral, porém, o jornalista receberá pelo trabalho e funções desempenhadas na estrutura do jornal, pelos anos “de casa” e pelo estatuto – grande, pois, deve ser a diferença entre os salários auferidos por um principiante e por um veterano, uma vez que o último se faz pagar não só pela sua reputação e experiência, como pela disponibilidade, andanças e contactos pelas altas esferas. João Paulo Freire, contudo, não deixa de registar que “Não se compreende que um jornalista que deu ao seu jornal 30, 40, 50 anos de esforço chegue ao cabo da vida esmolando a graça duns míseros cobs ou a complacência das empresas onde continua como um tropeço inútil e incómodo que só por caridade se tolera.”, permitindo supor que, nem ativo, nem aposentado, um jornalista tem assegurado um pecúlio para os últimos anos de vida⁴⁴⁶.

O jornalista, porém, não será o único a ressentir-se com isto – há todo um conjunto de pessoal especializado a trabalhar, de dia e de noite, para assegurar a edição e distribuição do jornal e que, a julgar pela contestação social a que então regularmente se lança, parece estar em bem pior situação económica. O associativismo de imprensa, portanto, é não só um dos mais evidentes aspetos da já referida indefinição do jornalista português, mas também de todo o pessoal de imprensa. Corporizado, no primeiro quartel do século XX, pelos sindicatos dos Trabalhadores de Imprensa, Compositores Gráficos e Distribuidores de Jornais, mais ou menos reunidos sob a Federação do Livro e do Jornal, o

coletividade [pois que] A imprensa tem, sobretudo na sua função orientadora [...] cultural e moralizadora.”.

⁴⁴³ Pode assim João Paulo Freire (1934: 162), com acintosa ironia, assegurar que a independência jornalística só existira no *Novidades*, que veiculava unicamente a linha editorial e ideias de Emídio Navarro.

⁴⁴⁴ Comparando a figura do jornalista de Lisboa com o do Porto, Bessa dizia do primeiro que era “[...] frequentador de tabacarias célebres, de cafés ruidosos, de teatros, de centros onde se discutem os acontecimentos políticos da última hora, onde encontram primeiro eco, ou onde se forjam, os boatos que à noite ou no dia seguinte farão as delícias dos que se comprazem nas notícias de sensação.” (1904: 74); do portuense, que era mais trabalhador e metódico, pelo que havia no Porto “mais jornais bem-feitos do que em Lisboa” (1904: 75), que “conseguem oferecer leitura mais atraente” (1904: 76). Já do jornalista de província, dizia-o “talentoso e distinto” e com a “[...] sinceridade inata ao homem mais em contacto com o campo [...] e por uma maneira muito sua de apreciar os casos da alta política, evidenciando a influência das discussões nos pequenos centros, onde os ditos casos parecem ser vistos por vidros esfumados” (*ibidem*).

⁴⁴⁵ Falcão: 1932: 202, 206-207.

⁴⁴⁶ Freire, 1936: 34.

associativismo não logra suprimir a divisão entre as empresas jornalísticas⁴⁴⁷ e os profissionais de imprensa, de que os jornalistas se destacam ainda pela manutenção de uma associação de classe em Lisboa e outra no Porto⁴⁴⁸. A inexistência de um sentimento operante de classe não exclui a partilha de valores profissionais e até individuais, perceptíveis em abundantes depoimentos deixados coeva ou posteriormente: estas associações promovem abaixo-assinados, manifestos, comícios e conferências a favor da liberdade de imprensa, demonstrando alguma capacidade de mobilização e de organização. O que lhes falta e mais se avulta na comparação dos jornalistas com outros profissionais da imprensa é um verdadeiro comprometimento com a melhoria das condições laborais, subsidiário do problemático entorno da definição da condição do jornalista e do abnegado (mas só aparente!) esquecimento para que este remete as suas necessidades e reivindicações na ânsia de assim expressar maior independência e distanciamento face aos factos – não raro é que se encontrem velhos jornalistas a descompor, em períodos de greve, quem as faça, advogando que um jornalista não se permite fazer greve; subsidiário, também, dessa “psicologia de classe” a que David Carvalho alude⁴⁴⁹.

Melhor se organiza, portanto, o amplo conjunto dos demais profissionais da imprensa, de que, porém, sai destacado o pessoal tipográfico⁴⁵⁰, que, pelo seu número e pela vasta sindicalização dos seus elementos, porventura decorrente da acentuada especialização e dificuldade de um trabalho a que não deixa de estar associada a necessidade de uma maior habilitação técnica e literária, mais resolutamente se contende com as entidades patronais, conforme fica patente em sucessivos episódios

⁴⁴⁷ Convirá notar que as empresas jornalísticas parecem nunca constituir um organismo associativo de direito estatutário, pois que são quase sempre encabeçadas por comissões em que não deixa de estar bem patente a hegemonia dos grandes rotativos lisboetas; depois, que nas empresas jornalísticas *stricto sensu*, muito mais até que naquelas medianamente politizadas, a viabilidade económica reside na sua capacidade de veicular e promover os interesses de um determinado grupo nada conivente com os interesses de outros grupos. Talvez derive daqui a sua fragmentaridade, patente quer na impossibilidade de uma concertação comum e completa de interesses, quer nos acordos prévios que cada jornal, isoladamente, se presta a estabelecer com as comissões de grevistas a fim de evitar a suspensão, quer na incapacidade de transigir com as reclamações do seu pessoal e fácil disposição para vender barata a independência e liberdade se tal lhe for proveitoso.

⁴⁴⁸ E não é particularmente abonatório o que sobre ambas escreve David de Carvalho (1977: 123): da primeira, que “[...] sem uma verdadeira expressão de classe [...] parecia um clube literário [...]”; da outra, conforme se pôde ler já, que estava “aberta a toda a gente, fosse ou não profissional de imprensa [e] cujas direções se preocupavam com a realização de quermesses, tómbolas e sorteios, além de arrecadarem zelosamente um subsídio do governador civil, de qualquer modo guiado por simpatia política ou outra influência em coisa alguma afim aos interesses da classe, a debater-se em situações miseráveis ou atirada para uma vida boémia”. Para além de dar conta de conflitos e divisões, David Carvalho mostra igualmente como estas associações estão longe de cumprir as funções de assistência e previdência social que haviam estado na sua origem.

⁴⁴⁹ Carvalho, 1977: 123. O mesmo João Paulo Freire, que tão veementemente carpe a situação dos profissionais da imprensa, pugna por um sindicato que agrupe os trabalhadores da imprensa, mas que necessariamente os reparta por secções específicas de acordo com a profissão desempenhada e que a assista uma caixa de pensões e reformas. Tal filantropia não se escusa, ou não seja Freire um velho lobo da imprensa, à pretensão de ver separados, até a nível sindical, “alguns jornalistas e outras pessoas que por tal se intitulam” (1936: 46).

⁴⁵⁰ Os ardinas também manterão querelas com os jornais, ora pela percentagem que receberiam da venda, ora pelos transtornos causados pelos atrasos da edição à sua distribuição e venda (Lemos, 2006: 89).

entre 1919 e 1921⁴⁵¹ – a todos assiste quer um forte sentimento de classe revisto num associativismo concertado, quer uma perceção desse sentimento e da força negocial que aporta, chegando mesmo a fragmentar a união das empresas jornalísticas⁴⁵². É só quando derivam em conflitos, suspensões e greves, no entanto, que também estes aspetos da transformação da imprensa parecem passar ao conhecimento ou interesse dos leitores coevos.

2.2.4 Agências noticiosas

Com os jornais, trabalham as agências informativas, de colaborações e de publicidade – destacam-se as primeiras, porém, posto que as demais nunca logram, mercê da exiguidade do país, alcançar uma posição num mercado que tanto possibilita uma angariação direta de publicidade ou de quaisquer outros conteúdos não exclusivamente noticiosos, como através dos distribuidores, que, para além de apregoarem o jornal, atuam como seus agentes, arrecadando mais uns trocos.

Ainda antes do estabelecimento de agências noticiosas em Portugal, a aquisição de notícias faz-se por telefone, telégrafo, carta, ou extraindo conteúdos dos jornais estrangeiros que chegam de comboio, barco, ou até de carro. Alguns jornais dispõem de correspondentes no estrangeiro, portugueses radicados nalguma capital europeia e que fazem chegar as notícias sem o crivo dos agentes telegráficos. Outros, como o *Século*, apoiam-se numa densa rede de correspondentes regionais. Para além disso, os jornais mantêm caixas postais em pontos específicos, onde os

⁴⁵¹ Em junho de 1919, a apresentação, em nome da Federação do Livro e do Jornal, de “uma moção pela qual a classe gráfica se compromete a não compor nem imprimir qualquer jornal sempre que *A Batalha* fosse por qualquer forma impedida de circular”(Vieira, 1950: 123,124) no seguimento do encerramento deste jornal pelas autoridades, leva a um *lock-out* das empresas jornalísticas de Lisboa a que os operários reagem alargando o período de greve; em maio de 1920 e face a novo *lock-out* decorrente de reivindicações salariais dos tipógrafos, inicia-se uma greve que durará cerca de vinte dias; finalmente, a 12 de janeiro de 1921, quando os sindicatos dos Trabalhadores de Imprensa, Compositores Gráficos e Distribuidores de Jornais e da Federação do Livro e do Jornal admitem que os seus associados podem entrar em greve sempre que achassem conveniente e os jornais ameaçarem retaliar com suspensão, inicia-se um período de greve que durar cerca de quatro meses e que não só leva à criação de títulos temporários - *A Imprensa* (1919), *A Imprensa da Manhã* (1920) e *O Jornal* (1921), pela associação das empresas jornalísticas, e *A Imprensa de Lisboa* (1921), pelos quadros tipográficos em greve - como impõe o recurso ao pessoal de diferentes jornais e, em 1919, até a tipógrafos militares, mas também a intervenção do governo num assunto de que todos o querem, seguramente, arredado.

⁴⁵² Na edição de 2 de fevereiro de 1921 de *O Tempo*, pode ler-se: “[...] veio para o nosso campo, isto é, o da Neutralidade, *O Jornal do Comércio*. Não em matéria política, ou em questões de orientações *ça vá sans dire*, porque cada um está no direito de fazer a política que entender e de seguir a orientação que achar melhor, mas na questão dos acordos que regularizem a situação material. Assim, por um pacto absolutamente idêntico ao nosso, firmado pelos delegados daquele jornal, diretor e administrador e pelos delegados da comissão ‘Pró-aumento de Salário dos Trabalhadores de Jornais’, foi concedido o aumento de 50% sobre todos os salários e férias pagas pelo jornal, não admitindo nenhuma das partes a possibilidade de qualquer espécie de censura exercida pelas classes reclamantes. [...] Por enquanto há dois e nada.”

informadores ou leitores depositam a correspondência⁴⁵³. Depois, assinala Matos e Lemos, “Os jornalistas são frequentadores habituais dos ministérios onde procuravam valer-se dos seus conhecimentos pessoais para obterem notícias, se possível em exclusivo.”. Não há dúvida de que a sanha da “cacha” [...] levaria os jornalistas a obter informação de formas “[...] passíveis seguramente hoje, em alguns casos, de procedimento criminal”⁴⁵⁴. É certo ainda que os jornais beneficiam do ensejo de notoriedade de alguns dos seus colaboradores, que lhes enviam, sem cobrar, algumas informações ou artigos – começa assim, em muitos casos, uma carreira jornalística. Isto para não falar dos políticos, que, no dizer de Alberto Bramão, fazem da imprensa “[...] um meio de transporte para conezias políticas, espécie de balão que nos conduz a regiões políticas e que se esvazia logo que lá chegamos.”⁴⁵⁵.

A partir do final do século XIX, as agências noticiosas internacionais começam a monopolizar cada vez mais o mercado informativo. A primeira a operar em Portugal é a francesa Havas, seguindo-se-lhe a Reuter, a Rosta-Wien, a Radio, a United Press Internacional e algumas outras, com que os jornais estabelecem acordos, periodicamente renovados. Mercê, talvez, do atraso da imprensa, da posição privilegiada nas ligações internacionais, ou até da grande concentração de diários em Lisboa e no Porto, apenas com o advento do Estado Novo⁴⁵⁶ Portugal conhece as suas primeiras agências. É assim, portanto, que quando o início da I Guerra vem impor um maior influxo noticioso, os jornais nacionais se acham à mercê das agências estrangeira, em particular da Havas, e dos centros de imprensa e propaganda das grandes potências beligerantes – facto que se traduz não só numa extraordinária uniformidade dos conteúdos noticiosos, como num expressivo enviuamento pró-aliado.

2.3 Distribuição, tiragens e leitores ante o problema do analfabetismo e das mentalidades

Mas para além dos custos de elaboração e renovação de um jornal, há ainda outros, não menos importantes, a considerar, como a distribuição, o analfabetismo e as mentalidades.

Em Portugal, a imprensa beneficia, de facto, da exiguidade do território metropolitano e se imprensa regional é tributária de novos modelos e conteúdos, as de Lisboa e do Porto são-no também de conteúdos e de correspondentes na província, onde a reduzida urbanização torna difícil a manutenção de diários. Longe de comprometer o desenvolvimento da imprensa portuguesa, esta situação cria uma dependência mútua entre os jornais regionais e os da capital, compelindo os

⁴⁵³ No primeiro número da *Batalha* (23/2/19), por exemplo, pode ler-se que “Quaisquer comunicados ou notícias [...] podem ser enviados para a caixa da *Batalha* na tabacaria ‘Mónaco’, ao Rossio”.

⁴⁵⁴ Lemos, 2006: 38.

⁴⁵⁵ Cit. in Lemos, 2006:34.

⁴⁵⁶ Em 1944, Dutra Faria e Barradas Carvalho fundam a Agência de Notícias e Informações, detendo o exclusivo da americana United Press Internacional, e traduzindo e distribuindo de notícias estrangeiras pelos assinantes; no mesmo ano, Luís Caldeira Lupi funda a Lusitânia, vocacionada para a troca de informações

primeiros a alargar a sua esfera de interesses e os últimos a assumir rapidamente um carácter nacional, restrita que seja a sua distribuição. Dos centros urbanos, expedem-se os jornais, por comboio, automóvel ou barco⁴⁵⁷, para outros pontos da província, onde são recebidos e distribuídos regional e localmente, por vezes com dias de atraso, o que não constitui um problema até à vulgarização do telefone e do telégrafo, já que as notícias chegam, então, com o mesmo atraso que os seus efeitos⁴⁵⁸. Mas o estado da rede viária e a curta extensão da ferroviária são apenas dois dos problemas associados à distribuição: outro, ainda, é a imposição do cumprimento de horários rígidos a fim de não perder as ligações para a província, uma vez que nem sempre se coadunam com a própria reprodução tipográfica ou com a censura⁴⁵⁹. Depois, opõem-se alguns jornais, mormente em períodos de agitação política, a que quiosques e ardinhas vendam folhas concorrentes ou ideologicamente contrárias.

Na hora da distribuição, porém, esbarra a imprensa com o problema do analfabetismo e das mentalidades, cerceando não só o número de leitores, como a sua aceitação como meio de comunicação. Apesar dos esforços encetados por monárquicos e republicanos para melhorar a situação cultural do país, implementando reformas de instrução e criando escolas, Portugal conta com elevadas taxas de analfabetismo – 75,1%, em 1911; 70,5 %, em 1920; 67,8%, em 1930⁴⁶⁰ – e tais valores podem ser mais altos se diferenciados Lisboa e Porto, uma vez que, aí, andam, respetivamente, pelos 33,3% e pelos 38,8%; e mesmo o norte e o sul do país, já que a tendência é sempre a de uma maior concentração setentrional da população alfabetizada. Procedendo a uma diferenciação por género, é fácil concluir que a população masculina é mais alfabetizada do que a feminina e que a disparidade é maior na província do que em Lisboa ou no Porto: em 1920, a percentagem da alfabetização masculina face à feminina era de 73,9% para 59,5%, em Lisboa; de 72,1% para 50,4%, no Porto; e de 36,6% para 21,7%, na província⁴⁶¹.

É ao nível das tiragens, contudo, que o problema do analfabetismo tem a mais curiosa expressão. O que quer que se saiba baseia-se, uma vez mais, nas declarações dos profissionais de imprensa ou nalgumas informações que, na crónica “crise da imprensa” então vivida, possam passar aos jornais⁴⁶². Para um generalista como o *Século*, fixa-se a tiragem média diária em cerca de 80 mil

com as colónias.

⁴⁵⁷ Até aos anos 50, por exemplo, era frequente fazer-se a viagem entre Lisboa e o Algarve ou o Porto de barco.

⁴⁵⁸ Não deve estranhar, portanto, que sejam muitas as campanhas para melhoramento das estradas levadas a cabo pelos jornais à medida que também a utilização do automóvel se vulgariza.

⁴⁵⁹ Reclamam com frequência os distribuidores e vendedores, chegando mesmo a suspender as vendas de um determinado jornal (Lemos, 2006: 89).

⁴⁶⁰ Marques, 1970: 108.

⁴⁶¹ Para mais informação sobre a alfabetização no Portugal contemporâneo *vide* “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo” de Rui Ramos (1988: 48,49), do qual se extraíram todos os dados percentuais apresentados.

⁴⁶² Não há, que se conheçam, quaisquer dados oficiais conhecidos, não só porque não existe em Portugal, como noutros países, um imposto sobre as tiragens, mas também porque à administração de um jornal não é conveniente revelar dados relativos à vida económica da empresa: isto obriga, certamente, a revelar e

exemplares⁴⁶³, suplantando o *Diário de Notícias*, que se fica pelos 70 mil. Estes números, porém, estão longe de ser consensuais: em primeiro lugar, porque em Lisboa vivem cerca de quinhentas mil almas e, no país, qualquer coisa como seis milhões⁴⁶⁴ e porque a taxa de analfabetismo anda pelos 70/75%; depois, porque Pacheco Pereira vem situar a tiragem do diário sindicalista *A Batalha*, em período análogo, em cerca de vinte mil exemplares, ademais afirmando que “chega a ser o segundo diário português”⁴⁶⁵; ainda porque na edição de 27 de junho do portuense *Jornal de Notícias*, o seu correspondente em Lisboa se questiona sobre “quanto perde por dia em contos de réis um jornal que tenha uma tiragem superior a 30.000 exemplares”, sugerindo ser exatamente essa a tiragem do seu jornal; finalmente, porque em entrevista ao DN, Reinaldo Ferreira, o célebre Repórter X, afirma que “os três grandes rotativos portuenses devem tirar, juntos, algo como cento e tantos mil exemplares”⁴⁶⁶.

Não surpreende aqui que o *Diário de Notícias* ou *O Século* possam atingir tiragens de 70.000 ou 80.000 exemplares entre subscrições e venda avulsa; mais surpreenderia até que *A Batalha*, fazendo desfilar cento e cinquenta mil sindicalistas em frente à sua sede, se quede apenas pelos 20.000. Depois, se *O Jornal de Notícias* e Reinaldo Ferreira informam que o Porto, com uma população que ronda, na década de vinte do século XX, as 230.000 pessoas⁴⁶⁷, consegue ter tiragens acima da centena de milhar entre os três maiores rotativos, é de supor que também em Lisboa se pode manter a mesma proporção de um exemplar para cada duas pessoas, o que leva a pensar que a tiragem conjunta dos diários lisboetas pode eventualmente andar entre os 250.000 e os 300.000 exemplares. Se ao *Diário de Notícias* e ao *Século* cabem dois terços desta tiragem, isto pode bem significar que aos demais diários, cerca de doze ou treze, cabem tiragens de dez a onze mil exemplares. Considerando que os jornais de Lisboa, ademais do seu carácter nacional, têm, para o resto do país, um interesse de que os dos Porto não beneficiam, seja pela sua centralidade, seja por representarem cerca de 75% de todas as publicações diárias; considerando também os inúmeros estabelecimentos comerciais que compram o jornal para utilização dos seus clientes, inúmeros também os subscritores, é razoável pensar que as tiragens globais podem ser ainda maiores, na ordem dos 500 ou 600.000 exemplares⁴⁶⁸. Tratando-se,

justificar muitos dos lucros e prejuízos da imprensa e, o que é pior, a sua origem; finalmente, o conhecimento da situação económica permite aos funcionários apresentar reclamações como as que estão na base de todas as paralisações grevistas entre 1918 e 1921. Por outro lado, escudado pelo desconhecimento dos números, um jornal pode propagandear-se livremente. Invocam-se, então, as tiragens, mas só de forma alusiva, com frases de propaganda cujo fundamento é incerto ou desconhecido.

⁴⁶³ Carvalho *et al.*, 2005: 22.

⁴⁶⁴ Marques, 1970: 14.

⁴⁶⁵ Pereira, 1971: 54.

⁴⁶⁶ Cit. in Lemos, 2006:30.

⁴⁶⁷ Marques, 1970: 14.

⁴⁶⁸ Comparando com o caso espanhol, Sánchez Aranda e Barrera del Barrio (1992: 213) fixam acima dos cem mil exemplares a tiragem de quatro diários madrilenos para os anos censitários de 1913, 1920 e 1927 – Madrid é, então, uma cidade com cerca de seiscentos mil habitantes (Seoane e Saíz, 1990: 34), a população espanhola ronda os vinte milhões (Sánchez Aranda e Barrera del Barrio, 1992: 31), e a taxa de analfabetismo os 60% (*idem*:40). E todavia são peremptórios todos os investigadores espanhóis na afirmação do exagero

obviamente, de especulação, nada encobre esse aumento quantitativo ao longo do primeiro quartel do século XX ou a desproporção entre as tiragens e o óbice do analfabetismo, a cujo convívio a imprensa se habitua, nem se ressentindo muito, como as congéneres europeias, com o advento da rádio e da televisão. Nada, portanto, oculta esse “[...] fermento cultural interessantíssimo, especialmente marcado nos campos do ensino livre e da difusão de cultura pelo povo”, e manifesto não apenas ao nível da formação escolar, mas também na criação de bibliotecas, arquivos, salas de música e de espetáculos, na publicação de livros com textos parciais ou integrais de “obras portuguesas e internacionais (traduzidas) de reconhecido mérito, científicas, históricas, literárias, etc.”⁴⁶⁹, e na constituição de associações culturais e recreativas, onde não só é comum a cedência de um ou mais jornais para leitura dos associados, como frequente a sua leitura em voz alta para um amplo público, por vezes nada letrado, que se reúne para ouvir e comentar as notícias. É também frequente a constituição de sociedades para subscrição de um jornal⁴⁷⁰.

2.4 A intervenção do Estado e o marco legal da imprensa

Em face deste quadro, a ditadura não pode senão representar esse retrocesso que conscientemente faz por transpor para muitas das suas conceções programáticas⁴⁷¹ e, muito concretamente, para um novo marco legal. Na realidade, com a instauração da República e a promulgação da Constituição de 1911 conhece-se um amplo recobro das liberdades de imprensa. Recobro, mas não a cura para um mal de que padecerá até muito tarde. Conquanto a I República conheça uma profusão editorial, porventura a maior da imprensa nacional e tanto mais surpreendente

inerente a tais tiragens: Sánchez Aranda e Barrera del Barrio (1992: 214) dizem que “la fiabilidad de esos datos no es muy grande”, Seoane y Saíz (1990: 31) que “probablemente ningún diario, ni revista, alcanzó a los 100.000 ejemplares de tirada regular, antes del final de la guerra europea” e citam Salvador Canals, que, em 1905, escrevera já que “No hay en España periódico que haya alcanzado una circulación fija y segura de cien mil ejemplares, ni llegan a cuatro los que tengan la de cincuenta mil” (cit. in Seoane e Saíz, 1990: 31).

⁴⁶⁹ Marques, 1970: 112, 113.

⁴⁷⁰ Para que se tenha uma ideia concreta do que foi o desenvolvimento da imprensa neste período, bastará ter em conta que Oliveira Marques fixa pelo meio milhar o número de títulos publicados no lapso em estudo (1970: 114,115); trata-se, portanto de um título por cada 14396 pessoas em 1917, por 11340 em 1923, e por 12383 em 1926. Depois, entre todos estes, são cerca de 150 os de tiragem diária, conquanto a média anual de títulos diários seja de cerca de 36, o que dá conta da imensa quantidade de títulos de efêmera existência. Em 1921, por exemplo, são criados 21 novos títulos diários e extinguir-se-ão 17 (Lemos, 2006: 639).

⁴⁷¹ No *Século*, Virgínia de Castro Almeida escrevia das massas iletradas, em 1927, que “[...] sabendo ler e escrever, nascem-lhes ambições: querem ir para as cidades ser marçanos, caixeiros, senhores; querem ir para o Brasil. Aprenderam a ler! Que leem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largam a enxada, desinteressam-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhunas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada. A parte mais linda, mais forte, e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos.” (*Século*, 5/2/27, cit. in Mónica, 1977:7).

quanto melhor compreendidos a extensão e efeito da reduzida alfabetização popular, não divergirá assim tanto do marco político que a precede na violência com que imputa à imprensa uma boa parte das culpas na instabilidade nacional – a diferença está, e é ela bem grande, no facto de ser no âmbito desta mesma imprensa que se dão quase todas as lutas políticas e igualmente se imputam ao poder político os desencantos da *res pública*: experiência que a todos sairá cara, ou não conheçam os jornais, para além da censura, o empastelamento de edições inteiras ou mesmo a destruição das suas instalações. Não demora muito tempo para que o zelo com que se promulgara o decreto de 28 de outubro de 1910, regulando a liberdade de imprensa, se esvaeça ante a revoada de pequenas alterações à legislação, que não são senão sintomáticas desse temporão intento republicano de refrear a difusão de informações adversas aos seus interesses.

Porque o ano de 1912 é de grande agitação social, suspende-se a liberdade de imprensa e institui-se a censura por trinta dias, logo pelo final de janeiro e justamente na sequência de uma greve geral que deixa Lisboa em estado de sítio. A 9 de julho, nova legislação passa a permitir a apreensão de jornais por qualquer vago motivo, logo acrescentada, a 12 do mesmo mês, com a proibição de propaganda subversiva “verbal ou escrita, pública ou clandestina” (cit. *in* Lemos, 1990: 114). A par, aguerridos grupelhos com soldada republicana ensinam aos jornais monárquicos as virtudes do novo regime. Finalmente, a guerra pretexta mais restrições, alargando a atividade da censura⁴⁷². Assim, mesmo os decretos de lei (9 de janeiro e 13 de abril de 1918) promulgados no consulado de Sidónio Pais, ora instituindo como mecanismos de controlo legal o exame prévio e a censura à imprensa, ora mantendo a suspensão de jornais já encerrados e conjeturando a suspensão de outros, não farão mais do que efetivar uma situação com já longos precedentes.

Findo o Sidonismo e reconduzida à constitucionalidade, a República reconsagra as anteriores liberdades da imprensa, cuja restrição ou suspensão, no entanto, não deixarão de estar entre as primeiras medidas de qualquer governo ante uma situação de crise – e são inúmeras até ao 28 de Maio. Já então, o sucesso do golpe determina que as trocas de poder se façam dentro de um heterogéneo grupo composto por republicanos conservadores, monárquicos, e mesmo sindicalistas, cujas profundas divisões políticas se refletem, nas liberdades de imprensa. Cabeçadas cai logo a 17 de junho, e, com ele, um breve período sem restrições, conforme era a sua conceção do regime. Compreendendo que o novo posto depende grandemente da sua capacidade de se fazer aceitar junto da opinião pública, Gomes da Costa ordena e revoga (5 de julho), em poucos dias, o estabelecimento do regime censório. Ao tomar o poder, Óscar Carmona concede um reforço legal (29 de julho) ao princípio da liberdade de imprensa, mas a censura acaba por voltar sem respeito pelo preceituado na lei.

O plebiscito da nova constituição, em 1933, para além de conferir uma base constitucional ao regime, consagra uma ditadura de carácter civil. Em teoria, assegura-se a liberdade de expressão e de

⁴⁷² Em concreto, o decreto de 14 de novembro de 1914, que proíbe a publicação de notícias relativas às forças militares portuguesas sem origem oficial, depois reforçado pelo decreto nº2270 e pela Lei nº 495, de 28 de

imprensa, regulando-a através de leis especiais de teor preventivo ou repressivo contra a perversão da opinião pública e pela salvaguarda da integridade moral dos cidadãos. Alicerçado na Lei Fundamental, o regime censório instituído em decreto de 11 de abril de 1933 beneficia do vazio legal inerente à sua aplicação, posto que pouca regulamentação – tão-só uma carta de 28 de agosto de 1931 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura – lhe assiste, embora se venha a subordinar administrativamente, e até 1974, a distintos órgãos. A ideia de que tal repressão é sempre ideológica fica bem clara, mormente a partir de 1945, quando os abusos de liberdade de imprensa passam a ser julgados pelos mesmos tribunais que julgam crimes políticos⁴⁷³.

2.5 Imprensa e opinião pública

Um problema, afinal, que não se extingue na discussão do analfabetismo e das mentalidades é o da opinião pública⁴⁷⁴, ou mais concretamente, o do ser o jornal um veículo dessa opinião. É possível, por um lado, conceber que o jornalista integra e é, ele mesmo, participe do que se entende aqui por opinião pública ou de uma corrente dentro dessa opinião; de igual modo se concebe que a aceitação da imprensa possa ser tanto maior quanto maior a sua capacidade de veicular o que é do interesse da sociedade saber ou afirmar; porém, um jornalista e um jornal, ainda que integrando a opinião pública, estão, por via do conhecimento e controlo da informação, acima do leitor comum – não há informação jornalística não vertida jornalisticamente, ou seja, a transmissão da mensagem é unidirecional fazendo recurso a um canal, um código e um contexto que são os do transmissor: a opinião pública, como a entende este trabalho, pode ser um produto da ação da imprensa, mas esta só vagamente pode ser vista como um reflexo dos seus leitores.

Todavia, a impossibilidade de tomar a imprensa como um reflexo da opinião pública importa, inversamente, à possibilidade de vê-la como um reflexo de grupos de interesses específicos, seja dos que vulgarmente integram as cúpulas do poder, seja dos que pretendem tomá-lo. Dir-se-ia, portanto, e

março de 1916, pela qual se reativa a censura prévia.

⁴⁷³ Já então o decreto de 14 de maio de 1936 obriga os proprietários da imprensa a fazer prova quer de idoneidade intelectual e moral, quer dos meios financeiros para estabelecer novos jornais ou suprir despesas de manutenção, sob pena de autuação e suspensão – medida que em pouco ou nada difere do licenciamento prévio previsto nas medidas oitocentistas para cercear o surto da imprensa revolucionária. Depois, a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), depois Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), cumpre no século XX, como certas intendências policiais Pombalinas, essa sempiterna tença política de ver e saber controlada a opinião pública de a imprensa é expressão fundamental, mormente no que respeita à manutenção do próprio regime.

⁴⁷⁴ Perfilha-se, aqui, a definição de Habermas: “[...] the tasks of criticism and control which a public body of citizens informally – and, in periodic elections, formally as well – practices vis-à-vis the ruling structure organized in the form of a state [ou seja] The public sphere as a sphere which mediates between society and state, in which the public organizes itself as the bearer or public opinion [...] public opinion can by definition only come into existence when a reasoning public is presupposed” (1962: 49,50).

reiterando a ideia de que se trata aqui de um período específico da história e, mais concretamente, da própria evolução da imprensa, que a discussão política só raramente sai, na realidade, da esfera da sua própria criação, ou seja, da das forças sociais em disputa e, ademais, com representação na imprensa, pelo que é estreita a correlação entre a situação conjuntural e a da imprensa. A imprensa publicada entre 1917 e 1926 pode bem dar conta de um país convulsionado, mas só indiretamente isso parece chegar a uma parte da população, como há mesmo quem não tenha qualquer percepção dos fatos, nem esteja, sequer, na disposição de aceitá-los como realidade ou de agir sobre estes.

Posto isto, será oportuno reiterar, que não cabe a este trabalho atentar nas representações e efeitos do processo revolucionário russo ao nível da opinião pública, mas apenas da imprensa portuguesa coetânea e dos grupos e interesses que representa.

2.6 Imprensa e grupos de interesse

Falou-se, atrás, da generalização, em Portugal, de um modelo misto de imprensa, em que cada jornal procura, a despeito de eventuais filiações ideológicas, reger-se pelas necessidades e tendências do mercado. Na verdade, uma vez compelida a assegurar a sua sobrevivência económica, toda a imprensa se sujeita a vários interesses, sejam estes anónimos ou conhecidos, comprometidos ou independentes. Assim, a distinção entre imprensa ideológica e generalista acaba, inevitavelmente, por viver muito mais de uma associação, declarada ou suposta, a um qualquer grupo ou ideologia, do que de uma diferença real de conteúdos – apenas entre generalistas, espelha-o o facto de o *Século* vir a ser controlado pela União dos Interesses Económicos⁴⁷⁵, ou de o DN servir os interesses da Moagem; também o facto de a *Batalha* ser sempre vista como um coio de soviéticos, mesmo quando lhes chega a ser absolutamente contrária a sua linha editorial; mas espelha-o também a extraordinária uniformidade com que a Revolução Russa é recebida por toda a imprensa. Depois, são inúmeros, no período em estudo, os grupos de interesses com representação ao nível da imprensa e muitas mais as folhas ideologicamente afiliadas.

Entre as forças republicanas, e à esquerda, o Partido Democrático corresponde ao Partido Republicano Português (PRP), do qual herda a ação, a estrutura e a política de centro-esquerda – ligam-se-lhe folhas como o *Rebate*, o *Mundo*, a *Montanha*, transitando os dois últimos para o Partido da Esquerda Democrática, com a cisão de José Domingues do Santos, em 1925: mas também outras folhas republicanas, pretensamente independentes, como a *Manhã*. Sem derivar do PRP, mas igualmente à esquerda e perfilhando o regime republicano, encontram-se o velho Partido Socialista (1875), animado, na imprensa, pelo *Combate* e também, durante algum tempo, pelo *Vitória*; o Partido

⁴⁷⁵ Gaba-se o *Século*, na sequência do 28 de Maio, de registar que “Foi toda a imprensa portuguesa, com exceção apenas de dois ou três jornais, que tornou possível o êxito do último movimento militar, dirigindo aos políticos corruptos que dominavam Portugal um ataque de tal modo encarniçado que o ambiente que se lhes

Comunista (1921), formado como secção portuguesa da Internacional Comunista sobre a extinta Federação Maximalista Portuguesa (FMP) (1919), de que herda a *Bandeira Vermelha*, mais tarde substituído pelo *Comunista*; e o grupo da revista *Seara Nova*, embora este, mais apostado numa renovação cultural do país, nunca se assumia como uma força partidária. Neste lado do espectro político, embora aparentemente desligados da questão do regime e das lutas partidárias, podem também ser referidos os anarquistas, mantendo publicações como a *Sementeira*; e os sindicalistas da CGT, em cuja *Batalha* se inscrevem alguns dos episódios da cisão operária.

À direita, é mais atribulada a compreensão das divisões e uniões republicanas, impondo-se gizar a história dos agrupamentos partidários quase desde a implantação da República. Logo em 1911, Brito Camacho e António José de Almeida, disputando os despojos da União Nacional que elegera Manuel de Arriaga, formam, respetivamente, a União Republicana e o Partido Evolucionista Português – aos unionistas, ligar-se-á sempre o jornal *A Lucta* e, aos evolucionistas, o *Republica*. Estas forças políticas não só não conseguem obstar aos democráticos, como nem granjeiam manter grande unidade: dos unionistas forma-se, em 1917, o Partido Centrista, ligado ao diário *Opinião*, depois acrescentado em efetivos e designado por Partido Nacional Republicano na sequência do 5 de Dezembro. Da cisão de Júlio Martins com os evolucionistas resulta, em 1919, o Partido Popular (1919), que manterá o diário *O Popular* e de que derivará ainda o Partido Radical (1921), que agrega inúmeros partícipes e apoiantes do golpe de outubro, que põe termo às vidas de Machado dos Santos, António Granjo e Carlos da Maia, e não chega nunca a ter um verdadeiro órgão de imprensa. De permeio, porfia ainda o Partido Reformista de Machado dos Santos (1911-1918).

Curto, o consulado sidonista acabará por mobilizar também uma boa parte da imprensa mais conservadora, republicana ou monárquica, ou por levar à criação de novos jornais, como o *Tempo* e o *Situação*, que vêm também, posteriormente, a representar o Partido Republicano Presidencialista. No entanto, o retorno das hostes sidonistas às suas origens unionistas ou evolucionistas marcará a reforma, mais partidária do que propriamente política, dos chefes Camacho e Almeida, bem como a fusão das duas forças no Partido Liberal Republicano. A este processo, junta-se o do rompimento de Álvaro de Castro com P.R.P., pela formação do Partido Reconstituente (1920), momentaneamente representado pelo *Vitória*, posto que reconstituintes e liberais se acabarão por fundir no Partido Nacionalista (1923). Nem assim, contudo, a direita republicana ficará mais coesa ou homogénea, vindo a formação da Acção Republicana (1923) e da União Liberal Republicana (1925) assinalar, respetivamente, as incompatibilidades de Álvaro de Castro e de Cunha Leal com os Nacionalistas, desde logo tão bem expressas em jornais como a *Opinião* e a *Vitória*.

Implantada a República, só em 1915, os católicos, e em 1918, os monárquicos, vão a votos. Os primeiros, organizados em torno do Centro Católico Português (1917), herdaram uma boa parte do aparelho e dos elementos do Centro Académico da Democracia Cristã, surgido já pelo final da

criou acabou por os asfixiar.” (24/6/26:1).

Monarquia e reestruturado, em 1912, por Salazar e Cerejeira, cujas opiniões passam sempre pela revista *União*. No entanto, outros jornais vêm já pugnando pelos católicos, como a *Ordem*, o *Diário do Minho*, a *Época* e o *Novidades*, vindo os dois últimos a ventilar, a partir de 1921, acesa discussão em torno da questão do regime.

A mais importante de todas as fações monárquicas, a Causa Monárquica, organiza-se por volta de 1914 e subordina-se à figura de D. Manuel II, no exílio e representado, em Portugal, por Ayres d'Ornellas – na imprensa, representam-na o *Diário Nacional* e, oficiosamente, o *Correio da Manhã*. Até 1919, a sua hegemonia entre os elementos realistas é praticamente incontestada. Conta mesmo com o apoio dos prosélitos do Integralismo Lusitano, em ascensão desde 1914, conquanto este movimento preconize uma forma de governo assente num forte tradicionalismo e nacionalismo, na religião, na autoridade e até num certo antiliberalismo, vertidos das doutrinas de Sorel e Maurras e da ordem social definida, sobretudo, por Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*, e se faça representar pelos seus próprios jornais, como a *Monarchia* e a revista *Nação Portuguesa*. Será mesmo a impossibilidade de D. Manuel, preso a um juramento constitucional, de aceitar o seu preceituário ideológico para uma remodelação geral da sociedade portuguesa que irá determinar a transferência do seu apoio para a candidatura de D. Duarte Nuno, do ramo miguelista, ao trono, já estruturada desde 1912 no Partido Legitimista, a que sempre aparece ligado o jornal *A Nação*. Pelo meio, pretendendo conjugar as doutrinas tradicionalistas com o apoio a D. Manuel II, é criada, em 1923, a Acção Realista Portuguesa, que chega a publicar o diário *Acção Realista*.

A União dos Interesses Económicos (1925) é o último agrupamento político a merecer, aqui, destaque. Formada do progressivo apagamento da Confederação Patronal na sequência do assassinato do seu presidente, Sérgio Príncipe, a meio do ano de 1923, acabará congregando vários financeiros, grandes comerciantes, industriais e proprietários rurais – as chamadas “forças vivas” – que assim entendem poder defender-se melhor contra o recrudescimento das lutas operárias. O seu controlo sobre um jornal como o *Século* envolve, então, não poucas polémicas.

São inúmeros, portanto, os grupos que se digladiam durante a I República ou apenas durante o decénio em estudo, mas são muitos mais os jornais e revistas que os servem, nem correspondendo os mencionados à totalidade dos consultados para este trabalho. Nada mais haja a discutir e salta já à sugestão, portanto, que o facto de estar ainda por escrever tanto uma boa história da imprensa, como das formações políticas em Portugal, será porventura a melhor evidência da inseparabilidade destes temas, pelo menos para alguns períodos da história nacional. Mas este será também, porventura, o maior castigo por se continuarem a privilegiar quaisquer outras fontes em detrimento da imprensa.

**III CAPÍTULO – A REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA
PORTUGUESA**

1. RECEÇÃO – A representação da Revolução Russa na imprensa portuguesa

1.1 A Rússia entre Revoluções – o ano de 1917

1.1.1 A Revolução de Fevereiro

A despeito de algumas raras referências à Rússia, o bulício dos primeiros anos da República Portuguesa parece ter imposto não um esquecimento, mas um relativo alheamento face a este país e às suas questões, que só a guerra reposiciona no espetro do interesse da imprensa. A sua presença, escreve Paulo Guinote, é “[...] um pouco diferente da que caracterizava a generalidade das restantes nações europeias envolvidas na Grande Guerra [...]” posto que “[...] as informações que lhe diziam respeito apareciam normalmente em último lugar e [...] acabava, quase sempre, por ser analisada ao nível da curiosidade exótica, tanto ao nível dos seus costumes, como em relação à imensa extensão dos seus longínquos territórios.”⁴⁷⁶. Não andando longe da realidade, é mor que se tenha conta que a imprensa portuguesa depende noticiosamente das congéneres de França e Inglaterra, bem como das grandes agências de informação aí sedeadas; ainda, que sobre toda a informação se faz sentir uma ação censória pouco permeável aos desaires aliados. Depois, Guinote diz ainda que até ao início da Revolução de Fevereiro a imprensa portuguesa apenas destila pequenas informações sobre sucessos militares na Bessarábia e sucessivas alterações ministeriais⁴⁷⁷, radizando aí a uma boa parte da surpresa que o movimento, defende, constitui para a imprensa. Verdade é, porém, que a imprensa não esconde o ambiente de grande contestação social que se faz sentir desde o início do ano, como verdade é que que escondê-lo poderia potenciar a perceção de que algo está na forja.

De facto, qualquer que seja então o peso noticioso da Rússia, os rumores da existência de uma facção germanófila na corte e de um eventual entendimento com os Centrais vêm envolvendo o império desde o início do conflito e acirrando ainda mais os ânimos entre a Duma e o monarca; depois, dificilmente passa ao lado, nem que apenas dos jornalistas ou dos leitores mais informados, que ali se vem acentuando, desde o início do ano, uma vaga grevista, que culmina, justamente, com a tomada do Palácio de Inverno, pelos soldados e operários, já a 27 de fevereiro (12 de março). Bem certo é que a Rússia que entra em Portugal com a Revolução de Fevereiro não é já a mesma para aqueles que, desde o século anterior, haviam lido Tolstoi, Turguenev, Kropotkine ou Stępnjak, enquanto acompanhavam pela imprensa e no conforto da vida caseira ou dos cafés da Baixa o estalar da guerra russo-japonesa e a Revolução de 1905. Mas, para estes – ligados, quase sempre, aos meios socialistas, sindicalistas e anarquistas – a mudança, qualquer que seja, não anda longe de condições de fundo já anteriormente conhecidas; para todos os outros, pouco acrescenta à tal curiosidade exótica com que a Rússia é já recebida. Ademais, é o próprio Guinote quem escreve que, “[...] em estreita relação com a constatação

⁴⁷⁶ Guinote, policopiado: 13.

dos problemas internos vividos na Rússia, assim como com o conhecimento da precária situação em alguns pontos da frente oriental, cruzam-se no *Século* e no DN as interrogações sobre a eventualidade de uma ofensiva russa e as mal disfarçadas dúvidas sobre a firmeza dos propósitos russos na guerra.⁴⁷⁸ Ceda-se aos jornais, portanto, a representação deste episódio da Revolução.

Assim, é já no dia 16 de março que o *Diário de Notícias*, ainda partindo de um radiograma publicado pelo jornal espanhol *La Nación*, anuncia o “Movimento Revolucionário”, contando que “O povo lança-se resolutamente na revolução, sendo secundado pelas tropas.” E que “Em Petrogrado, têm-se dado grandes tumultos, havendo mortos e feridos.”, assistindo-se a pilhagens (16/3/17:1). Por ora, a maior parte dos jornais republicanos fica-se pelo anúncio dos graves acontecimentos, observando uma contenção que a *Lucta*, perguntando já se “A revolução é manejo dos germanófilos para se chegar paz em separado [...] ou é promovida pela Duma, que desde há muito estava em luta contra o governo da presidência de Protopopov [...]” (16/3/17:1), mostra bem consciente, mesmo porque nenhum se esquecerá de aludir à abdicação do czar. Esta questão, aliás, aflora distintamente nos meios monárquicos, que ora explicam, como o *Dia*, que “[...] esta regência mais faz crer que a revolução não foi contra o império.” (16/3/17:1); ora assustam, como o *Liberal*, com as suas consequências para a guerra europeia, registando que “[...] na Rússia havia um partido que lutava pela paz imediata com a Alemanha.” e perguntando se “Foi este partido que triunfou com a revolução?” (16/3/17:3). A resposta, porém, surge logo no dia seguinte, com o DN a escrever que “Que a vitória do movimento revolucionário é a vitória dos partidários da guerra, afirma-o bem claramente a mensagem que o Sr. Rodzianko, presidente da Duma, dirigiu ao exército e à armada, pedindo-lhes para continuarem combatendo o inimigo, enquanto o governo provisório mantinha a paz no interior.” (17/3/17:1); e opinando que “Parece de bom agouro a rapidez com que se realizou a revolução e oxalá que os destinos da Rússia, tão ligados neste momento aos dos outros povos da Entente e que seguem a sua política, encontrem o seu curso normal e tranquilo, que garanta a união para a vitória!” (*idem*).

Comprometendo-se a dar “[...] uma impressão dos males políticos que ultimamente têm afligido a Rússia [...]”, o *Século* escreve que “[...] triunfaram os liberais que são afetos à entente.” e ainda que a revolução tem origem na “[...] burocracia irresponsável que não preparara devidamente o país para esse tremendo choque de forças e durante anos pusera irremovíveis obstáculos ao trabalho patriótico do parlamento e outras assembleias eletivas [...] porque os principais elementos dessa burocracia ou eram de origem alemã ou simpatizavam com os impérios centrais” (17/3/17:1). Reconhecidamente falho em fixar o motivo da abdicação do czar e da suspensão Duma, o jornal dá ainda conta da simpatia que o movimento recebe entre os Aliados, aí entrevendo o início da sua vitória. Ao lado, apresenta-se ainda uma biografia política de Nicolau II e do irmão, Miguel Alexandrovitch, que o deve suceder no trono. Na segunda página, informa-se que “[...] duas tendências opostas se manifestaram: uma pelo regime monárquico constitucional e a continuação da

⁴⁷⁷ Guinote, policopiado: 13, 14.

guerra e outra republicano-socialista, pela paz imediata.”, aclarando que “Venceu a facção partidária do regime monárquico constitucional e a continuação da guerra.” (*idem*:2).

Já no *Mundo*, onde a legitimidade da maioria parlamentar de que os democráticos gozam se parece reconhecer na Duma e no apoio popular à revolução que esta é dada a materializar, lê-se que "Em face dessa surda indignação que lavrava em todas as camadas sociais da Rússia, a revolta era inevitável. [...] A Duma era já per si a revolução em marcha, a revolução triunfando nas suas primeiras etapas. Agora é a revolução dominadora, destruindo o autocratismo e afirmando a vontade do povo." (17/3/17:1) – e para exemplo do bom povo português, arremata-se ainda que “O povo escravo [o russo] honra os seus compromissos e dignifica-se saudando os aliados. Viva a guerra! [...] Viva a liberdade!" (*idem*). Noutros jornais, afetos às direitas republicanas, é ainda bem distinto o entendimento dos acontecimentos, mostrando a *Lucta* certa preocupação com a manutenção da ordem na Rússia atrás da necessidade de manter “[...] os compromissos tomados pelo Imperador deposto, isto é, os compromissos da Nação russa.” (17/3/17:1), e não velando o *Republica* as suas dúvidas quanto às motivações revolucionárias da Duma, estando “[...] o Czar decididamente animado do espírito de guerra à outrance, fiel ao compromisso solene de Londres [...]”, afirmando, por isso que “[...] por maior que seja o esforço da nossa reflexão, não conseguimos dominá-lo e achar coerência e razão nesse acontecimento sem precisão nem lógica...” (17/3/17:1).

As notícias da revolução na Rússia não se limitam aos títulos apresentados, embora estes lhe deem mais desenvolvimento que outros; tão-pouco deixarão de se atualizar ao longo dos dias e meses seguintes e que a agitação vai tomando outra dimensão; e as dúvidas, também, não são exclusivas a unionistas, evolucionistas ou até monárquicos. No *Manhã*, jornal porventura mais à direita, mas não menos Democrático do que o *Mundo*, escreve-se que "A revolução na Rússia, noutro momento, teria sido objeto de uma aclamação geral, em todo o mundo livre e progressivo [...] Mas, no momento atual, há uma causa ainda mais sagrada do que a de um povo sofredor e oprimido.” (18/3/17:1). As dúvidas pesam, portanto, sobre todos, e a *Manhã*, que nem tenta escamoteá-las, pergunta se “Porventura pode esta revolução na Rússia, abolindo um regime interno iníquo, comprometer a guerra com o estrangeiro, que levanta a bandeira da servidão para todo o mundo [...]”, aceitando que “Da resposta que os acontecimentos lhe derem, tudo depende.” (*idem*).

Antes que tais respostas cheguem, porém, dá a imprensa as suas. Ainda a 18, ufana-se o *Século* de que “Os alemães confessam que perderam a ‘partida’” e que “A Rússia irá até ao fim” (18/3/17:1), dando eco, parece, à demais imprensa aliadófila europeia, que celebra os eventos. Em Paris, por exemplo, celebra-se a “nova” monarquia constitucionalista russa comparando-a com a revolução francesa..., pois não “[...] se viram bandeiras vermelhas içadas e se cantou a Marselhesa.”? (*idem*). Em Londres, mais pragmática, a imprensa celebra o triunfo da “causa da liberdade” e sustenta que “[...] a Duma tem consigo toda a nação armada, porque defende as prerrogativas do povo.”

⁴⁷⁸ Guinote, policopiado: 15.

(*idem*). Nem o boato da rejeição da coroa pelo grão-duque Miguel, nem o de que a corrente preponderante “[...] é formada pelos republicanos e socialistas, que pretendem estabelecer instituições políticas conformes com os seus ideais.”, perturbam o sentido geral da notícia da ordem – a de que “A solidariedade russa com os aliados está de pé e os próprios alemães o confessam.” (*idem*).

A imprensa monárquica, sempre mais contida (e mais censurada), não abre mão de não ter findado a monarquia com Nicolau II, mas tão-pouco pode velar as dissensões ideológicas que a dividem. A 20 de março, perguntando se triunfou a “democracia” ou o “imperialismo”, o *Liberal* reconhece não importar, “[...] num momento destes, esse assunto secundário [...]”, posto que “[se] Acabaram os Ministros incompetentes e prevaricadores, e isso, por agora, foi o essencial ao povo russo; farto de sofrer.” (20/3/17:1). Menos dado a contemporizar com as necessidades do povo russo ou com concessões democráticas, porém, o órgão integralista *A Monarchia* teima que a “[...] a Revolução não é ainda um facto de onde se tirem lições políticas e não parece determinado o regime social a que ele tende.”, pressagiando que ou a Rússia adota uma forma de governo “[...] consentânea com a índole tradicional do seu nacionalismo e se prepara para viver a vida gloriosa que viveu outrora – ou se lança na sarabanda democrática e dentro em pouco, em vez de extintas, se olearão mais as seduções da indisciplina e da guerra civil contra as quais nada poderão as forças do sentimento que ligavam o povo russo sua dinastia.” (20/3/17:1). Já o *Dia*, assustando o arraial realista, assinala que “Esta capitulação das seculares monarquias, sem combate, sem resistência, desaparecendo de súbito da cena como se o tablado tivesse alçapões de mágica, é um sintoma gravíssimo de decadência das instituições históricas e que devia fazer pensar seriamente e em todos os países que se dizem defensores desses sistemas políticos [...]” (20/3/17:1).

Mas é preciso voltar ainda atrás, porém, para ler no *Século*, a 19, que o grão-duque toma “[...] a firme resolução de aceitar o poder supremo somente no caso em que tal seja a vontade do [...] povo, que deve, por meio de plebiscito e pelo órgão dos seus representantes, reunidos em assembleia constituída, estabelecer a forma de governo e as novas leis fundamentais do Estado Russo.” (19/3/17:1). Tal ato, correspondendo a uma aceitação do programa dos revoltosos, sossega também Paris, de onde se responde que “Os receios manifestados pela imprensa alemã estenderam-se ao público, sendo cada maior a inquietação manifestada pelo povo, pois acredita-se que o movimento visa a intensificação da guerra.” (*idem*). Mais abaixo, contudo, lê-se que enquanto o grão-duque discursa e Milioukov confirma que o “O governo [o] encarregará da gerência [...] sendo herdeiro do trono o czarévitch.”, a bandeira vermelha “[...] flutua em todas as casas e nas lanças dos soldados, tendo sido içada no Palácio de Inverno, depois de arriada a bandeira nacional.”; lê-se, também, que nas ruas de Petrogrado alastra o tiroteio entre a polícia e os revolucionários; lê-se, finalmente, que altas patentes do velho exército se vão acercando do poder (*idem*).

A 20 de março, talvez porque, em Paris, o “*Le Journal*, *Le Rappel* e outros diários desta capital reproduzem a opinião do *Século* sobre os acontecimentos na Rússia.” – quando este, então, não tivera opinião nem fizera mais que reproduzir informações e opiniões dos diários franceses e da Havas

– o *Século* agracia toda a França com a notícia de que “O povo russo formará um exército como o exército revolucionário francês [... e, como este...] lançará uma avalanche contra os impérios centrais.” (20/3/17:1). Adiante, informa-se que “O ministro da Rússia em Lisboa, Sr. Rotkine, solicitou uma audiência ao ministro dos negócios estrangeiros, para dar-lhe conhecimento do conteúdo da nota que o novo governo do seu país lhe transmitira sobre a queda do regime autocrático e a proclamação do regime constitucional.” – bem rápido se faz governo de um diretório de uma revolução com uma semana e se distingue entre o regime autocrático e a constitucionalidade de um regime em formação!

A questão da reprodução das notícias do *Século* em Paris, ainda, não pode deixar de interessar, impondo uma reflexão sobre a origem de algumas das informações publicadas. Atentar num tal aspeto permite perceber a dinâmica da formação e transmissão da matéria noticiosa neste período, quer no que revela dos conteúdos da imprensa de outros países, quer no que potencia uma conformidade desses conteúdos entre a imprensa interaliada. Este fenómeno é tão mais interessante quanto melhor se clarifica que são inúmeras as formas de condicionamento da imprensa, mas que esta, amiúde hostil a situações de controlo e censura, não só se pode servir de conteúdos e modelos informativos das imprensas aliadas para legitimar a publicação de algumas notícias em Portugal, como, muitas vezes, vê nessa forânea origem uma garantia da sua veracidade. Assim, muitas das notícias que chegam à imprensa portuguesa são formadas cumulativamente pela apresentação de factos díspares e apresentados ao longo de um maior ou menor período de tempo e a que esse mesmo tempo, bem como a origem e circulação por órgãos de informação estrangeiros conferem a unidade narrativa e lógica em que se pretende fundar a verdade⁴⁷⁹. Isto, também, porque pouco ou nada chega da imprensa dos impérios centrais que não passe pelo crivo da aliada⁴⁸⁰. Por ora, e porque apenas se introduz com uma curta abordagem da Revolução de Fevereiro aquele período verdadeiramente em estudo e que se inicia com a Revolução de Outubro, queda-se a evidência pelo *Século*. Não faltando muito para que o aparecimento de detratores deste tipo de conteúdos venha impor uma apreciação mais profunda do referido fenómeno, demonstra-se já a existência de uma conformidade informativa à sombra da qual, tanto o governo revolucionário russo, como os demais países da Entente se lisonjeiam e jogam a sua aliança, embandeirando os mais altos valores, a despeito das reais intenções. Tornar-se-á notória, por exemplo, até outubro, a exploração dos feitos de guerra russos, conquanto se torne impossível, a partir do verão e face ao progressivo ascenso maximalista, esconder as derrotas.

Por ora, em Portugal, o tutelar dos Negócios Estrangeiros lê “[...] a ambas as casas do parlamento [...]”, para justificação do esforço de guerra republicano, aquela nota do homólogo russo

⁴⁷⁹ A título de exemplo, lê-se no *Século*, a 20 de março que chega de Londres que “Dizem de Gotemburgo que o correspondente em Copenhaga do ‘Aftenport’ afirma que a revolução russa estalou no momento em que entre os representantes de Protopopov e do governo alemão estavam sendo negociadas em Estocolmo as condições de uma paz separada, de verdadeira traição para os aliados.” (20/3/17:3)

⁴⁸⁰ A edição de 11 julho do *Século* exemplifica-o bem, quando, de Paris, “Dizem de Amesterdão que os jornais de Haia informam que nos dias 6 e 7 estalaram novos tumultos em Colónia por causa da diminuição das rações de carne (11/7/17:1).

(*Século*, 21/3/17:1). Já na Rússia, declarando saber que a França “[...] havia de receber com alegria a notícia do gesto da Rússia, que derrubou em algumas horas um poder detestável.” (*idem*), Milioukov esquece que a mesma França preparou e financiou a Rússia para uma intervenção contra a Alemanha. Depois, Nicolau e o seu filho são, diz-se, conduzidos à Crimeia, está conjurada a falta de víveres, neva abundantemente e reina a melhor ordem... Acontece apenas que “Os laboristas e os anarquistas defendem com entusiasmo os seus ideais [...]”, supondo-se que “[...] em Petrogrado ainda a ordem não está restabelecida.”; mas não só os “[...] movimentos da envergadura e do alcance da revolução moscovita não se fazem sem profundos sobressaltos, sendo lógico que leve tempo a tudo entrar, por completo, na normalidade.”, como “A ação dos laboristas e dos anarquistas não é turbulenta, nem sequer desordenada; é sim muito enérgica, muito entusiástica [...]” (*idem*).

Sem ir, para já, além do mês de março, fica claro que o movimento revolucionário seduz, com maiores ou menores dúvidas, os órgãos republicanos e generalistas, enquanto divide os monárquicos pela nem sempre óbvia barreira entre os tradicionalistas e as demais fações (integralistas e legitimistas). Entre os jornais consultados, não é possível apurar ainda uma posição católica ou operária, que a breve trecho merece a sua reflexão. Tudo isto, contudo, mostra como, entre os mais distintos entendimentos e representações do movimento, a manutenção russa na guerra surge sempre como a preocupação maior desta imprensa, igualando-a ou acentuando-a face ao que foi já no primeiro mês do movimento. Mas uma tal situação responde também à aventada possibilidade da imprensa ter sido surpreendida pelos eventos. Uma tal surpresa pode, como supõe Guinote, ser devedora do desconhecimento das coisas da Rússia e do peso que se lhe confere ao nível das manchas de texto – eis, todavia, uma visão sobejamente paternalista se acaso se considerar a situação política em Portugal, onde, aliás, o monarca caíra apenas sete anos antes, bem como todos os condicionalismos que levam o país à guerra; na realidade, porém, parece dever muito mais à necessidade de tratar de factos, que só pela sua magnitude transpõem a censura, e da expectativa e do receio em que estes vêm deixar a posição aliada e, consecutivamente, os interesses da participação portuguesa na guerra. Tal diferenciação não é veleidosa e Guinote, que critica a César Oliveira o “[...] facto de ter optado por começar a sua análise da imprensa apenas a partir de outubro, parecendo esquecer-se que as posições então tomadas pelos analistas portugueses surgiam na sequência de um processo despoletado vários meses antes.”⁴⁸¹, deveria sabê-lo, posto que ele próprio, que deixou a sua análise por 1918, está longe de poder considerar em quanto influiu na representação e reconhecimento dos bolcheviques e da URSS no estrangeiro a sua defeção da guerra. Custa a crer que, em Portugal, que a custo negociara com a velha aliada a sua participação no conflito, não se compreenda o ónus moral que uma defeção do género, ademais deixando uma tão grande dívida de guerra para trás, traz a um país que esperou entrar no conflito para deste não sair a perder. Tão mais consciente destes factos quão mais política e

⁴⁸¹ Guinote, policopiado: 8.

partidariamente comprometida, a imprensa mostra-se até, e contrariamente ao que acontecerá com a Revolução de Outubro, capaz de interpretar o significado de uma tal mudança política.

1.1.2 O crescimento bolchevique – poder dual e crise política

Até ao verão, estes enérgicos entusiastas que os jornais portugueses declinam, em março, por republicanos-socialistas e já depois por laboristas e anarquistas, tornar-se-ão socialistas moderados, socialistas radicais e maximalistas, ainda que tal evolução não vá muito além dos termos. Por ora, contudo, da imprensa republicana ou até generalista, embora integrando alguns focos de ceticismo, dir-se-ia sem grande erro que alinha pela defesa da revolução e que se para isso pode ou tem até interesse em negligenciar questões como a da manutenção do regime monárquico, pode igualmente entender que lhe cumpre não dar excessivo relevo às divisões políticas naquele país – eis uma coisa, contudo, que esta imprensa não confunde, a despeito de algumas críticas. Pela edição de 19 de abril do DN, por exemplo, os leitores tomam conhecimento de que “O ‘leader’ da extrema-esquerda, Lenine, que havia emigrado para a Suíça, regressou já a esta capital [Petrogrado].” (19/4/17:1). Dois dias depois, revela-se-lhe parte do programa político, escrevendo que “[...] querendo falar, diante do ‘comité’ de delegados, operários, soldados e deputados na necessidade de concluir a paz e reduzir a Rússia propriamente dita a Moscovo, rodeada de pequenos Estados independentes, [Lenine] suscitou uma grande indignação no auditório foi apupado e assobiado, tendo de fugir.” (21/4/17:1).

Mas a situação não se fica por aqui, e repetir-se-á a cada vez que um jornal pretenda mostrar este programa como avesso à causa aliada – referindo-se aos sociais-democratas, o *Republica* de 4 de maio escreverá, por exemplo, que “São estes que hoje fazem mais barulho no palácio da Táurida, mas sem encontrarem nenhum eco no país. [...] e que] Na realidade, não deve exagerar-se o perigo que constituem.” (4/5/17:1). Ademais, informa-se que “No seu grémio acaba de produzir-se uma cisão: há agora os minimalistas, mais numerosos, que querem o trabalho, a derrota da Alemanha, e os maximalistas, únicos que se declaram pacifistas e advogam o termo da luta.” (*idem*). Tão-pouco, doravante, se vela a existência dos soviets e da sua ação junto do poder executivo na configuração, embora nem sempre claramente explicada, de uma bipolarização de poderes. Pela *Lucta* de 28 de abril, sabe-se que “Há um Governo Provisório geralmente acatado, e os vários comités que *a latere* dele funcionam, se não reforçam a sua ação diretiva, pelo menos não a perturbam grandemente.” (28/4/17:1). Menos seguro, o DN escreve, a 6 de maio, que “O ‘comité’ misto de operários e soldados que se apoderou do Palácio de Táurida, forma ao lado do governo provisório uma espécie de governo anexo muito incómodo, porque toma resoluções desordenadamente e sem refletir.” (6/5/17:1) – virá depois o anúncio de que “O conselho dos delegados dos operários e soldados comunicou à imprensa uma moção que adotou relativamente à nota que o ministro dos Negócios Estrangeiros dirigiu no dia 1 do corrente às potências aliadas.” e em que precisamente se censura o abandono “[...] da renúncia da política de conquistas que o mesmo governo provisório proclamou em 27 de março.” (8/5/17:1)

Aos poucos, a imprensa torna claro que a constituição e atividade dos soviets é inseparável da contestação social pela melhoria das condições de vida e pelo fim da participação russa na guerra, em que a influência, penetração e controlo das ideias maximalistas se vão também tornando mais notórias. O mesmo DN que, a 3 de maio, informa que “[...] numerosos cortejos percorreram as ruas, indo assistir aos comícios do 1º de Maio.”, não se trabalhando “[...] em parte alguma.” e reinando “[...] o mais absoluto sossego, notando-se a organização e a disciplina da multidão, que procedeu com a maior liberdade e sem a mínima oposição dos elementos adversos.” (3/5/17:1); dirá, logo a 6, que se tem produzido “[...] uma certa agitação nas ruas principais. [...] e que] uma manifestação leninista avançou pela rua Morskaia, em direção ao ministério dos negócios estrangeiros e ao palácio do governo. Imediatamente se formou uma contramanifestação em que tomaram parte não só populares, como também soldados, a qual dispersou os agitadores.” (6/5/17:1). Conclui-se, então, que “É neste terreno favorável aos agitadores, que o governo se tem esforçado por modificar [...]”, que Lenine reapareceu: “[...] conhecido revolucionário, bastante inteligente, foi professor da Universidade de Moscovo. Honestíssimo, [...] contudo um dogmático apaixonado e irredutível [...] e a sua atividade, inspirada em puros princípios ideais, traduz-se na prática a um formidável auxílio à causa alemã. Na opinião dos alemães, Lenine deve ser no seu país um defensor dos interesses da Alemanha.” (*idem*). Bem certo é que a imagem de Lenine e dos maximalistas mudará bastante nos próximos meses; por ora, porém, o jornal não só se mostra capaz de fazer justiça às qualidades do revolucionário, como se refere, sem exceção, a todos os factos, figuras e forças da revolução.

Não tanto, contudo, que se esquivem aos ataques que, para consumo interno, os monárquicos vão desferindo – a gestão do processo não é feita do mesmo modo por todas as fações realistas, que ora se prestam a reflexões sobre as causas da queda dos Romanov e suas presentes condições de vida, conforme se podem ler no *Liberal* ou no *Dia*; ora se atêm na incapacidade dos regimes monárquicos europeus de resistir aos avanços republicanos e liberais, como o fazem os integralistas do *Monarchia*. Aos republicanos, porém, atiram as falhas na democratização russa e, cada vez mais real, a sua defeção da guerra. A 8 de maio, o *Liberal* declara que “A notícia de maior sensação que o telégrafo nos trouxe, é sem dúvida a da resolução tomada pelo ‘comité’ de operários e soldados de fazerem o possível para que todos os beligerantes obriguem os respetivos governos a encetar negociações para a paz.”, logo perguntando “Que comentários fará agora a imprensa democrática [...]” (8/5/17:1). Mais cáustica e adindo mais uma referência à bipolarização do poder na Rússia, a *Monarchia* junta, dias depois, que “Visto que os jornais jacobinos perderam a fala... e o entusiasmo que a democratização da Rússia neles despertaram, continuemos nós a notar as confirmações que a contraprova do tempo veio trazer às deduções feitas no nosso jornal.” (10/5/17:1) – àquela resolução do Soviete e às conversações que parece ter envolvido, o jornal acrescenta “[...] manifestações e [...] motins mais ou menos sangrentos nas ruas de Petrogrado.” (*idem*).

Pela imprensa monárquica afina ainda a católica, e conquanto a Santa Sé encare “[...] com extraordinário interesse os acontecimentos na Rússia, bem como a transformação sucessiva daqueles

organismos políticos de que já despontam os primeiros sintomas de liberdade religiosa que o governo provisório vai concedendo ao povo.” (*Diário de Notícias*, 21/5/17:1), os católicos portugueses não lograram ainda superar a questão do regime. Muitos terão ainda presente o ímpeto revolucionário e anticlerical dos primeiros dias da República, pelo que cedo os preocupam os efeitos que as ideias avançadas possam ter no processo revolucionário russo, que por esta mesma razão tendem a desconsiderar. O que não é de esperar é que é em algum dos seus órgãos de imprensa se venha a aceitar o ato revolucionário como natural à evolução humana ou mesmo se declare a filiação cristã de alguns princípios anarquistas, conforme o faz o *Echos do Minho* na sua edição de 4 de abril, não só escrevendo que “[...] a revolução russa assumiu um carácter puramente social, registando como direito humano o que se convencionou chamar conquistas liberais.”, mas ainda que parecendo os anarquistas “[...] as figuras dirigentes do novo regime russo. [...] deve-se notar aqui que a filosofia anarquista não é constituída, somente, pelo negativismo. [mas] Tem uma parte positiva, com funestos exageros e entre eles algumas verdades recebidas da civilização cristã. [e que] Irrealizável como código fundamental, tem todavia possibilidades como tendência.” (4/5/17:1). É provável que o articulista venha a bater-se pela monarquia, daí por uns meses, ao lado de um integralista, sendo muito difícil alcançar o completo sentido de uma tal asserção, mas não sendo ainda o tempo de se desforrarem pelo fim da hegemonia ortodoxa na Rússia, é possível que os católicos se estejam vendo como o melhor ponto de equilíbrio para sociedades em transformação⁴⁸². Depois, não passará um mês antes que o *Echos* se encarnice, ao insinuar, para susto de muitos republicanos, que “[...] depois das reformas russas, resultantes da luta entre duas correntes revolucionárias, a burguesa e a socialista.”, começam a ter especial oportunidade as ideias de inúmeros pensadores “[...] que sentem ou, melhor falando, que temem que a vitória nesta guerra dê aos socialistas preponderância no futuro.” (29/5/17:1).

Da imprensa operária e para este período concreto, apenas com a posição da *Sementeira* esta tese teve um contacto direto. Longe de se pretender caracterizar todas as posições operárias, o que se pode por ver esta publicação anarquista é que, inversamente a monárquicos e católicos, entre os meios operários o apoio dado à revolução cresce à medida que vão sendo conhecidas as orientações de algumas das forças que lhe estão na base. Não será displicente, portanto, que a revista que, apenas em maio e invocando a falta de informação fiável alude ao processo revolucionário, regista que "Essas classes – a burguesia industrial e comercial, representada pelos partidos liberais e republicanos – serviram-se do descontentamento provocado nas massas pela crise económica e pelos desastres militares, e pretenderam porventura prevenir uma revolução mais grave, mais funda, mais social, antecipando-se a ela." (1917, nº17 (68): 261), escreva já, em junho, que "O que mais nos interessa [...]"

⁴⁸² Escreve-se, aliás, que "Na verdade, com vinte séculos de cristianismo que trouxe ao mundo a noção da dignidade humana, e da igualdade de todos os homens, já não é possível governar os povos contra vontade dos mesmos povos, antes as formas têm que ser perenemente modificadas, consoante os mesmos povos as hão modificado com hábitos novos." (*Echos do Minho*, 4/5/17:1).

é a afirmação do princípio essencialmente revolucionário da fiscalização e pressão sobre o governo e da organização das forças revolucionárias capazes dessa missão [...] um ‘segundo poder’... anárquico ao lado do Governo.” (1917, nº18 (70); 273-274), reconhecendo, ademais, e não sem contradição, que “Na Rússia, por iniciativa dos socialistas, organizaram-se imediatamente as forças populares revolucionárias de todo o país, por parte da organização particular de cada opinião, ou partido – e o Governo lá foi aos empurrões, a Revolução tem avançado, quando pretendiam detê-la num czarismo atenuado na forma, com imperialismo e tudo... Esplêndida lição!” (*idem*).

A despeito da natureza de algumas notícias, não se foge muito à realidade afirmando que os acontecimentos na Rússia estão longe, pelo menos até julho, de alcançar um grande relevo no panorama noticioso nacional. Expectante, a imprensa refere-se, essencialmente, ao reinício da ofensiva russa, mas nem por isso, contudo, vai deixando de definir, primeiro, as clivagens entre elementos liberais e socialistas, e no seio destes, depois, entre socialistas moderados, socialistas revolucionários e maximalistas – o poder dual é do seu conhecimento e em seu torno definem-se, viu-se já, posições e comentários com reflexos na política interna.

As notícias de uma nova ofensiva russa chegam à imprensa pelo final de junho, com confirmação oficial alguns dias depois. Em estado de graça, a Rússia surge diariamente e impondo pesadas derrotas, onde quer que peleje, aos exércitos dos impérios centrais e Kerensky distingue-se cada vez mais como um herói. Aquando das revoltas de julho (*Dias de Julho*), a imprensa portuguesa não lhes faz referência e é com surpresa, portanto, e já antecipando premonitoriamente as notícias de um recuo russo, que elas surgem a 20 desse mês. O *Século* fala de “Sérios acontecimentos em Petrogrado – Forças do governo contra forças rebeldes que se renderam.” e explica que “[...] o conselho dos delegados dos operários e soldados e o comité dos aldeãos [...] votaram uma moção, por quase unanimidade [...] protestando contra as manifestações que as incitam a ocupar o poder, contra o qual esse manifestantes atentaram.” (20/7/17:1). Não diz o jornal, portanto, quantos eram “Os maximalistas [que] abandonaram a reunião antes da votação.” (*idem*). Dirá, contudo, no dia seguinte, que “A crise ministerial não chegara a declarar-se em vista do acordo estabelecido entre os diversos partidos que se uniram perante as tentativas de sublevação.” (21/7/17:1), inserindo, abaixo, uma biografia de Lenine, com a nota de que “[...] o chefe de estado maior generalíssimo russo prova mais uma vez que Lenine é um agente do estado maior alemão [...] enviado para o império russo para fazer a propaganda da paz separada com a Alemanha no mais curto prazo possível.”, cujas instruções “[...] [se] baseavam em comprometer o governo provisório aos olhos do povo, por todos os meios [...] recebendo dinheiro por um intermediário da legação alemã em Estocolmo.”; e ainda que Koslovski “[...] tem atualmente às suas ordens no banco de Petrogrado dois milhões de rublos.” (*ibidem*). A arrematar, fala ainda de um atentado, o segundo desde março, “[...] contra o Sr. Kerensky, ministro da guerra, em Polotzk [...] que não o atingiu.” (*idem*). Não menos surpreendido, o *Republica* pergunta: “O que significa a tentativa revolucionária de Petrogrado?” (21/7/17:1).

Como se veem os *Dias de Julho* à luz do conhecimento que então se tem dos factos é coisa

que cumpre não adiantar – dir-se-á apenas que a imprensa portuguesa, na esteira, aliás, de outra imprensa aliada, não hesitará em alinhar e relacionar as sublevações, os maximalistas e as notícias recentes de que estes agem a soldo da Alemanha. O que não se conta, portanto, é que em resultado da ofensiva na Galícia, morrem cerca de 200.000 soldados russos e os Centrais lançam uma contraofensiva numa frente que, até então, parece estável, acabando posteriormente por chegar a Riga – tamanho desastre militar, sem referência na imprensa portuguesa, precipita uma crise política na Rússia que se traduz, essencialmente, num abandono do Governo Provisório pelos cadetes. Entretanto, com o regresso dos soldados da frente de batalha, alastram os protestos e a violência, em que se envolvem operários, soldados e inúmeros marinheiros da base naval de Cronstadt. Vista como uma insurreição maximalista, a situação dá ao Governo Provisório uma possibilidade para refrear as atividades daquela facção e exilar alguns dos seus líderes.

Já na sequência das revoltas, é ainda o *Século* a folha que continua a manter maior interesse sobre a questão ou aquela que de maior informação dispõe ou vê até menos problemas no seu tratamento. Pelos dias seguintes, e enquanto Kerensky ocupa o lugar de chefe de governo – “Que ele é [...] a figura que predomina já na política do seu país [...] e...” por isso os germanófilos e os agentes da Alemanha o distinguem com o mais encarniado dos ódios.” (23/7/17:1) – informa-se da repressão e dissolução do soviete da esquadra do Báltico; das buscas domiciliárias em casa de Kamenev e Lenine, este último “[...] refugiado, provavelmente na Finlândia, em casa de Brouchebrouveritch, amigo íntimo de Rasputine.” (24/7/17:1); da detenção de Zinoviev; e da proibição da publicação do jornal *Pravda*, em cuja redação se encontram “[...] vários documentos, entre eles uma carta em alemão, escrita na fronteira sueca para Lenine, manifestando a satisfação do signatário pela ação dos maximalistas e afirmando que a sua influência será enorme em Petrogrado.” (25/7/17:1). Entretanto, também certa Madame Soumenson, recentemente detida no âmbito das investigações do financiamento alemão da atividade dos maximalistas, declara ter “[...] recebido subsídios para assegurar a publicação do *Pravda*, órgão leninista.” (*idem*).

Mas nem Kerensky está em Petrogrado, pelo que “[...] a crise não se resolve.”, nem “[...] há maneira de encontrar Lenine” (24/7/17:1), escreve o *Século*, juntando que os boatos são os “[...] de que Lenine e Trotsky, receando ser linchados pela multidão, preferem ser presos, tendo escrito para esse efeito às autoridades judiciais.” (25/07/17:1). Os factos, aliás, não podem pedir outra conclusão ao *Século*, senão que “Lenine fica assim de vez desmascarado como um agente alemão, fazendo votos a imprensa francesa que o ‘soviete’ se transforme no comité de salvação pública [...]”; e, ou porque a notícia chega de Paris ou porque o seu sentido se quer claro, escreve-se que “A Revolução russa [...] acaba de mostrar pela sua ofensiva que tem o ‘sentido’ da guerra, como a revolução francesa o teve.” (*idem*). A prová-lo, o fuzilamento dos revoltosos de Cronstadt, não suficiente trágico para que não se escreva que encontraram “[...] nas algibeiras de cada um de 350 a 1000 rublos.” (*idem*).

A “salvação pública” chega na edição de dia 26 de julho, quando os “comités”, reconhecendo Kerensky “[...] como um chefe autorizado e incontestado.” (*Século*, 26/07/17:1), possibilitam a

formação de um novo governo aumentado com representantes dos Cadetes. Não fosse a retirada russa na Galícia, que *O Século* ainda minimiza referindo a grande resistência revelada e reconhecida até pelo inimigo, e pareceriam estar mitigados os temores que, durante a última quinzena de julho, vêm arrebatando o jornal ao sossego em que deixara a Rússia na primavera – aos poucos, contraditoriamente, os maximalistas, seja pelas acusações que lhes movem, seja pela sua resistência e atos, puderam irromper por todos quadros de uma Rússia apaziguada e confortada com a sua nova situação política, que imprensa aliada ainda faz passar. Um a um, os nomes dos seus líderes são referidos e nem a possibilidade de um verdadeiro entendimento com os alemães pode velar que a perseguição que lhes é movida tem outras implicações e assenta em factos nem sempre claros. O protagonismo de Lenine é tamanho que a imprensa passa a designar por “leninista”, talvez inadvertidamente, todo o movimento maximalista. E nem na notícia da sua detenção, a 28 de julho, o *Século* esconde que “Em algumas cidades os soldados passaram buscas de casa em casa.” (25/07/17:1) informando do forte apoio que o líder teria nalgumas regiões, ou que “O jornal de Máximo Gorki publicou uma carta [...] na qual o pacifista nega ser agente dos alemães e afirma que não conhece madame Soumenson, que acaba de ser presa.” (*idem*), revelando a associação de algumas personalidades russas. Mas ninguém quer já acreditar nisto e a *Lucta* termina o mês escrevendo, exatamente, que “Na nova Rússia, a Alemanha conta com os separatistas já referidos e com as extremas-esquerdas germanófilas.” e que estas “Pregaram a desordem e a distribuição social das riquezas, na retaguarda, e a fraternidade, na frente de batalha, e no dia 16 de julho tomaram as armas em Petrogrado e ordenaram que na Galícia, quando os alemães avançassem, fugissem depondo as armas...” (31/7/17:1).

Lenine é compelido ao exílio e, a 13 de agosto, o DN anuncia já que “O agitador [...] encontra-se atualmente na Suíça depois de ter atravessado a Alemanha e de ter conferenciado com alguns políticos do império.” – no final do mês será anunciado em Berlim (30/08/17:1). Na ausência do líder, escreve o *Século*, “[...] o congresso maximalista realizou-se sob o mais absoluto sigilo, o mesmo acontecendo à imprensa socialista, excluído apenas o *Nova Jurna* [sic] de Gorki [...]” (15/8/17:1); sigilo em que o jornal vê uma “atitude patriótica” por parte dos maximalistas “intransigentes e cegos” (*idem*). Gorki, contudo, vai já alinhavando o seu destino ao lado dos maximalistas: na confirmação das acusações contra Lenine e dos demais líderes maximalistas, transcrita no DN, Burtzev, líder da comissão extraordinária de inquérito dirá dele que “[...] como escritor queremos-lhe muito e mostramo-nos sempre orgulhosos de o termos como compatriota. Como político está até agora cego e o seu jornal apoia os maximalistas, vibrando golpes formidáveis na defesa da Rússia” (15/8/17:1). A Rússia, portanto, já não ataca – defende-se – e até Kerensky, presidente do conselho, que por ocasião das eleições e da conferência da assembleia constituinte, “[...] põe em relevo as enérgicas disposições em que se encontra para salvar a Rússia do inimigo, da contrarrevolução e dos partidos maximalistas.” (*Diário de Notícias*, 28/08/17:1), dirá, aquando do encerramento dos trabalhos, que “A nossa autoridade apoia-se no povo e na dos milhões de soldados que nos defendem da invasão alemã.” (*Século*, 1/09/17:1), sugerindo que está aberto o caminho dos

alemães até Petrogrado.

Ao longo do mês de setembro, as notícias não logram esconder o desgaste da autoridade do governo constitucional, que acabará mesmo por perder as eleições para os soviets de Moscovo e Petrogrado, e por larga diferença, para os maximalistas: logo a 3, escreve-se no *Século* que a rivalidade entre as facções opostas tornara “[...] efêmeras e estereis as tentativas de colaboração.” e que se “De um lado, o partido dos cadetes e as classes burguesas mostram uma viva animosidade contra o partido revolucionário, o qual apontam como responsável do estado de desorganização a que as reformas e as lutas de classe conduzem o país.”, do outro lhe corresponde “[...] no seio das frações socialistas, uma desconfiança idêntica contra a classe burguesa, receando uma reação, tendente a uma contrarrevolução.” (3/9/17:1). No dia seguinte, traçando um negro panegírico do líder bolchevique Kamenev, o jornal dá conta da sua “escandalosa” libertação na sequência da intervenção direta do Soviete, paralisando “[...] todos os atos de energia da parte do governo provisório”. No mesmo dia, o *Diário de Notícias*, depois de longa e antropológicamente aventar sobre a filiação asiática das raças russa e teutónica, explica como, apesar da censura e repressão policial da propaganda e atividade bolchevique, “[...] a organização leninista não está dissolvida e continua a sua obra nefasta” (3/9/17:1). A 13, contudo, enquanto se traz a lume, no *Século*, as desinteligências entre Kornilov e o governo constitucional ou a notícia da presença alemã em Riga e da preparação de uma investida contra Petrogrado que visa forçar a paz separada, o soviets desta cidade comenta que “O que importa é que, sem uma luta franca, os chefes burgueses tiveram de reconhecer a sua derrota e que só a democracia pode arrancar o país da trágica situação em que ele se encontra, executando, para isso, o programa de 8 de junho, contido na seguinte fórmula: ‘Paz sem anexações nem indemnizações; direito dos povos a disporem dos seus destinos’.” (13/09/17:1).

O agravamento dos desentendimentos burgueses, longe do reconhecimento da derrota, traz antes a perspectiva da contrarrevolução, que o generalíssimo Kornilov, recusando abandonar o cargo e avançando em direção a Petrogrado a pretexto de um novo levantamento maximalista, encabeça. Os factos ocupam toda a primeira quinzena de setembro, mas só com atraso vão chegando ao *Século*, que a 14, reproduzindo uma análise do correspondente do *Daily Mail* em Petrogrado, explica como Kerensky, procurando garantir o apoio dos soviets, vacilara em promulgar as medidas que limitariam a intervenção dos seus comissários no exército, nomeadamente nas operações militares e nomeação e afastamento de oficiais, propostas por Kornilov (14/09/17:1). Com as forças insurretas do generalíssimo, agora também apoiado pelo *etman* cossaco Kaledine, a cerca de 30 km de Petrogrado (*Século*, 15/09/17:3), Kerensky repele uma proposta de Milioukov e Alexeiev para entabular as negociações que visam evitar a guerra civil e enceta negociações com os maximalistas, “Sempre os maximalistas [...] que na sua fúria oposicionista renovaram o pedido de que se [lhes] entregue todo o poder [...] resolvendo-se, porém, a dar um apoio incondicional a Kerensky.”. Reagindo a isto e “[...] alegando que o conflito com Kornilov deve ser resolvido por todo o governo e não por um diretório.”, os membros dos cadetes e dos cossacos que integram ainda o governo pedem a demissão (*idem*). Por

ora, nem pela ilegalidade da ação de Kornilov, nem pela perspectiva de uma guerra civil que comprometerá os interesses aliados por que este jornal se diz reger, nem pelo perceptível apoio dado ao governo constitucional, os maximalistas deixam de expiar por todos toda a crise russa.

Como uma boa crise política, os factos sucedem-se quase à mesma velocidade com que a edição de dia 16 do *Diário de Notícias* os descreve: Kornilov avança; Kaledine é detido; na revolucionária Moscovo descobre-se um núcleo favorável às forças insurretas; traido a causa contrarrevolucionária, o general Krimov intima as suas tropas a depor as armas e a submeter-se ao governo, suicidando-se em seguida; a paralisação dos comboios agrava a crise das subsistências, e escrevem de Tobolsk, onde se encontra a família imperial deposta, “[...] que alguns camponeses circundam processionalmente o palácio do czar, conduzindo imagens sacras e pedindo a restauração do regime deposto.” (16/09/17:1). Entretanto, em Petrogrado, Kerensky arma a milícia operária, enquanto o soviete e o comité dos camponeses dirigem “[...] um apelo ao exército, aos ferroviários e aos telegrafistas, pedindo-lhes que não cumpram as ordens do general Kornilov, mas sim unicamente às do governo e do ‘soviete’” (*idem*:3). Na mesma edição, apenas uma página à frente, os cadetes acedem já... novamente... a formar governo e Kornilov oferece “[...] a sua capitulação, sob certas condições.”, embora “O governo provisório [exija] a rendição incondicional.” (*idem*:4). Pelo caminho, ninguém o escreve, os maximalistas aproveitam para reforçar a Guarda Vermelha.

Com um tamanho alinhamento e acumulação de factos, não é de surpreender que o *Século* procure seguir outros títulos europeus, compilando, na sua edição de 18, alguns artigos sobre a “influência dos místico-religiosos” nos acontecimentos que levaram à revolução na Rússia (18/09/17:3). Também a 18, o DN anuncia, com dois dias de atraso e numa retrospectiva a três colunas dos acontecimentos por trás da entrada na guerra e da crise interna, a proclamação da república naquele país (18/09/17:1): o governo provisório, declarando que “[...] em vista da rebelião do general Kornilov, um perigo mortal ameaça de novo a pátria”, considera “[...] necessário precisar que o regime político pague o seu entusiasmo pela ideia republicana.” e que o novo governo se complete “[...] com os representantes dos diversos elementos, pondo os interesses da pátria acima dos interesses dos partidos e das diferentes classes (*idem*) – na realidade, são os constitucionalistas que excluem os cadetes e os maximalistas do governo, retribuindo em formato republicano a hesitação dos primeiros e a intenção de formar um gabinete unipartidário dos outros.

E enquanto isto, as forças militares alemãs movimentam-se, sem verdadeira oposição, em território russo. Entre 19 e 21, o *Século* fala já da evacuação de Petrogrado e da transferência do governo para Moscovo. De Petrogrado informam o *Times*, e este o *Século*, de que “[...] que são inquietantes os sintomas que definem a situação. Todo o país se encontra gravemente agitado. [...] Os camponeses apoderam-se não só das terras, mas também de utensílios, colheitas e gados [...] o número de reuniões em clubes noturnos multiplica-se e a paixão do jogo assume grandes proporções.” (20/09/17:1). A 21, explica-se que “O projeto atribuído ao governo russo de deixar Petrogrado [...] não é em muitos pontos encarado como um sintoma de fraqueza. Os elementos moderados veem no

facto uma prova de que o novo ministério está resolvido a combater energicamente para proteger o solo moscovita dos bárbaros invasores.” (21/09/17:3); e, porque uma má desculpa nunca vem só, escreve-se ainda que “A maior vantagem do governo, instalando-se em Moscovo, será a de se subtrair à influência dos maximalistas, em grande parte votados à causa dos alemães [...]” (*idem*), e cujo apoio dado alguns dias antes à causa constitucionalista parece ter sido esquecido. Porém, não se dê o caso de o jornal ser apanhado em falso, transcreve-se abaixo “A criteriosa maneira de ver do general Alexeiev”, que afirma que “A intervenção americana acaba de decidir, sem apelo, a sorte da guerra e a defeção temporária da Rússia não terá outro resultado mais do que retardar, por algum tempo, o triunfo dos aliados.” (*idem*). Bem entendido, a paz separada já não integra apenas o discurso dos maximalistas e dos soviets, perfilando-se como o cenário mais provável e não o descarta já o DN quando escreve que causando “enorme impressão” a demissão da mesa do soviete, “A opinião que domina em todos os meios e principalmente no governo é de que a demissão [...] é um sinal de desenvolvimento maximalista no seio do soviete.” (22/9/17:1:1) – não bastando, “Os maximalistas também manifestam atividade política no seio do conselho municipal, onde conseguiram fazer nomear vice-presidente o seu colaborador Lennstgharsky [*sic*].” (*idem*).

Até ao final do mês, é mesmo em torno dos maximalistas que o cerco aperta. A 27, lê-se no DN que Kerensky, a despeito dos rumores da negociação de uma paz separada propalados pela imprensa alemã, vem reconfirmar a manutenção da Rússia na guerra (27/9/17:3). O *Século* corrobora-o, situando, justamente na frente de batalha, o agora ditador e generalíssimo (28/9/17:1). Em Petrogrado, apesar da insistência “[...] na necessidade de um governo de coligação, baseado na necessidade de todos os partidos.” expressa “No decurso do grande comício organizado [...] por cinco jornais socialistas moderados.”, inquietam-se os elementos do governo com a preparação da conferência do soviete (*idem*). Finalmente a 30, enquanto o DN informa que o ministro do interior russo “[...] ordenou que o agitador Lenine seja preso onde quer que se encontre.” (30/9/17:2), o *Século* publica ao topo da primeira página uma “[...] fotografia tirada no momento em que uma enorme multidão de manifestantes foge em pavor de um ataque de metralhadoras.”, esclarecendo, sem especificar fautores, que “Alguns desses manifestantes caíram prostrados no solo.” (30/9/17:1).

É impossível determinar as razões que arredam a Rússia da imprensa portuguesa ao longo de outubro. Idealmente, poder-se-ia conceber que o carácter incerto e contraditório das informações recebidas refreia o interesse pela questão, posto que, havendo ainda algumas referências à Rússia, elas são diminutas e respeitam quase unicamente a movimentações militares. Mas só idealmente. Mais lícito é pensar que sobre isto influi a intensificação da censura, mormente sobre as notícias da guerra, que se vinha a sentir desde o início do mês de setembro, bem como uma longa paralisação do pessoal dos telégrafos e correios, secundada, em Lisboa e arredores, por uma greve geral. Da Rússia, é também normal que o agravamento das tensões internas e até uma perceção aliada de que a situação se encaminha contrariamente às suas ambições venham limitar, na origem e no destino, o fluxo informativo. Quaisquer que sejam as razões e os factos, quando, a 28, o *Diário de Notícias* fala do

combate à anarquia pelo governo russo (28/10/17:3), já não o faz expressando confiança na resolução da crise, mas descrevendo o melhor que pode – e o melhor que pode é ser sucinto – a gravidade da situação, que, aliás, confirma no dia seguinte com a notícia da evacuação de Petrogrado (29/10/17:3). Na única notícia de monta que o *Século* apresenta, já pelo fim do mês, lê-se que a guarnição de Petrogrado “[...] votou uma moção dizendo que a existência real do exército, tal como se encontra, é apenas uma hipótese e que não há autoridade nos chefes [...] comandado como está agora não pode defender o país.” (29/10/17:3). Seja como for, os alemães encaminham-se para Petrogrado.

Entra novembro e a certeza da tomada da cidade parece reforçar a sanha da imprensa contra o que entende ser uma negligente atitude russa. Logo a 1, sob o título de “Russos Traidores”, o *Século* aventa que “A missão [russa] que em 1916 esteve na América do Norte cometeu o crime de se vender ao inimigo”, ajudando a destruir da fábrica que, nos EUA, lhe fabricava o material de guerra.” (1/11/17:3). Na *Lucta*, Júlio Gomes escreve que “Agora foi a Rússia, em completa anarquia, sem valor militar, que permitiu aos alemães uma vigorosa ofensiva contra Itália.” (3/11/17:3); secunda-o o DN, anunciando que “O ‘soviète’ de Petrogrado dirigiu um apelo aos operários e soldados exortando-os a não caírem nas ciladas que lhes armam, e a conservarem-se calmos.”, prescrevendo também “[...] não entregarem seja a quem for espingardas ou outras armas sem uma licença especial passada por ele.” (3/11/17:3) – as mesmas, recorde-se, com que Kerensky os armara.

Pelo DN, a 4, sabe-se que “A votação de ontem (30 de outubro) no Pré-Parlamento segundo a qual nenhuma das resoluções referentes à defesa nacional não puderam obter maioria, produziu uma dolorosa impressão nos meios políticos que entendem que este facto torna muito difícil a situação e prova que o país não tem ainda um centro estável em que o governo se possa apoiar.” (4/11/17:1). No Pré-Parlamento, conta ainda o *Século*, Tchernov, antigo ministro da agricultura, salientando “[...] a necessidade de restabelecer a disciplina e a combatividade no exército que deve ficar em situação capaz de garantir que a voz da Rússia seja atentamente escutada na conferência [...]”, atacara os maximalistas no anteparlamento, considerando “[...] irrisória e exagerada a [sua] exigência [...] querendo para já um armistício” (4/11/17:3). Por conferência, entenda-se a conferência interaliada de Paris, a realizar proximamente. Aliás, no dia 5, o *Republica* publica o programa dos soviètes que o delegado Skobelev lá fora encarregado de defender, comentando que “[...] tem muitos pontos de semelhança com o célebre ‘programa de paz’ que chegara a ser redigido pela comissão holandoesandinava de Estocolmo.” e precisando que “Os socialistas de Estocolmo foram buscar grande número de ideias às respostas da social-democracia alemã e austríaca, que também se encontra, de certo modo, relacionada com os governos de Berlim e Viena” – ‘*Made in Germany*’ (4/11/17:3). Escreve ainda que as condições de paz propostas pelos soviètes e “[...] a atitude do Sr. Trotsky em relação ao governo e aos representantes das potências aliadas na sessão de abertura do conselho provisório tem causado uma viva emoção na colónia aliada em Petrogrado.”, sendo “[...] cada vez maior o desejo manifesto de que o governo entre de vez num caminho de superior energia para salvar o país da ruína e para pôr definitivamente cobro às manobras dos extremistas que ameaçam arrastar a

Rússia aos horrores de uma guerra civil e entregá-la ao jugo alemão.” (*idem*) – mas a terminar, conta-se que “Lavra a anarquia” e que “[...] os soldados a quem incumbe irem serenar os motins não hesitam as mais das vezes em fazer causa comum com os revoltados.”, embora “[...] para o restabelecimento da ordem com o ativo concurso dos soviets [...]” (*idem*).

A 6, ainda sem saber da sublevação bolchevique em Petrogrado, a *Lucta* anuncia que “Têm sido objeto de chacota, por banda de algumas folhas manuelinas, as propostas apresentadas no parlamento de saudação ao povo russo por motivo da revolução de março [...]” (6/11/17:3). Replica o jornal, escrevendo que “Não foram, com efeito, os modestos parlamentares portugueses que aplaudiram o movimento revolucionário, nem foram eles, infelizmente, unicamente, que manifestaram as suas esperanças numa ação mais enérgica do povo russo contra os impérios centrais.” (*idem*) – ao lado, o órgão camachista exige a demissão do governo de Afonso Costa, na sequência das recentes eleições complementares, que os democráticos vencem apenas por duzentos votos, mas estando a participação na guerra na origem da rutura da “União Sagrada”, é interessante notar que os unionistas não se furtam à defesa dos interesses dos aliados e de Portugal, mais ainda se contra os ataques monárquicos; aliás, reconhecendo que saíram goradas as expectativas republicanas, o jornal defende os seus deputados explicando que estes apenas secundavam a ação de outros parlamentares aliados; e como se não bastasse, escreve-se ainda que “[...] o exército russo, mal organizado e mal conduzido no tempo do império [...]” não poderia passar, depois da revolução “[...] a corresponder mais dignamente aos esforços e aos sacrifícios [...]” (*idem*). O artigo parece, pois, claríssimo quanto à natureza das reações e interesses que a imprensa republicana tem vindo a depositar nos acontecimentos na Rússia; porém, mais do que isso, evidencia como as posições das distintas fações republicanas podem colidir, mas também acertar, pelo menos por ora, em função da defesa do regime. Mas irá mais longe quando declara, adiante, que “[...] que a Rússia de Lenine como a Rússia de Rasputine está condenada a atraiçoar os seus aliados. [...] Mas dizer-se que [...] se o império continuasse, não chegaria aonde chegou, é querer ignorar os factos para melhor iludir os ingénuos, fazendo-lhes crer que a desgraça da Rússia está em ela ter feito a revolução.” (*idem*). A pertinência de uma tal afirmação assenta tanto no reconhecimento do fim do liberalismo russo, como em certa identificação com a situação interna, que bem justifica a conscienciosa benevolência do jornal para com a conturbada situação russa. A edição do dia seguinte, aliás, vem mostrar que é mesmo e só contra as folhas monárquicas que a *Lucta* inventiva, assinalando a extemporaneidade das notícias por que estas pretendem associar “[...] à queda do czarismo e portanto àqueles que a promoveram, a catástrofe militar que está favorecendo a Alemanha e a Áustria.” (7/11/17:3). Por estes dias, contudo, não se parecem alterar sobremaneira nem o tom, nem a insistência da imprensa monárquica, pelo que o articulista, na sua susceptibilidade, pode estar pretendendo desviar o assunto das frustrações republicanas para a acusação de um apoio monárquico à causa dos impérios centrais; ou melhor, porque cerceia a discussão, desviando o problema para a culpa dos russos, servindo-se, ademais, de extravagantes argumentos repetidos, doravante e sem exceção, na imprensa conservadora.

Mas ainda a 6, avaliando “A Rússia por dentro” o *Século* informa que “[...] há elementos suspeitos que preparam ou desejam um movimento de rebelião.” (6/11/17:3), e o *Diário de Notícias* conta que “Apesar dos boatos designando o dia de ontem como data da ação do exército maximalista para se apoderar do poder, o dia foi calmo e a ordem pública não foi perturbada.” (6/11/17:1). No dia seguinte, aliás, o jornal ainda chegar a anunciar que o governo “resolveu deter vigorosamente” a ação do soviete de Petrogrado de enviar “[...] comissários militares especiais a todos os mais importantes pontos da capital.”, numa “[...] primeira tentativa dos maximalistas para se apoderarem do poder.” (7/11/17:1), e a 8, também o *Rebate* conta que “[...] o anteparlamento tenciona promover a criação de um bloco de todos os delegados dos *zemstvos*, das cidades, etc., dos socialistas minimalistas que constituem uma fração dos socialistas revolucionários.” que seja “[...] um manifesto obstáculo à agitação dos maximalistas (leninistas), que tentam, aliás, introduzir-se na nova organização democrática, no fito de obstarem ao seu funcionamento normal e talvez que mesmo na esperança de a levarem à derrocada.” (8/11/17:2). Mas tudo isto vem já tarde.

1.1.3 A Revolução de Outubro

A 6 de novembro (24 de outubro na Rússia), na véspera do II Congresso do Soviete, a realizar em Petrogrado, forças do Comité Militar-Revolucionário do Soviete ocupam e controlam edifícios administrativos, centrais de comunicações e as mais importantes vias e pontos de acesso à cidade – começa aí o Golpe de Outubro. Imagem de desentendimentos passados e certeza de futuros, inicia-se na imprensa portuguesa, e com quase dois dias de atraso, a Revolução de Outubro, que afinal é em novembro. A partir do dia 9, e sem grande surpresa, os jornais anunciam o que, na sua análise e na da demais imprensa aliada, vem já sendo preparado há algum tempo – e vem, de facto, mas enredado num turbilhão de dúvidas e eventos sem calendarização definida, em que os próprios maximalistas, cada vez mais expostos nos seus intentos, acabam compelidos a agir como único modo de evitar a detenção ou o descrédito. Disto, contudo, não há indicação de que se saiba em Portugal, pelo que o estado de coisas em que a imprensa tem a situação na Rússia define-o bem o *Rebate*, ainda a 8, falando de “marasmo revolucionário” (8/11/17:2). Ante esta situação, três possibilidades se colocam a esta tese: uma, defendida por Guinote⁴⁸³, de que “[...] a surpresa de outubro era apenas relativa, não constituindo um fenómeno absolutamente imprevisto [...]”; outra, de que não correspondendo aos interesses dos aliados a apresentação dos factos tenha sido adiada; ainda aqueloutra, de que a situação seja a tal ponto enganosa que são efetivamente poucos que esperam um golpe e o conseguem integrar ainda nas suas edições de dia 9. A isto responderão melhor as notícias.

No dia 9, porém, nem todos os jornais se referem ainda ao golpe, nem são muitas as notícias. A *Manhã*, o *Primeiro de Janeiro* e a *Lucta*, por exemplo, partilham uma mesma notícia, que apresentam em primeira página e que lhes chega ainda de Petrogrado – a de que os maximalistas são

senhores da situação e de que há trintas feridos resultantes das desordens, sendo “[...] impossível fixar a importância e duração dos acontecimentos atuais.”. E como isto é manifestamente pouco, é à querela que vem mantendo com os monárquicos que a *Lucta* dá ainda destaque. Já jornais como o *Século* ou o *DN*, anunciando o golpe ainda na primeira página, só na segunda ou terceira – procedimento pouco comum à época – logram dar-lhe desenvolvimento. Em primeira página, por exemplo, o *Século* escreve que se espera “[...] o agravamento da situação moscovita.”, que “[...] as informações de Petrogrado fazem reechar a renovação dos graves acontecimentos da segunda quinzena de julho. [e que] É com apreensão que se aguarda o futuro próximo” (9/11/17:1). Abaixo, e conferindo sentido ao título “Países convulsionados”, que encimara a curta nota sobre a Rússia, escreve que “As coisas na Alemanha também correm muito mal”. Ainda mais abaixo, sob o subtítulo de “Ele não desespera...”, transcreve-se o depoimento do embaixador russo em Paris, que aborda as origens da crise, explicando que “[...] a nação, privada da educação política pelo imperialista czarista, não possuía a experiência necessária para resistir ao choque das realidades.” e que “[...] o mesmo tem sucedido com outras revoluções; a única diferença é de que essas não se desencadearam em tão extenso território, nem depois de dois anos e meio de guerra tão laboriosa como esta.” (*idem*). No entanto, nenhuma destas informações remete ainda para o golpe maximalista, que o *Século* só apresenta na segunda página, escrevendo que houve “mais um movimento revolucionário na Rússia” e que “O governo Kerensky foi deposto”(*idem*:2). Quanto ao *DN*, só na terceira página se lê que “O movimento maximalista fez novos progressos bastante sensíveis [...]” e que “[...] o comité revolucionário militar do conselho do ‘soviete’ publicou uma proclamação anunciando que Petrogrado está nas suas mãos [...e...] que o novo poder proporá imediatamente uma paz justa, entregará a terra aos camponeses e convocará a Constituinte.” (9/11/17:3).

Pode bem ser que a imprensa portuguesa não esteja surpreendida, ou queira mesmo castigar o marasmo a que a Rússia a tem sujeitado com um momentâneo desprezo pelo que lá vai. O que aqui se entende, contudo, é que a publicação de uma mesma notícia, sem a menos variação ou adenda, nalgumas das folhas vistas, tanto sugere que estas foram apanhadas desprevenidos, como que não estão preparadas para comentar os factos. Por outro lado, sendo contingente o anúncio ou desenvolvimento do golpe em segunda ou terceira página – embora os exemplos do *Século* ou do *DN* sugiram o contrário – é também possível que, recebendo as notícias já com algum atraso, só aí tivessem ainda espaço para as integrar. Nada sugere que a imprensa esconda quaisquer factos.

Tempo há, contudo, para que a questão se vá esclarecendo, à medida que também a imprensa deponha, recomposta, as características, causas e objetivos do golpe maximalista. E é logo no dia seguinte que a Rússia volta às manchetes. No *DN*, continuam a acumular-se dados de dias distintos, pelo que se na primeira coluna se anuncia que o soviete de Petrogrado controla a cidade sem, contudo, ter atentado ainda contra o Governo Provisório, reunido no Palácio de Inverno, na segunda fala-se já a

⁴⁸³ Guinote, policopiado: 69.

sua deposição na sequência de encarniçados combates, confirmando também a detenção de Kerensky (10/11/17:1). Imediatamente abaixo, transcreve-se a proclamação do comité revolucionário militar do soviete de Petrogrado, em que se anuncia que “Todo o poder passou para as mãos do órgão do soviete de Petrogrado [...e que] A causa por que o povo lutava, quer dizer, a proposta de paz democrática, a fiscalização dos operários na produção e a constituição dum governo pelo soviete, está assegurada.”. Noutra nota, abaixo, “ O congresso dos sovietes de toda a Rússia dirigiu um apelo a todos os exércitos russos, convidando-os a criar comités revolucionários provisórios responsáveis pela manutenção da ordem revolucionária e pela solidez da frente de batalha.”. E talvez porque não deixa de ser ambígua esta nota quanto ao futuro da Rússia na guerra, o jornal refere-se ainda ao “Otimismo da imprensa francesa”, transcrevendo uma notícia do *Echo de Paris*, em que se “[...] diz que a inutilização completa da Rússia não foi surpresa para os Estados Maiores aliados, compreendendo os Estados Unidos. A nossa partida vitoriosa ainda poderá ser jogada, se, pela completa unificação, metodicamente se tirarem partido dos recursos. Apesar dos traidores que as aniquilam, as populações eslavas renasceram ainda para a nossa aliança.”; e uma outra, do *Matin*, em que se entende “[...] que é provável que uma poderosa reação se faça sentir e que, dentro em pouco em pouco, Lenine e os seus amigos substituam no cárcere os ministros atualmente presos.” (*idem*).

A semelhante otimismo se refere o *Século*, quando transcreve um comentário do *Daily News*, em que se escreve que “Faremos bem se não virmos pelo lado trágico as notícias que nos chegam de Petrogrado. Petrogrado não é a Rússia, é quando muito o quartel-general das influências alemãs.” (10/11/17:1). Do *Times*, colhe ainda a nota de que “[...] os nossos aliados na Rússia não podem fazer outra coisa do que assistir à sua agonia atual, consolando-se como puderem, pensando que a voz que ouvem não é, em verdade, a voz da verdadeira Rússia, pois é impossível crer que a verdadeira Rússia consinta em fazer a paz separada ou confirme todas as extravagâncias manifestadas pelo soviete.”; e apensa-se a declaração de um alto funcionário da embaixada russa [não fica claro se de Londres ou Lisboa], em que se diz que “Até agora nenhuma informação precisa vinda de fonte autorizada, nos anunciou a mudança que acaba de produzir-se. Em vista disso, não estamos dispostos a ligar grande crédito à declaração feita por Lenine de que se apoderou do poder.” (*idem*). Mas já adiante, no “Boletim da Guerra”, ler-se-á que Kerensky foi deposto, “Quer dizer: o governo russo [...] some-se pelo alçapão e triunfa o internacionalismo [...]”, e confessa que “Triunfante o Soviete, apagados uns restos de disciplina [...] o futuro se desenha tenebroso para os aliados e a marcha da guerra.” (*idem*).

De sentimento idêntico parecem partilhar os republicanos *Mundo* e *Lucta*. Para o primeiro, o golpe maximalista tem os contornos de uma dupla traição, que o jornal espelha quando escreve que “Contra a causa da civilização e da liberdade – Os agitadores sacrificam a sua Pátria, cooperando na causa dos alemães” ou que “Os marinheiros do Báltico que fugiram diante da esquadra alemã não defendendo a sua Pátria, revoltam-se” (10/11/17:2). Já depois de perguntar se “São os maximalistas, soldados e operários, sob a direção de Lenine, apóstolo da paz á outrance, que formam o novo governo [...]”, também Júlio Gomes reconhece, na *Lucta*, que “[...] a irrefragável verdade é que a

Rússia liquidou como elemento de luta contra a Alemanha, e escusado será dizer que enorme.” – e acrescenta que “Esperámos sempre, desde que entrou em dissolução o poder militar da Rússia, que assim acontecesse; mas esperávamos que o facto se desse mais tarde, só depois de terem chegado a bom termo as negociações entre Berlim e Petrogrado para uma paz em separado.” (10/11/17:1). Noutra crónica, N. Ribeiro, escreve ainda que “A Rússia podia ter acabado a guerra este verão; não o quiseram os seus elementos mais avançados, que por isso vão ter as terras, vão ter toda a série de liberdades, mas ficarão sem Riga, o que quer dizer que a Rússia deixa de ser um país Europeu, comercialmente falando, e será sempre considerado um país de traidores”(idem).

Mas entre a imprensa republicana, para o dia 10, falta ainda referir a *Manhã*, que parece pôr especial destaque nas figuras de Kerensky e Trotsky. Sobre o primeiro, contraria-se a notícia da sua detenção e informa-se que “[...] partiu de manhã, pelas nove horas, ao encontro das tropas chamadas da frente e que marchavam sobre a capital.” (10/11/17:1); ao segundo, dirige-se uma nota intitulada “O golpe de Estado, a favor de Lenine, foi dirigido pelo jornalista Trotzky [sic]”, que o jornal diz ser “A alma da nova revolução que acaba de estalar na Rússia [...]” e “[...] um fanático encarniçado.” (10/11/17:1). O jornal reproduz os três pontos do programa maximalista que Lenine apresentara, discursando, ao Soviete: “1º, conclusão da guerra; 2º, entrega das terras aos camponeses; 3º, regulamentação da crise económica.”; e informa ainda que “No final da sessão, foi lida uma declaração em que os representantes do partido social democrático do ‘Soviete’ desaprovando o golpe de estado.” e que “Em seguida, retiraram-se da sala os membros do mesmo partido.” (idem). Até ao final, anuncia-se ainda que “A esquadra do Báltico quer ‘lutar pelos direitos das classes oprimidas’”, “[...] que nas ruas de Petrogrado tem havido colisões sangrentas entre as tropas e o povo.” e que “Os maximalistas tomaram o estado maior da praça de Petrogrado.” (idem).

Finalmente, no católico *A Ordem*, reproduz-se a maioria das notícias já registadas, cumprindo apenas assinalar um trecho da crónica da guerra, em que sob o título de “A Revolução na Rússia” se escreve que o movimento representa “[...] um fundo golpe, que os aliados recebem a Oriente.” (10/11/17:1). Se o golpe é “irreparável”, o jornal não o sabe e mantém a esperança de que não será, escrevendo, no entanto que “Kerensky derrubado significa a vitória de Lenine e de Máximo Gorki, que o *Temps* e o *Figaro* têm sempre acusados de vendidos ao oiro alemão.”; se é “imprevisto”, já os jornais franceses, “[...] de há dias a esta parte vinham dando a entender que qualquer coisa de anormal se preparava na velha cidade de Pedro, o Grande.” (idem) – mas fácil é já afirmá-lo na sequência dos acontecimentos. Só no dia seguinte, porém, se pode compreender a posição da *Ordem*, quando se escreve que “Deve o leitor recordar-se do que uma vez aqui afirmamos que o pronunciamento Kornilov fora a última tentativa honesta para salvar a Rússia e trazê-la ao bom caminho! Kerensky, o pitoresco ditador, que agora, segundo rezam as crónicas, está em ferros dos seus antigos colegas dos “soviete”, não quis então ajudar o generalíssimo patriota.” (11/11/17:1). O golpe maximalista, recorde-se, não tem ainda uma semana e o seu desfecho está longe de se definir, mas o que o jornal preconiza, a despeito da constitucionalidade da posição de Kerensky, é uma tomada do poder pelas forças

conservadoras –; de outro modo, escreve-se, “As notícias da revolução russa são tudo quanto há de pior: é a desagregação total da Rússia, por entre a espessa e assustadora fumarada da anarquia geral.” (*idem*). Tal posição, a menos de um mês do golpe sidonista, não pode ser negligenciável. Neste comentário, entre outras notícias de guerra e os cortes da censura, a *Ordem* não se fica pela especulação em torno de Kornilov, mas desconsidera a figura de Kerensky, que está ao mesmo nível dos maximalistas. Não pode a *Ordem*, sozinha, pagar pelo que não poucos títulos da imprensa republicana mais conservadora igualmente veiculam – mas é sempre interessante verificar quanto basta a quem tanto abandeira a preservação da Ordem e das instituições para fazer cair um governo.

Que nada disto é displicente, prova-o a *Manhã*, órgão democrático, que também no dia 11 se presta a um panegírico de Kerensky, escrevendo que era “Um homem! [...] pregava o sacrifício consciente. Profetizou a ideia, e manteve essa ideia contra a matéria. Foi grande, foi enorme! [...] foi então o milagre, o sol de Rússia, e foi-o justamente.” (11/11/17:1). Para o jornal, foi “Canalizada pelos sociais-democratas e pelos internacionalistas, [que] a Revolução depressa perdeu o seu grande carácter de explosão nacional contra a corte domesticada por influências alemãs.”; e agora, quando se anuncia a detenção de Kerensky, o jornal confia, em arrebatos que só se explicam à luz da situação do Partido Democrático, que “Kerensky não fugiu [...] não foi preso [...] continua a estar no coração de Petrogrado. [...] porque] ideias, como os sóis, reaparecem desfeitas as nuvens. [e] Kerensky [...] É uma ideia.” (*idem*). Já o *Século*, porém, anuncia que “De Petrogrado dizem que consta haver chegado ao quartel-general o Sr. Kerensky, que se preparava para marchar sobre Petrogrado à frente das tropas.”, dando seguimento às notícias de “[...] que os soviets de toda a Rússia, reunidos em congresso, votaram uma desaprovação aos maximalistas e tomaram providências no sentido de salvaguardar as vidas dos ministros presos. Resolveram também lançar um apelo a toda a nação.” (11/11/17:1).

Por mais atrasados, incompletos ou contraditórios que os factos da Rússia cheguem à imprensa portuguesa, um aspeto que não poderá deixar de surpreender na sua leitura é a aparente velocidade com que se vão desenrolando, podendo um jornal, numa mesma edição, apresentar uma notícia e, apenas alguns parágrafos à frente, o seu desmentido. Tal efeito decorre tanto do desfasamento entre o facto e a composição da notícia, como das diferentes vias e tempo por que uma mesma notícia chega à redação – exemplificam-no bem as notícias relativas a Kerensky, detido a 10, evadido a 11 e já a 12 marchando à frente do exército, em direcção a Petrogrado. Já o *Século* diz “[...] que Kerensky foi recebido entusiasticamente em Moscovo. [...] à frente de 200.000 homens, inteiramente dedicados à sua causa, que é a libertação da Rússia, encontrando-se em Moscovo, onde estabelecerá o seu governo, marchando depois sobre Petrogrado.” (12/11/17:1) – e o jornal adianta ainda que “[...] Kerensky sabia havia muitos dias que o general Verkhowsky [*sic*], seu ministro da guerra, se propusera com Lenine, Trotsky e Kamenev, organizar em proveito do Bolcheviks [*sic*] um golpe do Estado, dado o qual ele próprio assumiria as funções de ditador e de generalíssimo.” (*idem*). E tudo isto, conta ainda o *Diário de Notícias*, enquanto Madame Kerensky se encontra detida na prisão de Pedro e Paulo. (12/11/17:1).

A 13, “Parece que falhará completamente” o golpe maximalista, segundo se lê no *Século*, que também informa que Kornilov se evadira da prisão, que “Todos os socialistas moderados abandonaram o Instituto Smolni, que era o quartel general do Soviete, e foram juntar-se ao comité de salvação pública, reunido no palácio da câmara municipal [...]”, e ainda que o general cossaco Kaledine foi proclamado ditador de toda a Rússia (13/11/17:3). As notícias de que os funcionários públicos se recusam a reconhecer Lenine ou de que os ferroviários abandonam os maximalistas, permitem um certo otimismo ao jornal, que mesmo afirma que “Este golpe é o mais fundo que o movimento de agitação dos anarquistas germanizados tem recebido.” (13/11/17:3). Partilha-o, aliás, com o DN, que não só dá conta de que em Petrogrado “[...] rompeu a luta contra os maximalistas, que resistem energicamente.”, de que “[...] Kerensky os suplantarão.” e de que “[...] os regimentos fiéis ao governo provisório russo ocuparam o palácio de Tsarkoie-Selo.”, retirando os rebeldes “[...] em desordem para Petrogrado.”, como ainda junta um telegrama dos oficiais russos em França, em que estes dizem crer “[...] na derrota dos bolcheviks [sic] perigosos para a pátria e na das forças contrarrevolucionárias ocultas descarregando o seu golpe cobarde nas costas da Rússia martirizada.” (13/11/17:1). Por contrarrevolucionárias, os oficiais russos entenderão, naturalmente, aquelas contrárias ao espírito da Revolução de Fevereiro; e porque em França estão, o DN escreve ainda que neste país “Os jornais acolhem, de resto esta manobra sem nenhuma emoção, porque, desde a *Action Française à Humanité* não creem na duração do domínio dos maximalistas, que se apressaram a executar o principal trabalho absurdamente iníquo pelo qual se apoderaram do poder.” (*idem*).

E o dia seguinte, de facto, não contrariará ainda as expectativas dos dois maiores generalistas portugueses, pelos quais, aliás, quase toda a imprensa republicana afina, em face de uma marcada ausência de notícias sobre a Rússia na imprensa monárquica – o *Dia* vem mesmo a suspender por estes dias, em virtude, anuncia, das reclamações da Associação de Compositores Tipográficos. Se não contraria, porém, é porque também pouco adianta ao ponto em que jornais do dia anterior deixaram as notícias, ou seja, com Petrogrado e Moscovo à mercê das forças fiéis a Kerensky. Destarte, para além dos sangrentos combates nas ruas daquelas cidades, o *Diário de Notícias* conta apenas que “As embaixadas e as colónias estrangeiras estão em segurança.” (14/11/17:1). Também aos combates nas ruas de Petrogrado alude o *Século*, que informa ainda que “Kerensky noticia o restabelecimento da autoridade do seu governo.” (14/11/17:3). Grande tónica põe o *Século*, porém, na associação dos maximalistas com os alemães, a que não poupa espaço e críticas; depois, e como disto não saia já suficientemente desconsiderada a autoridade dos maximalistas, o jornal escreve que “[...] não cumpriram as suas promessas quanto à distribuição de pão [...] e que] se não o fizerem, as províncias romperão inteiramente com eles.”, e que “Lenine tem assumido estranhas atitudes perante a greve das fábricas, e ordenou a reabertura imediata dos bancos e armazéns que se obstinam em permanecer fechados com receio da pilhagem.” (14/11/17:1).

Posições mais curiosas, portanto, mostram o *Echos do Minho* ou o *Mundo*. O primeiro logra introduzir uma notícia a que nenhum outro jornal fizera, aparentemente, menção – a de que na

sequência da deposição do Governo Provisório “Ficou constituído um conselho composto por catorze membros, entre os quais Lenine, na qualidade de presidente; Trotsky para os negócios estrangeiros; Lunatcharski, instrução pública, e Rykov, interior.” (14/11/17:1). A publicação de uma tal notícia contrária, como é evidente, a ideia de um completo controlo do poder pelas forças afetas ao Governo Provisional, bem como um certo sentido de desordem ou desorientação maximalista, que noutros títulos de imprensa se tem querido fazer passar. No entanto, escreve também o *Echos*, “O ‘Petit Parisien’ publica um telegrama de Petrogrado [que] diz que o ‘comité’ central dos camponeses russos convidou estes a não reconhecerem o governo maximalista de Petrogrado” (*idem*). Já no *Mundo*, José do Valle comenta a situação russa, escrevendo, como se lera na *Lucta*, que “Não falta quem procura fazer derivar da revolução russa [da de fevereiro, entenda-se] o facto dos exércitos moscovitas terem tudo menos energia perante o inimigo. [e que] O erro é manifesto. [porque] Um dos fatores da revolução foi precisamente o facto do czar ou da czarina estarem realizando uma obra de perversa traição, colocando os exércitos em condições de não poderem resistir.” (14/11/17:1). O cronista tenta, depois, desmontar o programa maximalista, escrevendo que a paz separada é “[...] o ideal da Alemanha, a necessidade da Alemanha, a conveniência do kaiser sangrento [...] a derrota russa, a entrega da Rússia ao despotismo dos impérios centrais.”, ou que a distribuição das terras “[...] que, de resto, nem sequer significa a realização de algum sistema socialista [...]” é “Simple engodo para arrasar na tormenta quantos ingénuos se decidem ludibriar.” (*idem*). Está claro que a manutenção da Rússia da guerra é um declarado interesse do Partido Democrático, que, com legitimidade, entenderá que uma tal defeção debilita tanto física como moralmente a participação portuguesa no conflito e a sua posição no poder. Em tamanho comprometimento para com o Governo Provisório russo – viu-se antes como a *Manhã* louva a figura de Kerensky – os democráticos e os seus órgãos de informação não parecem senão falar para dentro da sociedade portuguesa.

Não podem ser mais confusas as notícias que chegam nos dias seguintes. Logo a 15, e na mesma edição, o DN escreve, ao topo da primeira página, que “Os jornais russos e finlandeses anunciam o próximo fim do movimento ‘bolchevik [*sic*].” e “[...] que o Sr. Kerensky é atualmente senhor de Petrogrado que está quase toda em seu poder.”, sendo Moscovo a sede do governo provisório (15/11/17:1); e, mais abaixo, que num radiograma proveniente do almirantado russo se comunica “[...] que, depois de obstinada luta próximo do Tzarkoo-Sello [*sic*], o exército revolucionário derrotou completamente as forças contrarrevolucionárias de Kerensky e Kornilov.” (*idem*). Já o *Século* chega a perguntar também sobre a derrota de Kerensky, mas escreve que “Nada se sabe de seguro” e que Moscovo está “[...] nas mãos dos partidários de Kerensky.”, publicando até uma nota em que se declara que “O governo alemão não acredita no triunfo dos seus amigos” e “[...] aconselha o povo alemão a não acolher com esperanças injustificadas no manifesto do Soviete, só a ter importância se a manutenção dos maximalistas fosse duradoura.” (15/11/17:1). Na terceira página, o jornal escreve ainda que a situação é muito confusa, embora subintitulando a notícia com “Parece que, efetivamente, Kerensky vencerá” e referindo-se à possibilidade dos chefes maximalistas estarem

mortos ou andarem a monte e de se ter “[...] produzido na Sibéria um vasto levantamento popular.” pela restauração de Nicolau II no trono (15/11/17:3). No *Mundo*, José do Valle persiste, como em dias anteriores, na ideia de que os maximalistas realizam “[...] o programa mínimo do imperialismo alemão.” (15/11/17:1); mas é Rocha Peixoto quem, na “Chronica Internacional” que mantém no *Jornal do Comércio*, apresenta uma das notas mais interessante do dia, em que não só acusa Kerensky e a propaganda radical da situação que então se vive na Rússia, como reconhece que “[...] este lado da terrível convulsão tem sido um tanto posto de parte nos comunicados da imprensa, em benefício do aspeto político e das desordens da capital [...]” (15/11/17:1). Importa notar, portanto, como Kerensky centra as acusações de uma imprensa mais conservadora e como cada vez mais se procuram reconhecer conluios por detrás do processo revolucionário russo. É às claras, porém, que o *Echos do Minho* transcreve as narrações dos viajantes chegados da Rússia pela fronteira finlandesa, em que se lê, contrariando a ideia do avanço de Kerensky, que “A classe média de Petrogrado receia mostrar-se nas ruas onde apenas circulam soldados ‘bolecewikie’ [sic]: na Finlândia, a anarquia aumenta e as violências e assassinios em plena rua, por parte dos ‘bolchewikie’ [sic], são frequentes.” (15/11/17:1).

Do dia 16 fica a impressão de que a imprensa não dispõe, verdadeiramente, de novos dados sobre a situação, o que, em vez de a deixar em suspenso, apenas a confunde – note-se contudo, que a imprensa nacional apenas repete o que lhe vai chegando pelo telégrafo. Se o *Diário de Notícias* continua a insistir em notícias como a de que a guarnição de Moscovo é fiel a Kerensky, de que Kornilov se apoderou do Kremlin ou de que os maximalistas foram batidos por Kerensky, que é já senhor de Petrogrado, noticia, por outro lado, que as comunicações com esta cidade foram interrompidas cerca de três dias antes, que a esquadra do Báltico se bate pela causa maximalista, bombardeando vários pontos da capital, e, logo abaixo, que “Lenine foi preso” e que este “[...] e Trotsky fugiram, ajudados por marinheiros de Orenstadt, que foram condenados a morte pelo conselho de guerra.” (16/11/17:1). Entretanto, explica-se na primeira página do *Republica* que o entendimento de Kerensky com “[...] com Alexeiev, o velho e ilustre general, deve fornecer-lhe preciosos elementos de luta contra os radicais utopistas a cuja falta de patriotismo se junta a mais completa ausência de senso político e moral.” – e o órgão evolucionista, como fez já noutras ocasiões, anima-se mesmo a sugerir que “[...] outro cooperador, e bem valioso, poderia talvez Kerensky encontrar no general Kornilov, cujo ato de rebelião foi possivelmente mal interpretado.” (16/11/17:1). Ainda duas colunas ao lado, Kornilov é proclamado ditador e, pela Sibéria, o czar é repostado no trono por uma revolta de camponeses, mas, na segunda página, o *Republica* procura já fazer um ponto da situação, explicando algumas das notícias para que a maioria dos jornais havia apenas avançado com títulos ou notas. Lê-se, por exemplo, que o golpe maximalista se dá enquanto se reúne o congresso geral dos sovietes de toda a Rússia, e que neste se deliberou a formação do executivo revolucionário constituído socialistas revolucionários e por maximalistas, bem como a reorganização do poder política, o fim da participação na guerra e a constituição de uma nova assembleia constituinte (*idem*:2).

Para o DN, a 17, “[...] a situação continua confusa.”: de Odessa, o telégrafo garante que

Alexeiev e Savinkov organizam um governo militar; de Estocolmo e Copenhaga, escreve-se que as notícias são contraditórias e que a única coisa certa é que os maximalistas estão ainda “[...] em circunstâncias de impor as suas condições.”, enquanto nas linhas de combate se garante que “[...] os soldados não abandonarão as trincheiras e, portanto, a Alemanha não poderá retirar dali as suas tropas por enquanto.”; numa pequena nota abaixo, informa-se ainda que as associações de classe estão contra os maximalistas (17/11/17:1). O *Vanguarda* fala de “Salsada Russa”, reconhecendo, pelo menos, que “As notícias são desencontradas. Uma dão Kerensky triunfante. Outros dão os maximalistas como vitoriosos. Uma anunciam que as populações se mantêm indiferentes aos lamentáveis sucessos. Outras afiançam que a maioria do povo russo se colocou, presa das palavras prometedoras do ditador, ao dispor deste, ajudando-o a esmagar os rebeldes.” (17/11/17:1). Semelhante ideia tem Júlio Gomes, ao escrever, na *Lucta*, que “É possível que a estas horas o Sr. Kerensky seja senhor da situação [...] Mas também é possível que ninguém domine na Rússia, que uma espantosa anarquia convulsione aquela sociedade, incapacitando-a para todo o esforço metódico no sentido de uma organização estável.” (17/11/17:1) – perguntando-se se “[...] a Rússia capaz de consolidar a sua Revolução” [constitucional, entenda-se], responde acreditar que sim, mas sob “[...] a possibilidade, por excessos de terrorismo anárquico, de vir a ser restabelecido o Império.” (*idem*). Só o *Primeiro de Janeiro* pergunta o que a imprensa só pode pressentir: “Os maximalistas senhores da situação?” (17/11/17:1). Mas a 18, o DN escreve que Kerensky foi derrotado, transcrevendo uma notícia do *Matin*, de que o ditador, “[...] desesperado pela anarquia crescente, tenta suicidar-se, e, segundo outras informações, teria desaparecido, fugindo para o campo como um louco.” (18/11/17:1). No dia seguinte, o jornal informa ainda que “[...] depois da última conferência o soviete anunciou que o general Krasnov, comandante dos kerenskistas e o seu estado maior se tinham rendido e que Kerensky fugira.”, e que na sequência da derrota “[...] o conselho dos comissários proclamou o direito dos povos da Rússia de decidirem da forma de governo, inclusive da separação e independência. Os maximalistas insistem em que Lenine e Trotsky cooperem na formação de todo o governo, e os socialistas exigem a maioria das pastas, principalmente as dos Negócios Estrangeiros, Interior e Trabalho.” (19/11/17:1).

É interessante notar como as notícias relativas ao Congresso dos Sovietes vão chegando com um atraso superior àquele normal e inerente ao seu transcurso europeu – as razões são impossíveis de determinar, mas talvez não andem longe de um maior desconhecimento, incapacidade de análise ou incúria face à política interna russa. Esta última notícia parece referir-se à decisão bolchevique, na sequência da votação da transferência dos poderes para os soviets pelos delegados reunidos no Congresso, de congregar todo o poder executivo num Conselho de Comissários do Povo encabeçado por Lenine, ao invés de o entregar, como se esperava, ao Comité Central Executivo dos Sovietes – a sua importância, portanto, assenta no facto de se lançarem aqui as bases de um estado unipartidário. À data, o Comité Central Bolchevique estará discutindo, justamente, a possibilidade de alargar o governo a uma coligação socialista mais ampla. Destarte, não pode o *Século* esconder o seu desconsolo quando escreve que “As negociações prosseguiram sem detença entre socialistas moderados e extremistas,

esperando-se a cada momento um resultado.” (19/11/17:1), ou quando transcreve um telegrama de Petrogrado, que lhe chega pelo *Intransigent*, em que se diz que “O conselho maximalista continua a governar, apoiando-se na guarnição, na marinha e na guarda vermelha.” (*idem*).

A 20, o DN informa, a partir de notícias que vão chegando de Petrogrado, “[...] que a situação é terrível sob a direção da ditadura dos altos comissários maximalistas, que legislam e que constantemente decretam.” (20/11/17:1); e o *Primeiro de Janeiro* regista que “Os acontecimentos [...] foram assinalados pela consolidação dos maximalistas e o revés de Kerensky, cujas forças, pouco numerosas, mostraram pouco entusiasmo. Entre as condições impostas pelos maximalistas para entregar o poder aos socialistas, figura a inspeção aos exércitos de Petrogrado e Moscovo e ao armamento de todos os operários russos.” (20/11/17:1). No mesmo dia, o *Século* anuncia “A derrocada moscovita” e ainda a “[...] angustiosa situação do povo de Petrogrado”, que não pode ser abastecido de alguns produtos, em virtude de se encontrarem os celeiros e as carvoarias em controlo dos cossacos (20/11/17:1). Porém, a 21, o jornal pergunta já se “Os maximalistas têm ministério”, notando abaixo que “[...] viajantes chegados da Rússia [a Estocolmo] confirmam que os maximalistas se consolidam em Petrogrado, onde constituíram um ministério de coligação, continuando a enviar tropas contra Moscovo.” (21/11/17:1); mais informa, dando seguimento à notícia do dia anterior, que “[...] dizem que todas as noticias referentes ao papel de Kornilov são falsas, sendo Kaledine o único adversário sério dos maximalistas, pois tem obstado ao transporte de trigo e de carvão para Petrogrado. Adiante, curiosamente, escreve que “[...] na Rússia se têm feito tentativas para a constituição de um governo democrático, sob a presidência de Lenine, não sendo, porém, conhecido o resultado das negociações.” (*idem*) – assim desatendem ou desconhecem, o jornal ou o autor da notícia, a situação russa!

Seja como for, é um facto que, atrasadas ou não, as notícias da formação de um governo maximalista interessam, por ora, à imprensa portuguesa – e tal interesse, que se traduz quer num alargamento dos assuntos referidos e tratados sob a temática russa, quer numa primazia dada à análise em detrimento das simples notas informativas, não parece, no entanto, derivar tanto da capacidade ou condições dos maximalistas para formar governo, como da sempiterna preocupação com a negociação de um armistício. Apesar disto, até meados de dezembro vai-se tornando claro que os maximalistas, mesmo sofrendo uma forte contestação interna e externa, longe de exercerem a sua autoridade sobre toda a população, e ainda sem controlarem todo o território russo, logram formar governo e decidir sobre a parte que mais interessa aos aliados: a frente de batalha.

A 23, o *Século* dá conta das “Palavras categóricas do embaixador russo em Paris”, o senhor Maklakof [*sic*], que diz que “O soviete que assinou a ordem de iniciar as negociações sobre o armistício não pode de modo nenhum ser considerado como governo do país. [...]posto que] Nem está preparado para isso, nem [é] reconhecido nem obedecido.” (23/11/17:1). No dia seguinte, a *Lucta* pergunta se “Governam os maximalistas”, respondendo que “[...] governam em Petrogrado, e a Rússia é duma extensão infinita.”, mas acrescentando que “É curioso notar que os alemães, incapacitada a Rússia de lhes oferecer resistência, não procuram reduzi-la pelas armas, avançando como num passeio

militar até à capital da República.” (24/11/17:1) – não se considera portanto, que não sejam os maximalistas a controlar as forças ou território por que os alemães avançam. A 25, pelo DN, Robert Cecil declara não ter “[...] a intenção de reconhecer semelhante governo.” e que a conduta maximalista “[...] constitui uma violação direta do acordo de 5 de setembro de 1914 e significaria não só que um aliado se separa dos outros beligerantes em plena guerra, mas que procede assim em menosprezo dum compromisso formal e contrato.” (25/11/17:1).

Em abono da verdade, diga-se que a *Lucta* é, por estes dias, não só um dos mais atentos, como um dos mais lúcidos espectadores da situação russa – a questão do controlo maximalista volta a 27, quando o jornal, mais concretamente o próprio Brito Camacho, depois de assinalar que “Pode considerar-se definitivamente liquidada a Rússia como potência beligerante, a menos que se realize um milagre.”, e que os maximalistas, logrando “[...] dominar a situação [...]” e conversando “[...] com os alemães sobre [...] uma paz que lhes convenha [...] que lhes permita arrumar a que casa, isto é, organizar a sua revolução, que está em perigo de perder-se.”, pergunta se “Os maximalistas [...] têm autoridade para falar em nome dum Regime que já desapareceu, ou dum Regime que ainda se não definiu? E sendo assim, a quem se há de pedir que, em nome da Rússia, honre os compromissos tomados em setembro de 1914, e que constam do chamado Pacto de Londres [...]” (27/11/17:1). Brito Camacho parece sugerir – e sugeri-lo, por esta altura, é notável – que qualquer que seja o presente estado ou o desfecho da situação, terão os Aliados que continuar a tratar com a Rússia e com quem lá mande. Assim, escreve que “Inutilizada a Rússia como potência militar, há, todavia, que contar com ela para os ajustes da paz, embora dissociada [...] e que] À diplomacia compete agora trabalhar na Rússia com zelo e inteligência e mal irá aos Aliados se não trabalharem com mais inteligência do que até agora os seus agentes diplomáticos.” (*idem*). Não vem tarde nem cedo o aviso de Camacho: no mesmo dia, o *Século* informa que “Kerensky [se] demitiu [...] de primeiro-ministro e generalíssimo, publicando, ou antes, dando início à publicação dos documentos diplomáticos secretos em seu poder, abrangendo o período de março de 1915 a setembro de 1917.” (27/11/17:1). Depois, a 29, e na sequência da detenção do embaixador inglês em Petrogrado, o *Republica* escreve que este “[...] participara de Petrogrado ao seu país que o atual governo russo – poder-se-á chamar-lhe assim? – comunicava pela telegrafia sem fios com Berlim [...] e ainda [que] os ‘soviets’, hoje, ao que parece, no controlo da Rússia, tinham abolido até o código penal, substituindo os tribunais por um conselho [...] que julgaria qualquer crime, segundo a sua consciência!” (29/11/17:1). É inegável, note-se, a contradição da folha evolucionista, ao hesitar em chamar governo às mesmas forças que dá como senhoras da Rússia (*idem*) – não sendo caso único, tem o valor de um reconhecimento, evidenciando que os Aliados terão, efetivamente, que tratar com qualquer que seja o poder estabelecido.

Pelo fim do mês de novembro, a questão do governo russo – por ora, mais um assunto de legitimidade ou competência do que de reconhecimento – começa a ser progressivamente posta de parte e, conquanto perpassa por todos os jornais, já a poucos interessa. Só no *Primeiro de Janeiro* se poderá ler ainda que “Os governos da Entente [...] não estão dispostos a reconhecer como um governo

aquilo que não é mais do que anarquia; e a Alemanha e os seus parceiros hesitaram em tratar, de igual para igual, com criaturas que estavam a seu soldo.” (31/11/17:1) ou que “Em Petrogrado funciona um governo presidido por Lenine e Trotsky, dois cidadãos a soldo da Alemanha.” e que “Um tal Krylenko [*sic*], suboficial de marinha, arvorado em ministro, manda mensagens aos soldados da frente, dizendo que devem prender os seus generais e fraternizar com o inimigo.” (1/12/17:1). E como se a traição ou a quebra na hierarquia militar não bastassem para assombrar a boa freguesia burguesa do jornal, o articulista anónimo junta, abaixo, que “As classes altas fugiram; as médias não saem do seu assombro.”, que “A Inglaterra e os Estados Unidos declaram que enquanto durar a presente situação não mandarão à Rússia um único navio.” e que “Há espantosa fome nas cidades” – A Rússia, conclui, “[...] chegou a uma das históricas anarquias eslavas que acabaram sempre pelo triunfo dum ditador, dum Ivan, o terrível, saído espiritualmente do fermento asiático da raça. Não é uma revolução; é um cataclismo.” (*idem*). Acaso a alusão à boa freguesia burguesa pareça desadequada, a citação não esconde, pelo menos, a quem se dirige o *Primeiro de Janeiro*, referência entre os jornais republicanos e que, já a 7 de dezembro, escreverá “[...] que todas as classes sociais sofrem de fome.”, que “Lenine é absolutamente incapaz de resolver o problema do abastecimento e é isso que arruína a sua popularidade.”, e, finalmente, que se esperam “[...] terríveis manifestações, ocasionadas pela fome.”, mas que “As classes não socialistas não retrocederão perante nenhum sacrifício, para restabelecer um novo estado de coisas. (7/12/17:1). Com o golpe sidonista em preparação, é caso para perguntar, portanto, de que tipo de fermento saem as classes não socialistas na Rússia... e em Portugal!

Não se fica por aqui, no entanto, o interesse daquela primeira edição de dezembro do *Primeiro de Janeiro*, onde se trata ainda das eleições à Assembleia Constituinte russa, marcadas antes do golpe maximalista, e agora em realização em todo o extenso território. À data, porém, devem já estar apurados os resultados das principais cidades da Rússia europeia. É assim que o jornal escreve que “[...] deram em Petrogrado, em 11 secções sobre 194, 220:000 votos aos maximalistas, 180:000 aos cadetes e 80:000 aos socialistas revolucionários.” (1/12/17:3), aditando, logo abaixo, a informação de que “A aceitação, por parte do governo da Alemanha, das propostas de armistício chegou demasiado tarde a Petrogrado, pois o governo de Lenine caiu, sendo substituído por um governo de socialistas avançados” (*idem*). Para o portuense, incompletos que sejam, os resultados mostram que os maximalistas não alcançaram a maioria, do que se conclui que o seu poder não poderá subsistir. Com mais cautela, o *Século* dirá que se constituiu um governo provisório composto de bolcheviks [*sic*], minimalistas, internacionalistas e de membros da esquerda de partido revolucionário socialista, parecendo que os *bolcheviks* não estão em maioria.”, e que “Em consequência da atitude do congresso dos camponeses e das decisões por ele tomadas, é possível que o poder caia dentro em breve das mãos dos *bolcheviks*.” (1/12/17:1). Por decisões, entende-se, principalmente, aquela relativa ao armistício, que tanto o generalíssimo Dukonine se recusa a apresentar aos alemães, como “numerosos comités militares”, segundo o *Primeiro de Janeiro*, contestam (5/12/17:1), podendo assim reincidir na “lógica” de Lenine deixar “[...] à Assembleia Nacional a responsabilidade da paz ou da guerra [...]” (*idem*).

Está claro que um governo, mesmo um constituído nas condições em que se constituiu o maximalista, não desaparece de cena em resultado de umas eleições que estão apenas no início e das quais, portanto, se apurou apenas uma parte dos resultados. Claro está, também, que a aceitação das propostas de armistício não pode ter chegado tarde, quer porque estão e estarão ainda por algum tempo em discussão, quer porque se supõe que o governo estará em funções até que a Constituinte reúna – e esta reunirá apenas no início de janeiro, para ser, diga-se sem detença, dissolvida logo na primeira sessão. O que isto parece mostrar, por um lado, é que imprensa portuguesa está, em geral, a par da grande maioria dos factos, embora nem sempre queira ou se mostre capaz de os articular ou analisar – assim é que, transmitindo uma mesma notícia, o *Primeiro de Janeiro* evidencia uma indignação de que o *Século* sabe ou se quer, pelo menos, proteger; por outro lado, viu-se já, mostra também que a imprensa, pelo menos a republicana, confia no que lhe chega pelas agências de informação aliadas.

No seu interesse ou acusações, entenda-se, o *Primeiro de Janeiro* não difere de quaisquer outras folhas generalistas, republicanas ou monárquicas, que, aliás, continuarão aludindo ao caso pelo desenvolvimento de outros factos, como a representação da Rússia na conferência interaliada a realizar proximamente, a sua situação militar e até a eventualidade de uma ofensiva contra os maximalistas – a isto dará o seguinte ponto o devido tratamento. A finalizar este, no entanto, talvez convenha notar, justamente através do exemplo do diário portuense, que nem toda a imprensa nacional se refere à Rússia, como nem toda a imprensa interessada o faz sempre, ou com o mesmo interesse ou expectativas, ou da mesma forma, ou até em torno do mesmo tipo de assuntos. Sem transcrever todas as notícias consultadas, posto que é grande a sua repetição ou conformidade, o que aqui se tem procurado é dar conta dos jornais mais ativos, seja num determinado momento, seja face a um assunto específico; e se, por exemplo, são poucas ou nenhuma as referências à imprensa monárquica ou católica, é simplesmente porque, por estes dias, esta não se manifesta ou porque tal ausência, sintomática de tanta coisa, não o parece ser de nenhuma atitude concreta face à Rússia.

É bem diferente o caso, contudo, quando uma publicação como a *Sementeira*, com recursos certamente muito mais limitados do que os da grande maioria das folhas diárias aqui referidas ou por referir, evidencia um conhecimento e uma reflexão mais aprofundados do assunto – situação a que o próprio mensário alude, aliás, no seu número de dezembro, ao atirar à imprensa burguesa que “Se mesmo em tempos de mais liberdades, e de mais notícias, os factos que se passam longe (e até os que se dão entre nós) são sempre incompletamente descritos e incorretamente apresentados [...] que diremos então de sucessos havidos num país como a Rússia, nesta época de insulamento e obscuridade, de paixões sectárias e mentiras interessadas?” (1917, nº24 (76): 369,370). Para o jornal, “As escassíssimas notícias que chegam até nós não versam afinal senão sobre o aparato exterior da revolução, a luta armada, a forma política que ela reveste de momento – o que passageiramente lhe vestem como uma camisa-de-força” (*idem*:370). Aqui, está-se ainda tratando, entenda-se, da questão do governo maximalista e a *Sementeira*, que receia, como Boris Souvarine, cuja opinião reproduz, que “[...] para Lenine e os seus amigos, a ditadura do proletariado [*sic*] deva ser a ditadura dos bolcheviki

[sic] e do seu chefe.”, o que “[...] poderia ser [...]” – escreve-se – “[...] uma desgraça para o proletariado russo e portanto para o proletariado mundial.” (*idem*). A *Sementeira*, portanto, não tem senão estas questões: “Até que ponto ultrapassa a revolução os atos ruidosos e os decretos solenes dos políticos revolucionários, mais ou menos imbuídos de jacobinismo? Até que ponto é ele realizada de facto no seio das massas, em cada aldeia e em cada agrupamento?” (*idem*). Assim, o seu exemplo, justo a concluir este ponto, cumpre um papel fundamental na demonstração da ideia, cara a esta tese, de que cada representação do processo revolucionário russo, só pela sua simples formulação, veicula já uma atitude, que invariavelmente acabará por ser a do jornal que a publica, seja por lhe dar origem, seja por reproduzi-la de qualquer de qualquer outra fonte. Deste modo, ao assumir-se que um jornal pode ou não optar pela publicação de notícias relativas a um facto, é de assumir que a não publicação não implicará um desconhecimento e, em caso de publicação, que também que o nível de conhecimento sobre esse facto está longe de ser o único ou o principal elemento a ter conta na produção de uma representação.

Posto isto, talvez valha a pena voltar àquela questão com que se abriu este ponto – como recebe, afinal, a imprensa portuguesa, o Golpe de Outubro? – posto que até no citado artigo da *Sementeira* se escreve, uma vez mais reproduzindo Boris Souvarine, que “A insurreição de 7 de novembro [...] não é um desses acontecimentos imprevistos e espontâneos que desconcertam o homem avisado e transtornam as previsões mais bem calculadas.”, e que “Os jornais burgueses russos [...] já anunciavam o conflito desde a eleição de Trotsky à presidência dos delegados operários e soldados.” (*idem*). Mas não é um articulista português quem o escreve, é Boris Souvarine, que tanto se move nos meios eslavos de Paris, como entre o operariado francês; depois, sobrevindos os factos, é natural que se tornem claras... ou evidentes, as movimentações que os precedem: que o conflito se estava preparando desde a eleição de Trotsky sabe-o ele, porque o diz ter lido nos jornais que lhe vão chegando da Rússia, mas não é certo que o saiba sequer a imprensa francesa, posto que a portuguesa, que a segue à letra, não dá disso sinal. De facto, articulando a questão com o que se passa na Rússia e com a maioria das interpretações historiográficas conhecidas, pode-se arguir tudo em contrário.

Mas respondendo à questão do ponto, posto que nela se caracteriza quase toda a reação dos jornais portugueses ao golpe, defende-se aqui que analisar as representações poderá coadjuvar uma análise da própria imprensa, mas não lhe corresponderá necessariamente, mormente se a análise se atém a um facto específico ou um período muito curto. Com isto, entenda-se, não se contraria a recente posição de Guinote, ou mesmo aquela, coeva, de Souvarine, da imprensa esperar o Golpe de Outubro; com isto defende-se apenas que o que a imprensa representa pode não corresponder ao seu conhecimento. E o que as representações mostram é que o golpe não seria esperado; o que uma análise da imprensa pode apenas sugerir é que mesmo procurando fazer um acompanhamento quase diário da situação, a grande maioria dos jornais não logra, tentando ou não, compreender ou mesmo aprofundar o seu conhecimento da natureza do processo a decorrer. Neste sentido, a ideia de se transita, desde março, de formas políticas inicialmente celebradas para qualquer coisa de mais indistinto e adverso às

expectativas face à guerra, parece até revestir a maior parte dos jornais de um progressivo desinteresse e intolerância, no meio dos quais o Golpe de Outubro é apanhado e de que os bolcheviques são cada vez mais o alvo. O modo como cada jornal reage, em verdade, nem deve depender tanto daquilo que conhece ou pensa conhecer já, mas da forma como entende as consequências do Golpe de Outubro – a surpresa, portanto, não chega no dia do golpe... vai chegando nos dias seguintes!

1.2 A Rússia entre 1917-1921: da I Guerra Mundial à Guerra Civil

1.2.1 Do desaire da guerra à traição das negociações da paz separada

A entrada russa na guerra dá-se em observância ao compromisso com a defesa dos ortodoxos sérvios e ao tratado celebrado com a França (1894), a qual, justamente antes da conflagração europeia, financia também a sua modernização militar (1912). Na guerra, a Rússia vê a possibilidade de sacudir o jugo económico alemão e de um eventual alargamento territorial, enquanto expurga fantasmas de outras campanhas militares e humilhações diplomáticas. No entanto, se a França continua a ser vista modelarmente entre a burguesia emergente, a sua imagem vem decaindo entre os meios mais conservadores e afetos à coroa, que entreveem nas suas influências liberais o perigo da alteração de regime; por outro lado, se a ideia é arredar a influência alemã, começa mal Nicolau II, ao casar com uma prima direta de Guilherme II, alienando boa parte da opinião russa ao mesmo tempo que reforça, dentro da corte, a fação germanófila; finalmente, à medida que a guerra avança e se vai percebendo que a manutenção no conflito, para além de demorada, é devedora do financiamento aliado, vai-se perfilando a ideia de que a Rússia apenas substituirá aquele jugo por qualquer outro.

No que respeita já à paz separada, importa notar que a Rússia manterá quase sozinha a maior e porventura a mais dura de todas as frentes de batalha e não precisará de muito para que, passada a primeira euforia patriótica, acuse intensamente o desgaste da guerra – na realidade, são inúmeras as individualidades próximas de Nicolau II que desaconselham uma intervenção e que, já no decurso do conflito e face a um agravamento da situação militar, continuam a insistir na ideia de um abandono. Assim, a paz separada não surge com os maximalistas, nem antes, com os socialistas revolucionários (SR), embora ambos se oponham à guerra e vão a Zimmerwald e a Kienthal para defender uma paz imediata, sem anexações e reparações. Em verdade, a questão divide até os maximalistas, mesmo na sequência do Golpe de Outubro, entre os que veem na paz imediata a única forma de se consolidarem no poder – como Lenine, Kamenev, Zinoviev e Estaline; e os que defendem que a paz apenas servirá aos Centrais – como Bukarine e Trotsky, fazendo da celebração de Brest-Litovsk um reflexo das dissensões e indecisões do comité central bolchevique. A ideia da paz separada, portanto, convive desde o princípio com a participação da Rússia na guerra, sem que seja possível filiá-la com segurança na atividade ou ideologia de um grupo específico. De forma geral, configura-se como um problema

grave tanto para o poder imperial, como, depois, para o Governo Provisório, como ainda para o corpo diplomático aliado em Petrogrado, todos apostados em velá-la do conhecimento público. Em Portugal, tratando da Revolução de Fevereiro, viu-se já que constitui, pelo menos, uma preocupação central da imprensa, que relega até para segundo plano a questão do governo ou regime que há de sobrevir.

Viu-se já que a imprensa nacional regista, embora sem associar e algo tardiamente, tanto a ofensiva de julho, como as revoltas daquele mês – o que ficou por dizer no ponto anterior, contudo, é que atentando na crise política então vivida em Petrogrado, com a dificuldade de Kerensky em formar governo, primeiro, e com a investida contrarrevolucionária de Kornilov, depois, a imprensa logra, nos dois seguintes meses, desviar a atenção da situação militar russa, ao mesmo tempo que associa cada vez mais a ideia da paz separada aos maximalistas e se desforra no argumento de que servem os alemães. É um facto que, mercê do seu declarado pacifismo até face às indefinições da social-democracia europeia, o grupo está identificado com a ideia e esta integra há muito as suas promessas e programa; consabido é também que o licenciamento da passagem de alguns dos líderes exilados através dos Centrais não se faz sem o interesse destes. Aqui, contudo, fala-se de traição, e é à luz desta que se produzem quase todas as representações dos maximalistas até ao Golpe de Novembro, senão tudo o que o segue, mormente quando se começa a tornar claro que da negociação de um armistício depende a manutenção do novo governo maximalista.

No dia 13 de novembro, escreve-se no *Republica* que “Pela primeira vez nos três anos e meio de luta deixaram os russos de cumprir essa capital função que parecia estar-lhes designada. Os italianos acusam-nos de deserção; a própria imprensa minimalista e constitucional faz recair sobre a Rússia a responsabilidade do revés que hoje suporta a península aliada.” (13/11/17:3); já o *Diário de Notícias* opta por informar que “Os jornais de Berlim publicam um telegrama de Petrogrado, enunciando as condições do “soviète” para as propostas de paz.” (13/11/17:3. Embora curtas, não falham ambas as notas em mostrar como, na associação da ideia da celebração da paz separada aos maximalistas, não se distinguem os seus inimigos internos dos impérios centrais ou das forças aliadas, conquanto variem os seus interesses e objetivos: os primeiros apostados em tomar o poder, e os segundos em propagandear uma defeção de peso entre os que ainda creem que a Rússia pode voltar ativamente ao conflito. Sem peias, o *Século* dá larga atenção ao assunto, escrevendo que “De Zurique dizem que a Alemanha despense uma soma importante com o fim de ativar o movimento de Lenine.” (14/11/17:1). Na página seguinte, lê-se também que “Antes de terem rebentado os acontecimentos russos, realizou-se em Copenhaga uma reunião de agentes da Alemanha e de agentes de Lenine [...] em que ficou assente a proposta do armistício a estabelecer imediatamente, bem como um tratado comercial, que entraria logo em vigor, permitindo à Alemanha abastecer-se da Rússia.” (14/11/17:2).

Assim, a 18, Henrique de Vasconcelos escreve no *Mundo* que “Os maximalistas, conscientes uns, inconscientes outros, trabalhariam pelo rei da Prússia, quer triunfando, quer derrotados.”, e que [...] iniciam um movimento revolucionário, em data prefixa por jornais alemães e o seu primeiro cuidado, ainda antes de se haverem certificado do sucesso da tentativa revolucionária, é convidar as

democracias à paz, à paz alemã.” (18/11/17:1). A urgência maximalista na celebração da paz é já, portanto, conhecida pelos jornais nacionais; interessante é notar que se em alguns é evidente e declarada a traição, noutros – e o *Mundo* não será exemplo único – embora com certo paternalismo, que não esconde alguma desconsideração ou até desconhecimento do papel dos maximalistas, são dados ainda sinais de que nem todos agirão de má-fé. Mais do que qualquer questão ideológica, importa reiterá-lo, a guerra é ainda a única preocupação dos jornais burgueses e não são poucos os que entendem que é mais razoado para um russo morrer pelos interesses aliados do que por quaisquer outras condições, do mesmo modo que entendem terem mais legitimidade a Revolução de Fevereiro e o Governo Provisório do que esta última de outubro e o governo maximalista.

A 23, ao mesmo tempo que anuncia que Kaledine ganha terreno, o *Diário de Notícias* transcreve um radiotelegrama do governo maximalista, em que se lê “[...] que o soviete tem poderes e a obrigação de propor um armistício geral e a abertura imediata de negociações para uma paz democrática.”; mais, “Quando o poder do soviete se consolidar tornar-se-á necessário propor formalmente um armistício a todos os beligerantes.” (23/11/17:1). “Esta mensagem é assignada por Lenine, Trotsky, Krylenko e Brusille [sic].” (*idem*) e da sua receção dá bem conta o *Século*, no dia seguinte, escrevendo, sob o título de “Como os maximalistas fazem o jogo alemão”, “[...] que os chefes maximalistas prosseguem nas suas ingénuas tentativas de levar os governos aliados a entrar em negociações com a Alemanha.”, e que “Também se verificou que os maximalistas não desistiram das suas tentativas para entrar em relações com as embaixadas aliadas, no intuito de sugerir-lhes principalmente a criação de um organismo tendente a estudar as condições da paz.” (24/11/17:1). Mas o diário vai mais longe, anunciando que “Informações de Petrogrado dizem que corre ali com insistência que as tropas maximalistas são comandadas por oficiais alemães.” (*idem*) e que, Trotsky, assumindo os Negócios Estrangeiros, declarou que “Todos os tratados secretos vão ser examinados e publicados.” (*idem*). Sobre a situação da população e do exército, adianta-se apenas que “O pão falta por completo nos principais restaurantes, tendo sido reduzidas as chamadas rações de família.” e que o “[...] exército russo está em vésperas de se ver reduzido pela fome.” (*idem*).

A guerra civil trará, bem certo, as maiores de todas as dificuldades à manutenção do poder pelos maximalistas, porém, enquanto não chega, são os momentos que imediatamente seguem o Golpe de Outubro que evidenciam toda a dureza com que as forças envolvidas na contenda recebem o novo governo russo, evidenciando as dificuldades que este terá em alcançar o reconhecimento internacional ou a paz – a Rússia, escreve o *Século*, está um “caos”, com “Incêndios e pilhagens em todo o país” (25/11/17:2), e o *Republica* fala da “derrocada russa”, sugerindo que “Os cossacos [...] São talvez o único elemento capaz no antigo império moscovita.” (26/11:3). A 27 de novembro, o *Primeiro de Janeiro* vem dizer “[...] que os governos aliados resolveram manifestar ao povo russo o seu enérgico protesto contra as propostas de armistício dos maximalistas, pois consideram esse ato como uma violação ao Tratado de Londres.”, e que “O partido dos cadetes publicou um manifesto dizendo que nenhuma proposta de paz dos maximalistas se pode considerar a expressão da vontade do povo russo.”

(27/11/17:3). Já a *Ordem* suspende o relativo alheamento com que se vem referindo à Rússia, para, reproduzindo “Um manifesto dos socialistas revolucionários.”, atirar que “Deram-vos a revolução em vez da paz e a anarquia em vez da distribuição das terras” (27/11/17:2). No mesmo dia ainda, a *Lucta* volta à participação russa na conferência interaliada, registando que “[...] não será nas condições presentes representada oficialmente [...] visto que o Sr. Maklakov, embaixador nomeado pelo governo de Kerensky, não entregou ainda as suas credenciais.” (27/11/17:3); e o *Século* anuncia também que “Kerensky reconhece-se vencido e começa desvendar os segredos da chancelaria [...]” (27/11/17:3) – lê-se ainda neste jornal, no dia seguinte, que “Toda a vida fabril da nação está paralisando.” e que “O poder dos bolcheviques diminui. A propaganda monárquica aumenta.” (28/11/17:2).

Estas notícias, não será veleidoso repeti-lo, intercalam-se com outras, vistas ou ainda por ver, sobre vários aspetos da Revolução – neste ponto atenta-se exclusivamente na forma como os maximalistas vão gerindo a participação da Rússia na guerra, quer em função da suas condições internas e da situação dos seus exércitos, quer em vésperas de celebrar um armistício. Assim, se a imprensa alimenta a ideia de uma traição, é não só porque importa desconsiderar o novo governo russo, mas porque os factos apontam nesse sentido, e também porque não há uma situação militar russa a descrever, posto que são inúmeros os que abandonam a frente de batalha e os que ficam são instigados a conviver com o inimigo. Mas desobrigada de ocultar ou mitigar uma situação agora imputável aos maximalistas, a imprensa continua, no entanto, a não ter grande conveniência em relevar a ideia de vazio militar a leste, e a verdade é que até à celebração da paz separada, este fator concorre mesmo com alguns outros para a ideia de que os maximalistas poderão ainda retroceder. Já a 14 de dezembro, por exemplo, o *Primeiro de Janeiro* escreve que “Os acontecimentos vieram reforçar as nossas considerações sobre a importância da frente ocidental; pois a frente oriental encontra-se completamente modificada com a traição dos maximalistas [...]”; mas é uma posição que o articulista logo trai, ao perguntar “Quando estará concluída a paz de Lenine [...]” ou “[...] quando entrará a Rússia num período de paz que permita à Alemanha despreocupar-se desse lado [...]” (14/12/17:1). Mostrando que tudo está ainda em aberto, o *Século* anuncia até, nesse dia, que Trotsky “[...] não quer o armistício, mercê do qual os alemães poderiam transportar tropas para a frente ocidental.”, dizendo tardios, porém, que “Os escrúpulos do cabecilha maximalista [...]”, posto que não só as divisões orientais alemãs estão a ser conduzidas para a frente britânica, como “[...] os maximalistas continuam a pôr em liberdade os austro-alemães.”, como Kornilov, em fuga, se junta a Kaledine (14/12/17:1).

Da primeira metade de dezembro, na verdade, há a assinalar as manifestações reclamando a reabertura da Duma, e a crise diplomática provocada pela detenção do embaixador britânico, Georges Buchanan, que os maximalistas pretendem trocar, sabe-se adiante, por Tchitcherine e Petrov, “[...] há algum tempo internados [*sic*] na Inglaterra.” (*Republica*, 16/12/17:1). Recorrentes, mesmo, só a contradição entre a recusa sistemática da autoridade dos maximalistas e a simultânea necessidade de tratar destes, e a invocação da traição e da cumplicidade com a Alemanha. Assim, já a 17, o *Século* conta que “[...] que um dos membros da comissão eleitoral à constituinte em Rostov era um

prisioneiro alemão e que um outro presidia à união maximalista dos pedreiros de Oremburg.”, e ainda que “Nas desordens de Tachkent os prisioneiros austríacos ajudaram os maximalistas a manobrar a artilharia” (17/12:1) – são acusações sérias que a Entente vai vertendo e que nenhum jornal português questiona. Por esta altura, contudo, outras três ideias se vão fazendo caras à imprensa: a primeira, de que qualquer que seja o rumo das negociações do armistício entre a Rússia e os Centrais, a presente situação corresponde já a uma alteração na guerra; a segunda, de que as forças contrarrevolucionárias se reagrupam no sul; a última, e talvez relacionada com a criação da *Tcheka* no início de dezembro, de que os maximalistas organizam e fazem recurso de formas violentas de controlo das populações.

Fala por todos os jornais burgueses, o *Republica*, quando escreve que “Se os patriotas russos não tiverem mão na loucura dos maximalistas [...] perde-se a Rússia, que esses desvairados [...]” (18/12/17:1), conquanto a *Lucta* se preste a distribuir as culpas, não só registando que “[...] são os partidos que disputam o poder; são as assembleias que aceitam e não aceitam as decisões; são os socialistas em diferentes graus que lutam uns contra os outros, que lutam contra a classe burguesa, que lutam contra o poder militar.” (19/12/17:1), como até explicando que “O povo russo está fatigado; sofreu grandes privações e grandes perdas e aceitará de boa vontade a cessação das hostilidades, que surge a seus olhos como um fator mais importante que o ato da traição.” (*idem*). No entanto, e nquanto alguns jornais falam já de guerra civil, o que ocupa a *Lucta* não é a resolução dos problemas internos na Rússia – dias depois, aliás, dirá até que o povo “[...] será, como produtor e como consumidor, de grande auxílio à Alemanha, que por ali recomeçará a sua vida de comércio externo.” (22/12/17:1) – mas a hipótese de o fim das hostilidades entre as diferentes fações vir travar o armistício e recolocar a Rússia na guerra ou, pelo menos, minimizar os seus efeitos...

Na realidade, dezembro apenas abre as negociações de paz, mas não as finda, pelo que o futuro da Rússia continua ainda em aberto e à mercê das críticas, que não perdoam os primeiros ensaios governativos dos maximalistas, que por estes dias, conta-se, anulam as eleições para as Constituintes e decretam o fim de postos militares, títulos e condecorações. Para a imprensa burguesa, os desmandos bolcheviques só são rivalizados pelos da Alemanha, que “[...] vai empregar todos os meios no sentido de retardar quanto possível a conclusão da paz com a Rússia, no intuito de evitar a queda imediata de Lenine, visto que essas condições, por onerosas, provocarão um grande movimento de reação contra ele e os seus cúmplices.” (*Século*, 23/12/12:1) – o *Jornal do Comércio* aventa até “[...] o desaparecimento da Rússia, já não só de entre os beligerantes, mas do mapa europeu [...]” (26/12/12:1). E a tudo isto, o *Monarchia* atira que “[...] apesar de germanizada até à medula, a Rússia dos czares manteve nobremente a sua atitude durante a guerra, fiel à causa dos aliados, até ao momento em que foi proclamada vencedora a Democracia [...]” (21/12/17:1).

Prosseguem, pois, as negociações do armistício, que, mesmo a acabar o ano, se vão saldando numa recusa das propostas russas pelos delegados dos impérios centrais, o que, segundo o *Século*, parece corresponder a que ou “[...] o tremido governo de Lenine já não inspira grande confiança ao inimigo.” (27/12/17:3), ou a decisão visa apenas prolongar as negociações e dar-lhe uma esperança

(*idem*:1); e, segundo o *Primeiro de Janeiro*, cotresponde a uma tentativa de “[...] fazer crer aos aliados que não há cumplicidade, a fim de induzi-los a tomarem parte nas negociações [...]” (7/1/18:3). Mas a imagem da Rússia humilhada não é exclusiva do *Século*, perpassando pelas considerações mais gerais da imprensa burguesa como um facto, a que factos apresentados mais discretamente vêm, contudo retirar sentido – é curioso que imprensa espere que os maximalistas acabem por capitular ante os alemães, quando vão resistindo às pressões internas e aliadas. De facto, as últimas notícias de 1917 falam da ameaça agora também preconizada pelo Japão e de uma eventual perda de territórios pelo reconhecimento alemão das independências bálticas; mas o próprio *Republica* reconhece que se os maximalistas fazem perigar a “nacionalidade russa”, também “[...] a libertação dos povos sujeitos ao domínio russo poderia arrastar a Áustria para o mesmo declive [...]”, sendo “O alarme entre os dirigentes germânicos [...] manifesto, e o seu desejo de fazer a paz com um governo inconsistente [...] só pode explicar-se pela preocupação de restabelecer a ordem no território russo, depois de aniquilado o seu poder militar.” (30/12/17:1). Desmente-se, assim, a imagem de debilidade com que alguns jornais procuram caracterizar os maximalistas – mas os desmentidos, contudo, podem ir mais longe.

Na moderna historiografia sobre a Rússia são inúmeros os que defendem⁴⁸⁴ que os maximalistas não têm um verdadeiro interesse pela política externa ou pela possibilidade de um avanço alemão até Petrogrado, por eles assumindo que ou a revolução se estende a outros países, aliviando a pressão “imperialista” sobre a Rússia, ou cai nesta o governo maximalista⁴⁸⁵. A verdade é que, pelo final de 1917, os maximalistas são uma facção em armas e não há nenhuma razão para crer que os trabalhadores de Petrogrado não se irão opor a um avanço alemão como, aliás, se opuseram, entre julho e novembro, à evacuação da cidade e depois, na sequência do Golpe de Outubro, a Kerensky. Qualquer que seja o seu conhecimento da situação, a imprensa portuguesa logra mostrar que a negociação de um armistício permitirá aos maximalistas consolidar a sua posição e iniciar a recuperação económica prometida no programa revolucionário (dependente da reforma agrária e do abandono da frente pelos soldados), mas que a demora a chegar a um acordo lhes está saindo vantajosa, tanto pela promoção internacional da revolução, como pela propaganda subversiva entre as tropas alemãs, como ainda por vir adiar problemas e decisões.

Deste modo, não surpreende encontrar já, nas mesmas folhas que exploram e mofam da desvantagem maximalista em Brest-Litovsk, referências ao perigo da sua manutenção no poder; e assim, à medida que também os alemães vão desconfiando das intenções russas e endurecendo a sua posição, lê-se no *Primeiro de Janeiro* que, mesmo “inutilizado”, “[...] não convém que o vizinho continue nas práticas perigosas que podem trazer o gérmen vicioso às monarquias de direito divino.”

⁴⁸⁴ *i.e.* Pipes, 1996:166,167.

⁴⁸⁵ A tal concepção, prefere-se a de Sheila Fitzpatrick (1994:69) – “Recognition of the need for conventional diplomacy was delayed by the Bolshevik leader’s deep belief in the early years that Russia’s Revolutions could not survive long without the support of workers’ revolutions in the more advanced capitalist countries of Europe.” – embora também esta seja discutível, posto que os maximalistas participam convencionalmente

(4/1/17:1). Surpreende, sim, encontrar no DN uma “Uma nota do *Daily Cronicle* [que] deixa prever que a atitude atual dos maximalistas pode levar ao reconhecimento do respetivo governo pela Entente.” (7/1/18:1) – é que nada, desde o último encontro em Brest, a 28 de dezembro, e a publicação desta notícia deveria alterar a posição aliada. Já a 9 de janeiro, contudo, cansados do jogo, os alemães anunciam o reconhecimento unilateral da soberania ucraniana como preparação das independências polaca, estónia, lituana e letã, e só então, Trotsky, invocando a necessidade de uma “[...] evacuação dos territórios ocupados, antes que os povos emitissem os seus votos, em plena liberdade, sem ser por detrás de baionetas afiladas e de cascos brilhantes. [...]”, e pretendendo, como escreve Rocha Peixoto, “erguer a cabeça” (*Jornal de Comércio*, 10/1/18:1), declara que “Se a Alemanha e os seus aliados não aceitarem as nossas condições de paz, nós declararemos à Alemanha a guerra revolucionaria, pois não consentiremos nunca uma paz odiosa.” (*Século*, 12/1/18:1).

Só o tempo se encarregará de mostrar que Trotsky não fanfarreia, mas, por ora, a sua declaração logra deixar, uma vez mais, os alemães à espera. À imprensa burguesa, que também não esconde a expectativa de um regresso russo ao conflito, a *Sementeira* atira, então, que “No mesmo número em que, por exemplo, Trotsky, é acusado de agente alemão [...] é-lhe atribuído o projeto de revolucionar e desorganizar o exército germânico [...] e que] À força de imbecilidade, os jornais e agências deixam de ser infames, para se mostrarem grotescos. (janeiro de 1918, nº25 (77): 1). Trotsky torna a Petrogrado no dia em que os maximalistas dissolvem a Constituinte (18 de janeiro), preparado para defender no Comité Central a célebre política de “nem guerra, nem paz”, de uma declaração de paz unilateral, que reitere a imagem de brutalidade do imperialismo em caso de invasão do território russo. Contra Lenine, Estaline e Zinoviev, que a tomam por utópica, Trotsky vê aprovada a sua moção e é já regressado a Brest-Litovsk que os alemães o ultimam a assinar a paz nos termos em que lha propõem. Está-se já em fevereiro, e de novo em Petrogrado, reconfirmada a sua proposta, Trotsky e os maximalistas esperam agora pela reação militar alemã. A 17 de fevereiro, conforme prometido, cai a espada alemã sobre a Rússia, num extenso avanço militar sem oposição. No dia seguinte, em reunião de urgência do comité central, Trotsky vota, ao lado de Lenine, a assinatura da paz, partindo, em seguida, para Brest. Apenas uma semana depois a decisão começa a ser tratada pela imprensa burguesa, que centra todo o seu criticismo nos maximalistas. Mas tal atitude, importa notá-lo, mormente agora, não vive ainda tanto de uma oposição ideológica, como – mostram-no bem estes primeiros meses e a questão da paz separada – do fim da participação russa na guerra, de um certo lamento pela sua desagregação e até da incompreensão do “idealismo” que move os maximalistas. Assim, a imprensa voltará, pelo fim de fevereiro e ainda ante a possibilidade de um realinhamento russo com os aliados, às repreensões moralistas com que havia encerrado 1917.

Na “Crónica Internacional”, que mantém no *Jornal do Comércio*, Rocha Peixoto escreve que os diplomatas maximalistas, “[...] sempre teimosa e imbecilmente a querer namorar [...] o povo

em todos encontros diplomáticos em são admitidos, mesmo antes do seu reconhecimento internacional.

alemão, procurando atraí-lo para o mesmo abismo de loucuras em que o povo russo se precipitara [...] como que acordaram, e pensam em organizar qualquer cousa que lembre um simulacro de defesa [...]” (28/2/18:1). Admitindo, involuntariamente, o valor do romance, o *Primeiro de Janeiro* regista que, entre as condições de paz, “A Rússia promete pôr termo à propaganda de agitação contra qualquer personagem da Quádrupla, às instituições militares e políticas e às localidades ocupadas pelos impérios centrais.” (3/3/18:1), o que não pode deixar de sugerir que a estratégia maximalista preocupa os alemães – mas porque o portuense será sempre um dos mais ciosos censores do processo revolucionário russo, junta que “O *Vorwaerts*, órgão socialista alemão, deve ter desenganado os idealistas [*sic*] russos, pois ainda há pouco bem duramente se referiu aos processos dos maximalistas, declarando-os inaceitáveis para a Alemanha.” (*idem*). A tudo isto, a *Sementeira* lá responde, em março, reconhecendo o valor da tentativa maximalista de “[...] falar ao povo germânico e a todos os povos beligerantes por cima da cabeça dos dirigentes, com vistas na revolução e na paz geral.” e, acusando a social-democracia alemã de “impotência” ou “corrupção nacionalista”, declarando que os revolucionários russos se têm visto abandonados [...] por todos, mesmo, em parte, por muitos dos que se afirmam seus amigos, e hostilizados por todas as burguesias.” (1918, nº27 (79): 35).

Só em março, de facto, os alemães suspendem o seu avanço, ao perceberem que um atraso na assinatura do acordo pode não só comprometer as vantagens já entretanto obtidas, como a própria situação na guerra. A 6, e com três dias de atraso, chega finalmente às páginas “[...] que em vista da Alemanha se recusar, apesar da sua *demarche*, a cessar a sua ação militar, durante as negociações, e das condições do tratado se terem transformado num ultimato apoiado pela violência, ela [a delegação maximalistas] assina sem discussão as propostas ditadas pela Alemanha.” (*Jornal do Comércio*, 6/3:1). Se a questão, contudo, é também de propaganda, a declaração maximalista deve ter o alcance esperado, posto que “O ministro alemão, Sr. Rosenberg”, não só virá explicar “[...] que a Rússia tinha liberdade de aceitar ou não as condições alemãs, e, portanto, não pode afirmar que a paz lhe seja imposta.”, como insiste “[...] que os impérios centrais não querem que a propaganda revolucionária russa alastre aos seus territórios.” (*Ordem*, 9/3/18:1) – não descansam os alemães, compreendendo que uma paz incondicional pode ser melhor do que aquela mais vantajosa mas firmada sob desconfiança. Pelos dias seguintes, os jornais atiram-se aos termos do acordo – a Rússia, notam, cedeu parte importante do seu território europeu, da população e da produção agrícola e industrial.

Como na historiografia recente, para a imprensa coeva a questão passa pela discussão das motivações e das consequências para cada uma das partes, embora partindo sempre da ideia de que os maximalistas se puseram e aos Aliados em muito pior situação. É assim que os jornais que, agora e à laia de explicação para a acalmia da população russa, sugerem que Brest-Litovsk é ainda do desconhecimento geral, acusarão, depois, os maximalistas de serem maus cumpridores de tratados e ainda piores pagadores de dívidas! Por entre a relativa indiferença a que votam a Rússia até ao início da guerra civil, contudo, não deixarão de informar que os maximalistas aproveitam a acalmia para reforçar a sua posição no poder e que chegam até a celebrar novos acordos económicos e militares

com a Alemanha. Em menos de um mês, as referências a Brest-Litovsk já terão desaparecido da imprensa, mas não só a defeção russa continuará a pesar sobre as representações dos maximalistas por muitos anos, como estas deixarão a perder de vista tudo o que se escreveu até agora.

1.2.2 Vermelhos, Brancos e outros – a Guerra Civil e a intervenção estrangeira

A ideia de que nenhum facto marcou tanto os bolcheviques como a guerra civil é um dos lugares-comuns da historiografia conhecida, qualquer que seja o seu tipo ou grau de comprometimento ideológico⁴⁸⁶. Se, por um lado, o conflito agrava e alarga a uma parte muito maior da população russa as dificuldades que experimenta já com a conflagração europeia, polarizando-a pelas várias forças em conflito; vem, por outro, forjar nos bolcheviques um medo e reação permanentes a uma agressão interna ou externa, assim como a necessidade de centralizar e militarizar o regime no sentido do autoritarismo⁴⁸⁷ que depois o caracterizará. Falar de uma guerra civil *russa*, contudo, não pode estar mais longe da realidade: o conflito, extravasando os limites tradicionais da geografia e sociedade russas para os de outras nacionalidades, reconhecidas ou não, acaba por não envolver apenas as forças bolcheviques (vermelhos) e as forças contrarrevolucionárias (brancos), mas inúmeras outras, desde aquelas constituídas por camponeses ou cossacos, combatendo sob o estandarte das independências regionais (referidas como verdes), e aquelas formadas por anarquistas (negros) – ambas adversas a vermelhos e brancos – àquelas que vão chegando ao conflito no quadro de uma intervenção estrangeira com os mais distintos interesses ou objetivos.

Quantitativamente, é difícil determinar os números de verdes e negros envolvidos na contenda; se há coisa, porém, que alguma historiografia tende também a enfatizar é a desproporção entre as forças brancas, que nunca chegam a passar do quarto de milhão, e as vermelhas, com cerca de cinco milhões de alistados, mas dos quais apenas 10% entram em combate, suprindo o resto o vazio administrativo deixado pelo fim do czarismo. Semelhante critério, porém, se mantém no tratamento da composição, equipamento e distribuição destas forças, salientando tal historiografia a vantagem bolchevique de uma maior hegemonia étnica, de um controlo sobre o que resta dos arsenais imperiais e da ocupação de um espaço central na Rússia europeia face às forças brancas, etnicamente muito heterogêneas e divididas, pior equipadas e ainda atacando a partir da periferia deste território. Curioso é que tal análise acabe sempre relativizando o contributo militar aliado para causa branca, quando a imprensa da época tende, justamente, a enfatizá-lo – ver-se-á adiante.

Profusa informadora, só muito dificilmente a imprensa portuguesa da época permite reconstituir

⁴⁸⁶ Fala-se aqui de comprometimento porque, nesta questão concreta, se reflete como em poucas outras na forma como não poucos historiadores têm procurado ver o resultado do conflito em função das vantagens ou desvantagens dos mais diferentes contendentes, sem ponderar como estas se alteram ou mesmo se invertem.

⁴⁸⁷ Perfilha-se aqui a ideia, já anteriormente desenvolvida por Robert C. Tucker ([1977] 1999) e Sheila Fitzpatrick (1994:71), de que o autoritarismo do regime soviético se deve muito mais à experiência da guerra civil sobre a organização e ação do Partido Bolchevique do que à sua organização e disciplina primitivas.

o conflito, que não apresenta senão de forma fragmentária e até descontextualizada, sendo a dificuldade maior deste ponto situar as representações sem as desvirtuar com um excesso de informações complementares. Ainda assim ou por isso mesmo, impõe-se explicar que o conflito se desenvolve simultaneamente em três frentes – a sul, a este e a noroeste – e em três fases distintas: a primeira, do Golpe de Outubro ao Armistício, integra tanto os episódios da resistência de Petrogrado a Kornilov e aos avanços alemães, como os embates entre vermelhos e as forças da Legião Checoslovaca em trânsito pela Sibéria; a segunda, entre março e novembro de 1919, compreende as atividades de Denikine e Koltchak, na Ucrânia e nos Urais, respetivamente, bem como os seus avanços em direção a Moscovo, e ainda o derradeiro ataque de Iudenitch a Petrogrado; a última, até 1921, centra-se no ataque a Wrangel, na Crimeia, mas inclui a Guerra Russo-Polaca de 1919/20 e o ataque ou submissão de outros governos ou poderes regionais e nacionais formados durante o conflito.

Em verdade, na sequência do Golpe de Outubro e até ao final de 1917, a Rússia não desaparece da imprensa portuguesa, mas as notícias de quaisquer movimentações militares, ademais com o golpe sidonista e a quadra natalícia de permeio, perdem relevância. Pelo meio de dezembro, já depois do ataque a Petrogrado, o *Diário de Notícias* regista que as restantes forças de Kornilov se juntarão em breve às de Kaledine, em Novorossisk (ainda a sul de Rostov sobre o Don) (14/12/17:1), mas a imprensa identificou já atividades brancas e aliadas noutras partes do território⁴⁸⁸. Já as negociações de paz separada com os alemães continuam a desenrolar-se, trazendo bolcheviques e Aliados à beira de uma rutura diplomática. Ainda no fim de novembro, a Associated Press informa que “[...] a abertura das negociações para a paz é olhada em Washington como um ato que colocaria a Rússia no mesmo plano das nações inimigas.” (*Século*, 25/11/17:1). Sabe-se, então, que foi detido o embaixador George Buchanan, por caluniar os maximalistas⁴⁸⁹ ante o governo britânico. Trotsky levará as medidas mais longe, fazendo saber aos Aliados que se “[...] os embaixadores, ministros e cônsules aliados não aceitarem a política maximalista sobre a paz, deverão abandonar os seus cargos, deixando-os aos seus subordinados e devendo estes reconhecer a autoridade do Soviete.”⁴⁹⁰ (*Século*, 14/12/17:1), e, à Alemanha, que se “[...] se recusar a assinar a paz nesse sentido, os maximalistas poderão ser forçados a fazer a guerra revolucionária.” (*Século*, 25/12/17:1).

O início de 1918 traz o restabelecimento das relações comerciais e postais entre alemães e

⁴⁸⁸ No DN, lê-se que “Os ingleses e japoneses auxiliam a contrarrevolução” e que “Vários navios de guerra da esquadra do Mar Negro entabularam negociações com os cossacos.” (14/12/17:1). A imprensa alude ainda à fuga de Kornilov da prisão e, porque a traição maximalista está bem presente, noticia-se que os bolcheviques são auxiliados por prisioneiros de guerra alemães e austríacos (*i.e. Primeiro de Janeiro*, 16/12/17:1).

⁴⁸⁹ De facto, não se trata de uma detenção, que nem a saúde de Buchanan o permite, mas da proibição de abandonar a Rússia. Explica Trotsky que “A opinião pública russa não pode admitir que liberais revolucionários russos [refere-se a Tchicherine e Petrov] gemam nos campos de concentração ingleses, enquanto súbditos ingleses contrarrevolucionários vivem livremente em território russo.” (*Primeiro de Janeiro*, 6/12/17:1).

⁴⁹⁰ Data daqui o encerramento da grande maioria das legações aliadas ou a entrega das representações diplomáticas e comerciais a outras delegações estrangeiras.

russos (*Século*, 4/1/18:1), a descoberta de um ‘*complot* antimaximalista’ encabeçado por Kerensky e os tenentes Savinkov e Filomenko” (*Século*, 21/1/18:1), e a notícia de que uns navios de guerra japoneses fundearam no porto de Vladivostok sem conhecimento prévio dos Aliados (24/1/18:1). São também mais frequentes os recontros, cuja referência, porém, não vai além de um topónimo numa Rússia que se sabe imensa. Percebe-se, contudo, que o conflito se propaga a todo o território e que se os maximalistas conseguem segurar alguns pontos na frente oriental, os brancos procuram avançar para norte, porque, como Buchanan declara, já em Londres, “Os bolcheviques são por agora senhores da Rússia setentrional.” e “As suas doutrinas propagam-se em toda a Rússia e são bem recebidas pelos que nada têm a perder.” (*Diário Nacional*, 25/1/18:1). O que se vem a passar nos dias seguintes, porém, deverá alarmar os Aliados. porque percebendo o perigo de uma tamanha concentração inimiga em Rostov, os maximalistas levam a cabo uma investida, que se salda na perda da cidade pelos brancos e à sua movimentação forçada para sul, em direção às estepes de Kuban, num episódio que ficará conhecido como “Marcha de Gelo” e do qual resultarão as mortes de Kaledine e Kornilov⁴⁹¹. Na imprensa, passa discreta a morte dos militares, mas, já pelo fim de março, sabe-se da investida a sul, posto que se anuncia que ao tomar em Odessa, “[...] o general Mouraviel, chefe dos bolcheviques, ordenou o fuzilamento de vários capitalistas e burgueses, exigindo à população o pagamento de 20 milhões de rublos.” (*Montanha*, 24/3/18: 3). A situação, sabe-se hoje, animará os Aliados a entrar no conflito, mas, por ora, a conclusão de Brest-Litovsk deixa tudo em suspenso, quer porque, apesar do revés, os brancos começam a movimentar-se de sul para este – cadetes e SR formaram já um governo regional na Sibéria, sediado em Omsk, e outro, apoiado pelos checoslovacos, conhecido por *Komuch* e com sede em Samara, no médio Volga – onde Koltchak vem também juntando as suas forças; quer porque, não querendo participar diretamente no conflito russo, os Aliados creem que os maximalistas cairão sob pressão alemã ou, então, preferem pagar o seu auxílio ou esperar por uma intervenção japonesa⁴⁹², que, segundo a *Lucta*, merecerá “[...] o apoio de todos os países aliados e mesmo dos russos que não estão contaminados pelo leninismo traidor.” (14/5/18:1).

Abstendo-se, como a França, de um completo corte com o governo maximalista, com que contacta através de Litvinov, Lloyd George defende o auxílio à Rússia, “[...] se ela está mais decidida do que nunca a participar em qualquer movimento que tenha por fim expulsar do seu território os alemães [...]”, mas entende que só o Japão está “[...] em condições de poder internar na Rússia em grande escala.” (*Século*, 26/6/18:1) – no entanto, uma intervenção japonesa alarma os Aliados, concretamente os americanos, que receiam um aumento do seu poder no Pacífico. Pelo fim de junho, dando como “desesperada” a situação na Rússia, “[...] esperando-se a queda do regime bolchevique a

⁴⁹¹ Para se perceber a importância da morte deste último, entretanto substituído por Denikine, consta que Lenine, sabendo do facto, comenta que a guerra civil acabara por ali (Mawdsley, 2005: 22).

⁴⁹² Negligenciando a dimensão do intervencionismo aliado, Pipes defende que a Inglaterra não quer na imiscuir-se na Rússia por andar esgotada pela peleja contra a Alemanha (1996: 178), esquecendo as ações no Báltico e no Mar Branco, ainda em março, ou as contribuições em dinheiro e material de guerra aos exércitos brancos.

todo o momento.” (*Século*, 29/6/18:2), a imprensa assinala a tomada de Irkutsk pelos checoslovacos, mostrando que controlam um bom troço transurálico do Transiberiano. À ação checoslovaca deveu-se já, a 29 de maio, a mobilização geral de trabalhadores que baseou a criação do Exército Vermelho, e dever-se-á agora a preparação do desembarque aliado em Vladivostok

A 2 de julho, fala-se da proclamação do “[...] estado de guerra na província de Arkangel.” (*Republica*, 2/7/19:4), já parcialmente ocupada por tropas britânicas e americanas, que ali haviam desembarcado em março, com autorização maximalista, para proteger de finlandeses e alemães o território e o material de guerra lá depositado. Dias depois, Mirbach, chefe da missão alemã em Petrogrado, é assassinado pelos SR, que, visando a suspensão de Brest-Litovsk, forjam as provas de uma ordem maximalista a ser executada no âmbito da insurreição por eles mesmos levada a cabo no dia 6, motivando ainda uma nova onda de perseguições e detenções. A imprensa portuguesa, surpreendentemente, julgará o assassinato à luz da situação criada pelos maximalistas, mas nunca os dará como autores do crime. No dia da insurreição, contudo, estala ainda em Iaroslav, no noroeste da Rússia, a célebre rebelião camponesa organizada por Boris Savinkov e coadjuvada pelas tropas checoslovacas⁴⁹³, então em trânsito para norte, ao encontro de outras forças aliadas⁴⁹⁴. A 22, a rebelião foi já debelada e os checoslovacos regressaram à sua primitiva posição, mas, pelo início de agosto, desembarcam entre Murmansk, Arkangel e Vladivostok 30.000 soldados aliados, cujo objetivo é reforçar os checoslovacos na reativação da frente oriental. Nos dias seguintes, num tratado suplementar ao de Brest-Litovsk, Tchitcherine negociará com o novo embaixador alemão, Helfferich, a defesa de Petrogrado contra os Aliados e uma ofensiva contra os brancos na Ucrânia.

Chegadas à imprensa portuguesa, as notícias da intervenção aliada são complementos a outros avanços na guerra contra os Centrais. Segundo o *Primeiro de Janeiro*, os checoslovacos controlam o transiberiano, “[...] desde Samara [...] até ao seu término, frente ao Japão, excetuando um importante troço entre Irkutsk e as proximidades de Vladivostok [...]”, “[...] ao sul encontra-se Rodzianko [...] com as forças dos generais Alexeiev, Denikine e Kornilov [...]”, em Vladivostok “[...] o general russo Horvat [...] opera com as tropas de Semenov contra os bolcheviques, isto é contra os alemães.”, e “[...] Os japoneses e americanos, por seu turno, já começaram a operar na Sibéria asiática.” (8/8/18:1) – ignora o portuense que Kornilov morreu já e que entre Irkutsk e Vladivostok vai meia Sibéria⁴⁹⁵. A 23, contudo, o *Jornal do Comércio* conta que Kazan, Simbirsk e Ekaterinoslav podem estar a cair em mãos do Exército Vermelho e que este, “[...] reforçado ultimamente por novos recrutas, avança contra a frente checoslovaca.” (23/8/18:1). Setembro começa com as notícias do atentado de Kaplan contra Lenine, mas com a notícia de que sobreviveu, os jornais voltam ao mal refreado entusiasmo com a

⁴⁹³ Iaroslav resiste dezasseis dias, pelo que à data da publicação da notícia no *Diário de Notícias* (31/7/18:1) a rebelião foi já debelada, sem que, contudo, se altere sobremaneira a situação bolchevique.

⁴⁹⁴ É neste contexto que as tropas se aproximam de Ekaterimburgo (ou Ekaterinoslav), onde a família real russa está degredada, precipitando o seu assassinato, na noite de 16 para 17 de julho.

⁴⁹⁵ A notícia mostra, como a guerra, longe de chegar a toda a extensão da Rússia, se desenrola ao longo das suas

intervenção. Destaca-se a *Sementeira*, escrevendo que “[...] de um lado os impérios centrais, em nome duma hipócrita independência nacional”, e “[...] do outro lado os Aliados, os Estados Unidos, o Japão, apoiando francamente a contrarrevolução em nome da Liberdade e jurando sobre os Evangelhos da Democracia que não intervêm nos negócios internos da Rússia [...]” (1918, nº33 (85): 1).

A possibilidade de uma derrota dos Centrais, porém, perfila-se desde o verão e, entrando outubro, a Alemanha solicita a Wilson a negociação de um armistício, que virá a efetivar-se cerca de um mês depois, com brado em toda a imprensa europeia. Se, por um lado, o novo governo alemão se procura distanciar das posições assumidas pelo governo anterior face aos maximalistas⁴⁹⁶, por outro, a ideia de que também ali pode estar em preparação uma grande revolução, para a qual Joffe vem trabalhando há muito tempo, leva ao encerramento das representações diplomáticas russas naquele país – a 13, a Rússia revoga, unilateralmente, o Tratado de Brest-Litovsk. A partir deste momento, a Alemanha, mergulhada numa profunda crise e apertada entre o pagamento de compensações e as aspirações territoriais da França e da Polónia, quer mais é manter os maximalistas à distância.

Procurando extinguir o poder bolchevique e evitar o perigo de um contágio revolucionário, a Entente vê-se agora, mais do que nunca, compelida a assumir publicamente uma intervenção que, na realidade, iniciou muito antes. Três dias após o Armistício, já o *Tempo* assinala que tem sido bem acolhida pela opinião pública “[...] a proposta do governo americano aos governos dos países aliados para intervirem na Rússia com o fim exclusivo de restabelecer a ordem contra os bolcheviques e maximalistas.”, apondo, ademais, que “[...] intervirão não só na Rússia, mas em todos os países onde a desordem social tomar o aspeto grave do soviétismo” (14/11/18:1). Para o DN, “Traidores para com os aliados e para com a própria existência humana [...]”, os russos serão [...] os primeiros a aprender [...] o novo direito público, *A’ tout rigoeur...*”, cuja primeira demonstração, aliás, é dada abaixo, ao anunciar-se que “[...] fora dado na Rússia um golpe de Estado pelo almirante Koltchak, personalidade enérgica e amigo da Entente.” (25/11/18:1). O facto é bem divulgado, quer porque a ascensão do almirante preconiza uma qualquer forma de governo entre as forças brancas, quer porque as suas declarações sobre as obrigações russas vêm ao encontro das expectativas aliadas – esquece-se a imprensa de assinalar que o governo derrubado é o chamado Diretório dos Cinco, resultante da fusão entre o Governo Siberiano e o *Komuch*⁴⁹⁷.

vias de comunicação, e também o quanto se procura identificar os maximalistas com os interesses alemães.

⁴⁹⁶ Não é, aparentemente, o único. A notícia do *Tempo*, de que “A Holanda cortou as suas relações com os maximalistas.”, de que se espera “[...] a saída do representante da Noruega.”, e que a “Dinamarca, Noruega e Espanha seguirão o exemplo [...]” (14/11/18:1), mostra que também os países que se achavam, durante a guerra, sob alguma influência da Alemanha, desejarão agora segui-la pela via da subserviência aos Aliados.

⁴⁹⁷ A imprensa não faz qualquer referência a esta fusão promovida, em setembro, tanto pelas missões aliadas como pela presença da Legião Checoslovaca na região. Esconde ou desconhece, portanto, que o golpe de Koltchak, aproveitando a partida de grande parte da Legião na sequência da declaração da independência da Checoslováquia (18 de outubro), não só se dá contra o que mais próximo de um governo estável e representativo as forças contrarrevolucionárias haviam estado, como acabará por depor aos pés dos maximalistas, ao longo do inverno seguinte, o apoio dos SR, bem como parte da autoridade que estes sempre

Assim serenados, os jornais burgueses invernarão ruminando numa intervenção em larga escala. A questão tem os seus melindres, porque a imprensa deve explicar, na sequência de uma guerra que levou já tantas vidas⁴⁹⁸, o ataque contra um estado soberano e cujo governo, reconhecido ou não, tem reclamado sempre negociações – não estranho é, por exemplo, que caia amiúde em contradições, que vão da mais elementar declaração de Lord Milner, Ministro da Guerra britânico, de “[...] que o motivo do envio de tropas aliadas a Rússia é, principalmente, o terem os bolchevistas ajudado o inimigo.” e “[...] salvar os checoslovacos.” (*Século*, 22/12:1); à mais complexa conceção de que “[...] os aliados não pensam em enviar um corpo expedicionário e antes pensam em apelar ao governo que proceda em conformidade com os votos populares e os deveres internacionais do país [...]” (*Diário de Notícias*, 27/12:1), quando e em verdade, o “Governo bolchevista enviou novas propostas aos aliados a respeito das condições da paz.”, mas “Os aliados não responderam, por isso não [o] reconhecem [...]” (*Jornal do Comércio*, 29/12/18:1). Sabe-se, contudo, que “[...] os maximalistas têm facilidade em recrutar um exército de cerca de três milhões de homens, e que, nesse caso, será impossível opor-lhes qualquer resistência.” (*Diário Nacional*, 23/12/18:1) e que o seu ensejo de chegar a um entendimento é, afinal, o mesmo que os vai aproximando da via militar.

Depois, pelo final de 1918, a nota de que “A invasão bolcheviquista prossegue sistematicamente na Estónia e na Lituânia, tendo sido infrutuosas todas as tentativas feitas para a delimitação duma zona neutra.” (*Século*, 24/12:1) informa também que os bolcheviques, não sendo capazes de segurar, ao mesmo tempo, todas as frentes, podem, operando num sistema de comunicações centralizado em Moscovo, movimentar-se por todas elas a fim de defender a sua área de influência – mais até, que são capazes de fazer investidas nos territórios bálticos, onde, sob um Ducado Báltico Unificado administrado por alemães étnicos e protegido pelos Aliados, se têm vindo a experimentar algumas independências limitadas⁴⁹⁹. Dando início às hostilidades a noroeste e guindando à Guerra da Independência da Estónia e, depois, à Guerra Russo-Polaca, estes episódios merecerão sempre muito pouca atenção nos jornais. Sabe-se, contudo, que os bolcheviques passarão a véspera de Natal próximos de Tallinn, mas que até maio retrocederão até ao ponto de partida.

Ocupados com o fim do Sidonismo e a insurreição monárquica, os jornais não deixam de se referir ao bolchevismo⁵⁰⁰ – a diferença é que se para a imprensa liberal ele se fica pela Rússia ou,

havia exercido naquelas áreas rurais em que, agora, a frente de batalha se situa. Mesmo então, só a *Batalha* (27/3/19:1) e o *Combate* (23/12/19:1) falarão de uma aproximação das diversas facções socialistas russas.

⁴⁹⁸ Numa notícia da Havas e generalizada, por esses dias, por quase toda a imprensa portuguesa, regista-se, por exemplo, que só “[...] as perdas russas durante a guerra se elevaram a 1.700.000 mortos; 1.450.000 estropiados; 3.500.000 feridos; e 2.500.000 prisioneiros.” (*Diário Nacional*, 23/12:4).

⁴⁹⁹ Enquanto alguns autores, relevando o imperialismo soviético, insistem que a ofensiva visa juntar o processo revolucionário russo ao alemão, refreando os impulsos nacionalistas e conservadores dos novos estados, outros apontam que os maximalistas entreveem a possibilidade de ocupar territórios tradicionalmente ligados à Rússia, seguindo a retirada das últimas guarnições alemãs no Báltico e substituindo com a sua autoridade o ambiente de lutas internas criado pelo vazio de poder e pela variada composição étnica da população.

⁵⁰⁰ Ainda antes que a questão obrigue a uma maior reflexão, convirá notar aqui que termos como “bolchevismo”

agora também, pelas revoluções alemã e húngara, para os jornais mais conservadores, guia já, em Portugal, os pronunciamentos militares de janeiro pelo regresso à “normalidade constitucional republicana”. Assim, e embora viva ainda do desconhecimento e preconceito, o bolchevismo mimetiza já muita da discussão em torno da atitude a adotar face ao regime soviético, polarizando as lutas políticas e correntes de opinião no estrangeiro. É assim que, contra a pretensão britânica de convidar “[...] todos os governos constituídos na Rússia[...] a por termo às suas rivalidades durante a conferência da paz [em Prinkipo, na Turquia] e a enviarem representantes a essa conferência.”, o ministro dos negócios estrangeiros francês, Pichon, vem dizer, no DN, “[...] que o governo francês não pode aprovar semelhante sugestão [...]”, não só porque “[...] não tem em nenhuma atenção os princípios que dominaram constantemente a sua política.”, mas também porque “[...] o governo de bolchevistas não apresenta nenhuma possibilidade de governo regular, suscetível do ser reconhecido, porque isso seria fortificar a sua propaganda no mundo e desmentir a política aliada.” (29/1/19:1).

Na imprensa burguesa, a questão é assumida, quase em exclusividade, por Rocha Peixoto, favorável tanto a um corte com os bolcheviques, como a uma intervenção; mas custa a crer que o articulista do *Jornal do Comércio* não aviste no Tejo os mesmos barcos de guerra estrangeiros que avista o do *Vanguarda*, ao perguntar “O que pensarão de nós os países aliados, obrigados a intervirem na Rússia, para obstem a que a desordem imperante no colosso moscovita alastre e ponha em perigo o plano que o Sr. Woodrow Wilson acalenta sob a rúbrica de Sociedade das Nações [...]” (17/2/19:1). Depois, também a imprensa avançada reage, com a recém-criada *Batalha* a assinalar que “[...] a resposta veio, em forma do intervenção armada e de calúnia ‘de grande estilo’ [...]”, apresentando “[...] o socialismo maximalista russo, adversário de *todos* os imperialismos, como vendido ao ‘inimigo’ e como um ‘inimigo’ igual ao outro, quando, afinal, inimigo é na verdade, e bem profundo, mas do capitalismo internacional [...]” (4/3/19:3); e a *Sementeira* a juntar que “Na verdade, no próprio instante em que falam duma ‘intervenção’ nas coisas russas, já executam operações militares contra o Governo dos operários e camponeses da Rússia.” (junho de 1919, nº39 (91): 230). Mais do que pelo valor das acusações, estes artigos *Batalha* e da *Sementeira* valem por evidenciar que a questão, conforme fora sempre da estratégia e propaganda bolcheviques, transpôs já toda a Europa.

Mas está-se ainda em março e o conflito conhece importantes progressos, entrando agora na sua segunda fase. Em primeiro lugar, inicia-se, na frente noroeste, o recuo do Exército Vermelho, apertado entre Estónios, Letões, Polacos e as forças aliadas em Murmansk e Arkangel. Depois, temendo um ataque em larga escala a partir do mar Negro, as forças bolcheviques concentradas na frente sul recebem, a 12 de março, ordens para atacar a bacia do Don e, aproveitando isto, Koltchak lança uma ofensiva a partir dos Urais em direção ao Volga. Finalmente, falha mais uma missão diplomática norte-americana, lá para o fim do mês, em pôr um fim ao conflito, o que levará à oficialização da intervenção aliada. Não se pense, contudo, que as notícias permitem recompor, passo por passo, todas

ou “bolchevista”, qualquer que seja a forma como se grafem, começam a generalizar-se agora face a outros,

estas movimentações. Já a 8 de abril, o anúncio de que “As tropas do general Shkures [*sic*] [se] apoderaram de Wladioucal [*sic*] e derrotaram completamente 100.000 ‘bolchevistas’ [...]”, deixando “[...] inteiramente limpa [...] A região do Mar Negro ao Mar Cáspio [...]” (*Manhã*, 8/4/19:1), não se coaduna com o ataque vermelho contra Denikine, porque este, entre a possibilidade de se movimentar para leste, ao encontro de Koltchak, opta pela defesa do Don, a oeste do Volga, ao longo do qual recua, agora, para sul, ante a investida vermelha. De facto, do início da primavera a junho, Koltchak alcança algumas vitórias sobre os bolcheviques – não se crê que a reportada pelo *Manhã* seja uma delas, mas talvez as notícias visem mitigar um bom arranque vermelho na Ucrânia, posto que com tantos avanços e recuos, pouca atenção se confere ainda à situação báltica. Depois, também a *Batalha* aproveita para publicitar que, em Arkangel, “As tropas americanas [se] recusam a combater”⁵⁰¹ (17/4/19:1) e que a tomada de Odessa foi já oficialmente confirmada, tendo sido ocupada “[...] uma parte muito considerável da península de Crimeia [...]” (18/4/19:1). Paralelamente, e porque a questão da intervenção não foi esquecida, a *Batalha* assinala que “[...] partiram de Moscovo emissários do Governo dos Sovietes, a fim de entabularem negociações officiosas com a Entente.”, do que conclui, otimista, que “O caso presta-se a reflexões muito sérias, porque essas negociações não seriam iniciadas sem que a Entente para isso se mostrasse iniciada.” (*idem*). Bem se interpreta a disposição dos EUA e do Reino Unido, que embora continuem a tomar providências no sentido de uma intervenção – dir-se-á depois que para não contrariar a opinião pública dos seus países – não conseguem disfarçar o seu ceticismo: Lloyd George afirma mesmo, por esta altura, que “O melhor [...] é conter essa onda de lava para que ela não possa arrasar outros países.” e que prefere “[...] ver a Rússia bolchevista, até que ela própria se aperceba da realidade, a ver a Inglaterra arruinada.” (*Diário de Notícias*, 19/4/19:1). Por ora, contudo, agita-se demasiado a *Mitteleuropa* sob a ameaça das revoluções socialistas, para que Wilson e Lloyd George deixem de fazer a vontade à França.

Entretanto, a despeito do avanço a sul e também de alguma sorte em Murmansk e Arkangel, vai-se tornando claro que não será fácil a situação dos bolcheviques pelo final da primavera e início do verão de 1919. Em abril, Koltchak coloca o exército branco a cem quilómetros do Volga, assinalando a imprensa, nas palavras do almirante, que “Logo [...] que chegue o bom tempo, a linha do Volga será ocupada, estabelecer-se-á uma comunicação segura com Arkangel e dar-se-á a mão, ao sul, ao exército autónomo do general Denikine.” (*Republica*, 22/5/19:3). A sudoeste, o avanço contra Denikine deixa para trás uma ofensiva polaca já bem entrada pela Bucóvina, bem como inúmeros focos de rebelião ucraniana, espontânea ou organizada sob o Diretório Ucraniano⁵⁰². A norte, a situação é conhecida e a

como “maximalismo” e “maximalistas” – registando tal alteração, este trabalho utilizá-los-á também.

⁵⁰¹ Sabe-se, pela imprensa, que um contingente militar aliado, constituído por ingleses, mas também integrando americanos e canadianos, se encontra retido pelo gelo, sem possibilidade de evacuação, nesta região. Em maio, sob o título “A Intervenção dos Aliados”, a *Sementeira* publica o “Depoimento de um soldado canadiano”, de que “Seria difícil exagerar o ridículo desta intervenção Aliada [...] A nossa atual postura é vergonhosa e sem princípios [...] estamos a apoiar um partido contra o outro. (1919, nº38 (90): 212).

⁵⁰² Por ora, só o *Combate* as refere, registando que “[...] que os aldeãos ucranianos insurretos, partidários do

imprensa burguesa, sabendo próximos de Petrogrado os exércitos bálticos e aliados, fala de evacuações e espera uma rendição dentro de algumas semanas.

Reagindo à situação bolchevique, a imprensa operária abre junho dando grande destaque à Rússia, publicando a *Batalha* uma entrevista ao líder socialista francês, Jean Longuet, recém-chegado de Petrogrado, que, para além de desmentir a gravidade do cerco à cidade, considera ainda que, relativamente a Koltchak, “[...] há também muito *bluff*: [e que] o seu exército de mercenários e reacionários do antigo regime nem sequer ocupa as posições às quais tinham chegado o ano passado as tropas checoslovacas.” (3/6/19:1). Assim como os jornais burgueses fazem render as vitórias brancas, portanto, também os avançados promovem as bolcheviques, e o *Combate* celebra a sublevação da esquadra francesa do Mar Negro, que explica pelo cansaço e pela desmobilização demasiado lenta (3/6/19:1). Menos satisfeitos, alguns jornais burgueses denunciam o apelo⁵⁰³ dos representantes dos partidos socialistas e das confederações sindicais de França, Inglaterra e Itália, então reunidas em Milão, à organização de “[...] um grande movimento operário, que alivie o bolchevismo da pressão militar em que parece estar condenado a sucumbir.”⁵⁰⁴ (*Opinião* 7/6/19:1).

Pelo meio de junho, contudo, os bolcheviques estão, mais do que a manter o seu prestígio político em Petrogrado, dispostos a manter-se no poder e, percebendo o erro de terem descurado a frente oriental, começam a transferir para ali as forças que haviam concentrado a sul. A contraofensiva contra Koltchak começou já antes, mas a primeira grande vitória é obtida em Ufa, que cai a 9 de junho. Agora também, Koltchak percebe a importância do reconhecimento internacional que viera a negligenciar, afirmando que “[...] *dará* à Entente as garantias democráticas que esta lhe pede como condição prévia do reconhecimento oficial.”⁵⁰⁵ (*Norte*, 11/6/19:1) – mas o almirante, como reconhece o *Norte*, “[...] é um ‘panrusso’. E a Entente deverá reconhecer a liberdade das comunidades bálticas, polacas, ucranianas e caucásicas [...]” (*idem*). Seja como for, pelo final do mês, o Exército Vermelho

diretório sob a direção de Beleny, tomaram varias povoações importantes.” (30/4/19:3); já entre 1921 e 1922, numa série de artigos de Ana Hasenko, que o DN publica, fazem-se novas referências a estas forças e a Petliura. Aparentemente, ou a imprensa não dispõe de muitas informações sobre estas forças, ditas verdes, ou não terá interesse em dar-lhes destaque, uma vez que são combatidas por brancos e vermelhos. O mesmo acontece com Makno, a que muito raramente se alude e a que só em 1921 e no âmbito da cisão operária, a *Batalha* alude, escrevendo que “Os camaradas, que querem sinceramente trabalhar pelo ideal anarquista nas fileiras de Makno, foram declarados fora da lei pelos bolchevistas; se são presos, fuzilam-nos. Quanto aos que têm combatido no Exército Vermelho, muitos têm sido mortos com as armas na mão.” (10/9/21:1)

⁵⁰³ O *Combate* reproduz na íntegra, a 11 de junho, o texto deste apelo (11/6/19:1).

⁵⁰⁴ Para o jornal, é importante notar, “Esta atitude sorri também aos alemães, na ânsia de poderem introduzir algumas vantagens nas condições da paz que a *Entente* lhe quer impor.” (7/6/19:1). No mesmo dia, aliás, é possível ler no DN, chegada de Varsóvia, a notícia de que “[...] os capitalistas alemães estabeleceram um fundo especial para alimentar o bolchevismo na Polónia.” (7/6/19:1).

⁵⁰⁵ Ainda em junho, o *Vitória* registará que “[...] visto oferecer todas as garantias de que o seu governo visa a estabelecer a ordem e a liberdade entre o povo russo e os seus vizinhos [...]”, a Entente oferece “[...] o mais absoluto apoio ao almirante e aos seus aliados.” (14/6/19:1); mas já em julho, o *Norte* continuará a anotar que

passa os Urais, frustrando a resistência de Koltchak, que iniciara o seu recuo a cem quilómetros do Volga e terminá-lo-á a caminho de Irkutsk, a cerca de três mil. Na imprensa, um tal avanço salda-se, como noutras vezes, numa ausência de informações, o que, afetando simultaneamente os jornais burgueses e os avançados, deixa supor ser idêntica a maioria das notícias recebidas do estrangeiro, variando, uns e outros, na triagem e na sua apresentação. Por estes dias, também, e bradando contra o surto grevista, a imprensa mais conservadora volta a falar da revolução social em Portugal.

Em julho, na realidade, a imprensa burguesa pode ainda celebrar as vitórias brancas: enquanto Denikine logra defender a bacia do Don e dali sair a tomar Karkov e Tsaritsine, o general Wrangel, comandante das forças do Cáucaso, aproveita o vazio na retaguarda bolchevique no seu avanço pelos Urais e investe contra Tsaritsine. Mas no norte (também no Cáucaso), a pretexto de correrem o risco de ficar novamente isoladas, as tropas britânicas são evacuadas (*Século*, 8/7/19:1), e Petrogrado já não está mais sob assédio. Para além de contar com o apoio de alguns grupos pró-bolcheviques ou russos étnicos, que continuam a dar algum trabalho a Mannerheim⁵⁰⁶ nas zonas de fronteira, o Exército Vermelho iniciou já, em maio, uma contraofensiva na Íngria, que lhe valerá a reconquista dos territórios até ao lago Pskov. Assim, no Báltico, vai já a caminho de uma das mais significativas vitórias, porque, como assinala o *Avante*, estes “[...] Estados limítrofes proclamaram a sua independência e todos eles, sem exceção alguma, estão alarmados ante a perspectiva de que Koltchak pretenda subjugar-los ao seu domínio com o apoio dos aliados.” (19/7/19:3).

A par do golpe contra o Diretório dos Cinco, a questão das independências é tida como outro dos erros de Koltchak e, em certa medida, do Exército Voluntário Russo, cuja ação militar visa tanto uma derrota bolchevique como, senão a restauração do império, pelo menos uma reunificação de todos territórios que vem perdendo desde a guerra. Para os bolcheviques, o problema das nacionalidades está, pelo menos em teoria, subordinado à luta de classes; mais importante ainda, sabem que em tempos de guerra as concessões valem tanto como as imposições e também que a questão das independências sobrevirá necessariamente ao conflito, mas já como um problema dos Aliados, por ora ocupados em desmembrar o que sobra dos Centrais. A importância real deste fator só será percebida ao longo dos próximos meses, mas se o tem já em conta a imprensa portuguesa, mais o terão os bolcheviques, o que, por ora, pode até justificar as novas propostas de paz e comércio, que lhes apresenta, para indignação burguesa, ao governo americano (*i.e. Vitória*, 19/7/19:2).

As respostas aliadas, porém, costumam depender do andamento do conflito e se acaso estão ainda por ver os efeitos da suspensão da ofensiva polaca na sequência de negociações entabuladas secretamente com os bolcheviques⁵⁰⁷, a imprensa confirma, por mais que uma vez, a intenção inglesa e

“Koltchak continua sem inspirar confiança nas extremas-esquerdas não bolchevistas. [...] Os atos de tirania e arbitrariedade sucedem-se nas povoações e nas frentes açoita-se e fuzila-se. [...]” (6/7/19:1);

⁵⁰⁶ Mannerheim é presidente da Finlândia desde a independência do país, no final de 1917; a sua derrota nas presidenciais, já em setembro, parece representar um alívio das relações de Helsínquia com Moscovo.

⁵⁰⁷ Apesar do cessar-fogo com os bolcheviques, Piłsudski mantém os planos de um alargamento territorial da

americana de sair da Rússia até ao inverno⁵⁰⁸. Pelo meio de agosto, já o *Primeiro de Janeiro* pergunta abertamente se se perdeu o interesse na intervenção (15/8/19:1), juntando-lhe as declarações do grão-duque Cirilo, que, lamentoso, afirma que “[...] os aliados hão de reconhecer o seu erro, mas não poderão censurar a Rússia que, através das maiores misérias e torturas, esperou em vão o auxílio dos seus amigos de outrora.” (19/8/19:3). A situação, de momento, não pode estar mais confusa. Rendem ainda a derrota dos revolucionários húngaros e o avanço de Denikine, o qual, com a tomada de Tsaritsine, em finais de junho, expediu ordens para um ataque em três colunas, que se vem já desenvolvendo contra Moscovo – mas, se no avanço pela Sibéria os bolcheviques sacrificam uma boa parte da Ucrânia, é apenas para deixar “[...] sós, frente a frente, Petliura e Denikine, o separatista e o unitário.”⁵⁰⁹ (*Norte*, 19/8/19:19); e se, no norte, os Aliados apoiam a ofensiva de Iudenitch, apenas logram obter ainda mais desconfiança dos novos estados Bálticos.

A 27 de setembro, dois dias antes do início desta ofensiva, a *Batalha* regista, reproduzindo um artigo do madrileno *El Sol*, que as manobras dos alemães étnicos no Báltico, as declarações de Denikine, Koltchak e Iudenitch, tão “[...] contrárias ao reconhecimento das independências dos novos estados da Eslováquia [...], e a derrota de Mannerheim nas eleições presidenciais da Finlândia, “[...] criaram um complexo e bizarro estado de coisas que a Europa e o mundo veem hoje, com assombro, como os partidários de Lenine e Trotsky estão em vésperas de uma vitória diplomática de transcendental importância.” (27/9/19:1). A questão preocupa seguramente mais a outras folhas do que à *Batalha*, que, ainda assim, pergunta “[...] como manterá a *Entente* o seu atual bloqueio [...] Se as quatro Repúblicas bálticas firmam a paz [...] e reatam o intercâmbio comercial [...]”, que “[...] fará a Alemanha depois com os seus 100.000 indisciplinados de von der Goltz⁵¹⁰ [...], e “ Que atitude

Polónia a leste. A notícia do acordo só pelo final do ano chega ao conhecimento da imprensa, onde é apresentado como uma proposta de armistício bolchevique a vigorar durante o inverno (*Manhã*, 10/11/19: 3).

⁵⁰⁸ A abrir setembro, a *Batalha* dá conta da violenta polémica jornalística em torno de um ataque da esquadra inglesa a Cronstadt e que se insurgem em Southampton, com o apoio de uma boa parte da população local e das organizações sindicais, dois regimentos que [...] temiam vir a reforçar os contingentes aliados na Rússia (1/9/17:1). Ademais, na célebre entrevista à United Press, Lenine acanha a causa intervencionista, declarando aceitar “[...] o pagamento das [...] dívidas à França e aos outros Estados, com a condição de que se estabeleça uma paz real e não apenas uma paz de palavreado [...]” (*Montanha*, 14/8/19:1).

⁵⁰⁹ Já em outubro, o *Norte* informa que “As vanguardas de Petliura, ao sair de Kiev, tropeçaram [...] com as avançadas de cavalaria de Denikine e entabularam uma escaramuça bastante renhida”, “Com grande alegria dos vencidos maximalistas e do seu chefe, o búlgaro, Rakowsky [...]” e de Lenine e Trotsky, que “[...] ofereceram a Petliura a paz e o reconhecimento da independência da Ucrânia.” (3/10/19:1),

⁵¹⁰ O conflito entre as forças estónio-letãs e os alemães étnicos do Báltico, comandados por von der Goltz, começa em abril, quando estes fazem cair o governo letão de Ulmanis, substituindo-o pelo governo pró-alemão de Niedra. Em julho, os Aliados ordenam a desmobilização das forças pró-alemãs e muitos dos seus elementos contornam a medida incorporando as forças de Iudenitch. É integrando estas forças que, em outubro, atacam Riga e um novo governo de Ulmanis – o facto representa uma vitória moral para os bolcheviques, que podem assim compelir as repúblicas bálticas a um acordo de paz. Na imprensa burguesa, no entanto procurar-se mostrar que, associadas a Iudenitch, estas movimentações foram sancionadas pela Entente (*i.e. Manhã*, 27/10/19:1).

tomará a Polónia, que quer anexar-se [sic] aos territórios lituanos [...]”⁵¹¹ (*idem*). Mais abaixo, o negociador encarregado, na sequência do falhanço de Prinkipo, de apresentar as novas condições de paz⁵¹² aos bolcheviques, William Bullit, declara “Que foi enviado à Rússia por Lloyd George e pelo coronel House e trouxe de lá propostas de paz de Lenine. [e] Que, depois de as ter aprovado, Lloyd George negou a verdade, receoso da oposição nacionalista.” (*idem*).

Na imprensa portuguesa, a questão nunca pareceu mais confusa, com os combates, em sucessivos avanços e recuos a ocorrerem em todas as frentes, e com todas as facções envolvidas, até agora na penumbra de um conflito bipolarizado entre brancos e vermelhos, a virem à tona. Por esta altura, no entanto, passa já por alguns jornais o desencanto aliado na atuação das forças contrarrevolucionárias, que, para além de não terem conseguido pôr em cheque o poder bolchevique, começam agora a ser referidas e pelas piores razões. A *Manhã*, por exemplo, abre outubro com a notícia de que “O grão-duque Miguel, que se encontra atualmente no grande quartel general de Koltchak, parece ser o candidato à presidência da República russa.” (1/10/19:3). A dias de ser aprovada a última *tranche* oficial da contribuição aliada para o esforço de guerra branco (7 de outubro), uma tal notícia presta-se a mostrar que Koltchak controla ainda uma parte do território russo e que não o exerce autocraticamente. A 23, contudo, já o DN, reproduzindo o *Matin*, escreve que “A França já despendeu um bilião com as forças de Koltchak.” e “[...] quer que, em vez de voltar a reação, se estabeleça um regime democrático com [...] uma constituição prudente e com respeito pela Liberdade.” (23/10/19:1) – Koltchak, sabe-o já toda a imprensa, caiu em desgraça.

Por ora, contudo, as tropas alemãs de von der Goltz, resistindo à ordem de desmobilização, movimentam-se pela Letónia e Lituânia; ainda na Ucrânia, Denikine dá luta aos nacionalistas; e Iudenitch aproxima-se rapidamente de Petrogrado. No DN, escreve-se então que “Reina um pânico indescritível no exército vermelho. [e que] Os guardas passam-se em massa para as fileiras das tropas da Rússia Branca.” (16/10/19:1). A verdade, porém, é que já não são tão grandes nem o apoio, nem a confiança da imprensa numa completa vitória branca. No *Bandeira Vermelha*, outra coisa não seria de esperar, escreve-se que a “[...] imprensa emudeceu, calou-se e acobardou-se perante a autocracia, a rapina e o despojo dos imperadores da conferência da Paz.” (nº 3, 19 de outubro: 4); mas no *Republica*, em carta a George Brandès, Kropotkine protesta “[...] contra qualquer espécie de intervenção armada dos Aliados nas questões russas [que...] daria em resultado um acesso de patriotismo russo, trar-nos-ia de novo uma monarquia militarista.” (21/10/19:1); e, já antes, opinou o conservador *Times*, segundo transcreve a *Monarchia*, que “O bolchevismo acerca-se do seu fim

⁵¹¹ O entendimento que os polacos fazem do acordo com os bolcheviques é o de que podem definir livremente as suas fronteiras. A 13 de setembro, por exemplo, o DN anuncia que “A Rússia Branca deseja unir-se à Polónia” (13/9:1), descurando que esta se encontra ligada à Lituânia, onde os polacos atendem apenas aos interesses das suas populações, concentradas nos centros de decisão política da região, Vínnius e Grodno.

⁵¹² A *Batalha* publica-as (27/9/19:1), mas não é possível incluí-las aqui, importando referir apenas que os Aliados reclamam a coexistência pacífica de duas formas de governo e o pagamento das dívidas e indemnizações de guerra em troca da retirada militar e do restabelecimento de relações comerciais e diplomáticas.

[mas...] devemos estar preparado para todas as eventualidades.” (17/10/19:1).

É a 20 de outubro, imediatamente antes da contraofensiva vermelha, que Iudenitch chega a apenas 16 Km de Petrogrado. Como noutras ocasiões em que os bolcheviques parecem próximos da derrota, a imprensa burguesa, mesmo a que pelos últimos dias critica a intervenção, vai folgando, e o *Diário de Notícias* ainda vem anunciar que nem a chegada de novos contingentes bolchevistas nem as exortações de Trotsky conseguem deter “A marcha sobre Petrogrado”, que tanto pânico e terror vêm causando sobre a população daquela cidade (28/10/19:1). A avançada, por seu turno, arremessa com as contradições da Entente, e, em torno do jornal francês *Temps*, que preconiza um reconhecimento do governo de Koltchak e Denikine e o reforço militar da Polónia, pergunta-se no *Combate* se acaso se refletiu “[...] que o programa dum ‘Polónia grande e forte não pode estar em concordância, por forma alguma, com o programa dum Rússia reconstituída por Koltchak e Denikine’ [...]” (29/10/19:1). Novembro, contudo, trará uma inesperada reviravolta. Logo a 1, o *Bandeira Vermelha* anuncia que “Petrogrado Resiste!” (1/11/19:1), mas segue-se-lhe uma quinzena de um silêncio apenas quebrado pelo portuense *Primeiro de Janeiro*, em que se alude, ainda assim, a um recuo e nunca a uma derrota branca⁵¹³. Esta chegará a 16, quando o *Bandeira Vermelha*, de novo, informa que “Os exércitos vermelhos russos triunfam gloriosamente em todas as frentes de batalha! [e que] Iudenitch e Koltchak são completamente derrotados e Denikine vai receber o golpe de misericórdia.” (16/11/19:1). Assim, não se coibirá também de registar que “Ao passo que as grandes derrotas de Iudenitch e de Koltchak são relatadas minuciosamente na imprensa estrangeira de todos os matizes, a nossa imprensa política e noticiosa, que está batendo o ‘record’ da reação czarista e do servilismo aos Aliados, faz em volta dos sucessos russos um silêncio miserável e oculta a verdade ao povo português.” (*idem*). Talvez acerte, este jornal, ao apontar a parcialidade da imprensa burguesa, mas é possível que pouca informação chegue do estrangeiro, posto que também outras folhas avançadas se abstêm de comentar a situação.

Pelo meio do mês, assumida a derrota, a imprensa retorna já com o anúncio de abertura de negociações. A 17, anunciando um armistício de duas semanas, a *Manhã* questiona-se sobre a possibilidade de um “[...] reconhecimento da República dos Sovietes pela Entente” (17/11/19:1) – um pouco abaixo, contudo, junta-se ainda que “Na Câmara dos Comuns, Lloyd George desmentiu que tivesse delegado em alguém para entabular negociações [...] já que os aliados não estão dispostos, neste momento, a tratar com os bolchevistas.” (*idem*). Já a 30, porém, o *Bandeira Vermelha* informará que Litvinov “[...] chegou a Copenhaga a bordo dum navio de guerra para entrar em negociações, sob o ponto de vista político e financeiro, com uma comissão delegada do governo inglês.” (30/11/19:1); facto confirmado em dezembro, com o *Mundo* a aventar a celebração de um tratado, por que a Entente

⁵¹³ Na realidade, já a 15 o *Primeiro de Janeiro* falará da derrota, explicando, retrospectivamente, que nem a Finlândia nem os pequenos estados bálticos apoiaram a empresa do general, falando-se agora da possibilidade de virem a reconhecer a o governo bolchevique; que também a situação de Denikine está em vias de se complicar, podendo os bolcheviques mobilizar livremente as forças contra ele; e que Koltchak está em vias de perder Omsk (15/11/19:1). A questão da intervenção finlandesa (5/11/19:1) e também a da

se compromete a atribuir à Rússia um porto no báltico para importação de bens e a não intervir nem nos assuntos internos daquele país, nem nas negociações da paz com os países periféricos; em troca, a Rússia desarma a esquadra báltica, não se envolve nos assuntos de outros estados e aceita um inquérito aos crimes de guerra (7/12/19:1)⁵¹⁴. Quanto a Iudenitch, Denikine e Koltchak, só raramente tornarão a ser referidos nos jornais, passando, como escreverá Ernesto Lafont no *Combate*, ao “hipogeu da História” (24/12/19:1). De facto, mostra-se aqui bem como os generais brancos são elevados à glória ou postos, um a um, de parte, à medida que as circunstâncias o determinam – e as circunstâncias dependem sempre tanto do rumo da guerra como das inclinações dos aliados⁵¹⁵. A Iudenitch poucos mais se referirão – volta à Estónia, onde o seu exército é desarmado e de onde tenta evadir-se com dinheiro da Entente, sob a intervenção da qual é libertado, pouco depois, para ir morrer, já na década de trinta, na Riviera francesa; Koltchak, é executado em fevereiro do novo ano, posto que nem os checos nem os SR lhe perdoam o golpe de Omsk⁵¹⁶; Denikine pouco mais fará na Ucrânia e, forçado a renunciar ao comando do que resta do Exército Voluntário, também desaparece dos jornais. O comando do Exército Voluntário Russo, ou do que dele resta, é assumido por Wrangel.

O início de 1920 mostra, contudo, que o conflito está ainda longe de se ver resolvido. Logo a 1, a *Batalha* escreve que “[...] ainda não é desta vez que os governos da Entente se dispõem a aceitar as condições de paz oferecidas pela República dos Sovietes por intermédio de Litvinov [...]”, ainda que Lenine esteja “[...] pronto a fazer grandes concessões.” ou que a Rússia se possa “[...] lançar nos braços dos impérios centrais.” – na realidade, diz-se mesmo que “Os Estados Unidos e o Japão vão firmar um acordo para combater os bolchevistas, triunfantes na Sibéria Oriental depois da derrota de Koltchak.” (1/1/20:1). A 8, assumindo a gravidade da situação branca, também o insuspeito Rosa Peixoto do *Jornal do Comércio* assume que “[...] ao lado do *cauchemar* bolchevista, todos os outros problemas tremem e perturbam o horizonte.”, destacando “[...] os ardores d’uma ânsia de *revanche*”

existência de partidários do fim da intervenção dentro da Entente (13/11/19:1) vinham ocupando o jornal.

⁵¹⁴ Agora que se parece dar uma aproximação entre Rússia e a Entente, estes dois últimos pontos adquirem mais importância junto daquela imprensa apostada em minar o processo negocial – logo a 10, nada mais, o *Século* informa que aterrou de urgência, na Bessarábia, “[...] um grande avião [...] tripulado por dois oficiais alemães e três americanos que levavam para as tropas bolchevistas da Ucrânia 360 milhões de rublos, uma máquina para impressão de notas de Banco e inúmeras notas.”; e o jornal fala ainda da “Formidável série de crimes” de “Bolchevistas e Macnovistas”, anunciando que “[se] Assassinam crianças” (10/12/19:1).

⁵¹⁵ Apenas a título de exemplo, bastará ler um jornal tendencialmente conservador como *Republica*, em que se escreve que “Os exércitos russos opostos ao exército bolchevista não se acham em condições de poderem triunfar [...] são comandados por chefes da qualidade de Iudenitch, Denikine, Koltchak, que não passam aos olhos dos russos de parciais do antigo regime, o qual é, por toda a parte, odiado.” (*Republica*, 12/02/20:1).

⁵¹⁶ Ainda pelo final de dezembro, em Irkutsk, os SR organizam um golpe, depondo Koltchak das suas funções de Comandante Supremo e formando um novo governo. Conduzido a Irkutsk por um contingente checoslovaco, Koltchak deve ser entregue às missões aliadas, mas acaba, afinal, entregue ao Governo Siberiano. Por esta altura, alguns SR integram já, timidamente, o governo soviético e também o Governo Siberiano acaba por alinhar com Moscovo. Julgado entre 21 de janeiro e 6 de fevereiro de 1920, Koltchak é condenado à morte. Koltchak “[...] teria sido executado pelas suas próprias tropas.” (13/2/20:1), escreve o *Vitória*, dias depois.

alemã (8/1/20:1). Insistindo no tema, também o DN escreve que “Alemães e bolchevistas parecem entender-se às mil maravilhas”, anunciando que “[...] firmaram um acordo com a Alemanha obrigando-se ambas as partes a um mútuo apoio militar, não fazendo os bolchevistas propaganda comunista na Alemanha.”; em resposta, “O governo polaco toma a iniciativa duma conferência entre os países limítrofes da Rússia Vermelha” (13/1/20:1).

As conjuras russo-alemãs, viu-se já, são bom paliativo para incertezas aliadas, e acirradas pelas desanexações da margem esquerda do Reno e da Silésia, serão uma recorrência ao longo de quase todo o ano⁵¹⁷. Mas o que uma tal sequência noticiosa revela, no entanto, é que os Aliados estão entalados entre a necessidade de fazer vigorar os seus ditames sobre os derrotados da I Guerra, os prejuízos económicos e políticos da intervenção na Rússia e a imperiosa necessidade de encontrarem uma saída elegante para a questão das novas independências e até para a relação a estabelecer com o bolchevismo. Igualmente, que nem todos os países limítrofes estão dispostos a aceitar o *status quo*, insistindo o Japão em reclamar compensações pela sua permanência na Sibéria e preparando-se a Polónia para dar continuação ao que interrompera no verão anterior. Finalmente, que a contenção do bolchevismo é agora a preocupação maior da Entente – é que o *Norte* informa já que “[...] [se] assinalou a presença vermelha perto do Afeganistão; [...] igualmente lutando pela posse de Krasnovodsk, na região transcaspiana próximo da Pérsia [...] e em Tachkent, no Turquestão, ameaçando, pois, a Índia Inglesa por três vias distintas.” (16/1/20:2).

Aos Aliados, portanto, não resta outra solução e, a 21 de janeiro, assinala-se no *Vitória* que “[...] resolveram iniciar relações comerciais com a Rússia, fornecendo-lhe os produtos alimentares e manufacturados de que ela carece e recebendo em trocas as matérias primas que a grande República do Oriente lhes pode fornecer.” (21/1/20:1) – explicado às massas, “Não significa este facto uma capitulação perante o bolchevismo, porque [...] o bolchevismo acabou há muitos meses.”⁵¹⁸, mas antes “[...] um ato de humanidade, como uma consequência inevitável da campanha feita nas nações aliadas, especialmente na América e na Inglaterra, a favor dos desgraçados que na Rússia lutavam desesperadamente com a fome que lhes era levada pelo bloqueio.” (*idem*). De facto, alguma imprensa pretenderá ainda por algum tempo que o restabelecimento das relações comerciais não implica o regresso as relações políticas (*i.e.* *Diário de Notícias*, 6/5/20:1); mas como escreve, prosaico, o *Batalha*, “[...] o que decisivamente pesou sobre os aliados foi a situação crítica em que a Ásia

⁵¹⁷ Quase todas estas notícias dão como provável o estabelecimento de uma aliança russo-alemã, que vise a revogação de Versalhes ou a divisão da Polónia e dos países bálticos. Não desaparecem quando a Polónia reinicia a ofensiva, conhecem um desenvolvimento à medida que o Exército Vermelho se aproxima de Varsóvia, e só cessarão com a vitória polaca. Em dezembro, contudo, é possível ainda ler no *Republica* que “A infantaria bolchevista é muito medíocre; mas a cavalaria de Budionni é excelente e também a artilharia, conduzida, em grande parte, por oficiais alemães.” (23/12/20:1)

⁵¹⁸ A ideia de que o bolchevismo acabou, convém notar, é já um dos principais argumentos dos seus detratores, posto que não só critica as falhas na realização do marxismo, como as procura dimensionar bem acima dos erros aliados, como ainda, a um nível que se diria mais elementar, veicula o assombro dos que imaginam

britânica e a China ficaram em consequência do triunfo extremista na Sibéria.” (23/1/20:1), e a esta não há forma de a resolver sem voltar à guerra ou sem que as partes se sentem à mesa. Depois, no pé em que estão, as negociações ainda a ninguém satisfazem completamente, procurando o governo bolchevique compelir os Aliados à paz e ao seu reconhecimento político, e exigindo estes mais concessões sobre aquelas que a Rússia está já disposta a fazer⁵¹⁹.

Os termos das negociações serão discutidos por toda a imprensa até ao fim do mês – mas do mesmo modo que se escondeu que foi a Entente a derrotada da sua própria política de intervenção, só discretamente se verte que à diplomacia soviética começam a assistir algumas vitórias diplomáticas, como o reconhecimento do seu regime, até ao verão, por todas as repúblicas bálticas, que, segundo o *Primeiro de Janeiro*, se faz apenas às contas da predominância inglesa naquela região e das cedências ideológicas bolcheviques (24/4/20:1).⁵²⁰ Destarte, apenas a Finlândia, a Polónia e Roménia se afiguram problemáticas a uma completa pacificação da antiga frente oriental: da primeira, escreve-se “[...] que tem com a Rússia contestação no território da Carélia oriental, [e] supôs-se que apresentasse disposições de chegar a um acordo mas não vemos que se tenha chegado a qualquer resultado [...]”]; da Polónia, que “[...] pôs três condições territoriais, e outras, que tornam improvável qualquer entendimento [...]”]; da Roménia, diz-se ser incerto o futuro das negociações, a despeito do reconhecimento dos seus direitos sobre a Bessarábia, aventando o articulista a possibilidade de um ataque coordenado com os polacos (*idem*). À data em que este artigo é publicado, não saberá o articulista que a Polónia, apoiada pelas forças nacionalistas de Petliura, inicia a sua “Ofensiva Kiev” contra o governo bolchevique da Ucrânia, iniciando uma nova fase da Guerra Russo-Polaca⁵²¹.

Com Denikine relegado para a Crimeia, russos e polacos vêm, portanto, concentrando forças ao longo das fronteiras, com recontros frequentes mas sem grande relevância ou efeitos. Agora, porém, luta-se abertamente e são os polacos e os ucranianos quem leva ainda a melhor. A 19 de maio, o *Diário*

menor o apoio e a capacidade de resistência dos bolcheviques.

⁵¹⁹ Segundo o *Norte*, a Rússia compromete-se “1º- A realizar uma política democrática na Rússia; 2º- A reunir uma assembleia constituinte; 3º- A revogar o decreto que anulou a dívida exterior russa; a reconhecer esta até 60 por 100 das disponibilidades do Tesouro russo, e a pagar os juros que ficaram por pagar; 4º- A dar garantias para isto mediante a concessão de minas de prata e platina ao sindicato financeiro anglo-americano.” (4/3/20:1)

⁵²⁰ A Rússia, escreve-se, “[...] sente a necessidade de se adaptar, de transigir com certas ideias que combateu na primeira hora; já não é tão severa com certos burgueses, já reconheceu a necessidade duma boa disciplina militar e social, não desdenha já o capital que reputa necessário a exploração das indústrias, e a própria ideia duma maior Rússia é bem acolhida, se não com o significado idealista que lhe atribuímos, ao menos pela sua importância económica.” (*Primeiro de Janeiro*, 24/4/20:1)

⁵²¹ À ofensiva polaca, quer por extemporânea, quer por contrariar as determinações aliadas, explica-a a historiografia ocidental com o ensejo de Piłsudski em refrear o avanço do bolchevismo, preconizando uma ação conjunta dos estados fronteiriços do Báltico ao Mar Negro – não se explica, contudo, que as condições em que os polacos haviam deixado a primeira fase do conflito e as subseqüentes negociações com os bolcheviques lhes eram já mais vantajosas do que as obtidas em Versalhes, ou que o assédio ao bolchevismo se faz às contas de outras nacionalidades. Piłsudski e Cigureanu mantêm planos muito coincidentes no que

de Notícias anuncia que “A República dos ‘soviets’ sofreu ultimamente um grande desastre com a tomada de Kiev pelas tropas polacas.”, considerando o articulista que “[...] a situação deve ser desesperada no país a que falta já neste momento toda a possibilidade de resistência económica.” (19/5:1). “Quanto à Ucrânia”, escreve-se, “a sua adesão já esta dada *em princípio*, parecendo que a Polónia está de acordo em lhe respeitar a independência.” (*idem*). Mas assim posta nestes termos, a agressão polaca, mesmo contra o regime soviético, não pode ser completamente sancionada pela imprensa burguesa portuguesa, que apesar de tomar parte contra os bolcheviques, não vai ainda muito além de algumas notas sobre movimentações militares.

Mais cedo do que se pensa gira, porém, a sorte das forças polacas e cedo será o Exército Vermelho a ir em sua perseguição. A imprensa avançada começara a noticiá-lo ainda em maio, quando o *Bandeira Vermelha* assinala que as tropas polacas recuaram 45 Km ante o Exército Vermelho e se refere ainda, oportunamente, a uma série de vitórias diplomáticas dos bolcheviques na Turquia e no Cáucaso, onde, mostrando a feição que a guerra civil vai assumindo no resto do território, logram obter a submissão política dos governos azeri e preparam o assédio à Arménia e à Geórgia⁵²² (20/5/20:1). Já em junho, portanto, a contraofensiva bolchevique aproxima-se perigosamente da fronteira polaca, e temendo que um tal avanço tenha um fim expansionista e vise o fim da soberania polaca, Curzon, Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, compele o governo soviético a um cessar-fogo, ameaçando com uma nova intervenção franco-britânica. Explorando as dissensões entre ingleses e franceses relativamente ao tratamento a dar à Rússia, à medida que aumentam, também, a pressão sobre interesses britânicos na Ásia, os bolcheviques encaram a situação, ali como na Polónia, como uma possibilidade de ampliar os termos do seu reconhecimento internacional. E a estratégia, por ora, vai rendendo, porque, como bem escreve o *Primeiro de Janeiro*, “A intervenção tem dois caminhos a seguir: ou o recurso às armas ou a negociações com um estado [o russo] que não faz parte da Sociedade [das Nações].” e esta “[...] não deve interferir, sem estar segura de que as suas decisões serão respeitadas.” (19/6/20:1).

Ao longo de julho e pelo princípio de agosto, enquanto o Exército Vermelho progride em território polaco, a Entente enfrenta, mais do que nunca, o perigo de uma cisão. Por esta altura, também, uma certa neutralidade discursiva que a imprensa burguesa veio ensaiando, desde o final do ano anterior, com a aproximação entre os bolcheviques e a Entente, é perdida para uma nova vaga de invetivas emocionadas. Assim, enquanto a *Lucta* declara que “O Sr. Lloyd George está muito conversador.”, posto que “Chegou a Londres o Sr. Krassine, embaixador dos *soviets*, e logo [...] se

respeita à atitude a adotar face aos bolcheviques, mas também quanto a um alargamento territorial.

⁵²² Escreve-se: “Senhores de Baku, os comissários do povo impuseram a paz à Geórgia [...] e é provável que a Arménia não tarde naturalmente a chegar a um acordo com os soviets, o que permitirá as forças vermelhas fazerem a sua junção com o movimento nacionalista turco de que é chefe Mustafá Kemal. Ora se o levantamento islâmico é receável para todas as potências, para a Inglaterra é-o muito mais. [...] Os Persas [...] estão prontos a juntar-se aos bolchevistas e nacionalistas turcos, e como a revolta se propaga no Afeganistão, é a Índia inteiramente ameaçada dum igual movimento [...]” (*Bandeira Vermelha*: 20/5/20:1)

pôs a conversar com ele, como se fosse um diplomata acreditado junto da corte inglesa.” (30/6/20:1), o *Primeiro de Janeiro* regista que, “Num recente discurso, Millerand acentua a sua atitude perante o governo dos soviets, que não é um verdadeiro governo.” (3/7/20:1). Com as negociações de paz a decorrer em Spa, então, os jornais burgueses apelam já à salvação da Polónia, que “[...] se debate numa homérica luta contra as fileiras vermelhas do bolchevismo.” (*Jornal do Comércio*, 15/7/20:1) – espera-se com nervosismo a resposta soviética à proposta britânica. Pela avançada, responde-se que “[...] que o governo sovieta não reconhece a nação alguma o direito de intervir entre ele e a Polónia, [...] e que aceitaria um armistício se aquela o pedisse claramente, pois deseja fazer a paz.” (*Batalha*, 22/7/20:1), mas a proposta britânica é repelida, pois “[...] as condições que tencionam apresentar à Polónia são muito mais vantajosas do que as propostas pelo primeiro-ministro inglês.” (*Batalha*, 22/7:1) – abaixo, sabe-se ainda que “As tropas bolchevistas avançam na Bessarábia.”⁵²³

Apesar das ameaças que a imprensa ventila⁵²⁴, o armistício é solicitado, primeiro pela Entente, em nome da Polónia... e só depois por esta – “O governo polaco desejaria, mais depressa possível, fazer parar toda a efusão de sangue e estabelecer a paz.” (26/7/20:1), lê-se então no DN⁵²⁵. O armistício é concedido, mas o Exército Vermelho recebeu já a ordem de marcha e quer, aparentemente, ir renegociar o traçado das fronteiras a Varsóvia, uma vez que “[...] tal como foi fixado pelo tratado de Versalhes [...] não é justo para a Polónia, estando o governo dos soviets disposto a oferecer a esta uma fronteira mais vantajosa que a estabelecida pelos aliados.” (*Montanha*, 28/7/20:2,3). Desta vez, porém, os bolcheviques não admitirão a ingerência da Entente, porque, como dizem, “[...] o governo britânico não manifestou o mesmo desejo quando a Polónia iniciou a sua agressão [...] nem sequer respondeu à nota do governo dos soviets, pedindo a sua intervenção contra a invasão injustificada da Ucrânia pela Polónia.”, e porque no seu apoio a Wrangel, cuja capitulação se exige também agora, o governo britânico apenas tem procurado “[...] transformar a Crimeia [...] numa dependência da Grã-Bretanha, anexando-a de facto.” (*idem*).

Noutra ocasião, uma tal nota poderia facilmente ser confundida com uma declaração de guerra, mas, por ora, russos e ingleses apenas medem forças. Assim é que Lloyd George, com o Exército Vermelho “[...] ocupando Białystok e ameaçando Varsóvia.” (*Primeiro de Janeiro*, 4/8/20:1),

⁵²³ O avanço bolchevique na Bessarábia leva a que surjam por estes dias, notícias de que o Exército Vermelho se prepara para atacar a Roménia. No entanto, lê-se no *Vitória*, “A legação da Roménia desmente formalmente a notícia que apareceu em certos jornais da invasão das tropas bolchevistas na Roménia.” (23/7/20:1).

⁵²⁴ “Se a Rússia sovieta responder negativamente à nota dos Aliados, nós, aliados da Polónia, só conhecemos um caminho: aceitar o repto.” (*Daily Chronicle* cit. in *Batalha*, 24/7/20:1);

⁵²⁵ As razões por que o governo soviético dá seguimento à ofensiva, ao invés de aceitar a paz no momento em que esta lhe seria mais vantajosa, nunca foram claras, nem claras as deixa a imprensa da época. Porquanto seja lícita a proposta de que os russos querem arrumar a questão da intervenção e do reconhecimento como senhores de Varsóvia, comprometendo, ademais, toda a ordem internacional do pós-Guerra, é igualmente lícita a ideia de que a situação oferece à Entente a possibilidade de ver mantida e respeitada essa ordem que impôs como vencedora. Partindo desta premissa, esqueça-se, pelo menos por ora, a carga emocional de que a historiografia ideologizada revestiu a questão.

vem dizer que “Caso os soviets imponham à Polónia condições inaceitáveis, os aliados porão em prática medidas [...]”⁵²⁶, mas que “Quanto ao envio de tropas nada ficou assente.” (*Vitória*, 11/8/20:2). A questão da intervenção militar divide, pois, os aliados⁵²⁷, mas é entre a Inglaterra e a França que se assume como um conflito, quando esta, por estes dias, reconhece Wrangel como chefe do governo russo e assume o comando dos exércitos polacos⁵²⁸. Numa mesma edição, a 14, o *Século* regista que tal reconhecimento “[...] é apenas uma demonstração contra a política de Lloyd George” e que “Esta solucionado, satisfatoriamente, o incidente franco-inglês, motivado pelo reconhecimento do governo Wrangel pela França.” (14/8/20:1) – a verdade, porém, é que a 19, o DN ainda anuncia que “Os delegados do partido trabalhista inglês são intimados pelo governo francês a abandonar o território da República”, que “Kamenev intima a Inglaterra a definir a sua atitude quanto ao reconhecimento de Wrangel”, e que “Lloyd George negou que o governo inglês tencione reconhecer o general Wrangel.” (19/8/20:1). Esta indefinição mostrar-se-á útil, posto que se agora é atacado, sabe-se, por uma boa parte da imprensa britânica, o governo britânico será depois celebrado por refrear a desforra franco-polaca. Subserviente, a imprensa burguesa portuguesa flui através destas mudanças de espírito, enquanto a avançada, quiçá temendo as hegemónicas diretivas que vão chegando do II Congresso da III Internacional⁵²⁹, se refere já muito menos ao conflito.

Curiosamente, a derrota soviética que a historiografia ocidental e, em concreto, a polaca têm vindo a mostrar e designar como “Milagre do Vístula”, nem na conservadora imprensa portuguesa da época é representada como tal. A 18, escreve-se no *Vitória* que “Os bolchevistas preparam uma manobra de extraordinária audácia [e que...] em virtude das dificuldades de atacar Varsóvia pela frente, alongaram a sua linha de operações em todo o corredor entre o Vístula e a fronteira prussiana, expondo-se assim a ser cortados por uma contraofensiva desenrolada de Varsóvia.” – uma conclusão, porém, tira o jornal: “[...] é que os soviets hesitam, e tanto que estão lutando e negociando a paz.” (18/8/20:1). A 19, o DN regista já que “As tropas polacas desenvolvem com êxito a contraofensiva”, que “Os bolchevistas recuam [e] estão de novo asseguradas as comunicações entre Varsóvia e Dantzig”, que “A artilharia bolchevista é impotente para combater as fortificações de Varsóvia” e que,

⁵²⁶ Lê-se: “Bloqueio efetivo da Rússia; convite aos Estados Unidos e aos Estados neutrais vizinhos da Rússia para que não forneçam a este país nem víveres nem munições; organização duma frente defensiva mediante o concurso dos vários Estados que se separaram da antiga Rússia; apoio da França e da Inglaterra ao general Wrangel, o auxílio material e moral à Polónia.” (*Vitória*, 11/8/20:2).

⁵²⁷ Os EUA desejam uma reaproximação à Rússia – leu-se já no *Vitória* que “Uma declaração do Departamento do Estado [norte-americano] [...], constata que o exército russo atual constitui o exército nacional. [...] que os russos não têm ambições territoriais e que é admissível que não queiram sacrificar a soberania da Polónia.” (11/8/20:2) – no entanto, esperam “[...] o resultado das negociações de Minsk para intervirem (*Diário de Notícias*, 14/8/20:19); já a imprensa italiana, condena o reconhecimento de Wrangel (*idem*).

⁵²⁸ O DN informou já que “Os exércitos polacos passam a ser comandados por oficiais franceses.” (4/8/20:1)

⁵²⁹ É normal que assim seja, uma vez que já pela imprensa burguesa se noticia que os meios sindicais franceses, reagindo às diretivas da III Internacional, “[...] pronunciam-se contra o bolchevismo” (*Republica*, 26/8/20:1).

pela ação de Wrangel na Crimeia, “Os russos são obrigados a retirar tropas da frente polaca” (19/1/20:1) – e no entanto, e contrariando tudo quanto se vem anunciando por esses dias, o jornal escreve também que “A Hungria não pensa em atacar os bolchevistas”, A Roménia também deseja o restabelecimento das relações com os ‘soviets’, que “Letões e alemães entendem-se às mil maravilhas.”, e que a Lituânia, afinal, não está tão satisfeita com a administração polaca e aproveita agora para exigir “[...] dos bolcheviques a entrega de Vilna e Grodno.” (*idem*). No mesmo dia, ainda, no *Jornal do Comércio*, Rocha Peixoto, parafraseando um artigo do *Temps*, reconhece que o governo britânico está cada vez mais sujeito à ação do *Labour*, mas que, contudo, Lloyd George não evitará “ferir e julgar” a Polónia perante as bancadas dos trabalhistas, sentenciando mesmo que se “[...] mereceu um castigo, não deve, todavia, ser aniquilada.” (19/8/20:1). Dá, ademais, conhecimento, de que uma delegação trabalhista pedira “[...] ao governo um compromisso formal declarando que as forças armadas da Grã-Bretanha não [serão] empregadas contra a Rússia; [...] que as forças navais britânicas não [voltarão] a ser empregues a infligir um bloqueio à Rússia *sovietista*; [...] e para] Fazer reconhecer o governo dos Sovietes, e restabelecer as relações comerciais entre a Grã-Bretanha e a Rússia.” (*idem*). Tudo isto ocorre, relembre-se, ainda antes que os russos batam em retirada, e no entanto, o que esta sequência noticiosa vem mostrar, de facto, é que a derrota militar começa a desenhar-se alguns dias antes e não apenas em Varsóvia; mostra também que os bolcheviques, como os Aliados, pensam jogar ali o futuro próximo da Europa; finalmente, que a atitude soviética não é, pelo menos nessa altura e até entre os meios mais conservadores, percebida como de sobrançeria, como quase sempre é defendido por alguma historiografia. De facto, mesmo na sequência da derrota não será difícil encontrar quem defenda, como Augusto da Costa, que “O perigo é o mesmo e tão ameaçador hoje como era ontem. [e] O recuo das tropas vermelhas [...] não significa de forma alguma uma derrota bolchevista.” (*Monarchia*, 8/9/20:1)⁵³⁰, ou, como Rocha Peixoto, que a Polónia, “[...] pedra angular do edifício erguido em Versalhes – continua apertada entre a Alemanha e a Rússia, não vendo, portanto, muito afastado o perigo ameaçador.”⁵³¹ (*Jornal do Comércio*, 9/9/20:1).

Por ora, as notícias da derrota bolchevique às portas de Varsóvia começam a chegar à

⁵³⁰ Em novembro dirá que “[...] foi mais uma retirada estratégica do que uma derrota.” (*Monarchia*, 17/11/20:1).

⁵³¹ Curiosamente, este artigo de Rocha Peixoto parece subsidiário de outros dois, publicados anteriormente na *União*, e sem autor identificado: “A Polónia pagou caro as suas ambições de rápido predomínio e hoje pode avaliar quanto valem essas amigas aliadas que a deixaram desamparada diante dos russos. Eu sou também daqueles que creem que a estrada militar de Varsóvia é a estrada militar de Paris” (7/8/20:2); “A Polónia, só por si, entalada entre duas grandes forças inimigas não resiste por muito tempo e não pode confiar em perpétuos auxílios da Entente, porque a Alemanha não pode ficar permanentemente sujeita a deixar passar tropas inimigas no seu território, e a política balcânica muda, a olhos vistos, para fora do alcance da Entente.” (4/9/20:5). Mas ainda neste artigo, Peixoto reproduz declarações do *Daily Mail* e do *Daily Express*, respetivamente que “Com a sua independência e as suas fronteiras atuais, seria uma loucura para a Polónia arriscar uma nova campanha de agressão.”, e que “Regozijamo-nos com a derrota das ambições militares dos bolchevistas. Todavia o governo polaco fará bem em não renovar o erro que cometeu, quando repeliu os avisos da Inglaterra [...]” (*Jornal do Comércio*, 9/9/20:1).

imprensa. A 20, o DN regista que “[...] os bolchevistas são furiosamente batidos pelas tropas do general Piłsudski [e] recuam em alguns setores entre 40 a 80 km” (20/8:1); da imprensa francesa, o jornal explica que “Os alemães começam a encarar o conflito russo-polaco por outro prisma” (*idem*) – mas não tanto que não se informe, no dia seguinte, que “Em Katowitz, os alemães fuzilam a comissão polaca do plebiscito.” (21/8/20:1). A 24, a *Manhã* fala de uma “verdadeira derrota” e dá conta de que “A delegação russa apresenta o texto completo das condições da paz” e de que neste se reconhece, entre outras coisas, “[...] a independência da república polaca [...] e o pleno direito do povo polaco a determinar a sua própria vida política e a escolher a forma do seu governo.”; a russos e ucranianos, destaca-se, a Polónia concede o direito “[...] ao trânsito livre e completo através dos seus territórios para viajantes e mercadorias.” (24/8/20:2). O *Vitória* pouco mais acrescenta, senão que “Os polacos querem ser tratados em Minsk como vencedores” (24/8/20:2). Para justificar um tal êxito, contudo, a imprensa não invoca nunca a capacidade polaca, mas a visão militar de Weygand (*Diário de Notícias*, 1/9/20:1), que se impôs sobre a “inação” e a “incompetência bolchevizante do Estado-Maior polaco [...]” e até a desordem e terror que se fazem sentir no Exército Vermelho (*Monarchia*, 1/9/20:1),

A vitória polaca rende bem para além do fim de agosto, mesmo porque a contenda prossegue até ao outono. Tukhatchevski procurará, por mais que uma vez, segurar e reorganizar as forças bolcheviques e é no seu rasto que a imprensa aventa a possibilidade de uma contraofensiva. Polacos e russos disputam, metro a metro, a fronteira que hão de discutir em Riga, “Porque a Rússia”, entende o *Primeiro de Janeiro*, “[...] tudo confia da propaganda, e se assinar uma paz pouco grata ao seu orgulho, será apenas para ganhar tempo, enquanto reconstitui as suas forças, mas sem intenção de a cumprir, porque, segundo o seu modo de ver, todos os processos são bons quando se cuide de enganar ou apoucar um governo burguês.” (29/9/20:1); mas também porque a Polónia deseja apossar-se de parte da Lituânia, ou não se lesse no DN, já a 26 de setembro, que face à violação da neutralidade dos soldados lituanos que combatem ao lado dos bolcheviques, a “[...] Polónia se verá obrigada a invadir a Lituânia” (29/9/20:1). Mas tal situação achaca pouco a mesma imprensa que, três anos antes, defendeu a entrada na conflagração mundial como única forma de preservar as colónias e a própria independência nacional... porque, como escreveu já o *Republica*, “Entre os polacos e os russos, não se digladiam duas pátrias, mas dois direitos.” (27/9/20:1). Ainda assim, em outubro, conta-se que “[...] a delegação da paz da Rússia, da Ucrânia e da Polónia em Riga decidiu assinar o tratado de armistício e os preliminares das condições da paz [...] em quinze do corrente.” (*Vitória*, 8/10/20:1)⁵³². No *Primeiro de Janeiro* anuncia-se que “[...] os bolchevistas fizeram aos seus adversários grandes concessões”, que “A fronteira será delimitada pela linha de trincheiras alemãs. [e que] A Rússia abandona o corredor a leste da Lituânia, que deixa de ter fronteira com os bolchevistas.” (12/10/20:1). Ao lado, ainda, que “[...] os russos estão dispostos a reconhecer as dívidas [...] mas as de que são credores os indivíduos das potências aliadas e não os respetivos governos. [e que] também reconhecerão as dívidas

⁵³² Celebrado a 12, o acordo vigorará a partir de 18 de outubro. Já o Tratado de Riga é assinado a 18 de março de

contraídas durante a guerra se os governos aliados, por sua vez, reconhecerem o regime dos soviets.” (*idem*). Ninguém diz, contudo, que a Bielorrússia, dividida ao meio, deixa de existir e que, em detrimento da Lituânia e da Ucrânia, esta última sua aliada, a Polónia é alargada a leste.

Dois dias após da assinatura, o Exército Vermelho avança já contra Wrangel, cuja resistência, ao longo de setembro, ainda mantém vivas as esperanças de uma nova ofensiva contra os bolcheviques. Pelo início de novembro, a imprensa portuguesa lá aprofunda a questão e o *Primeiro de Janeiro* regista que correm rumores de nova ofensiva contra a Polónia [...], porque “[...] o exército vermelho conseguiu apanhar ao general Wrangel material de guerra em quantidade suficiente para um novo ataque [...]” (9/11/20:1). A 16, a *Manhã* assinala “Um triunfo bolchevista”, informando já que “Reina uma confusão indescritível nas tropas de Wrangel” e que “[...] é desesperada a situação da Crimeia.” (16/11/20:1) e, melhor confirmação faltasse, o DN ainda estampa as declarações de Sir Robert Horne, presidente do Ministério do Comércio inglês, para quem “O melhor meio de obter uma mudança na situação da Rússia é começar de pronto o comércio com ela.” (19/11/20:1. Por estes dias, a fuga de Wrangel e de 40.000 homens em barcos franceses e ingleses para Constantinopla vem “[...] pôr de novo perante a opinião pública da Europa, o problema eternamente adiado do *sovietismo* russo.” (*Manhã* 20/11:1), porque, como escreve o *Republica*, “[...] ocasiona um estado de coisas perigosíssimo para a paz, o que merece a maior atenção das potências ocidentais.” (20/11/20:1) – um mês depois, é também o *Republica* que escreve que “Os senhores da Rússia são os bolchevistas. [e que] Depois da derrota de Wrangel eles já não têm que temer uma nova intervenção por parte dos aliados que compreenderam por fim, a insensatez da tática intervencionista.” (13/12/20:3). Por essa altura, porém, ninguém dirá já que a derrota de Wrangel é também a da diplomacia francesa⁵³³.

Nem a intervenção fica por aqui⁵³⁴, nem os conflitos acabam com a fuga do que resta das tropas brancas. O avanço vermelho continuará a envolver um bom número de efetivos e de movimentações militares, mas a estratégia é agora a de alcançar o reconhecimento ou submeter, um após outro, os governos ou poderes regionais que se formaram longe do controlo branco e bolchevique ou lá, longe de tudo, onde a extensão do antigo império o permitiu – a Geórgia vem, aliás, já a seguir. Depois, atenta ao conflito russo-polaco, a imprensa descarta, aparentemente, a situação interna na

1921 e a Polónia reconhece a República Soviética da Rússia a 27 de abril de 1921.

⁵³³ Contrariamente a outros generais brancos, Wrangel escapa bem conceituado à contenda: “[...] é um *gentleman* em todo o sentido da palavra; honrado, corajoso, soldado excelente; mas redundou em impotente ante os seus colaboradores sem brio e sem honra, que só pensavam em roubar, destruir, fazer contrabando e divertir-se.” (*Republica*, 23/12:1), declara um oficial do Estado-maior sueco em Constantinopla. No entanto, por notícias como esta, anteriormente publicada no *Notícias d'Évora*, sabe-se que o general “[...] recusa todo o auxílio material em homens para a luta contra os vermelhos, alegando que a glória de libertar a Rússia da despótica ditadura soviética deve pertencer única e exclusivamente aos russos.” (11/9/20:1).

⁵³⁴ Numa das últimas referências conhecidas à intervenção estrangeira, já em 1922, lê-se que “Vladivostok caiu no poder do exército vermelho.” e que “[...] a agência Havas, que costuma dar um destaque e um vigor extraordinários às notícias que mencionam qualquer derrota dos russos, escrevia, assim, de forma subtil e ligeira acerca da derrota dos amarelos [...]” (*Batalha*, 28/10/22:1)

Rússia e, assim, a rebelião de Tambov, a sul da capital, e que, motivada pela crise de subsistências, veio crescendo desde o início do verão e agora, no inverno, entra numa nova fase de violências entre o governo e os rebeldes. Neste ponto, a rebelião de Tambov, como outras que vão lavrando ao longo da guerra civil propriamente dita, entre o governo bolchevique e as forças brancas, nacionalistas e todos os seus aliados, importa apenas na medida em que imprensa a dá como uma consequência da derrota contra os polacos (*i.e. Diário de Notícias* 8/10/20:1). Pelas mesmas razões, então, se exime este ponto de dar desenvolvimento à Revolta de Cronstadt, posto que a imprensa, tendo já dado por encerrado o conflito com a fuga de Wrangel da Crimeia, a entende como um episódio de contestação interna, motivado tanto crise de subsistências como pela natureza de um regime, cujos defeitos ou virtudes saem até dilatados de uma dissociação com uma guerra de que ninguém sai vencedor.

1.2.3 Comunismo de Guerra

Tão depressa como chegam ao poder, os maximalistas adotam um conjunto de medidas de carácter político e económico cujo objetivo é a resolução da situação de crise herdada do czarismo e do Governo Provisório. Acossadas pela crítica, tais medidas compelem ao primeiro grande confronto entre teoria e prática política – não surpreenderá, portanto, que já pelo final de 1921 e sob os auspícios da Nova Política Económica (NEP), procurem dar deste período, invariavelmente associado ao Terror Vermelho, a ideia de um comunismo de transição, a que acertam chamar “de Guerra”.

Na imprensa portuguesa, as notícias dessas medidas aparecem logo entre as do Golpe de Outubro, temperando a ação revolucionária de mais insanidade e até pretendendo potenciar a intervenção aliada; mas apenas superficialmente, porque se a questão da paz separada continua a centrar as atenções, é tão parco o conhecimento sobre a ideologia e atividade dos maximalistas como a possibilidade de resistirem no poder. Ao noticiar, por exemplo, “[...] que os maximalistas não cumpriram as suas promessas quanto à distribuição de pão e [...] as províncias romperão inteiramente com eles.”, ou que “Lenine [...] ordenou a reabertura imediata dos bancos e armazéns que se obstinam em permanecer fechados [...]” (14/11/17:1), pouco pode ainda o *Século* saber das limitações maximalistas nas províncias, onde os soviets são controlados pelos SR’s, ou do receio (mais do que a oposição) dos trabalhadores urbanos em voltar ao trabalho no ambiente que se vive. É que a despeito da ocupação de bancos e armazéns de distribuição alimentar pelos maximalistas, a única providência económica tomada até então respeita à expropriação parcial e à redistribuição das terras; a nacionalização dos bancos virá um ano mais tarde.

Na verdade, de uma série de outros decretos promulgados em 1917, nomeadamente sobre a introdução do regime de trabalho obrigatório, a criação da *Vesenkha* (Conselho Supremo da Economia Nacional), ou a nacionalização da propriedade urbana, só este último chega, que se saiba, à imprensa (*Século*, 20/12/17:1). Sem grande exagero, também, se pode afirmar que de tudo quanto os maximalistas decretam ao longo de 1918, os únicos atos político-institucionais a merecer atenção da

imprensa são a dissolução da Constituinte (5 de janeiro), o repúdio da dívida russa (21 de janeiro) e a assinatura de Brest-Litovsk (3 de março). Desconhece-se, portanto, que a cautela e a demora dos maximalistas a decretar algumas das mais importantes medidas do “Comunismo de Guerra” – a socialização da terra (19 de fevereiro), a abolição da herança (1 de maio), a criação dos comitês rurais (11 de junho), e a nacionalização do comércio externo (22 de abril) e da grande indústria e dos transportes ferroviários (28 de junho) – são essencialmente devedoras das querelas entre Lenine, inclinado para um “Capitalismo do Estado”, e os elementos mais radicais do Partido, que recusam qualquer cooperação com os agentes económicos e industriais do regime deposto.

À guerra, porém, sobrevém a guerra, e de tamanha indiferença não se compadecem nem o recrudescimento da contestação operária, nem o surgimento de organizações e jornais comprometidos com a defesa ou com a análise da Revolução. O mesmo *Primeiro de Janeiro* que confessa, pelo início de 1918, que os maximalistas “[...] são sinceros nos ideais que advogam de uma profunda remodelação social [...]” (19/1/18:1), escreve, já em maio, serem “[...] incomparáveis em expedientes e em resoluções niveladoras [...]” (29/5/18:1). Em setembro, o *Republica* fala de caos, explicando que “[...] que se aboliram os tribunais e o direito de propriedade, entre outras medidas igualmente utopistas. [...] e que] Querendo levar uma sociedade a uma perfeição ideal, mais não conseguiram que fazê-la regressar ao estado selvagem; [...] de uma animalidade inferior [...]” (17/9/18:1). Em dezembro, finalmente, o *Século* acusa Lenine e Kamenev de terem vendido “[...] aos alemães os importantes maquinismos de todas as grandes fábricas [...]”, deixando “[...] reduzida à miséria, morrendo de fome e de frio com as mulheres e os filhos.” (8/12/18:1), a grande parte dos operários.

Sem pejo em alinhar as tendências autoritária e libertária, a *Sementeira* – ainda o único órgão avançado tratado neste ano – justifica como pode a ação maximalista. Pelo número de março, Lenine explica que “[...] se os bolchevistas se deixassem cair na armadilha das ilusões constitucionais [...] nada menos seriam do que miseráveis traidores à causa do proletariado.” (1918, nº27 (79): 33); adiante, escreve-se que “[...] apesar da impreparação técnica da Rússia, do atraso da sua indústria e produção, havia nela uma *mentalidade* muito mais socialista e revolucionária do que, por exemplo, na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.” (*idem*: 34). Em abril, abrilhanta-se o quadro com a nota de que “[...] a dissolução da Constituinte foi bem aceite pelo povo, especialmente porque ela recusara reconhecer [...] a socialização do capital.” (1918, nº28 (80): 50) e apõe-se-lhe um artigo de Malatesta, em que se lê que “Com o parlamentarismo e o cooperativismo, fizeram-se nascer no espírito dos proletários ilusões funestas que o afastaram da ideia de que é preciso fazer a revolução.” (*idem*: 51). Em maio, chegado da Rússia, o socialista suíço Fritz Platten dirá que “A vida prossegue com a normalidade habitual, estando as fábricas a funcionar e os estabelecimentos abertos. [e que] Em Moscovo [...] graças a uma organização metódica, nem sequer se nota a excecionalidade do momento.” (1918, nº29 (81): 66).

Não sendo profuso em representações das políticas maximalistas, o ano de 1918 deixa, pelo menos, bem definidas as posições de inúmeros jornais e uma boa parte das medidas que enformam o

Comunismo de Guerra. A estas, contudo, só o biénio 1919/20, fervendo em contestação e greves operárias, vem dar algum enquadramento, quando a imprensa burguesa passa a usar o exemplo da Rússia para temperança do operariado nacional, abordando a situação social russa, nomeadamente a reação dos camponeses e do operariado, em face do regime compulsório de trabalho, das requisições de géneros e do racionamento alimentar.

Habitados, desde o início da conflagração europeia, a reter os excedentes de forma a inflacionar o seu valor, os camponeses não vão agora, sob um governo que tanto lhes cede terras como hostiliza as suas instituições e estilo de vida, produzir ou entregar mais do que antes. A despeito do “[...] acordo entre os trabalhadores urbanos e os rurais, todos igualmente ansiosos pelo desenvolvimento e realização completa do socialismo.”, e a que a *Sementeira* junta, ainda na primavera, que “[...] o comissariado do povo enviou aos campos centenas de delegados, com a missão de comprar cereais e explicar aos camponeses os intuitos e alcance da revolução.”, garantindo estes que “[...] podiam as cidades contar com pão, não para meses, mas para anos.” (abril de 1918, nº28 (80): 49,50), até 1920, diminui entre 10 e 15 % a área cultivada e a produção agrícola cai para 2/3 do que fora antes da guerra. Em face disto, os bolcheviques alargam as medidas de coerção sobre os camponeses, três quartos da população, criando soviets rurais e explorando a filiação SR dos seus elementos mais ativos e as desigualdades criadas pelo sistema de distribuição de terras do *Mir* – vem desta altura a generalização do termo *kulak*, como forma de designar os camponeses mais abastados. Decretando, ainda, o regime compulsório de trabalho, tentam atrair ao campo uma parte do operariado urbano, aliviando o problema das subsistências e lançando as bases da reorganização agrícola em *kolkhozes* e *sovkhozes*. Enquanto isto, destacamentos de civis armados, depois secundados por soldados, percorrem os campos, os campos, obrigando os rurais a entregar parte da produção.

Pela primeira metade de 1919, na imprensa burguesa, a situação não é ainda mais do que uma acumulação de notícias dispersas sobre alguns episódios de resistência camponesa, o agravamento da crise de subsistências, a destruição e sabotagem dos meios de produção e de transporte, a falta de pessoal especializado e, com conveniente destaque, sobre o fim do livre associativismo e do direito à greve, que o verão coroa com o reconhecimento de Lenine de “[...] que se cometeram erros graves, sobretudo no que toca a nacionalização dos capitais e da indústria, e que a política seguida para com os camponeses produziu igualmente a bancarrota.” (*Mundo*, 6/8/19:2)⁵³⁵. Porém, no malogro em que a imprensa burguesa patenteia todas as desilusões bolcheviques, a avançada não verá mais do que o ataque movido pelo capitalismo internacional contra a Revolução: tão mais interessante e defensável quanto maior a experimentação que parece envolver, o processo revolucionário conta quer com a

⁵³⁵ Não é de fazer fé na totalidade das declarações associadas a Lenine, posto que na conhecida entrevista telegráfica cedida ao correspondente da *United Press* em Budapeste, se mostra bem mais categórico, afirmando que “O governo dos Sovietes não tem programa governamental reformista, mas um programa revolucionário.” e que este “[...] não comporta senão [...] rejeitar o jugo dos capitalistas para lhes arrancar o poder e para libertar a classe trabalhadora de todos esses exploradores.” (*Montanha*, 14/8/19:1).

imagem da pacificação social da Rússia, apresentada pela *Sementeira*, a que a *Batalha* junta, desde março, notícias dos mais distintos progressos, quer com o testemunho de figuras estrangeiras, em que os bolcheviques aparecem como salvadores para o caos que os antecipara, mas que estão agora em vias de resolver. Ponto fraco da relação entre as diferentes tendências avançadas, a questão do livre-associativismo operário faz, também aqui, a sua ocasional aparição, mas não logra, aparentemente, pô-las ainda em conflito⁵³⁶. Já no razoável tratamento dado à questão agrária, nem a *Batalha* nem a *Sementeira* se recusam a identificar uma forte intervenção e centralização estatal, mas que ainda se prestam a aceitar e até a explicar⁵³⁷. Em tudo o mais, acredita-se na recuperação económica, industrial e agrícola, no bom funcionamento dos serviços e, razão que explica muitas das suas contradições ou concessões, que a existência de inimigos da Rússia apenas fortalece os bolcheviques.

A situação, contudo, não se fica pela questão agrícola. Na senda da completa destruição do sistema capitalista, tem início, ainda em maio deste ano, uma tamanha produção de papel-moeda que em breve se torna nulo o seu valor e utilização. A medida visa compelir a uma maior aceitação do sistema de senhas de racionamento pela população, a um aumento das trocas diretas entre os produtores agrícolas e o estado, e à vulgarização do pagamento em géneros, mas leva também ao crescimento de um mercado paralelo. Pelo final de 1919, encontram-se algumas referências à questão, lendo-se, no *Primeiro de Janeiro*, que “As aldeias [...] onde impera o bolchevismo encontram-se numa situação angustiada por carecerem absolutamente de subsistências, o que dá origem a transações inverosímeis entre os que possuem algum mantimento e os que carecem dele.” (30/11/19:1), mas esta só voltará à imprensa pelo final de 1920, no início da Grande Fome.

Para já e para o comércio externo, o governo serve-se do que herdara do czarismo ou da venda de bens nacionalizados, pelo que logo a delapidação destes capitais e tesouros se torna numa das mais vulgares acusações daqueles que dela mais se aproveitam – a *Lucta*, por exemplo, anuncia, ainda em agosto, a “A pilhagem das riquezas artísticas”, escrevendo que “Os bolchevistas são previdentes: sabem que os seus dias estão contados e, por isso, fazem reservas de ouro no estrangeiro. [e que] Tudo têm roubado e vendido. Objetos de culto, crucifixos, relicários de ouro, roubados nas igrejas ou requisitados [...]” (19/8/19:1)⁵³⁸. Não deixam os bolcheviques, contudo, de estar isolados, sem que

⁵³⁶ Na *Sementeira*, que então se diz anarquista e longe de ser bolchevista, aceita-se a explicação de Robert Minor, de que “Os operários de Petrogrado tinham desmanchado as associações operárias, substituindo-as pelas comissões de fábrica, reclamando salários que levavam a expropriação das fábricas e elegendo sovietes com o mandato expresso de ditar a lei ao Governo.” e de que “Os bolchevistas formularam e fizeram votar leis que legalizavam as que os operários e camponeses tinham feito.” (agosto de 1919, nº41 (93): 262,263)”.
⁵³⁷ Conquanto já pelo verão se perceba o mal-estar da *Batalha*, só pelo final de 1919 se acentuam as críticas, lendo-se que “Os bolchevistas esforçam-se por introduzir, pela ditadura de uma fração do partido social-democrático, a socialização do solo, da indústria e do comércio. Infelizmente, o método pelo qual tratam de impor, num Estado fortemente centralizado [...] torna o triunfo absolutamente impossível [...]” (21/10/19:1).

⁵³⁸ À data, o tesouro russo encontra-se na posse de Koltchak, que o recebera dos checos aquando da tomada de Kazan – julgando-o mais seguro, os bolcheviques haviam transferido previamente para aquela cidade; quanto às reservas de ouro, é possível ler, no *República*, que “[...] não atingem afinal, as assombrosas quantias que

lhes sejam de grande valia os tratados de comércio com a Alemanha do pós-guerra, igualmente arruinada e obrigada ao pagamento de indemnizações e dívidas de guerra. Aos bolcheviques, reconhece a imprensa avançada e, por vezes, até a burguesa, falta tudo menos boa vontade – quando, pelo fim de 1919 e início de 1920, se começa a dar destaque à questão industrial, a notícia mais comum é a de que as fábricas não laboram por falta recursos e mão-de-obra.

Porquanto seja grande o interesse pela questão e ainda maior a demanda de realizações concretas, a imprensa acaba, talvez inadvertidamente, por fazer eco das preocupações dos bolcheviques, mas à inépcia em que a maioria dos jornais os envolve, é a *Monarchia* que acaba por fazer a mais interessante adição, invocando “[...] a falta de disciplina e ordem nas oficinas.” e aclarando que “Os conselhos de operários (soviets) que nelas originariamente se destinavam a restabelecer a ordem na atividade fabril só prejudicaram o bem comum destruindo o que restava de disciplina e dissipando os haveres das fábricas.”, pelo que os bolcheviques se viram “[...] forçados a expulsar os conselhos de operários e a colocar à testa das empresas funcionários munidos de poderes ditatoriais” (9/2/20:1). De facto, tão cedo como pela primavera de 1918, o governo bolchevique compreende que o controlo operário das fábricas – como a nacionalização parcial dos terrenos agrícolas – refreiam o incremento da produção, mas a guerra civil e a necessidade de congregar o apoio de todo o Partido e do operariado urbano impedem-no de agir. Agora que está mais seguro no poder, as medidas visam, essencialmente, uma alteração do regime de trabalho e a entrega da gestão fabril a técnicos especializados, e devem efetivar-se no IX Congresso do Partido, a realizar-se em março. Já em fevereiro, porém, o *Combate* escreve que “Para restabelecerem a ordem nas fábricas e pôr em estado de laboração as forças produtivas, recorreram aos especialistas e aos técnicos burgueses, que acorrem já hoje em grande número ao apelo.” (8/2/20:1); e na *Batalha*, comenta-se que “Como tem dado muito que falar a notícia [...] sobre a introdução das 12 horas de trabalho [...], é bom recordar o horário de trabalho sob o qual foram produzidas todas aquelas imensas riquezas que lá se encontram, à espera do levantamento do bloqueio pelos aliados.” (18/2/20:1).

Na Rússia, as medidas merecem a reação do operariado, e em Portugal, interessam vivamente à imprensa, que, na primeira metade do ano, se presta à sua discussão. É que a disciplina férrea e a dureza a que o regime soviético, convencido da necessidade de aumentar a produção, sujeita os operários russos⁵³⁹ ao mesmo tempo que apela à cooperação de estrangeiros em troca duma boa

por largo tempo se julgou. [...] o ouro que existia acumulado na Rússia durante a dominação czarista fora na maior parte disperso pelos centros financeiros do mundo. Por outro lado, a produção em ouro da Sibéria sabe-se que diminuiu consideravelmente nos últimos anos.” (17/11/20:1).

⁵³⁹ Lê-se no *Diário de Notícias*: “Os operários devem trabalhar onze horas por dia. As greves são formalmente proibidas. O operário que faltar ao trabalho é privado da sua ração de sopa e, se persistir em fazer greve é encarcerado e depois incorporado violentamente no exército vermelho e levado para a frente de batalha [...]” (13/6/20:1); e “[...] não pode mudar de fábrica sem licença do comissário da região. [...] deve trabalhar no sitio indicado pela autoridade e ninguém pode escolher livremente o trabalho.”, “Se um operário chega a fábrica com um atraso de 15 minutos, é condenado a primeira vez com a falta da senha alimentícia, a

remuneração, indignam e maravilham os jornais burgueses, numa posição que a *Lucta* ilustra bem, já em julho, escrevendo que “As doçuras do soviétismo [...] são carícias feitas com mão de ferro, deixando a perder de vista as brutalidades kaiserianas.”, mas que “[...] quanto ao regime de trabalho obrigatório, justiça lhe seja feita, a Rússia soviética enveredou pelo bom caminho, assentou na boa doutrina, estabeleceu as regras de bem viver numa sociedade bem organizada.” (3/7/20:1). As razões deste interesse não são claras, nem este se traduz tanto numa variação discursiva como numa intensificação noticiosa, mas, não lhe devem ser alheios quer o ponto em que os bolcheviques deixam a guerra civil pelo final de 1919, quer a dívida russa, à qual se subordinam tanto o reconhecimento diplomático, como o restabelecimento do comércio externo e a questão dos “interesses particulares” estrangeiros⁵⁴⁰ anteriores à guerra – não só a Rússia tem, então, um extraordinário relevo na economia mundial, como, já em inúmeras circunstâncias, Lenine expressou a disponibilidade para pagar dívida russa, assim cesse a intervenção estrangeira na guerra civil, pelo que talvez a imprensa esteja acusando a pressão de alguns grupos, a que interessaria o regresso da Rússia aos círculos económicos⁵⁴¹.

Por ora, isto justifica a articulação deste episódico e restrito interesse com o costumeiro repúdio da Revolução, mas justifica também, a partir do verão e no momento em que os bolcheviques estão às portas de Varsóvia e em vias de fazer cair a ordem de Versalhes, que os jornais burgueses comecem, com renovada insistência, a dar conta da paralisação da vida industrial e dos meios de transporte, e avançando até com as primeiras notícias sobre as epidemias, a fome e a mortalidade infantil que marcarão todo o inverno seguinte. Em agosto, e ao mesmo tempo que dá à estampa uma paradisíaca, idealização da situação russa, “Impressões Moscovitas” (2/8/20:1), do “socialista reformista e autoritário” Giacinto Serrati, a *Batalha* publica também um relatório de Rykov, diretor da *Vesenkha*, em que se regista que “A indústria metalúrgica não produz mais que um terço de quanto produzia antes da guerra.”, que “[...] que no inverno passado, em Moscovo, o combustível foi insuficiente mesmo para o aquecimento dos hospitais. [e que] A crise da mão-de-obra honesta e experimentada parece ter atingido na indústria russa proporções consideráveis.” (*Jornal do Comércio*, 10/8/20:1) – isto, explica-se, porque “Todos fogem para o pequeno negócio mercantil, em particular para as explorações agrícolas, para assegurar uma alimentação mais abundante.” (*idem*). “A Rússia dos Sovietes”, finaliza-se, “torna-se assim cada vez mais uma Rússia aldeã que necessita do resto do

segunda vez condenado a três dias de trabalhos forçados e para não morrer de fome tem de trabalhar horas suplementares.” (19/6/20:1)

⁵⁴⁰ Em junho de 1920, sabe-se da realização da Conferência Internacional de Proteção aos Interesses Particulares na Rússia, que, então, pretende que o reatamento das relações com este país dependa do reconhecimento “[...] dos bens, interesses e direitos [...] de súditos estrangeiros.” (*Diário de Notícias*, 13/6/20:1).

⁵⁴¹ Assim é que, em junho, procurando explicar a eventual reaproximação entre a Inglaterra e o governo soviético, o *Primeiro de Janeiro* reconhece que “Proibindo as importações da Rússia, puseram-na na impossibilidade de fabricar estes objetos [industriais] nas suas cidades [...]” e que, em resultado disto, o camponês “[...] nem sequer alimenta as populações citadinas, desde que estas não lhe podem pagar em produtos;”, pelo que “[...] é necessário abastecer a Rússia de matérias primas, de máquinas, de vagões etc.” (26/6/20:1).

mundo para procurar os produtos industriais que lhe são necessários.” (*idem*). É assim que os bolcheviques, dando continuidade a um processo iniciado já em 1918, acabarão, até ao fim do ano, por alargar as nacionalizações também à pequena indústria.

Mas a relevância de uma tal notícia é assinalável, quer por identificar alguns dos problemas com que a Rússia se debate, nomeadamente a incapacidade de relançar a indústria; quer por denunciar o malogro bolchevique na relação com o campesinato; quer, finalmente, por redimensionar o problema da economia paralela em face da indústria doméstica, que, não sendo inteiramente novo, conta não só com mais dados, como com os primeiros efeitos da produção de papel-moeda em larga escala desde maio de 1919. Serrati explicava que “[...] com tanta falta de produtos e com tantos e tão graves problemas, o regime soviético teve de fechar os olhos.” (*Batalha*, 2/8/20:1); mas o *Mundo* estende o problema até à corrupção gerada pelo sistema de prémios de trabalho e de racionamento, explicando que “Com o sistema dos ‘prémios’ e das horas ‘suplementares’ se podem ganhar nas oficinas e nos escritórios até 15 ou 20000 rublos, mas [...] a grande maioria da população não ganha mais que 1500 e 2500 rublos por mês [...]” e não sendo grande a oferta e provisão de géneros feita pelo governo, não resta senão recorrer ao mercado paralelo, onde os artigos atingem valores inoportáveis até para os ordenados mais altos (27/8/20:1). Num contexto de crise, em que um bom número de análises historiográficas tenderá, mais tarde, a enfatizar o papel dos bolcheviques, não deixará de interessar que a imprensa coeva ratifique a sua falta de controlo sobre algumas frações da sociedade e da economia.

Porém, agora que os russos fogem de Varsóvia e a fome e as epidemias começam a ter mais visibilidade, a imprensa retoma as questões do regime de trabalho, da supressão de direitos e do militarismo, mas deliberadamente visando os desvios e falhas ideológicas dos bolcheviques. A mudança é ténue e apenas transcorre a já longa série de factos económicos, mas a sua ocorrência vem não só assinalar uma identificação da excecionalidade deste comunismo, como uma alteração de atitudes que as notícias, aliás, se encarregam de explicar. No *Montanha*, por exemplo, Norberto de Araújo escreve que “A Revolução Russa, o bolchevismo prático, a realização da doutrina parecem ter entrado num verdadeiro campo de falência moral, ao mesmo tempo que os seus exércitos – oh! incoerência! – estão num campo de verdadeira derrota militar.” (1/9/20:1). No *Vitória*, dias depois, lê-se que “Os bolchevistas [se] viram obrigados [...] a transformar a ditadura do proletariado numa ditadura contra o proletariado [...] assentando o seu poder “[...] numa forte burocracia e no exército vermelho [...]”, tendo “As liberdades políticas e com elas as liberdades pessoais [...] [sido] abolidas em absoluto [...]” (14/9/20:1). E contudo, recém chegado da Rússia, Carlos Braga conta que há greves e que todos podem falar de política, mas que, se fazem os bolcheviques calar os que falam demais, é como “[...] em todos os tempos e em toda a parte.” (*ABC*, 4/11/20:19).

Na questão da militarização do regime, então, a imprensa não se deve estar agastando tanto pelas subversões ideológicas, como pelo facto de, na ida a Varsóvia, os bolcheviques se mostrarem já capazes de, lutando ainda pelo controlo interno, travar uma guerra fora do seu território; situação ainda mais desconcertante, por ser a que os traz, desde o início, inimizados com os Aliados. Não surpreende,

assim, ler no *Opinião* que “A Rússia entrou no ciclo das conquistas [e] Os conselhos dos soldados desapareceram há muito e a disciplina do seu exército é a mesma dos antigos tempos.” (16/9/20:1).

Quanto ao regime do trabalho, a imprensa atém-se à supressão do direito de greve, ao horário laboral de doze horas e à contratação de técnicos estrangeiros, dada e celebrada, meses antes, como um sinal do empenho bolchevique na recuperação económica, mas a que se obsta agora com as notícias de operários e sindicalistas, que voltaram desiludidos com a experiência russa. A julgar, no entanto, pela situação vivida em Portugal, é provável que muitos jornais não o façam tanto por afeição aos operários, como pela impossibilidade de reproduzir no país algumas das condições, posto que já no congresso patronal, realizado em novembro de 1919 se aconselhava a resistência às reivindicações operárias e não serão poucas, já em 1921, as investidas da patronal contra a “lei das oito horas”.

Outras conclusões haja a tirar desta mudança, três são as que, aqui, importa identificar: a primeira, de que como sempre, desde 1917, as atitudes da imprensa face ao processo revolucionário russo dependem dos feitos militares bolcheviques, para que as derrotas político-económicas não parecem senão secundárias e não servem senão de encobrimento; a segunda, de que a questão da subversão ideológica se torna, de 1917 a 1920, numa das poucas em que a imprensa burguesa pode, sem arreçar-se, apontar o fracasso bolchevique, e, ao arrepio de um sentimento de classe que é, afinal, a única coisa comum a tantos jornais com filiações partidárias distintas, manter-se num repúdio do processo revolucionário, em que não só se furta a maiores discussões ideológicas, como encontra uma desejada identificação com outra imprensa estrangeira – ademais, a subversão ideológica parece ter seguimento no modo como a NEP passará a ser representada; a última, de que haverá quem continue a defender um corte com a Rússia, mas de que devem ser inúmeros os que, a despeito do que move o processo revolucionário, se reveem na recuperação económica da Rússia e no restabelecimento de relações, a que mesmo associam já toda a recuperação europeia.

É sem rodeios que o DN, já em novembro, assinalando a degradação a que chegaram os materiais e infraestruturas ferroviárias na Rússia, escreve que “[...] todos os países têm o máximo interesse em que a Rússia se recomponha rapidamente do seu estado do abatimento, porque os produtores naturais que ela pode exportar – e que por ironia das coisas lhe não podem servir porque não tem meios de transporte – nos fazem falta a todos.” (5/10/20:1). Na esteira desta notícia vem quase toda a imprensa burguesa, e assim, na réplica, a *Batalha* nota, para bom entendedor, que se o operário não tem como pagar ao camponês, também este “[...] está impedido de trocar uma colheita pelos produtos industriais de que necessita.”, faltando-lhe “o ferramental agrícola” (4/11/20:1). Depois, a súbita e até extemporânea insistência na questão da abolição do dinheiro, já a encerrar o ano, vem sugerir que o pagamento da dívida russa e as já conhecidas contrapartidas que isto envolve, podem estar reentrando nos planos aliados, preocupados que a hiperinflação a reduza a nada. Pela *Lucta*, Egas Moniz dá a medida para janeiro de 1921, registando que “[...] o público, mesmo o mais sovieta, só dava crédito aos velhos rublos Romanov.”, pelo que o governo bolchevique “[...] desatou a falsificar esses rublos.” e ainda “[...] o rublo sovieta, de papel ordinário, de desenho

simples e de uma só cor, que se imprimia aos milhões na sede do jornal moscovita *Rousskoie Slavo*.” (22/12/20:1). Engana-se, porém, que a NEP espreita, e é ainda pela emissão de moeda que se tentará eliminar a dívida interna pela desvalorização das demais formas de rublo em curso e fazer adotar uma única moeda convertível (*tchervonet*) e o padrão-ouro.

No momento em que os bolcheviques estão em vias de vencer os brancos e mostraram já o valor da sua propaganda no exterior; em que uma intervenção na Rússia divide a Entente, constrangida, em função da aventura polaca, a renegociar Versalhes com a diplomacia russa – neste momento, portanto, a imprensa começa a deixar verter que um impasse diplomático não servirá nem ao governo soviético, nem à estabilidade europeia. Para a Rússia que a imprensa (e não poucas análises historiográficas) representa, ffinda-se em crise o ano de 1920 e este comunismo subvertido e ainda sem nome; na que sai representada, contudo, é bem mais dispar o quadro, em que se desenham, sem grandes variações argumentais ou de tom e tanto, para a imprensa burguesa como para a avançada, duas fases, que se a derrota às portas de Varsóvia não divide, mostra, pelo menos, existirem. É verdade que os bolcheviques reforçam agora a sua ação contra qualquer oposição interna, mesmo porque o fim da guerra permite a mobilização de forças para tal fim – mostra-o o seguinte ponto; é-o também, contudo, que a imprensa pode agora dedicar mais atenção ao problema, precisamente quando as consequências de três anos de Comunismo de Guerra se fazem sentir mais intensamente na reação popular contra a carestia, o desemprego, as requisições forçadas e a excessiva burocratização do regime. Estas são as causas das revoltas de Tambov e Cronstadt e das greves de Petrogrado; mas são, igualmente, da reorientação da linha económica, a partir do X Congresso do Partido, realizado em março de 1921, dando início à NEP.

1.2.4 O Terror Vermelho

O Terror Vermelho consiste na coerção individual ou geral pela violência, com um fim intimidatório, admitida pelos bolcheviques como condição necessária à sua imposição sobre outras classes. As violências vermelhas começam a merecer destaque logo na sequência do Golpe de Outubro e uma tal situação é devedora do deliberado e propalado exercício da violência pelos próprios bolcheviques, da singularidade e rapidez da mudança que estes pretendem impor, e ao contexto em que esta ocorre – ou seja, os níveis de violência associados ao processo político a decorrer desde março e o próprio agravamento da situação militar fazem supor que a imposição de uma nova mudança requer níveis de violência ainda maiores. Depois, a natureza das representações mostra como a imprensa portuguesa, ademais desconhecendo ou descurando as bases ideológicas do novo processo revolucionário, se vê amiúde compelida a abordá-lo pelo tópico da violência. Assim, e conhecendo uma fácil associação ao *Terreur* da Revolução Francesa, as violências vermelhas diferenciam-se daquelas praticadas pelos brancos, quer pela ideia da intencionalidade no seu exercício, quer pela da legitimidade conferida pela representação de uma maioria da população contra a minoria burguesa.

Como fenómeno de massas, é vulgarmente demarcado pela tentativa de assassinato de Lenine por Dora Kaplan, em agosto de 1918, e a implementação da NEP, já entre 1921 e 1922.

Inicialmente concentradas em Petrogrado, as referências alargam-se, desde o Golpe de Outubro e em pouco mais de uma semana, a todo o território, denunciando não apenas a supressão de alguns focos de resistência, mas incêndios, pilhagens, perseguições, detenções e execuções, de que só as classes altas logram fugir, enquanto as médias, transidas de assombro, se trancam em casa. Até ao final do ano, vai-se generalizando na imprensa a ideia do “caos” na Rússia, já votada ao isolamento pelos Aliados, e onde se morre de fome nas cidades e a desorganização dos transportes e dos abastecimentos começam a revoltar as populações e a privar a indústria; onde se restabeleceu já a pena de morte e Trotsky ameaça com a guilhotina⁵⁴²; e bandos de soldados sem chefias⁵⁴³ vão pilhando o que encontram na retirada. É um negro quadro para que só a *Sementeira* explica que “[...] O terror revolucionário nasce da urgente necessidade de defesa, do embate terrível entre a paixão renovadora e a raiva despeitada da contrarrevolução [...]”, mas que “[...] facilmente ultrapassa a justa medida revolucionária – e então é a embriaguez, a cegueira, a perdição.” (janeiro de 1918, nº25 (77):1).

Sem ser um dos temas mais explorados pela imprensa portuguesa, a violência maximalista não deixa de atrair a sua atenção, o que, em face da coeva situação portuguesa, tem a sua curiosidade: não sendo a República o mais pacífico dos regimes e não se tendo criticado a Kerensky o que as folhas liberais criticam agora a Sidónio, os maximalistas, quase todos desconhecidos atrás da imagem de um pacifista de nome Lenine, capitalizam, desde logo, uma enorme repulsa. Não é nunca claro o que a move, posto que a invocação do desrespeito pelos acordos diplomáticos e políticos ou por quaisquer princípios demoliberais, éticos e morais, esbarra sempre num sem-fim de contradições, para que muito poucos revelam ter consciência crítica. Não deixam as folhas mais conservadoras, por exemplo, de criticar a defeção russa, enquanto explicam o ataque à governação dos democráticos pela sua política intervencionista; ou de denunciar as violências bolcheviques enquanto, sob o imperativo da Ordem, escondem ou justificam as do sidonismo, como antes calaram as democráticas. No entanto, também aqui, na demanda da conformidade informativa com as congéneres europeias, se identificam tanto uma preocupação com a condição da burguesia russa – enquanto esta dura... e, por isso, bem patente no princípio de 1918⁵⁴⁴ –, como uma boa parte das posições face à conflagração europeia e ao processo

⁵⁴² Só o *Mundo* (23/11/17:1) o noticia, conquanto a pena de morte só venha a ser oficializada depois da promulgação, já em 22 de fevereiro de 1918, do decreto de Lenine, “A Pátria Socialista em Perigo”; é também pouco provável que aluda já ao decreto que determina a dissolução de quase todos os tribunais, bem como a maioria dos cargos e profissões judiciais, e que data apenas do dia anterior (22 de novembro).

⁵⁴³ Lê-se no *Século* que “Entrou ontem [refere-se ao dia 18] em vigor o decreto de Lenine pelo qual são abolidos os postos militares, títulos e condecorações. [sendo] Os oficiais [...] eleitos pelos soldados.” (20/12/17:1).

⁵⁴⁴ Lê-se: “A cada momento espalha-se o boato de que ‘o povo’ vai fazer uma Saint-Barthelémy dos burgueses.” (*Republica*, 4/1/1918:1) ou que o soviete de Petrogrado ordenou que, “Com dez graus abaixo de zero [...] todos os habitantes da cidade considerados como burgueses e capitalistas pegassem em pás e fossem limpar as ruas da neve impertinente que as cobria.”, situação que o tenente Raio de Carvalho vê como “[...] a negação de todas as conquistas da civilização [...] a mais nefasta miséria moral.” (*Republica*, 20/1/18:2).

revolucionário russo, que explicam a suspensão da questão das violências e de outros ataques aos maximalistas, em fevereiro, ante a hipótese do falhanço de Brest-Litovsk e do seu retorno à guerra.

A celebração do tratado apenas agrava a situação. A 5 de março, o *Primeiro de Janeiro* regista que, em Petrogrado, “[...] rouba-se impudentemente, fuzila-se e viola-se em plena rua; assassinam-se os comandantes militares, assaltam-se os oficiais, maltratam-se os embaixadores e os sargentos sobem a generais, os cargos elevados são exercidos por ébrios e analfabetos.” (5/3/1918:1), marcando o tom das representações da violência para o resto da primavera, embora estas, com a Rússia fora da guerra e limitados ainda os recontros entre vermelhos e brancos, também não sejam em grande número. Por esta altura, os jornais não maximalistas ainda não foram suspensos, pelo que a imprensa conta, ocasionalmente, com os depoimentos de algumas figuras russas, como Gorki ou Kropotkine.

Já pelo início do verão, noticia-se a morte de Nicolau II, desmentida ainda antes de uma reação monárquica e católica, mas não tão depressa que o *Manhã*, rompendo a recusa republicana a comentar o facto, não comente que “O ex-czar da Rússia pagou bem caro os seus atos de tirania e despotismo.” (29/6/18:1). A historiografia ocidental tem tentado provar que estes primeiros rumores da morte dos Romanov constituem um ensaio bolchevique à reação internacional, mas a julgar pelos jornais portugueses, dir-se-ia que o seu destino fica, desde logo traçado. A execução ocorre na madrugada do dia 17 de julho, mas as notícias da morte de Nicolau II apenas uma semana depois chegam aos jornais— a confirmação oficial da morte da czarina e dos grão-duques só chegará em 1920. No *Diário Nacional*, Aires d’Ornellas ainda ensaia umas palavras de apreço (24/7/18:3), mas é quanto se emociona a imprensa. A 5 de agosto, aliás, é já outro o morto: o *Montanha* conta que lhe transmitiu “[...] o telégrafo a notícia do falecimento de Máximo Gorki.” (5/8/18:1), que só a *Sementeira* questiona, escrevendo que “Seria mais um ato de desvairamento jacobino, bem pouco de desejar – por amor da Revolução Russa, não dos bolcheviques.” (setembro de 1918, nº33 (85):130). Muitas vezes, porém, morrerá Gorki, ainda antes de aparecer aliado aos maximalistas.

Depois, em setembro, os jornais desmentem a morte de Lenine tão depressa como informam do atentado de Dora Kaplan (30 de agosto) – quem morre, afinal, é Uritski, comissário dos negócios estrangeiros. Já a 6 de julho, os SR haviam tentado um golpe em Moscovo, a cuja supressão se seguira o encerramento de toda a imprensa não maximalista e inúmeras detenções; agora, na “Vingança dos bolcheviques”, o *Diário Nacional* conta que foram invadidas a embaixada inglesa e as instalações da missão militar francesa e revistado um grande número de casas (6/9/18:4), enquanto a *Lucta* dá conta da detenção de cinco mil SR e das declarações do chefe da Comissão Extraordinária de Moscovo [entenda-se Tcheka]⁵⁴⁵, que se diz obrigado a responder aos crimes “[...] por meio de um terrorismo

⁵⁴⁵ Este é uma das primeiras referências conhecidas à Tcheka, que foi fundada em dezembro de 1917, mas logra passar desconhecida ao longo de 1918, apesar do atentado de Kaplan ampliar significativamente os seus poderes e, assim, a sua ação. É um facto que, no período que imediatamente segue a sua criação, está proibida a publicação sem consentimento de qualquer informação relativa à sua atividade; contudo, não deixará de surpreender que a polícia do regime bolchevique, como a própria criação de campos de trabalho

generalizado.”, pelo que “Toda a pessoa [...] encontrada com armas na mão será condenada à morte imediatamente. [e] Toda a pessoa que tome parte num movimento contra o governo dos Sovietes será detida e enviada a um campo de concentração e ser-lhe-ão confiscados os bens.” (9/9/18:2).

Para além de dar a conhecer a extensão, na imprensa, da reação bolchevique, a notícia remete ainda para os decretos de 4 e 5 de Setembro, que preconizam, doravante, fortes medidas de prevenção e repressão contra qualquer atividade contrarrevolucionária. Seguir-se-ão notícias de fuzilamento e da detenção preventiva de reféns para os próximos atentados. A 4 de outubro, o *Século* regista que “Em Petrogrado e em Moscovo o número de pessoas executadas no decurso dos últimos dias vai além de 1000, contando-se entre elas muitos dos antigos ministros do czar ou oficiais e civis que desempenharam um papel importante na história da Rússia.” (4/10/18:3)⁵⁴⁶; e, já a 22 de novembro, o *Diário Nacional* fala da vida em Petrogrado, escrevendo que “As pessoas morrem como moscas, em consequência da fome. Os cadáveres jazem nas ruas. A mortalidade atinge principalmente as crianças e provoca nos operários uma nova e crescente indignação contra o regime. [...] e os bolcheviques multiplicam as prerrogativas inerentes ao facto de pertencer ao partido deles.” (22/11/18:1). Dias depois, o *Situação* informa da célebre socialização das mulheres pelo soviete de Saratov, denunciando, também aqui, os ataques maximalistas à instituição familiar⁵⁴⁷ – completa-se o quadro com a informação de que “Na burguesia, na intelectualidade, menos afeitas às privações, pululam os suicídios. Gente inteligente e culta é gente suspeita [...]” (27/11/18:1).

Pelo final de 1918 e início de 1919, o fim da conflagração mundial, a morte de Sidónio e a intentona monárquica parecem impor um relativo alheamento às coisas da Rússia e a questão da violência, já por si diluída em artigos de fundo, crónicas e notícias de outros factos, conhece uma acalmia. Mas 1919 deixa claro que a questão depende menos do que envolve do que de quem a discuta, e o aparecimento da *Batalha*, perguntando, com pouco mais de uma semana de edição “[...] de que acusam afinal a Revolução Russa [...]” (8/3/19:3), mostra-o bem. Responde, então, o diário operário que a “[...] rudeza com que os bolchevistas defendem a ordem, a sua ordem, [...] é palidíssima coisa ao lado da violência com que tem sido mantida a ordem burguesa, na Rússia e em

forçado, logrem passar com tão poucas menções na imprensa.

⁵⁴⁶ Ainda em outubro, Mateus Ruiivo escreve, no *Vanguarda*, que “[...] a imprensa burguesa inventa toda a casta de telegramas tendenciosos, a fim de desvirtuar a ação da revolução russa [...] porque os burgueses pela sua incompetência temem ser varredores de ruas [...]” e que “Da guerra atual, há de surgir uma nova ordem de coisas, embora os aliados tentem esmagar a revolução russa, que representa a libertação dos povos.” (18/10/18:1). É de salientar a excecionalidade de um artigo deste teor, atirando contra os detratores da Revolução e contra a intervenção aliada, e publicado neste jornal socialista, agora convertido ao sidonismo.

⁵⁴⁷ Já pelo verão de 1919, o rumor receberá novo alento. Lê-se então: “Os cidadãos não têm o direito de usar uma mulher mais do que três vezes por semana o máximo e durante três horas de cada vez, observando-se as prescrições deste decreto. [...] Toda a mulher grávida será dispensada das suas funções de Estado durante 4 meses: 3 meses antes e um mês depois do nascimento da criança. (*Manhã*, 7/7/19:1). A *Batalha* responde, escrevendo que “Oliver M. Saylor [*sic*], que estava na Rússia na ocasião do ‘decreto’ e que fez um inquérito

todo o mundo [...]” (*idem*). A calhar, dir-se-ia, porque, dias depois, no *Opinião*, Custódio de Mendonça comenta a revolta espartaquista escrevendo que se “A revolução social na Rússia [se] caracteriza pelo tumulto, pela desordem, pela violência, pela tirania. [...] na Alemanha, exorbitando por vezes os limites da humanidade, caracteriza-se, ao invés e em relação, pela serenidade, pelo método, pela suação, pela legalidade. [...] Aqui a luz, ali a treva” (14/4/19:1). Para o articulista, portanto, é secundário que Liebknecht e Luxemburg tenham morrido e que Radek agonize na prisão, conquanto a sua revolta seja, a julgar pela sua descrição, moderada, quase higiénica⁵⁴⁸.

Talvez a imprensa julgue redundante relevar a violência do processo revolucionário russo, quando o cenário é já o de guerra civil, mas quase desaparecem ainda pela primavera e, portanto, do período de maior atividade militar, quase todas as referências ao Terror Vermelho. Só em outubro chegam à imprensa, e de forma muito limitada, as notícias da descoberta de que “Os atentados ultimamente cometidos em Moscovo contra os chefes bolchevistas, revelam a existência de um vasto ‘*complot*’ contra o bolchevismo, no qual estão comprometidas pessoas de todos os partidos e categorias.” (*Diário de Notícias*, 10/10/19:3). Na sequência deste, escreve-se, “O governo dos ‘soviets’ fez um apelo a todo o povo para que leve a efeito represálias, a fim de aterrorizar os burgueses.”, a que os socialistas revolucionários respondem “[...] dizendo que por cada socialista que morresse, matariam 10 comunistas.” (*idem*). Sangue por sangue, e com as atenções agora completamente centradas nos avanços de Denikine e Iudenitch, passam discretos, pois, um novo anúncio da morte de Gorki e, agora também, do cantor Chaliapine (*Diário de Notícias*, 28/10/19:1).

Até ao final do ano, a vitória das forças bolcheviques contra o ataque desenvolvido em várias frentes e o primeiro reconhecimento aliado, por Lloyd George, do falhanço da intervenção, em torno da qual a própria imprensa burguesa se começa a dividir, parecem afetar o fluxo normal de notícias sobre o processo revolucionário. As últimas cuja menção é pertinente remontam a novembro, quando o *Século* informa que “[...] os *soviets* já não existem naquela cidade [Moscovo]. [posto que] Os grevistas são implacavelmente perseguidos, tendo sido mortos, num cerco feito com metralhadoras, os de uma fábrica de Stale.”, e que “Um decreto do governo dos soviets dissolveu recentemente todas as cooperativas existentes [...]” (17/11/19:3), acabando “fuzilados ou presos” inúmeros dos seus representantes. No dia seguinte, o jornal trata da atividade de um certo comissário Troianovsky [*sic*], cujos agentes “[...] empregam o máximo esforço em procurar descobrir [...] oficiais [contrarrevolucionários].”, conservando “[...] ao serviço dos *soviets* [...] aqueles oficiais do antigo exército que, em vista da sua especialização, não podem, por enquanto, ser substituídos.” – “Até crianças”, escreve-se, “são executadas [...]” (18/11/19:1).

a tal respeito, expondo os resultados na revista *The New Republic*. [...] O “decreto” era, pois, uma insídia anónima, sem a menor verdade teórica, nem a mais leve aplicação prática.” (9/7/19:1).

⁵⁴⁸ A verdade é que não foge a esta retórica a imprensa avançada, lendo-se no *Avante* que os espartaquistas “[...] encontraram uma resistência muito superior à que foi oposta aos maximalistas na Rússia. [...] Então as barbaridades da luta foram muito maiores [...] graças ao espírito assassino da burguesia alemã.” (7/7/19:1).

O *Vitória* abrirá 1920 declarando que “A supremacia duma classe sobre todas as outras gera fatalmente o despotismo, a violência, o terror, levando os dirigentes para uma obra de mera destruição, sem elementos construtivos que os auxiliem na tarefa de edificar a sociedade nova.” (21/1/20:1) – conclusões tiradas, aparentemente, de uma leitura do célebre capitão Sadoul... condenado à morte, na democrática França, pelas suas ligações com o governo dos soviets. Pelo início de março, o *Século* faz fé num telegrama de Varsóvia, em que se informa que “[...] os bolchevistas russos prenderam 122.000 pessoas, das quais foram executadas 9481.” (1/3/20:1), e, já pelo fim do mês, é Manuel de Castro, insigne comerciante portuense, apenas regressado da Rússia, que conta à imprensa que “[...] foram mortos todos os homens de valor.” (*Mundo*, 31/3/20:1), e que nos três meses de prisão em Petrogrado, onde esteve, conta, “[...] por culpa do nosso cônsul⁵⁴⁹, que é de origem alemã.”, conheceu um “[...] um príncipe com uma costela portuguesa [...]” (*Lucta*, 4/4/20:1) – nada, portanto, que assemelhe essa Rússia que a *Batalha* copia do burguês *New York World*, onde “[...] os problemas primordiais da natureza humana foram por tal forma resolvidos que [...] pode ser considerada como pátria ideal do homem civilizado.”, “O matrimónio [...] além de ser gratuito [...]” é fomentado, e a “A proteção à maternidade e à infância [...] levada ao exagero.” (7/6/20:1).

Com o país a banhos e os bolcheviques a avançarem por território polaco até ao final de agosto, as notícias conhecidas são, muito naturalmente, de guerra e de negociações, mas já em setembro, depois de apresentar a história, publicada no *Times*, “[...] dum inglês recém-chegado da Rússia [...] que] contava que numa cozinha comunista de Petrogrado lhe tinham servido uma sopa onde encontrara dedos humanos.” (19/9/20:2), o *Bandeira Vermelha* apõe-lhe a resposta de Gorki ao conhecido escritor George Wells, colaborador daquele jornal inglês: “Cria-me, meu caro Wells, não chegámos ainda ao canibalismo [...]”; e conclui: “Deixai-nos a nos russos com as nossas ideias razoáveis ou insensatas. Boas ou más que sejam, essas ideias são instrutivas para a Europa inteira.” (*idem*). De facto, pelo final de 1920 e ao longo de 1921 a homogeneidade da imprensa burguesa portuguesa quanto à situação russa começa a estalar sob o efeito da resistência militar bolchevique, da perceptível dificuldade aliada em alcançar um entendimento quanto a uma intervenção e de que esta se estenda a todos os países onde haja instabilidade, e, até, da necessidade de marcar uma diferença – dir-se-ia que mais informativa do que ideológica – entre jornais muito semelhantes mas representando distintos grupos. O aspeto mais visível desta mudança é sempre o do diferendo entre os jornais que defendem o fim do auxílio humanitário e o corte de todas as relações com os bolcheviques, e aqueles que, a despeito das críticas, entendem, cada vez mais, que cabe aos russos escolher o seu sistema político. Menos visível, mas real, é a maior preocupação com os conteúdos informativos, traduzida

⁵⁴⁹ O conhecimento que Castro tem da legação portuguesa em Petrogrado sugere serem verdadeiras as declarações. Na sua correspondência, Batalha Reis refere-se uma vez a este cônsul, Willy Radaw, cuja origem não se apura, e importará notar que também não evidencia grande interesse pelos portugueses residentes na Rússia, nomeadamente por este príncipe, de nome Mestchersky [*sic*], sobrinho do Dr. Curry-Cabral e também parente do Duque d’Ávila, de Batalha Reis e da família Arriaga.” (*Lucta*, 4/4/20:1)

numa demanda de relatos em primeira mão, em detrimento dos artigos de opinião ou da simples reprodução integral das notícias que vão chegando de agências estrangeiras.

Ainda em outubro de 1920, porém, a imprensa denuncia uma série de ataques à intelectualidade russa. O *Vitória* publica, então, uma carta que Gorki escrevera a Lenine e em que denuncia a prisão de “[...] umas dezenas de conhecidíssimos sábios russos [...]”, revelando que “Todos os dias são presos e até fuzilados intelectuais, havendo universidades fechadas por falta de professores.” (16/10/20:1); e anuncia, dias depois, que “Na maior e mais sórdida prisão de Moscovo [...] [se] encontram encarcerados à ordem de Lenine, sob o regime da mais cruenta tirania, 280 socialistas russos [...]” (26/10/20:1). Mesmo antes, porém, é a notícia de que “[...] Kropotkine, o patriarca do anarquismo, está ameaçado de morrer à fome, porque o governo dos *soviets* não lhe concede um passaporte para ele e a sua filha poderem sair da Rússia.” (*Manhã*, 16/10/20:1), que vem alimentando a discussão – contra as “Ridículas mentiras”, a *Batalha* atira, então, que “Depois de, por repetidas vezes, haverem fuzilado Gorki, as gazetas banais intentam agora matar à fome o velho propagandista russo.” (16/10/20:1), cujo estado de saúde se vem agravando há algum tempo⁵⁵⁰. Pela mesma altura, aliás, Carlos Braga, regressado da Rússia, desmente o controlo da violência pelos bolcheviques, contando que “Letões e chineses executam terríveis obras de vingança em nome dum ou doutro soviete [...] [e que] Cada soviete governa-se por si; não quer obedecer ao governo central e só assim se explica a morte do czar executado pelo capricho do soviete local de Ekaterimburgo e da qual se soube muito tarde em Moscovo.” (28/10/20:6).

Como sempre, a aproximação do inverno e a suspensão das operações militares vêm centrar as atenções no quotidiano sob o regime bolchevique. Do *Echo de Paris*, o DN copia, então, a notícia de que “[...] o aspeto de Moscovo é o da cidade da Morte.”, onde, “Durante o dia os habitantes apenas podem sair de casa munidos de autorizações escritas e concedidas pelos ‘comités domiciliários’ (1/11/20:3)” – o jornal conta ainda que “[...] foram presas 5.000 mães de família como desertoras do trabalho por se terem recusado a abandonar os filhinhos para trabalhar nas florestas.”. Uma semana depois, o *Primeiro de Janeiro* alinda o quadro, anunciando que “Trotsky provocará a morte de 75% dos habitantes”, quando afinal, diz-se adiante, este apenas declarou saber da “[...] miséria que o povo russo vai sofrer e que três quartas partes da população podem morrer de fome e de frio [...]” (9/11/20:1) – a admissão da morte de três quartos da população russa não soa aqui melhor do que intenção de matá-la, mas alguma diferença existirá entre ambas. Já o *Vitória*, informa que acaba de se publicar [não em Portugal, mas em França, de onde seguramente copia a notícia] um livro que “[...] é a apologia do terror, das execuções, dos fuzilamentos e de todas as barbaridades cometidas pelo

⁵⁵⁰ Na realidade, Kropotkine nunca sente, como outros, os efeitos da repressão, sendo até conhecidos os seus encontros com Lenine; é com grande discricção, aliás, que a imprensa burguesa anuncia a sua morte, em fevereiro de 1921. Já a operária não esquecerá a sua incoerência na apologia da guerra contra os Centrais e anunciará que “Os funerais foram organizados pelos Sovietes e pelas organizações anarquistas.” (27/2/21:1).

governo dos Sovietes.”, da autoria do “[...] bolchevista Latzis⁵⁵¹ [sic], um dos mais conhecidos chefes da Comissão Extraordinária, que é uma espécie de Tribunal da Santa Inquisição russa.”, e que “[...] reconhece que o governo bolchevista não tem apoio nem pode apoiar-se nas massas populares.” (9/11/20:1), não sobrevivendo sem a referida Comissão.

Não será veleidoso notar que se faz aqui uma nova referência à *Tcheka*, sem que, contudo, se use o acrónimo, e procurando explicar em que consiste a sua atividade, recorrendo a uma comparação cara ao anticlericalismo republicano. De facto, só pelo verão de 1921 a referida Comissão Extraordinária passa, na imprensa portuguesa, a ser designada por *Tcheka*, quando o DN, ao anunciar que “Outro poder se ergue acima de Lenine”, regista que “A associação denominada ‘*Tcheka*’ [sic] tem espalhado um regime de pavor, enviando muitas centenas de indivíduos para as prisões e para campos de concentrações.” (16/7/21:1). Pouco dura, aliás, porque já em fevereiro de 1922 e no âmbito da NEP, a *Tcheka* é extinta e substituída pelo GPU (sigla, em russo, referente a Diretório Político do Estado). Longe de diminuir o seu papel no Terror, todo este desconhecimento sugere que, apesar das acusações e sombrias descrições, ou é reduzido o interesse pelas questões internas da Rússia ou muito superficial o conhecimento do que se vai passando neste país.

Conforme se escreveu já, são mais esparsas as notícias sobre a Rússia, agora que os bolcheviques ganharam a guerra civil, e, entre as notas ou artigos que vão, eventualmente, surgindo, apenas algumas merecem verdadeiro destaque – ainda a novembro de 1920, por exemplo, Artur Baptista, acabado de chegar da Crimeia, cede ao *Mundo* um relato da evacuação branca da península (27/11/20:2), e o Sr. King, “[...] filho do recentemente falecido professor do Instituto Superior de Comércio, Sr. Alfredo King.”, relata ao *Século* as agruras do seu prolongado regime prisional. Qualquer que seja o teor destas notícias, não se conta que se os bolcheviques venceram a guerra civil, não puseram ainda cobro às rebeliões rurais que se vão fazendo sentir por todo o território, nem tão-pouco aludem àquela que, pela sua dimensão e proximidade de Moscovo, é a mais conhecida – Tambov⁵⁵². De facto, entre todas as violências a que, desde o final de 1917, cede destaque, a imprensa burguesa, mais até que a avançada, parece desconhecer ou desconsiderar as perseguições contra os revoltados e que envolvem, vulgarmente, o sequestro de familiares, a apropriação de bens, a aplicação de justiça sumária contra os que obstem à sua identificação ou lhes cedam apoio. Assim, as notícias das violências bolcheviques contra as populações rurais, de que a historiografia moderna tanto dá brado, não passam senão raramente e em pequenas notas.

Também não é mais clara a situação em Cronstadt, onde a guarnição se revolta ainda em fevereiro. Expressa-o a *Opinião*, aliás, quando regista que “As notícias sobre os acontecimentos na

⁵⁵¹ O artigo refere-se ao livro cujo título se traduz, em Português, por *Dois anos de luta na frente interna* (1920), da autoria de Ivanovich Latsis, membro da Tcheka entre 1918 e 1921, seu secretário em 1919 e um dos maiores defensores do Terror Vermelho. Não consta, contudo, que o livro tivesse uma tradução portuguesa.

⁵⁵² Numa de poucas referências conhecidas, lê-se apenas que “Os jornais de Estocolmo publicam informes sob reservas em que se diz que o regime dos soviets foi derrubado em Kiev, Tambov e na região do Orel.”

Rússia continuam a ser contraditórias [...]” e que “O governo dos soviets decidiu-se, enfim, a confessar que se tem passado acontecimentos graves, atribuindo-os, porém, a manejos dos aliados que teriam fomentado a revolta dos marinheiros em Cronstadt e outras cidades, sendo a revolta dirigida de Paris.” (7/3/21:1). Enquanto dura, a resistência daquela praça não conhece mais notícias do que dúvidas, e a sua tomada, já a 18 de março, tão-pouco traz as esperadas detenções em massa ou fuzilamentos – o DN ainda anuncia que “[se] Encontram refugiados na Finlândia 12.000 revoltosos [...]” (24/3/21:3), enquanto o *Século* se permitiu já a explicação, por Trotsky, “[...] de que a demora na queda de Cronstadt foi devida a ter empregado todos os esforços para evitar uma colisão sangrenta entre as tropas vermelhas e as sublevadas [...]” (21/3/21:3). Fica a ideia, portanto, de que se da Rússia sai o que interessa aos bolcheviques, da Rússia se escreve o que interessa à imprensa ocidental e, por ora, as violências importam menos que o reatamento de relações comerciais – assim, o *Jornal do Comércio* assinala que “[...] o bolchevismo vermelho teve num destes dias de março, o mais belo, o mais decidido triunfo, [...] facultado, num autêntico tratado comercial, pelo Sr. Lloyd George [...] E isso foi na manhã do dia 16.” (24/3/21:1).

Pelo resto da primavera, qualquer que seja o revés que anuncie, a imprensa não tem como velar esta e outras vitórias bolcheviques. Não surpreenderá, portanto, que a calamidade que agora se prepara e de cuja dimensão o DN vem dar conta, já em julho⁵⁵³, escrevendo que “Vinte e cinco milhões de russos estão sob a terrível ameaça de vir a morrer de fome” (22/7/21:2), tenha uma tão negra utilização nas folhas que mais acusam os bolcheviques de forçarem a um restabelecimento de relações. Antes do fim do mês, o *Século* atualiza o número em quarenta milhões e conta que lavram também “[...] com intensidade a cólera, o tifo e outras epidemias, que já fizeram mais de cem mil vítimas.”; porém, à frente, assinala que, enviando Gorki a Londres e a Washington, “[...] a fim de obter largos socorros em favor da população russa [...]”, o governo soviético foi coagido à “[...] desmobilização imediata do exército vermelho [...]; restabelecimento imediato de todas as liberdades políticas; [...] eleição imediata de uma Assembleia Constituinte; liberdade absoluta de regresso à Rússia de todos os proscritos pelo governo dos ‘soviets’.” (28/7/21:3).

Não são tantas as folhas a servir-se da situação, até quando a lamentam, para reafirmar o falhanço do sistema bolchevique. Ainda assim, defendendo a Revolução, a *Batalha* escreve que “Há alguns dias já que o telégrafo, ao serviço da burguesia, transmite para todo o mundo – num tom de sinistra satisfação, de canibalesco regozijo – a angustiada novidade, que notícias fidedignas ontem

(*Jornal do Comércio*, 15/3/21:3).

⁵⁵³ Pelo meio do mês, o DN informa ter adquirido “[...] os direitos de tradução e reprodução [...]” duma série de artigos inéditos sobre os acontecimentos que têm convulsionado a Rússia, assinados pela ilustre escritora M.me Ana Hasenko, filha do antigo Ministro da Justiça do Império, Ivan Stcheglovitov, e esposa de um membro da antiga Duma.” (14/7/21:1) e que Batalha Reis aceita apresentar aos leitores do jornal. Publicam-se até à primavera de 1922, percorrendo a história recente da Rússia desde a decadência do czarismo até à Grande Fome, cuja dimensão e efeitos se começam a perceber na imprensa portuguesa, refletindo igualmente sobre inúmeros temas da cultura daquele país – infelizmente, não se pode ir aqui, além desta referência.

chegadas à nossa redação confirmam absolutamente [...]”, explicando que “[...] na Rússia há fome, mercê do prolongado bloqueio que a burguesia tem feito a um povo que, num gesto desesperado de emancipação derrubou para sempre o czarismo reacionário [e das...] más colheitas nos anos precedentes.” (30/7/1921:1). Sem distinguir, a *Batalha* aponta o dedo a toda a imprensa burguesa, mas convirá distinguir entre os jornais mais liberais, como o *Mundo*, em que José do Valle aparece a defender que “Assim como a violência pertence ao Passado, a solidariedade pertence ao Futuro.” (3/8/1921:1); e a *Monarchia*, que não só assinala que “[...] ninguém, tão sinceramente como nós, lamenta o ruidoso descalabro do grande povo russo, embora nos regozijemos com a falência de ideias há muito postas de parte, depois que a Ciência Social rebuscou na história de todos os tempos as verdades eternas do Corporativismo.”, como arremessa com a ideia de que “[...] é uma verdadeira ciganice a sórdida especulação que certa imprensa vem fazendo há dias a propósito da fome na Rússia, e das transigências económicas de Lenine, e do provável retorno do polvo capitalista, ansioso por estender os seus vampirizantes tentáculos sobre um povo extenuado, deprimido, arrasado pela desgraça.”, como (2/8/21:1).

Aquilo que só a *Monarchia* tem a coragem de afirmar agora será, dentro em pouco, bradado noutros jornais mais conservadores, conquanto nenhum venha, como os integralistas, tocar onde mais dói: a sobrevivência bolchevique é uma derrota cujo único paliativo parece ser, por ora, um reatamento de relações com a Rússia, que assente no reconhecimento da sua dívida; sabem-no os aliados e sabem-no os bolcheviques e, com milhões a morrer de fome, espera-se apenas a ver quem dará o primeiro passo. Não vá a pressa, no entanto, denunciar uma desmedida ansiedade, os jornais fazem render a fome e a doença, e assim, enquanto "O calor enlouquece as mulheres. As crianças morrem famintas ao longo dos caminhos. Os homens suicidam-se [...] O tifo e a cólera dizimam populações inteiras. Os cadáveres apodrecem aos milhares [...] são tantos que não se podem enterrar. [...] Os famintos arrancam a casca das árvores [...]" (*Mundo*, 22/8/21:1), noticia-se que os Aliados procedem à organização de uma “importante obra de altruísmo internacional” (*Manhã*, 22/8/21:1), que, em Portugal, é secundada pela organização de um comité para a angariação de recursos, dirigido por Magalhães Lima, Henrique de Vasconcelos, José do Valle. Entretanto, lê-se no DN que “Todo este plano [...] visa realmente à partilha da Rússia pelas grandes empresas estrangeiras.” (22/8/21:1); ou, no *Jornal do Comércio*, que “Os bolchevistas servem-se da fome que causaram [...] como meio de propaganda, [...] em que dizem ser ela a consequência da política de força dos capitalistas estrangeiros [...] que se se organizam socorros [...] é com receio de que a peste invada os países do Ocidente [...]” (23/8/21:1); ou, na *Lucta*, “[...] que o melhor recurso para precipitar a queda do atual regime consiste em dirigir um manifesto ao povo russo, fazendo-lhe saber que não serão enviados à Rússia nem viveres nem medicamentos, enquanto o governo [...] não tiver abdicado.” (25/8/21:1)⁵⁵⁴.

⁵⁵⁴ Nada se faz sem contrapartidas: em outubro, na sequência da Conferência Interaliada de Bruxelas, a Entente exige o “[...] reconhecimento pelos soviets das dívidas russas anteriores à guerra e de todas as obrigações

Qualquer que seja a posição dos jornais, o que acontece agora é que, contrariamente à representação da violência política, sempre associada aos bolcheviques, a Fome de 1921⁵⁵⁵ é vista como um produto também da ação dos Aliados. Ocupando um bom número de publicações, a questão da assistência internacional lança o receio, ademais coincidente com o fim da guerra civil, de que o auxílio contribua para a manutenção dos bolcheviques no poder e até para o seu reconhecimento. Destarte, as notícias da atividade das missões internacionais faz-se acompanhar quer de renovados avisos de que os bolcheviques não cumprirão os acordos, quer de que continuarão a contornar ou a levantar obstáculos a uma ingerência das potências estrangeiras, que reclamam para si “[...] a organização da distribuição dos viveres, a administração sanitária das regiões atingidas e, até certo ponto, a vigilância do tráfego dos caminhos de ferro.” (*Diário de Notícias*, 1/9/21:1). Mas coerentemente, e reconhecendo, afinal, como todos os interesses se misturam, só Augusto da Costa declara no *Monarchia*: “Filantropia? Dó dos famintos? Reconhecimento da legalidade bolchevista? Nunca. O que os move é simplesmente uma razão utilitarista, comercialista [...]” (3/10/21:2)

A repressão, a fome e as doenças não se findam, é certo, ainda em 1921, e, em Portugal, vem associar-se ao auxílio russo o lançamento, até ao fim do ano, do *Comunista* e da *Seara Nova*⁵⁵⁶, conquanto os acontecimentos de 19 de outubro e as especulações da imprensa mais conservadora em torno de um golpe avançado venham arrefecer até os ânimos de algumas folhas mais liberais. Em 1922, são ainda em menor número as notícias, em virtude quer de uma melhoria na situação, quer da nova grande atração da imprensa – o fascismo. A Fome não deixará de contar com algumas descrições, que o DN sintetiza bem, ao escrever que “A região ao ocidente do Volga está já inteiramente despovoada. [que...] os cadáveres estão insepultos e que algumas pessoas fazem a sua própria cova onde se enterram vivas. [e que] Homens e mulheres respeitáveis têm sido conduzidos aos bosques e aí assassinados, tendo muitas antes preferido atirar os filhos ao rio a vê-los sofrer.” (20/3/1922:1). Pela primavera, a perseguição e julgamento de eclesiásticos ortodoxos ainda merece algumas notas, mas é sempre grande o desinteresse pelas questões religiosas, até porque sendo o clero ortodoxo, respinga pouco a imprensa católica ou monárquica – fala-se de cólera, tifo e varíola, mas o verdadeiro destaque vai para os “Antropófagos do Baixo-Volga”⁵⁵⁷ e para a denúncia de práticas de canibalismo entre as

que resultaram do regime estabelecido; garantias pelos adiantamentos que forem concedidos pelos governos ou associações particulares; garantia de que os créditos terão o destino indicado pela missão técnica.” (*Primeiro de Janeiro*, 15/10/21:1). Já em dezembro, Lenine declara “[...] que o governo dos Estados Unidos tinha feito uma importante oferta de cereais sob a condição da Rússia lhe comprar, também com destino de socorrer os famintos, cereais no valor de dez milhões de dólares”. (*Manhã*, 27/12/21:1)

⁵⁵⁵ O episódio é hoje conhecido como Fome de 1921 ou de Povolzhye, mas na imprensa portuguesa, não conhece ainda uma designação específica, referindo-se-lhe esta como “fome”, “catástrofe” ou “calamidade”.

⁵⁵⁶ É a *Seara Nova* que assume a campanha de socorro aos famintos russos, celebrizando-se a frase, porventura da autoria de Raul Brandão, “Deem tudo o que puderem à Rússia, porque a Rússia morre de Fome!”.

⁵⁵⁷ Assim o anuncia, por exemplo, o *Vitória*, contando “[...] que os famintos não só comem os que morrem, como matam para se alimentar de carne humana. [e que] mães estrangulam os filhos para os comer, [e há] famílias em que são escolhidos com antecedência aqueles dos seus membros que devem ser abatidos para

populações esfomeadas. Entrado o verão, desaparecem quase todas as referências à calamitosa situação russa, mas que o problema está longe de se resolver, prova-o a permanência das missões internacionais no país por mais um ano. Já as violências bolcheviques, perdendo relevância para a Fome, deixam, progressivamente, de ser referidas no âmbito do Terror Vermelho.

Numa das últimas referências dignas de menção, o *Século* reporta a “Uma personalidade russa, recentemente chegada a Lisboa [...]”, que declara que “O governo atual está senhor da situação.”, que “Não se encontra em parte alguma o mínimo traço de bolchevismo e o socialismo do governo está em pleno declínio. [e] A situação financeira à primeira vista, aparece como desesperada, mas existem alguns bons sintomas que é necessário tomar em conta. [...]”, e que “A situação agrícola melhorou. [mas...] Existem ainda 18 milhões de esfomeados, dos quais 92% são socorridos pelas comissões estrangeiras.” (11/12/22:1). Publicadas numa folha insuspeitamente burguesa, tais notícias vêm impor uma imagem bem distinta de uma Rússia conhecida pelas suas violências e calamidades, mostrando que uma boa parte desta não é senão o que a imprensa quer. Seja como for, elas mostram já que em torno do Terror Vermelho e do tal aqui designa mudam muito as representações da Rússia entre 1917 e 1921, razão mais do que suficiente para se crer que se está já num novo ciclo.

1.2.5 Velhos czares, novos czares

Aspeto haja em que a imprensa nacional evidencia um pragmatismo adrede orientado pela questão da guerra e das necessidades aliadas face a todo o processo revolucionário russo, esse é o das reações às sucessivas alterações de poder, bem patente nas representações de quem o vai ocupando – atem-se este ponto, pois, a Nicolau II, Kerensky, Lenine e Trotsky, que, longe de serem as únicas personagens desta história, nela continuamente revivem.

Tratando do monarca, pouco surpreenderá que a sua deposição seja representada quer como um afastamento da fação germanófila, quer como a queda de uma autocracia, e só secundariamente como a questão de regime. De facto, uma certa prudência inicial dos jornais republicanos, todavia mais rápidos e superficiais, parece longe de se dever à ilusória manutenção dos Romanov e logo se extingue ante a ideia de uma tomada do poder por uma elite política mais comprometida com a guerra; ainda assim, um maior entusiasmo democrático face ao de evolucionistas ou unionistas não é alheio à sua posição no poder, à defesa da entrada de Portugal na guerra ou até a alguma identificação com alguns episódios da política interna. Degredado, Nicolau II importa tanto aos republicanos como D. Manuel II importará a Portugal, e as poucas alusões acumulam adjetivos como “traidor”, “tirano”, “cruel” ou “autocrata”, a que, já à laia de banalidade, se junta um quadro de crescente depressão e ascetismo religioso. Então, mesmo num generalista conservador como o *Primeiro de Janeiro* se lê que

alimento dos restantes.” (1/6/22:3). Adiante, escreve que “Na sala do Kremlin, onde estão reunidos os documentos relativos á fome russa [...] há uma fotografia em que se veem umas mulheres cozendo um corpo humano, parte do qual foi já consumido pelos famintos. [e] jantando carne humana, vendo-se num prato duas

“Nicolau perdeu a sua facilidade de compreensão, mostra-se indiferente a todos os acontecimentos atuais e não pensa em reconquistar o trono.” (30/12/17:1).

Nas folhas monárquicas e católicas, a reação é negativa, conquanto as notícias iniciais de uma abdicação em favor do grão-duque Miguel pareçam contribuir para uma certa moderação e alheamento, até porque a questão, mesmo estrangeira, não abona a causa realista. Entre março e o Golpe de Outubro, porquanto procurem distanciar-se ou compreendam ser a situação mais favorável às potências aliadas, porquanto entrevejam, também, um agravamento da situação e possibilidade de uma restauração monárquica, estas folhas parecem abstraídas, só ocasionalmente contrariando o otimismo oficial, mas sem ir muito além de pequenos panegíricos do homem de família, desmentindo a sua germanofilia ou denunciando as condições do cárcere. Outubro, porém, vem premiar o catastrofismo da divergente linha integralista, a que as liberdades do sidonismo tiram definitivamente o freio e, já pelo final de 1917, escreve-se no *Monarchia* que, “[...] apesar de germanizada até à medula, como escreveu Maurras, a Rússia dos Czares manteve nobremente a sua atitude durante a guerra, fiel à causa dos aliados, até ao momento em que foi proclamada vencedora a Democracia [...]” (26/12/17:1). Se não claudica Armando da Silva em tal sincero reconhecimento, César d’Oliveira dirá sem pejo na mesma folha, já em março de 1918, na sequência de Brest-Litovsk, que “O imperador Nicolau II, o *Paizinho* dos russos, o amigo da França e da Inglaterra, foi caluniado, ridicularizado, vexado e esquecido por fim na indiferença vergonhosa com que o mundo presenciou a sua dolorosa via-sacra de martírio; expiação terrível do erro ainda mais terrível de não saber ser Rei.” (14/3/18:1).

Já no degredo, portanto, a situação do monarca não deixará de embaraçar apenas os bolcheviques – ainda em março de 1918, recordando Aires d’Ornellas o júbilo com que os republicanos portugueses haviam recebido a deposição do czar (*Diário Nacional*, 5/3/18:1), o *Republica* replica que só lhe “[...] falta atribuir ao Sr. Dr. Bernardino Machado, ao Sr. Afonso Costa e ao Sr. Leote do Rego as culpas... da revolução russa.” e que “[...] não se devia esquecer do júbilo com que também a receberam os estadistas franceses e ingleses, com que a recebeu Lloyd George e, no parlamento português, o próprio Sr. Alfredo de Magalhães...” (6/3/18:1). Só à morte, portanto, torna à imprensa lusa, que, nauseada apenas pelo furor dos carrascos, à derradeira o endereça, em julho. Ainda em junho, porém, em nota então aposta ao boato, mais um, de regicídio, se declara no *Manhã*, a que Mayer Garção soe conferir moderação, que “O ex-czar da Rússia pagou bem caro os seus atos de tirania e despotismo. [...] não morreu agora às mãos dos guardas-vermelhos. Tinha morrido desde o dia em que [...] o povo [...] o havia expulso para bem longe, fazendo-o expiar o seu passado de autocrata...” (29/6/18:1). Cedo finda a tragédia e razoa bem o *ABC*, quando escreve, já em 1921, que se pretende “[...] fazer acreditar que o crime de Ekaterimburgo tem uma justificação plausível: a indignação dos oprimidos [...]”, mas “Não é bem assim. De todas as crueldades praticadas à sombra do regime czarista não tinha conhecimento o pobre Nicolau II, cujo único crime foi o ter nascido no

tíbias ainda com alguma carne pegada.” (*idem*).

ramo condenado dos Romanov.” (30/6/21:13) – ainda assim, sem lamentos.

Semelhante pragmatismo toca a Kerensky, conquanto seja em consagração que este ruma à própria desgraça. Figura central do Governo Provisório e depois da coligação, em que se destaca tanto pelo papel de moderador entre Cadetes e SR, como pela reorganização do exército e pela ofensiva estival, rendem-se-lhe os republicanos quando, suprimindo as revoltas de julho, assume a governação e extingue a monarquia: “Kerensky maravilhoso” (18/8/17:1), dirá a *Lucta*, mesmo desconfiando tanto do seu radicalismo quanto os democráticos desconfiam do conservantismo de Kornilov. Inversamente lhe votam os monárquicos grande sanha, indo de malquerido a abominado – dirá a *Monarchia* que “Resolveu-se o Sr. Kerensky a batizar com esse desacreditado nome [república] a desacreditada salada russa, para que a Europa se convença de que a Revolução se consolidou e de que a democracia faz progressos por toda a parte.” (1/8/17:1). Mas desacreditado acabará, quando, pelo final do verão e aos primeiros rumores de debandada na frente oriental se junta o golpe de Kornilov: o mesmo *Republica* que, em julho, falara de “Uma grande figura” e do “inspirador da vitória” (26/7/17:1), anuncia agora “A ditadura Kerensky” (3/10/17:1). Ainda assim, divisando a gravidade da situação para além das ideologias, as folhas generalistas não se achacam ante a perspectiva de uma eventual união patriótica com Kornilov, o qual, dirá o DN, “[...] procedeu por motivos puramente patrióticos e, por consequência, o governo não dar andamento a qualquer processo judicial contra ele e estuda mesmo a possibilidade de reconciliação [...]” (21/9/17:1). As ações militares de Kornilov, mesmo goradas, fazem dele o patriota da hora e Kerensky sobrevém ao Golpe de Outubro apenas para desaparecer pouco depois – já em novembro, enquanto se clama, na *Manhã*, que “Foi grande, foi enorme! [...] foi então o milagre, o sol da Rússia, e foi-o justamente.” (11/11/17), o DN anuncia que tentara o suicídio e que enlouquecera (18/11/17:1), e o *Século*, que irá revelar “[...] segredos de chancelaria do seu país.” (27/11/17:1). Quando reaparece, pela primavera de 1918, deixara saudosos apenas os democráticos, que, no *Mundo*, o tomam por “[...] único verdadeiro libertador que apareceu na conflagração russa [...]” (28/5/18:1). Em julho, porém, perguntando “Onde tem estado desde novembro do ano passado?”, a *Lucta* escreve que, agora que “[...] pede a intervenção [...] de todos os aliados conjuntamente. [...] Prova novamente que é homem de conselho, mais que de ação.” (3/7/18:1). Se com isto assente o monárquico *Diário Nacional*, chamando-lhe “Palavroso, rebuscador de efeitos, gostando de se cercar dum vago mistério que torna mais interessante a sua ação [...]” e anunciando que “[...] segue em breves dias para a América do Norte, a fim de salvar a democracia russa, discursando [...]” (8/7/18:1), assente igualmente o generalista *Jornal do Comércio*, referindo-se-lhe, ao comentar que “[...] muitos dos que os lapidam [a Lenine e Trotsky], dos que às suas cabeças atiram grandes insultos, têm também responsabilidades graves e singulares no modo sem vergonha como aquilo tudo acabou.” (26/7/18:1). Mostrando, sumamente, em que ponto a evolução da política russa viera deixar Kerensky, o *Republica* dirá que “Vive, mas acaso está morto.” (7/8/18:1). Já em 1921, o DN recorda-o, escrevendo ser “[...] pelas qualidades que possui, uma figura típica da sociedade russa dos nossos dias, não só pela facilidade em proferir palavras inúteis, mas também por aquela grande

energia, aquele ‘élan’ que é talvez demasiado intenso e demasiado indefinido para criar formas políticas e tornar consolidado um Estado.” (26/7/21:1).

Mas nem o afastamento de Kerensky nem a morte de Nicolau mitigam a oposição aos comunistas, e se a imprensa, num compromisso com os aliados que se revê na causa dos brancos, aspira ver nestes a solução para o problema, não deixa de apresentar Lenine no poder, ao mesmo tempo que proscree Koltchak, Denikine e Wrangel, viu-se já, pela via de Kerensky... ou pela de Nicolau. Maior dificuldade, portanto, terá Lenine em ver-se dissociado de Trotsky, que, tardiamente chegado à revolução, alcança notoriedade na eleição para o Soviete de Petrogrado e na formação do comité que defenderá a cidade da ofensiva alemã⁵⁵⁸; já o primeiro, uma vez que a agitação bolchevique forçara a uma apresentação de um programa essencialmente conhecido pelas disposições pacifistas, chega ao golpe referenciado como agente alemão. Mas está-se já, então, entre o revolucionário “inteligente”, “honestíssimo” “dogmático apaixonado e irreduzível” e “inspirado em puros princípios ideais” (6/5/17:2) (a que o DN alude, ainda em maio de 1917, para ridicularizar a atividade e relevo dos bolcheviques), e o “fanático” de “espírito demolidor” a que o *Republica* se refere, em dezembro, escrevendo que Trotsky “[...] não é nem um grande orador nem uma grande inteligência, mas unicamente um organizador.”, cuja “[...] autoridade do pensamento [antes da Revolução] era medíocre.” e a que “a pera sedosa, cuidada [...] dá um ar de mosqueteiro ou... de cabeleireiro parisiense.” (17/12/17:1). Para o *Século*, ambos são “[...] traidores fanáticos e cegos e aventureiros inconscientes [...] envenenados pelo vírus da preguiça e da vaidade [...]” (3/12/17:1).

Irmanados pelo poder, portanto, os dois revolucionários percorrem uma mesma trajetória, em que de novo se mostra o pragmatismo da imprensa ao eleger Lenine como o menor dos males; por ora, Trotsky subordina-se tanto às ideias de Lenine, quanto este à sua ação, entregando-lhe as relações externas e a reorganização do exército. Facto, aliás, que a imprensa parece reconhecer na dureza com que o agasta até à conclusão do armistício, mas também na superficialidade com que amiúde se lhe refere ao grafar, como o *Diário Nacional*, que “[...] parece-se um pouco com Mefistófeles! É o mesmo perfil de pássaro, a mesma barbicha pontiaguda, a mesma testa abaulada com uma cabeleira forte e rebelde. Alto, proporcionado não carece de elegância. É afinal um belo homem – e grande conquistador de corações femininos.” (23/7/18:2). Já Lenine, goza da vantagem de ser a cabeça do movimento: o *Primeiro de Janeiro* dirá ser um “[...] apóstolo de carácter de ferro, fanaticamente entregue à religião revolucionária que ele mesmo fundou e da qual, segundo as suas ilusões, há de sair a redenção dos pobres e dos oprimidos, não pela concórdia, mas pela mais terrível violência.” (25/1/18:1), embora a *Lucta* diga confuso “Quanto da sua ação política se tem dito até hoje [...]” e “muito apagada” a sua figura como homem (6/9/18:1). As descrições não se alteram sobremaneira das folhas republicanas para as monárquicas, mesmo porque todas repudiam os ideais bolcheviques. Já os anarquistas da *Sementeira*, alarmados com a tendência do movimento, celebram-no, mas abstêm-se,

⁵⁵⁸ “O golpe de Estado, a favor de Lenine, foi dirigido pelo jornalista Trotsky.” (10/11/17:1), dirá o *Manhã* na

quase sempre, de tratar dos seus líderes e, se o fazem, é tarde e mostrando que “Lenine não é o fabricante da revolução, é o seu manipulador [...]” (agosto de 1919, nº 40 (92)). De facto, só com o surgimento da *Batalha* os dois revolucionários passam a merecer descrições mais favoráveis: “De volta *do exílio*”, lê-se, “dois homens de grande envergadura moral e intelectual, prestigiosos entre os extremistas desde longa data, Lenine e Trotsky, vinham animados da soberba esperança de fazer da revolução russa o ponto de partida de revolução mundial [...]” (27/2/19:1). Aqui, note-se, são tidos ambos na mesma importância, conquanto Lenine pareça ter mais referências, mas pelo final do ano, a *Batalha* escreverá já, citando o diplomata William Bullit, que “O lugar que Lenine tomou na imaginação do povo russo, coloca-o quase numa situação de ditador. [...] como uma espécie de profeta.” (16/11/19:1). Lenine, lê-se ainda, “[...] é considerado como se constituísse, ele só, uma classe. Trotsky, pelo contrário, pertence a uma ordem menos elevada entre os mortais”.

Tal reconhecimento, contudo, não cabe apenas à *Batalha*: no *Republica*, lê-se que “[...] toda essa gente que disse não ter chefes elevou a ditador da Rússia, quase a um semideus, o famoso Lenine [...]” (9/10/19:1) e, no *Vitória*, que nem Gorki duvida já que “[...] o ditador é um génio universal.” (15/9/20:1). O *Manhã* fala de um “[...] homem famoso [...] inteligentíssimo e predestinado [...] sério e forte, porque o é, também como todos os russos, uma espécie de *messias* iluminado, mística figura da Rússia complicada e sofredora.”, aponto-lhe ainda a generalizada imagem da austeridade e frugalidade, mas dizendo-o “brutal, selvagem, seco, duro.” (1/10/20:1) – em suma, explica o *Vitória*, “Não compreende como alguém se possa entusiasmar ouvindo uma sonata de Beethoven, admirar a Vénus de Milo ou lendo estrofes de Dante. [...] não é moral nem imoral, mas simplesmente amoral. [...] Aprecia os homens e os gestos exclusivamente debaixo de pondo de vista da sua utilidade.” (8/11/20:1). Longe de ser negativo (se não encerra mesmo alguma admiração), tal retrato favorece Lenine, posto que Trotsky, que é “[...] comissário do povo para a guerra, presidente dos *soviets*, dos soldados e da revolução, e quem tem, afinal, todo o poder do Estado. [...] é apaixonado, valente desprezando a morte e oferecendo a vida se for possível.”, mas afinal “[...] mais cruel que Lenine.” (1/10/20:1). No *Norte*, lera-se até que se a “[...] boa fé [de Lenine] não parece sofrer contestação [...] Trotsky é muito mais suspeito [...]” (5/9/19:1), e um repatriado francês confia ao DN que “[...] é tão ‘*grand seigneur*’ como Lenine, sendo, além disso, terrivelmente militarista e autoritário.” (13/6/20:1).

A trajetória dissociativa não retirará a Trotsky nenhuma da importância com que entra na Revolução, mesmo porque protagoniza alguns dos principais episódios da guerra civil, do Terror e da Fome: até que, na morte, condescenda ver Lenine como estadista, a imprensa burguesa vai fazendo de Trotsky o depositário maior, cruel e lúbrico, da recorrente ideia da traição bolchevique: a que negociava em Brest-Litovsk e avança contra os revoltados de Cronstadt, conta o *Século*, “[...] procurando Lenine estabelecer acordo com eles.” (21/3/21:1), e a que, segundo o *Primeiro de Janeiro*, subverte os ideais e “[...] vive hoje num palácio, viaja nos comboios de luxo que pertenciam ao czar Nicolau, tem uma

sequência do Golpe de Outubro; “A alma da nova revolução [...]”, escreve-se também aqui e noutras folhas.

guarda de honra especial, possui os melhores automóveis – também propriedade do ex-czar – cavalos, casa de campo, etc., etc. (2/11/21). Mas é ainda quando a NEP vem, pelo final de 1921, relançar as dissensões entre fações bolcheviques, que Lenine vê reforçada a sua imagem de líder e de teórico, envolto numa aura de pragmatismo e moderação que apenas parece crescer com a sua doença. “Lenine”, dirá o *Manhã* já no final de 1920, “é indubitavelmente um homem, não é, como muitos querem, uma figura apagada, embora seja um desconhecido de ontem, nem um valor desprezível. Impôs-se de golpe, decididamente, energicamente. Fixou-se, marcou, realizou. É alguém.” (4/12/20:1)⁵⁵⁹, e uma tal afirmação é tão mais significativa quanto melhor se percebe como aos demais manchou, fatal e irremediavelmente, o contacto com a Revolução.

1.3 O comunismo em crise - 1921-1924

1.3.1 O reconhecimento diplomático

É a partir de 1921 e como consequência da vitória militar alcançada pelos bolcheviques que a imprensa começa a dar verdadeiro destaque à questão do reconhecimento internacional da Rússia, posto que o governo de que diziam não ter tido uma consagração política, conseguira-a pela via das armas e já não contra um inimigo interno, mas também externo. Por reconhecimento internacional entende-se, naturalmente, o de qualquer país, embora o ponto se concentre, refletindo o interesse da imprensa, nas relações entre a Rússia e as potências aliadas. Uma vez à margem e outras ao sabor da corrente da guerra civil, o reconhecimento envolve todas as distintas partes envolvidas e, ao nível da imprensa portuguesa é, logo desde 1917, abordado ou apenas referido por quase todos os jornais, conquanto só a partir de 1924 estes comecem a refletir sobre a posição da República Portuguesa.

A 24 de novembro de 1917 e invocando que se desrespeitara o Tratado de Londres, *lord Cecil* define a atitude da Inglaterra perante a Revolução Russa, afirmando não crer que “[...] a linha de conduta que os extremistas de Petrogrado acabam de adotar seja realmente conforme com os votos do povo russo.”, que “[...] constitui uma violação direta do acordo de 5 de setembro de 1914 e significaria não só que um aliado se separa dos outros beligerantes em plena guerra, mas que procede assim em menosprezo dum compromisso formal e contraído.”, e ainda não ter “[...] de modo nenhum a intenção de reconhecer semelhante governo.” (25/11/17:1). Esta posição é secundada pelos demais governos da Entente, mas, no início de 1918, o anúncio de uma eventual suspensão das negociações de Brest-Litovsk pelos maximalistas ainda aparenta, conta o DN, poder “[...] levar ao reconhecimento do

⁵⁵⁹ A despeito das naturais invetivas de alguma imprensa ou vozes mais conservadoras, a verdade é que as representações de Lenine tendem sempre a melhorar. Já em 1924, estampada pelo *ABC*, a descrição de Lenine pelo seu médico assistente, o alemão Klamperer, dá-o como “[...] um nobre carácter e uma personalidade guiada por uma vontade de ferro, mas com elevados ideais.[e que...] nunca ligou a menor

respetivo governo pela Entente.”, sendo “[...] enviada à Rússia uma declaração política dos aliados e podendo o Sr. Riwtuod [*sic*] [...] ser reconhecido como representante oficial da Rússia e nomeado um novo embaixador da Inglaterra em Petrogrado.” (7/1/18:1). A questão é de monta: disse-se atrás que não são poucos os historiadores que defendem que os maximalistas negligenciam a política externa – refutando-o, como então, vem agora também o facto de algumas das primeiras notícias relativas à vida diplomática dos soviets, até antecipando a negociação das paz separada, remeterem para dificuldade de se fazerem reconhecer ou representar pelo corpo diplomático no estrangeiro⁵⁶⁰.

Várias vezes anunciada, uma tal aproximação não se efetiva e a celebração do armistício, pelo início de março, deixá-la-á em suspenso. Pelo meio de agosto, o *Republica* declara que “Pouco se sabe hoje do que vai pela Rússia devido ao afastamento em que esta grande nação vive desde o dia em que se operou o seu rompimento diplomático com as potências aliadas.” (18/8/18:1), não só subvertendo os factos, como acrescentando, com sugestivo acinte, que “Os jornais alemães são os únicos que de ora em vez desvendam os horrores que sob todos os aspetos assediam os habitantes das duas grandes capitais do antigo império” (*idem*). Ante o cenário, cada vez mais provável, de uma guerra civil, fica claro que os Aliados, embora com os Centrais de permeio e sem vontade de desenvolver uma intervenção direta, não estão dispostos a deixar a situação nestes termos: em setembro, a *Sementeira* dá conta do “Protesto de internacionalistas franceses” porque “A diplomacia dos Aliados procura induzir o Japão a precipitar-se sobre a revolução russa.” (setembro de 1918, nº33 (85): 1). Paralelamente, desenvolve-se uma campanha para desacreditar o governo soviético, anunciando, entre outras coisas, que organiza uma revolução armada na Europa ocidental. Neste contexto, inúmeros países suspendem as relações que ainda vêm mantendo com a Rússia, fazendo regressar o seu pessoal diplomático – a 13 de novembro, anuncia-se no *Século* que “A opinião pública acolheu favoravelmente a proposta do governo americano aos governos dos países aliados para intervirem na Rússia com o fim exclusivo de restabelecer a ordem contra os ‘bolcheviques’ e maximalistas.” (13/11/18:1) e, no dia seguinte, lê-se na *Lucta* que a Holanda e a Suécia cortaram relações com os maximalistas, devendo “[...] a Dinamarca, Noruega e Espanha [...]” seguir o exemplo. (14/11/18:1).

Até ao final do ano, os bolcheviques remetem aos Aliados várias propostas a respeito das condições da paz a que aqueles não respondem, o que para o *Jornal do Comércio* significa “[...] que não reconhecem o governo bolchevista.” (29/12/18). O início de 1919, porém, mostra, segundo o *DN*,

importância aos seus padecimentos físicos” (24/4/24:13)

⁵⁶⁰ Lê-se no *Republica* que “[...] as instruções [referentes à política externa] do conselho dos delegados dos operários e soldados, [...] reproduz as teses do manifesto de Estocolmo, modalizadas, porém, segundo um espírito utópico e em benefício dos interesses alemães. Assim, para evitarem semelhante divergência, os diplomatas russos veem-se frequentemente obrigados a mostrar-se hipócritas como no caso referente às instruções dadas ao Sr. Skobelev. [...] o delegado da democracia russa à conferência de Paris vai achar-se em contradição com a política externa oficial russa.” (12/11/17:1); já no *Século*, o plenipotenciário russo em Paris, Maklakov, declara que “O soviete que assinou a ordem de iniciar as negociações sobre o armistício não pode de modo nenhum ser considerado como governo do país. [...] Nem está preparado para isso, nem é

uma Inglaterra disposta a enviar “[...] uma mensagem a todos os governos constituídos na Rússia, compreendendo o governo dos ‘soviets’, para os convidar a por termo às suas rivalidades durante a conferência da paz e a enviarem representantes a essa conferência.” (20/1/19:1), a que o governo francês se opõe, defendendo que “[...] semelhante sugestão [...] não tem em nenhuma atenção os princípios que dominaram constantemente a sua política.” e que, “Na Rússia, o governo de bolchevistas não apresenta nenhuma possibilidade de governo regular, susceptível de ser reconhecido, porque isso seria fortificar a sua propaganda no mundo o desmentir a política aliada.” (*ibidem*). Está-se aqui no princípio de uma divergência que marcará não só o processo do reconhecimento, como a diplomacia do pós-guerra e ainda o próprio posicionamento da imprensa burguesa portuguesa – já em abril, por exemplo, o *Jornal do Comércio* não esconde a sua irritação com a Entente pelo envio do general Smuts a negociar com Béla Kun as condições da paz húngara, perguntando “Quem escolherá, se um dia se negociar [...] com o apóstolo Lenine?” (17/4/19:1).

Nos meses que se seguem, e enquanto os aliados vão esboçando e experimentando distintas formas de intervir, os bolcheviques manifestam, mais que uma vez, a disponibilidade para entabular negociações e fazer importantes concessões a capitais estrangeiros para que se retomem as relações políticas e comerciais. De Paris, sem surpresas, “Os legítimos representantes da nação russa julgam dever por esse motivo fazer saber, com o fim de evitar quaisquer dúvidas, que nenhum acordo concluído com os usurpadores ‘bolchevistas’ sobre concessões de quaisquer privilégios será reconhecidos pelas autoridades nacionais russas. (28/5/19:1) – esta ameaça capitaliza a credibilidade que lhe dá, então, o agravamento da situação militar bolchevique. Já pelo início do outono, entrevedo o problema criado pelo não reconhecimento da independência dos novos estados bálticos pelos generais brancos, a *Batalha* anuncia que os bolcheviques podem estar “[...] em vésperas de uma vitória diplomática de transcendental importância.” (27/9/19:1), avançando mesmo com a hipótese de uma alteração na política dos Aliados (27/9/19:1). Apesar das derrotas de Koltchak e de Iudenitch, os Aliados continuam a recusar as propostas bolcheviques para uma suspensão de hostilidades⁵⁶¹ e negociação de paz. Em dezembro, porém, Clemenceau concorda que a França “[...] não pode ‘gastar enormes quantias em dinheiro’ para auxiliar os antibolcheviques russos.”, pelo que antes seguirá “[...] uma política de assédio cerrado, metendo a Rússia dentro dum campo de isolamento separado de nós por uma rede de arame farpado.”, intervindo “[...] nos pontos fracos, fornecendo armas, munições, planos.” (*Combate*, 31/12/19:1). Expondo o falhanço desta política, a Itália manifesta, ainda antes do final do ano, o desejo de reconhecer a república soviética; e o mesmo desejaria Lloyd George, escreve o *Norte*, mas não lho permitem os conservadores ingleses. (30/1/20:1).

reconhecido nem obedecido.” (23/11/17:1).

⁵⁶¹ “Os bolchevistas propõem-se ficar com os territórios ocupados até à decisão da Conferência da Paz e pretendem também o levantamento do bloqueio, o direito da livre entrada na Rússia dos bolchevistas que se encontram no estrangeiro, a amnistia política e militar recíproca, a retirada das tropas estrangeiras que ocupam território russo e o reconhecimento do governo dos soviets.” (*Manhã*, 10/11/19:1).

Pelo final de fevereiro de 1920, são reatadas, na Conferência de Londres, as relações comerciais – os signatários do documento, conta o *Primeiro de Janeiro*, são “[...] da opinião que nenhuma medida contra a propaganda sovieta seria mais eficaz do que a de tornar a reatar-se o comércio com a Rússia.” (29/2/20:1). A medida serve essencialmente à Inglaterra, mas talvez por isso mereça, também da imprensa republicana e generalista, uma ampla aprovação. Dias antes, a *Batalha* atira que “Não serve já de nada fazer *amende honorable*, dizendo que as relações estabelecidas com o governo dos soviets são de feição puramente comercial e que essa decisão é determinada por uma evolução dos revolucionários russos que ninguém verifica terem posto de parte os seus princípios fundamentais.” (18/2/20:1); dias depois, até a *Lucta* confessa que “[...] os homens do bolchevismo russo tem os seus planos [...] reveladores de um critério que não pode ser precisamente o de quaisquer cavalidades mascaradas de estadistas.” (13/3/20:1).

A questão, dirá Rocha Peixoto no *Jornal do Comércio*, já em junho, é que “O Governo britânico [...] deseja deter a marcha dos russos na Ásia. [e] Só o pode fazer por meios políticos. É por isso que procura negociar com o Governo de Moscovo.” (17/6/20:1); mas se a questão irrita tanto a França como a imprensa deixa saber, é porque a Rússia entrega em concessões e privilégios à Inglaterra o que devia estar pagando à primeira pelas dívidas de guerra. Então, têm origem em Paris quase todas as notícias de que os bolcheviques planeiam o fim do Império Britânico e é com verdadeiro agrado que a França assiste aos avanços polacos e reconhece ainda o governo de Wrangel, sabendo comprometer a possibilidade de um entendimento com a Rússia. No entanto, em setembro, a *Monarchia* não duvida de que “A seu favor [...] os bolchevistas tem por seu lado Wilson e Lloyd George, os *tate-bitates* mores da decadência Liga das Nações, com a sua neutralidade, com o seu comercialismo, o seu mercantilismo visceral, não sabendo ainda se hão de combater os *Soviets*, se os hão de reconhecer.” (8/9/20:1) – uma semana mais tarde, dirá que “Não se combate o bolchevismo restabelecendo com ele relações económicas e políticas.” (17/9/20:1). Alterando aquela que fora a sua posição em março, a imprensa burguesa fala agora de uma vitória da França e ufana-se por mais uns tempos com o avanço polaco – perdendo a vantagem negocial de que dispunham antes da ida a Varsóvia, os bolcheviques não estão em condições de fazer exigências, mas também ninguém está em condições de lhas impor, posto que a guerra civil está ganha.

Pelo início de 1921 e reconhecidos já os estados que devem tamponar o acesso direto à Alemanha, a imprensa dá os bolcheviques a estender o seu controlo ao resto do antigo império, conquistando ou sujeitando os estados que se então haviam formado e acercando-se de regiões sob controlo britânico. A partir de fevereiro, ademais, a imprensa mostra-os dispostos a alargar aos Estados Unidos os privilégios com que haviam acenado à Inglaterra. Responde-lhes Wilson que “Parece manifesto ao Estados Unidos que nas circunstâncias atuais, nenhuma certeza se pode obter, no que se refere ao desenvolvimento do comércio, visto que as mercadorias que a Rússia precisa de obter, não lhe poderem ser fornecidas inteiramente, de modo a satisfazerem as suas necessidades.” (24/3/21:1); o *Jornal do Comércio* congratula-se, mas não demorará muito até que as relações entre os dois países

sejam restabelecidas sob a máscara do auxílio económico às vítimas da Fome, de que também a França se aproveita. No mesmo dia em anuncia que “O governo dos ‘soviets’ aceitou as ofertas do Sr. Hoover para socorrer os famintos da Rússia.”, o *Século* desmente que “[...] se têm entabulado negociações entre a França e os ‘soviets’ para o reconhecimento da dívida russa.”, para juntar abaixo que “O Sr. Briand propôs às nações aliadas que se submetesse à apreciação do Conselho Supremo a possibilidade de reabastecer imediatamente a Rússia, com um fim puramente humanitário.” (4/8/21:3).

A fome, viu-se já, servirá tão bem os interesses russos como estrangeiros. Pelo final de 1921, nem a *Lucta*, que tanto vem bradando contra os “bolcheviques” portugueses, se nega a reconhecer, na sequência de uma proposta inglesa de reconhecimento, “[...] que o governo bolchevista russo preenche todas as condições para obter o seu reconhecimento da parte das potências estrangeiras.”, ressaltando embora “[...] que representa uma forma de governo impraticável na Europa ocidental, e que a tentativa de importá-lo daria origem aos mais graves aos mais funestos desastres.” (22/12/21:1). A chamada à Conferência de Génova, já em abril de 1922, é um claro sinal de que a atitude aliada face à Rússia está a mudar, mesmo porque se temerá agora, na sequência de Rapallo⁵⁶², um domínio alemão na economia russa: “Hoje o Sr. Lenine, mais todos os outros senhores do bolchevismo, têm nítida compreensão do que valem no meio dos problemas europeus [...] Sabem que a questão russa deve servir de derivativo ao eterno problema da dívida alemã, e que está inscrita de há tempo e já no alto da ordem do dia.”, escreve-se no *Jornal do Comércio*, notando que se “Insiste ainda, é verdade, na necessidade em que a Rússia se encontra, de obter a colaboração do capitalismo estrangeiro. Mas, doravante, [...] O verdadeiro fim a que tende, é o reconhecimento oficial do regime dos ‘soviets’ e dos princípios económicos, sobre os quais baseia a sua autoridade”. (6/4/22:1). O *Republica*, contudo, fala de uma “[...] absoluta necessidade de estabelecer relações com os Soviets.”, sem as quais “[...] nem o comércio e a indústria ingleses poderão estabilizar-se nem a Alemanha poderá pagar as indemnizações de guerra.” (11/4/22:1); o *Monarchia*, “[...] dum plano diabólico da Finança internacional, mais ou menos maçónico e judaico [...] que consiste na subordinação total da Rússia aos seus capitais, de maneira que o operário moscovita, depois de ter sido escravo duma formidável autocracia de judeus, que o levou à fome completa, passaria a ser escravo do capitalismo de todo o mundo, em nome da pomposa *reconstrução económica da Europa!*” (18/4/22:1); e já o *Mundo*, que “A política e a moral, os interesses materiais, os cuidados mercantis e as razões humanitárias baralham-se e chocam-se. [...]mas] Abandonar a Rússia a si mesma é uma política de pura negação que, como todas as políticas desse género, não apresentam senão inconvenientes.” (19/4/22:1).

Tudo isto, porém, tem ainda mais de declaração de princípios do que de realização. Já em maio, o *DN* nota que “Supor que a Rússia, por ir a Génova, reconheceu formalmente e sem condições as dívidas do governo imperial, seria supor erradamente.”, e que “Se é certo que os aliados têm reivindicações a formular contra os ‘soviets’, certo é que, apoiados no direito internacional, têm estes

⁵⁶² Para além de pretender satisfazer as necessidades económicas da Rússia e da Alemanha, o Tratado de Rapallo

também contra os aliados, ao que dizem, exigências de vulto com que contestar. [...e que] Por isso a Inglaterra evita a questão jurídica.”⁵⁶³ (11/5/22:1). Já em julho, a Conferência de Haia deixará claro que Génova trouxera todos à mesa das negociações, mas a ninguém servira o que pedira: Haia, dirá o *Vanguarda*, “[...] parece ser uma segunda Conferência de Génova, devido à atitude impertinente dos delegados russos. [e] Estes por sua vez, atribuem o insucesso da conferência aos Aliados que não querem reconhecer o governo dos Sovietes nem perdoar as dívidas da Rússia.” (18/7/22:1).

Por si só, cada uma destas conferências não resolve o problema do reconhecimento russo e, a julgar pelas notícias, até o agravam; o que imprensa deixa passar, no entanto, é que a cada conferência se vão aclarando os pontos em disputa e as razões de cada interveniente: “Que o trânsito nos Estreitos deve ser inteiramente livre para todos os navios de comércio e inteiramente proibido a todos os navios de guerra que não sejam turcos. [...] Eis, por consequência, a grande luta aberta entre a Inglaterra e a Rússia”, escreve o *DN* já aquando da Conferência de Lausanne, posto que “A política britânica não prescinde, não pode prescindir, das vantagens de uma hegemonia naval que se estenda até às margens da região caucásica.” (9/12/22:1). “Não querendo ser os senhores dos Estreitos porque não queremos empreender a grande guerra que seria necessária para isso e porque as nossas doutrinas políticas se opõem a essa solução.”, responde Tchitcherine, “A Rússia veio a Lausanne para colaborar na conclusão duma paz geral [...] As potências ocidentais opuseram-se a essa pretensão. A meu ver, fizeram mal, porque a Rússia reserva-se o direito de não aceitar nem reconhecer as resoluções em cuja elaboração lha não for permitido intervir.” (*idem*).

Compreendendo que não a poderão manter isolada por muito mais tempo, a Rússia, ou melhor, a URSS joga com a questão da dívida de guerra e com a propaganda internacional. Assim andam Krassine e Tchitcherine por toda a primeira metade de 1923, numa operação de charme, reiterando aos governos ocidentais que o reconhecimento e a concessão de crédito para a reconstrução económica trará igualmente o reconhecimento da dívida, e a que a imprensa burguesa reage ora com receio, ora impressionada com estes homens reconhecidamente inteligentes, que vivem e viajam e trabalham em grande luxo. Em maio, e sempre pela famigerada questão da propaganda, o *Diário de*

estabelece um reconhecimento diplomático mútuo.

⁵⁶³ No *Memorandum* russo em Génova, Tchitcherine deixará registado que “Os governos e os regimes saídos da Revolução não têm obrigação de respeitar os compromissos dos governos caídos. A Convenção Nacional, da qual a França se reclama herdeira legítima, proclamou, em 22 de setembro de 1792, que a soberania dos povos não está ligada pelos tratados dos tiranos. Conformando-se com esta declaração, a França revolucionária, não só rasgou os tratados políticos do antigo regime, mas também repudiou a sua dívida pública.” (*Diário de Notícias*, 23/5/22:1). A mesma argumentação pode ser encontrada ainda pelo final de 1923, com o *Primeiro de Janeiro* a registar: “Quer dizer-se a Rússia pagasse, o bolchevismo deixava de ser perigoso? - Querem os Aliados que reconheçamos as dívidas dos governos, nossos antecessores? Seja! Mas, nesse caso, se pagamos tais dívidas, somos de direito os continuadores, os sucessores dos governos, que as contraíram. Daí decorre, como consequência inevitável, o nosso reconhecimento como governo de facto e de direito da Rússia. E se assim é, se somos os sucessores dos governos anteriores e portanto, os governantes de

Notícias anuncia que “Inglaterra e Rússia” estão “Em vésperas de anulação do acordo comercial.” (17/5/23:1), mas, cerca de um mês depois, lê-se por toda a imprensa que está sanado o conflito.

Já pelo final do ano, e conquanto o governo de Moscovo, escreve o *Novidades*, continue “[...] a usar com todo o descaro dos seus costumados processos frescos de política internacional.” – pretendendo agora “[...] fazer entrar na convicção do mundo inteiro que a autoridade suprema da Rússia nada tem que ver com a autoridade suprema do partido comunista russo.”, não sendo o governo “[...] responsável pelos feitos, pelas palavras, pelas propagandas dos comunistas russos por essa Europa além.” (15/12/23:2) –, “São muitas as nações capitalistas da Europa, declara o *Comunista*, “que têm relações comerciais com a Rússia Soviética, mas aos governos burgueses não lhes convém tornar público o facto, receosos do efeito que isso possa produzir nas populações.” (15/10/23:1).

A despeito desta desconfiança, o início de 1924 vem, de facto, encontrar o governo soviético reconhecido *de jure* pela Polónia, Finlândia, Alemanha, Turquia, Letónia e Estónia, e, escreve o *Novidades*, “[...] no caminho franco dos entendimentos políticos, tratando à luz do dia com as chancelarias da Europa.”, ainda que tenha alguma coisa de perturbador, reconhece, a ideia de “[...] à condição para o reconhecimento apresentada pelos governos do resto da Europa, de a Rússia renunciar a toda e qualquer propaganda comunista nos seus países, aquela responder com o argumento da sua independência em relação as organizações operárias da Terceira Internacional.” (8/1/24:1). Nos jornais em que a questão continua a merecer algum interesse, aligeiram-se a sua relevância e efeitos defendendo, como o *DN*, que “A lição russa foi útil aos trabalhistas ingleses [...] e que quando estes se propõem reatar as relações diplomáticas “[...] apressam-se a acrescentar que esse ato não significa de nenhum modo um aplauso as doutrinas dos ‘Sovietes’ mas muito simplesmente o desejo de entrar em relações normais com uma nação que se governa como entende sem que isso lhe possa tirar o direito ao convívio das outras.” (14/1/24:1). A verdade, assume o *Novidades*, é que “Lenine tinha desde sempre afirmado ao povo que a Europa inteira viria de joelhos junto dos soviets, pedir-lhes o contacto diplomático e comercial com eles.” (2/1/24:1). Agora, não só “[...] a Europa parece de facto ajoelhar-se diante de Moscovo” (*idem*), como, segundo o *Vanguarda*, “A Inglaterra vê com desgosto o papel que a França e a Bélgica tem desempenhado no Ruhr [...]”, factos que lhe parecem “[...] uma violação do tratado de Versailles, e motivo para uma nova guerra [...]” (24/1/24:1). Com o reconhecimento da URSS pela Inglaterra, escreve-se, “[...] a face da política internacional mudará inevitavelmente, porque será aceite em princípio de facto a maneira de ser política da Rússia.” (*idem*).

O reconhecimento *de jure* inglês – a Rússia fora reconhecida *de facto* em 1921 – chega pelo início de fevereiro, na vigência governo trabalhista de Ramsay MacDonald, e a França, escreve o *ABC*, “[...] não tardará a seguir o seu exemplo [...]” ou “[...] é crível que [...] torne a apoiar Wrangel que pretende proclamar uma monarquia na Rússia, e isso tudo representará mais uma agitação na Europa.” (31/1/24:13). “Na imprensa francesa”, dirá o *Novidades* alguns dias mais tarde, “a nota

direito da Rússia, os Aliados tinham para conosco um dever, que impende a todos os estados soberanos- o

dominante é de descontentamento, de reserva.”, porque se pensa “[...] que a experiência de Rapallo foi suficiente para demonstrar que com tais acordos somente lucra um limitado número de capitalistas e tanto que o acordo comercial anglo-russo de 1921 nenhuns resultados práticos produziu.” (7/2/24:1) – não pensará assim a Itália, que por esses dias celebra com a URSS um tratado comercial.

Já na imprensa portuguesa, as posições divide-se entre a recusa conservadora, a contenção ou até indiferença de alguns órgãos mais liberais ou generalistas, e a defesa do reconhecimento na imprensa avançada e até naquela filiada à ala mais esquerdista dos republicanos. Seguramente falando por uma boa parte dos monárquicos, o *Correio da Manhã* regista que “[...] o reconhecimento dos soviets, bem aceite por todos os liberais, dá perfeita e completa ideia da aberração de mentalidades nas quais os mais portentosos e retumbantes factos nada podem contra teorias preconcebidas.” (10/2/24:1); o *Novidades*, por seu turno, criticando a promessa dos congressistas do Partido Radical de reconhecer “[...] o regime dos Soviets [...] logo que subam ao poder” (4/2/24:1), aproveitará para assinalar que estes “Querem boas relações com a Rússia, cortando-as com o Vaticano.”, não lhe importando “[...] o prestígio internacional do país, se isso agrada ao jacobinismo de alguns dos seus adeptos!” (*idem*). Já no *Século*, por exemplo, considera-se que a Europa “Nada perde; mas também nada ganha com esse reconhecimento, a não ser uma ou outra facilidade protocolar. As questões importantes continuam abertas e dessas não é fácil encontrar desde já solução.” (12/2/24:1). Mas na *Montanha*, perguntando “Que temos nós que ver com a constituição política dos outros países”, defende-se que “Ante os ‘soviets’, Portugal deve reconhecê-los” (12/2/24:1). Mostrando a relevância da posição britânica, fevereiro e março trarão o reconhecimento da Áustria, Noruega, Japão e Suécia e... da França⁵⁶⁴. Não sendo muitas as referências à questão do reconhecimento, talvez por se entender que a URSS nunca saíra do concerto das nações ou de que pode até aspirar viver fora deste, nada disto deve passar ao lado do interesse da imprensa operária, perguntando a *Batalha*, já pelo final do ano “[...] que mal adviria à burguesia portuguesa em reconhecer a república russa [...]”, considerando não só que “Os nossos portos seriam mais frequentados pela marinha mercante daquele país e, na Rússia, decerto o comércio português encontraria relações que lhe trouxessem vantagens.”, como que, fazê-lo

da não intervenção na nossa política interna.” (19/12/23:2)

⁵⁶⁴ Já pelo final de 1924, o *Novidades* faz uma boa relação, embora incompleta, da situação diplomática russa, escrevendo: “A União dos Sovietes das Repúblicas Socialistas – S.S.S.R. – que é o título oficial da Rússia soviética, tem sido reconhecida ‘de jure’ até hoje por 22 Estados. Os primeiros governos que o fizeram foram, em 1920, os das quatro repúblicas bálticas (Estónia, Lituânia, Letónia ou Latvia e Finlândia). [...] Em 1921 seguiu-se o reconhecimento por parte da Pérsia, Afeganistão e Turquia. O primeiro Estado grande que seguiu o exemplo foi a Polónia [...] Veio no nono lugar a Mongólia, semibolchevista também, e no décimo lugar a Alemanha, que desde principio mantinha relações secretas com o governo de Moscovo. [...] o governo laborista [inglês] reconheceu os Sovietes pela nota de 1 de fevereiro passado. O exemplo da Inglaterra foi rapidamente copiado pela Itália (em 7 de fevereiro). Seguiram-se a Noruega (em 13 de fevereiro), a Áustria (em 20 de fevereiro), a Grécia (em 8 de março), a Suécia (em 15 de março), a China (em 31 de março), a Dinamarca (em 18 de junho), México (em agosto), a Hungria (em setembro) e, como última, a França, em 28 de outubro passado.” (22/12/24:1). Relativamente aos EUA, embora venham já mantendo

“[...] depois da França e a Inglaterra o terem feito [...]”, nada teria de extraordinário (24/12/24:1).

“Em Portugal”, dirá o *ABC* já pelo verão, “[...] também já se fez uma tentativa nesse sentido, chegando-se mesmo a indicar qual a individualidade que nos ia representar na Rússia.” (10/7/24:13). De facto, a questão surgiu já entre os “seareiros”, aquando das subscrições da Fome, mas agora, o semanário refere-se seguramente a uma proposta de João Camoesas ao parlamento, que Domingos Pereira, então ministro dos negócios estrangeiros, põe de parte. Mas a questão volta à baila em novembro, com o *Correio da Manhã* a informar que “[...] Portugal esteve, há um mês para reconhecer a República dos Sovietes⁵⁶⁵” e que talvez seja ainda “[...] tenção do governo apresentar a proposta na próxima Câmara.” (4/11/24:1). Sendo de afastar a possibilidade de um reconhecimento durante o ministério de Rodrigues Gaspar, é possível, no entanto, que o *Mundo*, afeto aos “canhotos”, ande a sondar a hipótese de este se dar durante o de Domingues dos Santos. A hipótese surge, inequivocamente, porque já pelo início de 1925 o *Século* brada que “O gabinete português [...] coloca em cima da mesa do conselho de ministros o princípio antinacional do reconhecimento dos *sovietes*. [...] *politicamente* errado [...] *economicamente* falso, porque o movimento das nossas exportações para a Rússia em caso algum o justifica. (6/1/25:1); e brada o Dr. Hypolito Boris Knircha [*sic*], [...] intimo de Kerensky [...]”, que o *Correio da Manhã* encontra “[...] no seu *appartement* da Rua das Mercês, almoçando e cercado por desenhos caprichosos dos modernos pintores moscovitas.”, que “O governo português, abrindo as portas da diplomacia à República dos Sovietes, não pode, dentro do campo da lógica, fechar a porta aos bolchevistas nacionais. [...] e que] podia realmente exportar para a Rússia conservas, cortiça e vinhos. [...] Mas a verdade é que, negociar com Moscovo, é atualmente uma utopia com dolorosas consequências.” (7/1/25:1). Já em março de 1926, torna-se uma última vez à questão no *Primeiro de Janeiro*, onde Reinaldo Ferreira, considerando que “Seria ridículo, de facto, que mesmo sem interesse, nos eternizássemos nessa atitude [de ‘abstencionismo’, escreve antes].”, anuncia mesmo que “Portugal vai reconhecer a República dos Sovietes ainda este semestre” (14/3/26:1)⁵⁶⁶. Curiosamente a notícia não merecerá destaque na imprensa da capital e, dias depois, na mesma folha, Gaspar Baltar defende que “A Rússia convencer-se-á seguramente de que não deve

trocas comerciais com a URSS, só já em 1933 lhe cedem o reconhecimento diplomático.

⁵⁶⁵ Lê-se: “Em agosto. Estava então em Berlim um tal Madruk Zavanev, adido à delegação especial que Moscovo mantém na capital alemã [...]. Esse Madruk foi apresentado ao ministro português, por um outro russo, amigo de ambos, durante uma ceia no ‘Bibi’ de Kraunstrasse e ficou marcada uma entrevista [...]. Essas entrevistas repetiram-se com certa assiduidade, até que Veiga Simões veio a Lisboa e em Lisboa apalpou o terreno no sentido de saber qual seria o ambiente para que Portugal reconhecesse a república dos *sovietes*. Do Palácio das Necessidades, insinuaram que, seria talvez um bom ‘espetáculo político’, um pouco arriscado – mas, era preciso que houvesse um pretexto exterior, reflectido por qualquer potência estrangeira.” (*Mundo*, 4/11/24:1)

⁵⁶⁶ No mesmo artigo, Arnaldo Ferreira fala de oito tentativas de reestabelecer as relações entre os dois países: “A primeira [...] foi desempenhada por Boris Kavensko, subcomissário dos abastecimentos russos – e data de 1922.”; “A segunda *démarche* foi realizada em 1923 junto do governo inglês.”; “Seguiram-se quatro outros esforços [...] Em 1925, o governo do Dr. José Domingues dos Santos parecia oferecer grande oportunidade à

intervir em casa alheia [...] e só então, já que não há vantagem em o antecipar, o governo dos soviets deve ser reconhecido pela República Portuguesa.” (17/3/26:1). Portugal reconhecerá a URSS em 1974.

Voltando ainda atrás, porém, nos meses que seguem esta vaga de reconhecimentos, a imprensa burguesa não deixará de enfatizar os problemas desta difícil relação e de dar cada vez mais projeção à agitação revolucionária em que a URSS, consta, traz todo o mundo, violando os acordos em que se obrigara a não fazer propaganda. É já entre acusações de que “O governo de Moscovo incita os comunistas ingleses a derrubarem violentamente as instituições da Grã-Bretanha” (*Mundo*, 25/10/24:1) que MacDonald celebra o Tratado Comercial Anglo-Russo e se prepara para disputar eleições. Conquanto a França ande, por esses dias, a curar-se do amuo que há tanto a traz amolada com a URSS, a vitória conservadora no outro lado do canal trará importantes consequências: em maio de 1925, o governo britânico encarrega “[...] o seu ministro, em Paris, para resolver da melhor maneira, com o gabinete francês, a questão da conveniência de romper as relações diplomáticas com o governo dos ‘soviets’.” (*Primeiro de Janeiro*, 24/5/25:1); em julho, que “[...] parece ter chegado o momento de uma *entente* franco-britânica contra o comunismo russo.” (*Século*, 11/7/25:1) e que “Rakowsky queixa-se também de que o governo inglês interpreta como propaganda todos os atos internacionais do governo soviético [...]” (*Batalha*, 18/7/25:1); em outubro, à laia de boato, “[...] que Mussolini [...] fez propostas a Moscovo com o fim de concluir uma aliança com a Rússia soviética. [e com a Alemanha] [...] e criar assim uma nova Tríplice-Aliança dirigida principalmente contra a França, mas também contra a Inglaterra.” (*Diário de Notícias*, 8/10/25:1) – com isto se encobre que a Sociedade das Nações pretendia, com a integração da Alemanha na recente celebração do Tratado de Locarno, fazer letra morta do de Rapallo, reconfirmado em Berlim no ano seguinte.

“O problema”, dirá então o *Novidades*, “[...] admite apenas duas soluções – ou os povos da Europa cortam em absoluto todas as relações com a Rússia, fazendo conta de que ela não existe, ou então reconhecem a legalidade da sua existência na sua forma atual e a tratam como tal.” (28/10/25:1). Muito se engana, contudo, o *Novidades*: as soluções são, na realidade, mais do que duas e, a prová-lo, o governo de Stanley Baldwin suspenderá as relações com a URSS entre 1927 e 1929; já o problema, como bem vem mostrar, a despeito desta suspensão, a manutenção das demais relações diplomáticas, é que já não há como fazer de conta que a URSS não existe.

1.3.2 Nova Política Económica – a face visível da adaptação, desvios e evolução

Pelo início de 1921, as críticas da imprensa burguesa não se centram tanto na rutura económica da Rússia, como na ideia de uma certa subversão ideológica face à própria opção marxista. Isto explica-se na recente vitória na Guerra Civil, na consolidação do seu poder político, ou na violência, na crise e na fome, que, não sendo exclusivas da Rússia, são até devedoras da intervenção estrangeira – assim, a questão dos desvios ideológicos parece ser mesmo a única em que a imprensa burguesa

combinação.”, “A última *démarche* que conheço foi a de Berlim em julho do ano passado.” (14/3/26:1).

pode, sem complexos nem receios, apontar o falhanço bolchevique. Depois, a partir do X Congresso do Partido, em março, são os próprios bolcheviques que anunciam uma revisão da sua política económica. A despeito da oposição interna, em que se destacam Trotsky e os dois grandes ideólogos do Comunismo de Guerra, Bukarine e Preobrajenski, Lenine faz aprovar o conjunto de medidas que dará início à Nova Política Económica (NEP). Um dia antes de Tukhatchevski iniciar o assalto final a Cronstadt, a comissão política aprova o fim das requisições forçadas, introduzindo uma taxa de pagamento fixa. Por ora, as medidas visam resolver o problema da produção agrícola, suprimindo a causa maior das rebeliões rurais ainda ativas e da contestação urbana; a breve trecho, porém, levarão à criação de excedentes agrícolas e, inevitavelmente, ao restabelecimento do comércio livre, da iniciativa privada e da atividade industrial.

Insistindo na Fome, mas motejando já a questão do reconhecimento internacional e dos perigos da propaganda bolchevique, a imprensa portuguesa é ainda vaga a respeito da transição do Comunismo de Guerra para a NEP⁵⁶⁷. Pelo início de abril, no rescaldo do congresso, o *Século* informa que “Acaba de ser publicado um decreto do governo de Lenine, que [...] É nada mais, nada menos, que um plano de divisão territorial em grandes concessões e capitalistas estrangeiros, contra a abertura de créditos nos países dos concessionários para satisfação das necessidades do governo dos soviets. (1/4/21:1). Só já na segunda metade do mês, porém, são publicados, e com superior confirmação do *Times*, trechos de uma carta de Arthur Shadwell, em que, reportando ao ambiente de contestação que se vive na Rússia, se declara que “Os camponeses, os operários das fábricas queriam fazer o que quisessem nas fábricas e gozar.” (i.e. *Diário do Minho*, 21/4/21:1) – em referência a Lenine, escreve-se ainda que “[...] a confissão, ingénua e fatal, das suas desilusões [...] vai saindo a prestações”, mas “Ele descobriu por experiência que se não pode viver sem trabalho, e que o trabalho [...] requer [...] homens que o entendam, chamados a ‘burguesia’.” (idem).

Na acepção de Shadwell, portanto, a nova orientação, para além de refletir a desilusão e fraqueza dos bolcheviques, implica concessões aos camponeses e à burguesia. Esta será também a posição de todos os jornais burgueses e patente quer num generalista como o *Jornal do Comércio*, onde se lê que “A incoerência do regime sovieta da Rússia manifesta-se de todos os modos. [e que] Todos os dias se veem os adeptos desse regime de desordem obrigados a abdicar dos seus princípios e a confessar a sua impotência [...]” (24/4/21:1); quer nas opiniões tão comumente distintas de Augusto da Costa ou de Brito Camacho, nas análises que, em maio, apresentam, respetivamente, na *Monarchia*

⁵⁶⁷ A eventualidade de uma alteração na política económica bolchevique, contudo, não é novidade, vindo a ser aventada há algum tempo: em janeiro, por exemplo, o *Século* registava que “Lenine e Trotsky ter-se-iam convencido da inaplicabilidade das suas fantasias, e teriam entrado numa fase evolutiva de aproximação das realidades, transformando o bolchevismo numa outra coisa qualquer que do bolchevismo só teria o nome.” (5/1/21:1); e em fevereiro, aludindo claramente aos grupos e posições em discussão no X Congresso do Partido, a realizar-se brevemente, o *Jornal do Comércio* anunciava os “galos às turras!”, escrevendo que “[...] as desinteligências manifestadas entre os representantes de Lenine e os de Trotsky não se agravaram, devido a este último se ter inclinado perante Lenine, mais forte que nunca.” (27/2/21:3).

(17/5/21:1) e na *Lucta* (19/5/21:1).

Junho conta com uma boa série de depoimentos. Sempre atento, o *Jornal do Comércio* informa que Krassine dissera “[...] que o governo de Moscovo tinha reconhecido nas suas relações com o comércio externo a propriedade privada.” e que, assim, “A Rússia criou os elementos essenciais duma nova burguesia sem os perigos fundamentais da antiga e com uma severa fiscalização democrática.” (14/6/21:1). Sem adiantar muito mais, a notícia confirma a um nível oficial tudo quanto se vem anunciando, para além de dar ao processo uma dimensão diferente da que o *Primeiro de Janeiro* imaginara, ao anunciar, ainda em abril, que a “Lenine pretende experimentar [...] uma espécie de bolchevismo moderado.” (28/4/21:1) na Geórgia. Conforme anuncia Vorovsky, em entrevista publicada pelo *Republica*, “[...] a Rússia tende a modificar o seu regime social” (21/6/21:1) – só que a este respeito, e sem fugir um milímetro à doutrina⁵⁶⁸, o emissário bolchevique em Itália dirá que “[...] a política já pertence aos tempos idos. [e] só uma coisa persiste e com foros de duração: a economia política – as condições de trabalho e dos trabalhadores.” (*idem*), mostrando com isto que as concessões não se estenderão à esfera política; já o entrevistador, denunciando a debilidade da posição ocidental, mostra bem como entende a mudança, ao perguntar de que poderá a Rússia fornecer a Entente.

A verdade, porém, é que para a imprensa a situação está longe de ser tão clara como desejariam Vorovsky ou Krassine. Fações e lutas sempre existiram dentro do Partido, ocasionalmente agravadas pela adopção de alguma medida específica ou pela realização de um congresso, mas a discussão faz-se internamente e estriba-se numa tradição de centralismo democrático. Sem mais referências às purgas a levar cabo nos meses seguintes, é mesmo com algum “sensacionalismo” que a imprensa explora, ao longo de toda a segunda metade do ano, a questão do desvio ideológico nas divisões que introduz entre os bolcheviques⁵⁶⁹, e só a *Batalha* alerta que “Lenine declarou que a nova política não significa o abandono das ideias comunistas, mas apenas uma tática que é necessário agora seguir a bem da revolução.” (20/7/21:1). Já em dezembro, contudo, e no decurso do IX Congresso dos Sovietes, Lenine torna a mostrar irrevogável a opção tomada, atacando “[...] os comunistas e os unionistas por ainda julgarem ser possível resolver os problemas económicos pela guerra civil e pelo exclusivismo comunista.”; e declarando ainda que “[...] o governo dos ‘sovietes’ pediria ao Congresso para reduzir os poderes drásticos das comissões extraordinárias para a supressão da contrarrevolução, os quais não são por mais tempo compatíveis com a nova política económica.” (*Manhã*, 27/12/21:1). Sobre os

⁵⁶⁸ De facto, a disciplina requerida por Lenine ao iniciar a NEP fica bem patente tanto no estabelecimento das “21 condições” de admissão à III Internacional, como nas purgas políticas e ataques à igreja que desenvolve nos três anos seguintes e de que a imprensa, atenta à Fome, não dá senão um pálido reflexo. Mas em abril de 1924, por exemplo, lê-se no *Correio da Manhã* que “a Direção da Vigilância Política Pan-Russa ordenou que se procedesse a muitas outras prisões em várias cidades da província. A maioria das prisões são verdadeiramente arbitrarias e dirigem-se principalmente contra os representantes das classes intelectuais.” (9/4/23:1); um ano depois, fala-se da condenação à morte de intelectuais, a que “[...] é imputada a acusação de exercer a espionagem em favor da Polónia.” (*Vanguarda*, 11/4/24:5).

⁵⁶⁹ Esta questão merece a devida atenção no seguinte ponto, consagrado às lutas pelo poder. Por ora, contudo, é

objetivos concretos da nova orientação económica, portanto, nada mais; mas a *Tcheka* está tão identificada com o Comunismo de Guerra que o simples anúncio da sua suspensão mostra uma vez mais que a NEP não é mais uma concessão ou uma retirada estratégica do que a vontade de Lenine.

Ao longo de 1922, o discurso da imprensa burguesa não se altera sobremaneira, conquanto a calamidade que se vai abatendo sobre a Rússia e as hesitações em que a situação parece deixar o Ocidente, ao invés de liquidar o regime soviético, abram portas a um restabelecimento de relações. A prová-lo, a temida internacionalização da revolução trará o anúncio de algumas medidas e mudanças concretas a ocorrer na Rússia, com que a imprensa julga dissuadir o operariado nacional de seguir pela mesma via. Em janeiro, o *Diário de Notícias* assinala que “De dia para dia, vemos os bolchevistas confirmar, com uma franqueza sempre crescente, que tudo o que até agora fizeram constitui um amontoado de erros que os têm conduzido a um beco sem saída.” (14/1/22:1). Um mês depois, é o *Tempo* que escreve que se “[...] todo o inferno que é a Rússia de agora, onde há cerca de trinta milhões de famintos, é devido a esta causa: porque não se trabalha.” (8/2/22:1), conquanto junte adiante que “O terror vermelho obriga os operários, a quem a fome não matou, a trabalhar 18 horas por dia.” (*idem*). Já o *Manhã* cede alguns dados sobre a situação do funcionalismo, contando que “Os funcionários estão divididos em 30 categorias. [...] Os seus vencimentos variam entre 1.200 a 32.000 rublos por mês [...] e são além disso, oficialmente autorizados a aumentar os seus recursos, apresentando [...] despesas com carruagens, viagens, etc.” e que “Para fazer [...] uma viagem na Rússia, é uma complicação extraordinária. (11/2/22:1).

O que a raridade e a brevidade destas notas mostram, contudo, é que a imprensa procura não passar ainda à questão do reconhecimento, a que o *Jornal de Comércio* se lança, em fevereiro, escrevendo que “[...] não é difícil, para uma inteligência atenta, ver como o principal eixo de toda a política europeia de hoje é o *bolchevismo* russo, é a interrogação do modo como essas grandes potências se hão de colocar *vis-à-vis* do vermelho regime russo.” (23/2/22:1). Conforme a define, a questão importa tanto às necessidades da indústria e do comércio inglesas, receosas de um avanço francês, como da vontade alemã de “intimidar a Entente”. Já em março, o *Primeiro de Janeiro* declara mesmo que o ano “[...] assistirá a um acontecimento político destinado a exercer grande influência na vida da Europa: o levantamento da excomunhão que pesa sobre a Rússia.” (7/3/22:12), e o *Tempo* regista ainda que “[...] uma importante casa bancária de Varsóvia [em representação da Rússia], [...] vai abrir em Madrid e em Lisboa, um *comptoir* de compras e vendas, tendo já sido designadas, nesta última cidade, duas casas bancárias para as aberturas de crédito.” (15/3/22:1).

Curiosamente, nada disto impede a imprensa de supor mais frágil a posição bolchevique – diz o *Século*, ainda a 25 de março, que “O governo é nominalmente comunista ainda, mas foi forçado, pelas circunstâncias, a abandonar, na prática, os princípios comunistas [...]” (25/3/22:1), apontando “[...] o isolamento da Rússia da comunidade das nações.” como o condicionalismo maior dessa mudança. No

de assinalar que Lenine leva de vencida a facção mais radical.

entanto, a Conferência de Génova, a realizar-se entre abril e maio, não terá nem o “[...] carácter mais acentuadamente pacífico [nem] mais altamente reconfortante.” que lhe supõe o *Primeiro de Janeiro*, ao anunciar que “A Rússia e a Alemanha aproveitarão este primeiro contacto com as nações aliadas para saírem da situação em que se encontram [...]. É natural que as nações aliadas procurem dar remédio àquela angustia e àquelas dificuldades.” (9/4/22:1). Por estes dias, compreende a imprensa burguesa que de bem pouco adianta, afinal, mofar dos delegados soviéticos ou do assoberbamento a que se dão os moscovitas, com as suas roupas e hábitos antiquados, pela retoma económica – a Rússia vem de Itália com Rapallo, mostrando que o que a força às concessões internas é, afinal, o mesmo de que a Entente carece para a consolidação económica europeia.

Não espanta, portanto, que pelo final da conferência, “[...] a queda dos ‘soviets’ [seja] condição *sine qua non* da reconstrução russa.” (16/5/22:1) não só para a França, mas também para o *Diário de Notícias*, que dá a notícia e sustém, indignado, que os russos pretendem entregar “aos cuidados dos civilizados” não “As indústrias mães, as indústrias para que lhes faltam técnicos [...]”, mas as “[...] insignificantes, as que não marcam fundo da vida de um povo.” (*idem*). O *Manhã* dirá ainda, dias depois, que “Agora, que a Rússia vive num estado permanente de anarquia sob o regime comunista, a produção diminui enormemente.” (20/5/22:1), mas ainda em maio, o *Jornal do Comércio* anuncia não só que “Ficou concluído entre o governo italiano e o governo russo um acordo destinado a organizar a aviação na Rússia.”, mas ainda que “[...] os representantes dos ‘soviets’ em Londres iniciaram negociações com os grandes industriais belgas para o fornecimento de 80.000 toneladas de aço.” (25/5/22). Já pelo início de junho, apenas o *Vitória* escreve que “Lisboa compra rublos aos milhões [...e que] As notas que, com o ar mais natural deste mundo, a Rússia de Lenine vai espalhando, encontram por parte do lisboeta um esplendido acolhimento.” (2/6/22:1) – e esta, embora tardia, é uma das poucas alusões diretas à alta desvalorização monetária promovida pelos soviets. A meio do mês, cabe ao *ABC* confessar que “Mais que nunca se está sentindo a falta da exportação do trigo da Rússia.”, e que “Lloyd George [...] vai cedendo terreno a fim de levar os pobres russos ao seu campo.”, supondo que “Nessa altura será dado o golpe de misericórdia.” (15/6/22:12).

Entretanto, os bolcheviques vão dando mostras de quererem atrair o capital estrangeiro e promover a iniciativa privada. Ainda em julho, por exemplo, anuncia-se que “O ‘comité’ central dos ‘Soviets’ publicou uma lei restaurando a propriedade individual.” e que em breve “[...] será publicado um decreto regulando a propriedade individual que não poderá exceder 2 milhões de rublos.” (*Correio da Manhã*, 26/7/22:1); em agosto, o *Novidades* declara que “Até na Rússia dos soviets, recentes decisões deixaram sentir aos próprios comunistas que era necessário recorrer à iniciativa individual e à gerência privada.” (28/8/22:1).

Em outubro, com a realização do Congresso da Covilhã e o anuncio da adesão da CGT à Internacional de Berlim, a questão passa, uma vez mais, a ser vertida quer pelos quadros de fome e de desordem, quer pelo tópico dos desvios ideológicos. Na *Lucta*, por exemplo, lê-se que “[...] as tentativas dos ‘soviets’ para trocarem as suas ideias por alguns patacos que as sociedades capitalistas

lhes concedessem, tudo isso desacreditou o bolchevismo. [e] Até agora, o nosso Congresso da Covilhã preferiu à Internacional de Moscovo a Internacional de Berlim.” (10/10/22:1); e a *Batalha*, que ainda se vinha mantendo ao lado desta discussão, assinala agora a mudança, referindo-se à conscrição laboral obrigatória e escrevendo que “[...] a Revolução está a embotar, impedindo-se pela força que ela avance. [e que...] os operários são autoritariamente mecanizados, forçados a um trabalho determinado, executado num determinado lugar também.” (2/10/22:1). Por outro lado, com a realização do IV Congresso da III Internacional, a imprensa espera também novas transformações na política dos soviets, posto que “Informações de origem segura asseveraram que a atual política económica será posta de parte. [e que] um novo grupo de oposição denominado Partido Trabalhista Comunista que, em proclamação recente, advoga a abolição daquela política e a destituição dos judeus que ocupam altos cargos oficiais.” (*Primeiro de Janeiro*, 2/10/22:1). Se a imprensa burguesa portuguesa – e não apenas o jornal portuense donde se extrai a notícia – soubesse alguma coisa da política interna russa, perceberia a contradição em que incorre.

Contradições maiores não hão de faltar, mas, por ora, é 1923 que entra sem substanciais diferenças no discurso da imprensa, em que se continuam a misturar os sinais do crescimento económico soviético, o fim da ideologia comunista, a queda do regime e até alusões às lutas internas, e a situação do operariado. Em janeiro, por exemplo, o DN anuncia que “[...] um decreto dos soviets tinha pura e simplesmente restabelecido na Rússia o serviço militar obrigatório.” (4/1/23:1) e que “Na Rússia, os elementos radicais estão perdendo inteiramente o prestígio. [...] As propriedades nacionalizadas vão ser entregues aos seus proprietários.” (12/1/23:1); o *Mundo* fala do vício do jogo e das casas de divertimentos em funcionamento nos antigos palácios da aristocracia (18/1/23:1); e o *Jornal do Comércio*, para além de informar que “Os diretores do partido bolchevista russo mostram grande preocupação pelo número desusado de demissões de membros do partido.”, escreve ainda que “Os industriais noruegueses que negociam com os russos dizem que [...] As entregas de materiais são feitas com muito atraso e as reservas de matérias primas estão quase esgotadas.” (30/1/23:1). Em abril, o *Primeiro de Janeiro* dá Rakowsky a afirmar que “[...] os soviets reconhecem-se impotentes para vencer pela força o capitalismo.” e que “O sistema económico que inaugurámos na Rússia é uma ‘manha de guerra’, para distrairmos a desconfiança da burguesia e empregarmos todos os meios de ação, sem sermos descobertos.” (29/4/23:1). Em agosto, é o *Rebate* que conta que “Na Rússia foi inaugurada solenemente uma exposição agrícola.” (22/8/23:1). Já em outubro, o *Século* escreve que “Poderá o governo dos soviets em certos casos, fazer concessões para explorar terrenos mal conhecidos; mas logo que saiba que há ali petróleo ou minério em grande quantidade não hesitará em anular [...] os contratos feitos com os burgueses [...]” (10/10/23:1). Em dezembro, o *Vanguarda* informa que “[...] os salários normais e ocasionais do chefe duma família de trabalhadores e dos

membros da mesma família, andavam à volta de 90% da despesa doméstica. [e que] O *deficit* [...] era coberto pela venda ou permuta de bens ou produtos, por empréstimos, etc.” (12/11/23:1)⁵⁷⁰.

É ainda a notícia do *Século* que interessa, porém, quer pela denúncia da atividade económica estrangeira com e numa URSS tida como isolada, quer por aludir à ambivalência real face ao setor privado. Na verdade, inúmeros são os jornais que dão conta desta secreta “internacionalização” económica, agora que a URSS obtém o reconhecimento de vários países⁵⁷¹ – dias depois, lê-se mesmo no *Jornal do Comércio* que “Em junho de ano corrente a Rússia exportou 17 milhões de rublos-ouro e importou 11 milhões de rublos ouro.” (16/10/23:1) – a ideia, contudo, é ainda a da subserviência bolchevique. Já em janeiro de 1924, no *Novidades*, um tal de Savine alerta que a “[...] suposta evolução do regime russo contribuiu eficazmente para que muitos governos europeus tentassem reatar as suas relações diplomáticas com a Rússia [...]”, mas “O caso é que [...] qualquer rumor sobre uma volta da república dos soviets aos braços do “capitalismo” ocidental soe aos ouvidos do industrial, do comerciante ou do político europeu qual música deliciosa.” (9/1/24:1) – ainda assim, isto não impede que uma folha bem informada como o *Jornal do Comércio* suponha, ao informar que os soviets foram substituídos na direção das fábricas por técnicos burgueses, que “[...] transformada numa república aristocrática, não tardará que a Rússia se transforme numa república burguesa” (7/2/24:3).

O mesmo *Jornal do Comércio* publica, a partir desta altura, alguns artigos sobre a situação e funcionamento da economia soviética, facto que traz interessados, segundo conta, os jornais ingleses, alemães, escandinavos e americanos – “[...] consequência do facto do Governo dos Sovietes ter evoluído, na segunda parte do ano de 1921, do sistema puramente comunista do trabalho natural para o sistema livre, submetendo o dogma comunista a uma revisão radical.” (29/2/24:1) –, mas que, sugere, pouco interessa os jornais portugueses⁵⁷². O *Jornal do Comércio* não é, obviamente o único a

⁵⁷⁰ A situação do operariado russo torna-se cara à *Batalha*, que, já em 1925 e num momento de viragem na NEP, assinala que as “[...] condições de trabalho são absolutamente burguesas. Há mesmo padrões em Portugal que são mais generosos do que a legislação russa.” (16/8/25:1); que “Se fosse certo que o proletariado russo tinha o poder em suas mãos, deveria [...] estabelecer o nível do salário e do preço dos artigos.” e que “As relações dos operários russos com o patronato são as mesmas que nos outros Estados.” (3/11/25:1).

⁵⁷¹ A importância do mercado soviético fica bem patente na atitude concorrencial assumida por distintos países; em julho de 1925, por exemplo, o *Jornal do Comércio* regista que “O Sr. Samuel declarou na Câmara dos Comuns que as exportações do Reino Unido para Rússia, durante o ano de 1924, se elevaram a um pouco mais de 11 milhões, enquanto as dos Estados Unidos [...] atingiram simplesmente os 9.500.000.” (30/7/25:1).

⁵⁷² Em maio, trata da organização do comércio externo, explicando que “[...] o Estado reserva para si determinados ramos de produção, para assim criar uma fonte de receita. [mas que] O monopólio do comércio externo, porém, não é destinado a criar receitas [...]mas] a regularização e a direção da permuta de mercadorias, no interesse da economia nacional. [e que] Graças ao sistema das licenças e do controlo rigoroso do Comissariado do Comércio Externo, foi conseguido no ano passado um saldo de 25 milhões de rublos ouro a favor da exportação.” (4/5/24:1). Em junho, reproduz um artigo de Krassine, em que se pode ler que “[...] se atendermos ao esgotamento total produzido pela guerra, pelas lutas civis, pela intervenção estrangeira e pela ruína geral da economia nacional, não nos devemos admirar de que o comércio russo seja insignificante.” (11/6/24:1), ou ainda que “Estão já estabelecidas relações mais ou menos constantes com os mais importantes compradores da Europa ocidental.”, que “[...] os produtos petrolíferos, com lentidão, mas

referir-se à situação económica soviética, mas a singularidade destes artigos pode até ser aferida contrastivamente com outros jornais⁵⁷³, mais negligentes e parciais.

Agora e no resto do ano, contudo, e na esteira do reconhecimento diplomático, uma nova vaga de notícias sobre a ameaça internacional do comunismo enche a imprensa burguesa; já na imprensa avançada, toda a URSS é já, de um modo geral, vertida para as divisões do movimento operário, a discutir aqui em ponto próprio. Em verdade, vai-se intrincando cada vez mais a situação portuguesa, o que por si só leva os jornais a olhar menos para URSS e mais para Itália ou Espanha, cobiçando alguns o figurino ditatorial. Depois, para a imprensa a situação não se altera na medida em que a morte de Lenine ou a evolução da NEP suporiam – por esta altura, torna-se claro que a via económica seguida pode minar a ideologia, mas fortalece cada vez mais o governo soviético; se a crítica continua a surgir, é apenas para aplacar a indignação que essa concessão capitalista do reconhecimento da URSS vem gerar. Finalmente, a morte de Lenine vem segurar Estaline no poder, marcando já o início do fim da NEP, para que a segunda metade de 1924, mercê das lutas pelo poder, impõe, ainda assim, uma espera. A este respeito, ver-se-á no seguinte ponto, a imprensa não informa senão falha e parcialmente; quanto ao que neste ponto, porém, se impõe ainda tratar, a imprensa é mais profusa.

Por tudo quanto se vem já referindo, 1924 e 1925 ficam assinalados por um súbito crescimento industrial, retemperando o otimismo comunista, mas alimentando em Estaline, também, o ensejo de industrializar mais e mais depressa, trazendo à modernização soviética a energia e os recursos até então concentrados na ação internacionalista. O “Socialismo num país” secundariza as relações económicas e políticas dos soviets com o estrangeiro, mas também se financia num avanço da coletivização, que não esconde um ataque ao campesinato. As questões teóricas, como sempre, passam ao lado da imprensa. Já pelo início de 1926, o *Diário de Lisboa* explica que “O Estado soviético, para substituir a necessidade de recursos e a não afluência de capitais estrangeiros à Rússia, necessita de encontrar recursos no próprio país.”, ainda que a oposição censure a Estaline “[...] o alargamento da ‘Nep’, a liquidação dos vestígios do comunismo no campo e as demasiadas concessões feitas os camponeses [...]” (6/1/26:7); já o *Primeiro de Janeiro* fala de “Nacionalismo russo contra o internacionalismo”, celebrando “[...] o declinar do poder despótico da III Internacional [...]”, contra “[...] o poder constituído, representado pelos comissários dos soviets (poder executivo), que estão

com segurança, se vão enfileirando entre os produtos do mercado internacional, apesar da guerra surda e sistemática estabelecida pelos antigos industriais de petróleo da Rússia.” e que “[...] a exportação do trigo teve, entre todos os produtos exportados durante o ano passado, os melhores resultados.” (*idem*).

⁵⁷³ O *Correio da Manhã*, por exemplo, anuncia que “O orçamento soviético acusa um ‘deficit’ formidável [...], que a grande indústria, vai a caminho de uma ruína total, esgotados os fundos de reserva, os ‘stocks’ legados pelo antigo regime, e cansado o material que se não renova.”; que “Na agricultura [...] o descabro é igualmente aterrador.”, e que “Os índices da mortalidade e da natalidade têm respetivamente aumentado e diminuído em proporções assustadoras.” (9/4/24:1). Já o *Novidades* declara que na URSS tudo é confiscado em favor do governo, que “[...] proibiu aos particulares todas as operações de cambiais.” e que só “Aos comissários do povo e aos funcionários superiores dos soviets a vida corre bem, naturalmente, sobretudo aos militares e polícias, mas a enorme massa do povo tem fome e sofre tal e qual como dantes.” (22/5/24:1).

mais em contacto com as realidades.” (20/1/26:1) – “A terra russa chama os seus filhos ao caminho da paz e da disciplina.” (*idem*), clama o portuense, mostrando como frutifica já a estratégia de Estaline.

No entanto, continuam a ser bem mais as más notícias. Ainda em fevereiro de 1925, numa das poucas vezes em que se aborda o desemprego crescente, decorrente, em grande parte, da desmobilização militar, o *Diário de Notícias* regista que “Com a forma por que os “soviets” resolvem os problemas sociais até os governos genuinamente autocratas teriam muito que aprender.” (12/2/25:1), contando que “A guarda vermelha [...] sem que por parte dos manifestantes houvesse a mínima provocação, sem que uma bomba inofensiva lhe fosse atirada, fez uma descarga cerrada que prostrou muitos dos manifestantes de uma “Uma grande manifestação de desempregados” (*idem*). Já o *Primeiro de Janeiro* escreve que “O despertar das aldeias russas, em que se manifesta uma agitação, cada vez maior, contra o regime, que oprime os camponeses, está sendo o facto essencial da situação política da Rússia, constituindo também a maior preocupação dos governantes bolcheviques, que nem sequer tentam dissimulá-la.” (22/2/25:1); o *Correio da Manhã* assinala que “Em consequência da agitação operária que reina na região do Ural, a comissão executiva [...] proclamou o estado de sítio e ordenou violentíssimas medidas de represália. [...] sendo] fuzilados sete dirigentes operários e realizado elevado número de prisões.” (23/2/25:1); e, no *Século*, lê-se que “O terror continua a ser a grande arma de propaganda. [...] verificam-se perseguições e uma tirania que não esmorecem, [...] as prisões continuam a regurgitar de centenas de vítimas acusadas de ‘complot’ ou de suspeitas de ‘complot’ contrarrevolucionário.” (16/3/25:3). Em abril, o mesmo *Século* informa de um projeto de lei “[...] privando os proprietários pertencentes à nobreza, bem como as suas famílias, do direito do usufruto dos seus terrenos e de moradia nas propriedades que lhes pertenciam antes da nacionalização da terras em 1917.”, explicando que “[...] os proprietários que habitam as suas terras, não somente não desenvolvem a agricultura, como a maior parte deles destrói os bens [...] e exploram os camponeses sob diferentes formas, opondo-se às medidas do governo, particularmente no domínio do aperfeiçoamento da agricultura, e provocam em numerosos sítios um intensa irritação dos camponeses.”⁵⁷⁴ (1/4/25:1).

Prova-se agora, portanto, que os comunistas não perdoaram a resiliência camponesa à Revolução, nem deixaram de procurar e usar qualquer sinal de diferenciação para intervir⁵⁷⁵. Oportuno se mostra o *Novidades*, portanto, ao registar, pouco depois, que “Os trabalhadores industriais possuem os direitos duma classe dominante. [e que...] As pessoas que não são operários não têm direitos políticos. [e] Pagam o máximo das contribuições e em todas as partes, mesmo nos teatros, o máximo das tarifas”. (18/4/25:1). Em junho, o *DN* escreverá que “Os ‘soviets’ estão ameaçados [...] de uma

⁵⁷⁴ Não merece mais que menção a série de artigos sobre a economia russa no triénio 1917-1923, que o *Século* publica ao longo do primeiro semestre de 1925 e com que pensa poder caracterizar ainda a situação russa.

⁵⁷⁵ Já em agosto, a *Batalha* fala do “[...] decreto do governo soviético sobre a expulsão, antes de 1926, de antigos proprietários que ficaram nas suas terras [e que...] uma proprietária, que noutro tempo havia possuído 35.000 hectares de terreno, casou com um soldado desmobilizado para evitar ser expulsa.” (30/8/25:1)

união entre os camponeses e os operários. [...] têm medo de um levantamento [...] contra Moscovo e uma contrarrevolução de grande envergadura pode estalar de um momento para o outro.” (18/6/25:1) – possível é, no entanto, que o governo soviético propagandeie a *necessidade* de atacar o campesinato, mas nada o deixa ainda claro. Já em janeiro de 1926, mostrando até que ponto está o regime soviético disposto a ir, o *Século* informará que “Os tribunais condenaram 23 a várias penas de prisão e deportação para o Trans-Baikal e leste da Sibéria.”, porque “A greve”, escreve, “é contrária aos princípios soviéticos” (24/1/26:1); e até o bom Reinaldo Ferreira acabará declarando que “[...] o perigo do camponês, o perigo da sua reserva, da sua desconfiança, da sua velhacaria, da sua má fé, do seu medo – não só está longe de atenuar-se como cresce a olhos vistos.” (ABC, 3/2/26:15).

Em cima do limite da análise, importa notar que, não carecendo, como noutros, de maiores aportes de história soviética para a sua compreensão, a relativa superficialidade em se trouxe este ponto pretende refletir a representação da NEP feita na imprensa, que para além de só raramente aludir ao seu programa e realizações concretas, não tem senão uma vaga ideia da necessidade soviética de recompor a sua economia, nem sabe, além de Lenine, quem a coordena. De facto, nem mesmo mostra que, começando por visar uma revitalização agrícola, progride aos poucos para o sector industrial, ou, incidindo nos desvios ideológicas e na formação de fações, não associa consequentemente a execução da NEP e as lutas pelo poder. Depois, sem refletir a existência do perigo “thermidoriano”, por não poucos historiadores invocado como receio maior dos comunistas, a NEP torna-se num dos mais fortes elementos da sua acusação, mesmo enquanto os mantém no poder. O que importa, por fim, é que ao longo de todo este tempo a imprensa, mesmo a mais avançada, não se questiona nunca sobre a forma como entendem os bolcheviques a nova orientação que imprimem à política russa – quem pergunta, ouve que “Nem o Estado Russo cometeu a teimosia criminoso de sacrificar todo o país à realização total do novo sistema político – nem abdicou dos seus princípios para poder reconstruir a Rússia e para negociar com os outros Estados” (ABC, 21/1/26:16).

1.3.3 A morte de Lenine, as lutas de liderança e o futuro da revolução

A partir de 1921 e suplantadas quase todas as ameaças externas, o Partido Comunista enfrenta dissensões internas, cuja origem, mas também a resolução, acabam por envolver uma cristalização das estruturas diretivas, a que se segue quer uma centralização e acumulação de poderes no *Politburo* em detrimento das estruturas locais e do próprio Comité Central, quer uma burocratização de toda a vida soviética. Desta crise política, que durará até 1927, a imprensa portuguesa não logrará fazer senão uma muito incompleta representação, facto que trará este ponto na preocupação de demarcar entre o que passa pela imprensa e o que esta, tão falha em factos e lógica, obriga a contar e explicar.

Não têm sido poucos os biógrafos de Lenine que associam a doença à exaustão física e psicológica que a percepção de toda esta situação lhe provoca – é justamente em 1921 que começa a queixar-se de insónias e de dores de cabeça, que somente se agravam ao longo do ano. Já em

dezembro, o *Politburo* compele-o a um período de repouso e afastamento da vida política, que Lenine se mostra incapaz de cumprir, mantendo-se quer a par da governação, quer continuando a escrever. As primeiras referências ao seu estado de saúde na imprensa portuguesa surgem pelo final de março de 1922, na sequência do XI Congresso do Partido, a que o líder se apresenta debilitado: "Os despachos telegráficos são lacónicos, mas através deles sente-se o que quer que seja de uma impressão de angústia indescritível, de falência sem remédio. Tem-se a impressão nítida e definitiva de que Lenine é insubstituível na faina de aguentar o regime bolchevista." (29/3/22:1), lê-se no *Manhã*, que explica que "[...]" em relação a outros bolchevistas, como esse antipático Trotsky e esse repugnante Radek, a figura de Lenine apresenta um relevo inconfundível [...] porque [...] tem características de apóstolo e aspetos de idealista que eximem a sua personalidade às baixezas miseráveis e às ferocidades atávicas com que o mundo bolchevista há muito se está degradando." – "Se essa figura cai, que ficará da Revolução Russa?" (*ibidem*), é a pergunta deixada pelo jornal. Dias depois, ao anúncio de que "[...]" a figura máxima da revolução russa está a expirar [...]", o *Mundo* reitera a ideia do "[...]" génio de Lenine, que é, indubitavelmente, um estadista [...]" (2/4/22:1) e, porque então surgem os primeiros sinais concretos para um reconhecimento diplomático, junta "[...]" que a figura de Lenine passará, dentro em breve, a ser aureolada de heroicidade, em vez de tirano, como agora é costume chamar-lhe." – "Veremos, então, se a Revolução Russa é suscetível de se civilizar [...]" (*ibidem*), escreve-se ainda, aumentando as dúvidas e expectativas em torno do regime que esta morte parece envolver.

Menos dado a estas contemplanções do que "[...]" os arraiais bolchevistas e adjacentes [...]", o *Monarchia* vem informar, pelo final de abril, que Lenine sofre de um cancro na garganta e que, "Como ele também o seu país sufoca, a gorja amarfanhada por um cancro terrível – o bolchevismo." (25/4/22:1). Por mais interessante que seja a arenga monárquica, não se extingue assim o estadista – um derrame cerebral pelo final de maio vem até confirmar aos seus médicos alemães que a doença é degenerativa e do foro neurológico. Depois, como bem assinala a *Lucta* já em junho, "Temos a impressão de que a sua morte não é tão decisiva para os destinos da Rússia como muitas pessoas o supõem." (12/6/22:1), e isso parece confirmar-se⁵⁷⁶, dias depois, com o *DN* a anunciar que "Os representantes dos 'soviets' não acreditam no restabelecimento do chefe bolchevista e esperam a todo o momento a notícia da sua morte." (17/6/22:1) e que "O triunvirato [Kamenev, Zinoviev e Estaline] já entrou no exercício das suas funções." (20/6/22:1) – Estaline é secretário-geral do Partido desde abril. Pelo final de julho, não esconde a sua desilusão o *Montanha*, ao informar que "Lenine continua bem de saúde [...e que...] se fosse uma criatura de extraordinário coração já tinha morrido, com certeza." (25/7/22:1) – "[...]" a verdade é que o ditador da Rússia vermelha continua ótimo, a rir-se de nós, burgueses, e da Morte, que é também burguesa." (25/7/22:1), confessa o *Vanguarda*.

Já no fim de agosto, o *DN* anuncia que "O famoso ditador passa a vida a fazer cestos e a rezar

⁵⁷⁶ O *DN* apresenta ainda a possibilidade aventada por Kurt Suckert [*sic*], que "[...]" defende [que...] Lenine morreu em 1918, mas como é a personificação do regime dos "soviets", o seu falecimento não foi divulgado

[...]” e que “[...] escreveu uma brochura na qual declara que a revolução comunista não passou dum terrível erro.” (29/8/22:1). Porque o objetivo é, afinal, o de patentear o estado a que chegou o estadista, o diário nem se dá ao trabalho de inquirir sobre a veracidade da declaração ou do contexto em que foi produzida – um “Campeão Vermelho”, anunciará já em outubro, contando que “[...] o senhor de todas as Rússias, acha-se desde há tempos reduzido à triste situação de paralítico, exilado num palácio dos arredores de Moscovo, onde passa os dias estendido numa cadeira de lona, vendo por um óculo de grande alcance, com o auxílio da sua digna esposa e enfermeira, o movimento febril da população.” (20/10/22:1). Na realidade, Lenine volta, desde outubro, a participar nas reuniões do *Politburo*: apesar do atraso, posto que entretanto sofrera outro derrame, a notícia, a abrir 1923, de que “[...] pronunciou alguns discursos proclamando a necessidade de manter intransigentemente, em toda a sua pureza e em todo o seu rigor, as doutrinas comunistas.” (5/1/23:1), remete para a questão do comércio externo, que Lenine, contra a posição do triunvirato, pretende ainda sob a alçada do Estado.

Ao longo de 1922 e 1923, continuam a provar-se reduzidos os conhecimentos da imprensa sobre a política interna russa. Ainda em agosto de 1922, o *Palavra* declara que “É um erro admitir-se que na Rússia mandam só Trotsky e Lenine. [e que] Na Rússia manda muito mais gente porque a ânsia personalista aí se tem desenvolvido bastante.” (3/8/22), mas não adianta muito mais. De facto, a formação da *troika* constitui já uma tentativa de alienar Trotsky da vida política, mas não a única: sabendo, de antemão, da sua renúncia, a *troika* nomeia Trotsky para cargos menores, apenas para poder repreender o seu comportamento e desacreditá-lo dentro da estrutura do Partido. Acusando alguns problemas de saúde, Trotsky aproveita a ocasião para se retirar para o campo. Durante este período, reaproxima-se de Lenine, que se vem antagonizando com Estaline pelo modelo federalista e altamente centralista que este pretende dar ao problema das nacionalidades. Em representação de Lenine, Trotsky defenderá no *Politburo* a referida questão do comércio externo e ficará ainda encarregue de atacar as políticas de Estaline no XII Congresso do Partido, marcado para março. Temendo uma aniquilação política pública, Estaline ainda o adia, mas, logo a 10 de março, Lenine sofre um terceiro derrame que o incapacita definitivamente e desterra em Gorki⁵⁷⁷ até à sua morte. Com Lenine fora de cena, Trotsky não antagonizará Estaline durante o congresso, mas o seu discurso contra burocratização e pela defesa da democracia interna, denunciando o mal-estar que se vive dentro do partido e mobilizando alguns setores até então alheios à questão, irrita, ainda assim, a *troika*.

De tudo isto, contudo, só da situação clínica do estadista a imprensa dá conhecimento e já com algum atraso. A 3 de abril, o *Primeiro de Janeiro* anuncia que “Lenine está gravemente enfermo, tendo-se declarado a paralisia total. [e que...] que nos dias próximos será publicado um artigo oficial

porque a figura quase lendária do ditador o tornou indispensável ao misticismo do povo russo.” (17/6/22:1).

⁵⁷⁷ Lenine é transferido para Gorki em maio; já em junho, porém, o *ABC* escreve que o “[...] ditador celebrado [...] tendo vivido em Paris, como o mais modesto dos burgueses, a esta hora sofreu as suas dores cruciantes não numa aldeia perdida, mas dentro do próprio Kremlin. [...] Não passa, pois, duma invenção esse asilamento de Lenine na aldeola, entre *moujiks*, tratado apenas pela esposa.” (21/6/23:13).

no sentido de preparar o povo para a morte daquele ditador.” (3/4/23:1); já o *Século*, declara que, “[...] se morre, Lenine será substituído por um judeu.” (15/4/23:1). No princípio de maio, o *Primeiro de Janeiro* dá algum relevo às naturezas das divisões internas, anunciando que “O Congresso Comunista recusou-se a adotar as propostas económicas de Krassine, tendo este declarado abandonar o cargo de comissário do governo. [...] e que] Nem Krassine sem Tchitcherine foram reeleitos para o comité central.” (4/5/23:1). Já em junho, no *Século*, informa-se que os emigrados russos, “[...] divididos em dois campos: o democrático e o monárquico.”, “[...] não conseguiram ainda a desejada união para poderem bater-se com os homens de Moscovo e os expulsarem daí.” (11/6/23:3), mas “[...] não ignoram também que a discórdia que separa os dirigentes de Moscovo é cada vez maior e que um desacordo se manifestou já entre os moderados, como Krassine, Rykov, Tchitcherine e Preobrajensky e os extremistas sectários guiados por Bukarine e Estaline.” (*ibidem*). Ainda antes da morte de Lenine, estas serão as poucas referências conhecidas ao conflito na cúpula do poder comunista, que conhecerá alguns dos seus principais episódios⁵⁷⁸ entre outubro de 1923 e o Congresso dos Sovietes, organizado já em janeiro de 1924, e de que Trotsky, uma vez mais repreendido, sai derrotado.

Os ecos deste congresso chegarão apenas após a morte de Lenine, anunciada, com o costumeiro desfasamento de três dias, a 24 de janeiro de 1924. Deixando as causas da morte ao *Correio da Manhã* e ao DN, que disputam entre a paralisia pulmonar e a hemorragia cerebral, a posição mais interessante é talvez a da *Batalha*, que, reproduzindo quase na íntegra a notícia que lhe chega da agência Rádio, regista que “A despeito da sua orientação autoritária, o movimento social do nosso tempo perde um dos seus mais profundos pensadores” (24/1/24:1), reconhecendo ainda que “Não foi um banal, nem um hesitante. Foi a grande figura necessária para encarnar a experiência marxista num país onde imperava a ignorância e a miséria.”, e receando que, com a sua morte, “[...] se cometa toda a sorte de abusos e que a situação dos estrangeiros na Rússia se torne absolutamente insustentável.” (*idem*). Nos dias seguintes, descreve-se o cortejo fúnebre, fazendo o *Jornal do Comércio* questão de frisar que será enterrado como “Como se fosse o imperador” (25/1/24:1) (“Com pompas de soberano”, dirá depois o DN), enquanto o *Novidades*, perguntando se chegou “O fim de um pesadelo”, conta que “Petrogrado passará a chamar-se Leninegrado” e que “Nas ruas que conduzem ao Kremlin, há longas filas de soldados da guarda vermelha, comandados por oficiais de aspeto insolentemente marcial, entre os quais se destacará pela sua farda reluzente algum príncipe de sangue alemão.” (25/1/24:1), enquanto “[...] os mais insígnos oradores percorrem as ruas, os olhos brilhantes de excitação fanática, arengando às densas massas populares que vêm acudindo ao Kremlin, enaltecendo as virtudes cívicas do herói morto.”, e até “[...] o patriarca Tikhon, o recém-convertido à

⁵⁷⁸ A 8 de outubro, Trotsky escreve em carta aberta que as recentes greves e agitações que se sentem nalguns pontos do território se devem à falta de democracia interna, posição secundada por alguns históricos do partido, ainda a 15 desse mês, num documento conhecido como *Declaração dos 46*; entre novembro e dezembro, a troika mostra-se disposta a fazer concessões, mas uma nova carta, de 8 de dezembro, valerá a Trotsky e ao trotskismo uma nova acusação de desvio pequeno-burguês e uma nova reprimenda, a que responde ainda

Igreja reformada, ajoelha diante daquele que espoliou a Igreja e por ele vai rezar.” – “A massa anónima [...] amaldiçoam o morto, suspirando, na visão do fim um de um pesadelo.” (*idem*). Curiosa atitude tem o *Vanguarda* (29/1/24:1), que carecendo, aparentemente, de uma opinião, vê mais fácil a reprodução dos títulos da imprensa francesa, em que nem a Rússia nem Lenine se têm, por esses dias, na mais alta consideração⁵⁷⁹. Já nos últimos arrebatos em torno da morte de Lenine, o *Século* informa que “[...] na Rússia alguns fanáticos pela memória de Lenine estão fazendo uma campanha, no sentido de que a Igreja Livre canonize o grande ditador russo, sendo assim ‘post-mortem’ investido dos atributos celestiais de santo bolchevista.” (3/2/24:1); e o *Novidades* regista que, por “São Lenine!”, “As multidões russas, desfilando perante o cadáver do seu ídolo salvador, tinham nos olhos as lágrimas mais sentidas e sinceras.” – “Eterno enigma dos povos!”, arremata (3/2/24:1)⁵⁸⁰. Ainda assim, é lícito reconhecer certo acatamento da generalidade da imprensa para com a morte do estadista, situação a que não será estranha, também, alguma expectativa e apreensão.⁵⁸¹

Trazida em permanente associação com a figura de Lenine, a questão da manutenção do regime atingirá, na sequência da sua morte, o seu ponto alto, já só absolutamente centrada nas dissidências internas. Contrariando o sentido de gravidade que se lhe procura conferir, o tema não só está longe de interessar a todos os jornais, como não chegará a merecer, mesmo daqueles pretensamente mais atentos, uma análise profunda. Curiosamente, as razões desse fenómeno não se parecem fixar tanto na falta de informações – é o próprio *Notícias de Évora*, que, já por meados de fevereiro, brada dos confins da província que “Cansam-se as agências telegráficas em nos dar notícias do caótico estado da Rússia e cada vez se vê menos claro [...]” (15/2/24:1) – mas ainda, e como em 1917, num certo desinteresse face a quantos grupos e ideias dividem os comunistas, porque, no fim de contas, é a totalidade do processo revolucionário que foi e continua a ser rejeitada.

com a publicação de sete cartas, reunidas e publicadas em janeiro sob o título de *Novo Curso*.

⁵⁷⁹ Vale a pena citar: “*Le Journal*: A esse génio de destruição faltou a inspiração e a energia, quando se tentou reconstruir. *O Petit Parisien*: Como os antigos “condottieri”, Lenine, para atingir os fins, não hesitava quanto aos meios. *A République Française*: Demagogo selvagem e do doutrinário fanático havia nele. *O Goulois*: Nem a arte, nem o amor, nem as letras, - nada absolutamente do que seduz, apaixonava eleva ou abaixa os homens vulgares, encontrava acesso na alma de Lenine. *O Libertaire*: (anarquista) Lenine é um tirano. Lenine embriaga-se com o seu poder autoritário.” (*Vanguarda*, 29/1/24:1).

⁵⁸⁰ Numa última nota ainda relativa à morte de Lenine, o *Primeiro de Janeiro* informará, já em 1925, que “Em Moscovo, uma comissão de comunistas, chefiada por Kamenev, tomou a si a tarefa da análise do cérebro de Lenine. O exame determinará se o cérebro do ídolo dos *soviets* da Rússia é anormal, se ele possuía no intelecto aquela força que, segundo Bernard Shaw, cria o super-homem.” (3/10/25:1)

⁵⁸¹ A destacar, só talvez a posição do *Comunista*, que, já em fevereiro, regista que “Evocar Lenine é relembrar a época heroica em que a Revolução russa triunfou de todas as forças coligadas da organização capitalista.”, e que “A imprensa de todos os matizes entoou-lhe um coro de impropérios de desdém e desde o conservador ao anarquista puritano, o mesmo tom de repulsa atirou o seu ódio indecoroso e o seu desdém orgulhoso, e a brava hoste que se batia galhardamente contra os canhões de todas as potências mandou tiradas no mesmo tom infame.” (2/2/24:1) – pressionando, depois, onde mais interessa, escreve que “O próprio Kropotkine fraqueja e amolece. Só Lenine e os bolchevistas com uma inaudita coragem e uma maravilhosa presciência do que ia sair da guerra ousaram levantar-se contra a guerra e proclamar a rebelião civil armada.” (*ibidem*).

Janeiro e fevereiro darão de tudo isto disto um bom exemplo. Ainda a 24, depois de anunciar a morte de Lenine, a *Batalha* escreve ainda que “[se Espera] ansiosamente a resolução de Trotsky para saber se este “*leader*” comunista aceita o exílio disfarçado que lhe foi imposto ou se se vai lançar na luta pelo poder. [e que] Se ele se decidir a combater será apoiado por Radek e Zinoviev, que são partidários da propaganda no estrangeiro para se conseguir a revolta mundial. (24/1/24:1). O *Vanguarda*, porém, regista que “Trotsky não assistirá ao congresso pan-russo que vai escolher o sucessor de Lenine. [e que] O Congresso fará a sua escolha entre os nomes de Rikov, Kamenev e Estaline.” (24/1/24:1). Dois dias depois, o *Século* assinala que “[...] os dois concidadãos em maior evidência. Kamenev e Estaline [...] serão postos de parte. [posto que] O primeiro é Israelita e o segundo georgiano e seria inoportuno, senão perigoso, ‘entronizar’ alguém que não fosse verdadeiro russo. (26/1/24:1) – a solução, admite-se, é a manutenção do triunvirato por que se distribuirão os poderes antes concentrados em Lenine. Em volta disto, conta ainda o *Rebate* que se agitam “Os chefes dos principais grupos políticos [...]”, prevendo “[...] o fim próximo do bolchevismo.” e pensando “[...] que a morte de Lenine contribuirá para agravar os dissídios que, há tempo, ameaçam o regime.” (31/1/24:1); enquanto o *Vitória* noticia que “O grão-duque Cirilo da Rússia declarou aos jornalistas que tenciona voltar em breve para a Rússia para aí proclamar a monarquia.” (*idem*).

Muito se conta, de facto, mas nada, em verdade, explica ao leitor coevo que, derrotado no Congresso dos Sovietes, Trotsky, cujos problemas de saúde se vêm agravando, parte para o sanatório de Khukumi (e não para o exílio), na Geórgia. Pouco antes de chegar, é surpreendido com a notícia da morte de Lenine, as cujas exéquias não pode regressar a tempo. Bem estranho é, portanto, que com Trotsky a banhos, o *Vanguarda* anuncie uma decisão sobre um evento – o XIII Congresso do Partido Comunista – a ter lugar em maio; mais estranho ainda que o *Século* negue a Estaline, já secretário-geral do Partido, a possibilidade da sua reeleição – assim, num momento em que o poder de Estaline se pode dizer consolidado, um tamanho retorno a Trotsky não pode deixar de sugerir que uma boa parte dos equívocos e da instabilidade em que a imprensa pretende encontrar os comunistas russos assenta numa certa incapacidade de acompanhar e compreender a evolução do processo político russo, cuja imagem de perturbação revolucionária – mormente agora que Lenine, pela morte, se converteu no líder eterno e irrepreensível de um Partido que se orgulhava de os não ter – continua a associar àquela outra que tem e que sempre teve de Trotsky, eterna segunda figura do regime. Tal reflexão, reconhece-se, vem talvez fora do lugar, mas deixará mais claro o que está ainda por vir.

É justamente a Trotsky que volta o *Novidades*, já pelo início de março, para escrever que “As dissidências no comando do partido comunista e, como disse, no próprio ‘soviete’ dos comissários, as tumultuosas exteriorizações de descontentamento popular, a campanha enérgica e mesmo violenta iniciada nos últimos meses [...] contra o ditador militar Trotsky, são sem dúvida sintomas eloquentes duma funda evolução na vida do regime soviético.” (1/3/24:1) e que depois da morte de Lenine, “[...] as divergências subiram de povo e chegaram a espalhar-se também às províncias, onde se traduzem em tentativas revoltas dos partidários dos dois grupos em guerra.”, sendo o objetivo de Trotsky “[...]”

derribar o atual Governo e proclamar a ditadura militar.” (*idem*). O que daqui mana é uma imagem de conflito que não se revê em factos aceites e tidos como certos: embora mais organizada... e teorizada, a Oposição de Esquerda perde alguns dos seus principais elementos e os desacordos que vinham marcando os anos anteriores fazem-se agora sentir com muito menor intensidade; ainda que permaneça um dos mais destacados líderes bolcheviques, Trotsky perdeu já, como o Politburo, todos os poderes de decisão política, concentrados na *troika* e, a despeito dos ataques que lhe continuam a mover, por forma a minar a sua reputação, a sua postura no congresso do Partido⁵⁸² é francamente conciliatória. Nada, portanto, que então leve Trotsky a publicar artigos “[...] contra os extremistas Zinoviev, Estaline e outras, parecendo apoiar assim o movimento de oposição aos excessos do governo [...]”, quando “[...] o seu fim era unicamente ocultar a ofensiva que, de acordo com Djindjinsky e Unschliecht [*sic*] estava preparando contra os adversários do radicalismo.” (18/5/24:1). Nada, porque a despeito da proibição formal de criar fações dentro do Partido, a discussão é mantida abertamente, passando às páginas do *Pravda* – é que atrás da discussão da burocratização do sistema, da falta de democracia partidária, da revolução contínua e mundial ou da construção do “Socialismo num país”, os líderes podem, afinal, continuar a velar interesses e rivalidades bem mais comezinhos.

Um aspeto interessante relativo a todas as notícias sobre crise política e as lutas pelo poder é que só esporádica e irregularmente vão surgindo, publicadas por um único jornal e sem conhecerem uma posterior generalização aos demais, como se estes não lhe conferissem o menor crédito ou interesse. Pressente-se aqui que, a despeito das dissensões reais e sem dizer muito sobre o curso do processo revolucionário, se pretende, num momento em que as relações entre a URSS e outros estados se começam a resolver, acentuar a ideia instabilidade na liderança e nas políticas soviéticas. Já em junho, por exemplo, entre as causas de “[...] um intenso nervosismo entre os chefes do partido comunista russo [...]” (13/6/24:1), o *Primeiro de Janeiro* vem colocar exatamente a “[...] oposição, que se manifesta no seio do partido contra as medidas enérgicas, adotadas pelo triunvirato (Zinoviev, Estaline e Kamenev) contra os negociantes particulares, que julgaram poder voltar ao exercício do seu comércio, a seguir à proclamação [...] da Nova Economia.” (*ibidem*).

Na realidade, a acalmia entre os comunistas ou o conhecimento e interesse real são tais que – depois de anunciar em julho que “A atitude de Trotsky no Congresso não satisfez os seus adversários, nem os seus amigos, que o queriam mais explícito. [e que] Para muitos, o segredo [...] é que Trotsky espera a sua hora.” (*Primeiro de Janeiro*, 2/7/24:1); depois de dar a conhecer “Uma carta póstuma em que o chefe dos ‘soviets’ traça o perfil dos seus colaboradores” (*Mundo*, 27/7/24:1), o testamento político de Lenine, portanto, que tanto brado dera no congresso do Partido⁵⁸³ – a imprensa portuguesa

⁵⁸² Do congresso, aliás, apenas se sabe pelo *Século* que “[...] a viúva de Lenine [*sic*], derribou completamente a política do marido, na última sessão realizada pelo partido comunista de Moscovo, apresentando uma moção contra o novo sistema económico o as concessões particulares introduzidas por Lenine.” (21/5/24.1). O episódio denuncia já outra rutura, que não a de Trotsky, no *Politburo*.

⁵⁸³ Lê-se, nomeadamente, que “Kamenev, não se deve ter confiança nele porque é um oportunista, tendo

e porventura quem lhe fornece a informação, logram passar pelos três últimos meses do ano sem evidenciar o menor conhecimento quer da publicação, por Trotsky, das célebres *Lições de Outubro*, quer de uma nova ronda de polémicas internas, depois conhecida como *Discussão Literária*⁵⁸⁴.

Estes dois episódios, pouco mais aportam à questão do que a discussão do papel e relevo de cada um dos líderes no processo revolucionário, mas tamanhas são agora as acusações contra Trotsky que, já pelo início de 1925, este se demite das suas funções de Comissário da Guerra. A meio de janeiro e sem adiantar muito mais, o *Século* regista que “Trotsky encontra-se numa casa de repouso” (16/1/25:1). “Não está preso, mas posto de parte e vigiado [...] pelos agentes da Tcheka, em pavilhão especial; no centro duma floresta próximo a Moscovo.” (29/1/25:1), explicará depois o *Primeiro de Janeiro*, que, insistindo na ideia da detenção e da luta aberta, conta ainda que “Os seus principais colaboradores foram presos.”, que “Os amigos [...], em liberdade, continuam a trabalhar em seu favor.”, e que “A luta é violenta entre os seus partidários e os seus adversários, tendo já havido represália entre uns e outros.” (*ibidem*). “Trotsky encontra-se exilado [...] na Crimeia [...]” (26/3/25:1), corrigirá, já em março, o *Século*, que, dizendo-o “[...] não só o grande revolucionário, mas também a ‘mão de ferro’, o grande organizador do ‘Estado comunista’ dentro do Estado russo.”, se pergunta mesmo da sua necessidade de “[...] proclamar bem alto semelhante verdade [...]” e de “[...] se deixar adormecer por semelhantes sonhos de fama [...]” (*ibidem*).

Doente, caluniado e desempregado, Trotsky convalesce, uma vez mais, longe de Moscovo e sem as limitações que os jornais lhe pretendem impor. Conquanto Zinoviev procure irradiá-lo do Partido, quando volta à cena política, já em maio, é para ocupar o lugar que ainda conserva no *Politburo* e que passa a acumular com os três novos cargos de comissariado que lhe são até cedidos por um Estaline disposto a desempenhar um papel moderado – “Parece assim que Trotsky conseguiu reconquistar o seu posto proeminente entre os chefes bolchevistas” (1/6/25:1), assinala já pelo princípio de junho o *Novidades*, que, logo supondo conjura, escreve que “Trotsky exige que se confie ao seu fiel amigo Radek um posto importante no comissariado dos negócios estrangeiros e nesta luta contra Zinoviev conta também com o apoio de Litvinov, que, por sua vez, reclama certas modificações no sistema da representação diplomática soviética, acreditada no estrangeiro.” (*ibidem*). Mas Trotsky não está já em condições de exigir nada: compelido a desmentir publicamente (contra o testamento político de Lenine) a versão dos acontecimentos então apresentada por Max Forrester Eastman em *Since Lenin Died*, desmente; incitado a tomar uma posição ante a *Nova Oposição*, que se forma, pela

mostrado uma a grande cobardia em 1917; Zinoviev [...] é um inábil, que procura apenas o seu poder pessoal; Bukarine é um espírito científico, mas tento e enfatado. Estaline é um espírito mesquinho muito embora possua uma alma de ditador. Trotsky é um homem muito competente, mas tem um fraco pela *pose* e pelas aparências exteriores, necessitando de ser disciplinado a fim de ser aproveitado.” (*Mundo*, 27/7/24:1).

⁵⁸⁴ Trotsky, que nas críticas dos seus detratores vira sempre referido o seu passado menchevique e a acusação de ter chegado tarde ao processo revolucionário, vem agora secundarizar a participação de Estaline em episódios da Revolução e registar mesmo a oposição inicial de Zinoviev e Kamenev à realização do Golpe de Outubro.

dissolução da *troika*, entre setembro e o XIV Congresso do Partido, em dezembro, opta por se manter alheio à discussão e nem sequer discursa.

Desta *Nova Oposição*, também pouco se dirá. Em julho de 1925, comentando que o Tratado de Locarno pode vir a deixar a Rússia isolada, o *Primeiro de Janeiro* registra que “[...] o irrequieto e imprudente Zinoviev afirmava que a época das revoluções e das guerras continuava.” e que “O próprio Estaline põe em dúvida as vantagens duma política tão acentuadamente hostil, e pergunta se não haverá vantagem em a Rússia se abster de qualquer intervenção agressiva para as potências ocidentais.” (10/7/25:1). Tais posturas prenunciam o corte entre líderes, confirmado quando o *DN* anuncia que “[...] altos funcionários soviéticos, conhecidos pela sua dedicação a Zinoviev foram ultimamente deslocados e nomeados para postos distantes na Sibéria e no Turquestão.” (5/10/25:1), e o *Primeiro de Janeiro*, que “Zinoviev e Kamenev vão ser substituídos na direção do partido comunista.”⁵⁸⁵ (31/12/25:1). Só o *Diário de Lisboa*, pelo início de 1926, dará a rara explicação de que “Para evitar o concorrente mais temível Trotsky – Estaline associou-se a Kamenev e a Zinoviev [...]”, mas que “Assim que isso se conseguiu, Estaline – um verdadeiro mestre da intriga política – minou a influência de Zinoviev [...] para tirar do primeiro plano Kamenev [...]” (6/1/26:7).

Destarte, talvez Estaline seja a nulidade em que Lenine e Trotsky efetivamente o têm; talvez passe mais ardisosa e silenciosamente que outros por todas as dissensões políticas da URSS – ainda assim, e com quase oito anos volvidos sobre o Golpe de Outubro, não deixa de surpreender a sua quase ausência das representações de uma crise política que ele próprio encabeça e de que só ele sai vencedor: bem escreve Reinaldo Ferreira que “A presidência dos Comissários do povo não cede aos privilégios de sangue – não passará de pais para filhos – mas é herdada por direito de inteligência e de trabalho.” (*ABC*, 21/1/26:16). Face a isto, é possível supor um deliberado desinteresse da imprensa quanto à crise política soviética; mais razoado é, contudo – e não se tratando, aparentemente, de um problema de acesso a informação – que o desinteresse e o desconhecimento lhe advenham de uma certa incapacidade (senão impossibilidade técnica) para articular e refletir mais profundamente sobre fenómenos mais abstratos ou de maior duração: assim se notou na análise da NEP e assim se nota aqui e se notará adiante, aquando da abordagem do bolchevismo. O que a recorrência das referências a Trotsky vem mostrar é que a receção da Revolução Russa se fixa, desde muito cedo, em ideias e modelos precisos, que uma profusa apresentação sequencial de factos pode disfarçar, mas que a necessidade de uma reflexão mais profunda não – a morte de Lenine, as lutas de liderança e o futuro da revolução apenas ampliam, mais do que outras questões, a distância entre esses dois níveis.

⁵⁸⁵ De uma posterior aliança entre Trotsky, Zinoviev e Kamenev, formar-se-á a *Oposição Unida*, mas não só cai fora dos limites da análise deste trabalho, como não tem já grande efeito sobre a situação política soviética.

1.4 Da internacionalização da Revolução à perspectiva de uma nova grande guerra – 1924-

1.4.1 A ameaça vermelha e a defesa da civilização ocidental

Na imprensa portuguesa, a ameaça de uma internacionalização da revolução começa a desenhar-se a partir do verão de 1918, progressivamente convertida pela imprensa situacionista numa arma contra a oposição liberal, procurando denegrir a sua imagem. Entretanto, já a anterior vulgarização deste processo nos meios políticos internacionais mostra bem que nada disto pode ser imputado a um país ou mesmo a um regime específico, nem porventura à ação internacionalista dos revolucionários russos. Quando Alfredo Pimenta aproveita a greve geral de novembro para escrever, no *Diário Nacional*, que “A queda das nossas instituições tradicionais marca a declarada adaptação do perigo revolucionário; e [que] a sujeição do País, durante sete anos, à mais desenfreada e repugnante demagogia, afirma a que profundidade chegaram as raízes desse perigo.” (23/11/18:1), já a generalidade da imprensa burguesa europeia acertou, como depois se lerá no *Século*, que a vitória bolchevique virá baldar o pagamento da dívida russa e das compensações alemãs, que os bolcheviques “[...] não poderão manter o seu poder na Rússia se a revolução não se estender a toda a Europa. [e que] Em vista disso encetaram uma enorme campanha de agitação com o fim de propagar o movimento revolucionário.” (24/12/18:1). Assim, com o fim da guerra, a questão soviética passa naturalmente a congregar a atenção de uma imprensa, que, às notícias da celebração do armistício, junta, de imediato, as de uma crescente ameaça bolchevique. Por essa altura, por exemplo, lê-se na *Lucta* que “A investigação ordenada por causa dos boatos relativos a um *complot* maximalista contra a França [...] prova que os maximalistas tinham organizado uma revolução armada que devia estender-se a toda a Europa ocidental.” (14/11/18:1); e, pelo *Século*, o embaixador suíço em Madrid “[...] confirma o insucesso das tentativas bolcheviques no seu país.” e também o homólogo britânico afirma que “[...] na Inglaterra não conseguirá fazer carreira” (18/11/18:1).

Porém, esta é também uma imprensa que não responde senão pela lógica dos seus interesses, não surpreendendo encontrá-la nalgumas flagrantes contradições: no mesmo *Século*, por exemplo, em que arremete contra a imprensa germânica por nesta se defender uma harmonização com os Aliados e que “[...] a Alemanha é a primeira vanguarda na luta contra o bolchevismo.” (12/12/18:1), ler-se-á, apenas alguns dias mais tarde, que “Trotsky deu [...] no momento em que se assinava o armistício [...] a ordem do avanço geral. [e que...] A ofensiva maximalista faz lembrar, pelas suas crueldades, as incursões dos tártaros na Idade Média [...]” (21/12/18:1)⁵⁸⁶. Esta é uma disposição que não mudará pelo princípio de 1919, quando a Revolução Alemã e a formação da República Soviética Húngara levam a imprensa burguesa alarmada com notícias da trama internacionalista, nem sequer muito mais

⁵⁸⁶ Também o mesmo *Jornal do Comércio* que, em janeiro de 1919, assinala que “[...] o inimigo, que não se queria perseguir na Rússia longínqua, anuncia-nos impudentemente que virá dar-nos batalha no Reno.” (30/1/19:1), escreverá, em março, que bem pode “[...] Scheidemann agitar até o próprio espantinho

tarde, conquanto a primavera venha mostrar que Aliados têm menos a recear dos anteriores acordos entre “boches” e bolcheviques, do que daqueles ainda por celebrar⁵⁸⁷ – mas o mais pertinente, porém, é que longe de um simples conflito de interesses, tal disposição se presta, na dimensão simultaneamente nacional e internacional que a questão deve ter ao nível da imprensa, a espelhar um conflito entre a ideia centro-europeia de uma ameaça eminentemente militar e aquela – nacional ou, quiçá, até periférica – de uma ameaça ideológica e, portanto, mais facilmente reconhecível e provada na situação concreta de um país que se sente partícipe dos acontecimentos, mas que, afinal, se sabe tão distante. Ainda assim, ver-se-á que, mesmo longe e talvez inconscientemente, a imprensa nacional estará forçando o reconhecimento da tendência mais lógica e também mais prometedora.

Agora que o país se convulsiona com a intentona monárquica, a ameaça queda-se lá por fora, mas uma vez restaurada a “normalidade constitucional republicana”, a imprensa burguesa restitui-la-á ao país. Por esta altura, já a mais liberal terá abandonado certa neutralidade, que, ao longo do sidonismo, a trouxe congraçada com o operariado; e já este, apenas regressado do alto de Monsanto ou das serranias minhotas, se estará preparando também para os próximos embates – ao longo de 1919, *Batalha*, *Bandeira Vermelha* e *Avante* darão início à sua publicação, e até o *Combate* passa a diário. Desta feita, a Rússia continuará muito longe, mas a imprensa burguesa passará a ter um opositor comum com que trocar diatribes. Ainda assim, e no que respeita à penetração bolchevista em Portugal, as posições serão sempre ambíguas, porque sendo uma recorrência no discurso de toda imprensa, por mais distintas que sejam as suas motivações, a ideia de uma ameaça é liminarmente afastada a cada vez que, por tal razão, o país é referido na imprensa internacional – é que a despeito do que lhe chega do estrangeiro ou até da semelhança de conteúdos e atitudes assumidos em função das mais diversas orientações ideológicas, a imprensa portuguesa não deixa nunca de evidenciar a capacidade de avaliar, adaptar e verter diferentemente o que vai lá por fora e o que se passa cá dentro. No entanto, seja porque nada acontece, porque nada preocupa verdadeiramente a imprensa, ou apenas porque se torna difícil dar um desenvolvimento consistente à ideia de uma ameaça do bolchevismo ao mesmo tempo que se dá publicidade às suas derrotas e calamidades, frustram-se as expectativas, senão mesmo os receios, numa profusão informativa a que só a distância (e não a proximidade) face à ameaça logra dar alguma credibilidade – facto, ademais, a que não parece ser alheia, até ao final de 1919, a fixação da ameaça por uma dimensão ideológica.

Esta tendência ficará assinalada já ao longo do verão, nalgumas referências à situação húngara e alemã, com o *Republica* a escrever que “O governo comunista húngaro tinha criado escolas [...] para

bolchevista querendo fazer crer que não arruinem nem desarmem a Alemanha [...]” (13/3/19:1).

⁵⁸⁷ É assim que, numa mesma edição do *Diário de Notícias*, por exemplo, será ler possível que o ministro das finanças alemão, Gothein, declara que “Qualquer exigência exagerada de paz trará consigo uma vitória do bolchevismo, que encontra um bom campo de ação na Alemanha [...]” (19/4/19:1), e que, “Segundo dizem alguns jornais alemães, o governo dos *soviets* russos teria oferecido uma aliança ao governo alemão, segundo a qual a Alemanha restabeleceria as suas fronteiras de 1914.”, em troca de “auxílio contra a *Entente*”, da formação de “um ministério puramente socialista” e da “socialização das indústrias.” (*idem*).

a formação do método de propaganda bolchevista.”, que consiste quer em “[...] fazer nascer em toda a parte entre as classes laboriosas o desejo da pilhagem.”, quer “[...] na emissão de notas falsas, que visa o enfraquecimento da situação económica dos países imperialistas estrangeiros.” (14/8/19:1); e com o *Primeiro de Janeiro* a juntar que “A imprensa alemã publica documentos comprovativos de que está por breves dias uma nova revolução bolchevista em Munique.” (9/9/19:1). Depois, em outubro, o DN assinala que lhe “Comunicam de Varsóvia que [...] durante uma conferência a que assistiram Lenine e Trotsky, resolve-se entregar 100 milhões de rublos na propaganda bolchevista na Polónia.” (4/10/19:1), com a *Lucta* a reiterar, dias depois, que “A defesa mais eficaz que hoje tenta o bolchevismo russo não é a confiada aos exércitos [mas...] à propaganda que se esta fazendo em todas as nações, com o fim de levar os naturais destas a focar os próprios governos no sentido de respeitarem e reconhecerem as transformações políticas e sociais por que tem passado o império dos czares.” (10/10/19:1). Novembro trará a notícia da descoberta, em Nova Iorque, de “[...] uma vastíssima conspiração que tinha por fim derrubar o governo de Washington e substituí-lo por uma organização revolucionária análoga à Rússia dos *soviets*.” (*Manhã*, 10/11/19:1); mas em dezembro, noticiam-se a existência, em Tachkent, de escolas “[...] para preparação de propagandistas que se destinam ao Afeganistão e à Índia.” (*Manhã*, 7/12/19:1), e ainda as instruções dadas por Lenine e Trotsky aos socialistas suíços para que levem a cabo “[...] atentados contra todos os membros do governo, movimentos revolucionários, diminuição na produção mineira, atos de sabotagem nas linhas férreas mais importantes, greve geral e uma campanha terrorista.” (*Século*, 22/12/19). Entretanto, o *Combate* reporta que Trotsky declarara ao Coronel Malone⁵⁸⁸ que os russos têm “[...] uma grande facilidade em aprender línguas estrangeiras. [e que] Se os ingleses casmurraram ainda por muito tempo no prosseguimento da política atual adotada contra a Rússia, ver-nos-emos, talvez, na contingência de lhes provarmos que somos capazes de aprender o ‘hindu’” (28/12/19:1).

Já no princípio de 1920, sabe-se que, nos Estados Unidos, “São passadas ordens de detenção a mais de cem mil indivíduos.” ligados a organismos extremistas (*Manhã*, 6/1/20:1) e Lenine escreve aos comunistas alemães que “Através da crítica direta e franca conseguiremos, dentro em pouco, varrer do caminho em todos os países – por meio da massa operária educada marxisticamente – todos os traidores do socialismo, pois que se encontram espalhados pelo mundo inteiro.” (*Combate*, 11/1/20:1). Levando ou não à letra estas ameaças, a imprensa portuguesa vai dando conta, do Brasil à China, da agitação que percebe ou lhe é apresentada como bolchevique, achacando-se quando, vítima de semelhante retórica, vê anunciada em Espanha, como agora, “[...] a implantação no nosso país do ‘governo dos soviets’.” (*Manhã*, 7/3/20:1). Prosseguindo, contudo, na representação da ameaça internacional, já nesta altura se começa a ler que “[...] as potências do ocidente, já hoje desunidas e dispersas, se veem obrigadas a capitular, depois de dois anos de bloqueio mal conduzido e auxílios

⁵⁸⁸ Cecil L’Estrange Malone, recorde-se, é um dos primeiros britânicos a entrar em território russo, ainda em 1919, convertendo-se rapidamente num dos maiores defensores do regime e promovendo, nomeadamente, a

desconcertados aos elementos antirrevolucionários que, um a um, se deixaram destroçar às mãos das forças bolchevistas.” (18/2/20:1) – isto escreverá a *Batalha* por ocasião da reaproximação entre a Inglaterra e a Rússia, enquanto denuncia que tais relações não têm uma feição puramente comercial (18/2/20:1). Não têm: entre maio e junho e com Krassine em Londres, sabe-se que os bolcheviques “[...] aproveitam o tempo que vai decorrendo para acentuarem as suas ameaças na Pérsia.”⁵⁸⁹, enquanto tergiversam “[...] relativamente às concessões das garantias reclamadas por Lloyd George [...]” (*Batalha*, 15/6/20:1); já pelo verão, e ainda lutando na retaguarda, avançam até Varsóvia. Em vésperas de serem batidos, o *Primeiro de Janeiro* confessa que “Se os aliados não conseguirem apagar [...] o incêndio [...] a França terá [...] de prover a sua defesa no Reno, e a Inglaterra saberá como se repercutem, no oriente, as derrotas diplomáticas ou militares do ocidente.” (14/8/20:1).

Muito se celebra, então, essa vitória sobre as novas hordas mongólicas, que a imprensa mais conservadora diz franco-polaca, não escondendo algum criticismo para com “[...] a política morna, de cedências e gestos incertos, que estava sendo praticada pelo Sr. Lloyd George.” (*Jornal do Comércio*, 9/9/20:1). Assim, sem suspender o acompanhamento noticioso da pretensa ameaça, retrai-se a imprensa avançada e acomoda-se sobremaneira a burguesa, ocasionalmente perdendo o sentido à guerra civil – em outubro, enquanto os bolcheviques empurram os brancos para a Crimeia, e a Polónia, pelo acordo de paz, se prepara para ser um dos primeiros países a reconhecer o regime soviético, o *Vitória* vai ao ponto de escrever que “Os sinais que nos vêm do Oriente são todos concordes em nos significar que os *soviets* entraram no período agudo da sua agonia.” (25/10/20:1). No entanto, tomando o pulso quer aos últimos eventos da guerra civil, quer à dimensão da agitação que Moscovo vai cozinhando em Itália, através – conta o *Jornal do Comércio* – de “[...] uma vasta rede de agentes, que trabalhavam conjuntamente na Itália, Alemanha, Suíça e França” (8/3/21:3), a imprensa retorna, já pela primeira metade de 1921, às conjecturas de uma ofensiva contra o oriente, com algumas referências discretas ao aperto britânico na Pérsia, nomeadamente à sua saída de Teerão (i.e. *Diário de Notícias*, 13/1/21:3); mas também às de uma nova ofensiva contra o ocidente, “[...] pela simples razão”, explicará o *Norte*, “de que sem guerra, o seu poder não duraria muito [...porque] só subsiste pelo terror que inspira e pela força das armas.” (1/3/21:1). Já em agosto, o *Primeiro de Janeiro* lembrar-se-á de “[...] assinalar a ameaça duma infiltração perigosa na vida da nacionalidade portuguesa e em desejar ardentemente que o assunto não seja descurado [...]” (14/8/21:1), mas a questão não tem qualquer desenvolvimento.

Só o 19 de Outubro virá alterar significativamente a situação, levando a um momentâneo abandono da ideia de uma ameaça externa, progressivamente substituída pela de uma ameaça interna, para que a instabilidade política e o recrudescimento da contestação social fornecem um bom enquadramento, mas para também contribuem a calamitosa situação da Rússia, a vitória bolchevique

campanha *Hands off Russia*. Em 1920, torna-se no primeiro deputado comunista no parlamento inglês.

⁵⁸⁹ Ou assim o entende a imprensa em função da procura de entendimentos entre o governo soviético e a Turquia,

na Guerra Civil, o lançamento da NEP, e as tentativas de uma reaproximação ao ocidente. Para além disso, se, na primeira metade de 1922, o processo revolucionário russo e a ameaça que preconiza perdem destaque para a convulsionada situação interna, onde tanto a repressão do Estado como a violência revolucionária vão assumindo uma maior gravidade, já na segunda, perdê-la-ão tanto para o receio de uma intervenção estrangeira, como para o estabelecimento do fascismo em Itália, que então passa a concentrar a atenção da maior parte da imprensa.

É só já em 1923 que a ideia de uma ameaça bolchevista internacional regressará em força à atualidade noticiosa portuguesa: primeiro, é Poincaré, que “[...] para prevenir a aliança germanorussa.”, “[...] estaria disposto a reatar de qualquer forma relações com a Rússia.” (*Correio da Manhã*, 18/3/23:1); depois, é a Roménia que “[...] acaba de entrar num período revolucionário, que pode propagar-se às nações ocidentais.” (*Vanguarda*, 4/4/23:1), e é Trotsky, que afirma “[...] que a Rússia [...] possui neste momento o mais numeroso exército do mundo, e que não demorará muito a hora em que [...] leve os seus estandartes gloriosos através da Europa.” (*Primeiro de Janeiro*, 1/5/23:1); finalmente, é toda a agitação comunista que assola a Alemanha e a Bulgária. Mas, em setembro, Primo de Rivera toma o poder em Espanha e a ameaça maior, justificada ou não, passa a ser a da ingerência estrangeira, nomeadamente espanhola, nos assuntos nacionais, sendo bem celebrado o caso de dois sindicalistas portugueses detidos por ocasião de um jogo de futebol entre as duas seleções ibéricas de futebol, em Sevilha, e acusados de maquinarem um movimento revolucionário em Espanha e em Portugal. Por Espanha, recorde-se, processa-se o tráfego informativo com a Europa.

Tudo isto, contudo, está ainda muito longe de condicionar toda a representação da ameaça comunista, que vive já de seis anos de resistência no poder, dos primeiros resultados positivos da implementação da NEP, da sobrevivência do regime à morte de Lenine e, mais importante ainda, de um reconhecimento internacional que é, afinal, o coroar das opções diplomáticas soviéticas. Longe de serenar os ânimos, a nova situação só pode criar mais desconfiança, com a maioria dos governos a ter que justificar, em condições de grande hostilidade dos seus núcleos mais conservadores, já seduzidos pelo fascismo, as condições desse reconhecimento; e com os soviets a contorná-las, explorando a instabilidade que isso traz aos regimes burgueses e procurando, simultaneamente, outros países a que estender a propaganda revolucionária. Finalmente, a intransigência de Herriot face a um reconhecimento e a subsequente exclusão da França das negociações entre Macdonalds e Tchitcherine não podem contribuir para nenhuma acalmia.

Até ao limite da análise deste trabalho, a representação da ameaça na imprensa seguirá uma via europeia – que incide nos Balcãs, mormente na Bulgária e na Roménia, mas também na pressão política colocada sobre as possessões coloniais britânicas, francesas e belgas –, e uma outra, extraeuropeia e quase sempre focada na China, mas também na Pérsia e na Índia. Esta será uma visão grandemente devedora do V Congresso da IC, onde, entre julho e agosto de 1924, se discutirá, com

que se vem a efetivar já pelo final de 1921, com a celebração do Tratado de Moscovo.

notável publicidade e impacto na imprensa ocidental, o futuro da ação internacionalista.

Relativamente à primeira via referida e resumindo bem a posição de quase toda a imprensa burguesa, o *Novidades* informa, ainda durante o congresso, que “A Europa está agora dividida em três setores, nos quais a espionagem soviética e a propaganda se darão intimamente as mãos.” (25/7/24:1), queixando-se, dias depois, que “Em vez de uma política de defesa comum, os políticos das diversas nações que compõem esta parte da Europa só se têm ocupado de interesses mesquinhos e individuais.”, e que, por esta razão, na Roménia, “Os emissários russos espalham rios de ouro entre os agentes de propaganda [...]”, e, na Bulgária, “Espera-se a cada momento a eclosão de um movimento revolucionário.” (4/8/24:1). Só a partir do outono, contudo, se tornará com insistência à questão, com a maioria da imprensa a castigar o reconhecimento diplomático inglês e as cedências de Herriot, com notícias como a de que Moscovo “Incita os comunistas ingleses a derrubarem violentamente as instituições da Grã-Bretanha” (*Mundo*, 25/10/24:1), e de que “No congresso da III Internacional [...] e depois na sessão secreta do V congresso do *Komintern*, foi criada, por proposta dum delegado francês, uma ‘comissão colonial especial’ anglo-franco-belga-hispano-holandesa, com sede secreto em Genebra, cujo objetivo seria ‘transformar as colónias no cemitério de todos os imoralismos’” (*Diário de Notícias*, 22/12/3:1)⁵⁹⁰. Assim, a fechar o ano e dando o Ocidente por “cansado e depauperado”, o *Jornal do Comércio* ainda perguntará: “[...] que admira que o Oriente avance?” (30/12/24:3).

O ano de 1925, promete dar uma boa continuação a todos estes problemas. Logo em janeiro, estão em todos os jornais as notícias da detenção de comunistas na Roménia e em França, e da encomenda de inúmeros aeroplanos à casa Fokker pelo governo soviético. Entretanto, pelo *Diário do Minho* e em mais de um artigo, alguém se encarrega de dar um raro desenvolvimento ao problema da propaganda revolucionária na Alemanha, onde, “Atualmente, a atenção dirige-se, antes de tudo para a propaganda no exército e na polícia [...]” (17/1/25:1). Por outro lado, ocupado com a fotografia do delegado de Guadalupe ao V Congresso da Internacional, sentado no trono dos czares – mais “[...] assombrosa [...] do que a própria ação da *tcheka*, a polícia russa, do que a derrota de Trotsky ou do que a Kollantai embaixatriz.” –, o *ABC* entrevê não só um “[...] desafio a todos os preconceitos de castas.”, como o cumprimento da “necessidade de bolchevização das colónias” proposto por Lenine (22/1/25:15). Em fevereiro, Vintila Vratiano [*sic*], ministro das finanças da Roménia, agora em conflito aberto com a URSS pela questão da Bessarábia, avisa em Londres que “[...] não se calcula ao certo o perigo que pode trazer ao equilíbrio de toda a Europa a política agressiva dos soviets, de cumplicidade com a Alemanha contra as potências orientais.” (*Primeiro de Janeiro*, 4/2/25:1) sugerindo uma aproximação entre a França e a Alemanha – em três anos, portanto, Génova não se

⁵⁹⁰ No DN, a notícia prossegue, lendo-se ainda: “Ora todas estas agitações do Egipto, Argélia, Tunísia, Índia etc., são alimentadas pelo ouro revolucionário dos Sovietes [...] Na China são criados dois focos principais de bolchevismo em Hong Kong e Vladivostok, em contacto direto com Moscovo [...] O Daomé foi escolhido como centro de propaganda para a África Ocidental e Madagáscar para a África Oriental,” (22/12/3:1).

impusera a Rapallo⁵⁹¹. Entretanto, pela mesma altura, o *Século* regista que “O objetivo estratégico dos comunistas russos é ligar as suas forças às da Bulgária e da Macedónia, a fim de assim esmagarem a Roménia, em seguida ao que a Turquia será cercada.” (11/2/25:3); e o *Novidades* anuncia que “Na Roménia [...] tem sido declarado o estado de sítio por causa da agitação dos elementos da esquerda.”, que “O governo turco [...] viu-se obrigado a exercer uma forte campanha, recorrendo até aos meios violentos, contra a propaganda bolchevista.”, que “Na Jugoslávia têm sido presos os principais dirigentes dos comunistas [...]”, e ainda que toda a Checoslováquia está convulsionada pelos comunistas (20/2/25:1). Já em março, no *Século*, lê-se que “Na sua ofensiva contra o mundo civilizado, a Internacional Comunista escolheu a Bulgária para *pivot* da sua ação nos Balcãs, pelos quais espera fazer caminho para o ocidente, ao mesmo tempo que trabalha ativamente o Oriente” (11/3/25:1) – de facto, com as notícias do atentado comunista “Durante as exéquias celebradas na catedral desta cidade [Sófia], pelo falecimento do general Georgiev [...]” (18/4/25:1) e do ataque de “[...] um bando constituído por elementos do partido agrário e comunistas [...]” contra o rei Boris (1/5/25:1)⁵⁹², é também na Bulgária que a *Batalha* situa uma ameaça, que começará agora, por toda a imprensa, a deslocar-se para onde estão os verdadeiros interesses das potências europeias.

Tributária do que os jornais burgueses entendem ser a compreensão de uma mentalidade oriental em que o bolchevismo se filia⁵⁹³, a progressão da ameaça comunista pela Ásia aparecerá representada por um maior sentido de expansionismo e barbárie, porque, tal como anos antes se escrevera sobre o mujiq, “[...] os povos asiáticos [...] semiadormecidos com as volúpias do ópio [...]” estão quase ausentes dos “[...] novos aspetos da política mundial [...]” (*Vanguarda*, 2/2/24:1). Apesar disto, são ainda poucas ou irrelevantes as referências feitas ao longo de 1924: em abril, o *Novidades* anuncia a criação de “[...] um grande banco russo-asiático que servirá de meio para uma

⁵⁹¹ Em face do resultado geral da conferência de Génova (1922) e do Acordo de Locarno, a celebrar em outubro de 1925, a imprensa tende a desconsiderar aquele celebrado em Rapallo, entre a Rússia e a Alemanha, supondo que a ação diplomática desta última visa quase exclusivamente uma aproximação aos Aliados. A verdade, porém, é que ainda pelo final de 1925, URSS e Turquia celebram um tratado de não-agressão, pondo pressão sobre o controlo britânico de Mossul, e, já em 1926, Rapallo sai ratificado do Pacto de Berlim.

⁵⁹² Curiosamente, nem a *Batalha* informará dos vários milhares de elementos do partido agrário e comunistas mortos na sequência deste atentado.

⁵⁹³ Leia-se ainda: “À Ásia por causa da sua configuração geográfica e, sobretudo, da enormidade das suas massas humanas, crédulas e maleáveis, aparece-lhe o bolchevismo como o melhor instrumento da sua política de hegemonia. [e que] Melhor do que nós, ele se apercebe da importância atual dos problemas do Pacífico e do Oceano Índico.” (*Correio da Manhã*, 22/1/25:1); “[...] psicologicamente, a Rússia é a nação que melhor entende a Ásia, podendo com mais facilidade que qualquer outra, impressionar o mundo asiático, da qual em grande parte procede.” (*Novidades*, 10/3/25:1); “Este amor pelo ódio (!) é uma das razões pelas quais os bolchevistas russos se colocam fora da comunidade europeia, e é ao mesmo tempo um dos perigos a que se sujeitam todas as nações que pensam em manter com os *soviets* relações oficiais.” (*Jornal do Comércio*, 1/7/25:1); “O domínio tártaro durou três séculos e quando finalmente desapareceu da Rússia, no fim do século XV, não houve a menor alteração na administração, nem no modo de vida em geral. [...] Assim nasceu a autocracia russa e esta é a base do Estado russo atual, sejam quais forem as teorias comunistas em contrário.” (*Correio da Manhã*, 29/3/26:1,2).

profunda penetração económica na China e no Japão.”, estando já “bolchevizados” o Turquestão e a Pérsia (14/4/24:1); mas só já em outubro, por ocasião de alguns preparativos navais do governo soviético no Báltico, se lê que “O rumor dominante é o de que o governo dos soviets está preparando as coisas para apoiar os revoltosos chineses e proclamar a república dos soviets na China.” (*Primeiro de Janeiro*, 19/10/24:1), ou que “[...] as tropas revolucionárias chinesas têm recebido grandes auxílios pecuniários do governo dos soviets.” (*Mundo*, 22/10/24:1).

Pelo princípio de 1925, os rumores persistem, mas o *Primeiro de Janeiro* regista que, interrogado se “[...] o bolchevismo faz progressos inquietantes na China e [se] a Mongólia aderiu à União Soviética russa [...]”, o general chinês Hsu Shu Tseng [*sic*] responde que “[...] à sua religião, aos seus costumes e às suas tradições repugnam profundamente as doutrinas bolchevistas. [e que...] Todos esses rumores provêm duma indesejada publicidade dada às declarações [...]do embaixador dos ‘soviets’ em Pequim [...]” (2/1/25:1). Em junho, porém, o quadro é já bem diferente, com o *Século* a dar conta de que “[...] Moscovo contribuiu com 2 milhões de dólares para o movimento de caráter comunista que se está desenrolando em Shanghai.”, e de que “Não há dúvida de que o movimento xenófobo na China, como a gravidade que tomou agora a revolta de Abd-el-Krim [em Marrocos], são obras dos comunistas.”, concluindo que “O perigo bolchevista na China é, portanto, efetivo [...]” (6/6/25:3). Não bastando e bem mais perto, três mil chineses residentes em Paris assentam em manifesto que “O movimento de revolta que neste momento agita a população chinesa de Xangai e dentro em breve a China inteira não é, como se pretende demonstrar, um movimento contra os estrangeiros, mas unicamente dirigido contra aqueles que nos oprimem.” (26/6/25:1) – dias depois, invadem a legação chinesa, reclamando a assinatura de “[...] um protesto contra a intervenção das nações em Shanghai e de o fazer sentir ao governo francês.” (*ABC*, 9/7/25:11).

Por esta altura, de facto, e com as potências ocidentais apertadas em mais do que uma frente, a imprensa começa a sustentar a ideia de uma reação ocidental, já tantas vezes defendida pela França e, agora também, pela Inglaterra, que começa “[...] a pensar em cortar as suas relações com Moscovo, ante a campanha antibritânica – deve ler-se antissocial – que os russos fomentam tão largamente [...]” (*ABC*, 9/7/25:11). Já entre 1927 e 1929, e sem outro recurso à vista ante a emergência de inúmeros movimentos nacionais, a Inglaterra chegará, de facto, a ensaiar um corte diplomático com a URSS, mas ainda em 1925 e apenas um ano depois do reconhecimento do regime soviético, uma tal solução não tem nada de simples, não só por questões de política interna e propaganda, mas também porque “Vendo-se com as mãos completamente livres [entenda-se, sem qualquer compromisso diplomático] os ‘soviets’ fomentarão novas revoltas na China, na Pérsia, na Turquia asiática e na Índia, lá onde as nações ocidentais têm influência e interesses.” (*Século*, 23/7/25:1); e ainda porque, se é verdade que a situação alemã continua a minar as relações entre os Aliados, é-o também que o “[...] pacto de segurança, a celebrar entre os aliados e a Alemanha, levanta [...]o problema [do...] bloco germano-russo, constituído pelo tratado de Rapallo, que está ameaçado.” (*Primeiro de Janeiro*, 10/7/25:1), uma vez que a única forma “[...] de evitar um acordo comercial e financeiro entre a Alemanha e a Rússia

[...] será dar à Alemanha as chamadas *compensações territoriais* [...]” (*Século*, 11/7/25:1). Tudo isto choca não só com os interesses da França, com os olhos sempre postos no mercado russo, apostada em defender a soberania polaca⁵⁹⁴ e com um assinalável controlo da Renânia; mas também da Inglaterra e dos “[...] negociantes da ‘City’ [...] que] receiam a invasão comercial da Rússia... pela Alemanha.” (*Século*, 23/7/25:1) e também, seguramente, pela França.

Entretanto e enquanto o problema escala, a polícia de Escolmo vai descobrindo “[...] uma vasta organização bolchevista que pretendia proclamar o regime dos ‘soviets’ na Suécia e anexá-la à Rússia.” (*Século*, 1/8/25:1); e, em França, escreve o *Novidades*, a propaganda da III Internacional faz “[...] rápidos progressos [...] sobretudo entre o pessoal menor do funcionalismo publico [...]” (3/8/25:1). Já pelo fim do mês e invocando a ação britânica⁵⁹⁵, a mesma folha católica, talvez ao arrepio do que lhe chega do estrangeiro, não enjeita senão uma “frente única antissoviética” e o estabelecimento de um “cordão sanitário” (31/8/25:1) sustido pelos países limítrofes da URSS – os mesmos denunciadas pelo *Combate*, ao escrever que “Em toda a parte da Europa Ocidental, isto é, nos estados capitalistas, as *forças vivas*, os reacionários, estão preparando uma ofensiva geral contra o Estado proletariano, contra a Rússia [...] e contra a classe operária mundial.” (12/9/25:1).

Seria possível continuar a mostrar, com a mesma intensidade, a representação da progressão do perigo comunista fora da URSS, mas a verdade é que pouco ou nada se altera nos meses ainda por vir. O bolchevismo, escreve o *Jornal do Comércio* em setembro, é “[...] o único produto que realmente a Rússia está exportando para todos os pontos da terra onde lhe convenha semear a perturbação e subverter a ordem social.” (19/9/25:1), referindo-se à Ásia, mas tratando igualmente de África, onde sugere que “[...] a grande parte dos episódios que se deram há três anos [no Ruanda] [...] são atribuídos a manejos russos [...]”, e do Congo Belga, onde “O movimento soviético [...] tem um profeta de nome Simão Ilibenga, que também já era o apóstolo negro do livre exame na colónia...” (*idem*). Real ou imaginário, este exemplo deixa claro, se acaso não o era já, que o Ocidente e a sua imprensa verão a ameaça comunista por onde quer que tenham interesses a defender – Abd el-Krim, no Rife marroquino, é disso um bom exemplo, quer pelo movimento que preconiza, quer pelo efeito que acaba por ter na criação do riverismo. Mas está muito longe de ser o único: pela altura em que

⁵⁹⁴ Curiosamente, nalguns meios, começa-se a suspeitar de uma mudança de posição do governo polaco “[...] se, porventura, lhe for posta a perspectiva de um bloco formidável, que seria constituído pelos governos russo, alemão e polaco, contra o imperialismo das potências ocidentais.” (*Mundo*, 13/10/25:3)

⁵⁹⁵ Tal política, paradoxalmente, desenvolve-se enquanto, em Genebra, a Comissão Preparatória para a Conferência de Desarmamento inicia os seus trabalhos, o que, a par de um conflito diplomático paralelo entre a URSS e a Suíça, entendido pela imprensa como uma resistência soviética a um desarmamento, apenas aumenta a desconfiança entre as partes. Ao longo de 1925 e 1926, a imprensa avançará, pontualmente, com dados sobre o Exército Vermelho e, em entrevista de Reinaldo Ferreira, o chefe militar Boris Ratchenko, expressa o sentimento soviético, dizendo que “Estamos cercados de inimigos ativos, escondidos ou francos e por isso somos obrigados a estar numa permanente defensiva, prudente e severa.” (*ABC*, 18/2/26:16). Já em maio de 1926, o governo russo tem mesmo a necessidade de vir desmentir “[...] as notícias relativas a um movimento das tropas vermelhas junto das fronteiras polaca e romena.” (*Século*, 21/5/26:3)

começa a dar verdadeiras complicações às potências ocidentais, o Kuomitang luta já contra os antigos aliados do Partido Comunista Chinês.

Face a isto, não há dúvida de que o Ocidente, sob e pelo efeito do “perigo”, sente agora ruir, mais depressa, a ordem que por tantos séculos conseguiu impor sobre o resto do mundo; o que, contudo, é preciso notar, é que também Estaline compreenderá os perigos da aliança entre o internacionalismo vermelho e alguns movimentos nacionais⁵⁹⁶. Bem escreve o *Novidades*, portanto, e ainda a fechar 1925, que é falso que “[...] tudo o que se passa na política europeia seja, desde logo, dirigido contra eles [URSS] e feito por obra e graça da Inglaterra.”, mas que também é “[...] de opinião que não se deve ver por todas as partes e em tudo a mão dos russos.” (31/12/25:1).

1.4.2 Outras faces da ameaça e do poder – algumas questões sociais, culturais e religiosas

Na sequência imediata dos acontecimentos de fevereiro e dos de outubro, pouco ou nenhum interesse, senão à laia de outras notícias sobre a evolução política e militar, é depositado pela imprensa nas questões socioculturais, talvez por supor que o processo revolucionário não irá durar ou impor grandes transformações. Ao longo de 1918, porém, a natureza da ação e decisões maximalistas vem deixar claro que o porvir não tocará somente à situação política e económica, mas a todos os aspetos da vida do antigo império. Embora incidindo mais sobre o último biénio, neste ponto aborda-se a representação das mudanças socioculturais ao longo de todo o período em análise nesta tese, passando os olhos por todo o processo revolucionário e pelas temáticas da vida escolar, cultural e artística, da religião e da situação da mulher, logo singularizadas e escolhidas pela própria imprensa, que não verá tão grande pejo em surpreender-se e em condescender com algumas inovações. Citando a maior parte das referências conhecidas às temáticas em questão, este ponto aspira a caracterizá-las suficientemente, bem como ao papel que desempenham na alteração, ao longo do período da análise, das representações do processo revolucionário.

- A educação, a ciência e as artes sob o domínio soviético

Para a imprensa, qualquer que seja a sua orientação, o processo revolucionário russo representa sempre um corte com o passado⁵⁹⁷, marcado, aqui, pela imposição da cultura da nova elite

⁵⁹⁶ Já pelo princípio de 1926, na sequência de um conflito entre nacionalistas chineses e os funcionários russos das linhas ferroviárias do Este, em território chinês, mas controladas por Moscovo, o embaixador soviético em Tóquio declara que “Se o governo chinês não restabelecer ali a ordem [...] o Exército Vermelho invadirá a Manchúria.” (*Primeiro de Janeiro*, 26/1/26:1).

⁵⁹⁷ O *Vitória* escreverá, já em 1919: “Decididos a refazer o mundo, os bolchevistas russos empenharam-se, como se sabe, em modificar por completo o seu aspeto, dotando-o com uma nova moral, e um direito novo, mudando todas as rodas da engrenagem social [...] quebrando todos os elos que prendem o presente ao passado que as concebeu e criou.” (20/10/19:1). Também a *Batalha* escreverá que “[...] a revolução russa não [...] tem epilepsias iconoclastas superiores a quaisquer outros movimentos revolucionários” (5/6/21:1).

governativa. Sujeitos, por um lado, a quantos condicionalismos informativos se lhe coloquem, e, por outro, supondo irremediavelmente perdido o legado cultural do regime anterior, ou porventura encarando já com algum receio a divulgação do que quer que venha de novo, os jornais portugueses pouco destaque dão à educação, à ciência e às artes sob o regime soviético, sendo também poucas as referências conhecidas. Curiosamente, não falham na representação dessa instrumentalização política e propagandística da nova produção cultural e, dentro desta, em assinalar a dualidade da atitude bolchevique na monopolização de todas as ideias e informação e na concessão da mais completa liberdade à experimentação e inovação.

Algumas das primeiras referências conhecidas respeitam, efetivamente, ao assalto bolchevique à intelectualidade russa que, em meados de 1918, se agita atrás de uma vasta imprensa independente a que não foi ainda possível dar fim. A ocasião surge na sequência do levantamento socialista revolucionário de julho e, cerca de um mês depois, o *Republica* trata das consequências, contando que os bolcheviques “[...] exercem na opinião pública e na imprensa uma pressão de tal modo exagerada que não há em qualquer outro país coisa que se lhe possa igualar.”, e que um decreto dividindo a população em quatro categorias para efeitos de distribuição alimentar coloca “advogados, médicos, artistas, jornalistas” apenas um pouco melhor do que a burguesia (18/8/18:1). Um ano depois, voltando à questão, o jornal escreve que “[...] os bolchevistas conseguiram dominar uma grande parte da intelectualidade russa.”, declarando “[...] uma guerra sem tréguas à imprensa chamada ‘contrarrevolucionária’.”, e que se “Um número bastante considerável de outros intelectuais, [...] fugiu para as províncias [...] e ainda para o estrangeiro.”, “Aqueles que, fartos de sofrer, e decididos a salvarem os seus de toda a casta de sacrifícios, resolvem finalmente aderir ao partido triunfante, são acolhidos [...] com bastante benevolência.” (13/7/19:1).

Nos anos seguintes, não deixarão de faltar a censura, as purgas, as perseguições e as deportações, já aqui largamente abordadas sob o ponto do Terror Vermelho – “Rykov dirá a Reinaldo Ferreira que “Na onda de revolta contra a velha rodagem social o povo não soube distinguir entre os homens privilegiados pelo trabalho científico e pela inteligência.” (*ABC*, 21/1/26:16); Ferreira responderá que “Sem os intelectuais, sem os agitadores de imprensa, sem os pensadores, sem os sociólogos, o pacato e humilde *mujik*, o servil e resignado operário de Leninegrado e de Moscovo, o submisso cossaco e o silencioso marinheiro do Báltico nunca teriam sabido que os homens eram todos iguais [...]” (*ABC*, 28/1/26:15). Já a situação da imprensa soviética, quando ocasionalmente aflora, é já para dar conta de uma completa subordinação ao estado. É com alguma ingenuidade que a *Batalha* assinala que o estabelecimento de “[...] um *bureau* de imprensa, encarregado de fornecer artigos aos jornais sindicais locais, de lhes dar conselhos e enviar-lhes críticas.” (28/12/23:3), para além de contribuir para a melhoria da “[...] imprensa sindical, tornando-a mais interessante e pondo-a mais em contacto com a massa laboriosa. Também fez muito para organizar uma rede completa de correspondentes operários em todos os países para melhorar a redação dos editoriais e para empenhar os sindicatos não só na leitura e propaganda dos jornais como também na sua colaboração.” (*idem*) –

tal *bureau* não é mais que o *Glavlit*, diretório encarregado da censura à imprensa e à produção literária. Mais sagaz, o *Novidades* dirá que “[...] só se publicam jornais afetos ao regime [...] e os contraventores são castigados sumariamente!”, juntando que “[...] fartos de sofrer vexames e não podendo expatriar-se, os escritores e os jornalistas entoam hinos ao regime e compõem cânticos de louvor ao látigo que os fere.” (22/1/24:1). Já em 1925, dizendo desesperada a situação da imprensa soviética, o *Século* regista que “O congresso dos jornalistas soviéticos, [...] completo unicamente de comunistas [...]”, a mostra “reduzida à escravidão.”; mas reconhece que “[...] quase todos os números da *Izvestia* descrevem factos de especulação e de abusos, cujos autores são antigos comissários governamentais ou ainda comissários extraordinários dos distritos.” (3/3/25:1).

Numa última achega, já em 1926 o anfitrião de Reinaldo Ferreira em Moscovo, confessa que a imprensa soviética sofre com “A invasão de amadores ambiciosos ou vaidosos, a impossibilidade de fazer gazetas medianamente redigidas, a política única imposta pelo Kremlin, e como se isso fosse pouco, a censura de malha estreitíssima e a lei para jornalistas mais severa do que a destinada aos facínoras da pior espécie [...]” (*ABC*, 25/3/26:14,15). Esta é a única referência conhecida ao avanço da burocracia também na imprensa e Reinaldo Ferreira, ele mesmo, nada tem a acrescentar, senão que “A variedade dos títulos, dos formatos e das tintas; a boa impressão, o magnífico papel mascaram uma imprensa monotonamente oficial, sem técnica, sem voo, sem liberdade – sem sabor.”, porque “[...] a verdade é que a imprensa russa não tem tradições. [e] uma obra jornalística realizada em livros, obra de combate, de crítica, de registo [...] não teve proficuidade.” (*idem*)⁵⁹⁸.

Por redutor que seja, o comentário de Ferreira permite abordar também a questão da produção literária e livreira. Ainda numa das primeiras referências à pretensa sanha iconoclasta dos bolcheviques, o *Século* avança que “[...] que durante os últimos tumultos, os maximalistas incendiaram e destruíram a casa de Tolstoi.” (3/12/17:3). Não sendo o único edifício histórico cuja destruição se anuncia⁵⁹⁹, *Yasnaya Poliana*, se é esta a casa do autor a que o jornal alude, não só passa ao lado da agitação, como será colocada sob proteção estatal em 1919, recebendo o museu do autor⁶⁰⁰.

⁵⁹⁸ Dias antes, em conferência preliminar no Sindicato dos Profissionais de Imprensa, Ferreira explicara que “De 1922 até agosto do ano [anterior] o Estado Soviético favorecia a entrada dos repórteres, desejoso de atrair gente aos seus negócios e de terminar com as lendas de terror. Mas [que] desde que Henri Beraud foi à Rússia como jornalista socialista e veio exagerando, e por vezes caluniando, o governo soviético mudou, por completo, de atitude.” (*Correio da Manhã*, 19/3/26:1).

⁵⁹⁹ Já por 1925 e para informar que “Há já [...] indícios de que vai começar a ressurreição...”, o *Novidades* assinala que “Leningrado tem ainda bem visíveis os sinais do furor revolucionário devastador [...]” (19/8/25:3). Visitando *Tsarkoie Selo*, no entanto, Reinaldo Ferreira, diz compreender “[...] a fraqueza dos revolucionários, que, mesmo nas epilepsias de 1919, ao virem, em massa, incendiar o casarão [...] estacassem, acovardados, incapazes de porem em prática os seus desígnios [...]” (*ABC*, 13/5/26:14), sugerindo que a destruição também não foi ampla ou arbitrária como a imprensa a mostrou.

⁶⁰⁰ Tolstoi exerce profunda influência sobre todas as correntes revolucionárias russas. Numa alusão a este facto, leem-se no *Norte* as declarações de Alexandra Tolstaya – as mesmas, possivelmente, que a levam à prisão ainda em 1920: “Ao comemorar solenemente os bolcheviques o décimo aniversário da morte de meu pai, pretenderam provar que se ele vivesse estaria a seu lado. Nada mais falso.” (1/3/21:1). Já em 1921, porém, a

Verdadeira ou falsa, a notícia do *Século* não deixa de assinalar um corte bolchevique quer com uma herança cultural, concretamente literária, quer com as pontes que esta estende ainda até ao ocidente – bastará recordar, por exemplo, quantas vezes morrem Gorki e Kropotkine ao longo de 1918. Já em 1920, contudo, o *Bandeira Vermelha* regista que “Aumenta o número das bibliotecas.” e que crescendo “O gosto literário.”, se procede à “[...] reimpressão das obras clássicas por baixo preço.” (28/3/20:1). A quem duvidar da folha operária, o *Republica* informa que “A livraria do Estado Proletário acaba de publicar um grosso volume, contendo, [...] extratos dos arquivos de Dostoievsky entre os quais se destacam grande número de cartas de escritores russos.”, e ainda que “A livraria comunista da Krasnaya Nova [...] prepara para breve a impressão de um dicionário enciclopédico de pequeno formato, concebido sobre princípios de uma novidade absoluta.”⁶⁰¹ (28/12/23:3). Em 1925, em entrevista publicada pelo *Primeiro de Janeiro*, o jornalista belga Leon Kochnitzky, descobrindo as mais recentes obras francesas e belgas nas livrarias russas, fala de “expropriação intelectual”, por não existir uma qualquer convenção nesse sentido (26/1/25:1) – Lunatcharski, responde-lhe que “[...] precisavam de se fornecer intelectualmente apesar do bloqueio. [e que] Desde que as relações normais estejam restabelecidas, tudo será posto em ordem e satisfações completas serão dadas aos autores lesados.” (*idem*). Já em 1926, Reinaldo Ferreira dá um último contributo à questão, começando por assinalar a existência de clubes de leitura em todas as fábricas; depois, que “A existência do livro na Rússia tem dois aspetos diferentes: o da propaganda e educação e o do comércio. [e que], em ambos, o Estado, os soviets e os sindicatos influem diretamente.”; que “Só em Moscovo funcionam oito agências editoriais – empregando perto de cinco mil operários. [e] A venda do livro está organizada com muito mais teatralidade de reclame que em qualquer outro país da Europa.”; que “A vida do ‘homem de letras’ na Rússia está assegurada de 1922 para cá. [e] escrever é uma profissão já reconhecida e privilegiada pelo regime.”; finalmente, que “[...] sob o invólucro dos estilos mais variados, das técnicas mais modernas, das inspirações mais privilegiadas – o leitor russo encontrará sempre [...] a fava da política [...] o fonógrafo da propaganda.” (18/3/26:14).

Alguma historiografia vem defendendo que, semelhantemente ao czarismo, uma tal tolerância e um tal crescimento do mercado livreiro, a despeito da censura e do controlo estatal das tipografias e das casas editoriais, se devem ao baixo número de leitores. Conforme explicados pela imprensa, porém, decorrem das novas políticas educativas e dos incentivos à investigação científica, como instrumento da transformação comunista da sociedade, merecendo por isso o interesse de jornais em posições políticas diametralmente opostas. Tal interesse, porém, para além de extemporâneo, parece

criação do museu, proibida pelo czarismo, é autorizada e é Alexandra a escolhida para sua conservadora.

⁶⁰¹ Lê-se também que “Uma interessante revista *A Imprensa Russa e a Revolução* que se publica em Petrogrado, insere num dos seus últimos números um longo e minucioso estudo de Leon Grossman, que uma folha parisiense reproduz em parte, sobre Bakunine e Dostoievsky.” e ainda que “O dicionário enciclopédico russo, por ora em preparação, será principalmente concebido tendo em vista os seus organizadores o cuidado mais metódico que nos seja dado imaginar no referente à educação técnica (industrial), científica e revolucionária.” (28/12/23:3).

vir por surtos. Em 1919, a questão envolve ainda o corte com o passado. Dando crédito às declarações de “[...] Victor Henry, professor da Sorbonne, recentemente chegado de Moscovo e Petrogrado [...]” (26/7/19:1), o *Avante* escreve que “O governo dos Sovietes mostra-se [...] muito franco para os sábios, pois considera que a ciência nada tem de comum com a política.”, que “Apesar das más condições da vida intelectual [...] trabalham em magníficas condições. [que] Foram criados institutos, museus novos, etc.”, e ainda que “Convidaram a entrar na Rússia todos os que lá quisessem ir e dispensam toda a sua proteção aos que trabalham honestamente pelo bem do país.” (*idem*). Na esteira, o *Combate* informa⁶⁰² que, concentrando “[...] todo o trabalho clínico e sanitário do país num único órgão central.[...] a Rússia, que se distanciava infinitamente da Europa ocidental, já lhe passou muito a frente.” (17/11/19:1), e acrescenta ainda que “Existe em Moscovo um instituto de cultura física cujos trabalhos estão estritamente coordenados com os trabalhos da secção de higiene escolar.” e que também ali se “Organizou [...] um museu de higiene social, exposições sobre enfermidades contagiosas e publicou uma série de brochuras populares tratando de diversas questões [...]”, e da abertura “[...] em Moscovo, [de] uma biblioteca central que conta mais de trinta mil volumes.” (*idem*). Reiterando tudo isto, o *Bandeira Vermelha* dirá que “O governo prossegue metodicamente o seu plano de reconstrução e de educação do povo.”, avançando com a notícia do estabelecimento da “instrução obrigatória” e de numerosas “leis [que] regem a infância e a maternidade.”⁶⁰³ (30/11/19:1). Já para o *Monarchia*, o que acontece é que os “Os lugares de professores da Escola que dantes eram dados a competências e preenchidos por concursos são hoje atribuídos arbitrariamente, bolchevisticamente, a quaisquer individualidades [...]” (22/8/19:1); e para o *Vitória*, que não sabe “[...] com exatidão o que aconteceu nos grandes museus de Moscovo e de Petrogrado.”, conta que, pelo menos na Sibéria, “[...] foram destruídos 8 museus e 32 monumentos históricos; 15 bibliotecas foram incendiadas e 109 foram requisitadas e distribuídas pela soldadesca, como presa de guerra. Foram fechadas 76 escolas, das quais 8 de ensino superior, e lançou-se fogo a 7 outras.” (20/10 19:1).

Já em 1921, e embora o ensino na URSS tenha sido nacionalizado três anos antes, a discussão surge em torno das inovações escolares, que o *Comunista* bem resume, escrevendo que “A educação [...] é mista. [e que] Rapazes e raparigas são classificados apenas segundo as suas disposições particulares. [posto que] O grande princípio da pedagogia soviética é a procura dos dons naturais e a evidência do seu valor.” (6/11/21:1). A preocupação do *Monarchia*, que arrola a questão a todos os

⁶⁰² O jornal anuncia ainda a descoberta da bactéria do tifo exantemático, registando que “A epidemia encontra-se atualmente debelada.”, e anuncia “Iniciativas científicas” contra a varíola, a “Socialização dos serviços clínicos e farmacêuticos”, a melhoria da “higiene nas habitações” e dos “Cuidados dispensados às crianças”, que “[...] são alimentados gratuitamente a expensas do Estado.”, (*Combate*, 17/11/19:1)

⁶⁰³ A este respeito, Reinaldo Ferreira escreverá, na sequência de uma entrevista com o Comissário do Povo para a Saúde Pública, que “É preciso [...] reconhecer uma louvável preocupação do novo regime: a da saúde pública. [...] o operariado russo possui organizações imensas para defender a saúde, para o desenvolver fisicamente pela prática dos *sports*; e, sobretudo, para bem preparar a criança.” (*ABC*, 3/2/26:15). Ferreira refere a criação de 15 faculdades de medicina, numa diminuição da mortalidade em 60% em relação a 1918,

direitos do novo regime, é que “[...] essa radical socialização da autoridade, da ciência e das riquezas [transforme] o homem num ser passivo, alimentado, educado e instruído pelo Estado.” (17/5/21:1)⁶⁰⁴. O *Século* ainda registrará que “As escolas primárias mistas dão resultados medíocres, mas as escolas superiores dão melhor resultado.” (10/6/21:3)⁶⁰⁵ – em 1925, repetirá que “a *jeunesse dorée*” da faculdade dos operários “[...] circula nas ruas em fato de desporto ou de banho, reduzido ao mínimo [...] E, nas praias, podem ver-se grupos compostos dos dois sexos [...] em *costume* de Adão e Eva, antes do pecado.” (25/3/25:3), mas então, já o *ABC* terá declarado que “Das oficinas às aulas se vão movendo os rapazes e as raparigas numa base e educação moderna que aterra o resto da Europa arreigada a preconceitos seculares [...]” (21/12/22:4).

É nestas mesmas questões que a imprensa reincidirá, já a partir de 1923, alargando-as agora aos domínios técnico e universitário, cujas principais transformações ocorreram já entre 1918 e 1921. De facto, já em março de 1920 e segundo o depoimento de Arthur Ransome, o *Bandeira Vermelha* escreve que “Aumenta o número das Universidades e criam-se escolas técnicas.” e foram criados “Cursos para operários.” (28/3/20:1) e, em 1921, o *Comunista* apõe que “Ao adulto das cidades [...] são dadas todas as possibilidades de instrução compatíveis com as suas disposições pessoais.” (6/11/21:1). Agora, e talvez acusando os primeiros efeitos, também aqui, da implementação da NEP, o *Século* conta que “Só os filhos dos comissários do povo e dos novos-ricos podem frequentar as Universidades.” (15/10/23:1), enquanto o *ABC*, dando desenvolvimento às notícias de que a Rússia se vê na necessidade de contratar técnicos especializados, escreve que “Uma das coisas que mais se nota é a da deferência para com os técnicos, ‘para os que sabem’; [e] exige-se da parte dos ‘camaradas’ obediência como aos oficiais do exército vermelho.” (25/10/23:11). Já para o *Novidades*, que porventura não veria nessa seleção ou na concessão aos técnicos burgueses um tão grande problema, a pendência está na “[...] afirmação sistemática e odienta contra a obra realizada pela Igreja em matéria de ensino [...]” na primazia dada “[...] quase unicamente às ciências naturais, química, e física [...]”, em detrimento da “[...] filosofia, a história e as letras [...]” (13/8/24:2). “Desta forma”, acrescenta-se, “os intelectuais russos tiveram de repatriar-se [...]” (*idem*) – meses mais tarde, reincidindo na questão, escreverá que “É este o único objetivo que o leninismo assinala à ciência, fornecer-lhe elementos de domínio e de escravização.” (1/6/25:2)⁶⁰⁶. Sem sair dos mesmos moldes, o *Século* repetirá, já pelo final de 1925, que “A sociedade comunista deve assentar sobre as bases do ensino político... A escola

e a mortalidade infantil, que “Em 1905 chegou a atingir 90%, [...] está reduzida a 5% .” (*ABC*, 11/2/26:15)

⁶⁰⁴ Lê-se: “Há aqui [...] uma amálgama inextricável de individualismo democrático, de comunismo e de coletivismo. Há [...] o sufrágio universal, direto, com igualdade de direitos e de deveres para todos os indivíduos (...) – educação de todas as crianças por conta pública e ao mesmo grau de instrução; cursos profissionais e superiores, sem privilégios, nem prerrogativas, de grau ou de sexo” (*Monarchia*, 17/5/21:1)

⁶⁰⁵ O *Diário de Notícias* contará ainda a história de uma professora que punindo um roubo de uma aluna, acabou expulsa da escola posto não haver propriedade privada (7/1/22:1)

⁶⁰⁶ Afinal, em entrevista já anteriormente citada, Lunatcharski dissera a Kochnitzky que “Os comunistas e com eles a maior parte dos estudantes são contrários às doutrinas espiritualistas ou metafísicas, quaisquer que elas

elementar deve ser nas mãos dos moscovitas, uma arma poderosa de dominação.” (6/12/25:3).

A última adenda à questão educativa, já em 1926, é, por si só, uma resposta às acusações do *Século* e do *Novidades*, mas também o indício de algumas transformações na atitude de alguns jornais burgueses. No *Primeiro de Janeiro*, amiúde conservador, Hernâni Cidade deixa dois artigos sobre “A obra educativa da Rússia Vermelha”, que diz “[...] verdadeiramente formidável [...] pela segura eficiência, em qualquer sentido, do ensino, garantida não só pela quantidade como pela qualidade.”, em cuja realização “[...] empregam os soviets um duplo meio – a proibição absoluta de todo o processo de cultura sem a educação sem a sanção de um estado fanaticamente cioso [...] e a imensa difusão, pela escola, pelo livro, pelo jornal, pela conferência, pela visita dos museus, pela frequência do teatro, duma instrução técnica e geral, duma moral individual e coletiva [...]” (21/3/26:1)⁶⁰⁷.

Uma notícia como esta está muito longe do ponto em que se parte, em 1918, nas representações da situação educativa, mas, remetendo igualmente para as artes, está também muito longe desse *Echos do Minho* que, em 1918, comenta que funcionando “[...] em pleno Palácio de Inverno [...] um cinematógrafo monstro.”, a “multidão ignara e escarninha”, mastigando “[...] os seus grãos de heliotrópio [...]” ou expelindo “[...] fumaças diante dos quadros dos pintores de batalhas [...]” durante os entreatos, passe “[...] indiferente, entre duas sessões de cinema, ao lado da história da sua própria grandeza, enquanto na sala próxima [...] um fonógrafo roufenha sucessivamente árias bailáveis e a *Internacional...*” (7/10/18:1). Já em 1919, porém, e igualmente cético quanto a este alargamento dos privilégios burgueses, João do Rio ouve de um colega russo que “Nas cidades bolcheviques continuam os teatros, os grandes hotéis, os passeios. [e] Nem parece que houve tanta modificação.” (*Lucta*, 27/8/19:1) – a razia, afinal, talvez não seja a que se quis supor.

Entre todas as manifestações artísticas, o teatro é que a merece sempre mais destaque. Longe de dar conta da natureza desse apregoado experimentalismo, a imprensa sugere conhecer bem a sua dimensão. É o *Vitória* que escreve que Robert de Flers, “[...] conhecido comediógrafo e redator-chefe do *Figaro*, de Paris, evoca na revista *Le Theatre*, recentemente reaparecida, algumas recordações da sua estada na Rússia revolucionária e bolchevista.”, declarando que “[...] a representação cénica conserva o seu incomparável grau de perfeição. [e que] Os russos, sob o novo regime, continuam sendo os primeiros *meteurs en sene* do mundo.” (1/12/19:1) – a arte, acrescenta, “[...] parece que nada perdeu com esta mudança de direção e do público.” (*idem*). Já o *Palavra*, ressalva que “A ação exercida pela revolução russa foi até aqui muito mais importante no domínio do teatro do que nas artes

sejam.”, tendo o ensino “[...] uma orientação essencialmente política.” (*Primeiro de Janeiro* 26/1/25:1),

⁶⁰⁷ Baseando-se no relatório da visita de uma delegação sindical inglesa à Rússia, o articulista apresenta dados estatísticos de interesse relativos à situação educativa – a sua apreciação é claramente positiva. Explica ainda que “O ensino é predominantemente moderno. Línguas modernas [...], matemática, ciências, e economia política. Especial cuidado se consagra ao ensino da anatomia aplicado à higiene pessoal.”, e, desmentindo o *Novidades* na questão das ciências humanas, que “Se este ensino se destina a preparar o homem, o ensino da história procura preparar o comunista.” (26/3/26:1) – refere-se ainda à qualidade dos estudos artísticos, “[...] em visitas frequentes a museus enriquecidos com coleções particulares nacionalizadas [...]” (*idem*).

plásticas.”, justamente porque “Os russos têm dons muito particulares para o teatro, quer se trate do canto, da música, da dança, da decoração cênica ou de criação dramática.”, mas que “Apesar das representações populares serem feitas com meios insuficientes, com cenas muito pequenas, a orquestra substituída por um simples piano, os atores que são sempre em número reduzido, esforçam-se por dar ao seu papel um cunho individual e uma grande intensidade artística.” (19/9/22:3). Pouco depois, o próprio *DN* reconhece, em relação ao Teatro Artístico de Moscovo, que “A Revolução não o impediu de trabalhar. [e que...] a obra desse teatro representa uma tentativa de coletivismo bem sucedida.” (18/12/22:3). Em 1923, ainda, o *Novidades* escreve que “Para materializar as crianças e atraí-las aos princípios comunistas, os mentores dos Sovietes [...] servem-se de todas as formas de propaganda antirreligiosa.”, anunciando que “[...] sob a proteção do governo, acaba de ser nestes dias inaugurando em Moscovo um teatro, onde se representarão principalmente peças religiosas.” e cujo nome é “Teatro ateu” (25/12/23:1). Em 1926, finalmente, Reinaldo Ferreira descreve, surpreendido, a sua passagem pelo Teatro da Improvisação, contando que “Quatro palcos revolucionários existem, só em Moscovo” (*ABC*, 4/3/26:7), mas que não estando o teatro russo reduzido a isto, “Possui em plena atividade desde os palcos tradicionais, os palcos aristocráticos – até aos mais avançados, *avant-garde* – paralelos, mas muito afastados, aos da Improvisação e do Capricho Proletário. E, detalhe curioso, os palcos que o governo protege são estes, e não os revolucionários.” (*idem*:7,8). Mais informa que “Os jovens dramaturgos russos, em plena liberdade, escrevem as suas peças deixando que a sua imaginação roce pelos confins da originalidade e do arrojo e que se elevem aos desconhecidos espaços desconhecidos da beleza.”, fazendo, “[...] em suma, com todo o entusiasmo [...] um teatro de elite para a massa.” (*idem*). Finalmente, ouve ainda à atriz Wanda Volodarski que “Nunca [...] os ordenados foram tão amplos” e que o Estado tem “[...] pela gente do teatro, todas as contemplações, todo o respeito.” e que só para o público os artistas são “[...] aristocratas escapados aos carrascos revolucionários pelo subterfúgio da arte.” (*ABC*, 27/5/26:15).

Relativamente a outras manifestações artísticas, a imprensa é, contudo, muito mais vaga. Sobre o cinema, por exemplo, lê-se apenas no *Mundo*, em 1922, que “O Sr. Rosa Laurenti, diretor artístico cinematográfico [...]” voltou da Rússia contando que, “A propósito da importância, sobretudo educativa, que na Rússia se atribui à cinematografia, [viu] uma série de ‘filmes’ que [lhe] causaram impressão por serem, tecnicamente, muito perfeitos.” (9/1/22:1).

Quanto às artes plásticas, o *Vitória* escreve, ainda em 1919, que “[...] os destruidores de monumentos e museus, tiveram o cuidado de deixar intactas as obras ingénuas e imperfeitas dos primitivos.”, comentando que “Comparadas com as esculturas e as telas desses antigos, as produções dos futuros pintores e escultores proletários não podem deixar de apresentar a posteridade [...] um notável progresso [...]” (20/10/19:2). Já em 1925, porém, é o *ABC* que escreve que “Com o advento dos ‘sovietes’, os artistas bizarros encontraram um irmão em todo o revolucionário. [...] encarregados de executar numerosos e bizarros cartazes de propaganda bolchevista [...] que se afixaram depois em todas as cidades da Rússia.” (30/4/25:7) – vai-se mesmo ao ponto de reconhecer que “[...] a maior

parte deles se tinham revelado antes de Picasso e seus adeptos assombrarem Paris com o cubismo e antes também de em Zurique se ter feito com Tristan Tzara, o célebre movimento dadaísta.” (*idem*).

Sobre as artes decorativas, o mesmo *ABC* destaca, em 1923, que “Há ainda o prédio bolchevista; pequeno e exótico com decorações exteriores em varias tonalidades esquisitas e modelos bizarros, extravagantes e neomodernistas.” (5/7/23:5); já em 1925, refere-se à transformação da Manufatura de Porcelana de Petrogrado, assinalando que “Encarregou-se da direção das oficinas [...] o pintor Tcheklunine, que começou logo por substituir o que representava o passado e a criar objetos de feitiços estranhos, revolucionários, como são as leiteiras e os bules.”, e notando, que “O resto consistiu em aproveitar os técnicos para continuar a obra. O que se fazia com beleza e finura do mesmo modo se fabrica presentemente, embora sob outros aspetos nalgumas variedades.” (20/8/25:8).

Traçando, em jeito de conclusão, um percurso para as representações da educação e da cultura durante o processo revolucionário, é justo reconhecer e assinalar aqui, porventura mais do que noutros campos, uma mudança na atitude da imprensa, na qual a ausência de críticas é já um sinal de certa admiração, que, nalguns casos, se torna mesmo declarada. Ainda em 1921, a despeito de alguns sinais desse reconhecimento, a *Batalha* sabe-se isolada, como outras publicações avançadas, ao declarar que “[...] em questões de arte, de educação, de religião até, o atual regime russo criou aspetos de imensa tolerância, de inteligente interesse, que devem merecer a simpatia dos intelectuais.” (5/6/21:1); em 1924, contudo, é o *ABC* que escreve que “O teatro, o cinema, o jornal, são magníficos veículos de propaganda [e que] Sabem os atuais detentores da Rússia que se essa propaganda se deixasse de fazer a situação deles tornar-se-ia periclitante, os próprios alicerces do regime entrariam a oscilar.” (28/2/24:7). Depois, e embora seja bem reduzida a amostra, cumpre assinalar que esse interesse é crescente, possibilitando, até em folhas com posições tradicionalmente conservadoras, como o *Vitória*, o *Primeiro de Janeiro* ou a *Lucta*, encontrar um equilíbrio inexistente nas suas posições políticas, em se mostram mais irredutíveis.

- A questão religiosa

Numa das primeiras referências conhecidas à questão religiosa na Rússia, o *Mundo* escreve que “Foi essa atmosfera de misticismo da Rússia sem ideias estabelecidas e vivendo de impressões, idealista e religiosa que permitiu a derrota do czar [...e...] permitiu agora a traição de Lenine [...]” (26/11/17:1). Tal nota, mais perto de caracterizar o ideário do *Mundo* do que a situação russa, logra, ainda assim, motejar a generalidade das representações da vida religiosa sob o regime soviético. Sintomaticamente, na segunda referência conhecida, o *Republica* surpreende-se com “[...] um judeu alemão anarquista no lugar do Czar, os tratados violados, a honra nacional vilipendiada, *soviets* em vez de governo [...]” (6/3/18:1), mas mostra bem que, conforme compreendida pela imprensa, a questão religiosa é, salvo raras exceções, aquela do judaísmo, e esta, por seu turno, é sempre política. Do mesmo modo, já em 1918 e explicando “[...] que a crise, de que enfermava o Estado russo,

provinha em todos os seus aspetos da sua mui defeituosa organização social e política [...]”, o *Monarchia* alinha a “Questão religiosa”, como reflexo da falta de unidade religiosa da nacionalidade; a “Questão judaica”, “[...] como manifestação de atraso ou decadência económica e intelectual dum país a existência na sua população duma elevada percentagem de judeus.”; e a “Questão económica”, decorrente da falta de desenvolvimento social (1/4/18:1).

Na imprensa portuguesa coeva, até na mais conservadora, tal discurso é duma singularidade extraordinária, não só porque nada se lhe assemelha anteriormente, como começa a sair agora, de quase todos os quadrantes políticos que nela se representam. A verdade, porém, é que a despeito do seu posterior desenvolvimento dentro e fora da imprensa ou da forma como é cultivado por alguns jornais, tal discurso, por ora, não é senão um repositório dos lugares comuns de alguns autores, jornais e notícias com origem, essencialmente, em França e na Alemanha, e nada sugere que o baseie uma ideologia ou tão-pouco um espírito antisemita da imprensa portuguesa. De facto, um grande número de líderes soviéticos tem ascendência judaica, mas se isso se explica pelas condições concretas em que fermenta, por mais de um século, a agitação revolucionária russa, seria estranho que logo o invocasse e sem a sugestão doutras congéneres europeias, uma imprensa portuguesa ainda manifestamente incapaz de traçar e compreender a evolução da corrente bolchevista – e assim o mostra, por exemplo, o DN, ao escrever que “Lenine [...] é judeu como Oudowizk [*sic*] o era e também grande número de partidários da república dos soviets.” (1/12/18:1), desconhecendo ou negligenciando que a condição familiar do líder, filho de um oficial imperial nobilitado, seria inconsistente com tal ascendência.

Este discurso, porém, tem um contraponto nas perseguições que os bolcheviques movem, entre todas as crenças, aos próprios judeus, mormente durante o período da guerra civil – nas representações do processo revolucionário russo, raras serão as situações em que a imprensa viola tantas vezes essa barreira entre o que clara e comumente costuma ter por bom e por mau. Já em 1926, um tal de Korostowetz, “chefe da publicidade política” [*sic*] dos soviets, dá a Reinaldo Ferreira uma razoável explicação, dizendo que se “[...] o bolchevismo foi edificado por uma grande maioria de pedreiros israelitas.”, “Fora das nossas fronteiras [URSS] existem duas correntes que nos combatem [...e que...] são, simultaneamente, os judeus e os cristãos.”, dando origem a “[...] uma guerra de religiões de que este vasto país serve de trincheira [...]”⁶⁰⁸ (29/4/26:15). Por ora, não sendo uma contradição, parecerá uma inconsistência que os jornais que acusam os bolcheviques de perseguirem as populações judaicas sejam os mesmos que relevam a sua ascendência.

A ocasião parece simplesmente oportuna... e a retórica, de fácil, torna-se também recorrente. No *Mundo*, por exemplo, lê-se que “[...] os próprios bolcheviques cujos chefes, judeus de origem, não

⁶⁰⁸ Lê-se: Estes estão convencidos de que o bolchevismo não é a realidade, aleijada ou perfeita ou a caminho da perfeição, dum ideal social. Buzinam aos quatro ventos que toda a revolta foi incendiada pelos israelitas; que a metamorfose russa é o produto dum *complot* hebraico; o princípio de uma guerra de religiões de que este vasto país serve de trincheira; [...] Os outros, os judeus, veem, pelo contrário, uma política futurista de católicos [...] alucinadamente disposta a exterminar de vez com a raça hebraica, atacando-a na sua essência,

calcularam, por certo, as consequências da enorme *judiaria* que fizeram sofrer a pobre Rússia.” (18/5/19:3). Meses depois, e num momento em que a Liga dos Direitos do Homem denuncia que “Grandes grupos de cidadãos russos, ou que pretendem sê-lo, e entre estes muitos judeus e polacos, são expulsos, ‘por procedimento geral’, de França [... e...] enviados à Rússia e consignados aos governos de Koltchak e Denikine.” (*Avante*, 15/7/19:1), o *Norte* regista que “As grandes cidades como Kiev, encontram-se nas mãos dos comissários do governo do Soviete de Moscovo. [e que...] As vítimas principais destes bandidos são os judeus.”, sendo “Um dos jogos favoritos destas quadrilhas de bandidos e assassinos [...] colocar em linha grande número de judeus e ver quantos caem mortos por cada bomba que se arroja sobre eles.” (16/8/19:1) – curiosamente, não se furta a registar que “Todo o governo dos sovietes desceu à condição duma organização de canibais [e...] é composto de judeus, que não têm nenhuma nacionalidade.” (*idem*). Lê-se então no *Batalha* que “[...] tem originado vivos ataques da imprensa ultramontana de vários países [...] a Revolução Russa e a influência que nela têm os judeus, interpretando tal facto como uma ameaça ao credo religioso que defende.”; e que “[...] têm-se feito na Ucrânia e Polónia horríveis massacres de judeus, mas eles são unicamente da responsabilidade dos nacionalistas polacos e do governo ucraniano presidido por Gregoriev.” (19/8/19:1). Já em outubro, o *Século* informa que “Os chefes bolchevistas são, à exceção de Lenine, que é verdadeiramente russo, hebreus, letões ou alemães disfarçados.”, mas que, “Felizmente, a oposição que os nacionalistas russos sob a direção do almirante Koltchak estão fazendo aos bolchevistas tem sido rija e não pode terminar senão pela vitória dos primeiros.” (27/10/19:1).

Em 1920 e informando que “Em Paris [se] celebrou um comício monstro para protestar contra os bárbaros ‘progromos’ que ensanguentam a Rússia do sul e a Galícia.”, o *Norte* dirá que “Todos os partidos e todas as raças tomam parte na carnificina.”, e “[...] dão tréguas ao seu batalhar constante para se dedicaram ao extermínio dos hebreus.” (25/2/20:1) – fala-se de 90 mil vítimas. E já em 1921, entre os refugiados, “[...] todos hebraicos, todos ucranianos [...]”, que aportam a Lisboa no paquete *Lutetia*, O *Correio da Manhã* ainda ouvirá a Elsa e Max Robinowsky [*sic*] que “[...] os vermelhos, os verdes e os de todas as outras cores que simbolizam o crime [...] não odeiam só os judeus porque, sem deixarem de ser russos, seguem a religião de Israel. Eles odeiam-se a si próprios [...].” (11/10/21:1).

Mas, por esta altura um *DN* generalista coroou já tudo isto, afirmando que “Os judeus, para simularem que eram sujeitos a violências de vária ordem, recorriam a todos os expedientes.”⁶⁰⁹ (20/9/21:1). É que também aqui a resistência bolchevique⁶¹⁰ tem os seus reflexos, esquecendo a

destruindo [...] as fórmulas burguesas, as fórmulas que giram em torno do dinheiro.” (29/4/26:15).

⁶⁰⁹ De facto, já antes se lera no supracitado artigo do *Século* que “Usam, em geral, nomes falsos e utilizam os de homens respeitáveis o ilustres nas ciências nas artes, no professorado, etc. para darem a impressão aos povos estrangeiros de que o bolchevismo tem como seus adeptos os homens mais eminentes do meu país. Este caso dá-se, por exemplo, com Tchitcherine grande filósofo, cujo nome foi usurpado por um modesto sapateiro, hoje elevado a categoria de comandante.” (27/10/19:1).

⁶¹⁰ “O segredo da resistência bolchevista”, conta o *Monarchia*, “está pois [...] nos judeus. São judeus 95% dos dirigentes russos, a começar por Lenine.” (17/11/20:1). Seis anos mais tarde, Reinaldo Ferreira conta que

imprensa as perseguições religiosas para passar à ideia de uma ameaça internacional. Ainda pelo verão de 1920, o *Primeiro de Janeiro* anuncia que “[...] o assassino de Mirbach, um judeu de nome Blumkin, partirá de Moscovo para o Afeganistão, onde deve assassinar o Emir, e dali para a Índia, onde atentarà contra a vida do vice rei.” – junto com “O ataque contra a Pérsia dirigido durante algum tempo por Brussilov”, tudo isto enforma “[...] por assim dizer a primeira fase dum plano que incendiará todo o Oriente.” (10/6/20:1).

O Oriente foi já incendiado no ponto anterior, mas a notícia presta-se a uma reflexão sobre a situação da religião islâmica. Numa de duas referências diretas conhecidas, o *Norte* conta que “Há uma aliança entre o maometismo e o bolchevismo.”, querendo “O fanatismo social [...] apoiar-se no fanatismo religioso dos muçulmanos.” (4/7/19:1). Na segunda, já de 1921, o *Primeiro de Janeiro* regista que “[...] os bolchevistas começam [...] um movimento de reforma para sincronizar os princípios islâmicos e comunistas. [e que] Os padres muçulmanos, ao soldo de Moscovo, pregam [...] o Alcorão [...] não deve ser tomado à letra.” (30/1/21:1) – “Os maometanos”, escreve-se ainda, “[...] declaram que essa propaganda é eficaz e que o islamismo, longe de ser um obstáculo ao bolchevismo, poderá auxiliá-lo muito.” (*idem*). Entre todas as crenças, o islamismo é – ideia mantida por quase toda a bibliografia da Revolução e confirmada pela imprensa – a que mais tolerância merece, recebendo o seu clero o direito de voto e mantendo os seus bens. Contudo, é óbvio que o islamismo está longe de ser a maior preocupação da imprensa.

Assim, em novembro, o *Monarchia* reincide em que “Para os povos orientais, subjugados de há muito pelo imperialismo europeu, a luta de classes, o bolchevismo é sinónimo de libertação, como já fora sinónimo de libertação para os judeus.” (17/11/20:1). Assim vertida pela questão judaica, porém, a ameaça não tem apenas a feição ideológica e militar que, talvez ainda dentro do espírito com que comentaram o armistício russo-alemão, afastou alguns jornais das suas práticas jornalísticas mais comuns; tem outra, ainda, e que se diz financeira. Mostrando quão bem aprendeu a sua lição francesa e antevendo já uma Rússia “Politicamente transformada numa república burguesa, onde, mais do que o ouro burguês, mandará e dominará o domínio do ouro de Israel!”, o *Monarchia* brada que “Não foi desinteressadamente que um grupo de banqueiros judeus fundou *l'Humanité*, órgão dos socialistas franceses, [posto que] O ouro de Israel não auxiliaria assim a propaganda [...] adversa ao Capitalismo, se nela não encontrasse [...] uma compensação larga para o auxílio que prestou.” (26/3/20:1). A par deste, por crença ou hábito, o *Diário do Minho* reconhece que “[...] os próprios bolchevistas têm no seu programa ecos, embora diluídos em erros modernos, da voz dos políticos católicos como S. Tomás.” (25/1/21:1), mas junta-lhe que “Os movimentos sociais presentes são impulsionados secretamente pelos capitalistas judaico-maçónicos, e o bolchevismo é apenas um meio que a

com alguma bazófia como ouviu a um judeu que “[...] para derrotar [...] o império russo, [...] organizar a nova existência sobre bases totalmente novas, resistir a todas as ciladas, a todos os ataques, a todos os ódios é preciso ser dotado de uma alma temperada como aço; é preciso possuir a ciência do método, estar embruxado pelas fadas da Paciência e da Tenacidade. Ora, essas virtudes são nitidamente hebraicas.” (*ABC*, 29/4/26:15).

judengaria da alta finança e do alto capitalismo, de braço dado com a política internacional, imaginou para dominar, escravizar as populações.” (4/2/21:1). E também a *União* regista que em “[...] 503 membros dos soviets, há “[...] 406 Judeus, 29 Russos, 34 Letónios, 12 Alemães, 12 Arménios, e alguns polacos, checos.”, e que “Dos vinte e dois membros que compõem o *Comissariado do povo*, dezoito Judeus!”; mas estampa ainda que “O Dr. Oscar Levy, insuspeito porque é Judeu, diz-nos numa brochura publicada em Oxford. [que] ‘Les juifs ont déchainé la grande guerre’” (3/4/21:7). Dias depois, com outro “[...] professor da Universidade de Oxford, Stanton Devas [...]”, demonstra-se “[...] que o agravamento da questão operária e da questão social corresponde à descristianização dos povos.”; daqui, irredutível lógica, “Surgem então os elementos misteriosos, ateando o incêndio devastador. [...] São os *soviets*. E quem compõe os *soviets*? 95 por cento são judeus.” (23/4/21:6).

Desde 1917 que os católicos vêm conhecendo algum assédio bolchevique. Por algum tempo, contudo, beneficiam da entrada de inúmeras missões de auxílio no país no decurso da Fome⁶¹¹ e logram até passar relativamente incólumes às purgas religiosas que cedo se lhe associam. No início, é apenas o *Bandeira Vermelha* que escreve que “[...] os bolchevistas respeitam as convicções religiosas e as questões de consciência” (30/11/19:1), ou o jornalista G. Lansbury, que declara, no *Batalha*, “[...] que Lenine e os seus amigos têm empregado sempre todos os seus esforços para impedir os excessos [...]” (29/4/20:3). Já em 1922, é mesmo à laia de crítica que a *Manhã* denuncia que “Deve ter causado admiração dos nossos grandes revolucionários extremistas o facto de o governo dos *soviets* ter permitido a entrada de várias missões religiosas [...] Não menos se devem mostrar surpreendidos os nossos católicos reacionários com o facto de [...] Tchitcherine, ter travado uma amável conversação com o arcebispo de Génova [...]”, razoando que “[...] se estão definindo sistemas e aclarando situações que até há pouco eram considerados sob um aspeto completamente diverso. [...] Pois esses revolucionários não são inimigos da religião.”⁶¹² (3/5/22:1).

De facto, não deve ser tão má a situação, que não encontre alguma imprensa tempo para anunciar essa ameaça maçónico-judaica ou, já em período de maior perseguição bolchevique à Igreja Ortodoxa russa⁶¹³, dessangrar os cismáticos. Nas notas de viagem de N. Tasin [*sic*], que o *Republica*

⁶¹¹ Aquando da entrada de outras missões internacionais na Rússia, pouco ou nada se escreve sobre o assunto – a imprensa republicana não terá interesse em anunciá-lo e é possível que a própria imprensa conservadora, mesmo a católica, se mantenha reservada a tal respeito. Já em outubro de 1924, porém, anunciando que as dificuldades à obra da missão levam agora à sua saída da Rússia, o *Novidades* escreve, remetendo para 1922, que “Recebida com grande alvoroço dos necessitados russos, a missão internou-se na Rússia fazendo bem a toda a classe de pessoas, indiferentemente de ideias, sexo ou religião.” (11/10/24:1).

⁶¹² Registrará Reinaldo Ferreira que “Rikov, ortodoxo fervente, [...] jamais deixou de assistir a uma missa e Bukarine se benze [...] e o próprio Lenine, não praticante, era um cristão sincero.” (*ABC*, 29/4/26:15).

⁶¹³ Em 1925, aquando da morte de Tikhon, o *ABC* explica a questão escrevendo que “Em 1921 o governo soviético decretou, para atenuar a fome que reinava em quase todo o país, a confiscação dos tesouros da Igreja. O patriarca Tikhon, [...] anatematizou aquele ato governamental e [...] deram-se vários distúrbios nalgumas cidades da Rússia. [...] o governo viu-se na necessidade de recorrer a meios violentos – e mandou encarcerar o velho patriarca. [...] Passaram-se meses e o austero sacerdote, acabou não só por se reconciliar

reproduz, comentando que “o espírito acomodaticio do clero russo vem definido com particular realce.”⁶¹⁴ (9/10/20:1), lê-se, por exemplo, que “Um dos mais assombrosos milagres deste ‘país ao invés’ depara-se-nos na conversão ao bolchevismo duma grande parte do clero russo. [e...] a tal ponto, que o judeu Trotsky nas suas viagens através da Rússia soviética é procurado amiúde por delegações do clero local, que ardem no mais insofreável desejo de saudar o seu amo e senhor.” (*idem*). Mais duro, o *Diário do Minho* dirá que “[...] a Rússia cismática sofre do mal de que sofreram todos os ramos separados do genuíno tronco cristão da igreja católica. [que] A estrutura e o estado do clero russo, e a sua falta de contacto com o povo é que lançam luz sobre a tolerância do bolchevismo [...]” (19/2/21:1)⁶¹⁵, e que ainda que “Foi conhecendo este terreno assim preparado que os mais altos espíritos da Rússia previram que o desenlace havia de ser ou a revolução ou o regresso à Igreja Católica!” (20/2/21:1). Assim, sendo curto o interesse pela saúde do ramo ilegítimo da cristandade, não surpreende que mal se assinale, em 1922, a morte de vinte e dois bispos ortodoxos – já pelo final do ano, o *ABC* dirá, inclusive, que “Foram mortos vários sacerdotes, que o governo declarou serem antes políticos, mas continuou-se a deixar aos outros o direito de praticar a sua religião sem a qual não vive o povo russo [...]” (21/12/22:1).

A situação muda, porém, quando, já em março de 1923, as autoridades soviéticas instauram “[...] um processo contra o Arcebispo de Petrogrado, monsenhor Cieplak e 17 sacerdotes católicos, todos acusados de um delito que as leis bolchevistas castigam com a pena de morte: o delito de se terem negado a entregar os templos e objetos destinados ao culto.” (*Diário do Minho*, 27/3/23:1). O jornal ainda fala de uma possível intervenção do Papa, mas depois de vários dias sem informações, o *Primeiro de Janeiro* escreve que “Os soviets sempre executaram um dos prelados russos condenados à morte pelo tribunal de Moscovo.” (4/4/23:1) – Monsenhor Budkiewicz, informa o *DN*, registrando que “Os bolchevistas querem destruir o cristianismo na Rússia.” (6/4/23:1). O caso logra chamar a atenção também para a situação do clero ortodoxo e, já a 11 de abril, o próprio *Mundo* anuncia o “Julgamento do patriarca ortodoxo [Tikhon] – O delegado do governo pedirá a condenação à morte do prelado.” (11/4/23:3). Antes do fim do mês, o *Primeiro de Janeiro* conta que “As perseguições

com os ‘soviets’ como até por aplaudir a obra que eles vêm fazendo.” (23/4/25:1).

⁶¹⁴ O jornal escreve ainda que “Em grande número de aldeias, o cura chegou a ser escolhido entre os membros do Comité bolchevista local, passando então a participar das deliberações do *soviete*. [...]” e que “O governo de Lenine não se atreve a perseguir Tikhon, [...]” (9/10/20:1). Dias depois, o *ABC* regista que “Os *popes* atravessam as ruas com as suas mulheres e os seus filhos, de cabeleiras compridas, entrajados de negro e para nenhum há uma má palavra. [e...] Só os prendiam quando se metiam em política.” (28/10/20:15).

⁶¹⁵ Aprofundando, dirá que “O clero russo não obedece a nenhuma das prescrições das leis de Deus e do Evangelho, não prega, não catequiza, não ensina os princípios divinos. [e...] fez-se instrumento servil do poder para manter a população sob o jugo de uma obediência passiva sem limites, e deixou-se afeiçoar [...] por uma servidão abjeta.” (19/2/21:1). Não bastando, escreve no dia seguinte que “[...] não tem ciência nem bons costumes. É intolerante, grosseiro, devasso; o sentimento religioso falta-lhe completamente, assim como o instinto duma moral elevada. Nunca desempenha as suas funções sacerdotais segundo as regras de sabedoria e da mais simples probidade. [...] não existe para a oração, não aspira ao reino dos céus; o

religiosas, exercidas pelo governo dos soviets na Rússia, se tornaram extensivas à Geórgia, sendo numerosos os católicos presos, com os seus chefes hieráticos. [e] Cem igrejas foram encerradas pelas autoridades soviéticas, que proibiram ao delegado da Santa Sé o ingresso naquele território.” (26/4/23:1); escreve-se ainda que “O julgamento de Tikhon foi adiado em consequência dos soviets desejaram que no mesmo processo seja implicado também o bispo Theodocius.” (*idem*). “Tudo vai raso”, anuncia o *Notícias d’Évora*, em maio: “[...] as igrejas, as mesquitas, as sinagogas, os pagodes... Mas toda a Rússia se transformou num grande pagode, numa bambochata infinitamente miserável.” (23/5/23:1) – para católicos e ortodoxos é já, no entanto, o fim de um período.

Em outubro, o *ABC* conta como, “Em Moscovo, a multidão vai às igrejas, que são numerosas [e] O patriarca [Tikhon], que esteve em risco de ser fuzilado, é um velho venerável, sob as suas vestes magníficas, e já aparece a pregar.” (25/10/23:15): de facto, aquando das exéquias de Lenine, o *Novidades*, que critica aos ortodoxos russos o que tão bem vem agora defendendo para os católicos portugueses, parece elevar a rancor o sarcasmo de outros títulos conservadores, comentando que “[...] o patriarca Tikhon, o recém-convertido à Igreja reformada, ajoelha diante daquele que espoliou a Igreja e por ele vai rezar.”⁶¹⁶ (22/1/24:1). Pela primavera de 1924, o *Primeiro de Janeiro* reconhece que “Perseguida, mas livre, agora de toda a pressão política, [a Igreja] desperta, nos intelectuais e no povo, um sentimento de renascimento religioso” (7/3/24:1), e defende que “Esta renascença religiosa é um poderoso motivo de confiança no futuro da sociedade russa.” e que, havendo até “[...] várias tentativas de aproximação entre as Igrejas Russa e Anglicana.”, “Que a própria Roma não deixe de trabalhar, em seu favor, mostrando, mais uma vez, a sua aprovação tácita à grande e nobre ação conciliadora do cardeal Mercier.” (*idem*) – e semelhante posição tem o *Correio da Manhã*, apontando que “O fator religioso, vem juntar-se a [outros] fatores de extinção do cancro bolchevista.” (9/4/24:1). Em setembro, reproduzindo do *Osservatore Romano* uma entrevista “dum padre católico, não italiano” a Lenine, o *Primeiro de Janeiro* assenta que “[...] este homem, pintado como um tirano cruel, era apenas vítima da sua conceção da sociedade, sendo arrastado a consentir nas carnificinas pelas habituais razões de Estado.” e, por suas próprias palavras, repugnado com a situação e “[...] [obrigado] a empregar os processos mais radicais para [extirpar] desta nação os elementos hostis ao [...] programa [bolchevique].” (5/9/24:1). Já em março de 1925, e em campanha aberta contra o “paraíso bolchevista”, até o *Século* informa que, segundo um relatório da delegação sindical britânica

sacerdócio, para ele, não é vocação, é um ofício: trata-se apenas de viver.” (20/2/21:1).

⁶¹⁶ O afastamento de Tikhon da vida pública, pelo final do ano, em função da idade e doença, levam o *Século* a especular, já no início de 1925, que “[...] esteve prestes a ser assassinado, na sua residência, onde se encontra gravemente enfermo.” (16/1/25:1). Aquando da sua morte, e sempre à laia de crítica, o *Novidades* escreve que “[...] o falecido patriarca Tikhon tinha uma situação extremamente difícil. [...]mas] Só Deus sabe os motivos deste estranho passo do Patriarca e em parte, talvez, os verdugos bolchevistas.” (21/4/25:1); mas o *ABC*, mais moderado, lembra que Tikhon foi, afinal, “O sacerdote que mais combateu os soviets” e que “O regime soviético não agrada, em princípio, à Igreja católica. Mas a austeridade do patriarca, seu passado de luta em prol das regalias sacerdotais, conseguiram atenuar no espírito dos mais tolerantes, a impressão de que

recentemente chegada da URSS, “Em matéria religiosa a liberdade é completa.”⁶¹⁷ (4/3/25:3).

Razões há no céu e na terra, contudo, para que seja sempre maior o ceticismo dos católicos portugueses do que o da cúria romana – em dezembro de 1923, o *Novidades* insiste que “A perseguição e a propaganda antirreligiosa exercem-se atualmente ali com uma violência até hoje desconhecida.”, sendo proibido “[...] ministrar ensino religioso a qualquer criança menor de dezoito anos.”, aos “[...] altos funcionários do Estado [...] ir à Igreja.” e “Aos sacerdotes administrar os últimos sacramentos, mesmo aos seus colegas moribundos nas prisões ou nos hospitais.” (25/12/23:1); em 1925, porém, ainda acusará a “Pobre *intelligentzia* russa, tão orgulhosa, tão indomável, tão inconsciente, na sua ação dissolvente de czarismo, da ortodoxia, do militarismo, de tudo quanto, sem ser idealmente perfeito, constituía porém o sólido correame que sujeitava o asiaticismo russo à civilização ocidental!” (1/6/25:1).

Procurando não sair do domínio das representações da situação religiosa russa para aquele que é o do seu impacto na própria imprensa, impõe-se reconhecer que qualquer que seja a origem e dimensão do antissemitismo em Portugal, neste momento e ao nível da imprensa – e nesta quase tudo se escreve e em torno desta quase todos os escritores orbitam –, fica claro que é catalisado, senão mesmo reintroduzido pela Revolução. De facto, há jornais em que, direta ou indiretamente cevados pelas demais notícias do processo revolucionário, a questão judaica e o próprio discurso antissemita decorrem, sem cortes nem desenvolvimentos, do que vai chegando de fora; outros há, contudo, em que engrenam os receios, os preconceitos de alguns elementos conservadores⁶¹⁸. A fronteira não é clara e a diferença não está na identificação ou reconhecimento da problemática – assim, o mesmo Reinaldo Ferreira, que lhe dedica um capítulo do seu relato de viagem, assinala que “[...] todos os que, em campo oposto ao meu rezam, governam e escrevem merecem-me respeito e lealdade.” (*ABC*,

a atitude de Tikhon, aderindo às ideias bolchevistas, lá deixara. [...]” (23/4/25:7).

⁶¹⁷ Dias depois, o jornal anuncia “Uma revolta de crentes.” na “[...] guarnição vermelha de Oremburg [...] em consequência da propaganda antirreligiosa que era feita pelos comercistas oficiais, que tornavam uma irrisão os mistérios sagrados. (*Século*, 16/3/25:3).

⁶¹⁸ Bastará ver quão afinados andam Lino Neto e António Sardinha: o primeiro defende, em plena Câmara, que “Corrijamos as viciosas tendências da raça. [posto que] Não há que esperar por *Messias* como muitos dos judeus que se incorporaram na nossa estrutura étnica; não há que confiar os acontecimentos dos simples *acazos* da vida como vários dos árabes cujo sangue ficou nas nossas veias [...]” (*A União*, janeiro); o segundo, em conferência no C.A.D.C. de Coimbra, presidida por Cerejeira, dirá exatamente que “Nem a história é, como diz Spengler, regida pela fatalidade, nem a civilização ocidental está condenada. O que há a fazer é apenas libertarmo-nos do individualismo judaico e irmos beber na fonte viva da Igreja [...]” (*Novidades*, 2/6/24:2). Já em 1925, por ocasião do caso do Angola e Metrópole, o *Século*, que chega a falar de manejos comunistas, escreve ainda que “Estamos nas mãos duma judiaria política que não nos sabe defender contra a cupidez insaciável de uma judiaria financeira, mais perigoso ainda, que pretende fazer-nos soçobrar de vez, como nação independente e livre.” (25/11/25:1) e também no *Novidades* da “[...] existência de grupos estrangeiros [...] organizados desde há muito, e neste momento preparando um golpe contra as nossas colónias [...] [os grupos] alemão-sul-africano [...e...] italiano-judaico.” (10/2/26:1)

29/4/26:14)⁶¹⁹. A diferença está na reincidência na questão, posto que se há jornais que, por volta de 1921, a deixam cair, outros há que a esta aludem por mais três ou quatro anos mais⁶²⁰.

Aqui, na verdade, tudo isto importa apenas pela referida questão da inconsistência nas representações dos judeus e da situação judaica, mas, mais ainda, por estas trazerem enredadas nos mesmos problemas e até em conflitos, as representações de algumas outras crenças religiosas na Rússia – “[...] se não tivesse havido o desejo evidente de ocultar todas as informações da Rússia; se não se tivesse calafetado todas as frinchas da fronteira; se não vivêssemos em tão cerrada ignorância do que se passa no ex-império”, escreve o Reinaldo Ferreira, “há muito que a lenda estaria diluída como um véu de névoa sob um jato de sol.” (29/4/26:16). O que é certo, escreve ainda, é que por 1926 “Todos os cultos religiosos têm na Rússia atual uma liberdade absoluta.” (*idem*).

- A situação da mulher

Tão cedo como chegam ao poder, os bolcheviques impõem mudanças radicais na situação feminina, sendo a legalização do divórcio e a paridade salarial as primeiras de várias medidas tomadas nesse sentido. Várias eram já as mulheres que integravam a estrutura do Partido e várias são ainda as que irão desempenhar cargos na nova administração – é assim que Anastasia Bizenko⁶²¹ integra a primeira delegação bolchevique em Brest-Litovsk. No ocidente, este tipo de comprometimento e atividade estão ainda longe de macular a cândida imagem da mulher entregue aos trabalhos domésticos e bordados, posto que raras vezes a mulher operária ou rural é assunto de imprensa.

As primeiras notícias sobre a situação da mulher na Rússia vêm situá-la no centro desta atividade, mas configurando as linhas de uma representação que a trará sempre pelas reias da fraqueza ou da força ou, mais frequentemente, entre ambas. Ainda pelos primeiros meses de uma bem noticiada investida bolchevique contra a aristocracia russa, o *Republica* escreve que “Malfeitores vestidos de soldados forcem as mulheres a despirem-se dos pés à cabeça e deixam-nas nuas, levando-lhes os vestidos.” (4/1/18:1); já pelo mês de agosto, num dos vários rumores sobre a morte do czar e do

⁶¹⁹ Em 1925, entrevistando Mário Sá aquando da publicação de *Invasão dos Judeus*, a *Batalha* atira-lhe que o “perigo judeu” é “treta literária”, mas adiante, ponderando sobre “[...] uma lista de nomes, alguns sinistros na história financeira [...] todo um bando negro de sanguessugas que se alimentam da miséria do povo.”, o jornal aceita que “[...] sempre que na sociedade se ergue um grupo de famílias, que pela sua constituição representa um perigo para a humanidade, não podemos deixar de lhe dar combate.” (13/2/1925:3)

⁶²⁰ Em 1923, o *Correio da Manhã* anuncia a publicação de *Protocolos dos sábios de Sião*, em que demonstra que “[...] que o judaísmo se prepara para avassalar politicamente o mundo.”, e “[...] deve ser lido por todos, principalmente pelos republicanos sinceros, honestos e desinteressados e pelos operários também.” (18/12/23:1). Indo mais longe, o *Vanguarda* clama que “Tudo o que em teoria é preconizado e aconselhado pelos membros e agentes da “seita judaica”, está sendo posto em prática pelo ‘Poder Oculto’, que, em Portugal e na vigência desta pseudo-república, já invadiu do poderes do Estado” (14/1/24:1).

⁶²¹ Numa das raras referências na imprensa portuguesa a este respeito, escreve-se que “[...] a democracia russa [...] enviara, entre um marujo e um soldado, uma velha, muito venerada pelos apóstolos dos tais ideais.” (*Jornal do Comércio*, 14/2/18:1) – sob o czarismo, Bizenko assassinara um ministro.

czarevitch, o *Vanguarda* escreve que “[...] ficou a viúva, com as filhas, entregue à descrição da gente bolchevique, para dispor dela a seu talante. [e] Não é natural que em torno de quatro mulheres se faça um movimento revolucionário, tendente a derrubar a República moscovita [...]” (21/8/18:1). Já em setembro, porém, na sequência do atentado de Dora Kaplan contra Lenine, o *Diário Nacional* assinala que “[...] era uma das muitas niilistas, que, mais bravas ainda do que os homens, sacrificavam a existência para que o povo fosse feliz.”⁶²², mas para concluir “[...] que na alma feminina a ilusão penetra mais facilmente que na do homem, e, por isso, crentes no que sentem, melhor se sacrificam e o transmitem. [e] Também nenhuma dor mais cruel, mais terrível, mais desesperante para a mulher do que a desilusão.” (9/9/18:1). Dias depois, a *Lucta* transcreve, do *Liberal*, uma crônica em que, escrevendo que “Nada mais novelesco, nem mais interessante do que uma mulher russa.” – “Um dia, lemos que uma dessas mulheres intelectuais foi feita ministro, embaixador, plenipotenciário dos ‘soviets’... Dias depois, que dispara um revólver contra o chefe do Estado, contra Lenine...” –, se questiona depois que “Que ardente espírito inflama o coração destas mulheres, tão diferentes das nossas?” (16/9/18:1). Fosse Kaplan bolchevique, a vítima outra, e o retrato não seria, talvez, o de que “[...] a mulher açambarca [...] toda a amplitude intelectual do homem, com quem concorre nas suas funções. [...] é mais que uma mulher; é uma cidadã.”; a explicação, no entanto, é a mesma: “Todas as mulheres fortes, heroicas, representantes da literatura russa, são como Dora Kaplan. Se aderem a uma ideia, a uma doutrina, a um amor, perecem nas chamas das suas crenças. [...] assim morre também, fixa numa ideia louca de amor, Anna Karenina [...]” (*idem*).

A associação não tem apenas este lado heroico, mas outro, lúbrico⁶²³ e tão mais apelativo aos jornais quanto mais conservadores e cujo ponto de partida parecem ser as notícias da socialização da mulher. A notícia – e falar-se-á ainda de “[...] mulheres e meninas requisitadas por ordem dos soviets, para servir de diversão aos soldados da guarda vermelha.” (*Montanha*, 3/9/19:1) – corre há meses na imprensa estrangeira, mas o decreto, escreve a *Manhã* em junho de 1919, “[...] nunca tendo aparecido em Portugal, publicamente, na íntegra [...] existe, tendo a sua iniciativa partido do ‘Conselho da Cidade de Saratov’ [...]” e determinando, igualmente, que “Os cidadãos não têm o direito de usar uma mulher mais do que três vezes por semana o máximo e durante três horas de cada vez [...]” e que “Toda a mulher grávida será dispensada das suas funções de Estado durante 4 meses: 3 meses antes e um mês depois do nascimento da criança.” (7/6/19:1).

A questão impõe, por ora, não poucas acusações e desmentidos por parte da *Batalha*, que

⁶²² E prossegue-se: “Era o caso de todas elas, desde essa singular Vera Zassoulitch, que tanto batalhou para a morte de Alexandre II, até Vera Figner, que pretendia fazer penetrar no exército as ideias socialistas e durante vinte anos agonizou na fortaleza de Petropavlosk.” (*Diário Nacional*, 9/9/18:1).

⁶²³ Já em 1924, referindo-se à SR Maria Spiridinovna, encarcerada por mais de um década (1906-17) pelo assassinato do Inspetor Geral da Polícia, Luzhenovsky, o *Republica* escreve: “Maria Spiridinova, desnudando as espáduas, mostrou ao grande caudilho revolucionário a sua epiderme retalhada pelo *knut* dos comités nas minas. [...] Lenine, indignado, jurou ante a mártir sublime tirar completa desforra do despotismo de Nicolau II, como outrora Décimo Bruto jurara derrubar o despotismo de Tarquínio, o Soberbo.” (2/3/24:1).

declara que “Se os acontecimentos da Rússia fossem discutidos com inteligência e boa fé [...] o tal decreto [...] ter-se-ia logo mostrado aos olhos de todos, *a priori*, como uma fantasia absurda, malévola e estúpida [...]” (9/7/19:1) – não sendo, algumas folhas desmentem-nos, enquanto outras persistem em mostrar a degradação sob o novo regime. Como o *Século*, que comentando a declaração de William Bullit de que “[...] na Rússia não existe prostituição.”, regista que “As mulheres [...] atravessam uma das situações mais críticas e mais vexatórias [...] Os salários pagos às empregadas nas instituições soviéticas são vergonhosamente ínfimos e nunca andam pagos com regularidade. [...] e que] Esta combinação [...] teve como consequência em Petrogrado, lançar muitas mulheres na rua.” (12/11/19:3). Junta-se o *Bandeira Vermelha* à *Batalha*, então, não só defendendo que “É uma especulação indigna que todo o homem de bem tem o dever de desmascarar.” (28/12/19:1), como defendendo ainda que “A Rússia bolchevista não conhece a iniquidade social da moralidade burguesa que chama o ENGEITADO [*sic*] [...] a maternidade é honrada porque é sagrada. A mulher que é mãe – só por sê-lo – conquista o respeito e a veneração da sociedade. Todas as crianças têm ali o mesmo direito – igual para todos! – ao pão e à instrução.” (*idem*). Vem depois a *Batalha* desenvolver a mesma notícia, remetendo para as declarações do jornalista Will Good, que visitou recentemente a Rússia sob o auspício da Liga Internacional das Mulheres, assinalando que “[...] a organização da família se conserva sobre as mesmas bases [...] e que] A prostituição desapareceu por completo na Rússia, porque a posição económica da mulher melhorou consideravelmente por meio das medidas tomadas pelos bolchevistas.” (1/1/20:1)⁶²⁴. Vem até o *Norte*, já em junho e reproduzindo o depoimento de um russo a um repórter estrangeiro, registar que embora “inaplicáveis” e “vexatórios” para as mulheres, “Em higiene, os seus métodos [...] têm por ponto de partida um bom desejo. [e] Os médicos [...] dirão que o que lhes pedem os bolcheviques está sempre relacionado com o interesse da saúde pública. [e que] Com as crianças faz-se tudo o que é possível.” (3/6/20:1)⁶²⁵.

A verdade, no entanto, é que mesmo sem ser prolixa, a imprensa burguesa logo faz derivar a questão para o tema do amor livre e do relaxamento da moral sexual na Rússia. Ainda em outubro de 1920, por exemplo, mostra-se bem superficial o interesse do *Montanha* pela situação, escrevendo que

⁶²⁴ O próprio *Bandeira Vermelha* voltará à notícia, acrescentando-lhe as declarações de um certo Jorge Itibere, de que “Para os socialistas a família não é uma instituição de origem sobrenatural, mas sim uma instituição humana, baseada nas necessidades de espécie.”, e que sendo a sua base “[...] a afinidade eletiva, a força misteriosa que atrai dois seres de sexo diferente, [...] advogam o estabelecimento do amor livre como o meio único de dar à família o apoio sólido e firme de que ela necessita para se manter imaculada” (1/6/20:2).

⁶²⁵ Por mais contradita que seja, a questão da “socialização” está longe de desaparecer das acusações da imprensa burguesa, que a ela torna, porventura à laia da curiosidade dos próprios leitores – o *Mundo* dará conta, já em 1924, de um “Episódio cómico provocado por um assistente curioso” de uma conferência de Carlos Rates, que “só por curiosidade científica”, quer saber se “na Rússia as mulheres foram socializadas (Risos)” (24/9/24:3); e em 1925, o *Século* regista ainda que “[...] em outubro de 1917 [...] ‘camions’ dos regimentos de Petrogrado e Moscovo percorreram os bairros aristocráticos [...] roubando das suas próprias casas as filhas-família, para as levarem (socializadas) aos quartéis, onde eram ignobilmente violadas ou assassinadas [...]” (4/3/25:3).

“[...] não podendo concordar com a lei que faz das nossas mulheres mulheres dos outros, como que sejamos irracionais, mas dá ganas de seguirmos as teorias de Lenine só para mostrar a esses cães danados que nós também somos gente como eles.” (19/10/20:1); no *ABC*, em novembro, confessa-se que “Ver um regimento marchar é sentir toda a desordem russa nos espíritos. [posto haver...] soldados, à mistura com mulheres também fardadas [...]” (4/11/20:11). Entretanto, e enquanto Kollantai declara, no *Bandeira Vermelha*, que “Desde há séculos que a mulher oriental estava silenciosa e foi preciso o poderoso todo da revolução proletariana russa para a fazer sair do seu torpor secular [...]e sobretudo a fração que vive sobre o território da Federação Sovietista, acordou e lança-se na via da sua completa emancipação.” (24/4/21:2), é Isadora Duncan, que, sob a crítica da imprensa burguesa, vai dançar na Rússia dos soviets. Diz então a *Batalha* que “[...] voltará, sorridente e gloriosa, mostrando as suas trémulas mãos, os seus lindos braços [...] onde a labareda russa não tocou.” (5/6/21:1); dirá o *Primeiro de Janeiro*, já em agosto, que “[...] no momento decisivo, sem coragem para entrar no país de sombra e de sangue – fugiu. Amedrontada com a atmosfera dolorosa a revolta – voltou, voltou para a civilização [...] e que] Afinal, toda a longa Epopeia de Isadora, todo o seu fogo sagrado de vestal se quebraram, de encontro à fraqueza do seu feitio feminino.” (25/8/21:1). Entre 1922 e 1924, Isadora estabelecer-se-á definitivamente na URSS⁶²⁶, atraindo atenção e simpatia para a abertura cultural e artística do novo regime, mas alimentando também, no ocidente, a ideia de um completo desregramento moral e sexual.

Pelos anos seguintes, a imprensa vai dando a ideia de uma mulher cada vez mais emancipada – porém, livre de constrangimentos sociais e culturais, entende a imprensa burguesa que não se furta àqueles mais naturais ao seu género. Fora, já antes, o caso da própria Alexandra Mikhailovna Kollantai, que, mesmo ministra e “[...] apesar de inteligente, não escapa a fatalidade do amor.” (*ABC*, 5/8/20:12). É, agora, o caso de Margarite Kety [*sic*], a mulher “[...] cuja vida no Rio de Janeiro é um enigma.” (*Primeiro de Janeiro*, 29/12/22:1) e que parte para Portugal já com a fama de “[...] dama misteriosa, de gestos distintos, lábios tentadores, corpo franzino e de atitudes muitas vezes demasiado livres, que sorri para todos e que para todos tem sempre um olhar de promessa e uma sedução que magnetiza.”, deixando o articulista a perguntar-se se vem “Conquistar adeptos [...]ou] Incutir no espírito da burguesia capitalista as teorias de Lenine com o magnetismo de seus olhos negros e profundos.” (*idem*). Será, finalmente, o caso de Trotsky, que, não sendo mulher, também também cede aos mistérios do amor ao deixar “[...] a sua esposa judia, [...] loquaz e ardente revolucionária [...]” por “[...] uma jovem gorducha russa cristã, absolutamente ignorante de assuntos políticos mas dotada de uma grande beleza [...]” (*Jornal do Comércio*, 27/1/23:1) – sinal de que “[...] o menino Cupido [...]”

⁶²⁶ Durante este período, a imprensa explora cada ausência de Isadora da URSS como um corte com o regime. Já em 1923, ler-se-á no *DN*: “Mas Moscovo desiludiu-a. [...] Os seus cinquenta alunos russos, rapazes e raparigas de 8 a 10 anos, e o seu poeta de marido, são únicas coisas ou pessoas do mundo em que ela crê. Talvez por causa desses pequenos russos, que iniciou nos mistérios da sua arte, se resolva a voltar a Moscovo, apesar da repugnância que, por outros motivos, essa viagem lhe inspira.” (25/2/23:3).

lançou uma das suas irónicas setas a um príncipe do bolchevismo ferindo-o de morte.” (17/2/23:1), dirá depois o *Notícias d'Évora*, surpreendido com a capacidade bolchevique para amar.

No entanto, parece ser mesmo esse mundo masculino da imprensa que mais se agita com as inovações soviéticas para a condição da mulher... e que, afinal, parece estar também a mudar a do homem, condescendendo as folhas burguesas a restabelecer a verdade. E “A verdade,” escreve o *ABC*, “[...] é que na Rússia se faculta tanto o casamento, que quem ali se não casa é porque não quer. Basta que os noivos se apresentem ao comissariado dos Soviete e que deem parte da sua união. [...]e] Para o divórcio a facilidade é a mesma. Os esposos desavindos, apresentam-se de novo, ao mesmo comissário e anunciam o divórcio.” (3/5/23:4). A verdade, escreve depois, é “[...] que nem todas as mulheres são como a esposa de Kaledine que se masculinizou em seu trajo, e que a garridice continua, dentro dos recursos do país e que, exatamente como na época do Diretório em França, se ama o exótico com tanta paixão como as *incroyables* queriam ao extravagante.” (21/6/23:4). Já em agosto, aliás, o *ABC* não perderá a oportunidade de comentar, jocoso, que “Para Itália viajaram como grão-duques os delegados soviéticos. [e] Só dactilógrafas – e bem lindas – levaram vinte que causaram sucesso.”, não surpreendendo, portanto, que esteja “[...] muita gente foragida a pedir passaporte para a Rússia.” (16/8/23:13). A verdade, afinal, é que bem pode Guedes de Oliveira lamentar, no poema “A uma exilada russa” que o *Montanha* (1/9/23:1) lhe publica, que Portugal lhe seja um destino tão pouco atrativo – russas em Portugal, só de passagem; ainda assim, como “A jovem loira, bonita e muito insinuante [Teodosia Feliz (*sic*)], que também faz parte da equipagem do navio soviético [Rylejeff].” (*Comunista*, 15/10/23:4), que entrou recentemente pelo Tejo, “[...] e cuja reduzida tripulação”, reconhece o *ABC*, “vive na maior camaradagem, sem distinção, exceto nas horas de serviço em que se obedece aos superiores [...]” (18/10/23:1).

Mas é a partir de 1924 que a mulher russa mais parece inflamar o ocidente. Entretida com o futuro político da URSS, o restabelecimento das relações diplomáticas e a ameaça da internacionalização do comunismo, a imprensa lá dedica, ocasionalmente, alguma atenção, já não tão devedora da beleza e heroísmo, como também da inteligência. Ainda pelo princípio do ano, o *Notícias d'Évora*, explicando que “[...] os Trabalhistas parecem encontrar-se na contingência de terem de assumir as rédeas da governação pública na velha Albion [...]” e que por tal facto “Algumas mulheres ilustres preparam-se para... *Ministras!*”, logra falar de “[...] uma verdadeira revolução em marcha, sem os inconvenientes das que nós usamos a miúdo!...” (16/1/24:1)⁶²⁷. Celebra assim o *ABC* que a grão-duquesa Maria Paulovna, “[...] que nunca teria chegado a subir a um trono como rainha [...]”, tenha descoberto a “[...] distração mais interessante, mais lucrativa e mais salutar [...]” do trabalho, fundando “[...] com todos os requintes, um atelier de modista [...]”, e impere agora “[...] do alto do palanquim doirado da Moda, fazendo curvar ante si as mais belas cabeças de todo o mundo.”

⁶²⁷ Será interessante notar que, ainda em 1920, o Diário de Notícias dava conta de “Duas bolchevistas, amigas de Silvia Pankhurst [...que] Durante os dois minutos de silencio [pelos mortos da guerra][...] puseram-se a

(19/6/24:10). Um ano depois, o *Diário do Minho* revela que “[...] o partido comunista francês é dirigido por uma mulher. [...] que viveu na Rússia e lá conquistou a confiança do estado maior dos Soviéticos [e que ...] é superiormente inteligente e, sem ser nem precisamente jovem nem precisamente bela, dispõe de qualidades de sedução extraordinárias.”⁶²⁸ (5/1/25:1). Pela mesma altura, sabe-se ainda pelo *Diário de Notícias* que sem levar ou pelo menos mostrar “intuitos perigosos”, Madame Kamenev “Vai a Paris com o inocente fim de organizar a secção russa das Artes Decorativas.” (10/1/25:1).

Se, porém, “não há bela sem senão”, a imprensa burguesa encontra-o na vaidade. Porque “[...] no bolchevismo só há blusas e farrapos!”, conta, irónico, o *ABC*, “[...] madame Kollantai, embaixatriz, por si própria, não por cargo de seu esposo [...] Apresentou-se no seu posto vestida como uma burguesa abastada que mandasse fazer os seus vestidos a Paris.” (29/1/25:13); e madame Krassine, regista o *Primeiro de Janeiro*, não estando “[...] disposta a ser considerada menos elegante de que as suas companheiras do corpo diplomático [...] é notável pelo esplendor das suas joias o que é pouco vulgar numa cidade [Londres], onde as mulheres usam as mais magníficas gemas.” (1/3/25:1) – e enquanto isto, “As outras – as incríveis da revolução russa – é que adotaram [...] um vestido feito de uma dúzia de metros de um tecido de duas vistas [...] e que] Transforma-se à vontade como um grande pano que se enrolasse e desenrolasse por sortilégios de elegância, não só dando-nos a impressão do que se deseja, mas obtendo, realmente, o que se procura.” (*ABC*, 29/1/25:15).

De 1924 a 1926, portanto, não surpreende, mas destoa encontrar o *Novidades* a escrever que “[...] a mulher é o grande, o principal alvo do combate da campanha bolchevista.”, privada dos “[...] seus afetos de esposa, de mãe, de companheira de santificação do lar.” (10/12/24:1)⁶²⁹; ou o *Século*, naquela campanha empreendida contra o regime soviético, a recuperar a questão da socialização, e insistindo que entre “[...] todas as instituições de que dependia o estado Russo [...]” (6/9/25:1), “[...] a família russa [...] foi aniquilada miseravelmente.”, porque enquanto “[...] instituição conservadora e nacionalista [...] contraria os homens da III Internacional.”. Para o jornal, “É possível cativar a gente moça – e ao mesmo tempo destruir a temida família russa [...] porque o Homem [...] se rende aos instintos que dos bichos nos não distinguem!” e, assim, “Para esse fim, fundaram-se [...] as

cantar e a rir.” (19/11/20:3), sendo sovadas pela população.

⁶²⁸ E porque o comunismo é também a subversão dos valores familiares, o bracarense junta o depoimento de uma francesa cujo marido, “[...] homem empregado e [que] não se ocupava de política nem de comunismo [...]”, foi atraído por esta mulher: “Meu marido ouviu-a expor a doutrina. Ela fala bem; é inteligente. Ela começou por excitar a sua admiração... Depois percebi que meu marido se afastava de mim.” (5/1/25:1).

⁶²⁹ E citando outras fontes, escreve: “‘A família é uma invenção burguesa alimentada pela Igreja: é necessário destruir família’ (*Humanité*, 16 de novembro); ‘A mulher não deve suportar o jugo da maternidade’ (*Humanité*, 8 de novembro); ‘Destruam nela o espírito egoísta e instintivo do amor maternal. A mulher que ama os seus filhos é uma fêmea’ (Congresso Comunista, 16 de novembro); ‘É necessário acabar com o jugo religioso que gera os resignados: queremos só revoltados’ (Congresso, 16 de novembro); ‘Na cidade comunista a mulher não conhecerá os trabalhos do lar’; ‘É preciso quebrar o jugo da família’; ‘Afastaremos a mulher do amor materno, dos deveres do lar, e ela será livre, irá às reuniões públicas, emancipar-se-á.’ (Congresso, 16 de novembro)” (*Novidades*, 10/12/24:1).

organizações da ‘juventude comunista’, onde se brada “[...] ‘abaixo as noções burguesas de pudor!’ [...e onde...] ‘cada um tem o direito de dispor do próprio corpo, e a liberdade de recorrer ao médico, seja para o que for.’”⁶³⁰. Em consequência destas “noites africanas”, em que “[...] cada estudante, rapaz ou rapariga, considera indiscutível não se imporem em coisas de amor a menor restrição [...]”, “Uma mãe de 16 anos traz à ‘Roda’ um filho de dois pais, ambos da mesma idade, que a acompanham.” e é também cada vez maior o número de suicídios (*idem*).

No ponto em que Reinaldo Ferreira deixará, já ao longo de 1926, a representação da situação feminina na URSS, pesarão, simultaneamente, as possibilidades e os problemas que a Revolução lhe trouxe. Versando especificamente sobre “O Amor Bolchevista”, o Repórter X surpreende os casais de namorados, para os quais diz não haver “[...] política, revolução, mudança de regime ou bloqueio.”, passeando pelo jardim de Tverskaia, como “Nos tempos imperiais, [...] os avós e os pais desses mesmos namorados [...] viriam, à mesma hora, àquele mesmo jardim.” (*ABC*, 15/4/26:14). Amolando-se com a prostituição no bairro moscovita de Nicaltskaya, reconhece que “Àquela mesma hora, nos boulevards de Paris [...] de Berlim [...] de Madrid – rostos tão carminados, tão febris e tão perversos como aqueles, espreitariam, pelas esquinas, farejando a salvação de um dia ou de umas horas.” (*idem*), como já antes reconhecia que entre as “[...] baixas cortesãs de Moscovo.”, “Umam caíram porque o seu orgulho preferiu ‘isto’ à fábrica; outras, a maioria, porque não podiam mais, porque o instinto de conservação as venceu.” (*ABC*, 31/12/25:16). Assombra-se, afinal, com o número de casamentos que lhe foi dado presenciar e, querendo saber se “Cupido continuava a ser o infante das setas douradas e se Afrodite marchava ainda de branco, com a nudez do seu corpo de maravilhas, as cinzas outonais da Rússia Moderna.” (*ABC*, 15/4/26:14) por sobre todos os rumores que se ouviram no ocidente europeu, visita uma sua conhecida, que lhe responde que “Em amor [...] não há leis, nem processos, nem polícias. [e que...] o problema amoroso da Rússia guarda a mesma resistência à resolução científica dos sociólogos – como antes dos soviets, como em todas as épocas, como em todos os países.” (*idem*).

⁶³⁰ O jornal fala de “[...] 70 % de rapazes e 30 % de raparigas.”, e que “Rapariga que se recuse, é insultada com o epíteto de ‘burguesa’, é desprezada e ameaçada de ser expulsa da agremiação.”, e que “[...] em 90 % dos casos é a mulher e não o homem a sofrer as mais terríveis consequências desta vida desbragada.” (6/9/25:1).

2. PERCEÇÃO – A percepção do impacto da Revolução Russa na imprensa portuguesa

2.1 Revoluções em tempo de Guerra: 1917-1918

2.1.1 Quando a revolução era boa – ainda a Revolução de Fevereiro

Muito ou pouco informada, pelo início de 1917 estava longe de ser estranha à imprensa portuguesa a ideia de uma paz separada entre russos e alemães, tão mais real quanto mais contrariada pela promessa de uma nova ofensiva russa. No mesmo dia, 8 de janeiro, em que o *Século* escreve que “A Rússia não atraiçoa os seus Aliados” e que está para breve uma ofensiva organizada por Brussilov, reproduz-se no *DN* uma declaração do general Alexandrov, membro da Comissão do Exército, em que este afirma que “[...] atualmente, pensar numa paz separada seria trair os nossos aliados, a nossa Honra, o nosso interesse e a própria vitória” – mas mal estão as coisas quando se fala, simultaneamente, da negociação de uma paz separada e de uma ofensiva; pior ainda, quando a questão é de honra e se utiliza o advérbio atualmente. Já a 11 de fevereiro, o *DN* acusa a receção de um telegrama de Petrogrado em que são apresentados “[...] desmentidos formais aos radiogramas alemães, dando conta de tumultos em várias cidades russas. O povo está tranquilo e não há descontentamento algum nos círculos militares.”; mas a 19, a notícia da prisão de “[...] onze deputados da Duma, pertencentes à comissão de guerra, por terem confeccionado planos duma revolução que devia estender-se a toda a Rússia.” introduz também a de um atentado contra o ministro da marinha. Nos dias seguintes, então, são várias as notícias sobre a atividade da Duma.

Pode o conhecimento do período que imediatamente envolve a Revolução de Fevereiro estar longe de refletir a multiplicidade de processos a decorrer já na distante Rússia, como pode a imprensa, no condicionalismo de só fragmentária e cumulativamente apresentar os factos, procurar mostrar como estes se subordinam às suas expectativas. As representações e reações, porém, não parecem assim tão devedoras de algum desconhecimento da situação ou do relevo que tem ao nível das manchas de texto – visão sobejamente redutora se considerada a situação política em Portugal, onde, aliás, o monarca caíra apenas sete anos antes, bem como todos os condicionalismos que levam o país à guerra. Tal surpresa pode bem, isso sim, ser devedora da necessidade de abordar um fenómeno a que, por algum tempo, se esquivou; devedora, também, da expectativa e do receio em que deixa os Aliados e também os interesses da participação portuguesa na guerra – qualquer que seja a reação, portanto, não pode ser alheia a um conhecimento prévio, por mais limitado que seja, da agitação política e social vivida na Rússia e até da natureza, ação e programa dos grupos em confronto, em que a manutenção na guerra surge como uma questão central. Tal diferenciação não é veleidosa e Guinote, que critica a César Oliveira o “[...] facto de ter optado por começar a sua análise [...] apenas a partir de outubro, parecendo esquecer-se que as posições então tomadas pelos analistas portugueses surgiam na

sequência de um processo despoletado vários meses antes.”⁶³¹, não parece saber que ao deixar a sua análise por 1918, ficou longe de poder considerar em quanto influiu na representação e reconhecimento dos bolcheviques, da Rússia e da URSS.

A Revolução de Fevereiro e os seus factos e figuras merecerão a atenção de quase toda a imprensa consultada, que, com um desfasamento de sensivelmente três dias em relação aos acontecimentos, cede lugar à publicação de inúmeras notas e artigos, em que, mais do que surpresa, se identifica algum receio: aquela instabilidade político-social, para além de minar o esforço militar russo, pode ainda alcançar mudanças políticas ou estados revolucionários contrários à imagem “[...] da luta pela causa da Liberdade e da Justiça” (Jorge V in *Tempo*, 14/11/18:1) com que a própria ação aliada é comumente justificada, ou alastrar mesmo a outros países. Sem exceção, estas questões são, desde o primeiro momento, compreendidas por quase toda a imprensa, ainda que logo se comecem a distinguir as mais diversas perceções e reações acontecimentos da Rússia.

A despeito das mais variadas questões e incógnitas que o movimento revolucionário continua a levantar, logo se prestam as folhas republicanas a explicar que o golpe visara uma transferência de poderes para a Duma, que vinha representando a oposição liberal ao regime autocrático e às movimentações cortesãs pela celebração de um armistício com os Centrais, sendo constitucionalista e democrático, portanto, e mostrando-se favorável a uma manutenção da Rússia na guerra, ao lado dos Aliados. Por ora, isto não esclarece mais sobre as origens do movimento, nem resolve as questões do regime, do sistema político ou das próprias divisões internas, convenientemente deixadas em suspenso; porém, conquanto se vá assemelhando a uma simples tomada do poder por uma elite política liberal mais comprometida com a guerra, o movimento parece contar com o apoio das várias fações da imprensa republicana e até da imprensa generalista.

Este é, todavia, o consenso possível e momentâneo e a partir do qual evoluem, nos dias e meses seguintes, distintas posições. Um maior e mais rápido entusiasmo dos democráticos vem sugerir, por exemplo, uma maior identificação ideológica com a natureza, mas também com a ação revolucionária por detrás do movimento – explica-se assim a atenção posta no papel da Duma, que idealisticamente representa a oposição popular à autocracia czarista e à germanofilia que a contaminara. Uma tal visão da parte do partido de governo e a que cabe gerir a receção oficial dos factos procura arrolar, quase sempre, questões de natureza político-ideológica e socioeconómica, radicando a legitimidade e alcance do movimento numa ampla vontade popular, em que se encontram não poucos paralelismos com a situação portuguesa. Surpreendentemente, e talvez pela estabilidade da coligação governamental que mantêm, os democráticos não demandam aquele ajuste de contas que a história recente justificaria, seja pelo Golpe dos Espadas ou pela oposição à entrada na guerra, não se abstendo muitos, até, de partilhar com unionistas ou com evolucionistas algumas preocupações relativas quer à oportunidade de tal transformação política, quer à instabilidade que envolve com todas

⁶³¹ Guinote, policopiado: 8.

as alterações que impõe. A verdade, assim, é que nenhum tópico é problematizado para além da enunciação, pelo que a diferenciação das posições republicanas nunca é tão marcada ao nível do discurso e conteúdos como o é ao nível da atenção e espaço que cada jornal cede à questão russa.

Já no lado monárquico, as respostas estribam-se, contidas e sóbrias, numa recusa do movimento, mas só raramente procurando uma confrontação com as folhas republicanas. Por mais variadas que sejam as reações, não precisam os monárquicos de muito tempo para acertar que a revolução não abona a sua causa, quer por se fazer às contas de mais uma coroa, quer por fundamentar a ideia da sua maior afeição pelos impérios centrais, nunca verdadeiramente esquecida pelos republicanos ou sequer velada pelos integralistas. De tudo isto se escudam os monárquicos num aparente desinteresse pelo processo revolucionário, só ocasionalmente evidenciando, como as folhas republicanas mais conservadores, uma vaga preocupação com a condução da guerra e quanto às características e orientação do futuro governo russo, sem que, contudo, deixem quer de aludir à possibilidade de uma defeção ou às falhas no processo de democratização, quer de sugerir uma ingerência francesa e inglesa no arranque do processo. Mas como os jornais republicanos, também a maioria dos monárquicos, embora remordendo mais um avanço liberal, opta por deixar em suspenso a questão do regime, mesmo porque nada parece definitivo. Deste modo, enquanto explicam a queda de Nicolau II pelas condições económicas em que a guerra deixara a Rússia, as folhas monárquicas pagam com panegíricos do homem de família sempre fiel à causa aliada a tranquilidade de um consenso, a que só os integralistas, cedo aventando uma definitiva mudança de regime e enveredando por uma visão catastrofista do movimento, se vêm opor.

Duas reações a distinguir ainda na imprensa portuguesa são aquelas do *Echos do Minho* e da *Sementeira*, aqui abordadas em insuficiente representação de alguns círculos católicos e operários. Embora distintas, estas posições cruzam-se, tanto numa receção moderada dos acontecimentos e apostada em mostrá-los como decorrentes do descontentamento popular face à opressão política, económica e social do regime czarista; como numa aprovação ou consentimento do processo que serviu ao seu derrube. É apenas momentâneo tal posicionamento católico e apesar de chegar, como se teve a possibilidade de ver, ao ponto de reconhecer aspetos positivos numa certa corrente anarquista que entende estar conduzindo o processo revolucionário, não se explica senão por veicular a condenação papal da subordinação dos ortodoxos russos à figura do czar – os católicos portugueses não lograram ainda superar a questão do regime e muitos terão ainda presente o ímpeto revolucionário e anticlerical dos primeiros dias de república em Portugal, pelo que cedo os preocupam os efeitos que as correntes radicais possam ter no processo revolucionário russo, que por esta mesma razão, e afinando pelas posições monárquicas, tendem a desconsiderar. Já na *Sementeira*, condescende-se no reconhecimento da importância do movimento, mas passará quase toda a primavera até que a identificação das condições económicas que lhe subjazem o venham mostrar auspicioso para aqueles que são os interesses reais dos anarquistas, passando, desde então, a merecer uma atenção e aprovação que até aí coubera a algumas opiniões socialistas passadas, essencialmente, nos órgãos democráticos.

Tais posições surgem na sequência imediata da Revolução de Fevereiro, mas não se alteram sobremaneira pelos meses seguintes, seja celebrando as conquistas do povo russo, seja vaticinando a sua catástrofe. É um facto, porém, que a partir do momento em que o Governo Provisório vem, a troco de reconhecimento, assegurar que a Rússia cumprirá o seu papel na guerra, a imprensa monárquica se desliga do movimento, enquanto a republicana verte a conformidade informativa da imprensa aliada, atentando no reinício da ofensiva oriental e descurando alguns acontecimentos – mas nem por isso deixam, uma e outra, de dar a conhecer outros, que capitalizam como podem nas suas páginas, até com a preocupação, dir-se-ia comercial, de diferenciar conteúdos. Embora não vá muito além dos termos, a imprensa portuguesa conhece, por exemplo, as clivagens entre elementos liberais e socialistas, e, no seio destes, entre socialistas moderados, socialistas revolucionários e maximalistas (estes últimos cada vez mais associados aos interesses alemães). Depois, não só evidencia um conhecimento do poder dual, como vai tornando claro que a constituição e atividade dos soviets é inseparável da contestação social pela melhoria das condições de vida e pelo fim da participação russa na guerra, em que a influência, penetração e controlo das ideias maximalistas se vão, também, tornando mais notórios.

Só os acontecimentos de julho, com o fim da coligação governamental, a formação de um governo chefiado por Kerensky e proclamação da república, ainda sem a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, vêm catalisar a perceção de divisões já antes conhecidas, mas negligenciadas ou relativizadas pela imprensa, que vinha, até aqui, embalada por uma suposta progressão militar russa. No entanto, é também possível que os “manejos maximalistas” ou a questão do poder dual venham ao encontro de um maior interesse e divulgação⁶³² só porque se rompeu, entretanto, o “sagrado” himeneu entre democráticos e evolucionistas, porque Afonso Costa constituiu mais um governo, ou porque o ambiente é de escassez de géneros, greves, motins e assaltos – no fundo, porque estão mais inflamadas as hostes republicanas e mais instável a situação política portuguesa.

Face à nova alteração política, as perceções e reações persistem fundamentalmente as mesmas. Entre os republicanos, os democráticos não logram velar completamente os receios de que uma nova transformação política venha anarquizar ainda mais a situação, mas celebram efusivamente a ascensão de Kerensky. Para os setores mais conservadores, ele representa a feição mais radical da anterior coligação governamental, mas mesmo com superior desconfiança a mudança é aprovada. Já os monárquicos continuam a contestar, com menos pejo, a operacionalidade de uma manutenção na guerra e a democratização da nova república. De facto, tal como em março, a situação russa volta a permitir o estabelecimento de inúmeros paralelismos com a portuguesa, não tão explorados como seria de supor, mas ainda assim notados – neste contexto, não estranha que também a questão do regime

⁶³² Face a isto, uma chamada de atenção, só aparentemente veleidosa, vai para o facto de o nível de conhecimento e interesse ou vontade de ver abordada uma determinada questão não corresponderem a uma mesma coisa; a segunda, então, só pode ir para o facto de não ser apenas a natureza de uma determinada questão a condicionar a sua própria receção ou perceção na imprensa, assim influenciando, eventualmente, na atividade dos mais distintos que a leiam – também a natureza dessa imprensa e as condições que lhe assistem

seja de novo negligenciada, ainda por ofender os monárquicos (talvez com a exceção dos integralistas do *Monarchia*), mas, essencialmente, por não desejarem os republicanos ver a sua fórmula política associada a mais convulsões. Finalmente, poder-se-ia dizer, como Guinote⁶³³, que os maximalistas são agora vistos em concorrência pelo poder, mas estar-se-ia a conferi-lhes um protagonismo sem correspondência real na imprensa – isto, parece, porque não interessa aos monárquicos reconhecer a oportunidade de uma figura como Kerensky ao mesmo tempo que criticam a deificação feita por algumas folhas republicanas, onde este, para além de conduzir novamente a Rússia à frente de batalha, representa a derradeira ordem.

Guinote adianta um quadro que, de facto, só se efetiva pelo início de setembro, quando Kerensky, carecendo do apoio dos soviets para travar o golpe de Kornilov, se vê forçado a reabilitar os maximalistas, acabando por polarizar e destruir o que resta da instável aliança entre liberais e socialistas. Mesmo assim, nem os protagonistas nem a natureza do conflito que se prepara são, como defende, perfeitamente conhecidos ou referidos pela imprensa. As notícias não escondem o desgaste da autoridade do governo constitucional, que acabará mesmo por perder contra os maximalistas, por larga diferença, as eleições para os soviets, cujo papel a imprensa só alcança e explica, de facto, na sequência do Golpe de Outubro. Negligenciando a sua importância, os jornais ficam-se, quase exclusivamente, pela querela entre Kerensky e Kornilov: o primeiro continua a merecer o apoio dos democráticos; o segundo congrega a confiança dos republicanos mais conservadores, que aparentemente lhe aceitam a filiação monárquica e até o pendor ditatorial que vêm criticando no outro. Procurando não tomar partidos, conquanto se entreveja o seu interesse pela possibilidade da restauração monárquica que Kornilov prefigura, as folhas realistas, retomando o argumento da ingerência agitadora da Inglaterra e da França, procuram compelir as republicanas ao reconhecimento de um erro ou a um exercício de consciência em torno do apoio que, meses antes, haviam dado ao movimento – o Golpe de Outubro apanha ainda a meio esta discussão.

Enquanto se mantém, enfim, a esperança de que uma união patriótica, só abertamente aceite pela imprensa generalista, venha resgatar a Rússia à anarquia – e o termo deixou já de ser exclusivo da retórica monárquica – são mesmo os maximalistas que capitalizam todas as críticas e ódios. Porém, quando, já pelo princípio do outono, a atividade do pré-Parlamento vem validar a percepção de que a instabilidade do regime pode derivar tanto ou mais das quezílias constitucionalistas do que da deslealdade maximalista, calam-se os democráticos e vão-se os pudores de unionistas e evolucionistas em generalizar culpas e em reconhecer até que a traição, afinal, já está consumada.

2.1.2 A Revolução de Outubro e o princípio da incerteza

Quando, a 9 de novembro de 1917 e com dois dias de desfasamento, a imprensa portuguesa

determinam a receção e percepção.

⁶³³ Guinote, policopiado: 66.

começa a dar brado do Golpe de Outubro, fá-lo anunciando o que na sua análise e na da demais imprensa aliada, vem já sendo preparado há algum tempo. A verdade, porém – seja porque parecem cada vez mais incertas e contraditórias as informações recebidas; porque o agravamento das tensões internas e da pressão militar alemã, contrariando as expectativas aliadas, pode limitar, na origem e no destino, o fluxo informativo; ou ainda porque se vem intensificando, em Portugal, a atividade censória ou porque a uma longa paralisação do pessoal dos telégrafos e correios, sobrevém, em Lisboa, uma greve geral –, é que a Rússia pontua cada vez menos a atualidade da imprensa, cuja situação é bem definida pelo *Republica*, ainda a 8, ao falar de “marasmo revolucionário” e dos “[...] esforços desesperados dos maximalistas [...] para [...] introduzir-se na nova organização democrática, no fito de obstem ao seu funcionamento normal e talvez que mesmo na esperança de a levarem à derrocada.” (8/11/17:2). Quando assim escreve aquela que é, então, uma das folhas mais atentas ao movimento, é porque se espera uma nova alteração na situação russa, mas ninguém sabe ao certo quando ou ao que virá. Mesmo antes, aliás, se pergunta na *Lucta* se serão “[...] a palavra de Kerensky ou a espada de Kornilov [...] a destruir o bacilo dessa doença misteriosa [...]” (7/11/17:1), abrindo a possibilidade de aquela alteração poder vir a qualquer momento e de qualquer lado.

Conforme está, a situação desagrada àquelas que são, até agora, todas a posições expressas pelos jornais burgueses, conquanto os monárquicos procurem usar contra os republicanos o apoio que estes vêm ainda cedendo ao movimento. Ainda que indissociáveis, é a participação na guerra, mais do que o quadro político, que centra toda a discussão; mas, mesmo reconhecendo desiludidas as melhores expectativas, a imprensa republicana contrapõe consensualmente com a ideia de que não teria o deposto czar feito melhor, posto serem os elementos subversivos movidos pela mesma germanofilia que envolvia não tanto o monarca, mas a sua corte. Mais do que pela defesa do movimento, contudo, podem os republicanos afinar sob o entendimento de que as críticas monárquicas visam fundamentalmente a estabilidade do regime – é que estando a participação portuguesa na guerra na origem da rutura da “União Sagrada”, são justamente os evolucionistas e os unionistas quem, por estes dias, mais brada pela defesa dos interesses aliados e de Portugal.

O golpe maximalista vem, de facto, a ser preparado, mas, sabe-se hoje, num tal turbilhão de dúvidas e eventos sem calendarização definida que os próprios golpistas, cada vez mais expostos nos seus intentos⁶³⁴, se compelem a agir como único modo de evitar a detenção, o descrédito, ou até uma ação de qualquer outra força política. Se, como o anúncio da preparação, também o da ocorrência se espalha rápida e amplamente, não deixará a imprensa portuguesa de mostrar que é enganosa a ideia de que isto corresponde ao seu próprio conhecimento ou expectativa, não só porque é fácil antever um golpe já na esteira de, pelo menos, outros cinco, mas mais porque à época e face às restrições informativas, os jornais apenas vertem diferentemente (quando o fazem) núcleos informativos com uma mesma origem estrangeira ou reproduzidos doutros jornais nacionais. Se acaso corresponde,

⁶³⁴ Fitzpatrick, 1994: 58,59.

logrando alguns jornais marcar, na conformidade informativa, aquela que é a sua percepção e reação aos acontecimentos, tão-pouco quer isto dizer que vislumbrem a mais pequena parte do seu alcance e implicações. E não vislumbrem.

Na multiplicidade de problemas com que a imprensa se enfrenta na imediata receção e percepção do Golpe de Outubro, importará, em primeiro lugar, destacar a falta de informações e o desencontro ou carácter contraditório daquelas a que vai tendo acesso: não raro é, por exemplo, que até numa mesma edição os maximalistas sejam dados como vencedores e como derrotados; e as notícias misturam ainda factos anteriores e posteriores ao golpe, como é, por exemplo, o caso da recusa cadete, no Congresso do Sovietes, a secundar a ação bolchevique, já posteriormente anunciada e percebida como uma posição de força capaz de influenciar uma qualquer mudança. Depois, será normal que, no seguimento do golpe, a imprensa dê conta da posição doutras congéneres aliadas, mas o problema – outro – está no facto de estas imporem à periferia das suas redes informativas, e pelas mais variadas formas, um condicionamento que localmente não logram manter: talvez com a exceção das folhas democráticas, está longe de corresponder à percepção das demais o otimismo em que o *Diário de Notícias* (10/11/17:1) e o *Século* (10/11/17:1) mostram o *Echo de Paris*, o *Matin*, o *Times* ou o *Daily News*. É também problemática, portanto, a seriação noticiosa dos *bureaux* internacionais de imprensa, que, não tendo em linha de conta aquelas que são já, localmente, as percepções dominantes, desequilibram os jornais (amiúde resilientes) em favor de uma uniformização de conteúdos de não só sai deturpada a realidade informativa, como a sua representação e percepção. Um último problema, e talvez o mais interessante, é que ao contrário do que mostrara em fevereiro, a imprensa parece achar-se tratando de uma situação sobre a qual está longe de ter quer um conhecimento absoluto (entenda-se, pelo conhecimento e articulação de factos, qualquer que seja a sua natureza), quer o tipo de conhecimento relativo que lhe parecia ter permitido, em março, identificar-se ou dissociar-se do golpe constitucionalista. À falta de informações – e as minudências da política interna russa, além de poucas, tendem a tardar – junta-se uma incapacidade de refletir sobre inúmeras questões, de que resultam não poucos equívocos. Descurando, por exemplo, que os maximalistas se lançam ao poder em função do controlo que têm dentro dos soviets, muitos são os jornais que os dão como duas forças em oposição, agora que é justamente maior o seu alinhamento; mais estranho parece, no entanto, quando, já pelo final de novembro, o *Século* vai ao ponto de noticiar que “[...] se têm feito tentativas para a constituição de um governo democrático [*sic*], sob a presidência de Lenine, não sendo, porém, conhecido o resultado das negociações.” (20/11/17:1).

Estes são, sem exceção, problemas comuns a toda a imprensa burguesa consultada, cujas posições, não sendo divergentes e distinguindo-se muito menos do que em março, também não são iguais. Polarizando o processo revolucionário russo, os golpes de março e de novembro acabam por produzir uma inevitável percepção de uma transição de paradigmas já historicamente definidos e conhecidos para qualquer coisa de mais indistinto e adverso às expectativas da imprensa coeva. Reprovado pelos monárquicos, o golpe constitucionalista merece o apoio dos republicanos (e até,

aparentemente, de alguns setores católicos), apenas divididos no tipo de receio que expressam quanto à sua oportunidade e eventual alcance. Já em novembro, a imprensa burguesa alinha numa recusa não só do golpe, como da sua natureza, persistindo os monárquicos no mesmo tipo de ataques que vem já desferindo e a que o golpe sidonista tirará completamente o freio; distinguindo-se os republicanos e, de arrasto, algumas folhas generalistas, por conservarem ou dizerem conservar a esperança, veiculada noutros jornais aliados, de que o novo quadro agregue patrioticamente as forças constitucionalistas contra os maximalistas, os quais, de um a outro golpe e quando o otimismo e a esperança se vão convertendo em apreensão e intolerância, passam a concentrar, quase em exclusivo, todas as desilusões da imprensa. A única posição anarquista e sindicalista conhecida, a da *Sementeira*, merecerá, oportunamente, uma menção especial.

A uma tal recusa, cumpre repeti-lo, não parece assistir a perceção de divergências ideológicas reais, mas a sempiterna questão da participação russa na guerra, que, sem grande erro ou exagero, se pode dizer orientando, quaisquer que sejam as motivações, todas as perceções identificadas: as republicanas, porque nisso se joga o prestígio e o definitivo reconhecimento da República e dos direitos históricos do país; as monárquicas, afinal não tão alheias às dos republicanos, porque caiu mais um monarca. Do programa maximalista, que José do Valle, falando pelos democráticos, diz ser a realização do “[...] programa mínimo do imperialismo alemão.” (*Mundo*, 15/11/17:1), pouco se espreme para além da paz separada; mas entendem os democráticos, e porventura com mais apreensão que outros, que uma defeção russa não só debilita física e moralmente a participação portuguesa na guerra como a sua posição no poder, razão pela qual, aliás, e deliberadamente falando para dentro da sociedade portuguesa, se reconhecerão defendendo Kerensky e a sua governação⁶³⁵ – ademais, porque parece ser a reação da *Lucta* ou do *Republica*, seduzidos pela ação de Kornilov e Kaledine, ver toda a espécie de conluios por detrás do recente golpe e, como as folhas monárquicas e católicas, colocar Kerensky ao nível dos maximalistas.

Não raro é que, ao posicionar-se face a algum acontecimento, a imprensa caia em não poucas contradições, mormente quando todas as perceções parecem decorrer, como neste caso, de uma só linha interpretativa. Sem ir mais longe, demonstram-no os democráticos, advogando que a governação de Kerensky, embora alcançada pela via revolucionária, se legitima na preservação das instituições e poderes legalmente constituídos, quando o adiamento constitucionalista de reconstituição ou redefinição dos poderes na Rússia é um dos elementos que mais pesa na sua instabilidade. Demonstra-o Brito Camacho, noutras situações, ao pretender que a via revolucionária por que os maximalistas

⁶³⁵ Lê-se, então: “Estranho pareceria que estejamos defendendo a ditadura revolucionária de Kerensky. Defendemo-la, precisamente porque era revolucionária, isto é, porque não representava uma afronta ao poder legalmente constituído. Esquece o povo quanto é perigoso arriscar um milímetro que seja das conquistas obtidas e esquece, igualmente, que há sempre quem procure desviá-lo do seu caminho para o lançar em aventuras de que só lucram os seus incitadores. Vê-se o resultado da Rússia. Ver-se-ia o da França se o povo se deixasse acorrentar pelos homens da *Action Française*. Ver-se-ia tragicamente o de Portugal, se o povo, movido por sentimentos impulsivos, se colocasse contra a república. (*Mundo*, 26/11/17:1)

acodem ao poder não lhes pode granjear nem o direito a negociar a paz, nem a um reconhecimento internacional – “Quem, enfim, pode escutar a voz de um pretense governo cuja autoridade não foi adquirida se não por surpresa e na ignorância dos seus aliados.” (28/11/17:1), dirá na *Lucta*.

Em verdade, são muitas mais as contradições, algumas em desenvolvimento desde março, que afloram na sequência do golpe maximalista. Mais do que uma simples recusa do seu programa, passa-se, por exemplo, a ideia de que os maximalistas estão incapacitados para formar e exercer uma ação de governo – argumento largamente explorado na sequência do Golpe de Outubro – quando, entretanto, é também reconhecida a incapacidade ou impotência de outros grupos. Depois, esquecendo as condições que assistem à formação de quase todos os executivos liberais russos, amiúde se encontra a imprensa burguesa a recusar aos maximalistas o direito a uma atividade política, invocando a possibilidade de estes virem a procurar um assalto ao poder – vão-se da memória da republicana, portanto, os tempos da propaganda. Mas não só. Com o apoio a Kornilov ou a Denikine, que não deixam de preconizar um restabelecimento do império russo, vão-se os escrúpulos com que alguns republicanos mais conservadores, na sequência do Golpe de Março haviam, por vezes, tentado ferir a imprensa democrática por negligenciar a questão do regime; já com o ataque ao governo afonsista, então, vai-se-lhes o que resta da também escrupulosa necessidade de embandeirar, com monárquicos e católicos, a necessidade de uma preservação da Ordem e das instituições tradicionais... na Rússia. Por fim, reconhecendo que, pela via revolucionária, os maximalistas se constituem e mantêm como poder – chegam a dizê-los governo ao mesmo tempo que dizem não haver um – toda a imprensa burguesa lhes exige que respeitem os resultados das eleições e a formação da Assembleia Constituinte, quando as mesmas haviam sido negligenciadas por quase todos os jornais entre março e novembro.

Nenhuma destas contradições é displicente, posto contribuir para uma caracterização das perceções de quase toda a imprensa burguesa nas semanas e meses que seguem o golpe. Não se sponha, contudo, que a aparente uniformidade perceptiva decorre de quaisquer possíveis condicionalismos apontados ou por apontar. Na sua edição de dezembro, a primeira depois do golpe, a *Sementeira* evidencia o que hoje parece um conhecimento e uma reflexão mais aprofundados da situação russa, conquanto sejam então bem limitados os seus recursos informativos e financeiros. Receia-se aqui já, por exemplo, que “[...] para Lenine e os seus amigos, a *ditadura do proletariado* [*sic*] deva ser a ditadura dos bolcheviques [*sic*] e do seu chefe.”, o que, entende-se, “[...] poderia ser uma desgraça para o proletariado russo e portanto para o proletariado mundial.” (1917, nº24 (76): 369, 370). Eis um receio, contudo, que, contrariamente ao de outros jornais, vale mais pelas perguntas que traz do que por uma qualquer certeza, atirando-se, ademais, contra o que se entende ser a mentira e sectarismo da imprensa burguesa, provando que é possível ter uma postura crítica para com a Revolução e ainda assim apoiá-la, como possível seria qualquer outra atitude – mas não há.

O processo seguirá o seu curso, entrando com a nova autoridade maximalista, mais ou menos contestada ou disseminada pela Rússia, pelos capítulos da paz separada e da guerra civil. No entanto, deixará definidas, logo pelo final de 1917, quase todas as perceções e reações da imprensa burguesa

para com os maximalistas, a vigorar... nos próximos anos. Aos monárquicos e católicos, prefiguram a continuação da anarquia e a subversão de todos os valores, particularizando-se no pensamento integralista como uma espécie de ponto de chegada do liberalismo. Mais difícil, aparentemente, se antolha a questão para republicanos, posto que muitas das suas contradições parecem derivar de uma necessidade de diferenciação do elemento socialista e revolucionário que julgavam haver deixado para trás aquando da implantação da república liberal. Sem uma forte organização e atividade política do operariado e com o apagamento do Partido Socialista Português, os democráticos são o que de mais à esquerda existe no espectro político – qualquer que seja o grau de identificação com os liberais e socialistas moderados, é isto que verdadeiramente os prende à questão da legalidade e à própria manutenção de Kerensky. Apertados entre estes e os monárquicos e porventura mais à esquerda do que desejariam, não raro é que os jornais unionistas e evolucionistas apresentem, vulgarmente, as posições mais marcadas. O futuro mostrará, no entanto, que há ainda republicanos a quem a Revolução Russa não assusta e, saindo estes dos democráticos, é de crer que a sua contenção, por ora, se deva unicamente ao entendimento de que urge mais a estabilização da república parlamentar contra a presidencialista... e o futuro dá-lhes razão.

2.1.3 Entre o medo e o oportunismo – as contradições da República Nova... e da velha

O golpe sidonista tem início a 5 de dezembro e o seu objetivo imediato, depondo o governo de Afonso Costa, é acabar com a hegemonia dos democráticos, limitado que esté o acesso ao poder pela via legal. Numa recente contribuição para o seu estudo, Maria Alice Samara escreve que “Toda a Lisboa política e os homens que estavam no poder sabiam que se conspirava e quem estava à frente deste movimento⁶³⁶. A 8 de dezembro, porém, quando se tem já este por vitorioso, o *Século* regista que “De todos os movimentos realizados desde 5 de Outubro, nenhum temos tido tão embrulhado, tão enigmático.”, perguntando, em seguida, “Quem são os revolucionários [...e...] O que querem” (8/12/17:1), informando ainda, com a incerteza dos tempos imperfeitos, que “[...] Dizia-se [...] na Rotunda [...] que as forças eram dirigidas pelo Sr. Sidónio Pais, major de artilharia e nosso antigo ministro em Berlim, personagem em evidência no partido unionista, tendo-se juntado à artilharia e aos estudantes militares de infantaria 33, 5 e 16, Cavalaria 7 e muitos civis.” (*ibidem*).

Não sendo os unionistas os seus organizadores – na realidade, concorrem aqui inúmeros republicanos conservadores, alguns monárquicos, socialistas e operários sindicalizados, e vários outros elementos sem filiação política – não deixa a *Lucta*, no seguimento do golpe, de evidenciar o seu papel e razões: “Em 1910 fez-se em Portugal uma revolução – para derrubar a Monarquia; fez-se outra em 1915 – para conquistar o Poder, sem mudança de Regime; outra se fez agora, em 1917 – para alterar a Constituição.” (13/12/17:1); e “Entre os partidos da República havia um enorme desequilíbrio.”, escreverá mais tarde, e “O afonsista ou democrático era “[...] um partido de aluvião, constituído por

toda a espécie de gentes, desde o republicano radical ao anarquista furibundo, incluindo o sindicalismo, que em Portugal é elemento perigoso, e uma parte muito considerável dos antigos caciques monárquicos.” (23/12/17:1).

Não demorarão muito os unionistas a perceber que esta tomada do poder e esta alteração constitucional mudarão irreversivelmente o regime. Depois, está a *Lucta* mais próxima de caracterizar a base de apoio do movimento sidonista do que a democrática: dificilmente se crê que um dos mais estáveis e reformistas dos executivos republicanos, e cujo chefe é apodado de “racha-sindicalistas”, possa contar com um grande apoio operário ou monárquico. Na realidade, apenas se antecipam as desculpas que Brito Camacho, partícipe primeiro no comité revolucionário, que, desde agosto, vem preparando o movimento e a quem, aquando deste e segundo o *Século*, “[...] se atribui uma intransigente discordância com a ideia de uma ação revolucionária nestas alturas. (8/12/17:1), dará já em abril de 1918, no congresso unionista, invocando a defesa da república contra os ventos revolucionários que sopram da Rússia naquele verão de 17, quando o governo de Kerensky é abalado... por um golpe conservador. Significa isto, contudo, que enquanto zurzem os democráticos pelo apoio cedido a Kerensky e à desordem russa, não poucos são os que, ao longo de 1917 e atrás da *Lucta* e de outras folhas conservadoras, demandam um golpe e um Kornilov português; não poucos serão, também, os que, acometendo contra o pacifismo maximalista, se preparam para castigar o intervencionismo democrático. Sabe-o o *Republica*, que, com alguns dias sobre o golpe, vem dizer deste que “[...] parece, portanto, nitidamente reacionário e teria posto o poder nas mãos dos elementos militares ditatoriais e duma minoria unionista, cujo órgão, *A Lucta*, foi durante muito tempo, como os jornais monárquicos, o campeão da neutralidade de Portugal na guerra.” (17/12/17:1). A mesma *Lucta*, reproduzindo a opinião de Georges Geville, preconiza o método contra Rússia, defendendo, contra “Certos autores pretendem que devemos poupar esses que queremos continuar a admitir como nossos aliados [...]”, que “[...] a Entente de provas de energia perante a Rússia.” (19/12/17:1).

Nem só da *Lucta*, porém, vive o movimento, o qual, ainda sem aqueles que serão os seus principais órgãos de imprensa, *A Situação* e *O Tempo*, se apoia nas folhas conservadoras e mobiliza as mais generalistas, logrando desviar as atenções da atualidade internacional e concretamente da questão russa, mesmo porque abafa ou subtrai⁶³⁷, no campo democrático, aquelas que, em função dos interesses políticos e militares portugueses e aliados, lhes soem estar mais atentas. Longe está a Rússia, contudo, de sair do interesse da imprensa burguesa portuguesa, mesmo porque a invernada acalmia nas frentes militares vem colocar o foco sobre Brest-Litovsk: três dias depois do golpe, aliás, o *Século* vem “[...] lamentar que mais uma luta civil venha fazer sangrar tantos corações.”, apelando a que se ponha, “[...] sob o ponto de vista nacional, os olhos na Rússia [...]” (8/12/17:1), enquanto o *Primeiro de Janeiro* pede que “Descansemos os olhos das misérias da Rússia, e, lastimando-a, não

⁶³⁶ Samara: 2003:162.

⁶³⁷ Na verdade, o único jornal democrático que suspende na sequência do golpe é o *Mundo*, cujas instalações são

sejamos impiedosos na crítica, para que um dia possamos invocar piedade para outras misérias.” (8/12/17:1). A aparente discordância dos dois diários parece sugerir que se olhe para o mau exemplo russo, mas não tanto que se lhe comece a assemelhar sobejamente o português.

De facto, dá-se o golpe sidonista quando, na Rússia, os bolcheviques suspendem a Constituinte e, aproveitando a pausa preparatória da reação, começam a negociar um armistício com os Centrais – referem-se-lhes, como se viu já no capítulo da receção, quase todas as notícias publicadas até março e mesmo depois, até ao verão, com o início da guerra civil. Entre encómios e críticas à obra política e social do “Sidónio das sopas”, nada pontua uma alteração da perceção em que a Rússia fora deixada, ainda no ano anterior. Por ora, mais do que ideologia, é a capacidade governativa maximalista que merece o descrédito da imprensa burguesa⁶³⁸, que não deixa de esperar uma reviravolta política ou até um eventual retorno à guerra, a que Trotsky parece, na forma como conduz as negociações, dar algum crédito – a mesma imprensa que celebra um regime castrense e que procura, por portarias e decretos, limitar a liberdade de imprensa e reprimir, expulsar ou mesmo eliminar todos os que entende como inimigos, e com um grau de violência a que então só se associam os maximalistas, chega a pretender que estes respeitem os resultados da eleições à Duma.

Uma nota do distante *Echos do Minho* vem, porém, situar a Rússia em relação ao operariado português e a posição que este assume face ao sidonismo. Ao brado de “Deixemos, operários de Portugal, por agora quaisquer elegantes e grandiosas utopias de uma nova organização social, que só poderia obter-se por um verdadeiro cataclismo se a quisermos criar instantemente.”, aplaude a folha bracarense o apoio que a UON “[...] acaba de prestar ao ato revolucionário de 8 de dezembro, na confiança de que este governo saído de lusitaníssima Revolução, corresponda a esse apoio com medidas benéficas a favor das reclamações operárias”, crendo oportuno o momento para que se ponham “[...] em prática realização aqueles salutareos princípios que o saudoso Pontífice dos operários, Leão XIII, com aquilina vista, exarou na sua *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários.” (18/12/17:1). Alude-se aqui, portanto, ao apoio que um grupo de operários empresta ao movimento insurrecional a troco da libertação dos camaradas presos por “questões de ordem e social”. Assume o *Echos*, portanto, que “[...] embora seja discutível que a UON possa blasonar da integra representação do operariado nacional [...]” (18/12/17:1), a possa representar um grupo que, conta o informado Alexandre Vieira, dela se destaca (Vieira, 1974:119).

A nota tem, contudo, outros interesses. Mostra, em primeiro lugar, uma harmonização entre os católicos, um governo republicano e as forças políticas que este realinha; depois, que não pode ser grande o receio dos ventos que sopram de leste, quando uma folha católica augura o princípio de uma sociedade corporativa nalguns operários que se batem ao lado dos revoltosos, ou quando, tão pouco

completamente destruídas – incólume passa, curiosamente, a imprensa monárquica e católica.

⁶³⁸ “E depois qual será o valor real do poder do Lenine?”, pergunta o *Primeiro de Janeiro*, já pelo fim do ano, registando que “As informações são confusas, e permitem nos supor que ele domina em parte pelo terror (a maior parte, contudo, do seu poder, deverá atribuir-se às suas promessas sem escrúpulos.” (22/12/17:1).

tempo passado sobre o Golpe de Outubro na Rússia, os maximalistas não capitalizem qualquer crédito. Esta é, contudo, uma das ideias mais comumente formuladas em torno do impacto da Revolução Russa em Portugal, e que Samara, uma vez mais, parece atualizar, escrevendo que “O receio das classes conservadoras não era apenas uma estratégia para justificar a dureza face aos operários, correspondia a um medo real.”, ainda porque “[...] os homens deste novo executivo consideravam que as movimentações operárias estavam interligadas com as democráticas.”⁶³⁹.

Três meses passarão sem que a imprensa, dando até conta de um recrudescimento grevista, se melindre ante a hipótese de uma ofensiva operária *à russa*; os mesmos, exatamente, que a organização sindical, sem ver medidas concretas para a prometida resolução da carestia de vida, ameaçada com a suspensão da lei da greve e assistindo ao incumprimento das promessas de libertação de camaradas e já ao encarceramento de outros, espera por um encontro com um Sidónio já menos dado a contemporizar com as suas reivindicações do que na Rotunda. No dia em que este acede a receber a comissão da UON, 5 de março, a *Vanguarda*, folha ainda afeta a socialistas, confessa, incomodada, que “Não há meio de que o bom senso leve os operários a raciocinar criteriosamente acerca da sua situação económica [...]”, contudo entendendo que “[...] se devem adotar primeiramente medidas de salvação pública [...] e só então, depois de esgotados todos os meios persuasivos se poderia logicamente refrear a *loucura grevista*, que ameaça levar-nos em direitura a uma situação idêntica à da Rússia. (5/3/18:1). Uma tal posição é defendida ainda antes da UON assumir publicamente⁶⁴⁰ os seus desentendimentos com o regime e de iniciar a campanha pelo fortalecimento das associações de classe que estará na base do greve geral de novembro. É já exasperado que o *Norte* escreve, em junho, que “Foram tantas e tão vivas as reclamações a que as nossas classes operárias se entregaram logo a seguir à mudança das instituições, que um certo enervamento se manifestou entre os novos governantes surpreendidos com esse facto.” (30/6/18:1). Queixa-se, assim, que “Reduzindo a questão social ao seu mero aspeto económico, [...] quase todos os nossos *meneurs* operários enfermam do vício revolucionário, sonhando ainda, como na Rússia dos czares se sonhava também, com revoluções messiânicas, resolvendo tudo e tudo reformando, mas não querendo cuidar de uma inteligente colaboração com os poderes públicos [...]” (*idem*). Bem entendida, portanto, a questão não é de medo, mas de “enervamento” por não ter o receituário da Ordem grande efeito sobre o mal que afeta associações operárias – a primazia da questão económica e social sobre as prioridades eminentemente políticas de Sidónio. “Inadaptáveis”, dirá dos operários, adiante, o *Diário Nacional* (24/8/18:1).

Um certo discurso alarmista sobre a Rússia e os perigos de um contágio revolucionário a Portugal que, a partir de agosto, se pode ler nalguma imprensa afeta ao regime, poderia corroborar a tal ideia de medo, a que não são alheios nem o *Diário Nacional*, declarando que “Vai chegando a hora em que todos aqueles que têm interesses morais ou materiais a sustentar na atual organização social [...] serão talvez obrigados a opor-se *à son corps défendant* à onda dos novos bárbaros [...]”

⁶³⁹ Samara, 2003: 107.

(24/8/18:1); nem as declarações de Tamagnini Barbosa, que, por estes dias, fala à imprensa de soviets no Alentejo. O momento, contudo, requer uma reflexão: em primeiro lugar, as sindicais trabalham ativamente pela luta contra a carestia de vida e na organização do movimento nacional, promovendo não poucas reuniões, comícios e sessões de protesto, que o governo, sem peias, proíbe com recurso quer ao exército, à polícia e aos famigerados “lacraus”, quer à propaganda nos seus órgãos de informação; depois, com a crise ministerial de março e saída de alguns unionistas do governo, agosto fica marcado pela sua reconciliação com os democráticos e os evolucionistas, que vêm já trabalhando na oposição ao sidonismo; finalmente, com o Parlamento e os políticos a banhos, a imprensa pode, mais do que nunca, concentrar-se na atualidade internacional, em que a Rússia, em princípio de guerra civil, surge necessariamente destacada.

Não surpreenderá, pois, que a mesma *Lucta* que pasmara com a “Ideia Nova” venha agora afirmar, até pondo em causa o correligionário Tamagnini, que “Se, na verdade, há ‘soviets’ organizados, o facto tem de lançar-se, na máxima parte, à responsabilidade da política que se tem feito de cinco de dezembro para cá, embora reconheçamos que já anteriormente o soviétismo procurava organizar-se aqui, só o não conseguindo por circunstâncias fortuitas.” (24/8/18:1) – anteriormente, portanto, quando nem se falava de soviets e quando, fortuitamente, a República era outra! Já o *Manhã*, que vem pagando com alguma apatia não ter tido o mesmo destino do *Mundo*, mostra, num dia, um Barbosa heroico e prometendo “o devido prémio” aos instigadores de tais manejos “[...] ao mais leve indício de levantamento das populações rurais, dos tais *soviets*, ainda que muito debilmente desenhado [...]” (29/8/18:1); para, no dia seguinte, escrever que “Os ‘soviets’ são a preocupação dominante. [e] A Rússia vermelha e convulsionada é o espantinho, o pesadelo de muitos e até um dos bons nacos a que deitam dente os que, por temperamento ou por um esforço metódico da vontade, ‘blagueiam’ ainda nestes carrancudos tempos de guerras e incertezas de toda a ordem.” (30/8/18:1). Mofando, dirá ainda que “O bom portuguesinho parte sempre do princípio de que tudo conhece, de que sabe tudo. E, sendo assim, conhece também às mil maravilhas, os ‘soviets’ e a revolução russa...”, cujos comissários do povo são, em Portugal, os advogados Campos Lima e Sobral de Campos, e que o próprio Machado Santos “Não pensa noutra coisa, não faz outra coisa: acorda a fazer os ‘soviets’ e deita-se (dormindo, de resto, poucas horas) a planear a sua ação próxima. Dizem que se cansou de fazer repúblicas radicais e conservadoras e que deseja agora ardentemente a revolução social.” (*ibidem*) – Machado Santos, recorde-se, apresentara em junho a sua demissão do governo.

Pelo final de setembro e num momento em que se acentua a repressão sobre a contestação operária – já na *Sementeira* se leu que “[...] se a revolução não se estende a outros países, favorece o desenvolvimento do militarismo e do jacobinismo internos [...]” (setembro de 1918, nº33 (85):129) – é ainda no *Manhã* que Mayer Garção vem dizer que “A *Situação* mostra-se muito indignada por eu ter salientado a circunstância, realmente curiosa, de há oito meses nos andarem a massacrar os ouvidos

⁶⁴⁰ Fá-lo logo na edição de Março do seu boletim, *O Movimento Operário* (nº9, I Ano, 1918).

com o anúncio de uma revolução [...] contra a qual, para que não se desencadeie, há meses e meses assistimos ao espetáculo de prevenções e defesas mais rigorosas do que se nos ameaçasse a invasão estrangeira [...]. (24/9/18:1). A afirmação vem de uma das mais lúcidas e informadas opiniões republicanas e que não pouca moderação tem usado para com o sidonismo. Mas a situação apenas tende para um agravamento, seja porque a resistência maximalista começa a reclamar, segundo os Estados Unidos, “[...] uma ação comum e imediata, a fim de convencer os autores de tais crimes da aversão com que a civilização considera os seus atuais e injustificados atos.” (*Jornal do Comércio*, 28/9/18:1), a que o governo português responderá solicitamente com um receio que não vela a encenação; seja porque em outubro se desarticula um golpe oposicionista; seja ainda porque, sentindo esgotada a via negocial, a UON envereda pela preparação da greve geral.

Entre as distintas interpretações conhecidas da greve de 18 de novembro, quase todas apontam para o seu carácter revolucionário – assim defendem, por exemplo, Pacheco Pereira e António José Telo⁶⁴¹. Neste ponto, porém, perfilha-se a ideia de Freire e Cunha⁶⁴², que entendem que o seu carácter é defensivo, posto serem muitas as orientações da sindical nesse sentido, apesar da ação paralela de grupos radicais; e de Samara, que mesmo assim não deixará de escrever que “[...] para o Sidonismo e para os setores conservadores [...] este movimento era ‘vermelho’, bolchevique, uma cópia da revolução russa.”⁶⁴³, e que os órgãos conservadores, de “*A Situação*, ao *Jornal da Tarde* até *A Lucta*, passando por folhas monárquicas, não se limitavam a denunciar os excessos na Rússia; afirmavam que se formavam soviets em Portugal e que no escuro das conspirações se sussurravam temíveis planos de revolução.”⁶⁴⁴.

De facto, é nos momentos que imediatamente precedem e seguem a greve que a retórica anticomunista atinge o seu expoente, mas a verdade é que esta não só vem crescendo desde o verão, como a move, jungindo o operariado e a oposição liberal, carear a sua ação numa associação com o bolchevismo – de facto, tão poucos dias depois do Armistício, não devem bastar a afetuosa felicitações a Jorge V para que Sidónio se purgue das inclinações germanófilas, calhando bem mostrar-se na vanguarda da luta contra o bolchevismo. Ainda em setembro, por exemplo, a *Monarchia* anuncia que “[...] o estabelecimento dos ‘soviets’ à moda russa [é] um dos números do programa dos revolucionários da ‘República Velha’” (9/9/18:1), e, em outubro, defende que “[...] debelando o constitucionalismo, causa, origem de todos os males chamado avançados.”, se debelaria igualmente o “perigo *sovietista*” (24/10/18:1). Mas, já em novembro, é o *Tempo* que continua a insistir numa associação cara aos sidonistas e então amiúde repetida – a de que à frente do operariado “[...] se encontram políticos adversos à atual situação [...] do que se infere claramente que, no seu âmago, existem seus resquícios de simpatia pelos demagogos, simpatia que aumentou quando estes se

⁶⁴¹ Pereira, 1971; Telo, 1977.

⁶⁴² Freire e Cunha, 1992.

⁶⁴³ Samara, 2003:135.

⁶⁴⁴ Samara, 2003:194.

intitularam vítimas.” (18/11/18:1) – e que agrava, assinalando que “[...] arranjaram-se os chamados ‘soviets’ para desempenharem as finalidades do objetivo.” [de derrubar o governo]. Ao mote de “Abaixo os soviets, regime de fome, sangue e miséria!”, a *Situação* registará que “A revolução social que acaba de esboçar-se em Lisboa, é a localização portuguesa do sanguinário movimento de desordem que se iniciou na Rússia – e pretende propagar-se ao ocidente impulsionado pelo dinheiro dos bolcheviques e especialmente pelas somas fornecidas pelos consulados alemães.” (19/11/18:1). Salientando, entretanto, a oportunidade da repressão da greve, o *Tempo* ameaça que “Ainda há poucos dias um telegrama de Londres nos comunicava que os aliados intervirão não só na Rússia mas em todos os países onde a desordem social tomar o aspeto grave do soviétismo.” (19/11/18:1).

Curiosamente, tal retórica e argumentos integravam já o reportório de governos anteriores e que, noutras ocasiões, tão-pouco teriam pejo em pôr no mesmo saco conservadores, realistas, “boches” e maximalistas. Por ora, porém, o saco é outro: “As esquerdas constituíram-se em bloco para o ataque ao princípio da ordem [...]” (20/11/18:1), escreve o *Echos do Minho*; “Eram as turbas socialistas, os homens das *esquerdas*, declarando finalmente chegado o seu dia [...]. Era quase a repetição do espetáculo que se dera, na Rússia [...]” (20/11/18:1), dirá Rocha Peixoto no *Jornal do Comércio*; “Os acontecimentos da Rússia que, na opinião autorizada do Sr. Afonso Costa, só por si simbolizavam e sintetizavam os benefícios da Grande Guerra europeia, ameaçam apoderar-se da Europa inteira [...] esses acontecimentos que encheram de gáudio a alma canibalesca dos nossos democráticos e foram saudados nas câmaras legislativas [...]” (23/11/18:1), completa Alfredo Pimenta no *Diário Nacional*.

No saco das esquerdas, caem o operariado e os mesmos democráticos que, um ano antes, o reprimiam – caem não poucos conservadores e cai a *Lucta* com a ideia de ameaça soviética que ajudara a criar; caem até o *Século* e os seus diretores, acusados de “[...] serem instrumentos da desordem coligados com os agentes dos ‘soviets’ [...]” e “[...] criaturas assoldadas pelo dinheiro que os ‘boches’ espalharam por todas as nações que com eles estavam em guerra.” (*Tempo*, 22/11/18:1). A situação, aparentemente, não os achaca, e o mesmo *Manhã*, que, ainda em outubro, condescendera que “O que na Rússia faliu, se mostrou incapaz, na revolução, não foram as ideias de liberdade, de igualdade, não foi o sindicalismo, o socialismo ou o anarquismo [...]”, mas – porque o inimigo é comum – “[...] mais uma vez, o sistema da ditadura, dos governos fortes, do pulso de ferro, das imposições, de tudo, enfim, que traduz as ideias de autoridade, imposta, de violência legalista, de tudo isso que os conservadores consideraram necessário para salvação dos povos!” (2/10/18:1)⁶⁴⁵; o mesmo *Manhã*, dizia-se, respondendo diretamente ao *Diário Nacional*, escreve em novembro que “[...] a marcha é, efetivamente, para as esquerdas e com tanto mais força quanto é certo que esse mesmo

⁶⁴⁵ No mesmo dia, lê-se na *Lucta* que “A destruição como necessidade criadora de novas harmonias, como antecedente indispensável para o início de novo ciclo humano de maior e mais pura beleza moral, urge com o carácter dum postulado de fé a apoiar e a fundamentar toda a doutrina sindicalista.”; e que “[...] foi, sem dúvida, a apatia das classes burguesas, o seu egoísmo estreito, a sua manifesta carência de qualquer ideal a espiritualizar-lhes a vida, que [...] condicionou a feição revolucionária do sindicalismo.” (2/10/18:1)

‘bolcheviquismo’, que a imprensa reacionária aponta como um espectro, é, na verdade, ainda, uma obra da autocracia que ela defende e de que a democracia acaba de sair gloriosamente triunfante.” (22/11/18:1).

Sem honra nem glória e acossado tanto por aqueles que lhe vinham fazendo oposição, como por muitos dos que se haviam batido a seu lado na Rotunda, Sidónio Pais é assassinado a 14 de dezembro. É um republicano, afinal, quem o traz de volta às suas humanas limitações; são conservadores os que, afinal, acabam com o que resta da sua “Ideia Nova”; e enquanto isto, a ilegalizada associação operária procura recompor-se do desastre. Pouco tempo tem a imprensa situacionista, portanto, para se ufanar da vitória – a primeira em toda a Europa, escreve – sobre o bolchevismo, seja para descanso dos que aliviam o medo de uma revolução... à mesa dos cafés; seja para satisfação dos ensejos intervencionistas de um *Bureau Inter-Alié* apostado em ver conspirações germano-soviéticas por toda a parte. Já depois da morte de Sidónio o *Diário Nacional* chega a pretender que “A tragédia da estação do Rossio [entre] assim como um episódio no período da agitação que esta precedendo a Conferência da Paz (3/1/19:1), e por agitação, refere-se especificamente ao espartaquismo alemão. Sem negar que se receie o processo revolucionário russo e o seu potencial impacto internacional, é por demais flagrante a contradição entre a vitória sobre o bolchevismo e a recorrência com que este continua a reaparecer como uma ameaça ou a pior das injúrias: aos pronunciamentos republicanos de janeiro (Golpe de Santarém), por exemplo, a *Ordem* chamará “movimento democrático-bolcheviquista” (12/1/19:1); e já o *Echos do Minho*, a dois dias do fim da rebelião monárquica, alude às forças republicanas, escrevendo que “[...] o bolcheviquismo em Portugal tem uma forte organização.”, estando agora prestes a “[...] pôr pé no Norte.” (12/2/19:1). A reposição da normalidade constitucional republicana e a ameaça de uma intervenção estrangeira ainda logram excluir o argumento destas suas utilizações mais comuns.

À luz disto, não deixa de surpreender que, apenas atentando na percepção da imprensa, pouco ou nada a parece alterar o sidonismo, se não é que mesmo contribui para uma certa cristalização, ao concentrar as atenções na questão interna e ao recuperar e persistir em argumentos já em uso pelos democráticos. Neste sentido, a função mítica que não poucos autores pretendem que a revolução tenha para o operariado, correspondida na que o “terror vermelho” cumpre para o burguês, parece perder-se para problemas muito concretos e que afinal afetam toda a sociedade, ainda que de forma diferente. Alheias a esta cristalização, a paz de Brest-Litovsk, a guerra civil e as violências bolcheviques continuam a merecer a atenção quase diária da imprensa e agastam as representações dos maximalistas, mas sem fugir ao que se conhece já. Destarte, também o discurso produzido paralelamente pelo bloco político-social que o sidonismo toma por oposição, condescendendo em reconhecer diferenças – dir-se-ia que mais no método do que na ideologia – entre o movimento social português e os bolcheviques, não é senão o produto de uma situação de exceção.

Por tudo isto, e seja articulando as referências à situação russa com aquela que internamente se vive, seja alargando o uso da jaculatória retórica do perigo bolchevista da questão do regime e da

intervenção na guerra às dissidências entre as direitas e as esquerdas da nova normalidade republicana, o consulado sidonista deixa a sua marca na receção e na perceção da Revolução em Portugal. Já quão diferente seria a situação sem o seu advento à história da I República, é algo a só os seguintes pontos poderão responder, embora tudo deixe supor que muito pouco.

2.2 A Revolução na Rússia – nem modelo, nem mito: 1919-1921

2.2.1 Do desconhecimento do marxismo à perceção do bolchevismo

Na primeira parte deste trabalho, foi já possível ver como, na generalidade da bibliografia da I República, do “advento do fascismo” ou do movimento operário, o analfabetismo, ignorância ou simples impreparação teórica do movimento social constituíram um impedimento e um atraso na receção das ideias marxistas. A questão, porém, tem revelado contornos bem distintos aos que, na realidade, se arriscaram a desenvolvê-la para além desta superficialidade, mostrando, pelo menos, que a impreparação teórica, não só do movimento social, como de todos quantos acusam algum contacto com o marxismo, não pode ser confundida com a ideia de vazio teórico com que, em muitos casos, se tem justificado quer a falta de melhores estudos, quer a desatenção para com o papel do movimento operário no advento da ditadura.

Num dos mais recentes estudos conhecidos, e este já com quase duas décadas, António Pedro Pita aponta para uma “[...] supremacia da referência proudhoniana, à qual, como se sabe, Antero dera a força de uma sistematização filosófica e de uma pertinência política que a história do Socialismo em Portugal haveria de prolongar.”, caracterizada por aquilo a que chama “antimarxismo teórico militante” e que “[...] refuta, ponto por ponto, as teses-chave do marxismo como teoria de revolução: sobre a luta de classes, a conceção de democracia ou a ditadura revolucionária.”⁶⁴⁶. Referindo-se aos socialistas, a proposta de Pita parece responder pelos demais com quem estes partilham a direção do movimento sindical até ao congresso de Tomar (1914), e que são quem mais assume a orientação libertária. Em Portugal, no entanto, são mesmo os socialistas que reclamam a herança marxista, o que não surpreende, se acaso se considerar que não há uma verdadeira reflexão ideológica, nem organizações que a perfilhem, e que o resto do movimento social é dominado pelos anarquistas e pelos sindicalistas revolucionários. Assumir o socialismo autoritário é, afinal, a menor das contradições para um partido satélite do republicanismo português, e que mesmo nisto bebe da ideia engeliana de que a forma política da república democrática é a única dentro da qual a luta de classes se pode generalizar.

A ignorância, impreparação e analfabetismo tocam, efetivamente, a uma boa parte do operariado, mas este, como já antes escreveu Alfredo Margarido, não só procura “[...] teorizar tendo

⁶⁴⁶ Pita, 1994: 91, 92.

em conta a prática de classe.”⁶⁴⁷, como mostra nas sucessivas alterações políticas que “[...] o mais importante no [seu] processo político [...], consiste na sua capacidade de inventar sem descanso as formas novas de combate, que lhe permitem opor-se à burguesia [...]”⁶⁴⁸. Ademais, e como bem nota o autor, nem só entre o movimento social português este atraso é sentido: o marxismo vem sendo discutido e traduzido e ensinado nas universidades desde meados do século XIX e também aqui é notória a falta de uma reflexão nacional sobre as teorias marxistas e a incapacidade para lidar com os conceitos precisos que envolve, grandemente devedoras do pouco contacto com as fontes e da excessiva dependência intelectual do estrangeiro⁶⁴⁹. Assim, qualquer que seja o conhecimento do marxismo em Portugal aquando do início do processo revolucionário russo, excede seguramente os grupos e as interpretações que se tem vindo a referir; depois e como bem alerta Margarido, para a classe operária portuguesa e para o campesinato não é nem se apresenta como a única resposta teórica à situação política⁶⁵⁰, sendo comumente aceite que só pela década de trinta se constitui como base doutrinária dos comunistas portugueses⁶⁵¹, reconhecendo que, até lá, esta assenta na Revolução Russa e no bolchevismo, quaisquer que sejam as formas e nomes que tenha⁶⁵². É ao bolchevismo, portanto, que este ponto se continuará a referir.

Conforme se pôde mostrar já, demandando um sistema constitucional e reiterando a participação russa na guerra, o Golpe de Fevereiro merece uma larga aprovação da imprensa republicana e generalista, que se terá interesse em negligenciar uma questão como a da manutenção do regime monárquico, mais terá em não relevar todas as fações e ideologias russas, esbatidas ou serenadas sob a ação do Governo Provisório. Ainda assim, estas não deixam de aflorar em quantas notícias se publicam – é que são diferentes as expectativas de cada jornal face ao processo russo, pelo que à escassez e carácter contraditório das informações se deve ainda agregar o que cada um entende ser o mais válido ou pertinente⁶⁵³ – e até ao verão, os enérgicos entusiastas que os jornais portugueses declinam, ainda em março, por republicanos-socialistas e já depois por laboristas e anarquistas, tornar-

⁶⁴⁷ Margarido, 1975:69.

⁶⁴⁸ Margarido, 1975:81.

⁶⁴⁹ Nomes como Pires de Lima, Bazílio Telles, Marnoco e Sousa, Salazar, Tamagnini Barbosa, Lino Neto, entre alguns outros, destacam-se pelo ensino das suas teses nas cadeiras que leccionavam, e a multiplicidade de trabalhos em que as criticam ou deformam mostram-nos atentos à discussão europeia sobre a questão.

⁶⁵⁰ Margarido, 1975:11.

⁶⁵¹ Defende-o já Margarido, ao registar que “[...] a disseminação do marxismo não careceu dos textos doutrinários de Marx e Engels, uma vez que Revolução Russa cumpriu, aqui, esse papel e foi um eixo do discurso e da atualidade!” (1975: 89,90); e Ventura, ao escrever que a “Mais do que de Marx, falava-se de Lenine e dos êxitos alcançado a leste.” (2000b:207). No entanto, é mesmo António Pedro Pita quem corrige definitivamente esta situação, ao escrever que “[...] a referência doutrinária básica para os comunistas portugueses é, em rigor, o bolchevismo e não propriamente o marxismo (1994:90,91).

⁶⁵² Maximalismo, leninismo, bolchevismo ou o comunismo, que por esta ordem se substituem na imprensa.

⁶⁵³ Provam-no as diferenças até entre jornais com mesma filiação política, sugerindo que, na esteira deste primeiro aspeto, outros devem também ser tidos em conta, como a necessidade (até comercial) de diferenciação de conteúdos e da sua utilização no debate político interno.

se-ão socialistas moderados, socialistas radicais e maximalistas. Tal evolução, ao que parece, não vai ainda muito além dos termos: para a imprensa aliada, a portuguesa incluída, a questão não parece assentar tanto na mudança de regime, como no papel que a Rússia continuará a desempenhar na guerra, pelo que também a sua percepção não depende mais da apreensão das diferenças ideológicas do que da atitude dos diferentes grupos face ao Governo Provisório.

Na análise do período, importa notar que o advento da primavera traz o fim do “sagrado” himeneu entre democráticos e evolucionistas, a constituição do terceiro governo de Afonso Costa (25 de abril) e a escassez e racionamento de géneros, com as greves, motins e assaltos que lhes sobrevêm entre os meses de maio e julho a ocupar demasiadamente a imprensa portuguesa para que se esqueça do leste e de quem lá ande⁶⁵⁴. Assim, para a mesma imprensa que deixa passar ao lado a exposição das Teses de Abril (16 de abril), em que Lenine defende o fim da guerra e a criação de uma república de sovietes, o bolchevismo não significa mais que a realização do programa máximo – largamente desconhecido – do Partido Social-democrata Russo, e a atividade dos bolcheviques é associada à dos zimmerwaldianos, cujo único referencial ideológico conhecido é o anarquismo.

Não é sem razão, portanto, que mesmo na sequência dos acontecimentos de julho de 1917, a imprensa continua a não ver grande sentido numa diferenciação entre maximalistas e anarquistas. “Lenine”, escreve, por exemplo, o *Republica* logo a 21 desse mês, “[...] apesar de se intitular social-democrata, não é senão um anarquista⁶⁵⁵. [...] O que ele quer é a derrota. De quem? A de todos os estados. Uma derrota infligida a todos, a ruína de tudo, a *sabotage* de tudo, *sabotage* da guerra, *sabotage* da própria revolução, a criação de um caos no qual a ordem seria restabelecida pela guilhotina!” (21/7/17:1)⁶⁵⁶. Mas se o pacifismo russo é mostrado como exclusivo dos maximalistas, sendo, afinal, uma aspiração de outras correntes socialistas, é porque depois de um período caracterizado não só por alguma desatenção, como por largas limitações informativas, a imprensa se vê compelida a tratar simultaneamente do descontentamento e agitação de largos setores da população russa face à manutenção na guerra, e da afirmação dos sovietes, cada vez mais controlados pelos bolcheviques, como poder paralelo ao Governo Provisório. Até que o Golpe de Outubro venha alargar,

⁶⁵⁴ Explicam-no o racionamento do papel, a redução do número de páginas dos jornais e até à necessidade de dar conta da participação portuguesa no conflito; mas explica-o, muito mais, a gravidade da situação social portuguesa, que assume, mormente nos tumultos de Lisboa (19 de maio) e do Porto (22 de maio), níveis extraordinários de violência e repressão, que só a declaração de estado de sítio (12 de julho) contém.

⁶⁵⁵ Mostrando que é tudo uma questão de perspectiva, lê-se no *Monarchia* que “O anarquista Kerensky [*sic*], Robespierre do Neva, acaba de dirigir ao exército e à marinha russa uma extensa proclamação em que se percebe claramente o abismo em que a Rússia se afunda.” (22/7/17:1).

⁶⁵⁶ Mesmo depois do Golpe de Outubro, por exemplo, é possível ler, como no *Diário de Notícias*, que “[...] em Gradisch, próximo de Salzburgo, havia desde maio passado um campo de concentração dos prisioneiros das classes intelectuais russas, que estavam informadas das teorias de Lenine, por supostos instrutores austro-alemães, que eram oficiais disfarçados.”, e que “Quase vinte mil prisioneiros russos passaram por Gradisch, depois de um longo período de preparação, fornecidos com dinheiro e brochuras de propaganda anárquica, e entravam na Rússia, atravessando os setores, onde as tropas fraternizavam.” (11/12/17:1).

na imprensa, o programa maximalista à entrega das terras aos camponeses e à regulamentação da crise económica, isto não pode ser tudo o que se sabe sobre bolchevismo, mas parece ser o suficiente para conhecer o desmerecimento de toda a imprensa burguesa e uma relativa apatia do operariado.

No que respeita à imprensa operária, Guinote (que não só presta mais atenção ao período que antecede o Golpe de Outubro, como alarga a pesquisa a mais títulos) escreve que só a partir de 1918 se entusiasma a comentar a situação russa e que só pelo meio de 1919 começa a reagir às confusões ideológicas. É possível que a apatia do operariado seja determinada por uma certa indiferença ou desconhecimento ou ainda a compreensão de que este “anarquismo” russo é diferente do seu – de facto, a indefinição em que o Congresso de Tomar deixa o movimento sindical traz pendente a discussão de algumas diferenças teóricas; mas também é legítimo que, qualquer que seja o conhecimento ou percepção destas diferenças, o operariado queira, porventura com inveja, orgulho, sentido de classe ou de promoção, identificar-se com a Revolução Russa, seja porque esta não se nega a ver como uma experiência internacional e internacionalista, seja porque a pretensa independência política não lhe tem garantido, até agora, nem mais respeito nem mais vitórias, seja até porque o seu ideário anarquista beneficia da mesma atenção levantada pela Revolução⁶⁵⁷.

Ante uma publicação como a *Sementeira*, esta última possibilidade é que se aceita melhor, por surgir mesmo antes dos acontecimentos de julho, do Golpe de Outubro e do sidonismo. Em maio, por exemplo, concede-se que “À falta, segundo parece, de um caracterizado movimento anarquista, devemos contentar-nos com as manifestações das várias correntes socialistas [...]” (1917, nº17 (69): 2); e, em junho, celebra-se “[...] a afirmação do princípio essencialmente revolucionário da fiscalização e pressão sobre o governo e da organização das forças revolucionárias capazes dessa missão – princípio esse oposto à doutrina governamental, à tese de todos os governos, mesmo saídos duma revolução.” (1917, nº18 (70): 1). A *Sementeira*, portanto, não só cede o benefício da dúvida aos socialistas russos enquanto representantes das massas, como não vê contradição naquilo que designa por “[...] ‘segundo poder’... anárquico ao lado do Governo.” (*idem*)⁶⁵⁸.

É impossível determinar o que silencia o mensário sobre a questão até ao final do ano, mas abrirá 1918 escrevendo que “Os anarquistas cooperam com os maximalistas, desprezando uns e outros o dogma marxista da prévia necessidade do desenvolvimento capitalista, não querendo esperar pelo ano 3000.” (janeiro de 1918, nº25 (77): 2). Aqui já perfeitamente identificados, os maximalistas não se assumem como um qualquer perigo para o jornal, que, anunciando que “[...] Lenine, Trotsky e seus amigos já não se intitulam “governo”, mas “soviete dos comissários do povo”, congratula-se “[...] que desta vez a imprensa burguesa não se engana de todo falando da “anarquia” russa: “Uma repugnância

⁶⁵⁷ Ideia já defendida por Silva (1978) e a desenvolver aquando da discussão das clivagens operárias.

⁶⁵⁸ Oliveira afirma que “[...] são os soviets, como instrumento revolucionário fundamental da revolução, o aspeto que mais salientado é pela imprensa operária [...]” (1975:30), mas a verdade é que a sua identificação nem é tão comum, nem corresponde a uma compreensão da sua ação e dimensão na dualização do poder, só efetivamente compreendidas aquando do Golpe de Outubro, como, aliás, se mostra na *Sementeira*.

profunda por todas as guerras; o reconhecimento para cada indivíduo do direito ao pão, à luz, à liberdade e à realização imediata desse direito [...]” (*idem*). Em março, por exemplo, reagindo à dissolução da Duma, declara que os socialistas revolucionários desceram “[...] ao nível dum partido hostil ao povo, hostil aos camponeses, ao nível dum partido contrarrevolucionário” por terem, anteriormente, entrado em coligação com os Kerensky, e que “[...] não há dúvida de que os *bolchevistas* que se deixassem cair na armadilha das ilusões constitucionais [...] nada menos seriam do que miseráveis traidores à causa do proletariado.” (1918, nº27 (79): 1). Mas mesmo um ano depois, e com a imprensa burguesa a dar brado do autoritarismo maximalista e da sua cisão com outras forças revolucionárias⁶⁵⁹, a *Sementeira* mostrará a sua constância, assumindo que “[...] [preferiria] a revolução social sem a ditadura; mas [tem] que a defender, tal como esta, contra a reação [...] pelo que ela tem de socialista, pelo que ela tem já de anarquista, nas realizações diretas do povo e nas suas possibilidades futuras.”, e manifestando a esperança de que “A revolução russa será tanto mais socialista e libertária, quanto mais se difundir pelo mundo, quanto menos inimigos exteriores tiver, quanto mais a ajudarem as forças do socialismo internacional.” (fevereiro de 1919, nº35 (87): 163).

Tudo isto está muito longe de definir o anarquismo, o marxismo ou o bolchevismo, mas não pode deixar de interessar que, ao mesmo tempo em que, na Rússia, os bolchevistas alteram, ante o imperativo da realidade prática, todas as ideais conhecidas, haja em Portugal e entre uma publicação de carácter anarquista, um pronto assentimento, que, aliás, se faz de não poucas críticas a correntes e posições políticas supostamente mais próximas. Porém, sem a atenção da imprensa diária e até que o surgimento de outros títulos operários venha, já pela primavera de 1919, impor não tanto um aprofundamento da questão como um alargamento dos intervenientes, a *Sementeira* pode ainda, num quadro de pequenos boletins profissionais, passar sem uma reação.

Pela imprensa burguesa, se o ano de 1917 não fora favorável a grandes definições ideológicas, o de 1918 estará ainda mais longe de resolver ou apenas de acrescentar alguma coisa à questão. A começar, é a situação interna, até pelo advento do sidonismo, que vem requerendo uma atenção cada maior da imprensa; depois, as negociações da paz separada não só agravam um quadro já pouco favorável aos Aliados, como ostentam um governo bolchevique à frente de uma Rússia em que os republicanos depositavam tanta esperança, mas onde os monárquicos, afinal, também perderam um feudo – a Rússia, diga-se, está longe de desaparecer do interesse da imprensa, mas referi-la parece um constrangimento. Deste modo, parece ficar-se ainda pelo estrito âmbito da sua defeção a maioria das análises conhecidas até ao início da guerra civil e pelas movimentações militares e intervenção aliada aquelas que se lhe seguem, conquanto a ideia da internacionalização da revolução tenha um temporão

⁶⁵⁹ Ainda em junho de 1918, por exemplo, se lê no *Republica* que foi “A animosidade dos bolcheviques contra a flamante classe dos seus correligionários [socialistas] [...] mais lhe aguçou o anseio de reconquistarem as boas graças do anarquismo. [e que] bolcheviques e anarquistas chegaram com efeito a confundir-se, durante os tempos de Kerensky.”, “Mas os saqueantes de há pouco temem hoje ser saqueados e fazem-se contrarrevolucionários.” (30/6/18:1).

desenvolvimento, mercê quer do recrudescimento da contestação sindical, quer da constituição de uma oposição liberal, quer do já referido ensejo de provar a oportunidade e necessidade do sidonismo. Nas folhas situacionistas, e sem que tal se reflita numa maior análise e discussão do fenómeno, o bolchevismo é mais um elemento da distinção dos que estão contra a República Nova, agora identificados com os bolcheviques – o que começa com os elementos avançados, quando estes, já pelo verão, cortam definitivamente com o regime, alargar-se-á depois ao resto da oposição liberal, que já então, e no que parece ser uma tentativa de atrair o apoio operário, vai norteando as críticas que vinha pondo nas aspirações do bolchevismo para aspetos concretos da ação dos bolcheviques.

A *Monarchia* não é o único órgão⁶⁶⁰ envolvido nesta campanha para desacreditar o movimento sindical português, mas é sem dúvida e sem surpresa um dos que mais se destaca. Entre a mole heterogênea que o sidonismo concilia, é sempre evidente a dificuldade dos integralistas em abdicar da sua identidade e programa – se maio os dá a conglobar sob a designação de “teorias mais *avançadas*” “[...] todos os maximalismos, bolchevismos, minimalismos e quejandas teorias *liberais* [...]” (7/5/18:1), setembro espera-os a situar-se e a situar o integralismo em face destas mesmas teorias. “[...] o grande erro do operariado”, regista então, “foi adotar a escola socialista e deixar-se influenciar pelas teorias anárquicas e imorais de Karl Marx. [...]”, declarando abertamente que “Em Portugal socialismo e republicanismo confundiram-se sempre na mesma propaganda política. [...]e que...] Com a decadência do sindicalismo democrático surgiu, porem, uma nova organização antidemocrática e antissocial: o sindicalismo revolucionário.”, que diz inconciliável com o “sindicalismo do Integralismo Lusitano” (4/9/18:1) – “Os sindicalistas revolucionários”, conclui então, “negam os direitos de Deus, renegam a Pátria e prescindem da autoridade, do Exército, da diferenciação social sem a qual não há progresso material nem é possível a harmonia entre os homens.” (4/9/18:1)⁶⁶¹. Adrede a tónica recai na questão operária, porque é justamente esta que lhe permite trazer atadas todas as pontas da oposição, real ou imaginada, nacional ou internacional.

Conforme se pode ler, porém, a indefinição do bolchevismo é, também aqui, uma recorrência: de facto, afigura-se até, em inúmeros casos, que a imprensa burguesa, em particular a da situação,

⁶⁶⁰ Também o *Norte*, por exemplo, regista com inusitada clareza e indo até ao âmago das teses de Marx, que “Reduzindo a questão social ao seu mero aspeto económico, mais ou menos imbuídos das concepções do marxismo [...] quase todos os nossos *meneurs* operários enfermam do vício revolucionário, [...] não querendo cuidar de uma inteligente colaboração com os poderes públicos [...]. (30/6/18:1).

⁶⁶¹ A *Monarchia* escreverá, já em 1919: “Se há no mundo das ideias políticas doutrinas absurdas, utópicas, antissociais e antipatrióticas, são o socialismo e a sua irmã afim – a anarquia. [...] doutrina *antipatriótica* porque já levou duas poderosas nacionalidades à ruína, e porque é uma doutrina internacionalista. É uma doutrina *antimilitarista*; odeia o exército, o único fator da manutenção de integridade e de honra nacional e da ordem social, e, portanto, o defensor do trabalho honesto. [...] *revolucionária e de desordem*; provam-no bem os acontecimentos da Rússia e outros. [...] que *despreza* as competências para fazer triunfar o culto da incompetência. [...] que *despreza a burguesia* para fazer triunfar a massa anónima e ignorante de plebe.[...] *imoral* porque não atende aos meios para conseguir os fins. [...] *antirreligiosa* porque não atende ao lado religioso, um dos mais importantes da organização social. [...] *materialista e grosseira* porque faz do homem

vende com alguma ligeireza ou gratuidade toda a confusão teórica, velando um conhecimento mais aprofundado da questão e temendo até, porventura, o efeito, dir-se-ia perverso, de um maior esclarecimento. Largamente se tem falado de um receio de uma progressão revolucionária em Portugal, mas o que a reincidência da imprensa sidonista neste tipo de confusões vem mostrar é, essencialmente, uma impaciência para com a posição operária, que, no seu entender, prefere uma “aliança” vaga com os seus maiores “adversários” aos termos corporativos da pacificação legal que lhe é oferecida. O episódio da greve geral de novembro mostrar-lo-á perfeitamente, com os jornais situacionistas a alinharem notícias sobre o perigo “democrático-bolchevista” com o mesmo vigor com que o governo mobiliza, com paradas militares e lacinhos verdes, as forças que o hão de defender contra um inimigo que nem se assoma, nem respinga – mas já na sequência da paralisação, se o sentimento de triunfo dará ao *Tempo* o ensejo de comentar que “[...] querendo ser fiel às teorias do *sovietismo* (não confundir com *bolchevismo* que quer dizer maioria) [o operariado] prepara as suas forças e declara guerra a uma situação política que por ser nova julgava débil.” (20/11/18:1), forçará os socialistas do *Vanguarda*, com um pé no sidonismo e outro na necessidade de não alienar algum do apoio que ainda recebem do operariado, a explicar que “O ‘bolchevique’ não é o socialista, como hipocritamente já vimos publicado [...] e que [...] confundir o ‘bolcheviquismo’ com socialismo, é um disparate, para não chamarmos uma torpeza.” (23/11/18:1)⁶⁶². Ainda mais interessante, portanto, será a reação da imprensa da oposição liberal, agora já compelida a explicar que “Democracia e ‘bolcheviquismo’ são expressões absolutamente antinómicas e só sofistas com topete para os mais impudentes cinismos são capazes de, fingindo ignorá-lo, o afirmar.” (*Manhã*, 22/11/18:1), quando não escondeu a satisfação aquando a preparação da greve geral e veio, desde a primavera, sem reagir às múltiplas acusações de conluio com os “bolcheviques” – agora que o repúdio à paralisação ficou patente até na fraca adesão, explica-se já, portanto, que “O maximalismo russo – que os nossos idólatras da Ordem aliás desconhecem totalmente – podendo ser uma degeneração teratológica da democracia, de modo nenhum com a democracia se confunde.” (*idem*). As relações dos republicanos com o operariado estão ainda por conhecer outros episódios; porém, nesta necessidade de distinção (porventura a mesma que lhe impedirá o posterior reconhecimento da Rússia dos soviets) e de agradar às classes médias urbanas, que julga filialmente suas, o republicanismo português está dando já um definitivo passo rumo a uma rutura que lhe sairá cara.

Será difícil entrar por esta questão ou pelos anos seguintes sem avançar igualmente por temas e questões a tratar nos seguintes pontos, posto que para além da evolução da situação russa, também a portuguesa e, em concreto, o surgimento de novos órgãos da imprensa operária, a criação da FMP e do

uma besta e só atende ao lado económico e material portanto.” (7/1/19:1)

⁶⁶² Defendendo-se como pode, escreve que “[...] em Portugal, principalmente em certa imprensa, não se combate simplesmente o ‘bolchevique’. [e] Pretende-se confundir este com o socialista, sem se lembrarem que, por tal critério, já Leão XIII foi ‘bolchevique’, visto ter defendido o socialismo católico.” (*Vanguarda*, 23/11/18:1).

PCP, e ainda a cisão do movimento social, continuarão a invocar a discussão do bolchevismo, cujas referências e reflexões estão, seguramente, muito longe de terminar. O que aqui se entende, ademais, é que por esta altura se definiu já o que a imprensa sabe ou pensa saber sobre o bolchevismo e, o que aqui sempre tem parecido mais relevante, a atitude ou atitudes que assumirá – como em 1920, quando a *Monarchia* mofa das limitações teóricas de Carlos Rates (*i.e.* 11/3/20:1), também em 1925, “O Sr. Dupuy delegado francês à III de Moscovo, [declarará] ser uma verdadeira loucura tentar implantar o comunismo em Portugal, pois nele nem sequer existe uma ideia perfeita e definida do comunismo.” (*Mundo*, 16/1/25:1). No mais, portanto, recusa-se este trabalho a dar conta daquilo que a imprensa não espelha e que, em verdade, nem chega a ter um verdadeiro desenvolvimento no profuso fenómeno editorial, que, coevamente, segue o processo revolucionário russo. No entanto, nem isto, nem tudo quanto se escreveu anteriormente podem deixar de sugerir ainda algumas razoadas considerações.

Assim, a despeito dos seus conhecimentos teóricos, não poucas vezes a imprensa mostra saber que é o bolchevismo o eixo não só daquilo que o próprio termo designa, como do que persiste em designar por marxismo. Em quase toda a imprensa operária, isto continuará a servir e ainda por alguns anos, para justificar não só a transposição de alguns princípios ideológicos pelos bolcheviques, como uma expectativa benevolente e longa face à Revolução Russa bem para além dos princípios concretos que guiam jornais como o *Sementeira*, o *Batalha*, o *Combate*, ou o *Bandeira Vermelha* – ver-se-á, adiante, como. Já na imprensa burguesa, um tal desvio concentra sempre o descrédito, difamações e confusões com que os jornais se referem a tudo o que se associe ao processo revolucionário russo. Neste sentido, a análise da imprensa mostra que a ausência de uma reflexão, mesmo no decurso do processo revolucionário russo, não espelha mais impreparação teórica ou ignorância do que um impacto e uma reação concreta a este mesmo processo.

O que a mesma análise mostra, no entanto, é que nem mesmo o bolchevismo carece de uma reflexão teórica para que se dissemine como elemento da receção e da própria perceção do impacto da Revolução Russa em Portugal, seja porque termos como bolchevismo ou bolchevique, extravasando os limites da sua significação teórica, qualquer que esta seja, se logram constituir como elementos de um domínio muito mais lato e não exclusivamente circunscrito à Rússia ou ao que se reconhece como um seu efeito; seja porque é mesmo a sua exemplaridade, porventura mais do que a ideologia, que vem mostrar, como bem escreveu Ventura, “[...] que era possível a conquista de poder pela classe operária e [provar] mais uma vez que a política conciliadora e reformista dos partidos da I Internacional não visava outra coisa senão colocar o movimento operário a reboque dos interesses da burguesia e do imperialismo”⁶⁶³. Por exemplaridade, note-se, não se entende a dimensão modelar do processo revolucionário russo, defendida por Pacheco Pereira (1971), mas aquilo a que também Ventura (1977f) se refere como o exemplo pelo exemplo e que esta tese alarga até ao reforço de um sentido de classe, à perceção do peso e até a procura de uma certa identificação com aquela

⁶⁶³ Ventura, 1977f: 10.

experiência histórica e social. Assim o parece entender a imprensa burguesa, quando apresenta a Revolução Russa como a realização daquilo “[...] que muitos ignoram o que seja na teoria, mas que todos já sabem o que é na prática – fome, força, despotismo, imoralidade individual.” (*Jornal do Comércio*, 29/11/19:1); assim o entende, também, a operária, ao apresentá-la como o que, até então, não tivera senão formulação teórica.

Finalmente, consideração haja que este trabalho não queira ver esquecida, é a de que sendo o bolchevismo e não o marxismo o referencial da análise da imprensa, será talvez demasiado exigir que se defina, em Portugal, o que os bolcheviques estão, em tempo real, teorizando em função da sua própria experiência⁶⁶⁴: é Béla Kun, aliás, quem explica, aquando da sua chegada ao poder, que “Sem dúvida, as ideias acabam finalmente por imporem-se, mas na luta entre as metralhadoras e as ideias, são as armas que triunfam por momento.” (*Combate*, 25/6/19:3).

2.2.2 Violência e repressão na configuração da ameaça que há de vir

A morte de Sidónio e o golpe monárquico desagregam o que resta do bloco que sustentou a República Nova, mas anulam igualmente o conúbio entre as forças que se lhe opuseram. Sem espaço para tantas ideias e individualidades, também a concertação procurada nos governos de José Relvas e Domingos Pereira acabará por cindir-se por antigos pleitos, alienando a benévola expectativa desse operariado, que outrora acorrera a Monsanto e às serranias minhotas a proteger a República, mas que agora, e ante um agravamento das condições de vida, se vê novamente compelido à contestação social. Sob a violência social e instabilidade política que marcarão o biénio 1919-1921, cruzar-se-ão as condições específicas do pós-guerra, mas também uma maior mobilização e combatividade do operariado, a pulverização dos partidos do regime e a recomposição das forças conservadoras. Neste contexto, as alusões à ameaça comunista assistirão quer à repressão do operariado e à alienação do seu apoio ao regime, quer essencialmente, à deriva direitista dos partidos e à defesa de soluções cada vez menos democráticas.

Em abril de 1919, a publicação de uma nota oficiosa do governo, anunciando a proibição de toda propaganda bolchevista, assim se referindo a toda a atividade sindical que por esses dias se vem desenvolvendo, marcará não só a reedição de uma estratégia cara ao sidonismo, como o prenúncio de uma atitude de força face às reclamações operárias, doravante assumida por inúmeros governos. Ainda em março ou abril, porém, não será estranho encontrar a recém-criada *Batalha* a declarar que “Ninguém que tenha hoje em Portugal responsabilidades de governo deve ficar indiferente a esta convulsão social que há de fatalmente repercutir-se aqui.”, mas que “Ninguém fomenta desordens, ninguém as quer, nem as deseja [...]” (6/3/19:1). Talvez por isto, na véspera da publicação da nota, e conquanto entenda que “[...] continua a desenhar-se no país um movimento de carácter social, cuja

⁶⁶⁴ Os bolcheviques, como Sheila Fitzpatrick teve a lucidez de reconhecer, “[...] were revolutionary enthusiasts, not laboratory assistants.” (1994 [1982]:83)

inspiração parece vir da revolução da Rússia e das revoluções que, pela da Rússia modeladas, se têm já produzido nos antigos impérios centrais.” (15/4/19:1), o *Manhã* sustenta que “[...] a propaganda bolchevista em Portugal não passa de uma expressão verbal, apaixonada e efêmera.”, nem constitui um “[...] um perigo a tal ponto grave que reclamasse medidas de uma defesa enérgica da parte do governo.”, preocupando-o apenas que estejam “[...] contemplando com simpatia ou acirrando com rancor esse movimento, animado de ideias libertárias de subversivas, os elementos mais reacionários e autoritários da sociedade portuguesa.” (*idem*). Com a sua imprensa banida, os monárquicos, que então espiam sozinhos por todos os problemas da República, não terão grande expressão, mas a verdade é que, em face da medida governamental, até a *Ordem*, sem pejo de apelar ao bom senso quando a questão é a de paramentar os católicos com o prestígio de uma ação conciliatória, contesta que “Aparecem sempre nestas conjunturas [...] elementos suspeitos a especular com a ignorância e a boa fé das classes produtoras [e...] lançam por toda a parte o espírito do ódio, da discórdia, da vingança, da perversidade e da calúnia [...]” (17/4/19:1). Já entre a imprensa avançada, a *Batalha* dirá que “Não há *perigo* na propaganda bolchevista [...] porquanto sendo inevitável o advento do regime socialista, mais vale ir preparando o terreno do que deixar correr tudo à revelia.” (18/4/19:1); e César Nogueira, no *Combate*, continuará a escrever que “O perigo do bolchevismo é uma fantasia burguesa, que vendo na sua realização prática o termo das suas regalias, inventa toda a ordem de disparates.” (21/4/19:2).

Aquela, contudo, é a posição de um jornal da importância do *Manhã*, onde Mayer Garçon ainda logra, ocasionalmente, dar provas de alguma isenção, e doutras folhas avessas ao governo. Noutras folhas burguesas, e dando conta da complexidade da questão, as posições são bem distintas. Na *Capital*, próxima dos democráticos, boceja-se que o governo português se preocupa com a “[...] propaganda dissolvente do ‘bolcheviquismo’ de novo intensificada na publicidade periódica [...]”, dizendo ser “[...] impossível [...] que se prolongue indefinidamente um tal estado de coisas.” (20/5/19:1). Na *Lucta*, onde Brito Camacho se verá continuamente em vias de chegar a primeiro-ministro e de enfrentar-se com os mesmos problemas governativos dos democráticos, escreve-se que “A imprensa aliada treme, sem dissimular-se, diante desta expectativa sinistra.” e que [...] Lavra por toda a Europa, ainda indemne, o pânico.” (6/5/19:1). Já na *Vanguarda*, mescla singular e volúvel de todas as posições republicanas, procura-se denunciar a ambiguidade da ação do governo, escrevendo, sobre a greve geral de maio, no Porto, que a cidade e “[...] os seus habitantes estão de rigorosa prevenção uns contra os outros e todos contra o governo imprevidente, verdadeiros criminosos de direito comum, os quais preferem lançar o país na anarquia com as suas experiências perigosas, [...] os seus entendimentos com elementos suspeitos de bolchevismo.” (13/5/19:1) – isto, entenda-se, porque o socialista Augusto Dias da Silva tutela ainda a do Trabalho no governo de Domingos Pereira.

Por ora, e sem que quaisquer medidas concretas venham a ser tomadas, a questão ficar-se-á por alguns confrontos entre as autoridades e o operariado, que então reclama o estabelecimento da jornada de oito horas e a organização do seguro social obrigatório e da fiscalização laboral. Enquanto a escalada da violência vem forçando, ao longo de maio, à demissão de Dias da Silva e à autorização

do julgamento sumário dos delitos sociais, os únicos russos que aportam a Lisboa são, afinal, “Um casal que pela elegância e educação não se parece nada com os bolchevistas.”⁶⁶⁵ (*Manhã*, 6/5/19:1) e que as autoridades, aliás, “otimamente” instalam “[...] no Hotel Continental, do Rossio, [...]” (*Vitória*, 8/5/19:1). Tudo isto, contudo, é já quanto basta para revelar não só a sobrançeria com que os democráticos continuam a gerir o poder, mas também o isolamento, contradições, divisões e desgaste a que se compelem, ao assumir o poder em exclusividade. O mais pertinente, no entanto, é que já por esta altura se vão definindo atitudes e dinâmicas em face da ideia da ameaça bolchevique, e que cada vez mais parece querer assumir tanto uma dimensão interna, como externa.

O verão só conhecerá mais greves, manifestações, ataques bombistas – um deles, frustrado, ao industrial Alfredo da Silva – e sabotagens nas fábricas, linhas férreas e transportes públicos, que largamente denunciam os métodos anarquistas da *ação direta*. Ante os dois perigos da República – “[...] a reação monárquica e a propaganda tenaz nos meios operários.” (*Norte*, 29/7/19:1) – e o recém-formado governo de Sá Cardoso (Junho) não hesita, “[...] para sossego e aprazimento da Burguesia, que certamente de há muito teria morrido de pavor [...]”, em “[...] reprimir a desbocada propaganda *bolchevista*, que se vem fazendo pela cidade.” e de “[...] prender sem justificação plausível e fora da lei, todo o indivíduo que não lhe caia em graça, ou por meio de intrigas, acusando-o sem mais semcerimónia de *bolchevista*.” (*Avante*, 4/8/19:1). Não bastando e amparado pelo regime legal⁶⁶⁶, reorganiza grupos de defesa, como a *formiga branca*, autoriza rusgas, reintroduz a censura prévia, refaz a Polícia de Defesa do Estado, forma um tribunal de exceção para crimes sociais (conquanto se tornem vulgares, então, as deportações sem julgamento), e cria ainda o “vagão fantasma” – tudo para se prevenir da revolução, qualquer uma, que a sua imprensa diz estar para rebentar por esses dias.

Por esta altura, e conquanto o *Combate* acuse toda a imprensa burguesa de vir fazendo uma campanha desenfreada contra o bolchevismo – que, segundo o jornal socialista, existe apenas “[...] nos cérebros de duvidoso equilíbrio de tão ilustres cidadãos [...]” e, “Gasto o papão das incursões monárquicas [...]”, “[...] para desviar as atenções dos escândalos ruinosos, em que, todos os dias, a nação mais e mais se afunda.” (22/7/19:1)⁶⁶⁷ –, a verdade é que quase toda a imprensa condena a ação

⁶⁶⁵ Leo Lapitsky e a esposa, conta o *Manhã* (6/5/19:1), embarcam na Cidade do Cabo no *Moçambique*. Chamando a atenção dos demais passageiros “[...] não só pelas suspeitas que sobre eles pairavam como, sobretudo, pela forma como se apresentavam.”, as autoridades fixam-lhes um termo de residência. Já em setembro, contudo, as autoridades obrigam-no a sair do país, e solicitando, então, ao “[...] Sr. Presidente do Ministério [que] olhe este assunto com atenção para que um estrangeiro não vá deste país com a noção perfeita, clara da *honestidade* com que estes graves assuntos são tratados!”, é a própria *Situação* que defende que tudo se deve à chantagem do agente que o tem vigiado e “[...] que por diversas vezes lhe tem feito exigências de dinheiro.” (26/9/19:1).

⁶⁶⁶ A República, recorde-se, mantém a mesma lei reguladora do direito de associação que criticara à Monarquia, pelo que não informando das suas reuniões e com 48 horas de antecedência, as associações operárias se sujeitam a todo o tipo de represálias, enquanto operários e agentes sindicais podem ficar detidos até 8 dias.

⁶⁶⁷ Lê-se ainda: “É preciso acabar com a ficção indigna, de que todas as dificuldades da hora presente, são resultado ou reflexo das reclamações dos trabalhadores. [...] Portugal será um país de bolchevistas – porque,

governamental, que nem parece ter quaisquer resultados na supressão do conflito ou da violência. Ainda em julho, e entre as críticas da imprensa avançada, distinguem-se títulos como a *Vitória*, a *Manhã* e até a *Lucta*⁶⁶⁸, mas até ao final do ano, juntam-se-lhe ainda a *Vanguarda*, o *Norte*, a *Montanha* e até a *Monarchia*⁶⁶⁹. De facto, o único ensejo de aprovação perpassa apenas por alguma imprensa católica, onde se lê que “[...] os Governos da República, procurando tomar uma atitude social, procuram coibir os meios revolucionários.” (*Diário do Minho*, 7/10/19:1). Possível é, porém, que o governo não conheça ou não possa encetar outra estratégia, ou que esta sirva, como sugere o *Vanguarda*, “[...] para justificar varias verbas e despesas e para se conservar nas cadeiras do Poder contra a vontade da Nação.” (8/8/19:1). Uma nota interessante, porém, chega ainda em agosto, pela *Batalha*, ao escrever que “As autoridades procuram, então, quebrantar pela força a resistência que encontraram e a que não estavam acostumadas” (18/8/19:1); outra ainda é a do *Vanguarda*, que, notando que os governos republicanos “[...] têm demonstrado preferir a política da ordem, a política conservadora, à anarquia bolchevista.”, sem contudo consentirem a organização e expressão da “[...] enorme força conservadora [...]” e da “[...] imprensa que representa e orienta essa grande massa política [...]”, pergunta “[...] ao Sr. Sá Cardoso [...] porque nos não deixa a nós, conservadores, opor à onda vermelha o nosso esforço constante e metódico [...]” (4/9/19:1).

Como mostra a *Batalha*, o governo lida cada vez mais com grupos organizados onde não os conheceu anteriormente, o que será uma consequência não só do alargamento da crise a um mais

se bolchevismo, neste caso, é sinónimo de revolta, de desprezo pelas classes dominantes, sem inteligência e sem ação, não haverá no país um único trabalhador que não seja um revoltado.” (*Combate*, 22/7/19:1).

⁶⁶⁸ No *Vitória*, lê-se que “[se] Enganam lamentavelmente os que de boa fé, cheios de ansiedade ou cheios de terror, ainda agora supõem fácil desabrochar e desenvolver-se entre nós a planta exótica do bolchevismo.”, assumindo que “O bolchevismo é aqui um artifício fora da lógica dos factos e fora do bom senso.” (22/7/19:2); o *Manhã*, criticando a leviandade com que o *Norte* vem tratando da questão, escrever que “[...] o bolchevismo é uma santa *laracha* que fez carreira e deu o resultado que os apóstolos pretendiam ao levar o terror aos arraiais tranquilos.”, e que se os burgueses “[...] que durante séculos especularam com o povo e com os operários [...] não [tivessem] culpas no cartório [...] não estariam possuídos dessa visão de suposto perigo invasor que contamina os governos e enche de esgares, tremores, babuje ao canto das bocas, os acomodados ricaços, os rendeiros, os senhores patrões que são todos os burgueses [...]” (26/7/19:1); e é até a *Lucta*, que sem duvidar que “Que do incêndio russo algumas faúlhas vieram até este recanto do ocidente, como a toda a parte têm ido [...]”, afirmará que “[...] o bolchevismo, entre nós, a não ser que ele primeiro ganhasse toda a Europa, nunca poderia passar de simples ocorrência política [...]” e que, “[...] mesmo assim [...] em Portugal nunca poderia dar senão uma grande desordem [...]” (6/8/19:1).

⁶⁶⁹ A *Vanguarda* protesta “[...] contra esta atmosfera de terror que lavra no país, adrede inventada para justificar as violências, as perseguições e as prisões em massa de gente honesta e cidadãos indefesos de quem se querem desfazer para sempre.” (4/9/19:1); já o *Norte*, na sequência da detenção de “[...] vários sargentos, acusados de fazerem parte duma associação com carácter bolchevista.”, pergunta se não teriam sido presos apenas por se reunirem “[...] para tomarem resoluções acerca do desejo de terem um representante seu na Câmara dos Deputados [...]” (16/9/19:1); no dia seguinte, anunciando a libertação destes militares, até o democrático *Montanha* ironiza que se mostrou “[...] aos olhos de toda a gente, que nenhuma conspiração existiu nem existe.” e que o caso passou a ser “[...] um ato horrível de bolchevismo...policial.” (17/9/19:1), ou aquilo a que a *Monarchia* designará por “bolchevismo verde.”(7/10/19:1), em referência ao uniforme da

vasto número de pessoas, como do bloqueio no acesso ao poder de outras forças políticas, da percepção (cada vez mais comum e generalizada) das falhas do sistema político, de desobrigação governamental de arbitrar as relações entre o operariado e o patronato, e até da própria experiência sidonista, que possivelmente veio reconfigurar, tanto à direita como à esquerda, um novo sentido de agrupamento e classe – factos que se traduzem na criação da Federação Maximalista, na substituição da UON pela CGT (no II Congresso Nacional Operário, em setembro), na fusão unionista e evolucionista no Partido Liberal Republicano (outubro), na formação da Confederação Patronal (no I Congresso Patronal, em novembro), e na reestruturação do Centro Católico (durante o II Congresso, em novembro); mas também, já em março de 1920, na cisão dos reconstituintes de Álvaro de Castro com os democráticos, bem como em inúmeras outras mudanças partidárias.

Depois e apesar do governo ainda ser dominado pela ala moderada e conciliadora do democráticos, é cada vez mais certa a movimentação deste partido para a direita, não só sancionada com a eleição de António José de Almeida para presidência da República, como reconhecida no progressivo afastamento dos socialistas e até nos meios usados contra o operariado. Não é só o *Combate*, que declara estar formada “[...] uma plutocracia fortemente influenciada por todas as correntes reacionárias e conservadores e exercida pelo militarismo.”⁶⁷⁰ (30/10/19:1); é também a *Lucta*, que temendo perder para os democráticos a corrida pelo apoio de uma larga mole de conservadores e indiferentes⁶⁷¹, não só procurará mitigar o receio de um retorno monárquico⁶⁷², como avisará os católicos de que “O democratismo [...] esforçar-se-á por conservar intangível o que ainda resta da Lei da Separação.” e que “[...] se não deixem explorar pelos políticos, que não baralhem as suas [...] crenças em matéria religiosa, convicções em matéria política.” (6/11/19:1).

Uma tal viragem, contudo, está ainda longe de satisfazer as associações patronais, que não só atacam a legislação social, como, dando prova do seu crescimento e radicalização, aconselham a resistência às reivindicações operárias e hostilizam o executivo governamental e as suas medidas, acabando por compeli-lo à demissão⁶⁷³, já em janeiro de 1920. Com um novo agravamento da crise de

polícia, que recentemente lhe inutilizara alguns exemplares.

⁶⁷⁰ Em interessante nota, o *Combate* conta ainda que “O antigo diretor de *O Dia*, o Sr. Moreira de Almeida, foi o primeiro jornalista português que falou no bolchevismo para cevar o seu ódio contra as instituições republicanas.” (30/10/19:1).

⁶⁷¹ Já em junho, comentando, na *Lucta*, o que “[...] deve ser o espírito republicano conservador.”, Brito Camacho escreve que “A alta burguesia, com ou sem títulos nobiliárquicos, os grandes proprietários agrícolas, os grandes industriais, os grandes comerciantes, os banqueiros, não têm, em geral, o espírito conservador republicano.”, e que não existe “[...] uma opinião conservadora bastante importante pela extensão e pela solidez para servir de apoio a um partido republicano conservador.” (16/6/19:1).

⁶⁷² Ante a possibilidade de um corte D. Manuel II e os integralistas, que, ler-se-á, “[...] muito contribuirá para a estabilização da República e normalização da vida política em Portugal.”, a *Lucta* assinala que “[...] Os integralistas repudiam o Sr. D. Manuel, porque repudiam o regime que representa [...] e D. Manuel repudia os integralistas, fazendo-o em termos que tornam impossível uma reconciliação honrosa. [...]” (6/11/19:1).

⁶⁷³ Pelo final de dezembro, alcançando uma alteração ao Decreto nº6263 – pelo qual se agravam as sobretaxas da importação, se estabelece a liberdade de exportação e a restrição às remessas de fundos e títulos em ouro para

subsistências e a meio de uma greve geral que terá o Porto em estado de sítio, é Domingos Pereira quem torna à presidência do governo⁶⁷⁴ com um executivo de democráticos, socialistas⁶⁷⁵ e liberais, que a ninguém satisfaz. No que prefigura ser um reconhecimento de que os democráticos não possuem já a unidade necessária à estabilidade parlamentar e governamental, José Relvas, defenderá que a solução é a “[...] dissolução de todos os partidos da República [...]”, para que se reagrupem “[...] por ideias em vez de o fazerem pelo prestígio pessoal de um ou outro caudilho republicano.” (*Opinião*, 18/2/20:1). Porém, a *Batalha*, sem esconder como o livre ascenso da resistência patronal frustra a ação operária, desdobrada em greves com uma duração cada vez maior, escreve que “[...] os republicanos apunhalaram a República e [que] o grande combate aproxima-se.” (2/2/20:1); e o *Vanguarda*, despeitado com a apatia das elites, lança, a medo, a ideia de um golpe de estado conservador, por ora só suspenso pelo receio de descambar, “[...] num irreparável movimento bolchevista.” (23/2/20:2).

Real ou inventada, a ideia de uma ameaça comunista sobre o país vem, desde outubro de 1919 e seguramente ao arripio das notícias de vitoriosas contraofensivas do Exército Vermelho e do início da ocupação de fábricas em Itália, passando não só à discussão da imprensa nacional, como estrangeira. Até então, explica a *Situação*, o bolchevismo “[...] não se manifestou por nenhum ato exterior.”, seja porque “[...] não se fazia em Portugal propaganda de ideias tão avançadas”, seja porque “[...] no tempo do Sr. Dr. Sidónio Pais [...] foram tomadas precauções [...]” (12/10/19:1). Mas agora que passa “[...] às claras, pela imprensa [...]” e pela fronteira, o diário madrileno *El Sol* adverte “[...] o seu numeroso público internacional de que este país é um temível foco de bolchevismo [...]”, achacado “[...] com o desenvolvimento que a imprensa revolucionária está tomando [...]” (*Situação*, 12/10/19:1). Nessa altura e antes tais rumores, Maurice Prax, repórter do *Petit Parisien*, vem a Lisboa para encontrar “[...] risos, prazeres, flores, sob um céu angélico.”, e para que Sá Cardoso lhe explique que “[...] temos alguns bolchevistas, algumas dezenas talvez. [e que] Vieram da Rússia alguns agitadores, dispendo de quantias consideráveis, que procuram promover aqui a desordem.”, mas que “O horizonte político está [...] desanuviado, e o Partido Democrático, atualmente no poder, procura demonstrar o mais largo espírito de tolerância e de pacificação.” (*Montanha*, 24/10/19:1). Dias depois, também a legação diplomática portuguesa em Madrid explica aos meios noticiosos espanhóis que “[...] não existindo, *em absoluto*, o perigo do bolchevismo em Portugal. Ninguém pode, consciente e lealmente, querer insinuar que de Portugal possa irradiar para alguma parte o perigo maximalista.” (*Batalha*, 28/10/19:1). Mas se, em novembro, a *Batalha* ainda pode obrigar a *Capital* a retratar-se da publicação do boato de que estaria em preparação “[...] um movimento revolucionário da

fora do país, e se cria o Conselho Fiscalizador do Comércio Geral e Câmbios – forçam três demissões ministeriais. Remodelado, o governo de Sá Cardoso ainda merecerá, pelo início de janeiro, uma moção de confiança parlamentar, mas acabará por demitir-se, dias depois, ante um agravamento das críticas.

⁶⁷⁴ A formação do novo governo é atribulada. Forçado, pela Formiga Branca, a renunciar, o nacionalista-popular Fernandes Costa nem se apresenta ao parlamento e Granjo, que tutelaria a pasta do Interior, defende, em armas, as sedes da *Lucta* e do *Republica*. Sá Cardoso é reconduzido ao cargo, mas apenas por cinco dias.

⁶⁷⁵ É um socialista, Ramada Curto, quem, uma vez mais com Domingos Pereira, assume a pasta do Trabalho.

responsabilidade do proletariado que segue as doutrinas do sindicalismo.” (6/11/19:1); já em dezembro, e enquanto António Peixe vai dando brado da “[...] aproximação dos povos ibéricos [...] na realização perdurável dos princípios bolchevistas!” (*Batalha*, 7/12/19:2), o *Vitória* tornará à questão, contando que até no *Christian Science Monitor*, de Boston, se lê que “[...] os alemães estão fomentado a propaganda das ideias bolchevistas em Portugal.” e que “[...] cortejos de civis, soldados e marinheiros, marcham através das ruas de Lisboa, cantando a Internacional e aplaudindo a República dos Sovietes enquanto em vários pontos do país misteriosamente se repetem atos de destruição.” (13/12/19:1). Assim, aproveitando o ambiente, também os mais conservadores irrompem com as maiores imoderações, não admirando encontrar o *Monarchia*, afinal tão acossado como a *Batalha*, a defender “[...] uma rigorosa e permanente vigilância [...] à Pina Manique,” (17/12/19:1). Por fim, a entrada em 1920 ficará marcada com a notícia da “[...] descoberta de um arsenal de bombas [...] numa escola primária, e a explosão, no dia de Natal, das escadinhas de S. Crispim” (*Rebate*, 28/12/19:1).

Por estranho que pareça, uma tal sequência noticiosa mostra, uma vez mais, como a invocação do perigo revolucionário é pautada pela relação entre o governo e o operariado. Agora, porém, não é apenas o facto de Sá Cardoso ventilar a notícia da existência de alguns bolchevistas em Portugal, enquanto simultaneamente repele a ideia de uma revolução, que permite questionar a realidade do perigo bolchevista – de facto, esta será, já depois do sidonismo, uma das raras ocasiões em que, à laia de declarações de um governante ou do que lhe chega pela imprensa estrangeira, a imprensa veicula que pode qualquer atividade bolchevique em Portugal subvencionar-se no estrangeiro⁶⁷⁶. Agora, é também a ideia de que Portugal pode passar de país convulsionado pelo bolchevismo a foco da sua irradiação internacional que mostra o descontrolo de uma situação, que a maioria dos jornais, mas também dos governos, desejaria deixar pelo âmbito da política interna. A isto, prova-o a posição de inúmeros jornais⁶⁷⁷, mas prova-o ainda melhor a atitude de António Maria Baptista, que sucedendo a dois meses de governo de Domingos Pereira, se atira tanto à imprensa conservadora, detendo Nemo e Cunha e Costa, supostos autores do boatos do *El Sol*⁶⁷⁸; como à avançada, que, ao longo de março,

⁶⁷⁶ Ideia que o *Combate* desmente, quando informa que “[...] os prosélitos do bolchevismo, os poucos existentes entre nós, lutam com imensas dificuldades [...] e o seu órgão, a *Bandeira Vermelha* vive da subscrição permanente aberta entre os camaradas afetos à ideia.” e que também “[...] os outros jornais revolucionários que defendem os princípios socialistas vivem numa situação financeira assaz angustiosa e sustentam-se à custa de enormes sacrifícios.” (15/12/19:1)

⁶⁷⁷ Veja-se, já em 1921, os casos da *Ordem* e do *Jornal do Comércio*, folhas amiúde conservadoras, em que se lê, respetivamente, que “É certo que no estrangeiro se tem propalado a nosso respeito boatos alarmantes, mas não é menos certo que tais boatos carecem em absoluto fundamento, porque nenhum perigo, nem próximo nem remoto, nos ameaça” (7/3/21:1); e “Isto não quer dizer que tema o perigo bolchevista. Não. O que temo é [...] que caíamos numa situação em que se pense que somos covil de bandidos ou de feras. O perigo bolchevista, entre nós, não dá em nada.” (15/3/21:1).

⁶⁷⁸ Os dois jornalistas serão acusados de “[...] entendimentos com os estrangeiros, alta traição à Pátria portuguesa e de fomentar de uma revolução bolchevista para justificar a intervenção das baionetas estrangeiras.” (*Tempo*, 15/3/20:1). Alguma imprensa espanhola, no entanto, continuará a desempenhar um papel nocivo na representação de Portugal, tanto em Espanha, como no estrangeiro. Já em setembro, o *Vitória* anunciará que

reportará a apreensão de números, a detenção de redatores e vendedores e até as violências perpetradas contra os seus leitores, chegando a *Batalha* a suspender pelo fim do mês, tendo já sido encerrada a sede da CGT, que entretanto apelara à greve geral. É que com uma flotilha inglesa em exercícios de tiro real diante do Terreiro do Paço, o *Montanha* não será o único a reconhecer que “A conceção segundo a qual a diplomacia da República pode modificar de qualquer modo as tendências da opinião publica no estrangeiro a nosso respeito [...] é completamente errônea. [porque] Não são as notícias falsas, mas as verdadeiras, que comprometem Portugal no estrangeiro.” (20/3/20:1).

Escolhido para apaziguar o patronato e solucionar as greves, o novo executivo, mesmo conhecendo o problema da fuga de capitais, procurará compensar uma política fortemente intervencionista com uma deferência e até proteção dos mesmos grupos económicos que haviam forçado a queda de Domingos Pereira. Neste ensejo, vira-se, como sempre, para a repressão do operariado, propondo, no parlamento, a deportação imediata de bombistas, recriando o Tribunal de Defesa Social, e não hesitando em recorrer quer a carbonários, quer à Patronal. Por abril e maio, com costumeira regularidade, sucedem-se notícias de greves, assaltos, tiroteios e bombas; porém, assinalando a depredação dos jornais operários, e com monárquicos e católicos embrulhados na discussão “do regime”, são mesmo as querelas partidárias que ocupam a imprensa.

De facto, consta ser um artigo de Cunha Leal e não a revolução comunista, que, já em junho e a meio de um conselho de ministros, mata o apoplético Baptista, mas a formação do gabinete de António Maria da Silva, representando uma aliança de democráticos com populares e socialistas, trará de volta a ameaça... ou o que quer que isso designe. Para o *Vanguarda*, onde se antecipa já “[...] um golpe de Estado tentado pelas esquerdas radicais [...]” (1/7/20:1), “[...] o bolchevismo português, [...] tem o nome pomposo de república democrática [...] exercido por uma certa parte sociedade, em vez de ser exercido pelo proletariado.” (12/7/20:1). No *Manhã*, que decide mostrar-se receoso pela sorte dos católicos, lê-se só existir o partido “[...] extremista, em que se ligam *todas as forças que coadjuvam* o gabinete atual; [e] o moderado, em que têm conjugado os seus esforços todas as outras forças que se lhe mostram adversas.” (9/7/20:1). Destarte, este governo durará menos de um mês, em que, acossado por quase todos os quadrantes políticos e económicos, conhecerá não só um ataque a um juiz e ao edifício do Tribunal de Defesa Social, como graves tumultos e assaltos a estabelecimentos comerciais – as chamadas *Revoltas da Fome* – que, escapando ao controlo da CGT, assinalam já o surgimento de grupos organizados de *ação direta*, como a Legião Vermelha.

Por estes dias de verão, e já com Granjo no poder, o apodo de bolchevista conhecerá alguma banalização, seja com o objetivo de desacreditar ou apenas de aludir à desordem crescente. Bem certo é, contudo, que o que não se permite ao *Tempo*, à *Situação* e à *Batalha*, desde logo sujeitos a um novo

“Um telegrama de Viana do Castelo dá curso ao boato de se terem fechado para os portugueses as fronteiras de Espanha.”, assumindo que “[...] a miserável campanha de alguns jornais reacionários do país vizinho tenha finalmente produzido os seus frutos, e que as autoridades espanholas recorressem a esse extremo e ilusório meio de defesa [...]” (6/9/20:1); outros casos, porém, se repetirão.

regime de censura, que prevê a sua apreensão quando a linguagem utilizada for “[...] despejada ou se refira desprimorosamente às autoridades ou à força pública [...]” (*Batalha*, 22/7/20:1, se permita a outros jornais⁶⁷⁹). Logo pelo início de agosto, na sequência de um assalto à sede do Círculo Católico Operário do Porto, o *Vitória* decide denunciar um “[...] projeto bolchevista de ataques às forças republicanas do Porto [...]”, que lhe foi revelado em carta por um anónimo “[...] desiludido das ideias avançadas.” (1/8/20:1,2). Com a própria *Lueta* a suster que “[...] essa coisa do bolchevismo vai sendo uma capa magnífica para certos patifes de topete.” (2/8/20:1), a questão poderia morrer por ali, mas bastam alguns dias para que o *Século* anuncie que “O Alentejo está bolchevizado.” (13/8/20:1), e alguns mais para que se fale de uma conspiração, que, segundo a *Manhã*, envolve vários sargentos, cujo “[...] descontentamento foi aproveitado por elementos desafetos ao atual governo e ainda pelos bolchevistas, cuja propaganda se tem intensificado nos últimos dias [...]e] estendido a vários pontos da província [...]” (22/8/20:1); e que, segundo *Mundo*, envolve nada mais do que “Monárquicos, sidonistas e bolchevistas” (22/8/20:1). Tamanha é a falta de crédito e de destaque destas notícias, que a *Capital* tentará reeditar como nova, já em outubro, a do plano revolucionário do Porto, mas a verdade é que, a despeito da sua gravidade e das suas consequências para o movimento operário, não conhecem qualquer desmentido. No entanto, e ainda antes do fim do mês, não deixará a imprensa burguesa de se achacar, quando, na sequência de um violento assalto às instalações da *Batalha* pela *formiga branca*, o operariado decide encetar uma greve geral de protesto, que afetará alguns jornais.

Numa altura em que a violência traz a GNR de prevenção pelas principais cidade do país, a imprensa burguesa não terá qualquer dúvida em imputar o “fatal declive da violência” (*Manhã*, 2/9/20:1) ao operariado, mas convirá notar que é da mais conservadora que continuam a sair os apelos a uma arregimentação e radicalização das direitas ou apenas um ataque ao regime. Com a sede da CGT em vias de ser ocupada pela GNR, é o *Vitória* que, ainda antes que “[...] a chamada sociedade burguesa se [entregue] submissamente, renunciando para sempre aos seus interesses, às suas aspirações e às suas ideias, mas não sanguinolentas do bolchevismo tirânico!”, promete “[...] trocar... algumas palavras.” (8/9/20:1) com a *Batalha*, – há de ser falso, pois, o medo que, dias mais tarde, confessa sentir (12/9/20:1). Depois, com o avanço bolchevique até Varsóvia e os sucessos operários em Itália como pano de fundo, é o *Monarchia* que escreve que a república é incapaz de se defender, “[...] porque ideias republicanas e ideias bolchevistas são uma e a mesma coisa; [...] porque não tem força para ir atacar os operários [...que são] ainda o seu único sustentáculo [...]”, e que não tendo

⁶⁷⁹ E se acabe permitindo também ao presidente da Associação de Proprietários, que, em face das propostas de contribuição predial e da emissão de um empréstimo para o novo governo, declarará estar-se “[...] incontestavelmente em regime coletivista, semelhante ao da Rússia bolchevista.” (*Monarchia*, 17/8/20:1). Note-se que a 19 de agosto o Parlamento vai de férias e as propostas não chegam a ser votadas. No entanto e segundo a insuspeita *Opinião*, são vários os elementos do comércio e da indústria do Porto, que aquando da visita do presidente da República e de alguns membros do governo àquela cidade por ocasião da celebração do centenário da Revolução Liberal, manifestam “[...] a mais completa harmonia de vistas a respeito das soluções a pôr em prática e da necessidade de se dar a maior liberdade à atividade do comércio.” (26/8/20:1).

unidade, não pode “[...] resistir a qualquer movimento revolucionário seriamente organizado.” (15/9/20:1). Entretanto, a *Vanguarda* aventa que “[...] a equação política tem apenas quatro soluções: república conservadora; monarquia tradicionalista; bolchevismo; intervenção estrangeira.” e reclama “[...] um libertador que tenha, das qualidades de Sidónio Pais, a energia, ao menos.” (16/9/20:1); mas também outras folhas vão alertando para os perigos do “personalismo” e da “pulverização dos grupos parlamentares”, apontando o bolchevismo ou a monarquia como consequências.

Assaltado pelas críticas da oposição e pelos protestos contra a tentativa de reeditar o “vagão fantasma” e outras violências contra o operariado e a imprensa, em que afinam folhas com orientações tão díspares, como a *Batalha*, o *Tempo*, a *Pátria* e a *Bandeira Vermelha*, António Granjo apresenta a sua demissão pelo meio de novembro. Aliado aos populares, “[...] minúsculo e audacioso agrupamento que [...]”, segundo o *Tempo*, “[...] está exercendo entre nós uma perigosíssima ação dissolvente, podendo atirar com o país para a tragédia do bolchevismo.” (20/11/20:1), Álvaro de Castro mal experimenta a chefia do governo, sendo prontamente seguido por Liberato Pinto. Não sendo a espada que a direita reclama, Liberato Pinto também não aceita, como António José de Almeida desejaria, sofrer o descontentamento da GNR, apresentando a demissão em fevereiro e lançando o país numa nova crise ministerial. Adiada a dissolução parlamentar que a imprensa tanto vem reclamando, Bernardino Machado governará entre março e maio, quando, na sequência de uma sublevação, dominada, de setores da GNR, afetos a Liberato Pinto, pede a demissão, trazendo ao poder Barros Queirós e a ala ex-unionista dos liberais.

Em mais de meio ano de instabilidade política, a contestação social continuará, muito naturalmente, a pontuar uma atualidade noticiosa, mas a ameaça vermelha, que tantas aparições fizera até ao governo de Granjo, acabará esquecida ou banalizada, por entre as notícias da vitória bolchevista na guerra civil, uma greve tipográfica que retira às bancas um bom número de folhas burguesas, e até um certo retrocesso do movimento operário, batido pelas perseguições e violências de sucessivos governos, forçado s greves tanto mais longas quanto mais infrutíferas, ideologicamente dividido e agastado pela violência e descontrolo da *ação direta* – “bolchevista”, por esses dias, só o polémico Cunha Leal⁶⁸⁰. É só pelo fim da primavera, enquadrando quer uma nova ofensiva patronal contra a greve tipográfica e a lei das oito horas, quer o prenúncio da dissolução parlamentar (1 de junho), que a retórica da ameaça comunista ressurgue, ora delineando os contornos da crescente divisão entre

⁶⁸⁰ A chegada de Cunha Leal à pasta das Finanças, no governo de Liberato Pinto, motivará uma crise cambial e uma corrida aos bancos – ainda em julho, Cunha Leal afirmara que “[...] se as forças vivas não quiserem pagar, a Guarda Republicana lhes abriria os cofres.” (*i.e. Tempo*, 20/11/20:1) –, no entanto, não desestabilizará a coligação nem alienará, como se esperava, o apoio de alguns conservadores, confiados numa militarização do regime. Em dezembro, o *Norte* escreve que solicitado, pela Associação Comercial e Industrial, a auxiliar “[...] o comércio e a indústria saírem de tão difícil situação. O bolchevista Sr. Cunha Leal prometeu aos representantes das classes conservadoras auxílios e facilidades [...]” e que “[...] armado em Lenine de via reduzida, de braço dado com o seu sócio e mordomo, o banqueiro Sr. Sottomayor, preparou ontem um golpe tendente a derrubar algumas casas bancárias.” (11/12/20:1)

conservadores e liberais, presidencialistas e constitucionalistas, e, agora também, entre o operariado, ora renovando o apelo “às espadas”. Todavia, em agosto, quando o *Primeiro de Janeiro* se lembra de “[...] assinalar a ameaça duma infiltração perigosa na vida da nacionalidade portuguesa e em desejar ardentemente que o assunto não seja descurado [...]” (14/8/21:1), a questão não terá ainda maior desenvolvimento, porque o que então vai chegando da Rússia, são imagens de fome e de doença.

O 19 de Outubro virá alterar a situação. Mobilizando elementos do Exército, Armada e GNR, ainda apoiados por operários arsenalistas e por uma facção do Partido Popular, a revolta radical – conhecida pela morte de António Granjo, Carlos da Maia e Machado dos Santos, no episódio da “Camioneta Fantasma” – vem cobrar a demissão de Liberato Pinto e a sua condenação a um ano de detenção por atos de indisciplina. Lavando as mãos dos assassinatos políticos e da decadência republicana, ou velando outros interesses, a imprensa dos partidos do regime tenderá a empurrar a culpa para forças ocultas; mas a mais conservadora, percebendo a oportunidade de um ataque ao regime, não terá pejo de levá-la até ao perigo bolchevique. Assim, de súbito, e mesmo com a CGT e o PCP a destacarem-se dos acontecimentos, a ameaça vermelha estará por todo o lado⁶⁸¹, utilizada para justificar a repressão do operariado, para apelar à unidade em torno de qualquer governo ou à constituição de novos agrupamentos políticos⁶⁸², ou, como então se torna frequente, para reivindicar o estabelecimento da ordem social ou até uma mudança de regime – “Anda no ar a ditadura militar.”, dirá então a *Batalha*, e “O bode expiatório agora é o bolchevista [...] porque se trata duma palavra que serve para designar tudo que desagrada [...]” (21/11/21:1). A situação, como sempre, guindará a não poucos exageros, chegando a ler-se, já em 1922 e com o novo executivo de António Maria da Silva a manter o exército de prevenção⁶⁸³ por receio doutro golpe outubrista, que “Os elementos avançados [...] com *A Batalha* à frente e [...] por intermédio da CGT, preparam um movimento revolucionário tão grave que obriga o governo a concentrar nos arrabaldes de Lisboa 30.000 homens em armas. O objetivo é a implantação de um regime soviético, à imagem da Rússia. [...]” (*Tempo*, 8/3/22:1).

Embora deva pouco à ameaça vermelha, um tal alarmismo terá a sua justificação. Os meses que seguem a *Noite Sangrenta* são de grande instabilidade política e social: sempre identificado com

⁶⁸¹ Por essa altura, lê-se: “A opinião pública [...] mantém a desconfiança legítima de que o governo é bolchevista, pois obedece a pressões ocultas que têm já a forma definida de *soviets*.” (*Situação*, 9/11/21:1); “Portugal está sofrendo hoje uma tremenda crise de indisciplina e se desordem sangrenta [...porque] No desejo de *emancipar* o povo pregaram-lhe as doutrinas mais dissolventes e mais nefastas [...]” (*Monarquia*, 11/11/21:1); “O que hoje se chama vulgarmente o ‘bolchevismo’ e ontem se designava por ‘anarquismo’ [...] foi semeado em Portugal pela propaganda republicana [...]” (*Correio da Manhã*, 14/11/21:1); a “[...] semente comunista [...] veio albergar-se na adorada terra portuguesa. (*Tempo*, 21/11/21:1); “[...] por esse país além, onde não frutificam ainda, é certo, as ideias comunistas perfeitamente definidas, [...] já profundamente lavram ideias desordenadas de ataque e assalto à propriedade privada [...]” (*Rebate*, 10/12/21:1).

⁶⁸² Como a questão ocupa a imprensa, ler-se-á, por exemplo, no *Tempo*: “Os elementos avançados proclamam a necessidade de uma frente única. [...] Conservadores! Formemos também a nossa frente única!” (12/11/21:1).

⁶⁸³ A medida fora tomada ainda durante a governação de Cunha Leal e é mantida pelo governo seguinte, que, a 18 de fevereiro conhece uma tentativa de golpe outubrista abortada.

os crimes e temendo uma intervenção estrangeira, o primeiro governo outubrista, de Manuel Maria Coelho, demite-se a 3 de novembro, abrindo caminho à dissolução parlamentar e à convocação de eleições para dezembro. Adiadas estas, o governo de Maia Pinto ainda durará um mês, mas, já pelo meio de dezembro, é Cunha Leal quem assume o poder e quem, apelando à participação política das *forças vivas*, acaba forçando a uma recomposição do desavindo bloco democrático, que logrará levar António Maria da Silva, já em fevereiro, ao governo. Entretanto, em período dito revolucionário, a imprensa volta a falar da intervenção estrangeira⁶⁸⁴, desta feita alertando já para a alienação do património colonial⁶⁸⁵, e do êxodo da população para a província; o industrial Alfredo da Silva, em fuga apressada para Espanha, é gravemente ferido a tiro; o consulado dos EUA em Lisboa é alvo de bomba, aí colocada em protesto contra a condenação à morte de Sacco e Vanzetti; o descarrilamento criminoso do comboio correio do sul provoca vários mortos e feridos, lançando suspeitas sob os ferroviários em greve, que, por seu turno, denunciam manobras da burguesia⁶⁸⁶; no *Correio da Manhã*, e com grande eco nas “[...] folhas dezembristas e monárquicas [...]”, noticia-se a existência de uma “[...] *lista vermelha*, contendo nomes de cidadãos que deviam ser *eliminados* [...]” (20/11/21:1).

Finalmente, em dezembro, uma explosão na sede das Juventudes Sindicalistas revela a existência de um importante arsenal no edifício da Calçada do Combro, onde também funcionam a CGT e a *Batalha*. Para além de algumas detenções, o facto gera uma onda de indignação e contestação na imprensa burguesa, que, apesar de tudo, distingue a CGT e o operariado da “[...] exploração infamíssima que com o seu honrado nome se está fazendo.” (*Tempo*, 29/12/21:1) – mas a *Batalha*, ainda assim, reconhece tratar-se de “[...] um abuso [...que...] a toda a organização operária feriu em pleno peito” (30/12/21:1). Na realidade, este é apenas mais um episódio do embate cada vez mais violento entre o operariado e o patronato, e ademais sancionado pela luta que se trava também ao nível da imprensa, com alguns jornais a assumirem posições cada vez mais radicais ou até a rejeitarem uma

⁶⁸⁴ Já em novembro, comentando o governo de Maia Pinto, a *Situação* escrevia que “[...] os conservadores – precisavam de juntar-se para opor uma barreira a esta *degrengolade* que aumenta ao estrangeiro o desejo de intervir. [...] Crescendo a onda bolchevista os barcos desembarcarão tropa e fazem polícia como se estivessem em casa sua.” (16/11/21:3). Em dezembro, entretanto, lê-se, no DN, que “O governo tem informação [...] de que um emissário ido de Lisboa havia promovido a publicação do recente artigo do *Times* hostil ao nosso país, e feito diligências para que ele tivesse eco [...] de modo a dar a impressão de que as Potências tinham fundamento e estavam dispostas a intervir [...]” (4/12/21:3).

⁶⁸⁵ Então, lê-se, por exemplo, na *Lucta*: “Quando os estrangeiros são nossos credores, e a situação que ocupamos no mundo nos não defende eficazmente, como é o caso da Rússia, eles procuram assegurar o seu embolso pela penhora dos bens de quem deve. Nós temos bens riquíssimos, principalmente em África.” (23/12/21).

⁶⁸⁶ O *Correio da Manhã*, escreve que “O bolchevismo tem muitos adeptos entre o pessoal ferroviário português. Mas a avaliar pela complacência de que os ferroviários usam para com os seus colegas que roubam mercadorias, deve concluir-se que o bolchevismo dos nossos ferroviários não é tão feroz como o do tal ‘soviete’.” (26/11/21:1); enquanto na *Batalha* se lê que “Os bolchevistas são pintados como figuras sinistras. São promotores de revoluções políticas, autores de atentados políticos. Também se encarregam de descarrilar comboios. A seu lado estão forças militares importantes. Como se vê, a imprensa capitalista é em toda a parte a mesma...” (8/12/21:1).

intervenção do governo, mas a exigirem-lhe também a repressão e cerco legal da atividade operária e sindical⁶⁸⁷, que, até ao 28 de Maio e cada vez mais dividida por lutas ideológicas, acabará por ir perdendo organização e capacidade reivindicativa.

Na violência e na repressão do movimento operário, como em inúmeros outros aspetos, o lapso em análise, e que em boa medida sairia bem representado apenas pelo ano de 1921, conhece uma acumulação, em potência, da quase totalidade dos elementos que, pelos próximos anos, acabarão por determinar o fim da I República, podendo dizer-se, e a despeito da periodização intrínseca aos fenómenos aqui em estudo e às próprias marcações temporais escolhidas neste tese, que marca uma divisão maior entre dois momentos distintos desse processo. Sob a recorrência da crise económica e financeira, o período combina a polarização e pulverização de quantas forças políticas e partidárias existem, com um progressivo descrédito no sistema constitucional e parlamentar (mas também no regime), que uma radicalização ideológica e discursiva, nomeadamente no apelo à ditadura e a um ditador, acaba, cada vez mais, por emparelhar. Ao sabor dos conflitos, a ideia da ameaça comunista não só continua a ser invocada sob as mais distintas formas e funções, como até parece avultar-se em face da gravidade dos factos a que é associada – facto que, longe de lhe atribuir pertinência, continua a apontar para alguma irrelevância.

Assim, na imprensa republicana mais conservadora, continua a integrar essa mesma ideia de desordem a que se pretende associar não a República, mas a hegemonia dos democráticos, visando também promover uma união conservadora (alargável às *forças vivas*), senão mesmo, e superando as divisões partidárias, apelar a um sentido burguês de classe. Já naquela mais liberal e, portanto, ainda ligada aos democráticos, parece compreender-se o perigo de disseminar a ideia de uma ameaça bolchevista pelo quotidiano informativo, pelo que até quando se procura justificar a violência contra o operariado, esta é desmentida ou secundarizada face à ideia de um avanço conservador⁶⁸⁸.

Na imprensa realista e católica, e ainda sem a questão do regime de permeio, a invocação da ameaça começa por ser, pelo final do sidonismo, uma distração e uma justificação para um retorno à monarquia. Mais tarde, e enquanto os católicos parecem optar por um distanciamento da mundanal agitação política, servirá aos monárquicos tanto para reiterar as falhas da república, como para colocar

⁶⁸⁷ A queixa da *Batalha*, em março de 1922, de que “Há 15 dias que se encontram operários presos sem culpa formada” e que “António Maria da Silva suprime todos os direitos humanos e espezinha as leis de regime de que se diz serventuário.”(25/3/22:1), antecipa a detenção de duzentos operários que cumpriam uma greve geral de solidariedade para com aqueles companheiros detidos e em greve de fome; já em agosto, o jornal caracterizará a política de republicanos e monárquicos face aos sindicatos, falando de “[...] perseguição a todo o transe, repressão sem tréguas, dissolução da organização dos militantes sindicalistas, etc.” (19/8/22:1).

⁶⁸⁸ De facto, em muito casos, procura-se assustar o operariado com a ideia do perigo conservador. Escreve, por exemplo, o *Republica*: “[...] Fala-se no estabelecimento duma ditadura, na supressão das liberdades de imprensa e de reunião – na eliminação violenta de todas as regalias. [...] É bom não esquecer que num momento em que as forças vivas protestam contra as propostas de finanças, este movimento vem até certo ponto favorecê-las. [...] a classe operária não pode por forma alguma, em nome dos seus próprios interesses, auxiliar qualquer movimento desordeiro.” (5/7/22:1).

sobre o operariado, quando não sobre os republicanos mais liberais, as desconfianças de um regime, que, curiosamente, se procura identificar como bolchevista – aspeto em que acabará cada vez mais secundada pela imprensa dos grandes interesses económicos. Desde o final de 1921, será reconhecida nalgumas tentativas de subtrair à República o que lhe resta do apoio da GNR.

Entre a imprensa avançada, finalmente, a ideia de uma ameaça bolchevista, amiúde transposta para um aumento da repressão do operariado, é simultaneamente repelida e dilatada como parte de certa ambivalência do movimento operário português face à Revolução Russa. Porém, já em 1921 e ante a progressão das divergências ideológicas, começará a tomar, para alguns grupos, o lugar antes cedido ao reconhecimento da influência e do exemplo da Revolução.

2.2.3 A Revolução Russa na nova imprensa operária e na reorganização do movimento social português

Naquela que é ainda uma das maiores referências sobre a introdução das ideias marxistas em Portugal, Alfredo Margarido escreve que a revolução soviética “[...] só começou a encontrar eco entre nós a partir de 1919, primeiro por via de uma série de artigos de *O Século*, depois e essencialmente através da criação da Federação Maximalista Portuguesa, [...] mas também em alguns artigos polémicos de *A Batalha*, onde alguns militantes [...] denunciavam com constância e fervor o perigo do Estado centralizador e totalitário [...]”⁶⁸⁹. Tudo isto, contudo, está muito longe de corresponder a um quadro⁶⁹⁰ em que o processo revolucionário russo leva já dois anos de um largo e regular acompanhamento na imprensa, e em que, mesmo antes da publicação da *Batalha* e da formação da FMP, já alguns títulos avançados, a despeito da ignorância e indefinição ideológica, se prestaram à identificação e discussão de algumas diferenças entre os seus ideais sindicalistas revolucionários ou anarcossindicalistas e o bolchevismo, sem que a experiência russa mereça ainda contestação. É assim, e encabeçando esse surto editorial avançado que acompanha a progressão operário desde o início de 1919, com a reestruturação ou o lançamento de títulos como a *Sementeira*, o *Avante*, o *Bandeira Vermelha* ou o *Combate*, que a *Batalha* assinala, dois dias após iniciar a sua publicação, que a Revolução Russa “[...] tem toda a [sua] simpatia, e os [seus] votos muito ardentes e muito sinceros de que ela resista ao ódio figadal da burguesia de todo o mundo e que progrida e viva, triunfe e alastre, dominando em breve o mundo inteiro.” (25/2/19:1).

Tais votos não bastarão para resgatar a receção do bolchevismo em Portugal à redutora análise a que comumente tem sido votada e a que mais continua a acudir a mesma *Batalha*, pelos meses seguintes, aludindo a questões como a da falta de preparação operária para organizar uma ação revolucionária (*i.e.* 16/4/19:1) ou explicando que “[...] bolchevismo é uma palavra russa que designa a

⁶⁸⁹ Margarido, 1975: 85.

⁶⁹⁰ Em respeito para com Margarido, convirá recordar que, à época, este vivia em França, pelo que uma tal falha na sua habitual circunspecção se justificará pelas dificuldades em aceder às fontes em que se baseia.

fração [...] que deseja uma integral aplicação dos princípios socialistas, a realização da Revolução Social.”; que “[...] em Portugal não há bolchevistas, mas, muito simplesmente, socialistas, sindicalistas, anarquistas [...]”; e que “[...] a revolução que se fizer em Portugal não será [...] bolchevista, mas [...] sindicalista [...] que] O figurino russo, não deve ser imitado [...]” (23/4/19:1) – é que, pelo meio de uma primavera marcada pela intensificação da contestação e violência sociais, e já com o diário sindical a ser acusado pelo *Manhã* de incitar a uma revolução bolchevique⁶⁹¹, tais asserções são reveladoras de uma reflexão que não pode ter tido início em 1919.

De facto, tais asserções permitem, ainda que breves, ir bem mais longe na análise da receção e perceção do processo revolucionário russo entre a imprensa avançada e dos grupos que porventura representa. Juntamente com questão da falta de preparação do operariado, poderão mostrar como então se entende que a revolução social em Portugal “[...] só será uma consequência ou um reflexo do que se passar nos países que nos rodeiam ou que sobre nós exercem influência.” (16/4/19:1) – aquilo a que alguns autores, viu-se já, se referem como “miserabilismo”. Bem mais pertinente, no entanto, é que apontem para algum constrangimento do movimento social português, simultaneamente compelido a agir em função do desenvolvimento da ação sindical, mas também das novas experiências, condições e até forças que o processo russo parece desencadear e, agora e cada vez mais, da sua constituição como eixo, real ou engehado, de uma polarização política que alcança já, justamente ao nível da imprensa, as suas as maiores proporções. Quer isto dizer que, sem que o movimento social possa ou queira dar desenvolvimento a uma ação revolucionária de grande envergadura, a imprensa avançada, ademais conformada com a orientação para que a burguesa a empurra nos seus arrebatamentos e campanhas contra a propaganda bolchevista, não só não parece encontrar ou querer enveredar ainda por outras alternativas, como inclusive parece perceber as vantagens de celebrar e de se colocar na esteira desse ato emancipador para todo o movimento social, e que, aliás, não só lhe permitirá uma momentânea deposição das lutas ideológicas que dividem já o operariado⁶⁹², como a ideia de uma mais ampla plataforma de oposição à burguesia. Nada displicente, uma tal posição virá não só validar a ideia de que o anarquismo ou o sindicalismo revolucionário terão encontrado um meio de propagação na sua

⁶⁹¹ Por esta altura, Mayer Garção, forçando a uma tomada de posição da UON, declara que “O operariado aceita a República, fez a República, defende a República. O operariado é republicano.” (i.e. *Manhã*, 19/3/19:1), e, ao contestá-lo, a *Batalha* ver-se-á subitamente atacada por outras folhas republicanas, como a *Vitória* ou o *Mundo*, que a acusarão de estar preparando uma revolução bolchevique.

⁶⁹² É neste contexto que devem ser entendidas todas as declarações da recém-criada *Batalha*, onde, por exemplo, se lê que “[...] a propaganda da preparação revolucionária do proletariado nacional não é um *perigo*, mas uma salvaguarda para todas as classes sociais, porque aplanar a consecução de realizações socialistas.” (18/4/19:1); como é neste contexto, também, que César Nogueira declara, no *Combate*, que “O regime dos bolchevistas, dos soviéticos, que não é outra coisa senão o Socialista, não é, portanto, o governo da desordem, da ditadura dum indivíduo ou dum grupo de indivíduos, mas a consequência da revolução económica, do determinismo histórico e doutros fatores.” (21/4/19:1), ou que “[...] o PSP não quer ser um partido de águas mornas [e...] não receia mesmo ir para a Revolução Social, como não receou ir para Santarém impedir que uma onda trágica de reação nos avassalasse.” (16/6/19:1).

associação a toda a receção do processo revolucionário russo, como mostrar, numa consistente distinção entre a ação e a teoria, entre o processo e o bolchevismo, que a Revolução Russa vale mais como exemplo do que como modelo ou mito⁶⁹³ – facto de extraordinária importância na compreensão de algumas discussões ou da ambiguidade ou contradição de algumas posições⁶⁹⁴.

Margarido, afinal, falha pela generalização a 1919 de um conjunto de críticas, que só pelo final do ano alcança verdadeira relevância, mas a verdade é que já ocasionalmente se pode discernir alguma diferenciação de posições entre jornais avançados, até porque a imprensa burguesa de todos os espetros, forçada pela resistência militar bolchevique, começa também a incidir em aspetos como o Terror e a situação económica dos soviets. Defendendo, por exemplo, “[...] que os fervorosos democratas deste torrão não podem invocar as pretensas violências dos revolucionários russos, para justificarem a guerra que lhes movem [...]” ou que “A democracia é incompetente para resolver o problema social.” (28/8/19:1) a *Batalha* não só comprará um novo conflito com Mayer Garção e a *Manhã*, como com o socialista *Combate*, que a chega a dar próxima dos integralistas do *Monarchia* (i.e. 28/8/19:1)⁶⁹⁵. Mas mesmo este episódio não é senão uma reflexão do afastamento entre os organismos sindicais e o PSP desde o Congresso de Tomar, bem como uma antecipação ao de Coimbra, marcado para setembro⁶⁹⁶.

Ainda assim, não falhará Margarido ao particularizar o ano de 1919 na introdução das ideias marxistas/bolchevistas em Portugal, uma vez que, para além de tudo isto, que se prende ainda e

⁶⁹³ Até porque a mitificação, entenderão alguns, é vertida pela imprensa burguesa. No *Combate*, por exemplo, lê-se que “O bolchevismo [...] Para nós, não passa dum mito. [...] Na sua gestação entraram [...] dois elementos: a fantasia e a calúnia. [...] O ocidente vitorioso não se limitou a interpor um muro entre os dois grupos da humanidade, fez mais: propagou, sem comprovação nem contraste, mil absurdas calúnias, absurdas para ferir a sensibilidade não educada de todas as classes sociais, desde as mais inferiores às mais elevadas.” (31/12/19:1).

⁶⁹⁴ Merece destaque certa arremetida da *Batalha* contra Norberto de Araújo, que, tendo declarado que “O principio *bolchevique* doutrinário, única frente por onde o bolchevismo podia ser defendido com boa fé, esteve esfrangalhado nas mãos dos *soviets*.” (*Manhã*, 19/5/19:1), é acusado de imputar a falência do regime bolchevique aos anarquistas, enquanto é o próprio órgão sindicalista a verter candidamente, na mesma edição, que as perseguições aos anarquistas e os famosos fuzilamentos de Moscovo, se devem apenas “[...] ao seu anarquismo, isto é, à sua ânsia de liberdade e ao seu espírito revolucionário, vazando tudo isso em moldes incompatíveis com a ditadura de Lenine.” (21/5/19:1).

⁶⁹⁵ Responde a *Batalha* que “*O Combate* nunca percebeu o motivo da hostilidade que grande parte dos dirigentes do nosso sindicalismo manifestam frequentemente contra o partido socialista e sua ação política, hostilidade tanto mais estranhável quanto e certo que têm deixado em paz os partidos reacionários onde se encontra a fina flor da burguesa.” (8/9/19:1). Já o *Monarchia*, dirá tratar-se de uma posição “[...] onde a mentalidade burguesa do socialismo indígena se mostra claramente [...]” (6/9/19:1).

⁶⁹⁶ A discussão atingirá o seu auge já pelo final de setembro e outubro, com a *Batalha*, que entretanto vem criticando “[...] o órgão de alguns aburguesados socialistas portugueses, dos que a miúdo vemos em automóveis ministeriais em amável convívio com figuras de alto coturno no atual regime [...]” (27/9/19:1), a contestar “[...] a indomine do Sr. Alfredo Franco, o tal que, como temos dito, vai à Conferência do Trabalho em Washington, nomeado pelo ministro do trabalho, mas intitulado-se falsamente representante do operariado.” (20/10/19:1).

essencialmente com o desenvolvimento da ação operária e com o surgimento e implantação da sua imprensa no quadro das condições específicas do país, importará ter em consideração o efeito da representação e situação da guerra civil russa, bem como dos episódios revolucionário húngaro e alemão, em que uma boa parte da imprensa avançada e do operariado reverá a sua luta contra a burguesia. “O bolchevismo”, explicará a *Batalha* pelo meio do verão e ante o anúncio de novas vitórias brancas e do fim da revolução húngara, “[...] representa na Rússia as aspirações de emancipação social existentes em todo o mundo, com designações várias e doutrinas um tanto divergentes [...]” (24/8/19:1). Destarte, e por ideais que não são exatamente os seus⁶⁹⁷, jornais como o *Avante* e a *Batalha* terão as suas edições apreendidas ou suspensas, enquanto sobre outros, como o próprio *Combate*, continuarão a cair os ataques da imprensa burguesa, num verão em que a manutenção da ordem pública e o fim da propaganda antibolchevista justificam todos os atropelos.

Havendo seguramente mais críticas ao processo revolucionário russo entre o movimento social português, aquando do surgimento da Federação Maximalista Portuguesa, em setembro de 1919, nem a imprensa avançada nem a burguesa lhes deram ainda qualquer relevo – a situação, contudo, pode agora conhecer algumas alterações. Num quadro de grande agitação social e repressão das autoridades, e em que a possibilidade de uma ação revolucionária se alimenta na ideia de uma união avançada, também consubstanciada na CGT, a formação da FMP, agrupando um conjunto de sindicalistas dispostos a “[...] difundir os princípios doutrinários tendentes ao estabelecimento do sindicalismo comunista [...]”⁶⁹⁸, não só pode obstar vir a certa hegemonia anarcossindicalista, como reanimar alguns conflitos latentes dentro dos organismos sindicais. É verdade que a criação da FMP e do *Bandeira Vermelha* parece passar ao lado da imprensa – ideia, aliás, corroborada por David Carvalho, que explica que “[...] terá passado despercebida aos militantes anarcossindicalistas, e nem os terá inquietado, absorvidos que estavam na intensa agitação de massas trabalhadoras nas fábricas e

⁶⁹⁷ No *Combate*, lê-se: “Temos sido nós e o nosso colega, *A Batalha*, os que se têm oposto à propaganda antibolchevista que se vem fazendo, desmentido as patranhas inventadas pela imprensa de balcão e limitando-nos a apresentar e concretizar factos que nos levam, a convencer-mo-nos de que a Rússia não é o caos que a imprensa mercantilista pretende. Se somos bolchevistas por isso; se é só por não consentirmos, sem o nosso protesto, que se, forjem todas as infâmias com o intuito de desvirtuar uma causa que nos é simpática, que dirão os nossos jornalistas [...] dos jornais burgueses, inteiramente insuspeitos, da Espanha, da França, da Inglaterra, da Itália e de tantos outros países onde a imprensa se não abandalhou como por cá? Seja como for, o certo é que o nosso protesto aqui fica junto à declaração de que não somos bolchevistas. [...] Somos, como sempre fomos, sindicalistas revolucionários.” (24/7/19:1). E também o *Avante* escreve: “Somos sindicalistas revolucionários - e não bolchevistas como temos disso apodados pela burguesia - e como tal procuramos fazer a revolução, que para nós quer dizer: suprimir as desigualdades e as iniquidades sociais, pôr fim a um regime de exploração que uma palavra resume: o proletariado. Se é esta a propaganda *bolchevista* que as autoridades procuram reprimir [...] mandai construir mais prisões porque as que tendes não chegarão para comportar todos os *bolchevistas*, que o não são de facto, mas sim anarquistas, socialistas e sindicalistas.” (4/8/19:1).

⁶⁹⁸ Art.º 20 dos Estatutos da FMP cit. in Pereira, 1971: 55-61.

nos campos [...]”⁶⁹⁹ – ainda assim, é logo ao segundo número (tendo o primeiro, aparentemente, gerado certa controvérsia) que o *Bandeira Vermelha* vem tornar público, “Para evitar mal entendidos da parte de muitos camaradas que podem supor que os revolucionários portugueses que se dizem bolchevistas fizeram quaisquer restrições nos seus ideais avançados [...]”, que a FMP e os seus elementos são “[...] anarquistas e sindicalistas revolucionários, adotando contudo a designação de bolchevistas, comunistas maximalistas ou soviéticos, ou qualquer outras com que o Estado embarre, desde que combatam intransigentemente as instituições burguesas e apressem a evolução do regime capitalista para o sociedade anarquista, que é o objetivo para que tendem os bolchevistas russos.” (nº2, 12/10/19:2)⁷⁰⁰.

Se a opção for a de sustentar a ignorância ou incoerência ideológica dos meios avançados e da nova organização, estas linhas dar-lhe-ão boa confirmação, subordinando os seus elementos e a sua filiação libertária a uma compreensão do peso histórico ou até a um simples fascínio pela Revolução Russa. Se, porém, a opção for, como a deste trabalho, compreender como é que, ante uma tamanha profusão informativa, os maximalistas optam por destacar-se da atividade sindical ao mesmo tempo que pretendem fazer designar por bolchevistas todos os elementos e correntes que combatam a burguesia e o regime capitalista, perceber-se-á a referida compreensão da Revolução como uma transformação histórica da situação operária, o mesmo recorrente ensejo de defendê-la a despeito de quaisquer divisões ideológicas, e a desejada formação ou manutenção de uma frente única. Mas perceber-se-á também a tentativa, ténue, mas nem assim menos hegemónica, de colocar sob a alçada do bolchevismo (seja lá isso o que for) a atividade e a unidade de distintos grupos. O que aqui se parece propor é justamente aquilo que João Quintela definiu como uma tentativa de “[...] marcar fortemente o carácter transitório da ditadura do proletariado [...]” (1976:26), ou seja, que que, pelos fins, se esqueçam os meios.

Anos depois, ou mesmo hoje, uma tal proposta, ademais veiculada neste contexto, encerra não poucas contradições, mas a verdade é que, à época, o futuro da Revolução Russa está ainda em aberto, não faltando, entre todas as correntes, quem se mobilize a condicioná-lo ou perspectivá-lo em seu favor: não raro é encontrar a *Batalha* a aventar “Que o sistema soviético evoluirá talvez para um socialismo moderado antes de se lançar na via do comunismo integral [...]” (28/9/19:1); mais comum, aliás, é encontrá-la a negligenciar os crimes ou as violências dos bolcheviques contra os anarquistas, afirmando, por exemplo, que “[...] nunca nos pronunciamos, limitando-nos a dar a estampa os informes que reputávamos mais ou menos fiéis, porque difícil é, ainda hoje, para quem queira

⁶⁹⁹ Carvalho, 1977:189.

⁷⁰⁰ Em novembro, o jornal continuará a queixar-se de alguns sindicalistas portugueses, que “[...] talvez por desconhecerem um pouco ou em absoluto a estrutura e funcionamento dos soviéticos, ou por estarem apegados a velhas formulas dogmáticas e confusas, ou ainda por completo desconhecimento do modo de ser do funcionar de regime sindical, quando nós lhe falávamos em soviétismo respondiam-nos, com ares superiores e intransigentes, que não admitiam semelhantes princípios porquanto eram mais algumas coisas do que isso: eram sindicalistas revolucionários.” (*Bandeira Vermelha*, nº6, 9/11/19:3).

proceder com consciência, traçar um quadro da vida russa em todos os seus aspetos, com tintas puras e contornos verdadeiros.” (16/2/20:1). Depois, convirá ter em conta que, contrariamente a outras formações comunistas europeias, nem a FMP nem os seus militantes derivam de uma cisão das alas esquerdas dos partidos socialistas aderentes à II Internacional, mas de organizações anarcossindicalistas, com as quais manterão larga identificação.

Ante isto, é Quintela, uma vez mais, quem defende que “[...] a contribuição teórica e política da Revolução de Outubro é sistematicamente minimizada [...]”⁷⁰¹, mas falhará, afinal, na compreensão de que, pelo final de 1919, ante a ameaça de uma cisão operária e num dos piores momentos da guerra civil, a maior contribuição da Revolução será porventura a sua resistência. Mas Quintela esquecerá também, como inúmeros outros, que sem ter um fim à vista, a Revolução Russa continua, apesar do seu relevo e até exemplaridade, a ser apenas mais um ato da luta de classes, ademais distante destoutro, protagonizado por atores portugueses. Destarte, se para além da sua manifesta “fraqueza orgânica”, “[...] a Federação se apresenta, face ao movimento sindicalista, como uma força complementar.”⁷⁰², não será, talvez, por não aspirar, desde logo, a ser um partido, mas porque o quer ser com a participação do operariado existente⁷⁰³. De facto, não será uma progressiva consciência da necessidade de formar um organismo extrassindical a fazer a FMP a divergir, como também sugere Quintela, dessa busca inicial de consenso, mas a progressiva consciência de que isso não se coaduna com a ideia da formação de partido, que, desde o início e subordinada à defesa incondicional da Revolução Russa, vai permeando a ação dos maximalistas⁷⁰⁴. Ao nível da imprensa, isto passa por uma clara apologia da violência⁷⁰⁵, da reorganização dos organismos operários e da preparação da

⁷⁰¹ Quintela, 1976:18.

⁷⁰² Quintela, 1976:18.

⁷⁰³ Margarido dirá que “Os militantes maximalistas conheciam intimamente a situação da classe operária, eram quase todos operários, e não podiam pensar em criar um partido bolchevista com os bolchevistas que não havia. Por Isso, retendo a forma do partido, onde transparece de maneira mais evidente a lição da União Soviética, mas possivelmente também da Itália, os dirigentes maximalistas utilizam os materiais disponíveis, que são, de resto, os únicos.” (1975:89). Isto, de resto, acontecerá até muito tarde, como o próprio Quintela reconhece, ao suster que a definição de frente única, mesmo em 1921, “[...] continua circunscrita aos anarquistas, sindicalistas e comunistas.” (1976:47).

⁷⁰⁴ Em verdade, não é crível que uma tal consciência surja nos meses que medeiam o surgimento da FMP e a publicação de *A Ditadura do Proletariado*, de Rates, e em que o mesmo sustém: “Sou decididamente pela ditadura do proletariado. [...] Até há pouco eu sustentava a necessidade do operariado tentar a execução de algumas reformas no sistema social, embora não participando das responsabilidades do poder. [...] o exame mais atento dos factos, nas suas causas e efeitos, leva-me a dizer hoje que toda a tentativa de reforma do existente é um desperdício de tempo e de energia, um desvio de diretriz, um erro de consequências desastrosas.” (1920:9)

⁷⁰⁵ Até ao final do ano, ler-se-á no *Bandeira Vermelha*: “Perante o gesto infame dos governos da Europa contra a Rússia dos Sovietes, só há uma resposta: a revolução armada. E enquanto ela não é possível sopremos na alma das multidões a chama incendiária da indignação e do ódio.” (nº4, 26/10/19:1); “O terror negro do capitalismo internacional, cada vez mais feroz e sanguinário, impele-nos a sairmos do torpor e da indiferença, para darmos início a uma obra de organização revolucionária, que nos habilite a caminhar com

revolução, chegando a tomar como sua a ideia de uma ação à escala ibérica⁷⁰⁶, o que tanto corresponderá a defender e subverter, simultaneamente, as orientações do sindicalismo oficial, como a uma aproximação às táticas e princípios do sindicalismo revolucionário, onde mais veementemente se recusa o socialismo de estado.

A verdade, de facto, é que nem a questão da III Internacional é ainda o verdadeiro óbice do movimento social português, apegado ao exemplo francês, educado pela cartilha de Amiens e tomado de querelas entre socialistas e anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários; nem o problema da orientação do movimento social português começa a fluir entre a imprensa avançada, ainda avessa a fazer estalar o verniz. Só o *Combate*, obviamente transcurando a cisão da CGT com o PSP, arrisca abordar a questão da FMP, por si mesmo concluindo que “Que o bolchevismo em Portugal ainda não tem programa.”, “Que só os anarquistas e sindicalistas se julgam bolchevistas.” e que “[...] a organização bolchevista é socialista [...]” – mas reconhece, ainda assim, que “[...] se todos os anarquistas passam a ser bolchevistas acabam os anarquistas.” e que “[...] os socialistas ainda não se puseram todos de acordo sobre o bolchevismo.” (18/12/19:3)⁷⁰⁷.

Pelo final deste ano e início do novo, a publicação de *A Ditadura do Proletariado*, de José Carlos Rates, logra agitar a imprensa de todos os quadrantes. Entre a burguesa, a discussão parece andar sempre pelo sentido de inevitabilidade da revolução social em Portugal, que a obra pretende veicular e que ficciona, aliás, com uma visão clara dos problemas que se lhe poriam, mas também da organização do governo e da vida económica e social; mas passará também pela possibilidade do aparecimento de um teorizador dentro do movimento social português, tido como estéril de ideias⁷⁰⁸; e

desassombro para a nossa emancipação integral [...] e que nos prepare [...] para] darmos o golpe [...]” (nº12, 21/12/19:3).

⁷⁰⁶ Lê-se, por exemplo: “Um escopo a atingir: a Revolução na Ibéria. Depois, a ideia do nosso camarada António Peixe sobre a aproximação dos povos ibéricos vem facilitar enormemente a tarefa. Ninguém dirá, com verdade, que não seja um bloco formidável e das nações ibéricas, irmanadas pelo federalismo político-económico, na realização perdurável dos princípios bolchevistas!” (*Bandeira Vermelha*, nº10 7/12/19).

⁷⁰⁷ Curiosamente e relativamente aos socialistas, o *Vitória* dará conta, num artigo coetâneo, que tendo “[...] a separação entre a organização operária do movimento político socialista [...] sido decidida pelo congresso operário de Tomar [...] Outros factos posteriores contribuiram mais para essa realização [...] como] A maneira como os socialistas políticos se foram apoderando de lugares de deputados e vereadores [...]” (18/12/19:2). E conclui: “Como quer que seja, o movimento socialista no norte evolucionou para a esquerda e são os partidários de ação direta que estão a frente da organização operária, orientando-a e determinando-a.” (*idem*).

⁷⁰⁸ Dias antes, o *Vitória* declarou que “A ditadura do proletariado [...] Por vícios de educação acumulados, por sofrimentos geradores do ódio e do desvairamento, pelo espírito de vindita de muitos, ela será o exercício da violência extrema nos primeiros momentos.”, repelindo “[...] não só a colaboração dos indivíduos das chamadas profissões liberais [...] como até os socialistas doutras escolas.” (18/12/19:1). Mas já antes, o *Bandeira Vermelha* chamara a atenção para um artigo do diário madrileno *El Sol*, em que se escrevia que “O sindicalismo português [...] que não passou pela escola do socialismo, não é como nós entendemos aqui esta doutrina, e pelo contrário um sindicalismo anárquico, desenfreado, sem outro objetivo imediato que não seja a destruição, nem outra arma que não seja a violência.” (*apud Bandeira Vermelha*, 19/10/19:1). Agora, Rates escreve: “Considerando indispensável o aniquilamento do capitalismo económico e do democratismo

só mais tarde o *Monarchia* a procurará levar, sem sucesso, para a ignorância e incoerência teórica de Rates⁷⁰⁹. Das reações avançadas, o *Manhã* ainda chegará a dizer que “O ataque é feito pelos elementos extremistas do que *há de vir*, e feito pelos *bolquiviqui* [*sic*] da facção que copia a russa, atribuindo-se, diz a *Capital*, o livro a propósito *menquiviqui* [*sic*], que [...] em síntese, é o bolchevismo moderado e burguês.” (4/3/20:1) – mas enquanto tais rumores não conhecem mais desenvolvimentos, por mais interessante que seja descobrir quem são tais extremistas e que grau de formação teórica lhes permite fazer tal acusação, a edição da obra pela secção editorial da *Batalha* continua a demonstrar, a despeito da apologia da ditadura do proletariado e das propostas muito concretas da formação de um partido feitas por Rates, a convergência de distintas orientações operárias, amiúde confirmada pela *Batalha*⁷¹⁰.

Noutro ponto se assinalou que, pelo final de 1919 e ao longo de 1920, a ideia de uma ameaça comunista agita certa imprensa burguesa, que, tomando conhecimento de algumas vitórias do Exército Vermelho e da ocupação de fábricas em Itália, vê com preocupação a entrada num novo ciclo de agravamento das condições políticas e económicas, em que também se processa um recrudescimento da contestação social. Ao longo deste período e ao nível da imprensa, os jornais avançados farão frente a uma campanha contra a “propaganda bolchevista”, que envolverá tanto a maioria das folhas burguesas, como uma sucessão de governos particularmente hostis às reclamações operárias. Por “propaganda bolchevista”, entendem-se esta mesmas reclamações, os incitamentos revolucionários e a defesa da Revolução Russa; mas sob essa designação caem também, quando proferidas por folhas avançadas, as “Insinuações contra os membros do governo; Contra as autoridades legalmente constituídas; Insinuações desprimorosas contra as forças públicas, ou seus representantes; Linguagem despejada, ou de qualquer forma contrária ao brio e dignidade das instituições republicanas [...]” (*Batalha*, 22/7/20:1). À transgressão e reincidência as autoridades contraporão a censura, a apreensão,

político, eu não vejo nos burgueses, nos políticos, senão homens que circunstâncias particulares e divergências de critérios colocaram em campo oposto.” (cit. in *Combate*, 4/1/20:1), que “Quando o soviétismo se [...] estabelecer em Portugal [...] hão de colaborar no regime dos soviets como colaboram hoje na Rússia as mais eminentes individualidades [...]. Esta preciosa colaboração técnica, que não tem de maneira alguma um carácter de filiação partidária e é apenas profissional, parece-me a mim que a não devemos enjeitar, mas atraí-la e conquistá-la.” (cit. in *Bandeira Vermelha*, 25/1/20:3).

⁷⁰⁹ Lê-se, por exemplo: “O Sr. Carlos Rates é, antes de tudo, um antiquado no pensamento revolucionário. Coletivista, não chega às conclusões de Engels e de Marx; Socialista de Estado, hesita diante das conquistas de Sheipnel e de Edward Klein; Sovietista, não conhece o decreto de janeiro passado dado em Petrogrado pelas mãos poderosas de Lenine e que destrói o poder, aliás fictício, dos Sovietes... [...] navega ainda em plena ficção.” (*Monarchia*, 11/3/20:1).

⁷¹⁰ Dúvidas haja, pelo meio de fevereiro e na sequência do anúncio da “[...] adesão dos trabalhadores ao contra-bloqueio revolucionário [...]” (16/2/20:1), a *Batalha* reitera, peremptória, não ser “bolchevista”, mas “sindicalista revolucionária”, por isso mesmo reclamando o “poder para os sindicatos”; mas fá-lo pedindo que “[...] não vejam nesta altitude indiferença ou hostilidade para com a Revolução Social Russa.”, posto seguir “[...] atentamente a marcha do movimento [...]”, e procurar “[...] assimilar os ensinamentos que dele resultam [...]” e apoiar “[...] sempre a Revolução contra os ataques da internacional negra do capitalismo e do militarismo.” (*idem*).

a suspensão, a prisão ou até, no caso da *Capital* e da *Batalha*, o ataque às instalações⁷¹¹. Vítimas, quase imediatas, deste apelo à ordem, serão também inúmeras as folhas burguesas a compreender que o maior inimigo da sua liberdade é o governo, conquanto não se privem das mais duras arremetidas à imprensa avançada – dir-se-ia até que se intensificam, pelo final de agosto, aquando do assalto à *Batalha* e da subsequente organização de uma greve geral de protesto, com o órgão sindical a trocar acusações e ameaças com o *Vitória*⁷¹².

Assim, e fazendo jus ao adágio de que em tempo de guerra não se limpam armas, a questão da orientação operária não passa completamente ao lado da imprensa burguesa, que vai já começando a dar ampla publicidade às violências e ideia de um fracasso geral do regime bolchevista, mas ainda não é transposta para a questão da cisão – de resto, ainda pelo meio de março, é próprio *Diário do Minho* a queixar-se que “Tem havido em toda a imprensa portuguesa e latina um coro de doestos contra o bolchevismo, na maioria dos casos sem conhecimento sério do que é, propriamente, o sistema.”, e que “A preocupação antibolchevista é evidente em todos os homens públicos; mas, na sua formação, intervém muito o *sentimento*, que é sempre perversor.” (13/3/20:1). Muito menos passará ao lado da imprensa avançada, mas a despeito da abordagem de alguns problemas teóricos e da intensidade e

⁷¹¹ Lê-se, por exemplo: “Sabem já os camaradas que a polícia apreendeu parte do último número do ‘Bandeira Vermelha’, um milhar certo de exemplares que se destinava nos nossos assistentes e correspondentes, que não tinham sido servidos.” (*Bandeira Vermelha*, 7/3/20:1); “Uma horda de facinoras, mais selvagens que os peles-vermelhas tomou à sua conta a ‘Bandeira Vermelha’ e não desiste de a aniquilar. [...] Chega-se já ao atrevimento de se arrancarem nos carros eléctricos exemplares da ‘Bandeira’ das mãos dos seus leitores. Os operários que as distribuem são presos e jazem nos cárceres quatro e cinco dias, de *castigo*. Sabem já os nossos leitores, pela ‘Batalha’, das prisões efectuadas à saída da nossa redação, de alguns dedicados camaradas.” (*Bandeira Vermelha*, 21/3/20:1); “António Granjo sabe bem que isto não chegou a fazer-se na monarquia. Porque, a fazer-se, ter-se-iam levantado o comício, o clube e a imprensa, a voz, sempre trovejante e sempre fiscalizadora, dos caudilhos da ideia. Em política não há nada mais funesto do que um erro, e ainda não houve governo que deixasse de cometer um erro, desde que se lembra de jugular a imprensa.” (*Batalha*, 24/7/20:1); “O edifício de A BATALHA é assaltado por grupos de “defensores da república, entre os quais vários membros do Grupo Carbonário ‘Os Treze’, que depois de dispararem cobardemente sobre alguns dos redatores do órgão operário, ‘empastelam’ parte do tipo e quebram todos os móveis da redação. A polícia deixa-os ‘trabalhar’ à vontade. A guarda republicana cobre-lhes a retirada.” (*Batalha*, 28/8/20:1).

⁷¹² Escreve o *Vitória*: “Um jornal sindicalista publicou ontem um artigo que é uma autêntica provocação à desordem. É verdade que o jornal a que nos referimos não se importa com os interesses da sociedade, porque é averiguadamente bolchevista, nem se preocupa com os interesses da nação porque é ostensivamente antipatriota. [...] Mas nós que somos burgueses – oiçam bem! – burgueses, defendemos a sociedade a que pertencemos, e nós que somos patriotas, estamos dispostos a bater-nos pela Pátria. [...] O que queria o jornal sindicalista? Isto é que a chamada sociedade burguesa se entregasse submissamente, renunciando para sempre aos seus interesses, as suas aspirações e as suas ideias, mas não sanguinolentas do bolchevismo tirânico! Estejam descansados. Havemos antes disso de trocar... algumas palavras.” (8/9/20:1). Responde-lhe o *Batalha*: “Na verdade, não se tratava na ocasião, para *A Vitória*, de respeitar a verdade, de obedecer aos perfeitos da delicadeza, de não perder de vista a lealdade de processos de seguir as normas do bom jornalismo. [...] Aquela sua frase ‘Havemos de trocar... algumas palavras...’ o que ela não mostra de sangrento rancor, de irracional e descomposta fúria! Esta raiventa da *Vitória* a tem levado a mentir, sem pudor, sem decoro, sem habilidade mesmo.” (15/9/20:1).

constância com que a Revolução Russa continua a ser defendida, passará ainda algum tempo antes que seja assumida como um problema.

Mas que a questão da orientação operária deve ser discutida fora dos domínios da imprensa, prova-o o *Combate*, no fim de abril, por exemplo, ao propor aos “Camaradas revolucionários sinceros de todas as escolas [...]” uma ação revolucionária contra “O Cesaróide Baptista e a fobia contra a imprensa avançada.” (21/4/20:1)⁷¹³; prova-o o *Bandeira Vermelha* ao referir-se a alguns conhecidos ataques anarquistas, mormente a partir de junho, à iniciativa maximalista da criação de uma “União do proletariado revolucionário” (nº32, 6/6/20:1) ou à oportunidade da realização de um congresso comunista (nº43, 22/8/20:1), ou, já em agosto, ao pretender que se a Revolução Russa se mantém ditatorialmente ou que “Se na Rússia vermelha as ideias do comunismo anárquico não têm tido um incremento prático como desejamos, é porque infelizmente as organizações operárias do ocidente dispõem duma morosidade comprometedora, para socorrer os seus camaradas do Oriente, que constantemente fazem apelos comoventes às organizações revolucionárias do ocidente.” (nº47, 19/9/20:1), o que corresponderá a dizer que a indefinição da situação russa se deve tanto à “internacional capitalista” [sic] como à resistência dos distintos movimentos operários europeus a integrar a III Internacional. Provam-no, finalmente, as reiteradas promessas e apelos de defesa da Revolução Russa a que, no entanto, nunca faltarão, da *Batalha* ou do *Combate*, recorrentes e já conhecidas ressalvas ideológicas. Ainda que a situação vá mudando ao longo de todo este tempo, provam-no, já pelo final do verão, as alegações de que a CGT promove “[...] planos tenebrosos que levarão à prática de revoluções de monárquicos e bolchevistas [...]” (*Batalha*, 21/9/20:1) ou, ainda pior e segundo o próprio Presidente do Ministério, António Granjo⁷¹⁴, que a intersindical obedece “[...] tacitamente às ordens dimanadas da III Internacional de Moscovo [...]” (*Vitória*, 29/9/20:1)⁷¹⁵.

Mudança perceptível e ademais timbrada com a oficialidade que só CGT e a *Batalha* podem conferir às posições de uma boa parte do operariado, é a que se dá já pelo final do ano, com a divulgação das “[...] 21 condições que o 2. Congresso da Terceira Internacional, recentemente celebrado em Moscovo, impõe a todos os partidos socialistas que aspirem a ingressar nela [...]” (*Combate*, 31/10/20:1), não deixando findar o ano sem declarar que “As características essenciais que se destacam aos olhos do leitor das XXI condições de Moscovo são a autoridade e a autocracia.”

⁷¹³ E pergunta ainda: “Anarquistas, sindicalistas, bolcheviques não sois vós todos, por afinidade ideias e objetivo único, embora por métodos de combate divergentes, socialistas?” (*Combate*, 21/4/20:1).

⁷¹⁴ Até ao fim da sua legislatura, Granjo ainda terá tempo de reforçar o controlo da imprensa avançada e de atirar com um dos dirigentes da FMP, Manuel Ribeiro, para o Limoeiro. De qualquer forma, a sua alegação deverá fundar-se no facto de tanto a intersindical belga como a francesa se encontrarem, à data, a discutir a que internacional aderirão.

⁷¹⁵ Diga-se, de passagem, que a notícia não tem eco na imprensa e que o próprio *Vitória* entende que “[...] não foi excessivamente feliz [...] o Sr. Dr. António Granjo. [sendo...] ponto assente que [...] baseou as suas afirmações numa informação porventura precipitada, senão absolutamente destituída de todo o fundamento, porquanto ainda até hoje não vimos notificada a adesão das organizações operárias portuguesas à 3a. Internacional russa.” (29/9/20:1).

(*Batalha*, 16/12/20:1)⁷¹⁶. Ainda assim, convirá notar que, mesmo ao nível da imprensa avançada, a única suficientemente atenta, a questão leva tanto tempo a chegar como a digerir – recorde-se que o congresso da internacional vermelha decorreu entre julho e agosto, e em só outubro começa a ter algum eco – deixando claro que 1920 não é ainda o ano da “[...] constância e fervor [...]” na denúncia do “[...] perigo do estado centralizador e totalitário [...]”, nem de “[...] alguns artigos polémicos de *A Batalha* [...]”, a que Margarido alude⁷¹⁷. Isso esperará pelo novo ano, mas se, de facto, uma impressão fica deste biénio convulsionado, em que a imprensa avançada conhece, mesmo assim, o seu período mais prolífico, é que beneficiando todo o movimento social português da sua associação ou apoio ao processo revolucionário russo, é todo o movimento sindical (e aquele de orientação revolucionária em particular) que leva vantagem, uma vez que, furtando-se, desde cedo, a qualquer vinculação ideológica e institucional com a Revolução, não deixará, ainda assim, de ver bem promovidos os seus atos e ideário, como melhor disfarçadas a sua ignorância e inoperância.

2.3 O sentimento de ameaça internacional: 1921 - 1924

2.3.1 Portugal na rota do internacionalismo vermelho

Atrás se procurou mostrar como a questão da ameaça bolchevique se pauta pelo nível de contestação operária no contexto da crise do sistema liberal, em que parece assumir tanto uma feição centrada na atividade do movimento social português num contexto nacional, como outra, que a situa em face de um contexto internacional, em que o processo revolucionário russo se constitui como referencial importante, mas não único. Viu-se também que, conquanto deixe a ameaça pela primeira destas feições, não raro é que a imprensa burguesa, mormente aquela mais conservadora, acabe por invocar a segunda, o que, conforme se pôde ver também, responde tanto pelo recrudescimento da contestação operária, como por factos que se poderiam situar na esfera dos partidos ditos burgueses. Conforme se veio já defendendo noutros pontos, tudo isto permite supor que, pelo menos ao nível da imprensa, a ideia de uma ameaça vermelha se configura mais como um recurso retórico do que como

⁷¹⁶ Lê-se ainda: “A tendência da Internacional Comunista (IC) é portanto, sem contradição, absolutamente autocrática. Os seus chefes, eleitos por uma sucessão de grupos hierarquizados, mandam. A multidão obedece.[...] O povo russo não se libertou ainda da concepção do governo autocrático, da obediência passiva. Uma outra causa deste autocratismo, reside na concepção dos chefes da IC a respeito da situação psicológica da classe operária. [...] Existe, portanto, o estado de maturação económica indispensável para a Revolução, mas não é compreendido pelas massas; o que acarreta como consequência a não existência da condição psicológica indispensável: o espírito revolucionário. O autocratismo da IC não fará nascer estas condições, mas sim a política dos capitalistas, que na sua fome insaciável de ganho, tende incessantemente a fazê-las nascer e a desenvolvê-las. No Ocidente, a Revolução brusca não se pode produzir ainda, porque o mundo operário é muito fraco.” (*Batalha*, 16/12/20:1).

⁷¹⁷ Margarido, 1975:85.

um receio ou uma aspiração concretos de um ou de vários grupos, mormente porque, agora que se começa a assistir quer ao refluxo do movimento operário, quer a um acentuar da crise do regime, quer até um abrandamento do fluxo noticioso sobre o processo revolucionário russo, a sua utilização tende não só a um alargamento como a transpor mais regularmente aquela primeira feição referida. No ponto em foi deixada, porém, esta é uma proposta que ainda precisa deste ponto para encontrar o seu acerto.

Pelo final de 1921 e início de 1922, a agitação a que tanto os acontecimentos de outubro como o descontentamento de alguns setores da GNR ainda sujeitam a ação governativa concentram largamente a atenção da imprensa burguesa. Sempre mais melindrosa com a violências operárias do que com as dos seus pares, nem assim esta descarta a contestação social, em torno da qual vem repetindo não poucas críticas ao regime e não menos explicações para a sua instabilidade: porém, enquanto o monárquico *Correio da Manhã* assinala que [...] O que tira à República não só a autoridade moral, mas ainda toda a possibilidade para interferir utilmente nos conflitos entre o capital e as classes operárias [...] é a circunstância de que os republicanos [...] ensinaram sistematicamente [...] o emprego de todas as violências [...] apenas no fito de jogarem o operariado contra a Monarquia [...].”, a *Lucta* escreve que “É necessário prudência, não vão as bombas convencer os burgueses de que só com bombas se lhes pode responder, porque então os bombistas seriam obrigados a reconhecer que não levariam a melhor, pois são bastante inferiores em competência, inteligência e qualidades de trabalho [...]” (26/1/22:1).

Se em 1921 se atinge um novo pico de contestação operária, é já ao longo de 1922, no entanto, que esta parece começar a conhecer a sua expressão mais violenta, à medida em que vai escapando ao controlo sindical, e em que também a continuidade da crise política a vai generalizando e alargando a mais pessoas e grupos. Em janeiro, por exemplo, inicia-se uma greve do pessoal da Carris, que, pelos dois meses seguintes e apesar das ameaças de *lock out*, logra paralisar a vida em Lisboa e no Porto, envolvendo não poucos conflitos entre manifestantes e forças da autoridade. Depois de tanta repressão, a resistência operária parece agastar, mais do que nunca, toda a imprensa burguesa, que, logo em fevereiro, é surpreendida com a deserção de 40 mil operários portuenses do seu posto de trabalho para assistir a um comício contra a carestia de vida.

Já convertido, como o seu diretor, Simão de Laboreiro, à causa monárquica, é porventura o *Tempo* que mais se destaca, então, nos ataques à *Batalha*, começando por acusá-la de não representar o operariado e de abrigar terroristas nas suas instalações (*i.e.* 8/2/22:1), mas logo passando a avisar que “[...] toda uma classe [...] se deixa arrastar pelos manejos de alguns miseráveis *meneurs* vindos dos antros bolchevistas [...]” e que “Estamos em frente de uma greve revolucionária, de uma atrevida tentativa bolchevista, de um audacioso reptó!” (17/2/22:1). Aviso que certamente passará a outros jornais e leitores, mas a que só o próprio *Tempo*, o *Vanguarda* ou o *Republica* vão dando verdadeiro eco, enquanto o governo, recorrendo a “amarelos” ou a militares para assegurar a circulação dos transportes, motiva uma nova vaga bombista. Respondendo por Cunhal Leal, que ainda há pouco cedeu a governação a António Maria da Silva e que inicia agora a uma campanha pelo

restabelecimento da pena de morte⁷¹⁸, o *Republica* não só pede uma reação do estado e da burguesia contra o operariado, como bradeja que “[...] da Rússia e da Alemanha tem vindo dinheiro destinado a fomentar e desencadear em Portugal a greve geral revolucionária.” (2/3/22:1). Dias depois, já o *Tempo*, que por estes dias não se cansa de inventar movimentos revolucionários, fala da “[...] existência de uma vasta conspiração de carácter bolchevista [...]” (6/3/22:1) e que é esta, como se viu já atrás, que obriga à manutenção de um corpo armado na periferia da capital (8/3/22:1), quando, na realidade e até sequência da recente reforma da GNR, o governo desmobiliza o efetivo militar preventivamente defendendo Lisboa desde o anterior governo de Cunha Leal.

Da Rússia, de facto, só os relatos e as imagens da grande calamidade, para que a *Batalha* vai solicitando auxílio entre as notícias, cada vez mais frequentes, da violência social e das perseguições e detenções de operários sem culpa formada, em que quase sempre aponta o dedo o dedo à Confederação Patronal e às forças da ordem – “A Batalha”, lê-se então no *Diário do Minho*, “acusa a Confederação Patronal de haver mandado lançar as bombas que rebentaram em Lisboa, no intuito de provocar represálias contra as organizações operárias. [...] Foi a polícia ou foram os patrões? ou dar-se-á o caso de os representantes das organizações operárias não saberem a quem hão de atribuir as próprias culpas e andarem à busca de mentira que melhor poderá justificar um ato criminoso.” (16/3/22:1). Apostada em mostrar convertida ao bolchevismo⁷¹⁹ uma ação que, até nos seus atos mais violentos, tem a marca anarquista da *ação direta*, é mesmo com a acusação de “[...] propagar as ideias bolchevistas, que quer ver implantadas em Portugal [...]” (*Tempo*, 17/4/22:1), ou com o exemplo russo “[...] como demonstrativo das consequências em que se desentranha o choque contínuo das classes [...]” (*Manhã*, 14/5/22:1), que a imprensa mais conservadora vai arremetendo contra o órgão da CGT.

Entre a crescente reação conservadora e os desmandos revolucionários, o governo procede, na sequência de uma greve geral de três dias, à detenção de duzentos operários, mas nos jornais que lhe estão mais próximos, porém, lamenta-se a situação russa e promete-se ao operariado que se “[...] ao salutar esforço republicano de hoje [...] deve já o ambiente propício para as suas reclamações de agora, [...] a evolução natural dos tempos, poderá e deverá comportar, sem receio de conflagração, as futuras reivindicações sociais [...]” (*Mundo*, 11/4/22:1). Assim, à medida que o governo, procurando estabilizar a situação económica, é acusado de uma estatização da economia pelos grupos económicos,

⁷¹⁸ Por esta altura, lê-se no *Tempo*: “Pena de morte, sim” [...] No momento em que os seus discípulos lançam, por sugestão sua, bombas sobre carros elétricos, bombas destinadas a matar, indistintamente, homens, mulheres e crianças, os facínoras da *Batalha* gritam contra a pena de morte.” (9/3/22:1). A verdade, no entanto, é que a ideia é rejeitada não só pelos órgãos mais liberais ou dos partidos do regime – como a *Lucta*, por exemplo, que escreve que “Não nos repugna a pena de morte, por uma questão de sentimentalismo. [...] Não a admitimos, apenas porque ela é uma arma de que não podem servir-se todas as sociedades.” (16/3/22:1) – como pela maioria daqueles mais conservadores, cujo entendimento da questão não distará muito daquele expresso pelo *Correio da Manhã*, ao escrever que “A República não tem idoneidade para manejar uma arma tão melindrosa como a que o Sr. Cunha Leal queria forjar para ela.” (12/3/22:1).

⁷¹⁹ No *Diário de Notícias*, por exemplo, ler-se-á, por ocasião da detenção de dois bombistas, que “[...] tinham nos bolsos os retratos de LENINE e de TROTSKY [sic]” (12/3/22:1)

a imprensa mais liberal dará sinais de procurar uma reaproximação ao operariado, que tenderá a acentuar-se já ao longo do verão, quando, a despeito da greve geral e de uma nova vaga de escaramuças por ocasião da extinção do regime do *pão político*, os jornais mais liberais denunciam o controlo do mercado financeiro português por uma “reação monárquica-clerical” que “[...] tem como principal objetivo criar dificuldades à República.” (*Rebate*, 4/7/22:1), ou a organização de “[...] um movimento conspiratório com tendências conservadoras, monárquicas mesmo [...]” (*idem*, 5/7/22:1).

Por esta altura e conquanto a *Batalha* continue a afirmar que monárquicos e republicanos se igualam na “[...] perseguição a todo o transe, repressão sem tréguas, dissolução da organização dos militantes sindicalistas, etc.” (19/8/22:1), o governo não só autoriza a libertação de detidos por questões sociais, como são inúmeras, ao nível da imprensa, as tentativas de reaproximação da esquerda republicana ao operariado, passando o exemplo russo a ilustrar que até “Os bolchevistas, apesar do permanente choque das duas correntes, a moderada e a radical, procuram hoje entendimentos com os governos burgueses e com os mais altos representantes do capitalismo.” (*Vitória*, 11/8/22:1). Pelo meio de agosto, já o *Correio da Manhã*, que, como o *Tempo*, procura mostrar a greve geral como um movimento revolucionário, escreve que as recentes violências “[...] podem ter à superfície uma camada vermelha de origem bolchevista: [mas] analisem, raspem a superfície que depressa encontrarão a cor verde de que a vermelha é companheira.” (18/8/22:1)⁷²⁰.

A questão, no entanto, está ainda por conhecer outros dias. Ante a relativa frieza dos jornais mais liberais, já então alarmados com a progressão reacionária pelo país e pelo resto da Europa, o assassinato do líder da Confederação Patronal, Sérgio Príncipe, acirra os ânimos conservadores – nas páginas da *Palavra*, como nas do *Tempo* e do *Correio da Manhã* antes dela, fala-se de um novo movimento “[...] de carácter avançado, onde entram outubristas ligados a socialistas, bolchevistas e sindicalistas.”; mas avisa-se igualmente que “Como [...] pouco se pode esperar do governo, temos, todos nós, não só o direito, mas ainda o dever, de nos defendermos, respondendo à violência com a violência.” (9/9/22:1). De facto, será com a situação espanhola e italiana em vista que toda a imprensa prosseguirá até ao fim de um ano em que, apesar de tudo, o país se logrou manter, aparentemente, arredado desse famigerado perigo internacionalista, contido pela fome e pela doença, mas também pelas novas experiências económicas e pela tentativa de reaproximação ao ocidente.

Destarte, pelo início de 1923, o *Vanguarda* não é o único a preceituar “[...] a união imediata de todos os elementos de ordem, independentes, filiados na república ou lutando pela causa monarquia que ao congresso das esquerdas responda imediatamente uma assembleia geral das forças conservadoras.” (4/1/23:1). A proposta, aliás, está longe de ser nova, dispendo tanto a *Vanguarda*, como as demais folhas conservadoras de inúmeras ocasiões para reiterá-la desde que Mussolini

⁷²⁰ Ler-se-á já em setembro: “A República que tem sido a administração mais crapulosa e mais miserável de quantas administrações más há na sua história, essa é poupada pela *Batalha*. Mas a Burguesia, que vive no terror do camarada, na alucinação das Bombas e dos Punhais [...] é que é a culpada, é que é ameaçada!” (*Correio da Manhã*, 14/9/22:1).

ascendeu ao Capitólio; ademais, surge à laia de um recrudescimento dos atentados bombistas e, essencialmente, da imposição do barrete cardinalício ao núncio apostólico, monsenhor Locatelli, que não só vem coroar três anos de obediência católica aos poderes civis tal como se encontram constituídos, como alargar a já irreversível cisão dos democráticos e impelir ainda mais para a direita as demais forças existentes. A sua oportunidade tem um amplo reflexo tanto na divisões que provoca até entre os setores mais liberais, levando à demissão do então ministro da educação pública, Leonardo Coimbra, por pressão da ala mais radical dos democráticos, após a tentativa de estabelecer a neutralidade do ensino, permitindo a reintrodução do ensino religioso; como na indignação e crítica da imprensa avançada, em que a *Batalha*, sempre destacada e comprando mais um conflito com a imprensa burguesa, escreve que “A neutralidade do Estado é uma mentira!”, que a República “É uma monarquia reacionária disfarçada em democracia [...]”, e que “Já nos não admira que jornais reacionários aplaudam os factos que se vêm desenrolando. [...] O que não se justifica é a atitude de certa imprensa que se rotula de republicana e que conserva à sua cabeça – supremo escárnio! – o nome duma criatura que foi dos mais acérrimos combatentes contra a monarquia e contra o clericalismo, por assim dizer o seu principal demolidor.” (5/1/23:1).

Mas a questão do ensino religioso, como a do fascismo, a do julgamento dos outubristas, ou a da demissão de Cunha Leal da direção do *Século*, para que fora nomeado pouco antes, aquando da aquisição do jornal pelas *Moagens*, apenas pontuam a atribulada vida política, que, nesta primeira metade de 1923 e dando continuidade ao já assinalado processo de pulverização partidária, conhecerá a formação dos partidos Radical e Nacionalista, o aparecimento da Seara Nova, e a apresentação das candidaturas de Vitorino Guimarães e José Domingues dos Santos contra a linha oficial dos democráticos. Entretanto e mesmo saltando da questão religiosa para a da ocupação do Ruhr⁷²¹, os ataques à imprensa avançada derivam sempre nas violências operárias e na propaganda comunista, em que a CGT e a *Batalha* acabam invariavelmente responsabilizadas. Pelo meio de abril, por exemplo, o deputado monárquico, Thomaz de Vilhena, decide chamar a atenção do governo “[...] para o desaforo com que se está fazendo em Portugal a propaganda comunista.”, convidando-o “[...] a reprimi-la a valer [...] embora para isso tenha de ir esbarrar com qualquer trunfo carregado de serviços na desvezada [*sic*] República.” (*Correio da Manhã*, 18/4/23:1); na réplica, uma *Batalha* agastada pelos crimes com que a Legião Vermelha vem manchando já toda a atividade sindical e o operariado, repreende-o por desejar “[...] para si a liberdade de fazer propaganda monárquica e católica e tirar aos outros a liberdade de fazer também a propaganda dos seus ideais.”, e questiona ainda a sua moral católica, pois reclama “[...] a repressão para a propaganda *bolchevista*, sendo a repressão caracterizada

⁷²¹ Em torno desta, queixa-se a *Batalha*, os jornais burgueses farão “[...] uma especulação tendente a demonstrar que se está fazendo, nas colunas deste jornal, o jogo da Alemanha.”, quando este apenas trata da “[...] liberdade dos operários alemães esmagada pela pata militarista dos chefes das tropas francesas [...]” (18/1/23:1). Dias depois, o *Rebate* acusará a *Batalha* e a CGT de usarem a questão para “agitarem a questão operária” (27/1/23:1).

pelo assassinato, a agressão e a clausura [...]” (20/4/23:1). Já em maio, na sequência de alguns ataques a estabelecimentos comerciais e do assassinato de um gerente da CUF, subirão ainda de tom os ataques da imprensa burguesa contra a *Batalha*⁷²², que fugindo à habitual condenação da violência, escreve que o atentado “[...] é simples consequência duma tremenda injustiça.” (23/5/23:1); por ora, no entanto, a serenidade da folha sindical expõe as limitações de um governo não só dividido, como incompatibilizado com os demais partidos⁷²³, com os militares⁷²⁴ e com as *forças vivas*, e para o qual o movimento social deverá parecer o menor dos problemas, ou não confie o *Mundo* que “[...] na hora do perigo, nenhum operário digno deste nome abandonará a República.” (7/6/23:1).

Ao longo do verão, portanto, a imprensa começa a chocar novamente a ideia de uma nova revolução, com as folhas avançadas e algumas republicanas mais liberais a entrever o perigo reacionário onde as mais conservadoras ocasionalmente reiteram o avanço bolchevista para melhor advogarem a oportunidade de soluções cada vez menos democráticas. Pelo final de julho, por exemplo, em resposta à notícia da preparação de um golpe avançado apresentada na *Capital*, a *Batalha* mofa que a burguesia faz do operariado “[...] um bando tão forte, tão belicamente preparado, que junto [...] a organização do exército vermelho ou do atual exército francês quedariam tão insignificantes, como uma bomba de Santo António junto dum Arsenal.” (22/7/23:1). Dias depois, contudo, já no *Republica*, órgão de um dos maiores partidos do regime, o Nacionalista, se avança que a “revolução bolchevista [*sic*]” estava “[...] para rebentar simultaneamente em Portugal e Espanha.” e se promete aos revolucionários “[...] terão de suportar dura de roer, como em Itália, o peso de uma tremenda reação burguesa.” (11/8/23:1). Mas nesta animosidade, portanto, persistirá a imprensa até ao final do verão, mesmo porque se as questões do regime cerealífero e do inquilinato trazem o povo à rua, logo a maioria das folhas conservadoras aproveita, como a mesma *Republica*, para dizer que o governo força “[...] o aparecimento de um novo Sidónio Pais [...] pelas violências que tem consentido, pelas perseguições que tem sancionado, pelas ilegalidades que tem deixado praticar – por medo à horda mais vermelha e mais intolerante do seu partido.” (14/9/23:1).

⁷²² Enquanto o *Mundo* se vai referindo à “[...] deseducação anárquica das massas operárias [...]” (24/5/23:1), a *Vanguarda* regista que a justificação do atentado estabelece o direito de matar (24/5/23:1), o *Diário do Minho* agita o perigo da “lepra comunista” e da “vérmina partidarista” (25/5/23:1), e o *Correio da Manhã*, ante a promessa de uma nova lei de imprensa, defende que “O recurso tem de ser mais violento e mais geral.”, não sendo “[...] obra que esteja no alcance do presidente do ministério.”, apondo ainda que “Se em defesa da República, tudo é permitido, e mais do que permitido, louvado e premiado, não há motivo para que se estranhe que em defesa da Revolução Social ou da Liberdade, ou da Comuna, ou do Soviete, tudo seja permitido, louvado e premiado.” (26/5/23:1).

⁷²³ Em clima de fim de presidência, a escolha de Teixeira Gomes para suceder a António José de Almeida, revogando o apoio à candidatura de Bernadino Machado, que poderia serenar alguns setores conservadores, apenas agrava o conflito entre democráticos e nacionalistas, chegando estes últimos a abandonar os trabalhos parlamentares por um mês.

⁷²⁴ Será pertinente recordar que, para além da atribulada leitura da sentença dos implicados na *Noite Sangrenta*, pelo início de junho, se demitirão, ao longo do verão, os ministros da Marinha e da Guerra.

A percepção do impacto do fascismo e do riverismo é deixada ao seguinte ponto, mas, por ora, caberá notar já que pela sua surpresa, proximidade e até sentido de continuidade, é essencialmente ao segundo, com os jornais a conhecerem a confirmação dos seus receios ou ensejos, que a manutenção do regime começará a dever cada vez mais ataques. Ao nível da imprensa, porém – e não será displicente referir um momentâneo retraimento ou moderação dos monárquicos, envolvidos em questões de sucessão, e dos católicos, ainda recusando as andanças do poder e a ver para que lado pende a balança⁷²⁵ – é mesmo o Partido Nacionalista que, ante a demissão de António Maria da Silva, no início de novembro, e a possibilidade de chegar ao poder, revoga os recentes apelos a uma ditadura (*i.e. Republica*, 16/10/23:1), e que esquecendo a união patriótica a que ocasionalmente se vem referindo desde o verão, se recusa também a integrar um executivo liderado por Afonso Costa. É assim, portanto, e invocando ainda a necessidade de uma viragem à direita como única forma de sustentar a ditadura para que os mesmos vêm assustando, que acaba por forçar a entrega do poder ao governo minoritário de Ginestal Machado⁷²⁶. Este cairá em pouco mais de um mês, ante a pressão dos democráticos, da intentona radical de 10 de dezembro e até das críticas do líder parlamentar do seu partido, Álvaro de Castro, que tomará o seu lugar, mas não conseguirá calar Cunha Leal, nem a imprensa de todos os matizes, que, por esses dias, o vem dando à frente de um golpe militar.

Ante o contexto internacional, este novo período de crise política deixa a sua marca na percepção do processo revolucionário russo, seja porque também entre o movimento operário esta se vem alterando, seja por atrair a participação de vários elementos da direita do regime, porventura percebendo um ambiente favorável a atitudes de força, seja ainda porque a internacionalização de uma ideologia conservadora começa agora invocar a internacionalização do comunismo, que depois de dois anos de relativo alheamento da imprensa face a uma Rússia a morrer de fome e de doença, retorna agora sob a forma de uma URSS já sob os primeiros auspícios da NEP e demandar um lugar na ordem internacional. Nada disto, porém, contraria a entrevista ideia de que a ameaça comunista, mais do que pelo próprio processo revolucionário russo, continua a ser determinada pela situação interna – facto, no entanto, que o fascismo e, essencialmente o riverismo, vêm alterar.

⁷²⁵ Vem desta altura a declaração de Lino Neto de que “[...] o Centro não é um partido político, embora represente uma influência de natureza política. Não pretendemos instalar-nos no poder nem confundimos legislação com regime.” (cit. *in* Braga da Cruz, 1980: 325).

⁷²⁶ Numa clara alusão aos nacionalistas, o *Rebate* escreve, supondo um novo movimento subversivo, que “Essas notícias devem, porem pôr de sobreaviso certos políticos que levanamente se entregam à tarefa desagradável de dificultar a administração pública, realizando um obstrucionismo violento quando o seu papel seria o de uma cooperação dedicada e leal, contribuindo assim para uma obra eminentemente patriótica.” (23/10/23:1); já na *Montanha*, lê-se que “Os nacionalistas, mistura heterogênea de vários partidos dissolvidos e em dissolução, mentem criminosamente ao afirmar que estão aptos para governar. [...] E sem se apresentarem ao Parlamento, ignorando por isso se este lhe daria ou não apoio, exigiram do Chefe do Estado que, a seu favor, lhes desse a dissolução parlamentar. Devido às suas intrigas, às suas manobras, à sua recusa em querer cooperar num governo de concentração, caiu o governo. [...] Não podem governar porque não têm apoio em que se firmem.” (10/11/23:1).

A notícia parte, aparentemente, de uma nota oficiosa da presidência do Diretório espanhol, dando continuidade a inúmeras outras que, desde 1918, vêm, aparentemente, fazendo de Portugal um foco de atividades subversivas para alguma imprensa espanhola, e que em Portugal, viu-se já, têm eco mormente ao nível dos jornais monárquicos: a 27 de dezembro, o *Correio da Manhã* anuncia que a “[...] a polícia de segurança foi informada de que os comunistas espanhóis combinados com os comunistas portugueses preparavam um movimento revolucionário para o dia 28 do corrente.”, mais apondo que “[...] existiam agrupamentos comunistas, formando uma larga rede de agremiações revolucionárias clandestinas.” e que sendo comum “[...] converter as agrupações comunistas em sociedade desportivas sobretudo em grupos de futebol [...] Uma importante agremiação anarquista de Portugal recebeu o convite de se transportar a Sevilha fazendo-se passar por jogadores [...]” (27/12/23:1). Que a notícia é recebida “[...] com verdadeira surpresa – e porque não dizê-lo? – com autêntica incredulidade [...]”, atestam-no o *Rebate*, onde ainda se avisa “Que a Espanha resolva as suas questões domésticas como quiser e puder. Mas não nos envolva a nós na contenda [...] nem nos seus terrores... vermelhos.” (28/12/23:1,2); mas também o *Século*, que adianta que “À versão de que o *match* de futebol luso-espanhol de Sevilha foi pretexto para o encontro dos comunistas dos dois países ibéricos, [os jornais estrangeiros] não dão crédito algum.” (28/12/23:3); ou ainda o *Novidades*, onde se lê que “Tudo quanto se tem dito [...] não passa dum romance...” (29/12/23:1)⁷²⁷. Se receio há de uma verdadeira ameaça avançada – porque, ao nível da imprensa burguesa e pelo início de 1924, comunistas e anarquistas não conhecem ainda o benefício da distinção – só a *Época* ou o *Correio da Manhã* continuam, aparentemente, a fazer fé nos acontecimentos. Assim, no primeiro dia do novo ano, Álvaro de Bulhão Pato chega até a recomendar ao governo português, que entretanto facultou já os meios legais para que os sindicalistas atravessassem a fronteira, “[...] que continue intemerato mantendo as liberdades públicas. [e] Deixe os comunistas portugueses, como portugueses que são, manifestar livremente as suas ideias, dentro das libérrimas formas da República.” (*Rebate*, 1/1/24:1).

Mais do que a ameaça soviética, portanto, o episódio do “futebol revolucionário”, como lhe chama o *Batalha* (28/12/23:1), deixa no ar o problema da representação de Portugal na imprensa internacional e o aviso de uma perturbadora ingerência estrangeira nos assuntos nacionais, agora que o regime demoliberal espanhol caiu por conta do desnorte militar, que Mussolini e Hitler começam a reclamar possessões em África às contas dos interesses portugueses, e que França e Inglaterra procuram travar a progressão dos movimentos de libertação nas colónias e protetorados com o reconhecimento internacional da União Soviética. Sendo impossível determinar o seu relevo no procura inicial de consenso em torno do governo de Álvaro de Castro, parece claro que assistirá,

⁷²⁷ É a própria *Batalha* que conta, juntando que o caso “[...] revela a pouca habilidade de que o Diretório usou para arranjar um pretexto de perseguições injustas.”, que os detidos portugueses, Manuel Campos e Manuel Joaquim de Sousa, respetivamente secretário geral e ex-secretário geral da Confederação Geral do Trabalho Portuguesa, “[...] dirigiam-se à CNT espanhola [...] no cumprimento das deliberações publicamente tomadas no Congresso da Covilhã [...]” (28/12/23:1), de que “[...] as duas organizações, a espanhola e a portuguesa,

doravante, a questões como a da administração das colónias e da própria situação de um regime tão fragmentado como as suas forças políticas – aspetos a ver ainda, adiante, noutro ponto.

2.3.2 O fascismo e o riverismo na agregação das forças conservadoras e na prevenção do comunismo

Entre 1919 e 1921, a imprensa portuguesa encarregou-se já de fazer a ponte entre o assalto de D’Annunzio a Fiume e a progressiva integração dos *Arditi* no movimento fascista, cuja fama, no entanto, se avulta apenas na investida contra o operariado, aquando da ocupação de fábricas. Ainda pelo verão de 1921, a *Batalha* chega a tratar das “Proezas dos *Fascisti*”, explicando que o fascismo “É uma espécie de socialismo nacionalista polvilhado dum ‘chauvinismo à *outrance*’” e até reconhecendo “[...] que contribuí, com os seus atos, para a educação revolucionária das massas.” (5/7/21:1). Um mês depois, o DN refere-se-lhe já como um “movimento antibolchevista”, guiado tanto pela “[...] defesa das aquisições obtidas, como consequência da última guerra [...]”, como pela “[...] oposição e a luta contra as teorias degeneradas e contra a pavorosa realização do socialismo político, na sua forma mais abjeta – o bolchevismo.”, acabando por reconhecer que embora “[...] degenera, muitas vezes, em combates cruéis e frequentes com grupos que nem sempre são formados por bolchevistas, o facto incontestável da existência de uma organização patriótica e decididamente disposta a assegurar a ordem é já um caso interessante e significativo.” (6/8/21:3). Mas sem passarem despercebidos, o interesse e significação destes casos suspender-se-ão ainda quer ante a instabilidade política, quer ante a pulverização partidária e uma ação patronal sempre enviperada com a República, mas que também começa agora, e com o arrimo de uma sucessão de executivos mais conservadores, a colher os frutos da sua concertação, forçando a um refluxo operário.

Não obstante, o fascismo e os fascistas continuarão a pontuar a atualidade noticiosa e, já em novembro e aludindo aos confrontos com militantes “bolchevistas e comunistas [*sic*]” nas ruas de Roma, o *Diário do Minho* aponta o exemplo da “[...] resistência popular coletiva [...]”, que, no Alentejo, “[...] está já organizada contra os inimigos da ordem social [...]” (29/11/21:1), parecendo querer pôr ao mesmo nível quer a ação do operariado português e italiano, quer a resposta fascista e a da Confederação Patronal. Uma tal associação, no entanto, é ainda posta de parte na folha que mais vem defendendo a Patronal – o *Tempo* entende que os vínculos são ainda com o “[...] modelo de organização, de disciplina e de força.” preconizado pelas homólogas argentina e catalã (9/2/22:1), que o jornal procura ainda legitimar numa complementaridade à ação do governo⁷²⁸ e até, como algumas

formassem um organismo federal único a que se poderia chamar a Confederação Ibérica.” (29/12/23:1)

⁷²⁸ Lê-se: “A defesa não compete apenas aos governos. A ação dos governos, por mais solícita, resultará insuficiente, portanto inútil, se não for acompanhada pela ação particular.” (*Tempo*, 9/2/22:1); “Patrões, conservadores, todos, enfim, que só podem viver com a ordem organizada, não podem permanecer mais na indiferença.” (18/2/22:1). “Nas Patronais não pode haver política [...que] desvirtuaria por completo o seu objetivo.” (20/6/22:1).

raras vezes expressa, na demanda de um entendimento com o operariado⁷²⁹. Para este jornal, contudo, a Patronal é uma organização que “[...] merece a mais franca e decidida simpatia.”, mas ignora “[...] o estado em que tem os seus trabalhos da organização,[e] quais os meios de ação de que já dispõe [...]” (20/6/22:1), pelo que a sua análise poderá dar conta de alguns grupos, mas está longe de refletir a profusão de posições e matizes que o fenómeno começa agora a gerar.

Se todo o segundo semestre de 1922 assinala exemplarmente esse processo, é pelo mês de agosto, enquanto a imprensa emparelha notícias dos confrontos na Itália e do costumeiro recrudescimento estival da contestação social em Portugal, que a sua discussão parece atingir uma nova fase. Com generalistas como o *DN*, o *Século*, o *Diário de Lisboa* ou o *Primeiro de Janeiro* a louvarem as violências do fascismo – chegando este último a declarar estar “[...] contribuindo com os seus esforços para o engrandecimento e para a pacificação da Itália.” (18/8/22:1) – e já com a *Vanguarda* a defender a organização, em Portugal, de uma espécie de partido com as características combativas do fascismo italiano⁷³⁰, entendem-se as folhas mais liberais e avançadas numa ampla condenação⁷³¹. Já os católicos, por seu turno, optam por se pôr de permeio, reconhecendo o *Diário do Minho*⁷³² que “[...] para combater o comunismo [...] incalculáveis são os benefícios que tem prestado à Itália e muito tem concorrido para a sujeitar à lei.” (15/8/22:1), mas questionando, como o *Tempo*, o recurso à violência e a concorrência ou sobreposição fascista à ação do governo⁷³³, e defendendo a

⁷²⁹ Lê-se: “A Patronal é uma organização para se entender com as organizações operárias, pacificamente, lealmente. [...] Esta é uma das atribuições da Patronal. A outra [...] é a constituição de uma força defensiva, que defenda a organização social, tão [...] atacada, pela palavra, pelo jornal e pela bomba, pelos elementos extremistas.” (*Tempo*, 13/3/22:1)

⁷³⁰ Lê-se: “É um erro supor que as revoluções e as guerras civis são indícios da agonia dos povos. Elas são, ao contrário, sinais da sua exuberante vitalidade. [...] Os fascistas combatem nas ruas, com armas na mão, os revolucionários comunistas; eles matam, incendiam, dinamitam – mas são eles que salvam a Itália das garras vermelhas do soviétismo! [...] Em Portugal é absurdo [...] supor uma batalha travada nas ruas entre comunistas e conservadores. [...] Urge, mostrar aos bolchevistas [...] que os conservadores não estão dispostos, decididamente, a suportar a ditadura do proletariado e a sofrer os horrores do inferno russo. [...] *A Vanguarda* lança, pois, a ideia do Fascismo Lusitano esperando que os conservadores reconheçam neste mais do que um organismo útil – um remédio necessário.” (26/8/22:2)

⁷³¹ A *Montanha* troça que se “[...] pacatos conservadores tanto protestam quando têm de manifestar as suas produções cerealíferas, às vezes só para efeitos estatísticos, ou têm que declarar quanto recebem pelas rendas dos prédios, não nos parece que tenha viabilidade o embrionário partido. (19/8/22:1); o *Rebate*, entende que “[...] se deve manter a ordem, mas não há o direito de permitir guerrilhas de classes.”, fala de “espírito de macaqueação” e pergunta se tal grupo seria constituído “[...] açambarcadores, os banqueiros, os novos-ricos [...]” (19/8/22:1); a *Batalha* assenta que o fascismo “[...] é uma organização de militares preguiçosos e de nacionalistas dementados que à viva força pretende conservar ou tomar conta dum Estado que protege a preguiça e o roubo [...] é uma força reacionária e chauvinista [...] um bando de militares profissionais, parasitas e violentos que assaltam à mão armada.” (23/8/22:1); e o *Mundo* defende que a “Seita [...] talvez mais fanática do que a dos comunistas, servirá para lutar, não serve para dirigir um povo.” (29/8/22:1).

⁷³² Importará notar que, querelados a *Época* e o Centro Católico Português, que tem no semanário *A União* o seu órgão de imprensa, o *Diário do Minho* alcança uma assinalável importância.

⁷³³ Escreve, então, que “A violência usada como meio político só pode ter como efeito certo ruínas e acaba por

criação de “[...] uma organização das forças da ordem, em que todas as classes sociais possam encontrar satisfação às suas justas reivindicações e em que todas colaborem defendendo-se e defendendo a paz, a ordem e o partido do nome português.” (*idem*).

Com os republicanos “[...] sempre cheios de condescendências com as organizações bolchevistas ou com os movimentos revolucionários por eles provocados.”, e com os monárquicos sob o risco de não serem “[...] considerados nem tratados senão como novos trauliteiros, contra quem se levantariam a força e as iras de toda a canalha.” (30/8/22:1), já se vê que o *Diário do Minho* entende que “Restariam os católicos para levarem a cabo a missão que o fascismo está desempenhando na Itália.” (*idem*), embora os diga “[...] naturalmente inibidos de fazer parte de uma organização [...] que tem por lema principal opor à violência uma violência maior e curar os males sociais impondo a ordem pelo terror.” (*ibidem*). Não espantará, assim, que mesmo longe da capital, o diário bracarense seja dos que mais se empenha a responder à campanha nacionalista que Rolão Preto vem já vertendo pela *Época*, não hesitando sequer em pôr o fascismo ao mesmo nível dos “[...] grupos de revolucionários a quem dá combate.” (31/8/22:1)⁷³⁴ – mas por largo tempo, ver-se-á, esta propalada competência fascista na manutenção da ordem pública e na arregimentação das massas, continuará a fascinar e a dividir os meios católicos⁷³⁵, em que, pelo menos ao nível da imprensa, é bem maior a discussão teórica do fascismo.

Agora, no entanto, esta posição do Centro coaduna-se, essencialmente, com a do episcopado e veiculada, pelo final de setembro, naquela mesma pastoral coletiva em que se declara a confiança no Centro Católico e na sua política de obediência ao poder civil republicano. Por esta altura, e para irritação não só dos monárquicos, como também da oposição republicana e até da ala liberal dos

comprometer os que desse processo lançam mão.” e que “O fascismo compreendia-se como elemento de defesa e como grupo destinado a cooperar com qualquer partido e com as autoridades na manutenção da ordem pública.” (15/8/22:1).

⁷³⁴ Já em setembro, ler-se-á mesmo que “Os fascistas são a demência nacionalista, lutando contra a demência internacionalista. [...] Ruínas e destroços é todo o resultado da obra fascista na Itália, como é todo o resultado da obra *bolchevista* na Rússia. [...] Que diferença há entre o procedimento dos partidários de Lenine, que na Rússia massacram sacerdotes e partidários de Mussolini, o chefe dos fascistas, que em Itália saqueiam os presbíteros e não poupam às suas fúrias aos velhos e inofensivos pais dos párocos da aldeia?” (*Diário do Minho*, 11/9/22:1); e, já em outubro, que “O fascismo está atualmente muito longe de ser o movimento de renovação social que nele vê Rolão Preto.[que...] organizou-se mais como grupo de ataque e defesa contra o *bolchevismo* do que como grupo de ideias e princípios. [e que...] Entregues a si mesmo e deixados à vontade na sua ação os *fascistas* constituirão em pouco tempo na Itália um perigo igual, senão maior que o perigo bolchevista.” (*idem*, 3/10/22:1)

⁷³⁵ A exemplo disto, veja-se o caso do *Diário do Minho*, o qual, vindo criticando a *Época* pela defesa aberta do fascismo, registrará, já em novembro e porque Mussolini dá “[...] ao Partido Popular [católico] a mais larga representação que foi concedida às correntes estranhas ao fascismo e a membros do Partido Popular confia as pastas de mais finalidade e trabalho social.”, que “Este limar de arestas da intransigência fascista, este corrigir de excessos de princípios e dos processos ante as realidades do poder, agrada-me e leva-me a pôr no fascismo como partido de governo esperanças que nunca depus em nele, enquanto examinava os seus atos de partido de oposição.” (26/11/22:1).

democráticos, os católicos assumirão, a nível parlamentar, uma atitude de colaboração com os trabalhos, não só encomiada por António Maria da Silva a Lino Neto, como compensada com a tentativa de restabelecimento do ensino religioso em escolas não oficiais⁷³⁶ e com a imposição do barrete cardinalício ao novo núncio apostólico, monsenhor Locatelli, por António José de Almeida. Por entre os escolhos da política e as críticas de jornais tão distintos como o *Rebate* e a *Vanguarda* ou o *Correio da Manhã*⁷³⁷, e não ocultando nunca a ideia de que “A crise não se resolve com simples mudanças de figuras ou de regime.”, mas com “[...] uma organização inteiramente nova [...]” e a refundição completa de “[...] métodos, processos e costumes.” (4/2/23:1), é agora que o Centro começa, como escreverá a *União*, a atrair “[...] a gente precisa [...] para construírem nessa charneca de agora a magnífica catedral das nossas vitórias futuras [...]” (nº127, 3/3/23:4).

Mas ainda em setembro de 1922, a discussão em torno do fascismo continuará bem viva, mesmo porque o assassinato de Sérgio Príncipe, presidente da Patronal, a 8, a vem acirrar – ainda nesse dia, lê-se no *Jornal do Comércio* que “[...] a atividade do *fascismo*, a energia que despende, a ação que exerce, correspondem bem a uma dura necessidade de opor uma forte barreira de virtudes cívicas, a força contra a inundação de todas aquelas estranhas doutrinas de comunismo [...]” (8/9/22:1). Pelos dias seguintes, contudo, a *Palavra* escreve que “Como [...] pouco se pode esperar do governo, temos, todos nós, não só o direito, mas ainda o dever, de nos defendermos, respondendo à violência com a violência.” e que “Se ainda não é possível uma organização como a dos fascistas em Itália, [...] imitemos a organização da Patronal de Barcelona e defendamo-nos como [...] se defendem [...]” (9/9/22:1); a *Vanguarda*, então, não perde a oportunidade de juntar que “Os atentados terroristas que diariamente se praticam em Barcelona – e que se estão imitando em Portugal – vêm provar a falta que faz a organização dum fascismo espanhol – e dum fascismo português.” (13/9/22:1); e no *Correio da Manhã*, como sempre, arenga-se contra República, em que “[...] a Burguesia que vive no terror do camarada, na alucinação das bombas e dos punhais [...] é que é a culpada, é que é ameaçada!” (14/9/22:1). Entretanto, pelo mesmo aviso de que se formou já “[...] em Portugal um agrupamento, denominado Grupo Nacional Fascista, composto por antigos republicanos [...]” (*Notícias de Évora*, 19/9/22:1), são ameaçados também jornais e individualidades acusados de promover o bolchevismo.

Mas tudo isto acontece ainda antes da chegada de Mussolini ao poder, que vem assustar a imprensa avançada, inquietar algumas folhas republicanas mais liberais, legitimar violências junto de

⁷³⁶ Sobre isto, dirá mesmo o *Diário de Notícias*, que “[...] é assinalar, em correspondência com a atitude dos católicos, a cessação duma política de hostilidades que nada já justifica e que não seria apenas injusto, mas inconveniente e perigoso reavivar.” (15/12/22:1)

⁷³⁷ Lê-se: “A igreja só pode transigir com a Democracia para melhor a apunhalar [...] e que “[...] a República [...] jamais conseguirá esse estado de perfeitibilidade enquanto tiver a dominá-la a Bolsa e a Igreja.” (*Rebate* 5/1/23:1), ou que “O Centro Católico, é uma demagogia mais perniciosa ainda que a demagogia democrática. Ao menos esta mata, incendeia e rouba às claras: aquela serve só para envenenar a alma dos ingénuos.” (*Vanguarda* 7/4/23:1), e “Para que persistem os nossos bispos em violentar a consciência dos católicos e do clero paroquial, em tentar em vão empurrá-los para dentro desta República, da qual estão moral e

um bom número de jornais conservadores – que, no estético eufemismo do *Correio da Manhã*, a esperam convertida “[...] em energia de vontade, quando restituída ao Estado a consciência da própria força, através do seguro consenso da grande maioria nacional [...]” (23/9/22:3) –, e ainda mostrar àquelas com algumas reservas que a legitimidade também advém do poder. O fascismo toma agora conta da atualidade informativa e só o igualam as notícias da crise política em que se vai findando a já longa governação de António Maria da Silva, e a que a situação italiana não deixa, ainda assim, de servir de pano de fundo, chegando a levar o *Republica*, num arrebatamento momentâneo, a confessar que “A situação [...] começa a ser absolutamente igual àquela que precedeu Pimenta de Castro e àquela que precedeu Sidónio Pais.” e tem agora a agravante de o Partido Democrático se encontrar “Entre duas correntes que não o pouparão: uma, formada por todos os elementos conservadores que só confiam em soluções violentas; outra, formada por todos os resíduos extremistas, de carácter político e de carácter social.” (18/10/22:1) – e já “[...] entre a perspetiva de Lenine [...] e a perspetiva de Mussolini”, como junta a *Vanguarda*, “o país não hesitará.” (29/11/22).

Muito se escreve, por esta altura, a respeito do fascismo, mas a sua representação, conquanto se baseie em não poucas fontes, não pode interessar aqui senão como enquadramento da própria receção e perceção do processo revolucionário russo. E a verdade é que, com Mussolini no poder, são já outras as preocupações em que lança a imprensa burguesa, onde o seu aporte antibolchevique parece súbita e drasticamente reduzido. Ainda assim, e inibido de proceder a grandes comparações, esta tese não se esquiva a assinalar que o bolchevismo lança-se em revolução para a mesma repulsa em que a imprensa burguesa portuguesa o tinha já e continuará a ter, enquanto o fascismo é chamado a formar governo sob a crítica de algumas folhas mais liberais, mas com o apoio ou a simples condescendência das folhas mais conservadoras, qualquer que seja a sua posição ante o regime. É que ante isto, será impensável negar o extraordinário fascínio que o fascismo vai, cada vez mais, exercendo⁷³⁸; impensável será também negligenciar o valor que experiência italiana terá para a generalidade da imprensa burguesa, não só vindo ao encontro de muitas das suas aspirações e ardores nacionalistas e

materialmente divorciados?” (*Vanguarda* 18/6/23:1)

⁷³⁸ E aqui inclui-se também uma admiração por Mussolini, “Jornalista, *sportsman*, guerreiro, o chefe supremo do fascismo [que] é um forte em toda a extensão da palavra e possui um soberano desprezo pela vida” (*Diário de Notícias*, 8/11/22:3), “O incansável [...] o verdadeiro restaurador da autoridade de Estado e da vida política, social e económica da Itália, na qual impera virtualmente como amo e senhor tão respeitado e querido como admirado.” (*idem*: 15/3/23). António Ferro, que terá a oportunidade de destacar-se como panegirista do ditador, nas impressões sobre Itália que passa ao *Vanguarda*, escreve mesmo: “Um cego de rua: Há uns tempos para cá sou mais feliz... Continuo a não ver, mas oiço rir...; Um mendigo: Já não peço esmola... Não é que esteja rico... É que todos me dão sem eu pedir...; Um operário: Quando vejo passar Mussolini vejo passar um camarada. Ele é o maior operário de Itália...; Uma criança rota: Vamos brincar à “marcha sobre Roma?” Eu faço de Mussolini.; Uma mulher: Dum homem assim é que eu precisava lá em casa...; Um empregado dos caminhos de ferro: Se o comboio chega à tabela? Com certeza. Desde que Mussolini está no poder, todos os funcionários chegam a horas...” (11/3/24:3).

messiânicos⁷³⁹, como reconsagrando a ideia da necessidade de ordem pública e de um líder e de uma governação fortes⁷⁴⁰. Tal ensejo encontrará identificação no referencial sidonista⁷⁴¹ e até na Cruzada Nun'Alvares, conquanto esta, talvez por contar com uma base de apoio apartidária e heterogénea, só rara e já tardiamente seja referida. Em todo o caso, muito importará notar que essa identificação nem é tão antiliberal como parece ser nacionalista e, como então se diz, “antipartidista”, e talvez por isso contando com inúmeras tentativas de identificar fascismo e liberalismo⁷⁴², a que não parece alheia uma tentativa de sossegar e até cativar a burguesia. Ante isto, também, não são só as representações do processo revolucionário russo, agora também num período de relativa acalmia, que perdem espaço noticioso, mas ainda toda a ideia da ameaça vermelha em Portugal, que, depois de três anos pontuando a ação do operariado e do governo, começa a ser dissociada da instabilidade e crise da República...

Tais reflexões poderão parecer temporãs, mas a verdade é nem a receção e percepção do fascismo mudarão muito mais até ao golpe riverista, em setembro de 1923, nem mesmo este, com tudo o que implica, rebate o que ora se escreve. Assim, ante a relativa indiferença manifestada pelos órgãos

⁷³⁹ Este fenómeno, diga-se de passagem, não tocará apenas aos sidonistas e aos monárquicos (agora, com a figura de D. Duarte Nuno), mas também aos republicanos. É da *União* esta interessante nota, produzida já em 1923: “Pois que significa a chamada do Sr. Afonso Costa pelos republicanos e a idolatria por esse homem, senão a necessidade que todos reconhecem de um messias, de um ditador que o seja sem o parecer, para salvar os pergaminhos da ideologia democrática?” (nº161, 29/11/23:1).

⁷⁴⁰ Os apelos são inúmeros, mas é o *Republica*, curiosamente, que veicula um dos mais neutros e interessantes ao escrever, ainda em 1921, o que poderia ser o programa do fascismo: “Era preciso que aparecesse aí um homem que reunisse todas as energias conservadoras da raça, ao mesmo tempo que possuísse o espírito suficientemente progressivo, para traduzir por uma nova legislação o que de justo há no movimento operário, tomando contacto com os seus elementos representativos e ordenando todas as classes dentro da vida legal. [...] que reduzisse as suas miseráveis proporções as ambições dos politiquetes monárquicos, sidonistas e republicanos, e arremessasse para as sombras dos desvãos da vida republicana essa pestilenta turtulhagem revolucionária. [...] que se servisse da força pública como um instrumento da vontade nacional e conseguisse fazer da lei a mais alta e atual expressão da justiça.” (28/12/21:1)

⁷⁴¹ A experiência é várias vezes apresentada como precursora do fascismo. Lê-se, por exemplo, no *Vanguarda*: “Quer isto dizer que Mussolini se inspirou em Sidónio Pais? De forma alguma, mas é incontestável que, antes do nacionalismo italiano, já o nacionalismo português tinha aparecido triunfante, já o primeiro fascista, Sidónio Pais, se tinha erguido contra o regime da demagogia ignara criminosa.” (5/12/23:1).

⁷⁴² Ainda em setembro, o *Correio da Manhã* escreve que “[...] o *fascismo* não diverge do liberalismo na essência do seu ideal. Aos moços enamorados das fórmulas novas, mesmo aplicadas a conceitos velhos, custa-lhes admiti-lo, mas a verdade é esta: o conteúdo substancial do *fascismo* e o da ideia liberal identificam-se. A tática diverge porque pode algumas vezes, talvez, ficar na violência [...]” (23/9/22:3). Pelos meses seguintes, ler-se-á ainda que “Em resumo, a política fascista é isto: feroz economia na administração do Estado e guerra ao bolchevismo, mantendo a Itália o atual regime político e relações internacionais. Eis um programa que assinaríamos de bom grado, ou antes, que andamos, há longo tempo, a defender para uso de Portugal.” (*Lucta*, 1/11/22:1); que “O fascismo não é reaccionário, na acepção pejorativa da palavra. Não o é em *matéria económica* nem o é em *matéria política*. Ninguém, com coração e razão, pode defender a organização económica da sociedade atual. Ninguém, sob o ponto de vista político, deixará de sentir um asco profundo pelos *politicantes de ofício*.” (*Primeiro de Janeiro*, 3/11/22:1); ou que “[...] proclama princípios, e afirma propósitos, que desde há muito entendemos que devem ser adotados pelos Estados europeus, se estes quiserem salvar o que resta, e já não é muito, da civilização da Europa.” (*Jornal do Comércio*, 8/11/22:1).

da oposição republicana, só à imprensa avançada⁷⁴³ e a alguns articulistas e folhas mais liberais irão ocupando a participação católica no governo de Mussolini e a crítica da ideologia reacionária e da manutenção das violências e o surgimento de movimentos similares em Portugal e noutros países – convirá notar que, ao longo deste período, não só se mantém a deriva de uma ala do Partido Democrático para a direita, impelindo na mesma direção e a permanentes reajustes quer os partidos da oposição, quer os próprios democráticos, como também se opera o referido conagraçamento com os católicos. Já as folhas mais conservadoras dividem-se entre o otimismo na governação fascista e o receio de que não consiga, como escreve *Primeiro de Janeiro*, “[...] desfazer a infabilidade das leis autoritárias, substituindo-as pelos verdadeiros princípios da liberdade [...]” (19/12/22:1), pondo fim à ação dos seus elementos mais radicais; mas divide-as também o ensejo de dar continuidade à experiência em Portugal e o receio de que acabe desvirtuada em discussões sobre que nome e emblema há de ter⁷⁴⁴ ou, ainda pior, na chefia de “[...] um antigo oficial do exército, afastado [...]” sobre os mesmos mancebos das escolas superiores de Lisboa que ultimamente se têm dedicado à tarefa de impedir a venda de ‘literatura de Sodoma’.” (*Primeiro de Janeiro*, 3/4/23:1).

O pronunciamento de Primo de Rivera não parece surpreender a imprensa portuguesa, que, ora conhecendo a crise do sistema político espanhol e as tensões entre movimento operário e o patronato, ora entrevedo o mal-estar entre o poder civil e o exército desde a derrota de Annual, em 1921, quase o vem dando por certo desde a chegada do fascismo ao poder⁷⁴⁵. É assim que os acontecimentos, que a *Batalha* chega a confundir com um movimento contra a guerra (15/9/23:1), mas a que a maioria dos generalistas e dos órgãos dos partidos do regime percebe o caráter “[...] eminentemente conservador [...]” e o fim de “[...] impedir o apuramento de responsabilidades nos desastres horrendos de Marrocos, estabelecer uma ditadura militar [...] e esmagar as aspirações autonomistas da Catalunha.” (*Rebate*, 15/9/23:1), são por quase toda a imprensa colocados na esteira do fascismo e, assim, recebendo loas

⁷⁴³ Pelo verão de 1923, a *Batalha*, que vem já querelada com a *Vanguarda*, ainda tem alguns arrufos com a *A Ditadura* e os prosélitos do Nacionalismo Lusitano, podendo-se ler: “Entenderam alguns cavalheiros *snoobs*, a quem o nacionalismo fascista subiu à cabeça, perturbando-a, como fumos embriagantes de vinhos caros, que haviam de lançar em Portugal a semente vil do banditismo político que em Itália vem dando há meses seus frutos venenosos. [...] Por intermédio desse órgão principiaram esses cavalheiros chiques a berrar pelo regresso à tradição, que dizem ser a salvação da pátria e o aniquilamento do papão bolchevista que ameaça a civilização.” (26/6/23:1).

⁷⁴⁴ A título de exemplo, veja-se a diferença entre o *Jornal do Comércio*, onde se defende que “Tentar introduzir o fascismo italiano em outros países é loucura. [e que...] O que pode haver é o aparecimento de movimentos similares, mas com características especiais, inerentes ao feitio de cada povo.” (11/11/22:1); e a *Vanguarda*, que discute “[...] qual seria o emblema e, portanto, qual o nome do fascismo português dele derivado [...]”, perguntando se “A cruz de Cristo, e portanto a ‘cruzada’ [...] O escudo nacional, e portanto o ‘escudismo’ ou o ‘quinismo [...]’ (4/12/22:1), ou que afirma que “Se em Portugal se fizer alguma revolução tendente a implantar o fascismo, diremos que é um pseudofascismo. Porque o verdadeiro fascismo há de começar como começou em Itália – a luta contra o bolchevismo, o ataque armado, as represálias.” (2/3/23:1).

⁷⁴⁵ É em dezembro de 1922, por exemplo, que o *DN*, considerando que “O ambiente [em Espanha] é propício ao desenvolvimento do ‘fascismo’, pergunta se “Surgirá no horizonte um Mussolini espanhol [...]” (17/12/22:3).

das mesmas folhas vêm celebrando a ditadura italiana— em comum têm, no entanto, uma mesma percepção de um avanço do espectro autoritário sobre Portugal, chegando, pelo dias seguintes e porque o contexto é novamente o de crise política, a falar-se da preparação de um golpe.

Entre todas as notícias sobre o novo regime espanhol, o seu carácter militar é um dos aspetos mais largamente notados, seja por responder ao conhecido apelo conservador a uma ditadura “de espadas”, seja por trazer alguma legitimidade aonde os fascistas italianos levam as violências e o aparato dos seus discursos e organização. Por outro lado, é também a causa da sua desconsideração e da virulência de algumas críticas entre os órgãos dos partidos do regime, talvez por ser algo de que a República verdadeiramente se arreceia: na *Montanha*, por exemplo, não se dúvida de que “[...] já que muito brevemente Primo de Rivera e os seus companheiros se hão de convencer de que, se para os políticos profissionais a situação é difícil [...] para os leigos em matéria política e administrativa a situação é incompreensível e os problemas não têm solução.” (19/9/23); para o *Republica*, “Primo de Rivera não tinha programa e talvez a estas horas, sem saber o que fazer, esteja arrependido.” (19/9/23:1); e já para o *Rebate*, “[...] alguns dos generais ditadores tinham lugares no parlamento e bem podiam levantar o seu protesto em nome de Justiça. [e] Não o fizeram, porque só lhes convinha a ditadura.” (20/9/23:1). Contra as opiniões mais conservadoras ou mais liberais, só na *Batalha* se escreve que “Aqueles que algumas vezes [...] têm calcado os princípios de liberdade [...] acham intolerável a ditadura militar.” (21/9/23:1) – por esta altura, aliás, já toda a imprensa avançada vê o fascismo e o riverismo como uma reação musculada da burguesia⁷⁴⁶.

Mas tais críticas e desconfiança são também devedoras do que, à semelhança do fascismo, se entende ser a dimensão imperialista e expansionista do riverismo, quer nas supressão das aspirações independentistas da Catalunha, quer na ideia de uma nova intervenção em Marrocos, com que o exército deseja limpar a sua imagem: agora e sempre, a perda da independência e das colónias é outro dos grandes receios da República, que, surpreendida pelo alvor dos movimentos anticoloniais, por vezes imputa ao bolchevismo aquilo em que – ver-se-á adiante – será muito mais pressionada pelos avisos de Mussolini e Hitler. A breve trecho, Primo de Rivera terá a oportunidade de declarar aos jornalistas portugueses Santonilho, Joaquim Manso e Reinaldo Ferreira, que procurará “[...] intensificar a amizade luso-espanhola, defender os interesses comuns e ampliar os tratados.” (26/9/23:1); mas, por essa altura, já no *Primeiro de Janeiro*, amiúde conservador, se deliberou que “[...] a nova ordem de coisas estabelecida pelos revolucionários, não nos deve ser favorável. [...] que não haverá um excessivo amor a Portugal no novo governo de Madrid.” (19/9/23:1), e também no DN, entendendo que “A Espanha é, [...] um laboratório demasiado perto de nós para que não nos inquietem as combinações e reações químicas que nele se produzam [...]”, se avisou que os portugueses tem “[...] justas razões então de se lembrarem de que o partido militar espanhol é o único, em Espanha,

⁷⁴⁶ Parece ser assim que a *Batalha*, tratando da Acção Nacional, regista apenas que “A ânsia duma ditadura é tal que já conseguiu reunir num mesmo grupo [...] indivíduos que se dizem republicanos e outros que se

demonstrada e confessadamente antiportuguês.” (23/9/23:1). A questão voltará recorrentemente e sem distinguir entre filiações, mas é pelo final de 1924, com Rivera a propor a Portugal um maior controlo ibérico da atividade avançadas e a ser imediatamente acusado de ingerência nos assuntos nacionais, que parece atingir o seu ponto mais crítico.

Assim e apesar comumente desconsiderado em face do fascismo⁷⁴⁷, o riverismo parece levar até à mudança o que aquele, em muito casos, deixara ainda pela indefinição. A sua proximidade alerta a imprensa avançada e também aquela dos setores republicanos mais liberais para o perigo de uma ditadura, facto a que não será alheia a formação da Esquerda Democrática, mas continuará a forçar a deriva de Bonzos e de outros partidos republicanos para a direita, onde a disputa de apoios os guinda a posições ou soluções cada vez menos leais. Já entre a imprensa mais conservadora, tanto reitera os perigos das imitações, como, ao mesmo tempo e perto de o adversar, supõe a existência de um fundo ideológico comum e um sentido de continuidade entre experiências semelhantes⁷⁴⁸, que corroboram a pretensa exemplaridade, oportunidade e validade da experiência italiana⁷⁴⁹.

Aqui, e apenas curtamente, esta tese permite-se distinguir a reação de alguns monárquicos, movidos a pôr momentaneamente de parte a questão do regime, sendo até possível encontrar António Sardinha, poucos dias depois do pronunciamento em Espanha, a reconhecer ao *Diário de Lisboa* que “[...] o caminho, em Portugal é a ditadura nacionalista e não a restauração imediata que [considera], por todos os motivos, inviável e fracassada neste momento.” (19/9/23:2)⁷⁵⁰. Sem ir tão longe, é também o próprio Ayres d’Ornellas quem assumirá, já pelo início de 1926, que ao fascismo só falta a resolução da questão romana, para que o povo italiano seja “[...] o verdadeiro sucesso *Povo Romano*.” (*Correio da Manhã*, 10/1/26:1) – ainda assim, é bem caso que se diga que, na impossibilidade de um reino de homens, esta “[...] alta resposta à Encíclica Papal [...]” (*idem*) dará aos homens o “Reino de Cristo”. Os católicos, por seu turno, depois de três anos de pacífica concomitância com a República,

afirmam monárquicos integralistas.” (6/2/24:1).

⁷⁴⁷ Lê-se, por exemplo, no *Jornal do Comércio* “Mussolini é o Pensamento, que traça um caminho, que, organiza todos os meios, propícios à realização de seu plano, e um dia, forte de situação, atua sem perder o sangue frio e [...] o fim a que visa. O general Primo de Rivera [...] não é nada disso. [...] dá um golpe de Estado – mas não quer o Poder. [...] assina, com o Rei, os decretos – mas não se considera ministro. Mussolini é o Ditador. Primo de Rivera é um ditador. O Sr. Mussolini tenta estabelecer na Itália uma espécie chancelerato alemão. O Sr. Primo de Rivera fala na representação proporcional. O gesto do general Primo de Rivera é o gesto irritado de um descontente – com um único aspeto positivo, afirmativo, orgânico: o da unificação sistemática da Espanha.” (10/10/23:1).

⁷⁴⁸ E eis porque, mesmo afirmando que “[...] o fascismo-fascismo só é possível na Itália.”, a *Vanguarda* acaba defendendo que “O que há de comum entre mussolinismo, riverismo, hitlerismo, é o nacionalismo, poder pessoal, a ditadura, a mão de terror erguendo a Pátria do abismo em que está prestes a tragédia.” (5/12/23:1)

⁷⁴⁹ É o próprio Primo de Rivera quem vem declarar que “Com o mussolinismo formou-se um credo, uma doutrina que encontrou no mundo inteiro admiradores e prosélitos.” (*Diário de Notícias*, 23/11/23:1)

⁷⁵⁰ É no *Monarchia* que, já em outubro e assinalando que “Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses.”, se afirma que “[...] se não houver Rei, que haja um Ditador, porque

começam agora a convencer-se tanto de que são “[...] incontestavelmente, a principal garantia da ordem pública em Portugal.” (*União*, nº 163, janeiro de 1924:8)⁷⁵¹, como da necessidade da sua ascensão ao poder⁷⁵². Porém, à espera de um parecer da Santa Sé, os católicos portugueses dividem-se e adiam-se ante quaisquer soluções pró-ordem pública que os identifiquem com o fascismo – fenómeno de certa forma extensível ao Estado Novo, mas que, por ora, vai passando já à imprensa, como se disse, numa longa discussão teórica⁷⁵³ e que se manterá mesmo depois do 28 de Maio⁷⁵⁴. Em face disto, crescem as *forças vivas*, que, em torno da União dos Interesses Económicos ou dando fôlego à Cruzada Nun’Alvares, mais trabalham por um entendimento das diferentes orientações conservadoras, mobilizando-as não só no sentido de um condicionamento dos mais diversos governos republicanos, como até da sua participação nas eleições parlamentares e municipais de 1924 – o que a imprensa mostra é que, na sequência dos maus resultados da UIE, é mesmo sobre a Cruzada que parece cair a responsabilidade definitiva dessa mobilização, preconizando e apregoando uma “Uma doutrina de reconstrução: o nacionalismo.” e “A fórmula política essencial: Autoridade e Autonomia.” em que “[...] cabem todos os portugueses.” (*Diário de Notícias*, 16/1/26:3).

Diferenciadas, mas não divergentes, estas posições conservadoras acabarão por encontrar um alinhamento, seja ele qual for, e a que, por esta altura, se colou já sobremaneira o rótulo do fascismo – processo, aliás, que largamente assemelha aquele já conhecido à utilização dos termos *bolchevismo/comunismo* na alusão ou caracterização das atividades avançadas... e não só. A isto,

será Chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos!” (26/10/23:1).

⁷⁵¹ Tudo isto se lê já desde novembro de 1923, quando a *União* escreve que “O Centro Católico não tem, pois, nada a recear desta reação [fascista e riverista], antes muito que esperar dela, se cá chegar e mesmo desde já, porque lhe dá um acréscimo de prestígio, visto que de um lado e doutro há quase uma coincidência de orientação.”, e lhe apõe que “Nos países católicos [...] há uma certa possibilidade em montar a ditadura das ideias, se for feita pela Igreja, única autoridade para definir verdades.” e que “Este papel está entre nós, naturalmente indicado ao Centro.” (nº 157, 8/11/23:2); mas prossegue ainda ao longo de 1924, quando o *Diário do Minho* vem defender que “[...] a organização social-política dos católicos equilibra as forças em litígio, influi salutarmente na marcha dos negócios públicos e é a maior garantia do futuro.” (9/5/24:1).

⁷⁵² A questão não foi nunca tão clara – ainda em 1921, Lino Neto explica ao DN que “O Centro Católico Português [...] não é propriamente um partido político: não pretende o poder pelo poder, nem aspira a governar exclusivamente com elementos seus. O objetivo [...] é cristianizar as leis, os costumes, e a vida política nacional; exercer quanto possível uma função de harmonia e de conciliação entre as diferentes classes e correntes de opinião; e contribuir para que, na administração pública, predominem os cidadãos mais competentes, moral e tecnicamente.” (28/7/1921:3).

⁷⁵³ Destaca-se Constantino Coelho, no *Diário do Minho*, já pelo final de abril de 1926, numa série de artigos particularmente avessos ao fascismo.

⁷⁵⁴ No *Diário do Minho*, por exemplo, lê-se: “Há, por isso, um duelo de pensamento entre a superstição fascista e a doutrinação católica; duelo que não se limita à Itália mas que tem episódios em toda a parte. Não duvidamos do último triunfo da Igreja; mas a luta há de romper qualquer dia, e muito forte. Cremos bem que se aproxima uma época de novos triunfos, mas também de novas perseguições para a Igreja. Os perseguidores serão as ditaduras. A Igreja estará com os povos, as democracias, os humildes.” (13/2/26:1). Mas também se lê no *Novidades* que “O fascismo é obra humana e por conseguinte tem necessariamente defeitos como tem qualidades. Se tirarmos um balanço, achamos que o resultado será positivo.” (1/3/26:1).

junte-se ainda que é também a própria internacionalização do fascismo que parece carecer, por forma a avultar-se e legitimar-se, de invocar a do comunismo – razão, talvez, porque se afiguram mais frequentes as referências ao processo revolucionário russo entre os acontecimentos de Espanha do que o foram com os de Itália. O mais interessante, contudo, é que nem o impacto do fascismo e do riverismo sobre inúmeros grupos se traduz em mais referências ao processo revolucionário russo na imprensa portuguesa, nem as invocações do comunismo produzidas neste enquadramento específico parecem servir tanto para dilatar a ideia de uma ameaça, como para justificar a morte lenta de mais um regime liberal ante soluções que, afinal, tanto parecem seduzir a imprensa burguesa⁷⁵⁵. O que isto talvez signifique é essa ameaça vermelha não tem lugar onde a ânsia de poder logra velar a ameaça conservadora – fascismo e riverismo, escreverá o *Mundo*, “[...] não criaram o espírito da ditadura; robusteceram-no, porém.” (15/2/24:1).

2.3.3 Entre Internacionais: o refluxo do movimento operário nacional

Pelo final de 1920 e o início de 1921, o movimento sindical português poderia estar atingindo um novo pico da sua capacidade reivindicativa; porém, o que tanto a duração das greves como a sua suspensão antecipada pelo regresso às condições de trabalho prévias parecem indicar é que as suas táticas e princípios revolucionários são já ineficazes⁷⁵⁶, quer ante a organização e endurecimento da ação do patronato, quer, de um modo geral, ante uma maior capacidade de resistência da burguesia. Dominado pelas conceções sindicalistas e anarcossindicalistas da grande maioria dos seus elementos –

⁷⁵⁵ É assim que, na sequência imediata dos acontecimentos, o *Correio da Manhã* vem defender, aproveitando para criticar o “revolucionarismo” da República, que até “Na própria Rússia [...] A hierarquia militar e civil, da qual é inseparável a hierarquia social, readquire [...] um vigor que não fica em dívida ao do tempo do Império [...]” (16/9/23:1); ou que, no DN, arguindo que “O movimento atual não partiu da Itália, mas da Rússia. [e que] O primeiro dos grandes fascistas de hoje não é Mussolini, mas Lenine.”, se escreve que “Os liberais que recorrem a insurreição, ao revólver ou à bomba trabalham inconscientemente contra os seus próprios ideais.”, mas que “Foram os socialistas italianos, aliados aos comunistas, com a tácita cumplicidade dos políticos fracos, que fizeram o Sr. Mussolini. Foram os revolucionários catalães [...] quem fez o general Primo de Rivera.” (30/9/23:1); mas é também assim que, dois anos depois, se defende na *Reacção* que “Primitivamente o fascismo é um movimento *improvisado* de salvação nacional, mas como o perigo bolchevista é internacional, não tendo fronteiras, [...] é indispensável que o seu fim não seja apenas [...] de salvação nacional mas de salvação de toda a sociedade humana.” (1/9/25:1). Por esta altura, será interessante notar, até já no *Primeiro de Janeiro* se assenta que “Quem tem acompanhado os acontecimentos políticos da Itália [...] desmente com os factos aqueles que atribuem a Mussolini o salvamento dos estabelecimentos fabris duma invasão de carácter bolchevista e o restabelecimento da tranquilidade no seu país. [e que...] essa tentativa não passou duma vertigem espalhada pelos ventos soprados dos lados da Rússia.” (31/10/25:1).

⁷⁵⁶ Por esta altura, o operariado acaba quase sempre, e no melhor dos casos, vitimado pela sua própria estratégia de luta por melhorias salariais, logo anuladas pelo aumento do custo de vida. Ainda em dezembro de 1920, assume-se na *Batalha*, comentando um greve dos ferroviários, então em curso, que “Nada tem ganho o operariado com as greves e certo. Mas estaria em muito piores circunstâncias se tivesse distraído os seus cuidados para a tática parlamentar. Procedendo como procedeu, levou a cabo por suas próprias mãos, um trabalho de defesa necessária, exercitou as suas próprias forças, vai tomando balanço para o golpe final.”

e, portanto, inclinado a bastar-se a si próprio, arredado da política e da intervenção mediadora do estado, e sem se rever noutras organizações internacionais – o movimento sindical atua dentro das estruturas da CGT e, sem grande debate, convive com quantas orientações ideológicas existem entre o operariado. De igual modo convive com a Revolução Russa, parecendo compreender, e não sem sentido crítico, os condicionalismos de se ver associado a um fenómeno de tamanho impacto e importância na transformação da sua consciência histórica, por isso mesmo logrando manter algumas reservas quanto ao bolchevismo, mas também assistindo ao nascimento da FMP e do PCP entre as suas fileiras. Ante uma intensificação das críticas e do debate em torno da sua estratégia, esta é, contudo, uma situação prestes a mudar.

Em pouco mais de um ano de existência, a FMP e o seu órgão de imprensa, o *Bandeira Vermelha*, logram desempenhar um importante papel tanto no agrupamento dos primeiros soviéticos⁷⁵⁷ portugueses, como naquilo a que Quintela se refere como um “ultrapassar do sindicalismo” (1976:14), mas que, sem uma verdadeira diferenciação face aos princípios anarcossindicalistas dominantes no meio sindical⁷⁵⁸, se fica ainda pela defesa das lutas operárias e pela divulgação da Revolução Russa e das suas teses. Desgastada e incapaz, pela sua dimensão, de se constituir como frente extrassindical do operariado português, e ainda desenganada quanto à possibilidade da revolução imediata, a FMP extingue-se sob a repressão das autoridades – mas fá-lo, note-se, quando a situação sindical, as 21 condições de acesso à III Internacional, e até a situação do Partido Socialista⁷⁵⁹ confirmam a oportunidade da sua transformação num partido comunista.

As primeiras três reuniões preparativas do que será o PCP decorrerão entre 12 e 19 de dezembro de 1920, na Associação dos Caixeiros, mas até à sua fundação, a 6 de março de 1921, decorrerão inúmeras outras, envolvendo sempre ex-maximalistas, anarquistas, e socialistas, quase todos ligados por uma intensa atividade sindical. Entre inúmeras questões abordadas, a principal passará pela própria criação de um novo núcleo ou partido com carácter extrassindical, bem ilustrada, desde o primeiro momento, pela posição de Rates, defendendo a necessidade de [...] todas as correntes socialistas se entenderem e, embora por caminhos diferentes, chegarem ao mesmo fim [...]” (*Batalha*, 17/12/20:3), e a de António Peixe, que a urgência da criação “[...] de um organismo extrassindical e antiparlamentar, de características revolucionárias e comunistas.” (18/12/20:3). Outra, já se vê, terá de passar pelos processos de ação e de luta a seguir, onde a participação parlamentar assume particular

(16/12/20:1).

⁷⁵⁷ Este termo não é, aqui, usado displicentemente: oriundos do meio sindical, os maximalistas portugueses são mais simpatizantes da transformação preconizada pela revolução do que propriamente bolchevistas.

⁷⁵⁸ Invertendo a ordem, um artigo do *Primeiro de Janeiro* dirá, curiosamente, o mesmo: “A facção extremista do nosso sindicalismo revolucionário vive embalada na ilusão de que todos os ataques a organização económica atual favorecem o próximo triunfo dum golpe à maneira russa: a derrocada súbita do Estado, a falência das classes dirigentes e o imediato predomínio do proletariado na vida política do país.” (22/10/20:1)

⁷⁵⁹ Recorde-se que o II Congresso Extraordinário deste partido, realizado em outubro, terminará num impasse, não surpreendo encontrar já, na formação do PCP, alguns ex-socialistas.

relevância: por ora, e ao final de três reuniões, os participantes atinam apenas na constituição de um agrupamento fora da organização sindical e da Comissão Organizadora que o há de formar, mas o seu carácter antiparlamentarista ficará definido logo aquando das primeiras reuniões para discussão das bases orgânicas do partido, em janeiro de 1921.

Com a formação do novo partido em vista, é natural que a questão das 21 condições, mesmo só parcialmente conhecida, mas afinal beneficiando do interesse quer da imprensa operária, quer também da imprensa burguesa, atenta à tendência seguida por outros movimentos operários europeus⁷⁶⁰, conheça um rápido desenvolvimento. Ainda que só pelo final de dezembro se conheça uma tradução integral do documento – aquela feita por Perfeito de Carvalho, do italiano, para a *Batalha* – é já desde o mês de outubro que alguma imprensa avançada começa a verter as primeiras críticas, com o *Combate* a arguir que o “[...] o seu erro começa em quererem instituir normas universais de ação e fins revolucionários.”⁷⁶¹ (31/10/20:1); mas a questão, como se verá, manter-se-á ao longo de 1921. Por ora, no entanto, importará não confundir entre a crispação que a questão das condições continuará a envolver, seja no anúncio da sua rejeição por alguma organização operária internacional, seja aludindo aos trabalhos da formação da Internacional sindicalista, e a discussão inerente à formação do novo partido, afinal menos acesa e bem mais tendente a um entendimento do que algumas análises terão sugerido. Mas também importará compreender que, com o PCP em formação, e ainda pela restinga de uma longa greve geral dos trabalhadores da imprensa de Lisboa, a questão da unidade operária e, na sua esteira, os agravos de alguns elementos avançados ao processo revolucionário russo, estão muito longe de se apresentar como a única ou a maior preocupação dos jornais. Que alguma discussão se mantém, entretanto, mostra-o até a imprensa burguesa, que, mais açulada pela greve do que conhecedora da situação operária, não perderá a oportunidade de mostrar a criação do PCP ou como uma cisão do movimento sindical, ou como uma evidência de um desvio ideológico ou de um controlo comunista da CGT⁷⁶². Já que algo muda, mostra-o melhor a avançada,

⁷⁶⁰ Ainda em setembro de 1920, e simultaneamente preocupado com o resultado do congresso do Partido Socialista Português, o *Vitória* assinala “A adesão à III Internacional de Moscovo, isto é, à organização soviética, continua na imprensa francesa. Uma coisa está assente: é que a Confederação Geral do Trabalho é contra o bolchevismo. [...] o bolchevismo não agrada aos puros socialistas, porque os dois sistemas se contradizem nos seus fundamentos, assim como não pode agradar aos republicanos, porque é a negação da liberdade.” (22/9/20:3). Em novembro, também o DN regista que “Os socialistas belgas repudiam, por enorme maioria, as teorias bolchevistas.” (1/11/20:3). Já em dezembro, o *Manhã* conta que, no congresso socialista de Tours, Léon Blum faz a “[...] distinção entre o socialismo tradicional e o comunismo [...]”, afirmando que “[...] o primeiro, de carácter democrático, tende a levar todos os trabalhadores.” e “O segundo, pelo contrário, quer constituir um partido fechado, onde o poder será entregue a uma comissão dirigente, a qual todos os organismos estarão subordinados.” (23/12/20:2).

⁷⁶¹ E prossegue-se, sustentando que o seu “[...] acatamento severo [...] não daria maior coerência ao Estado histórico, não acrescentaria o seu poder defensivo e o induziria a empreender uma política de repressão violenta, de perseguições, de encarceramento, de supressão de jornais, de eliminação, por prisão ou por desterro, dos melhores homens do movimento operário [...]” (*Combate*, 31/10/20:1).

⁷⁶² Por estes dias, as maiores acusações à *Batalha* chegam pelo *Jornal*, episódico projeto da empresas

onde nem mesmo o tom ameno em que a *Batalha* ou o regressado *Bandeira Vermelha* promovem o “Debate de Opiniões”⁷⁶³ logra esconder certa agitação.

Em poucas palavras, poder-se-ia dizer que este debate se desenvolve em torno quer da realização imediata da revolução, quer da tão evitada questão da ditadura do proletariado (que os comunistas defendem, e que os anarquistas absolutamente repelem), quer até da oportunidade de aderir, finalmente, a uma internacional sindical – isso, contudo, estaria longe de reproduzir um todas as posições existentes. Em boa verdade, há anarquistas a quem o PCP nada amola; comunistas, e entre estes alguns a quem a ideia da ditadura do proletariado arrepiam, divididos quanto ao caráter extrassindical ou à possibilidade de uma participação parlamentar do seu partido; ou ainda figuras como Alexandre Vieira⁷⁶⁴, que continuam a defender a completa independência da ação sindical. Em prol da unidade operária, Emílio Costa, porventura o mais esclarecido dos militantes anarquistas, aludirá com paternalismo à “Ilusão da gente nova”, que imagina “[...] que as coisas podem mudar rapidamente por bruscas revoluções.” (*Batalha*, 8/2/21:1); mas já outro anarquista, Manuel Correia da Costa, não hesitará afirmar que qualquer que seja a origem da revolução social em Portugal, “Até aperfeiçoando nós o sistema soviético, e adaptando-o à nossa estrutura social, nem por isso mesmo, inclusivamente com congressos de delegados habilitados com latos poderes, se deixará de fazer ditadura.”, sugerindo, ademais, que “[...] que tenhamos o máximo escrúpulo em imprimir sinceridade ao que escrevemos quando se trate de orientar as multidões ávidas de liberdade.” (*Batalha*, 27/2/21:1). Ameno como decorre, o debate poderia não admitir tal argumento, que não é mais do que a acusação de que os comunistas estão a fazer passar por libertárias algumas concepções bolcheviques – a fazer “confusionismo”, como então se diz –, ou de que pretendem controlar a ação sindical. No entanto, é o próprio Carlos Rates, a despeito de quantas dúvidas tenha ainda quanto ao PCP, que acaba por admiti-lo, seja iterando “O carácter deficiente da organização sindical e tendências das forças socialistas [...]”, seja afirmando que “[...] teria preferido antes ampliar a ação e diretriz da organização sindical.” (*Bandeira Vermelha*, 24/4/21:3).

A situação acabará por alterar-se já desde o final da primavera, e não tanto, curiosamente,

jornalísticas afetadas pela greve. Tratando-se, porém, de um episódio pontual, exemplifica-o igualmente bem o diário portuense o *Norte*, que com a folha operária manterá acesa contenda, ao escrever-lhe, por exemplo, que lhe há de esta permitir “[...] que duvidemos que os seus revolucionários nos possam substituir. Se eles, antes mesmo do urso morto, já não se entendem com a divisão da pele... Que o digam os Srs. Rates, Costa, Campos Lima e outros, a puxarem cada um para seu lado.” (28/1/21:2); ou ao juntar, aquando da publicação do programa do PCP na *Batalha*, que “[...] sob o rótulo de uma organização nacional [CGT], lá vem a interferência e o conluio do bolchevismo internacional, nesse entendimento e ação combinados dos partidos comunistas.” (3/2/21:2). Já pelo final de fevereiro, o *Norte* substituirá estes e outros ataques do género por uma série de artigos sobre a situação russa.

⁷⁶³ Assim intitula a *Batalha* o espaço consagrado à questão e que ocupará o canto superior direito da 1ª página.

⁷⁶⁴ Tanto esta como outras alusões aqui feitas a Vieira não são displicentes, posto que o seu papel moderador nesta luta de tendências foi não só notado por esta tese, como por outros autores. Desta forma, não será coincidência a radicalização do discurso da *Batalha*, a partir de 1921, com a sua saída, por motivos de saúde.

pelos termos em que decorre toda esta discussão, como pela particularização de uma outra, que os comunistas têm vindo a adiar, em torno da participação parlamentar, mas para que concorrem tanto a polarização das distintas posições operárias, como o alargamento e consolidação do novo partido, ou até, porventura, a proximidade das eleições para o Congresso, marcadas para julho. Por si só, a discussão evoluirá tibiamente: ainda em abril, e corrigindo a sua posição anterior, Rates declara o antiparlamentarismo do PCP “[...] um disparate que precisa de ser emendado.”, defendendo que o partido “[...] para poder viver tem de lutar [...] E para lutar tem de aceitar a luta em todos os campos de que possa tirar vantagem.” (24/4/21:3); já em maio, e alegadamente respondendo aos apelos de alguns comunistas, o *Bandeira Vermelha* alarga essa posição a uma série de artigos; e em junho, e conquanto se mantenham tais apelos, a primeira Assembleia Geral do partido irá mesmo ao ponto de excluir da lei orgânica as referências à questão, adiando-a para o congresso. Paralelamente, os comunistas vão trabalhando na constituição de centros e na angariação de militantes, alcançando até significativos progressos entre alguns grupos. A verdade, porém, é que uma tal evolução não agrada aos anarquistas, que, para além de desenganados quanto ao teor da nova organização, sentirão que opção parlamentarista não só fere os seus mais elementares princípios, como pode contaminar a CGT, seja por simples associação, seja pela colaboração direta dos seus militantes.

A questão salda-se em julho, quando, em resposta ao manifesto dos Corpos Diretivos do PCP de apresentação “Ao País” (14 de julho), a CGT apõe uma “Nota Oficiosa” (16 de julho), e outras suceder-se-ão, em que, para além de recusar qualquer subordinação ou mesmo associação ao novo partido, acabará por referir-se aos comunistas como “videirinhos. Furtando-se, ao que consta, à aprovação do Conselho, esta iniciativa de alguns dos elementos anarquistas do Comité Confederal nem marcará tanto uma rutura, como a fraqueza e o isolamento dos comunistas dentro da CGT – para estes, a nota não é senão a “[...] evidência de que, de facto, a organização sindical se não basta a si própria.” (*Batalha*, 24/7/21:1) –, mas é quanto chega para alimentar o interesse dos jornais burgueses, que entreveem já um dissídio operário. Um tal interesse, convirá notá-lo, manter-se-á ao longo de toda a discussão, e estará sempre muito longe de refletir, ao contrário do que alguns autores têm sugerido em face de tais circunstâncias, algum comprazimento burguês num enfraquecimento do movimento operário. Para as folhas mais liberais, o advento de um partido comunista, ademais parlamentarista, parece corresponder tanto à emancipação política, como ao alargamento de um eleitorado filial e tradicionalmente avesso tanto aos monárquicos, como aos partidos republicanos mais conservadores – ideia não só defendida por Mayer Garção⁷⁶⁵, no *Manhã*, mas também expressa por alguns socialistas⁷⁶⁶

⁷⁶⁵ Com a cisão Democrática, recorde-se, Mayer Garção seguirá os canhotos, distinguindo-se, nas páginas do *Mundo*, na defesa da Esquerda Democrática e na crítica do abstencionismo operário.

⁷⁶⁶ Na sequência do desaire eleitoral de julho, em que o Partido Socialista perdera toda a representação parlamentar, Ramada Curto explicava ao *Século* que “A Criação do Partido Comunista em nada prejudica a causa socialista. [e que] Ao contrário [...] é um dos maiores serviços prestados à causa de todos nós. É o começo da adopção de utilíssimos processos de luta, tais como o exige o nosso meio.” (30/7/21:3). Convirá recordar que o Congresso extraordinário do PSP, reunido em outubro do ano anterior, tinha já aprovado uma

e seareiros, e até na oferta de alguns assentos parlamentares ao PCP⁷⁶⁷. Assim, para as mais conservadoras, conquanto digam arrepear-se, quer pelo “[...] prestígio e a força enorme que até aqui a CGT tem disfrutado no meio do operariado.”, quer pela “[...] existência dum fulcro bolchevista entre o operariado.” (*Monarchia*, 8/2/22:1), a preocupação é de que o operariado se converta “[...] numa força política, empregada, naturalmente, ao sabor dos seus dirigentes.” (*Tempo*, 9/2/22:1). Num momento em que o perigo vermelho começa a ser referido com maior intensidade, tudo isto repele, uma vez mais, a ideia de um receio real⁷⁶⁸.

Em face deste interesse, tanto a CGT como os comunistas procurarão, pelos dias seguintes mostrar que o episódio não corresponde senão a uma saudável discussão de ideias⁷⁶⁹, mas todos, em boa verdade, compreendem a sua verdadeira significação. É que, estalado o verniz, vai-se também um certo decoro em que a discussão veio sendo mantida. À primeira vista, é a cúpula anarcossindicalista reunida em torno de Manuel Joaquim de Sousa a vencedora deste conflito – pelos dias e meses seguintes, a *Batalha* não só terá fôlego para reincidir nos ataques⁷⁷⁰, como continuará a dar boa publicidade quer à solidariedade que lhe é cedida por inúmeros organismos operários, quer às notícias da organização da Associação Internacional dos Trabalhadores e do repúdio dos comunistas noutros movimentos sindicais estrangeiros, porém amolada com os “erros” ou “[...] essas torcidas e deliberadas interpretações da doutrina comunista [...]” com que se lançam “[...] os homens da Terceira Internacional a um ataque contra as organizações sindicalistas, talvez mais furioso e que contra outros

adesão de princípio à III Internacional.

⁷⁶⁷ Segundo se pode ler, “[...] no intuito de pacificação do agitado momento [...]” que então se vive, Ernesto Carneiro Franco, chefe de gabinete do Ministro da Justiça e dos Cultos, manifesta a alguns militantes comunistas, “[...] os muitos desejos [...] de que o Partido Comunista Português – oficial ou officiosamente [...] – viesse a ter no futuro parlamento condigna representação [...]” – José de Sousa, já então secretário da Junta Nacional do PCP, responde-lhe que só o primeiro congresso do partido, projetado para 1922, “[...] possivelmente aceitará, entre os diversos meios de luta, a participação parlamentar [...]”, mas ainda assim sem que esta tenha “[...] o critério de colaboração de classes, mas ainda e sempre de luta de classes.”, e ainda que tal convite, mesmo que bem intencionado, “[...] é a mais cabal prova da mentira burguesa do sufrágio eleitoral.” (*Mundo*, 4/12/21:2).

⁷⁶⁸ Em abono desta proposta, já recorrente nesta tese, note-se como Ribeiro de Carvalho, no *Republica*, comentará a proposta ministerial assinalando que “As ideias comunistas, em Portugal, são ainda uma coisa vaga, sem consistência, sem força alguma, sem raízes nas próprias massas operárias.” (9/12/21:1).

⁷⁶⁹ Por esses dias, A CGT explicará que “As ideias do manifesto o novo partido [...] impunham de um modo absoluto a [sua] intervenção [...]”, mas que nem “[...] interviria jamais se nenhuma alusão à organização operária o manifesto contivesse [...]”, nem “O incidente [...] acarretará a divisão das forças operárias organizadas, podendo quando muito vir suscitar uma discussão de ideias.” (*Batalha*, 20/7/21:1); já entre os comunistas, Eduardo Metzner, por exemplo, vem assegurar ao *Montanha* que “O Partido respeita a CGT, considerando-a como a única organização económica. Não combate a organização sindical. Os comunistas são fundamentalmente sindicalistas.” (22/7/21:1).

⁷⁷⁰ Por exemplo, na mesma ocasião em que regista que “Bate palmas, a imprensa burguesa, ao dar curso ao boato tolo de que a CGT vai desaparecer e de que a organização operária está ameaçada de uma funda divisão [...]”, a *Batalha* verte, também, que não só foram “Os confucionistas [...] pretenderam ver na nota officiosa do Comité Confederal uma atitude de ataque ao Partido Comunista, o toque de guerra a essa nova organização

partido.” (11/8/21:1). Já em breve, a vantagem parecerá dos comunistas, que, para além de verem acelerado o processo de tomada de posições por inúmeros organismos e figuras, que, até então, se vêm mantendo à margem da discussão, acabam por se ver colocados ao mesmo nível da confederação sindical, e ademais beneficiando da propaganda que a *Batalha*, refém da imagem da unidade operária e até de uma nova suspensão do *Bandeira Vermelha*, acabará por lhes ceder⁷⁷¹. A seu tempo se verá como esta questão irá desgastando não apenas os seus intervenientes diretos, por si só entregues a não poucos problemas e contradições, mas todo o movimento operário, uma vez que o conflito não parará de se agravar, quer com a hostilização e perseguição de alguns militantes (que, em abono da verdade, se ficam ainda pela ameaça de irradiação), e com as críticas e os ataques a sucederem-se tanto na *Batalha*, como nas páginas do novo e impetuoso órgão de imprensa do PCP, o *Comunista*⁷⁷², como em inúmeros outros títulos operários espalhados pelo país. É por esta altura, no entanto, que a *Batalha* traz um novo dado à discussão, dando os primeiros passos numa campanha contra a Revolução Russa.

Desde o início da questão, as representações do processo revolucionário russo têm mantido uma vida própria e quase indiferente aos arrufos do operariado, cuja imprensa vai fazendo por distinguir entre a revolução e a ação bolchevique. Por si só, isto é já um sinal de uma diferenciação cara a alguns operários mais informados, seja por via da sua formação anarcossindicalista, seja apenas pelo seu vínculo sindical; mas é possível que também outros aspetos do Comunismo de Guerra, como a recente supressão das revoltas de Tambov e Cronstadt, mas também o Terror e o início da Fome, tenham impacto na definição de atitudes – nada ou ninguém, porém, o diz ainda, sendo uma proposta a que só alguns depoimentos posteriores emprestam algum sentido. Até agora, de facto, para além de defender a Revolução Russa dos ataques burgueses, a imprensa avançada tem sido, a despeito da sua orientação, o maior veículo de promoção e divulgação dos ideais revolucionários, mas também do bolchevismo. Depois, sendo comum assumir-se que o processo revolucionário russo influi diretamente numa mudança de atitude do proletariado, estando na origem quer da formação da FMP e do PCP, quer do dissídio operário, a verdade é que serão inúmeras as fontes que acusarão tal influência,

político-revolucionária.”, como que “[...] à organização sindical esse partido é indiferente.” (23/7/21:1)

⁷⁷¹ A este respeito, Pacheco Pereira assinala que a *Batalha* apresenta notícias sobre o PCP quer em secções específicas, quer emparelhando outra referentes a outros partidos e ideologias (1982:10), mas tal descrição dista muito dos procedimentos deste jornal avançado, mormente no período a que o historiador se refere e em que Vieira, conhecido pela sua neutralidade, é ainda o redator principal. Entre a suspensão do *Bandeira Vermelha* e a criação do *Comunista*, mas também depois, a *Batalha* é o maior e o melhor promotor do PCP.

⁷⁷² Da primeira série deste semanário constam sete números, publicados entre 16 de outubro e 27 de novembro de 1921. Para se perceber a dinâmica desta publicação, veja-se, a título de exemplo, como num mesmo número se pode ler “O sindicalismo, reconhece-o hoje a prática, é muito exclusivo e nele predomina um acanhado espírito de classe. O seu alheamento sistemático degrada-o socialmente. [...] O Partido Comunista Português respeitando o preconizado a organização sindical de que tantos componentes seus fazem parte, mas reconhecendo que a sua ação é insuficiente e incompleta para a emancipação integral, convida o operariado e as massas proletárias em geral a fazerem a sua iniciação política [...]” (16/10/21:1); e ainda uma nota de Vieira da Cruz, em que este alvitra “[...] a expulsão em todos os Sindicatos, a quem esteja no Partido Comunista, ou não vá no bote dos seus detratores. Fora com eles!...” (*idem*:2).

documentando quaisquer contribuições da revolução, mas poucas as que assumem, mesmo nestes vagos termos do *Comunista*, onde se lê que “[...] a Revolução russa pondo-nos em face da realidade veio ensinar-nos o que é a Revolução.” e “[...] com o seu sentido da realidade quebrou-nos as asas de papelão com que voávamos em céus de cenografia e fez de nós simplesmente homens calcando a terra poeirenta.” (27/11/21:1).

É pelos derradeiros meses de 1921, e à medida que o discurso vai conhecendo uma progressiva radicalização, que se perde o comedimento até então existente nas críticas avançadas à Revolução Russa, e que, se era devedor de algum tipo de desconhecimento dos factos ou até de um maior sentido de unidade operária, mais o seria quer dessa aventada associação do movimento operário português ao processo revolucionário, quer da necessidade de o defender face aos ataques burgueses. Com o fim da guerra, o reforço do poder bolchevista, a desilusão de algumas esperanças libertárias e os primeiros sintomas da dissidência operária, os anarcossindicalistas incluem cada vez mais críticas ao processo revolucionário russo nas suas investidas contra os comunistas, começando pela atividade da IC, da ISV, e até da II Internacional, amiúde confundidas; passando, depois, para a publicação de alguns artigos de autores estrangeiros, escarpelizando temas da vida soviética⁷⁷³; e acabando nalguns ataques mais claros e diretos, com a *Batalha* a perguntar, já por dezembro, se “[...] será culpa dos anarquistas, de não encontrarem em face de fenómenos idênticos de perseguição antilibertária [refere-se à II e III internacionais] uma linguagem diferente para os deplorar? [ou] Será possível que, por se tratar da Rússia, não se deva chamar pão ao pão e vinho ao vinho, como nas outras partes do mundo?” (8/12/21:2).

Na aceção da época, tudo isto constituirá uma “campanha difamatória”; esta, no entanto, valerá muito mais pela sua origem e efeitos, do que propriamente pela dimensão ou regularidade, importando, ademais, ter em conta que continuará a coexistir, tanto na *Batalha* como, seguramente, noutras publicações operárias, com ataques, textos de propaganda comunista, e, acima de tudo, com não poucos apelos de auxílio à calamidade que se vive na Rússia. A isto, recorde-se, não serão alheias nem a indiferença ou neutralidade de uma boa parte do operariado, nem a partilha de uma mesma prática e formação entre os contendentes; razão, aliás, por que toda esta discussão acabará por ser seguida por uma outra, em torno da necessidade de uma depuração ideológica⁷⁷⁴, em que os envolvidos não só se verão compelidos a uma maior definição de princípios e estratégias, mas também

⁷⁷³ É neste contexto, curiosamente, que se encontrarão algumas poucas referências aos anarquistas russos e ao movimento maknovista. Lê-se, então, na *Batalha*: “Começa a gora na Rússia um grande e novo movimento, que tem por fim a Anarquia. Este vencerá, apesar do apelo dos bolchevista à ex-burguesia russa e mundial, para salvar, com o pretexto da fome, o seu poder e a sua existência de partido dominante.” (10/9/21:2).

⁷⁷⁴ É já por esta altura, por exemplo, que José de Sousa, criticando a atitude de alguns correligionários, vem defender que “Atacar o principio da revolução imediata implica com uma base fundamental do Partido Comunista e por conseguinte com a filiação no mesmo.”, entendendo que “O Partido Comunista pode e deve obstar a que filiados seus, continuem esta propaganda deletéria e criminosa, se quiser ser um partido comunista de facto [...]” (*Comunista*, 27/11/21:1).

a um adiamento da ameaça de rutura que vem pairando sobre o movimento operário. Por ora, no entanto, a descrição da formação do PCP e da evolução do dissídio operário terá ido mais longe do que a imprensa, nalguns casos pode informar, mas apenas para que se perceba o quanto afeta e o quanto será afetada pela receção e percepção do processo revolucionário russo.

Entre 1920 e 1921 raiou já a quase totalidade dos conflitos, que, pelos anos seguintes, dominará tanto a relação entre anarquistas e comunistas, como as respetivas dinâmicas internas destes agrupamentos. Já 1922, valerá essencialmente quer pelo Congresso Nacional Operário da Covilhã, onde se discutirá o problema da adesão às Internacionais, quer por um crescimento do PCP, que também conhecerá algumas importantes mudanças na sua direção – muito naturalmente, a cisão continuará a pairar sobre a unidade operária, mas com o PCP novamente privado de um órgão de imprensa e a dar sinais de uma crise interna, é razoado falar de uma acalmia. Durará até setembro, quando, já na antecipação do congresso da Covilhã, os anarcossindicalistas voltam às acusações de que a ditadura do proletariado não só “[...] serve de máscara a um novo sistema de opressão, como nolo têm demonstrado bem claramente os acontecimentos da Rússia.”, como é “[...] uma rocha perigosa contra a qual se vêm quebrar impiedosamente as menores tentativas na direção do comunismo livre.” (*Batalha*, 1/9/22:1). Tal sanha poderia ser mitigada pela certeza de Manuel Joaquim de Sousa, numa entrevista ao *Século*, já perto do congresso, de que “[...] vencerá a corrente que não deseja a filiação da CGT na internacional de Moscovo.” (21/9/22:3); mas o extremismo que a questão vem atingindo fica bem patente na ligeireza com que, na mesma ocasião, o entrevistado afirma que “A Internacional de Moscovo está sob a dependência dos comunistas que são os que governam na Rússia.”, perguntando porque que há “[...] de dar essa colaboração aos comunistas russos [...]” (*idem*), se a não dá aos políticos portugueses.

Marcado por não poucos episódios, em que mormente se destaca aquele em que Perfeito de Carvalho, recusando apresentar o relatório da sua recente viagem à Rússia, declara “[...] a sua simpatia pela ISV [...]” e pelo “[...] sacrifício do povo russo pela Revolução [...]”, e “[...] censura asperamente *A Batalha* que vai recortar aos outros jornais o que é adverso à Revolução.” (*Batalha*, 7/10/22:1), o congresso confirmará as previsões de Manuel Joaquim de Sousa, votando uma promessa de adesão à AIT, ainda em formação. É talvez procurando encerrar a questão em torno desta decisão que a *Batalha* chegará, pelos dias seguintes, a explicar que não “[...] equivale à negação da Revolução.”, ou a assentir mesmo que os governantes russos “[...] acossados por mil e uma dificuldades, confundiam os sindicalistas e os anarquistas, os comunistas da esquerda e os maximalistas com os contrarrevolucionários.” (12/10/22:1). De facto, irá até mais longe, arguindo que “[...] são os chamados amigos da Rússia e da revolução russa os que têm feito mais mal à revolução, ao povo russo e aos mais caros interesses das massas trabalhadoras [...]”, porque “Alguns por ignorância, mas a maior parte destes conscientemente e intencionalmente, mentiram com persistência e paixão, em contradição com todos os factos, pela falsa noção que lhes fazia crer que desse modo ‘ajudavam a revolução’” (22/10/22:1) – posição, note-se, que simultaneamente ataca e indulta os comunistas com o

“confucionismo”, que a todos, por igual, afetou. Seja como for, e a despeito da elevação de Manuel Joaquim de Sousa a chefe de redação do *Batalha*, após ter cessado, na Covilhã, as suas funções de secretário-geral da CGT, parecem atenuar-se, por algum tempo, as investidas contra a Revolução.

No entanto, não é ainda desta que a questão da relações internacionais se resolve, com a *Batalha* a dar conta, por esses dias, de que “[...] não foi por alguns camaradas bem compreendida ou, pelo menos, a decisão da Covilhã, e nós somos por isso forçados a ter que nos ocupar dela algumas vezes mais.” (14/10/22:1). Adiada para 1923 e pela decisão do comité confederal (concretamente de Santos Arranha, anarquista) de a referendar, contra a determinação do conselho, entre os sindicatos, a questão continuará a gerar amplas dúvidas e polémica. Contra a iniciativa do Comité, chegar-se-á a invetivar, na *Batalha*, que “[...] se querem ir para Moscovo [...] Ao menos sejam francos para com as massas [...]” (20/2/23:1); já contra acusação de que a ISV é “um feudo comunista”, o *Comunista* atirará que a cisão operária “[...] é o simples produto da intransigência e do ódio sectário dum certo número de anarquistas, de vaidades feridas e duma ciumenta ambição de hegemonia sobre o movimento sindical a favor duma seita ou partido e em detrimento doutros.” (26/5/23:1). Assim, em julho, ao anunciar-se que a maioria dos sindicatos decidiu pela AIT, a sanha anarcossindicalista não só estará pelo pé em que andara na véspera do congresso da Covilhã, como tenderá mesmo a agravar-se, à medida que o congresso comunista se aproxima. Pelo meio de setembro, ler-se-á na *Batalha* que, sendo “Toda a ação do Estado comunista russo [...] toda a política moscovita exercida por intermédio das Internacionais políticas e sindical [...] de combate ao Sindicalismo revolucionário [...]”, “O Sindicalismo revolucionário, que se impõe frente a frente ao Estado capitalista, impõe-se igualmente ao Estado comunista.” (19/9/23:1). Esta, note-se, é apenas uma das posições vertidas pelo diário operário, onde, dias depois e já ante o golpe riverista, se lê também que “[...] no momento de perigo para os princípios basilares da liberdade, a união se deve fazer momentaneamente.” (13/10/23:1) – agora, porém, até o *Comunista*, assentindo que “[...] na luta constante de todos os dias surgem conflitos em que não entram as teorias e os processos táticos de qualquer escola.”, começará a reconhecer não haver “[...] possibilidade do estabelecimento da frente única do proletariado sob a base do ponto de vista teórico e tático [...]” (15/10/23:1).

Ocupados, como noutras ocasiões, com questões internas, os comunistas tenderão, por esta altura, a descurar um pouco a discussão. Desde o final de 1922 que se vem acentuando o debate entre uma corrente afeta a Caetano de Sousa e Pires Barreira, e outra, afeta a Rates⁷⁷⁵. É em torno deste, e já sob a intervenção de um delegado da IC, Humbert-Droz, que será nomeado um comité central unitário, integrando elementos de ambas as correntes, e que irá preparar um congresso de caráter

⁷⁷⁵ Caetano de Sousa e Pires Barreira haviam participado no IV Congresso da IC. Apenas regressados, não só iniciam, com o apoio das Juventudes Comunistas e de José de Sousa, uma depuração do partido, como suspendem uma boa parte da sua atividade, nomeadamente no que respeita aos meios sindicais e operários, enquanto dizem aguardar intervenção da IC. A chegada de Humbert-Droz vem consagrar a posição de Rates, ideologicamente mais difusa, mas com alguma atividade quer no alargamento do partido, quer na divulgação

constitutivo. A sua realização, entre 10 e 12 de novembro, em nada abonará o conflito operário: para além de declarar a expulsão ou suspensão de alguns militantes (curiosamente entre os mais avessos a um entendimento com os sindicalistas), o que para os libertários servirá para denunciar a ditadura da IC, consagrará tanto a via parlamentarista, como a necessidade de desencadear uma revolução em Portugal, já então enquadrada numa ação ibérica e de luta contra o fascismo. À acusação de que o PCP reúne “Apenas para discutir as teses e propor algumas emendas que não eram feitas mas enviadas ao exame de Moscovo.” (14/11/23:1), a *Batalha* juntará, pelos dias seguintes, que “[...] adotando por unanimidade a tática parlamentar [...] o Partido Comunista acaba de emancipar-se completamente da tutela de ideias sobre os métodos de ação que caracterizam o movimento sindicalista português, e que [o] impediam [...] de adotar uma diretriz própria.” (20/11/23:1); que “É dentro dos seus sindicatos [da CGT] que cada um pode realizar a frente única do proletariado.” e que “A organização operária está muito acima das chicanas políticas.” (20/11/23:1); ou, numa crítica à participação de alguns comunistas na recente revolta de 10 de dezembro, que “Nem parlamentarismo nem ditadura-sindicalismo!” (19/12/23:1).

A resposta surgirá um pouco antes do Natal, com Rates, entendendo que “A crise atual não se resolve com meias medidas [ou] com os processos já experimentados.”, a defender que “O que há que fazer é opor a ditadura da esquerda à ditadura da direita.” e a referir-se aos dirigentes da CGT como “imponentes cavalgaduras” e “[...] defensores da democracia burguesa e do parlamentarismo.” (*Comunista*, 20/12/23:1,2). Na réplica, a *Batalha* definirá o PCP como partido de um só homem, Rates, “[...] que se vangloria de ter colaborado num golpe de Estado meramente burguês, de programa indefinido [...]” (28/12/23:1). Rates contesta, quer denunciando uma redução de 20% dos efetivos sindicais, quer arguindo que “A classe operária não tem nem pode criar homens de Estado neste período, que é cousa que se não faria fora da experiência do poder. Do que ela carece é, além da preparação doutrinária e da organização, de audácia e decisão revolucionárias para aproveitar todas as hesitações que se manifestem no campo contrário.” (*Comunista*, 5/1/24:1).

A cisão do movimento operário continuará a acentuar-se pelos próximos anos, porém, como esta troca aberta de argumentos e acusações, também qualquer tentativa séria de uma discussão ideológica se fica, estagnada, pelos primeiros dias de 1924, contaminando e enfraquecendo tanto o PCP como a CGT⁷⁷⁶. Sempre mais abertos a um entendimento, os comunistas continuarão a defender que “[...] ninguém pode ser obrigado por um decreto a ser comunista.”, sugerindo ora que “[...] tão diversas tendências [...]” se agrupem “Por analogia de profissão, nos seus sindicatos profissionais.” (*Comunista*, 17/1/24:1), ora que “Que os anarquistas se esforcem dentro dos sindicatos e suas federações por fazer triunfar os seus pontos de vista e conquistar as massas às suas ideias [...] pois

e clarificação das posições da IC.

⁷⁷⁶ Um tal entendimento da questão determina que esta acabe por ser tratada ainda neste ponto, conquanto o capítulo remeta para um período entre 1921 e 1924. Julga-se assim desnecessário alargar a dois pontos o que num apenas se basta e que, para além disso, acabará por ter bom seguimento nos restantes.

também nós, os comunistas, pretendemos a mesma coisa.” (*Comunista*, 29/2/24:1). Porém, por entre conflitos e ambiguidades, o partido continuará a mostrar que, por detrás do apelo à convergência operária, seja numa ação parlamentar ou na revolução imediata, se digere a ideia, depois exposta pelo delegado da IC, H. Dupuy, de que, “[...] é preciso que o PCP complete a sua bolchevização, indo à conquista das massas, [...] tome em mãos as reivindicações materiais dos trabalhadores das cidades e dos campos e se torne o seu melhor defensor [e que...] os operários e os camponeses vejam *praticamente* que o PCP é o *único* defensor dos seus interesses.” (*Comunista*, 12/2/25:1,2).

Já a *Batalha*, continuando a verter não poucos ataques ao PCP, mas parecendo evitar uma confrontação direta, enveredará uma vez mais pelas críticas ao processo revolucionário russo, facto que quiçá se explique tanto pela tentativa quer de se justificar ante o operariado e a imprensa burguesa⁷⁷⁷, quer de retirar ao PCP a confiança operária e algumas novas afiliações. Ainda em janeiro, por exemplo, o jornal escreve que o falhanço da Revolução não se deveu tanto ao “[...] propósito consciente dos bolchevistas [...]”, como ao “[...] ao exíguo número dos sindicatos operários à data da Revolução e a maior parte deles de criação muito recente e sem nenhum treino de vida sindical.”, pelo que “[...] nos países ocidentais onde o sindicalismo é uma força e onde entre o operariado não é a superstição política o que domina, em alguma coisa a Revolução há de ultrapassar o que se fez na Rússia.” (12/1/24:1) – assim mesmo concebe “[...] que a existência dum sindicalismo, com uma forte oposição a um excessivo autoritarismo, há de contribuir duma maneira decisiva para que a revolução que vier a realizar-se em Portugal nos não conduza ao domínio absorvente dum partido político, por mais bem intencionado que seja.” (12/1/24:1). Já pelo resto do ano, contudo, dará larga publicidade à fome, doenças, perseguições, violências e censuras obradas sob a ação hegemónica dos bolchevistas, em que se centra toda a vida soviética – “Traçar o quadro da atual sociedade russa”, dirá pelo fim de setembro e em crítica a Rates, que por esses dias vem apresentando uma série de conferências sobre a sua recente viagem à URSS, “[...] equivale a traçar o quadro duma sociedade burguesa. As mesmas taras, as mesmas iniquidades.” (25/9/24:1). A conclusão, portanto, é a de que “O mundo revolucionário não ganhou, antes perdeu com a tentativa ditatorial da Internacional Comunista e da Internacional Sindical Vermelha. Perdeu, porque se cindiu. E, cindindo-se, enfraqueceu.” (*Batalha*, 26/9/24:1). Até ao fim do ano, e já com o governo de Domingues dos Santos sob o ataque de todos os setores conservadores, a *Batalha* não perderá a oportunidade de repetir que “[...] o operariado não

⁷⁷⁷ Já no *Mundo*, Mayer Garção será apenas um dos que não se furtará a lembrar à *Batalha* que se agora “[...] demonstra que o regime soviético representa um Estado tirânico [...]”, tempos houve em que “[...] não tinha palavras suficientemente entusiásticas e elogiosas para exaltar os soviets russos.” (27/9/24:1). Por esses dias, entretanto, a *Batalha* explica que “Quando apareceram em Portugal os primeiros comunistas, estes afirmaram-se antiparlamentares e disseram que apenas tinham em vista a organização dos indivíduos que pela sua situação social não podiam em sindicatos; mas algum tempo depois, esqueceram a promessa feita e julgaram conveniente chegar até ao parlamento para fiscalizar, dizem eles, os atos da burguesia e combatê-la, mas o que eles fazem é combater os elementos que criticam tal atitude e acusam-nos de pretender criar a confusão nas forças revolucionárias e de ser inimigos da revolução russa [...]” (*Batalha*, 26/9/24:3).

pode desinteressar-se inteiramente da marcha da política.”, mas que “[...] a parte principal da ação operária deve ser direta, contra o patronato e contra o Estado, proclamando as suas reclamações e procurando fazê-las vencer e em face dos próprios governos fazendo a necessária resistência.” (18/12/24:1); quanto a Domingues dos Santos, o jornal afirma ainda não poder “[...] ter a ingenuidade de supor que ele poderia realizar tudo quanto promete, mesmo com a intenção de cumprir.” (*idem*).

A situação mantém-se pelo início de 1925, com a *Batalha* entregue a não poucas arengas aos bolchevistas e não menos ambiguidades face à Esquerda Democrática. Já em março, o *Comunista* regista que “A *Batalha* voltou à campanha de difamação da Revolução russa [...] fazendo coro com o *Século* [...]”, advertindo-a de que “[...] não tem obrigação de defender os princípios da IC [...] mas tem o dever, como jornal operário, de respeitar o sacrifício e o esforço dos operários russos, embora os considere mal orientados; tem o dever ainda, como órgão da CGT de respeitar os sentimentos e simpatias dos milhares de operários aderente à CGT.” (13/3/25:1)⁷⁷⁸. Exasperado, assinala ainda o malogro da União dos Interesses Sociais, cuja formação propusera um mês antes, informando que chegou “[...] a publicar um manifesto-programa que poderia servir de base a qualquer união sólida e proveitosa [...] Mas ninguém se mexeu, cada grupo preocupado com a sua questão especial e nenhuma importância ligando ao conjunto da situação, sem ideias nem soluções sobre ela.” (*idem*). Entretanto, a *Batalha* chegará a reconhecer que “Também a tendência da AIT tem sido muito discutida [afirmando-se] que ela é anarquista.” (18/4/25:1), mas nada disto parece influir numa mudança de atitude, determinada, afinal, por um grupo anarcossindicalista.

Pelo final de mais um verão, com as eleições legislativas e municipais em vista e já com um mais vasto e heterogéneo grupo, reunido sob a candidatura de Domingues dos Santos, a reclamar uma participação do operariado, até o próprio *Primeiro de Janeiro*, amiúde conservador, avisa que o sindicalismo português, “[...] Hoje [...] um misto de anarquistas e de indiferentes pelos problemas que não lhes deem um interesse direto e imediato [...] não deve desdenhar, como não o fez o francês, da função parlamentar exercida pelos elementos do trabalho.”, e que “A insistência nesse dogma, de efeito absolutamente negativos, determinará a deserção dos elementos sindicalistas.” (11/9/25:1). De resto, não será o único, com o *Mundo* a ir mais longe e a escrever que também a República “[...] se tem perdido com esse abandono, porque a ausência dos elementos avançados do proletariado no seio da representação nacional tem deixado o caminho livre aos que não têm feito outra coisa senão transformar a República numa simples *toilette* da monarquia.” (19/9/25:1). No entanto, o IV Congresso Nacional da CGT, realizado entre 23 e 27 de setembro, em Santarém, ratificará a adesão à AIT, consagrando definitivamente a orientação anarcossindicalista da confederal.

Se, na véspera das eleições, os comunistas se podem queixar que “Todas as pontes que honesta e lealmente lançámos [...] à central da organização operária portuguesa têm sido rejeitadas, *in*

⁷⁷⁸ A este tipo de acusação, a *Batalha* responderá saber fazer a “[...] distinção entre os que, embora ligados por um pacto comum, são meros colaboradores passivos na obra de dissolvência e desagregação do proletariado

limine, e com formais declarações de nenhuma colaboração connosco, pelos mesmo anarcossindicalistas que, de assalto, tomaram a função diretiva das massas operárias.” (*Comunista*, 25/10/25:1), já depois, dirão que “[...] para a *Batalha* um dos seus maiores regozijos foi a derrota dos candidatos operários às ultimas eleições!” e que “A burguesia rir-se-á, e cada vez mais, enquanto o órgão da CGT for atacando os comunistas e a revolução russa e propague que a revolução social só deve fazer-se quando a humanidade estiver toda educada e instruída.” (*Comunista*, 22/11/25:1). A *Batalha*, entretanto, defende-se sustentando que a CGT, acaso participasse no ato eleitoral “[...] passaria a ser um fantasma (porque a sua força provém da sua abstenção) [...]” (30/10/25:1), e relembrando os comunistas que a nenhum partido filiado na IC é permitido fazer alianças, para fins eleitorais ou outros, com quaisquer agrupamentos políticos [...] E que Moscovo rejeita, expulsa, excomunga, duma maneira categórica, definitiva; violenta quem desobedeça às suas imperiosas e ditatoriais indicações.” (5/11/25:1). Vê-se, portanto, que por muita expectativa que possa despertar em volta da ideia de uma frente comum, a Esquerda Democrática será, na hora da derrota, mais um elemento da clivagem operária, não só afetando as relações entre organizações, como chegando mesmo a arrebatá-las à direção do PCP.

Assim se entra, pois, em 1926 e assim se chegará ao 28 de Maio, com as organizações operárias a desenvolver uma ativa campanha contras as movimentações conservadoras, de todos amplamente conhecidas, mas não só a prosseguir nos seus ataques recíprocos, como a descartar a ideia de uma frente comum. Aquando do golpe, e apanhado a meio do seu II Congresso, o PCP ainda entrará em contacto com a CGT, mas esta, preferindo assumir uma atitude “[...] de neutralidade e expectativa [...], só reagirá a 1 de junho, proclamando a “Greve geral revolucionária em todo o país” e anunciando “aceitar [...] a frente única com todos os organismos que praticam a luta de classe.” (*Batalha*, 1/6/26:1). Pelos dias seguintes, e à medida que se vão definindo posições, nem a própria *Batalha* hesitará já em alinhar a CGT e o PCP no grupo que “[...] está contra a nova situação, pela liberdade contra a ditadura.” (22/6/26:1); por esta altura, porém, a inexistência de uma resistência do operariado ao golpe não será já tanto uma evidência das suas divergências, como o parece da sua falta de preparação para o que está para vir.

2.4 Ante falência do demo-liberalismo: 1924-

2.4.1 A bolchevização do quotidiano ante falência do demo-liberalismo

Apresentado como um ministério “[...] sem quaisquer preocupações de carácter partidário e absolutamente estranho às divergências que separam as forças políticas republicanas.” (*União*, 6/1/24:1), a verdade é que é mesmo aos setores mais conservadores que o retorno de Álvaro de Castro

e aqueles que são seus agentes diretos, ativos e conscientes.” (18/4/25:1).

ao governo mais satisfaz, ou não caberia à *União*, logo no primeiro número de 1924 e com os católicos uma vez mais excluídos de um executivo que chega a incluir seareiros, confessar que “O país não está para mais revoluções, nem para ditaduras violentas ou inoportunas”⁷⁷⁹ (*idem*). Nada disto, porém, vem suspender as críticas conservadoras, concretamente ao parlamento, com a mesma *União* a defender que “[...] pode ser o principal órgão de representação dos interesses gerais da Nação.”, mas “[...] seguindo um pouco o rumo das nossas tradições nacionais, como seria, por exemplo, pela representação dos interesses sociais por classes, correspondentes aos três chamados *estados da Nação* [...]”(*idem*), afinando, assim, com o *Primeiro de Janeiro*, onde Marques Guedes vem há muito defendendo uma “ditadura económica” (*i.e.* 4/1/24:1), ou com o *Novidades*, onde, na sequência do anúncio da dissolução do parlamento italiano por Mussolini, se lê que “Entre nós o que há a reecer são as ditaduras que vestem pelo figurino de Moscovo [...]” (12/1/24:1). A verdade é que com Álvaro de Castro no poder, e qualquer que seja a constituição governamental, a violência e a contestação sociais continuam a avultar-se ante a imprensa conservadora, que, já ao longo de fevereiro, assiste assombrada à aclamação do regime soviético no congresso do Partido Radical (*Novidades*, 4/2/24:1) e à reunião de “Libertários, sindicalistas, comunistas e socialistas de mãos dadas com republicanos radicais e democráticos [...]” num comício nos Restauradores, “[...] a pretexto de se defenderem contra um anunciado movimento destinado a impor ao país uma ditadura.” (*Correio da Manhã*, 18/2/24:1).

Depois, também entre as forças avançadas se ataca tanto o governo, como o regime, com a CGT, que chega a afastar publicamente “[...] a ideia da existência de quaisquer compromissos daquela agremiação operária com os promotores do comício.” (*Mundo*, 18/2/24:1), a aventar não só o derrube da “[...] ditadura reacionária, mas [...] também da ditadura do parlamento, dos moageiros e da alta finança [...]” (*Batalha*, 18/2/24:1) – é assim que, para o *Republica*, transformado em órgão de imprensa do governo nacionalista e menos assustado com a ditadura militar do que com o modo como “[...] a falha intuição de uns ignorados aventureiros políticos, fomenta e corporiza [...] a rebelião em marcha.”, “Os sindicalistas não querem a ditadura [...]”, mas “[...] também não querem nada [...] com os partidos da República, tão burgueses, afinal de contas, como os partidos da Monarquia.” (20/2/24:1). Porém, se, por ora, isto é apenas um sinal da forma “[...] como o operariado de Lisboa se vai distanciando cada vez mais da República.” (*idem*), em menos de um mês será já uma razão para que Álvaro de Castro, em entrevista à *Tarde*, afirme que a intersindical é “[...] um organismo inimigo do estado.” (*apud Batalha*, 15/3/24:3).

Por esta altura, a ideia da ameaça vermelha, pautada pela mesma dinâmica de outras crises, continua, como sempre, a não responder pelos sucessos do processo revolucionário russo, mas essencialmente pela situação interna, esta cada vez mais condicionada, no entanto, pelas recentes transformações em Espanha, que não só parecem influir na reorganização das forças conservadoras,

⁷⁷⁹ Já antes se lê: “O Sr. Dr. Lino Neto, usando [...] da palavra como líder católico, na sessão da Câmara dos Deputados de 9 de janeiro de 1924, entendeu dever definir a atitude dos católicos, para que ninguém pudesse

como na própria matéria noticiosa que chega a Portugal e até na sua imagem no exterior. Contra os apelos a uma união das esquerdas, repetidamente lançados por toda a imprensa avançada e liberal, a conservadora serve o perigo internacionalista no mesmo prato da contestação social e da crescente violência revolucionária. Recorrentes e fáceis, epítetos como *comunista*, *bolchevista* ou *sovietista* caracterizam, então, não só qualquer ação governamental no sentido de uma compressão das despesas públicas, como toda a atividade avançada e liberal, alcançando fácil e despudoradamente os democráticos na sua “afirmação esquerdista” (*Rebate*, 27/4/24:1) no congresso do Porto, já em abril. No *Rebate*, que em pouco tempo se converte num dos mais açulados órgãos da ala direita dos democráticos, os *bonzos*, ainda se convive bem com esta orientação, seja porque tanto Rodrigues Gaspar e António Maria da Silva aceitam integrar um diretório dominado por *canhotos*, a ala esquerda, seja porque todo o partido se vê facilmente à esquerda das soluções seguidas pelo governo da Ação Republicana⁷⁸⁰. Já no *Novidades*, contudo, é um “[...] eco fidedigno dos torvos intentos dos *sovietes* [...]” que reafirmam o dever de respeitar a Lei de Separação (28/4/24:1), e para o *Correio da Manhã*, este “Congresso de Sovietes” apenas deixa transparecer o mesmo “espírito bolchevista”, que impera tanto “[...] na massa do partido democrático [...]”, como nas suas opções económicas⁷⁸¹ (28/4/24:1).

Hostil ao operariado, dependente dos humores alheios e já sem a influência que tivera junto de alguma direita republicana e até sobre alguns setores mais conservadores, o governo de Álvaro de Castro parece resistir, portanto, enquanto as lutas de poder entre as hostes democráticas o vão permitindo. Colhido tanto pelas reclamações operárias como pelas das *forças vivas*, o governo ordena prevenções contra o golpe que a imprensa avançada e liberal diz à *espanhola*, e que a conservadora espera “[...] de carácter militar [e] apoiado pelos esquerdistas” (*Vanguarda*, 15/5/24:1). Até ao final do mês de maio, a única revolta a registar é mesmo a dos oficiais da Aeronáutica Militar, por conta da demissão do seu diretor, mas os ataques bombistas continuam a repetir-se e, na sequência dos atentados contra dois moageiros, Ernesto Pires e Castanheira de Moura, chega-se mesmo a ordenar a censura prévia à *Batalha*. Já em junho e asseverando que são “[...] homens da finança os autores de atentados.”, o *Comunista* recordará que “[...] a IC é formalmente oposta, por princípio e por tática, ao postulado da bomba e do atentado pessoal.” (7/6/24:1); já antes, porém, se denuncia a fragilidade do governo e a afluência ao poder de elementos conotados com soluções autoritárias, com a *Batalha*, sem compreender o “[...] o motivo porque o governo admite servilmente, humilhanamente a invasão de atribuições [...]”, a registar que o seu censor, “Afinal [...] é o Sr. Ferreira do Amaral, comissário geral da polícia, que possui por órgão oficioso o diário *A Época*.” (24/5/24:1). Já em julho, o diário

alimentar ilusões para aventuras políticas.” (*União*, X/1/24:X)

⁷⁸⁰ Lê-se, então: “Se, mercê de qualquer eventualidade caísse o governo do Sr. Dr. Álvaro de Castro, cujo radicalismo é relativamente incontestável, outro se lhe seguiria mais radical ainda.” (*Rebate*, 27/4/24:1)

⁷⁸¹ E escreve-se: “[...] como na que diz respeito à fartíssima tributação das consideradas grandes fortunas, à expropriação das terras não cultivadas, à comparticipação de lucros nas empresas industriais, ao aplauso incondicional ao projeto do Sr. Catanho de Menezes sobre o inquilinato, à criação de um Banco do Estado.” (*Correio da Manhã*, 28/4/24:1);

sindicalista escreverá, sem peias, que “Enquanto a república se entretém a perseguir os operários, infringindo a constituição, os monárquicos, sob a proteção dos republicanos, vão tomando novos alentos, concentrando forças e dispendo-se a realizar, na ocasião oportuna, o assalto ao Terreiro do Paço.” (15/7/24:1)⁷⁸².

É neste contexto, portanto, que cai mais um governo da I República, com Afonso Costa e Álvaro de Castro a recusarem formar novo executivo, e com Rodrigues Gaspar, adiando ainda o conflito entre José Domingues dos Santos e António Maria da Silva, a chegar ao poder à frente de um executivo de iniciativa militar composto por democráticos, independentes e alguns elementos da recém-formada Ação Republicana, a a que quase toda a oposição promete apoio ou neutralidade. O clima, no entanto, é de revolta e, em menos de uma semana, já os nacionalistas apresentam uma moção de desconfiança, enquanto no Parque Eduardo VII uma refrega entre o Exército e a GNR se salda nalgumas vítimas mortais. Sem perder uma oportunidade e sempre convenientemente esquecida da ação dos seus pares, a *Vanguarda* assinala que o que se passou “[...] é o prólogo da grande e sanguinolenta tragédia urdida pelos mentores da CGT e outros pescadores de águas turvas [...]”, supondo já “[...] uma ‘semana sangrenta’, como aquelas que nos primeiros tempos da República se deram na Rússia!...” (23/7/24:1). A evasão do chefe da Legião Vermelha da cadeia, ainda antes do fim do mês, parece agravar o quadro; duas tentativas golpistas abortadas (Forte da Ameixoeira e Castelo de São Jorge) pelo meio de agosto, e outra já no princípio de setembro – todas, aparentemente, envolvendo radicais e comunistas⁷⁸³ – animam a imprensa conservadora, outras razões faltem, a perseverar no perigo de uma revolução comunista.

Nem isto, porém, nem as bombas ou toda a discussão política deste conturbado final de verão logram desviar a atenção do aumento da atividade das *forças vivas*, achadas em constantes reuniões e protestos contras as políticas económicas e financeiras do governo, que por esses dias vem

⁷⁸² E lê-se ainda: “Diz-se por toda a parte que o Banco de Portugal é um coio de monárquicos, que patrocina a especulação cambial e influi nas campanhas contra os ministros das finanças para que a situação financeira, se não regularize e se tenha de recorrer ao aumento de circulação fiduciária, para a situação se tornar cada vez mais insuportável. Os monárquicos dominam também nas repartições públicas e nos próprios ministérios. O ensino, que no tempo de propaganda os republicanos invocavam como a maior justificação da proclamação da república, está entregue aos reacionários. As próprias universidades estão nas mãos dos monárquicos e dos reacionários. Está separada a igreja do Estado e, no entanto professores da Universidade de Coimbra e portanto funcionários públicos, tomam parte nesta qualidade e com as insígnias doutorais, no congresso eucarístico em Braga.” (*Batalha*, 15/7/24:1)

⁷⁸³ Apesar de todas as referências historiográficas à questão apontarem nesse sentido, será conveniente notar que a informação de que os golpes teriam esta filiação, segundo a imprensa, parte, aparentemente à falta de quaisquer outros dados, de um dos oficiais detidos (*i.e. Mundo*, 30/8/24:1), e que é mormente entre a imprensa conservadora que circula a lista com os elementos que viriam a formar o executivo radical-comunista (*i.e. Novidades*, 13/8/24:1). Depois, não será displicente notar que Carlos Rates, que integrava essa lista, declare, já em setembro, que “Estas revoluçõeszinhas de trazer por casa [...] não podem interessar o Partido Comunista senão como meros episódios [...]” provocados pelos partidos burgueses, recusando quer a “[...] mancebia e responsabilidade nos seus atos e atitudes.”, quer a utilização do PCP como “[...] trampolim

beneficiando de uma alta progressiva dos câmbios. A meio de setembro, ficam-se mormente pela *Batalha* os avisos de que “Perante a indiferença dos republicanos, a reação vai pouco a pouco apoderando-se do país.” (13/9/24:1); à medida que o mês avança, porém, e ante a súbita contenção da imprensa conservadora, é à liberal e à avançada que cabe, afinal, dar conta do que se prepara.

A despeito de quanto se escreve ou do que à época escreveram o *Século* e outras folhas congêneres, no contexto em que surge e inequivocamente influenciada tanto por outras experiências associativas do patronato, nomeadamente a argentina e a barcelonesa, como pelo fascismo italiano e pelo riverismo, a União dos Interesses Económicos não concebe uma participação na vida política que não passe por uma chegada ao poder – facto inerente à associação, discurso e recentes movimentações de figuras e grupos já com uma história comum de oposição à hegemonia do PRP, senão mesmo à República, ao parlamento e aos partidos, e ainda patente quer na sua quase imediata afirmação como força política e partidária, quer no apoio dado aos inúmeros golpes conservadores que antecedem o 28 de Maio. Ao arrepio dos acontecimentos e a alguns periódicos, como o *Jornal do Comércio*, que exulta a criação de um organismo que “[...] seja junto dos governos uma verdadeira força nacional [...]”, preocupa o facto de poderem “[...] os adversários da República pretender incluir os protestos das *forças vivas* nas suas companhas antirrepublicanas [...] dar à campanha das *forças vivas*, em carácter político que ela não tem, nem pode ter.” (26/9/24:1); no entanto, quando os católicos do *Novidades*, por estes dias querelados com monárquicos e republicanos, falam da UIE como “A fórmula [...] que perfeitamente exprime a finalidade a que se têm desde sempre proposto os dirigentes do *Centro Católico* [...]” (20/9/24:1), ou quando o *Correio da Manhã*, reagindo ao comício do Teatro Nacional⁷⁸⁴, explica o seu advento como “[...] uma demonstração irrefutável de quanto o dilema de que se não pode sair é este: monarquia ou bolchevismo.” (26/9/24:1), fica claro que todos veem nesta união conservadora mais do que um partido político.

No presente contexto, porém, a criação da UIE bem pouco agrava a situação de um executivo, que, não estando disposto a transigir ante as *forças vivas*, tão-pouco alcança sanar a relação com o operariado ou reconciliar os democráticos. A abrir outubro, o *Rebate*, órgão próximo da linha oficial do partido e habitualmente melindroso nos ataques às *forças vivas*, não hesita já em incluí-las, com radicais e comunistas, num grupo dos “elementos nocivos” que preparam “[...] movimentos mais ou menos revolucionários tendentes a fazerem um governo à sua imagem e semelhança.” (1/10/24:1);

para os aventureiros darem saltos.” (*Mundo*, 25/9/24:1).

⁷⁸⁴ Realiza-se a 24 de setembro, no Teatro Nacional, contando não só com a participação de radicais, comunistas, socialistas, democráticos liberais e sindicalistas, como ainda com a presença de elementos das *forças vivas*, estes, porém, impedidos de falar por um público constituído, na sua maioria, por operários. No *Correio da Manhã*, noticia-se o acontecimento, destacando, nomeadamente, a participação de Carlos Rates e Campos Lima, “[...] o primeiro dos quais acaba de chegar da Rússia, andando a fazer a propaganda dos *soviets*.”, juntando ainda que “Foi para fazerem essa propaganda que o governo lhes cedeu o Teatro Nacional, com o fim de promover uma manifestação que lhe dê força para contrariar o movimento nacional das forças económicas.” (26/9/24:1).

mas por comunistas, entenda-se, o jornal refere-se, como a demais imprensa burguesa, a toda a mole avançada, e esta é uma generalização com que nem todos os democráticos estão já dispostos a contemporizar, com o *Mundo* a declarar que “O proletariado português não deixará desaparecer a República. E [...que] é nele que [vê] a maior garantia da sua defesa.” (8/10/24:1). Contra os apelos à unidade do partido, portanto, os democráticos estão mais divididos do que nunca, e quando, no final de um mês incendiado pela contestação operária, pelo endurecimento do protestos católicos⁷⁸⁵, por uma nova vaga de ataques bombistas e até por *lock out* patronais, é o exemplo russo, e não o italiano ou o espanhol, que o *Rebate* aponta para explicar que “Estamos assistindo à falência do ultra-extremismo em política” e que “Tem Portugal o regime que convém ao seu momento histórico.” (30/10/24:1) – brevemente, porém, lhe faltará um governo.

O problema agrava-se logo pelo princípio do mês, quando o governo, sob pressão das *forças vivas*, decide suspender o Commissariado Geral dos Abastecimentos. Por essa altura, já o *Correio da Manhã*⁷⁸⁶ dá António Maria da Silva, em pleno parlamento, a falar “[...] em ‘aventureiros’ e ‘capoeirismo’ aludindo, transparentemente, aos ‘canhotos’ do Sr. José Domingues dos Santos.” (7/11/24:1), mas é só a 19, porém, que estes, rejeitando uma proposta do governo sobre Angola, se destacam do resto dos democráticos, acabando a votar com a oposição na moção de confiança que levará à demissão do governo Rodrigues Gaspar. Por um lado, o episódio resolve o impasse da substituição do presidente do conselho, para que, entretanto, se chegou até a inventar doença, mas, por outro, agrava irremediavelmente a cisão dos democráticos – por ora, no entanto, a querela já de todos conhecida⁷⁸⁷ fica ainda adiada quer pelo relativo e aparente consenso em torno de Domingues dos Santos, quer, essencialmente, pelo perigo de uma nova vaga de golpes à esquerda e à direita.

Mesmo antes da sua constituição, a eventualidade de uma chegada dos *canhotos* ao poder já começa a dar novo fôlego à retórica do perigo vermelho, expediente usual de todos os momentos de crise e, a partir de agora, também do quotidiano informativo nacional. No seu apelo à justiça social, mas ainda numa profusa produção legislativa, o novo governo corta com a política de liberalização seguida por anteriores executivos, não surpreendendo que, pelo final da primeira semana de

⁷⁸⁵ A questão surge, essencialmente, em torno da proibição governamental, não efetivada, de uma peregrinação a Fátima, por ocasião do 13 de outubro. Ainda assim, não será displicente notar que, mesmo escrevendo “Depois da afronta de Fátima, abaixo a República?”, o *Novidades*, que por esses dias até vem aproveitando o anúncio da substituição de Aires d’Ornellas por Thomaz de Vilhena na lugar-tenência de D. Manuel para lançar algumas críticas aos monárquicos, conclui, juntando: “É que nos supondes de uma cobardia só igual ao vosso ódio de tiranos.” (13/10/24:1).

⁷⁸⁶ Ante notada expectativa da imprensa republicana, é mesmo a monárquica que mais se alarga sobre a questão, com o *Correio da Manhã* a mostrar-se particularmente crítico para com António Maria da Silva, chegando a ironizar que este, “[...] vendo a possibilidade de falharem nos meios políticos, como falharam, as habilidades que pôs em prática para ser o chefe dos democráticos, atirou-se de cabeça à organização de dois movimentos revolucionários: um radical-comunista e outro de carácter conservador.” (10/11/24:1).

⁷⁸⁷ A 6 de dezembro, aquando da votação, no parlamento, de uma moção de confiança ao novo governo, apresentada por Álvaro de Castro, António Maria da Silva, Rodrigues Gaspar e outras figuras *bonzas*,

governança, a *Batalha* escreva já que Domingues dos Santos tem “[...] a contrariá-lo as más-vontades das forças-vivas e dos seus serventuários. Porque [...] promete defender os consumidores contra a ganância desenfreada da especulação [...]”, juntando, exatamente, que “O Sr. Jorge Nunes [...] resolveu assustar a Câmara, fazendo do governo o papão bolchevista.” (29/11/24:1).

Embora não completamente declarado, o apoio da CGT e da *Batalha*⁷⁸⁸ ao novo governo preocupa não apenas ao deputado nacionalista, mas a toda a oposição conservadora, que, já ao longo de dezembro, vai assistindo à libertação de “[...] homens acusados de lançarem bombas e assassinares qualquer cidadão à esquina duma rua, crimes a que por eufemismo se chamam – delitos sociais.” (*Diário do Minho*, 11/12/24:1) e ao aumento da atividade operária, enquanto, acusadas de especulação, algumas figuras graúdas das *forças vivas* vão sofrendo o constrangimento de uma passagem pelo cárcere. Com a UIE e a sua imprensa sob a mira do governo, monárquicos e católicos levam a sua disputa até às boas graças do patronato e é o Centro, na demanda contínua de uma identificação com a posição só pretensamente apolítica da UIE⁷⁸⁹, que parece ir levando a melhor⁷⁹⁰ na manutenção da estratégia de se mostrar como a opção mais viável entre uma monarquia já provadamente indesejada e o desarranjo republicano. Tudo isto, ademais, poderá explicar, pelo início de 1925, a conformidade e vigor dos ataques a jornais tão distintos como a *Batalha* ou a *Época*, ao bolchevismo e à monarquia: “Para contrabalançar devidamente as tendências várias da sociologia [...]”, motejará o *Diário do Minho* à entrada do novo ano, “[...] temos entre nós o Centro Católico, a primeira organização que tomou como norma agir e dirigir-se fora e acima de partidos e regimes.” (1/1/25:1) – para o resto, como se verá, está a UIE.

A história do mês e meio que dura o governo de Domingues dos Santos é a de um confronto aberto com as *forças vivas*, que, já suficientemente agastadas com a vaga de detenções entre as suas hostes e com a manutenção do Comissariado Geral dos Abastecimentos, assistem ainda ao estabelecimento do imposto de selo, à aprovação de reformas cambiais, bancárias e agrárias e, já em

abandonam o hemiciclo.

⁷⁸⁸ O diário sindicalista destacar-se-á na defesa do novo governo, chegando a escrever: “Ora este governo manifestou o desejo de realizar algumas coisas que nós aceitamos perfeitamente, sobretudo por partirem de elementos burgueses, tendo por isso mesmo um maior valor, pelo espírito progressivo que denunciam. [...] Procure o governo realizar o seu programa e não lhe faltará maneira de o cumprir. Se os reacionários, a quem só aproveitaria a queda deste governo pretenderem unir-se para lhe dar combate, um simples grito de alarme será o bastante para erguer muitos milhares de homens, que sabem o que quer dizer neste momento um governo moderado.” (*Batalha*, 29/11/24:1).

⁷⁸⁹ Lê-se, por exemplo: “As *Forças Vivas* [...] puseram logo também a declaração de que não discutiam regimes nem se arregimentavam em partidos [...] é precisamente assim que pensa o Centro Católico ao hastear a bandeira da defesa dos interesses da Igreja.” (*Novidades*, 28/11/24:1)

⁷⁹⁰ Já pelo fim de novembro o *Correio da Manhã* se queixava que sendo os “[...] monárquicos os únicos [*sic*] defensores que as forças económicas têm encontrado no Parlamento [...]” e que tendo os jornais monárquicos “[...] sustentado a mais constante e rija campanha em defesa das classes conservadoras [...]”, a UIE e o *Século* não têm “[...] uma palavra para apoiar a iniciativa [contra a famigerada lei do selo] do deputado monárquico [...]” (27/11/24:1).

fevereiro, à dissolução da Associação Comercial de Lisboa. Assim, logo pelo princípio de janeiro, o anúncio da preparação da UIE para o próximo ato eleitoral, “[...] procedendo à organização e recenseamento dos seus aderentes.” (*Primeiro de Janeiro*, 8/1/25:1) é já uma causa e reação às políticas deste governo e ao “[...] alarme contra a ditadura das forças vivas.” (*Batalha*, 10/1/25:1), que cada vez mais vai animando uma facção dos democráticos, comunistas, socialistas e sindicalistas à formação de uma frente comum⁷⁹¹; mas ainda à percepção da crise vivida entre os democráticos⁷⁹² – dúvidas haja, António Maria da Silva e Rodrigues Gaspar votarão ao lado de Brito Camacho, Aires d’Ornellas, Cunha Leal, ou Lino Neto na moção de confiança que levará à queda do governo.

A despeito de quantas crises conheceu a República desde 1917, ao nível da imprensa, nunca a utilização do bolchevismo/comunismo como ameaça ou ofensa parece ter contaminado tanto a vida política e um ministério, como durante a experiência governamental de Domingues dos Santos. Noutras ocasiões, foi a rapidez com que o recurso retórico entrou e saiu do discurso da imprensa que denunciou a ausência de um receio real do perigo vermelho ou do que quer que isso representasse; desta feita, porém, e sem que as condições internas ou externas se alterem sobremaneira, parecendo até registrar-se uma significativa redução da violência social, é não só o mesmo tipo de prontidão na reação da imprensa conservadora à formação de um executivo consabidamente esquerdista e o tipo e intensidade das acusações que lhe dirige, mas acima de tudo a persistência no discurso conservador⁷⁹³ e a contaminação aos governos seguintes. E isto não só denuncia a assunção do combate ao parlamentarismo por um grupo cada vez mais organizado, como um acentuar das divisões e deriva direitista de alguns republicanos⁷⁹⁴, o que não deixa de mostrar que o governo teria mais possibilidade

⁷⁹¹ A *Batalha* distinguir-se-á uma vez mais, com o próprio Comité Confederal a assinar artigos como este, já do princípio de fevereiro, em que se lê: “A classe operária prepara-se para combater com energia a ditadura com que os seus exploradores a pretendem subjugar. [...] À ditadura é preciso opor a frente única de combate dos operários e camponeses, quer eles estejam na oficina, nos campos ou na caserna!” (10/1/25:1).

⁷⁹² Por estes dias, a *Montanha* vê-se forçada a explicar ao *Século*, que nunca, dentro do PRP, se reconheceu “[...] a existência de duas correntes, radical e conservadora, ou, como o espírito popular as crismou, de canhotos e bonzos.”; apenas “[...] e para todos, um programa firme, patriótico, republicano e incontestável.” (12/1/25:1).

⁷⁹³ Neste quadro, o *Século* aproveitará para deixar bem definida a posição da UIE, quando, ante o “[...] bolchevismo russo que ameaça a Europa e as ideias mongólicas que tomam o ocidente.”, Trindade Coelho assusta os leitores com a “morte da nação” (11/2/25:1), ou quando se ironiza (respondendo ao chefe do governo, que afirmara, perante a Câmara, que esta quer “um governo que espingardeie o povo”), que “[...] não valerá a pena sobrecarregar o já pesadíssimo orçamento do Estado com o custeio de tropa ou de polícia, a quem o Governo exija [...] que permaneça queda, muda e inerte, diante da apologia do assassinio político e dos aplausos à Rússia vermelha, ao comunismo, aos urros ferinos contra a ordem social [...]” (11/2/25:3). Assim, e mesmo depois da queda do governo e para maior glória de “[...] de ter demonstrado ao País que o gabinete demissionário – carrasco da lei e das classes perseguidor da Propriedade e da Paz – não foi o 40º Ministério republicano: foi, sim, o primeiro conselho bolchevique.” (12/2/25:1), “[...] verdadeira tentativa de subversão soviética, não só da República, mas também da Pátria.” (13/2/25:1) – continuará a atacar, e por longo tempo, “os camaradas Domingues dos Santos e Gregório Pestana” (13/2/25:1), ao mesmo tempo que declina por bolchevistas todos os protestos populares e avançados contra a queda do governo.

⁷⁹⁴ Mesmo antes da queda governamental, e sem pejo de apodar Domingues dos Santos de bolchevista, Jacinto

de sobreviver a todas as acusações de bolchevismo do que à profusão de projetos políticos.

Destarte, ao longo dos próximos meses, a imprensa conservadora levará continuamente ligados os protestos operários e sindicais, os ataques da Legião Vermelha⁷⁹⁵ e as movimentações de Domingues dos Santos na união das forças avançadas e liberais⁷⁹⁶, a que o *Século* ainda arrolará uma intensa campanha contra “As belezas do bolchevismo”. É ainda contra a “campanha dissolvente” de jornais como a *Batalha* ou *Mundo*, onde se vão criticando “[...] todos estes clamores à sobreposse contra um bolchevismo imaginário [...]” (*Mundo*, 28/2/25:1), que também o novo executivo de Vitorino Guimarães, procurando aplacar as hostes conservadoras, toma, “[...] dizem as agências [e o *Novidades*], rigorosas disposições [...]” 20/2/25:1), quando, entretanto passa já por toda a imprensa e é mesmo assumido pelo *Século*⁷⁹⁷ que é da direita que partirá o próximo golpe.

E parte. No primeiro, a 5 de março, são ainda três oficiais monárquicos que tentam apossar-se do quartel general de guarnição militar de Lisboa; mas, no segundo, aquele conhecido como o *18 de Abril* ou a *Revolta dos Fifis*, estão já envolvidos inúmeros conspiradores militares e civis sob o patrocínio da UIE e da Cruzada Nun’Álvares, arrastando consigo e atrás do *Século*, quase toda a imprensa conservadora republicana e monárquica, mas também generalistas como o DN ou o *Diário de Lisboa*. Ainda assim, o mesmo *Século*, que se vem propondo, ao longo de toda a primavera, a arregimentar “Todos os valores dispersos pelo capital, pela indústria, pelo comércio, pela lavoura, pela burocracia, pelo funcionalismo, pelo Exército, pela Igreja, pela profissão livre e pelo operariado.” (20/3/25:1) contra a “[...] bolchevização gradual – mas rápida – da sociedade portuguesa.” (1/4/25:2), entrevendo nos mais recentes acontecimentos políticos o mesmo “[...] salto brusco que levou da Duma, liberal e moderada, ao fero despotismo de Lenine!” (3/4/25:2), e ideando os leitores burgueses

Nunes chega mesmo a falar ao *Correio da Manhã* da inevitabilidade duma restauração monárquica se o governo se mantiver (11/2/25:2). Já depois, Brito Camacho dirá, em entrevista ao *Diário de Notícias*: “Achei conveniente a queda do governo e tanto assim que dei o meu voto à moção que o derrubou. Uma experiência de bolchevistas feitas por bolchevistas, seria uma coisa interessante; feita por interpostas pessoas, burgueses republicanos, era uma coisa detestável.” (14/2/25:13)

⁷⁹⁵ Dirá a *Batalha*, repetidamente, que “[...] não têm os jornais [...] o direito de dar uma noção falsa dos acontecimentos aos seus leitores, pretendendo alvejar, ainda que subtilmente, o movimento sindicalista, cujos intuitos decorosamente não podem sofrer confronto com os da tal ‘Legião Vermelha’.” (12/4/25:1).

⁷⁹⁶ No *Século*, por exemplo, ler-se-á que que “O camarada Domingues dos Santos, que inda não desistiu de captar e pôr ao seu serviço as hostes de certa organização libertária, está trabalhando afanosamente a ver se consegue pôr a caminho de Belém uma nova multidão *descontente*. Ao que se diz nos meios políticos, o chefe democrático-comunista conta sacar um poderoso efeito político de popularidade com varias *aplicações*, que vão desde a conquista da dissolução parlamentar até, se tanto necessário for, uma determinada ou alta vacatura...” (26/2/25:1). Já o *Primeiro de Janeiro*, não admitindo que “[...] o grosso do partido democrático acompanhe a chamada ala esquerda mancomunada com elementos extremistas e revolucionários.”, dirá ainda que a política do Sr. Dr. José Domingues dos Santos, tal como ele a está conduzindo [...] está facilitando o advento do comunismo [...]” (1/4/25:1).

⁷⁹⁷ Lê-se: “Do órgão da CGT, em grossas letras: ‘Um silêncio intranquilizador! A União dos Interesses Económicos continua preparando a eclosão da ditadura.’ Tem razão. Porque não? A função da União... da Exploração [...] não visa a demonstração duma lição: visa a preparação de uma eclosão.” (*Século*, 28/2/25:1).

já “[...] arrastados pelos cabelos e debatendo-se contra o instinto das feras!” (6/4/25:2) –, o mesmo *Século*, dizia-se, retornará de uma suspensão de um mês, ufanando-se da sua “campanha antibolchevista” contra a “[...] catástrofe que se aproxima à carga e para a qual decisivamente concorreram certos ambiciosos de comando e mando [...] que nada tem ainda com as teorias dum marxismo sanguinário!” (29/5/25:1), e ainda bradando que “[...] no consulado José Domingues dos Santos, quem governou, de facto, foi a ‘Legião Vermelha’” (20/6/25:1). Deste modo, toda a profusa retórica anticomunista do *Século* e da demais imprensa conservadora, longe de expressar um autêntico receio do perigo vermelho, interno ou externo, mais parece, como em situações anteriores, querer dissimular, antes, e justificar, depois, o 18 de Abril.

Paralelamente, porém, e enquanto se entra num novo ciclo de protestos e violência, vão-se desenvolvendo outros factos de igual relevância política. Sem as mesmas concessões das autoridades, o movimento operário e sindical, por exemplo, vai sofrendo com um novo agravamento da situação económica e com a ação da Legião Vermelha. Já entre democráticos, nem a manutenção do governo logra solucionar ou atenuar as lutas de facção, avançando-se cada vez mais no sentido de uma cisão⁷⁹⁸. Tão ou mais pertinente, porém, é ainda a ação do Centro Católico, que, com uma intervenção direta do bispado na querela entre a *Época* e o *Novidades*, verá Nemo definitivamente afastado (25 de fevereiro) e reavivados os conflitos entre católicos e monárquicos. De facto, mesmo reiterando que “[...] não é um *partido político*, porque não luta pela conquista do poder, nem o pretende, nem se opõe diretamente a qualquer partido que o deseje alcançar.” (*Novidades*, 19/3/25:1), o Centro não só vem aproveitando para promover algumas “grandes figuras da [sua] causa”⁷⁹⁹ (22/4/25:1), como também procura reconhecer um “[...] impressionante paralelismo, de meios e de fins [...]” (22/3/25:1) no mais recente programa da UIE (21 de março) – muito embora lhe critique, e não sem alguns arremedos hegemónicos, a pretensa neutralidade religiosa, pela qual não hesita em fadar a UIE a “[...] um ruidoso fracasso nos objetivos a que se propõe [...]” –, e assume que é ao Centro que “[...] terão de acolher-se num futuro, mais ou menos próximo, os elementos sinceros e honestos que nesta hora embarcam na organização [UIE] [...]” (22/3/25:1). A isto, note-se não será alheia nem a condenação pública do 18 de Abril⁸⁰⁰ (22/4/25:1), nem o isolamento com que participa nas eleições já pelo fim do ano.

⁷⁹⁸ Já em maio se lê no *Montanha*, órgão agora afeto aos bonzos, que “A calúnia e difamação, ora insistentemente divulgadas pelo irradios do Partido Republicano Português, consistem nisto: Todos os que os não acompanharam na rebeldia estão subordinados às forças-vivas, obedecendo-lhes cegamente!” (27/5/25:1)

⁷⁹⁹ Assinalando as conferências realizadas no Funchal, o jornal refere-se a Mário Figueiredo e Oliveira Salazar. A este, já em junho, refere-se o mesmo jornal (9/6/25:1), aludindo à conferência “A Impossibilidade do Comunismo”, realizada em Coimbra, e também o *Século* (16/6/25:3) e o *Diário do Minho* (2/7/25:1), informando do brilhantismo com que apresentou “Aconfessionalismo do Estado”. Nalguma imprensa conservadora, louvam-se ainda nomes como o de Cerejeira ou Martinho Nobre de Mello, com o *Correio da Manhã* a assinalar a publicação de *Para além da Revolução*, em que o professor de direito trata do “[...] processo da falência bolchevista com grande brilho e erudição.” (13/6/25:3).

⁸⁰⁰ Já pelo princípio de maio, o *Novidades* regista não acreditar: “[...] nesta hora [*sic*], em revoluções ou ditaduras que salvem e bem ao contrário, que todas elas, nada mais têm feito e nada mais conseguem do que

Até ao próximo golpe, porém, não cessam por aqui nem as críticas ao regime, nem a violência⁸⁰¹, nem os apelos – cada vez mais frequentes – a um ditador ou apenas a “[...] safanão brusco, enérgico, e já hoje inevitável [...]” (*Século*, 29/5/25:1), “[...] que traga o fim lógico ao momento propício para o abandono das fórmulas românticas, para o rompimento de todas as algemas partidárias, para o repúdio, por parte dos interesses económicos, de ligações políticas, e, por parte do proletariado, das teorias subversivas com que o envenenam constantemente.” (*idem*, 28/6/25:1). Destarte, sujeito a todas as pressões, vivendo dos balões de ar de um regime orçamental de duodécimos e tomado, como dirá o *Primeiro de Janeiro*, de “[...] intensos instantes de receios e sobressaltos [...]” na expectativa de um novo golpe (14/6/25:1), também Vitorino Guimarães e a linha conciliatória por este representada acabam por cair para António Maria da Silva e para um executivo quase inteiramente *bonzo*, que, bem pouco durando, logra, ainda assim, alienar o apoio *alvarista* e compelir definitivamente à cisão *canhota* e à constituição da Esquerda Democrática.

De um modo geral, esta nova força política conta com a indiferença ou incompreensão de generalistas como o *Primeiro de Janeiro*, por exemplo, onde a manutenção no PRP e o alheamento face ao Partido Socialista na demanda de uma aliança com a CGT são explicados por “fins exibicionistas” ou pela “tradição tumultuária” da intersindical (16/7/25:1). A esta, por sua vez, não será alheio o apelo da nova formação junto da classe operária, tal por isso assumindo uma atitude de expectativa em que se tornam comuns, na *Batalha*, as iterações da independência da ação sindical; mas nem por isso deixará de lhe votar alguma desconfiança. Já entre a imprensa mais conservadora, contará com as críticas já utilizadas contra o governo de Domingues dos Santos, apenas mais intensas e mais frequentes, e agora também acirradas pela oposição à participação das *forças vivas* na luta eleitoral (*i.e.* *Século*, 15/10/25:1). No entanto, se a retórica do antibolchevismo serve, como aqui se tem feito tese, para vexar qualquer oposição política, seja qual for a sua filiação ideológica, sem se parecer revestir de uma verdadeira noção de perigo, isso fica bem patente na ligeireza com que a imprensa *bonza* apodará os *canhotos* de bolchevistas, mas também na indiferença a que a sociedade portuguesa – e o alerta vem da imprensa – vota toda a política⁸⁰².

Contra o *Mundo*, em que ainda se procura minimizar o impacto desta propaganda quer sugerindo que não se enodoe “[...] nenhuma fórmula política, seja ela qual for, aplicando-a aos intuitos destes traficantes.”⁸⁰³ (19/8/25:1), quer dando a Mayer Garção o ensejo de algumas explicações mais

agravar cada vez mais o mal estar social [...]”(3/5/25:1).

⁸⁰¹ A 15 de maio, recorde-se, dá-se o célebre atentado da Legião Vermelha contra Ferreira do Amaral, seguindo-se a detenção e deportação para África de cerca de uma centena de indivíduos identificados com a organização terrorista, entre os quais o famigerado Bela Kun.

⁸⁰² Veja-se, por exemplo, o *Jornal do Comércio*, onde, tratando do “Indiferentismo em política”, se escreve que “A política em Portugal [...] se tornou um assunto de conversa em todos os meios, para desafogar unânimes censuras, interessando em verdade apenas o reduzidíssimo número daqueles que tomam uma parte ativa, embora secundária, na vida política.” (26/8/25:3)

⁸⁰³ No mesmo número, chega-se a mofar que até “O Sr. general Gomes da Costa vai ser apelidado de bolchevista

cautelosas⁸⁰⁴, a *Montanha*⁸⁰⁵ destaca-se, por exemplo, falando dos *santistas* [sic] como “[...] inconscientes bolchevistas em embrião, pouquíssimos bolchevistas na aspiração que orienta o seu chefe e este bolchevista e só bolchevista [...] pela convicção em que já está de que só nos que aspiram à finalidade bolchevista pode encontrar apoio para as suas especulações políticas [...]”(31/8/25:1) – um mimo, afinal, em face destoutro artigo, em que, voltando às comparações entre monárquicos e bolchevistas, se condena aos primeiros a tentativa de “[...] levar ao Parlamento grande número de representantes seus [...]”, enquanto, dos segundos, se escreve que “[...] contam tomar mais linhas na frente extremista [...]”, recebendo apoio da Legião Vermelha (*Montanha*, 29/9/25:1).

Até à eleição de uma nova Câmara, em novembro⁸⁰⁶, e ainda antes do fim do ano, nas eleições municipais, a querela dentro do PRP, subordinada pela imprensa *bonza* à ideia maior de uma disputa entre monárquicos, bolchevistas e republicanos (*i.e. Montanha*, 7/10/25:1), começará por envolver os seus intervenientes diretos, mas acabará por mobilizar toda a vida política. Um dos primeiros exemplos surge ainda no rescaldo do julgamento do 18 de Abril, em que a *Montanha* chega a defender que “[...] os canhotos, as esquerdas, os santistas, *O Mundo* [...]” não “[...] têm autoridade para combaterem os revoltosos e para tomarem a atitude que estão tomando.”, uma vez que, foram eles que “[...] originaram o movimento por quererem arrastar o país para um bolchevismo apoiado na Legião Vermelha, que chegaram a ter às ordens para, na Câmara dos Deputados, chacinarem os representantes da nação [...]” (1/10/25:1). A tal acusação, por sua vez, não parece alheia a tentativa de reter para os *bonzos* alguns apoios dentro da ala esquerda do PRP, ou de disputar com esta o voto operário, comunista ou radical – facto nada displicente, atendendo quer aos posteriores resultados eleitorais; quer a uma série de artigos em que o *Montanha* declara o seu “respeito” [sic] pelo “[...] bolchevismo teórico, doutrinário, de princípios [...]” e “[...] defendido sinceramente por honestos visionários, almas simples e corações feitos de bondade.” (7/10/25:1); quer, essencialmente, à diligência da *Batalha* em denunciar o momentâneo interesse dos “políticos de todas as *nuances*” pela CGT, e em reiterar que

pelos mesmos que o apelidaram de conservador.” (*Mundo*, 19/8/25:1)

⁸⁰⁴ Já em outubro, por exemplo, é possível ler: “É então ser bolchevista reclamar julgamentos para todos os acusados? [...] defender o povo das garras dos que lhe sugam a última gota de sangue? [...] É ser bolchevista cumprir as leis, zelar a justiça, defender a coletividade social, considerando todos iguais perante a lei, quer para o gozo das suas liberdades, quer para o apuramento das responsabilidades que lhes caibam? Então não há nenhum liberal neste país, nem no mundo inteiro, que não seja bolchevista.” (*Mundo*, 30/10/25:1)

⁸⁰⁵ A tamanho envolvimento do *Montanha*, diário democrático portuense, não será seguramente alheio o seu distanciamento face aos centro de decisão do partido, nem à já reconhecida capacidade de mobilização dos seus apoiantes naquela cidade, nem ao prestígio que Domingues dos Santos tem na *Invicta*.

⁸⁰⁶ Referindo-se às forças que participam neste processo eleitoral, o *Montanha* escreve: “Como se sabe, vão à urna, no dia 8 de novembro, disputando lugares nas Câmaras: - O Partido Republicano Português. - O Partido Republicano Nacionalista. - O Partido Republicano Radical. - O Partido Socialista. - Os Católicos do Centro. - O Partido Monárquico. - Candidatos independentes. - A União das Forças Económicas. - E o grupo dos irradiados, por traição, do Partido Republicano Português, coligado com toda a gente que pode arrebanhar e em especial um número mínimo de arsenalistas, libertários, defensores da Legião Vermelha e, em Penafiel, com os católicos.” (26/10/25:1).

esta “[...] não vota em nenhuma facção política.” (30/10/25:1)⁸⁰⁷.

Subordinada à lógica conservadora, a disputa é entre “‘Conservadores’, socialistas e comunistas” (14/10/25:1) – assim a mostram os monárquicos do *Correio da Manhã*, revelando o ensejo de se verem associados à UIE e ao Centro, ao mesmo tempo que vão aproveitando para atacar as instituições republicanas e retomar a ideia de que o país está entre “[...] o bolchevismo ou o Rei” (*idem*, 3/10/25:1); assim a mostra o *Século*, também, ao escrever dos partidos do regime que, “[...] se por um lado, evitam prudentemente o contacto dos bolchevistas, por outro estendem a mão à revolução social através do socialismo.” (18/10/25:1), nem faltando uma comparação da sua atividade com a dos socialistas revolucionários russos. Assim, só o Centro e o *Novidades* continuam a cultivar, no isolamento e distância com que concorrem a estas eleições⁸⁰⁸, a legitimidade para avisar, bem por cima de toda a crispação política, que “Para tanto desvairo de espírito só a religião tem corretivo seguro e eficaz; mas a religião não é só para os operários, a moral católica não é só para os humildes: é para todos.” (*Novidades*, 15/10/25:1).

Com a vitória nas eleições parlamentares e a preparação para as municipais, os *bonzos* ainda terão azo de dilatar o conflito com os *canhotos* – quer supostamente subvertendo os resultados nas eleições em Lisboa, em que estes deveriam obter a maioria, quer entrando em acordos eleitorais com alguns grupos conservadores; mas também com os demais partidos republicanos, recusando a formação de um governo de concertação, até contra a sugestão de Bernardino Machado, que, entretanto, chega à presidência da república por via da renúncia de Teixeira Gomes. Ao nível da imprensa, voltar-se-á aos *canhotos*, já sem quaisquer acusações de bolchevismo, por ocasião da organização do seu primeiro congresso, já em abril; mas o epílogo – assim mesmo lhe chamará o *Montanha* – do conflito com os *bonzos* parece surgir com um último apelo do diário portuense, ainda em fevereiro, ao retorno dos “[...] bons republicanos que não querem sair e que acompanham os canhotos convencidos de que não ficavam fora do velho partido.” (6/2/26:1)⁸⁰⁹.

⁸⁰⁷ De facto, a questão deste potencial eleitorado avançado, que a CGT se arroga de congregar e representar e cuja dimensão só é avaliável por alguns episódios de mobilização popular, agita não só *bonzos* e *canhotos*, mas também alguns setores conservadores, onde também a UIE, antecipando já um tempo “[...] em que, finalmente, o sindicalismo patronal e o sindicalismo operário passarão a agir pacificamente [...]” e atacando a “[...] burla do sufrágio individual.” e esse “[...] adversário comum: o agitador parlamentar.” (*Século*, 23/10/25:1), se procura mostrar alinhada com os interesses operários. Porém, mais do que uma tentativa de atrair o apoio avançado, tudo isto parece espelhar mais um desconhecimento do seu peso eleitoral e até um receio dos efeitos da sua participação, saindo bem justificada a exasperação com que um diário retintamente republicano e burguês como o *Primeiro de Janeiro* se queixa, em véspera das eleições, que “À tática abstencionista sistematicamente apregoada e recomendada pelos sindicalistas deve o sistema social burguês um mais largo e consolidado disfrute do seu predomínio.” (6/11/25:1).

⁸⁰⁸ Embora sem maiores explicações, não deixa de ser bem sugestivo um artigo do insuspeito *Mundo*, em que se lê “A ditadura militar apoia-se nas classes conservadoras, que têm o medo precipitado do bolchevismo e do clero, que ambiciona predominar por completo nas consciências.” (25/10/25:1).

⁸⁰⁹ Numa das últimas referências conhecidas, o *Correio da Manhã* utilizará a expressão “Novos bonzos e novos canhotos” para aludir, curiosamente, à recente cisão do Partido Nacionalista (14/3/26:1).

Será difícil resumir em poucas linhas toda a primeira metade de 1926, mas, longe da estabilidade e legitimidade pretendidas, a prorrogação governativa cedida a António Maria de Silva apenas esfalda pela nova legislatura os problemas da anterior. Não bastando, em menos de um mês e catalisando toda a sanha, indiferença ou desalento da imprensa face ao regime parlamentar, à hegemonia do Partido Democrático e ao esgotamento de soluções políticas ante a fragmentação dos partidos do regime, juntam-se-lhes ainda o caso do Angola e Metrópole, a questão dos Tabacos e uma nova tentativa de golpe militar (Revolução de Almada). Por ora, o governo sairá ileso, mas a revolução, como dirá um dos chefes da sedição radical-conservadora ao *Século*, “[...] é inevitável. [e] O movimento militar tem de se dar.” (4/2/26:1), e assim, pelo meio de fevereiro já toda a imprensa se refere a novo golpe, que o *Diário do Minho* assegura ter em Braga “[...] um dos centros mais ativos da conspiração.” (16/2/26:1), e a que a *Batalha* associa os nomes de Sinel de Cordes, Mendes Cabeçadas, Alves Roçadas e Filomeno da Câmara, e diz “de carácter riverista” e organizado por uma “[...] instituição de fins ultramontanos, que dá pela designação de Cruzada Nun’Álvares.” (16/2/26:1). Já por março, no entanto, e apenas com a excepção de jornais afetos ao governo, como o *Rebate* e a *Montanha*, a maioria das folhas não parece ter já qualquer pejo na legitimação do golpe e da solução ditatorial, só aparentemente sustida pela larga publicidade que vem merecendo, por questões organizativas, e até pela tentativa de reunir o consenso e o apoio tanto dos grupos envolvidos, como de parte da população – porque afinal a ditadura, coincidem, embora por distintos motivos, o *Século* (i.e. 6/5/26:1), o *Mundo* (i.e. 16/5/26:1) ou a própria *Batalha* (i.e. 27/5/26:1), é já o regime em que se vive. Finalmente, pelo meio de maio, até ao *Mundo* e à *Batalha* a questão dos tabacos logrará arrancar um inequívoco ataque contra o sistema parlamentar, com o primeiro a apelar ao exército para que reponha a legalidade constitucional, entendendo que “[...] agindo dentro da constituição [...] não pode apoiar o fascismo, que é o símbolo da ditadura.” (16/5/26:1); e com o outro a falar de “[...] uma instituição decadente que não pode continuar a manter-se de pé, já porque está logicamente condenada, já porque aqueles que a defendem são os primeiros a destruí-la.” (20/5/26:1).

Quanto àquilo que trouxe este trabalho até aqui, imporá registar que, como em tantas ocasiões, terminados os excessos eleitoralistas e com os ataques da oposição a concentrarem-se novamente no partido do governo e no sistema que permitiu a sua reeleição⁸¹⁰, o perigo da ameaça vermelha em Portugal, e os libelos de bolchevismo contra os esquerdistas cessarão. De facto, mesmo a alusão a “Um diabólico plano internacional de origem russa” (*Diário de Notícias*, 10/1/26:1) pelo instrutor do processo do Angola e Metrópole, já pelo início de 1926, deve ser entendido na deflexão dos ataques da *Batalha* e do deputado esquerdista Amâncio de Alpoim contra o Banco de Portugal, de onde partira a

⁸¹⁰ Posição bem resumida, por exemplo, pelo *Jornal do Comércio*, uma semana depois da reabertura do Parlamento, ao escrever que este “Não corresponde à finalidade para que fora criado; a sua época passou; os elementos que o constituem nem sequer representam a vontade nacional e, portanto, a nação não lhes liga o menor interesse ou importância, porque não foi a nação que os elegeu.” (19/12/25:1).

requisição das notas de quinhentos escudos⁸¹¹, posto que à medida que o caso vai sendo aprofundado, a ideia é rapidamente posta de parte, cedendo cada vez mais lugar àquela outra, já largamente difundida pela imprensa mesmo antes de Cunha Leal a levar ao Parlamento, de se tratar de um ataque aos interesses coloniais portugueses por outras potências ocidentais. Destarte, é justo notar que o processo revolucionário russo e a ideia da ameaça dele continuamente dimanada não desaparecem, como já se teve oportunidade de ver, da imprensa portuguesa, mas também não encarreiram na derradeira sequência de factos, reais ou imaginados, com que esta avança para o 28 de Maio.

2.4.2 A ideia da ameaça na internacionalização da Revolução e na perda do Império

Apesar de já anteriormente ter conhecido alguns episódios, é já ao longo de 1923 que a percepção dos efeitos do processo revolucionário russo em Portugal começa a dar sinais de uma definitiva transformação, parecendo ceder a um maior enquadramento internacional da questão alguma da dependência que esta teve face à situação interna. Uma tal transformação é o reflexo de um momento político concreto, em que, cada vez mais esgotadas as tentativas e possibilidades de entendimento entre o que resta dos partidos do regime, se assiste, como se viu já, a uma nova e definitiva fase da sua pulverização ante a progressão das forças conservadora; é-o também de uma URSS em gozo da NEP e demandando um lugar na ordem do pós-guerra, invocando questões como a progressão dos movimentos nacionais de libertação nas colónias ou o ataque aos interesses coloniais portugueses nas reclamações territoriais alemãs e italianas; mas é-o, essencialmente, dos efeitos da internacionalização das experiências fascista e riverista sobre os regimes demoliberais e na reiteração da ameaça internacional do comunismo.

A despeito de quanto trabalhos lhe vá dando a conturbada situação interna, a imprensa persiste – entre a retórica vulgarização e profusão das referências ao comunismo e os mais categóricos desmentidos, até nos jornais mais conservadores, de um perigo real – no mesmo assinalável interesse pelo processo revolucionário russo, invocando-o, direta ou indiretamente, a cada episódio de violência social ou de crise política. Um tal interesse resultará das mais diversas percepções da sua relevância e da ameaça que preconiza, da filiação específica de cada jornal, dos condicionamentos ou excessos informativos; já por esta altura, no entanto, decorrerá essencialmente da manutenção da Revolução Russa na intersecção crítica e desmerecimento dos mais distintos grupos e ideologias representados na imprensa portuguesa e também, e em função da referida transformação, da sua utilização quer como causa da emergência de movimentos antiliberais, quer como desculpabilização para o regime demoliberal – de outro modo, será difícil acreditar que os jornais vejam mais perigo numa ação comunista, quaisquer que sejam a sua origem e agentes, do que nas bem mais evidentes ingerências

⁸¹¹ Convirá recordar que, apesar de banco emissor, o Banco de Portugal tinha, à época, estatuto de sociedade anónima, estando profundamente associado a instituições como a Associação Comercial de Lisboa ou a UIE.

espanholas ou reivindicações italianas e alemãs na Sociedade as Nações, a que tal ação, no entanto, aparecerá cada vez mais associada, configurando um ataque internacional aos interesses do país.

A par da sempiterna crise do regime, questões como a da representação de Portugal no estrangeiro, da possibilidade de uma intervenção externa nos problemas nacionais ou do ataque aos interesses coloniais portugueses saturam um certo ambiente de *finis patriae* com que a imprensa de todos os quadrantes vai, quando não apelando a um ditador, procurando justificar as mais diversas soluções políticas. Mesmo antes do episódio do “futebol revolucionário” – em que só talvez a *Época* se recusará a ver a interferência espanhola no que parece ser uma tentativa de empedernir a ação do governo português face ao movimento operário, senão mesmo de favorecer, sob a ideia de uma ameaça comunista, o estabelecimento de um regime ditatorial em Portugal – mesmo antes, dizia-se, já o DN dera um desconhecido de nome von Hitler [*sic*], líder do grupo nacionalista que recentemente atentara contra o governo da Baviera, a declarar que “Portugal tem colónias das quais não sabe o que fazer, enquanto a Alemanha e a Itália não sabem onde meter os seus súbditos.” (17/11/23:1). O ano de 1924, então, começará com a notícia de um acordo e da campanha “desleal” que Itália a Espanha estão fazendo “[...] contra a nossa colonização em África [...] insinuando, que somos demasiadamente pequenos para um tão grande património, ou domínio colonial.” (*Vanguarda*, 26/1/24:1). É justamente ante este quadro que começa a convergir e a combinar-se nas representações do processo revolucionário russo a ideia, não pouco contraditória, de que Portugal, mais do que à mercê de uma ação de agentes internos – amiúde invocada, mas sempre e em última instância declinada – se pode achar no centro de uma trama comunista internacional. Mas logra-o, note-se, não apenas em função da imprensa burguesa, onde, a despeito de alguns apelos a um reconhecimento da URSS, se continua a caldear o comunismo internacional com a ação sindical, a agitação social e até a atividade da Legião Vermelha; mas ainda da imprensa avançada, onde tanto se condena o entendimento internacional das forças conservadoras, preconizado pelo fascismo e riverismo, como a ação hegemónica da IC.

Pelos primeiros meses do ano e com a contestação social e a violência a cobrarem a Álvaro de Castro um novo agravamento das condições de vida e a hostilização aberta do operariado, o *Novidades* chega a sugerir aos leitores que “[...] vão aprendendo umas miunças de russo [...]” (25/2/24:1), enquanto o *Vanguarda* vai mesmo ao ponto de declarar que “Agora que o incêndio revolucionário bolchevista, paralelamente com a fome, está alastrando com espantosa violência pelos quatro cantos de Portugal [...]”, o país está “[...] está irremediavelmente perdido como nação livre e independente [...]” (26/2/24:1). Por ora, no entanto, a única revolução soviética é aquela que *Século* diz proclamada... em São Gregório, Caldas da Rainha, onde os patrões, na impossibilidade de aceder às exigências dos trabalhadores⁸¹², resolveram fazer-lhes a vontade e... “[...] implantaram o bolchevismo

⁸¹² Leia-se “ [...] Vinho com abundância, de manhã e à noite: cinco litros de água-pé para as horas de trabalho, e labuta de pouca dura para não extenuar com descansos largos, para o ripanço [...]” (*Século*, 8/3/24:4). Note-se, contudo, que é impossível determinar se esta notícia tem algum fundo de verdade ou se se trata de mais uma facécia do *Século*.

[...]”, havendo já, contudo, quem coce “[...] a cabeça com saudades do seu tempo do jornaleiros e com mostras de arrependimento pela asneira de triunfo.” (8/3/24:4). É assim, portanto, que já pelo início de maio, num estudo da revista francesa *Pax*, Portugal não consegue mais do que integrar, juntamente com a Suécia, a Noruega, a Dinamarca e a Suíça, o lote de “Países de vida e situação sem perturbações profundas” – é sem esconder uma pontinha de desilusão, portanto, que o *Diário de Notícias*, que transcreve o artigo, pergunta se “Portugal estará perdendo no estrangeiro a sua reputação pouco lisonjeira de país de desordeiros, em perpétua revolução [...]” (3/5/24:1). A agitação, como se sabe, está longe de ter um fim, mas a ideia de que a Revolução Russa ou a ameaça que preconiza estão longe de constituir uma preocupação real e profunda da imprensa, quaisquer que sejam as configurações e dimensões que alcancem, é, também aqui, reiterada pela imprensa conservadora, que, pelo início de junho, chega a acusar o governo de estar procedendo a uma campanha de desinformação no estrangeiro, defendendo, como o *Vanguarda*, que este “[...] tem grande conveniência em ir ateando o fogo comunista, para fazer calar os inimigos da República [...] e para moderar divergências entre os próprios republicanos, ameaçando-os dum ataque à propriedade particular de maior alcance que os que já têm ocorrido na República.” (5/6/24:1). Destarte, quando na mesma edição se escreve que “O desenvolvimento do comunismo em Lisboa é devido, em grande parte, ao auxílio que lhe vem do estrangeiro [...] (5/6/24:1), é certo que o jornal não faz mais do que aludir à visita de Humbert-Droz a Portugal, sem querer alargar-se noutras fáceis, mas também perigosas suposições.

Com tantas greves, manifestações e comícios, tiroteios, ataques bombistas, congressos, discussões parlamentares e demissões ministeriais, os rumores de uma nova revolução comunista – agora, também, estimulados pela ideia do estabelecimento de uma frente comum das esquerdas – persistirão, como (ou porque) persistem, aliás, os rumores de um novo golpe de espadas. A meio de agosto, abortadas as duas tentativas golpistas dos fortes da Ameixoeira e de São Jorge, a *Época*, que não só lhes dá ampla atenção, como é também o jornal que mais vem alertando para a preparação uma revolução comunista em Portugal, envolvendo os mais diversos elementos do movimento social e com profundas ramificações no Alentejo e ainda ligações em Espanha, aproveita para iniciar uma campanha anticomunista (*i.e.* 3/9/24:1), que parece chegar mesmo a incluir a distribuição de prospectos. A notícia não merece crédito nos jornais burgueses – monárquica, a *Época* não interessa aos republicanos, mas tão-pouco importa aos católicos do Centro e, assim, a uma boa parte dos monárquicos – mas entre a imprensa avançada, a *Batalha* ainda chega a explicar que “[...] sofrendo na sua tiragem uma baixa considerável [...] [a *Época*] desperta a atenção pública por meio de invenções e fantasias sensacionais [...]” (11/9/24:1).

Pela mesma altura, no entanto, a imprensa é surpreendida com o golpe radical do major Pires Falcão e, não bastando, já outra folha monárquica, o *Correio da Manhã*, vem relatando que “[...] um empregado da Alfândega [...] encarregado de despachar uns discos de gramofone, teve a curiosidade de ouvir um deles, descobrindo [...] comunicações importantíssimas que do estrangeiro se enviavam [...]”, e “A descoberta atingiu tal interesse político que o Ministério dos Estrangeiros foi

imediatamente avisado.” (10/9/24:1). Enquanto a polícia procede a um assalto domiciliário e à apreensão uma grande quantidade de discos (mas também de espingardas antigas, pólvora e balas de grande calibre), o jornal vai aventando a hipótese de se tratarem de “[...] ordens de carácter social, dirigidas pelos chefes do movimento revolucionário universal, que, segundo a imprensa bolchevique deve rebentar ainda este ano, [...] comunicações puramente relacionadas aos *complots* revolucionários nacionais [...] Ou a pilotagem de uma manobra estrangeira, armada contra nós, [...] de espionagem e de destruição [...]” (*idem*). Dois dias, porém, bastam para esclarecer que as relíquias se destinam “[...] à inatividade decorativa duma panóplia de veludo verde-escuro...” (*Correio da Manhã*, 12/9/24:1), mas é quanto chega para que alguma imprensa vá mantendo acesa a ideia de que o país não se encontra apenas sob uma ameaça internacionalista, mas também internacional.

A questão da ameaça internacionalista em Portugal só tornará aos jornais pelo fim do ano, já quando é o governo de José Domingues dos Santos a inspirá-la numa imprensa, que, começando por arrolar algumas referências à Legião Vermelha e algumas acusações mais duras ao governo, cedo a conduz ao ponto em que fora deixada pelo fim do verão. Uma vez mais, é o *Correio da Manhã* que apresenta a pretensa transcrição, do *Petit Parisien*, do interrogatório a um russo recentemente detido em Bordéus e que confessa que se preparava para viajar para Portugal para entrar “[...] em contacto com os nossos *cellulars* e embarcar depois para a América.”, posto que mesmo sabendo que “O partido comunista lida, em Portugal, com bastantes dificuldades [em face da grande oposição anarquista].”, “Moscou escolhe Portugal, que possui os governos burgueses mais transigentes e comodistas que existem.”, e “[...] os agentes [...] em Lisboa, combinados com os de França, podem meter a Espanha entre dois fogos [...] e, ao mesmo tempo influírem grandemente nas massas migratórias [...]” (13/12/24:3). Foi impossível determinar a existência de um tal artigo e mais ainda a veracidade da reportagem, que a própria folha monárquica diz “discreta”, mas o facto de só esta lhe dar publicação e de se reiterar, como um ano antes, a ideia de uma ameaça revolucionária peninsular, sugere tratar-se de uma notícia falsa e até com alguma ingerência espanhola⁸¹³. Opinião bem diferente, aliás, tem o *Mundo*, onde, partindo das declarações do “[...] Sr. Dupuy, delegado francês à III Internacional de Moscovo [...]”⁸¹⁴, que, já pelo início de 1925, visitará o país, se escreve “[...] ser uma verdadeira loucura tentar implantar o comunismo em Portugal, pois nele nem sequer existe uma ideia

⁸¹³ De facto, numa clara apologia ao regime espanhol, lê-se ainda que em Espanha “[...] castigam-se sem contemplações nem esperas, todos os que vão ao seu território fazer propaganda das suas ideias ou pretendam perturbar a ordem.” (*Correio da Manhã*, 13/12/24:3). Tais processos levarão mesmo, ainda ao longo de 1924, à expulsão do jornalista Alejo Carrera de Portugal, mas também funcionam inversamente, com a imprensa espanhola a subverter a atualidade noticiosa portuguesa, ou dificilmente se explicaria, por exemplo, que o correspondente do “[...] grande diário madrileno *Informaciones*, em telegrama de Lisboa [...]”, informe “[...] o seu periódico de que os legionários vermelhos entraram no 18 de abril [...]”, sendo, por isso, “[...] deportados para Cabo Verde e para a Guiné [...]” (*Mundo*, 7/9/25:1).

⁸¹⁴ O *Mundo* refere-se a H. Dupuy, delegado da Internacional e que, de facto, visitara recentemente o país. As declarações do jornal, no entanto, estão longe de corresponder às apreciações da situação política portuguesa e da atividade do PCP feitas por Dupuy na sua *Carta aberta aos camaradas portugueses*.

perfeita e definida do comunismo.” (16/1/25:1). Como noutras ocasiões, portanto, a folha *canhota* sustém que “Em Portugal [...] ninguém pensa em implantar o comunismo, e se alguém usa da palavra não faz corresponder a essa palavra uma indicação segura.” (17/1/25:1), chegando a defender, já em fevereiro, que “[...] todos esses clamores à sobreposse não se originam senão no facto de se terem realizado em Lisboa, com intervalo de poucos dias, duas manifestações populares contra as oligarquias financeiras que têm reduzido o país à miséria.” (28/2/25:1).

É agora, no entanto, que o *Século*, secundado por alguns jornais mais conservadores e ainda arremetendo contra o governo demissionário, começa a falar de um plano internacional contra o domínio colonial português em Angola, supondo-a em vias de se tornar “independente” ou de cair “em mãos estrangeiras” (13/2/25:1). Na história recente, a questão da perda das colónias tem aflorado sobejas vezes e envolvendo quer a possibilidade de um ataque estrangeiro, quer aquela outra, em voga entre alguns pensadores e políticos do final do século XIX, da sua venda como meio de resolver alguns problemas nacionais – mas nem seria necessário chegar ao *Ultimatum* para perceber os perigos da sua invocação e a estratégia do órgão da UIE. No entanto, ainda sem maior desenvolvimento, a questão parece passar desta crise governativa à próxima.

É já pelo verão, quando, ante um *ABC* em se que lamenta que “Em Portugal, vai-se vivendo longe da política mundial [...]” (9/7/25:11), ou um *DN* que celebra o “comunismo” do sistema da “sortes” nas terras da Beira (14/7/25:1)⁸¹⁵, o *Século* avisa que, com a penetração comunista em África “[...] ficará em jogo o nosso problema colonial e, por consequência, a Nação portuguesa.” (11/7/25:1) – o comunismo, explica Augusto da Costa no *Jornal do Comércio*, é agora uma possível “[...] rebelião de indígenas contra a metrópole [...]” (1/7/25:1), mas nem assim a questão logra uma completa ratificação conservadora. De facto, mesmo aproveitando para criticar “[...] os partidários das relações com Moscovo.” e supondo que só o corte diplomático continuará a manter Portugal fora da sua esfera de influência⁸¹⁶, é o mesmo articulista quem se refere, ainda nessa edição, a Dupuy e à “[...] nossa impreparação para um regime comunista [...]” (1/7/25:1), e quem registará, já em setembro e na mesma folha, que “[...] não constam que já existam organizações soviéticas em Angola ou Moçambique [...]” (19/9/25:1), demonstrando bem, e a despeito das posições dos “soviéticos” portugueses e de quantos presos por delitos sociais rumaram já a África, quão grande é o seu receio quanto à ameaça comunista nas colónias⁸¹⁷. Sem forma de dar desenvolvimento ao seu alarmismo, o

⁸¹⁵ Lê-se: “Em certo dia, fixado pelo ‘soviète’ local, que para o caso é a Junta do Freguesia, [reúnem-se] os chefes de família para tirarem as ‘sortes’ [...] os quinhões de terra de cultura e pasto que cada chefe de família tem direito de tirar à sorte.” (*Diário de Notícias*, 4/7/25:1)

⁸¹⁶ Augusto da Costa, no entanto, assinala que Dupuy deve ter entendido que os seus correligionários portugueses “[...] nada tinham, por enquanto, pelo menos, a fazer no nosso país [...]”, mas nota que “[...] as circunstâncias [...] se modificariam fatal e radicalmente, dentro de pouco tempo, se porventura o deputado João Camoesas visse coroados de êxito os seus bons desejos de nos ligar diplomaticamente à Rússia soviética.” (*Jornal do Comércio*, 1/7/25:1).

⁸¹⁷ Não se que crê aqui que as folhas burguesas distingam entre as posições anarcossindicalistas e comunistas

próprio *Século* acabará o verão assinalando que o bolchevismo, que tantas vezes deu já implantado, pode ainda vir a “[...] atingir Portugal, direta ou indiretamente.”, importando que “Não nos iludamos, supondo que por sermos pequenos estamos livres da propaganda bolchevista.” (4/9/25:1) – a situação, porém, está prestes a mudar, com a chegada do caso do Angola e Metrópole aos jornais.

Com toda a imprensa envolvida na campanha eleitoral, outubro passa, quase esquecido de ameaças, rumo a uma nova vitória dos democráticos e a um novo governo de António Maria da Silva. Será já na segunda metade de novembro, portanto, que o *Século*, atento às atividades do novo banco, ao rápido enriquecimento dos seus fundadores e à origem “[...] dos milhões com que pretende inundar o país e as colónias [...]” (25/11/25:1), avança com a notícia de um plano internacional de alienação do património ultramarino português em favor da Alemanha – a suspeita, empenhar-se-á a explicar o *Século*, terá sido lançada por uma pretensa tentativa de aquisição do jornal pelo grupo financeiro associado ao Angola e Metrópole (25/11/25:1), mas tampouco lhe deve ser alheia a investida de Alves dos Reis sobre as ações do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino, controlados por proeminentes membros da UIE⁸¹⁸. Até à descoberta e revelação da falsificação das notas, a 6 de dezembro, a questão passará ainda sem uma grande atenção na imprensa, entretanto ocupada com uma notícia, a correr já entre os jornais parisienses, segundo a qual “[...] a província de Angola teria sido em tempos oferecida à Inglaterra, que, tendo recusado a proposta, agora fazia pressão para que a cedêssemos à Alemanha [...]”⁸¹⁹ (*Montanha*, 5/12/25:1).

Descoberta a burla, nem as rápidas inquirições judiciais lograrão evitar a especulação em torno de um caso que cresce em enredo, cúmplices e colaboradores, ademais em distintos países. Entre todos os títulos, é o *Século* que continua a destacar-se, ao abandonar o tema da manobra alemã para perturbar o país e ao tornar, já no início de janeiro, à ideia de uma ameaça comunista, sugerindo que “O caso Angola e Metrópole [se] relaciona com um vasto plano soviético.” (10/1/26:1). Neste ponto, em que outras folhas evidenciam as suas dúvidas e moderação⁸²⁰, o *Século* falará de “[...] uma

face à questão colonial, mas é bem diversa a posição do PCP e da CGT. Com o primeiro, ficará célebre a oportuna intervenção de Humbert-Droz, em 1923, na exclusão da proposta da venda das colónias do seu programa político. Já com a CGT, a ideia oficial parece ser a da defesa da autodeterminação dos povos africanos, acabando, curiosamente, por acercar-se muito mais da posição da III Internacional: cerca de um mês depois daquele artigo do *Comércio*, a *Batalha* comentará a denúncia dos “[...] processos bárbaros da colonização portuguesa em África [...]” num relatório apresentado na Conferência de Locarno, registando que “[...] o Estado português, a colonização portuguesa [...] vêm explorando e dizimando há séculos [...] uma raça que tem direito a ser livre como todas as raças.” (16/10/25:1).

⁸¹⁸ A *Batalha* tem, por estes dias, uma posição bem curiosa: entrevedo o interesse do *Século* e procurando compreender e situar a intriga ao nível da alta finança, a folha operária chegará a evidenciar alguma simpatia pelo Angola e Metrópole, supondo que este contraria os interesses do “[...] grupo financeiro rival, [que] quer arrastar o país até à revolução fascista. [...] Quem são os homens dessa revolução? Os conservadores. Quem financia a revolução? Os argentários inimigos do Angola e Metrópole!” (1/12/25:1).

⁸¹⁹ O *Montanha*, donde aqui se extrai esta notícia, não mostra grande empenho em desmentir que esta teria tido origem no *Século*, que, por seu turno, recusou já tal acusação (4/12/25:3).

⁸²⁰ Mesmo num jornal como o *Correio da Manhã* se escreverá, até concebendo que “[...] esse elo secreto, que

perigosa manobra bolchevista, planeada em Moscovo [...]” e posta em execução, Europa fora, por agentes soviéticos. O diário sustém, ademais, proceder em conformidade com a atualidade noticiosa europeia, onde se reporta “A estranha coincidência do aparecimento, quase simultâneo, em vários países, de grande quantidade de notas falsas [...]” (*idem*), e também com a indiscrição do juiz investigador, Alves Ferreira, que por esses dias dirá à imprensa estar convencido “[...] da existência de um plano internacional de origem russa, destinado a conseguir, com o descrédito das finanças, a ruína dos estados atingidos.” (*Diário de Notícias*, 11/1/26:1). A verdade, no entanto, é que o *Século* vai aproveitando para fazer bom uso desta curta e rara oportunidade de mostrar associados, num mesmo plano “[...] contra o crédito do país, a segurança do estado e até contra a independência nacional [...]” (11/1/26:1), algumas figuras gradas do regime⁸²¹ e os agentes do comunismo nacional e internacional. Mas tão depressa como surgiu, e sem crédito aparente na demais imprensa, a notícia da trama acabará por desaparecer, ainda em janeiro, das páginas de um *Século* onde os ataques ao governo e ao regime não carecem nunca, afinal, de tema e razões.

Cumprindo concluir este ponto, convirá notar que, em contraste com o ano anterior ou até, porventura, com os demais que cabem nesta análise, o início de 1926 trará alguma acalmia – a mesma que muitos especialistas tanto veem como um sinal do próximo golpe, como de alguma estabilização. Já a análise da imprensa dá por certo, mormente depois da Revolta de Almada (1 de fevereiro), um golpe militar, com alguns jornais a adiantar mesmo o nome dos intervenientes e os locais da sua eclosão⁸²². No que respeita à perceção do impacto do processo revolucionário russo em Portugal, os derradeiros meses que precedem o 28 de Maio reiteram a ideia de uma imprensa, que, seguramente mais do que temor ou apreensão, fez da invocação da ameaça bolchevista um hábito e uma necessidade. É assim que se mantém, aliás, mesmo agora que se lobriga o advento da ditadura conservadora, que o fascismo italiano reitera o seu interesse pelas colónias portuguesas⁸²³, que os

conseguiu congregar a atividade criminosa e simultânea de falsários disseminados por toda a Europa [...] tenha sido fundido em Moscovo.”, que “[...] se nos antolhou tal ponto de vista [do *Século*] sobremaneira exagerado [...]” (15/1/26:1)

⁸²¹ Este ataque centra-se em Nuno Simões, Ministro do Comércio e Comunicações do anterior governo, chegando ao ponto de suster que teria mantido relações com comunistas russos (11/1/26:1), e decorre seguramente do facto do ministro ter autorizado a abertura do banco num período em que a abertura de instituições bancárias estava suspensa.

⁸²² É na sequência da Revolta de Almada que a imprensa começa a dar conta de um novo golpe, desta feita com ligações à província. Pelo meio de fevereiro e enquanto a *Batalha* se fica pelo anúncio de que “A Cruzada Nun’Alvares Pereira mandou sequazes seus à província fazer uma obra de aliciamento de comandantes de vários corpos do exército e dispõe-se a dar um golpe de estado num curto prazo de tempo.” (18/2/26:1), é o próprio *Diário do Minho* que assegura já que o movimento revolucionário “[...] tem em Braga ramificações.”, havendo naquela cidade “[...] alguns indivíduos altamente categorizados no mundo dos espíritos que têm por Gabriele de Annunzio a maior simpatia e admiração.” (18/2/26:1).

⁸²³ Lê-se, por exemplo, que “[...] a moderna corrente de imperialismo colonial que na Itália se exterioriza, visa principalmente Angola [...]” (*Correio da Manhã*, 10/2/26:1); que “À volta das nossas colónias [se] revela o pensamento da Itália oficial sobre a necessidade duma mais larga expansão em terras de África” (*Diário de*

partidos do regime estão, como o movimento operário, absolutamente divididos, e até os comunistas portugueses – sejam lá quem forem – estão demasiado dissolvidos para uma ação dissolvente⁸²⁴. O comunismo e ameaça que este preconiza, serviram já para justificar quase tudo – só não serviram, afinal, para justificar a manutenção do sistema demoliberal.

Lisboa, 3/4/26:7); que “A viagem de Mussolini ao norte de África representa uma ameaça para as potências coloniais [...]” (*Diário de Lisboa*, 17/4/26:7), ou que “[...] o *Duce* vai levar a sua voz potente e a voz indefinível até às terras africanas, que todos esperam colocar-se de novo e definitivamente sob a asa das águias imperiais romanas.” (*Diário de Notícias*, 19/4/26:4).

⁸²⁴ Baseando-se no *Nouveau Siecle*, o *ABC* escreve que “Funcionou entre nós uma delegação clandestina do Komintern da propaganda bolchevista em Marrocos”, mas que “[...] as dificuldades que surgiram para a completa organização deste trabalho foram tão consideráveis que a agência de Lisboa foi suprimida e a sua atuação confiada aos comunistas franceses e espanhóis.” (18/3/26:10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora já suficientemente explicada e concluída a cada ponto, não deixará esta tese de aproveitar para fazer as suas considerações finais, não só revendo e articulando quanto anteriormente se escreveu, como acrescentando o que possa, eventualmente, ter ficado por desenvolver ou aclarar.

Ao longo dos dez anos que separam os limites desta análise, a imprensa, a despeito das suas dimensões, características e até filiação, detém-se exaustivamente no processo revolucionário russo, numa média que não andarão longe de uma referência para cada edição da grande maioria dos títulos consultados, e ora representando, da origem aos conteúdos informativos, a atividade e ideário de quase todas as posições e interesses a considerar, ora identificando, a um nível mesmo superficial, o seu o seu relevo no processo de representação e impacto da Revolução Russa em Portugal. Uma vez mais, assinala-se aqui que esta imprensa é, porventura, uma das melhores fontes para o estudo do impacto do processo revolucionário russo em Portugal, superando em número e variedade quantos condicionamentos e dificuldades se ponham à sua análise e, assim também, toda a eventual relutância ao reconhecimento da sua utilidade e validade. Deste modo, e mesmo sem incidir sobre a totalidade da imprensa da época, esta tese não deixará de se sentir que a amostra escolhida não deixa de cumprir a sua função, o que podendo depender grandemente do número de títulos escolhidos, afinal não tão pequeno, depende, afinal, muito mais da sua capacidade intrínseca para se representar, bem como para representar a articulação entre a receção e perceção do processo revolucionário russo e a crise do sistema demoliberal português, atuando, pois, como registo e partícipe desse fenómeno. Trata-se, contudo, de uma dinâmica informativa específica, que não só não permite a reconstituição do processo senão de forma fragmentária e descontextualizada; como o transforma num conflito entre os bolcheviques e todos os que se lhe opõem, só vagamente dando a conhecer a multiplicidade de fações e interesses envolvidos; como ainda institui o preceito de celebrar as derrotas e fracassos bolcheviques alternando com uma profusão ou um silenciamento informativo, dependendo do tipo de imprensa; como não cede senão um conhecimento muito parcial e disperso de algumas questões mais teóricas.

Embora esta representação evidencie, sensivelmente a meio do lapso em análise, uma redução quantitativa, não deixará nunca de conhecer um significativo alargamento qualitativo, tão decorrente da evolução da própria imprensa, como da necessidade de alargar e aprofundar a compreensão de inúmeros outros aspetos do processo revolucionário, como ainda de uma imediata com as representações da situação interna portuguesa, fazendo sentido, pois, falar de um alargamento da dimensão da perceção do processo revolucionário, em contraste com o que será a dimensão da receção, embora ambas evoluam conjunta e coincidentemente, na configuração daquilo a que, já desde o início desta tese, se aceitou designar por representação.

Naquela dinâmica, inscrevem-se não apenas os quatro momentos já inicialmente definidos para análise – o primeiro, entre 1917 e 1919, ainda sob o efeito da Guerra Europeia, do impacto da celebração da paz separada e do advento do sidonismo; o segundo, entre 1919 e 1921, condicionado

tanto pela Guerra Civil russa, como pela instabilidade política em Portugal e pelo surgimento de uma nova imprensa operária; o terceiro, entre 1921 e 1924, marcado por algumas alterações na política soviética e dos seus efeitos a nível do reconhecimento diplomático da URSS e da internacionalização da ameaça comunista em face da cisão operária, da pulverização das forças demoliberais e do impacto do fascismo e do riverismo na agregação das forças conservadoras; e o derradeiro, de 1924 em diante, tomado pela definitiva internacionalização da ideia da ameaça comunista, o aprofundamento da crise política portuguesa e o advento da ditadura –, mas também a transformação da forma e teor dos conteúdos informativos que lhes correspondem, passando-se, respetivamente, da reprodução de pequenas notas chegadas do estrangeiro a um número crescente de análises (e cada vez mais pela pena de autores portugueses), a uma mais ampla vinculação das reflexões sobre a situação interna e o processo revolucionário, e ainda à sua utilização na polarização dos jornais existentes. O reconhecimento desta dinâmica importa tanto pela confirmação dada à periodização sugerida para a análise e, assim também, para o período, como por aquela dada à ideia de que a receção e perceção do processo revolucionário russo na crise do sistema demoliberal português não podem ser compreendidas senão ante a totalidade dos acontecimentos da época, e não apenas em função de um país ou de um grupo. Um tal reconhecimento, no entanto, importa aqui por mostrar que, para além dos factos, vale sempre muito mais a representação que a imprensa lhes dá.

Relativamente à Revolução Russa, essa representação começa por estar fortemente vinculada – senão mesmo determinada, por via de todos os condicionalismos na aquisição de informação – ao contexto de guerra por que o processo revolucionário irrompe e evolui. Sobre todas as representações iniciais, a questão da manutenção na conflito terá sempre preponderância, não só porque é a que mais pode afetar e condicionar a ação política e militar dos Aliados, mas também porque é, assim, a que com mais insistência passa da imprensa aliada à nacional, que a mostra como a que mais pode influir na situação do país e da sua população. Assim, esta questão não só integrará, a despeito até da posição assumida por cada grupo face à nova situação russa, a discussão entre os que defendem a intervenção militar portuguesa, e os que se lhe opõem; como explicará que quase todas as interpretações desse processo acabem subordinadas à ideia ou de uma iniciativa da Duma e tendente à manutenção na guerra, ou de um manejo germanófilo para paz em separado. Neste sentido, porém, e embora a própria polarização dos golpes de fevereiro e outubro permita à imprensa entrever uma transição de paradigmas já historicamente definidos e conhecidos para qualquer coisa de mais indistinto e adverso às suas expectativas, a questão da manutenção da Rússia na guerra vem mostrar que o posicionamento inicial da imprensa portuguesa (e porventura da aliada) dependerá muito menos da perceção ou conhecimento de uma oposição ideológica face aos bolcheviques – cujas representações, afinal, não resultam tanto de uma análise particular dos mais diversos jornais, como das divergências que entre si sustentam – do que da ideia de uma traição em prol dos interesses alemães. Esta ideia, que entretanto permite à imprensa burguesa reconhecer um inimigo concreto, desviar as atenções das consequências militares e desacreditar tanto o governo, como a ação militar e política soviética, é uma de duas que

mais persistência e longevidade têm na representação dos bolcheviques e do processo revolucionário russo, já adiante perpassando tanto pelo discurso de uma imprensa burguesa atenta à sua internacionalização, como pelo de alguns setores operários atentos à progressão dos seus ideais. De facto, impor-se-á mesmo reconhecer que esta ideia pode mesmo ter condicionado, bem para além de qualquer difendo, a aceitação dos bolcheviques e da Revolução de Outubro no convénio das nações.

Ainda assim, a outra ideia a que a representação da Revolução Russa acaba rapidamente vinculada, e uma vez mais reiterando a necessidade de alargar análise do seu impacto à totalidade dos acontecimentos da época, é a da sua progressão sobre os demais países e, concretamente, sobre o que então se define como a civilização ocidental, embora aqui convenha notar que também a ação dos Centrais é sentida e referida pela imprensa como um ataque à pulsão democrática dos Aliados, não tendo ainda, pois, a dimensão que alguns (mormente os maurrasianos) posteriormente lhe conferem.

Em Portugal, é o advento do sidonismo, como se viu, que a vem colocar no eixo da relação entre as representações do processo revolucionário e a crise do regime, não hesitando em invocá-la para justificar quer a sua manutenção, quer a repressão da oposição. Também aqui, no entanto, importará notar que o sidonismo não está senão dando continuidade a uma tática de que quase todos os anteriores governos se serviram, não só contra os monárquicos, como contra toda a oposição. Fá-lo mantendo a ideia dessa ameaça por uma dimensão que se poderia dizer meramente interna. Fá-lo, ademais, às primeiras evidências da desagregação do bloco político e económico que vem mantendo a República Nova, e respeitando tanto ao operariado, como a toda a oposição republicana, pelo que é impossível sustentar que se baseie num receio real, como impossível parece sustentar que a greve geral de novembro de 1918 tenha um carácter revolucionário (como pretenderam alguns), ademais influenciado pelo processo revolucionário russo (como terão pretendido outros), quando não só o desmente toda a imprensa oposicionista, cedendo-lhe algum apoio, como a situacionista, e justamente porque na jaculatória retórica do perigo bolchevista junta toda esta heterogénea oposição.

É impossível determinar se a manutenção da normalidade constitucional não acabaria por consagrar o mesmo recurso; certo, porém, é que o consulado atua definitivamente na sua fixação e vulgarização como elemento de futuras contendas. Ainda assim, na polarização de posições a que momentaneamente compele, o mesmo sidonismo gera também uma episódica, mas significativa transigência face ao processo revolucionário russo e às lutas operárias entre a imprensa do heterogéneo bloco republicano e burguês que se lhe opõe, cedendo também um novo indício de que as suas atitudes, anteriores ou futuras, não são tão determinadas por uma verdadeira oposição ideológica ou, nesta situação concreta, por um receio real de uma penetração comunista no país, como pela crise do sistema demoliberal português, em que as alusões ao processo revolucionário não constituem senão algumas tiradas mais inflamadas.

É, pois, condicionada tanto pela ideia da traição, como pela da ameaça, que a representação da Revolução Russa se mantém, desde o primeiro momento, avançando por aqueles quatro momentos descritos. No entanto, a proposta de que entre os efeitos do seu impacto não se encontra o muito

aventado terror burguês, não deixará agora, como não deixou desde o início, de ser absolutamente central a esta tese. Assim, não cumprindo aqui repetir ou mesmo resumir quanto detalhadamente se escreveu atrás, importará retomar ainda algumas as representações do processo, nelas justificando esta e outras propostas que esta tese quer deixar.

Viu-se, portanto, que na sequência na sequência de Brest-Litovsk, a Rússia e o processo revolucionário perdem uma grande parte e da atenção que até então vêm merecendo, mesmo porque se crê ou parece crer que os bolcheviques acabarão por cair ante uma ação alemã ou japonesa. Tal atenção retorna apenas pelo final de 1918, com a imprensa a anunciar uma intervenção aliada num conflito, a Guerra Civil, sobre o qual, até agora, não deu senão um pálido reflexo. A questão é sempre melindrosa, porque a imprensa deve explicar, na sequência de uma guerra que tomou tantas vidas, o ataque contra um estado soberano e cujo governo, reconhecido ou não, nunca deixa de reclamar negociações; assim, a questão depõe também a ideia de que os bolcheviques não têm uma política externa, uma vez que imprensa dá conta de inúmeras iniciativas diplomáticas cerceadas pela impossibilidade de se fazerem reconhecer ou representar no estrangeiro.

Esta entrada e permanência na Rússia marca, como se leu, um alargamento dos assuntos referidos e tratados sob esse tema, ademais alinhando, em Portugal, com uma maior mobilização e combatividade do operariado, com uma pulverização dos partidos do regime, e com uma nova recomposição das forças conservadoras. Diversa do sidonismo, porém, a instabilidade política que lhe sobrevém vem consagrar já uma dimensão externa da ameaça, decorrente tanto deste referido alinhamento, como do que parece ser uma tentativa da imprensa de identificar e situar o país entre outros casos europeus. Esta dimensão, que conhece um razoável desenvolvimento ao longo da governação de Sá Cardoso ou Domingos Pereira, é depois cerceada tanto pela intervenção de António Maria Baptista, como pela perceção da própria imprensa de que não há como mostrar o país assim convulsionado sem o pôr à mercê de uma intervenção estrangeira. Mesmo assim, e até banalizada na súbita redução à sua dimensão interna, a ideia de uma ameaça não deixa de mobilizar essa imprensa: nas folhas afetas aos democráticos, ela justifica a sua permanência no poder; noutras folhas mais liberais, sucede cada vez mais à possibilidade de um avanço conservador; nas mais conservadoras, preconiza a oportunidade de uma união contra a desordem da República e os desmandos avançados; entre as avançadas, embora amiúde desmentida, é transposta para um aumento da repressão do operariado, que, assim, se acha na contingência de dilatá-la e simultaneamente repeli-la.

Esta ambivalência operária merecerá aqui, como mereceu atrás, uma atenção especial, posto não serem poucos os que sustentam a ideia de uma indiferença inicial do operariado face ao processo revolucionário russo, e mais ainda os que a fundamentam na sua ignorância e indefinição ideológica. De facto, o que a imprensa da época mostra é que se o Golpe de Fevereiro carece de uma compreensão das orientações de algumas das forças que lhe estão na base, conhecendo ainda alguma prudência do operariado, já o de outubro conta com um apoio que se poderia dizer quase inequívoco, e que se sente tanto ao nível das publicações operárias existentes, como nalgumas ações de informação, de que a

própria imprensa burguesa chega a dar conta. A determinar este apoio, a origem e natureza do golpe parecem pesar sempre mais do que qualquer questão ideológica; no entanto, a imprensa operária mostra saber identificar e discutir, desde o princípio, algumas das diferenças entre a sua orientação e aquela veiculada pela Revolução Russa, fazendo até, como se viu, por distingui-las, o que não evitando a referida ambivalência, a mostra, pelo menos, como o resultado de um processo consciente, mas, ainda assim, muito distante daquela aventada proposta de que teriam retardado a sua influência ou feito uma exploração maquiavélica dos factos relativos à Rússia⁸²⁵, só rara e tardiamente sentida.

Em verdade, ainda que a prevalência da questão da participação russa na guerra comece por impor uma associação entre grupos pacifistas, é ainda entre os dois golpes que a imprensa identifica os bolcheviques, filiando-os, mais por via etimológica do que ideológica, no marxismo. A tal respeito, viu-se, a imprensa é sempre parca, mas nisto não pesará tanto a tão celebrada ignorância e a indefinição do operariado – capaz, como se viu, de teorizar em face da sua experiência – como a formação predominantemente libertária do operariado português, e, produto direto da Revolução Russa, da quase imediata imposição do bolchevismo (qualquer que seja o nome que se lhe dê) como referencial de toda a sua análise⁸²⁶, suspendendo, efetivamente, maiores reflexões teóricas. Esta, aliás, é uma situação que nem mesmo a formação da FMP e do PCP vem resolver. De facto, não deixará de surpreender que, objetivamente comprometida com um ataque ao processo revolucionário russo, a imprensa burguesa informe muito mais e melhor sobre as suas práticas e teorias, nomeadamente destacando em que medida desvirtuam a doutrina marxista, do que a própria imprensa operária. Sem obstar à deturpação e encobrimento de factos levados a cabo pelos órgãos burgueses, não só como fora já reconhecida por outros autores⁸²⁷, mas também por esta tese, a verdade é tudo isto parece contrariar a ideia de que imprensa burguesa terá tentado impedir o operariado de tomar conhecimento da realidade russa, ou mesmo favorecer a criação de um clima antissoviético⁸²⁸. Em todo o caso, o que parece ficar claro é que a rejeição do processo pela imprensa burguesa comece por ter a determiná-la a perceção de uma diferenciação ideológica, ou que a recetividade operária decorra da incapacidade de proceder a essa mesma diferenciação – bastará notar como a imprensa conservadora mostra que a sua relação com processo revolucionário poderia ter sido muito diferente, não fossem tanto a sua dependência e alinhamento com a imprensa aliada, como a alteração da situação militar russa.

Mas tudo isto, contudo, não valerá nem ao marxismo nem ao próprio bolchevismo uma maior definição – nem lógico ou importante será que tal ocorra, ora porque os próprios bolcheviques estão também teorizando em tempo real, ora porque a maior contribuição da Revolução, em face dos ataques e adulterações a que imprensa burguesa a sujeita, parece ser a sua simples resistência –, mas tão-pouco o impedirá de disseminar-se como elemento da receção e da própria perceção do impacto do

⁸²⁵ Ventura, 1976; Gonçalves, 1941; Vieira, cit. in Oliveira, 1990.

⁸²⁶ Margarido (1975) e Pita (1989).

⁸²⁷ Ventura, 1976; Oliveira, 1976; Valente, 1977.

⁸²⁸ Ventura, 1976. Note-se, contudo, que ventura estava ainda numa das suas primeiras abordagens da questão.

processo revolucionário. De facto, se há algo que a imprensa mostra, desvalorizando mesmo essa aventada possibilidade do marxismo, ante a inexistência de um partido socialista, ter sido introduzido por anarquistas, é que o impacto da Revolução Russa vem suspender ou apenas adiar qualquer reflexão sobre o marxismo, podendo apenas falar-se de bolchevismo.

Já coevamente (como em muitas análises posteriores), a percepção destas indefinições permitirá aos jornais burgueses evidenciar o seu descrédito não só para com o processo revolucionário e os bolcheviques, mas também para com o operariado que pretensamente os segue. Para a imprensa operária, no entanto, a manutenção destas indefinições até uma fase posterior do processo revolucionário (1921) não só vem permitir uma identificação com o que entende ser um ato emancipador (mas um de vários) para todo o movimento social, como um reconhecimento da sua exemplaridade (e, assim, como exemplo de outros processos revolucionários já a decorrer ou a iniciar, e não como mito⁸²⁹ ou mesmo demarcador face a outros episódios de agitação social⁸³⁰), como ainda uma promoção da ideologia e estratégia da corrente dominante entre o movimento operário⁸³¹. Com isto, não se defende aqui que o surto do movimento operário e da sua imprensa sejam um efeito da Revolução – de facto, conquanto aceite que o operariado se possa achar tão compelido a agir pela situação em que se encontra, como pelas condições e forças que a Revolução Russa e outros processos revolucionários passam a desencadear, sendo a criação da Federação Maximalista o exemplo mais concreto dos seus efeitos, esta tese não entende o surto do movimento operário e da sua imprensa senão como um produto das condições do pós-guerra e do modo como o próprio operariado emerge do sidonismo. Com isto, aceita-se apenas que qualquer uma das referidas realizações do movimento operário face ao processo revolucionário teria sido mais difícil de alcançar ante uma maior definição doutrinária – tanto sua, como do veiculado pela imprensa –, sendo lícito supor que o impacto da Revolução Russa, seja este qual for, beneficia muito mais de indefinições e ignorância, do que de um conhecimento efetivo. Muito naturalmente, o reconhecimento desta situação não passará apenas pela imprensa operária, mas também pela burguesa, onde a ignorância e as indefinições, reais ou impostas, servirão para empolar os factos, mas também algumas disputas, muito para além da sua dimensão real.

Pelo final de 1921, esta situação fica bem clara numa série de contradições em que a imprensa subitamente se acha. Por via da situação interna, e apesar da ideia da ameaça bolchevista continuar ainda, e por muito tempo, a delinear os contornos da polarização política e da crescente pulverização partidária, é já então claro que os maiores ataques ao regime não virão do operariado, que, entretanto, vai entrando em refluxo, mas dos grupos conservadores, e isto tanto pela percepção da sua progressiva reorganização, como da deriva direitista de algumas forças do regime – e maior evidência disto estará no facto da imprensa burguesa se começar a dividir não só quanto ao processo revolucionário russo, mas também quanto à ideia da ameaça, reiterando a proposta de que esta corresponderá muito mais a

⁸²⁹ Pereira, 1971; Quintela, 1976; Ventura, 1977.

⁸³⁰ Pereira, 1971.

um recurso retórico do que a um receio real. Já por via do próprio processo revolucionário e da sua representação na imprensa, é o desfecho da Guerra Civil a contraditar três anos de derrotas e incompetência bolchevique; é uma renovada preocupação com as formas e conteúdos informativos a negar a pretensa indiferença em que o processo revolucionário cai; é a mesma imprensa, que se mostra sempre incapaz de refletir sobre questão mais teórica, a persistir numa estratégia de descrédito dos bolcheviques assente na premissa de que o fracasso das suas políticas económicas e sociais, e, por conseguinte, a NEP, não são senão... o resultado de uma prevaricação ideológica do marxismo; é, finalmente, o facto de esta estratégia não servir senão para dissimular um processo de aproximação comercial e diplomática dos Aliados à URSS.

Para além da oposição da imprensa avançada, que ocasionalmente lhe relembra o quanto desvirtua a Revolução, a burguesa, mesmo reconhecendo a inexistência de um perigo comunista, não só não evidenciará nunca o desejo de reconhecer tais contradições, como não aventará a hipótese de estar aquém de conhecer e compreender a totalidade do processo revolucionário. Nos dois momentos anteriores, uma tal disposição poderia ser facilmente imputada aos mais diversos condicionamentos informativos; já nesta abordagem da NEP e do período compreendido entre 1921 e 1924, a imprensa burguesa mostrará, a despeito de um desconhecimento geral da política interna russa, manobrar tanto por conta dos interesses aliados, como pela necessidade de fazer vigorar, muito para além de quaisquer dissensões ideológicas, ideias já criadas em torno dos bolcheviques e do processo revolucionário.

Esta atitude é reconhecida na representação de inúmeras figuras russas, seja quando a derrota do movimento constitucional vem impor que Kerensky passe rapidamente, e em expressão da época, “ao hipogeu da História”, aonde se lhe juntam, pelos três anos seguintes, quase todas as figuras contrarrevolucionárias; seja já quando a necessidade de uma aproximação diplomática da URSS vem exigir que Lenine assuma a feição moderada da Revolução, enquanto Trotsky acumula todos os seus excessos. Assim, tal atitude é também reconhecida na abordagem das dissensões bolcheviques, em que, a despeito de uma certa incapacidade para articular e refletir mais profundamente, como com a NEP, sobre fenómenos mais abstratos ou de maior duração, ficam sempre bem patentes quer algum desinteresse por quantos grupos e ideias dividem os comunistas, quer a tentativa de acentuar a ideia instabilidade na liderança e nas políticas soviéticas. Por fim, tal atitude perpassa também pela vitória bolchevique na questão do reconhecimento internacional, que inúmeros – mesmo mostrando saber ser o único paliativo para o resultado da Guerra Civil, para os prejuízos do intervencionismo aliado, e até para o desarranjo da ordem de Versalhes e da situação socioeconómica europeia – preferirão disfarçar atrás do humanitarismo imposto pelas calamidades de 1921 e 1922.

Por ora, no entanto, a questão do reconhecimento internacional impõe um alargamento desta análise, por momentos mais centrada nas representações do processo russo, à representação e efeitos da situação interna portuguesa. Em face desta questão concreta, a imprensa dá sinais de uma reflexão

⁸³¹ Esta ideia, recorde-se, fora proposta por Palminha Silva (1978).

sobre a posição da República Portuguesa, atinando que o reconhecimento ou abrirá as portas ao bolchevismo, ou não lhe trará qualquer dificuldade ou benefício, ou trará algumas vantagens comerciais – posições revistas, respetivamente, na recusa da imprensa mais conservadora, na contenção ou até indiferença daquela mais liberal ou generalista, e no apoio da avançada ou vinculada à ala mais esquerdista dos republicanos. Para esta tese, esta questão não terá grande importância, mesmo por se entender que se a República Portuguesa não reconhece o regime soviético, a despeito de não poucas ocasiões e esforços nesse sentido, é essencialmente porque não se chegam a vislumbrar nunca, nem à esquerda nem à direita, os benefícios de um tal ato, até nisto seguindo os Aliados, que, pela altura em que a questão verdadeiramente se coloca, vão já dando mostras de um recuo diplomático. Mas nesta questão, que afinal nem chega a merecer nunca um grande interesse nem da imprensa burguesa, nem da operária, não deixam de estar presentes todas as divisões políticas, mostrando que mais do que polarizar, o processo revolucionário russo é polarizado como elemento de uma disputa em é que recorrentemente referido, mas que, em boa verdade, lhe é alheia.

Embora o momento compreendido entre os anos de 1921 e 1924 acumule e combine, em potência, a quase totalidade dos elementos que, pelos próximos anos, acabarão por determinar o fim da I República, como a dispersão do movimento operário, a polarização e pulverização de quantas forças políticas e partidárias existam, e ainda um progressivo descrédito no sistema constitucional e parlamentar, a verdade é que tal disputa é pelo menos tão velha como a própria República e explica-se, de um modo geral, com um alargamento da crise económica, com uma maior uma perceção das falhas do sistema político, com o próprio desgaste governativo do Partido Democrático, e com as dificuldades no acesso ao poder de outras forças políticas. Ante a conjuntura coeva, contudo, tal disputa parece conhecer um agravamento.

A este respeito, a análise da imprensa vem revelar, para além de quaisquer querelas ideológicas ou apenas pessoais, a perceção da existência de nichos eleitorais tanto à direita como à esquerda do espectro político, os quais, convertendo-se no alvo de todos os partidos republicanos do regime, chega inclusivamente a dar azo à divisão de alguns e à formação de outros – cumpre, neste caso, destacar a situação do Partido Democrático, que, não só atraído pela possibilidade de alargar o seu apoio entre o um eleitorado que lhe tem sido adverso, como a tal compelido pela súbita deslocação da sua oposição republicana para a direita do espectro político, verá acentuada a cisão entre as suas facções esquerdista e direita, que estará depois na origem da Esquerda Republicana e também no desaparecimento do grande partido do centro.

Entre os católicos e monárquicos, o problema parece ter exatamente a mesma origem, conquanto não pareça dever tanto àquela questão eleitoral, como ao sempiterno projeto de uma união das forças conservadoras. Começando por levar os católicos a superar a questão do regime e a colaborar com os poderes instituídos, tal projeto acabará por levar a um corte com os monárquicos, entre os quais, também, não demorará a provocar divisões. A bom tempo colherão os católicos os frutos da sua estratégia, não só porque esta lhes permitirá passar incólumes ao descontentamento

generalizado face aos partidos do regime, mas porque a própria Ditadura Militar os reconhecerá como os melhores depositários da Ordem e da pacificação e sobrevivência da República.

Igualmente relevante, porém, é ainda a cisão do movimento operário. Aqui, no entanto, e embora a análise da imprensa ceda imensas provas de um impacto direto e quase imediato do processo revolucionário russo, não gostaria esta tese de deixar de notar que tal impacto se dá também na esteira da cisão entre o sindicalismo libertário e socialista, não lhe cumprindo expiar todas as culpas da divisão operária. De igual modo, não gostaria de deixar passar que, embora catalise essa divisão, o processo russo não só força o movimento operário a definir melhor o seu pensamento e estratégia, a que mesmo cede, como se viu, grande promoção, como não deixa, em boa verdade, de se lhe apresentar como mais uma via de luta. O problema, dir-se-á, é que a grande maioria das abordagens, relevando a falta de formação do operariado e, portanto, situando o início da discussão apenas pelo final de 1920⁸³² e coincidindo quer com a divulgação do 21 princípios da IC, quer com a fundação do PCP, não a apanharão senão na sua fase mais acesa. Ocupadas em valorar o papel de cada um dos intervenientes, supõem um conflito que conhece, efetivamente, algumas tiradas mais duras, mas que, ainda assim, é tanto uma pequena parte do que poderia ser, como o resultado da concessão, superficialidade, ambiguidade e protelação dadas a toda a discussão ideológica, e não desde 1921, mas desde o exato momento em que o processo revolucionário russo conhece as suas primeiras representações. Sustenta esta tese, portanto, que as discussões ideológicas em que o operariado se envolve, não deverão tanto à vontade de o cindir, como de o manter o unido, não chegando nunca, afinal, aos níveis de violência verbal e física conhecidos a outros processos europeus de cisão operária. Assim, e relativamente à FMP, a imprensa mostra que não virá perturbar sobremaneira a paz anarquista, conforme defendiam Pereira e Ventura⁸³³, mas que também não será tão indiferente à CGT como Oliveira e Quintela⁸³⁴ terão pretendido; depois, que não sendo a vanguarda de uma alternativa real e global para movimento operário⁸³⁵, não deixará de assistir à sua formação (como depois à do PCP) a incapacidade sindical para exercer pressão sobre o poder político⁸³⁶, mostrando ser, pelo menos, um passo além face a outras estratégias existentes, posto, convirá lembrar, que nunca quis ser um partido. Já relativamente ao PCP, a imprensa poderá dar conta de uma maior oposição, quer doutras forças políticas, quer dos anarcossindicalistas⁸³⁷, mas não deixará de mostrar que nem uns nem outros se opõem à formação do novo partido, podendo encontrar-se, até entre algumas folhas mais conservadoras, louvores não à mobilização das forças de esquerda preconizada pela Esquerda Democrática, mas, pelo menos, à participação eleitoral do operariado. De igual modo, a imprensa poderá dar conta de um alargamento da cisão entre o PCP e a CGT, mas não credita nunca a

⁸³² Quintela, 1976

⁸³³ Pereira, 1971; Ventura, 1976.

⁸³⁴ Oliveira, 1976; Quintela, 1976.

⁸³⁵ Oliveira, 1976.

⁸³⁶ Oliveira, 1975, 1976; *vide* também Margarido, 1975.

possibilidade de o primeiro se tornar inoperante face ao falhanço de um pretenso projeto de hegemonia dentro do movimento social português⁸³⁸, quer por nunca deixar de convocar a CGT para um qualquer tipo de entendimento que a arranque à apatia em que aparentemente caiu, quer, essencialmente, por ser a face mais visível e ativa desse movimento social, e que embora estando ainda a uma boa década de de atingir a sua maturidade, não deixará já de dar largos passos nesse sentido.

Mas sobre todos estes grupos, ademais, importará compreender, também agora, o impacto do fascismo e do riverismo. Embora quase tudo quanto a análise da imprensa permite concluir a este respeito tenha sido já escrito, não será demais insistir que o fascismo encontra logo, entre a grande maioria dos jornais burgueses, um razoado apoio ou, pelo menos, uma grande indulgência. Assim, ainda que a sua representação careça ocasionalmente de uma invocação do comunismo, tal apoio ou indulgência não devem nunca tanto à ideia de uma oposição àquela doutrina – em verdade, o seu advento noticioso corresponderá mesmo a uma súbita quebra das notícias sobre a URSS e o processo revolucionário – como ao facto do preconizar uma reposição da Ordem e vir ao encontro de muitas aspirações e ardores nacionalistas, mas também, senão essencialmente, a uma bem sucedida tentativa de o identificar com a preservação do próprio liberalismo, ou não esteja a formação do UIE tão na esteira das experiências italiana e espanhola, como parece estar na reorganização das hostes conservadoras e na deriva direitista de algumas mais importantes forças e figuras do regime. Assim, do mesmo modo que a Revolução Russa confere sentido à luta histórica do operariado, também o fascismo, e depois o riverismo, fornecem referentes reais à ideia de que é aceitável e legítima a defesa da ordem burguesa contra qualquer ameaça, mas venha de onde vier, e não apenas do comunismo. Em face das circunstâncias, será mesmo do processo revolucionário russo, da URSS e do comunismo que esta ameaça, real, imaginada ou inventada, continuará a derivar. No entanto, se tais circunstâncias podem apenas aditar novas provas de que tal ameaça não corresponderá a um receio real – ou, indo mesmo mais longe, a um “terror burguês”⁸³⁹, a um sentimento de um cataclismo a abater-se sobre o mundo ocidental, ou até mesmo a uma “santa aliança revolucionária”⁸⁴⁰ –, outras ainda, introduzidas no quarto e derradeiro momento da análise, poderão depor uma tal proposta completamente.

A primeira destas circunstâncias respeita ao que se definiu já atrás como uma internacionalização da ameaça comunista, porque até aqui, e mesmo conhecendo distintas fases, formas e funções, a ideia da ameaça não responde senão pela lógica de uma imprensa que tenderá sempre a avaliar, adaptar e verter diferentemente o que vai lá por fora e o que se passa cá por dentro, concebendo a possibilidade de uma ação comunista de iniciativa nacional, mas rejeitando a ideia de uma qualquer infiltração a partir do estrangeiro; e engendrando conjurações comunistas em Portugal, mas declinando as que lhe sejam imputadas pela imprensa estrangeira – estratégia aceitável a quem se

⁸³⁷ Gonçalves, 1941.

⁸³⁸ Quintela, 1976.

⁸³⁹ Ventura, 1976; Quintela, 1976.

⁸⁴⁰ Ventura, 1976.

quer participe dos acontecimentos, mas se sabe, afinal, tão distante. Mesmo antes de 1924, porém, a percepção dos efeitos do processo revolucionário russo em Portugal começa a dar sinais de uma ligeira transformação, cedendo um maior enquadramento internacional a uma questão, até agora, largamente dependente da situação interna. Uma tal transformação, reflete tanto o esgotamento das tentativas e possibilidades de entendimento entre o que resta dos partidos do regime e a nova e definitiva fase da sua pulverização e polarização ante a progressão das forças conservadoras; como um novo agravamento das condições de vida e um novo ciclo de contestação operária e repressão governamental – mas reflete também o reconhecimento diplomático de uma URSS em gozo da NEP e demandando um lugar na ordem do pós-guerra, invocando a questão dos movimentos nacionais de libertação das colónias ou o ataque aos interesses coloniais portugueses nas reclamações territoriais alemãs e italianas; e ainda os efeitos da internacionalização das experiências fascista e riverista sobre os regimes demoliberais e na reiteração da ameaça internacional do comunismo.

Com os governos europeus obrigados a justificar, ante uma grande hostilidade conservadora, as condições do reconhecimento diplomático do governo soviético, e com os comunistas a contorná-las, explorando a instabilidade que isso traz aos regimes burgueses e procurando, simultaneamente, outros países e continentes a que estender a propaganda e a ameaça revolucionárias, será normal que a imprensa burguesa, com a mesma leveza com que apoda de bolchevique toda a oposição (venha esta de onde vier), suponha o país e as colónias à mercê de uma infiltração vermelha. Mas não o faz senão muito raramente, dando brado a assumidos rumores, e ademais mitigando-os para a ideia do perigo, aparentemente muito maior, que sente já vir de Itália, de Espanha, e até da Alemanha, mostrando, pois, resistir ao alarmismo e radicalismos que lhe parecem querer imputar desde o estrangeiro.

Tal atitude não a demonstra a imprensa apenas em 1925 e 1926, quando é já claro que o regime nada terá a recear das esquerdas ou do operariado, mas ainda enquanto o governo de Domingues dos Santos pondera uma aproximação diplomática à URSS, os bonzos e os canhotos discutem, a corrida eleitoral inflama os ânimos de todas as forças políticas, e a UIE logra controlar o maior jornal português de então; ou ainda, e por outra via, quando aqueles jornais burgueses mais liberais, que, tendo-se anteriormente destacado nos ataques ao movimento operário e nas críticas ao processo revolucionário russo, passam a aceitar a concomitância que a união das esquerdas lhes vem impor. Mas tal atitude perpassa também pela moderação que a imprensa tem emprestado sempre, e agora ainda mais, a questões que, porventura, considerará menos relevantes, e em que se sentirá desobrigada de manter a costumeira sanha contra o processo revolucionário, e a que cumpre ainda aqui, justamente, dar alguma atenção – alude-se aqui à questão da representação da situação sociocultural, em que esta tese pôde particularizar as questões da cultura, da religião, e da situação feminina.

Relativamente à representação da educação, da ciência e das artes sob o domínio soviético, impõe-se reconhecer que é um dos campos em que, apesar de se reconhecer e criticar a intervenção do estado, se assinala uma das mais extraordinárias mudanças na atitude da imprensa. Aqui, passa-se de um completo desinteresse – aparentemente assente na ideia de que os bolcheviques teriam destruído

tudo –, para uma progressiva atenção às múltiplas inovações de que vai tomando conhecimento, e, já por fim, para uma ausência de críticas, senão mesmo para uma declarada admiração.

O mesmo se assinala na representação da situação religiosa, em que os bolcheviques são celebrados por desfazerem essa mesma nuvem de misticismo e ignorância de que, na opinião da imprensa burguesa, haviam emergido. Aqui, por exemplo, não lhes falta o reconhecimento de alguma imprensa republicana mais liberal, nem mesmo de alguns católicos, os quais, mesmo dando brado de algumas perseguições e violências contra religiosos, não deixarão nem de ver com bom olhos o fim do predomínio da Igreja Ortodoxa, a que depois criticam a sujeição ao regime, nem de entrever no auxílio humanitário uma oportunidade para uma entrada de missões católicas na Rússia. Aqui, também, e à medida que a Revolução se internacionaliza, a imprensa associa bolchevismo, nacionalismo e religião, para explicar o seu apelo e influência entre as comunidades islâmicas e judaicas, justificando com isto os comentários antisemitas que ocasionalmente resgata a algumas notícias de origem francesa e alemã, ou, como amiúde é dado a perceber, a alguma opinião isolada. O certo, ainda assim, é que enquanto existe entre a imprensa quem persista em tais comentários, existe também, já em 1926, quem sustente, como se viu, que na URSS existe completa liberdade religiosa.

Finalmente, e em relação à situação feminina, a imprensa é rápida a mostrar como os bolcheviques lhe procuram impor mudanças radicais, o que, para algumas folhas burguesas, se faz contra a sua natureza e estatuto, procedendo, portanto, ou à vitimização ou a certa desconsideração da mulher russa. Tal atitude mantém-se ainda por algum tempo e é só pelo final da guerra que a imprensa começa a ceder à ideia de uma mulher cada vez mais emancipada, mas a que explora ainda tanto as sentimentalidades e fraquezas, como o relaxamento da moral sexual. No entanto, porque este mundo masculino da imprensa não deixa de se agitar e agradar com todas estas inovações, não deixará também, e à medida que o restabelecimento de relações diplomáticas vem revelar a mulher soviética ao ocidente, de progredir para uma maior imparcialidade, ainda seguramente firmada nos atributos físicos, mas em que os atributos intelectuais são, pelo menos, associados à Revolução.

Deste modo, é lícito concluir que por trás da permanência, recorrência e gravidade de algumas questões e elementos que acompanham a representação do processo revolucionário russo pela imprensa portuguesa, há, efetivamente, uma mudança, alternância e até aligeiramento de temas, que não só dão conta de uma evolução das posições da imprensa ao longo do decénio em análise, como, essencialmente, denunciam uma tentativa compreender o fenómeno por outros prismas. Tal situação vem, pois, contrariar a ideia de que as representações e, assim, o impacto da Revolução Russa em Portugal poderão ter esbarrado, ou mesmo estagnado nalgum tipo de oposição da imprensa, já para não falar de outras propostas, como a da generalização de um espírito anticomunista entre a imprensa e a população portuguesa – não esbarra, e a dimensão e o impacto que o fenómeno alcança são, fundamentalmente, a dimensão e o impacto que a imprensa lhe dá. Se assim é, será então significativo que não haja quaisquer referências a comunismo ou a comunistas entre as notícias do 28 de Maio.

Posto isto, impor-se-á concluir, reconhecendo que terão passado inúmeros aspetos ao lado da

análise já anteriormente desenvolvida, como muitos mais passaram agora ao lado da conclusão. No entanto, esta tese crê ter dado bem o seu contributo, seja pela a análise da receção e perceção do impacto do processo revolucionário russo em Portugal e, concretamente, na crise do sistema demoliberal português, seja pela razoada reflexão sobre a imprensa portuguesa da época, que tal análise necessariamente implicou. É assente nisto que se permitirá suster, agora, que conforme representado pela imprensa, o impacto do processo revolucionário russo não é só sentido, como é concreto; não só é grande, como imediato; não só depende de si mesmo, como do contexto em que tanto ele próprio como a imprensa que o está representando se acham integrados; e não só é direto, como indireto. No entanto, não só está muito longe de ter tido a contribuição para a crise do sistema demoliberal que muito supuseram ou lhe tentaram impor, supondo e arguindo que, sob o seu impacto, se criaram e organizaram os grupos e também o estado de espírito que conduziram ao 28 de Maio; como a sua análise se presta a mostrar, aliás, que as condições e o que parece ser uma predisposição para um regime de força e de ordem social se vinham a constituir mesmo antes do processo revolucionário russo ter tido início.

Quanto a esse impacto e a essa predisposição, disse-se quase tudo, importando, em primeiro lugar, reiterar que não podem ser confundidos com essa ideia da ameaça que perpassa predominantemente sobre todas as representações do processo revolucionário, mas que, como se pensa ter provado, não é senão um recurso da incendiada retórica política da época; e, depois, explicar que não fará sentido defender uma relação direta entre o processo de rutura do sistema demoliberal português a Revolução Russa, porquanto se aceite que se o seu impacto catalisa quantas condições e transformações operam nesse sentido, pode igualmente ter influído em quantas tentativas existem de preservar o regime. A questão não será displicente, posto que, como se viu, e para além do tipo de conclusões a que efetivamente tenham chegado, a maioria das referências ao impacto do processo revolucionário se tem processado no âmbito da análise ou do advento da ordem ditatorial em Portugal e, assim, sobre os grupos que preparam a ditadura; ou do refluxo do movimento operário pelos últimos anos da I República e, portanto, sobre a sua incapacidade para se substituir ao liberalismo burguês com alternativas de poder reais.

A este tipo de análises, contudo, não gostaria esta tese de se ver terminada sem, pelo menos, oferecer uma proposta que não só isentará de tais culpas (como se isso importasse!) todos estes partícipes do advento da ordem ditatorial, como, porventura, poderá retirar ao impacto do processo revolucionário russo uma boa parta da importância que aqui se lhe quis atribuir. Tal proposta, é a de que esse advento – atentando, ademais, ao que parece ser uma predisposição prévia de quase todos os grupos para formas governação mais musculadas – não constituirá tanto um corte, como uma simples transição para uma situação que, não agradando semelhantemente a todos, a todos imporá, pelo menos por algum tempo, as concessões necessárias para uma convivência, mas também sobrevivência.

FONTES

1. Fontes primárias

- ABC*; Lisboa.
Avante!; Lisboa.
Bandeira Vermelha, A; Lisboa.
Batalha, A; Lisboa
Capital, A; Lisboa
Combate, O; Lisboa
Comunista, O; Lisboa
Correio da Manhã; Lisboa
Dia, O; Lisboa
Diário de Lisboa; Lisboa
Diário de Notícias; Lisboa
Diário do Minho; Braga
Diário Nacional; Lisboa
Echos do Minho; Braga
Época, A; Lisboa
Jornal do Comércio; Lisboa
Liberal, O; Lisboa
Lucta, A; Lisboa
Manhã, A; Lisboa
Monarchia, A; Lisboa
Montanha, A; Porto
Movimento Operário, O; Porto
- Mundo, O*; Lisboa
Nação, A; Lisboa
Nação Portuguesa, A (2ª e 3ª séries); Lisboa
Norte, O (1ª, 2ª e 3ª séries); Porto
Notícias d'Évora; Évora
Novidades; Lisboa
Opinião, A; Lisboa
Ordem, A; Lisboa
Palavra, A; Lisboa
Primeiro de Janeiro, O; Porto
Rebate, O; Lisboa
Republica (1ª Série); Lisboa
Seara Nova; Lisboa
Século, O; Lisboa
Século, O (edição da noite); Lisboa
Sementeira, A; Lisboa
Situação, A; Lisboa
Tempo, O; Lisboa
União, A; Lisboa
Vanguarda, A; Lisboa
Vitória, A; Lisboa

2. Fontes secundárias

- Anon. (1976), “6 de Março de 1921 - 6 de março de 1976: 55 anos de luta dos comunistas portugueses”, *Bandeira Vermelha*, (7), 5 de março.
- Anon. (1977), “1920: primeira manifestação de solidariedade com o povo soviético por parte do operariado português”, *Avante!*, (161), 24 de fevereiro.
- Anon. (1974), “A CGT contra o fascismo”, *A Batalha*, (4), 16 de novembro.
- Anon. (1944), *A Dominação Vermelha em Espanha*, (s.l., s.d.)
- Anon. (1920), “A Imprensa Operária”, *O Despertar*, (1), 8 de janeiro.
- Abreu, Carlos (org.) (1987), *100 anos de anarquismo em Portugal, 1887-1987: Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica*, Lisboa, BNL.
- Abreu, José de (1975), “Para a história da Juventude Comunista”, *Juventude*, (4, 5), julho e agosto.
- Abreu, Miguel Pereira de (1974), *Portugal: rumo ao comunismo?*, Porto, M. Abreu (ed. de autor).
- Abreu, Paulo Cancela de (1922), *Os transportes marítimos do estado*, Lisboa, Discurso.
- Aguiar, Fernando de (1949), *A reacção contra o comunismo russo: o movimento monárquico russo*, (s.l., s.n. [V.N. de Famalicão, Minerva]).

- Alfaric, Prosper (1970), *A fabricação de Fátima*, Lisboa, Delfos.
- Anon. (1956), “Alguns Elementos para a História do PCP”, *Boletim de Informação da Legião Portuguesa*, supl. 11, fasc. II.
- Almeida, Luís de (1963), *O comunismo negou-se*, Guarda, (s.n.).
- Almeida, Pedro Ramos de (1999), *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante!
- Alves, Frederico (1948), *O homem que abalou a Rússia*, Lisboa, Jornal de Notícias (ed.).
- Amaral, Ferreira do (1935), *O paraíso bolchevista e... a mentira: uma viagem à Rússia*, (s.l., s.n.).
- Anon. (1813), *Amigáveis conselhos que manda o pax vobis a Napoleão para o salvar dos apertos em que está na Rússia*, Lisboa, Impr. Regia.
- Amzalak, Moisés Bensabat (1929), *O Comércio exterior*, Lisboa, (s.n.).
- Anon. (s.d.) “Análise social do movimento operário e sindical (1914-1918)”, *Correio do Delegado do Sindicato Metalúrgico do Distrito de Setúbal*, (47 e 48).
- Andrade, Anselmo de (1918), *Portugal económico. Theorias e factos*, Coimbra, F. França Amado.
- Anet, Claude (2007), *La révolution russe à Petrograd et aux armées [1917-1919]*, Paris, Payot, Phébus, sob o título de *La Révolution Russe: Chroniques 1917-1920*, 3vols.
- Antunes, José Freire (1978b), “O Diário de Notícias e a Revolução Russa de 1917 – Petrogrado na mão dos maximalistas”, *Diário de Notícias*, 7 de novembro
- Antunes, Varela (1973), *Estatuto da Imprensa. Lei, Regulamento, Portaria. Textos e Documentos Com Anotações (1971/1972)*, Lisboa, Secretaria de Estado de Informação e Turismo.
- Anon. (1979), *Apontamentos sobre a História do Movimento Sindical*, Lisboa, Fundação José Fontana.
- Aranha, Pedro V. de Brito (1907/1908), *Factos e Homens do Meu Tempo. Memórias de Um Jornalista*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, I, II e III.
- Arans, David (1988), *How we lost the Civil War: bibliography of Russian emigre memoirs on the Russian Revolution, 1917-1921*, Newtonville Mass., Oriental Research Partners.
- Archinov, P. (1925), *História do Movimento Macnovista*, Lisboa, Edições Spartacus.
- Anon. (1974), “A Revolução de Outubro na imprensa operária portuguesa”, *Margem Esquerda*, (4), novembro.
- Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (1917). *Relatório dos Trabalhos da Direcção Acerca da Denominada Crise da Imprensa, em 1916*. Lisboa, Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa.
- Associação dos Jornalistas de Lisboa (1902), *Apreensão de Periódicos. Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e Proposta da Associação dos Advogados de Lisboa*, Lisboa, Associação de Jornalistas de Lisboa.
- Associação dos jornalistas e homens de letras do Porto (s.d.), *A Carteira de Identidade de Profissional de Imprensa e a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto*, Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Azevedo, Alves de (1936), *O bolchevismo: subversão de todos os valores*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, lda.
- Azevedo, Cândido (1999), *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Báeva, L. K. (1980), *Política social da revolução de Outubro: Outubro de 1917-fim de 1918*, Moscovo, Progresso
- Baldelli, Giovanni (1991), *Anarquismo Social*, Lisboa, Editora Sementeira.
- Baptista, Henrique (1933), *A Rússia Bolchevista*, Porto, Livr. Educação Nacional.

- Baptista, Jacinto (1966), *Um jornal na Revolução: O Mundo de 5 de Outubro de 1910*, Porto, Ed. Seara Nova.
- Baptista, Jacinto (1975), “Réquiem tardio por um velho sindicato”, *O Jornal*, (10), 4 a 10 de julho,
- Baptista, Jacinto (1977), *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...Para a História do Diário Sindicalista A Batalha 1919-1927*, Lisboa, Bertrand.
- Baptista, Jacinto (1977), “Uma 'História do Movimento Operário em Portugal' que não chegou a escrever-se”, *Diário Popular*, 26 de outubro.
- Baptista, Jacinto (1977), “Um projecto de 'História do Movimento Operário em Portugal' lembrado a propósito do centenário de Emílio Costa (1877-1952)”, *Diário Popular*, 20 de outubro.
- Baptista, Jacinto e António Valdemar (orgs.) (1990), *Repórteres e reportagens de primeira página*, Lisboa, Conselho de Imprensa, 2 vols.
- Barata, Álvaro do Amaral (1956), *Réplica aos Processos Usados pelo Diário de Notícias na Frustrada Tentativa de Absorção do Diário Popular. Alegação do Agravo no Processo de Providência Cautelar e Outras Peças do Mesmo*, Lisboa, Tipografia da Sociedade Industrial de Imprensa.
- Barros, João de (1914), *A República e a escola*, Lisboa, Aillaud e Bertrand.
- Barros, João de (1916), *Educação Republicana*, Lisboa, Aillaud e Bertrand.
- Batalha, Ladislau (1905), *A Rússia por dentro: esboço analítico da civilização moscovita*, Lisboa, Parceria A. Maria Pereira Livraria.
- Batalha, Ladislau (1920), *O socialismo no parlamento*, Lisboa, Grémio Socialista de Lisboa.
- Batista, Henrique (1933), *A Rússia bolchevista*, Porto, Livr. de Antonio Figueirinhas.
- Beja, Fino (1938), *Civilização e comunismo*, Lisboa, Livr. Popular de Francisco Franco.
- Belon, Clara (1953), *A conversão da Rússia pelo comunitarismo*, (s.l.), Edições c.a.r.l.o.s.
- Bento Gonçalves (s.d., [1977]), “Bento Gonçalves, dirigente proletário”, *Bandeira Vermelha*, (s.l.).
- Berkhine, Ilia (1976), *A política económica dos soviets nos primeiros anos da revolução*, Lisboa, Avante.
- Berkman, Alexander (1922), *The crushing of the Russian Revolution*, London, Freedom Press.
- Berkman, Alexander (1925), *The bolshevik myth: Diary 1920-1922*, New York, Boni and Liverlight Publishers.
- Bessa, Alberto (1904), *O jornalismo, esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias, ampliado, com a resenha cronológica e alfabética do jornalismo no Brasil*, Lisboa, Viuva Travares Cardoso.
- Botchkareva, M. (1919), *Yashka: My life as a peasant, exile and soldier (as set down by Isaac Don Levine)*, London, Constable Publication.
- Botzaris, Alejandro (1961), *Africa e o comunismo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Bramão, Alberto Alen Pereira Sequeira (1936), *Recordações do Jornalismo, da Política, da Literatura e do Mundanismo*, Lisboa, Livraria Central Editora.
- Brandão, Raul (1917, 1922), *1817 - A conspiração de Gomes Freire*, Porto, Renascença Portuguesa.
- Braz, João (1981), “Lutas de tendência no PCP em 1921”, *Bandeira Vermelha*, 18 de março.
- Braz, João (1981), “O 1º Congresso do Partido”, *Bandeira Vermelha*, 9 de junho.
- Brochado, Costa (1952), *As aparições de Fátima*, Lisboa, Portugália.
- Bruccleri, Ângelo (1956), *O comunismo*, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa.

- Brucculeri, Ângelo (1956), *Objecções do comunismo contra a Igreja*, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa.
- Brucculeri, Ângelo (1962), *O verdadeiro aspecto do comunismo*, Porto, Livr. Apostolado da Imprensa.
- Bruhat, Jean (1974), *História da U.R.S.S.*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Bryant, Louise (1919), *Six months in Red Russia: An Observer's Account of Russia before and during the Proletarian Dictatorship*, New York, George H. Doran Company.
- Buchanan, George (1925), *Mémoires de Sir*, Paris, Payot.
- Buchanan, George. (1923), *My Mission to Russia and Other Diplomatic Memories*, London. Cassell & Co., Ltd., vol. 2.
- Buchanan, Meriel (1918), *Petrograd: The City in Trouble: 1914-1918?*, London, W. Collins.
- Buchanan, Meriel (1928), *Diplomacy and Foreign Courts*, London, Hutchinson.
- Buchanan, Meriel (1932), *The Dissolution of an Empire*, London, John Murray.
- Buchanan, Meriel (1958), *Ambassador's Daughter*, London, Cassel and Company Ltd.
- Bukarine, (1931), *A Questão religiosa na Rússia*, (s.l., s.n. [Porto, Tip. Ideal]).
- Bukarine (1998), *How it all began: the prison novel*, New York, Columbia University Press.
- Bunin, Ivan ([1936] 1998), *Cursed Days: A Diary of revolution*, Chicago, Ivan R. Dee Publisher.
- Cabreira, Tomás (1912) *O problema financeiro e a sua solução*, Lisboa, Imprensa Africana.
- Cabreira, Tomás (1916-17), *O problema tributário português*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 2 vols..
- Caetano, Marcelo (1931), *A depreciação da moeda depois da guerra*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Caetano, Marcelo (1968), *História breve das constituições portuguesas*, Lisboa, Verbo.
- Camacho, Manuel Brito (1926), *Moçambique. Problemas coloniais*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Camacho, Manuel Brito (1935), *Portugal na guerra*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Campos, Ezequiel de e Quirino de Jesus (1923), *A crise portuguesa. Subsídios para a política de reorganização nacional*, Porto, Empr. Indust. Gráf. do Porto.
- Cândido, Armando (1937), *Corporativismo-comunismo: frente a frente*, Ponta Delgada, Papelaria Ambar.
- Carqueja, Bento (1893), *A Liberdade de Imprensa*, Porto, O Comércio do Porto.
- Carqueja, Bento (1916), *O povo português. Aspectos Sociais e Económicos*, Porto, Liv. Chardron.
- Carqueja, Bento (1917), *A guerra, seus antecedentes e consequências*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Carqueja, Bento (1920), *O futuro de Portugal*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand de José Bastos.
- Carqueja, Bento (1924), *O Comércio do Porto ao Completar Setenta Anos. Notas para a Sua História*, Porto, O Comércio do Porto.
- Carqueja, Bento (1925), *Política portuguesa*, Porto, Tip do Comércio do Porto.
- Carqueja, Bento (1934), *O Comércio do Porto ao Completar Oitenta Anos. Notas para a Sua História*, Porto, O Comércio do Porto.
- Carqueja, Bento (s.d.), *Princípios de Economia Política*, (s.l., s.n.), vols. III e IV.
- Carrascal, Juan (1955), *Máscaras ou o comunismo entre bastidores*, Lisboa, M. Campos.
- Carreira, Mário (1934), *Comunismo e capitalismo: avante a revolução!*, Macau, Orfanato Imaculada Conceição.
- Carvalho, David de (1977), *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Ed. Seara Nova..

- Carvalho, José de (1943), *O comunismo é isto...*, (s.l., s.n. [Fundão, Tip. Pessoa]).
- Carvalho, Ribeiro de (1932), *O que era a Rússia antes dos Bolchevistas*, Lisboa, Soc. Ind. Tip.
- Carvalho, Ribeiro de (org.) (1933), *O que é a Rússia com os Bolchevistas*, Lisboa, República.
- Cascalheira, Gregório (1935), *Alguns dias de bolchevismo*, Lisboa, Henrique Torres.
- Castanheira, José Pedro (1977), “Emídio Santana fala da primeira cisão sindical - A “Comissão Intersindical” apareceu como expressão de oposição à CGT”, *A Luta*, 27 de janeiro.
- Anon. (1990), *Catálogo dos jornais microfilmados*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Chessin, Serge (1919), *Au ays de la demence rouge*, Paris, Plon-Nourrit et cie.
- Christo, Francisco Homem (1919), *O Bolchevismo na Rússia*, Aveiro, Typographia, Nacional - Santos Mártires.
- Cochrane, John Dundas (1993), *Récit d'un voyage à pied à travers la Russie et la Sibérie tartare: des frontières de Chine à la Mer gelée et au Kamtchatka*, Boulogne-Billancourt, Éd. du Griot, col. Mémoire d'homme.
- Coelho, Adolfo (1916), *Cultura e analfabetismo*, Porto, Renascença Portuguesa.
- Coelho, Adolfo (1930), *Dramas da espionagem política: a Rússia misteriosa*, Lisboa, (s.n.).
- Coelho, António Borges e Blasco Hugo Fernandes (1979), *No país dos soviets: 60 anos depois de Outubro*, Moscovo, Progresso.
- Coelho, José Dias (1974), *A Resistência em Portugal*, Porto, Inova.
- Coimbra, Leonardo (1962), *A Rússia de hoje e o homem de sempre*, Porto, Liv. Tavares Martins.
- Colen, Barbosa (1903), “Gomes Freire de Andrade”, *Novidades*, (5865), 25 de novembro.
- Confederação Geral do Trabalho (1919), *Estatutos Aprovados no II Congresso Operário nacional*, Lisboa, Tipografia. da Associação dos Compositores Tipógrafos.
- Anon. (1974), *Os Congressos de Meio Século de Luta*, (s.l.), PCP.
- Anon. (1976), “Os congressos do PCP: Marcos na história da classe operária e dos trabalhadores portugueses”, *Avante!*, 7 de outubro.
- Anon. (1919), *Constituição da República dos Soviets*. (s.l., s.n.).
- Correia, F. G. Velhinho (ed.) (1926), *Situação económica e financeira de Portugal. Elementos de informação e estatística*, Lisboa, Comissão Executiva da Conferência de Paz.
- Correia, Henrique Fernando de Oliveira (1912), *Relatório da visita ao Jornal O Século*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Correia, José Dias de Araújo (1938), *Portugal económico e financeiro*, (s.l., s.n.), vol. II.
- Cortesão, Jaime (1919), *Memórias da Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa.
- Costa, Emílio (1903), *É precisa a República?*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, pág. 88.
- Costa, Emílio (1930), *Karl Marx*, Lisboa, Livr. Peninsular.
- Costa, Emílio (1931), *Jean Jaurès*, Lisboa, Livr. Peninsular.
- Costa, Emílio (1931), *Sindicalismo independente*, Lisboa, Ed. Seara Nova..
- Costa, F. Ramos da (1969), *A crise do desenvolvimento económico e as instituições republicanas*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Costa, José Daniel Rodrigues da (1813), *Testamento que fez o D. Quixote da França, antes de partir para a sonhada conquista da Rússia*, Lisboa, Impr. de Joaquim Rodrigues d'Andrade.
- Costa Júnior, José (1937), *A Espanha sob o terror vermelho*, Lisboa, Sociedade Editorial A.B.C.
- Costa Júnior, José (1964), *História breve do movimento operário português*, Lisboa, Verbo.
- Costa, Manuel Gomes da (s.d.), *A guerra nas colónias, 1914-1918*, Lisboa, Empresa Portugal – Brasil.

- Costa, Manuel Gomes da (1930), *Memórias*, Porto, Renascença Portuguesa.
- Costa, Ramiro da (1978), *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2 vols..
- Anon. (1941), *A cruzada da Alemanha contra o comunismo*, (s.l., s.n.).
- Cumano, Paulo (1940), *O comunismo*, (s.l.,s.n., [Lisboa, Gráf. Santelmo]).
- Cunha, Alfredo (1914), *O Diário de Notícias. A Sua Fundação e os Seus Fundadores*, Lisboa, Tipografia Universal.
- Cunha, Alfredo (1941a), *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe Letras, 4, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Cunha, Alfredo (1941b), *Jornalismo Nacional: Das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses (Conferência 1929-1942)*, Lisboa, Tipografia Gráfica Santelmo.
- Cunha, Alfredo (1942), *Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiários*, separata do Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, vol. 13, dezembro.
- Cunhal, Álvaro (1975), *Algumas Experiências do 50 Anos de Luta do PCP*, Lisboa, Edições Avante!.
- Curto, Francisco Marcelo (1978), “O longo caminho para a CGT (1919) – A luta entre socialistas e anarquistas”, *A Luta*, 19 de setembro.
- Dashwood, Emma (1977), *When Miss Emmie was in Russia: English governesses before, during and after the october revolution*, London, Murray.
- Demorgny, G. (1919), *Les partis politiques et la revolution russe*, Paris, Payot.
- Anon. (1975), *O derrubamento do czar da Rússia (1910-Fevereiro de 1917)*, Moscovo, Novosti.
- Anon. (s.d. [192_]), *Diário de Notícias*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Anon. (1925), *Diário de Notícias: O grande Jornal Português*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Dias, Romeu Costa e Manuel Rendeiro Júnior (1976), “Memória de um jornal operário: o Komunist-esperantista (1921)”, *O Jornal*, (70), de 27 de agosto a 3 de setembro.
- Domergue, Gabriel (1919), *A Rússia vermelha: a dictadura, o terror bolchevista, a traição, o despertar*, Porto, Comp. Portugueza Editora.
- Douillet, J. (1930), *Moscow unmasked: A record of nine Years' work and Observation in Soviet Russia*, London, Pilot Press.
- Drabovitch, V. (1938), *Les intellectuels français et le bolchevisme*, Paris, Les Libertés Françaises.
- Droz, J. Humbert (1975), “Comunistas – os difíceis anos 20”, *Sempre Fixe*, (52), 22 de maio.
- Duarte, Teófilo, (s.d.), *Sidónio pais e o seu consulado*, Lisboa, Portugalíia.
- Dubinini, A. S. (1977), *A grande revolução socialista de Outubro: o principal acontecimento do século XX*, Moscovo, "Znanie".
- Dudan, C. (1918), *La Russie Rouge: Impressions d'un témoin suisse de la révolution russe*, Lausanne, Imprimerie Centrale Et Populaire.
- Dufour, H. (1917), *O Sindicalismo e a próxima revolução*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Efimov, Nicolai (1978), “A Revolução de 1910 em Portugal”, *Revista Internacional*, Ed. Avante, (1), pp.117-135.
- Anon. (1975), “Elementos da história do Partido (I)”, *Revolução Proletária*, (3), setembro.
- Anon. (1994), *Empresas que vencem séculos (os 130 anos do Diário de Notícias)* – suplemento do *Diário de Notícias* de Lisboa, 29 de dezembro de 1994.

- Engels, Friedrich (1930), *Princípios do Comunismo*, Lisboa, O Proletário.
- Espartáco (pseud. [possivelmente Campos Lima]) (s.d. [1919]), *O que são as Repúblicas dos Sovietes?*, (s.l., s.n.).
- Estaline (pseud.) (1930), *Três anos de Execução do Plano Quinquenal*, Lisboa, Spartacus.
- Estaline (pseud.) (1955), *O carácter internacional da revolução de Outubro: no décimo aniversário de Outubro*, Lisboa, Partido Comunista Português.
- Estaline (pseud.) (1976), *A Revolução de Outubro e a tática dos comunistas russos: prefácio à recolha na via Outubro*, Lisboa, Seara Vermelha.
- Anon, (1933), *Estaline, o ditador de ferro*, Lisboa, Editorial República.
- Falcão, Victor (1932), *Reflexões e Paradoxos*, Lisboa, Gomes de Carvalho Editor.
- Fedyukine, S. (1978), *A Revolução de Outubro e os intelectuais*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Feijão, J. M. Costa (2003), “Os primeiros presos comunistas”, *Avante!*, 4 de setembro.
- Feijão, J. M. Costa (2003), “Uma conferência camponesa”, *Avante!*, 7 de agosto.
- Feiler, Artur (1932), *A experiência do bolchevismo*, Lisboa, Emp. Nac. de Publicidade.
- Fernandes, Raúl Matos (1926), *Jornais do Porto*, Coimbra, (s.n.).
- Ferrão, António (1917, 1918), *Gomes Freire na Rússia*, Coimbra, Imp. da Universidade.
- Ferrão, Carlos (1963), *Em defesa da República*, Lisboa, Inquérito.
- Ferrão, Carlos (1964-66), *O integralismo e a República*, Lisboa, Editorial “O Século”, vols. I, II e III.
- Ferrão, Carlos (1966), *A obra da República*, Lisboa, Editorial “O Século”.
- Ferrão, Carlos (1976), *História da I República*, Lisboa, Terra Livre.
- Ferreira, Francisco (s.d.), *26 Anos na União Soviética – Notas do Exílio do “Chico da Cuf”*, Lisboa, Afrodite.
- Ferreira, Francisco (1975), “Após Agosto de 1939”, *Portugal Socialista*, 56, 13 de agosto.
- Ferreira, Francisco (1975-76), “Um alcaçarense na União Soviética”, *Portugal Socialista*, 48, 2 de julho de 1975; 59, 3 de setembro de 1975; 61, 17 de setembro de 1975; 69, 5 de novembro de 1975; 76, 30 de dezembro de 1975; 77, 7 de janeiro de 1976; 80, 28 de janeiro de 1976; e 81, 4 de fevereiro de 1976.
- Ferreira, Francisco (1977), *Álvaro Cunhal – Herói Soviético*, (s.l.), Francisco Ferreira (ed. de autor).
- Ferreira, José Eugenio Dias (1926), *Política nacional*, Lisboa, (s.n.).
- Figueiredo, Fidelino (1926), *O Pensamento Político do Exército*, Lisboa, Fluminense.
- Filátov, Victor (1975), *Como se Formou o Partido Comunista da União Soviética*, Moscovo, Novosti.
- Anon. (1918), *A firmeza do operariado britânico*, publ. pelo Bureau da Imprensa Britânica em Lisboa, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial.
- Firmino, Frutuoso (1971), *Da casa sindical ao Forte de Sacavém: notas de um sindicalista preso no último movimento operário*, Porto, Afrontamento.
- Fonseca, Carlos da (1973), “Le Origine del Partito Comunista Portoghese”, *Movimento Operário e Socialista*, (19).
- Fontes, Carlos (1978), “Sindicalismo em luta”, *A Batalha*, (40, maio).
- Forrester Eastman, Max (1925), *Since Lenin Died*, New York, Boni and Liverlight Publishers.
- Francis, David (1921), *Russia from The American Embassy: April 1916-November 1918*, New York, Scribner's.
- Francisco, José (1985), “Para que conste: Federação Maximalista Portuguesa (Embrião do Partido Comunista Português)”, *A Batalha*, (110, junho-julho).

- Fraser, John Foster (1908), *A Rússia Vermelha*, Lisboa, A Editora.
- Freire, João e Maria Lousada (orgs.) (1983), *Catálogo do Arquivo Histórico Social*, Lisboa, Centro de Estudos Libertários.
- Freire, João Paulo (1926), *Os Margalhos da Censura*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial.
- Freire, João Paulo (1934), *Pela República. Dois Anos de Luta ao Parapeito do “Diário da Noite”*, Lisboa, Livraria Central Editora.
- Freire, João Paulo (1935), *A Rússia Bolchevique*, (s.l., s.n.).
- Freire, João Paulo (1939), *O Diário de Notícias. Da Sua Fundação às Suas Bodas de Diamante. Escôrco da Sua História e das Suas Efemérides*, Lisboa, Diário de Notícias, Edição Comemorativa das Bodas de Diamante do *Diário de Notícias*, 2 vols.
- Freire, João Paulo (1959), *As falsas bases do comunismo russo*, (s.l., s.n. [Rio de Janeiro, Impr. Naval]).
- Galvão, Henrique (1976), *Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*, Lisboa, Arcádia.
- Galvão, Henrique e Carlos Selvagem (1950-53), *O império ultramarino português*, Lisboa, Agência Nacional de Publicidade, 4 vols..
- Gaspar, Carlos (1985), “Pater, Petruschka et Pontifex”, *Risco*, (3, outono-inverno).
- Gaspar, Carlos (1988), “O deserto dos tártaros revisitado”, *Risco*, (10, outono-inverno).
- Godinho, José Magalhães (1974), *Liberdade de Imprensa. Conferência*, Porto, Ordem dos Advogados.
- Goldman, Emma (1925), *My Further Disillusionment in Russia*, Doubleday, Page & Company.
- Gomes, Luís F. (1925), *Jornalistas do Porto e a Sua Associação*, Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Gonçalves, Bento (s.d., 1941), *Duas palavras*, policopiado.
- Gonçalves Bento (1973), *Palavras necessárias: a vida proletária em Portugal de 1872 a 1927*, Porto, Virgínia Moura.
- Gonçalves, Bento (1976), *Escritos (1927-1930)*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Gonçalves, Luís (1905), *A evolução do movimento operário em Portugal*, Lisboa, Adolpho de Mendonça.
- Gorki, Maximo (1931), *Aos Humanistas*, Lisboa, Lux.
- Gorki, Maximo (1968), *Untimely thoughts: essays on a revolution, Culture and Bolsheviks, 1917-1918*, New York, P. S. Eriksson.
- Got'e, Iurii (1988), *Time of troubles: the diary of Iurii Vladimirovich Got'e, Moscow July 8th 1917 to July 23rd 1922*, Moscow, Princeton University Press.
- Gouveia, Sérgio (1918), *O dr. Sidónio Pais e a República Nova*, Lisboa, Sérgio Gouveia (ed. de autor)
- Gramsci, Antonio (1966), *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Torino, Giulio Einaudi.
- Gramsci, Antonio (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, New York, International Publishers.
- Gramsci, Antonio (1978), *Obras escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes.
- Anon, (1986), *Grandes repórteres portugueses da I República: selecta jornalística dos casos vibrantes, anectóditos, dramáticos, confidenciais descritos pelos jornalistas que os descreveram*, Lisboa, Conselho de Imprensa.
- Guerreiro, Fernando (1974), “A história do P.C.P. através de seis Congressos”, *Seara Nova*, (1550, dezembro).
- Guerry, Émile (1962), *A Igreja Católica e o comunismo ateu*, Lisboa, Sampedro.

- Hanson, O., (1920), *Americanism versus*, Garden City, Doubleday, Page & Company.
- Hergé (1999), *Repórter do "Petit vingtième" no país dos soviets*, Lisboa, Difusão Verbo.
- Herriot, Edouard (1922), *La Russie Nouvelle*, Paris, J. Ferenczi.
- Anon. (1956-60), *História da República Portuguesa*, Lisboa, Editorial “O Século”.
- Anon, (1933), *História da Revolução Russa*, Lisboa, Editorial República.
- Ilharco, João (1971), *Fátima desmascarada*, Coimbra, (s.n.).
- Ilharcos, António (1926), *Alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Livr. Chardron.
- Iuriev, M. (1975), *O partido bolchevique na revolução socialista (março-outubro de 1917)*, Moscovo, Nóvosti.
- Jaurés, Jean et al. (1977), *As Causas da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Jesus, Quirino de e E. de Campos (1923), *A Crise portuguesa*, Porto, Empr. Indust. Gráf. do Porto.
- Anon, (1963), *Jornal de Notícias 1888-1963*, Porto, Jornal de Notícias.
- Laxe, Manuel Eládio (1987), *As duas faces de Fátima*, Lisboa, Editorial Império.
- Kaledine, K. (1937), *14-O.M.66: Adventures of a Double Spy*, London, Hurst & Blackett.
- Kerensky, A. (1927), *The Catastrophe: Kerensky's Own Story of The Russian Revolution*, New York, D Appleton and Company.
- Kollontai, Alexandra ([1926] 1971), *The Autobiography of a Sexually Emancipated Communist Woman*, New York, Herder and Herder.
- Kollontai, Alexandra (1933), *A Mulher Moderna e a Moral Sexual*, Lisboa, Livr. Minerva.
- Kropotkine (s.d.), *O Terror na Rússia: um apelo à Nação Britânica*, Porto, J. Ferreira dos Santos.
- Kurbatova, G. I. (1977), *A grande revolução de Outubro e o movimento nacional-libertador dos povos da ásia, áfrica e América Latina*, Moscovo, Politiceskoj Literatury.
- Labaredas, Maria Rosalina (1980), “No Verão quente de 1917 trabalhadores do comércio solidários com os grevistas”, *O Trabalhador do Comércio e Serviços*, (21, maio/julho).
- Lagneau, Janina e Basile Kerblay (1973), *A Leste, uma Sociedade mais Justa?*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Lakin, V. F. (1971), “Caminho Heróico (sobre o 50.º Aniversário do PCP)”, *Voprosy istorii KPSS*, (3).
- Lansbury, George (1920), *What I saw in soviet Russia*, London, L. Parsons.
- Leal, Cunha (1926), *Eu, os políticos e a nação*, Lisboa, Portugal-Brasil.
- Leal, Cunha (1930), *Internacionalismo: Trotsky e Staline*, Lisboa, (s.n.).
- Leal, Cunha (1931), *Ditadura, democracia ou comunismo?: o problema português*, La Coruña, Impr. Moret.
- Leal, Cunha,(1932), *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha, Impr. Moret.
- Leal, Cunha (1967), *As minhas memórias*, Lisboa, C. Leal (ed. de autor), 3 vols..
- Lemos, Mário Matos (1964), *Liberdade de Imprensa em Portugal. Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa*, Lisboa, Edição do Autor.
- Lemos, Mário Matos (1966), *A “Seara Nova” e o Pensamento da Revolução Nacional*, Lisboa, Panorama.
- Lemos, Mário Matos (1973), *Um Vespertino do Porto*, Lisboa, Edição do Autor.
- Lemos, Mário Matos e (1986), *O 25 de Abril: uma síntese, uma perspectiva*, Lisboa, Editorial Notícias, col. Sinal dos Tempos.
- Lenine (pseud.) ([1924] 1971), *O Estado e a Revolução*, Lisboa, Ed. Estampa.

- Lenine (pseud.) (1931), *Estado e comunismo*, Lisboa, Vanguarda Proletária.
- Lenine (pseud.) ([1929] 1974), *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, Centelha, Coimbra.
- Lenine (pseud.) (1968), *Oeuvres Choiesies*, Moscou, Editions du Progrès, 3 vols..
- Lenine (pseud.) (1974), *O esquerdismo doença infantil do comunismo*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Lenine (pseud.) ([1912] 1974), “Put your cards on the table”, em *Lenin Collected works, Progress Publishers*, Moscow, vol. 17.
- Anon, (1933), *Lénine, o ditador vermelho*, Lisboa, Editorial República.
- Lopes, Artur Ribeiro (1939), *Histoire de la Republique Portugaise*, Paris, (s.n.).
- Lopes, Norberto (1975), *Visado pela censura*, Lisboa, Aster.
- Lopes, Norberto (1979), *Perfil do Jornalista Joaquim Manso, no primeiro centenário do seu nascimento*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Losovsky, Alexandr (1924), *A Ditadura do Proletariado*, Lisboa, A Internacional.
- Losovsky, Alexandr (1925), *Os Sindicatos e a Revolução*, Lisboa, A Internacional.
- Losovsky, Alexandr, (1933) *Da greve à Conquista do Poder*, policopiado (ed. clandestina do PCP).
- Loureiro, Pinto (1967), *1917 - Democracia e comunismo*, Coimbra, Comunidade Distrital.
- Lunacharsky, A. (1967), *Revolutionary Silhouettes*, London, Allen Lane/Penguin.
- Lúpi, Luís Caldeira (1944), *Consolidação da Unidade Portuguesa Através do Noticiário Internacional na Imprensa e na Rádio*, Lisboa, Tipografia Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Lúpi, Luís Caldeira (1958), *A Informação e a Formação da Opinião Pública no Ultramar Português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, vol. VII.
- Luxemburg, Rosa (1975), *A Revolução Russa*, Barreiro, 17 de outubro.
- Machado, Bernardino (1926), *A política e o poder militar*, Vila Nova de Famalicão, Tip. Minerva.
- Machado, Fernão do Amaral Boto (s.d.), *A Liberdade de Imprensa. Carta Aberta e Minuta Extra-Processual (...) a Propósito do Processo Instaurado Sobre a Penúltima Apreensão do Jornal Republicano “O Mundo”*, Lisboa, Tipografia Bayard.
- Macieira, António (1907), *O Governo e a Imprensa: Conferência*, Lisboa, Tipografia Lusitana.
- Marchand, Roland (s.d. [1918]), *Les agissements des Alliés contre la révolution russe. Le témoignage d'un bourgeois français*, (s.l. [Moscou]), (s.n.).
- Marchand, Roland (1920), *Why I side with The Social Revolution*, Petrograd, Communist International Publishing Office.
- Martelo, David (2003), “A Revolução Russa, reflexos na Guerra”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 362-365.
- Martins, Albano do Couto (1936), *Lei de Imprensa e Outros Diplomas*, Lisboa, Edição do autor.
- Martins, Ferreira (1942), *A cooperação anglo-portuguesa na grande guerra de 1914-1918*,
- Martins, Ferreira (dir.) (1934, 1938), *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Ática, 2 vols..
- Martins, F. Rocha (s.d. [1921]), *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC.
- Martins, F. Rocha (1922), *A Monarquia do Norte*, (s.l., s.n., [Lisboa, Of. Gráficas do ABC]).
- Martins, F. Rocha (1933), *Historia das colónias portuguesas*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- Martins, F. Rocha (1942), *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa, Editorial Inquérito.
- Maslov, S. (1923), *Russia after four years of revolution*, London, P. S. King and Son.
- Massis, Henri (1927), *La Défense de L'Occident*, Paris, Plon.
- Massis, Henri (1945), *A Rússia Nova*, Porto, Tavares Martins.

- Mathias, Marcello (1987), *Correspondência Marcello Mathias – Salazar: 1947-1968*, Lisboa, Difel.
- Matias, João Humberto (1974), “Antigo sindicalista recorda I República – socialistas e anarquistas polarizavam movimento operário”, *A Capital*, 1 e 3 de agosto.
- Matias, João Humberto (1975), “Entrevistas com o passado”, *A Voz Anarquista*, (2), 26 de fevereiro.
- Matos, José Norton de (1926), *A Província de Angola*, Porto, Maranus.
- Matos, José Norton de (1944-46), *Memórias e trabalhos da minha vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial Lda., 4 vols.
- Mendes, Adelino *et al.* (s.d.), *O Livro do Repórter X*, Lisboa, Agência Editorial Brasileira.
- Anon. (1918), *Mensagem ao operariado*, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial.
- Metzner, Eduardo (1919), *A verdade acerca da Revolução Russa*, Lisboa, Empreza Editora Popular.
- Miliukov, (1967), *Political Memoirs, 1905-1917*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Mine, Issak (1981), *Como se fez a revolução de Outubro*, Moscovo, Novosti.
- Anon. (1920), *Misérias de um novo regime*, publ. pela Confederação Patronal Portuguesa, Lisboa, Confederação Patronal Portuguesa.
- Molotov, V. (1977), *O XXX aniversário da grande revolução socialista de Outubro*, Lisboa, Seara Vermelha.
- Monsaraz, Alberto (1946), *Respiração Mental: o Problema da Censura*, Braga, Oficina Gráfica Pax.
- Montalvor, Luís de (ed.) (1930-32), *História do regime republicano em Portugal*, Lisboa, Luís de Montalvor (ed. de autor), 2 vols..
- Monteiro, Armindo Rodrigues (1921-22), *Do orçamento português*, Lisboa, Ministério das Finanças, 2 vols.
- Monteiro, Armindo Rodrigues (1934), *Movimento financeiro de Portugal de 1910 a 1933*, Lisboa, Ministério das Finanças.
- Monteiro, Campos (1925), *Saúde e fraternidade – história dos acontecimentos políticos em Portugal desde Agosto de 1924 a Novembro de 1926*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização Editora.
- Mora, Mário Damas (1934), *Comunismo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes .
- Morais, Alexandre de (1941), *A Rússia na guerra*, (s.l., s.n.).
- Moura, Horácio de (1967), *O comunismo internacional perante o nacionalismo português*, Coimbra, Comunidade Distrital.
- Anon. (1914), *O movimento operário britânico e a guerra*, Londres, Typ. de Eyre e Spottiswoode.
- Anon. (1997), “O Movimento Operário em Portugal. Desde 1834 a 1933”, *Cadernos Sindicais*, (4), Sindicatos dos Electricistas do Sul.
- Nabokov, K. (1921), *The ordeal of a diplomat*, London, Duckworth and company.
- Nascimento, Adriano do (1959), *A ambição da Rússia*, Coimbra, (s.n.).
- Neves, Gambetta (1933), *O Licor Vermelho*, (s.l., s.n.), [Lisboa, Imp. Beleza].
- Neves, Mário (1986), *Missão em Moscovo: experiência da primeira embaixada portuguesa no país dos soviets*, Lisboa, Inquérito.
- Neves, Nuno Teixeira (1969), *Liberdade de Imprensa e Dignificação da Palavra*, Porto, Edição do autor.
- Nin, Andrés (1971), *Los problemas de la revolución española*, Paris, Ruedo Ibérico.
- Nogueira, César (1916), *A primeira internacional*, Lisboa, Imprensa Africana.
- Nogueira, César (1932), *Resumo Histórico dos Congressos e Conferências do PS em Portugal*, Porto, Rev. Pensamento.

- Nogueira, César, (1955, 1956, 1958), “Datas para a história do antigo movimento operário e socialista em Portugal: 1850-1933”, *Seara Nova*, (1303-1304, 1955), pp. 27-28; (1325-1326, 1956), pág. 134; (1319-1320, 1956), pp. 75-76; (1350-1351, 1958), pp. 341-343.
- Nogueira, César (1964, 1966), *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, Lisboa, Portugália Editora, 2 vols.
- Nogueira, Eduardo (1949), *A Rússia em face do mundo*, (s.l., s.n.).
- Noronha, Eduardo (1913), *Vinte e Cinco Anos nos Bastidores da Política. Emídio Navarro e as Novidades. A Sua Vida e Sua Obra Política e Jornalística*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- Noronha, José Manoel de (1919), *Gomes Freire na Rússia: crítica ao livro do Snr. A. Ferrão*, Porto, Imp. Literaria e Typographica.
- Anon. (1809), *Noticias authenticas da união, e paz da Turquia com a Russia, e declaração destas duas potencias contra a França*, Lisboa, Impr. Regia.
- Anon. (1811), *Noticia sobre a guerra da Russia contra a França*, Lisboa, Impr. Regia.
- Anon. (1812), *Noticias sobre a guerra da Russia: extrahidas dos papeis periodicos de Inglaterra*, Lisboa, Impr. Regia.
- Noulens, J. (1933), *Mon ambassade en Russie Soviétique*, Paris, Plon.
- Nunes, João Paulo Avelãs (1993), “Sobre a história e os partidos políticos”, *Vértice*, (52, janeiro-fevereiro).
- Nunes, Leopoldo, (1928), *A Ditadura militar*, Lisboa, (s.n.).
- Anon, [possivelmente Caetano, Marcelo] (1968), “*O Direito*” e a *Imprensa Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Oliveira, Augusto (ed.) (1914), *Lei da Separação. Subsídios para o estudo das relações do Estado com as igrejas sob o regime republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Oliveira, Carlos de (1949), *Eu fui comunista...!*, Lisboa, Escolas Oficinas de São Carlos.
- Oliveira, Padre Mário de (1999), *Fátima nunca mais*, Porto, Campo das Letras.
- Oliveira, Padre Mário de (2000), *Fátimamente*, (s.l.), Guilherme Silva (ed.).
- Anon. (1922), *Organização Social Sindicalista. Subsídios para a discussão das teses sob este título, no 3º Congresso Nacional Operário*, Lisboa, Edição da Comissão Organizadora.
- Ornelas, Aires de (1918), *Segundo anno de guerra*, Porto, Livr. Magalhães & Moniz.
- Ooudendijk, W. (1939), *Ways and By-ways of diplomacy*, London, Davies.
- Pais, Sidónio (1924), *Um ano de ditadura – discursos e alocuções*, Lisboa, Lusitânia Editora.
- Pankurst, Sylvia (1920), *Soviet Russia as I Saw it*, London, The Workers Dreadnought Publishers.
- Anon. (1923), *O Papel das Comunas e a Questão Agrária*, Lisboa, Tipografia. da Associação dos Compositores Tipógrafos.
- Anon. (1918), *Papel historico da Alemanha na Russia*, Bureau da Imprensa Britanica em Lisboa, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial.
- Anon. (1982), *Partido Comunista Portugues 60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria 1921-1981*, Lisboa, Edições Avante!.
- Paxeco, Óscar (1937), *Os que arrancaram no 28 de Maio*, Lisboa, Ed. Império.
- Paxeco, Óscar (1964), *Pequena História de Um Grande Jornal. I Congresso do Diário de Notícias*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Pedroso, Alberto (1977), “Breves notas sobre dois inéditos”, *Seara Nova*, (1576, fevereiro).

- Pedroso, Alberto (1977), “Emílio Costa e a tese sobre organização operária”, *Seara Nova*, (1583, setembro).
- Pedroso, Alberto (1977), “Para a história do movimento operário português (II) – Uma carta de Afonso Lopes Vieira para Alexandre Vieira”, *Seara Nova*, (1586, dezembro).
- Pedroso, Alberto (1978), “Para a história do movimento operário português (III) – O Professor Egas Moniz e o conflito na Biblioteca”, *Seara Nova*, (1588, fevereiro).
- Pedroso, Alberto (1978), “Para a história do movimento operário português (IV) – O mandato da Federação da Portuguesa da A. I. T. a Paul Lafargue”, *Seara Nova*, (1591, maio).
- Pedroso, Alberto (1978), “Para a história do movimento operário português – uma intervenção ignorada de António Sérgio”, *Seara Nova*, (1596 e 1597, outubro e novembro).
- Pereira, A. Xavier da Silva (1901), *Leis de Imprensa Promulgadas em Portugal. Memória Oferecida ao Exmº Senhor Conselheiro Bernardino Machado*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Pereira, José de Campos (1919), *Portugal industrial. Características. Números. Comentários*, Lisboa, Livraria Profissional.
- Pereira, José Pacheco (1979), “Bento Gonçalves revisitado”, *Diário de Notícias*, 11 de dezembro.
- Pereira, José Pacheco (1979), “Os dirigentes do PCP e a história do PCP”, *Expresso*, 17 de março.
- Pereira, José Pacheco (1980a), “O PCP na Primeira República”, *Diário de Notícias*, 13 de maio.
- Pereira, José Pacheco (1980b), “O PCP na Primeira República depois de 1923”, *Diário de Notícias*, 27 de maio.
- Pereira, José Pacheco (1983), “A História de uma “História”, *Diário de Notícias*, 12 de janeiro.
- Pereira, José Pacheco (1984), “Gritos e Murmúrios - Reflexões sobre o Estudo do Comunismo e seus Críticos”, *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro.
- Pereira, José Pacheco (1992), “Dez Questões Portuguesas aos Arquivos Soviéticos”, *Nova Renascença*, (45-47), pp. 315-317.
- Peres, Sousa (1968), *Memórias do 28 de Maio*, Lisboa, Companhia Nacional.
- Pessoa, Fernando (1979), *Da República (1910-1935)*, Lisboa, Ática.
- Pimenta, Alfredo (1925), *A República Portuguesa em face da Igreja Católica e política do Centro Católico*, Lisboa, Acção Realista Portuguesa.
- Pimenta, Alfredo (s.d., [1944]), *Nas vésperas do Estado Novo: a propósito de António Sardinha*, Lisboa Porto, Imp. Portuguesa.
- Pimenta, Alfredo (s.d., [1941]), *Eu e As Novidades, A Política do Centro Católico*, (s.l., s.n.).
- Pimenta, Alfredo (1941), *Contra o comunismo*, Guimarães, Grupo de Anti-Comunistas.
- Pimenta, Alfredo (1941), *O comunismo inimigo nº 1*, Porto, Enciclopédia Portuguesa.
- Pimenta, Alfredo (1944), *Contra o comunismo: análise comparativa das encíclicas Mit brennender sorge e Divini redemptoris*, Lisboa, Alfredo Pimenta (ed. de autor).
- Pimenta, Alfredo (1948), *Pequena história de um grande jornal: O Primeiro de Janeiro desde a sua fundação até entrar no 75º ano de existência*, Porto, O Primeiro de Janeiro.
- Pimenta, Alfredo (1948), *Nos Escombros de “A Nação”*, Lisboa, Tip. Gráfica.
- Pinto, Mário *et al.* (1980), “Debate: O movimento sindical português – Mário Pinto, Nascimento Rodrigues e Vasco Pulido Valente”, *Prospectivas*, (1, janeiro-fevereiro-março).
- Anon. (1937), *Plano judaico da dominação do mundo – ou seja – a chave misteriosa do comunismo: antiga documentação que divulga mais que milhares de livros*, (s.l., s.n., [Setúbal, Tip. Simões]).

- Anon. (1980), *A política de informação no regime fascista*, (s.l.), Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo.
- Pombo, Valente (1937), *A doutrina da Igreja perante o comunismo e a estatolatria modernas: três encíclicas de Pio XI*, Porto, Lopes da Silva.
- Portela, Artur (1943), *Os Mortos Falam*, Lisboa, Inquérito.
- Portela, Artur (1953), *Norberto de Araújo: O Jornalista e o Escritor*, Lisboa, Gazeta dos Caminhos de Ferro.
- Portela, Artur (1956), *Reinaldo Ferreira (Repórter X). Memórias de um Ex-Morfinómamo*, Lisboa, Tipografia Companhia Nacional Editora.
- Porto, César (1929), *Rússia, hoje e amanhã: uma excursão ao país dos soviets*, Lisboa, Livr. Peninsular.
- Portugal, José M. Boavida (1954), *Uma Nova Ética da Informação*, Lisboa, (s.n.).
- Portugal, Mauro (1932), *A verdade sobre a Rússia bolchevista*, Lisboa, (s.n.).
- Preto, Rolão (1932), *Para além do comunismo*, Coimbra, Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano.
- Preto, Rolão (1939), *Fascismo*, (s.l., s.n.).
- Price, Morgan Philips (1919), *The Origin and Growth of Russian Soviet*, London, People's Russian Information.
- Price, Morgan Philips (1921), *My Reminiscences of The Russian Revolution*, London, Hiperion Press.
- Paley, (Princesa) (1923), *Souvenirs de Russie*, Paris, Plon-Nourrit et cie.
- Proença, Raúl (1926), “O Fascismo e as suas repercussões em Portugal”, *Seara Nova*, (77), 6 de março.
- Proença, Raúl (1926), *A Ditadura Militar*, Lisboa, Ed. Seara Nova, 2 vols..
- Proença, Raúl (1964), *Acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Protero, General (pseud.) ([1930] 1948), *Profecias e confissões de um ex-chefe comunista: O mistério do apocalipse e as chaves das cinco prisões da humanidade*, Lisboa, Editora Império [Ed. Escolas Of. de S. Carlos].
- Protero, General (pseud.) (1958), *Um general que foi comunista!!!*, Lisboa, Cooperativa de Rurais, Letrados e Operários.
- Anon. (1991), *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Quadros, António (1969), *Uma visita à Rússia: impressões e reflexões ; O interesse português pela cultura russa*, Lisboa, Soc. de Expansão Cultural.
- Quadros, Luís (1949), *Falta Uma Escola de Jornalismo em Portugal?*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Gazeta dos Caminhos de Ferro.
- Anon. (1976), *Os Quatro Primeiros Congressos do Partido Comunista*, Lisboa, (s.n.).
- Queirós, Francisco de (1943), *Cristianismo, comunismo*, (s.l., s.n., [V. N. de Famalicão, Tip. Minerva]).
- Anon. (1992), *Quem é quem no jornalismo português*, Lisboa, Pelo Clube de Jornalistas.
- Ramos, João de Deus (1912), *A reforma do ensino normal*, Lisboa, Livraria Ferreira.
- Rates, Carlos (1919), *O Problema Português: os Partidos e Operariado*, Lisboa, Editora Popular.
- Rates, Carlos (1920), *A ditadura do proletariado*, Lisboa, Secção editorial de “A Batalha”.
- Rates, Carlos ([1925] 1976), *A Rússia dos soviets*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Rates, Carlos (1927), *Democracias e Ditaduras*, Lisboa, Livr. Edit. Guimarães.

- Rates, Carlos (1929), *O sindicato dos profissionais da imprensa de Lisboa e a neutralidade sindical*, Lisboa, Ind. Gráficas.
- Rebello, José Pequito (1926), *As falsas ideias claras em economia agrária, série Oliveira Martins, estudos políticos e económicos*, Lisboa, Nação Portuguesa.
- Rebello, José Pequito (1936), *Anti-Marx*, Lisboa, Ed. do Secretariado da Propaganda Nacional.
- Reed, John (1919), *Ten Days That Shook the World*, New York, Boni and Liverlight Publishers.
- Reed, John (1930, 1931), *Dez dias que abalaram o mundo*, Lisboa, Biblioteca Cosmopolita.
- Reed, John (1975), *Como funcionam os soviets*, Porto, (s.n.).
- Anon. (1961), *Repertório das publicações periódicas portuguesas*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional.
- Ribeiro, Herlander (1941), *A Rússia: estudos históricos*, (s.l., s.n.).
- Rocha, F. Canais (1993), “Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926)”, *Vértice*, (56, setembro-outubro).
- Roland-Holst, Henriette (1919), *A Rússia Nova: um ano de ditadura proletária*, Lisboa, Empr. Ed. Popular.
- Rolim, José (1944-45), *O comunismo: história, ideologia e crítica*, Lisboa, Tip. União Gráfica, 2 vols.
- Rosa, João Pereira (1928), *O Caso d'O Século: Seu Esclarecimento Perante a Associação Comercial de Lisboa*, Lisboa, Oficina da Sociedade Nacional de Tipografia.
- Rosado, Nuno (1966), *A Imprensa*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário.
- Sá, Victor de (1982), “Sobre as relações com a União Soviética em 1926”, *O Diário*, 13 de junho.
- Sadoul, Jacques (1918), *Vive la République des Soviets*, Moscou, Édition du Groupe Communiste Française.
- Sadoul, Jacques (1919), *Notes sur la Révolution bolchevique. Octobre 1917 à Janvier 1919*, Paris, Éditions de la Sirène Edition.
- Sadoul, Jacques (1922), *Quarante Lettres de Jacques Sadoul*, Paris, Librairie de l'Humanité.
- Salazar, António de Oliveira (1922), *Centro Católico Português: Princípios e Organização*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Salazar, António de Oliveira (1924), “A Paz de Cristo na classe operária”, em anon., *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional*, Braga, Empreza Acção Católica, pp. 168-176.
- Salazar, António de Oliveira (1967), *Discursos*, Coimbra, Coimbra Editora, vol. VI.
- Salgado, Joaquim (1945), *Virtudes e Malefícios da Imprensa. Escorço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo*, Porto, Portucalense Editora.
- Sampaio, José Maria Rangel de (1919), *O bolchevismo no Fundão: agravo cível... vindo do juízo de Direito da Comarca do Fundão para o Tribunal da Relação de Coimbra: petição de agravo*, Lisboa, Tip. da Pap. Progresso.
- Santana, Emídio (s.d.), *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- Santana, Emídio (1974), *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Alfredo dos (1937), *Dom Quixote Bolchevick*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- Santos, Augusto César dos (s.d.), *A questão operária e o sindicalismo*, Lisboa, José Bastos e C.^a Editores.
- Santos, Carlos (1927), *Como eu vi a Rússia*, Porto, Liv. Civilização.

- Santos, Francisco Pereira dos (1954), *Capitalismo ou comunismo?...: resposta da sociologia cristã*, Lisboa, União Gráfica.
- Sardinha, António (1917), “Dia de S. Traidor - A revisão de um processo”, *A Monarquia*, 18 de outubro.
- Schapiro, Alexander (1925), *As Três Internacionais Sindicais – Amsterdão, Moscóvia, Berlim*, Lisboa, Editorial de “A Batalha”.
- Schreiber, Émile (1993), *Como se vive na Rússia dos soviets*, Porto, A Figueirinhas.
- Seabra, Eurico de (1914), *A Igreja, as Congregações e a República (A separação e suas causas)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Serge, Victor ([1930] 1973), *Year One of the Russian Revolution*, New York, Writers & Readers.
- Serge, Victor (1975), *Ano um da Revolução Russa*, Lisboa, Delfos.
- Serge, Victor (1994), “Lenin in 1917”, *Revolutionary History*, vol. 5, (3), pp. 3-53.
- Serge, Victor (2003), *Vie et mort de Léon Trotsky*, Paris, la Découverte.
- Sherwood, M. (1930), *As mentiras imperialistas: uma cruzada contra a Rússia*, Porto, Era Nova.
- Silva, Fernando Emídio da (1905), *O operariado português na questão social*, Lisboa, Typ. Universal.
- Silva, Fernando Emídio da (1917), *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Typ. Universal.
- Silva, Fernando Emídio da (1919), *Cousas de Portugal*, Coimbra, França e Arménio.
- Silva, Joaquim Palminha (1974), “A Revolução Bolchevique na imprensa operária portuguesa”, *Sempre Fixe*, (36), 30 de novembro.
- Silva, Joaquim Palminha (1978), “Quando a revolução era libertária”, *Diário de Lisboa*, 23 de setembro e 7 de outubro.
- Silva, José (1971), *Memórias de um Operário*, Porto, Livraria Júlio Brandão.
- Silva, Lúcio Craveiro da (1957), *O movimento operário*, Braga, Livr. Cruz.
- Silva, Pedro José (1950), *Fátima e a conversão da Rússia*, (s.l., s.n.).
- Silva, Raul Ribeiro da (1962), *A Rússia vista por um médico brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- Silva, Rola (1968), *A Censura: Consequências Marginais*, Luanda, Neográfica.
- Sobolev, P. N. ([1977] 1980), *História da Grande Revolução Socialista de Outubro*, Moscovo, Progresso.
- Soljénitsyne, Alexandre (2002), *Juifs et Russes avant la Révolution*, Paris, Fayard.
- Sousa, Eduardo de (1919), *O Dezembrismo e a sua política na guerra*, Porto, Companhia Portuguesa Editora
- Sousa, Eduardo de (1926), “Ainda acerca da história política de um jornal extinto”, *Diário da Tarde*, 1 de março.
- Sousa, Eduardo de (1926), “História política de um jornal extinto”, *Diário da Tarde*, 20 de fevereiro.
- Sousa, Fernando de (1988), *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*, Porto, Jornal de Notícias.
- Sousa, Manuel Joaquim de (1911), *Sindicalismo e acção directa*, Porto, Typ. Peninsular.
- Sousa, Manuel Joaquim de (1915), *Relatório do delegado da UON ao Congresso Internacional Pró-Paz*, Porto, UON.
- Sousa, Manuel Joaquim de ([1931] 1973), *O Sindicalismo em Portugal, esboço histórico*, Porto, Afrontamento.

- Sousa, Manuel Joaquim de (1989), *Últimos tempos de acção sindical livre e de anarquismo militante*, Lisboa, Antígona.
- Souvarine, Boris (1990), *Sur Lénine, Trotski et Staline*, Paris, Éd. Allia.
- Startsev, Vitali (1983), *Assim surgiram os soviets*, Moscovo, Progresso/Novosti.
- Stepniak (1912), *A Revolução Nihilista na Rússia*, Lisboa, Casa Alfredo David.
- Teles, Basílio (1918), *Na Flandres: o episódio militar de 9 de Abril*, Porto, Eduardo Tavares Martins.
- Thomas, Albert (1973), “Journal de Russie d'Albert Thomas 22 Avril-19 Juin 1917”, *Cahiers du monde russe et soviétique*, vol. 14, pp. 86-244.
- Tolstoi, Alexandra (1935), *I worked for the soviet*, New Haven, Yale University Press.
- Anon. (1800), *Tratado de amizade, navegação, e commercio renovado entre Portugal e a Russia, e assignado em Petersburgo aos 16 de Dezembro de 1798*, Lisboa, Regia Off. Typ.
- Trotsky, Léon (pseud.) (1930) *Histoire de la Révolution Russe*, Paris, Seuil, 2 vols.
- Trotsky, Léon (pseud.) (1930), *My life: the rise and fall of a dictator*, London, T. Butterworth.
- Trotsky, Léon (pseud.) (1946), *Stalin: An appraisal of the man and his influence*, New York, Harper.
- Trotsky, Léon (pseud.) (1971), *Lenin: notes for a biographer*, New York, Capricorn Books.
- Trotsky, Léon (pseud.) (1976), *Como fizemos a revolução em Outubro*, Amadora, Fronteira.
- Trotsky, Léon (pseud.) (1994), *La révolution trahie*, Paris, Éd. de Minuit.
- Troyat, Henri (pseud.) (1973), *A vida quotidiana na Rússia no tempo do último czar*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Tyrkova-Williams, Ariadna (1919), *From Liberty to Brest-Litovsk: The First Year of the Russian Revolution*, London, Macmillan.
- Ulrich, Rui (1940), *Crítica do Socialismo Utópico dos Idealistas e do Socialismo Revolucionário dos Marxistas*, Lisboa, Império.
- Anon., (1928), *Uma hora de jornalismo: aspectos, anedoctas e inconfidências da vida profissional*, colectânea de testemunhos publicada pela Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais de Imprensa, Lisboa, Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.
- Anon., (2001), *Um jornal ao serviço do leitor*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Anon. (1972), *Um Período na História do Movimento Operário Português (desde a fundação do Partido ao começo da degeneração revisionista em 1956)*, (s.l., s.n., [Lisboa, Comité Marxista-Leninista de Portugal]).
- Anon. (1972), *URSS 1922-1972*, (s.l.), edição clandestina do PCP, policopiado.
- Vale, Armando P. do (1937), *Causa da Guerra Civil de Espanha e Origens e Perigos do Comunismo*, Viana do Castelo, Tip. Gutenberg.
- Valente, Manuel Alberto (1977), “Breves notas sobre a revolução de 1917 e Portugal”, *Vida Soviética*, (30), novembro.
- Valente, Vasco Pulido (1968), “Estudos sobre Sidónio Pais”, *O Tempo e o Modo*, (62-63, julho e agosto).
- Vandervelde, Emile (1918), *Three Aspects of the Russian Revolution*, London, G. Allen & Unwin, Ltd.
- Vandervelde, Emile (1918), *Três Aspectos da Revolução Russa*, Lisboa, Edições Spartacus.
- Varzim, Abel (1949), *Comunismo*, Lisboa, S.E.T.
- Vasco, Neno ([1920] 1984), *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- Vasconcelos, José Carlos (1972), *Liberdade de Imprensa. Lei de Imprensa*, Lisboa, Prelo.
- Veloso, Agostinho (1963), *O comunismo visto por dentro*, Lisboa, União Gráfica.

- Veloso, Rodrigo (1910-1911), *Jornalistas Portugueses*, Famacião, Tipografia Minerva, 6 vols.
- Ventura, António (1976a), “A Sementeira e a Revolução de Outubro”, *Seara Nova*, 1573, novembro.
- Ventura, António (1977a), “A grande viragem: o Congresso de Tomar”, *Seara Nova*, (1575, janeiro), pp. 24-27.
- Ventura, António (1977b), “A Federação Maximalista Portuguesa foi fundada há 59 anos”, *Diário de Lisboa*, 15 de junho.
- Ventura, António (1977c), “Algumas notas sobre a imprensa comunista em Portugal (1919-1921)”, *Seara Nova*, (1580, junho), pp. 10-12.
- Ventura, António (1977d), “Breves notas sobre a censura à imprensa operária”, *Seara Nova*, (1576, fevereiro).
- Ventura, António (1977f), “O primeiro delegado operário português na União Soviética”, *Seara Nova*, (1586, dezembro).
- Ventura, António (1979), “Alexandre Vieira no Forte de Elvas”, *Diário Popular*, 15 de março.
- Ventura, António (2003a), “A Guerra e a Imprensa Portuguesa”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 524-530.
- Ventura, António (2003b), “A Guerra e o Papel da Imprensa”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 517-523.
- Ventura, António (2003b), “A sociedade portuguesa. Efeitos da Guerra”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 469-478.
- Ventura, António (2003c), “Antibeligierância antes da Guerra”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 53,54.
- Ventura, António (2003d), “Antibelicismo em Portugal”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 289-292.
- Ventura, António (2003e), “Derrocada do Antibelicismo”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 170-172.
- Ventura, António (2003f), “Divergências no campo anarquista”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp.173, 174.
- Ventura, António (2003g), “Propaganda e contra-propaganda”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 343-346.
- Anon. (1950), *A verdade sobre o cardeal Mindszenty e a interminável lista dos crimes do comunismo*, Lisboa, S.E.T.
- Vide, F. da (1923), *O Pensamento integralista*, Lisboa, F. da Vide (ed. de autor).
- Vieira, A. (1936), *Moscovo por um Antigo Funcionário do Komintern*, Lisboa, Editorial Império.
- Vieira, A. (1936), *O meu depoimento sobre o comunismo*, Lisboa, Editorial Império.
- Vieira, A. (1937), *O Stalinismo por um Antigo Comunista que Trabalhou no Komintern*, Lisboa, Editorial Império.
- Vieira, Alberto Tomé (1960), *Memórias de um Repórter*, Lisboa, (s.n.).
- Vieira, Alexandre (1950), *Em volta da minha profissão, subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*, Lisboa, Alexandre Vieira (ed. de autor).
- Vieira, Alexandre (1959), *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, Alexandre Vieira (ed. de autor).
- Vieira, Alexandre (1960), *Delegacia a um Congresso Sindical*, Lisboa, Alexandre Vieira (ed. de autor).

- Vieira, Alexandre ([1970] 1973), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Vieira, Alexandre ([1926] 1977), *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (1908-1919)*, Lisboa, Edições Base.
- Vieira, Tomé (1977), *Comunismo e maçonaria: forças secretas da guerra*, Braga, Braga Editora.
- Williams, Albert Rhys (1919), *70 Perguntas e Respostas sobre os Bolcheviques e os Sovietes*, Lisboa, Tip. Andrade & Torres.
- Williams, Albert Rhys (1921), *Through the russian revolution*, New York, Boni and Liverlight Publishers.
- Williams, Albert Rhys (1977), *Lenine e a Revolução de Outubro*, Lisboa, Edições Avante!.
- Williams, Harold (1919), *The spirit of the Russian Revolution*, London, Russian Liberation Committee.
- Williams, Harold (1921), *Hosts of Darkness*, London, Constable.
- Wrangel, Margarethe (1922), “My life under Bolshevik Rule and My Escape from Russia”, *Fortnightly Review*, III, pp. 767-783.
- Wrangel, Pyotr (1929), *The memoirs of General Wrangel, the last commander in chief of the russian national army*, London, Williams & Norgate.
- Xavier, Alberto (1951), *O Imperialismo da Rússia Czarista e a Rússia Soviética, seus traços comuns, as diferenças*, (s.l., s.n.), [Lisboa, Of. de S. José].
- Xavier, Alberto (1952), *Lenine, Estaline*, Lisboa, (s.n.), [Of. de S. José].

3. Fontes digitais

Embaixada da Federação Russa em Portugal.

Disponível em http://www.portugal.mid.ru/port/otn1_3.html a 19 de maio de 2008.

Estudos sobre o Comunismo – os movimentos de esquerda e a oposição ao Estado Novo, por J. Pacheco Pereira.

Disponível em <http://estudosobrecomunismo2.wordpress.com/6-bibliografia-geral-4> a 20 de junho de 2011.

Brandão, José, “Os livros e a censura em Portugal”, *Vidas Lusófonas* (online).

Disponível em http://www.vidaslusofonas.pt/livros_e_censura.htm a 23 de outubro de 2010.

Machaqueiro, Mário (2006), *1917: Percepções de uma revolução: identidades, conflitos e paradigmas na revolução soviética* (online).

Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/488>, a 28 de maio de 2010.

Referências de Lenine a Portugal, por Maria da Piedade Morgadinho, no site do PCP.

Disponível em <http://www.pcp.pt/maria-da-piedade-morgadinho-referencias-de-lenine-portugal>, a 23 de maio de 2009.

Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens ao 25 de Abril de 1974, pela Fundação Fernando Pessoa.

Disponível em <http://teoriadojornalismo.ufp.pt>, a 22 de novembro de 2008.

Vilhena, Marcos Nunes de, “Aparições em Fátima e em Plock – ou quando o Divino se interessou por política!”, em *Atas do Colóquio Diálogos com a Lusofonia*, Varsóvia, Universidade de Varsóvia, (online).

Disponível em http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISli-UW_37_VILHENA-Marcos-NUNES_Aparicoes-em-Fatima-e-Plock.pdf, a 1 de outubro de 2013.

BIBLIOGRAFIA

- Allen, V.L. (1968), *International bibliography of trade unionism*, London, The Merlin Press.
- Allison, William (1997), *American Diplomats in Russia: Case Studies in Orphan Diplomacy, 1916-1919*, Westport, Praeger Publishers.
- Almeida, João Ferreira e José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral (1979), “Materiais para a história do advento do fascismo em Portugal”, *Análise Social*, Lisboa, XV, (58), pp. 393-450.
- Althusser, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*, Lisboa, Presença.
- Althusser, Louis (2006), *Philosophy of the Encounter: Later Writings, 1978-1987*, London & New York, Verso.
- Alvarez, Jesus Timóteo (1987), *Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX*, Barcelona, Ariel.
- Álvarez Timoteo, J. et al (1989), *Historia de los medios de comunicación en España (1900-1990)*, Barcelona, Ariel Comunicación.
- Álvarez Timoteo, J. (1991), *Del viejo orden informativo*, Madrid, Actas.
- Alves, Luis Alberto Marques (1983), *Subsídios para a história da imprensa em Portugal*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos.
- Arnot, R. (1967), *The Impact of the Russian Revolution in Britain*, London, Lawrence & Wishart.
- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/New York, Verso.
- Anderson, P. H., *The attitude of american leftist leaders toward the russia revolution 1917-1923*, Indiana, Notre Dame.
- Anschel, E. (1978), *American Appraisals of Soviet Russia, 1917-1977*, New Jersey, Metuchen.
- Antonelli, Étienne ([1919] 1921), *A Russia bolchevista*, Lisboa, Arte & Vida.
- Antunes, José Freire (1978a), “A revolução de outubro e a grande esperança marxista”, *História*, 2, dezembro, pp. 28-34.
- Araquistain, Luis (1928), “Dictatorship in portugal”, *Foreign Affairs*, outubro, vol. 7.
- Arbeloa, Victor Manuel (1971, 1972), “La prensa obrera en España”, *Fomento Social*.
- Arbeloa, Victor Manuel (1972), “La prensa obrera en Barcelona (1882-1923)”, *Cuadernos de Historia Económica*, Barcelona.
- Arranja, Álvaro (1981), “Os socialistas portugueses e a I Guerra Mundial”, *História*, (112), setembro, pp. 76-81.
- Ascher, Abraham (1966-1967), “Russian Marxism and the German Revolution 1917-1920”, *Archiv für Sozialgeschichte*, VI e VII, pp. 391-439.
- Ascher, Abraham (1988,1994), *The Revolution of 1905*, Stanford, Stanford University Press, 2 volumes.
- Avilés Farré, J. (1999), *La fe que vino de Rusia: la revolución bolchevique y los españoles 1917-1930*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia/Biblioteca Nueva.
- Azevedo, Pedro de (1927), *Linhas gerais da história diplomática em Portugal*, Coimbra, Impr. da Universidade, sep. de O Instituto, 74.
- Bahne, S. (dir.) (1982), *Archives de Jules Humbert Droz .Les partis communistes des pays latins et l'Internationale Communiste dans les années 1923-1927*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.
- Balcells, A. (1965), *El Sindicalisme a Barcelona 1916-1923*, Barcelona, Editorial Terra Nova.

- Banac, I. (ed.) (1983), *The Effects of WWI: The Class War after the Great War – The Rise of Communist Parties in East-Central Europe 1918-1921*, New York, Columbia University Press.
- Baptista, Moreira e Clemente Rogeiro e Geraldês Cardoso e Ramiro Valadão (1971), *Opinião Pública, Imprensa, Rádio e Televisão. Problemática Nacional da Informação*, Lisboa, SEIT.
- Bar Cedón, Antonio (1981), *La CNT en los años rojos. Del Sindicalismo Revolucionário al anarcosindicalismo 1910-1926*, Madrid, Akal.
- Barchatova, Helena et al. (1990), *Autrefois la Russie: photographies inédites des archives soviétiques de 1839 à la Révolution*, Paris, L. Levi.
- Barradas, Acácio (1979), “O grande proscrito da Revolução Russa”, *História*, (13), novembro, pp. 52-60.
- Barragán Moriana, Antonio (1990), *Conflictividad social y desarticulación política en la Provincia de Córdoba 1918-1920*, Córdoba, Ediciones de la Posada.
- Barreira, Cecília (1980), “Homem Cristo (filho): o primeiro fascista português”, *História*, (22/23), agosto/setembro, pp. 38-44.
- Bastos, José Timóteo da Silva (1926), *História da Censura Intelectual em Portugal. Ensaio Sobre a Compreensão do Pensamento Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Becker, Jean-Jacques (1997), *1917 en Europe: l'année impossible*, Bruxelles/Paris, Éd. Complexe.
- Berelowitch, Wladimir (1990), *La soviétisation de l'école russe : 1917-1931*, Lausanne/Paris, Slavica.
- Berelowitch, Wladimir (2005), *Le grand siècle russe : d'Alexandre Ier à Nicolas II*, Paris, Gallimard.
- Bertrand, C. (1977), *Revolutionary Situations in Europe, 1917-1922*, Montreal, Concordia University/University of Quebec.
- Bettelheim, Charles (1976), *As lutas de classes na URSS: 1º período: 1917-1923*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Bettini, Leonardo (1972), *Bibliografia dell'anarchismo*, em vários volumes, Firenze, Crescita Política Editrice.
- Blum, Alain (2004), *Naître, vivre et mourir en URSS*, Paris, Payot & Rivages.
- Blum, Alain e Martine Mespoulet (2003), *L'anarchie bureaucratique: pouvoir et statistique sous Staline*, Paris, Éd. la Découverte.
- Bobrinskoy, O. (1995), “La Première République Tchecoslovaque et l'émigration russe (1920-1938): la spécificité d'une politique d'asile”, *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, vol. 26, (1), Mars.
- Boggiani, R. (2002), *La disgrazia di saper leggere: Antistoria della libertà di stampa in Italia*, Roma, Ed. Associate.
- Boggs, Carl (1984), *The Two Revolutions: Gramsci and the Dilemmas of Western Marxism*, London, South End Press.
- Bolloten, Burnett (1980), *La revolución española: sus orígenes, la izquierda y la lucha por el poder durante la guerra civil 1936-1939*, Barcelona, Grijalbo.
- Bologna, S. et al. (1972), *Operai e stato: lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*, Milano, Feltrinelli.
- Anon, (1974), *The bolsheviks and the October Revolution: Central Committee Minutes of the Russian Social Democratic Labour Party (Bolsheviks), August 1917-February 1918*, London, Institut of Marxism Leninism/Pluto Press.
- Bonomi, I. (s.d.), *L'italiano giornalistico. Dall'inizio del '900 ai quotidiani on line*, Firenze, Cesati .

- Borzani, Luca (1993), *Tra solidarietà e impresa: aspetti del movimento cooperativo in Liguria 1893-1914*, Genova, Centro Ligure di Storia Sociale.
- Bottomore, Tom (1992), *The Dictionary of Marxist Thought*, Cambridge, Blackwell Publishers.
- Bracher, Karl Dietrich (1976), *Zeitgeschichtliche Kontroversen, Um Faschismus, Totalitarismus, Demokratie*, München, Piper.
- Brandão, Fernando de Castro (1974), *A política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia*, Lisboa, (s.n.).
- Brandão, Fernando de Castro (1984), *Sinopse cronológica de história diplomática portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Brandão, Fernando de Castro (1989), *Para uma bibliografia da história diplomática*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Brennan, Gerald (1970), *The Spanish Labyrinth*, Paris, Ruedo Ibérico.
- Brinton, Maurice (1975), *Os bolcheviques e o controlo operário*, Porto, Afrontamento, col. Saco de Lacraus, 5.
- Broué, Pierre (1996), *Rakovsky ou La Révolution dans tous les pays*, Paris, Fayard, col. Pour une histoire du XXe siècle.
- Broué, Pierre (1967), “La Révolution Russe et le mouvement ouvrier allemand”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI, pp. 51-74.
- Bruhat, Jean (1951), “La classe ouvrière mondiale et la Révolution Russe”, *Cahiers Internationaux*, vol. 29, pp. 59-66.
- Burnet-Vigniel, Marie-Claude (1990), *Femmes russes dans le combat révolutionnaire: l'image et son modèle à la fin du XIXe siècle*, Paris, Institut d'études slaves.
- Cabral, Manuel Villaverde (1976a), “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes”, *Análise Social*, Lisboa, XII, (48), pp. 873-915.
- Cabral, Manuel Villaverde (1976b), “Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo” Lisboa, *Análise Social*, XII, (45), pp. 106-126.
- Cabral, Manuel Villaverde (1977), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Cabral, Manuel Villaverde (1977), *O Operariado nas Vésperas da Implantação da República: 1909-1910: seguido de extractos da Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado! 1909-1910*, Lisboa, Presença.
- Cabral, Manuel Villaverde (1977), “Situação do operariado nas vésperas da implantação da República” *Análise Social*, Lisboa, XIII, (50), pp. 419-448.
- Cabral, Manuel Villaverde (1978), *The PCP An Interpretation of Fifty Years of History*, Oxford, Oxford University Press.
- Cabral, Manuel Villaverde (1979), “A Grande Guerra e o sidonismo: esboço interpretativo”, *Análise Social*, Lisboa, XV, (58), pp. 373-392.
- Cabral, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Cabral, Manuel Villaverde (1981), “O Movimento Operário em Portugal”, *Análise Social*, Lisboa, XVII, (67), pp. 68-69.
- Cabral, Manuel Villaverde (1983), “A Segunda República portuguesa numa perspectiva histórica” *Análise Social*, Lisboa, XIX, (75), pp. 127-142.

- Cabral, Manuel Villaverde (1983), *Proletariado: o nome e a coisa*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo..
- Cabral, Manuel Villaverde (1988), “The Seara Nova group, 1921-1926 and the ambiguities of portuguese liberal elitism”, *Portuguese Studies*, W. S. Maney & Son, 4.
- Cabral, Manuel Villaverde (1989), “The aesthetics of nationalism: literary modernism and political authoritarianism in the early 20th century”, *Luso-Brazilian Review*, Madison, University of Wisconsin Press, vol. 26, (1), pp. 15-43.
- Cabral, Manuel Villaverde (1993), *The demise of liberalism & the rise of authoritarianism in Portugal, 1880-1930: an inaugural lecture from the Department of Portuguese & Brazilian Studies*, Kings College London, London.
- Campbell, R. (1974), “Nihilists and Bolsheviks: Revolutionary Russia in American Silent Film”, *The Silent Picture*, vol. 19, pp. 123-36.
- Campinos, Jorge (1975), *A Ditadura Militar, 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Capelato, M. Helena (2003), “Imprensa na República: uma instituição pública e privada,” em Fernando T. da Silva *et al.* (orgs.), *República, Liberalismo, Cidadania*, Piracicaba, UNIMEP, pp. 139-150.
- Capoccia, Giovanni (2005), *Defending democracy: reactions to extremism in interwar Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Cardoso, Ciro Flamarion (2000), “Introdução: uma opinião sobre as representações sociais”, em Ciro F. Cardoso e Jurandir Malerba (orgs.), *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*, Campinas, Papyrus, pp. 9-40.
- Caretti, S. (1974), *La rivoluzione russa e il socialismo italiano*, Pisa, Nistri Lischi Editori.
- Carr, Edward Hallet (1950-1978), *A History of Soviet Russia*, London, Macmillan.
- Carr, Edward Hallet (1966), *The Bolshevik revolution 1917-1923*, Middlesex, Penguin Books.
- Carr, Edward Hallet (1970), *1917: antes y después*, Barcelona, Anagrama.
- Carr, Edward Hallet (1977), *A Revolução Bolchevique, 1917-1923*, Porto, Afrontamento, 3 vols.
- Carr, Edward Hallet (1979), *The Russia Revolution from Lenin to Stalin, 1917-1919*, London, Macmillan.
- Carr, Matt (2003), “Cloaks, Daggers and Dynamite”, *History Today*, Vol. 53, Issue 9, September, pp. 46-57.
- Carrère D'Encausse, Hélène (1990), *Lénine: la révolution et le pouvoir*, Paris, Flammarion, col. Champs, 72.
- Carrère D'Encausse, Hélène (1993), *L'URSS de la Révolution à la mort de Staline: 1917-1953*, Paris, Éd. du Seuil.
- Carrère D'Encausse, Hélène (1996), *Nicolas II: la transition interrompue: une biographie politique*, Paris, Fayard.
- Carrère D'Encausse, Hélène (2000), *La Russie inachevée*, Paris, Fayard.
- Carrère D'Encausse, Hélène (2005), *L'empire d'Eurasie: une histoire de l'Empire russe de 1552 à nos jours*, Paris, Fayard.
- Carrère D'Encausse, Hélène (2008), *Alexandre II: le printemps de la Russie*, Paris, Fayard.
- Carrilho, Maria (1985), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Carroll, Edward M. (1965), *Soviet Communism and Western Opinion 1919-1921*, Chapel Hill, NC, North Carolina University Press.

- Carsten, F. L. (1972), *Revolution in Central Europe 1918-1919*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Carvalho, Alberto Arons (1973), *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova.
- Carvalho, Alberto Arons e A. Monteiro Cardoso (1971), *Da Liberdade de Imprensa*, Lisboa, Meridiano.
- Carvalho, Alberto Arons, A. Monteiro Cardoso e J. P. Figueiredo (2005) *Direito da Comunicação Social. O Regime Jurídico da Comunicação Social em Portugal*, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- Carvalho, Rómulo (1981), *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa.
- Castelli, Clara (1976), “Il socialismo italiano di fronte alla rivoluzione Russa”, *Critica storica*, (2), Anno XIII, 1/6/1976.
- Castro, Armando de (1973), *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Lisboa, Edições 70.
- Castro, Armando de (1985), “Para a História do Pensamento Marxista em Portugal”, em Armando Castro et al., *Marxismo no limiar do ano 2000*, Lisboa, Caminho.
- Castro, Armando de (1980), *O pensamento económico no Portugal moderno: de fins do século XVIII a começos do século XX*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura.
- Castronovo, V. (1995), *La stampa italiana dall'unità al fascismo*, Bari, Ed. Laterza.
- Cauchy, Pascal (dir.) (2008), *Dictionnaire de la Russie*, Paris, Larousse.
- Chartier, Roger (1989), “Le monde comme représentation”, *Annales*, vol. 44, 6, pp. 1505-1520.
- Chorão, Luís Bigotte (2005), “Liberdade de imprensa”: a censura prévia do capitão Azevedo: uma página de história da ditadura militar”, *Revista do CEJ*, Lisboa, CEJ, (2), 1º semestre, pp. 293-305.
- Chulos, Chris J. (2002), “Russia Abroad: The Ideological and Political Views of Russian Emigres in European Russian Newspapers between 1918 and 1940 by Julitta Suomela”, *The American Historical Review*, October, vol. 107, Issue 4, pp. 1287–1288.
- Clark, M. (1977), *Antonio Gramsci and the Revolution That Failed*, London, Yale University.
- Clementi, A. (1967), “La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier italien”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI, pp. 105-125.
- Clements, B. (1973), “Emancipation through communism: The ideology of A.M. Kollontai”, *Slavic Review*, (32/2), pp. 323-338.
- Colas, Dominique (org.) (1991), *Spécialistes, bureaucratie et administration dans l'empire russe et en URSS, 1880-1945 – actes du colloque, Paris, 17-19 mai 1990*, Paris, Ecole des hautes études en sciences sociales, col. Cahiers du monde russe et soviétique.
- Colas, Dominique (1991), *Réunit des communications présentées au colloque: La noblesse russe du XVIe au début du XIXe siècle: fonctions, identités, culture*, Paris, Ecole des hautes études en sciences sociales.
- Colas, Dominique (1993), *Noblesse, Etat et société en Russie, XVIe-début du XIXe siècle*, Paris, Ecole des hautes études en sciences sociales.
- Colas, Dominique (1997), *Les constitutions de l'URSS et de la Russie, 1905-1993*, Paris, Presses universitaires de France.
- Colloti, E. (1961), *Die Kommunistische Partei Deutschlands*, Milano, Feltrinelli.
- Comte, G. (1963), *La Révolution Russe par ses témoins*, Paris, La Table Ronde.
- Anon., “Comunismo em Portugal” (s.d.), *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, XII.

- Confino, Michael (1991), *Société et mentalités collectives en Russie sous l'Ancien Régime*, Paris, Institut d'études slaves.
- Consigliari, Carlos, Marília Abel e Horácio Reigado (1986), *Elementos para a História da 1ª República – A economia e a Acção de José Relvas*, Câmara Municipal de Alpiarça, Alpiarça.
- Conte, Francis (1989), *Christian Rakovski (1873-1941): A Political Biography*, New York, Boulder, East European Monographs.
- Conte, Francis (dir.) (1991), *Les grandes dates de la Russie et de l'URSS*, Paris, Larousse.
- Coquin, François-Xavier (1991), *Des pères du peuple au père des peuples: la Russie de 1825 à 1929*, Paris, SEDES.
- Coquin, François-Xavier (s.d.), *A Revolução Russa*, Lisboa, Edições 70.
- Cowden, H. (1984), *Russian Bolshevism and British Labour*, East European Monographs, New York, Columbia University Press.
- Anon. (2002), *A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República: Actas do Seminário realizado na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça (3 de Outubro de 2000)*, Moita, Câmara Municipal da Moita.
- Cruz, Manuel Braga da (1978), “As origens da democracia cristã e o salazarismo”, *Análise Social*, (54, abril-junho/55 julho-setembro).
- Cruz, Manuel Braga da (1980), *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa.
- Cruz, Manuel Braga da (1986), *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Cunha, Carlos Alberto (1992), *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power, 1921-1986*, New York, Garland.
- Cunha, Carlos Alberto (1996), “Quanto mais as coisas mudam... Os 75 anos do Partido Comunista Português”, *Análise Social*, (138).
- Cunha, Carlos Alberto (1996, 1997), “Cat and Mouse: Conducting Research in a Russian Archive”, *Portuguese Studies Review*, vol.2. inverno - primavera.
- Cunha, Carlos Alberto (2002a), “Comunismo”, em António Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. 7, pp. 387,388.
- Cunha, Carlos Alberto (2002b), “Partido Comunista Português”, em António Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. 9, pp. 24-29.
- Cunha, Carlos Alberto e João Freire (1992), *Anarquistas e Operários. Ideologia e práticas sociais: o Anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento.
- Damião, Ana Mafalda (2005), “Relações Portugal-Espanha durante a guerra civil (1936-1939)”, *Lusitana: história*, Lisboa, s.2, 2, pp. 205-233.
- Davidova, Natalia (1993), “Os últimos dias de Lenine”, *História*, 161, fevereiro.
- Davies, Norman ([1972] 2003), *White Eagle, Red Star: The Polish-Soviet War 1919-1920 and the 'Miracle on the Vistula'*, London, Pimlico.
- Depretto, Jean-Paul (1997), *Les ouvriers en URSS: 1928-1941*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- Desvois, J. M. (1977), *La prensa en España (1900-1931)*, Madrid, Siglo XXI.
- Deutscher, Isaac (1954), *The Prophet Armed: Trotsky 1879-1921*, Oxford, Oxford University Press.
- Deutscher, Isaac (1959), *The Prophet Unarmed, 1921-1929*, Oxford, Oxford University Press.
- Deutscher, Isaac (1963), *The Prophet Outcast, 1919-1940*, Oxford, Oxford University Press.

- Díaz del Moral, Juan (1985), *Las agitaciones campesinas del periodo bolchevista*, Sevilla, Biblioteca de la Cutura Andaluza.
- Dietrich, E. (1993), “The fear of revolution in rural Austria: the case of Tyrol”, em Chris Wrigley (ed), *Challenges of Labour: Central and Western Europe 1917-1920*, London and New York, Routledge, pp. 215-228.
- Dinis, Alfredo (1979), “Evolução do Marxismo em Portugal – 1850-1930” *Revista portuguesa de Filosofia*, Tomo XXXV, fasc. 1-2, pp. 13-170.
- Dinis, Alfredo e J. Forte (1991), “Marxismo em Portugal”, em *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa, Verbo, vol. 3, pp. 712-716.
- Donnini, Guido (1976), *Il 1917 di Russia nella stampa italiana*, Milano, A. Giuffrè, col. Istituto di storia moderna e contemporanea, Collana, Università di Pavia, 6.
- Dreyfus, François-Georges (2005), *Une histoire de la Russie: des origines à Vladimir Poutine*, Paris, de Fallois.
- Duclos, J. (1967), *Octobre 17 vu de France*, Paris, Editions Sociales.
- Dziewanowski, M. (1959), *The communist Party of Poland: An outline History*, Cambridge, Harvard University Press.
- Egan D. e M. Egan (1982), *V.I.Lenin: An Annotated Bibliography of english language sources to 1980*, New Jersey, Scarecrow Press.
- Ellenstein, Jean (1992), *D'une Russie à l'autre: vie et mort de l'URSS*, Paris, Messidor-Ed. Sociales.
- Fainsod, Merle (1965), *How Russia is Ruled*, Cambridge, Harvard University Press.
- Falcon, Francisco J. Calazans, (2000), “História e Representação”, em Ciro F. Cardoso e Jurandir Malerba (orgs.), *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*, Campinas, Papirus, pp. 41-80.
- Fay, V. (1967), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI.
- Felice, Renzo de (1963), “Ordine pubblico e orientamenti delle masse popolari italiane nella prima metà del 1917”, *Rivista storica del socialismo*, Settembre-Dicembre, pp. 480 e 488.
- Felice, Renzo de (1998), *Fascismo*, Milano, Luni.
- Fernandez Sébastian, Javier e Juan Francisco Fuentes (1997), *Historia del periodismo español*, Editorial Síntesis.
- Ferraz, José Manuel (1975), “O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República, 1910-26”, *Análise Social*, Lisboa, XI, (42/43), pp. 454-471.
- Ferreira, David (1965), “Greves”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, II, pp. 379-386.
- Ferreira, David (1968), “Democrático (Partido)”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, I.
- Ferreira, David (1968), “Evolucionista (Partido)”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, II.
- Ferreira, David (1968), “Republicano (Partido)”, “Unionista (Partido)”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, III.
- Ferreira, David (1968), “Seara Nova”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. III, pp. 587-595.
- Ferreira, David (1968), “Unionista (Partido)”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, III.

- Ferreira, José Medeiros (1992), *O comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Ferri, F. (1958), “La Rivoluzioni d'ottobre e le sue ripercussioni nel movimento operaio italiano”, *Società*, vol. 14, pp. 73-110.
- Ferro, Marc (1968), “Pourquoi février? Pourquoi octobre?”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 23 (1): 39, jan./ fev., 31,48.
- Ferro, Marc (1975), *A Revolução Russa de Outubro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Ferro, Marc (1980), *L'Occident devant la révolution soviétique: l'histoire et ses mythes*, Bruxelles, Éditions Complexe.
- Ferro, Marc ([1968] 1987), *La Grande Guerre, 1914-1918*, Paris, Gallimard.
- Ferro, Marc (1990), *Histoires de Russie et d'ailleurs: entretiens avec Jules Chancel et Jean-François Sabouret*, Paris, Balland.
- Ferro, Marc (1991), *Nicolas II*, Paris, Payot.
- Ferro, Marc ([1967] 1997), *La révolution de 1917: La chute du tsarisme et les origines d'Octobre*, Paris, Albin Michel.
- Ferro, Marc e Jean Ellenstein (1972), *La Révolution d'Octobre, L'Humanité en Marche*, Paris, Éd. du Burin.
- Ferro, Marc e Marie-Hélène Mandrillon (dir.) (2005), *Russie, peuples et civilisations*, Paris, La Découverte.
- Feuer, L. (1962), “American travelers to the Soviet Union 1917-1932: the formation of a component of New Deal ideology”, *American Quarterly*, (14), pp. 119-49.
- Figes, Orlando (1996), *A People's Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924*, London, Jonathan Cape.
- Filene, P. (1967), *Americans and The Soviet Experiment, 1917-1933*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- Filene, P. (1968), *American Views of Soviet Russia*, Homewood, Dorsey Press.
- Fiorin, José Luiz (1990), *Elementos de análise do discurso*, São Paulo, Contexto.
- Fischer-Galati, S., (1988), “The impact of the Russian Revolutions of 1917 on Romania”, em P. Pastor (ed.), *Revolutions and interventions in Hungary and Its Neighbour states, 1918-1919*, Boulder, CO, East European Monographs, pp. 293-299.
- Fitzlyon, Kyril e Tatiana Browning (2003), *Les Russes avant 1917: la Russie sous le dernier tsar*, Paris, Éd. Autrement.
- Fitzpatrick, Sheila ([1982] 1994), *The Russian Revolution*, Oxford, Oxford University Press.
- Foner, P. (1967), *The Bolshevik Revolution: Its Impact on American Radicals and Labour. A Documentary Study*, New York, International.
- Fonseca, Carlos da (s.d.), *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 4 vols.
- Fonseca, Carlos da (1975), *Integração e Ruptura Operária: Capitalismo; Associativismo, Socialismo (1836-1875)*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Forcadell, C. (1978), *Parlamentarismo y bolchevización. El movimiento obrero español 1914-1918*, Barcelona, Critica.
- Forno, M. (2003), *Fascismo e informazione. Ermanno Amicucci e la rivoluzione giornalistica incompiuta (1922-1945)*, Edizioni dell'Orso, Alessandria.

- Foucault, Michel (1992), *Microfísica do poder. 10*, Rio de Janeiro, Graal.
- Foucault, Michel (2005), *A arqueologia do saber*, Coimbra, Almedina.
- Frame, Murray (1995), *The Russian Revolution, 1905-1921: a bibliographic guide to works in English*, Westport Cn., Greenwood Press.
- Franco, Graça (1993), *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- França, José-Augusto (1992), *Os Anos Vinte em Portugal – estudos de factos sócio-culturais*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 14-60, 73-116, 211-237, 263-281, 301, 417-446.
- Fraser, Nancy (1992), “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”, em Craig Calhoun (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge (MA), MIT Press, pp. 109-142.
- Freire, João (1981), “A frustrada visita de Kropotkine a Portugal”, *História*, 30, pp. 65-69.
- Freire, João (1981), “A Sementeira do Arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII, pp. 767-826.
- Freire, João (1989), “As Juventudes Sindicalistas: Um Movimento Singular”, *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 4, novembro.
- Freire, João (1996), “Anarquismo”, em Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I.
- Furet, François (1999), *Fascismo e comunismo*, Lisboa, Gradiva.
- Furet, François (1999), *The Passing of an Illusion: Communism in the Twentieth Century*, Chicago, University of Chicago Press.
- Furler, B. (1987), *Augen-Schein. Deutschsprachige reportagen über Sowjetrussland 1917-1939*, Frankfurt/M., Athenäum.
- Gabriel, P. (1978), “La revolución d'Octubre i la CNT”, *l'Avenç*, vol. 9, pp. 59-61.
- Galdón López, G. (1994), *Perfil histórico de la documentación en la prensa de información general (1845-1984)*, Pamplona, Eunsa.
- Gallasch-Hall, Aline (2008), “Giovanni Carlo e Carlo Galli: a Família Bibien na Corte Lisboaeta e Russa no Século XVIII”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-Ante Portas*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Gambasin, A., “La rivoluzione Russa nella stampa Venete del 1917”, em Fernand l'Huillier (dir.), *L'opinion Publique Européenne Devant La Révolution Russe De 1917*, Paris, Sirey, 159-180.
- Gaucher, R. (1974), *Histoire secrète du Parti Communiste Français*, Paris, A. Michel.
- Gella, Tamara (2008), “Spain and Spaniards at the End of the XIX Century as Viewed by Russian Contemporaries: Social and Cultural aspects of Perception”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-Ante Portas*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Gentile, Emilio (2005), *The Origins of Fascist Ideology 1918-1925*, New York, Enigma Books.
- Gerschenkron, Alexandre (1998), *L'Europe dans le miroir russe*, Paris, Transition.
- Gervais-Francelle, Céline (org.) (1992), *Russes, Slaves et Soviétiques: pages d'histoire offertes à Roger Portal*, Paris, Institut d'études slaves: Publications de la Sorbonne.

- Geyer, D. (1976), “Sovjetrussland und die deutsche Arbeiterbewegung 1918-1932”, *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, vol. 24, (1), pp. 2-37.
- Giner, Salvador & Margaret Scotford Archer (eds.) (1971), *Contemporary Europe: class, status and power*, London, Weidenfeld and Nicholson, col. Studies on contemporary Europe.
- Girault, René e Marc Ferro (1991), *De la Russie à l'U.R.S.S.: l'histoire de la Russie de 1850 à nos jours*, Paris, Nathan.
- Glenny, M. e N. Stone (1990), *The Other Russia*, London, Faber and Faber.
- Godet, Martine (ed.) (1995), *De Russie et d'ailleurs: feux croisés sur l'histoire: pour Marc Ferro*, Paris, Institut d'études slaves.
- Gomes, Joaquim Cardoso (2006), *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Gomes, Mário de Azevedo, Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas (1945), “Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais”, *Revista do Centro de Estudos Económicos*, Lisboa, (1), pp. 21-23; (2), pp. 49-86.
- Gómez Aparicio, Pedro (1967-1981), *Historia del Periodismo español*, Editora Nacional, Madrid.
- Gonçalves, Adelaide e Jorge Silva (1999), *A Bibliografia Libertária. Um Século de Anarquismo em Língua Portuguesa*, São Paulo, Editora Imaginário.
- Gonçalves, José Júlio (1965), *Leis da Informação. Portugal: 1627-1965*, Braga, Pax.
- Gonçalves, José Júlio (1961), *Técnicas de Propaganda. Elites, Estados e Outros Estudos*, Lisboa, (s.n.).
- Gonçalves, José Júlio (1972), *Alguns Aspectos e Problemas da Evolução e Condicionamento da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Separata do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, (5).
- Gonçalves, Luís da Cunha (1936), *O Jornal e a Sua Vida Jurídica. Lições Proferidas em Outubro de 1936*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Gouldner, Alvin (1976), *The dialectic of ideology and technology: the origins, grammar and future of ideology*, New York, MacMillan.
- Graça Franco (1993), *A censura à imprensa (1820 -1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Grandi, Roberto (1995), *Texto y Contexto en los Medios de Comunicación: análisis de la información, publicidad, entretenimento y su consumo*, Barcelona, Casa Editorial Bosch.
- Graubard, S. R., *British Labour and the Russian Revolution 1917-1924*, Cambridge, Harvard University Press.
- Grayson, B. (1978), *The American Image of Russia, 1917-1977*, New York, Frederick Ungar Pub.
- Grierson, Philip (1943), *Books on Soviet Russia, 1917-1942; a bibliography and a guide to reading*, London, Methuen & Co..
- Grilo, Joaquim Francisco (1930), “Legislação social em Portugal”, *Boletim da Previdência Social*, (21, janeiro-dezembro), pp. 1-13.
- Gross, Jan ([1988] 2002), *Revolution from Abroad: The Soviet Conquest of Poland's Western Ukraine and Western Belorussia*, New Jersey, Princeton University Press.
- Grosset, Mark e Nicolas Werth (2007), *Les années Staline*, Paris, Chêne.
- Groth, Alexander J. (1971), *Comparative politics: a distributive approach*, New York, Macmillan.
- Guesde, Jules (1919), “Aos assalariados. A lei dos salários”, Lisboa, Empreza Editora Popular.

- Guinote, Paulo (*s.d.*), “A Revolução de Outubro (Novembro) de 1917 nos Jornais Portugueses: a Surpresa Anunciada”, Dissertação de Mestrado, policopiado.
- Guyomard, George (1927), *Le dictature militaire au Portugal*, Paris, Les Presses Universitaires de France.
- Habermas, Jürgen ([1962] 1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a category of Bourgeois Society*, Cambridge, Polity.
- Habermas, Jürgen *et al.* (1964), “The Public Sphere: An Encyclopedia Article”, *New German Critique*, (3), Autumn, pp. 49-55.
- Hautmann, H. (1993), “Vienna: A city in the years of radical change, 1917-1920”, em Chris Wrigley (ed.), *Challenges of Labour: Central and Western Europe 1917-1920*, London and New York, Routledge, pp. 87-104.
- Heller, Michel (1999), *Histoire de la Russie et de son empire*, Paris, Flammarion.
- Hitchins, K. (1968), “The Russian Revolution and the Rumanian Socialist Movement, 1917-1918”, *Slavic Review*, vol. 27, (2), pp. 268-289.
- Hobsbawm, Eric (1994), *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991*, London, Michael Joseph.
- Hochschild, Adam (1995), *The Unquiet Ghost: Russians Remember Stalin*, London, Serpents Tail.
- Horecky, Paul Louis (1965), *Russia and the Soviet Union; a bibliographic guide to Western-language publications*, Chicago, University of Chicago Press.
- Horsbrugh-Power, A. (1993), *Memories of revolution: Russian Women remember*, London/New York, Routledge.
- Hosking, Geoffrey (1993), *First Socialist Society: A History of the Soviet Union From Within*, Cambridge, Harvard University Press.
- Hughes, Michael (1997), *Inside the Enigma: British Officials in Russia, 1900-1939*, London, Hambledon Press.
- Hughes, Michael (2000), “The Virtues of Specialization: British and American Diplomatic Reporting on Russia”, *Diplomacy and Statecraft*, (11), Issue 2, pp. 105-136.
- l'Huillier, Fernand (1968), *L'opinion Publique Européenne Devant La Révolution Russe De 1917*, Paris, Sirey.
- Hurd, A. (1920), “The Great Siege: British Labour and Bolshevism”, *Fortnightly Review*, 108, pp. 211-215.
- Jay, Martin (1986), *Marxism and Totality: The Adventures of a Concept from Lukacs to Habermas*, Berkeley, University of California Press.
- Jefferson, C. (1969), “Communism and the french intellectuals”, *Comparative Studies in Societv and History*, vol. 11, pp. 241-257.
- Juliá, Santos (1999), *Un siglo de España: Política y Sociedad*, Madrid, Marcial Pons.
- Kelly, Catriona e Frederick C. Corney (2006), “Telling October: Memory and the Making of the Bolshevik Revolution”, *The Journal of Modern History*, vol. 78, September, Issue 3, pp. 780–781.
- Kendall, W. (1969), *The Revolutionary Movement in Britain 1900-1921*, London, Weidenfeld.
- Kenez, Peter ([1999] 2006), *A History of the Soviet Union from the Beginning to the End*, New York, Cambridge University Press.
- Kennan, George ([1956] 1989), *Russia leaves the War – Soviet-American Relations, 1917-1920*, New Jersey, Princeton University Press.

- Klein, F. (1968), “Bemerkungen zur Reaktion der herrshenden Klassen in Deutschland auf die russische Oktoberrevolution”, em Fernand L'huillier (dir.), *L'opinion Publique Européenne Devant La Révolution Russe De 1917*, Paris, Sirey, pp. 67-83.
- Klein-Gousseff, Catherine (dir.) (1993), *Moscou 1918-1941: de l'homme nouveau" au bonheur totalitaire*, Paris, Autrement.
- Koch, Stephen (1995), *La fin de l'innocence: les intellectuels d'Occident et la tentation stalinienne: trente ans de guerre secrète*, Paris, B. Grasset.
- Kochan, Lionel (1951), “The impact of Russia on the Weimar Republic”, *Cambridge Journal*, vol. 4, (11), pp. 679-687.
- Kochan, Lionel (1962), *A Formação da Rússia moderna*, Lisboa, Ulisseia.
- Koenen, G. e L. Kopelew (1998), *Deutschland und die Russische Revolution*, München, W. Fink Verlag.
- Kolakowski, Leszek ([1976,1978] 2005), *Main Currents of Marxism*, New York, Norton.
- Kondratieva, Tamara (2002), *Gouverner et nourrir: du pouvoir en Russie, XVIe-XXe siècles*, Paris, les Belles lettres.
- Kriegel, Annie (1964), *Aux origines du communisme français 1914-1920 Contribution à l'histoires du mouvement ouvrier français*, Paris, Mouton.
- Kriegel, Annie (1967), “L'opinion publique française et la Révolution Russe”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI, pp. 75-104.
- Kriegel, Annie (1968), “L'opinion publique française et la Révolution Russe”, em Fernand L'huillier (dir.), *L'opinion Publique Européenne Devant La Révolution Russe De 1917*, Paris, Sirey, pp. 85-113.
- Kukuchkin, I. M. (1974), “Principais etapas do movimento operário e democrático em Portugal no período da Monarquia e da República burguesa”, *Novaia i Noveishaia istoria*, 6.
- Kupferman, F. (1979), *Au pays des Soviets: Le voyage français en Union Soviétique 1917-1939*, Paris, Gallimard.
- Ladous, Régis (1990), *De l'Etat russe à l'Etat soviétique, 1825-1941*, Paris, SEDES.
- Lambert, Renée (1950), *Mouvements ouvriers et socialistes – l'Espagne (1750-1918)*, Paris, Éditions Ouvrières.
- Laran, Michel e Jean-Louis Van Regemorter (1991), *Russie-URSS: 1870-1984*, Paris, Milan, Barcelone [etc.], Masson.
- Laver, John (1994), *Lenin: Liberator or Oppressor?*, London, Hodder and Stoughton.
- Lawrence, John (2006), “The Transformation of British Public Politics After the First World War”, *Past and Present*, (190), pp. 186-216.
- Leal, Ernesto Castro (2008), “A Rússia Comunista Vista e Vivida por Portugueses (1917-1929)”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-Ante Portas*, Lisboa, Comparés – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Leclère, Yvan (2008), *L'hégémonie soviétique: histoire de l'URSS, 1917-1991*, Paris, Presses universitaires de France.
- Lemos, Mário Matos e (2006), *Jornais Diários Portugueses do Século XX*, Coimbra, Ariadne Editora/Ceis20.

- Lenczyc H. (1973), “Alexandra Kollontai: Essai bibliographique”, *Cahiers du monde russe et soviétique*, vol. 14, (1-2), pp. 205 - 241.
- Lenczyc, H. (1975), “Kollontai's Contribution to the workers' Opposition”, *Russian History*, vol. 2, 2, pp. 191-206.
- Lenczyc, H. (1979), *Bolshevik feminism: the life of Alexandra Kollontai*, Bloomington, Indiana University Press.
- Leonetti, Alfonso (1952), *Mouvements ouvriers et socialistes – l'Italie (des origines à 1922)*, Paris, Éditions Ouvrières.
- Lepre, A. (1967), “Bordiga e Gramsci di fronte alla guerra e alla Rivoluzione d'ottobre.”, *Critica marxista*, vols. 4-5, pp. 104-135.
- Lepre, A. (1971), *La formazione del partito comunista d'Italia*, Roma, Editori Riuniti.
- Lerner, Daniel (1976), *As elites revolucionárias*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Leroy-Beaulieu, Anatole (1991), *L'empire des tsars et les Russes*, Paris, R. Laffont.
- Levada, Youri (1993), *L'homme soviétique ordinaire: entre le passé et l'avenir: enquête*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Leventhal, F., (1987), “Seeing the future: British left wing Travellers to the soviet union, 1919-1932”, em J.M.W. Bean (ed.), *The Political Culture of Modern Britain: Studies in Memory of Stephen Koss*, London, Hamish Hamilton/New York, Columbia University Press, pp. 194-211.
- Lewin, Moshé (1985), *The Making of the Soviet Union*, London, Methuen & Co.
- Lewin, Moshé (2003), *Le siècle soviétique*, Paris, Fayard.
- L'huillier, Fernand (dir.), *L'opinion Publique Européenne Devant La Révolution Russe De 1917*, Paris, Sirey.
- Liebaers, Frans e J. Cornet (1926), *Quinze dias na Rússia Soviética*, Lisboa, A Internacional.
- Lima, João Campos (1925), *A Revolução em Portugal*, Lisboa, Spartacus.
- Lima, João Campos (1926), *A Teoria Libertária ou o Anarquismo*, Lisboa, Spartacus.
- Lima, João Campos ([1904] 1971), *Movimento Operário em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Lindemann, A. S. (1974), *The 'Red Years': European Socialism versus Bolshevism 1919-1921*, Berkely, CA, University of California Press.
- Linz, Juan J. (1976), “Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective”, em Walter Laqueur (ed.), *Fascism*, pp. 8-121.
- Linz, Juan J. (1978), *The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown and Reequilibration. An Introduction*, Baltimore, The John Hopkins University Press.
- Linz, Juan J. (2000), *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, Boulder, Lynne Rienner.
- Linz, Juan J. & Alfred Stepan (1996), *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Lockley, Antony (2003), “Propaganda and the First Cold War in North Russia, 1918-19”, *History Today*, vol. 53, Issue: 9, September, pp. 46-5.
- Lombardo, M. & F. Pignatelli (s.d.), *La stampa periodica in Italia*, Roma, Ed. Riuniti.
- Londres, Albert (1996), *Dans la Russie des soviets*, Paris, Arléa.
- Lopes, Adérito (1985), “Censura: da monarquia ao pós-25 de Abril”, *História*, (78), pp. 2-13.
- Lopes, Fernando Farelo (1980), “A rendição da cultura liberal”, *Análise Social*, (64), pp. 799-809.
- Lopes, Fernando Farelo (1994), *Poder político e Caciquismo na Iª República*, Lisboa, Ed. Estampa.

- Lovenstein, M. (1941), *American opinion of soviet russia*, (s.l.), Lovenstein Press/American Council On Public Affairs.
- Löwenthal, R. (1960), “The Bolshevisation of the Spartacus League”, (s.l., s.n.).
- Lucena, Manuel de (1968), *Portogallo la faccia dell' opposizione*, Milano, Gallo.
- Lucena, Manuel de (1976), *A evolução do sistema corporativo português – O salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, vol. I.
- Lytelton, Adrian (2002), *Liberal and Fascist Italy: 1900-1945*, Oxford University Press, Oxford.
- Macfarlane, L. J. (1966), *The British Communist Party: Its Origin and Development until 1929*, London, Macgibbon and Kee.
- Macfarlane, L. J. (1967), “Hands off Russia: British Labour and the Russo-Polish War, 1920”, *Past and Present*, vol. 38, December, pp. 126-152.
- Madeira, João (1996), *Os engenheiros de almas: o Partido Comunista e os intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Madureira, Arnaldo (1997), *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Maehl, W. (1959), “The Anti-Russian Tide in German Socialism”, *American Slavic and East European Review*, vol. 18, (4), pp. 187-196.
- Maehl, W. (1959), “The role of Russia in German Socialist Policy”, *International Review of Social History*, (4), pp. 177-198.
- Magalhães, José Calvet de (1990), *Breve história diplomática de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Malefakis, E. (1970), *Agrarian Reform and Peasant Revolution in Spain: Origins of the Civil War*, New Haven CT, Yale University Press.
- Maingueneau, Dominique (1993), *Novas tendências em análise do discurso*, Campinas, Ed. UniCamp.
- Malia, Martin (2003), *L'Occident et l'énigme russe : du cavalier de bronze au mausolée de Lénine*, Paris, Éd. du Seuil.
- Maltez, José Adelino (1993), *O imperial-comunismo: ensaio sobre alguns dos meandros de um paraíso que não houve em dois grandes estados continentais*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Mann, Michael (2004), *Fascists*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Marabini, Jean (s.d. [1989]), *A Rússia durante a revolução de Outubro*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Margarido, Alfredo (1975), *A introdução do marxismo em Portugal: 1850-1930*, Lisboa, Guimarães & Ca.
- Margarido, Alfredo (1977), “A introdução do marxismo em Portugal foi feita pelos anarquistas”, *Diário Popular*, 10 de fevereiro.
- Marklund, Carl, *Revolution By Proxy? The Russian Revolution in Swedish Press*, policopiado, Firenze, European University Institute.
- Marques, A. H. de Oliveira (1967, 1968, 1969), “Estudos sobre Portugal no século XX. Aspectos do poder executivo, 1900-1932”, *O Tempo e o Modo*, (47-48, 1967), (54-55, 1967), (62-63, 1968), (67, 1969) e (71-72, 1969).
- Marques, A. H. de Oliveira (1969), *Portugal no século XX. Problemas de história portuguesa, 1900-1930*, separata de *Ocidente*, vol. LXXVI.

- Marques, A. H. de Oliveira (1970), *A 1ª República Portuguesa, para uma visão estrutural*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Marques, A. H. de Oliveira (1975), *O General Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura, 1926-31*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Marques, A. H. de Oliveira (1976), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Marques, A. H. de Oliveira (1976), *A Unidade da Oposição à Ditadura 1928-1931*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Marques, A. H. de Oliveira (1981), *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Marques, A. H. de Oliveira (coord.) (1991), *Da Monarquia para a República. Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- Marques, A. H. de Oliveira ([1995] 2004), *Breve História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença.
- Marques, A. H. de Oliveira (s.d.), *Ensaio de história da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Marques, A. H. de Oliveira (dir.) (s.d.), *História da I República Portuguesa, as estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Marques, A. H. de Oliveira e Joel Serrão (dirs.) (1990), *Nova História de Portugal*, XI, Lisboa, Presença.
- Marques, A. H. de Oliveira e Joel Serrão (dirs.) (1991), *Nova História de Portugal*, XII, Lisboa, Presença.
- Martinez, Pedro Soares (1981), *Coordenadas da história diplomática de Portugal*, Lisboa, Acad. das Ciências, Memórias Acad. Ciências de Lisboa, Classe de Letras, (22), pp. 13-26.
- Martinez, Pedro Soares (1986), *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo.
- Martins, António Viana (1976), *Da I República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Martins, Hermínio (1969), “Portugal”, em Stuart Woolf (ed.), *European Fascism*, New York, pp. 302-336.
- Martins, Hermínio (1970), “The breakdown of the portuguese democratic republic”, comunicação apresentada no *Seventh World Congress of Sociology*, Varna.
- Martins, Hermínio (1971), “Portugal”, em Margaret Scotford Archer e Salvador Giner (eds.), *Contemporary Europe: class, status and power*, London, Routledge & Kegan Paul, pp. 60-89.
- Martins, Hermínio ([1998] 2006), *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, Jorge Carvalho (1982), “O 5 de Outubro na imprensa da época”, *Análise Social*, XVIII, (72, 73, 74), pp. 687-710.
- Mascarenhas, João Mário (coord.) (1997), *Movimento operário*, Lisboa, Museu República e Resistência.
- Masini, P. (1962), “Gli anarchici italiani e la rivoluzione russa”, *Rivista Storica del Socialismo*, (15-16), pp. 135-169.
- Matias, Maria Goretti (1987), “Inventário da imprensa patronal: 1850-1970”, *Análise Social*, XXIII, (99), pp. 1019-1044.

- Matthias, E., “Die Rückwirkungen der russischen Oktoberrevolution auf die deutsche Arbeiterbewegung”, em Fernand L'huillier (dir.), *L'opinion Publique Européenne Devant La Révolution Russe De 1917*, Paris, Sirey, 27,66.
- Maurín, Joaquin (1970), *Revolución y Contra-revolucion en España*, Paris, Ruedo Ibérico.
- Mawdsley, Evan (2005), *The Russian Civil War*, New York, Pegasus Books.
- McDermott, Kevin (1988), *The Czech Red Unions, 1918-1929: A study of their relations with the communist party and the Moscow Internationals*, Boulder CO, East European Monographs.
- Meaker, G. H. (1974), *The Revolutionary Left in Spain 1914-1923*, Stanford CA, Stanford University Press.
- Medeiros, Fernando (1976), “Classes sociales, État et développement économique - Portugal: 1917-1926”, *Análise Social*, Paris, tese de 3.º ciclo da Universidade de Paris V, defendida sob a direção do Prof. Pierre Vilar, vol. XII (2.º), (46), pp. 288-314.
- Medeiros, Fernando (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Medina, João (1984), *As Conferências do Casisno e o socialism em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Medina, João (1990), *Oh! a República!...! estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Inst. Nac. de Invest. Científica.
- Melo, Daniel (2004), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, José Marques de (1985), *Para uma leitura crítica da comunicação*, São Paulo, Edições Paulinas.
- Melo, José Marques de (2002), “Comunicação social: da leitura à leitura crítica”, em Zilberman, Regina e Ezequiel Theodoro da Silva (orgs.), *Leitura: Perspectivas Interdisciplinares*, São Paulo, Editora Ática, pp. 100 – 110.
- Melgounov, Sergueï (2004), *La terre rouge en Russie 1918-1924*, Paris, Éd. des Syrtes.
- Melograni, P., (1992), “Lenin, Italy and Fairy Tales 1919-1920”, em C. Wrigley (ed.), *Challenges of Labour: Central and Western Europe, 1917-1920*, London, Routledge, pp. 229-238.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (1996), *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Merridale, C., (1995), “The making of a moderate bolshevik: An introduction to L. B. Kamenev's Political Biography” (1995), em J. Cooper, M. Perrie and E.A. Rees (eds.), *Essays in honour of R.W. Davies*, London, Macmillan.
- Merz, K. (1995), *Das Schreckbild: Deutschland und der Boschewismus*, Berlin, Propyläen Verlag.
- Mesquita, António Pedro (2004), “A recepção do marxismo”, em Pedro Calafate (dir.) e Manuel Pedro Pimentel (coord.), *História do Pensamento Filosófico*, Lisboa, Caminho, vol. IV, tomo 2, pp. 406-430.
- Mesquita, António Pinto de (1937), *O comunismo e a plutocracia: duas chagas num só corpo*, (s.l., s.n., [Porto, Lit. Nacional]).
- Mesquita, Alberto Lemos de (1958), *A crise interna do comunismo*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos Sociais.
- Meyer, Alfred (1972), *Leninism*, New York, Praeger.
- Middlemas, Keith (1980), *Power and the Party. Changing Faces of Communism in Western Europe*, London, Andre Deutsch.

- Mikhalchenko, Sergey (2007), “The Historians of the Kiev University and Iberian Researches (End 19th – Beginning 20th Century)”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.), *Iberic and slavonic cultures: contact and comparison*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Mikhalchenko, Sergey (2008), “Myths and Knowledge about Portugal and Spain in Russian Public Opinion”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-Ante Portas*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Milner-Gulland, Robin e Nikolai Dejevsky (1992), *Rússia dos czares aos soviets*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Miranda, João (2000), *A ideia da Europa em Portugal na época de D. João V: comércio, diplomacia e visionarismo num projecto português de aliança com a Rússia de Pedro o Grande*, Lisboa, Universitárias Lusófonas.
- Mónica, Maria Filomena (1977), “Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39)”, *Análise Social*, XIII, (50).
- Mónica, Maria Filomena e Luís Salgado Matos (1981), “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”, *Análise Social*, XVII, (67-68-69), pp. 1013-1078.
- Mónica, Maria Filomena e Maria de Fátima Patriarca (1981), *O movimento operário em Portugal*, Lisboa, (s.n.).
- Mónica, Maria Filomena (1982), *A Formação da Classe Operária Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mónica, Maria Filomena (1983), “Poemas Operários”, *Estudos e Documentos*, (7), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Mónica, Maria Filomena (1985), *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Mónica, Maria Filomena (1986), *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Mónica, Maria Filomena (org.) (s.d.), *Almanaque de A Batalha*, Lisboa, Edições Rolim.
- Moore Junior, Barrington, (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Boston, Beacon Press.
- Morán, Daniel e Maria Aguirre (2006), “La prensa escrita como fuente para la reconstrucción de la historia”, *Praxis en la Historia. Revista del Taller de Estudios Histórico – Filosóficos*, Lima, UNMSM, (5, Diciembre), Año IV.
- Morgan, Ted (2004), *Reds: McCarthyism in Twentieth-Century America*, New York, Random House.
- Moser, Gerald M. (1965), “The campaign of *Seara Nova* and its impact on portuguese literature, 1921-1961”, *Luso-Brazilian Review*, II, (1), junho, pp. 15-42.
- Moura, Maria Lúcia de Brito (2004), *A Guerra Religiosa na Primeira República – crenças e mitos num tempo de utopias*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Murialdi, Paolo (1996), *Storia del giornalismo italiano*, Bologna, Mulino.
- Murialdi, Paolo (2000), *La stampa del regime fascista*, Bari, Ed. Laterza.
- Murray, R. (1955), *Red Scare: A Study in National Hysteria, 1919-1920*, New York, McGraw-Hill.
- Nagy, B. (1967), “La Révolution d'octobre et la République des conseils en Hongrie”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI,

- Nagy, Z. L. (1967), “Budapest and the Revolution of 1918-1919”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI,
- Nataf, André (1970), *Dictionnaire du Mouvement Ouvrier*, Paris, Éd. Universitaires.
- Nekrich, Aleksandr e Mikhail Heller (1986), *Utopia in Power: The history of the soviet union from 1917 to the Present*, New York, Summit Books.
- Nenni, P. (1946), *Storia di quattro anni*, Torino, Einaudi.
- Neubauer, Helmut (1958), *München und Moskau 1918/1919. Zur Geschichte der Rätebewegung in Bayern*, München, Isar Verlag.
- Neubauer, Helmut (org.) (1968), *Deutschland und die Russische Revolution*, Stuttgart, Kohlhammer.
- Neves, Mário (1979), “Uma portuguesa na morte de Puschkine”, *História*, (6, abril), pp. 16-28.
- Nivat, Georges (dir.) (2007), *Les sites de la mémoire russe. Tome I, Géographie de la mémoire russe*, Paris, Fayard.
- Nolte, Ernst (1987), *Der europäische Bürgerkrieg 1917-1945: Nationalsozialismus und Bolschewismus*, Frankfurt, Berlin Propyläen Verlag.
- Northedge, F. S. (1968), “1917-1919: The Implications for Britain”, *Journal Of Contemporary History*, vol. 3, 4, October, pp. 191-209.
- Northedge, F. S. e A. Wells (1982), *British and Soviet Communism: The Impact of a Revolution*, London, Macmillan.
- Nove, Alec (1992), *An Economic History of the USSR, 1917-1991*, London, Allen Lane/Penguin.
- Nóvoa, António et al. (1993), *Maurits De Vroede A imprensa de educação e ensino: repertório analítico : (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Inst. de Inovação Educacional.
- Nóvoa, António (2002), “A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português”, em Denice B. Catani e M. Helena C. Bastos, (orgs.), *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*, São Paulo, Escrituras, pp. 11-31.
- Nunes, Anabela (1989), *População activa portuguesa e actividade económica em Portugal, dos finais do século XIX à actualidade*, dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Economia, Instituto Superior de Economia, Lisboa, policopiado.
- Nunes, João Arsénio (1982), “Da Política ‘Classe contra Classe’ às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-35)”, em António Costa Pinto et al. (orgs.), *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Nunes, João Arsénio (1996), “Comunismo”, em Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Nunes, João Arsénio (1996), “La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais”, em Mikhail Narinsky e Rojahn Jürgen (ed.), *Centre and Periphery. The History of the Comintern in The Light of New Documents*, Amsterdam, International Institute of Social History.
- Nunes, João Arsénio (2000), “Portogallo”, em Aldo Agosti (dir.), *Enciclopedia della Sinistra Europea nel XX Secolo*, Roma, Editori Riuniti.
- O'Connor, T. (1983), *The politics of soviet culture: Anatole Lunacharski*, Ann Arbor, University of Michigan Research Press.
- O'Connor, T. (1992), *The engineer of revolution: L.B. Krasin and the bolsheviks, 1870-1926*, Boulder CO, Westview Press.
- Oliveira, César de (org.) (1971), *O congresso sindicalista de 1911*, Porto, Afrontamento.
- Oliveira, César de (1972), *O operariado e a república democrática (1910-1914)*, Porto, Afrontamento.

- Oliveira, César de (1973a), *A criação da União Operária Nacional: problemas e alternativas do Congresso operário de Tomar de 1914*, Porto, Afrontamento.
- Oliveira, César de (1973b), “A Revolução Russa na Imprensa Portuguesa da Época”, *Análise Social*, Lisboa, X, (40), pp. 790-811.
- Oliveira, César de (1973c), “Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905”, *Análise Social*, X (3º), (39), pp. 552-577.
- Oliveira, César de (1973), “Os Limites e a Ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18”, *Análise Social*, X, pp. 679-702.
- Oliveira, César de (1973), *O socialismo em Portugal: 1850-1900*, Porto, C. Oliveira (ed. de autor).
- Oliveira, César de ([1972] 1974), *O Operariado e a República Democrática*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Oliveira, César de (1974), *O socialismo em Portugal 1850-1900: Contribuição para o estudo da filosofia política do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*, Porto, Afrontamento.
- Oliveira, César de (1975), *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Oliveira, César de (1976), *A Revolução Russa e a Imprensa Portuguesa da Época*, Lisboa, Ed. Brasil.
- Oliveira, César de (s.d. [1983]), *O Movimento Sindical Português. A Primeira Cisão*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Oliveira, César de, (1990), *O Operariado e a 1ª República, 1910-1924*, Lisboa, Alfa.
- Oliveira, Luís da Cunha (1958), *Imprensa Clandestina em Coimbra. Apontamento Histórico*, Lisboa, Gráfica Boa Nova.
- Osorguina, Tatiana Alekseevna (1990), *L'Émigration russe en Europe. 1, 1855-1940: catalogue collectif des périodiques en langue russe*, Paris, Institut d'études slaves.
- Pabon, Jesus (1951), *A Revolução portuguesa*, Lisboa, Aster.
- Pais, José Machado (1983), *As “Forças Vivas” e a crise do regime liberal republicano*, policopiado.
- Pais, José Machado (1984), “Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana”, *Análise Social*, XX, (83), pp. 507-519
- Pastor, P. (1976), *Hungary between Wilson and Lenin: the Hungarian Revolution of 1918-19 and the Big Three*, Boulder CO, East European Quarterly.
- Pastor, P. (1988), *Revolutions and interventions in Hungary and Its Neighbour states, 1918-1919*, Boulder CO, East European Monographs.
- Pereira, Ana Paula de Brito (1983), “As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa”, *Análise Social*, XIX, (77-78-79), pp. 477-511.
- Pereira, António dos Santos (2002), *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República.
- Pereira, Bernardo Fletcher. (2002), “União Soviética, relações com” em António Barreto e Filomena Mónica (dirs.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. 9, pp. 555-558.
- Pereira, José Pacheco (s.d.), *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Pereira, José Pacheco (1971), *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*, Porto, J. P. Pereira (ed. de autor).
- Pereira, José Pacheco (1976), *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal – A Greve Geral de Novembro de 1918*, Porto, Nova Crítica.

- Pereira, José Pacheco (1981a), “Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a origem até 25 de Abril de 1974: Livros e Artigos publicados de 1974 a 1980”, *Análise Social*, (67-68-69), pp. 989-1011.
- Pereira, José Pacheco (1981b), “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, *Análise Social*, XVII, (67-68-69), pp. 695-713.
- Pereira, José Pacheco (1982a), “O primeiro ano de vida do partido Comunista Português: Dezembro de 1920 – Dezembro de 1921, Cronologia e Documentos”, *História*, 47, setembro.
- Pereira, José Pacheco (1982b), “Problemas do História do PCP”, em António Costa Pinto *et al.* (orgs.), *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Pereira, José Pacheco (1983), “O PCP na 1ª República: membros e direcção”, *Estudos sobre o comunismo, boletim de estudos interdisciplinares sobre o comunismo e os movimentos comunistas*, (1), novembro.
- Pereira, José Pacheco (1987), “O PCP: Um Partido do Passado Presente – Uma Interpretação”, *Revista de Ciência Política*, (5).
- Pereira, José Pacheco (1988), *El Partido Comunista Português y la izquierda Revolucionária*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- Pereira, Miriam Halpern (s.d.), *Política e Economia: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pereira, Miriam Halpern (1983), *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- Pereira, Miriam Halpern (1984), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Pérès, Rémi (2000), *Chronologie de la Russie au XXe siècle: histoire des faits économiques, politiques et sociaux*, Paris, Vuibert.
- Pethybridge, R. (1964), *Witnesses to The Russian Revolution*, New York, Citadel Press.
- Philippot, Robert (1991), *Les Zemstvos: société civile et Etat bureaucratique dans la Russie tsariste*, Paris, Institut d'études slaves.
- Philips, H. (1992), *Between Revolution and the West: A political Biography of Maxim Litvino*, Boulder, CO, Westview Press.
- Pinto, António Costa (1982), “A formação do integralismo lusitano 1907-17”, *Análise Social*, Lisboa, XVII, (72-73-74), pp. 1409-1419.
- Pinto, António Costa (1992a), “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o nacional sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, Lisboa, XXVII, (116-117), pp. 575-613.
- Pinto, António Costa (1992b), *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa.
- Pinto, António Costa (1994), *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal: 1914-1945*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Pinto, António Costa (1999-2000), “Portugal e os fascismos europeus”, *Janus*, Lisboa, pp. 76-77.
- Pinto, António Costa (2002), “Decisión política y elite ministerial en las dictaduras de la época del fascismo”, *Historia y política: ideas, procesos y movimientos sociales*, Madrid, (7), pp. 147-179.
- Pinto, António Costa (2002), “Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Lisboa, (26), pp. 161-186.

- Pinto, António Costa (2004), “A queda da 1ª República Portuguesa: uma interpretação”, em Manuel Baioa (ed.), *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, pp. 165-183.
- Pinto, António Costa “The 'Corporatist Revolution' of the Portuguese New State: an introduction”, em Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (org.), *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, pp. 1-7.
- Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (coords.) (2000), *A Primeira República Portuguesa: Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Colibri.
- Pinto, José Manuel Milhazes (2008), “Os Velhos: Uma família Portuense na Rússia (séc. XVIII-XX)”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-Ante Portas*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Pipes, Richard (1964), *The formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism 1917-1923*, London, Harvard University Press.
- Pipes, Richard (1974), *Russia under the Old Regime*, London, Weidenfeld and Nicolson.
- Pipes, Richard ([1990] 1993), *La Révolution russe*, Paris, Presses universitaires de France.
- Pipes, Richard (1994), *Communism: The Vanished Specter*, Oxford, Oxford University Press.
- Pipes, Richard (1994), *Russia under the Bolshevik Regime*, New York, Alfred Knopf.
- Pipes, Richard (1996), *A Concise History of the Russian Revolution*, New York, Vintage Books.
- Pires, João Granjo (1975), *Il movimento comunista portoghese tra il 1919 e il 1929*, (s.l., s.n.).
- Pita, António Pedro (1989), “A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)”, *Oficina do CES*, (12, julho), pp.1-96.
- Pita, António Pedro (1994), “O marxismo na constituição ideológica e política do Partido Comunista Português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (40, outubro), pp.89-108.
- Pitcher, Harvey (1994), *Witnesses of The Russian Revolution*, London, John Murray.
- Poliakov, Léon (1991), *L'épopée des vieux-croyants: une histoire de la Russie authentique*, Paris, Perrin.
- Pollard, John (1998), *The fascist experience in Italy*, London, Routledge, col. Routledge Sources in History.
- Portnikov, Vitaly (2012), “The Post-Soviet Collapse”, *New Eastern Europe*, V, (4, October-December), pp.59-62.
- Pugliese, G. (1920), *Il bolscevismo in Italia*, Firenze, Bemporad.
- Quine, Maria Sofia (2002), *Italy's social revolution: charity and welfare from liberalism to fascism*, London, Palgrave.
- Quintela, João (1975), “II Movimento Comunista Portoghese tra il 1919 e il 1929”, *Movimento Operário e Socialista*, (3, julho); (4, dezembro).
- Quintela, João G. P. (1976), *Para a História do Movimento Comunista em Portugal – I. A Construção do Partido (1º Período: 1919-1929)*, Porto, Afrontamento.
- Quintero, Alejandro Pizarroso (1994), *Historia de la prensa*, Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Quirós, Bernaldo, *El espartaquismo agrario andaluz*, Madrid, Turner.
- Racine, N. (1971), “Le Parti Socialiste (S.F.I.O) devant le bolchevisme et la Russie soviétique”, *Revue Française de Science Politique*, vol. 21, (2), pp. 281-315.

- Racine, N. e N. Bodin (1972), *Le parti Communiste Français pendant l'Entre-Deux-Guerres*, Paris, Armand Colin.
- Rafael, Gina e Manuela Santos (org.) (2001, 2002), *Revistas e jornais portugueses do século XIX*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 2 vols..
- Ramos, Rui (1988), “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”, *Análise Social*, XXIV, (103-104), pp. 1067-1145.
- Rampton, Vanessa (2008), “The Western Ideal in Russian Thought: The Case of Spain”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-Ante Portas*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Ransome, Arthur (1919), *Six weeks in Red Russia in 1919*, London, Allen & Unwin.
- Ransome, Arthur (1921), *The truth about Russia*, London, Allen & Unwin.
- Ravindranathan, T. R. (1989), “A non-bolshevik bolshevik: The Trials and Tribulations of Giacinto Menotti Serrati 1917-1921”, *Canadian Journal of History*, XXIV, Issue 1, pág. 16.
- Read, Anthony (2008), “Reds Under the Bed”, *History Today*, April, vol. 58, Issue: 4, pp. 50-52.
- Reis, Jaime (1993), *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Anon. (1999), “Relações entre Portugal e a Rússia: séculos XVIII a XX”, em *Instituto Diplomático [do] Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Instituto dos Arquivos Nacionais (org.), *Torre do Tombo*, Lisboa, M.N.E : I.A.N./T.T.
- Renouvin, Pierre (1968), “L'opinion publique et la guerre en 1917”, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, vol.15, (1), pp. 4-23.
- Revész, Lázsló (s.d.), [1975], *A imprensa Comunista e o avanço do PCP*,
- Rey, Marie-Pierre (1994), *De la Russie à l'Union soviétique: la construction de l'Empire*, Paris, Hachette.
- Rezola, Maria Inácia (1995), *Igreja, operários e corporativismo: problemas em torno da Questão social (1931-1948)*, policopiado.
- Riasanovsky V. (1993), *A History of Russia*, Oxford, Oxford University Press.
- Roberts, David (2006), *The totalitarian experiment in twentieth-century Europe: understanding the poverty of great politics*, New York, Routledge.
- Robrieux, P. (1980), *Histoire intérieure du Parti Communiste*, Paris, Fayard.
- Rocha, F. Canais & Maria Rosalina Labaredas (1982), *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo: Ocupação de Terras no Vale de Santiago*, Lisboa, Edições 1 de Outubro.
- Rocher, J. (1934), *Lénine et le mouvement zimmerwaldien en France*, Paris, Bureau d'Editions.
- Rodrigues, Edgar (1977), *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Rodrigues, Edgar (1980), *O Despertar Operário Em Portugal (1834-1911)*, Editora Sementeira.
- Rodrigues, Edgar (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos Em Portugal (1911-1922)*, Lisboa, Editora Sementeira.
- Rodrigues, Edgar (1981), *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura (1922-1939)*, Lisboa, Editora Sementeira.

- Rodrigues, Edgar (1982), *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, Lisboa, Editora Sementeira.
- Rodrigues, Francisco Martins (1974), *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, Lisboa.
- Rogger, Hans (1983), *Russia in the age of modernization and revolution, 1881-1917*, Longman Publishing Group.
- Romsics, I. (1992), “The Hungarian Peasantry and the Revolutions of 1918-1919”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI.
- Rosas, Fernando (1989), “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, (2, fevereiro), pp. 97-114.
- Rosas, Fernando (1994), “O Estado Novo (1926-1974)”, em José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores/Ed. Estampa, VII.
- Rosas, Fernando (2002), *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Rosmer, A. (1936), *Le mouvement ouvrier pendant la première guerre mondiale: de l'union sacrée à Zimmerwald*, Paris, Mouton.
- Rosmer, A. (1959), *Le mouvement ouvrier pendant la première guerre mondiale: de Zimmerwald à la révolution russe*, Paris, Mouton.
- Rosmer, A. (1971), *Moscou sous Lénine*, Paris, François Maspero.
- Sá, Victor de (1974), *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Sá, Victor de (1978), *Formação do Movimento Operário Português*, Coimbra, Centelha.
- Sá, Victor de (1981), *Evolução do Movimento Operário e do Sindicalismo em Portugal*, Porto, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal.
- Sá, Vítor de (1981), “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”, *Análise Social*, Lisboa, XVII, (67-68-69), pp. 839-860.
- Sá, Victor de (1981), *Raízes Históricas dos Princípios da CGTP-IN*, Lisboa, Edições 1 de Outubro.
- Sá, Victor de (1990), *Esquema histórico do movimento operário português*, separata de *Revista de História*, Porto, (s.n.), Centro de História da Universidade do Porto.
- Sá, Victor de (1991), *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical. 1836-1986*, Lisboa, Caminho.
- Sá, Victor de e Gaspar Martins Pereira (1990), *Do Porto ao Báltico, 1780 – Achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia*, Porto, (s.n.).
- Samara, Maria Alice (2002), *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Sánchez, Aranda e Barrera del Barrio (1992), *Historia del periodismo Español. Desde sus orígenes hasta 1975*, Pamplona, EUNSA.
- Santos, Fernando Piteira (1982), “Na transição do constitucionalismo monárquico para o constitucionalismo republicano: a crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano”, *Análise Social*, Lisboa, XVIII, (72-73-74), pp. 673-685.
- Schärf, J., (1967), “La Révolution d'Octobre et le Mouvement Ouvrier des pays balkaniques”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI.
- Schatzky, B. (1928), “La Révolution Russe de Février 1917 et les États-Unis d'Amérique”, *Le monde slave*, vol. 3, (8), pp. 353-376.

- Schuman, F. (1928), *American Policy Toward Russia Since 1917: A Study of Diplomatic History, International Law and Public Opinion*, New York, International Publishers.
- Schwartzman, Kathleen C. (1989), *The social origins of the democratic collapse. The first portuguese republic in the global economy*, Lawrence, University Press of Kansas.
- Schlesinger, Martin (1933), *O que é a Rússia com os bolchevistas*, Lisboa, Ed. República.
- Sebastian, M. C (1999), *La sociedad de la información: política, tecnología e industria de los contenidos*, Madrid, Centro de Estudios Ramón Arece, Universidad Carlos III.
- Seoane, Maria Cruz & Maria Dolores Sainz (1990), *Historia del periodismo en España*, Madrid, Alianza Editorial.
- Serge, Victor ([1951] 1963), *Memoirs of a revolutionist 1901-1941*, London/New York/Toronto, Oxford University Press.
- Serra, João B. e Luís Salgado de Matos (1982), “Intervenções militares na vida política”, *Análise Social*, I, (72-73-74), pp. 1165-1195.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1990), *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, XII, pp. 76-79.
- Serrão, Joel (1968), “Republicanismo”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, III, pp. 587-595.
- Serrão, Joel (1970), *Antologia do Pensamento Político Português: Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Porto, Inova.
- Serrão, Joel (1973), “Do sebastianismo ao republicanismo em Portugal”, em Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Serrão, Joel (1973), *Fontes da Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Serrão, Joel (org.) (1979), *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia de pensamento político português*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Serrão, Joel e A.H de Oliveira Marques (dirs.) e Fernando Rosas (coord.) (1990, 1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, XII, pp. 11, 25, 26; XI, pp. 355, 359, 389,390.
- Service, Robert (ed.), *Society and Politics in the Russian Revolution*, New York, Macmillan.
- Seton-watson, Hugh (1967), *The Russian empire, 1801-1917*, Oxford, Clarendon P..
- Sevillano Calero, Francisco (2003), “Consenso y violencia en el nuevo estado franquista: historia de las actitudes cotidianas”, *Historia Social*, Valencia, (46), pp. 159-171.
- Shadwell, A. (1921), *The Revolutionary Movement in Britain*, London, G. Richards.
- Shapiro, Leonard (1970), *The Communist party of the Soviet Union*, London, Eyre & Spottiswoode.
- Shelton, Richard L. (1997), *The Partido Comunista Português (PCP): the development of the communist party in Portugal, 1921-1976*, Ann Arbor, University Microfilms International.
- Shukman, Harold (2000), *A Revolução Russa*, Lisboa, Temas e Debates.
- Silva, Filipe Carreira da (2001), “Espaço público e democracia: o papel da esfera pública no pensamento político de Habermas”, *Análise Social*, XXXVI, (158-159), pp. 435-459.
- Silva, Joaquim Palminha da (1984), *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes*, Porto, Afrontamento.
- Sinova, Justino. (1988), *La censura de prensa durante el franquismo*, Madrid, Espasa-Calpe.
- Sinova, Justino. (2006), *La Prensa en la Segunda República española*, Barcelona, Debate.
- Skocpol, Theda (1979), *Estados e Revoluções Sociais: Análise Comparativa da França, Rússia e China*, Lisboa, Editorial Presença.
- Slice, Anthony van der (1941), *International Labor, Diplomacy and Peace, 1914-1919*, Philadelphia, University of Philadelphia Press.

- Smele, Jonathan (2003), *The Russian Revolution and Civil War: 1917-1921, An Annotated Bibliography*, London, Continuum.
- Soares, Magda Becker (2002), “As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto”, em Zilberman, Regina e Ezequiel Theodoro da Silva (orgs.), *LEITURA: Perspectivas Interdisciplinares*, São Paulo, Editora Ática, pp. 18-30.
- Sobreira, Rosa Maria (2003), *Os jornalistas portugueses, 1933-1974: uma profissão em construção*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Sobrinho, Alexandre Lima (1994), *Social revolutions in the modern world*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sobrinho, Alexandre Lima (1997), *O problema da imprensa*, Rio de Janeiro, EDUSP.
- Sokoloff, Georges (1993), *La puissance pauvre: une histoire de la Russie de 1815 à nos jours*, Paris, Fayard.
- Sorensen, Gert (2002), *International fascism: 1919-45*, London, Franck Cass.
- Sousa, José Manuel Motta e Lúcia Maria Mariano Veloso (1987), *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.
- Spriano, P. (1967), *Storia del Partito Comunista italiano: Da Bordiga a Gramsci*, Torino, Einaudi.
- Spriano, P. (1974), *L'Occupazione delle fabbriche*, Turin, Einaudi.
- Stanziani, Alessandro (1998), *L'économie en révolution: le cas russe, 1870-1930*, Paris, A. Michel.
- Steiner, E. (1967), “La Révolution d'octobre et l'austromarxisme”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI, pp. 173-194.
- Stolberg, B. (1925), “The Peter Pans of Communism: A Study of Bolshevism in America, 1919-1925”, *Century Magazine*, (110, June), pp. 219-227.
- Strakhovsky, L. (1961), *American Opinion About Russia, 1917-1920*, Toronto, Toronto University Press.
- Talmon, J. L. (1960), *Les origines de la démocratie totalitaire*, Paris, Camann-Levy.
- Teixeira, Nuno S. (1992), “A fome e a saudade. Os prisioneiros portugueses na Grande Guerra”, *Penélope*, pp. 91-114.
- Teixeira, Nuno S. (1996), *O poder e a guerra. Objectivos nacionais e estratégias políticas em Portugal, 1914-18*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Telo, António José (1978), *O Sidonismo e o Movimento Operário Português: Luta de Classes em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro.
- Telo, António José (1980), *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo, 2 vols.
- Telo, António José (1982), “As associações patronais e a queda da República”, em António Costa Pinto et al. (orgs.), *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.
- Telo, António José (1990), “A busca frustrada do desenvolvimento”, em António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo (1910-1926)*, Lisboa, Publicações Alfa, III.
- Tengarrinha, José Manuel ([1965] 1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Tengarrinha, José Manuel (1983), *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho.
- Tengarrinha, José Manuel (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Minerva.
- Tengarrinha, José, (1968), “Imprensa”, em Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, III, pp. 246-276.

- Ternon, Yves (1991), *Raspoutine, une tragédie russe: 1906-1916*, Bruxelles/Paris, Éd. Complexe.
- Terrón, J. (1981), *La prensa de España durante el régimen de Franco*, Madrid, C.I.S.
- Togliatti, Palmiro (2001), “Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci”, em G. Liguori (ed.), *Scritti su Gramsci*, Roma, Ed. Riuniti, pp. 213, 214.
- Torgal, Luís Filipe (2002), *As “Aparições” de Fátima, Imagens e Representações (1917-1939)*, Lisboa, Editora Temas e Debates.
- Torre Gomez, Hipólito de la (1980), *Na encruzilhada da Grande Guerra, 1913-1919*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Torres Ramírez, Isabel (2002), *Las fuentes de información. Metodología del Repertorio bibliográfico*, em José López Yepes (coord.), *Manual de Ciencias de la Documentación*, Madrid, Pirámide.
- Torricelli, Donati (1967), “La rivoluzione russa e i socialisti italiani nel 1917-1918”, *Studi storici*, (4), pp. 725-765.
- Torrey, G. (1995), “The Revolutionary Russian Army and Roumania, 1917”, *Carl Beck Papers in Russian and East European Studies*, (1103).
- Toynbee, Anthony (1967), *The impact of the Russian Revolution, 1917-1967: The influence of Bolshevism on the World Outside Russia*, London, Oxford University Press, Royal Institute of International Affairs.
- Travis, F. (1990), *George Kennan and The American-Russian Relationship, 1865-1924*, Athens OH, Ohio University Press.
- Tronti, Mario (1976), *Operários e Capital*, Porto, Afrontamento.
- Tucker, R. (1973), *Stalin as a Revolutionary 1879-1929*, New York, W. W. Norton & Co.
- Tucker, R. ([1977] 1999), *Stalinism: essays in historical interpretation*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Tucker, R. (1990), *Stalin in Power: The Revolution from above, 1928-1941*, New York, W. W. Norton & Co.
- Tusell, Javier, Emilio Gentile e Giuliana Di Febo (2004), *Fascismo y franquismo cara a cara: una perspectiva histórica*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- Tusell, Javier e Genoveva G. Queipo De Llano (1990), *Los intelectuales y la Republica*, Madrid, Nerea.
- Tych, F. (1968), “Le mouvement ouvrier polonais et la Révolution d'Octobre”, em V. Fay (org.), *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, Paris, EDI, pp. 127-157.
- Ulam, Adam (1965), *Lenin and the Bolsheviks*, Collins, the Fontana Library.
- Ulam, Adam (1973), *Stalin: The man and his era*, New York, The Viking Press.
- Ulam, Adam (1974), *Expansion and Coexistence: Soviet Foreign Policy 1917-1973*, New York, Praeger Publishers.
- Ulianóvski, R. (1977), *A revolução socialista de Outubro e o processo revolucionário nos países da ásia e da África: 1917-1977*, Moscovo, Novosti.
- Unger, H. (1996), *Zwischen Ideologie und Improvisation. Moritz Schlesinger und die Russland-Politik der SPD*, Frankfurt/Main, Peter Lang.
- Valente, Vasco Pulido (1972), “A República e as classes trabalhadoras, Outubro de 1910-Agosto de 1911”, *Análise Social*, Lisboa, IX, (34), pp. 293-316.
- Valente, Vasco Pulido (1975), “Crentes e conversosa República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911)”, *Análise Social*, Lisboa, XI, (41), pp. 17-30.

- Valente, Vasco Pulido (1976), *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Valente, Vasco Pulido (1976), “Moderados e radicais na I República: da conciliação ao terror, Outubro de 1910-Agosto de 1911”, *Análise Social*, Lisboa, XI, (42-43), pp. 232-265.
- Valente, Vasco Pulido (1977), “A Revolta dos Abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917”, *Economia*, I, (2, maio), pp. 187-218.
- Valente, Vasco Pulido (1992), “Revoluções: A República Velha”, *Análise Social*, XXVII, (115), pp. 7-63.
- Valls, J.J. (1988), *Prensa y burguesía en el XIX Español*, Barcelona, Anthropos.
- Van Allen, Robert (1988), *Russia looks at America: the view to 1917*, Washington, Library of Congress.
- Van Dijk, A. Teun (2000), “El discurso como interacción en la sociedad.”, em A. Teun Van Dijk, *El discurso como interacción social. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria*, Barcelona, Ed. Gedisa, II.
- Van Dijk, A. Teun (2005), *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Porto, Campo das Letras.
- Van Regemorter, Jean-Louis (1990), *D'une perestroïka à l'autre: l'évolution économique de la Russie de 1860 à nos jours*, Paris, SEDES.
- Ventura, António (1976b), *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, Lisboa, Ed. Seara Nova..
- Ventura, António (1977e), *Emílio Costa e o sindicalismo: da formação libertária à Casa Sindical*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Ventura, António (1977g), *O Sindicalismo no Alentejo: a “Tournée” de propaganda de 1912*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Ventura, António (1981a), “Os Primeiros contactos: Portugal e a Rússia Soviética”, *História*, (30, abril), pp. 40-49.
- Ventura, António (1981b), “Em 1928, sindicalistas portugueses no país dos soviets”, *História*, (33, junho), pp. 73-81.
- Ventura, António (1985), *Alexandre Vieira. Trinta Anos do Sindicalismo português*, Lisboa, Ed. 1 de Outubro.
- Ventura, António (1986), “Guerras e Antiguerristas. Análise retrospectiva de um conflito”, em João Medina (org.), *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 107-125.
- Ventura, António (1992), *Entre a república e a acracia: o pensamento e a acção de Emílio Costa: 1897-1914*, Lisboa, A. Ventura (ed. de autor).
- Ventura, António (2000a), “A Ideia de Ditadura do Proletariado em Portugal no início dos anos vinte”, separata de *CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, (5), pp. 113-126.
- Ventura, António (2000b), *Anarquistas, Republicanos e Socialistas: as convergências possíveis*, Lisboa, Cosmos.
- Ventura, António (2000c), “O Marxismo em Portugal no século XX”, em Pedro Calafate (dir.) e Manuel Pedro Pimentel (coord.), *História do Pensamento Filosófico*, Lisboa, Ed. Caminho, V (O Século XX), Tomo 2, pp. 195-220.
- Ventura, António (2008), “O Mito da União Soviética em Portugal”, em Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.) (no prelo), *Actas da 2ª Conferência Internacional de estudos Ibero-Eslavos – Intra Muros-*

- Ante Portas*, Lisboa, Compares – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, Instituto Camões, Universidade de Lisboa.
- Venturi, Franco (1969), *Roots of Revolution: A History of Populist and Socialist Movement in 19th century Russia*, London, Phoenix.
- Viana, J. M. Gonçalves (1975), *A Evolução Anarquista em Portugal*, Lisboa, Ed. Seara Nova.
- Victoroff-Toporoff, V. (1931), *Rossica et Sovietica*, bibliographie des ouvrages parus en français de 1917 à 1930 inclus relatifs à la Russie et à l'U.R.S.S., (s.l., [Paris]), Éditions documentaires et bibliographiques.
- Vidigal, Luís (1981), “Lenine e Portugal”, *História*, (38, dezembro), pp. 10-19.
- Vidigal, Luís (1986), “Gorki e Aquilino, arquetipos de intelectuais revolucionarios”, *História*, (90-91, abril-maio).
- Vilaça, Alberto (1997), *Para a história do PCP em Coimbra (1921-1946)*, Lisboa, Edições Avante.
- Villaseñor Rodríguez, Isabel (1999), “Los instrumentos para la recuperación de la información”, em Isabel Villaseñor Rodríguez, *Las fuentes de la información: estudios teóricos prácticos*, Madrid, Editorial Síntesis.
- Völgyes, Ivan (1970), “The hungarian Dictatorship of 1919: russian example versus hungarian reality”, *East European Quarterly*, (4, March), pp. 58-71.
- Völgyes, Ivan (1971), *Hungary in Revolution, 1918-1919*, University of Nebraska Press, Lincoln.
- Volkogonov, Dimitri (1995), *Le vrai Lénine: d'après les archives secrètes soviétiques*, Paris, Robert Laffont.
- Wandicz, Piotr (1969), *Soviet-Polish Relations 1917-1921*, Cambridge Ma, Harvard University Press.
- Wells, H. G. (1921), *Russia in the shadows*, London, Hodder.
- Wereszyk, H. (1968), “L'opinion publique en Pologne devant la chute du tsarisme”, *Revue de histoire moderne et contemporaine*, vol. 15, (1), pp. 24-38.
- Werth, Nicolas (1995), *Histoire de l'Union soviétique de Lénine à Staline: 1917-1953*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Werth, Nicolas (1995), *Histoire de l'Union soviétique de Khrouchtchev à Gorbatchev: 1953-1985*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Werth, Nicolas (1997), “Paradoxes et malentendus d'Octobre”, em Karel Bartosek *et al.*, *Le Livre noir du communisme*, Robert Laffont, pp. 49-51.
- Werth, Nicolas (2001), *Histoire de l'Union soviétique: de l'Empire russe à la Communauté des états indépendants, 1900-1991*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Wheaton, B. (1986), *Radical Socialism in Czechoslovakia: Bohumír Šmeral, the Czech Road to Socialism and the origins of the Czechoslovak Communist Party*, Boulder, East European Monographs.
- Wheeler, Douglas L. (1978), “A Primeira República portuguesa e a história”, *Análise Social*, Lisboa, XIV, (56), pp. 865-872.
- Wheeler, Douglas L. (1988), *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- White, Christine (1998), “Michael Hughes, Inside the Enigma: British Officials in Russia, 1900–1939”, *The Journal of Modern History*, vol. 71, (3, September).
- White, Stephen. (1979), *Britain and the Bolshevik Revolution: A Study in Politics of Diplomacy*, New York, Holmes & Meier Publishers.

- Wohl, R. (1966), *French Communism in the Making*, Stanford CA, Stanford University Press.
- Woolf, S. J. (coord.) (1978), *O fascismo na Europa*, Meridiano, Lisboa.
- Wrigley, C. (ed.) (1992), *Challenges of Labour: Central and Western Europe, 1917-1920*, London, Routledge.
- Wrigley, Chris (1992), “Revolutionary Berlin 1917-1920”, em Chris Wrigley, *Challenges of Labour: Central and Western Europe, 1917-1920*, London, Routledge.
- Yaroslavsky, Yemel Yan (1977), *O trabalho dos bolcheviques no exército antes da Revolução de Outubro*, Lisboa, Edições Pensamento e Acção.
- Zaleski, Eugene (1956), *Mouvements ouvriers et socialistes – la Russie*, (s.l.), Éditions Ouvrières.
- Zarusky, J. (1993), *Die deutschen SozialDemokraten und das sowjetische Modell: Ideologische Auseinandersetzung und aussenpolitische Konzeptionen*, München, R. Oldenbourg Verlag.
- Zwang, Annie e Philippe Zwang (2005), *De la Russie de Catherine II à la Russie d'aujourd'hui: 1762-début du XXIe siècle*, Paris, Ellipses.

ANEXO – Quadro de imprensa portuguesa

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
<i>ABC</i> Revista Portuguesa	1920-1936 Lisboa Semana.	Rocha Martins (Dir.)	Informação geral	A quando da sua publicação, em 1920, o <i>ABC</i> vem suprir a falta, em Portugal, de uma revista voltada para a informação geral e fá-lo, ainda, com uma independência e qualidade inusuais à época. Se a guerra transformara o jornalismo, só ligeiramente a imprensa nacional o refletia, podendo o <i>ABC</i> dizer-se avançado no seu tempo. Aqui, o grafismo inovador e as coloridas capas criativamente ilustradas por artistas da época, como Stuart Carvalhais ou Jorge Barradas, justificavam por si só a aquisição de uma revista em que igualmente se podia ler já bom jornalismo de investigação. Resulta, por exemplo, da iniciativa do <i>ABC</i> , ademais em colaboração com outras importantes folhas europeias, a reportagem do Repórter X na URSS. Muito naturalmente, o estabelecimento da Ditadura Militar e do Estado Novo vêm condicionar a sua atividade e conteúdos, acabando por perder parte da isenção e qualidade que o caracterizara e, assim também, muitos dos seus leitores.	BN-FP60 BGUC-RP-3-1A. 1, n. 1 (1924)-a. 2, n. 588 (1936) Biblioteca de Arte Gulbenkian PALL 249
<i>Avante!</i> Diário Operário da Tarde	1919 Lisboa Diário	Grupo de Propaganda Social Avante!	Republicano, Anarco-sindicalista	Publicado pela primeira vez a 20 de junho de 1919, “Como consequência do conflito existente entre os quadros tipográficos dos jornais de Lisboa e as respetivas empresas (...)”, o jornal acusa imediatamente a falta de papel que se faz sentir nesse verão, bem como as apreensões de alguns dos seus números, suspendendo logo em agosto. Este jornal, contudo, nada tinha ainda a ver aqueloutro que o PCP passa a publicar a partir de 1931, e com o qual só partilha o nome.	BN-J2985G BGUC-B-27-12-3 BPMP-VIII/3/112 BMC-Maço 139
<i>Bandeira Vermelha, A</i>	1919-1921 Lisboa Semana.	Federação Maximalista Portuguesa	Comunista e anarquista, órgão da Federação Maximalista Portuguesa	A criação de um órgão de propaganda e doutrinação estava já prevista nos estatutos da Federação Maximalista Portuguesa, que, pouco depois, passa a editar o <i>Bandeira Vermelha</i> . Este jornal, que nem seria o primeiro a fazer a defesa da Revolução Russa em Portugal, fora, no entanto, criado para esse fim. Destarte, reflete bem o “confusionismo” que grassa ainda entre os soviéticos portugueses, fortemente marcados por uma tradição de anarcossindicalismo, que não antagonizam ainda. À semelhança do que acontecera com a <i>Sementeira</i> , a demagogia republicana não lhe passa ao lado, pelo que o primeiro número é imediatamente confiscado e, cerca de um mês depois, suspensa a edição, encerradas as suas instalações e detida parte do seu pessoal; finalmente, em agosto de 1920, selada a sua tipografia, destruída a tiragem e detidos ainda os seus vendedores e distribuidores. O jornal vê-se assim compelido a encontrar um circuito alternativo de distribuição e de venda, desenvolvendo, à medida que também a sua importância e tiragens vão crescendo, uma rede clandestina própria – na realidade, é a FMP que não resiste à vaga opressiva republicana e cessa a sua atividade política pelo final daquele ano, cedendo lugar à criação do Partido Comunista Português. O <i>Bandeira Vermelha</i> subsiste ainda até junho de 1921, mas também ele acaba cedendo o seu espaço à já entrevista divisão do movimento social português, agora passada às folhas da <i>Batalha</i> e do <i>Comunista</i> .	BN-F. 5457 BPMP-VII-3-111
<i>Batalha, A</i> Diário da Manhã – Porta-Voz da Organização Operária Portuguesa	1919-1927 Lisboa Diário	Até 23.IX.1919: União Operária Nacional; Confederação Geral do Trabalho	Sindicalista, Órgão da CGT	A criação de um diário da organização operária fora proposta na Conferência Operária de Lisboa de 1917, mas tal só se efetiva cerca de dois anos mais tarde com o lançamento, a 23 de fevereiro de 1919, da <i>Batalha</i> . Porque tinha a pretensão de ser “[...] um jornal onde os espeznhados, a cujo número pertencemos, encontrem um defensor apaixonado e a classe dominante um adversário contumaz das prerrogativas de que goza ilegitimamente.” (23/2/19:1), a <i>Batalha</i> esteve sempre na mira dos governos republicanos, ora censurada, ora suspensa e amiúde visitada pelas forças policiais. Com uma orientação anarcossindicalista, o jornal é dos primeiros e dos poucos a defender a Revolução Russa, conquanto perpassasse logo pelas suas páginas uma crítica ao rumo que esta vai tomando; assim, e enquanto a CGT o permite, torna-se também num dos palcos das disputas ideológicas entre elementos anarquistas e comunistas – em outubro de 1923, passa mesmo a indicar a sua adesão à AIT. Tais disputas, o enfraquecimento da estrutura confederativa e a ditadura militar parecem determinar o fim da <i>Batalha</i> , que se publica pela última vez a 26 de maio de 1927.	BN-J2136G, J3881G, J3902M, J3881M, J1236G, J4307G BGUC-B-26-81 a 83 HML-J124A BPMP-XIII/1/21 BMC-A314

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
<i>Capital, A</i> Diário Republicano da Noite	1910-1938 Lisboa Diário	Manuel Guimarães	Republicano	Eminentemente noticioso, o jornal fora fundado pouco antes do fim da Monarquia, em julho de 1910, para propaganda republicana. A partir da implantação da República, é quase sempre à direita do seu espectro político que se coloca, revendo-se mesmo no consulado sidonista. Aquando do 28 de Maio, recebe o golpe com alguma desconfiança, que se acentua nos dias seguintes com o afastamento de Cabeçadas. Já visado pela censura, suspende definitivamente a 27 de agosto de 1926	BN-FP163 BGUC-B-59-CP20 a 22 HML-J127A BPMP-XIII/4/3 BMC-Maço 194 e Maço 4
<i>Combate, O</i> Diário Socialista da Manhã	1919-1920 Lisboa Diário	-	Republicano, Órgão do Partido Socialista Português	Publica-se pela primeira vez a 20 de abril de 1919, dando continuidade ao semanário do mesmo nome que se vinha publicando desde 1914, pretensamente orientado para um público operário mais formado. Como a <i>Batalha</i> , é um dos primeiros jornais a fazer a apologia da Revolução Russa. A sua publicação é sempre irregular, acabando por ser suspenso a 27 de maio de 1920 para sair, de novo como semanário, no ano seguinte.	BN-J2135G BGUC-B-19-71-5 BPMP-XIII/1/34
<i>Comunista, O</i> Órgão Central do Partido Comunista Português (S.P.I.C.); Órgão e propriedade do Partido Comunista (S.P.I.C.).	1921-1926 Lisboa Sem., Quinz., Mensár.	Grupo Editor O Comunista	Comunista, Órgão do Partido Comunista Português	Com a extinção da <i>Bandeira Vermelha</i> , o recém-criado Partido Comunista precisava de um novo órgão de imprensa por que perpassasse, e já com menores cedências face ao anarquismo, a sua propaganda e doutrinação. Assim, em outubro de 1921, sai o primeiro número do <i>Comunista</i> , com uma tiragem semanal, que em breve passaria a quinzenal e, já mais tarde, a mensal, e com a colaboração de nomes como José Carlos Rates, Manuel Ribeiro e Ferreira Quartel, entre outros. Apostado na propaganda e defesa da Revolução Russa, pode ainda, e enquanto a III Internacional não procura intransigentemente impor os seus princípios sobre as demais Internacionais e sobre as associações sindicais, gozar de uma relativa simpatia da própria Confederação Geral do Trabalho, atuando com a <i>Batalha</i> na crítica à demagogia republicana e na denúncia do avanço das forças conservadoras. Quando a Revolução Russa começa a cair em desencanto por os libertários e a atitude da internacional vermelha a mostrar-se demasiado hegemónica, ambos os jornais passam a veicular a luta ideológica que se vai travando, mormente ao nível das direções, dentro do movimento operário nacional. Este, definhando lentamente, acaba por sucumbir ante o golpe militar de 1926, levando consigo, primeiro, o <i>Comunista</i> e, cerca de um ano depois, a <i>Batalha</i> .	BN-F. 5456 BGUC-B-27-22
<i>Correio da Manhã</i>	1921-1928 Lisboa Diário	Empresa “Edição de Periódicos Lda.”	Órgão Oficioso da Causa Monárquica	Este jornal dá continuidade, tanto no nome, como na figura do seu diretor, Aníbal Andrade Soares, a um jornal que se publicara entre 1910 e 1911. A sua orientação, defendendo o regresso às instituições monárquicas, parece determinar sempre o grande controlo que sobre este jornal é exercido pelas autoridades republicanas, que, por mais de uma vez proíbem a sua publicação; bem como os ataques, mesmo à bomba, de que é vítima e também os permanentes conflitos da sua direção com o pessoal tipográfico. Como a <i>Época</i> , entrará igualmente em confronto como o <i>Novidades</i> , novo órgão de imprensa do episcopado nacional, que por essa altura afastara já a ideia de um retorno monárquico. Apesar do apoio à ditadura militar, em 1927, é destruído e suspenso por dois meses, no seguimento de uma circular que publica em defesa da causa monárquica, comprometendo a posição que alcançara no apoio dado ao movimento. Sai pela última vez como diário em agosto de 1928. Publicar-se-á até 1936, assinalando o defetismo monárquico no quadro da nova situação política.	BN-J2988g BGUC-B-31-99.A e sgs. HML-J132 a BPMP-XIII/1/48 BMC-A1704
<i>Dia, O</i>	1887-1927 Lisboa	Empresa do Jornal “O Dia”, até 17.VII.19; a partir de 15.I.20, Sociedade	Monárquico	Órgão do Partido Progressista nos últimos anos da monarquia, o <i>Dia</i> continuaria defendendo a causa de D. Manuel já na República, conhecendo, por isso, vários assaltos suspensões, uma delas a partir 19 de janeiro de 1919, com o fim do sidonismo, e que duraria cerca de três anos; outra, de cerca de um ano; outra, por se recusar a aceder às solicitações do seu pessoal tipográfico, e entre agosto de 1923 e fevereiro de 1924. No	BN-J4298G, J3866G, J736 10A, J2102G e J2137G BGUC-B-13-53 a

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
	Diário	Nacional de Publicações		final deste ano suspende novamente, saindo anualmente só para garantir a propriedade do título.	57 HML-J137A BPMP-B/D/193 BMC-Maço 39 e 196
<i>Diário de Lisboa</i>	1921-1990 Lisboa Diário	Joaquim Manso, até 2.XI.21; Renascença Gráfica	Republicano	Da iniciativa do banqueiro António Vieira Pinto, do Banco Pinto e Sottomayor, sai pela primeira vez a 7 de abril de 1921, apresentando, desde logo, um grafismo e qualidade excepcionais, bem como um invejável conjunto de colaboradores. Conquanto se diga independente, associa-se muitas vezes à direita republicana nas críticas ao partido do governo e nos apelos à reconversão do Estado – acaba mesmo suspenso em 1925, na sequência do movimento de 18 de Abril, acusado de apelar à sedição. Não surpreenderá, portanto, que em 1926, torne a aparecer ao lado dos revoltosos.	BN-J4349M BGUC-B-14-1/60 HML-J38V BPMP-P/C/901 BMC-A1749
<i>Diário de Notícias</i>	-1864 Lisboa Diário	Coelhos, Cunha & Ca., até 31.V.19; Empresa do Diário de Notícias	Informação Geral	Nome sonante da imprensa portuguesa e um dos mais velhos jornais em publicação no período aqui em estudo (fundado em 1864), o <i>Diário de Notícias</i> não deixa de acusar, durante a Guerra, a carestia de papel e os prejuízos que isso acarreta para um jornal que vive essencialmente de publicidade – não deixam de lhe afluir, contudo, notícias sobre o conflito, obrigando, muitas vezes, à publicação de suplementos. É mesmo o primeiro jornal a referir-se e a tratar da Revolução de Outubro. Entre 1919 e 1921, o jornal conhece duas greves do seu pessoal gráfico, suspendendo-se a publicação – no entanto, 1921 conhecerá, em Paris, o lançamento da edição associada <i>Paris-Notícias</i> , que terminará dois anos mais tarde, a despeito da abertura, em 1925, de uma sucursal do <i>Diário de Notícias</i> naquela cidade. Ainda em 1924, a direção do jornal conhece algumas importantes transformações, com a substituição de Augusto de Castro por Eduardo Schwalbach. Conservador mas independente, mostrar-se-á sempre desconfiado para com o 28 de Maio, vindo mesmo a dar o seu apoio aos revoltosos de fevereiro de 1927, razões mais do que suficientes para que sobre si incidia insistentemente a ação da censura.	BN-F57011 BGUC-B-23-1 a 24 e sgs. HML-J104A BPMP-P/D/144 BMC-A1309
<i>Diário do Minho</i>	-1919 Braga Diário	Joaquim António Pereira Vilela, até 5.IV.21; até 14.VII.29, propriedade de “Minho Gráfico”	Católico, Órgão da Arquidiocese de Braga	Este jornal surge em 1919, ocupando o lugar do <i>Echos do Minho</i> , suspenso no seguimento da intentona monárquica de 1919, e do qual, contudo, procurará desde logo distinguir-se, acentuando o seu timbre regionalista – preocupação reiterada, aliás, em 1921, aquando da sua aquisição pela “Minho Gráfico”, conquanto se torne no órgão da Arquidiocese de Braga. Suspende entre abril e maio de 1923 por greve do quadro tipográfico e novamente em agosto, desta vez até março de 1924, para reorganização. No 28 de Maio, coloca-se ao lado dos revoltosos.	BN-J4135G BGUC-B-9.1 a 22 e B-10A73 e sgs. HMLJ143A- BPMP-P/D/100 BMC-A883
<i>Diário Nacional</i>	1916-1919 Lisboa Diário	Empresa de Jornais e Publicações, Lda.	Órgão da Causa Monárquica	O primeiro número sai a 15 de agosto de 1916 e pretendia ser o órgão de imprensa de D. Manuel II, cuja causa, segundo explica, não se achava representada. Como quase todos os jornais da altura, publica-se frequentemente com um número irregular de páginas e não poucos espaços em branco devido à ação da Censura. Suspende-se no início de 1919, passando a publicar-se anualmente apenas para garantir o título.	BN-J4130G,J2137 BGUC-B-35-65 BPMP-P/D/163
<i>Echos do Minho</i>	1911-1919 Braga Diário	Joaquim, António Pereira Vilela	Católico, Regionalista, Sidonista, Monárquico	Criado já em período republicano, este jornal, fazendo por assinalar o seu pendor regionalista, mostrar-se-á sempre abertamente católico e até sidonista e monárquico na sua última fase, em que cede o seu apoio à Junta Monárquica do Norte, acabando, depois, por ser compelido à suspensão. Como a demais imprensa, reflete igualmente os problemas criados pela guerra, alterando várias vezes o seu formato.	BN-J2106G BGUC-B-9-47 e 48 BPMP-P/D/80

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
<i>Época, A</i>	1919-1927 Lisboa Diário	Empresa de “A Época”	Monárquico, Católico, Sidonista	A publicação deste jornal em março de 1919 dava, na realidade, seguimento ao jornal <i>A Ordem</i> , suspensa pouco antes, também no seguimento da revolta monárquica. Sempre conservador, logo na primeira edição dizia-se defensor da “[...] religião, família, propriedade, sentimento patriótico, união de classes, expansão colonial, liberdades públicas em coexistência com o poder estável e respeitado.” – ao longo dos anos seguintes continuará a invocar a memória de Sidónio Pais, celebrando algumas datas e factos do seu consulado. Entre junho e julho de 1919 suspende, como quase toda a imprensa, a publicação, em resultado da greve tipográfica. A partir de 1920 manterá não poucas polémicas com o órgão de imprensa do Centro Católico Português – <i>A União</i> – e, já em 1923, com o <i>Novidades</i> , que surge então como órgão da Conferência Episcopal Portuguesa – em causa está a questão do regime, então já aparentemente ultrapassada pelo episcopado. A <i>Época</i> persistia, entenda-se, monárquica; ideal de que só abdica em 1927, assumindo então que a sua ação possa ser nociva à da Igreja. Não estranhará, portanto que o jornal acabe suspenso, como o <i>Século</i> e o <i>Diário de Lisboa</i> , pelas autoridades republicanas no seguimento do movimento militar de 18 de Abril de 1925, reaparecendo só em maio. Aquando do 28 de Maio de 1926 é possível reconhecer o papel que a <i>Época</i> e alguns dos seus elementos têm na preparação e defesa do movimento.	BN-J2138G BGUC-B-19-1/4 HML-J370A BPMP-P/D/143 BMC-A1927
<i>Jornal do Comércio</i>	1853-1976 Lisboa Diário	Empresa do Jornal do Comércio e das Colónias	Republicano, aderiu ao Estado Novo	Criado em 1853 com o propósito de informar sobre as transações e movimentos comerciais, o <i>Jornal do Comércio</i> nunca logrou alcançar a independência de que sempre se arrogou, provando ser, para cada regime, um jornal da situação, conquanto preponderantemente conservador. Entre os conturbados anos de 1917 e 1921, assinala os mesmos problemas da demais imprensa. Talvez pelo mesmo sentido de classe que subjaz à criação da União do Interesses Económicos e à aquisição do <i>Século</i> por esta, começa, logo a partir de 1923, a dar sinais de descontentamento para com a situação política, tornando-se permeável à crítica de alguns seus detratores mais conservadores. É pois, com a mesma parcimónia com que recebera anos antes a República, que este jornal recebe o Estado Novo.	BN-FP150 BGUC-B-11 A-24 HML-J105A BPMP-P/D/188 BMC-A1729
<i>Liberal, O</i> Jornal Monárquico Tradicionalista	1916-1919 Lisboa Diário	Empresa de “O Liberal”	Monárquico tradicionalista	Este jornal pretende dar continuidade àqueloutro, do mesmo nome, que se publicara entre 1902 e 1911, e a sua publicação inicia-se em novembro de 1916. Não serão poucos os ataques que lhe movem as autoridades republicanas: em novembro de 1917 é suspenso, para reaparecer na sequência do movimento sidonista; é definitivamente suspenso em janeiro de 1919, aquando da revolução monárquica. Este jornal não deve ser confundido com a publicação homónima, mas republicana, publicada supostamente entre 1918 e 1921. Outro jornal monárquico, de semelhante título – <i>Liberal</i> – tem um único número publicado já em 1922.	BN-J2980G, J1437A, J823A, J2137G BGUC-B-59-A BPMP-XIII/3/25
<i>Lucta, A</i>	1906-1923 Lisboa Diário	José Barbosa e C ^a ., até 14.XII.18; Empresa mandatária do jornal A Lucta, entre 30.IV.19 3.X.19 ; Empresa do jornal A Lucta SARL 29.IX.20; A Lucta, SARL	Republicano, filiado no Partido republicano Liberal	Republicano desde a sua formação, em 1906, a <i>Lucta</i> torna-se, a partir de 1912, órgão de imprensa da União Republicana e, aquando da adesão desta ao Partido Republicano Liberal, em 1919, também órgão deste. Entretanto, a associação de muitos elementos da União Republicana ao sidonismo levava à suspensão do jornal entre dezembro de 1918 e abril de 1919; o jornal suspende novamente em 1921, aquando da greve tipográfica, e entre novembro de 1922 e maio de 1923, invocando problemas financeiros; a partir de então publica-se esporadicamente para preservar o título.	BN-F5702 BGUC-B-13-45/50 HML-J164A BPMP-XIII/3/35 BMC-Maço 381
<i>Manhã, A</i> Diário Republicano	1917-1922 Lisboa	Empresa Nacional de Publicidade, até 15.XII.18; Sociedade	Republicano	A sua publicação inicia-se em 1917, beneficiando da transferência para o jornal de grande parte dos antigos redatores do <i>Mundo</i> , entre os quais Mayer Garção. Conhecerá sempre problemas na aquisição do papel e com os quadros tipográficos, saindo irregularmente e em formato não menos irregular. Ademais, várias	BN-J4132G BGUC-B10-45/60n HML-J163A

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
(no cabeçalho, até 15/12/19: Fundado pelos antigos redatores de O Mundo)	Diário	editora de A Manhã, Lda., até 29.II.19; Sociedade Editora Manhã-Vitória		vezes é assaltado e suspende durante o sidonismo. A partir de 1919 passa a integrar a mesma empresa editora do <i>Vitória</i> . Sempre sem avultados recursos económicos, suspende entre e janeiro e julho aquando da greve tipográfica de 1921; a 21 de outubro, suspende novamente por ocasião do assassinato de Maia, Granjo e Machado dos Santos. Em junho de 1922 funde-se com o <i>Mundo</i> .	BPMP-XIII/3/40 BMC-Mc3
<i>Monarchia, A</i> Diário Integralista da Tarde	1917-1922 Lisboa Diário	Sociedade Integralista Editora	Monárquico Integralista	Sai pela primeira vez em fevereiro de 1917, sucedendo à revista Nação Portuguesa, agregando alguns dos mais conhecidos nomes do Integralismo Lusitano. Sem nunca abandonar a questão de regime, saúda, em 1918, a revolução sidonista. Neste ano, suspende a partir de outubro e só volta em dezembro, no estertor do consulado. Associando-se à revolução monárquica de 1919, é forçado a nova suspensão logo em janeiro, para voltar cerca de meio ano depois, comunicando o exílio e prisão de boa parte dos seus colaboradores. Já em 1922, a celebração do Pacto de Paris, divide as hostes integralistas e o jornal é finalmente suspenso, publicando-se esporadicamente por mais um ano apenas para garantir o título.	BN-J4131G, J2137G BGUC-B-38-59 BPMP-XIII/3/46 BMC-Maço 32
<i>Montanha, A</i> Diário do Partido Republicano Português (de 30/4/12 a 17/10/17); Diário Republicano da Manhã (até 19/9/20); depois, Diário Republicano	1911-1936 Porto Diário	Empresa de A Montanha	Republicano, Órgão do Partido Republicano	Enquanto órgão de imprensa do PRP no Porto, a <i>Montanha</i> é um dos mais importantes jornais republicanos, a par do <i>Mundo</i> , publicando-se logo a partir de 1911. O jornal será sempre um alvo dileto dos monárquicos e outros detratores do regime do norte, sendo suspenso na sequência do golpe sidonista, com o encarceramento do seu diretor, e novamente aquando da revolução monárquica de 1919. O jornal terá, a partir de então, algumas dificuldades de recuperação, mas subsiste ainda para servir às disputas dos <i>bonzos</i> e <i>canhotos</i> nortenhos. Dificuldades várias, a que seguramente não será alheio o apoio dado pelo jornal à Revolta de Fevereiro de 1927, impõem, e até 1929, a suspensão. Volta, com publicação irregular, para durar até 1936.	BN-J1245G BGUC-B-6-1/8 HML-J113A BPMP-IX/3/122 BMC-A2105
<i>Mundo, O</i>	1900-1927 Lisboa Diário	António França Borges, Herdeiros, entre 19.II.15 e 27.IX.17; Sociedade Editora “O Mundo”	Republicano e anticlerical; depois da proclamação da República passa a órgão do Partido Democrático; a partir de 22 defende a política de esquerda democrática do PRP	Um jornal que reúne nomes como França Borges, Mayer Garção ou Urbano Rodrigues não pode deixar de um dos maiores panfletários do republicanismo português desde que se forma, em 1900, e durante toda a sua existência. Assim, não surpreende que às dificuldades que o jornal experimenta, entre 1917 e 1919, pela restrição e carestia de papel, se juntem igualmente vários assaltos às suas instalações na vigência sidonista. Deste período emerge com várias promessas de uma renovação gráfica que nunca se efetiva, acabando por interromper até por mais que uma vez a publicação. Como o <i>Montanha</i> , é partícipe maior da cisão do Partido Republicano, filiando-se na Esquerda Democrática. Não surpreende pois que saúda o movimento do 28 de Maio no ataque que tal representava contra o governo de António Maria da Silva, que ainda o chega a suspender. O jornal volta a publicar-se, mas suspende em menos de um ano, na sequência da Revolta de Fevereiro.	BN-F2657 BGUC-B-16-64/72 HML-J166A BPMP-P/D/195
<i>Nação, A</i>	1847-1917 Lisboa	Grémio Português (Legitimista)	Monárquico, legitimista	No período em estudo, este jornal não apresenta uma grande atividade, posto que suspende em abril de 1917, cedendo lugar a outro jornal legitimista, o <i>Universo</i> , que durará apenas três meses. Distingue-se, porém, enquanto órgão defensor da causa de D. Miguel II, que acaba por receber o apoio dos integralistas e dos seus órgãos de imprensa.	BN-FP166 BGUC-B-9-25/44 HML-J807V BPMP-VII/4/1

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
	Diário				
<i>Nação Portuguesa, A (2ª e 3ª séries)</i> Revista de Cultura nacionalista,	1922-1925 Lisboa Mensár.	Sociedade Integralista Editora; a partir do nº 3 da 3ª série aparece José Fernandes Júnior	Integralista, órgão do Integralismo Lusitano	Órgão do integralismo lusitano, este jornal bate-se pela restauração de uma ordem monárquica e católica, recebendo a colaboração de distintas figuras dos meios conservadores nacionais e mesmo estrangeiros de então. De facto, só isto ou o seu elitismo parecem justificar que, invetivando duramente contra o regime republicano, tendo muitos dos seus membros participado até no golpe monárquico de 1919, continue a sair, aparentemente alheio à atenção da censura e das autoridades. Para além da irregularidade no cumprimento da sua edição mensal, a revista tem ainda períodos de suspensão de que ressurgiu sempre com assinaladas mudanças administrativas, falando-se, portanto, de diferentes séries – cerca de seis entre 1914 e 1938. Com a subalternização da questão do regime e com o desaparecimento ou integração dos seus colaboradores no Estado Novo, a revista acaba por cessar.	BNP - J. 5001 B. BPMP-F. 3557-3582 Univ. Católica Port. - Bibl. João Paulo II-05:329 690-NP, SARD-5052
<i>Norte, O</i> Diário Republicano da Manhã	1918-1920 Porto Diário	Empresa de Propaganda e Publicidade “Norte”	Republicano, adversário de Sidónio Pais	À criação deste diário portuense subjaz clara e essencialmente a intenção de atentar contra o consulado sidonista, acabando, depois de não poucas querelas, por suspender em setembro de 1918, para só reaparecer, e também por poucos dias, em abril do ano seguinte, dando de imediato lugar à II série.	BN-J2319G BGUC-B-19-59-2 BPMP-IX/4/12
<i>Norte, O</i> Diário Republicano da Tarde (II série)	1920-1921 Porto Diário	Nova Empresa de Publicidade e Propaganda Republicana Norte	Republicano	A II série do jornal não terá uma vida mais longa que a I, de que mantém, no essencial, a mesma linha ideológica. O primeiro número sai no princípio de dezembro de 1920 e o último a 28 de Maio de 1921.	BN-J2319G BGUC-B-19-59-2 BPMP-IX/4/12
<i>Norte, O</i> Porto Diário	1922-1936 Porto Diário	Empresa de O Primeiro de Janeiro	Generalista	A razão por que não se designa por II série esta edição de <i>O Norte</i> deverá ser a tentativa de inaugurar uma orientação mais generalista para este jornal e, portanto, menos votada à ação política que até aí o caracterizara. No entanto, partilha inúmeros colaboradores com as séries anteriores.	BN-J4266G
<i>Notícias d'Évora</i> Diário da Manhã, (entre 21/2/15 e 7/8/32)	1900-1992 Évora Diário	Carlos Maria Pinto Pedrosa	Apolítico durante a República Parlamentar, aplaude o Sidonismo e a Ditadura Militar e o Estado Novo	Conquanto não evidencie qualquer posição política durante a República, só por volta de 1915 e na sequência de um assalto às suas instalações, que são destruídas, corta verdadeiramente com a orientação monárquica que subjazera à sua criação, ainda em 1900. Continuará alinhando, contudo, com as posições mais conservadoras de alguns dos jornais da capital, que reproduz e comenta. Desta forma, celebra o sidonismo e, até ao 28 de Maio, todos os golpes contra a hegemonia do Partido Democrático.	BN- J4177M,J78135A BGUC-B41-1/22 HML-J185V BPMP-P/C/82 BMC-A1594
<i>Novidades</i> Lisboa Diário	1923-1974 Lisboa Diário	Empresa das Novidades	Católico, órgão do Episcopado Português	Herdeiro de um jornal com o mesmo nome, que transitara da monarquia para a república, mantendo apenas tiragens semestrais desde 1913, o <i>Novidades</i> volta em 1923, já como órgão do episcopado português, afirmando cortar com o passado político que o conhecido Emídio Navarro anteriormente imprimira à folha. Surgido num período de acalmia nas relações entre a Igreja Católica e o Estado português, pode dizer-se arredado das lutas políticas, afinando o seu roteiro pela Pastoral Coletiva de 1922, em que fora já secundarizada a questão do regime – destarte, as suas páginas servem muito mais à contenda que, desde então, trava com Nemo e com a <i>Época</i> . Até 1974, o jornal continuará a reproduzir as posições do	BN-FP144 BGUC-B-17-23, B-17-65 HML-J110A BPMP-P/D/141 BMC-Maço 4

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
				episcopado e, não poucas vezes, também as do governo.	
<i>Opinião, A</i> Diário Republicano Conservador (até 24/12/17); até 25/2/23 não tem; Diário Republicano Conservador (a partir de 25/8/23); 2º subtítulo: Política- Informação-Artes- Teatros-Elegâncias	1916-1923 Lisboa Diário	Carlos Faro	Republicano centrista, sidonista e, na fase final, cunhalista	A sua publicação inicia-se em fevereiro de 1916 e embora discreta, a <i>Opinião</i> configura-se como mais um jornal republicano conservador respondendo aos interesses de um grupo económico, neste caso a Companhia Industrial de Portugal e Colónias. Nem por isso, contudo, granjeia mais estabilidade que outras folhas da época, suspendendo nos primeiros dias do golpe sidonista e mantendo ao longo da sua existência, seja em função da carestia de papel ou das greves tipográficas, uma publicação irregular. Suspende em fevereiro de 1925, passando a publicar-se esporadicamente para conservar o título.	BN-J4133G BGUC-B-16-51 HML-J171A BPMP-VII/4/18 BMC-Maço 45
<i>Ordem, A</i> Diário Católico da Manhã	1916-1919 Lisboa Diário	Empresa de A Ordem	Católico	Aquando da sua criação, no início de 1916, a <i>Ordem</i> dizia-se nada mais que representante dos interesses religiosos, dependendo muitas das decisões administrativas do próprio cardeal-patriarca de Lisboa. No entanto, já pelo verão, o jornal, para além de uma tiragem pequena, apresentava prejuízo – constituiu-se, então, uma nova empresa a que o jornal é entregue. Integram-na nomes como Nemo e Lino Neto, pelo que apesar de se destacar de todos os partidos políticos e da própria hierarquia da Igreja, o jornal continua católico e, agora, também monárquico. Não surpreende, portanto, que em julho de 1917 veja as instalações invadidas e o seu pessoal detido. Suspende definitivamente em janeiro de 1919 em consequência do apoio dado à revolução monárquica desse ano, tendo seguimento na <i>Época</i> , que se começa a publicar logo em março desse ano.	BNJ4148G, J2137G BGUC-B-45-23 BPMP-VII/4/19
<i>Palavra, A</i> Diário Monárquico Independente	1922 Lisboa Diário	Simão de Laboreiro	Monárquico, órgão da Causa Nacional da Monarquia	Publica-se a partir de finais de julho de 1922, sucedendo ao <i>Tempo</i> e logo celebrando o Pacto de Paris. Terá, contudo, uma curta vida: logo em outubro é assaltado e as suas instalações destruídas, saindo com apenas duas páginas até quase ao final do mês; já em novembro, na sequência do afastamento de Simão de Laboreiro da direção, acaba-se a sua suspensão definitiva, também porque a Causa se encontra ainda bem representada na imprensa pelo <i>Correio da Manhã</i> e pelo <i>Dia</i> .	BN-J2175G BGUC-B-53-13/3 BPMP-VII/4/23
<i>Primeiro de Janeiro, O</i>	-1868 Porto Diário	Gaspar Baltar e Joaquim Pacheco, até 29.VI.19; Empresa de O Primeiro de Janeiro	Informação Geral	Decano e estrela do jornalismo português (em publicação desde 1868) e nacional, não deixa de ser curioso notar que só a partir de 1923 este jornal passe a ter venda regular em Lisboa, ainda que desde cedo partilhe das suas crises e problemas. Seria, de facto, injusto, não reconhecer ao <i>Primeiro de Janeiro</i> a moderada isenção que soube manter, essencialmente no período em estudo – embora o seu timbre seja conservador, mostra-se, pelo menos, aberto às mais variadas opiniões e posições, não se filiando nunca em nenhuma força ou corrente política. Assim, o 28 de Maio não o transtorna e se suspende em fevereiro de 1927 na sequência da revolução republicana, fã-lo por um dia e aparentemente só por prevenção das autoridades. Daí por diante, afina quase sempre pela ditadura.	BN-FP188, J044G BGUC-B-4-1 HML-J113A BPMP-IX/5/73 BMC-A1109
<i>Rebate, O</i> Diário Republicano da Manhã (até	1922-1930 Lisboa	Comissões do Partido Republicano Português de Lisboa	Republicano, órgão das comissões políticas do	A sua publicação inicia-se em janeiro de 1922, afirmando-se porta-voz de uma força partidária que deixara há muito de se poder dizer unida. Se os democráticos são os herdeiros do PRP, contudo, é justo dizer-se que o jornal persistia como órgão das comissões políticas deste partido em Lisboa, pois que para essa fação mais se parecia inclinar. Nessa condição, não poderá passar ao lado dos arrufos entre <i>bonzos</i> e <i>canhotos</i> ,	BN-J2207G BGUC-B-17-67/69 HML-J196A BMC-A1435

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
4/10/23); Diário do Partido Republicano Português (até 23/3/30); depois, Diário Republicano da Manhã	Diário		Partido Republicano Português de Lisboa	conquanto se possa dizer que mantém quase sempre uma posição mais neutral que outros diários republicanos. Como estes, também, parece crer que o 28 de Maio é mais uma das periódicas agitações da República, relevando mormente a necessidade de preservar o regime. É pois na tónica do republicanismo constitucionalista que passa a insistir, mormente aquando do seu regresso em outubro de 1927 – estivera suspenso desde fevereiro desse ano. Nova suspensão em julho de 1928, na sequência da sublevação desse mês, em que algum do seu pessoal é acusado de participar, para voltar em março de 1930. Suspende definitivamente em agosto desse ano, anunciando renovação.	
<i>Republica</i> (1 Série) Órgão do Partido Republicano Nacionalista (até 18/12/23; Diário Independente (a partir de 25/1/24)	1911-1927 Lisboa Diário	Empresa de Propaganda República	Órgão do Partido Republicano Evolucionista, até 2/10/19; órgão do Partido Republicano Liberal; órgão do Partido Republicano Nacionalista, a partir de 18/12/23	Publica-se pela primeira vez em janeiro de 1911, tornando-se desde logo num dos mais importantes jornais republicanos. Órgão partidário do partido da situação, inicialmente, acompanha algumas das suas cisões políticas nas inflexões, quase sempre à direita, de alguns dos seus diretores, como António José de Almeida, António Granjo ou Ribeiro de Carvalho. Assim sendo, e depois da crise da guerra e da repressão sidonista, vai-se filiando também, progressivamente, no Partido Republicano Evolucionista, no Liberal e no Nacionalista. Suspende por várias vezes ao longo de 1920, a última de dezembro desse ano a maio do ano seguinte; segue-se nova suspensão entre setembro e dezembro de 1921, interrompida para prestar ao falecido Granjo. Publica-se mais ou menos regularmente até março de 1924, quando anuncia suspensão temporária, passando, a partir daí, a publicar-se apenas para garantir o título.	BN-F6155, J1552G BGUC-B-13-1/32 HML-J224V BPMP-P/D/115 BMC-A1629
<i>Seara Nova</i> Revista de Doutrina e Crítica	1921-1979 Lisboa Semana.	Empresa de Publicidade Seara Nova	-	Fundada por iniciativa de Raul Proença e de um grupo de intelectuais portugueses, a <i>Seara Nova</i> procurava ser uma revista crítica e doutrinária em articulação com a feição mais prática, de carácter essencialmente pedagógico, do movimento com o mesmo nome e de que é absolutamente inseparável. Comprometido com a conservação do regime republicano, de que sempre procurava corrigir as falhas, este movimento alcançou também uma feição política, não só combatendo as distintas fações que o faziam perigar, mas emprestando-lhe também alguns elementos para a formação de governos, a que procuravam trazer algum do seu reformismo. A revista e o movimento ficariam ainda conhecidos por algumas das campanhas que desenvolveriam e de que se destaca, para a época e tema em estudo, a polémica subscrição pública pelas vítimas da Fome russa de 1923/24. O prestígio que o movimento alcança granjeia-lhe a inimizade de alguns setores mais conservadores, mas a revista logra passar relativamente incólume àqueles últimos anos de I República. De facto, é na sequência do 28 de Maio e, mais concretamente, do estabelecimento do Estado Novo, a que pronto assume a sua inimizade, que passa a estar na mira da censura, publicando-se regularmente, a despeito das inúmeras dificuldades financeiras, até 1979.	BNP-J. 2560 B, F. 3557-3582
<i>Século, O</i> e <i>Século, O</i> <i>Edição da Noite</i>	1881-1978 (ed. noturna: 1914-1923) Lisboa Diário	J.J. da Silva Graça, até 18.VIII.19; Silva Graça, Lda., até 8.V.21; Sociedade Nacional de Tipografia	Republicano	Referência maior da imprensa nacional, o <i>Século</i> inicia a sua publicação em janeiro de 1881 e cedo parece alcançar uma grande popularidade e tiragem, grandemente devedora de uma boa rede de correspondentes e vendedores tanto na cidade, como na província. Em 1917, aquando da instituição da censura prévia, a necessidade de expedir atempadamente para os mais diversos pontos do país levaria mesmo o jornal a solicitar o estabelecimento nas suas instalações de um vogal daquela instituição. O jornal vai beneficiando com a guerra, fonte inesgotável de material noticioso e espelha até com menor intensidade os efeitos da falta de papel; de facto, chega a publicar vários suplementos a algumas edições e mantém mesmo uma edição noturna. Trata-se, portanto de uma ativa empresa jornalística, capaz mesmo de se bater com os maiores empórios comerciais da altura: ficaria conhecida, pelas páginas do <i>Diário de Notícias</i> , a chantagem que, entre 1918 e 1921, o <i>Século</i> exerce sobre a Moagem. Em resultado, terá a sua tiragem diminuída e acabará	BN-FP148 BGUC-B-20/21 HML-J198A BPMP-VII/5/1 BMC-A1793; (ed. noturna: BN-J2098G BGUC-B-21-70/72 BPMP-VII/5/2, COR 2376)

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
				mesmo por ser adquirido pela Moagem. Cunha Leal é, então, anunciado como novo diretor, vendo-se de imediato compelido a mostrar que o jornal nem se tornara no órgão do Partido Liberal, nem “moageiro”: já em 1923, acabará atacando empresa e suspenso. Depois de várias remodelações, em 1924, parte da empresa é vendida a um consórcio em que figuram nomes como Pereira da Rosa, Carlos de Oliveira e Moisés Amzalak, que pronto fazem do jornal o órgão da União dos Interesses Económicos. Para além de boicotado por não poucos vendedores, o jornal é suspenso na sequência do apoio dado ao golpe de 18 de abril de 1925. Torna em maio, reconvertido e afirmando-se absolutamente votado à grande informação, conquanto o corte com a UIE surja apenas em novembro de 1926. Como tantos outros jornais, o <i>Século</i> saúda o 28 de Maio, mas não demorará muito tempo a compreender que o teor da censura que lhe será imposta não é já aquele que provara durante a guerra – vãos protestos.	
<i>Sementeira, A</i> Publicação mensal ilustrada: Crítica e sociologia	1908-1919 Lisboa Mensár.	Não indicado, conquanto Hilário marques, fosse o seu diretor e, eventualmente, também seu proprietário	Anarquista	Conquanto suspenda a publicação entre 1913 e 1915, a <i>Sementeira</i> representa um caso extraordinário de longevidade na imprensa libertária, grandemente devedora da ação do seu diretor, o operário metalúrgico Hilário Marques, em torno do qual se agregam nomes do movimento social português, como Neno Vasco, José Carlos de Sousa, César Porto ou Emílio Costa. Os seus objetivos foram sempre de carácter doutrinário, mas é por isso mesmo que igualmente procura manter os seus leitores informados sobre a atualidade nacional e internacional – no período aqui em estudo, as suas preocupações centram-se também na repressão antioperária e antianarquista levada a cabo pelos governos republicanos, que também não lhe perdoam, sujeitando o jornal a uma grande censura, principalmente durante a guerra. Se não consta ser grande a tiragem, nem por isso deixou de ser distribuída, vendida e lida nos meios operários, sendo mesmo referida no estrangeiro. Sem que sejam claras as razões, suspende em 1919.	Univ. Católica Port. - Bibl. João Paulo IICP-PP875
<i>Situação, A</i> e <i>Situação, A</i> <i>Edição Noturna</i> Diário Republicano da Manhã; (ed. noturna sem subtítulo)	1918-1919 Lisboa Diário	Empresa do Jornal A Situação; (ed. noturna: Jornal “Situação”)	Republicano, Sidonista	Dá continuidade e coexiste durante algum tempo com uma edição noturna do mesmo jornal, que se vinha fazendo já desde janeiro de 1918. Este, criado já em abril de 1918, congregava alguns dos mais importantes elementos das hostes conservadoras nacionais, que ali escreviam em defesa do sidonismo e da República Nova, como Botelho Moniz, Simão de Laboreiro e Homem Cristo Filho. Dura enquanto dura a situação, suspendendo em fevereiro de 1919	BN-J2532G, J2137 BGUC-B-12-53 BPMP-VII/5/9 (ed. noturna: BN-J2137G BGUC-GN-23-3 BPMP-VII/5/9)
<i>Tempo, O</i> Diário Republicano Conservador, até 13/3/20; Diário Independente, até 15/3/21; Diário Republicano Presidencialista (até 26/12/21); Diário Sidonista Independente (até	1918-1935 Lisboa Diário	Empresa do Jornal O Tempo	Republicano e Sidonista, monárquico em 22; favorável ao Estado Novo em 1935	Como a <i>Situação</i> , e criada pelo final do consulado sidonista, o <i>Tempo</i> manter-se-á sempre visceralmente ligado às correntes mais conservadoras, sejam elas republicanas ou monárquicas, chegando mesmo a apresentar-se e por algum tempo como filiado no Partido Republicano Conservador. Em fevereiro de 1919, já na vigência do ministério de José Relvas, é assaltado, voltando cerca de um ano depois, anunciado a sua demarcação de qualquer partido, conquanto se situe, conforme afirma no número de 12 de fevereiro, na extrema-direita do regime. Durante um ano, publica-se regularmente, tornando-se notória a invocação permanente da figura de Sidónio. Invocando razões económicas, suspende em fevereiro de 1921, voltando em agosto desse ano, partilhando o diretor, Pedro Muralha (em substituição temporária de Simão de Laboreiro), com a <i>Vanguarda</i> . Com a adesão de Laboreiro à causa monárquica, em 1922, o jornal passa, até à definitiva suspensão em junho desse ano, a seguir essa linha ideológica.	BN-J2154G BGUC-B-16-50 HML-J204A BPMP-COR2478 BMC-Maço 28

<i>Título e subtítulo</i>	<i>Ano, local e tiragem</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tendência</i>	<i>História</i>	<i>Cotas</i>
10/1/22); depois, Diário Monárquico Independente					
<i>União, A</i>	1919-1924 Lisboa Semana.	Empresa de Obras Sociais	Católico, órgão do Centro Católico Português	Com a criação do Centro Católico, na sequência da encíclica de Bento XV ao bispado português, cria-se igualmente o seu órgão de imprensa, <i>A União</i> , que começa a publicar-se em de janeiro de 1920. Mais do que com a imprensa republicana, com a qual os católicos se vão até compatibilizando, é com a <i>Época</i> que a <i>União</i> e o seu diretor, Lino Neto, mais polemizam, trazendo à imprensa a própria cisão das hostes católicas – em causa está a questão do regime, que Nemo, monárquico, persiste em não deixar cair. A querela dura e supera mesmo a curta vida da <i>União</i> , que, suspendendo em de 1924, a lega ao novo jornal da hierarquia católica, o <i>Novidades</i> .	Univ. Católica Port. - Bibl. João Paulo II05:25 =690-UNI
<i>Vanguarda, A</i> Diário Independente da Manhã (de 23/1/17 a 8/5/21; Diário independente da Tarde (entre 2/1/19 e 18/5/21); Diário Sidonista da Tarde (até 18/9/23)	1912-1929 Lisboa Diário	Pedro Muralha, entre 30.VII.15 e 18.IX.23	Republicano, socialista, sidonista	A <i>Vanguarda</i> pretendia ser a continuação de <i>O Socialista</i> , que, para além de seguir em numeração, dizia substituir apenas transitoriamente e sem alienar a confiança do partido que defendia. No período que segue a implantação da República, este jornal é dos que melhor dá conta da superação ideológica do socialismo por grande parte dos republicanos, tornando-se até, muito em virtude da dureza dos seus artigos, num alvo constante do assédio das forças da ordem e de outros bandos armados. Suspende, portanto, não poucas vezes entre 1915 e 1918 - não deve estranhar que acabe saudando o advento do sidonismo, mormente porque se vai tornando cada vez mais evidente a transição do seu diretor e proprietário, Pedro Muralha, para a direita. Seja pelas apreensões, pela carestia de papel ou pelas greves tipográficas, até 1924 a publicação manter-se-á tão irregular como anteriormente. Em dezembro desse ano anuncia suspensão para remodelação, mas só voltará anualmente para preservar o título.	BN-FP-167 BGUC-B59-17 HML-J85A BPMP-VII/5/30 BMC-A1876
<i>Vitória, A</i> Diário Republicano Independente (até 10/4/20)	1919-1922 Lisboa Diário	Empresa “A Vitória”, Lda.; Empresa Editora Manhã-Vitória, entre 1.III.20 e 15.I.21; Empresa “A Vitória”, Lda.	Republicano	A sua publicação inicia-se em abril de 1919 e no ano seguinte surge associado à <i>Manhã</i> por fusão das empresas a que pertenciam na Sociedade Nacional de Publicações. Ainda em 1920, procurando ultrapassar a crise financeira com que se debate, passa ainda a vespertino, mas suspende logo em abril para voltar apenas em agosto, já como órgão do Partido Republicano de Reconstituição Nacional e da facção republicana de Álvaro de Castro. Ao longo de 1921, quase não se publica, fazendo sair alguns números em janeiro, julho e dezembro. Apesar de várias apreensões ao longo de 1922, mostra-se, neste ano, mais regular, acabando, contudo, por suspender definitivamente em setembro, anunciando uma reorganização administrativa.	BN-J2142G HML-J209A BPMP-VII/5/44 BMC-Maçõ 29